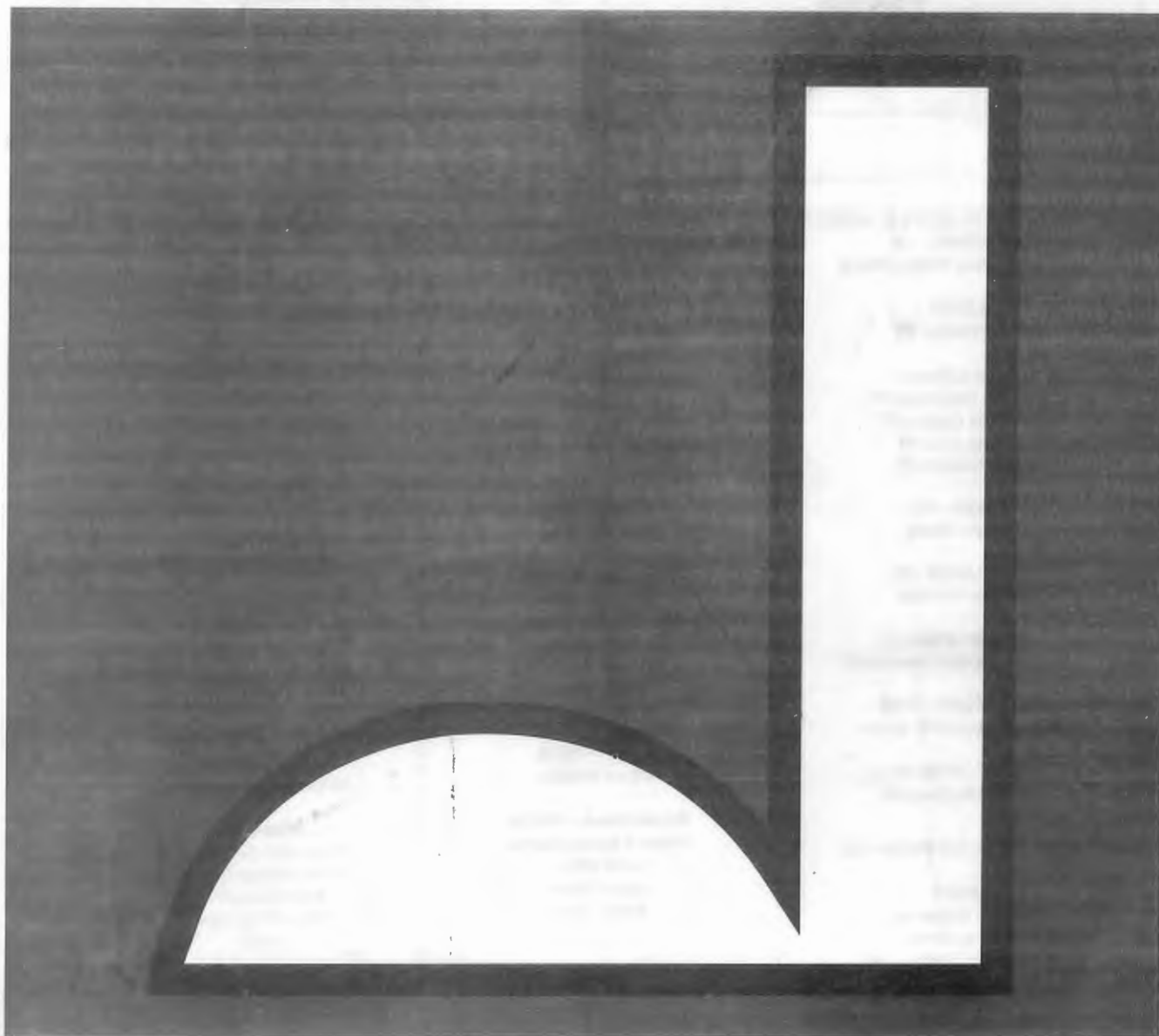




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – SUP. “A” AO Nº 204 – TERÇA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente Fernando Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PTB – RJ Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3) LÍDER Tião Viana - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT LÍDER - PL Magno Malta VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB – 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL LÍDER – PFL José Agripino Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB Arthur Virgílio Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloísio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ATAS DE COMISSÕES

1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

43ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2003..... 4

1.1 – Subcomissão de Turismo

1ª Reunião realizada em 8 de abril de 2003.... 31

2ª Reunião realizada em 15 de abril de 2003..... 38

3ª Reunião realizada em 22 de abril de 2003..... 44

4ª Reunião realizada em 6 de maio de 2003... 44

5ª Reunião realizada em 5 de junho de 2003.. 52

6ª Reunião realizada em 12 de junho de 2003..... 78

7ª Reunião realizada em 19 de agosto de 2003..... 106

8ª Reunião realizada em 4 de setembro de 2003..... 112

1.2 – Subcomissão de Mineração

1ª Reunião realizada em 3 de abril de 2003.... 135

2ª Reunião realizada em 23 de abril de 2003..... 137

3ª Reunião realizada em 30 de abril de 2003..... 140

4ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003... 143

5ª Reunião realizada em 11 de junho de 2003..... 145

6ª Reunião realizada em 13 de agosto de 2003..... 151

7ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003..... 170

8ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003..... 191

1.3 – Subcomissão Destinada a acompanhar a Evolução da Dívida Pública dos Estados

1ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2003..... 193

2ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003..... 194

3ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003..... 200

4ª Reunião realizada em 3 de setembro de 2003..... 210

5ª Reunião realizada em 24 de setembro de 2003..... 223

6ª Reunião realizada em 14 de outubro de 2003..... 239

1.4 – Subcomissão Fome Zero

1ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2003..... 253

2ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2003..... 255

3ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2003..... 260

4ª Reunião realizada em 11 de novembro de 2003..... 262

2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

5ª Reunião realizada em 27 de março de 2003..... 264

6ª Reunião realizada em 10 de abril de 2003.. 265

7ª Reunião realizada em 15 de abril de 2003.. 277

8ª Reunião realizada em 24 de abril de 2003.. 308

9ª Reunião realizada em 8 de maio de 2003... 317

10ª Reunião realizada em 15 de maio de 2003..... 357

11ª Reunião realizada em 22 de maio de 2003..... 375

12ª Reunião realizada em 29 de maio de 2003..... 387

13ª Reunião realizada em 5 de junho de 2003..... 417

14ª Reunião realizada em 12 de junho de 2003..... 426

15ª Reunião realizada em 18 de junho de 2003..... 431

16ª Reunião realizada em 26 de junho de 2003..... 438

17ª Reunião realizada em 7 de agosto de 2003.....	462	5ª Reunião realizada em 8 de outubro de 2003.....	818
18ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2003.....	475	6ª Reunião realizada em 22 de outubro de 2003.....	833
19ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2003.....	500	7ª Reunião realizada em 12 de novembro de 2003.....	848
20ª Reunião realizada em 27 de agosto de 2003.....	518	2.3 – Subcomissão de Saúde	
21ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2003.....	554	1ª Reunião realizada em 2 de abril de 2003. ..	862
22ª Reunião realizada em 4 de setembro de 2003.....	565	2ª Reunião realizada em 8 de maio de 2003. .	868
23ª Reunião realizada em 10 de setembro de 2003.....	577	3ª Reunião realizada em 20 de maio de 2003.	870
24ª Reunião realizada em 11 de setembro de 2003.....	594	4ª Reunião realizada em 27 de maio de 2003.	907
25ª Reunião realizada em 17 de setembro de 2003.....	603	5ª Reunião realizada em 4 de junho de 2003.	938
26ª Reunião realizada em 18 de setembro de 2003.....	637	6ª Reunião realizada em 10 de junho de 2003.	939
27ª Reunião realizada em 2 de outubro de 2003.....	648	7ª Reunião realizada em 7 de agosto de 2003.	939
28ª Reunião realizada em 8 de outubro de 2003.....	653	8ª Reunião realizada em 17 de setembro de 2003.	940
29ª Reunião realizada em 15 de outubro de 2003.....	667	3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO	
30ª Reunião realizada em 22 de outubro de 2003.....	693	3.1 – Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática	
31ª Reunião realizada em 23 de outubro de 2003.....	699	2ª Reunião realizada em 10 de abril de 2003..	940
36ª Reunião realizada em 19 de novembro de 2003.....	718	3ª Reunião realizada em 24 de abril de 2003..	960
2.1 – Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude		4ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	963
1ª Reunião realizada em 3 de abril de 2003.....	721	5ª Reunião realizada em 11 de junho de 2003.....	964
2ª Reunião realizada em 22 de abril de 2003.....	725	6ª Reunião realizada em 24 de junho de 2003.....	978
3ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	727	4 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	
4ª Reunião realizada em 13 de maio de 2003.	729	7ª Reunião extraordinária realizada em 2 de abril de 2003.....	1010
5ª Reunião realizada em 29 de maio de 2003.	745	8ª Reunião extraordinária realizada em 9 de abril de 2003.....	1014
6ª Reunião realizada em 29 de junho de 2003.....	776	9ª Reunião extraordinária realizada em 30 de abril de 2003.....	1018
2.2– SUBCOMISSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS		11ª Reunião extraordinária realizada em 14 de maio de 2003.....	1027
1ª Reunião realizada em 7 de maio de 2003...	777	12ª Reunião extraordinária realizada em 15 de maio de 2003.....	1058
2ª Reunião realizada em 3 de junho de 2003..	783	13ª Reunião extraordinária realizada em 21 de maio de 2003.....	1060
3ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2003.....	798	14ª Reunião extraordinária realizada em 11 de junho de 2003.....	1091
4ª Reunião realizada em 1º de outubro de 2003.....	804	15ª Reunião extraordinária realizada em 17 de junho de 2003.....	1092
		16ª Reunião extraordinária realizada em 25 de junho de 2003.....	1099
		17ª Reunião extraordinária realizada em 6 de agosto de 2003.....	1119

18ª Reunião extraordinária realizada em 13 de agosto de 2003.....	1127	13ª Reunião ordinária realizada em 5 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1287
19ª Reunião extraordinária realizada em 20 de agosto de 2003.....	1133	14ª Reunião ordinária realizada em 12 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1294
20ª Reunião extraordinária realizada em 21 de agosto de 2003.....	1151	15ª Reunião extraordinária realizada em 17 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1310
21ª Reunião extraordinária realizada em 27 de agosto de 2003.....	1153	16ª Reunião extraordinária realizada em 18 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1324
22ª Reunião extraordinária realizada em 4 de setembro de 2003.....	1156	6ª Reunião extraordinária realizada em 18 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1329
23ª Reunião extraordinária realizada em 17 de setembro de 2003.....	1186	15ª Reunião ordinária realizada em 26 de junho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1335
24ª Reunião extraordinária realizada em 24 de setembro de 2003.....	1194	6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA	
25ª Reunião extraordinária realizada em 2 de outubro de 2003.	1196	6ª Reunião extraordinária realizada em 24 de abril de 2003.....	1358
26ª Reunião extraordinária realizada em 8 de outubro de 2003.	1201	7ª Reunião extraordinária realizada em 29 de abril de 2003.....	1388
27ª Reunião extraordinária realizada em 15 de outubro de 2003.	1219	11ª Reunião extraordinária realizada em 27 de maio de 2003.....	1420
28ª Reunião extraordinária realizada em 22 de outubro de 2003.	1232	12ª Reunião extraordinária realizada em 10 de junho de 2003.....	1427
4.1 – SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS		13ª Reunião extraordinária realizada em 25 de junho de 2003.....	1456
1ª Reunião extraordinária realizada em 13 de agosto de 2003.....	1235	14ª Reunião extraordinária realizada em 5 de agosto de 2003.....	1488
5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL		15ª Reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2003.....	1492
1ª Reunião ordinária realizada em 3 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1240	16ª Reunião extraordinária realizada em 26 de agosto de 2003.....	1497
2ª Reunião ordinária realizada em 10 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1249	17ª Reunião ordinária realizada em 2 de setembro de 2003.....	1521
1ª Reunião extraordinária realizada em 16 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1256	18ª Reunião ordinária realizada em 9 de setembro de 2003.....	1528
3ª Reunião ordinária realizada em 17 de julho de 2003. (1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura).....	1260	19ª Reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2003.....	1539
12ª Reunião ordinária realizada em 29 de maio de 2003. (1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura).....	1275		

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Antônio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Fernando Bezerra, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Valdir Rupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Almeida Lima, Osmar Dias e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos lembrando aos membros da Comissão a 44ª Reunião Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de outubro, às 10:00 horas, com a presença do Doutor Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, “no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em Reunião Conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”. Em seguida, após colocados em votação pela Presidência são aprovados os Requerimento nº 54-CAE, de 2003, de autoria do Senador César Borges, requerendo nos termos do art. 50, caput e § 1º, bem como do art. 58, § 2º, III, Constituição Federal, combinado com o art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública com o

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes, com o objetivo de expor a estratégia do Governo Federal na tramitação dos Projetos de Lei Complementar que recriam Sudam e Sudene, tendo em vista a retirada dos respectivos pedidos de urgência pelo Excelentíssimo Presidente da República, bem como com relação aos estudos para criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Requerimento nº 55-CAE, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Guerra, requerendo nos termos regimentais, a retirada em caráter definitivo, do Requerimento nº 45-CAE, de 2003, de sua autoria. Logo após, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 205, de 2003, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária relativa ao 4º trimestre de 2003”, de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Em 21/10/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Almeida Lima, que justifica o seu voto contrário, Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante. A Comissão aprova o parecer do Relator, favorável nos termos do PDS apresentado; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1999, terminativo, que “permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Roberto Saturnino e César Borges. A Presidência concede Vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que “autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. Usam da palavra os Senadores César Borges, Aloizio Mercadante e Ana Júlia Carepa. A Presidência retira a matéria de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei”, de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como

Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável nos termos da Emenda nº 01-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 02 que apresenta. A matéria é retirada de pauta em virtude da apresentação de requerimento de tramitação conjunta; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2002, terminativo, que “altera o artigo 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. Após colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.424, de 24 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece parecer favorável ao Projeto quanto ao mérito, e pelo envio à CCJ para análise da constitucionalidade da matéria. A matéria é retirada de pauta em virtude da apresentação de requerimento de tramitação conjunta; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999, terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro”, de autoria do Senador Ney Suassuna, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A Presidência retira a matéria de pauta em virtude da ausência do Relator; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que “estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Presidência retirado a matéria de pauta a pedido do Relator, para reexame da matéria; Item 09-Ofício “S” nº 28, de 2003, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no

valor de R\$ 493.807.400,00 (quatrocentos e noventa e três milhões, oitocentos e sete mil e quatrocentos reais), destinada à implantação da 2ª etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros”, de autoria da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 14/10/03 a Comissão aprovou o RQS nº 52/2003-CAE, de autoria do Senador Efraim Morais, convidando o Secretário do Tesouro Nacional, assim como o RQS nº 53/2003-CAE, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, convidando o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ambos com a finalidade de instruir a matéria, sendo atendidos na Reunião de 21/10/03. Em 21/10/03, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Almeida Lima, que manifesta o seu voto contrário, Aloízio Mercadante, Eduardo Azeredo, Ney Suassuna, Rodolpho Tourinho, César Borges, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Pedro Simon, Mão Santa, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Efraim Morais, Antônio Carlos Magalhães e Antônio Carlos Valadares. Usa, ainda, da palavra o Sr. Luíz Carlos Fernandes Afonso, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo, para esclarecer a matéria. Após colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Item 10-Emenda nº 01, de Plenário, não terminativa, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 414, de 1999, que “dá nova redação ao § 2º do artigo 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991”, de autoria do Senador José Sarney, tendo como Autor da Emenda o Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, sendo Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável à Emenda nº 01, de Plenário (Substitutivo). Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Arthur Virgílio, Valdir Raupp e Aloízio Mercadante. A Comissão aprova o parecer do Relator favorável à Emenda nº 01, de Plenário; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao Projeto. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 56-CAE, de 2003,

de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, requerendo nos termos regimentais que a Comissão de Assuntos Econômicos faça um apelo ao Governo Federal, no sentido de dar continuidade às obras dos Metrô de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e outros que estejam nas mesmas condições, como o Estado do Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **RAMEZ TEBET**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de entrarmos na pauta propriamente dita, lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, amanhã, quarta-feira, dia 29 de outubro, às 10 horas, será realizada a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 2002, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil deverá apresentar, em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados os balanços. Está feito o lembrete.

Pergunto à Secretaria se ficou acertado o local da realização dessa reunião. (Pausa.)

A reunião realizar-se-á na Sala 2 da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, solicito que haja inversão de pauta, para que seja dada prioridade ao Item 9 da pauta. Trata-se de uma discussão que já fizemos durante três reuniões. A matéria já está pronta para ser deliberada. Foi concedida vista coletiva na semana passada. Estamos com essa pendência. Já houve audiên-

cia pública. Solicito que seja colocado como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de deliberarmos a questão levantada pelo Senador Aloizio Mercadante – naturalmente, essas matérias costumam ser tranqüilas aqui –, passamos à análise de um requerimento.

Nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requerimento de urgência, autorizando o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional (Bird) no valor de US\$60 milhões.

Caso o autor do requerimento não queira fazer uso da palavra, vou colocá-lo em votação. (Pausa.)

Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao segundo requerimento. Trata-se de um requerimento de retirada do Senador Sérgio Guerra, que havia apresentado requerimento, solicitando a presença do Sr. Luiz Rodolfo Landim Machado, Presidente da Petrobrás. S. Ex^a pede, como as informações já lhe foram prestadas, a retirada do requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a retirada do requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimento: convida para uma audiência pública o Sr. Ciro Gomes com o objetivo de expor a estratégia do Governo Federal na tramitação dos projetos de lei complementar que recriam a Sudam e a Sudepe, tendo em vista a retirada dos respectivos pedidos de urgência pelo Senhor Presidente da República, bem como em relação aos estudos para criação da Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Autor: Senador César Borges.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Secretaria fica encarregada de combinar com o Exm^o Sr. Ministro dia e hora para a realização da audiência pública.

Pede o ilustre Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, inversão de pauta. Como não se encontra presente o Relator do Item 1 da pau-

ta, a Presidência, de ofício, faz a referida inversão de pauta. No lugar do Item 1, entra o Item 9.

Item 9:

Trata-se de mensagem que encaminha ao Senado Federal solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo para realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$493.807.400,00. Esse empréstimo se destina à implantação da segunda etapa de programa de implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros. O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em 14 de outubro, a Comissão aprovou requerimento de autoria do Senador Efraim Morais, convidando o Secretário do Tesouro Nacional, assim como requerimento de autoria do Senador Jorge Bornhausen, convidando o Presidente do BNDES, ambos com a finalidade de instruir a matéria. As referidas personalidades aqui compareceram. Portanto, os requerimentos foram atendidos, e a matéria encontra-se em condições de ser apreciada pela Comissão. O Relator oferece parecer favorável.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, para acrescentar algo. Se S. Ex^a não tiver nada a acrescentar, a matéria já entra em discussão. Caso queira V. Ex^a apresentar alguns esclarecimentos ao parecer que V. Ex^a já leu, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Presidente, apenas ratifico os termos do parecer e do relatório. Também quero retificar um equívoco que houve na digitação de um dispositivo contido na pág. 206:

“A operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único da cláusula 13^a”.

Estava escrito 12^a. É apenas uma correção, uma vez que foi cometido esse equívoco por nossa consultoria e corrigido a tempo. Essa correção está sendo feita, Sr. Presidente, porque a cláusula 12^a constava do relatório original.

Era só isso que eu queria dizer a V. Ex^a e aos nobres Pares, reafirmando que a matéria está devidamente instruída, com a presença do Presidente do BNDES e do Secretário do Tesouro, que foram convocados pelos Senadores da Oposição contando com minha total aprovação.

Então, recomendo a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O eminente Relator faz uma retificação, entendida pela Mesa e acredito que pelo Plenário também. Acredito tratar-se de emenda de redação. No item 2 do seu pa-

recer, quando analisa o pedido, onde se lê parágrafo único da cláusula 13^a leia-se...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Anteriormente era 12^a, Sr. Presidente. Leia-se agora 13^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o mesmo que consta no parecer distribuído perante a Comissão.

Coloco a matéria em discussão.

Alguns Senadores quer discutir a matéria?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para discutir a matéria. Logo a seguir, concederei a palavra aos Senadores Ney Suassuna e Eduardo Azeredo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, inicialmente, desejo um esclarecimento quanto a essa retificação. Confesso não ter compreendido perfeitamente. Prevalece a referência à cláusula 12^a ou prevalece referência à cláusula 13^a. Qual está correta? A cláusula 12^a?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Segundo o Relator, o correto é cláusula 13^a. É isso, Relator?

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – É o que está escrito na retificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na semana passada, estava escrito no parecer cláusula 12^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, permitam-me uma observação para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – O relatório que tenho em mãos diz assim:

“Essa operação de crédito, conforme informação contida no Aviso nº352/GMF, enviada ao Presidente do Senado Federal, está prevista no contrato de confissão de confissão, consolidação, promessa de assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado pelo Município de São Paulo com a União, em treze de dezembro de 1999.”

O referido contrato foi autorizado pelo Senado Federal, nos termos da Resolução nº 26, de 2000.

À frente, já na parte de análise, consta a mesma referência ao contrato. Com a referência expressa, a operação de crédito pretendida encontra-se devidamente prevista no parágrafo único da cláusula 12^a.

Pelo que pude compreender do contrato recebido pela Secretaria desta Comissão, aqui em minha mão, a cláusula é a 12^a, o parágrafo único, e não a

13ª. Portanto, entendo que a retificação, salvo melhor juízo ou a melhor compreensão de minha parte...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Pois não.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Fizemos uma retificação para que constasse o parágrafo único de uma cláusula, e, se o Senador Almeida Lima está citando a cláusula 12ª, está correto. A correção que pedimos foi feita de forma errada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – O Senador Antonio Carlos Valadares disse que a correção pedida...

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Convém analisar o contrato, e a nossa Consultoria verificou essa retificação pelo contrato. Não o tenho aqui em mão, Sr. Presidente. V. Exª poderia facilitar trazendo as cláusulas 12ª e 13ª do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª, que é o Relator, que leia os termos do contrato, para, então, fazermos a retificação pelo contrato que está elaborado.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Sr. Presidente, tenho a pauta inteira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Um minuto só. Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Se eu puder acudir neste instante. Estou aqui com o contrato e confesso que não vejo necessidade de retificação, porque o que consta do parecer, como acabei de ler, é parágrafo único da cláusula 12ª. E, pelo contrato que tenho em mão, é exatamente parágrafo único da cláusula 12ª. Portanto, não há necessidade de retificação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa já se encontra em condições de resolver o problema. Vamos decidir esta matéria considerando que será votada como parágrafo único da cláusula 13ª. Não é isso, Relator?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Não é, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) – Gostaria de saber se estamos cometendo algum equívoco. Qual parecer foi distribuído na reunião anterior? Para que possamos fazer a comparação: no anterior, o que constava?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No anterior, constava cláusula 12ª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Então, essa retificação não tem sentido, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Está bem! Está certo!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Se não tem sentido, está certa. Vamos continuar a 12ª! Essa correção foi feita pela Consultoria. Se está correta, não há o que retificar, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Almeida Lima, que está realmente correto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Temos que proceder a uma votação e isso ficará registrado. A cláusula 12ª do contrato dispõe: “Até a integral liquidação da dívida objeto deste contrato, o Município:

I – não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo;

II – somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais e operações de antecipação de receita orçamentária, se a dívida financeira total do Município for inferior à sua Receita Líquida Real (RLR)* anual.”

Parágrafo único, etc.: “Exclui-se das vedações”.

E a cláusula 13 diz assim: “O Município se compromete a entregar à Secretaria do Tesouro Nacional os seguintes documentos, mensalmente, até o vigésimo.”

Então, creio que a cláusula é a 12, dou razão ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Na página 251, é a cláusula 13.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Página 251, que é o último contrato apresentado aqui. Essa matéria está na cláusula 13, onde se lê: “(...) somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos ou financiamentos externos junto a organismos financeiros internacionais em operações de antecipação de receita orçamentária se a dívida financeira total do Município for inferior a sua RLR anual”. No § 1.º lê-se: “Exclui-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** da cláusula a contratação de operações de crédito, instituições de programas federais” – fala-se do empréstimo do BID e do empréstimo do BNDES. Na página 251. É o último contrato.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, enquanto V. Exª folheia, eu farei uma observação no sentido de que se complica realmente alguma coisa porque o contrato que a secretaria desta Comissão me deu

em socorro na última reunião é exatamente esse que V. Ex^a está folheando aí e que eu passei às mãos de V. Ex^a há poucos instantes. E expressamente se lê: "Parágrafo único, cláusula 12^a". Se surge outro, com a cláusula 13^a... Está impresso no relatório. Então, o equívoco é o segundo. Porque o outro, na verdade, é o contrato. Aí é uma leitura do que foi impresso aqui pela Comissão ou por quem de direito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

— Sr. Presidente, só para esclarecer. Senador, um aparte. O que está publicado na página 255, ao final do contrato, é de 13 de dezembro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — E o outro é de maio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

— O outro é de 3 de maio de 2000, que é o que tem a validade jurídica, é o último contrato assinado. No de 3 de maio a cláusula é a 12. Então o que vale é o contrato de 3 de maio, que foi dado ao Senador Almeida Lima, que é o contrato último assinado e, portanto, o que tem validade jurídica; é de 3 de maio de 2000 e estava na pauta da semana passada. Houve um erro da secretaria ao imprimir hoje o contrato antigo, e não o que tinha a validade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — A secretaria fez o que o relator da matéria pediu. V. Ex^a lembra bem. Quem levantou a questão de ordem foi o Senador Almeida Lima. Pergunto a S. Ex^a se quer fazer alguma observação. Fora disso, acho que devemos nos basear no último contrato, que prevalece sobre o anterior.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) — Bom, Sr. Presidente, eu pedi a palavra para...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — O que interessa é esclarecer o mérito, é aquilo que a prefeitura tem obrigação de fazer ou não fazer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) — Claro. Sr. Presidente, inicialmente pedi permissão para um esclarecimento junto ao relator. Exatamente esse. Em segundo lugar, por gentileza, eu pediria à Mesa para fazer chegar às minhas mãos esse contrato, porque farei uma referência a ele.

O segundo esclarecimento que desejo pedir ao Relator acerca desta matéria é: diante do fato de que este contrato está sendo referenciado em seu parecer como um princípio de autorização decorrente da previsão contratual aí existente para concessão dessa autorização, a indagação é: a cláusula 12 diz que "até a integral liquidação da dívida objeto deste contrato, o Município não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno ou externo".

Confesso que tive o cuidado de verificar todo esse processado e não obtive nenhuma informação a respeito. Eu gostaria de saber se o Relator pode nos informar se o Município de São Paulo cumpriu ou descumpriu o inciso I da cláusula 12 com a emissão de títulos públicos no mercado interno ou externo durante o período de vigência deste contrato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Com a palavra o Relator, embora seja difícil para S. Ex^a, penso eu, responder a uma indagação dessa natureza. Por isso é que estiveram aqui...

A análise do Relator, via de regra, é formal. Não é uma análise de exame das contas da municipalidade, todavia concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para ver o que tem a aduzir.

O SR. RELATOR (Antonio Carlos Valadares) — Sr. Presidente, o Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui presente e não consta do seu depoimento qualquer referência de que o Estado de São Paulo teria feito algum requerimento nesse sentido e, se o tivesse feito, a Prefeitura Municipal teria que ter autorização do Senado Federal.

Assim, esse processo a que se refere o Senador Almeida Lima só poderia acontecer se finalizada no Senado Federal com autorização expressa da Comissão de Assuntos Econômicos. Como não passou aqui, acreditamos piamente que a Prefeitura Municipal cumpriu religiosamente o contrato. Além do mais, maior esclarecimento, se a Casa exigir, o Secretário de Finanças de São Paulo está aqui e poderá aditar alguma arguição fundamental sobre o assunto.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) — Sr. Presidente, se for possível desejaria obter essa informação, sem qualquer procrastinação, ouvindo e colhendo-a do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Convido para comparecer à Mesa o Secretário de Finanças de São Paulo, porque estou sendo informado pelo Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores também que o representante da municipalidade de São Paulo, encontrando-se no plenário, tem condições de prestar o esclarecimento necessário. Assim, convido-o de ofício para prestar os esclarecimentos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) — Sr. Presidente, apenas para justificar. É bem verdade que a emissão desses títulos deveria ou deve ter a autorização do Senado Federal, como diz o Senador Antonio Carlos Valadares.

Acontece que essa informação não se encontra nos autos desse processo. Como sou Senador desta

Legislatura, penso que isso poderá ter acontecido na Legislatura anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Luiz Carlos Fernandes Afonso, V. Ex^a está ouvindo os debates. Sendo assim, caso tenha condições e na qualidade de Secretário da Prefeitura do Município de São Paulo, pediria que preste os esclarecimentos que estão sendo solicitados.

O SR. LUIZ CARLOS FERNANDES AFONSO – Sr. Presidente, como foi dito pelo Relator, caso tivesse ocorrido a emissão de títulos, esta teria que ter sido autorizada previamente pelo Tesouro assim como por esta Casa. Não houve, durante a vigência do contrato, qualquer emissão de títulos por parte da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Almeida Lima, o Secretário informa que não houve a emissão de títulos. V. Ex^a se dá por satisfeito?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, em relação à informação, sim, pois não tenho por que duvidar da palavra do Secretário. No entanto, insisto em afirmar, o contrato data de maio de 2000 e eu não poderia, *a priori*, ter essa informação, uma vez que não consta do processado e em 2000, 2001 e 2002, eu não era Senador, não vivi a história do Senado como seu co-participante.

Com esse esclarecimento, devo, na discussão do projeto, manter as observações que havia feito anteriormente, sobretudo porque, embasado nas palavras do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, divulgadas amplamente pela imprensa do nosso País, mesmo com a aprovação da autorização pelo Senado Federal, o Banco não tem como realizar esse empréstimo diante das condições em que se encontra, com relevância para o seu capital social e, de forma grave, fazendo uma menção de descumprimento das normas dos pactos internacionais envolvendo o segmento bancário.

Portanto, no encaminhamento da votação, ou na deliberação, por via de consequência,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a está com a palavra, para discutir. Foi o primeiro orador inscrito.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Exatamente. Portanto, por via de consequência, ao final, manifestarei meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para discutir a matéria. Em seguida, os Senadores Ney Suassuna e Rodolpho Tourinho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MB) – Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar registrado que a aprovação do projeto ocorre em caráter de excepcionalidade, estando claro que a Prefeitura de São Paulo não tem condições de tomar o empréstimo dentro dos parâmetros definidos pelo próprio Ministério da Fazenda. Sendo dessa maneira a aprovação, fica claro também que a mesma boa vontade deverá existir, por parte do Governo Federal e do Senado Federal, desta Comissão, para com outros projetos semelhantes de prefeituras em algumas situações até menos endividadas, ou até mesmo sem dívidas, que é o caso, como pude levantar, da Prefeitura de Belo Horizonte. Por outro lado, há expectativa de que não venhamos a precisar de empréstimos tão vultosos para resolver problemas de tráfico em outras cidades brasileiras, se efetivamente caminharmos no processo de descentralização, para que a população deste imenso país seja mais bem distribuída, para diminuir os problemas de violência e de trânsito nas grandes cidades, como é o caso que esse projeto procura resolver em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, é a vez de S. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Almeida Lima diz que eu não estava aqui, mas eu estava e presidia a Comissão. Realmente, é uma excepcionalidade. É um compromisso assumido pelo Governo anterior. Penso que tudo que podia ser dito a respeito do processo já o foi. Estou em condições de votar, e peço aos companheiros que votem saldando uma dívida do passado e atendendo a uma necessidade do presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, acompanhando o que foi dito pelo Senador Eduardo Azeredo, gostaria de citar o caso específico da Bahia, que constituiu um fundo de financiamento às prefeituras com recursos que tomou do Banco Mundial, do Bird. O refinanciamento é feito para as prefeituras por intermédio da Agência de Desenvolvimento, a Desenbahia*. O objetivo, no caso específico de uma operação de Salvador, que está sendo analisada pela Secretaria do Tesouro Nacional, é o saneamento em áreas extremamente degradadas. A Prefeitura de Salvador possui operações no valor de R\$12 milhões e está enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual prevê o índice de 1,2. A Prefeitura de Salvador possui o índice de 1,1. Portanto, está absolutamente enquadrada na Lei de Res-

pensabilidade Fiscal, mas no contrato de refinanciamento que fez com o Tesouro Nacional, a exemplo do contrato de São Paulo, não foi prevista nenhuma operação. Foi previsto o índice de 1,0. Pela classificação, pela solução melhor ou pior de cada prefeitura, coube à Prefeitura de Salvador índice menor do que à Prefeitura de São Paulo. A operação tem parecer favorável da Procuradoria da Fazenda Nacional, mas foi negada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Gostaria apenas de citar esse fato, a fim de comparar com esse caso e pedir ao Governo que entenda a situação. Essa posição não pode ser mantida. A operação, no meu entendimento, com muito mais razão do que a de São Paulo, deve ser aprovada.

Era o que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Sr. Presidente, gostaria de entrar no mérito da discussão. A cidade de São Paulo, de fato, vive uma crise financeira e fiscal, que não é nova. Ela decorre fundamentalmente de dois problemas. Primeiro, da gestão irresponsável, do ponto de vista fiscal, de Paulo Maluf e Celso Pitta. Foi nesse período que a dívida pública, que era menos da metade do Orçamento, passou a ser praticamente o dobro da receita que a cidade possui, comprometendo decisivamente o futuro da administração.

Infelizmente, não havia, à época, regras claras de administração pública, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Governo anterior não teve, eu diria, a fiscalização cuidadosa para aprovar programas de financiamento e de investimento, o que compromete claramente a gestão da cidade ao longo dos próximos anos.

O segundo fator foi a política de juros altos, que agravou toda a Administração Pública brasileira. Cinquenta e seis por cento da dívida pública federal tem origem na taxa de juros. Então, esse foi o segundo fator, a política macroeconômica do Governo Federal. Mas, em decorrência dessa crise, a cidade repactuou a sua dívida e compromete 13% da receita líquida. É o maior comprometimento entre todas as cidades do Brasil. São Paulo paga de juros para a União, por ano, R\$1,2 bilhão. Estamos discutindo aqui um empréstimo que não chega a ser a metade do que a cidade vai pagar de juros este ano e São Paulo é o quarto grande conglomerado do Planeta e tem problemas estruturais extremamente severos, temos favelas, como Eliópolis, com mais de 100 mil pessoas, e um dos graves problemas da cidade é exatamente o transporte, porque ela cresceu como boa parte das

grandes cidades brasileiras, de forma desordenada, e a periferia da cidade, que é o lugar dormitório de boa parte dos trabalhadores, não tem investimentos em postos de trabalho. Quer dizer, a concepção moderna das grandes cidades é se associar a moradia ao trabalho para que a pessoa se desloque por pequenas distâncias. Não é o caso de São Paulo. A Zona Leste, por exemplo, tem mais de 4 milhões de habitantes, e 25% da população de São Paulo passa diariamente pelo centro de São Paulo, com congestionamentos que chegam a mais de 180km diariamente.

Então, essa população perde de duas a três horas por dia, a população mais pobre, no transporte público sobre rodas, que são os ônibus. Os metrô estão paralisados, e há uma carência muito grande. Esse projeto vai agilizar o transporte público, é voltado para a população mais pobre. São Paulo recebe uma média de 400 mil novos veículos por ano, e precisaríamos investir, criar pelo menos oito avenidas do tamanho da avenida Faria Lima só para abrigar os novos veículos que chegam à cidade. Além do fato de que todo o transporte, por exemplo, do Mercosul com a região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil passa pelas marginais da cidade de São Paulo, todo o entroncamento rodoviário. O grande anel viário pode aliviar em parte esse nível de congestionamento, de comprometimento.

Por tudo isso, é um projeto fundamental à cidade, espero que esta Comissão vote reconhecendo a necessidade social, a relevância do projeto, sobretudo, porque ele faz parte da Resolução 2.636, do mesmo Senado Federal, que excepcionalizou esse e o empréstimo do BID e, portanto, é a segunda parcela do empréstimo já aprovado, estamos apenas ratificando antes mesmo da existência da Lei de Responsabilidade Fiscal. É o cumprimento de um acordo anteriormente feito, por governos anteriores ao nosso, que estamos honrando e tenho certeza de que o Senado não faltará.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores. Quero inicialmente colocar que acredito que São Paulo tenha imensos problemas, como aqui foi muito bem colocado pelo Senador Mercadante, que é profundo conhecedor dessa questão, e que essa metrópole, São Paulo, merece o apoio desta Casa para resolver problemas tão importantes como o transporte público. E para a solução desses problemas requer-se recursos da ordem de 493 milhões, que é uma segunda tranche no total do empréstimo, que chega a 700 milhões.

A única coisa que temos que lamentar e protestar é que esse tipo de raciocínio justo, correto, aplica-se a São Paulo, mas não se aplica, infelizmente, a outras capitais brasileiras, que sofrem de problemas idênticos. Quero citar aqui o caso da Capital do Estado da Bahia, Salvador, que é a única grande metrópole do País, terceira cidade em população do país, com 2 milhões e 500 mil habitantes, aproximadamente, que não tem ainda um sistema rápido de transporte, um sistema de metrô. Temos um projeto em pleno andamento com 50% das obras físicas realizadas e que está literalmente paralisado por conta de uma interpretação de que, havendo recursos disponíveis do Banco Mundial que financiem esse projeto, eles não podem ser internalizados, porque darão impacto negativo no superávit primário brasileiro.

Fiz uma pergunta ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Levy, se esse empréstimo não ocasionaria impactos também negativos ao superávit primário, S. S^a afirmou que sim, que esse empréstimo de R\$493 milhões traria um impacto negativo também ao superávit primário. Mas vejam bem como estão trabalhando com dois pesos e duas medidas.

Enquanto em Salvador o cronograma de desembolso para fazer frente aos acordos internacionais com o FMI está levando uma obra que deveria estar concluída no ano de 2004 para o ano de 2007, extrapolando inclusive o período de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e cuja liberação está assim definida: R\$17 milhões para 2003, R\$30 milhões para 2004, R\$40 milhões para 2005, e o mesmo valor para 2006, e quando chega em 2007 há uma liberação de R\$100 milhões, Sr. Presidente, já em um período fora deste Governo, para a conclusão dessa obra, onde há, e pela primeira vez são poucos... Creio que talvez esse seja o único metrô que tenha a participação efetiva do Governo do Estado e da Prefeitura com recursos financeiros. E o Ceará é outra exceção com parcela menor do que na Bahia. Essa é uma realidade. Então são dois pesos e duas medidas.

Não estamos aqui para criar dificuldades, em absoluto, para a importante cidade de São Paulo, a quem todos respeitamos, e que é uma cidade que abriga milhões de brasileiros de outras partes, inclusive do Nordeste brasileiro. Agora, não podemos aceitar que com relação a outras capitais como Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, e Salvador, em particular, seja esse o tratamento do Governo Federal. Por isso, a minha intervenção, que é para consignar esse protesto, porque não podemos aceitar dois pesos e duas medidas.

Penso que o Governo Federal tem que refletir e tratar com a atenção e o respeito devidos essas gran-

des capitais que citei, e que merecem o apoio para a finalização do seu importante sistema de transporte – tão importante quanto o de São Paulo –, para atender principalmente a população mais pobre, mais carente e que precisa de um transporte rápido e com custo barato.

Era essa a posição que queríamos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com a importância, a relevância, a complexidade e a prioridade de programas como esse que se impõe à área metropolitana do Estado de São Paulo.

Efetivamente, estive pessoalmente envolvido com a questão metropolitana e do transporte no meu Estado, em Pernambuco, nos últimos três anos. Algumas demonstrações são bastante claras. A primeira é a de que o setor público de um modo geral e, em particular, o setor público federal têm estado ausentes desse grande problema metropolitano – falo dos transportes –, como tem sido absolutamente irresponsável do ponto de vista das infra-estruturas no geral.

O comprometimento do sistema de transporte urbano, a proliferação da informalidade com graves distúrbios na vida urbana, o enfraquecimento da economia das empresas que transportam passageiros metropolitanos, de uma maneira especial, e a inconsistência nos programas de transporte de massa são a demonstração da nossa incapacidade plural de enfrentamento desse assunto.

Nada contra financiamentos do BNDES. Nós, pernambucanos e recifenses, também pleiteamos financiamentos com a mesma finalidade, semelhante a essa, mas o fato concreto é que falta total e completa consistência nas medidas tomadas, que são mais do que evidentes nas palavras dos Senadores da Bahia ou de outros Senadores que podem se pronunciar pelos seus Estados.

Estranho que os planos plurianuais tenham em relação a esse assunto um tratamento menor. O que não aponta para o futuro mudança de atitude. Portanto, o que fica demonstrado nessa discussão sobre o pleito legítimo da Prefeitura de São Paulo é que na medida em que não existe política, não existe ação geral e, conseqüentemente, todo problema localizado é submetido a constrangimentos como esses que estão se processando na discussão do problema do financiamento pelo BNDES para um projeto do Governo da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Tasso Jereissati, é a vez de V. Ex^a, pela ordem de inscrição.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, minha colocação é no mesmo sentido do que já disseram outros Senadores aqui. O Estado do Ceará tem um financiamento já concedido pelo Banco Mundial, um financiamento japonês já concedido, a obra está em andamento há cinco anos e o Governo Federal praticamente suspendeu as obras, sendo mais rigoroso do que foi com as obras do metrô de Salvador. Ele jogou a primeira parcela efetiva de desembolso para as obras do Metropolitano de Fortaleza para 2008, apenas para depois do fim desse Governo Lula. É isso que eu gostaria de deixar claro: primeiramente, que, atendendo ao apelo do Governador Geraldo Alckmin, que quer deixar bem claro que o interesse dele por São Paulo está acima de qualquer evento eleitoral ou eleitoral, vamos aqui votar a favor da proposta.

Mas duas coisas precisam ficar bem claras para este Plenário. Primeiro: o argumento de problemas urbanos urgentes só serve para uma mão e para algum interesse específico ou para alguma cidade ou para algum partido. O mesmo argumento não serve para todos. É essa a posição, parece-me, do Governo Federal. Segundo: o argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal e rigor fiscal e superávit primário só serve para algumas cidades, alguns Estados, e não serve para outras cidades e outros partidos. Esse princípio, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica gravemente ferido a partir de hoje nesta Casa. É isso que eu gostaria de deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, concederei a palavra ao o Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, também vou votar favoravelmente a esse projeto. A maneira como ele é posto nos leva a votar favoravelmente. Só quero dizer que não há de se dizer que se está fazendo uma proteção a São Paulo no Governo atual. Na verdade, nos oito anos do Governo Fernando Henrique foi só o que aconteceu nesta Casa. Metade do Ministério do Sr. Fernando Henrique, os cargos importantes, os Ministérios importantes do Sr. Fernando Henrique eram de São Paulo. O seu Governo praticamente girava em torno de São Paulo. Eu imaginava, de certa forma, que o Lula, embora morasse em São Paulo, por ser nordestino, por ter vindo do Nordeste, por falar tanto sobre o Nordeste, pelo fato de o sofrimento estar tão calado nele, tão marcado na sua sensibilidade, eu imagi-

nava que, entre morar em São Paulo, os interesses de São Paulo, e o seu atavismo ao Nordeste, o Nordeste haveria de tomar prioridade. Mas vejo que não. Esse Governo é de São Paulo; o Governo do Dr. Fernando Henrique foi de São Paulo; os Governos militares foram de São Paulo.

Em 1930, o Rio Grande do Sul fez uma revolução para terminar com a “política do café com leite”, representada por uma alternância entre Governos de Minas e de São Paulo. O Dr. Getúlio Vargas ficou 15 anos no poder. Foi o período em que São Paulo mais cresceu, a época em que mais se deu apoio ao café e quando São Paulo, pelo seu desenvolvimento, atingiu a liderança que ele tem hoje.

Há uma realidade no Brasil. O Brasil gira em torno de São Paulo. penso que, se não tivermos competência para debater essa matéria, vamos ter que dar razão. Não há dúvida de que os problemas de São Paulo são imensos. Uma cidade de cinco ou seis milhões de habitantes tem problemas imensos. Mas acredito que o que se deveria fazer... De certa forma, o natural está acontecendo. A imprensa tem noticiado que, ao mesmo tempo em que, nos últimos dez anos, 400 mil nordestinos e pessoas de outros países foram para São Paulo, 400 mil saíram de São Paulo em busca de outras oportunidades, sabendo que ali já se esgotou esse processo. Então, penso que o que se teria de fazer é exatamente se estabelecerem fórmulas por meio das quais outras capitais e cidades de médio porte do interior pudessem receber condições para recepcionarem esses imigrantes.

Estamos aqui diante de uma realidade. Não vejo nada de diferente. Confesso que imaginava que o Presidente Lula seria diferente. Vejo até um aspecto que me preocupa. Não sei se o Presidente Lula já abriu um escritório em São Paulo. A argumentação era a de que o Presidente da República abriria um escritório especial, que ficaria na sede do Banco do Brasil, para atender em São Paulo. Nem o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso nem ninguém tinha feito isso. Se acontecer isso, daqui a pouco, vamos ver que as pessoas, para falar com o Presidente, nem precisarão vir para Brasília. Elas irão a São Paulo e, lá, é que haverá o atendimento.

Então, voto favorável. Quero apenas dizer que não estamos votando um projeto excepcional, não estamos votando algo de diferente. **Estamos na rotina. É São Paulo? É São Paulo. Sempre se votou a favor.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, vamos assistir a um gol de **offside** de São Paulo.

Aprendi que toda sociedade moderna repousa sobre liberdade e igualdade. É o que dizem todos os teóricos em Sociologia. E não está havendo igualdade.

Governei o Estado do Piauí e penso que fui o último a usar o antigo ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, para construir uma ponte – que, aliás, batizei de Wall Ferraz. Aí, acabou. As regras do jogo mudaram.

Capacidade, a receita líquida para o endividamento: 1,2. Necessidade para transporte também o Piauí tem. Eu quis US\$10 milhões, para terminar um porto, iniciado em 1950, com Getúlio Vargas e me mostravam essa regra clara: receita 1 e 1, 2, o endividamento. Também temos uma ferrovia e um metrô que quisemos modernizar e esbarrou nisso.

Então, às nossas vistas – não digo como juiz, mas como bandeirinha -, vamos deixar São Paulo fazer esse gol de **offside**.

Entretanto, que fique clara esta reflexão: esta Casa é para manter a igualdade da Federação, para que São Paulo não venha como um trator em cima dos outros. Que seja diferente o BNDES, principalmente agora, pois penso que o Presidente Lula ganhou essa credibilidade por ter nascido no Nordeste, pela luta do Nordeste, pela identidade do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Logo a seguir, será a vez do Senador Roberto Saturnino.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de, como Senador por São Paulo, expressar que avaliamos como perfeitamente justas as observações dos Senadores de outros Estados, que têm apresentado as necessidades seja de Salvador, seja de Fortaleza, seja de Porto Alegre, de cada um dos Estados aqui mencionados.

Nós – falo nós, porque, da mesma maneira que o Senador Aloizio Mercadante, aqui votamos favoravelmente ao projeto examinado na semana passada, em que os empréstimos do BNDES serão gradualmente estendidos aos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste -, então, gostaríamos de agradecer o apoio que agora está sendo dado, neste voto favorável ao empréstimo do BNDES ao Município de São Paulo. Procederemos de uma maneira eqüitativa também para com as demais capitais, Municípios e Estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, o assunto está mais do que esclarecido. Podemos votar. Vamos votar e aprovar o pedido do Estado de São Paulo.

Contudo, eu gostaria apenas de aproveitar o ensejo para me manifestar em favor desse tipo de investimento público em transporte de massa nas grandes cidades do Brasil. Isso não só traz para a população, que perde horas preciosas de sua vida no seu deslocamento, consumindo as suas energias, como esse tipo de investimento suscita o desenvolvimento de indústrias fornecedoras de equipamentos para o metrô e suscita o desenvolvimento da indústria da construção civil e tem, enfim, efeitos para frente no desenvolvimento da indústria brasileira que são muitos positivos.

Eu gostaria de sugerir aos nobres colegas que esta Comissão, que terá oportunidade de apresentar emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual, formulasse uma emenda global que atendessem à complementação desses metrô já iniciados de Fortaleza, Recife, Salvador, Recife e do Rio de Janeiro que vai precisar de linhas novas para atender à demanda nos Jogos Pan-americanos. Enfim, sugiro que nós apresentássemos ao Plano Plurianual uma emenda coletiva nesse sentido. Eu, como Relator, terei toda a inclinação em atendê-la, dentro da disponibilidade de recursos.

Acho que o tema é importante e poderia – deveria, a meu juízo – ser objeto de emendas ao Plano Plurianual nesta Comissão. No mais, vamos aprovar o pedido de São Paulo por ser perfeitamente justo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Efraim Moraes pede a palavra para discutir.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de me solidarizar com os companheiros, principalmente os dos Estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais, enfim, todos que têm empréstimos por serem liberados. Infelizmente, a política do Governo prefere excepcionalizar o caso de São Paulo.

Vamos votar favoravelmente porque entendemos que a missão desta Comissão foi cumprida. Infelizmente, alguns Parlamentares da base do Governo preferiram dizer em São Paulo que PSDB e PFL estavam contra a matéria.

É preciso que se diga que temos responsabilidade em votar a matéria. Temos o direito de discuti-la e retirar as dúvidas existentes sobre ela. Se aqui tivéssemos votado, na primeira reunião em que foi apresentado esse relatório do nobre Senador Antonio

Carlos Valadares, a própria imprensa teria dito que houve pressa na Comissão.

Quero parabenizar primeiramente V. Ex^a, na condição de Presidente; o Senador Antonio Carlos Valadares, que teve paciência de ouvir os Srs. Senadores; o Senador Almeida Lima, que estudou profundamente a matéria e a Oposição que cuidou de estudar a matéria. Quero dizer que esperamos que o Governo dê tratamento igualitário aos outros Estados e Capitais.

A justificativa feita pelo Líder Mercadante de que São Paulo precisa desses recursos não vamos mais discutir. Vamos aprovar a matéria. Contudo, da mesma forma, lembramos que a Bahia também precisa; o Ceará também necessita, assim como Minas Gerais, enfim, todos os outros. E esperamos que seja dado esse mesmo tratamento não só pelo BNDES, mas inclusive pelo Governo nesta Comissão em plenário. É a observação que gostaríamos de fazer.

Com relação à emenda proposta pelo Senador do Rio de Janeiro, não entendo ser viável a não ser que suspendamos a votação e possamos incluir São Paulo na emenda. Creio que não podemos votar essa matéria para São Paulo e ter que colocar no Orçamento as demais matérias. É bom que se observe que não houve, em nenhum momento, intenção do PFL nem do PSDB. Felizmente, Partidos da base do Governo tentaram transformar esse cuidado, essa fiscalização por parte do PFL e do PSDB. Lamentavelmente, o desejo do Governo será o de chegar aqui. Temos o direito de discutir e de fiscalizar, por isso estamos nesta Comissão. É bom que essa imagem desapareça porque o PFL e o PSDB, sempre que necessário, sempre que possível, vão querer um esclarecimento. Quero deixar bem claro que entendemos que esse empréstimo está sendo aprovado com excepcionalidade para a capital paulista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, serei breve.

Acompanhando a idéia do Senador Saturnino Braga, gostaria de saber se regimentalmente é possível apresentarmos um requerimento nesta Comissão solicitando do Governo, ao Presidente Lula – por meio do Líder Aloizio Mercadante – que dê prosseguimento às obras dos metrô de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro. Não sei se é regimental, se for, apresentarei, baseado na idéia do Senador Saturnino Braga, um requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos apelando ao Governo que prossiga com essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, para as considerações finais gostaria de, preliminarmente, ressaltar, enaltecer, o comportamento da Oposição nesta Comissão. Ao longo da discussão da matéria, a Oposição fez questão de acentuar a importância e a legitimidade do financiamento para São Paulo. Trata-se de um procedimento aprovado na Legislatura anterior e no Governo passado. Não se trata de um empréstimo novo. Gostaria, também, de enaltecer a qualidade de debate aqui produzido, inclusive com a presença do Secretário do Tesouro e do BNDES, que trouxeram novas luzes aos empreendimentos nacionais. A meu ver, foi um período importante para a discussão, Sr. Presidente, que trouxe ao debate os temas estaduais, as necessidades das regiões mais pobres, a atenção que o BNDES deve ter para com os Estados do Nordeste e para com as demais regiões que precisam de financiamento para investimentos no setor de transporte e outros. Por isso, Sr. Presidente, quero reconhecer de público, como Relator, a contribuição inestimável que trouxe a Oposição para o debate dessa matéria, notadamente porque em nenhum momento houve suspeitas de que o procedimento adotado fosse no sentido de priorizar sem discussão. Eu mesmo, quando foram apresentados os requerimentos dos Senadores Efraim Morais e Jorge Bornhausen, fui o primeiro a levantar-me e apoiar a convocação das autoridades federais.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria que constasse, no relatório, a retificação da retificação. Que fique corretamente posto o seguinte: além da cláusula 12^a, que é a correta, que se dê a data do último contrato a que aludiu o Senador Aloizio Mercadante em boa hora, ou seja, 3 de maio de 2000. Constava no relatório anterior, que a data do contrato seria 13 de dezembro de 1999. Então, quero que se faça essa correção, para que os Anais da Casa registrem que o Relator corrigiu em boa hora, principalmente porque esse assunto foi levantado por um Senador da Oposição, o Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro, portanto, encerrada a discussão e coloco o projeto em votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Almeida Lima vota contra.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, por gentileza, permita-me trinta segundos, para declarar o meu voto contra, sobretudo fazendo minhas as palavras do Senador César Borges e do Senador Pedro Simon. Entendo que votar contra neste instante é favorecer São Paulo, para que ela não continue como referencial de imigração, como vem acontecendo ao longo das décadas e até mesmo dos séculos. Como disse o Senador Pedro Simon, alternativas importantes, viáveis, devem ser criadas em todos os Estados brasileiros, para que não aconteçam em São Paulo os problemas tão bem referidos pelo Senador Aloizio Mercadante. É por não desejar que São Paulo continue como o Senador Aloizio Mercadante aqui expressou, que voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto está aprovado, com o voto contrário do Senador Almeida Lima e a justificação por S. Ex^a apresentada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço urgência para o projeto, para a tramitação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Ex^a que formalize o requerimento.

Colocarei em votação o requerimento de urgência.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – V. Ex^a pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu queria responder a uma questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, apoiado na manifestação feita pelo Senador Roberto Saturnino, que é o Relator na Comissão Mista de Orçamentos.

O Regimento permite, sim, que a Comissão apresente emendas. E esta deverá fazê-lo, tão logo receba, como a exemplo dos anos anteriores, instruções quanto à maneira de proceder e também quanto à data de limite para apresentação dessa emenda.

Nós nos reuniremos, Senador Antonio Carlos Magalhães, aproveitando a sugestão de V. Ex^a, espe-

cificamente para a apresentação das nossas emendas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Com o maior respeito a V. Ex^a, pedi que a Comissão se manifestasse junto ao Governo Federal pela continuidade imediata dessas obras. Esse é o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, recebo como requerimento o pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou colocá-lo em votação, não sem antes pedir vênua, porque aqui estamos discutindo grandes projetos, como o metrô...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Somente um minuto, Senador. Concederei a palavra a V. Ex^a como Líder do Governo.

Nós estamos discutindo o metrô das mais importantes capitais do nosso País. Está na hora, também, de lembrarmos ao Governo Federal as emendas individuais e as coletivas do Orçamento para 2003, senão, como ficam os Estados do Centro-Oeste, principalmente um Estado como o Mato Grosso do Sul, que não tem metrô? Precisamos, antes disso, dos pequenos recursos que devem estar à disposição desses Estados. Já estamos no mês de outubro: é preciso que haja essas liberações.

Também é importante fazer asfalto nos bairros onde ele não existe; levar saneamento básico; construir creches, quadras esportivas, estradas; recuperar estradas que estão esburacadas. Tudo isso depende da liberação do Orçamento para 2003, que está sendo liberado de forma mitigada.

Faço isso em nome da representação ou em meu nome pessoal, já falando por Mato Grosso do Sul, que, no meu entender, está sendo prejudicado nesse sentido.

Darei a palavra ao Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Roberto Saturnino, apoiada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, agora com a manifestação veemente do Senador, fará com que esta Comissão, na oportunidade, faça um debate aprofundado sobre a situação do Orçamento do País. Se é verdade que temos carências imensas de investimento, temos também uma dívida pública que hoje exige um **superávit** primário extremamente elevado. E mesmo com todo esse superávit primário, não estamos cobrindo nem metade do serviço da dívida pública que a União é obrigada a de-

sembolsar em virtude do peso do endividamento do Estado brasileiro.

Penso que toda essa reflexão ajudará decisivamente, no debate sobre reforma tributária, a entender por que o País neste momento não pode perder receita tributária e por que é essencial manter a carga tributária, que é a nossa margem de manobra. Devemos racionalizar, simplificar, melhorar a estrutura tributária, mas não renunciar à receita, porque é indispensável preservar a pequena capacidade de investimento que o Estado brasileiro tem neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, só para não perder a objetividade, parece-me que, em virtude da argumentação usada pela Liderança do Governo, de que a excepcionalidade para São Paulo é válida pela gravidade do problema urbano e de transporte das grandes cidades, o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães é no sentido específico de que seja dada a mesma excepcionalidade às obras que estão paralisadas, como vários metrô de grandes cidades, uma vez que, para esse caso específico de São Paulo, o problema da dívida pública, que tanto aflige a liderança do Governo, não foi levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu vou retomar a palavra a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós gostaríamos que todos os Estados tivessem atendimento em todas as áreas, no entanto, isso não é fácil. Não há milagre em Economia nem em Administração.

Se continuarmos no ritmo em que estamos, o Orçamento do próximo ano terá um furo de mais de R\$8 bilhões, portanto será pior que este ano.

Penso que poderíamos analisar nesta Comissão do Senado quais foram os comportamentos da Rússia e da Argentina em relação ao FMI e, talvez, aprofundar esse estudo e oferecer sugestões. Ai, sim, sobraria dinheiro para investimento.

Hoje o País investe menos do que o próprio Estado de São Paulo e no próximo ano assim também fará, tamanho o endividamento e tamanha a dificuldade de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida, passaremos ao próximo item da pauta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, o Senador Tasso Jereissati, em sua intervenção, disse que o Governo está excepcionalizando esse empréstimo para São Paulo.

Quero lembrar que a Cláusula 12^a, § 1^o, da lei aprovada no ano 2000, é que excepcionaliza três empréstimos para a cidade de São Paulo. Foi feita ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso e de Celso Pitta. Não foi excepcionalizado nem por esta Comissão nem pelo Governo atual. Essa exceção foi definida na oportunidade da rolagem da dívida do Município. Quero reafirmar isso porque, baseado nesse acordo firmado e aprovado por esta Comissão e pelo Senado Federal, o Tesouro Nacional rememorou, por ocasião da realização desse empréstimo, que se trata da Cláusula 12^a do acordo firmado em 3 de maio de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa quer esclarecer que cada Comissão tem o direito de apresentar cinco emendas. Quando nos reunirmos, decidiremos quais serão as emendas. Agora, peço que entendam que temos que caminhar com a pauta.

Vou colocar em votação apenas um requerimento já quase resolvido, apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, no sentido de que se faça um apelo para a continuidade das obras dos metrô de Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre e outros.

Também me permito incluir no requerimento que sejam liberados os recursos para as pequenas cidades que necessitam investimentos. Estamos votando esta matéria, mas o Banco Nacional de Desenvolvimento afirmou que não tem dinheiro para emprestar. Deveríamos averiguar o motivo da falta de dinheiro. Precisamos aprovar o projeto, porque ele disse que vai entrar dinheiro. O Senador Antonio Carlos Magalhães haverá de permitir que se inclua o pedido em seu requerimento, senão cometeremos uma injustiça muito grande. Não agüentamos mais de cobranças no Estado de Mato Grosso, em todos os lugares.

Então que se receba.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Vamos a outro item da pauta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a inversão da pauta para que possamos analisar o PLS nº 46.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o item?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – É o último da pauta, Sr. Presidente. O Relator é o Senador Paulo Octávio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento

Em vez de votarmos o Item 2, há um requerimento para que se vote o Item 11.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Apesar de ser uma matéria que merece ser debatida, e nós o faremos, pediremos vista desse projeto para apresentar um voto em separado, fundamentado, mas de suma relevância.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Ex^a concorda com a inversão da pauta?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Nós pediríamos vista. Se pediremos vista, é absolutamente irrelevante...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só posso conceder vista depois de fazer a inversão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Dou a palavra ao Relator, Senador Paulo Octávio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pedi vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas S. Ex^a não leu o parecer ainda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – S. Ex^a lerá o parecer primeiro, então?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

Tem a palavra o Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – O Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, ementado na epígrafe de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, compõe-se de três artigos.

O art. 1º estabelece que serão atualizados monetariamente, mediante aplicação do índice de 1,4235, os valores expressos em reais relativos aos fatos geradores ocorridos durante o ano de 2002 das tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência

do Imposto de Renda das pessoas físicas, bem assim aqueles das deduções por dependente, por parcela isenta de proventos e pensões de contribuintes com mais de 65 anos e por pagamento a estabelecimentos de ensino e ainda o do desconto simplificado de 20% dos rendimentos anuais – modelo simplificado da declaração de ajuste anual – a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

O art. 2º determina que, partindo-se dos valores já corrigidos de que trata o art. 1º do projeto e tomando-se por base o INPC calculado pelo IBGE, serão atualizadas em 1º de janeiro de cada ano as tabelas progressivas, mensal e anual, de incidência do Imposto de Renda das pessoas físicas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995, bem assim as deduções pessoais a que se referem os arts. 4º, 8º e 10 da referida lei.

O art. 3º insere cláusula de vigência da futura lei na data de sua publicação.

Na justificção, o autor inicia por reconhecer o importante avanço representado pela Lei nº 10.451, de 2002, que atualizou a tabela progressiva do Imposto de Renda das pessoas físicas em 17,5%, mas, como a referida tabela se encontrava congelada desde 1996, entende o autor que a correção continuou onerando os assalariados, pois a inflação acumulada no período foi de 67,73%, consoante medida pelo INPC do IBGE.

Nesse sentido, o projeto de lei propõe-se a reajustar a referida tabela pela inflação verificada no período, deduzindo o fator contemplado na legislação em vigor e, ao mesmo tempo, pretende estabelecer uma sistemática de atualização anual das tabelas do Imposto de Renda das pessoas físicas e das respectivas deduções pessoais para evitar que, em decorrência das perdas inflacionárias dos rendimentos, estes sejam tributados a mais pelo referido imposto em termos reais, sem ter havido modificação legal daquela incidência.

Diz o autor que o projeto contempla a vertente política tendente a ensejar calorosos debates parlamentares, à qual declara ter aderido, submetendo-se à vontade popular que venceu as eleições de 2002.

Repudia, portanto, a linha contrária por ele sustentada antes, já que, na condição de membro da Base do Governo anterior, terá feito defesas contundentes sobre a necessidade de manutenção dos valores até então vigentes, com o propósito de se manter elevado nível de arrecadação, capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade da moeda. E conclui que, por coerência, espera idêntico posicionamento de quem, agora no Governo, não pou-

para críticas, no passado recente, à sistemática até então adotada e apresentara projetos de lei propondo índices de correção da tabela na mesma magnitude da preconizada nesta proposição.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo.

Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a tributos e outros assuntos correlatos, como é o caso. Ademais, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, do Regimento.

Na proposição sob exame, não se encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional no tocante à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa do Congresso Nacional. Outrossim, não há óbices constitucionais quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente ao sistema tributário, no âmbito do Imposto de Renda.

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que atende à previsão do parágrafo único do art. 59 da Constituição. E não se vislumbram também quaisquer óbices quanto à regimentalidade.

No mérito, o projeto de lei afigura-se oportuno e conveniente, à vista dos argumentos expendidos pelo eminente autor, acima referidos, os quais, de tão claros, objetivos e convincentes, dispensam outros comentários a reforçá-los.

Diante do exposto, conclui-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lido o parecer, está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, como o parecer estava escrito, para facilitar o trabalho da Comissão, adiantei-me e afirmi-me, para preservar os demais Senadores, que solicitaria vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como também há pedido de vista feito pelo Senador Almeida Lima, a vista será coletiva.

Houve uma inversão de pauta, porque o Vice-Presidente, Senador Paulo Octávio, não se encontrava presente. Lembro que já discutimos o Item

1, que diz respeito à programação monetária referente ao quarto trimestre de 2003. Essa matéria tem prazo estipulado em lei e é importante para que o Poder Executivo possa continuar trabalhando.

Se o Plenário me permite, coloco em votação o Item 1, concedendo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para contribuir com a Mesa: não se trata do projeto lido na reunião anterior e para o qual também pedimos vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi concedida vista coletiva. Concedi a palavra a S. Exª para saber se deseja aduzir algo mais, pois o parecer já foi lido.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Se o parecer já foi lido, nada há a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, havia pedido vista do projeto referente à programação monetária anterior, do terceiro trimestre, e feito pronunciamento nesta Casa sobre o assunto. O mesmo faço, nesta oportunidade, com essa do quarto trimestre de 2003, diante do fato de que, pessoalmente e também em nome do meu Partido, não podemos concordar com essa programação monetária, pois ela é excessivamente recessiva e é exatamente ela quem tem causado os graves problemas neste País, nesta quadra, diante dos altos e insistentes índices de desemprego, além da retração da economia.

A programação monetária para o quarto trimestre não vem de forma diferente das anteriores, o que levará, sem dúvida alguma, à manutenção da situação em que nos encontramos hoje. V. Exªs poderão ver da própria análise, item II do relatório, que sintetiza o que vem na programação monetária os seguintes itens:

- 1) o Produto Interno Bruto apresentou queda;
- 2) a produção industrial recuou;
- 3) o comércio teve desempenho negativo;
- 4) os preços tiveram variação positiva;
- 5) a taxa de desemprego vem se mantendo no patamar de 12,8%;

6) o superávit primário é superior ao anterior, ou seja, mais arrocho, menos investimento;

7) a dívida líquida do setor público situou-se em 57% – superior à anterior, de 55,4%;

8) mantém-se a tendência de queda no déficit em transações correntes;

11) o ingresso líquido de investimentos estrangeiros continua caindo.

Ou seja, Srs. Senadores, todos são os itens negativos que se vem verificando com a programação monetária para o primeiro trimestre, para o segundo trimestre e a verificada no terceiro trimestre. Esta quarta programação monetária tem a mesma característica. Apenas um único item dos apresentados salva-se, que é o saldo da balança comercial, que vem crescendo.

Sr. Presidente, o meu Partido, o PDT, não pode ratificar essa política monetária que é extremamente recessiva e que causa enormes males à população brasileira.

Aliás, leio um comentário muito preciso, que diz o seguinte:

A economia equilibrada é aquela em que a oferta nova de moeda supre exatamente as necessidades de circulação da renda em crescimento. A escassez da moeda é fonte de renda extraordinária para seus poucos detentores. Os ortodoxos em economia são os que defendem os interesses dos poderosos, e esta política monetária prevista para o quarto trimestre, e já aplicada no primeiro, segundo e terceiro, é ortodoxa. Contudo, tais interesses são camuflados como interesse geral. A base dessa camuflagem são a teoria e a política monetária recessiva como a que o Governo Lula pratica.

Portanto, Sr. Presidente, venho, mais uma vez, pessoalmente, assumir uma posição contrária a essa programação monetária, pois vem exatamente no mesmo diapasão, na mesma trilha das anteriores, que têm levado o País à recessão, com os males dela decorrentes a todo o povo brasileiro.

Por essa razão, irei votar contrariamente a esta política monetária apresentada pelo Governo para o 4º trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a praxe é o Banco Central mandar para nós qual será a política, mas é até louvável que se discuta para o 1º trimestre do pró-

ximo ano, porque este já está em curso. E há um prazo. E temos que aprovar dentro do prazo para cumprir a legislação. A discussão nesta Comissão sempre é muito bem-vinda. No entanto, neste caso específico, ainda estamos presos a um ritual que nos cumpre, neste momento, nada mais fazer, senão votar para não deixar de cumprir as obrigações desta Comissão.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, só queria lembrar que, quando da aprovação da 3ª programação monetária, foi apurado o nosso parecer – eu era o Relator, Sr. Presidente –, do qual resultou o Projeto de Lei do Senado nº 326, de autoria desta Comissão, que propõe alterações na legislação de forma a torná-la consentânea com a atual forma de execução da política monetária.

Não estamos mais pecando por omissão, Sr. Presidente. Na medida em que se fala da tempestividade, pode parecer que estamos incorrendo nesse pecado, mas não estamos, porque já estamos em um processo de mudança com relação a esta legislação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Realmente, o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas até que nova legislação seja aprovada, estamos trabalhando com a legislação atual, e nem poderia ser de outra forma. De forma que a observação de V. Ex^a é extremamente válida para esclarecer, principalmente neste momento, a votação da matéria.

Como não há ninguém mais que deseja discutir a matéria...

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO OTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o Senador Garibaldi. O relatório de S. Ex^a foi inovador e apresentou um subsídio importante para a Comissão, que sempre analisa e sempre vota com atraso. Estamos votando, agora, no final de outubro, um relatório que deveríamos ter votado dois meses atrás.

O Senador Garibaldi tem razão. É meramente protocolar – o Senador Ney Suassuna também confirmou isso –, e sempre votamos com atraso.

Então, é importante que mudemos esse ritual para podermos ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar, a propósito da apreciação da programação monetária, que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento no sentido de convidarmos o Ministro Antônio Palocci e o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, para apreciarmos a decisão do Governo brasileiro relativa ao novo acordo com o FMI, se será realizado e em que termos. E como se aproxima o momento de decisão, eu gostaria de lembrar que o requerimento foi aprovado e bastaria, então, V. Ex^a confirmar a data dessa audiência em reunião normal da Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Supply, a Presidência não tem condições de confirmar, porque está sob a forma de convite e, portanto, creio que V. Ex^a poderá até ajudar, porque, sendo convite, não podemos marcar data sem que o convidado o aceite. Esclareço que a Secretaria está em entendimento com a área econômica do Governo dizendo que o requerimento foi aprovado e que aguardamos que eles estabeleçam a data para que os recebamos aqui com o maior prazer.

Lembro que há muita diferença entre convite e convocação. Quando de convocação, o Ministro tem um prazo regimental de 30 dias para marcar a data e aqui comparecer.

Tomara que S. Ex^{as}, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, estejam ouvindo as ponderações de V. Ex^a.

S. Ex^{as} serão sempre bem-vindos nesta Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, estamos diante de um acordo **stand by** com o Fundo, que ainda não se encerrou, e a avaliação feita pela equipe do Fundo é trimestral. A equipe do Fundo Monetário Internacional acabou de chegar ao Brasil, portanto, está sendo feita essa discussão. Acredito que quando se encerrar esse último acompanhamento da situação macroeconômica do País, seguramente o Ministro virá. Entre outras coisas, porque existe o convite de três Comissões. Inclusive, S. Ex^a tem todo interesse e o fará o mais breve possível, mas, exatamente por essa razão, foi postergada a vinda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Coloco em votação o Item 1 da pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Matéria aprovada com voto contra do Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Sr. Presidente, peço apenas para justificar esse voto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Declaração de voto se faz por escrito. O Senador já fez, hoje, uma declaração, explicou inicialmente, o Regimento é muito claro em relação a essa matéria. S. Ex^a pode encaminhar, posteriormente, para anexar à pauta da Comissão, a declaração de voto, que é um direito parlamentar. O Regimento é muito claro em relação à fórmula. Temos uma pauta muito extensa, Sr. Presidente, temos mais 12 itens na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, concederei a palavra ao Senador Almeida Lima, pedindo que S. Ex^a seja muito rápido. Creio que S. Ex^a já justificou o voto no instante em que discutiu a matéria. A Mesa tem agido com certa condescendência e peço ao Senador Almeida Lima que seja rápido, pois a matéria está votada.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT-SE) – Agradeço a V. Ex^a e peço vênha ao Senador Ney Suassuna para dizer que esta matéria não é apenas uma formalidade, ou protocolar, que foi a expressão utilizada.

Na verdade, os Senadores têm o direito de votar contra e rejeitar a matéria, porque estamos discutindo a política monetária, a política econômica do Governo e, se ela fosse rejeitada, o Governo teria a obrigação de encaminhar a esta Casa, pela lei atualmente vigente, uma outra programação monetária consentânea com a vontade do Senado Federal. Vejo que, nesta Comissão, ela está sendo aprovada, mas poderia ser rejeitada, numa demonstração de que não é formal nem protocolar, e o Governo teria a obrigação de mandar a esta Casa uma outra política monetária para o quarto trimestre.

Portanto, Sr. Presidente, era a justificativa. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, passaremos ao Item 2. Trata-se de um projeto de lei do Senado, terminativo, permitindo dedução do Imposto de Renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram cotas de fundos mútuos de investimento de empresas emergentes. Autoria: Senador Roberto Saturnino.

Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior, a quem concedo a palavra para a leitura do seu parecer.

O SR. RELATOR (Geraldo Mesquita Júnior) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 319, de autoria do eminente Senador Roberto Saturnino, compõe-se de três artigos que dispõem o seguinte: o art. 1º estabelece que as pessoas

físicas e jurídicas, até o exercício fiscal de 2010, inclusive, poderão deduzir do Imposto sobre a Renda devido até 25% dos valores que aplicarem na aquisição de cotas de fundo mútuo de investimentos em empresas emergentes, regulado pela Comissão de Valores Mobiliários. Pelo parágrafo único desse artigo, quanto às pessoas físicas, a dedução é limitada a 10% do imposto devido, a ser efetuada na declaração de ajuste anual e, quanto às pessoas jurídicas, a dedução é limitada a 5% do imposto devido, a ser efetuada no período de apuração em que tenha havido aquisição das cotas, facultado aos contribuintes de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, optarem pela dedução no próprio mês de competência ou na apuração anual.

O art. 2º declara isentos do chamado Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, e do Imposto sobre a Renda, os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos fundos de investimentos em empresas emergentes. O art. 3º dispõe sobre a vigência da lei na data de sua publicação, acrescentando que ela poderá produzir os efeitos a partir do dia 1º de janeiro subsequente.

Em longa justificação, o ilustre Senador Saturnino, autor do projeto, tece considerações de política econômica a partir de breve análise da atual crise de escassez de recursos para financiar o nosso desenvolvimento nacional, salientando a conveniência de se dar apoio às chamadas empresas emergentes, genuinamente nacionais em sua esmagadora maioria. Daí, recorda que a Comissão de Valores Mobiliários, pela Instrução nº 209, regulamentou a criação de fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes, constituídos sob a forma de condomínio fechado e destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão daquele tipo de empresa.

Compete à CAE, Sr. Presidente, nos termos do art. 99 do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes a aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria, tributos e finanças públicas, e outros assuntos correlatos, como é o caso sob análise.

O projeto não apresenta óbice, quer quanto à constitucionalidade, como, por exemplo, o direito de iniciativa de Parlamentar, competência da União para legislar sobre o assunto, limitações ao poder de tributar, quer quanto à regimentalidade ou mesmo à técnica legislativa. Sob esse último aspecto, poder-se-ia questionar, talvez, o recurso à elaboração de lei autô-

na, como a pretendida pelo projeto sob análise, sem alterar expressamente a atual legislação regente do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas e jurídicas, bem como a do IOF, à vista do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 95.

Todavia, a solução se justificaria dada a inexistência, por hora, da consolidação preconizada por essa mesma Lei Complementar em seus arts. 13 e 14. Entretanto, o Projeto não se coaduna com o disposto nas sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 1999. A LDO, para o exercício de 2003, no art. 84, **caput**, dispõe que o projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual estabelece:

Art. 14 – A concessão, ampliação de incentivo, ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário financeiro, no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

1 – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

2 – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento da receita, provenientes da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou de contribuição;

§ 1º a renúncia compreende: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado;

§ 2º se o ato de concessão, ampliação de incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor, quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Senador Saturnino
A justificativa apresentada pelo ilustre Senador Saturnino Braga, não nos parece que o projeto deva ser aprovado. Sob esse aspecto, são válidas as ponderações da Secretaria da Receita Federal constantes

da Nota Técnica, anexadas à fl. 33, 37 e 38, dando conta de análise a que procedeu por solicitação da CAE, formulada em 13 de abril do ano 2000.

É notório que, no momento atual, o Governo recém-empossado continua seriamente empenhado em diminuir o déficit público, almejando mesmo alcançar superávit, mediante forte contenção de gastos e considerável esforço na busca da manutenção dos altos níveis de arrecadação, que só vêm crescendo nos últimos anos.

Por outro lado, na prática, a implementação da proposta, em vez de benefícios efetivos, acarretaria apenas as distorções já verificadas nas diversas ocasiões em que foram concedidas vantagens fiscais para a aplicação no mercado de capitais. Na forma da proposição sob exame, os investimentos seriam efetuados sem nenhum risco, dado que integralmente realizados com recursos públicos.

A proposta repete a fracassada tentativa de capitalizar as empresas brasileiras por meio do incentivo fiscal concedido para investimento nos fundos de ações, denominados Fundos 157. Houve, nesse caso, brutal transferência de recursos, a custo zero, para instituições financeiras que, além de cobrarem taxas de administração extorsivas, colocavam nesses fundos as ações podres que a própria instituição adquiria para sua carteira.

Outro exemplo sem sucesso do uso do incentivo fiscal para o mercado foi a isenção do Imposto sobre a Renda para ganhos obtidos em bolsa de valores pela pessoa física. Tal isenção, que tinha por objetivo capitalizar a empresa privada nacional, foi extinta em 1990. Naquela ocasião, mais de 805 dos negócios efetuados em bolsa estavam concentrados num reduzido número de empresas controladas pelo Governo.

Exposta à ineficiência para o próprio mercado da instituição de incentivo fiscal dessa natureza, bem assim o seu grande potencial de desvirtuamento, é de se observar ainda que, na atual conjuntura econômica, quando todos os esforços governamentais estão voltados para o ajuste das contas públicas, proposição que implica em redução da arrecadação tributária é, no mínimo, inoportuna.

Face ao exposto, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1999.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é comum e praticamente unânime a afirmação de que a taxa de poupança do País vem caindo substancialmente e de que a retomada do nosso desenvolvimento está a exigir esforços no sentido de que se eleve também a taxa de investimento. Ontem ou anteontem, o Ministro Palocci foi à televisão pedir que os empresários invistam.

O projeto que apresentei, há alguns anos, tem como objetivo tão somente estimular esse tipo de investimento, ou seja, o investimento em empresas emergentes, caracterizadas pela Resolução da CVM, que são pequenas empresas genuinamente nacionais, carentes, por conseguinte, de capital – visto que a carência de capital é uma das características desse tipo de empresa. O investimento seria um estímulo, um incentivo na verdade, muito pequeno, porque é apenas de 25% do total aplicado pela pessoa física ou jurídica.

Por essa razão, não concordo com o parecer do Relator quando S. Ex^a diz: “Na forma da proposição em exame, os investimentos seriam efetuados sem nenhum risco, visto que integralmente realizados com recursos públicos”. Não é verdade, em 75% haveria risco do investidor; em 25% apenas ele poderia descontinuar e repassar o risco para o setor público. Por conseguinte, não é uma repetição do que foram os investimentos do Fundo 157. Esses, sim, eram inteiramente bancados pelo Estado. Aqui, a minha proposição é muito econômica para os cofres públicos, pois 75% seriam bancados, efetivamente, pelo investidor.

Agora, compreendo que a Receita Federal não queira perder um real sequer na situação aflitiva em que se encontra, tendo que produzir, o Governo e o Tesouro, superávits muito elevados cuja manutenção já está efetivamente preocupando toda a Nação. Entendo os argumentos do Relator, baseados no parecer da Receita Federal, mas quero retificar a parte em que diz que os incentivos seriam todos integralmente bancados pelo Estado.

Mantenho o meu ponto de vista pela aprovação do projeto, tendo em vista que a proposição produziria uma renúncia fiscal extremamente pequena e induziria que esses fundos de empresas emergentes pudessem funcionar – criados em 1994 e até hoje letra morta – exatamente porque são empresas que, se não tiverem a sua capitalização estimulada, tendem a ser postas de lado pelas empresas que têm **blue ships**, que têm rentabilidades na bolsa de valores, em que há rentabilidades mais elevadas e segurança mais efetiva.

De modo, Sr. Presidente que, mantenho meu ponto de vista mais favorável. Entendo a posição do Relator, baseado no parecer da Receita Federal, que não quer perder nenhum real, mas acho que está chegando o momento em que precisamos olhar, também, para a taxa de crescimento, a retomada do desenvolvimento e, por conseguinte, a recuperação da taxa de investimento do País, que é o objetivo deste projeto. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª quer a palavra para discutir?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação a este projeto quero fazer uso da palavra, rapidamente, para elogiar a preocupação do Senador Roberto Saturnino neste momento tão difícil em que vive a economia brasileira com o crescente desemprego e a crescente diminuição das atividades econômica industrial e comercial. Com exceção, talvez, da atividade agrícola, onde ainda mostra algum desempenho positivo na economia brasileira. Que ele procure alguma forma de estimular o crescimento da economia e a retomada dessas atividades, fundamentais para a formação de emprego. Que procuremos debelar o desemprego cada vez crescente, como acontece hoje, com taxas recordes. O Brasil já apresenta, desde que assumiu o Governo do PT, 750 mil desempregados. No entanto, tenho uma preocupação. Sempre que se incentiva as empresas com algum tipo de incentivo fiscal, sempre se faz visando ou o imposto de renda, quando é incentivo para as empresas, ou quando é para as pessoas físicas, para a compra de determinados produtos, é sempre pelo IPI. Aí, Senador Roberto Saturnino, é a parcela exata que a União reparte com os estados e os municípios. Apenas metade do imposto de renda e do IPI é que vai para a União, o restante é a parcela dos Estados e Municípios. Então, será feita uma cortesia com o chapéu de outros: dos estados e municípios que já vivem uma situação difícil. Vejo com extrema preocupação a situação dessas unidades federativas. É uma questão que me preocupa. Por outro lado, não posso tirar o mérito de seu projeto. Sinto sua preocupação, talvez até com uma coerência com seu passado de homem do desenvolvimento, pois quer ver o Brasil crescendo. V. Exª é oriundo do BNDES e não quer ver o País nesta recessão econômica, unicamente para pagamento de dívidas. E onde fica o social? Onde fica a necessidade de o brasileiro se sustentar? Esta é uma questão que o Senador Roberto Saturnino está com razão. Não quero que jul-

guemos neste momento e quero que reflitamos um pouco mais sobre o assunto.

Peço, então, Sr. Presidente, vista deste relato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo vista, nos termos do regimento, ao Senador César Borges. Lembro que havia sido iniciado o processo de discussão, e não o dou por encerrado. Contudo, a vista está concedida.

Passa-se ao **Item 3:**

Consulto ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta desse projeto do Senador César Borges. Louvo a intenção de S. Exª no sentido de conceder aos Estados incentivos para que eles possam exportar mais. Mas o que acontece é que não tivemos a audiência, não ouvimos a Secretaria do Tesouro nacional. O que se faz indispensável, porque o o incentivo, Sr. Presidente, é concedido na base de um refinanciamento da dívida pública dos Estados, e sabemos muito bem que no que toca a esse refinanciamento há, da parte da Secretaria do Tesouro, uma preocupação. Nós não queremos negar a possibilidade desse reexame.

Queremos, portanto, pedir a retirada de pauta do projeto do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Estamos discutindo exatamente esse item da pauta, Item nº 3, de que sou autor, e tem como Relator o nobre Senador Garibaldi Alves Filho. E, para a minha surpresa, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho está neste momento pedindo retirada do seu relato, um relato, Sr. Presidente, belíssimo. Inclusive, quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves Filho que, na verdade, não aproveitou na íntegra o meu projeto; aproveitou a idéia e a modificou. Essa idéia foi aprimorada, inclusive no aspecto que ele levantou de que o que eu previa era incentivar as exportações. Hoje é essencial para o Brasil, para a sua sobrevivência, inclusive para fazer frente às dívidas externas, a exportação; é no saldo da balança de comércio exterior que vamos extrair recursos para pagar a nossa dívida, que hoje bate recorde de US\$ 20 bilhões de saldo positivo. Então, é preciso incentivar os Estados, que hoje só têm, na verdade, desestímulos, porque, na medida em que o Estado exporta, ele tem que desonerar a exportação, e ficam as empresas cheias de créditos de ICMS, a co-

brar dos senhores Governadores que não têm capacidade de fazer esse pagamento.

Assim, era preciso criar um estímulo, e esse estímulo nós o criamos fazendo uma redução da parcela mensal que é paga pelos Estados ao Governo Federal da sua dívida.

O Senador Garibaldi Alves Filho procurou modificar, porque o meu projeto era autorizativo; S. Ex^a já agora apresentou um projeto terminativo, no caso, mandando o Governo, efetivamente, pagar, já modificando a lei existente, que é a Lei Kandir. Um trabalho de engenharia excelente. Só posso elogiar o Senador Garibaldi Alves Filho e estranhar que nesse momento...

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – E veja que não sou engenheiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – ... nesse momento S. Ex^a esteja um grande engenheiro. Pelo menos está colocado como engenheiro. S. Ex^a tem todas as condições, porque é obra de engenharia, efetivamente, que fez com a sua assessoria, sem sombra de dúvida. Tenho que ler pelo menos uma parte. S. Ex^a diz:

“Quanto à constitucionalidade e à juridicidade, não há problema nenhum o que foi apresentado. Quanto ao mérito, considero que o projeto é de relevância estratégica para o desenvolvimento econômico do País. Nos últimos anos, a cada crise de liquidez no mercado internacional, os capitais de empréstimo fugiam do País, abrindo um déficit em nossa balança de pagamentos. Exportar mais significa ter mais dólares em caixa...”

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Em seguida, nobre Senador, apenas para ler as suas palavras, que são belíssimas e que me encantaram.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex^a vai-me permitir. Não estou negando o mérito do projeto de V. Ex^a, não; estou pedindo um reexame e pedindo que a Secretaria do Tesouro Nacional seja ouvida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu sei, nobre Senador, e sabe o respeito e o carinho que tenho por V. Ex^a. É que o relato, para mim, está tão perfeito que tenho a impressão que não tem como a Secretaria do Tesouro Nacional rejeitar esse relato, partindo inclusive de um nobre Senador, que hoje faz parte da Base do Governo, e nós estimamos. Eu, pelo menos, todos os dias, cruzo os dedos que ele chegue ao Ministério, porque estaríamos com um grande Ministro,

que é o grande Senador Garibaldi Alves Filho. Acho que é unanimidade neste Casa. Pensei até que esse relato já tivesse compatibilizado com essa nova função, que ele teria, mas a verdade é que aqui é só de elogios e para dizer da necessidade.

Então, apelo ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho que, por favor, não modifique essa peça tão bonita, que viemos aqui para elogiar e aprovar nesse dia. Permaneça com ela no momento, e possamos aprová-la e apreciá-la aqui. É o apelo que faço ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. Na eventualidade de não aceitar, que ele pelo menos retorne rapidamente. O meu projeto é autorizativo, mas S. Ex^a, como grande engenheiro legislativo, conseguiu modificar, tornando o projeto muito mais efetivo e eficaz do que o meu. S. Ex^a contribuiu e fez um trabalho excelente. Mas estou perplexo, porque, neste momento, presencio a sua retirada. Sei que não parte de seu coração, pois S. Ex^a gostaria de ver esse projeto aqui aprovado do jeito que está. Talvez o Governo tenha solicitado a S. Ex^a a retirada.

Mas fica o meu apelo ao Senador Garibaldi Alves.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Mesa tem admitido a retirada de pauta para reexame sempre que o Relator a solicite.

Retiro esse projeto de pauta pela primeira vez. Depois, poderemos analisá-lo; mas sempre há o entendimento da Mesa de que o Relator pode pedir a retirada da matéria de pauta para reexaminá-la. Sendo assim, a Mesa atende ao requerimento do Senador Garibaldi Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria, muito brevemente, elogiar os dois Senadores. O Senador César Borges, por ter apresentado, ainda que tardia, uma preocupação com um tema tão relevante para os Estados da Federação, porque, realmente, no Governo anterior, ao qual S. Ex^a serviu de forma tão fiel, esmagaram-se as finanças estaduais.

O projeto da Lei Kandir – que, por sinal, é um Deputado do PSDB dos mais brilhantes – transferiu para os Estados todo o ônus da desoneração das exportações; e, como o crescimento econômico se faz sobretudo em função do setor exportador, houve um prejuízo muito grande para as finanças dos Estados.

Penso que é tardia a lembrança, mas neste Governo é muito bem recebido esse tema, porque realmente queremos repactuar a Federação.

Agora, quero, sobretudo, parabenizar o Relator pela seriedade. Um homem que tem experiência de Governo de Estado, sabe exatamente do que estamos tratando, pede o reexame, entre outras coisas, porque este tem sido um dos pontos centrais da negociação na reforma tributária: uma longa discussão entre os 27 Governadores e o Governo Federal, buscando fontes de recursos do Proex, recolocando a questão da Lei Kandir, que não haverá mais para o ano que vem, e assegurando, com isso, uma compensação pelo esforço de desoneração das exportações dos Estados e dos Municípios.

Aqui só se fala em Estados e Distrito Federal, e o Governo do Presidente vai mais longe, porque os Municípios também são onerados pelo Fundo de Participação dos Municípios.

Por tudo isso, tenho certeza de que na oportunidade, poderemos construir um excelente parecer, entre outras coisas, pois trata-se de um dos temas centrais da reforma tributária, que será contemplado pelo Governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a compreensão de todos. Não negarei a palavra a ninguém. Não gosto disso. Penso que devemos debater o mais livremente possível as matérias.

Quando a matéria é retirada de pauta, vou conceder a palavra ao Senador César Borges, à Senadora Ana Júlia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu fui citado pelo nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Citação não.

Vou conceder a palavra porque penso que devemos debater as matérias. Concederei, por citação, só quando de forma deselegante. Fora disso, não, pois quando há elogios não há por que atender a esse expediente.

Mas V. Ex^a é o autor da matéria. Portanto, vou lhe conceder a palavra, como vou conceder a palavra à Senadora Ana Júlia.

Depois, vamos adiante, porque temos que cumprir a pauta desta manhã.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Gostaria de dizer ao nobre Líder Senador Aloizio Mercadante, por quem tenho um grande apreço, por sua inteligência, sua capacidade, que, na verdade, não estou com os pés fincados no passado, até por que não servi ao Governo passado. Eu era Governador do meu Estado e fui muitas vezes servido pelo Governo passado, que tinha preocupações com o desenvolvimento, com

o ajuste fiscal, mas também em promover o crescimento econômico do País. Tanto que conquistamos para o Estado da Bahia um complexo industrial como a Ford, pois houve essa compreensão do Governado passado, senão não teria conquistado. Então, não é por aí.

Penso que temos olhar para o futuro para viabilizar exatamente um esforço exportador como o da Bahia. Hoje a Bahia está incrementando as suas exportações, principalmente a de automóveis. Tanto que já estamos conquistando uma segunda fábrica de automóveis. Está-se anunciando agora que a **Hyundai** fará um investimento para construir 150 mil automóveis na Bahia, criando um complexo. No entanto, não temos incentivo nenhum por parte do Governo Federal. É isso que estamos fazendo aqui.

Para concluir, Sr. Presidente, penso que deveria ser ouvido também – digo isso ao nobre Senador Relator Garibaldi Alves – o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro Furlan, porque não é possível que seja uma ditadura da Secretaria do Tesouro Nacional, e tudo se faça apenas por conta do ajuste fiscal.

Vamos olhar a necessidade do País de gerar emprego, de gerar renda, de gerar divisas. Esse projeto tem todo o mérito e espero que seja aprovado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia, por gentileza.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Obrigada, Presidente.

Pedi a palavra porque, se esse projeto fosse colocado em discussão, eu não só iria discuti-lo como iria pedir vista. V. Ex^a sabe que já subi a tribuna diversas vezes para falar sobre esse assunto, por que esse é um tema de interesse não só do País mas, em particular, do meu Estado do Pará, que, com certeza, é um dos Estados que mais contribui com a balança comercial positiva do País. Por ser exportador de matérias-primas e semi-elaborados, o meu Estado acaba tendo uma perda maior que outro tipo de exportação.

Tenho uma emenda constitucional sobre essa matéria, e vamos discuti-la na apreciação da reforma tributária, que faz referência a uma lei complementar – aproveito a oportunidade para parabenizar não só o Senador César Borges, que fez um projeto indicativo, como também o Senador Garibaldi Alves Filho, que já transformou o projeto de lei complementar, podendo o mesmo ser utilizado como base da lei complementar –, que atenderá à questão da compensação dos Estados, a fim de que os critérios de distribuição se-

jam mais justos e possamos, assim, acabar com os grandes desequilíbrios regionais no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, com a retirada de pauta do item 3, o item 4 tem um requerimento de tramitação conjunta com o item 6. Em razão disso, ambos serão retirados de pauta da sessão.

Item 8:

O SR. João Alberto Souza (PMDB-MA) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a atendesse a um requerimento de nossa autoria, mesmo verbal, de inverter a pauta e colocasse em votação um projeto de 1999, nº 414, que é o item 10, de autoria do Senador José Sarney. Pediria a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como eu já havia anunciado o Item 8, vamos considerar o requerimento como próximo item.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que dispõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física.

O Relator é o Senador Mão Santa, que conclui pela rejeição do projeto.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Sr. Presidente, isso já foi lido numa vez anterior, mas gostaria de resumir. Trata-se dos benefícios aos deficientes, concedido pelo Presidente Sarney, e o Presidente Collor aqui justificou o voto que dei para ele, quando disse o seguinte sobre a lei de 1991: “Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do §5º art. 66 da Constituição Federal a seguinte parte da Lei de 28 de junho.

IV – Pessoas que em razão de serem portadoras de deficiência física não possam dirigir automóvel comum.”

Quer dizer, eles vêm ganhando benefício de leis justas e boas e agora o nosso Senador Moreira Mendes, de uma generosidade extraordinária quer ampliar esse benefício a caminhões. Então, depois de uma análise, achamos inadequado, porque as modificações físicas são restritas. A nosso ver, dirigir caminhão é uma complexidade para o deficiente, que já possui benefícios desde os Governos Sarney e Collor.

Em face do exposto, concluímos, considerando aqui a alta generosidade, que, sem dúvida, ele vai ganhar com Deus um lugar no céu, mas nós concluímos pela rejeição do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer conclui pela rejeição, e o projeto está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, passa-se à votação.

A votação é nominal.

Aqueles que concordam com o parecer devem votar “Sim”. O parecer é pela rejeição. Se há concordância com o parecer, o voto é “Sim”.

O SR. (Orador não identificado) – Mas isso significa “Não” ao projeto.

Está em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou colocar em votação o projeto e não o parecer.

Quem quiser votar com o parecer, portanto, vai ter que votar “Não”.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a salvou o projeto. (risos.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – E isso é bom, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei se é bom. Sei que não tivemos o desprazer com o voto de V. Ex^a de declarar que não havia número.

Total: 14 votos.

O projeto está rejeitado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Chamei o nome de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Ex^a não vota?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu não posso votar nesse caso. Posso dar número para presença, mas não posso votar. Se votasse, acompanharia o Relator, mas vou dar chance a V. Ex^a. V. Ex^a votou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência só vota em votação secreta; em votação nominal, só em caso de empate. Contamos número para presença, mas não assim, porque para votar é necessário ter maioria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei, em seguida, a palavra a V. Ex^a.

O Item 5, então, foi rejeitado.

O Item 6 é aquele que tem tramitação conjunta.

O Senador Ney Suassuna, autor do Item 7, pede sua retirada da pauta. Quando o autor pede, vale como se fosse o Relator. S. Ex^a quer sua inclusão em outra oportunidade.

Temos, aqui, o Projeto de Lei do Senado nº 8, do Senador Moreira Mendes, cujo Relator é o Senador Aelton Freitas. S. Ex^a comunicou à Mesa o seu pedido também para retirada de pauta.

Temos aqui o Item nº 10. Assim, Senador João Alberto, não há necessidade de nenhuma inversão de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, estava presidindo a Comissão de Educação e, por isso, não fui informado sobre a razão por que o Item nº 6 saiu de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Item nº 6 saiu de pauta, porque há um pedido de tramitação conjunta. Esse requerimento não é objeto da Comissão de Assuntos Econômicos, mas do Plenário. Devem ser votados na próxima sessão, os Itens nº 4 e 6 por se tratarem de matéria similar. Há o pedido de tramitação em conjunto.

O SR. OSMAR DIAS (Ramez Tebet) – Item 4, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O item 4 da pauta, que altera a Lei 9.424, de 24 de dezembro de ... Estabelece regras de cálculo para a complementação do art. 6º dessa lei.

Nessa matéria, há um requerimento de tramitação em conjunto, e no item 6, que trata do Ensino Fundamental, há um pedido de tramitação conjunta. Não é o item 6 com o 4. Os dois projetos têm requerimento de tramitação em conjunto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Está certo, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, vamos ao item 10, último item da pauta.

Item nº 10:

Dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Autor, Senador José Sarney; Relator, Senador João Alberto Souza. A matéria, aprovada aqui, foi a plenário e lá recebeu uma emenda do Senador Arthur Virgílio e de outros Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Relator, para que se pronuncie sobre a emenda tão somente.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, recebi aqui um co-

municado dos Srs. Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio, que gostariam de estar presentes para fazer uma homenagem ao Senador José Sarney por esse projeto. S. Ex^{as} acabam de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para a honra da Comissão, que se sente engrandecida com a presença dos Senadores Jefferson Péres e Arthur Virgílio.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. RELATOR (João Alberto Souza) – Também gostaria de comunicar que o projeto recebeu a assinatura do Senador Valdir Raupp. O Senador José Sarney permitiu que o projeto tramitasse em conjunto com a assinatura do Senador Valdir Raupp.

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 414, de 1999, de autoria do Senador José Sarney, que propõe dar nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

O projeto em exame objetiva estender a área de livre comércio de Macapá e Santana, localizada no Estado do Amapá, aos incentivos fiscais aplicados à Zona Franca de Manaus, previstos do art. 3º ao art. 9º e alterações posteriores do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Em justificativa à proposição, o autor argumenta que a criação da ALCMS, mediante a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, foi a responsável por notável surto de crescimento econômico quanto ao setor de comércio, expandiu-se a taxas elevadas, gerando novas empresas e empregos.

Tal reestruturação só poderia se concretizar com a implantação de um distrito industrial, incentivado em Macapá, Santana, que funcionaria como indutor do aquecimento da economia local e do desenvolvimento de suas especialidades. Para a implantação desse pólo industrial e comercial na região Amazônica, distante dos grandes centros, seria necessário atender a Zona Livre de Macapá, que incluiria Santana, os mesmos benefícios fiscais conferidos do art. 3º ao 9º do Decreto-Lei nº 288, de 1967, da Zona Franca de Manaus.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvida mediante solicitação da CAE, aprovou a matéria quanto aos seus aspectos constitucionais e jurídicos.

O modelo da Zona Franca de Manaus foi concebido para criar, na Amazônia, um centro comercial, industrial e agropecuário. Mas hoje, após 36 anos de existência, o Pólo Industrial de Manaus constitui sua base de sustentação.

A pauta de produtos exportados para os mercados interno e externo inclui itens como concentrado de bebidas, telefones celulares, computadores, aparelhos de TV e motocicletas.

Sr. Presidente, o Substitutivo nº 149, aprovado pelo Senado, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e José Sarney, foi distribuído a todos os Srs. Senadores e inclui, na sua justificativa, um parágrafo único:

Parágrafo único – As isenções fiscais previstas no **caput** deste artigo aplicar-se-ão aos bens elaborados com matérias-primas de origem regional provenientes dos segmentos a seguir discriminados, observando-se a sustentabilidade ambiental da região:

a) animal, vegetal, mineral, agrosilvopastoril, agroindustrial, biodiversidade, máquinas e implementos agrícolas, cerâmicas e vidros.

Assim sendo, Sr. Presidente, o nosso parecer é pelo acolhimento do substitutivo ora relatado.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O parecer é favorável à emenda.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, o substitutivo nasceu de uma conversa entre a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Dr^a Flávia Skrobott Grosso e o Presidente José Sarney, e de conversas mantidas por essa profissional, essa excelente administradora pública e os Senadores da região.

Tínhamos uma possibilidade de ver o Amapá avançar. Esse era o intuito do Senador José Sarney, o qual é aprovado por todos nós, não tenho dúvida disso. Por outro lado, deveríamos proteger uma área considerada, desde 1967, excepcional, essa chamada Zona Franca de Manaus, muito mais pólo industrial de Manaus do que Zona Franca de Manaus, até pelos impostos federais que recolhe, e a idéia era a de se casarem as duas perspectivas. E isso foi feito. Com a assessoria da Suframa, os Senadores Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e eu próprio compusemos este substitutivo. Houve, em algum momento, uma última pendência: o Senador José Sarney reivindicava indústria naval, e S. Ex^a, até o momento, não sabia que não era incipiente a indústria naval no Amazonas. Disse a S. Ex^a até um fato interessante, é lá que Roberto Carlos, esse cantor tão famoso, faz os

seus iates, é lá que se compõem, e o Senador Tasso Jereissati dá exemplo de outras pessoas muito ilustres que começam a voltar os seus olhos para a grande técnica que sai dos estaleiros do Amazonas. Explicado isso ao Presidente José Sarney, S. Ex^a imediatamente compreendeu e propôs uma troca que me pareceu completamente razoável: seria cerâmica e vidros, ou seja, um pólo floresceria sem se prejudicar o que se faz, ou sem se concorrer no litoral com o que se faz de muito esforço estratégico pelo desenvolvimento de uma região no interior, no coração da Amazônia Ocidental.

Ficaram, como pólos possíveis para o Amapá, o animal, o vegetal, o mineral ou agrosilvopastoril, o agroindustrial, a biodiversidade, máquinas de implementos agrícolas e cerâmicas e vidros. Devo ressaltar que a nós não agradaria a idéia de lutarmos contra a possibilidade de desenvolvimento de um Estado que precisa se desenvolver e tem todo o direito, tem toda a possibilidade de fazê-lo. E ao Presidente José Sarney coube a reafirmação de seu compromisso com o pólo industrial de Manaus que tanto apoiou no governo dele.

Portanto, foi o momento em que, com concessões mínimas de parte a parte e com compressão macro de parte a parte também, pudemos chegar ao substitutivo que foi aprovado em plenário e que veio para esta douta Comissão com toda a esperança e toda a expectativa de que aqui se corrobore o acordo feito entre as lideranças do Amazonas, o Presidente José Sarney e, mais ainda, com o aval do Plenário da Casa e, sem dúvida alguma, passando agora pelo crivo acurado, sensato e experiente de um Parlamentar tão prezado e admirado por nós que é o Relator, Senador João Alberto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, pedi para assinar este projeto por entender que está estendendo para o Estado irmão e vizinho da Amazônia, o Estado do Amapá, esses incentivos. Mas não me iludo muito quanto ao meu Estado que já teve no passado, e tem até hoje, grande maioria desses incentivos das matérias-primas regionais e, no entanto, não conseguimos criar no Estado de Rondônia nenhum pólo industrial, a exemplo do que tem no Amazonas.

A princípio, o projeto do Presidente Sarney era estender para o Estado do Amapá, que nem faz parte da Amazônia Ocidental, os mesmos incentivos e os mesmos benefícios da Zona Franca de Manaus, o

que seria um sonho. Eu também queria também sonhar este mesmo sonho para o meu Estado, o Estado de Rondônia, nem que fosse pelo menos para a capital, Porto Velho, que já tem mais de 400 mil habitantes, mas nenhum pólo industrial que gere 20 ou 30 mil empregos.

O Estado do Amazonas, cuja capital é Manaus, gera hoje em torno de 400 mil empregos nas mais de 200 indústrias. De forma que o Estado do Amapá vai ganhar esses benefícios que os Estado de Rondônia, do Acre, de Roraima e do Amazonas já tinham, quais sejam, os incentivos em cima dos produtos regionais.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de pedir que o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e dos seus Ministros, não se deixe levar, não se deixe ser pressionado pelos ambientalistas e impeça obras tão importantes para a Amazônia, que são as obras de infra-estrutura: as nossas rodovias, as hidrovias, as eclusas que serão concluídas nas duas hidrelétricas do rio Madeira, se é que vão deixar construir as hidrelétricas de Santo Antônio e Girau. Já existem manifestações de 500 ONG's espalhadas pela Amazônia que retire do Projeto Plurianual de Investimentos – PPA as obras tão importantes para a nossa economia: as usinas do Madeira, o gasoduto, as nossas rodovias. Tudo isso está sendo questionado pelas organizações não-governamentais, principalmente as ambientais. Nos últimos dias, nas últimas semanas, inclusive, muitas matérias já estão aparecendo na grande imprensa nacional no sentido de que sejam inviabilizadas essas obras tão importantes no Amazonas.

Peço, então, aos Líderes do Governo, ao próprio Governo e aos Ministros que não deixem a nossa região sem essas obras tão importantes para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para declarar o meu voto. Vou ter que sair, mas gostaria de deixar registrado que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Pères.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, não sou membro desta Comissão, mas não poderia deixar de usar do meu direito de voz para endossar o que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio. O projeto relatado pelo ilustre Senador João Alberto, de autoria do Senador José Sarney, foi elaborado, ou modificado, em consonância com a Bancada do Ama-

zonas, de forma a não criar um pólo concorrente com aquele grupo de produtos que, por um processo natural de especialização, hoje compõe 90% da produção do pólo de Manaus, com grande compreensão do Presidente José Sarney. Esse projeto abre alguma perspectiva para o Amapá, Estado que teve o seu principal recurso natural, aquela enorme jazida de manganês da Serra do Navio, completamente esgotado. Agora, essa unidade federativa, no extremo setentrional brasileiro, vê-se sem grandes possibilidades de se desenvolver. Assim, tudo feito consensualmente, contemplam-se os interesses do Amazonas e do Amapá. De forma que estão de parabéns o autor do projeto, a Bancada do Amazonas e o Relator, Senador João Alberto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, queremos salientar que um dos autores da emenda é precisamente o Senador Jefferson Pères e que a nossa Comissão teria muito orgulho e muita satisfação se S. Ex^a emprestasse o brilho do seu talento a ela. Mas veja que é possível fazer muita coisa quando temos interesse nos assuntos. O nosso Regimento é sábio, pois permite que todo Senador tenha direito a voz, embora às vezes não tenha direito a voto, porque a não podemos participar de todas as Comissões.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Sr. Presidente, em que pese as afirmações apresentadas aqui pelos Líderes, pelo Relator e por outros Senadores, gostaria de expressar o posicionamento do Governo, que é contrário à matéria por algumas razões bastante consistentes, no meu entendimento. Em primeiro lugar, pelo acordo do Mercosul, vigente, que no art. 6º, estabelece que as áreas aduaneiras especiais existentes em Manaus e Terra do Fogo, em razão de sua particular situação geográfica, poderão funcionar através do regime atual até o ano de 2013. Então, o acordo do Mercosul veda novas zonas de livre comércio e estabelece a especificidade da Zona Franca de Manaus, no caso do Brasil. Em segundo lugar, porque entendo que descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige identificação do montante da renúncia fiscal e, portanto, as fontes que serão afetadas. Acho que existe uma agravante porque essa forma de extensão dos incentivos fiscais, ainda que para produtos específicos, cria graves difi-

culdades de interpretação legal em relação a incentivos que já foram oferecidos para a região.

Por tudo isso, o parecer do Governo é bastante fundamentado e contrário. No entanto, já tinha adiantado, da outra vez, a minha posição pessoal e deixo a critério de cada um dos Senadores a posição que venha a tomar. Não me sinto em condições de encaminhar contrariamente a um projeto do Presidente da Casa, entre outras coisas, porque ele me fez um apelo pessoal em relação a essa iniciativa. Portanto, sem o compromisso do Governo, no mérito, eu, particularmente, atenderei ao apelo do Presidente e votarei favoravelmente, ainda que entenda o competente parecer do Senador João Alberto e a busca de entendimento que foi construído, porque existem problemas severos de restrição a essa iniciativa. Mas darei o voto "sim" ao Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerra a discussão. Vou colocar a matéria em votação.

O projeto já foi aprovado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada por unanimidade. Assim, retorna ao plenário.

Antes de encerrar a reunião de hoje, mais uma vez, a Presidência, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos pedir a todos nós que temos o direito de apresentar cinco emendas ao Orçamento. Devemos estar atentos a isso para, no momento oportuno, cumprimos a nossa missão.

Esta Comissão está debatendo grandes projetos, como os referentes a transportes urbanos, a metrô em várias capitais.

Inclusive, peço ao Senador Aloizio Mercadante que nos ajude e, particularmente, ajude esses Municípios. Estamos discutindo os grandes projetos e há pequenas importâncias que, se forem liberadas do Orçamento, favorecerão nossos Municípios e Estados, como Mato Grosso do Sul, que precisa da recuperação da BR-262 e da continuidade das obras da BR-158, e os Municípios que estão aguardando a liberação de recursos que não ultrapassam R\$100 mil, para obras de infra-estrutura e obras do seu interesse.

Com essas observações, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando todos para a próxima reunião, que será na terça-feira vindoura, se Deus quiser.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h21min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE ABRIL, DE 2003, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de abril do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Mão Santa, Paulo Octávio, Leonel Pavan, Tasso Jerissati e César Borges. Também esteve presente o Ministro do Turismo, Senhor Walfrido Mares Guia. É declarada aberta a reunião e em seguida procede-se à "instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, criada por meio dos Requerimentos nº 13-CAE/2003, de autoria do Senador Leonel Pavan e nº 14-CAE/2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, aprovados em 18 de março de 2003". A seguir, o Presidente convida os Senadores Valdir Raupp e Mão Santa para atuarem como escrutinadores. Foram eleitos, por unanimidade, para Presidente, o Senador Paulo Octávio e para Vice-Presidente, o Senador Leonel Pavan. O Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Octávio, designa como Relator, o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, o Ministro Walfrido Mares Guia dá início ao seu pronunciamento, mostrando uma visão do que se deseja para o turismo brasileiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se agora, às 14h40min, na sala de reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

A presente reunião tem por finalidade instalar os trabalhos e eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, criada por meio dos Requerimentos nº 13, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Leonel Pavan, e de nº 14, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Paulo Octávio, aprovados em 18 de março de 2003.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra de convidar, para compor esta Mesa, o Ministro do Turismo, Dr. Walfrido Mares Guia.

(Palmas)

Ao mesmo tempo, comunico ao Plenário que estou presidindo esta reunião com muita satisfação, mas numa condição que não me agrada muito: a de mais experiente neste momento.

Quero também comunicar ao Plenário desta Subcomissão e aos convidados que foi registrada, até o momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Paulo Octávio; para Vice-Presidente, Senador Leonel Pavan.

Sobre a mesa, à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, encontram-se cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será, portanto, procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Primeiramente, chamaremos os Senadores que compõem o Bloco de apoio ao Governo.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Houve um imperdoável lapso da Presidência. Peço desculpas ao Senador Tasso Jereissati, a quem convido para exercer o direito de voto.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Encerrada a votação.

Convido os Srs. Senadores Valdir Raupp e Mão Santa para servirem de escrutinadores, a fim de apurarmos o resultado.

(Procede-se à apuração dos votos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Ambos Senadores receberam 06 votos.

Neste instante, desejando a todos uma feliz gestão e agradecendo a presença honrosa do Ministro Walfrido Mares Guia e de seus auxiliares e de todos os convidados, do Secretário de Turismo, convido os eleitos a ocuparem seus lugares. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Boa-tarde a todos. Cumprimento o Ministro Walfrido Mares Guia; sua equipe presente; o Secretário Nacional de

Política de Turismo, Dr. Milton Zuanazzi; os demais integrantes do Ministério; o Dr. Adelmir Santana, Presidente da Fecomércio; a Deputada Nair Lobo, representando a Embratur; o Presidente da ABIH Brasília, Dr. Tomás Ikeda; Dr. Eraldo Alves de Oliveira; todos os Parlamentares; o Deputado Alex Canziani, representando a Câmara dos Deputados; o meu querido Vice-Presidente, Senador Leonel Pavan; que foi o autor da proposta de criação desta Subcomissão.

Cumprimento também os dois novos integrantes, os Senadores da Bahia e do Ceará, César Borges e Tasso Jereissati, por representarem o que há de melhor no turismo brasileiro. Todos temos de aprender. Cumprimento a embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, que está coordenando a proposta de turismo em Brasília.

É com entusiasmo e disposição que, ao lado dos Senadores Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Leonel Pavan, Antonio Carlos Valadares, Mão Santa, José Jorge, Lúcia Vânia e João Batista Motta e ao lado dos dois novos integrantes, Senadores César Borges e Tasso Jereissati, em parceria com o trade turístico, assumo a Presidência desta Subcomissão do Senado, para tratar de um tema de relevância para o País, que é o turismo – e o Ministro bem sabe disso.

Trago, além do mencionado entusiasmo e da convicção quanto à importância do setor, uma experiência gratificante na Câmara dos Deputados, onde participei ativamente como membro da subcomissão, ao lado do Alex Canziani, da Nair Lobo e de outros Deputados que a integravam. Estabelecemos naquela Casa uma parceria inédita com a Confederação Nacional do Comércio, que possibilitou a realização de foros regionais com o propósito de discutir e definir ações para implantação de um plano brasileiro de turismo cujo resultado foi apresentado no 4º Congresso Brasileiro da Atividade Turística.

Atividade econômica mais rentável no mundo, tanto do ponto de vista econômico quanto social, o setor vem impressionando pelas cifras. Só no ano de 2000, representou mais de um terço do setor global de serviços, expressando uma movimentação financeira de US\$4,5 trilhões e – o que é importante para o Brasil – uma oferta de 192 milhões de postos de trabalho em todo o mundo.

O Brasil demorou um pouco para despertar para a importância do setor. Todavia, a partir da década de 90, o turismo nacional expandiu-se, adquirindo importância no cenário interno e externo, chegando a receber, no mesmo ano de 2000, mais de cinco milhões e turistas, com movimentação de divisas na ordem de

US\$4 bilhões, o que resultou na avaliação positiva de nossas ações pela Organização Mundial de Turismo e colocou o nosso País como o que mais cresceu de 1996 a 2000, o que se trata de um indicador positivo.

Nossa missão principal nesta Subcomissão será transformar o Brasil em efetivo mercado do turismo mundial – missão principalmente do Ministro –, mediante a divulgação sistemática do País no exterior, com o que contamos com o trabalho e dedicação do próprio Ministério e do Ministério das Relações, principalmente no que diz respeito à divulgação do País no exterior, com a participação em feiras e eventos culturais internacionais e com a instalação dos comitês Visit Brazil, o que de certo repercutirá positivamente a nossa posição como opção turística.

Lembro que, no ano passado, quando recebemos os candidatos a Presidente e quando as cifras foram apresentadas de cerca de R\$60 milhões de investimentos em divulgação no Brasil – o que todos achamos muito pouco –, o compromisso de todos os candidatos a Presidente foi de multiplicar por quatro essa cifra. Espero que isso ocorra com o nosso Ministro, porque o turismo precisa de divulgação.

Internamente, precisamos despertar em nosso povo o interesse de conhecer nossas belezas naturais e nossa riqueza cultural, aliando profissionalismo, vontade política e investimentos em infra-estrutura e capacitação profissional, permeando nas ações pela participação efetiva de todos os atores que operam o setor de forma integrada, propositiva e com objetivos claros e definidos a serem alcançados.

A criação do Ministério, exclusivamente voltado para o setor, antiga reivindicação de todo o trade, tendo à frente o Deputado Walfrido Mares Guia, mineiro como eu, pessoa dedicada, trabalhador, político hábil e equilibrado, mostrou desde logo as boas intenções do Governo do Presidente Lula para esse importante vertente de desenvolvimento. Suas metas ambiciosas, como a geração de 1,2 milhão empregos, investimentos de US\$200 milhões em parceria com a iniciativa privada, capacitação de mão-de-obra e certificação de guias, além do dobrar o número de turistas nacionais e elevar de cinco para oito milhões, mostram o tamanho do desafio que temos pela frente.

Aproveito a presença do Ministro para fazer o primeiro pedido e expressar o meu primeiro agradecimento. Solicitamos a implantação da página do Ministério na Internet, hoje ainda em construção. Num mundo globalizado como o nosso, a visita virtual é o primeiro passo para que alcancemos o incremento do setor mediante a disponibilização de informações das ações do Governo, de dados do turismo nacional,

além da divulgação dos diferentes destinos do mercado interno, tornando-se um instrumento facilitador da movimentação tanto do turista nacional quanto internacional.

O agradecimento é pela decisão política de trazer para Brasília o escritório da Embratur, que ainda funcionava no Rio de Janeiro. Medida acertada do ponto de vista administrativo e reivindicada por nossa capital, dentro do sonho de JK, de torná-la o centro administrativo do País, como deve ser em todos os setores.

Tenho a convicção de que a Subcomissão de Turismo, que ora se instala, pela qualidade e conhecimento dos seus integrantes – até quero ressaltar que não existe nenhuma subcomissão neste Senado que conte com a presença de cinco ex-Governadores –, começa muito forte, com a grande responsabilidade de todos nós de mostrar eficiência.

Pelo envolvimento com o setor e interação com os diversos segmentos que operam em todo o Brasil, mostrar-se-á instrumento facilitador da implantação e execução de um Plano Nacional de Turismo, de luta pelos recursos necessários para a execução de obras e ações de infra-estrutura com a participação de todos os Ministérios, de viabilização de parcerias públicas e privadas para investimentos, de iniciativas de capacitação de mão-de-obra, de discussão, de planejamentos estratégicos, de marketing, de adequação da legislação, transformando a Embratur numa agência de desenvolvimento e fomento do turismo nacional e apoio à reforma tributária, de apoio à execução de um sistema de gestão e informação e de pesquisa e, principalmente, para inclusão de recursos orçamentários que façam frente a esses objetivos.

Se conseguirmos avançar, nesta Subcomissão, nesses temas – estou convicto de que podemos fazê-lo –, tenho a certeza de que teremos dado um grande passo para impulsionar o Brasil como potência turística mundial. Requisitos temos para isso. Aqui não há conflitos internos de qualquer ordem, temos belezas e recursos naturais incomparáveis e um povo acolhedor e ordeiro.

Por isso, mãos a obras. Vamos juntos plantar a semente do turismo e colher desenvolvimento, emprego, renda, justiça social. É para isso que esta Subcomissão irá trabalhar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é importante deixar claro que a nossa Subcomissão no Senado vai trabalhar em parceria sintonizada com a Subcomissão da Câmara dos Deputados, e esperamos ter uma sintonia muito grande com o Ministro, que é um Parlamentar experiente, um empresário competente, um

hábil político. S. Ex^a trará sempre informações, e estaremos em contato. Para tanto, disponibilizamos a Subcomissão para uma interação com o Ministério na busca de orçamento e recursos.

Entendemos claramente que sem a divulgação do Brasil lá fora não alcançaremos 8 milhões de turistas. É importante divulgar o Brasil, promover o nosso País. Tenho certeza de que a Subcomissão, composta por 12 Senadores, estará ao seu lado, Ministro, nesses grandes objetivos, que não são só de V. Ex^a, mas de todo povo brasileiro.

Queremos, daqui a 3, 4 anos, ter o Brasil recebendo não apenas 8, mas 10, 12, 14 milhões. Quando vejo os números de 50 milhões de turista/ano em países como a França e a Espanha, confesso que sinto uma certa inveja, pois fico imaginando o Brasil recebendo um número igual de turistas. Com isso, teríamos condição inigualável de desenvolvimento, de geração de empregos e o crescimento desejado para o País.

Desde já fica estabelecida a parceria.

Cumprimento nosso Vice-Presidente, Senador Leonel Pavan, pela idéia da criação desta Subcomissão. Lembro também o compromisso de um rodízio permanente na Presidência desta Subcomissão. Considero importante fazer esse registro, porque todos estamos com o propósito de um só trabalho.

Agradeço a confiança, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao Ministro, pois sei que S. Ex^a tem hora marcada e – repito – turismo é pontualidade.

Agradeço a presença de V. Ex^a e de toda a sua equipe.

O SR. MINISTRO (Walfrido Mares Guia) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, Sr. Vice-Presidente, Senador Leonel Pavan, Srs. Senadores, Deputado Alex Canziani, Secretária de Turismo, Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, meus companheiros do Ministério do Turismo, Srs. membros Trade, Sr^{as}. e Srs:

Inicialmente, cumprimento os Srs. Presidente e Vice-Presidente, pela assunção, neste momento, à Presidência da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, e os Senadores aqui presentes, especialmente o Senador Sérgio Zambiasi, nosso companheiro do Rio Grande do Sul, que, não pertencendo à Subcomissão, veio aqui trazer, com a sua presença, o abraço e o apoio.

Vivemos um momento de uma extraordinária oportunidade. Sinto que há uma convergência incomum para que consigamos atingir os objetivos a que nos propomos. O Presidente da República, conscien-

te dos pesados desafios que já está enfrentando, assumiu a iniciativa, antes mesmo de sua posse, de criar o Ministério do Turismo, que, aliás, é o primeiro item de reivindicação desse documento, que, diga-se de passagem, foi preparado em junho do ano passado aqui, no Congresso Nacional, pela Subcomissão de Turismo do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, e que contém uma série de propostas e de prioridades, com artigos assinados por pessoas com larga experiência no turismo. A segunda reivindicação, se não me falha a memória, era a profissionalização da Embratur. Pois bem, essas duas reivindicações já estão atendidas. Com 97 dias de governo já podemos, digamos assim, não somente sonhar, mas quase que garantir que teremos as condições ideais para atingir os objetivos que vou delinear rapidamente aqui para os senhores.

A criação do Ministério do Turismo vem no bojo de identificar que o turismo é uma área fundamental de alavancagem do desenvolvimento econômico e social. O turismo é um negócio gigantesco. Atualmente, no Brasil, emprega 4,5 milhões de pessoas, entre empregos diretos e indiretos, e movimenta bilhões na economia, mas, dada a falta de atenção ao longo de muitas décadas – somente mais recentemente, na década passada, o turismo realmente teve a atenção maior de alguns Governadores que estão aqui presentes neste plenário e do Governo Federal -, esse setor começou, digamos assim, a tomar um ar de negócio, um ar de prioridade.

De cada nove empregos gerados no mundo, um é do turismo. Os países em desenvolvimento ou já avançados têm entre dez e doze por cento do seu PIB como reflexo do turismo, ao passo que no Brasil essa relação não atinge quatro por cento, se é que podemos confiar nessa estatística, porque as estatísticas do turismo no Brasil, infelizmente, podem não expressar a realidade. Então, a participação do turismo na economia nacional é tímida, praticamente duas vezes e meia a três vezes o que deveria ser. Isso significa que temos uma tremenda oportunidade para produzir resultados e vamos começar a trabalhar, Sr. Presidente, nos seguintes números.

O Presidente Lula, na sua campanha, sonhou em criar dez milhões de empregos no Brasil. Todos sabemos que a criação de empregos está diretamente ligada ao crescimento econômico e ao volume de investimentos, e o turismo, por sua vez, traz na sua história e nas suas estatísticas o emprego mais barato para ser gerado dentro da economia: com um emprego direto entre R\$30 e 40 mil reais são gerados três empregos indiretos, portanto, um emprego mé-

dio, entre o direto e o indireto, sai entre R\$10 e 12 mil reais, valor extremamente pequeno comparado ao valor do emprego gerado pelo comércio e pela indústria, sobretudo pela indústria de alta tecnologia. Este País precisa desesperadamente de gerar emprego com distribuição de renda e divisas, um emprego não concentrado nas regiões já desenvolvidas. Então, precisamos de emprego e divisas, e é isso que o turismo faz: traz divisas e gera empregos a custo extremamente baixo, comparado com as outras áreas da economia.

Sem tomar como exemplo países como a Itália e a França, países da Europa central e da Europa continental, onde o turismo já é uma atividade prioritária há décadas, se formos aqui para a América Latina e para a América do Sul, observaremos que o Brasil já está atrasado em relação ao Uruguai, em relação ao Paraguai, em relação à Bolívia, em relação ao Chile, em relação à Argentina. No Chile, por exemplo, dos quase um milhão de chilenos que viajam ao exterior por ano, apenas 97 mil vêm ao Brasil, 12% do total. Em 2000, tivemos 5,1 milhões turistas estrangeiros no Brasil; em 2001, 4,8 milhões; no ano passado, menos de 4 milhões, dado a duas crises combinadas – a da Argentina e a gerada pelo 11 de setembro, nos Estados Unidos, em 2001.

Pois bem, a cidade de Buenos Aires, com a Argentina no fundo do poço, vivendo a sua pior crise dos últimos 50 anos, recebeu mais turistas do que o Brasil inteiro. Por que isto? Porque o Brasil não se promove. O Brasil não se organiza sob o ponto de vista de um País continental com 27 Estados, cada um com maravilhas maior do que o outro, com um povo extraordinário, uma diversidade cultural que encanta a todos que aqui vêm pela música, pela cultura, pelo artesanato, pelo folclore, pela gastronomia. O País não se organizou até então.

Ora, se queremos gerar 1,2 milhão empregos, temos que investir entre R\$12 bilhões e R\$15 bilhões, especificamente nos próximos quatro anos, no núcleo do turismo. Sem contar todos os investimentos que vamos fazer na infra-estrutura, via o Prodetur do Nordeste, que são 400 milhões, o Prodetur Nordeste II; os US\$400 milhões do Prodetur Sul, que está sendo preparado; os 230 milhões do Proecotur, que é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, que já é um programa do Ministério do Meio Ambiente em parceria conosco. E sem contar, ainda, o início de preparação do Prodetur JK, que cobriria Minas Gerais, onde JK nasceu, o Rio, onde governou, São Paulo, onde criou desenvolvimento e o

enriquecimento maior, na década de 60 e 70, e Brasília, que criou, e Goiás, que desenvolveu a fronteira.

Então, estamos preparando esse terceiro Prodetur, que é um programa também que pode ser de US\$400 a US\$500 milhões desde que os Estados envolvidos tenham a capacidade de tomar investimentos.

Hoje, sem contar o Prodetur JK, já temos US\$1 bilhão assegurado para investir em infra-estrutura de turismo nos próximos quatro anos. Isso é um incentivador para que os empresários, que compõem o trade, possam fazer os seus investimentos no Brasil inteiro, de costa a costa, de leste a oeste, de norte a sul. E os empreendedores nacionais e internacionais estão começando a ver as novas oportunidades do Brasil.

Para atrairmos aqui US\$8 bilhões, como é o nosso sonho, de divisas no turismo, este passa a ser a pauta nº 1 de exportação do Brasil. Hoje, a pauta nº 1 de exportação do Brasil é a soja com 6,3 bilhões. Se nós pegarmos a agricultura e o agrobusiness como um todo, demorou cinco anos para sair dos US\$16 bilhões para US\$21 bilhões. Pois podemos em quatro – 2004, 2005, 2006 e 2007 – que é exatamente o tempo do PPA, aumentar de US\$4 a US\$5 bilhões a pauta de ingressos por divisa devido ao turismo no Brasil.

O que nós temos que fazer? Primeiramente, um investimento na promoção, como recomenda a OMT – Organização Mundial de Turismo, que é um órgão ligado à ONU – que façamos investimentos de pelo menos 2% do volume que queremos atrair. Ora, 2% de US\$8 bilhões são US\$160 milhões. Mas 2% só se a situação já estiver ajustada. Temos que investir um pouco mais. Então, temos que investir em escada até atingirmos, em 2006, 2007, US\$200 milhões de investimento em promoção.

Agora, esse dinheiro, necessariamente, não tem que sair só do Orçamento Federal através das receitas ordinárias do Tesouro. Parte dele vai estar no Ministério do Turismo, no Ministério do Desenvolvimento, no Ministério da Cultura, no Banco do Brasil, no BNDES, na Petrobrás, nos Governos Estaduais e no trade.

Mas se concentrarmos esses recursos e fizermos isso, articuladamente, todos ganham. E vamos a todas as feiras e vamos vender o Brasil, e, dentro da venda do Brasil, a particularidade dos seus Estados e dos seus destinos. Vamos mostrar as rotas, os roteiros, os nossos produtos e não apenas o complexo sol e mar. Temos que mostrar o Brasil como um todo, enaltecer tudo o que temos, o que está visivelmente na costa e o que está dentro. Senão, não teremos 8 a 9 milhões de turistas por ano, a partir de 2007, gerando US\$8 bilhões de divisas.

Para aumentarmos em US\$5 bilhões a pauta de exportações de produtos e serviços do Brasil, temos que investir uma fortuna de dinheiro. Para aumentarmos cinco bilhões, apenas no turismo, temos de investir só na promoção, porque os outros investimentos já estão sendo feitos. Praticamente 50% da nossa capacidade hoteleira e de centro de convenções está disponível.

Temos de fazer os desembarques nos aeroportos internacionais aumentarem de quarenta milhões – dado do ano passado – para sessenta milhões, em 2007, 50% de aumento. Isso é perfeitamente possível. Esse é o momento especial de sentarmos com as empresas aéreas e com as empresas de transporte, porque o setor aéreo vai passar por profunda reestruturação, para estabelecer essas prioridades.

O turismo é uma máquina que se movimenta e se auto-alimenta gerando emprego e distribuindo renda. Gera emprego no País inteiro. Hoje mesmo, quando vinha para cá, Senador Raupp, conversei, por telefone, com o consultor que estava em Rondônia, que me falou sobre a estrada Madeira–Mamoré e sobre o Forte Príncipe da Beira, construído pelo Marquês de Pombal. Esse forte tem fosso. É uma maravilha. Fica lá na fronteira com a Bolívia.

A Bolívia faz uma fronteira com o Brasil maior do que a dos Estados Unidos com o México. Não fomos lá nem uma vez convidar os bolivianos para visitarem o Brasil. Há uma classe, um estrato social da Bolívia que viaja para o mundo inteiro, mas eles não vêm ao Brasil, porque não vamos lá convidá-los. Eles vão para os Estados Unidos, vão para o Chile, vão para a Argentina, mas não vêm ao Brasil. Os que vêm ao Brasil, de fato, são os uruguaios, que são poucos, e os argentinos. Mesmo agora, quando o real vale 3,15 aqui e o peso argentino vale 2,88 lá, é mais vantajoso para eles virem cá do que para nós irmos lá.

Com essa taxa de câmbio, a atração do turista internacional que ganha em euro ou dólar ou ien é grande. É extremamente convidativa. Não fosse a insegurança causada pela guerra...

Então, há essa meta de gerar um milhão e duzentos mil empregos, trazer oito a nove milhões de turistas e gerar oito bilhões de dólares na balança. Se tivéssemos mais cinco bilhões de dólares na balança este ano pelo turismo já estaríamos com o balanço de pagamentos fechado, porque o que vai faltar são cinco bilhões e o investimento para isso é pouco demais.

Não vamos trazer mais seiscentos milhões de reais de promoção do Orçamento, porque temos de fazer escolas, temos de fazer hospitais, temos de fazer estradas, temos de fazer presídios, temos de fa-

zer tantas coisas que são competitivas, mas uma parte desses recursos têm de sair do Orçamento federal.

Isso é muito importante, porque na hora do Orçamento temos de discutir isso. Devemos dizer aos demais Senadores e aos demais Deputados, como já fizemos na Câmara na semana passada, que, na medida em que investirmos corretamente na promoção, estaremos gerando emprego e renda. Cada sete ou oito mil dólares que entra no Brasil gera um emprego ou mantém um emprego direto. Mantém um emprego direto!

Então, é muito importante mostrar que o custo/benefício desse investimento é extremamente positivo. Se fizermos isso de maneira inclusiva, ou seja, de modo que todos entrem, como queremos fazer, todos os Estados, as principais capitais, os principais destinos e o trade, vamos conseguir esses recursos.

Já conversei sobre esse assunto detalhadamente com o Presidente. Agora, às 15h30min receberei o Ministro Gushiken lá no Ministério, para discutir exatamente isso com S. Ex^a.

No dia 29 de abril – aproveito a oportunidade para convidá-los informalmente, mas todos os Senadores receberão um convite formal da Presidência da República e do Ministério do Turismo –, o Presidente da República vai lançar o Plano Nacional de Turismo. Vamos criar o Conselho Nacional de Turismo. Vamos convidar todo o trade presente, por meio de todas as suas associações, federações e entidades. Todas elas, uma a uma, estão sendo recebidas no Ministério, para que possamos documentar a contribuição de cada uma delas para a consecução do Plano. Além disso, há nossas visitas a todos os Estados, onde realizamos encontros regionais com Secretários Estaduais de Turismo e com alguns Governadores, especialmente com aqueles com os quais já tive a oportunidade de conversar.

Então, estamos preparando um Plano Nacional, não um Plano Federal. É um Plano para o Brasil, o qual contempla todos os Governos, os vinte e sete, contempla os principais destinos e as políticas que vamos estabelecer para explicitar o caminho a trilhar.

Ora, este Plano tem começo, meio e fim. Tudo será medido. Nada ficará em adjetivo; tudo será substantivo e tudo terá número.

Então, Sr. Presidente, fico à disposição de V. Ex^a.

Estreitando a nossa parceria, gostaria que a cada três meses V. Ex^a me desse a oportunidade, como a Subcomissão de Turismo da Câmara também vai fazer, de vir aqui prestar contas do monitoramento

do plano – o que aconteceu naqueles três meses, o que deixou de acontecer, por que deixou, por que vencemos a meta –, para que todos se alimentem e se monitorem em relação às metas que vamos estabelecer. Temos praticamente quarenta e quatro meses e meio para trabalhar. Isso é muito tempo, sobretudo se tivermos um plano.

Assim, estamos com uma equipe que conseguimos montar, uma equipe extremamente profissional e qualificada, formada por gente do Brasil inteiro. Estamos terminando, ultimando a preparação do plano com essa equipe, para, no dia 15, submetê-lo ao Presidente e lançá-lo nacionalmente no dia 29, com a presença dos Governadores, com a presença dos Secretários de Turismo, com a presença de todo o trade, com a presença do Congresso Nacional, especialmente com a presença dos membros das Comissões de Turismo da Câmara e do Senado, para que possamos, a partir daí, implementar o plano e acompanhá-la através do monitoramento. Esse monitoramento trimestral vai ser escrito, documentado e publicado. Nós vamos dividir Estado por Estado, com a contribuição que cada um vai dar.

Tenho ido aos Estados, sobretudo aos do Nordeste – já visitei praticamente todos – e tenho visto que os Governadores estão com uma atenção voltada especialmente ao turismo. Alguns deles têm planos prontos, organizados, detalhados, com metas de emprego. Isso nos dá tranquilidade no sentido de procura expandir isso para o Brasil inteiro. Já estive no Maranhão, já fui visitar as belezas do Delta do Parnaíba, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Baixa um decreto aí: a praia de Minas é o Piauí.

O SR. MINISTRO (Walfrido Mares Guia) – Quando o Senador Mão Santa era Governador, estive no Piauí, numa reunião da Sudene, representando o Governador Eduardo Azeredo, e S. Ex^a resolveu abrir um parêntese de duas horas, durante a reunião, para explicar as maravilhas do Delta do Parnaíba. Mas só na semana retrasada eu pude conhecer as belezas do Delta do Parnaíba. Realmente é uma maravilha. E quando isso é conjugado com os Lençóis Maranhenses e com Camocim e Jericoacoara, Senador, só a costa do descobrimento para empatar. Isso é realmente uma maravilha.

Fui a Natal e fiquei encantado com a organização da cidade, especialmente com a qualidade do serviço. Aquele hotel-escola é uma beleza. Fiquei lá dentro durante três horas, vendo como é o treinamento de todos os agentes de turismo da região. Quer dizer, o Brasil está caminhando. Há muita experiência

positiva, mas há também muita coisa para fazer. Os recursos estão aqui, estão no orçamento que é votado no Congresso Nacional. Nós vamos dar prioridade a isso. O Presidente estabeleceu a prioridade quando criou o Ministério e me convidou para dirigi-lo, dizendo-me que eu estava recebendo um Ministério novo para montar, mas que eu também iria receber uma encomenda: gerar emprego, distribuir renda e trazer divisas. Por isso é que fizemos o plano com metas ambiciosas, mas elas são factíveis, como vamos poder demonstrar. Mas é preciso ser só com convergência. Esse não é um trabalho federal, mas um trabalho nacional, entrosado com os Estados, com os principais municípios e com o trade. O trade é um parceiro substancial nessa questão. Ele faz parte de toda discussão. Nós estamos recebendo o trade. Já tivemos duas reuniões integrais com o trade, e na terceira, cada setor que comprou o trade foi recebida individualmente pela nossa equipe no Ministério.

Sr. Presidente, esse programa brasileiro da atividade turística foi o documento que a transição me deu. O Ricardo – assessor especial do Ministério, que deve estar aqui conosco –, era o representante da transição para a área do turismo. Ele me entregou uma caixinha e nela estava esse documento cheio de áreas sublinhadas, um documento sobre a infraestrutura de informática do Ministério e um documento com a lista de cargos que o Ministério do Esporte e do Turismo tinha e a Embratur. Eu não sabia que o Ministério do Turismo ia ser criado do zero e que o Ministério do Esporte e do Turismo ia ser transformado em Ministério do Esporte. Isso foi um presente que o Presidente me deu, porque eu pude montar do zero uma equipe extraordinariamente profissional e qualificada.

A Embratur está integralmente profissionalizada. É um Presidente com cinco diretores: uma Diretoria de Turismo de Eventos e Negócios, uma Diretoria de Turismo de Lazer e Incentivos, uma Diretoria de Marketing e Relações Internacionais, cuja diretora está aqui, a ex-Deputada Nair Xavier, que foi Presidente da Frente Nacional de Turismo na Câmara, uma Diretoria de Pesquisa e Base de Dados, para termos segurança nos nossos dados estatísticos, e uma Diretoria Administrativa-Financeira. Criamos a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, que é chefiada pelo Dr. Milton Zuanazzi e sua equipe, criamos uma diretoria de planejamento e avaliação, uma diretoria de relações institucionais, para cuidar do PNMT e as relações com os Estados, e uma diretoria de relações internacionais para acompanhar o que está acontecendo no mundo em matéria de turismo e sintonizar com o Brasil. Criamos também uma Secretaria Nacio-

nal de Programas de Desenvolvimento do Turismo, que é uma diretoria do Prodetur, uma diretoria de investimentos e financiamentos para dialogar e negociar com o BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, os Fundos de Pensão, investidores estrangeiros e uma diretoria de capacitação e produção turística, tipo artesanato. Então, temos onze diretores, três secretários, dois e o presidente da Embratur, o Secretário Executivo, Dr. Márcio Favila, que está aqui, e eu. Essa é a equipe técnica, digamos assim, do primeiro escalão do Ministério. E um conjunto de técnicos e parceiros altamente qualificados, Sr. Presidente. Temos condições de fato de coordenar essas ações nacionalmente e tenho certeza de que daqui a quatro anos vamos atingir esses objetivos que farão muito bem ao país, porque vamos conseguir de fato distribuir renda, gerando esses empregos e aumentando as divisas do país, portanto, diminuindo a nossa fragilidade no balanço.

Encontro-me superentusiasmado nessa altura da minha vida, porque jamais imaginava que pudesse ocupar esse cargo, dadas as condições de eu já ter tido uma outra decisão pessoal. Fui realmente honrado com esse convite do presidente e estou muito feliz, Srs. Senadores, de trabalhar com um presidente que é determinado, decidido, obcecado com resultados, tem uma liderança incontestável e tempo para ouvir os ministros, discutir com cada um deles as premissas e dar um apoio para que consigamos fazer. Estamos trabalhando em equipe no Ministério. Essa insistência do Presidente em nos manter juntos nas reuniões ministeriais, às vezes em encontros informais, tem sido de grande valia, porque temos tido uma comunicação enorme entre nós, ministros. Já perdemos um pouco daquela cerimônia, e as coisas estão funcionando. Hoje, por exemplo, liguei para o Ministro Gushiken na hora em que estava vindo para cá, pedindo que ele conversasse comigo hoje porque a minha equipe estaria toda reunida, pedindo que ele estivesse conosco às 15 horas para discutirmos sobre promoção porque seria fundamental e ele concordou, sem nenhuma cerimônia, como se estivéssemos trabalhando em uma equipe. Isso é realmente fundamental. Tenho sete minutos para chegar lá e, por isso, vou agradecer a atenção, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quero agradecer a presença do Ministro, de toda a sua equipe de trabalho, cumprimentá-lo pelo excelente pronunciamento. S. Ex^a mostrou uma visão do que queremos para o turismo brasileiro, e tenho a certeza de

que teremos oportunidade de convocá-lo, convidá-lo a esta Casa para que possamos, juntos, debater o turismo.

Tendo em vista o avançado da hora, agradeço a presença de todos, o Alex Canziani, representando aqui a Câmara e a Frente Parlamentar de Turismo, o Senador Pavan, meu vice-presidente, todos os demais Senadores, o Senador Valdir Raupp, o Senador Eduardo Azeredo, que já foi escolhido relator da nossa Comissão. Agradeço a presença de todos, da Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, da Nair Lobo, dos representantes de Brasília, do Eraldo, do Hélder, de todos que estão aqui conosco. Muito obrigado a vocês e já ficamos com uma reunião marcada para a próxima terça-feira, às 14h30min, que é um horário oportuno, para que possamos colocar em pauta todos os assuntos que trataremos nesta Comissão. É o momento de mantermos o contato e vermos as prioridades do nosso setor.

Muito obrigado, Sr. Ministro, obrigado pela presença.

O SR. MINISTRO (Walfrido Mares Guia) – Muito grato pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h25min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Turismo**

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2003, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de abril do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença dos Senadores Eduardo Azeredo, Mão Santa, Leonel Pavan, João Ribeiro e César Borges. Deixam de comparecer os Senadores Aelton Freitas, Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho e Valdir Raupp. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião da Subcomissão, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente solicita a opinião dos presentes so-

bre qual seria o melhor horário para as reuniões da Subcomissão. Chega-se ao consenso que deveria ser sempre às terças-feiras, às dezoito horas e trinta minutos. A próxima reunião seria, então, dia vinte e nove de abril, às dezoito horas e trinta minutos e a seguinte, na forma de reunião almoço, no dia seis ou sete, com a presença dos Deputados da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados. A seguir, a Presidência faz uma breve exposição acerca das proposições legislativas de turismo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Ressalta que a Subcomissão se empenhará nas tramitações das proposições julgadas mais importantes para Turismo Brasileiro. Em seguida, o Presidente coloca em votação a iniciativa da Subcomissão do Senado Federal de propor à Subcomissão da Câmara dos Deputados uma parceria para a realização de um Congresso Brasileiro de Atividade Turística-Cbratur. A proposta foi aprovada. Logo após, solicita a aprovação da Subcomissão em ser assinado um Protocolo de Cooperação Técnica com a Confederação Nacional do Comércio para uma ampla parceria. Foi aprovada pelos presentes a proposta. Em aparte, o Senador Mão Santa sugere também, que seja procurado o Sebrae Nacional com idêntico propósito. Foi aprovada também esta proposta. O Presidente solicita a aprovação para a organização de um almoço dos Senadores e Deputados das duas Subcomissões para uma melhor aproximação e planejamento de ações conjuntas. Aprovada e marcada para uma próxima terça-feira. O Senador Leonel Pavan lamenta a posição brasileira no "RANK" do Turismo Internacional, hoje, ocupando 22º lugar. Declara, que há 10 anos atrás, o Brasil ocupava a lamentável posição de 34º lugar. Declara, ainda, que Santa Catarina quer cancelar o título de "Cidadão Honorário" dado do ex-Ministro Caio de Carvalho pela falta de apoio do Ministério do Turismo ao Estado. O Senador Mão Santa, sugere ao Senador Leonel Pavan que desista desta iniciativa. O Senador Leonel Pavan apresenta à Subcomissão, para aprovação, Requerimento para ser encaminhado às Assembléias Legislativas para a realização de um levantamento que localizasse em que órgão legislativo o turismo estadual é estudado e debatido. E propõe, que seja realizado um evento com os Senadores e os deputados estaduais interessados no tema do turismo. O Presidente coloca o Requerimento em votação, sendo este aprovado pela Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Havendo o número regimental, declaro aberta a reunião da Subcomissão temporária de Turismo.

Agradeço a presença dos Senadores João Ribeiro – que está representando o nosso grande Estado de Tocantins –, Mão Santa, Eduardo Azeredo, Leonel Pavan e César Borges.

A nossa reunião está relativamente atrasada, porque a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos terminou agora, exatamente no horário que marcamos, às 14 horas e 30 minutos. Por isso, a Presidência aguardará alguns instantes para que os Senadores que foram fazer um pequeno lanche possam retornar.

Elaboramos a seguinte pauta para a reunião de hoje: a discussão sobre as proposições legislativas de turismo, a realização e a promoção do próximo Cbratur em conjunto com a Câmara dos Deputados, a parceria com a Confederação Nacional do Comércio e a realização de eventos reunindo os membros das duas Subcomissões de Turismo.

Primeiramente, consulto os companheiros sobre o melhor horário para a realização das reuniões. Marcamos a primeira reunião para hoje, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, porque normalmente a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos não se encerra tão tarde.

Há alguma sugestão?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Coincidente não dá certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Mantemos o mesmo dia?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ninguém pode "tocar sino e acompanhar a procissão" ao mesmo tempo. É preciso estabelecer um horário em que não haja reunião de outra Comissão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Poderíamos marcar a reunião para o fim da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – No fim da tarde, normalmente há sessão no plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas a sessão plenária não se prolonga tanto. Quando falo em fim da tarde, poderia ser no início da noite, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Poderia ser.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Às 18 horas e 30 minutos ou às 9 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Na verdade, não é comum a reunião da CAE encerrar-se às 14 horas e 30 minutos; foi um caso excepcional. Na terça-feira, à tarde, todos estão na Casa descansados, porque para discutir turismo é preciso estar com boa disposição.

Posso até sugerir que façamos reuniões fora da Casa, em outros locais, para conhecer a hotelaria e os restaurantes de Brasília. Poderemos realizar reuniões extrapauta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Há a alternativa de se fazer uma reunião-almoço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Exatamente. Porém, se tivéssemos marcado um almoço hoje, seríamos obrigados a cancelá-lo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, se marcássemos a reunião no Balneário Camboriú seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Poderemos nos reunir às terças-feiras, no Balneário Camboriú. Numa terça-feira em Camboriú, noutra em Palmas e, evidentemente, em Teresina.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em Ouro Preto será perigoso, em virtude do fogo que abateu a cidade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – No Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tentaremos manter esse horário para a próxima reunião até surgir uma sugestão melhor. Não sei se o Senador Mão Santa concorda com essa proposta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A que horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Às 14 horas e 30 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse horário é complicado, porque há sessão no plenário. Assim, estaremos esvaziando, desgastando o que é nosso. Essa atitude é totalmente errônea. O Plenário é um dever nosso. Poderemos marcar a reunião às 9 horas. Será um sacrifício, mas acordaremos relativamente mais cedo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ou às 18 horas e 30 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Ex^a sugere que a reunião seja realizada às 9 horas, antes da reunião da CAE?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Porém, muitos companheiros chegam a Brasília na terça-feira de manhã, e não haverá **quorum**.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O melhor horário seria às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Às 18 horas e 30 minutos?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Na terça-feira?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Perfeitamente.

O SR. (orador não identificado; nome não declinado) – Há três votos favoráveis.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Normalmente, a reunião plenária encerra-se até as 18 horas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Se esvaziarmos o Plenário, estaremos acabando com o que é nosso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Às 18 horas e 30 minutos é um horário pós-plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Portanto, marcaremos a reunião para a próxima terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, para não ocorrer o mesmo problema de hoje. Assim, poderemos contar com a participação de todos os membros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A idéia aventada é boa. Faremos um rodízio de dois em dois meses para a realização das reuniões. Balneário Camboriú ganhou o primeiro lugar. Depois chegaremos ao Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Por parte da Presidência, está estabelecida a sugestão.

Fizemos um levantamento sobre todos os projetos que estão em andamento no Congresso Nacional e que dispõem sobre o turismo. Como esse levantamento acaba de ser feito, os senhores acabam de receber também, acredito que não vá dar tempo de lermos todos esses projetos ainda hoje. Então, eu poderia sugerir que levássemos esses projetos para um exame maior, para que na próxima reunião pudéssemos então debatê-los e ver quais colocaríamos aqui e para que pudéssemos separar também os que são de Senadores dos que são de Deputados, dando prosseguimento com um entendimento maior por parte dos colegas nos projetos em andamento. Até para que não haja aqui projetos semelhantes e para que possamos buscar esses projetos, que às vezes estão parados em alguma relatoria, para que possamos

agilizar a sua aprovação, projetos de interesse para o segmento do turismo.

Estou vendo que temos aqui quase 40 projetos em andamento. Vamos também dar oportunidade aos outros Senadores de receber esse relatório. Já temos também aqui os projetos de 2003, aqueles que foram apresentados recentemente, todos tramitando na Câmara dos Deputados. São todos projetos de interesse do turismo que estão no Congresso Nacional, que foram apresentados por Deputados em 2003. O Deputado Bismark Maia, do PSDB do Ceará, parece ser o campeão de projetos de interesse do turismo. Todos são de sua autoria, com exceção de um, de Iara Bernardi. Todos os outros são do Ceará, do Deputado Bismark Maia, que não sei se compõe a Comissão de Turismo da Câmara. Vou buscar essa informação também.

Então, com esse relatório, fica combinado que na próxima reunião, na próxima terça-feira, quando todos os Senadores tiverem recebido esse relatório, poderemos debater os projetos de interesse do turismo, já com todos tendo conhecimento dos projetos em andamento no Congresso Nacional. De acordo?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O segundo item da pauta é a realização, promoção do próximo Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur) em conjunto com a Subcomissão Permanente de Turismo da Câmara dos Deputados.

No ano passado o Congresso realizou o encontro nacional do turismo, com participantes de todos os Estados brasileiros. Todos os secretários de turismo vieram, foi realmente um encontro interessante. Convidamos também os candidatos a presidente, os presidenciáveis, que estiveram conosco no debate. A minha pergunta, que aprovaremos hoje ou não, é se faremos esse encontro em comum, isto é, se o trabalho será junto com a Câmara dos Deputados ou não. Creio que deveríamos somar nossos esforços nesse primeiro intento e fazer tal congresso em parceria com a Câmara dos Deputados.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em todas as reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não, refiro-me ao congresso. Porque para prepará-lo dá um trabalho enorme. Então temos aí uma parceria na preparação. No ano passado nenhum Senador participou do encontro nacional. Mas este ano estamos com uma comissão muito forte, então, sem dúvida, teríamos uma presença expressiva e poderíamos então

trabalhar em comum acordo com a Subcomissão da Câmara dos Deputados.

Aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O terceiro item da pauta é a parceria com a Confederação Nacional do Comércio. Temos uma estrutura bastante limitada, e a Confederação está disposta a nos apoiar, a nos dar uma estrutura melhor para que possamos efetivar nossos trabalhos na organização, na sistematização, no acompanhamento. Então, eu queria também colocar o assunto junto aos senhores para ver se ninguém tem alguma dificuldade em ter a Subcomissão essa parceria, no que for necessário, com a Confederação Nacional do Comércio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Hoje qualquer projeto só se desenvolve se conseguirmos avançar. Se ficarmos reduzidos ao nosso trabalho internamente, ele acabará sendo desmotivado pela falta da participação dos empresários, a não ser que consigamos fazer parceria. A minha visão era ampliar. Acredito que seja importante. A minha posição é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A opinião dos demais presentes também seria favorável? Nós podemos trabalhar em parceria com a Confederação do Comércio?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu, na minha experiência de Governador, vi que um órgão que funciona, que tem dinheiro e que é ativo – ele tem dinheiro quase como o Senador Paulo Octávio, é o Sebrae. O Sebrae é um grande parceiro nesses eventos.

Em tudo ele influi e aplica na área profissional. Pelo menos, no Piauí, ele sempre foi um grande parceiro que tive em todos esses eventos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Fica, então, aprovada uma parceria com a Confederação do Comércio. Vamos comunicar a eles que estamos dispostos a trabalhar juntos. Eles podem enviar os seus representantes às nossas reuniões. Vamos também seguir a orientação do Senador Mão Santa e procurar o Sebrae, que pode nos ajudar muito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Na experiência que tenho, o Sebrae foi um grande parceiro que eu tive nesses eventos de infra-estrutura, de cartazes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Foi uma boa idéia procurarmos o Sebrae para que ele participe conosco do trabalho, até porque o grande desafio de gerar empregos, eu não tenho dúvida, é no segmento do turismo. Então, o Sebrae pode ter um programa específico para o turismo.

Então, fica aprovada a parceria com a Confederação do Comércio e a busca de um contato com o Sebrae.

Passemos ao quarto item da pauta. Trata-se da realização de eventos reunidos os membros das subcomissões de turismo. Eu penso que poderíamos fazer um evento na Casa ou fora, reunindo, até para trocar idéias com os Parlamentares da Câmara Federal, em uma reunião conjunta. Mas, para isso, temos de agendá-la e aprová-la aqui, para que isso possa ser feito.

Quem sabe na próxima reunião, na terça-feira que vem, convidemos a Comissão da Câmara para estar conosco aqui e fazermos uma reunião em conjunto, na terça-feira, às 18 horas e 30 minutos. Neste caso, todos já teriam a pauta com esses projetos em tramitação e teríamos também a contribuição dos Srs. Deputados.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu sugiro, talvez, para garantir até um quorum maior, que esta reunião fosse do estilo que foi falado aqui, ou seja, uma reunião-almoço, talvez, pois haveria um número maior de pessoas. É somente uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Eu estou de acordo. Eu não sei se já na próxima semana faríamos isso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Nós faríamos na próxima semana, como está previsto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Na próxima semana, todos lêem e dá a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Eu sugiro que convidemos os Srs. Deputados para a nossa reunião, para haver uma aproximação, e faríamos também um encontro na outra semana, ou seja, faríamos uma reunião fora do Congresso Nacional, em algum local de Brasília, na terça-feira ou na quarta-feira, não sei qual o melhor dia, da outra semana. É bom já agendarmos isso. Eu pergunto aos Srs. Senadores se seria melhor agendarmos para terça-feira ou para quarta-feira da outra semana.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então, fica marcada para a próxima semana, no dia 22, às 18 horas e 30 minutos. Na outra semana, que seria no dia 29, faríamos um almoço integrando as duas comissões para poder trocar idéias e ver o que podemos fazer juntos. Então, procuremos um local agradável, para que façamos um almoço de trabalho. Já fica estabelecido isso.

Com isso, está esgotada a pauta.

Faremos, então, o quinto item para a análise de assuntos diversos.

Há sobre a mesa um requerimento do Senador Leonel Pavan, em que S. Ex^a requer sejam convidadas as Assembleias Estaduais a enviarem representantes, a fim de participarem de fórum a se realizar no âmbito desta Subcomissão, para tratar do tema turismo e das legislações estaduais e municipais.

Justificação

Muitas das iniciativas que o Senado Federal tem tomado em nível de legislação federal precisam de continuidade na esfera estadual, através de legislações que passem pelas assembleias estaduais.

Ademais, a exemplo desta Casa e também da Câmara dos Deputados creio que seria extremamente produtivo que as assembleias criassem também comissões de turismo no âmbito de suas estruturas a fim de impulsionarmos o desenvolvimento do turismo em todo o País como é o objetivo de todos nessa subcomissão.

Com a palavra, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, apresentamos esse requerimento, pois o objetivo desta subcomissão é fortalecer o turismo no Brasil em todo o território nacional e, segundo, porque o Brasil estava há poucos dias em uma posição vergonhosa de 29º lugar no ranking do turismo internacional e agora a revista Veja está anunciando que passamos para o 34º lugar.

Temos uma missão muito grande no Senado como também os Deputados na Câmara Federal em não apenas defender os nossos Estados que os Senadores aqui representam, mas realmente mostrar um caminho, uma direção para o Ministério do Turismo, para Embratur ou para os Governadores de como investir e o que fazer para divulgar o nosso Brasil.

Atualmente o turismo infelizmente está sendo vendido de forma fatiada, cada qual fazendo a sua parte de maneira desorganizada e não conseguimos emplacar o potencial que tem o nosso País.

Eu mesmo, neste final de semana, estou aqui com a voz prejudicada, porque tivemos três debates em três universidades de turismo e toda a discussão em função do potencial do nosso País, no entanto é um potencial que não está sendo trabalhado por nenhum Governo. Não foi pelo Caio Carvalho, a quem fiz homenagem como homem do turismo e vou ter que tirar o título que lhe dei e que é do meu partido, porque deixou muito a desejar em Santa Catarina,

não foi feito no ano passado e não estou vendo algum projeto concreto do atual Governo.

O que gostaria de sugerir, Sr. Presidente, é que tomemos a iniciativa de incentivar os Estados e de, nas assembleias, também se possível criar subcomissões de turismo. Em primeiro lugar, chamar-se-ia um representante de cada assembleia porque existe a comissão de turismo em muitos estados, porém está ligada em algumas outras comissões.

Deveríamos chamar aqui os representantes de assembleias que existem e nos Estados em que não existem teriam que vir a integrar e discutirmos aqui com todo o Brasil e com todas assembleias um projeto de turismo. Não imediatamente de trabalho, mas uma reunião motivadora para que todos os Estados possam trabalhar esse segmento que hoje tem uma fatia importante no País, mas não está sendo trabalhada.

O meu requerimento é para acordar todo o Brasil e com certeza envolve as assembleias legislativas. Há a Câmara Federal, o Senado e se implantarmos nas assembleias, com certeza, acordaremos esse importante setor. Essa é a minha justificativa, mas é claro que deixo a apreciação aos Senadores e se isso o for oneroso, mas depois poderíamos – alguém da comissão ou a comissão – ir discutir o turismo em cada Estado. É oneroso, mas em parceria com o Sebrae, associações comerciais e até com a própria CAE.

A nossa Comissão é de Assuntos Econômicos e depende que o dinheiro não falte, mas é o caso de irmos para os Estados e debatermos o turismo de cada região. Quem sabe assim sai um grande projeto de turismo – por meio do Ministério do Turismo – para todo o Brasil. Uma coisa devemos reconhecer: Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério do Turismo para trabalhar esse setor. E o que temos é que se tornou o Ministério mais político, pois também investe em acessos, em rodovias, em campos de futebol, ginásios cobertos e em infra-estrutura, que também não deixa de ser importante para o turismo. Mas gostaríamos que esse ministério atuasse mais no fomento do turismo, na mídia, na divulgação do potencial existente no País. Do contrário, despencaremos do 34º lugar. O que devemos fazer é acordar essa grande fatia do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, em primeiro lugar, gostaria de pedir a V. Exª que não retirasse a medalha do Sr. Caio Luiz de Carvalho. Trata-se de uma boa pessoa, um homem extraordinário. Muito prestativo. Divulgou o Fúfú, a

Serra da Capivara e Teresina. Mas a queda é justa. Em uma de minhas últimas viagens ao exterior, não me lembro onde, encontrei alguém que disse: “Ah, do Brasil? Brasil bom! Carnaval!” Ou seja, morremos. Para o mundo isto aqui é uma guerra constante e diária. O povo está apavorado, com medo.

Eu me lembro que em meus anos de estudante no Rio de Janeiro, 1967, 1968, quando para lá íamos, tínhamos que reservar hotel. Eu, garoto do Rio. Agora, posso chegar na época do carnaval e encontrar vaga em metade da rede hoteleira. Tudo isso por insegurança. Mas não por culpa do Sr. Caio Luiz de Carvalho não, que fez muito. Se não fosse ele, talvez tivéssemos desaparecido. Ele trabalhou muito. E entendendo que deve ser sempre convidado a participar. Não retire a medalha não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra, o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Caio Luiz de Carvalho é meu amigo. Mas deixou a desejar. Para o Piauí e parte do Brasil tem sido muito bom. Mas não para Santa Catarina. Reunimos todos os deputados estaduais, realizamos sessão especial da Câmara Municipal de Balneário de Camboriú, jantar com todas as autoridades do Estado, mandamos confeccionar um troféu único com o título “Cidadão do Turismo de Balneário de Camboriú”, buscamos de helicóptero, etc. E nos quatro ou oito anos em que permaneceu na Embratur e, posteriormente, como Ministro do Turismo, enviamos dezenas de projetos. Não fomos atendidos. A Câmara Municipal do Balneário de Camboriú pretende retirar o projeto. Eu me sinto envergonhado, mas devo admitir que para Santa Catarina ele não fez nada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para fazer um comentário às palavras do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pude acompanhar o trabalho do Sr. Caio Luiz de Carvalho, e considero um bom trabalho. Entendo que deve ter frustrado um pouco as demandas de Camboriú. Mas, em um estilo bem mineiro, também faria a colocação do Senador Mão Santa: deixa como está, vamos dar o título.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem, Senador. Há o requerimento do nobre Senador Leonel Pavan, que pretende instalar um fórum nesta

subcomissão, com a presença dos presidentes das Assembleias Municipais e Estaduais de todo o País. Considero a idéia muito boa, até porque teremos a oportunidade de aumentar a importância do turismo no País. Vale a pena. Penso que poderíamos aprovar o requerimento e ver o momento ideal para que possamos organizar um evento desse tamanho, ou já o faríamos com o Cbratur. Nós já temos a data do Cbratur marcada de 24 a 28 de novembro. Seria um bom momento, porque estaríamos discutindo o turismo e teríamos toda a estrutura preparada para receber esses presidentes de Assembleias. Poderia correr junto.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ou os representantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Ou os representantes ou os presidentes. O ideal seria que viessem os presidentes, que são parlamentares.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E as Assembleias são os fóruns estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito. Eu entendo que a sua proposta é tentar mostrar a essas Assembleias a importância do segmento Turismo e também para que elas criem nas suas estruturas as subcomissões ou comissões de turismo nos Estados. Eu penso que é uma idéia perfeita, só que teríamos dificuldades para fazer um fórum como esse, por isso que estou propondo que esse fórum aconteça com o Cbratur, porque o fortalece e nos dá tempo para preparar o evento, que seria em novembro. E creio que seria mais aproveitável fazer algo forte, em comum acordo com a Câmara dos Deputados, por ocasião do Cbratur.

O Senador Leonel Pavan concorda?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não tem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está aprovado o requerimento, com a proposta de fazermos esse Fórum das Assembleias Estaduais e Municipais com o Encontro Nacional da Atividade Turística, na Cbratur. Haveria um choque de turismo no Brasil.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer ao Senador Mão Santa pelo brilhante pronunciamento que fez na semana passada enaltecendo o trabalho da subcomissão, a eleição minha e do Senador Pavan, além dos membros que compõem esta Comissão. E quero dizer que hoje a nossa reunião não contou com a presença dos demais componentes pelos motivos expostos. Inclusive está conosco o representante do Senador Aelton Freitas, que também participou até há pouco da reunião da CAE, não pôde estar conosco e mandou a justificativa.

Eu agradeço a todos. Não sei se há mais algum comentário a ser feito, mas a próxima reunião fica marcada para terça-feira, às 18h30min, neste mesmo local.

Aprovamos todos os itens da pauta numa reunião rápida e eficiente.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 15h50min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Turismo**

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, EM 22 DE ABRIL, DE 2003, ÀS 18:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e três, o Presidente da Subcomissão, Senador Paulo Octávio, após a abertura da reunião e evidente falta de *quorum*, em virtude do prolongamento da ordem do dia do Plenário de Senado Federal, declara cancelada a terceira reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, que teria como objetivo discutir sobre as Proposições Legislativas de Turismo. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Turismo**

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE MAIO DE 2003, ÀS DEZOITO HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença dos Senadores Eduardo Azeredo, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Ribeiro, Aelton Freitas e Leonel Pavan. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Rupp e Serys Slhessarenko. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Inicia-se a reunião, com a confirmação

e o convite aos presentes para o almoço oferecido pela Confederação Nacional do Comércio aos parlamentares do Senado Federal e Câmara dos Deputados participantes das suas Subcomissões. Em seguida, informa o Presidente que, na oportunidade, será assinado o protocolo de cooperação entre a CNC e as duas Subcomissões. O Presidente convida os Senadores para participarem da Vídeo Conferência produzida pela Interlegis, reunindo os Senadores com os Presidentes de Assembléias Legislativas, como foi aprovado na reunião anterior. Os Senadores Leonel Pavan e Garibaldi Alves Filho sugerem ao Presidente da Subcomissão dividir o Plano Nacional de Turismo por assuntos e encaminhar a cada Senador da Subcomissão para que cada um ofereça sua análise sobre os aspectos do PNT. O Senador João Ribeiro concorda com a sugestão que posta em votação, é aprovada. O Senador Eduardo Azeredo lê os dois Requerimentos entregues ao Presidente: o primeiro para convocar as Companhias Aéreas Varig, Tam e outras (Vasp e Gol), a Abav – Nacional e o DAC para participarem de Audiência Pública para conhecimento dos Senadores da situação conjuntural da aviação civil; o segundo para convocar para Audiência Pública, representantes do segmento da aviação regional (Abetar-DAC) para conhecimento da situação conjuntural deste segmento do transporte aéreo regional. Os Senadores presentes aprovam as sugestões do Senador Eduardo Azeredo, ficando marcado pelo Presidente o dia vinte e nove de maio, quinta-feira, às dez horas, para a realização desta Audiência que se prolongará, pelo tempo necessário, segundo o Presidente, para dar conhecimento aos Senadores da situação atual pela qual se passa, no País, o Segmento Turístico da Aviação Comercial. O Senador João Ribeiro sugere a Comissão conhecer detalhes da taxa da Infraero, cobrada aos usuários dos aeroportos, grandes e pequenos, durante a Audiência Pública. O Senador Garibaldi Alves Filho declara que esta Audiência permitirá que a Subcomissão conheça os detalhes do acordo Varig-TAM, as duas Companhias Aéreas que detêm a parte majoritária do mercado da aviação comercial. O Senador Paulo Octávio informa que oportunamente marcará a data da Audiência da Aviação Regional, que será após o dia vinte e nove de maio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária de Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, com a seguinte pauta: deliberações decorrentes da última reunião, relatório verbal do Presidente sobre sua visita ao Interlegis, designação do grupo de Senadores para analisar o Plano Nacional de Turismo, leitura e votação dos requerimentos apresentados.

Agradeço a presença dos Senadores Aelton Freitas, Garibaldi, Leonel Pavan. Tenho os seguintes comentários a fazer: na última reunião conjunta, estabelecemos que faríamos um encontro, que ficou marcado para quinta-feira, às 12 horas e 30 minutos – os convites estão sendo distribuídos –, na sede da Confederação Nacional do Comércio. Nessa oportunidade, estaremos apresentando o protocolo de intenções da parceria com o CNC. Dentro do propósito de trabalhar em comum acordo com a confederação, estaremos assinando um protocolo de intenções para que possamos ter um trabalho mais efetivo, já que a CNC tem uma boa estrutura, eficiente, e vários funcionários vão ser colocados à disposição da nossa Subcomissão. Assim, poderemos assinar, lá, esse protocolo de intenções.

Sugestões de projetos serão encaminhadas pela CNC. Existem vários projetos que a CNC ficou de encaminhar. Teremos, também, a análise das proposições que tramitam pela equipe da CNC, que são as correspondências aos Presidentes das Assembléias Legislativas.

O Senador Leonel Pavan, na última reunião, apresentou a solicitação de que a subcomissão fizesse um encontro com os Presidentes das Assembléias Legislativas de todo o País. Aprovamos esse requerimento.

Para minha surpresa, fiz uma visita ao Interlegis, no Senado, semana passada. Fui fazer uma videoconferência com a Câmara Legislativa de Brasília e fiquei impressionado com a estrutura que lá existe. É possível, atualmente, falar com quase mil Câmaras estaduais e municipais em todo o País ao mesmo tempo, numa videoconferência nacional. Estou trazendo esse assunto aqui hoje porque entendo que poderíamos, talvez, apresentar essa idéia numa videoconferência, inicialmente, e promovermos esse encontro com presidentes de Câmaras Estaduais e Municipais de todo o Brasil, mostrando a importância do turismo, com a presença dos Senadores, um bom motivo de contato com S. Ex^{as}. Acho que não tivermos essa experiência ainda.

Tive essa experiência semana passada, mas certamente os Senadores ainda não a tiveram, e lá

poderíamos falar com as Câmaras Municipais do Piauí, em primeiro lugar, logicamente, de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Minas Gerais. Seria muito oportuno tentar providenciar uma data para a videoconferência. Talvez fosse interessante, inicialmente, a ligação com os Estados cujos Senadores são representados na subcomissão, para não ficar uma coisa muito cansativa. Listaríamos oito, nove ou dez Estados representados na Subcomissão e comunicariamos aos Presidentes de Câmaras Municipais e Estaduais a videoconferência sobre o turismo. Seria muito bom para conhecermos, os Senadores, o Interlegis, ver o trabalho que estão fazendo e, por videoconferência fazer um diálogo com os Presidentes das Câmaras Estaduais sobre o turismo.

Seria um momento muito rico em que nós, de Brasília, falaríamos com o Brasil.

Quero colocar essa questão e saber se os nobres Senadores estão favoráveis a esse encontro.

Informo a V. Ex^a que o contato com a assessoria do Interlegis já foi feito, tanto que estão pensando em marcar para o dia 20, terça-feira. Não sei se terça-feira é um bom dia, porque temos, aqui, trabalho nas comissões e no plenário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Qual é o horário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A hora não está marcada. Pergunto a V. Ex^a qual seria o melhor horário.

Poderíamos tentar marcar para o dia 22, quinta-feira. O que diz V. Ex^a, Senador Mão Santa, o mais assíduo membro desta subcomissão?

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a concorda que seja na quinta-feira, dia 22?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela manhã, Sr. Presidente?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Acredito que pela manhã seria melhor, porque não temos reunião de comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então, pela manhã. Temos que ver também como funcionam essas Câmaras Municipais. Na quinta-feira, elas teriam mais facilidade?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a está se referindo às Câmaras Municipais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sim. Porque faremos uma videoconferência. E, para tanto, esses aparelhos têm que estar instalados nas Câmaras Municipais, já que, pela Internet, falaremos com os Presidentes das Câmaras.

É importante saber também se nos Estados de V. Ex^{as} as Câmaras funcionam na quinta-feira, dia 22, pela manhã ou à tarde.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em Santa Catarina, geralmente as Câmaras funcionam às segundas e quintas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O mesmo no Rio Grande do Norte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, acredito que no Rio Grande do Norte não haveria problema, desde que haja um contato anterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito. Penso que até o dia 22 teríamos tempo para marcar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Daria uma sugestão a V. Ex^a, Sr. Presidente, no sentido de se encaminhar o Plano aos Presidentes das Câmaras, para que S. Ex^{as} pudessem ampliar o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Ótima sugestão apresentada pelo Senador Garibaldi Alves Filho. Talvez possamos fazer isso pela Internet: encaminharemos aos Presidentes das Câmaras o convite para que, no dia 22, possamos realizar essa videoconferência, e, além disso, também encaminharemos o Plano Nacional do Turismo apresentado pelo Governo Federal.

Consulto se V. Ex^{as} estão de acordo. (Pausa.)

Aprovado.

Está marcada a data da videoconferência para o dia 22, às 10 horas. A princípio ficamos agendados, dependendo da disponibilidade do Interlegis.

Creio que esse assunto é muito interessante para todos nós.

O terceiro item da pauta é a designação de um grupo de Senadores para analisar o Plano Nacional de Turismo.

Sugiro a V. Ex^{as} que todos nós participemos, já que somos poucos e todos têm o Plano. Entendo ser oportuno que todos tenhamos oportunidade de estudar o Plano, para poder fazer comentários na próxima reunião, que pode ser quinta-feira.

O Senador Leonel Pavan e eu estivemos no lançamento do Plano Nacional de Turismo na semana passada.

Como na quinta-feira temos um almoço na Confederação Nacional do Comércio, talvez, lá, tenhamos um momento oportuno para discutir o Plano, até porque, hoje, conversei com o Presidente da Confederação Nacional do Comércio no intuito de convidar o Ministro do Turismo também. Talvez, lá, possamos

debater. Temos dois dias para ler, preliminarmente, e lá, quem sabe, possamos ouvi-lo para maiores esclarecimentos.

Quarto item da pauta, leitura e votação...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, ainda sobre o Plano, gostaria também de apresentar uma sugestão que, a meu ver, daria maior objetividade à discussão. Sugiro uma divisão temática do Plano. Alguns ficariam com o diagnóstico e, outros, com determinados aspectos.

Eu próprio não li o Plano, por isso não posso dizer como seria isso. Mas seria para dar mais objetividade. É claro que todos têm uma visão global, pelo sumário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O Senador Garibaldi Alves Filho propõe a divisão do estudo do Plano. É isso? Consulto o Senador Leonel Pavan se já leu o Plano.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Só li a mensagem do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para saber se é possível dividirmos o Plano.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Temos que saber se o Plano permite a divisão temática.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não li o Plano todo, só a mensagem do Presidente, mas acho que deveríamos dividir a discussão, até porque ele é extenso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Estou vendo que existem vários macroprogramas. Gestão e relações institucionais, fomento, infra-estrutura, estrutura e diversificação da oferta turística, qualidade do produto turístico, promoção e apoio à comercialização, informações turísticas. São esses os macroprogramas do Plano.

Consulto os nobres Senadores se poderíamos, na próxima quinta-feira, durante o almoço, dividi-lo, pois teríamos tido tempo de ler, ou, pelo menos, inicialmente, de estabelecer uma divisão por etapas. A idéia é muito boa, mas temos que saber qual seria o tema preferido de cada um dos membros da Comissão. Por isso, peço ao Senador Garibaldi...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – A Presidência podia fazer uma seleção e, de acordo com cada um, saber com que tema quer ficar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Se os nobres Senadores permitirem, a Presidência poderá fazer uma divisão dos temas e na quinta-feira apresentá-la. Perfeito? Para não termos de saber o tema predileto de cada um. Todos os temas são inerentes

ao turismo, sem uma maior complexidade. Entendo que podemos fazer uma divisão e, na quinta-feira, durante o almoço, já dividiríamos os temas entre os membros da Comissão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – No início do Plano, constam os itens gestão de turismo, estruturação do Plano Nacional de Turismo, métodos para o turismo 2003/2007, macroprogramas, entidades que contribuem com propostas para a elaboração do Plano Nacional de Turismo. Na verdade, há quatro que podem ser divididos, que são: gestão do turismo, estruturação do Plano Nacional de Turismo, métodos para o turismo 2003/2007, macroprogramas. Os demais seriam para consulta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Mas aqui dentro temos uma subdivisão, que são os macroprogramas, que não estão apresentados no índice.

O Item 6, dos macroprogramas, é dividido em seis itens. Por isso, acho importante, Senador Leonel Pavan, fazer a leitura aprimorada de todo o projeto até quinta-feira, para poder fazer uma divisão. De repente os temas do índice não são os que devem ser distribuídos entre os membros da Comissão.

O Senador Eduardo Azeredo já recebeu o Plano Nacional de Turismo? Não? Já está na pasta.

O Senador João Ribeiro já recebeu?

Estamos no Item 5 da pauta. Só para informar, marcamos uma reunião dia 22 no Interlegis, com os presidentes das Câmaras Municipais, convite feito por nós a eles. Haverá uma videoconferência inicial, para tentarmos programar, no futuro, a vinda dos presidentes de Câmaras Municipais e Estaduais a Brasília.

Isso já foi aprovado.

O quarto item da pauta é a leitura e votação dos requerimentos apresentados. Temos dois requerimentos, ambos do Senador Eduardo Azeredo. Passo à leitura.

Requeiro, na forma regimental desta Casa, à Subcomissão de Turismo do Senado Federal sejam convidados a participar de audiência pública os presidentes das seguintes entidades do **trading** turístico nacional e das companhias aéreas abaixo relacionadas, em grupos de dois em cada reunião, para oferecer informações que subsidiem a subcomissão no conhecimento da realidade estrutural e conjuntural da aviação comercial no País. As entidades e empresas aéreas por grupo são:

Grupo 1: DAC, Departamento de Aeronáutica Civil; Abav, Associação Brasileira de Agências de Viagem;

Grupo 2: Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Vasp, Viação Aérea São Paulo;

Grupo 3: Antur, Associação Nacional de Transportadores de Turismo e Fretamento; Gol, Linhas Aéreas Inteligentes;

Grupo 4: Varig, Viação Aérea Riograndense; TAM, Transportes Aéreos Marília.

Justificação

O recente acordo de operação conjunta firmado entre as companhias aéreas Varig e TAM, por certo, trouxe consequências que afetaram o atendimento aos passageiros, o desempenho do transporte de cargas e a diminuição de alternativas de vôos oferecidas ao turismo interno, isso porque esse acordo diminuiu a quantidade de vôos em várias rotas aéreas domésticas.

Para dimensionarmos os efeitos comerciais e turísticos dessas medidas no mercado, propomos à subcomissão seja feita essa audiência, oportunidade em que também seria aberto o debate de outros temas ligados à aviação comercial, esse importante segmento do setor de turismo nacional.

Assina o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, na verdade, estamos vivenciando uma crise muito grave na área de transporte aéreo no Brasil, sendo importante que a nossa subcomissão possa informar-se um pouco mais para poder, inclusive, opinar. Existem hoje notícias de que o BNDES se dispõe a ser sócio da fusão Varig/TAM – alguns já brincam dizendo que seria a Aerobrás. O objetivo de ouvi-los aos poucos nessa audiência pública surgiu por acreditarmos que, com a primeira idéia, de ouvir todos juntos, ficaria extensa demais a reunião. São quatro empresas e mais quatro órgãos, digamos assim – duas associações, um sindicato e o DAC. Poderíamos, assim, ter um melhor acompanhamento da situação atual da aviação comercial no País. Agora, ficaria realmente a critério da comissão a decisão de como fazer isso – se em quatro grupos, se diminuirmos, se chamamos um só. Essa é apenas uma sugestão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PT – MG) – Sr. Presidente, hoje, houve uma audiência pública nas comissões da Câmara sobre o transporte aéreo.

Não seria bom a Presidência solicitar as notas taquigráficas, que já podem nos atender ou nos adiantar muito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Podem atender, Senador, mas entendo que é importante o contato da Subcomissão de Turismo com os presidentes dessas companhias aéreas. Realmente, o Brasil passa por uma crise que não é só brasileira; na realidade, é internacional. Alguns países têm outros meios de transporte. Infelizmente, no Brasil, não temos ferrovias, não temos estradas, e, conseqüentemente, as companhias aéreas são de grande importância. Entendo que, mesmo que a Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara já tenha ouvido os presidentes das empresas, seria oportuno o encontro aqui no Senado. Entendo, talvez, que possamos fazer isso em uma ou duas reuniões, porque fazer quatro reuniões para ouvi-los seria muito extenso.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PT – MG) – É que as notas taquigráficas poderiam nos dar bastante suporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sem dúvida, a sua solicitação já está atendida. Vamos solicitar as notas taquigráficas para enriquecer o nosso debate, o nosso diálogo, até o nosso entendimento do que lá já foi tratado.

Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, hoje também apresentei requerimento à Comissão de Infra-Estrutura pedindo a presença do Ministro da Defesa para, justamente, falarmos sobre a possível fusão da TAM com a Varig. Estamos querendo saber como é que anda essa questão, porque o BNDES, que está se propondo a contribuir economicamente ou financiar as dívidas das duas empresas, só irá fazê-lo se houver a fusão das duas empresas, e nós sabemos que a fusão vai acarretar, infelizmente, a demissão de quase dez mil trabalhadores. Quem estaria patrocinando isso seria o BNDES, um banco ligado ao governo – no caso, um governo que tem como bandeira o emprego.

Lançando mão do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, talvez seja possível promover um entendimento entre a Subcomissão de Turismo e a Comissão de Infra-Estrutura e ouvirmos o Ministro da Defesa conjuntamente. O que vamos discutir está relacionado à questão dos transportes, o que está ligado àquela Comissão.

Se isso for possível, se o Senador Eduardo Azeredo e os demais senadores aceitarem, eu iria propor

na Comissão de Infra-Estrutura esse mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Consulto o Senador Leonel Pavan se o requerimento que foi feito é só em relação ao Ministro da Defesa?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É, nós não incluímos o nome de S. Ex^a. O nosso requerimento não foi tão rico como o do Senador Eduardo Azeredo, mas poderíamos apresentar um novo requerimento à Comissão de Infra-Estrutura, ampliando a lista de convidados – mais um ou dois nomes – e realizarmos a reunião conjunta. Acho que valorizaria muito a Subcomissão de Turismo e, além disso, pouparia trabalho, porque, caso contrário, estaríamos discutindo praticamente o mesmo assunto em duas comissões. O convite foi feito lá porque a Comissão lida com transportes, mas, mediante esse requerimento, que é oportuno, a Subcomissão de Turismo também estará presente. Nesse caso, turismo e transporte estão relacionados.

Eu poderia fazer um novo requerimento à Comissão de Infra-Estrutura, anexando mais um ou dois nomes e fazermos uma reunião em conjunto, se assim entender o presidente e os demais senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Só para um esclarecimento, Senador Leonel Pavan: no requerimento do Senador Eduardo Azeredo não consta o nome do Ministro, não consta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ah, não consta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não consta.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Achei que constasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É. Constam o Departamento de Aeronáutica Civil, Abav, Snea, Vasp, a Antur, Gol, Varig e TAM. São principalmente as empresas aéreas. Será bom ouvir todos, até porque o entendimento do Ministro vai ser um e o das companhias aéreas vai ser outro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A presença do Ministro de Defesa é importante. Não sei se o Senador Eduardo Azeredo permitiria uma emenda em seu requerimento para incluirmos o Ministro da Defesa, e nesse dia as duas comissões se reunirem. Porque é de grande importância, porque justamente inclui as empresas aéreas, ligadas ao Ministério da Defesa. Não sei se é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É importante a providência. Nós todos poderíamos atender o

seu requerimento e, no dia marcado, dentro da Comissão de Infra-Estrutura, estaremos lá presentes.

Acho que é oportuno, como membros da Subcomissão de Turismo. Acho que vale a pena. Agora, o que está em discussão é a presença, aqui, das companhias aéreas. Parece-me que é este o entendimento do nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra, o nobre Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Eu gostaria de, primeiro, apoiar o Requerimento do nobre Senador Eduardo Azeredo. Acho que nós devemos ouvir as empresas aéreas e as entidades relacionadas pelo nobre Senador Eduardo Azeredo, até porque, se nós convidarmos aqui o Sr. Ministro, teremos aqui um conflito de opiniões, e, na verdade, eles poderão ficar até constrangidos de, com a presença do Ministro, dizer o que está acontecendo, que, na verdade, é o que interessa a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Sem dúvida.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Na verdade, o que o nobre Senador Leonel Pavan propõe poderá ser, numa outra oportunidade, depois que ouvirmos as empresas aéreas... Realmente, interessa para o País, interessa, sobretudo, para as pessoas, até porque existe aí uma guerra de preços de passagens e tudo o mais. Há poucos dias atrás, por exemplo, a Gol entrou e está fazendo voo a Palmas, capital do meu Estado. Na primeira semana, ela vendia passagem a R\$77,00. Hoje já não se consegue por menos de R\$430,00 – em menos de 20 dias. Nós, então, sabemos que isso é um cartel, e realmente é muito complicado. De qualquer forma, sabemos que as empresas estão com muita dificuldade – isso é público e notório – e acho que esta Comissão precisa ser ouvida. O Requerimento do nobre Senador é, realmente, muito oportuno e pertinente. Portanto, acho que nós, no máximo, devemos fazer uma ou duas audiências, para juntarmos esses grupos, porque, se fizermos quatro, ficaremos com uma pauta muito cheia ou muito extensa em função disso.

Portanto, eu apóio o Requerimento e acho que deve ser de uma ou duas reuniões.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Pois não.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nós, aqui, só estamos ouvindo as empresas, e não a opinião do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nós, aqui, estaremos ouvindo o DAC – o Departamento de Aeronáutica Civil, que, realmente, é mais ligado à área realmente. O DAC tem...

Eu entendo que nós, se o nobre Senador permite, até para agilizarmos, podemos até fazer essa reunião numa tacada só. Não vejo problema. Poderemos, talvez, colocar os Presidentes da entidade e, talvez, abolirmos Abav ou uma outra entidade dessas para fazermos uma reunião mais positiva.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente, gostaria até de fazer mais um adendo: acho que a presença do DAC aqui vai ser muito importante, até para elucidarmos uma questão que já existe no Brasil há algum tempo e que sei que pouca gente conhece. Não sei se todos os Srs. Senadores aqui presentes sabem o que é Ataero e o que é Profaar. Na verdade, é um programa de arrecadação que o Governo tem através do DAC, são as taxas pagas para o Infraero e para o DAC. É um programa de construção de pequenos aeroportos e outro para grandes aeroportos. Portanto, a presença do DAC aqui seria uma grande oportunidade para nós elucidarmos, inclusive para que cada Senador conhecesse bem esse Programa, que considero extremamente importante para o Brasil. Já tentaram acabar com esse Programa. Quando estava na Câmara, na Comissão de Transportes, trabalhei contra para que não acabassem com esse importante Programa. Agora, existem muitos recursos retidos, porque, como não há arrecadação, como há dificuldade de recursos para as Forças Armadas, quando o dinheiro é arrecadado, eles o usam para outro fim. Nós, portanto, precisamos definir os critérios e até uma explicação deles nesse momento. Então, seria muito importante a presença das empresas aéreas e do DAC, que resolveria toda a questão, já que é o órgão do Governo que cuida desses assuntos de aviação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Em votação, o Requerimento do nobre Senador Eduardo Azeredo.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Vamos passar à forma da convocação. Existem duas sugestões com as quais eu acho que o Sr. Senador concordaria: seria uma reunião com todos ou duas reuniões em dois grupos.

Os Srs. Senadores que estiverem a favor de apenas uma reunião com todos os membros queiram permanecer sentados.

São oito pessoas. Assim, teremos dez minutos para cada uma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E haverá as perguntas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Por que não fazemos duas reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Se fizermos duas reuniões, perderemos um pouco, pois há pontos divergentes, por exemplo, entre a TAM e a Gol.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Mas teríamos que fazer uma reunião com um tempo maior, conseguir uma data em que a Comissão tivesse um tempo maior, para que, já que vamos entrar no tema, temos que elucidá-lo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Podemos tentar marcar essa reunião para o dia 29 de maio.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Dá tempo de as empresas e o DAC se prepararem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Acredito que sim. No dia 22 faríamos a reunião com os Presidentes das Câmaras.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não quero fazer sugestão, apenas uma ponderação. A Varig e a Tam representam uma grande fatia do mercado e as outras representam uma fatia bem menor. Não sei como se iria administrar o tempo de discussão, porque o problema da Varig e da TAM é bem mais específico, complexo e demanda muito tempo.

Mas eu confio na Presidência e penso que ela vai conseguir resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quem sabe até lá elas já estarão com a fusão acertada, e teremos um só palestrante?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, não seria melhor inverter as datas, até para, na videoconferência, já termos esse assunto das empresas....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A preocupação é só com a possibilidade de agendar, pois hoje é dia 6, e seria na próxima semana. Avalio muito curto o espaço de tempo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, não poderia ser dia 22 a audiência com as empresas e dia 29 a videoconferência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A videoconferência, na realidade, Senador, é mais para debater o turismo, inclusive o Plano Nacional. Seria mais um entendimento e uma aproximação dos Presidentes das Câmaras Municipais com a importância do turismo. Seria mais uma invocação à mentalidade do turismo no País. Penso que não atrapalharia muito.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Parece que a reunião das empresas se faz mais urgente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Só se mudássemos a data do Sindilegis.

A minha preocupação se dá pelo fato de a reunião das empresas se fazer mais urgente, porém muita coisa vai acontecer este mês. E o debate sobre o Plano Nacional do Turismo está quente, pois acaba de ser apresentado pelo Governo.

Entendo que devemos aproveitar o momento: o Plano foi lançado, ninguém o discutiu ainda. É mais interessante buscarmos essa discussão nacionalmente. Além do mais, aguardaríamos os acontecimentos até o dia 29 e veríamos como será a fusão da Varig e da Tam, se ela vai ocorrer mesmo. Pode ser que esteja no momento apropriado.

Assim sendo, fica aprovado o requerimento do Senador Eduardo Azeredo convocando as empresas aéreas e as entidades para o dia 29 de maio, às 10 horas da manhã.

Providenciaremos os convites aos listados no requerimento. Fica quinta-feira mesmo, uma para o Interlegis e a outra para as companhias aéreas.

Há um outro requerimento, também do Senador Eduardo Azeredo, com o seguinte texto:

Requeiro, em conformidade com os termos regimentais, à subcomissão, sejam convidados a participar de audiência pública, o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Aéreo Regional – Abetar, e o Diretor-Geral do Departamento de Aeronáutica Civil – DAC, para prestarem esclarecimentos sobre a atual situação estrutural e conjuntural da aviação regional no País, focalizando particularmente os seguintes aspectos:

1º – qual é a política adotada pelo Departamento de Aeronáutica Civil – DAC, para as concessões públicas que regulam a exploração comercial dessa atividade econômica;

2º – quais são e onde operam as empresas de transporte aéreo regional;

3º – se existe alguma política que subsidia o uso de combustível utilizado pela aviação regional;

4º – no quadro global da aviação regional é significativa a parcela de passageiros que a utilizam por motivações turísticas, como, por exemplo, turismo de negócios, de aventura, ou de ecoturismo, dentre outros.

5. E, finalmente, como se encontram hoje as condições dos aeroportos e pistas de pouso utilizados pela aviação regional e que tipo de empresas os administram.

Justificação

Estratégica, por ser um dos setores de desenvolvimento das regiões brasileiras, a aviação regional contribui de forma exclusiva para o aumento dos fluxos de passageiros e cargas e de turistas que demandam as rotas nacionais. Ao mesmo tempo, essas empresas facilitam o transporte mais rápido de brasileiros, sobretudo de doentes que residem em locais isolados e distantes dos centros médicos do País.

Nesse sentido, para que a subcomissão avalie esse quadro, entendo ser conveniente o debate desse nível de segmentação do transporte aéreo e suas relações no mercado interno nacional.

Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo é basicamente o mesmo da outra proposta, qual seja, discutir a vocação do transporte aéreo, já que considero ser esse realmente um dos grandes obstáculos que temos para aumentar o turismo no Brasil.

Se formos pensar no ecoturismo em cidades menores, hoje é praticamente um desastre o que acontece. No caso específico da aviação regional, ela está mais ligada a esse aspecto, às cidades menores.

É evidente que as capitais do Nordeste, Foz de Iguaçu, Manaus e outras grandes atrações turísticas do País, a aviação comercial, em si, é que cobre, mas a aviação regional é que pode exatamente atender localidades como Diamantina, em Minas Gerais, que não tem nenhum voo regional, e tem um aeroporto. Uma das grandes alternativas para podermos aumentar o turismo lá seriam os voos regionais. E assim temos várias outras situações, como Caldas Novas, em Goiás, que também, pelo que sei, não tem voo regional.

Dessa maneira, há várias atrações turísticas no País que não são servidas por aviação comercial.

al, e para as quais cairíamos na situação da aviação regional.

Mas apresento, na verdade, o requerimento, sem uma data prevista, senão vamos ficar com a pauta toda cheia só com essas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito.

Entendo que o requerimento vem em boa hora. Se o Senador permitir, poderíamos aprová-lo, sem agendar qualquer data, inclusive porque vamos ouvir o DAC, se tudo estiver bem, no dia 29. Seria o tempo de aprofundarmos o assunto.

Em votação, o requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, completando, tenho algumas informações mais recentes. Temos hoje, no Brasil, nove empresas de aviação regional operando, cinco delas na Região Norte – Meta, Puma Air, Penta, Rico, Tavaj – e quatro no Centro-Sul – Abaeté, na Bahia e em Pernambuco, Pantanal, em Minas e São Paulo, Oceaniair, no Rio, e a Total, em algumas cidades de Minas e em Parintins, no Amazonas.

Então, na verdade, ficamos falando muito nas grandes empresas, mas o fato é que temos hoje outras nove empresas atuando no País. E a idéia seria, exatamente, buscar mais informações nesse segmento que, volto a dizer, parece-me que atenderia muitas cidades turísticas do País que não as principais, hoje já atendidas pelos vôos comerciais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O número nove é até assustador, porque é muito pouco. Confesso que imaginei que tivéssemos muito mais companhias aéreas regionais do que nove, para atender o Brasil todo.

Então, fica aprovado o requerimento, com data a ser marcada após a audiência que faremos no dia 29 de maio com as companhias maiores e com o Diretor do DAC.

Aprovados os requerimentos apresentados, e não havendo nenhum outro requerimento, passo a assuntos gerais.

Pergunto às Srs e aos Srs. Senadores se gostariam de colocar algum outro item na pauta. (Pausa.)

Não havendo outro item na pauta, confirmo a nossa reunião para quinta-feira – reunião-almoço –, na Confederação Nacional do Comércio. Os convites já foram distribuídos, e é o tempo para que possamos avaliar o Plano Nacional de Turismo, encaminhado pelo Presidente Lula, na última semana, ao Congresso Nacional.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h20min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Turismo**

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE JUNHO DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, AUDITÓRIO DO INTERLEGIS.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de junho do ano de dois mil e três, no Auditório do Interlegis, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença dos Senadores Leonel Pavan, Vice-Presidente da Subcomissão de Turismo-CAE, César Borges, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho e da Senadora Serys Slhessarenko e dos Deputados Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados e Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo. Deixam de comparecer os Senadores Aelton Freitas, Valdir Maranhão e João Ribeiro. Com a participação da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, Deputada Maria José Viana – Presidente da Comissão de Turismo, Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Jorge Amanajás – Vice-Presidente da Comissão de Turismo, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Deputada Magna Mofato – Presidente da Comissão de Turismo, Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, Deputado Joaquim Hakel, Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, Deputado Sinval Barbosa – 1º Secretário, Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Deputado Raul Freixes – Presidente da Comissão de Turismo, Câmara Legislativa do Distrito Federal – Deputado Leonardo Prudente, Assembléia Legislativa de Minas Gerais – Deputado Leonildo Boussas, Assembléia Legislativa do Espírito Santo – Deputado Giovani Silva – Presidente da Comissão de Turismo. Autoridades presentes: Maria Luísa Campos Machado Leal, Secretária de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo; Nair Lobo, Diretora de Marketing da Embratur; Norton Lenhart, Presidente da Federação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; Roberto Veloso, Representante da Confederação Nacional do Comércio. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Procede-se à Videoconferência com o objetivo de detectar necessidades e integrar soluções que propici-

em agilidade e eficácia da ação legislativa, em todos os níveis da Federação, com vistas a otimizar medidas voltadas à plena exploração do potencial turístico brasileiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. — Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) — Eu agradeço a todos pela presença.

Cumprimento o ilustre Senador Leonel Pavan; A SRA. Maria Luiza Machado Campos, representante do Ministro e Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério; o Dr. Norton Lehnart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares; Dr. Roberto Veloso, representante da CNC — Confederação Nacional do Comércio —, parceira da nossa Comissão; os representantes das entidades de classe; o Dr. Eraldo Alves da Cruz, Diretor da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira; Dr. César Gonçalves, Diretor do Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília; a jornalista Rita Maria, representante da imprensa; as demais autoridades que estão participando desta vídeo-conferência; todos os presidentes das Assembleias que estão nos assistindo em todo Brasil; aos Deputados, aos Vereadores e aos Prefeitos.

Esta é uma experiência inédita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, pois é a primeira vez que fazemos uma interação entre o Congresso Nacional e os Estados brasileiros, buscando uma ação a favor do turismo no nosso País.

É com justificado entusiasmo que tenho a satisfação de lhes manifestar, nesta manhã, as minhas mais calorosas boas-vindas a esse primeiro encontro do ciclo de videoconferências promovido pela Subcomissão de Turismo do Senado Federal.

Como sabemos, a atividade turística responde, atualmente, por cerca de 10% do PIB mundial. Vemos, hoje, uma realidade extremamente oportuna para o turismo brasileiro e nos compete saber aproveitá-la. Esta é, no meu entendimento, a principal razão de unirmos nossos esforços para que o Legislativo nacional possa, em todos os níveis, propiciar as ações políticas e os instrumentos legais necessários à exploração do pleno potencial desta que é, comprovadamente, a maior atividade geradora de empregos do nosso planeta: o turismo.

Cumpramos ressaltar que essa realidade que aí está resulta de um trabalho consistente desenvolvido

ao longo das atividades da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, cuja presidência tive a honra de ocupar e que, agora, tem à frente o nobre Deputado Ronaldo Vasconcelos.

Dentre as inúmeras conquistas dessa articulação, podemos destacar a própria criação do Ministério do Turismo, antiga reivindicação do setor, obtida a partir dos encontros com os então presidentiáveis, ensejados no âmbito da Subcomissão, fruto também da sementeira que fizemos com inestimável parceria da Confederação Nacional do Comércio e também do competente trabalho do seu Presidente Antonio de Oliveira Santos.

Com a valiosa colaboração da Frente Parlamentar de Turismo, presidida pelo atuante Deputado Alex Canziani, temos hoje, diante de nós, o Plano Nacional de Turismo, que está conosco, encaminhado recentemente pelo Presidente Lula, disponibilizando recurso da ordem de R\$1,8 bilhão, com os quais o Governo pretende viabilizar a entrada, no Brasil, de R\$8 bilhões, até o ano de 2006, o que fará do segmento de turismo e de viagens o maior exportador nacional, de modo que o turismo brasileiro passará a gerar o tão necessário objetivo de 1,2 milhão empregos diretos.

Para que essa excepcional oportunidade possa ser, de fato, aproveitada e para que tais metas sejam efetivamente cumpridas, o papel do Poder Legislativo se reveste de essencial importância. É preciso nos integrarmos com a poderosa força de um planejamento estratégico para a adoção de medidas harmônicas e do desenvolvimento de ações conjuntas, para que possamos abrir caminhos, facilitando o acesso a recursos, implementando projetos e aperfeiçoando normas legais, o que é o nosso trabalho.

Conscientizemo-nos, estimados colegas Parlamentares de todo Brasil, da dimensão gigantesca, da chance que temos diante de nós; conscientizemo-nos de que nas iniciativas federal, estadual e municipal bem concatenadas reside a chave do inevitável êxito de todo este processo.

Para tanto, é necessário que saibamos como gerar meios, criar instrumentos eficazes para colocarmos no Orçamento federal, nos Orçamentos de cada um dos Estados e Municípios do País, recursos cuja liberação se faça de forma inexorável, inequívoca, no sentido de edificarmos a obra monumental, porém, absolutamente viável de atingirmos as cifras que acabo de me referir. Trata-se do retorno tranqüilamente compatível com nossas potencialidades, com nossas belezas e com o esplendor de nossos invejáveis recursos naturais.

Aproveitemos a inspiração do dia de hoje, não por acaso, o Dia Mundial do Meio Ambiente, para refletirmos a riqueza que temos em nossas mãos.

No próximo dia 12, a Subcomissão de Turismo do Senado Federal ouvirá, em audiência pública, representantes das empresas aéreas do Departamento de Aviação Civil e da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem em busca de alternativas para enfrentar a crise no segmento, e saídas inteligentes não de surgir.

Da mesma forma, na Câmara dos Deputados, eventos como esse se repetem, multiplicam-se e, agora, com renovado ânimo, devem ocorrer em todos os entes da Federação.

Assim, unidos, coesos e coerentes, com o total apoio e auxílio da sociedade civil, das mais significativas entidades do setor, nós, Legisladores federais, estaduais, distritais e municipais podemos levar adiante esse mutirão rumo ao sucesso, para que com a ajuda de Deus encontremos no turismo a mais rápida e natural resposta aos alarmantes problemas provocados pelo desemprego. Temos fé de que esse fantasma estará com seus dias contados.

Ocupação para nossa gente, dignidade para nossos irmãos, progresso irreversível para o nosso País, é isso o que propomos com a nossa união; para isso, estamos aqui.

Uma vez que todos os participantes devem estar de posse das informações que lhes enviamos quanto aos objetivos, estratégias, fases e metas desta série de videoconferências e que devem estar de posse, igualmente, do roteiro que foi encaminhado desse nosso primeiro encontro, contendo as linhas básicas de seu funcionamento, declaro abertos os trabalhos de hoje.

Passo, preliminarmente, a palavra ao Senador Leonel Pavan, que, por sinal, é o autor do requerimento para que esse encontro pudesse ocorrer, hoje, aqui em Brasília.

Portanto, agradeço a participação de todos.

Espero que tenhamos uma manhã muito proveitosa, uma ligação com todo o País, a partir de Brasília, e possamos ouvir propostas inteligentes para que alavancar o turismo brasileiro.

Agradeço a todos e concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso grande amigo, Senador Paulo Octávio, que preside a Subcomissão de Turismo com grande competência, já que S. Ex^a conhe-

ce o setor. Cumprimento também as demais autoridades aqui presentes.

Sr. Presidente, para nós é um prazer imenso, uma honra podermos discutir a respeito desse setor tão importante para o Brasil e para o mundo, por intermédio da Capital, onde se discute as ações do nosso País, Brasília, com todo o Brasil, com os Prefeitos, Vereadores, entidades, Deputados e com os Presidentes da Comissões de Turismo.

Essa maneira nova de discutir a questão por meio da videoconferência, certamente vai encurtar ainda mais os laços de aproximação para que possamos achar uma solução, um novo caminho que traga progresso para essa atividade ao nosso País.

Sr. Presidente, sou ligado à área de turismo há muitos anos. Gosto do setor, além de desenvolver atividades turísticas e ter empresas de turismo. Sr. Presidente, por três vezes fui prefeito do Balneário Camburiú, uma cidade que vive 100% o turismo, todos pensam em turismo. Come-se, bebe-se, dorme-se, sonha-se com o turismo. Desde o nosso mais humilde trabalhador, o pedreiro, o carpinteiro, o vendedor ambulante, todos têm projetos direcionados ao turismo. Até para se conseguir um emprego, é preciso oito horas de curso de turismo. Para se obter um alvará da prefeitura, o primeiro processo, o primeiro documento necessário é o comprovante de curso de turismo, fornecido gratuitamente pelo Município.

Temos um projeto muito avançado, inovador, e já estive em vários Estados do Brasil para falar dos projetos de turismo do Balneário de Camburiú. São projetos que levaram essa cidade ao primeiro lugar em qualidade de vida de Santa Catarina e ao nono lugar em qualidade de vida do País, tanto no IDH como no IDS. Foram propostas atividades radicais e duras, mas que fizeram o Balneário de Camburiú ser uma cidade que pensa turismo durante 24 horas. Desde a entrada do turista na cidade, a primeira coisa a fazer é parar em um PIT e se informar de onde vem. Ônibus nenhum entra na cidade sem antes nos enviar a lista dos passageiros para sabermos em que hospedaria ou em que hotel ele vai ficar e a sua origem.

Até para citar uma questão ainda, querido amigo Paulo Octávio, há mais de um ano, houve um acidente com um ônibus de turistas argentinos. Tão logo subimos a bordo do ônibus, lá tínhamos a relação dos passageiros e onde eles iam se hospedar.

Lá trabalhamos o turismo com profissionalismo.

Estou citando isso porque gosto dessa área. Quando Deputado Federal, fui também uma das pessoas que indicou a Subcomissão de Turismo, em

1995, e, depois, agora, junto com Paulo Octávio, a Subcomissão de Turismo no Senado.

Lamento que ainda não exista por parte das autoridades constituídas um empenho maior nesse setor. Gostaríamos de cobrar, Senador Paulo Octávio, que o Governo Federal passe a avaliar melhor esse setor, como ele avalia as grandes indústrias. Ele é capaz de dar um valor muito grande a uma montadora de veículo, a uma refinaria, a alguma empresa que gere 10, 15, 20 mil empregos, mas o setor de turismo, que gera 8% da população ocupada do nosso País, não tem ainda o incentivo da prefeitura, de governos estaduais e até federal. Agora me parece que já existe um investimento maior pelo Governo.

Mas é importante esse processo de videoconferência, e queremos ouvir as entidades, para sabermos os problemas dos seus Estados, dos Municípios, sabermos potenciais dos nossos Estados, sabermos qual o caminho que temos que tomar, onde nós, Parlamentares e a Subcomissão de Turismo, podemos contribuir com o nosso País. Não podemos aqui elaborar projetos, como construir parques temáticos, parques aquáticos, pântanos; não podemos fazer isso, quem tem que fazer é o setor privado, é o Poder Público. Temos que encontrar caminhos e formas para que o turismo internacional possa entrar com maior tranquilidade para o nosso País, para que o turismo possa circular em nosso Brasil, para que possa interagir melhor com as empresas, com os hotéis. Um país que tem um turismo religioso, um turismo ecológico, de esporte radicais, um turismo rural e litorâneo, um turismo cultural e histórico, um turismo forte de compras, um turismo de lazer precisa aproveitar mais essa grande indústria.

Estou aqui apenas fornecendo alguns dados, e certamente poderemos ampliar muito mais o futuro criando reuniões regionais com governadores e deputados, exigindo inclusive que aqueles implantem secretarias de turismo, porque em muitos locais são apenas departamentos.

Quero cumprimentar aqui Luiz Henrique da Silveira, que, a nosso pedido, criou a Secretaria do Lazer de Santa Catarina, que engloba todos esses setores e começa a ter um orçamento apenas para essa área. Cumprimento também o nosso Presidente e os demais presentes, e quero aprender ouvindo as pessoas que certamente irão participar agora da videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Já nos estão aguardando os participantes do Acre, do Amapá, de Goiás, do Mato Grosso do Sul, do

Mato Grosso, de Alagoas, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Antes, ouviremos a representante do Ministro do Turismo, A SRA. Maria Luiza Machado Campos, Secretária de Programas de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo.

A SRA. MARIA LUIZA MACHADO CAMPOS –

Quero cumprimentar todos, especialmente os Senadores Paulo Octávio e Leonel Pavan, o Dr. Norton, Presidente da Federação dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, e todos os participantes desta videoconferência.

O Plano Nacional de Turismo foi lançado no dia 29 de abril. Na verdade, foi lançado um plano aberto, com metas claras, de geração de 1,2 milhão empregos até 2007, de geração de R\$8 bilhões de divisas, chegando a 9 milhões de turistas estrangeiros e aumentando de 30 para 65 o número de desembarques domésticos.

Como todo plano de turismo, os dois objetivos principais são desenvolver o produto turístico com qualidade, respeitando diversidades naturais, culturais e regionais, e estimular e facilitar o consumo do produto.

Agora, o mais importante é que lançamos sete grandes macroprogramas abertos, com diretrizes para serem discutidas em todo o Brasil. Dos sete macroprogramas, apresentamos a estruturação em apenas quatro: financiamentos e atração de investimentos; capacitação e qualificação profissional; regionalização; e promoção comercial.

Exatamente por esta videoconferência, pelo contato com as Assembléias Legislativas do Brasil inteiro, é muito importante a gestão do plano. O plano foi lançado com diretrizes para discussão e vai continuar a ser construído com os Estados. Uma semana depois do seu lançamento, foi instalado o Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro, com a participação de todo o Governo, empresários e trabalhadores do sistema de turismo.

Em cada um dos vinte Estados da Federação, vamos instalar fóruns estaduais de turismo. Esse fórum, na verdade, pode ser o próprio conselho estadual de turismo, quando o Estado tem conselho instalado; caso contrário, a nossa proposta é de que ele seja instalado, mas normalmente essa instalação ocorre por lei. Pedimos, então, que, na medida das características de cada Estado, seja instalado o fórum de turismo.

O primeiro foi instalado em Minas Gerais há uma semana. Tivemos a presença do Presidente da

Assembleia Legislativa de Minas e de vários Deputados. Na oportunidade, o Governador assumiu uma prioridade com o turismo no Estado – penso que é a primeira vez que isso acontece –, entendendo a importância do Estado como atividade econômica geradora de emprego e de divisas, e é isso que queremos fazer em todos os Estados. Creio que a Assembleia vai ser uma grande parceira nossa na medida em que haja comissões de turismo – isso melhora mais ainda –, e esse é o formato que vamos desenvolver.

A partir de agosto, o Ministro instalará 27 fóruns em 27 Estados, exatamente para mostrar o empenho e como este vai ser um instrumento nosso de trabalho. Os fóruns estaduais, além disso, vão definir a alocação de recursos de promoção comercial no Brasil, ou seja, os recursos de que o Ministério dispõe para promoção comercial serão divididos entre os Estados, cabendo ao fórum definir onde serão alocados. A promoção externa está sendo definida pela Embratur, que passou a cuidar exclusivamente de promoção e apoio à comercialização e **marketing**.

A mensagem principal que eu queria passar era do apoio: contamos com todas as Assembleias Legislativas do Brasil para, nos fóruns estaduais de turismo, conseguirmos chegar à consolidação do plano e à definição específica das políticas e instrumentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Dr^a. Maria Luiza.

Já está conosco o Senador César Borges. Antes, porém, de passar a palavra a S. Ex^a, que vai contar também a sua experiência na Bahia, gostaria de fazer a primeira interação com o Acre.

Gostaria de ouvir os representantes do Acre. (Pausa)

Vamos passar, então, para o Amapá. Está representando a Assembleia o Deputado Jorge Amanajás, Primeiro-Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa e Presidente da Comissão de Turismo.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Amanajás.

O SR. JORGE AMANAJÁS (PDT – AP) – Cumprimento o Senador Paulo Octávio, as demais autoridades e todos os Deputados que participam desta teleconferência.

No Amapá, o turismo ainda está engatinhando, está na sua fase inicial, apesar do forte apelo da questão, principalmente do ecoturismo, em nosso Estado. Estamos no extremo norte do País, às margens do rio Amazonas, onde temos fenômenos naturais dos mais diversos, como a nossa pororoca, o nosso Parque Nacional do Tumucumaque, o maior parque de florestas

tropicais do mundo. Pelo menos 92% das nossas florestas estão preservadas. Precisamos garantir isso; neste Dia Mundial do Meio Ambiente, precisamos garantir que ainda teremos esses apelos naturais, e isso vai ser feito através do ecoturismo.

O Amapá ainda não tem infra-estrutura para promover o turismo. O Amapá apela: está precisando que se façam investimentos, principalmente no ecoturismo, para que possamos garantir a conservação dessas nossas florestas e dessas nossas belezas naturais. Se assim não for feito, outras indústrias virão e não teremos garantia nenhuma de que, daqui a alguns anos, no Dia Mundial do Meio Ambiente, ainda poderemos dizer que 92% das nossas florestas estão conservadas. Precisamos ter essa estrutura mínima; infelizmente, ainda não a temos.

Em nome de todos os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, registro a nossa satisfação por estar participando desta teleconferência. O Amapá precisa estar inserido nesse projeto de turismo que o Brasil agora começa a direcionar. Estamos aqui para participar e cumprimentar a todos neste dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Deputado.

Alguém mais do Amapá quer se manifestar? Algum outro Deputado?

O SR. JORGE AMANAJÁS (PDT – AP) – Estamos aqui aguardando outros Deputados que gostariam de participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Perfeito.

Gostaria de convidar para também assumir a Mesa o nosso Deputado Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, e o Deputado Alex Canziani da Frente Parlamentar de Turismo.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo, Senador Leonel Pavan, Deputados, representantes do Ministério de Turismo, senhoras e senhores, creio que a Bahia, no cenário nacional do turismo, tem, efetivamente, uma participação muito especial. No Estado da Bahia, há muitos anos, entendemos que turismo significa emprego, significa renda e que é um grande potencial que deve ser aproveitado à exaustão – mas, claro, sempre com o cuidado de preservar o nosso produto turístico, o nosso patrimônio, seja ele de meio ambiente ou arquitetônico. E a Bahia vem investindo nisso há muitos anos. Fizemos da Bahiatursa, que é a nossa empresa de turismo, uma empre-

sa que tem divulgado o nosso produto turístico. A Bahia, hoje, é um referencial nacional e internacional.

O Dr. Paulo Renato Dantas Gaudenzi, que é o atual Secretário de Turismo e Cultura, já foi o Presidente da Bahiatursa nos idos de 1980 e é uma pessoa de larga experiência. Todos aqueles que militam no turismo brasileiro conhecem o trabalho realizado pela Bahiatursa e pelo Dr. Paulo Gaudenzi, trabalho este que sempre tivemos a maior alegria em compartilhar com todos os brasileiros.

Dividimos o Estado em áreas específicas, tendo 14 produtos turísticos a oferecer. Dividimos o nosso litoral em cinco grandes áreas. Considerando do sul para o norte, a partir da divisa com o Espírito Santo, temos a Costa da Baleia, o produto turístico de Abrolhos; e a Costa do Descobrimento, onde está o produto turístico Porto Seguro e Trancoso, onde foi recentemente inaugurado mais um Club Méd. E no ano de 2000 foi comemorado, em Porto Seguro, os 500 anos de descobrimento. Foram investidos mais de R\$20 milhões na campanha "Bahia, o Brasil nasceu aqui". E aquela data marcou um momento muito importante não só do Estado, mas da Nação brasileira. Após Porto Seguro, temos a Costa do Cacau, com a sua cultura e civilização que já foi tão bem difundida no mundo inteiro por Jorge Amado, tendo no centro a cidade de Ilhéus e, mais recentemente, um novo produto, que é Itacaré, que começa a ser visitado por turistas de São Paulo, Rio de Janeiro e de outras partes do mundo. Temos a Costa do Dendê, com o Morro de São Paulo; a Costa do Coqueiro, ao norte de Salvador, onde há grandes **resorts**, inclusive o complexo Costa do Sauípe, que são cinco hotéis cinco estrelas, em um grande complexo turístico de mais de 1.600 apartamentos.

Portanto, a Bahia tem tratado bem o turista. Essa linha é adotada pelo Governo do Estado e deve permanecer dessa forma porque entendemos que o turismo representa muito para o nosso Produto Interno Bruto. Poderia dizer que turismo e cultura – e os dois setores estão muito associados – representam 10% do PIB baiano. E isso é crescente. Temos metas específicas de número de turistas brasileiros e estrangeiros a serem atraídos. Avancamos muito na organização do nosso turismo.

Como Governador, contratei uma empresa para avançar um pouco mais sobre o turismo e captar as peculiaridades da cultura baiana, como a musicalidade e a arte de um modo geral, que é própria do povo baiano. Por meio disso, fizemos conselhos que estão conduzindo uma série de projetos no intuito de derrubar algumas barreiras e dificuldades para avançar no turismo.

Uma delas, sem sombra de dúvida, é a questão das companhias aéreas e do número de vôos, que angustia todo o País e tem que ser resolvida, porque as nossas estradas, infelizmente, não oferecem condições de segurança e trafegabilidade para que possamos voltar a ter o turismo rodoviário, um grande segmento do turismo. Assim o foi no passado, na década de 70 e 80, mas, diante da insegurança e da violência existentes e, também, da péssima condição das estradas brasileiras, esse tipo de viagem diminuiu bastante, o que tem afetado o turismo, principalmente no Nordeste brasileiro. Os turistas, portanto, têm que utilizar o transporte aéreo, que, por sua vez, também está em crise.

Estivemos em Londres, participando com o embaixador Sérgio Amaral, participando de um **world trade** de turismo e verificamos que a distância de Londres para Salvador não é diferente da distância de Londres para Bancoc. Em ambos os roteiros, deveriam gastar-se aproximadamente oito horas de vôo. Porém, sendo a rota via São Paulo, passa-se literalmente por cima de Salvador e leva-se mais duas horas para chegar a São Paulo. Depois de uma espera de duas horas no aeroporto, gastam-se mais duas horas para voltar à Bahia. Então, o turista que sai de Londres, em vez de gastar oito horas de vôo, o que é aceito como uma distância razoável para se chegar a um destino turístico, gasta 14 horas, o que fica impraticável.

Por isso, temos que ter vôos diretamente do Nordeste brasileiro para as capitais principais da Europa e dos Estados Unidos. Chegamos a ter 16 vôos para 12 cidades espalhadas em 12 países, mas, infelizmente, fomos perdendo, devido a crises na Vasp, na Varig, em toda a aviação brasileira. É preciso que o Governo Federal se preocupe com essas questões, que são fundamentais. Se o Governo Federal não der um suporte às companhias aéreas agora, para sustentar esse sistema de transporte, teremos sérios prejuízos na área do turismo.

Outro ponto importante é o reforço da infra-estrutura que nos permite receber bem e de forma digna o turista. Isso foi muito reforçado no Nordeste brasileiro, por um programa chamado Prodetur, em que foram investidos US\$400 milhões com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esse projeto alcançou grande sucesso na sua primeira fase. O Governo passado assumiu o compromisso do Prodetur II. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco do Nordeste analisaram todos os projetos encaminhados pelos Estados, mas, infelizmente, diante do déficit do Governo Federal, o contra-

to não foi assinado e ainda persiste o problema do Prodetur II. Acredito que já esteja sendo encaminhada uma solução. Há uma grande expectativa, em todo o Nordeste, da retomada do Prodetur II, que dará toda a infra-estrutura – centros de convenções, estradas, esgotamento sanitário – para fortalecer o turismo.

Essa é a experiência da Bahia.

Parabenizo o Senador Paulo Octávio por esta iniciativa da Subcomissão de Turismo, porque um país que demanda tanto emprego, tanta geração de renda, não pode deixar de lado uma questão tão importante; um país, com as potencialidades turísticas do Brasil, não pode permanecer com esse baixíssimo número de turistas estrangeiros que recebemos hoje. Se compararmos com outros países da América Latina, veremos que estamos bem aquém do desejado. Buenos Aires, por exemplo, recebe mais turistas do que o Brasil inteiro, anualmente. Isso é impraticável, é inaceitável! Por essa razão, algo tem que ser feito.

Temos que unir forças dos Governos estaduais, municipais e principalmente da liderança do Governo Federal e do Congresso Nacional para que possamos tirar os obstáculos que ainda persistem sobre o desenvolvimento do turismo brasileiro.

Era essa a minha participação, e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito enriquecedora a participação do Senador César Borges até porque a Bahia, entre todos os Estados brasileiros, é o que mais tem aproveitado o segmento de turismo, o que mais tem incentivado, o que mais tem investido. Como o próprio Senador confessou, o investimento em **marketing** de turismo foi elevado no seu Governo e isso é um exemplo que os outros Estados devem acompanhar.

Hoje, esta conferência tem o dom de chamar a atenção de alguns Estados que estão esquecidos no segmento de turismo. O Senador Leonel Pavan também citou um bom exemplo do seu trabalho em Camburiú, quando Prefeito.

Antes de conceder a palavra ao Presidente da Comissão de Turismo da Câmara, o Deputado Ronaldo Vasconcelos, vamos para Mato Grosso do Sul para ouvir o Deputado Raul Freixes, Presidente da Comissão de Turismo.

O SR. RAUL FREIXES (PTB – MS) – Bom dia! É uma satisfação muito grande estar participando.

Vejo perplexo esta conferência porque, em alguns aspectos, são paradoxais os investimentos turísticos. Estamos falando do Mato Grosso do Sul, o Estado que detém a maior área ecológica do mundo,

que é o Pantanal, bem como a cidade de Bonito, que é uma região extremamente beneficiada pela natureza, e não entendo por que os investimentos nessa área são tão pequenos. Assisti, há pouco, ao Senador César Borges, que deu uma aula de turismo – aliás, a Bahia é um exemplo internacional de turismo.

Por que o País não descentraliza os investimentos que são feitos, na sua grande maioria, no litoral brasileiro, não interioriza esses investimentos? Não sei se é a falta de representatividade política, porque o Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um Estado onde se faz safári – literalmente, se faz safári no turismo. O Pantanal, por exemplo, é uma região riquíssima, mas não tem infra-estrutura aeroportuária. Aliás, esse deve ser um gancho a ser seguido pela própria Bahia. Precisamos de infra-estrutura aeroportuária e temos que investir na profissionalização da mão-de-obra, que é fundamental, mas, sobretudo, deve haver vontade política, no sentido de que Estados como o nosso não fiquem no ostracismo. Alguns Estados são contemplados, mas creio que deva haver, por trás de tudo isso, algum mecanismo como, por exemplo, vontade política. Ouvi o Senador por Santa Catarina Leonel Pavan colocar com muita propriedade – e fico feliz quando ouço políticos que assim o fazem em relação a seus Estados – a questão da industrialização do turismo em seu Estado. Enfim, esses recursos devem ser alocados de forma justa para que todo o País seja contemplado.

Defendo, basicamente, a regionalização da cultura porque este País é muito grande e cada Estado, cada Região tem a sua característica própria, tem a sua vocação turística. Mas, sobretudo, entendo que o turismo tem que sair do fisiologismo. Temos que deixar o balcão e partir para a praticidade. Estamos vivendo de sonhos ao longo desses anos todos. Como disse o Senador baiano, o Brasil, hoje, detém menos dividendo turístico do que Buenos Aires. Isso é um paradoxo, é um absurdo. Esta conferência **on-line** é muito interessante, muito importante, mas gostaríamos que fôssemos práticos e que esses recursos, definitivamente, saíssem do papel e fossem aplicados de uma maneira coerente, segundo a potencialidade de cada Região. O que não podemos mais é admitir que Estados como o nosso fiquem alijados do processo, sem a mínima condição de praticar turismo com eficiência. Essa é a lição que podemos aprender com outros países, como a Espanha, que se rendeu ao turismo e, hoje, fatura recursos estrondosos. A grande indústria da Espanha é o turismo.

Quero parabenizar a todos, os Senadores Paulo Octávio, Leonel Pavan e César Borges, e dizer que

Mato Grosso do Sul aguarda ansiosamente que sejam aplicados os recursos devidos, uma vez que representamos, teoricamente pelo menos, a maior riqueza ecoturística deste País – o Pantanal, Bonito e outras regiões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Deputado Raul Freixes, parabéns pela sua participação. Realmente, o Pantanal é um patrimônio mundial e, hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, falar com V. Ex^a é um prazer para nós.

Antes do término da sua participação, gostaria de ouvir a representante do Ministério do Turismo, a Dr^a Maria Luiza, que, parece, tem uma boa notícia para o Mato Grosso do Sul.

A SRA. MARIA LUIZA MACHADO CAMPOS – O Mato Grosso é o quarto Estado do Prodetur Sul e, para ele, estão previstos investimentos de US\$400 milhões, sendo 60% do BID, 30% dos Estados e 10% da União. No caso do Prodetur Nordeste, é 20% e 20% a participação da União e dos Estados. No caso dos Estados do Sul, seriam 30% e 10%, recursos exatamente para esse tipo de investimento de que V. Ex^a está falando. Além disso, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão incluídos num programa que estamos trabalhando com o Ministério Turismo, para agilizar o Programa Pantanal, que é fundamental para a gestão de recursos hídricos e de manejo do Pantanal.

Alguns investimentos não estão chegando devido à necessidade de planejamento e de previsão de manejo. Certamente, se os investimentos tivessem chegado muito rapidamente, já teria ocorrido algum tipo de destruição no meio ambiente. Precisamos dispor de um plano certo, fechado. O Programa Pantanal está atrasado porque a sua licitação está pendente na Justiça.

Com relação ao Prodetur Sul, a nossa expectativa é a de que esse programa seja assinado ainda este ano. O Ministério do Turismo já repassou recursos, inclusive para o Estado do Mato Grosso, para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS, a que sempre se referem. Penso que as coisas estão caminhando.

O mais importante hoje é que todo investimento que depende de recursos de organizações multilaterais, nenhum referente à infra-estrutura, é liberado, no País, se o Município não tiver Plano Diretor municipal. Então, a meu ver, a principal orientação é a forma de anteciparmos a liberação de recursos para infra-estrutura. No que tange ao Nordeste, há problemas por causa disso. O Prodetur Nordeste já foi assinado em setembro do ano passado, e está com pro-

blema de liberação por questões junto ao Banco do Nordeste. Mas, certamente, haverá problemas, porque os Municípios não têm Plano Diretor vigente, e essa é uma exigência do Banco Interamericano.

Então, podemos, contando com o apoio das Assembleias, incentivar os Municípios a elaborar o seu Plano Diretor Municipal, exatamente com a lei de bom uso do solo, que é exigência fundamental para a liberação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Parece-me que o Deputado Raul Freixes fica mais entusiasmado agora com a notícia dada pela Dr^a Maria Luiza, porque realmente US\$400 milhões é um volume expressivo de recursos.

Antes de passar a palavra à representante de Alagoas, que é a Deputada Maria José Viana, Presidente da Subsecretaria do Turismo, e ao Dr. Ildefonso, também, de Alagoas, concedo a palavra ao Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara, Deputado Ronaldo Vasconcelos.

Aproveito para cumprimentar a Deputada Miriam Lobo, que está conosco, representando a Embratur, e também terá a sua participação daqui a pouco.

O SR. RONALDO VASCONCELOS (Bloco/PL – MG) – Em primeiro lugar, cumprimento todos os membros da Mesa, Senadores Paulo Octávio, Leonel Pavan e César Borges; Deputado Alex Canziani, que é o Presidente da Frente Parlamentar do Turismo; Dr^a Maria Luiza; todos aqui presentes, os representantes do **trade** do turismo, inclusive a mídia.

Expresso a minha satisfação de estar aqui representando a Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, ao lado da Subcomissão do Turismo do Senado Federal.

Parabenizo o Senador Paulo Octávio pela iniciativa dessa videoconferência entre o Parlamento brasileiro e as Assembleias Legislativas. Esse é um papel importante que podemos e devemos desempenhar.

Estou na questão do turismo há alguns anos. E, em determinados momentos, ficamos um pouco receosos, um pouco incrédulos, mas, a seguir, surge muita energia. Essa energia agora chegou, e chegou de fato e de direito.

Atualmente, temos um Ministério para tratar especificamente de assuntos relacionados ao turismo, e está à sua frente uma pessoa com conhecimento empresarial e parlamentar. Foi nosso colega, montou uma equipe de pessoas competentes e comprometidas com o turismo. Então, penso, Senador Paulo Octávio, que, do ponto de vista do Poder Público Federal, o Ministério está muito bem nas mãos do Minis-

tro Walfrido Mares Guia, que é um conhecedor do assunto. E também S. Ex^a está acompanhado de pessoas preparadas, sem vinculações políticas e com competência e dedicação às questões do turismo.

Nós, da Subcomissão do Turismo – e é bom que esse nosso programa esteja sendo transmitido para o Brasil inteiro –, queremos deixar claro que nos reunimos todas as quintas-feiras às 9h. Hoje, já realizamos um encontro com a CNC – Confederação Nacional do Comércio –, o Sesc e o Senac, para discutir a participação desse sistema. Mas, na próxima quinta-feira, vamos conversar com representantes da Caixa Econômica Federal, prezado Senador César Borges, sobre os financiamentos para os pequenos e médios empreendedores turísticos do Brasil.

Aproveito que este programa está sendo transmitido a todos os Estados da Federação, para fazer uma provocação: procurem na agência da Caixa Econômica Federal de sua cidade se há algum financiamento para a área do turismo. Tenho certeza absoluta de que esta instituição pública centenária, a Caixa Econômica Federal, vai participar, efetivamente, agora, da questão do turismo, financiando os pequenos e os médios empreendedores.

Já fizemos gestões também junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que sempre teve verba para a área do turismo, mas os empreendedores nunca conseguiam fazer a captação, a retirada, prezado Senador Leonel Pavan, tal a burocracia, tal a dificuldade que havia.

Quero deixar claro que a nossa Subcomissão de Turismo sabe muito bem qual é a definição da questão pública. Não se estimula o turismo com palavras, discursos, seminários. O diagnóstico já está feito. Precisamos de investimentos: a Caixa Econômica Federal, para os pequenos e médios empreendedores; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para os médios e grandes empreendedores. Assim, o Poder Público estará fazendo o seu papel. E nós, da Subcomissão de Turismo, estamos enfrentando essa situação com muita determinação. Já estivemos em São Paulo, em Campos do Jordão e vamos ao Ceará na próxima semana e à Bahia, em meados de julho, para discutir essa questão, sempre capitaneados por algum Deputado.

Então, aproveito, Senador Paulo Octávio, para pedir a cada representante da Assembléia Legislativa que escolha um Deputado Federal, de qualquer Partido, mas que tenha um compromisso com o turismo.

Quero deixar claro que já passou a hora de apenas falar do turismo. Precisamos, de fato, fazer o tu-

rismo no Brasil, do ponto de vista público, empresarial e acadêmico.

Parabéns ao Senador Paulo Octávio, aos Srs. Senadores, por terem criado esta Subcomissão do Turismo. Parabéns por esse programa.

É o meu cumprimento inicial. Provocado, eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – E certamente será provocado pelo representante de Minas Gerais, que também está na linha e dará seu depoimento.

Queria ouvir o Deputado Alex Canziani, que é Presidente da Frente Parlamentar de Turismo do Congresso Nacional.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB – PR) – Bom dia a todos. Cumprimento ao Senador Paulo Octávio e, em seu nome, todos os Senadores que participam deste evento da maior importância para o turismo brasileiro. Cumprimento todos que compõem a Mesa, o meu amigo, Deputado Ronaldo Vasconcelos, nosso atuante Presidente da Subcomissão Permanente de Turismo, da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo da Câmara dos Deputados, bem como todos os Deputados e lideranças do turismo em todo o Brasil.

Sem dúvida alguma, o turismo vive um momento muito especial. Lembro-me de que, durante alguns anos, na própria Subcomissão de Turismo e na Frente Parlamentar de Turismo – presidida por Nair Lobo, com tanta competência, no mandato passado –, houve um trabalho para, juntamente com todo o **trade** turístico, mostrar a importância desse segmento para o nosso País. Criamos o Cebratur – encontro anual realizado em Brasília -, que ocorrerá, este ano, no mês de novembro.

No ano passado, Senador Paulo Octávio, quando V. Ex^a era o Presidente da Subcomissão de Turismo na Câmara dos Deputados, houve um encontro, naquela Casa, em que reunimos os candidatos à Presidência do País, para que pudessem, efetivamente, assumir o compromisso do desenvolvimento do turismo. E o Presidente Lula, a bem da verdade, tem cumprido aquilo que havíamos pedido naquele encontro, naquele documento que passamos a todos os candidatos à Presidência.

A criação do Ministério, sem dúvida alguma, era um grande **anseio por parte de todo o turismo brasileiro**, e vemos, realmente, uma série de ações importantes sendo implementadas, para que possamos desenvolver o turismo.

O ministro Walfrido Mares Guia – é importante parabenizar Minas por ter esse talento que tanto auxilia o Brasil no desenvolvimento do turismo – tem feito, com sua equipe, um trabalho de grande repercussão. S. Ex^a esteve há alguns dias, no Estado do Paraná, e o **trade** turístico ficou encantado pelas palavras, pelas ações que está empreendendo em prol do País. Todos vemos que, realmente, o turismo está, cada vez mais, promovendo aquilo que queríamos: a geração de emprego e renda para todos os nossos irmãos brasileiros.

Temos o Plano Nacional de Turismo para cuja elaboração todos os segmentos ligados a esse setor foram ouvidos, e todo aquele material conseguido ao longo de tantos anos foi condensado, constituindo-se em ações importantes a fim de fomentar o turismo. A questão do financiamento, por exemplo, citada há pouco pelo Deputado Ronaldo Vasconcelos, é uma ação que já está sendo implementada, aumentando o crédito e facilitando-o, para que possamos auxiliar os empreendedores. Ao lado disso, para a infra-estrutura turística, sem dúvida alguma, a expectativa não só do nosso companheiro Deputado de Mato Grosso do Sul, mas também nossa, do Paraná e do Brasil inteiro é o Prodetur, Prodetur Sul, Prodetur Nordeste II, o próprio Prodetur JK, que está sendo viabilizado para o Centro-Oeste. Com esses recursos, poderemos viabilizar, cada vez mais, a infra-estrutura turística do nosso País.

Vejo o turismo, cada vez mais, inserindo-se na agenda econômica do nosso País. Cada vez mais, vejo nossos governantes constatarem que, pelo turismo, teremos condições de gerar negócios, de gerar empregos, de gerar renda para a nossa população.

Esta é uma iniciativa capitaneada pelo nosso competente Senador Paulo Octávio, empresário de sucesso em todo o Brasil. Queremos louvar S. Ex^a pelo grande trabalho que faz, ao lado do Senador Leonel Pavan, ao lado do Senador César Borges, do Estado da Bahia. Realmente, por meio desse intercâmbio, dessa união dos Parlamentos em todo o País, viabilizaremos, juntamente com o **trade**, o turismo, fazendo com que ele contribua para que o País seja mais justo, mais humano e ofereça melhores condições a todos.

Quero cumprimentar todo o Brasil e dizer que este é um evento importante para o turismo brasileiro. Precisamos estar unidos para que possamos construir, com a ajuda do turismo, o País que todos nós queremos para os nossos cidadãos.

Parabéns ao turismo brasileiro e a todos os que estão juntos nessa luta, nessa caminhada que tem

como objetivo, acima de tudo, construirmos um País melhor para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado ao Deputado Alex Canziani.

Vamos para Alagoas. A Deputada Maria José Viana, presidente da Subsecretaria de Turismo, já está conosco.

A SRA. MARIA JOSÉ VIANA (Bloco\PSB – AL)

– Quero parabenizar e cumprimentar todos os responsáveis por este debate realizado por intermédio do Senador Paulo Octávio. Este é um momento muito rico para a discussão de tema tão importante para o nosso País.

Estamos aqui representando a Assembléia. Estão presentes também o Secretário de Turismo Estadual, Dr. Tito Uchôa Lopes; o prefeito de uma das cidades alagoanas que tem um potencial de turismo muito grande, Rogério Farias; secretários de outras cidades que também têm potencial muito grande, como Marechal Deodoro, Barra de Santo Antônio. Todas essas cidades estão aqui representadas.

Estamos acompanhando esse assunto com muita intensidade e interesse, porque o turismo é de grande importância para nós. Sabemos que o Brasil é um País com vocação para o turismo, principalmente o Nordeste, que pode contribuir muito com essa discussão. Alagoas pode oferecer elementos de grande importância para essa discussão, sobretudo como vamos aplicar concretamente, por exemplo, o ecoturismo. Como sou presidente da comissão que também trata da educação, é importante verificarmos como a educação pode participar dessa discussão, como o turismo do nosso País, do nosso Nordeste, do nosso Estado pode avançar com essa discussão que estamos tendo neste momento.

Para aprofundarmos melhor o assunto, gostaria de passar a palavra para o nosso Secretário Estadual, Dr. Tito Uchoa Lopes, que também tem uma contribuição a dar neste momento.

O SR. TITO UCHOA LOPES – Senador Paulo Octávio, queríamos parabenizar V. Ex^a por essa brilhante iniciativa de colocar a questão do turismo como prioridade no Brasil. O Presidente Lula entendeu que o turismo seria uma forma imediata de resolver toda essa problemática de desemprego no Brasil, principalmente de garantir postos de trabalho.

Entendemos, Senador Paulo Octávio, que o Ministro Walfrido Mares Guia assumiu o compromisso junto ao Presidente Lula de criar, direta e indiretamente, pelo turismo 1,2 milhão empregos. O que pre-

...a ser feito com relação à infra-estrutura o Presidente Lula lançou no programa dele: os financiamentos para a implantação de projetos da iniciativa privada. Agora, precisamos verdadeiramente da divulgação dos destinos, e defendemos que não deve ser divulgado o Estado, mas sim a região; essa divulgação, o trabalho de **marketing** e de captação deve ser feito pelo Nordeste. Precisamos também da implementação do turismo aéreo e rodoviário, inclusive com a duplicação da BR-101, na nossa região.

Só se faz turismo com cultura e educação, Senador Paulo Octávio; só se faz turismo se tivermos cidades mais agradáveis para receber o turista. Em assim sendo, precisamos colocar essa questão não só para os adultos, não só na faculdade, não só no Ensino Médio, mas também no Ensino Fundamental, porque a criança já vai se habituando a conviver com o turismo, a não degradar o meio ambiente. Essas questões precisavam ser ministradas em sala de aula, principalmente no Ensino Fundamental, para que as crianças não só fossem preparadas para o futuro, mas também difundissem em suas casas conceitos de não-poluição e de limpeza das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradeço a participação de Alagoas, muito bem organizada, muito bem feita. Cumprimento a Deputada Maria José Viana e o Secretário Tito Uchoa Lopes.

Quero dizer que a nossa idéia é justamente essa. Pretendemos, dentro da Subcomissão do Turismo no Senado, tratar a discussão de uma forma regional e as videoconferências, futuramente, poderão ser feitas com os Senadores que representam as regiões, o que propiciaria uma maior participação e teríamos uma maior eficiência. Esse é o nosso objetivo.

V. Sr.^a colocou bem, Secretário, que seria um assunto regional. Tratando de uma forma regional, pelas rodovias, pelo transporte aéreo, pela infra-estrutura, ficaria muito mais fácil detectarmos as dificuldades de cada Estado. Vou passar novamente a palavra para a Secretária Maria Luiza, que vai lhe dar uma informação sobre a educação dos jovens, um programa que o Ministério já está preparando.

A SRA. MARIA LUIZA MACHADO CAMPOS – O Ministério já encontrou um programa próprio, chamado “Embarque nessa”. Estamos fazendo os ajustes nesse programa, que é para jovens da 6ª Série e tem que ser editado novamente, pois não há material suficiente para o aluno e para o professor. Vamos implantar esse programa um pouco diferente do que vinha sendo feito. Vai ser implantado agora com o acompanhamento de uma universidade, para verificarmos como está sendo utilizado e qual está sendo o

destino do material. Em três meses, iniciaremos esse processo. Além desse, existe um outro projeto que envolve iniciação escolar e sociedade. Vamos iniciar esse programa em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Seu lema é: “O turismo é um bom negócio”. Trata-se de ensino a distância, que exige um acompanhamento da metodologia para verificação do resultado voltado à sensibilização de alunos e de toda a municipalidade para a importância do turismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A resposta foi dada ao Estado de Alagoas, mas as demandas continuam. A nossa meta é fazer uma videoconferência regional. Dividiremos o Brasil em regiões. Os Senadores de cada região participarão dessa videoconferência, haverá um Senador que presidirá a reunião e, com a participação de todos os Estados, teremos facilidade para uma discussão mais ampla das dificuldades regionais.

Cumprimento o Estado de Alagoas pela sugestão, já acatada, que faz parte dos nossos objetivos.

Vamos ouvir, então, do PMDB do Estado de Goiás, a Deputada Magda Mofatto, Presidente da Comissão de Turismo.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PMDB – GO) – Muito bom dia.

Saúdo a todos os políticos participantes, em especial o mentor deste debate, o meu grande amigo, Senador Paulo Octávio, a quem muito admiro pelo trabalho e competência. Saúdo a todos os empresários de associações ligadas ao turismo. Uma saudação muito especial à imprensa, que leva ao povo as informações, e é o segmento mais parceiro do ramo turístico.

O turismo já começou, já se percebem os sintomas de apoio e principalmente a conscientização da importância do turismo pelo Governo. É, no mundo, o setor que mais distribui renda, que mais gera emprego, que mais desconcentra a população e é não mecanizável. Os exemplos positivos mostram que a parceria entre a iniciativa privada e o poder público, com rapidez, traz o resultado esperado e, acima de tudo, constante.

Nosso País é pródigo em belezas naturais, temos um povo receptivo e, ainda por cima, fomos abençoados com um clima ótimo de norte a sul, sem as catástrofes que assolam outros países.

O Estado de Goiás, o qual represento – e sou Presidente da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa –, também está abraçando projeto de desenvolvimento turístico, pois atende seu dom natural, com culinária típica, música, arte, história rica, clima e temperatura ótima o ano inteiro. Foi lá que Deus colo-

cou o maior manancial de águas termais do mundo, transformando Caldas Novas na porta de entrada do turismo – e já existem investimentos imensos feitos pela iniciativa privada, tanto em parques aquáticos termais como em número de hotéis, porém ainda faltam muitos itens.

A criatividade dos empresários conseguiu fazer, por intermédio de parcerias, a construção de centenas de **flats**, aumentando consideravelmente a oferta de leitos no País.

Havendo infra-estrutura para o segmento turístico, como divulgação nacional e internacional, a profissionalização em todos os níveis e, principalmente, os cursos universitários de turismo, que proliferam no País, formando executivos em turismo, com certeza, vamos nos transformar num dos maiores destinos turísticos do mundo.

Considerando que, a cada dia que passa, a carga horária dos profissionais de outros ramos diminui, havendo tempo e recursos para férias e passeios, e que o número de aposentados com recursos e vontade de viajar também aumenta a cada ano, as necessidades das empresas que fazem convenções para divulgar, informar e distribuir seus produtos, sejam quais forem, têm variado muito e dizem respeito diretamente às mais diferentes modalidades de turismo. Acredito que, com ações e vontade política do Governo, com os programas Prodetur, principalmente aquele Prodetur JK, direcionado diretamente ao Centro-Oeste, com o Prodetur fomentando o turismo, o nosso País, que já deu um grande salto na agropecuária, na indústria, na agroindústria, agora dará um dos maiores saltos, justamente aquele que resgatará a dignidade do povo, gerando empregos em grande escala, acudindo e cumprindo o propósito da campanha política do social, que é e será a sua grande marca.

Acreditamos que o turismo já está sendo encarado como uma atividade econômica prioritária e profissional em pé de igualdade com outros segmentos do País. O atual governo, levando com seriedade esse compromisso, com certeza, deixará patenteada a existência de um governo que soube enxergar e solucionar com simplicidade e agilidade os problemas sociais do País, sem, contudo, aumentar o paternalismo.

Completo dizendo da enorme satisfação que tenho por participar dessa fase de virada histórica do nosso querido País.

Gostaria, em especial, de fazer uma pergunta importantíssima, que diz respeito diretamente ao Estado de Goiás, um Estado que, como todos sabemos, não tem possibilidade de estabelecer parcerias com o Prodetur JK, como também não tem um plano

diretor de turismo. É minha grande meta criar o plano diretor de turismo, mas há essa falta de capacidade de endividamento do Prodetur JK para o Estado de Goiás. Pergunto: como fazer com que o Estado de Goiás seja beneficiado com esse programa maravilhoso que traz infra-estrutura para o nosso Estado?

Fica aqui a pergunta para ser respondida pela Secretária do Ministério do Turismo. Tive a honra e o prazer de visitar o Ministro Walfrido Mares Guia. Realmente, senti da parte de S. Ex^a uma grande vontade política de realização nesse segmento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Deputada Magda Mofatto, muito obrigado pela sua participação. A sua pergunta será respondida. Tendo em vista que a sua pergunta atinge a região Centro-Oeste e Brasília, peço à Deputada que aguarde a intervenção do representante de Brasília; o Deputado Leonardo Prudente já está também na linha. Em seguida, a Dr^a Maria Luiza responderia à V. Ex^a e ao Deputado Leonardo Prudente, porque as demandas de Goiás e Brasília devem ser parecidas.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, representando Brasília.

O SR. LEONARDO PRUDENTE (PMDB – DF) – Bom dia, Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Ex^a e os demais membros dessa seleta Mesa. Não poderia deixar de saudar o Deputado Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Comissão na Câmara dos Deputados, o Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar do Turismo.

Faço uma saudação muito especial a quem foi a grande precursora no Congresso Nacional das ações pertinentes ao turismo, a nossa querida Deputada Nair Xavier, hoje Diretora da Embratur. Cumprimento a Deputada Nair Xavier pelo trabalho que já vem fazendo à frente da Embratur.

Saúdo V. Ex^a, Senador Paulo Octávio pela felicidade de realizar um evento de tamanha magnitude, envolvendo todo o País.

Para que isso esteja sendo uma realidade, certamente, também saúdo todos os profissionais na área de informática dos legislativos estaduais. Graças a eles, estamos tendo a oportunidade de falar com o nosso Brasil.

Senador Paulo Octávio, primeiramente, quero fazer uma provocação no âmbito de Brasil. Apenas na cidade de Hannover, na Alemanha, anualmente, mais de US\$5 bilhões são gastos, investidos e passam por aquela região em virtude do turismo empresarial. Apenas uma cidade recebe investimento da ordem de US\$5 bilhões! Somados os investimentos re-

cebidos em todo o Brasil, poderíamos chegar a esse valor, mas ainda somos muito pequenos na questão dos investimentos e também na questão da prioridade, mas somos um País muito grande como celeiro de turismo para todo o mundo. Temos um clima formidável, um clima fantástico. Temos uma das maiores costas oceânicas do planeta. Temos aqui variedades turísticas, como o nosso rico pantanal, uma das coisas mais belas do mundo – e conheço boa parte do mundo –, talvez não haja nada tão belo.

Ouvi as palavras do nosso representante do Mato Grosso, a quem cumprimento, porque aquela região é um patrimônio para o mundo inteiro.

Temos o turismo ecológico na região Amazônica, todo o Amapá, Roraima, Pará, Amazonas, até mesmo o Estado do Maranhão. Vejam a riqueza da nossa floresta Amazônica. Temos a região dos Lagos, o fantástico turismo serrano próximo ao nosso litoral; o sul, de clima meio europeu, a cidade de São Joaquim, a região de Laje. A diversidade turística deste País é sobrenatural.

V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, assume a Presidência da Subcomissão de Turismo, criada pela decisão de uma Comissão, numa demonstração da relevância e da importância que o turismo deve ter neste País.

Como V. Ex^a, quero dizer que, hoje mesmo, trarei, para o Plenário desta Casa, proposição para que seja criada, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida pelo nobre Parlamentar Roney Nemer, a Subcomissão de Turismo, uma vez que Brasília tem não apenas a vocação de cidade administrativa, mas também para o turismo de eventos.

O nosso Governador Roriz e a Secretária Flecha de Lima são dedicados e estão empenhados na divulgação nacional e internacional da nossa Brasília. O Governador Roriz estará concluindo, no final deste ano ou mais tardar no próximo, a construção de mais sete mil lugares no Centro de Convenções, para que possamos receber eventos de todo o nosso País. Assim, Brasília estará consolidada como a capital brasileira de eventos, uma das grandes vocações da cidade.

Senador Paulo Octávio, também há a possibilidade do turismo cívico. Muitos estudantes das redes oficial e particular de ensino, dos mais longínquos Estados da Federação, gostariam de conhecer a capital que Juscelino idealizou, de conhecer a Esplanada dos Ministérios, o Congresso Nacional, a beleza do nosso Paranoá, a beleza das nossas cidades-satélites. Também esse seria um grande foco.

Brasília também começa a despertar para o turismo ecológico. Hoje, na zona rural do Distrito Federal, há vários hotéis-fazenda.

Então, a minha proposta é de que o Banco de Brasília privilegie os projetos. Hoje, como co-gestor do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Banco de Brasília terá também responsabilidade nos investimentos ocorridos no Distrito Federal.

Quero aqui fazer uma provocação à Presidência e à Diretoria do BRB, no sentido de que projetos voltados para o fomento do turismo possam ter prioridade, pois sabemos que turismo, acima de tudo, é renda, desenvolvimento, geração de empregos e bem-estar social.

A vocação de Brasília não só para o turismo de eventos certamente fortalecerá a cidade que todos amamos, com que sonhamos, pela qual V. Ex^a, como eu, é também um apaixonado.

Senador Paulo Octávio, parabéns V. Ex^a e a todos aqueles que lutam pela bandeira do turismo no Brasil. Quero dizer que a nossa Câmara Legislativa cumprirá o seu papel, já que no Programa Plurianual de Investimentos, por meio de meu gabinete, já destinei recursos para investimento no turismo de eventos. Também farei um apelo a todos os Parlamentares, a fim de que não deixem as emendas pertinentes ao turismo cair para que possamos fortalecer, cada vez mais, o turismo. Dessa forma, estaremos fortalecendo o desenvolvimento da região Centro-Oeste.

Parabéns, Senador Paulo Octávio, parabéns a todos que fazem desta uma grande bandeira nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Brasília está muito bem representada pelo Deputado Leonardo Prudente. É muito importante o seu pronunciamento hoje à tarde, em plenário, propondo a criação da Subcomissão de Turismo na Comissão de Ciência e Tecnologia. O exemplo de V. Ex^a deveria ser seguido por todas as outras Assembléias Estaduais, porque o que queremos é justamente fomentar a consciência da importância do turismo no desenvolvimento do País.

Então, fica aqui registrado, Deputado Leonardo Prudente, que a sua participação é muito importante para que possamos, juntos, os Senadores, os Deputados das Comissões da Câmara e do Senado, discutir em profundidade os temas apresentados por V. Ex^a. E para lhe responder, assim como à representante de Goiás, Deputada Magda Mofatto, nossa companheira, nossa amiga, amiga inclusive da ex-Deputada e Presidente da Frente Parlamentar

Nair Lobo, que é Diretora da Embratur, a quem passo a palavra.

A SRA. NAIR LOBO (PMDB – GO) – Senador Paulo Octávio, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo por esta iniciativa que considero espetacular. Vivi nesta Casa e tive a honra de, na Câmara Federal, presidir uma Frente Parlamentar que acompanhou o avanço desses debates no Congresso Nacional. Estar aqui hoje participando de uma videoconferência representa, com certeza, uma vitória do turismo, uma vitória do Brasil.

Sabemos que vivemos numa época supersônica, e uma prova disso é poder ouvir todos os Estados brasileiros nesta videoconferência presidida por V. Ex^a, que, hoje, comanda o turismo no Senado da República, que já comandou na Câmara Federal, que comanda em Brasília como excelente empresário que é.

Quero parabenizá-lo e parabenizar Ronaldo Vasconcelos, que também foi meu colega, um grande lutador do turismo brasileiro, hoje, presidindo a Subcomissão na Câmara; o Senador César Borges, da Bahia; o Norton, aqui representando o **trade**, hotelaria, a gastronomia; a nossa representante do Ministro, Maria Luiza, que está desenvolvendo e se desincumbindo maravilhosamente de uma tarefa importantíssima neste novo momento do Brasil, em que ganhamos um Ministério tão-somente do turismo.

Era o sonho de todo o **trade**, o sonho do Legislativo, era o cumprimento de um dever de casa que está contido naquela Carta de Goiás, quando fizemos o diagnóstico das tarefas de cada um, do setor público, do setor privado, do **trade**, dos Municípios, enfim, de todas as esferas do Poder Municipal, Estadual e Federal.

É uma honra muito grande estar aqui representando o meu Presidente, o Eduardo, que não pôde, por razões de força maior, estar aqui neste importante debate. Ele incumbiu-me de aqui representá-lo, falando exatamente sobre a promoção. Estou feliz porque tenho a oportunidade de usar a palavra exatamente quando a minha região entra na videoconferência. Sou goiana, conheço a Magda, quero cumprimentá-la, pois é uma grande empresária, é um exemplo de empresária do turismo brasileiro, alguém que mostra como se pode fazer turismo com competência, com profissionalismo, com modernidade. Agora, como Deputada Estadual, está defendendo o turismo muito bem na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. É a maior empresária de Caldas Novas, é um exemplo para este País, porque conseguiu, heroicamente, colocar aquela cidade na prateleira do mundo como o ícone das águas termais.

Ouvia a exposição da Magda e ainda fazia anotações aqui. Queria até falar com a representante do Ministro para que pedisse para S. Ex^a puxar uma ponta para o nosso Estado, pois, ontem, ouvi alguém que ajudou a coordenar a campanha da Magda e muito amiga do Eduardo, nosso Presidente, que disse: “Olha, Nair, Caldas precisa só de duas coisas: um centro de convenções – se o Governo Federal colocar ali um centro de convenções de Caldas Novas – e viabilizar o aeroporto, que com o fim de terminal de passageiros, fica regular. Se forem resolvidos os vôos de Caldas Novas, Caldas faz o resto, porque o turismo ali é pujante.” Então, é importante esse foco da Magda.

Penso que a Maria Luiza poderia falar até mais do que eu sobre essa questão do Prodetur JK. Nós sabemos, e o Senador César Borges disse muito bem, que as regiões, quando se organizam, avançam muito. O Nordeste está aí para nos mostrar isso.

Ainda ontem, recebi um projeto de **marketing** do ex-Deputado, nosso colega, o Pedrinho, que é hoje o Presidente da CPI do Nordeste. Tal projeto chegou às minhas mãos, porque, como diretora de **marketing**, compete a mim esse desafio de obter recursos para investir na promoção. Ontem recebi a encomenda de como é que a CPI do Nordeste pensa em fazer a promoção. O Brasil central tem que estar pensando nisso também. A Magda quando aborda a necessidade do Prodetur pensa na infra-estrutura de que precisamos. Há obras importantes, e faço votos que consigamos avançar muito e resolver o endividamento dos Estados porque sabemos que o Prodetur não é dinheiro a fundo perdido. O Prodetur desafia a capacidade de cada Governador ali se articular, se posicionar para receber esse financiamento. E é um importante financiamento internacional que viabiliza a tão sonhada infra-estrutura que o Brasil precisa para se tornar um grande destino do turismo no mundo.

Estou muito confiante porque o Ministro Walfredo é um homem de resultados, é um homem pragmático, ele sabe que precisa operar com foco, e a Maria Luíza está com esse desafio lá. É preciso sentar e resolver com os Estados. Acredito que ela possa falar melhor do que eu sobre o sonho do Prodetur JK – e essas também são as palavras da Deputada Magda, a quem cumprimento e saúdo – não ser apenas para Goiás, mas também para Brasília, para os dois Mato Grosso, enfim, para o nosso Brasil central.

O Deputado Leonardo Prudente comentou sobre a necessidade de viabilizar recursos para a promoção. Realmente é muito pequeno o valor que sempre se gastou com promoção, e o Brasil precisa inves-

tir em mídia. Sem divulgarmos a nossa história e a nossa cultura no exterior, não vamos conseguir atrair turistas.

Traçamos uma meta. O Presidente Lula criou um ministério tão-somente para o turismo. A segunda etapa é a profissionalização da Embratur, para não ter mais esse balcão – eu ouvi o titular de Alagoas falar –, para a coisa não ser feita por fotografia, sem organização. Precisamos ter foco, precisamos ter organização e precisamos saber por onde vamos trilhar o caminho da promoção.

Léo, que conheço e admiro tanto, estou feliz em vê-lo representando a nossa Brasília, que é o ícone do nosso Brasil central, a Capital do nosso País. Tenho algumas notícias boas para Brasília, para você, esse Deputado brilhante, para a Deputada Magda, do meu querido Goiás, e para todo o Brasil.

Ontem tivemos uma reunião de diretoria e o Eduardo me autorizou a falar, durante a videoconferência, sobre nossa deliberação. Definimos um calendário de feiras, ainda a ser lançado oficialmente, com foco muito especial não apenas na promoção institucional, mas também na geração de negócios. Vamos lançar 10 produtos. O anseio do Léo é ver Brasília sendo vendida lá fora como uma grande sede de eventos. Todo o Brasil tem capacidade para isso. O primeiro produto é colocar o Brasil, que é hoje reconhecido internacionalmente pela segurança, na prateleira como uma grande sede de eventos. Os próprios franceses notam toda essa capacidade de se estar medindo se o destino é seguro ou não. Em um momento em que está havendo guerras, está havendo o problema na Ásia, nosso País não apresenta atos de terrorismo, guerras ou problemas religiosos. Estamos, portanto, num momento de grande oportunidade, sendo reconhecidos como destino seguro. Em sendo assim, poderemos despontar nesse setor do turismo, se soubermos nos colocar na prateleira por cultura e por região, não vendendo praia por praia e sol por sol, mas a nossa cultura, que é a de muitos Brasis.

Outro dia, esta Casa assistiu a um espetáculo maravilhoso da demonstração de Parintins. É a cultura segmentada por produtos que queremos mostrar no exterior: o produto de eventos, o produto dos Spas, mostrando, inclusive, o turismo relacionado com a saúde, os **resorts**, os produtos de ecoturismo. Também serão anunciados os produtos brasileiros para atrair o turismo GLS, que, hoje, é um grande nicho do mercado de turismo.

São esses os produtos. Não vou citar os 10 porque ainda não estão oficializados. Existem algumas

dúvidas, mas todos sabemos, mais ou menos, que há o aspecto cultural. Há também o ecoturismo. Fala-se em golfe, que tem um imenso apelo de atrair turistas que gastam dinheiro. São turistas de classe média alta e que deixam dólares no Brasil. No campo da promoção, escolheremos alguns pilotos para acompanhar essas feiras, tanto a do calendário oficial como a da Apec e também a agenda que acompanha o Presidente da República, porque existe o reconhecimento de que o nosso Presidente é um **marketing** espontâneo para o Brasil. Sua Excelência está fazendo muito sucesso no exterior e o Brasil precisa, tendo em vista o turismo, aproveitar-se disso.

No mês de julho, o Presidente visitará dois países da Europa – salvo engano, Espanha e Portugal. Haveremos de preparar um piloto para mostrar essa nova cara da promoção brasileira. Nessa hora, Léo e Magda, estaremos colocando o Brasil Central, com o seu ecoturismo e o seu turismo cívico. Temos uma Diretora encarregada disso na Embratur, A SRA. Vera, daqui de Brasília. Ela foi Presidente do **Convention Bureau** de Brasília. Ninguém melhor do que a Vera para saber colocar o Brasil Central, região do Léo e da Magda, na prateleira do mundo.

Temos turismo de eventos, de negócios e turismo cívico e náutico, porque se pensa, agora, em aproveitar essa Resolução do Paranoá. Vamos colocar esse lago maravilhoso na prateleira do mundo. Além disso, há o turismo cultural e o místico. Nas reuniões de que participei, como cidadã do Brasil Central, falaram sobre nossos produtos. Temos de pensar em um caminho – tenho ouvido muito isso – para mostrar Brasília, um caminho que passe por Alto Paraíso, resgatando a cultura negra e indígena. Também poderemos mostrar o que existe em Cavalcante e em Teresina, chegando a Palmas.

Estamos num momento maravilhoso. Poderemos colocar na prateleira essa parte mística, esse apelo espiritual com Paulo Coelho, que é brasileiro, mostrando inclusive as belezas do Brasil Central, que quase não é visitado. As estatísticas mostram que o turista prefere o Nordeste, São Paulo e Rio. Precisamos avançar muito. Estou otimista. Haverá lançamento de produtos, exposição por região, tudo feito com profissionalismo. Não haverá aquela comunicação vazia e tão-somente institucional, mas uma comunicação que gere negócios no campo da promoção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem. A resposta ao Sr. Leonardo Prudente e à Sr^a Magda sobre o Prodetur JK será dada em seguida pela Dr^a Maria Luiza.

Eu quero ouvir, agora, Minas Gerais.

Está conosco o Sr. Deputado José Henrique, Presidente da Comissão de Turismo de Minas Gerais.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. JOSÉ HENRIQUE (PMDB – MG) – Quero saudar, nessa videoconferência, todos os participantes e, em especial, apresentar os meus cordiais cumprimentos ao nobre Senador Paulo Octávio por essa iniciativa e agradecer-lhe o convite para participar desse evento, visando iniciar o intercâmbio de experiência na área de turismo e a busca do desenvolvimento do turismo nacional.

Quero, também, em especial, cumprimentar o nobre Senador Leonel Pavan, autor do Requerimento dessa iniciativa; ao Deputado Ronaldo Vasconcelos, amigo e que, também, foi colega nosso nesta Casa, Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara Federal; e em especial, também, a Dr^a Maria Luiza Machado Campos, que está aí representando o Ministério do Turismo. Ela fez referência ao nosso encontro, na semana passada, no Palácio da Liberdade onde o Ministro Walfrido Mares Guia anunciou o Plano Nacional de Turismo, e recebemos de muito bom grado essa iniciativa.

Atualmente, exerço a função de Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e represento também aqui o Presidente desta Casa, Mauri Torres.

No início dos trabalhos legislativos deste ano, convidamos o Secretário de Estado de Turismo, Dr. Aracely de Paula, para comparecer a esta Comissão e fazer uma exposição sobre as metas do exercício para o setor. Em sua exposição, o Sr. Secretário declarou que o Executivo de Minas Gerais dará prioridade ao melhor aproveitamento do nosso circuito turístico. Essa também é uma afirmativa do nosso Governador Aécio Neves, que prioriza hoje o turismo em Minas Gerais, uma vez que, dos 47 circuitos existentes no Estado, apenas 15 estão efetivamente em funcionamento. Entende, portanto, o Secretário que todos esses circuitos precisam de ação integrada entre as diversas secretarias de Estado, os Municípios e a iniciativa privada, para evitar a superposição de ações e o desperdício de recursos públicos.

Dessa forma, algumas medidas foram tomadas nesse sentido, dentre elas a institucionalização dos referidos circuitos, trazendo para a coordenação da Secretaria todas as ações a serem implementadas em seus âmbitos.

Há também projetos visando ao desenvolvimento turístico do norte de Minas e Vale do Jequitinhonha,

por meio do programa de ação para o desenvolvimento integrado do turismo, o Prodetur Nordeste, que prevê investimentos de R\$72 milhões no Estado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O projeto está na fase final de elaboração pela Secretaria de Estado de Turismo.

Devemos destacar, ainda, a ampliação do Programa Estrada Real, que visa reviver os caminhos por onde os bandeirantes viajavam. Vale destacar que há pouco tempo esse programa foi lançado pelo Governador de Minas em São João del Rei. Esse projeto liga Minas Gerais ao litoral – São Paulo e Rio de Janeiro. Durante o período colonial, por esse caminho escoaram nosso ouro e diamante, que foram embarcados para a Europa. Hoje, a estrada real se configura como um dos grandes atrativos turísticos do Estado. Destacamos também que nesse caminho da estrada real estão o nosso circuito histórico, nossas cidades históricas e nosso patrimônio histórico. Nessas cidades, temos também o turismo religioso.

Esse programa estabelece que os Municípios e seu entorno receberão incentivos financeiros e fiscais do Estado para instalação de infra-estrutura turística e divulgação de suas belezas naturais. Trata-se, pois, de uma extensa área que abriga boa parte da história de Minas.

Nesta Casa estão tramitando alguns projetos de lei aos quais gostaria de fazer referência, uma vez que essa teleconferência visa à participação do Legislativo, dando também subsídio aos Legislativos estaduais para a implementação do turismo.

Destacamos aqui projeto de lei do Deputado Fábio Avelar, que cria a Ouvidoria Estadual de Turismo. De autoria do Deputado Pastor George, tramita proposição que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso, a quem a Igreja dedica este ano a Campanha da Fraternidade.

Devemos salientar ainda a Lei do Ecoturismo. Nosso Estado tem vasto patrimônio de ecoturismo, com vários parques estaduais, por exemplo, o do Rio Doce, do Caparaó e Ibitipoca, dentre outros. Recentemente foi aprovada nesta Casa, encontrando-se em fase de regulamentação pela Secretaria de Estado de Turismo, a Lei do Ecoturismo.

Julgamos importante ressaltar também a recente instalação do Conselho Estadual de Turismo, do qual faço parte como membro efetivo, representando o Poder Legislativo estadual, conselho este que passa a ter função deliberativa, permitindo-lhe sua participação direta na elaboração e na implementação da atual política estadual para o setor do turismo. Em consonância ao novo Plano Nacional de Turismo, foi

também efetivado o Fórum Estadual de Turismo. Entendemos que Minas Gerais foi pioneiro, com a instalação do Fórum Mineiro de Turismo, com representantes dos múltiplos segmentos desse setor, para dar suporte à implantação da nova política estadual e discutir as questões mais importantes e de interesse de todos os segmentos turísticos em nosso Estado.

Dessa forma, nossa principal preocupação tem sido a de contribuir com o desenvolvimento dessas ações dando o apoio institucional desta Casa legislativa, tanto na discussão das matérias, quanto na elaboração e aprovação de leis de interesse do desenvolvimento turístico do Estado e, conseqüentemente, do País.

Gostaria, também, de levantar uma questão muito conhecida pelo Deputado Ronaldo Vasconcelos. A nossa Casa, nos últimos dias, debateu muito a questão do nosso patrimônio histórico, que sabemos estar deteriorado. E tivemos, há pouco tempo, um sinistro em Ouro Preto em que perdemos parte do nosso patrimônio. Isso acontece em todas as nossas cidades históricas. Então, levanto essa preocupação de Minas Gerais com nosso patrimônio histórico, com nossa cultura, porque precisamos de investimento. Há um projeto do Governo, convidando a sociedade, principalmente desses Municípios, para participar da prevenção. Precisamos de recursos também para a recuperação desse patrimônio.

Então, fica registrada a nossa contribuição. E agradecemos pela participação nessa videoconferência, que muito contribuirá com o turismo.

Temos a presença do nosso colega Deputado Leonídio Bouças, que gostaria de participar também neste minuto.

Muito obrigado, Senador Paulo Octávio.

O SR. LEONÍDIO BOUÇAS (PTB – MG) – Cumprimento o Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal, e todos os Senadores presentes, principalmente o Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina, autor do requerimento para que esta videoconferência se realizasse.

Cumprimento todos os Deputados presentes na pessoa do meu amigo e colega de Partido Deputado Ronaldo Vasconcelos, de quem lembramos sempre que se fala em turismo e meio ambiente em Minas Gerais, e que é hoje Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados.

É com imenso prazer que constatamos, neste dia, que o Brasil vive um momento especial para o turismo, porque temos à frente do Ministério do Turismo, recém-criado, um homem de comprovada inteli-

gência e reconhecida capacidade de trabalho, o Ministro Walfrido Mares Guia.

A realização, neste dia, desta videoconferência, unindo o pensamento de todas as pessoas voltadas para o turismo, a fim de trocarmos idéias, já é um passo importante neste momento em que o povo brasileiro clama tanto por empregos. Essa é a principal meta. Estamos preocupados em criar condições de emprego, propiciar geração de renda. Realmente, como foi dito por representantes de outros Estados, é difícil imaginar como um País como a Espanha pode ter praticamente 50% do seu Produto Interno Bruto ligado ao turismo, como Buenos Aires pode receber mais turistas estrangeiros do que um País com as dimensões continentais como as do Brasil.

Portanto, venho manifestar a minha alegria e cumprimentar todas as pessoas ligadas ao turismo que estão, neste dia, participando desta videoconferência. Mas quero, em especial, perguntar à Dr^ª Maria Luiza Machado, do Ministério do Turismo, como fazemos para incluir uma região de Minas Gerais no Prodetur JK. Isso porque, como todos sabem, assim como o Brasil é um país de dimensões continentais, o Estado de Minas Gerais é muito grande, fica no centro do País, haja vista, inclusive, várias manifestações que ocorreram no passado, na tentativa de se fazer a emancipação de algumas regiões de Minas Gerais, justamente pelo tamanho desse Estado, que tem uma área equivalente à da França, por exemplo.

Vou aqui citar uma região especial: o Triângulo Mineiro. A cidade de Uberlândia, hoje a maior cidade do interior de Minas, está entre as 35 maiores cidades do Brasil e recebeu, inclusive, um prêmio por ter ali o melhor centro de convenções do País, situado no **Center Shopping**.

Vi aqui algumas pessoas se referirem também à necessidade da não superposição de ações, para não haver gastos equivocados de recursos públicos. Então, por que construir outro centro de convenção, por exemplo, próximo da cidade, no caso de Uberlândia, se já temos ali um centro considerado o melhor do Brasil?

Queria deixar registrado aqui algo muito interessante. Estamos desenvolvendo na Assembléia Legislativa um projeto baseado nisso. Minas Gerais tem um mar. Às vezes, as pessoas pensam que Minas não tem litoral, mas temos um mar em Minas Gerais, e esse mar está no Triângulo Mineiro, porque temos, entre os rios Paranaíba e Grande, mais de dez represas que geram energia para todo o Brasil. Essas represas hidrelétricas, quando da sua construção, criaram mares. Temos ali uma área onde se desenvolve

o turismo náutico, através dos esportes náuticos, e o ecoturismo. Queremos, justamente, a inclusão do Triângulo Mineiro no Prodetur JK, para que possamos criar a infra-estrutura do turismo, já que temos a infra-estrutura de bons aeroportos, boas rodovias, apesar de não estarem em boas condições atualmente. Temos uma infra-estrutura já criada, queremos a infra-estrutura do turismo, ou seja, rede de hotéis, hotéis fazendas, e assim por diante, para que possamos desenvolver realmente uma área turística nesse mar de Minas Gerais, nesse mar das represas do Triângulo Mineiro, que será também um mar para Goiás, Distrito federal, Mato Grosso, região norte de São Paulo.

Agradeço a participação. Vou ouvir atentamente a resposta da Dr^a Maria Luíza. Mais uma vez, parabéns ao Senador Paulo Octávio, a todos os Senadores desta Subcomissão de Turismo e aos Deputados, na pessoa do Deputado Ronaldo Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Deputado Leonídio Bouças, Deputado José Henrique, antes de passar a palavra para a SRA. Maria Luíza, tem a palavra o Deputado Ronaldo Vasconcelos, mineiro que é, para uma consideração rápida.

O SR. RONALDO VASCONCELOS (PTB – MG) – Senador Paulo Octávio, eu queria cumprimentar os dois Deputados Estaduais, José Henrique e Leonídio Bouças, que, com muita competência, falaram sobre a questão do turismo. Fico satisfeito com a humildade. Penso que deixamos escola na Assembléia Legislativa de Minas, porque os dois são Deputados experientes e competentes, mas sempre foram Deputados municipalistas, e se estão envolvidos agora na questão do turismo, ficamos satisfeitos demais com essa participação. Meu abraço ao Deputado José Henrique e ao Deputado Leonídio Bouças.

Queria também cumprimentar o nosso colega, Deputado Federal, Aracely de Paula, que é atualmente Secretário de Estado do Turismo em Minas Gerais. A Assembléia de Minas criou, também com a nossa participação, uma Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

Estendo esses cumprimentos ao Governador Aécio Neves, que foi nosso colega Deputado na Câmara Federal por 16 anos, que foi Presidente da nossa Casa e hoje é Governador de Minas Gerais. Tenho certeza absoluta de que S. Ex^a tem a sensibilidade para a questão do turismo.

Aproveitando, Senador Paulo Octávio, os poucos minutos que V. Ex^a me concede, desejo lembrar que o projeto Estrada Real é um **case** que tem tudo para se tornar realidade. Já fizemos o primeiro marco na cidade de Tiradentes. No dia 12 de setembro, to-

dos vão se lembrar, inclusive V. Ex^a, Senador por Brasília. Na data do aniversário de Juscelino Kubitschek de Oliveira, faremos o lançamento do segundo marco da Estrada Real, exatamente na cidade de Diamantina.

Queria aproveitar a audiência deste programa para anunciar esse fato e, ao mesmo tempo, convidar todos os mineiros, todos os brasileiros para estarem conosco em Diamantina, no dia 12 de setembro, quando vamos homenagear, sem nenhuma dificuldade no que vou apresentar agora, o maior brasileiro de todos os tempos.

Parabéns, Senador Paulo Octávio. Obrigado pela participação dos Deputados mineiros neste encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra à Dr^a Maria Luíza, para responder a pergunta de Minas Gerais.

A SRA. MARIA LUIZA MACHADO CAMPOS – Quero responder ao Deputado José Henrique e ao Deputado Leonídio Bouças, à Deputada Magda, de Goiás, e ao Deputado Leonardo Prudente, do Distrito Federal. Os quatro apresentaram questões relativas ao Prodetur JK e a financiamentos para investimento.

O Prodetur JK, na verdade, abrange todos os Estados que não têm hoje uma ação no formato do Prodetur ou do Proecotur e do Pantanal, que seriam Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal e Goiás.

Com relação ao Prodetur JK, hoje, tivemos do Presidente da República um “de acordo” para que começássemos a negociá-lo. Os Estados previstos são esses e, obviamente, não faz sentido incluir aqueles que já possuem financiamento. O formato do Programa vai depender basicamente da definição dos Estados. Ele financia qualificação de pessoal, estradas, aeroportos, saneamento, centros de convenções e várias iniciativas em infra-estrutura e qualificação do turismo, mas, no formato principal, o Estado vai definir.

A capacidade de endividamento do Estado certamente é um problema limitante, mas também é um ponto dinâmico. Se o Estado não tem capacidade de financiamento hoje, pode ter capacidade o ano que vem ou em outro ano. Alguns Estados conseguiram colocar, no acordo da dívida, uma cláusula com uma folga de recursos para contrapartidas e em casos de recursos internacionais. Alguns Estados, como Minas Gerais, não têm capacidade de endividamento atualmente, mas possuem uma cláusula de US\$170 milhões previstos no acordo da dívida. Isso depende um pouco de cada Estado.

Já a capacidade de endividamento é uma definição técnica. O Tesouro Nacional nos informa a capacidade de endividamento, mas o programa varia. Ele é previsto, inicialmente, para quatro ou cinco anos, mas pode durar até dez anos. Portanto, não faz muito sentido o Estado deixar de se preparar para um plano desse, por uma questão de capacidade de endividamento. Deve ocorrer o contrário.

O Triângulo Mineiro certamente estará incluído no Prodetur JK, não tenho a menor dúvida. Isso beneficia, inclusive, o Prodetur JK nos Estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais e gerará um grande impacto.

O valor do Prodetur JK está em aberto. O Ministro estima que deve ser algo entre US\$800 milhões e US\$1bilhão, mas acredito que isso vai depender de como iremos compor. Podemos fazer igual a alguns Estados, um Prodetur como foi o Prodetur Nordeste I e II, uma etapa e depois uma outra etapa complementar.

Com relação aos recursos de investimento, apresentados principalmente pelo Deputado Leonardo Prudente, no caso de Brasília, foram lançadas algumas linhas de financiamento. O que fizemos foi adaptar essas linhas de financiamento existentes às características do turismo. Esse era um grande problema. Por exemplo: o tempo de maturação do investimento era considerado 10, conseguimos passar para 12 e deveríamos chegar a 15, com prazo de carência de 30 meses. No caso de pequenos investimentos – que seria a linha projeto, turismo e emprego, até R\$400 mil –, pode pegar um financiamento para quem tem um faturamento de R\$5 milhões. Essa é uma linha especial, com TJLP de 5,33% de juros ao ano, isto é, é um recurso especial, dentro das condições de juros, e foi feito um ajuste para esse tipo de financiamento.

Com relação aos recebíveis, e é o que há de inédito no lançamento dessa linha, as empresas com até R\$5 milhões de faturamento podem pegar até R\$400 mil, renováveis, porque, normalmente o recurso recebível é de curto prazo. Essa foi uma excepcionalidade do FAT. É a primeira vez que o FAT aloca recursos para o capital de giro e, no caso desse recurso, hoje o setor está pegando recurso para giro de quatro a seis e algumas operadores de turismo repassam para agências recursos até 8% ao mês. Esse recurso é de 1,99% ao mês e é especial, no sentido, inclusive, de permitir com que as empresas façam auto-investimento e possam oferecer pacotes com um tempo maior de financiamento, o que pode viabilizar a viagem de professores e de alunos.

Conforme as informações fornecidas pelo Deputado em relação a Goiás, sabemos que há no Dis-

trito Federal uma situação esplêndida em termos de turismo de negócios, mas estamos montando uma estratégia, juntamente com o Ministério da Educação, para que os dois milhões de professores existentes no Brasil viajem, e, sobretudo, uma meta, a fim de que, pelo menos uma vez na vida, os alunos das redes pública e particular venham a Brasília. Tal situação exige um pacote picado com um número maior de vezes de pagamento. Essa linha de recebidos foi montada exatamente para permitir isso.

A última questão refere-se aos fundos constitucionais. O melhor recurso existente hoje no Brasil é o dos fundos constitucionais. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o do Nordeste e o do Norte oferecem recursos que variam de 8,5% a 14% ao ano, com juro fixo e com 15% de bônus de adimplência. Em alguns casos, há juros negativos em um fundo constitucional.

Indiscutivelmente, a vantagem é enorme. O Fundo Constitucional do Centro-Oeste é o mais eficiente. Ele empresta todo o recurso disponível. O Fundo do Nordeste e o do Norte têm alguns problemas que estamos tentando resolver com o Ministério da Integração Regional. No entanto, existe um problema que estamos tentando solucionar agora. Por isso, solicitamos uma excepcionalidade para o turismo, o que é ótimo, pois contamos com o apoio de todos. O recurso era de R\$20 milhões, no máximo, por grupo econômico. Porém, no caso do Centro-Oeste, reduziu-se esse recurso para R\$6 milhões, e há uma nova resolução que estabelece um limite máximo, por grupo econômico, de R\$4 milhões. Estamos pedindo excepcionalidade em relação ao turismo, para que o recurso continue sendo de R\$20 milhões por empreendimento, já que, nesse caso, o fato de um empreendimento ser pequeno ou grande não causa uma mecanização maior, uma automação maior. A geração de emprego é brutal nessa área.

Sabemos que, no turismo, com R\$10 mil é possível gerar um emprego. No caso de um hotel, recursos da ordem de R\$40 mil normalmente geram um emprego dentro do hotel e quatro fora, o que não ocorre em outra área. Talvez a agricultura irrigada de pequena produção seja o único ramo de atividade com condições de competir com o turismo em termos de geração de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem. Chamo agora o convidado do Espírito Santo.

Concedo a palavra ao Deputado Geovani Silva, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto do Estado do Espírito Santo.

O SR. GEOVANI SILVA (Bloco/PTB – ES) – Bom dia, Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo do Senado Federal. É uma satisfação participar dessa videoconferência, que é muito interessante e importante. Parabéns! Vivi em outros campos, mas agora estou entrando em outro. Hoje, sou Presidente da Comissão de Turismo e Desporto – o turismo está relacionado ao esporte.

Estou muito alegre por estar participando desta reunião.

Agradeço a todos e aproveito a oportunidade para divulgar o potencial do Espírito Santo. No litoral do Estado, as montanhas, praias e o mar estão bem próximos.

No momento em que foi criado o Ministério do Turismo, fiquei muito otimista em relação à atual situação. Acredito muito no potencial do turismo não apenas do nosso Estado como no de todo o Brasil. O Espírito Santo está inserido no Prodetur Nordeste, área de abrangência Sudeste. Estão sendo elaborados quatro planos diretores no Município, exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No dia 2 de julho, haverá a posse dos membros do Conselho Estadual de Turismo. Esperamos que o Ministro do Turismo compareça a esse evento, que proporcionará a todos condições de realmente demonstrar todo o potencial turístico do Estado do Espírito Santo.

Nós, da Câmara Legislativa, estamos tentando elaborar um projeto de lei para a criação de uma disciplina de iniciação escolar para o turismo.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer algumas solicitações – sempre falamos da situação e fazemos alguns pedidos. Peço à Secretária Maria Luiza que analise, com muito carinho, o pedido feito ao Ministério do Turismo, para que o Espírito Santo seja incluído no Prodetur JK, no Sudeste, o que beneficiará muitos Municípios do nosso Estado. Esse é o meu pedido.

Há uma situação no Brasil que também dificulta bastante o nosso turismo. Por isso, solicito ainda uma política firme com a elaboração de um projeto voltado para a segurança do turismo. Nós, que sabemos como está a segurança não só no meu Estado como em todo o Brasil, temos consciência de que isso seria o mais importante para atrair mais turistas.

Convidei a subsecretária para, no dia 3, vir ao Espírito Santo participar de uma audiência pública. Hoje, temos 11 instituições de ensino do turismo. Seria muito importante a presença de S. S^a aqui.

Fico feliz e cumprimento todos os Senadores e Deputados aqui presentes, inclusive os que represen-

tam outros Estados. O Espírito Santo tem um potencial muito grande no turismo. É importante que possamos trabalhar com o objetivo de não sermos o Estado mais importante, mas que todos o sejam. O trabalho a ser desenvolvido trará mais emprego e diminuirá tudo que imaginamos em termos de violência. Quando se gera emprego, cria-se a possibilidade de as pessoas poderem trabalhar. É isso que elas querem. E elas esperam com muito carinho a criação do Ministério do Turismo, com o que estão bastante otimistas. O Espírito Santo realmente tem um potencial muito grande nesse setor, principalmente por estar próximo à Bahia, ao Rio de Janeiro e também a Minas Gerais.

Portanto, estou feliz e espero que possamos ser aceitos e incluídos e, com muito carinho, fazer do Espírito Santo uma potência do turismo nacional, que é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado pela sua participação, representante do Estado do Espírito Santo.

Antes que sua questão seja respondida, ouçamos o Rio Grande do Norte, na pessoa do seu representante, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – É com a maior satisfação que participo desta videoconferência, ao lado do Presidente da Subcomissão do Turismo, Senador Paulo Octávio, da Senadora Serys Slhessarenko e, ainda, de outras autoridades aqui presentes, como a Dr^a Maria Luiza, Secretária Nacional do Turismo e representante do Ministro Walfrido Mares Guias.

Aqui muito se tem falado do Prodetur e posso dar o meu testemunho de que ele realizou uma verdadeira revolução, em termos de mudança, melhorando as condições do turismo em todo o Nordeste brasileiro. Foi um financiamento que chegou na hora certa para alavancar o turismo daquela região. Posso dar, ainda, um testemunho em particular com relação ao Rio Grande do Norte, Estado que dirigi e do qual fui Governador durante justamente a aplicação dos recursos do Prodetur.

Tivemos a oportunidade de construir uma série de obras a partir do próprio aeroporto. Houve, então, melhoria significativa no número de turistas que visitam o Rio Grande do Norte. Foram obras de infraestrutura imprescindíveis ao Estado e que chegaram na hora certa.

Há a expectativa do Prodetur II, que significará uma complementação do Prodetur I, na medida em que temos que continuar essa política de desenvolvi-

mento dos recursos turísticos do Nordeste, no caso, do Rio Grande do Norte.

O Rio Grande Norte, hoje, é visitado por turistas internacionais, que vêm da Suécia, além da Espanha, Itália, Portugal, Inglaterra, o que só foi possível graças a vôos **charters**, que trouxeram os turistas e os deixaram no mesmo dia na nossa terra, na nossa capital.

Parabenizo o Senador Paulo Octávio por esta videoconferência. Digo a V. Ex^a que o Rio Grande do Norte estará pronto para, a qualquer momento, receber a Subcomissão de Turismo, a fim de que possamos discutir novas diretrizes e perspectivas para o turismo do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A experiência do Senador Garibaldi Alves Filho é muito importante, até porque, em sua gestão como Governador do Rio Grande do Norte, o seu Estado cresceu muito no segmento do turismo; implantou até uma escola de hotelaria, que é muito importante, muito conhecida e reconhecida. Então, a sua presença realmente enriquece muito nossa Subcomissão.

Antes de ouvirmos a Senadora Serys Slhessarenko, que acaba de chegar, vamos passar para o Sergipe, que está representado pelo Deputado Pastor Antonio Filho. (Pausa)

O Sergipe não está no ar? (Pausa)

Podemos passar para o Maranhão? (Pausa)

O SR. JOAQUIM HAICKEL (Bloco/PSB – MA) – Bom dia, Senadores Paulo Octávio, Leonel Pavan, Garibaldi Alves Filho, César Borges, Deputados Ronaldo Vasconcellos e Nair Lobo, estamos aqui, na Assembléia Legislativa do Maranhão, e também contamos com a presença da Deputada Cristina Archer. Creio que estamos inovando com essa videoconferência, Senador. Também aqui estão os Prefeitos Municipais do nosso Estado, como é o caso da Prefeita de Grajaú, do representante do Prefeito de Barra do Corda e do Prefeito de Barreirinhas, o nosso maior destino turístico nos últimos anos.

Quero cumprimentar a todos os representantes das Assembléias Legislativas do Brasil e dizer que esta iniciativa da Subcomissão Temporária de Turismo 2003, do Senado Federal, é muito importante. Apreendi, nessa hora e meia, presenciando a fala de todas as personalidades acerca do turismo em seus Estados, algo que eu sabia intuitivamente, mas que a representante de Goiás deixou muito claro, que creio ser o foco principal nesse momento por que o Brasil passa: a indústria do turismo é a única que não tem graxa, que não tem motor, que não tem engrenagem, que não tem fumaça, que não tem depredação ambi-

ental. Então, por não ter nada disso, trata-se de uma indústria especificamente voltada para o homem, para o meio ambiente, para a cidade, para as pessoas. Esse é o foco mais importante.

Creio não estar aqui dizendo nenhuma novidade. Acredito que tanto a sua Subcomissão quanto o Ministério do Turismo, na pessoa do meu amigo Walfrido dos Mares Guia, aí representado pela Dr^a Maria Luiza, – e algo importantíssimo foi enviado para nós: o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 –, ajudarão na redução das desigualdades regionais e sociais, na geração e distribuição de renda, na geração de emprego e ocupação, além do equilíbrio da balança de pagamentos. Essas metas do Governo Federal nesse Plano Nacional de Turismo já dizem por si só a importância desse setor para o nosso País.

Aproveitando a oportunidade de ter o Maranhão como vitrine para o Brasil, gostaria de falar que o Prefeito de Barreirinhas – que é a nossa menina dos olhos neste momento, sem desmerecer os outros Municípios, que têm um potencial turístico muito grande –, me comunicou, aqui, Senador Paulo Octávio, que em 2001 tivemos mais ou menos 31 mil pessoas visitando o Município, e agora, em 2002, 68 mil. Esse aumento expressivo de turistas significa que esse é o caminho, essa é a possibilidade de mudarmos não só o Maranhão, mas principalmente a parte pobre do nosso País, a parte carente.

Eu gostaria, também, de dizer – e gostaria que a Dr^a Maria Luiza me confirmasse – que, recentemente, dois Municípios maranhenses ganharam o selo de Município Turístico e 24 outros, o de Município com Potencial Turístico. Os Municípios de São Luís e Alcântara têm uma vocação turística muito grande. São Luís talvez tenha a maior área tombada pelo patrimônio histórico do Brasil. O Maranhão tem que aprender com os bons exemplos, com a Bahia e com o Rio Grande do Norte, porque queremos que o turismo seja esse veículo de transformação da nossa sociedade.

Eu estava conversando com a Deputada Cristina Archer agora há pouco que me lembrava que a infra-estrutura é o setor mais importante para que possamos realmente atingir o objetivo não só dessa videoconferência, mas o de mudar o Brasil pelo turismo.

Nós, os Deputados, Senadores, pessoas do Governo, devemos perceber que sem uma infra-estrutura adequada não poderemos fazer com que essa indústria seja transformadora do nosso País.

Não vou me alongar e gostaria de pedir que os outros colegas, depois de mim, também assim procedam, uma vez que o prolongamento dessa video-

conferência está causando um grande problema para V. Ex^a.

Agradecemos a oportunidade, colocando-nos à sua inteira disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Mais alguém ou algum Prefeito do Maranhão deseja fazer uso da palavra?

O SR. JOAQUIM HAICKEL (Bloco/PSB – MA) – Não vamos mais usar da palavra e a voltamos para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado pela participação. Cumprimento os Deputados Joaquim e Cristina Archer agradecendo pela participação. Antes de passar a palavra à Dr.^a Maria Luíza para os questionamentos, assim como os de Sergipe e do Espírito Santo, passarei a palavra à Senadora Serys Slhessarenko que acaba de chegar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Saúdo a todos que estão participando dessa videoconferência, falando da importância dela na pessoa do Presidente da nossa Subcomissão, Senador Paulo Octávio. Sabemos que é a primeira vez que temos uma Subcomissão de turismo no Congresso Nacional. Isso é da maior importância.

Ouvi há poucos instantes a palavra do Deputado do Maranhão que diz que a indústria do turismo ou serviço não polui. Acabo de vir de uma solenidade de lançamento da conferência de defesa do meio ambiente pelo Presidente da República e pela nossa Ministra do Meio Ambiente, na qual muito foi discutida a importância para os adultos e para o público infanto-juvenil do lançamento dessa conferência de preservação do meio ambiente. Se no turismo há uma possibilidade gigantesca de solucionarmos nossos problemas, entre eles o de desemprego, sem a degradação do meio ambiente, por que não investirmos pesado?

Sou Senadora pelo Estado de Mato Grosso, que tem, em matéria de turismo, um manancial gigantesco. Lá estão o pantanal e grandes cachoeiras, como Dardanelos, Andorinhas, na região de Aripuanã; o nosso Araguaia com suas maravilhas; a nossa Chapada dos Guimarães; o Sesc-Pantanal, que é um dos mais brilhantes cartões de visitas de Mato Grosso; e todas essas áreas estão precisando de infra-estrutura.

O trabalho dessa Subcomissão, que, pela primeira vez na história, está se impondo – e, galhardamente, a partir de um momento como este –, renderá frutos extremamente promissores para o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Senadora.

Antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa que representa aqui o Piauí, ouviremos as respostas da Dr.^a Maria Luíza.

A SRA. MARIA LUÍZA MACHADO CAMPOS – Respondendo aos Deputados, o Deputado do Rio Grande do Norte colocou uma questão com relação ao Prodetur na inclusão de Municípios.

Na verdade, a inclusão de Municípios depende única e exclusivamente do Estado, mas também da diretriz do programa. O Prodetur Nordeste II é a continuidade do Prodetur I. Portanto, a prioridade é resolver alguns problemas gerados pelo Prodetur I – infelizmente, problemas ambientais e de especulação imobiliária, que provocaram problemas de saneamento em áreas não preparadas. Diziam que o turismo não polui. Realmente, se bem planejado, não existe atividade melhor do que o turismo, em termos de indústria. Mas é necessário planejamento, plano diretor, plano de manejo. É esse tipo de iniciativa que o Prodetur Nordeste II exige e que tem atrasado a concessão de financiamentos do Banco do Nordeste para os Estados.

A definição sobre determinado Município participar ou não é uma decisão que cabe ao Estado – se o Município fizer parte de um pólo de turismo que segue o conceito de um grande produto ou de um roteiro turístico integrado e beneficiado pelo Prodetur I, ou pela continuidade do Prodetur I, é perfeitamente possível a sua inclusão. É uma decisão que cabe ao Estado, conforme sua capacidade de endividamento. O Estado define e inclui aquele pólo.

O que existe hoje no Prodetur Nordeste é uma demonstração do que foi feito, do mesmo modo que no Prodetur Sul, que está em negociação. Cada Estado priorizou um pólo, que foi aprovado. E agora, com o início de funcionamento do programa, cada Estado deve definir com quantos pólos vai trabalhar, pois há limitação de recursos por Estado. No entanto, como o volume de recursos depende da capacidade de endividamento dos outros Estados, em alguns casos, o Estado em boa situação pode antecipar-se e obter recursos acima do previsto, como numa divisão por população ou por qualquer outro motivo – ainda não definimos. Simplesmente, fazemos um planejamento mínimo.

Por exemplo, atualmente um Estado em excelentes condições em termos de capacidade de endividamento é a Bahia. Não há como repassar os US\$400 milhões do Prodetur para o Estado da Bahia, porque os outros Estados precisam de recursos.

Assim, no planejamento, à medida que melhora as condições de endividamento, fazemos uma tentativa de antecipar recursos para Estados em melhores condições, sem prejudicar a perspectiva de outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem. Gostaríamos de ouvir o Senador Mão Santa, representando o Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nossos cumprimentos, Sr. Presidente Paulo Octávio e encantadora representante do Ministro, Dr^a Maria Luiza. Vejo que o Ministro nos enviou uma beleza. A busca do turismo é isto: todos buscamos beleza, prazer, felicidade, alegria e dinheiro também.

No caso do Piauí, como está escrito, os últimos serão os primeiros. Houve um Ministro, o melhor Ministro do País, João Paulo dos Reis Velloso, que criou o PND. Eu havia chegado, me formado no Rio de Janeiro. Era um Ministro muito forte e foi a luz do período revolucionário. Inaugurando um correio – eu estava lá, muito jovem –, ele usou da palavra. Primeiro, homenageou o Delta do Piauí com um selo. Naquele instante, falava rápido e disse que ali estavam diante do terceiro pólo turístico do Brasil. Eu estava com um copo de uísque na mão e pensei que o Ministro estivesse delirando. Mas eu era ignorante, como parte do Brasil, e o Ministro era um estadista. E hoje estamos aí.

Resumo em três pontos: o Piauí é um Estado diferente. Está no meio norte, com o Ceará de um lado e o Maranhão de outro. A Bíblia diz que a virtude está no meio, a felicidade está no meio: é o Piauí. O litoral é o menor. Todos sabem que o melhor perfume francês é o menor – pequeno, mas cheio de charme. Tem apenas 66 quilômetros de litoral. Mas Deus gastou muitos dias para fazê-lo.

O rio Parnaíba nos une ao Maranhão e nos separa dele. Depois de percorrer 1.458 quilômetros, ele se lança, diferentemente do que ocorre com o Amazonas, que é único, e se abre lembrando a letra grega delta – não sabemos grego, mas todo mundo sabe que é uma mão. Ele se abre em cinco rios, lembrando o formato de mão – e, com certeza, santa. Esses cinco rios formam 78 ilhas – Fernando de Noronha é linda, tem 18 ilhas –, sendo que dois terços são do Maranhão e um terço é nosso. A maior, a primeira grande ilha, é Princesa Isabel; a do Maranhão, a mais profunda, é a Ilha do Caju – ela esteve lá: foi o encontro de duas belezas, a Ilha do Caju e a Maria Luiza. (Risos)

Ela é a mais profunda, é de uma família inglesa. O tio-avô da proprietária foi embaixador, o mais novo embaixador, com 21 anos. Houve a revolução e ele reconheceu o Governo de De Gaulle. Então, ele ficou muito importante. Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas

tiveram um relacionamento com ele e, devido a essa importância, ele teve o privilégio de ser embaixador só em grandes cidades: em Londres, Buenos Aires, Tóquio, terminando no Vaticano. Ele teve um câncer, foi morrer lá no Piauí, e escreveu um livro.

O Embaixador Clark dizia, confirmando o que Reis Velloso dizia: “As duas cidades mais belas do mundo começam com a letra p” – está escrito, ele conhecia o mundo: “Paris e Parnaíba”, a cidade onde nasci, a capital do delta. Mas é ele, eu não. Eu sou PT, mas não o PT do Lula: é Parnaíba e Teresina.

Então, além desse litoral, que é diferente, Teresina é uma cidade diferente. Foi a primeira capital planejada deste País; foi ela que inspirou Goiânia, que inspirou Juscelino a fazer Brasília, que inspirou Palmas. Ela é mesopotâmica, planejada, diferente.

Dizem os pesquisadores – entre eles, a arqueóloga Niède Guidon, que fez um curso na Sorbonne – que pelo sul do Piauí passou uma civilização há 30 ou 40 mil anos; que lá seria o berço do homem americano. Há lá também um museu, resultado de investimento do BIRD. São esses os atrativos.

Agora, grande é o seu povo. Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Desculpe-me, Maria Luiza, mas não tem gente melhor do que a do Piauí, até mulher bonita tem, tanto que me casei com uma de lá – empata com a Dr^a Maria Luiza.

Então, esses são os atrativos.

E mais: todo mundo está fugindo com medo. Esse negócio de a esperança ter vencido o medo não aconteceu com o turista. O turista está com medo da violência.

Eu só contaria um fato sobre a minha última viagem à Europa. Sou espontâneo e, conversando, disse que o brasileiro é muito bem recebido, agradável, simpático, não entra em briga, em guerra. Os estrangeiros, então, respondiam: “Ah, Brasil, bacana, futebol, Santos, Pelé, campeão do mundo, alegria, carnaval, e bum, morreu!” É a concepção. Tomei até um susto.

Mas o Piauí é o Estado de menor criminalidade. Esse é o convite. Queremos convidá-los. Você tem direito de ser feliz, Paulo Octávio. Já foi ao Piauí o Fernando Henrique, o Pelé, a Xuxa e quero convidar o Paulo Octávio – a Maria Luiza já foi premiada por Deus pela beleza e por ter conhecido o delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado pelo convite. Realmente preciso conhecer melhor o Piauí ao seu lado, Senador Mão Santa. Quero conhecer o Piauí ao seu lado – aí, sim, vamos co-

nhecê-lo bem. Certamente a Dr^a Maria Luíza, a Dr^a Nair Lobo também estão convidadas?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Este é um momento muito importante na Subcomissão de Turismo, que é a videoconferência patrocinada pelo Interlegis.

Entendemos como muito oportunas essas duas horas que pudemos ouvir os Estados do Acre, Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Maranhão. Estados presentes por meio de seus representantes e seus Deputados.

Alguns Estados ainda não constituíram as suas Subcomissões de Turismo. Uma luta importante que levaremos à frente é esta: incentivar os presidentes das Assembléias Estaduais a motivarem a criação da Subcomissão de Turismo, para que posamos ter, em cada Casa do povo, um interlocutor do turismo, o que penso ser essencial para o fortalecimento desse segmento.

Antes de encerrar a nossa reunião, desejo passar a palavra para as considerações do Dr. Norton Lenhart, que aqui representa a Federação Nacional dos Hotéis, Restaurantes, Bares e similares; em seguida passarei a palavra ao representante da Confederação do Comércio, Dr. Roberto Veloso.

O SR. NORTON LENHART – Senadores Paulo Octávio, Leonel Pavan, César Borges, Garibaldi Alves, Mão Santa, Senadora Serys Slhessarenko, Deputados Ronaldo Vasconcelos e Alex Canziane, ex-Deputada e Diretora da Embratur, Nair Lobo, quero aproveitar esta ocasião que estamos falando para o Brasil para fazer um agradecimento especial a V. Ex^{as}. Certamente o turismo chegou a esse patamar graças à atuação feita por V. Ex^{as} durante muitos anos, frente ao Legislativo e Executivo, como é o caso do Senador Leonel Pavan, como Prefeito, e dos Senadores Garibaldi e César Borges, como Governadores. V. Ex^{as} contribuíram muito para que chegássemos onde estamos.

Quero também cumprimentar a Secretária Maria Luíza e dizer do entusiasmo do setor privado com a criação de um ministério apenas para o turismo e também com nosso Ministro, por sua inteligência, por sua capacidade de trabalho e determinação. Sei que S. Ex^a está ciente da responsabilidade que tem pela frente, do grande desafio, da missão importante para a economia do nosso País.

Este encontro me dá com muita clareza o estágio do turismo nacional neste momento. Está, aqui,

trocando idéias o Executivo e o Legislativo. Senador Paulo Octávio, o turismo inicia-se nos Municípios e Estados. Temos visto os depoimentos de Deputados das Assembléias com euforia e até angustiados para apresentar suas posições, o que mostra o acerto, porque ninguém é líder de graça. V. Ex^a assumiu essa posição, Senador Paulo Octávio, exatamente por ter esse tipo de visão e de iniciativa. Tenho convicção de que essas videoconferências haverão de trazer uma união maior entre o Legislativo e o Executivo. É uma iniciativa louvável. Para tanto, conta com o nosso reconhecimento e gratidão.

E tendo sido chamado para participar dessa atividade, posso ver a interação do turismo nacional com os Poderes Executivo e Legislativo e com a sociedade constituída. O turismo só avança se esses três entes estiverem juntos. Iniciou-se um trabalho importante por meio do Cebratur, onde realizamos um trabalho de muitos anos, culminando, ano passado, com um documento que entregamos aos candidatos à Presidência da República. Pela primeira vez o setor relacionado ao turismo teve essa atitude, e V. Ex^a também estava à frente desse projeto, Senador Paulo Octávio.

Imediatamente, com o novo Governo, um dos sete itens que colocamos no projeto foi atendido pelo Presidente Lula: a criação do Ministério do Turismo.

Também foi criado o Plano Nacional de Turismo, que ouviu toda a sociedade e está sendo construído por todo o setor envolvido nessa atividade. Com base nesse plano, estão sendo criados os fóruns regionais de turismo. Quero fazer um chamamento às Assembléias Legislativas dos Estados e ao setor privado que compareçam a esses fóruns estaduais – é extremamente importante. Aqui não foi colocada essa questão dos fóruns, que considero fundamental, porque trará mais elementos para dentro do nosso plano, que, como bem disse o Ministro, não é um plano fechado, mas sim um plano que vem sendo desenvolvido. O setor privado, o setor público e o Legislativo têm que participar desses fóruns regionais de turismo. Faço um apelo às Assembléias Estaduais.

A criação do Conselho Nacional de Turismo foi extremamente importante, pois dentro dele estamos criando câmaras temáticas, para discutir exaustivamente as dificuldades para desenvolvermos mais o turismo nacional.

Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, acredito que esse seja um dos momentos mais ricos do turismo nacional. Falo isso e tenho certeza, em nome do setor privado, de que estamos muito felizes

com o que está acontecendo. Estamos de braços dados com V. Ex^{as} para continuarmos essa caminhada.

Muito obrigado, Senador Paulo Octávio. Parabéns pela iniciativa. Conte sempre conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Dr. Roberto Veloso, representando a Confederação Nacional do Comércio.

O SR. ROBERTO VELOSO – Sr. Presidente Paulo Octávio, Senadores Garibaldi Alves Filho, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Deputada Nair Xavier Lobo e nossa representante do Poder Executivo, Sr^a Luiza, representando o Ministro.

Eu tenho uma outra posição. Chegamos a esse ponto por uma imposição da sociedade. O que decidiu o momento turístico foi a sociedade. Baseada em quê? No momento em que ela elegeu os Parlamentares que aqui estão e que tomaram essa posição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, houve uma pressão social, de baixo para cima, elegendo pessoas ligadas a esse setor, pessoas que jogaram sua energia para que isso comece a funcionar.

Há alguns anos, a nossa Deputada Nair Lobo iniciou o Cebratur em Caldas Novas, e fez propaganda de seu Município. Realmente, foi lá que nasceu. A partir dali, na Câmara dos Deputados, começou a crescer a Comissão de Turismo. Depois, passou para o Deputado João Pizzolatti, Ronaldo Vasconcelos e Alex Canziani e, no momento histórico em que o Sr. Paulo Octávio, empresário da área de turismo, assumiu a presidência na Câmara, já houve uma pequena modificação: houve um interesse maior por aquela Comissão criada lá. Essa Comissão, dando prosseguimento ao Cebratur, tornou-se algo gigante. Por quê? Porque a sociedade já exigia isso, e os representantes foram eleitos por esse segmento, que elege, mas cobra também.

É hora de o Brasil participar. Nada está acontecendo por acaso. Isso está acontecendo, porque há uma pressão social para que isso seja feito. Isso não é só no setor político, mas também no setor empresarial. A Confederação Nacional do Comércio também sofreu essa pressão. De algum tempo para cá, estamos sofrendo pressão dos nossos presidentes da Federação e de sindicatos. O Norton, que é Presidente da Federação Nacional de Bares, Hotéis e similares sofre uma pressão muito grande para que esse setor se movimente.

Ocorreu algo muito interessante durante o Cebratur, que foi um grande sucesso – os presidenciais estiveram lá. Logo após a posse do Ministro, por uma imposição do próprio Cebratur, que pediu a cria-

ção desse Ministério, que foi criado por primeiro ato do Presidente da República, na sua primeira reunião, o Ministro mostrou documentos do Cebratur e disse que os tinha recebido do Governo de Transição. Havia um grupo de transição que estava passando ao Presidente da República as metas principais.

O momento histórico é este, como outro momento histórico é o da videoconferência, o aproveitamento dos meios tecnológicos para alcançar o nosso País. E mais: o Governo pode fazer o que quiser, mas quem vai fazer é a sociedade. Precisamos de dinheiro internacional, de recursos provenientes do próprio turismo para que se possa fazer qualquer tipo de desenvolvimento sem endividar o País.

Tenho certeza de que isso vai acontecer, será uma revolução. Agora, faço uma ressalva: turismo nunca foi indústria; turismo não tem chaminé nem engrenagem. Aliás, duas coisas que já não existem mais: chaminé, porque polui, e engrenagem, porque tudo hoje é digital.

Meus parabéns pela tecnologia e pelo modo de levar isto a todo o Brasil, o que será um marco histórico: trata-se da primeira videoconferência. Daqui a pouco haverá tanta procura que não haverá como participar. Esse é o segundo marco; o primeiro é a Cebratur e o Poder Legislativo tomando o que é seu: a legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Dr. Roberto Veloso, representante da CNC.

Passo a palavra, para as respostas finais, à Sr^a Maria Luiza, representante do Ministro do Turismo.

A SRA. MARIA LUIZA – Agradeço a oportunidade de falar sobre o plano e sobre os programas do Ministério. O momento é oportuno para falar com os Senadores e com os Deputados do esforço do nosso Ministro no Congresso Nacional. Vamos nos organizar para que as emendas parlamentares nos ajudem a consolidar a infra-estrutura turística de que precisamos, bem como a qualificação de pessoal.

Para o Parlamentar, duas emendas podem parecer iguais e ele escolherá entre uma e outra, sendo que uma é fundamental para o turismo e a outra, muitas vezes, não. Estamos planejando organizar todas as emendas propostas nos últimos tempos, aquelas que saíram e as que não saíram, realizar um levantamento de tudo aquilo que o Congresso está discutindo e propor aos Parlamentares algumas emendas que, ao mesmo tempo, atendam, obviamente, as suas bases eleitorais e sejam estratégicas para o turismo. Uma emenda dessas pode se tornar uma con-

trapartida de um recurso internacional. Seu peso poderá significar, por exemplo, 20% do recurso. Sendo assim, passa a ter um valor maior: vem com 60% a mais para completar o recurso internacional e mais 20% que vêm da União.

Com a escassez de recursos, é um esforço muito grande tentarmos fazer essa articulação, no melhor sentido possível, em razão dos produtos turísticos. De acordo com o interesse de cada Deputado, podemos apresentar emendas em todas as áreas que nos interessam, ou seja, que os Parlamentares elaborem as emendas, e nós os ajudaremos a aprová-las, para que possamos formalizar, no menor tempo possível, os convênios necessários para que as coisas aconteçam.

Gostaria de agradecer e dizer que estamos, no Ministério do Turismo, totalmente à disposição para qualquer esclarecimento e, principalmente, envolvidos com os fóruns estaduais no sentido de preparar e avançar nos programas de turismo, sobretudo, para fazer uma ação coordenada de desenvolvimento de produtos, de promoção e apoio à comercialização.

Além disso, estamos trabalhando diariamente nas linhas de financiamento. Hoje mesmo o Ministro está na Espanha – e temos uma equipe também em Portugal – discutindo com empresários e investidores os projetos do Brasil. Na semana passada, parte da equipe estava na Suécia, em Estocolmo, e na Áustria, em Viena, discutindo com investidores. Estamos com várias frentes de trabalho e, em todas elas, estamos tentando atrair e consolidar investimentos, sobretudo promover desenvolvimento dos produtos e o consumo, seja no País, seja no exterior.

Agradeço e louvo a iniciativa do Senador Paulo Octávio. Se pudermos utilizar esse sistema de videoconferência com as Assembléias Legislativas, dentro da nossa programação de discussão do Plano Nacional de Turismo, será uma contribuição fantástica. Temos oportunidade de fazer isso com os conselhos e fóruns estaduais, mas, se essa discussão chegar ao Poder Legislativo e com o Poder Executivo, obtaremos resultados muito mais importantes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concordamos com a sugestão de V. S^a. Aliás, já ficam marcadas para os próximos meses as videoconferências regionais. Portanto, será muito oportuna a presença do Ministério, por meio de V. S^a e do Ministro, e de Senadores representando os Estados de cada região. Penso que seria mais eficiente, porque estaríamos tratando de assuntos pertinentes a cada região. Desse modo, já ficam agendadas, na Subcomissão, as reuniões mensais que faremos com cada

região brasileira, por meio de videoconferência. Já fica convidado a participar o Ministério, representado pela Dr^a Maria Luiza ou pelo próprio Ministro ou pela Embratur, com a Deputada Nair Lobo. São pessoas que entendem de turismo, conhecem o assunto profundamente. Será muito importante a participação dos Poderes Executivo e Legislativo na busca de um caminho comum.

Fico muito feliz pelas observações feitas pelo Norton e pelo Roberto em relação ao nosso trabalho do ano passado, quando listamos as prioridades do turismo nacional. Foi um trabalho conjunto com a sociedade civil, com as empresas, com os sindicatos, com Secretários de Estado. Fizemos um programa que foi distribuído a todo País e também aos então candidatos a Presidente da República. Tive oportunidade de entregar o programa ao agora Presidente Lula. Fico feliz e sempre agradeço quando o Ministro Walfrido Mares Guia diz que o primeiro documento que recebeu foi justamente o trabalho que fizemos, em parceria com a Deputada Nair Lobo, que era Presidente da Frente Parlamentar. O Programa Brasileiro de Atividades Turísticas são as sugestões do setor ao Poder Executivo, para que tenhamos um País real e definitivamente preocupado com esse segmento tão importante.

Entendo que a videoconferência de hoje foi muito útil ao País. Tenho certeza de que as Assembléias Estaduais que ainda não têm as suas comissões de turismo vão instalá-las. Trabalharemos juntos, Senadoras e Senadores, para que todos os Estados tenham essa comissão, porque, assim, haverá uma interação maior. Quem sabe, por ocasião do encontro do turismo que faremos no Congresso Nacional, antes, apenas na Câmara dos Deputados e, agora, em comum acordo com o Senado Federal, já possamos contar com a participação dos Parlamentares de todos os Estados brasileiros, cada um representando os interesses de seu Estado. Ficará muito mais rico o documento que poderemos formular em novembro deste ano, para quando já está agendado esse encontro. Poderemos fazer um grande encontro, já tendo discutido o suficiente nessas videoconferências que faremos.

Por isso, agradeço a todos os funcionários do Interlegis, aos técnicos que possibilitaram esse encontro do Brasil num só local, num mesmo dia, a um custo muito baixo, por meio da tecnologia. Muito obrigado.

Parabéns aos diretores, aos funcionários do Interlegis e ao Senado Federal por dispor de um eficiente sistema como esse, ligado a todo Brasil. Podere-

mos usar muito bem, no futuro, esse sistema para agilizar o trabalho do Senado Federal.

Agradeço a Deus pela eficiência do nosso trabalho.

Já agendamos para daqui a um mês a primeira videoconferência. Escolheremos uma região para que possamos fazer a primeira videoconferência regional.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h10min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Turismo**

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE JUNHO DE 2003, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia doze de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio e com a presença dos Parlamentares: Senadores Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Mão Santa, César Borges, Leonel Pavan, Eduardo Azeredo, José Agripino, Arthur Virgílio, Antônio Carlos Magalhães e da Senadora Ana Júlia Carepa e Deputados Alex Canziani e Ronaldo Vasconcelos, reúne-se a Subcomissão de Turismo. Deixam de comparecer: Senadora Serys Slhessarenko e Senador João Ribeiro. É declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a "AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE OS ASSUNTOS LIGADOS AO PERFIL ESTRUTURAL E CONJUNTURAL DO SEGMENTO DA AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA E SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO, EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 03/2003, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO AZEREDO, COM A PRESENÇA DO MAJOR BRIGADEIRO DO AR WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL DO MINISTÉRIO DA DEFESA; MÁRIO LEMA GALVÃO, ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA DA VASP; CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR, PRESIDENTE DA GOL; ROBERTO MACEDO, PRESIDENTE DA VARIG; DANIEL MANDELLI MARTIN, DIRETOR-PRESIDENTE DA TAM; TASSO

GADZANIS, PRESIDENTE DA ABAV – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS; E GEORGE ERMANKOFF, PRESIDENTE DO SNEA – SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS AEROVIÁRIAS". Usaram da palavra os Senhores Senadores Paulo Octávio, Eduardo Azeredo, Aelton Freitas, Leonel Pavan, César Borges, Delcídio Amaral, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Magalhães e os Deputados Alex Canziani e Ronaldo Vasconcelos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Está aberta a Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, em 12 de junho de 2003, às 10h29min, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Pauta: audiência pública com o objetivo de debater os assuntos ligados ao perfil estrutural e conjuntural do segmento de aviação comercial brasileira e suas relações com o mercado, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 03, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com a presença dos Srs. Major Brigadeiro-do-Ar, Washington Carlos Campos Machado, Chefe do Departamento de Aviação Civil; Wagner Canhedo, Presidente da Vasp; Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da Gol; Roberto Macedo, Presidente da Varig; Daniel Mandelli Martin, Diretor da Tam; Tasso Gadzanis, Presidente da Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagem; e George Ermankoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias.

Pediria que o Senador Eduardo Azeredo buscasse os companheiros, para que fizessem parte da Mesa.

O objetivo maior desta audiência consiste em buscarmos soluções definitivas para a superação da grave crise que, de forma cíclica e aguda, vem afetando o setor de transporte aéreo no Brasil.

É preciso, acima de tudo, que tenhamos em mente a vital importância estratégica de que essas soluções não sejam episódicas, nem paliativas; que, no lugar de saídas emergenciais ou circunstanciais, encontremos um modelo estrutural capaz de viabilizar uma política consubstanciada num marco regulatório que defina claramente as regras do jogo. Isso, porque a organização do transporte aéreo, em um

país de dimensões continentais como o nosso, assume caráter decisivo para o desenvolvimento da atividade turística e para a concretização das metas do Plano Nacional de Turismo, recentemente lançado pelo Governo Federal.

Temos certeza de que as ações resultantes dos debates e das contribuições aportadas por todos que interagem nesse processo tornarão possível a adoção de medidas benéficas, com o fim de proporcionar a elevação da qualidade na prestação de serviços, sempre em prol do interesse público.

Nesse sentido, declaro abertos os trabalhos desta audiência e convido o primeiro expositor, Major Brigadeiro-do-Ar Washington Carlos Campos Machado, para fazer sua exposição. Tendo em vista que há cinco expositores, peço ao Major Brigadeiro que observe o prazo de 10 minutos, para que, após as exposições, possamos abrir os debates.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Exm^o Sr. Senador Paulo Octávio, agradeço a oportunidade de estar presente. Exm^{as} Srs. Senadores da Comissão, meus companheiros de Mesa, gostaria de dizer que é uma honra para o DAC (Departamento de Aviação Civil) – Comando da Aeronáutica estar nesta Casa e interagir com V. Ex^{as} na busca de soluções para a nossa aviação civil.

Antes de iniciar minha palestra – que farei o possível para manter em dez minutos –, eu gostaria de dizer que o DAC tem uma amplitude de atuação muito grande: além dessa área mais visível do **iceberg**, constituída pela aviação civil, pelos nossos serviços aéreos, que se manifestam pelo transporte aéreo, o DAC tem atuação técnica extremamente pesada. São mais de 10 mil aeronaves inscritas, quase 3 mil aeródromos, mais de 700 aeródromos públicos, quase 100 mil aeronautas, fiscalizados, instruídos, formados e acompanhados pelo DAC. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, apenas na Internet, temos 1.400 páginas, pois queremos que todos possam acessar as facilidades do Departamento de Aviação Civil e fazer uso delas, sem interveniência de qualquer auxílio externo ou qualquer apoio.

Minha idéia aqui é apresentar justamente a crise econômica do transporte aéreo, os custos da indústria nacional, a situação de mercado – demanda **versus** oferta –, medidas corretivas possíveis e medidas já aplicadas.

Como V. Ex^{as} sabem, a crise no transporte aéreo não é só brasileira, embora nossa crise tenha peculiaridades próprias, que até tornam mais aguda a crise no Brasil. Nos Estados Unidos, pode-se observar a perda das empresas entre setembro de 2001 e

setembro de 2002. Foi grande a quantidade de recursos perdidos pelas empresas americanas. E vejam que o Governo colocou **in cash**, em recursos a fundo perdido, cerca de US\$9 bilhões para apoiar essas empresas, isso num ambiente liberalizado, onde as forças de mercado deveriam atuar livremente.

Esta é a situação de mercado da indústria brasileira em 2001. Muitas vezes, dizem que a nossa empresa não é competente. Mas vejam a receita de vôo: de 2001 para 2002, houve crescimento de 12,95%. Contudo, já havia prejuízo em 2001 e, mesmo assim, o custo aumentou 13,86%, quer dizer, o custo suplantou uma grande eficiência. Uma empresa que consegue um ganho de receita de 12,95% no ano, mas cujo custo aumenta 13,86%, obtém resultado de vôo negativo. É por isso que os números aqui estão negativos, demonstrando prejuízo. O aproveitamento de passageiros era de 58% a 56%. Caiu ainda mais em 2002, como reflexo da economia. Um aproveitamento de 56% para um **break-even** (ponto de equilíbrio entre despesas e receitas) ou eficiência de 62%, quer dizer, passaria a ter lucro com uma média 61,38%, a média da indústria, mas com passageiros preenchendo apenas 57% da ocupação dos aeródromos. Isso aqui é apenas uma visão para V. Ex^{as} perceberem a grave situação por que passa nossa indústria.

Na composição dos custos da indústria nacional, o combustível representa 23,21%. O câmbio, por sua vez, representa quase 19% dos custos. Daqui a pouco, constataremos que essa relação brasileira de custos é muito perversa, principalmente de combustível e câmbio, se comparada, por exemplo, com a indústria americana.

No segmento internacional, o câmbio aumenta ainda mais, chegando a 23%, e o combustível vai a 19%, quase 20% do custo da nossa indústria. Fazendo uma comparação rápida entre a indústria nacional e a estrangeira, tomando-se mais os Estados Unidos, porque é importante conhecer. A carga tributária no Brasil, depois de enxugar ao máximo, chega a no mínimo 17%. Nos Estados Unidos é de 7,5%.

O custo do combustível no Brasil, em reais, é R\$2,34; nos Estados Unidos, R\$0,73.

Gostaria de abrir parêntese para falar a respeito do querosene usado na aviação. O combustível usado pelo setor de aviação, a gasolina, custa R\$6,00. A gasolina de avião usada no Uruguai é brasileira e custa cerca de US\$0,50.

Quanto ao seguro de aeronaves, o Brasil paga porcentagem: 0,14 e os Estados Unidos, 0,09.

Outro problema sério da burocracia brasileira é a nossa maneira de ser. O Brasil chega a ter de 10% a 15% do valor da frota imobilizada em peças de reposição. Os Estados Unidos têm apenas 0,5%.

Os encargos sociais no Brasil chegam a 90%; nos Estados Unidos, 47%.

Juros para capital de giro: mais de 19% no Brasil e, nos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, menos de 5%.

Aquisição de aeronaves. Uma aeronave 737 custa, no Brasil, mais de 32 milhões. Nos Estados Unidos, 27 milhões.

O prazo de financiamento é de doze anos no nosso País e vinte anos nos Estados Unidos.

Taxa de juros **libor** mais 3,5% no Brasil; nos Estados Unidos, mais 0,19%.

Uma área que, muitas vezes, passa despercebida para muitos é a aquisição de equipamentos de solo para as aeronaves, o que é indispensável. A diferença de preço no Brasil e no exterior é bem significativa. Isso mostra que a nossa empresa tem um custo maior que o dos Estados Unidos. As empresas dos Estados Unidos entraram em grande crise financeira.

Situação do mercado: demanda X oferta. Participação das empresas brasileiras no mercado. Temos dados referentes à participação de janeiro a maio de 2003: Varig, 30,71%; TAM, 31%; Vasp, 13%; Gol, 18%. Há outras empresas regulares em franco desenvolvimento e que ocupam pequenas porcentagens no gráfico mostrado e fazem alguns vôos regulares.

Quanto aos vôos regulares das linhas domésticas, é interessante saber que, em 1998, atendíamos quase duzentas cidades. Já atendemos mais. Em 1998, de acordo com a política adotada pelo DAC, atendíamos a duzentas cidades. Estamos perdendo gradativamente essas linhas. Atualmente, a aviação regular atende apenas 107 cidades, o que é extremamente negativo para a sociedade brasileira. O DAC vem realizando um trabalho a fim de direcionar nossas empresas a atender um segmento maior da sociedade brasileira.

Abordo agora o problema da oferta e da demanda do movimento doméstico. V. Ex^{as} podem ver no gráfico a oferta e a demanda. A demanda reflete principalmente a atividade econômica brasileira. Desde 1988, está diminuindo o número de pessoas que viajam. Tentamos uma recuperação com a diminuição de preço das passagens em relação ao dólar e outras medidas, mas houve uma queda violenta nesse mês: 55% da indústria, mesmo diminuindo a oferta.

O Departamento de Aviação Civil não pode atuar na demanda, pois ela é um reflexo da economia. A aviação gera demanda, economia, riqueza — é verdade —, mas é muito mais o fruto da riqueza nacional, da atividade econômica brasileira. Atualmente estamos tentando conter a demanda para evitar desperdício. Um assento vazio é um recurso perdido para sempre. Esse é o grande problema brasileiro.

Aqui podemos observar que o movimento internacional, um pouco melhor, aumentou um pouco, mas, nesse mês, o aproveitamento caiu relativamente. No campo internacional, estamos com cerca de 70%. É interessante entender que, nesse aspecto, a nossa participação tem sido muito pequena. Para os Estados Unidos, por exemplo, de cento e cinco frequências semanais acordadas entre as duas partes, estamos executando apenas cerca de 25, enquanto o lado americano executa 89. Internacionalmente, ainda podemos crescer muito. Acabamos de voltar da África do Sul, e, apesar da indelicada pressão desse país, não cedemos uma quinta frequência, como queriam, reservando à empresa de bandeira um mercado que hoje está pujante entre Brasil e América do Sul e África. É dever da CERNAI proteger o interesse público e a nossa indústria.

Vejam a situação dos Estados Unidos. Estamos com 55% a 57% de aproveitamento da oferta. Com a crise americana, no quarto trimestre de 2001, os Estados Unidos já estavam com mais 79% de aproveitamento, de ocupação de seus vôos e, mesmo assim, passando por crise. E nós ocupamos 55%. Isso mostra uma situação estrutural da indústria de transporte aéreo dentro da economia brasileira.

Quanto às medidas corretivas possíveis, podemos trabalhar na redução dos custos. Vimos custos crescentes e totalmente desbalanceados com relação a outras áreas. O reaquecimento da economia é nossa grande expectativa. Acreditamos que o crescimento de 2%, previsto para este ano, refletirá em mais de 4% no campo da aviação. Essa é uma estatística mundial. No Brasil se comprova que cada ponto percentual no crescimento da economia reflete no transporte aéreo em mais que o dobro, e há adequação da oferta à demanda.

Uma das medidas aplicadas é a redução dos custos. Estamos trabalhando com o Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, do Conselho de Aviação Civil, de todos os Senadores. Isso é algo que faz parte da responsabilidade de todos os cidadãos, principalmente de V. Ex^{as}. Outra medida é a redução do custo da nossa indústria, permitindo a oferta de preços mais baratos para atender melhor à popula-

ção e à expectativa de aquecimento da economia. E o DAC pode atuar na adequação da oferta à demanda. Com isso, adotamos uma medida extremamente pesada, que é a Portaria nº 243, GC-5, de 23 de março de 2003, do Comando da Aeronáutica, destinada a promover a adequação da indústria de transporte aéreo à realidade do mercado, que, em conjunto com as empresas, estamos procurando adequar um pouco a oferta à demanda, evitar a superoferta. É interessante saber que, mesmo em ambientes altamente liberalizados, os chamados “céus abertos”, a Organização de Aviação Civil Internacional considera como prática danosa a superoferta. E estávamos praticando a superoferta, ou seja, autofagia da nossa indústria.

Senador, tentei ser o mais breve possível para apresentar uma visão do DAC da nossa indústria. Lembro que essa é uma parte de atuação do Departamento de Aviação Civil, que é o órgão regulador desse setor. Mostramos, assim, onde o DAC está trabalhando. Estamos hoje regulando a atividade de transporte aéreo, de tal maneira que possamos salvar nossa indústria e permanecer. A despeito de tudo por que passamos, a nossa indústria sobrevive. Entre os meios de transporte existentes, talvez seja o que tenha sobrevivido durante todos esses anos, desde a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, que é cuidado pelo Comando da Aeronáutica, hoje Ministério da Defesa. Com todas as nossas dificuldades, permaneceu funcionando o nosso transporte aéreo e a aviação civil, que envolve muito mais que o transporte regular, o transporte não regular de cargas, a aviação geral, a desportiva, a instrutiva, a educação etc. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Major Brigadeiro Washington Machado. Sua exposição foi bastante concisa. Passou dois minutos do tempo, mas foi importante para que tivéssemos todas as informações.

Saúdo o Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo.

Concedo a palavra ao Sr. Wagner Ferreira, da TAM.

O SR. WAGNER FERREIRA – Bom-dia a todos. Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, peço licença para cumprimentar os demais companheiros da Mesa, Senador Eduardo, jornalistas, presidentes de entidades de classe, Secretários de Turismo. Na realidade, é difícil falar dez minutos sobre o tema, haja vista o tamanho dos acontecimentos. De antemão, gostaria de fazer uma ressalva bastante positiva à apresentação do Brigadeiro Washington, que realmente retratou a situação da aviação comercial brasileira.

Não é um privilégio tudo isso por que estamos passando, mas é um grande momento do Brasil haja vista as grandes mudanças que estão sendo efetuadas no País. Chegou a hora de fazermos, realmente, uma reflexão no que diz respeito ao transporte aéreo, segmento esse de fundamental importância para o desenvolvimento de um país com a nossa extensão continental.

O Brigadeiro Washington realmente falou muito bem. Temos de ver esse segmento em virtude da própria abrangência geográfica do nosso País e da questão de distribuição de renda. Temos de fazer uma reflexão sobre a melhor forma de distribuirmos e de operarmos não apenas nos centros mais densos, populosos e ricos como ajudando naquilo que é muito falado durante anos. Sinto-me extremamente à vontade para falar desse tema para os senhores porque, afinal de contas, estou militando na área de transporte aéreo há 31 anos – vou completar no dia 6 de agosto próximo. Sinto-me muito à vontade para falar de transporte aéreo e de turismo, porque, quando temos a oportunidade de examinar esses números, temos de ver que esse segmento, pela situação precária em que se encontra, sem sombra de dúvida, está deixando de gerar riqueza para o País e, principalmente, desenvolvimento para o turismo, setor muito importante, principalmente para as regiões Norte e Nordeste.

Hoje, o transporte aéreo é muito importante para o desenvolvimento econômico do País. Estava na sala de espera, conversando rapidamente com o Senador Paulo Octávio, e no nosso vôo também estavam dois diretores de grandes redes de hotelaria, que também vêm enfrentando violenta dificuldade. O problema não está apenas no transporte aéreo ou na distribuição de renda ou nos custos. O problema é um todo, passa pelo sistema de distribuição do nosso negócio, pela relação com todos os nossos distribuidores, enfim, por todo o **trade** turístico, locadoras, hoteleiros etc.

Não apenas deixei mais de dois minutos do meu tempo para o Brigadeiro Washington voltar o crédito em virtude de ter resumido, em doze minutos, a situação do nosso transporte, como quero dar oportunidade aos senhores para podermos, então, tratar de assuntos mais pontuais. Se formos falar de transporte aéreo e turismo, acredito que, em dez minutos, poderão ficar dúvidas ou algo que não seja muito bem explicado.

Mais uma vez, agradeço o convite e parabênzinhos V. Ex^{as} pela iniciativa.

O momento é este. Temos de refletir sobre a importância do transporte aéreo para o desenvolvi-

to do Brasil e devemos definir se o transporte aéreo é **commodity** ou é uma questão de infra-estrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Dr. Constantino de Oliveira Júnior, representante da Gol.

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

– Bom dia. Na pessoa do Senador Paulo Octávio, eu gostaria de cumprimentar a todos os Srs. Senadores, às Srs. e aos Srs. presentes.

Quando ao transporte aéreo ser infra-estrutura ou **commodity**, ou se podemos considerar o transporte aéreo como um setor estratégico para o crescimento do País, por meio do turismo – não somente o turismo de lazer, como também o de negócios, que gera riquezas, novos negócios, renda com a ocupação em hotéis e com as despesas normais de uma viagem –, a partir do momento em que se adota o transporte aéreo como infra-estrutura estratégica para o País, devemos fazer uma reflexão quanto à utilização dos ativos que compõem essa infra-estrutura.

Como a carga tributária – como demonstrou o Brigadeiro Washington – é pesadíssima, se, em determinado momento, não conseguirmos mudar esse quadro, devemos, pelo menos, buscar reverter boa parte desses tributos em favor do setor, priorizando, principalmente, o aumento de produtividade, de ganhos em termos de custos.

Quando se fala em redução de custos, na verdade, falamos em otimizar a estrutura aeroportuária de controle de tráfego aéreo de forma a permitir que as aeronaves não fiquem em congestionamentos. Muitas vezes, de uma hora de voo, 10 ou 15% desse tempo são gastos em tráfego aéreo. Então, deve-se buscar, de alguma forma, que as autoridades responsáveis pelo setor tenham acesso a verbas ou tenham condições de usá-las para a otimização da utilização de ativos.

É importante, nesse contexto, entender como funciona o poder aquisitivo, de que forma está distribuída a renda no País. Hoje, o fluxo de tráfego no Brasil é composto, em 80%, por um arco que se inicia em Porto Alegre e vai provavelmente até Recife ou Fortaleza. É importante que se perceba isso, porque também temos atrações turísticas fora desse mercado, como o Pantanal, as Chapadas do Centro-Oeste, localidades que podem ser desenvolvidas como pólos turísticos.

Nessa discussão, é importante entender que essa redução de custo deve ser repassada ao usuário, de forma a permitir um estreitamento entre o po-

der aquisitivo do brasileiro e o custo do transporte aéreo, otimizando a utilização desse transporte.

Um exemplo disso é a nossa empresa, cujo custo é baixo. No ano passado, 9% dos nossos passageiros – especificamente da Gol – voaram pela primeira vez de avião. Ou seja, a cultura de viajar de avião vai aparecendo à medida que se torna possível para qualquer pessoa da classe média voar. Talvez estejamos falando de algo em torno de 25 milhões de pessoas excluídas que teriam condições de viajar de avião, mas que hoje são excluídas pelo alto custo.

Hoje, o Brasil transporta 34 milhões, 36 milhões de passageiros/ano, sendo que esse valor está representado por apenas cinco a seis milhões de RGs, ou seja, cinco a seis milhões de pessoas representam 34 milhões de passageiros por ano. Esse volume é extremamente baixo, se levarmos em consideração o mercado americano.

Usarei o exemplo do mercado apresentado pelo Brigadeiro Washington, de um país com 270 milhões de habitantes, que transporta 700 milhões de passageiros, ou valor em torno de 750 milhões de passageiros/ano. Isso se dá exatamente porque existe esse estreitamento entre o poder aquisitivo e o custo do transporte.

A crise mundial por que o setor passa é notória. Também há de se observar, dentro da linha do que eu estou apresentando, que as empresas de baixo custo, não somente no Brasil, mas também na Inglaterra, na Europa, nos Estados Unidos, vêm conseguindo superar essa crise, talvez em função de serem empresas novas, que saíram do papel recentemente e não carregam determinados ônus do passado. Essas empresas vêm conseguindo superar a crise porque têm condições de oferecer alta produtividade, alta utilização dos seus ativos, conseqüentemente um custo por assento/quilômetro mais reduzido, repassando-o à comunidade, à população. Possuem, então, uma otimização dos seus recursos e permitem que a indústria se movimente com mais agilidade.

Esses pontos de otimização dos ativos passam por infra-estrutura aeroportuária, definição. Escutamos falar muito em vocação de aeroportos, ou seja, qual a vocação do aeroporto central, do mais distante ou do secundário? Na minha opinião, vocação de aeroporto é embarcar passageiro, dar condições de infra-estrutura para embarcá-lo. Cabe à companhia aérea otimizar o máximo esse passageiro, ou seja, buscar a melhor receita possível utilizando aquela infra-estrutura.

Então, nesse momento em que as autoridades passam a controlar de certa forma a oferta, visando

ao equilíbrio do setor e à manutenção da longevidade das empresas prestadoras de serviço, é preciso também buscar essa otimização, ganhos que nos permitam aproximar ao máximo o preço das passagens ao poder aquisitivo do brasileiro.

É somente o que eu tenho a falar. Deixo de crédito três minutos e cinquenta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem. Estão todos aqui a jato.

Obrigado, Sr. Constantino.

Somente nesta semana, no plenário do Senado, houve dois importantes pronunciamentos sobre aviação civil; um, do Senador César Borges, que está aqui, que fez um pronunciamento buscando uma saída para a crise, o qual ele vai expor daqui a pouco; o outro, do Senador Delcídio Amaral, que foi há dois dias atrás, também preocupado com o momento em que vivemos. Então, a preocupação é grande no Senado, compartilhamos com tudo o que foi exposto pelo Dr. Constantino de Oliveira, Presidente da Gol.

Passo a palavra ao Dr. Tasso Gadzanis, Presidente da Abav Nacional.

O SR. TASSO GADZANIS – Senhoras e senhores, na pessoa do Senador Paulo Octávio, saúdo todos os presentes, Senadores, Deputados e os componentes da Mesa.

Os que me antecederam já deram uma pincelada quase técnica sobre o assunto. Vou falar em nome do agente de viagem, o qual nunca foi chamado a opinar. Ele é responsável por 80% da venda do produto da aviação comercial doméstica e por 95% do produto da aviação comercial internacional, comprovado e dito em jornais pelo próprio Presidente da Varig.

Entendemos que a situação da aviação comercial brasileira atual deve-se aos sucessivos governos, que não têm assumido as suas responsabilidades. Ontem, estávamos em uma reunião na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, com a presença do Brigadeiro Pereira Filho, o qual acabou de cimentar aquilo que eu pensava.

Citei, ontem, certos artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica, uma lei que regula. Perguntei por que os artigos não são seguidos, se é uma lei. E ele me confirmou que o DAC tem perfeita consciência desses artigos, mas precisa seguir ordens do Governo.

Estamos, há vinte anos, falando que o custo Brasil é altíssimo e continuamos até hoje falando o mesmo. Mas ninguém toma providências. O brasileiro é atávico em seguir o que o americano faz. O americano fez, corremos atrás, é ótimo. Mas nem sempre o que é bom para ele é bom para o Brasil. O americano desre-

gulamentou as tarifas aéreas, e nós fomos logo desregulamentando também, só que o americano perdeu a Panamerican, perdeu a Eastern, perdeu a Braniff, e nós estamos quase que perdendo as nossas.

Ultimamente, no mercado, existe o que eu chamo de uma "tarifofagia": uma empresa tira 10 reais da tarifa porque outra tirou 5 reais. Mas não vi até hoje nenhuma autoridade tentar regular essa autofagia que leva à situação em que estamos.

E o transporte aéreo é muito importante, não só por uma questão comercial; é mais por uma questão humana, política. A Bahia sabe muito bem, e o Senador César Borges pode confirmar, a importância da aviação. A Bahia é campeã em buscar vôos internacionais lá fora que tragam turistas que deixam algum dólar. Daí a importância.

Estamos sempre correndo atrás "do rabo da cobra", quer dizer, falamos dos problemas, todos nós sabemos dos problemas, mas, infelizmente, não vemos a ação da parte do Poder constituinte. E é sempre assim: quando fazemos a pergunta não é com eles ou então não é o momento. Temos um exemplo da Transbrasil. Algum dos senhores sabe o que aconteceu com a Transbrasil? Ninguém sabe nada. Ela não faliu, mas também não funciona. Os agentes de viagem reembolsam bilhetes vendidos pela Transbrasil porque os juízes usam a Lei do Consumidor e dizem que o agente de viagem é o responsável, mas não sabemos onde buscar o reembolso do bilhete. Batemos à porta do DAC, que responde que, de fato, não é responsabilidade deles. E vou provar aos senhores que o poder concedente é o responsável. Fomos à Justiça e estamos ganhando; a União está sendo condenada a reembolsar e a indenizar porque transporte aéreo é concessão pública. Ora, quem concede tem que controlar e é responsável. Enfim, tivemos que ir à Justiça para conseguir o ressarcimento.

O negócio é muito complexo, mas estou muito contente. Primeiro, porque vejo que a Subcomissão de Turismo do Senado – fazendo um parêntese, publicamente, gostaria de dizer que esta subcomissão deveria passar a ser permanente porque o negócio é muito importante. Fico muito contente em ver que, afinal, a subcomissão tomou o seu papel. Os senhores sabem muito bem que, hoje em dia, só serviços podem prover empregos. A indústria, todos os senhores sabem, cada dia mais é automatizada, cada dia menos empregos ela faz. E, se o Senado, defato, se preocupar com esse problema, acho que vamos poder chegar a um final feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Dr. Tasso. O Senador Delcídio acabou de chegar.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Macedo, Presidente da Varig.

O SR. ROBERTO MACEDO – Bom dia a todos. Muito obrigado, Sr. Senador.

Antes de iniciar minhas considerações sobre o tema, farei dois registros. Primeiro, parabenizá-los pela iniciativa de colocar em debate, num momento absolutamente oportuno, a indústria do transporte aéreo brasileiro; e o segundo registro é um agradecimento pelo espaço concedido, como disse, em momento extremamente oportuno para as companhias aéreas, agências de viagens e o próprio poder concedente de linhas no Brasil apresentarem suas idéias, suas visões. Sobretudo, eu gostaria de me ater às necessidades, reportando-me à apresentação feita pelo Brigadeiro Washington – a quem eu de público parabenizo. A fala do Brigadeiro não deixa dúvidas no tocante ao diagnóstico da indústria. E vou me ater, se os senhores me permitirem, a algumas sugestões ou alguns debates práticos, uma vez que o diagnóstico está muito bem feito pelo DAC. Evidentemente a indústria mundial, que atravessa todos esses problemas, tem uma questão lógica: a aviação comercial talvez seja uma das indústrias de maior necessidade de capital. O capital é muito intensivo, as margens são pequenas demais, e ela só terá condições de sobrevivência e de auto-sustentação se tiver volume. Então, tudo o que está acontecendo no mundo tem uma razão lógica: a queda do volume. O fato de o valor unitário ser ínfimo, inexpressivo, faz com que, no momento em que falta volume e escala, haja o colapso do sistema.

De 1990 para cá, quando começou efetivamente a crise no transporte aéreo com a primeira Guerra do Golfo, o mundo socorreu as suas empresas pelo menos em três momentos diferentes: a Europa socorreu as empresas três vezes; os Estados Unidos fizeram isso após o atentado de 11 de setembro; lamentavelmente, a América Latina não teve a mesma percepção ou a mesma intuição. Hoje restam duas empresas, digamos assim, com porte de empresas de bandeira internacional que são Brasil e Chile; as demais já sucumbiram, tendo em vista a situação dos últimos dez anos.

A situação no Brasil, como afirmou o Brigadeiro, se agrava, levando-se em conta os problemas internacionais, acrescidos dos custos locais, como foi dito, de impostos, do custo do querosene de aviação, do seguro – que no caso de aeronave é mais caro – da

aquisição de aeronaves etc. Isso leva, evidentemente, a transportar para cá aquela situação internacional caótica com algumas agravantes que só nós, brasileiros, temos e que levam a uma condição mais grave ainda. Tenho percebido – o maior exemplo disso é estarmos aqui hoje reunidos – que o Governo, poder concedente, como foi dito por outros palestrantes antes de mim, tem se conscientizado de que o transporte aéreo no Brasil está começando a ser entendido e analisado como infra-estrutura, como uma questão estratégica, como fator de desenvolvimento econômico e de integração nacional e de representatividade do Brasil no Exterior, o que contribui decisivamente para a balança comercial. Fico muito feliz ao ver que essa consciência está sendo despertada, e o exemplo disso é estarmos aqui hoje.

Tendo em vista o futuro, já que o diagnóstico foi muito bem feito, há necessidade urgente de regulamentar a indústria do transporte aéreo no Brasil; há necessidade urgente de rever alguns pontos do próprio sistema de concessão de serviço no Brasil, tais como: excesso de oferta, designação de empresas de bandeira etc.

Tenho trabalhado incessantemente, desde que assumi a presidência da Varig, no sentido de mostrar a quem de direito a gravidade da situação atual. Meus antecessores, durante o debate, foram extremamente felizes no diagnóstico, mas **lights** demais ao falar da situação da indústria do transporte aéreo no Brasil. Tenho procurado, basicamente, falar com as pessoas sobre a gravidade da situação da indústria, mostrando-lhes que a velocidade da solução tem de ser alterada, temos que buscar um ritmo mais acelerado para uma solução. Tenho tentado também, sem nenhum pessimismo, sem nenhum ceticismo, imaginar as consequências que o País teria, no campo econômico-social, e virtude de possível sistema de transporte aéreo mais debilitado ou mais fragilizado do que o atual.

Vejo que, por mais que exista hoje consciência da necessidade de tratar o assunto como estratégico, as ações práticas são todas meramente comerciais. Sabemos que tratar os assuntos exclusivamente sob o aspecto comercial e tratá-los sob o aspecto comercial mais aliado à infra-estrutura básica e estratégica são situações completamente diferentes.

Não tenho nenhuma dúvida de que a indústria do transporte aéreo no mundo, em especial no Brasil, não será a mesma e não será no modelo atual. O modelo atual não tem condições de sobrevivência, no mundo e, em especial, no Brasil.

Há um relatório do ano passado da IAPA, a associação que congrega mais de 230 empresas áreas

no mundo, que mostra o seguinte: os administradores de aeroportos no mundo têm, em média, 20% a 25% de retorno sobre as suas atividades; fabricantes de aviões, em média, 15% a 16%; sistema de distribuição de passagens, em média, 8% a 10%; transportadoras aéreas, em média, nos últimos dez anos, 2%. Para ter média de 2%, teve um ano que ganhou 3% e outro que perdeu 5%. E por aí vai. E, no Brasil, dados seguros, cuja fonte é o DAC, nos últimos dez anos, algo próximo de 0,9%, menos de 1%, foi a média de rentabilidade da indústria de transporte aéreo.

Boa parte dos senhores, além da atividade parlamentar, exercem também atividades empresariais. Não há como remunerar nenhum capital com uma média de dez anos de 0,9%. Então, não tenho dúvida – só não sei se participarei ativamente e quanto tempo vai levar – de que a indústria de transporte aéreo no mundo e, em especial, no Brasil não será a mesma nos próximos anos, sob o risco de não a ter.

No último trimestre, transportamos, no Brasil, menos 7% que no mesmo período no ano passado. Se formos analisar a questão, por que é 7% nos primeiros quatro meses deste ano? Se analisarmos, a gravidade da situação vem num crescente, ao ponto de, no último mês isolado, ser em torno de 15% menos passageiros transportados se comparado com o mesmo mês do ano passado.

Então, convido-os a refletir: se temos menos cidades servidas – baixamos de 300 para 100 nos últimos 20 anos –, se temos menos passageiros transportados, se temos menos empresas instaladas com capacidade de auto-sustentação econômico-financeira, se temos menos aviões hoje no Brasil, dadas as devoluções, basicamente, da Varig e da Tam, em que pese a vinda das novas não ser equivalente sequer à metade das que foram devolvidas, não tenho dúvida de que há necessidade urgente de encaminharmos esse assunto para uma reestruturação do setor. Não tenho dúvida de que a indústria do transporte aéreo no Brasil passará por essas transformações. Não tenho dúvida de que o entendimento e a vontade política já estão decididos. O que entendendo é que as ações práticas para refletir essa vontade política ainda não foram tomadas na prática e tenho certeza de que os senhores farão com que, como parlamentares, encaminhando o assunto no momento adequado e no foro adequado, o Brasil tenha a indústria do transporte aéreo de que o País precisa, merece e que dê ao Brasil a sustentação para o desenvolvimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Como último expositor, o Dr. George Ermankoff, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas.

Quero saudar o Senador Mão Santa, que acaba de chegar, e o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GEORGE ERMANKOFF – Bom-dia, Sr. Presidente, quero saudar a todos os Senadores e a todos os presentes, os colegas de mesa. Eu gostaria de parabenizar o Brigadeiro pela maneira sucinta como conseguiu apresentar todos aqueles quadros em menos de 10 minutos. Aqueles quadros refletem exatamente a situação do comparativo entre o Brasil e, principalmente, os Estados Unidos, um país referência em termos de aviação civil.

O grande problema do Brasil tem sido o excesso de oferta, quer dizer, os baixos aproveitamentos que temos tido ao longo dos anos. Como o Brigadeiro apresentou, estamos com um aproveitamento de 55%, enquanto que as empresas americanas, com todas as crises, têm aproveitamentos acima de 65%. Como o Macedo se referiu, no último mês de maio a indústria de transporte aéreo doméstico brasileiro apresentou uma redução de oferta de 15,3%, enquanto que a demanda caiu em 16,3%. O mês de maio deste ano, contra o mês de maio do ano passado e o acumulado de janeiro a maio, apresenta menos 7% de passageiros/quilômetro transportados.

Isso para mim é uma recessão específica, colocada dentro do transporte aéreo. Não é possível uma empresa que tem seu planejamento de custos e de receita trabalhar com uma variação de mais de 16%, inclusive de um mês relativo ao mesmo mês do ano anterior. A oscilação é excessiva.

As empresas aéreas, no ano passado, tiveram diversos problemas, todos aqueles que os senhores já conhecem e alguns mais específicos. Vou me referir agora a um problema específico: o preço do combustível. Tivemos o preço do combustível de aviação majorado em três a quatro vezes dos outros derivados de petróleo. As razões nós nunca conseguimos saber. Inclusive, entramos com uma petição na secretaria de direito econômico e nunca conseguimos descobrir por que os demais derivados tiveram aumentos muito menores do que o querosene de aviação.

Não é possível uma indústria séria, concessionária de serviço público, ficar a reboque de oscilações monumentais do câmbio e de eventuais expectativas de guerra no Oriente Médio. A consequência disso é que uma empresa estatal, no caso a Petrobrás, teve um lucro extraordinário com a majoração do preço do combustível, enquanto que as empresas aéreas tiveram que arcar com aumentos de combustíveis. Era

avisado na sexta-feira que na segunda-feira iria aumentar em 20%, 25%, eventualmente, o preço do combustível.

Não é possível que empresas organizadas, estruturadas tenham condições de repassar 25% para suas tarifas de uma sexta-feira para uma segunda-feira. Isso acabou virando uma corrida. As empresas aéreas, no caso, estavam sempre um bastão atrás, porque era uma corrida de revezamento, os preços aumentavam sempre na frente do repasse para os custos.

O grande problema das empresas aéreas é que o produto que elas oferecem é extremamente perecível. O que acontece é que cada vez que um avião decola com 55% de aproveitamento, os outros 45% vão para o lixo, porque não se consegue vender para ninguém. Diferentemente de uma indústria automobilística, por exemplo, se não vende naquele mês, estoca no pátio e no mês seguinte desova com preço mais baixo, eventualmente, ou pára de produzir. Não é o nosso caso, principalmente das empresas concessionárias, que são obrigadas a manter os seus vôos regulares. Logicamente, em havendo muito pouca demanda, cancelam-se alguns vôos, mas isso muito limitadamente. Não se consegue fazer o acompanhamento das oscilações da demanda.

Entendemos que o setor de transporte aéreo é vital – vou assim chamar – para o País, é um vetor de desenvolvimento.

Tive oportunidade de visitar o Governador Azeredo numa missão com relação ao ICMS. Entendíamos naquela época – e entendemos até hoje – que o setor deveria ser menos taxado para poder produzir mais e, eventualmente, o recolhimento de impostos, principalmente nas cidades turísticas, pudessem aumentar em função de as pessoas gastarem mais com o hotel, aluguel de automóvel, restaurante etc., e dar mais emprego localmente.

Existia uma máxima de que o setor era “inelástico”, que se o preço aumentasse a demanda não iria oscilar. Tem sido demonstrado, ultimamente, que o setor é extremamente elástico. Todas as vezes que repassamos câmbio, aumento do preço do combustível, imediatamente tivemos redução de demanda. Então, não existe essa questão de o nosso produto ser “inelástico”; o nosso produto é extremamente elástico, e todas as vezes em que repassamos novos tributos – e estamos numa cruzada para reduzi-los – eles só tem aumentado. Infelizmente, em sentido contrário.

A única vitória que conseguimos foi no Supremo Tribunal Federal, com relação a ICMS que está sus-

penso, em cima de passagem, mas ainda pagamos sobre combustíveis e outros produtos que utilizamos.

Os meus antecessores já detalharam e prefiro ficar disponível para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado Dr. George Ermakoff. Quero saudar também o nobre Senador Valdir Raupp que acaba de chegar.

Temos como autor do requerimento desta reunião o Senador Eduardo Azeredo.

Portanto, passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para que S. Ex^a possa fazer as suas indagações.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero registrar os nossos agradecimentos pela presença de todos. Este é um momento muito propício para que possamos discutir, lamentando a ausência da Vasp, que também foi convidada mas que não pôde mandar um representante.

A questão da crise econômica brasileira nos parece muito clara. Os números colocados pelo Brigadeiro são números que impressionam muito, quer dizer, estamos vivendo um momento de recessão e a indústria aeronáutica nos mostra que o Brasil está caminhando para uma recessão e todos os inconvenientes que ela traz.

Os dados colocados aqui por todos os apresentadores, a questão estratégica da aviação para o Brasil, um país continental como é o nosso, o envolvimento econômico, de empregos, de interesse nacional... Parece-me inadmissível o Brasil não ter uma companhia aérea como os outros países têm, pois a companhia aérea acaba sendo um símbolo. De maneira que, essas questões estão bem claras e precisamos avançar um pouco mais na discussão das soluções. O que o Senado pode fazer? O nosso convite foi feito com o objetivo de saber onde podemos avançar.

É evidente que não podemos ter situações excepcionais apenas para o segmento da aviação, mas os números que mostram a elevada carga tributária em relação a outros países é algo que podemos discutir e tomar algumas medidas.

Quero colocar também alguns pontos que me preocupam. Um deles diz respeito à questão de marketing e agentes. Os agentes turísticos reclamam muito da relação com as empresas aéreas, hoje, alegando que não está havendo um marketing do ponto de vista de publicidade, que eles mesmo faziam e é um fator que colabora com os problemas.

Existe um outro ponto que é o fato de termos uma companhia fabricante de aviões brasileira, que é a maior exportadora e que precisa ser prestigiada pelas empresas de aviação. Agora, se vamos tratar a indústria de aviação como interesse nacional, as companhias devem entender que os aviões brasileiros e os aviões da Embraer são de interesse nacional, por trazer empregos, tributos para o País, ajudam a balança comercial e temos hoje apenas a Varig utilizando o **Jet Class** e temos outros aviões sendo fabricados pela Embraer, que vendeu 100 aviões para uma companhia americana. A questão dos preços, evidentemente, atinge todos os brasileiros. O George Ermankoff observava bem que não adianta aumentar o preço, porque cai na mesma hora o número de viajantes. Também não é verdade que passageiro é elite, é classe rica. É verdade que quem tem mais recurso viaja mais, mas qualquer brasileiro, num momento de necessidade, precisa da aviação, tendo em vista o tamanho do Brasil, seja em caso de lazer, seja em caso de saúde, de visita a família. Então, não é plausível o argumento de que aviação é para a classe alta; ela é interesse do País como um todo. Por isso, a questão do preço incomoda muito.

Finalmente, Brigadeiro, penso que a regulamentação está bem explicada aqui. Não podemos ter um mercado fechado quando precisamos de um livre mercado, até porque a livre concorrência ajuda na questão dos preços, dos serviços, mas, por outro lado, nem tanto ao mar nem tanto ao vento, nem oito nem oitenta. Eu, como mineiro, sempre gostei muito da busca desse ponto intermediário, e parece-me que o Brasil exagerou na abertura. Nós temos hoje uma situação muito difícil. Precisamos ter uma melhor regulamentação de horário de avião, para que não haja uma competição excessiva em alguns horários, depois em outros.

Existe falta de aviões. Não precisamos ter apenas uma companhia. Lembro-me de que, em determinado momento, em Minas Gerais, a Líder quis abrir uma companhia e não pôde. Aquele era o momento de oito; não se podia criar uma companhia nova. Da mesma forma, hoje, às vezes, surge uma companhia que é fechada depois de três meses; também não é o ideal. Então, parece-me que cabe ao DAC, sim, buscar não a desregulamentação total nem a regulamentação total, mas o meio-termo que interesse ao País, para que possamos ter, então, uma solução mais rápida.

Basicamente, pergunto a todos os palestrantes quais ações podemos tomar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Indago se a questão poderia ser encaminhada ao Brigadeiro que foi citado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então, concedo a palavra ao Brigadeiro. Em seguida, se algum membro da Mesa quiser acrescentar algo, fique à vontade.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo, pela pergunta e pelas observações extremamente importantes.

Tentei fazer minha apresentação em dez minutos, mas não foi possível, porque o assunto é tão amplo e apaixonante que eu gostaria de poder falar por mais tempo. Vou tentar responder às questões de V. Ex^a. Só não vou me ater a essa parte de **marketing** e agentes turísticos, porque parece que é algo específico entre a empresa e a agência de viagem.

Solicito ao Sr. Presidente que me dê um minuto a mais para responder essas questões.

O Departamento de Aviação Civil, subordinado ao comando da Aeronáutica, nos seus 71 anos, sempre entendeu o transporte aéreo como estratégico, não como simples negócio, e nós mantivemos essa posição em todos os foros internacionais. Alguns países entendem a aviação como simples negócio, desde que estejam levando vantagem. No momento em que começam a levar desvantagem, passam a entender que deixa de ser um simples negócio. Para o Brasil, trata-se de assunto estratégico.

O Departamento de Aviação Civil, historicamente – posso falar dos meus antecessores, que tiveram um amor muito grande para construí-lo –, sempre buscou construir uma aviação sólida, procurando o equilíbrio, como V. Ex^a falou, entre o interesse do Estado, dos usuários e da indústria. No momento em que há um desequilíbrio, o vôo é desestabilizado, então, teremos, por exemplo, o fracasso da indústria.

Mas o DAC também cumpre ordens, em determinada hora. Mesmo contra a vontade e os estudos nossos, tivemos que liberalizar mais do que deveríamos, porque, entre o ponto de total controle do mercado e o ponto de total liberalização, existe um ponto de equilíbrio que pode atender melhor à situação brasileira, que pode ser exatamente o remédio que o paciente brasileiro precisa. O remédio genérico não se aplica a todos os pacientes, e esse é apenas um genérico. Nós temos esse pensamento estratégico: queremos olhar o presente e o futuro.

Com relação à regulamentação, é importante entender que sempre defendemos e continuamos defendendo a posição do Comando da Aeronáutica, mesmo se fosse altamente desregulamentado o transporte aéreo, ele precisava ser altamente liberalizado e fortemente regulamentado. Não existe liberalização sem forte regulamentação.

Nós podemos dizer que “céus abertos” significam “olhos abertos”. Não pode ser o contrário. Então, nós sempre pensamos dessa maneira, principalmente em um país que depende do transporte aéreo para sua integração nacional.

A situação brasileira, de que eu não pude falar, agrava-se ainda mais – V. Ex^a mencionou a Embraer e a compra de novos aviões –, porque nós não conseguimos comprar os nossos próprios aviões, fabricados no Brasil. Temos dificuldades. E se V. Ex^a entrar – nós estamos no Senado – no aspecto estratégico da defesa nacional, nós não temos como mobilizar a nossa frota. Toda ela é **leasing** operacional, de propriedade de empresas estrangeiras; estão aqui alugados. Essas empresas estrangeiras são sócias do lucro das nossas. As nossas empresas só ganham no lucro.

No momento em que perdermos, eles tomarão o avião, nós teremos que devolver a aeronave e não teremos o capital. Interessa ao Governo brasileiro, ao povo brasileiro que nós possamos mobilizar a imprensa brasileira. E nós não temos hoje essa competência. Nós temos apenas a aviação geral e pequenos aviões mais antigos, aviões novos. Essa é a dificuldade. A situação é extremamente séria. Creio que o Senado pode fazer um grande trabalho em favor disso.

Realmente, a aviação civil é de capital intensivo, de baixa lucratividade no Brasil e no mundo. Então, precisa ser cuidada com uma certa sensibilidade e sempre de forma transparente, como o DAC sempre procurou fazer por meio das conferências nacionais de aviação comercial, nas quais debatemos amplamente com o meio político, com a sociedade, com os empresários, com os usuários, sobre onde caminhar. É preciso ter salvaguardas para a abertura. Temos que olhar para o usuário, temos que olhar para as cidades pequenas que precisam receber o seu avião comercial. Como V. Ex^a disse, todos têm direito e dever de usar isso. O Estado tem que prover isso porque é concessão, e o poder concedente, como dizem aqui, tem seu poder que controla. Se concede tem que controlar. Tem que ver o interesse nacional, o interesse do usuário; tem que haver esse equilíbrio.

Sobre a balança comercial mencionada aqui, é interessante dizer que as nossas empresas geram mais receita para o Brasil, internacionalmente, do que

a própria Embraer. Isso é interessante V. Ex^{as} saberem. Porque as empresas não só geram como evitam que saiam receitas, no momento em que elas geram.

Então, nós mantemos um valor expressivo. Se nós perdemos a nossa indústria, por exemplo, no vôo internacional, nós estaremos perdendo também uma receita significativa para o País.

E gostaria de mencionar simplesmente um comentário sobre o que fazer. Aquela Portaria de apenas quatro parágrafos, emitida pelo Comandante da Aeronáutica, em 13 de março deste ano, é extremamente significativa. Diz o DAC: “Volte a regulamentar o transporte aéreo”.

O DAC voltou a regulamentar, estamos evitando a superoferta, estamos controlando a oferta pontual, evitando a concorrência predatória sem perder de vista o interesse do usuário. Estamos controlando a oferta global, que é o mais importante. No momento em que dizemos que as importações de aviões devem ser justificadas, nós estamos controlando a oferta global no País. Ou seja, nós não estamos operando todo o potencial da nossa indústria. Nós poderíamos ofertar mais. Ou seja, as empresas poderiam ofertar mais do que foi ofertado e poderíamos agravar ainda mais a relação oferta/demanda.

Essa Portaria nos dá essa capacidade. Nós nos reunimos com os presidentes de todas as empresas, conversamos com eles sobre isso e estamos trabalhando no sentido dessa regulamentação, da busca desse equilíbrio e, possivelmente, trabalhando para elaborar, num futuro próximo, uma política de transporte aéreo comercial no Brasil que possa levar, em “céu – vamos fazer aqui a analogia ao nosso Brigadeiro Eduardo Gomes – de brigadeiro”, a aviação para um futuro próximo.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Desculpe-me ter passado um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Indago ao Senador Eduardo Azeredo se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Passamos a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Quero, primeiramente, cumprimentar o Presidente Paulo Octávio; o Senador Eduardo Azeredo, por esta brilhante idéia de trazer aqui os representantes da viação aérea; e o Alex Canziani, que também preside a Subcomissão de Turismo da Câmara Federal.

Quero dizer aos palestrantes que a Subcomissão de Turismo tanto do Senado como da Câmara Federal está fazendo a sua parte. Nós nos empenhamos e trabalhamos, em todas as reuniões, para de-

envolver e incrementar ainda mais o turismo no Brasil; discutimos, fiscalizamos e agimos. Com certeza, essas comissões estão ajudando as empresas aéreas, as agências de viagem, os transportes viário e rodoviário.

Estamos aqui, como Senadores e Deputados Federais, fazendo a nossa parte para que o Brasil possa promover ainda mais a integração do seu povo e da sua cultura, o que, conseqüentemente, vai gerar mais empregos.

Sou do balneário de Camboriú. Fui Prefeito dessa cidade por três vezes e também Deputado Federal. Sempre trabalhei no setor do turismo. A preocupação da Subcomissão do Turismo é justamente incrementar essa atividade, e uma das grandes preocupações é a questão do preço das tarifas, das passagens. Às vezes, somos questionados a respeito. Por exemplo: "Como é que a Gol, que surgiu agora, pode oferecer passagens mais acessíveis, e a Tam e a Varig não podem? Como é que pode uma passagem de Brasília a Navegantes custar bem mais cara do que uma passagem de Brasília a Florianópolis"? Se observarmos, o percentual é diferenciado. Quero que eles respondam depois a essa questão.

As empresas são procuradas constantemente porque deixaram de operar em alguns lugares. Em Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique da Silveira tem demonstrado essa preocupação, ligando para a Rio Sul, para a Varig, para a Tam, porque elas deixaram de operar em Criciúma e em outras áreas. Navegantes, por exemplo, está concentrado no maior pólo turístico e industrial de Santa Catarina. O maior centro é Navegantes. Porém, hoje, há falta de vôos. Dizem que não estamos lutando o suficiente para colocarmos vôos à disposição. Mas a Tam, ao sair de Navegantes, deixou uma lacuna e uma preocupação muito grande para os empresários, tanto do turismo quanto da indústria.

— Brigadeiro Washington, o senhor deve estar acompanhando a nossa briga de muitos anos sobre a internacionalização do aeroporto de Navegantes.

Esse aeroporto, há pouco, foi reformado e ampliado. A sua construção foi colocada nas mãos de despreparados, de pessoas que realizaram essa obra por um preço irrisório. O que foi feito lá merece uma fiscalização severa. É uma vergonha dizer que o aeroporto de Navegantes foi reformado e ampliado, tamanho é o descaso do serviço lá realizado. Trata-se de um serviço precário e que gera comentários seguidos dos passageiros. Eu gostaria que isso fosse fiscalizado.

Qual é o caminho que temos que tomar? O que temos que fazer? Quando esse grande centro vai ter um aeroporto de porte, vai ser internacionalizado? Uma vez que o balneário de Camboriú recebe, em apenas três meses, em torno de 1,6 milhão turistas, Sr. Tasso Gadzanis. Esta é talvez a região preferida do turismo mais próxima do Mercosul, no caso, do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, do Chile, e temos um grande prejuízo por lá não haver um aeroporto internacionalizado.

Fica aqui a questão da internacionalização. Por que a TAM saiu da região? Por que a Gol consegue fazer vôos com preços mais acessíveis? Por que de Brasília a Navegantes o preço é maior do que até Florianópolis — parece-me que é mais distante e conso-me mais combustível?

Quero cumprimentá-lo, Sr. Tasso, e endossar o seu pronunciamento. Nós, do turismo, temos a sua preocupação, no entanto, não entendi a questão, que V. Exª colocou, da "tarifofagia". O senhor acha que o Governo tem que assumir, tem que fiscalizar, ou é a concorrência que tem que fazer isso? Se for a concorrência será bom, porque vai diminuir o valor, a não ser que formem um monopólio. Há necessidade de que o Governo participe.

Quero cumprimentar todos os empresários pelo atendimento dado dentro dos aviões. Viajo pouco, mas, quando viajo, acho que os serviços das nossas empresas são superiores em relação às demais do mundo todo, porque temos um ótimo tratamento das aeromoças e dos próprios pilotos.

Meus cumprimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) — Temos três questões. Vamos começar pelo Brigadeiro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) — Senador Paulo Octávio, as minhas não são perguntas que levam tempo, elas pedem respostas curtas e são fáceis de ser respondidas. Sabemos que o Governo Federal não investe, não ajuda e tem que ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) — Vamos dividir bem o tempo. Vamos começar pela TAM.

O SR. WAGNER FERREIRA — Senador Pavan, fico extremamente feliz de V. Exª ter levantado essa questão. Como falei no início, milito há muitos anos no transporte aéreo, 31 anos significam uma vida; desenvolvi grandes trabalhos dentro do turismo brasileiro, com o Governador do nosso Rio Grande do Norte, com o Governador César Borges, que desenvolveu um trabalho, na Bahia, do qual tenho muito orgulho de fazer parte do Conselho, do **cluster** de Turismo e de

Desenvolvimento. Mas estamos discutindo se o nosso País terá ou não transporte aéreo.

O fato de a TAM ter retirado o seu voo de Navegantes, Senador, foi um fator meramente econômico. Isso não aconteceu apenas com Navegantes; suspendemos uma série de operações, como para Joinville, Uberaba, Juiz de Fora; no total, foram oito ou nove cidades. Não foi nada pontual e focado para uma determinada região. Estamos com uma crise instalada, temos que ter a responsabilidade de minimizar as nossas perdas. Temos como legado do nosso fundador, o Comandante Rolim, dois dos sete mandamentos muito claros.

Não temos vergonha de externar que o primeiro mandamento da nossa companhia é que nada substitui o lucro. Parece, às vezes, que falar que você trabalha buscando o lucro é maldade. E o quarto mandamento da nossa empresa é que a melhor maneira de ganhar dinheiro é parar de perder.

Senador Leonel Pavan, ninguém deixa de atender a uma determinada região, a uma determinada cidade, se tiver, no mínimo, **break-even**.

A questão pela qual passa o nosso transporte aéreo, essa abertura que foi tão bem colocada aqui, em dose um pouco elevada, o próprio Senador que lhe antecedeu abordou esse tema, quer dizer, nem tudo ao céu nem tudo ao inferno, foi maior do que a dose. Nós temos um modelo de distribuição à moda antiga – vamos dizer assim, com todo o respeito ao Júnior –; a Gol foi uma empresa instalada dentro de uma outra realidade de distribuição, de outra realidade na sua planilha de custos, que uma Varig não teve, que uma TAM não teve, e que, apesar de não estar aqui presente, a VASP não teve. A TAM pegou uma fase melhor ainda do que a da Varig, pior do que a da Gol. Houve épocas, quando eu militava em outra companhia aérea, Senador, que as empresas, por serem concessões públicas, tinham que operar determinadas cidades mesmo tendo prejuízo. E isso foi arastado ao longo dos anos, daí por que o transporte aéreo chegou a essa situação.

A questão hoje – eu não tenho procuração para falar pela Gol, mas pela TAM eu posso – é que temos uma situação de distribuição de preço em relação à demanda. Ou seja, você faz um desenvolvimento de preços baseado na demanda, e, baseado nela, você tem horário, dia da semana e destinos. Quer dizer, existem destinos para o qual você tem alta demanda e também alta capacidade. Se você tem uma **over capacity** naquela determinada cidade, a tendência, apesar da distância, é se ter o preço mais baixo, ou

seja, onde a concorrência é menor do que em outros destinos.

O senhor está coberto de razão. O tempo é pouco para explicarmos tudo isso. Mas deixo aqui registrado que esse é um tema para ser desenvolvido em mais ou menos duas horas nesta Comissão, à qual está se prontificando a nos ajudar a resolver o problema do setor.

De antemão, coloco-me à disposição desta Comissão para, aqui, fazer uma explanação dessa sistemática de definição de preços. Às vezes, quando se têm determinados mercados com alta capacidade de concorrência, têm-se outros com menos, e um passa a ser apenado em prol do outro, mesmo com excesso de capacidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – O senhor falou em parceria com o Nordeste. E o Sul, como fica? Não tem parceria?

O SR. WAGNER FERREIRA – Tem parceria. Muito pelo contrário. Eu vou chegar lá também, Senador. À medida que avançamos, chegaremos à Região Sul.

Temos desenvolvido, ao longo dos anos, uma enorme parceria com o Governo do Rio Grande do Sul no sentido de levar a cultura do Sul, como o café colonial, para o Rio de Janeiro, assim como também a ligação dos dois Rios Grandes, o do Norte e o do Sul. Acredito que a indústria tenha interesse em fazer a divulgação não só dos produtos do Sul, mas também os do Sudeste e os do Centro-Oeste. Estamos abertos. Trata-se de uma questão de as Secretarias de Estados procurarem as empresas e desenvolverem esse relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Antes de passar a palavra ao Dr. Roberto Macedo, da Varig, quero cumprimentar o Deputado Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Comissão de Turismo, da Câmara, aqui presente.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Macedo.

O SR. ROBERTO MACEDO – Meu caro Senador, vejo que o Wagner abordou bem a questão. No entanto, não poderia me furtar de tocar em três pontos colocados por V. Ex^a. O primeiro, diz respeito ao turismo da sua região, ou do Brasil. O segundo, o porquê de não mais operarem em sua cidade – esse ônus não é meu, é do meu colega; e o terceiro, o porquê de o nosso recém-chegado colega da Gol conseguir ter tarifas mais baixas.

Turismo requer infra-estrutura e divulgação. Creio que a infra-estrutura esteja sendo trabalhada pela iniciativa privada em vários setores do Brasil. A

divulgação – sabemos – não é por ineficiência dos órgãos responsáveis, mas por falta de recursos. Portanto, se não houver o somatório de infra-estrutura e divulgação – lamento –, não teremos mais turistas.

O segundo ponto, quanto a deixar de operar – o Vagner foi claro – é por questões econômicas. Não existe outra razão para se deixar de operar em determinada cidade no Brasil.

Quanto à Gol vender mais barato, quero dizer que essa empresa surgiu recentemente, chegou ao mercado com uma modelagem e proposta diferente de atuação. Acreditamos, Senador, quando nos disseram, décadas atrás, que a nossa responsabilidade era de integração nacional e de representação do País lá fora, isso teve um custo muito alto, o qual carregamos até hoje, mas os novos entrantes não têm; daí a razão de haver essas diferenças todas.

V. Exª pode ter certeza de que, se depender de nós, daremos continuidade a essa integração nacional, com uma proposta aos usuários de transporte aéreo de um preço justo do ponto de vista de custo-benefício. Mas não adianta ter o custo subsidiado para a sociedade, digamos assim, se as empresas hoje não têm condições sequer de manter o mínimo necessário das operações.

O SR. GERALDO AZEVEDO – Sr. Presidente, queria apenas dizer que, com relação a ajudar a diminuir custo, pode-se cortar o custo com refeições durante os vôos. Apenas em vôos de longa duração é que as refeições são necessárias. Esse é um exagero que tínhamos na aviação, não só no Brasil, mas no mundo todo. A Gol acertou em cheio nisso; eu nunca tinha comido aquelas barrinhas de cereais e agora acho ótimo, e para um vôo de uma hora não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Antes de passar a palavra ao Dr. George Ermankoff, quero comentar que o Senador Antonio Carlos Magalhães, que sempre foi um incentivador do turismo e não faz parte da Comissão, nos honra com a sua presença. S. Exª fez da Bahia, ao lado do Senador César Borges, também presente, o Estado mais importante na valorização do turismo brasileiro. Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Com todo o respeito ao Senador Antonio Carlos Magalhães, o sul do Brasil, Santa Catarina, já está superando a Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Trata-se de um otimista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Dr. George Ermankoff.

O SR. GEORGE ERMANKOFF – Senador Leonel Pavan, com referência ao termo que o nosso colega Tarso inventou agora, “tarifofagia”, ele quis referir-se especificamente à guerra tarifária, que é consequência de excesso de oferta. Aquilo que eu disse antes é a famosa lei da oferta e da procura. Toda vez em que há excesso de oferta, logicamente as empresas são obrigadas a ajustarem-se de alguma maneira. Infelizmente, esses ajustes vão sempre para baixo da linha do resultado. Então, provavelmente, todas as vezes que estamos em guerra tarifária estamos tendo prejuízo.

Com relação à questão de custo, para sustentar essa guerra tarifária – e V. Exª se referiu ao caso específico da Gol –, logicamente, como já foi dito anteriormente, a Gol tem uma proposta diferente. Mas também temos que lembrar que nós tivemos aqui, na década passada, severos controles tarifários que produziram prejuízos às empresas aéreas, controles tarifários impostos basicamente pelo Ministério da Fazenda; tivemos, na área do custo, incrementos baseados em aumentos salariais determinados pelo próprio TST, não só reposição da inflação como nos obrigou a pagar percentuais de produtividade. E, logicamente, uma empresa que está entrando no mercado agora consegue contratar pessoas com salários abaixo daqueles que tinham as grandes empresas tradicionais.

V. Exª se referiu também à retirada de determinados vôos do interior de Santa Catarina. Quanto a isso, tivemos, num passado recente, um sistema regional muito bem montado que, infelizmente, com a abertura feita na aviação comercial brasileira, ao invés de integrar, desintegramos o sistema regional de aviação civil. Esse foi o preço que tivemos que pagar baseado no que disse o Vagner Ferreira. Infelizmente, determinadas empresas que operavam em determinados serviços regionais não tiveram como competir com empresas nacionais, então, simplesmente se retiraram de determinados mercados, basicamente esses a que V. Exª se referiu, no interior de Santa Catarina. Basicamente era isso que gostaria de dizer. Obrigado.

O PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A Presidência agradece a presença do Líder do PFL, José Agripino, e também a do Senador Tasso Jereissati.

Passamos a palavra ao Dr. Constantino, representante da Gol.

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR – Bem, Senador, a despeito das dificuldades que enfrentamos com relação à carga tributária e a tudo que

foi colocado durante esta reunião, realmente a Gol é uma empresa nova, uma empresa recém-criada, e talvez não tenha passado por alguns problemas ou descasamentos entre crise econômica e aumento de custos do passado. No entanto, a realidade, não só em função da refeição, do sistema de distribuição ou de vários paradigmas quebrados a partir do momento em que tivemos coragem de colocá-los ao mercado, o custo por assento/quilômetro da Gol é menor do que o custo por assento/quilômetro da indústria, principalmente em função dessas características que trouxemos ao mercado, diferentes das propostas das companhias tradicionais. Isso vem acontecendo no mundo todo; quer dizer, alguns países já dividem claramente as empresas **low cost** das empresas com serviços tradicionais.

Então, abolimos algumas mordomias, vamos dizer assim, ou alguns pontos que eram considerados extremamente importantes para o cumprimento do papel de transportador aéreo. Conjugamos isso à alta produtividade, e não pagamos – contrariando um pouco a colocação do Sr. Ermankoff – salários expressivamente menores do que a média da indústria. Por isso, até tivemos condição de captar no mercado mão-de-obra competente, o que nos possibilitou uma operação com segurança, confiabilidade e regularidade, permitindo-nos crescer ao longo desses dois anos e obter alguns resultados até positivos. Por mais módicos que sejam, são positivos, superando o atentado de 11 de setembro, crises econômicas, guerras tarifárias. Conseguimos superar isso em função basicamente do que falei, inicialmente, pela melhor utilização dos ativos, dessa forma podendo repassar um preço menor e otimizar a utilização das nossas aeronaves em termos de ocupação.

Esses são os pontos básicos. E não é só um. Não existe mágica. Não há um ponto que nos permita economizar 15%, 20% e que faça a grande diferença; é a soma de vários pontos, a soma da dedicação de uma equipe altamente competente, no sentido de baixar custo, aumentar a produtividade, melhorar a eficiência do negócio. Isso, sim, nos permite praticar preços menores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, gostaria que o Brigadeiro Washington respondesse sobre a minha preocupação referente à internacionalização do Aeroporto de Navegantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador César Borges, só um minuto.

Peço ao Brigadeiro que responda à questão do Senador Leonel Pavan. V. S^a tem um minuto.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Muito obrigado, Sr. Senador, Senador Leonel Pavan, V. Ex^a abordou alguns aspectos realmente interessantes. Meus companheiros convidados responderam a alguns, do ponto de vista das suas áreas de atuação. Acrescento, antes de entrar na pergunta específica sobre Navegantes, que o DAC não controla preço de passagens. Até fica difícil, tendo em vista que, hoje, as empresas adotam uma administração moderna, segmentando preços de passagens – dentro do mesmo trecho, diversos preços são cobrados conforme a época em que a passagem é comprada, etc. Então, podem-se vender 10% por um preço mais baixo, ou 10% por um preço mais alto. Mas, de qualquer maneira, o DAC permanece atento – e depois daquela Portaria mais atento ainda – com relação a abusos. Uma das preocupações da Portaria do comandante da Aeronáutica é observar o interesse do usuário, não deixar que a contenção da oferta gere, por outro lado, um prejuízo para o usuário.

Com relação a Navegantes, V. Ex^a falou e lembrei-me com saudades, porque como tenente pousei ali diversas vezes, voando pelo litoral. Navegantes era sempre um pouso tranquilo, seguro, sempre aberto para pousar. E também Camboriú, aquela beleza de cidade, da qual V. Ex^a foi Prefeito.

Com relação à obra do aeroporto a que V. Ex^a se referiu, tenho algumas dúvidas se ela foi feita dentro do programa federal de auxílio de aeródromos. Se foi, temos co-responsabilidade e vamos averiguar. Mas se ela foi uma obra independente, feita pela Prefeitura, ou pelo Estado...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Nós, então, vamos averiguar, porque existem dois tipos de obras: as obras pelas quais o DAC se interessa e se preocupa, dentro do aeroporto, e aquelas voltadas para a segurança da operação da aeronave. Existem outras obras, que são aquelas relacionadas a instalações, cercas e a parte, por exemplo, de instalações para os passageiros – normalmente, nós deixamos essas obras para o Estado ou para o Município.

Nós nos preocupamos com a pista para que o avião possa pousar de forma segura. A segurança é a preocupação maior. Ela fica dentro daquele **iceberg** que mostrei aqui e que não aparece; nele, todas as aeronaves e pilotos são controlados. Nós, em parceria com as aeronaves, mantemos, apesar da crise, um alto índice de segurança dentro da aviação – não

apresentamos aqui, mas posso lhes assegurar que esse índice equipara-se aos índices registrados nos países mais avançados do mundo, é um ativo valioso do nosso desempenho.

Com relação à internacionalização. O Brasil tem dezenove aeroportos internacionais – dezenove aeroportos internacionais é muita coisa. Nós podemos internacionalizar, por exemplo, um aeroporto que opera mais sazonalmente. Para isso, precisamos contar com o apoio da Polícia Federal e da Receita Federal, que fazem parte do processo – não depende apenas do DAC, mas também de outros órgãos, como a Receita e a Polícia Federal principalmente, pois é necessário o controle dos passaportes.

Em alguns aeroportos nós já fazemos isso e teremos prazer em fazer isso para Navegantes. Assim que for requerido, teremos muito prazer em fazer isso. Acho que a cidade merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O Senador Leonel Pavan já ganhou um aeroporto internacional. Agora tem a vez Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente Paulo Octávio, quero, inicialmente, parabenizar V. Ex^a pela condução importante e profícua dos trabalhos realizados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Subcomissão de Turismo. Gostaria também de registrar o oportuno requerimento do Senador Eduardo Azeredo – o assunto a que se refere está na mídia, faz parte das preocupações das autoridades e de todos que têm responsabilidade para com a infra-estrutura brasileira. Saúdo todos os presentes.

Esta semana no Senado foram feitos, coincidentemente, pronunciamentos sobre o assunto de que tratamos. O primeiro deles foi de minha autoria, foi feito na segunda-feira; na quarta-feira, falou o Senador Delcídio Amaral sobre o assunto. Foram pronunciamentos muito semelhantes.

Fui motivado a fazer o pronunciamento porque parcela importante do Produto Interno Bruto da Bahia, hoje, é proveniente do turismo, setor que também é responsável pela geração de muitos empregos – são mais de 400 mil empregos. Aproximadamente 11% do nosso PIB vêm do turismo somado à cultura – os dois setores estão muito associados.

No momento, a indústria do transporte aeronáutico enfrenta uma grave crise e, se ela vier a se consolidar, poderemos assistir ao fechamento de empresas tradicionais, como já aconteceu com a Transbrasil e, agora, ameaça a Varig e a própria TAM – comentarei esse assunto um pouco adiante. Se isso vier a ocor-

rer, o País será sobremaneira afetado, pois somos uma nação de dimensões continentais.

Essa crise me motivou bastante, porque a indústria aeronáutica é estratégica para o País. Nós não estamos tratando, aqui, de uma mera indústria automobilística, que pode abrir e fechar sem trazer maiores consequências – abre no Paraná e fecha, pode funcionar em São Paulo ou na Bahia. Não é isso. Nós estamos tratando de uma indústria importantíssima para a integração de um País de dimensões continentais, como é o caso do Brasil.

O Senado Federal não pode assistir passivamente a essa situação. Isso me motivou a fazer um pronunciamento para pedir providências por parte das autoridades. Sabemos, claro, que a questão econômica do País está na base do problema: no momento em que há uma crise econômica e o País perde poder aquisitivo, a população perde renda, é claro que nós não temos quem pague as passagens para o transporte aéreo. Além disso, o País está com toda a sua infra-estrutura rodoviária danificada – essa seria uma alternativa para o turismo, mas deixou de sê-lo diante da situação física precária das estradas e da falta de segurança. Temos que fazer do transporte aeroviário um transporte de massa, os brasileiros precisam disso para vencer essas grandes distâncias.

E quero dizer ao Presidente que eu, também, fiz uma convocação aqui na CAE para que o Ministro da Defesa pudesse estar aqui conosco para falar sobre esse assunto. O investimento na Bahia, senhores, foi mais US\$2 bilhões na infra-estrutura turística não apenas do Estado, visto que o setor privado acreditou e investiu. Se não houver vôos, como vai sobreviver, por exemplo, o Complexo Sauípe? Também investimos muito no setor aeroportuário. O Senador Antonio Carlos fez um grande aeroporto em Porto Seguro quando foi Governador. E esse aeroporto já foi ampliado. Os senhores conhecem toda a infra-estrutura aeroportuária que temos no interior do Estado: temos aeroportos em Valença, em Lençóis, precisamos de mais vôos para explorar a Chapada Diamantina, até o setor privado investiu em um grande aeroporto em Comandantuba, que já tem vôos diretos da Tam e penso que também da Varig. Portanto, não podemos continuar a viver com essa insegurança que estamos vivendo e que tem trazido imensa preocupação para nós.

Mas, para objetivar, ~~porque não a deixamos, como~~ todos sabemos, é decorrente dos problemas econômicos do País, da falta de demanda e dos altíssimos custos, sejam eles operacionais ou tributários, que têm essa indústria. É necessário, portanto, que haja uma sensibilidade do Governo neste momento para

tentamos sanar esses problemas em conjunto com o Senado Federal, o Congresso Nacional.

De imediato, portanto, trago as seguintes questões. Debruçado sobre o assunto, ouvi muito que o mercado brasileiro não comportaria mais do que duas empresas, isto é, uma das dificuldades foi o número de empresas. O próprio mercado americano tende a reduzir-se a quatro empresas, um mercado infinitamente maior que o brasileiro. A pergunta que gostaria de fazer é se procede a informação de que, tendo o DAC voltado a regulamentar o assunto, por meio de uma Portaria do Ministério da Defesa, o mercado brasileiro não comportaria mais do que duas empresas disputando. Além disso, também gostaria de saber se isso traria uma espécie de oligopólio e até uma certa dificuldade na competição que haveria entre as empresas.

Também foi muito discutido no Congresso Nacional, no ano passado – não se tendo chegado a uma situação definitiva –, a criação de uma agência nacional de aviação civil. A matéria tramitou no Congresso Nacional, inclusive o Partido dos Trabalhadores foi contra porque era contra a criação de agências, mas agora até fala em rever esse problema. Sei que o Sr. George Ermankoff esteve acompanhando de perto esse assunto, já tendo levado ao atual Governo esse e outros assuntos. Tenho uma matéria do jornal **Valor Econômico** do dia 09 de janeiro que diz que o Sr. George Ermakoff esteve com o Ministro José Viegas Filho levando 17 itens de interesse do setor, inclusive ele disse que foi a melhor conversa que já teve com o Ministro da Defesa. Portanto, gostaria de saber se isso foi transformado em ações efetivas por parte do Governo para apoiar o setor, pois é fundamental esse apoio por parte do Governo.

Como fica a questão Anac **versus** DAC? Vamos ter uma agência nacional? É claro que isso depende do Congresso. Esse projeto andou bem no ano passado, mas depois foi paralisado e continua assim neste Governo. Gostaria de ouvir a opinião dos senhores. Com relação à fusão Tam-Varig, isso está na ordem do dia. Hoje, por exemplo, há uma matéria do Ministro da Defesa tanto na **Folha de SPaulo** quanto no **O Globo**, onde S. Ex^a diz que a sua expectativa é positiva, visto que as negociações são substantivas e estão praticamente concluídas. Já assistimos aqui a pronunciamento do Senador Pedro Simon preocupado com essa fusão por conta de possíveis demissões na Varig. Nesse sentido, faço uma pergunta diretamente ao Presidente da Varig: o que ouvimos é que os custos da Varig não estão compatíveis com o mercado, sendo superiores aos de suas similares nacionais e internacionais, em particular aos da Tam, e que

a Varig nessa participação só teria 5%, sendo 2,5% para a fundação e 2,5% para os outros acionistas, enquanto a Tam ficaria com 35%, ficando 20% da nova empresa com os credores internacionais e 40% com a Infraero e a BR Distribuidora, hoje credoras da Varig e penso que também da Tam. Então, gostaria de perguntar sobre isso, pois é um assunto importante, que faz parte das preocupações dos Srs. Senadores.

Pelo que sei, há uma ação do setor sendo movida contra a Petrobras, por esse aumento excessivo do preço do querosene. A Petrobras tem tido a prática de elevar todos os seus preços acima da capacidade do mercado interno. Isso acontece na petroquímica, na aviação, na indústria siderúrgica com gás de processo.

Por fim, gostaria de saber se há, por parte do Governo, vontade de conversar com a Petrobras para encontrar uma solução. Se não houver redução de carga tributária, diminuição dos custos operacionais, fusão de determinadas empresas, fortalecimento, empréstimo do BNDES para a nova empresa que sairá da fusão Tam-Varig, não teremos uma solução. Estamos aqui falando de diagnóstico, mas não estamos falando nas soluções.

Desculpe-me se passei um pouco do tempo, Sr. Presidente, mas agradeço por apresentar essas questões neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Ex^a utilizou o tempo com brilhantismo. Não há problema.

Quero registrar que o Presidente fez parte da Comissão que trabalhou, durante um ano, pela criação da Agência Nacional de Aviação Civil. E foi frustrante ver todo o trabalho ir por água abaixo. O assunto foi simplesmente retirado de pauta pelo Governo, quando chegou o relatório final e nem chegamos a votá-lo. Foi uma grande frustração.

Dividirei a sua questão em dois blocos. Acho que a primeira pergunta é para o Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, Dr. George Ermankoff, e depois para o Dr. Roberto Macedo discutir a fusão.

Tem a palavra o Dr. Ermakoff.

O SR. GEORGE ERMANKOFF – Senador, no meu encontro com o Ministro Viegas, declarei para a imprensa que fiquei muito satisfeito. Posso declarar, novamente, que tanto o Ministro Viegas quanto o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Bueno, têm sido extremamente pró-ativos. No entanto, infelizmente, não depende somente deles a solução dos problemas da aviação civil.

Recentemente, discutimos, durante 40 dias, com representantes de diversos Ministérios – eu re-

presentei a indústria do transporte aéreo; havia o representante dos trabalhadores; o DAC estava representando o comando da Aeronáutica –, todos os problemas do transporte aéreo, para criarmos uma política nova no setor. Conseguimos produzir uma redação, que será submetida ao Conac, não sei quando. O senhor sabe, Brigadeiro?

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Não.

O SR. GEORGE ERMANKOFF – Será submetida ao Conac, que é o Conselho Nacional de Aviação Civil, formado por cinco Ministros de Estado. Se aprovada, o DAC, órgão regulamentador e fiscalizador, colocará em execução essa política. Pretende-se desonerar as empresas e fazer com que o transporte aéreo seja mais eficiente.

Com relação a Anac, a lei complementar que criou o Ministério da Defesa previa, em suas disposições finais e transitórias, a sua criação. Para isso, o Governo Fernando Henrique mandou a proposta para a Câmara dos Deputados, onde foi criada uma comissão especial que analisou, durante mais de seis meses, essa questão.

Num primeiro momento, o Governo retirou o projeto por razões de seu interesse. Posteriormente, voltou a ter interesse pelo assunto e enviou o projeto novamente à Câmara, onde foi aprovado pela Comissão especial. Não houve recurso ao Plenário, pois se trata de um projeto terminativo. Então, tecnicamente, ele já está aprovado. O único problema é que ficou preso na Comissão de Redação, única e simplesmente, porque o novo Governo, como V. Ex^a disse anteriormente, tem alguns problemas com a filosofia das agências, principalmente com relação à independência administrativa e aos cargos dos diretores das agências terem mandato e não serem demissíveis *ad nutum*.

Então, talvez essa seja uma pequena diferença...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Mas o projeto que está aprovado lá interessa ao setor, é estruturante para o setor?

O SR. GEORGE ERMANKOFF – O projeto que está aprovado lá não pode ser modificado. Ele simplesmente cria um órgão regulador. O Governo, concomitantemente, está mandando um projeto, uma lei geral de aviação civil, que seria um substituto do Código Brasileiro de Aeronáutica, que ainda está em discussão, por questões de redação. O que poderia dizer-lhe é que estamos tendo acesso, estamos discutindo, inclusive esse projeto encontra-se na Internet, porque é algo muito complexo.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. GEORGE ERMANKOFF – São duas coisas separadas, Senador. Temos o órgão regulador, o DAC, que tomou as medidas que entendíamos serem absolutamente necessárias em um momento crucial da aviação civil brasileira. O DAC interveio, o novo Governo, por intermédio do Comandante da Aeronáutica e do Ministro da Defesa, introduziu uma política nova que é diferente da de regulamentação, isto é, regulamentaram novamente, em parte. E isso é que está segurando as empresas, que talvez estivessem em uma situação muito pior.

A questão do Código Brasileiro de Aeronáutica é extremamente importante, porque entendemos que existem modificações substanciais que precisam ser feitas, mas que, em termos econômicos, não são tão substanciais. A questão mais substancial, no nosso entendimento, é a da oferta, de não termos um abismo tão grande entre a oferta e a demanda.

Estamos hoje pagando um preço. No mês passado, tivemos uma redução de 16,3% na demanda de transporte aéreo, o que é um impacto muito forte para qualquer empresa estruturada. Temos uma recessão instalada no setor, porque, de janeiro a maio, tivemos uma redução de 7% acumulada na demanda, na área doméstica, o que é extremamente grave.

Não sei se respondi a tudo o que me foi perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Passo a palavra ao Dr. Roberto Macedo e gostaria de registrar a presença do Senador Rodolpho Tourinho e a do Deputado Betão, da Comissão da Câmara.

O SR. ROBERTO MACEDO – Senador César Borges, V. Ex^a abordou, com muita propriedade, quatro temas de fundamental importância para a indústria do transporte aéreo. V. Ex^a falou a respeito do turismo, como um todo, evidentemente levando em conta o aspecto do turismo na Bahia.

Como eu havia dito anteriormente, o turismo precisa daqueles dois pilares de sustentação: infraestrutura e divulgação. V. Ex^{as} fizeram isso muito bem na Bahia; talvez essa seja a explicação lógica de 11% do PIB do Estado serem decorrentes do turismo.

O segundo assunto abordado por V. Ex^a é um pouco mais delicado, mas precisa ser discutido de modo mais amplo. Trata-se da questão de quantas empresas aéreas o Brasil comporta ou de quantas precisa. Diria que, mais do que os números – 2, 3 ou 4 – que foram atribuídos na colocação que V. Ex^a fez, seria importante saber o tamanho das empresas, sua abrangência nacional e internacional ou ex-

clusivamente regional, porque, do ponto de vista regional, o que se vê hoje é que tivemos um encolhimento brutal. Como disse, na década de 70, eram 300 as cidades servidas e, atualmente, são 100. O debate é interessante e creio que, uma vez definidos o tamanho e a abrangência, caberia a discussão de quantas empresas seriam.

V. Exª coloca uma preocupação em relação à interrupção do serviço prestado pela indústria de transporte aéreo, e o faz com muita propriedade, no sentido de ser extremamente oportuno e adequado o debate, neste momento, porque, como eu disse anteriormente, o que está em questão é a sobrevivência da indústria, e V. Exª também coloca que ela seria importante em qualquer situação.

Levando-se em conta a expansão territorial do País, a precariedade do sistema de transporte de superfície, de modo geral, não apenas rodoviário, como disse V. Exª, mas ferroviário, fluvial, marítimo etc, isso tem uma importância ainda maior.

Por último, V. Exª aborda a questão da fusão. No meu entendimento, a fusão é uma das formas de regulamentação do setor, mas não a regulamentação em si. Quero esclarecer que, embora a fusão seja necessária, urgente e fundamental, é um passo para o fortalecimento da indústria de transporte aéreo no Brasil. A fusão não pode ser vista, neste momento, sob o risco até de falharmos em nosso propósito, como a solução das questões da indústria de transporte aéreo. Trata-se de um primeiro passo, fundamental e importante; é um mecanismo de regulamentação. Na verdade, busca-se, com essa fusão, dar à indústria de transporte aéreo o tamanho necessário para ser auto-sustentável, fazer seus investimentos, criar novos empregos, ampliar o número de destinos entre cidades servidas. Enfim, gerar riqueza para o País, desenvolvimento econômico e integração nacional.

Considero a fusão uma ação necessária e fundamental, mas é apenas um passo. Outras medidas deverão ser tomadas. Caso contrário, correremos o risco de enfrentar o que ocorreu no Canadá, nos últimos dezoito meses ou dois anos. Não por uma questão de fusão, mas por um mecanismo de aquisição, a **Air Canada** adquiriu a **Canadian Airlines**, o que resultou numa empresa com 70% de mercado doméstico e exclusividade para vôos internacionais. No entanto, em virtude da falta de sustentação regulamentar para dar à empresa competitividade internacional, lamentavelmente a **Air Canada** está em concordata. Registro que boa parte das empresas aéreas no Brasil – e não me refiro à minha exclusivamente – não es-

tão no mesmo sistema, porque a legislação no Fsequr permite que esse mecanismo seja utilizado.

Quando V. Exª se refere a custos, ressalto que determinadas afirmações são feitas tantas vezes, durante tanto tempo, que passam a ser referência. Atualmente, o custo da indústria do transporte aéreo da Varig, como V. Exª mencionou, comparado ao de outras empresas, coloca-nos entre as oito ou dez empresas aéreas do mundo em eficiência e custo. Provavelmente, estejamos nessa posição por termos uma carga tributária, como mostrou o Brigadeiro, de 7 para 35.

Com referência ao custo, a nossa situação é bastante competitiva. Evidentemente, por falta de volume, no que diz respeito ao número de passageiro, e por falta de escala, em virtude dos custos – felizmente, foi o Brigadeiro quem fez essa ponderação e não nós, das empresas aéreas – que extrapolam as melhores expectativas de comparação com o mercado internacional, estamos nessa situação fragilizada.

O SR. – Esses custos que extrapolam são exclusivamente tributários?

O SR. ROBERTO MACEDO – Não, Senador. Os custos são tributários, de aquisição de aeronave, financiamentos, combustível, seguro. Ou seja, trata-se da formação básica dos grandes custos.

Tal situação dificulta a melhoria da nossa formação de custos. Não podemos esquecer que, com todas essas dificuldades e mesmo no momento atual, a nossa indústria ainda é de longe – corrija-me, por favor, Brigadeiro – a maior da América Latina, não da América do Sul. Tal fato não se deve ao volume de passageiros em razão do tráfego de fronteira entre Estados Unidos e México. Somos de longe a maior empresa da América Latina se considerarmos número de aeronaves, empregos gerados, volume de faturamento e volume de recolhimento para os cofres públicos e tributos. Queremos manter a indústria brasileira como a maior da América Latina e estamos trabalhando nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Precisamos agilizar os nossos trabalhos, porque, a qualquer momento, poderá iniciar-se a sessão do Senado. Registro a presença do Dr. Mário Galvão, da Vasp.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. (Pausa)

Srªs e Srs. Senadores, permitam-me fazer uma troca.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, percebo que não chegaremos a uma conclusão hoje. Entretanto, esse diálogo não pode ser interrompido. Então, a minha sugestão é a de que V. Ex^a presidisse uma Comissão ou uma Subcomissão para tratar desses assuntos, com prazo marcado de 15, 20 ou 30 dias no máximo, para que as companhias e os Senadores chegassem à conclusão dos objetivos principais, visando a acabar ou pelo menos reduzir a crise da aviação no País. Creio que isso seria importantíssimo.

Hoje vamos discutir o tema, V. S^{as} vão responder às perguntas, e não ficará nada objetivo ou concreto. E V. Ex^a tem capacidade de comando para criar uma Comissão e presidi-la. Poderiam participar alguns ou todos os Senadores que aqui se encontram, além do Diretor do DAC. É a proposta que faço, porque, do contrário, teremos um diagnóstico vago sobre a crise da aviação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Agradeço-lhe a manifestação, Senador Antonio Carlos Magalhães, que vem em boa hora e em bom tom, até pela sua experiência e objetividade. Esta nossa Subcomissão comporta cinco ex-Governadores que têm muita experiência, e tenho certeza de que estaremos atentos para o assunto, que é um problema nacional. Entendo que todo o esforço do turismo irá por água abaixo, se as empresas simplesmente deixarem de voar amanhã, o que estamos prestes a ver. Várias cidades já estão sendo desfavorecidas, não recebem mais os aviões, os aeroportos estão fechados. É uma crise cuja dimensão o Governo ainda não entendeu.

No começo da palestra, o Brigadeiro disse algo importante: hoje, os Estados Unidos estão destinando a fundo perdido US\$8 bilhões às companhias aéreas. Não sei se é o caso do Brasil. Mas chega-se a esse ponto num país adiantado, que tem um tráfego aéreo intenso como os Estados Unidos. Então, o Brasil precisa encontrar uma saída. Aqui foram expostos todos os problemas. Quero convidá-lo para estar conosco no trabalho desta Subcomissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Com o maior prazer. Na realidade, o problema vai passar pelo crivo não apenas do Ministro da Defesa. Temos que nos dirigir ao Ministro Antonio Palocci. É assim que a questão será resolvida, não o será de outra maneira, pois o Ministro da Defesa, por melhor que seja sua boa vontade, fica dependente do Ministro da Fazenda. Logo, esta crise tem de ser resolvida no Gabinete do Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Seguiremos a opinião de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Saliento que também temos que buscar outros caminhos por meio do BNDES e dos financiamentos. A própria Petrobras pode dar esclarecimentos sobre a questão dos combustíveis, que respondem por mais de 20% do custo das companhias.

Gostaria apenas de obter outra informação. Parece-me que, do ponto de vista operacional, as quatro companhias estão no vermelho, exceto a Gol, que obteve lucro no primeiro trimestre. A Gol já está pagando prestação de **leasing** dos seus aviões ou continua em carência? Essa informação foi dada no setor.

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR – Senador, a Gol não só vem pagando desde o primeiro mês o **leasing** das suas aeronaves, como também recolhe, a título de **leasing** suplementar, o valor correspondente a cada hora de voo, para garantir a manutenção futura dos principais componentes, saindo fora, portanto, da condição de eventualmente ter problemas com a manutenção de grandes componentes ou em virtude de deficiência ou déficit de caixa no futuro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então, não estão em carência.

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR – Não estamos trabalhando com nenhuma carência, nenhum benefício diferente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Está tendo lucro operacional?

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR – Este ano, especificamente, sim.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Lucro operacional?

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR – Lucro operacional e lucro líquido no final do balanço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Serei breve, Sr. Presidente. Saúdo, mais uma vez, a coordenação e a iniciativa do Senador Hélio Costa. Esta semana, eu e o Senador César Borges tivemos a oportunidade de abordar no plenário, na segunda e quarta-feira, a questão da regulação, que tem sido, mais do que nunca, vista dentro de um processo de competição, porque, afinal de contas, o objetivo maior são os clientes, o consumidor final. Existe a questão de se dosar muito bem a ação governamental e a ação de companhias privadas, para efetivamente se estimularem empresas competitivas, bem geridas, bem gerenciadas. Considere-se também a importân-

cia da aviação, o porte de nossa aviação comercial, a capacidade de empregar pessoas, a capacidade de trazer divisas para o País.

Hoje, infelizmente, a situação é dramática, e essa foi uma das razões que nos levaram – ao Senador César Borges e a mim também – a esses pronunciamentos no Senado Federal.

Mas eu gostaria de abreviar o tema. Eu faria uma pergunta sobre lucro operacional, mas já foi levantada, então gostaria de fazer duas perguntas somente. Antes, Brigadeiro Washington Carlos Campos Machado, eu queria ressaltar o trabalho que tem sido realizado pelo Ministro José Viegas Filho. Determinado, competente, S. Ex^a tem procurado encontrar uma solução, pois tem sensibilidade diante do grave problema que estamos enfrentando.

Para encerrar, eu queria fazer duas perguntas. A primeira é a seguinte: se estamos trabalhando numa solução estrutural, esta atingiria só a Varig e a TAM, ou também as outras companhias aéreas, como a VASP, a Transbrasil e eventualmente a Gol? Creio que esta última, por ser mais nova e por ter entrado num momento diferente, talvez não tenha sido ainda atingida tão intensamente pela crise. Assim, eu gostaria de saber se é uma solução estrutural restrita à TAM e à Varig, ou se, em função das soluções para tais empresas, essa solução estrutural poderia ser estendida a outras empresas que podem, eventualmente, estar na UTI?

A segunda pergunta é para satisfazer minha curiosidade enorme sobre este ponto: qual é o desempenho, em função das orientações do Ministro Viegas, da BR Distribuidora? – nomeei os credores porque sei que a Infraero está procurando fazer o melhor também. E qual é a sensibilidade do Banco do Brasil para buscar uma solução aderente às orientações do Governo Federal?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Não seria o BNDES?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – O BNDES não entra, porque o problema é a questão de credores em relação às dívidas, Senador César Borges, que as companhias têm com a BR e têm, especificamente, com... E o BNDES...

(Manifestação fora do microfone)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Não, não. Estou dizendo o seguinte, Senador: pelo que se acompanha, apesar das orientações – porque isso implica negociação clara das dívidas da BR Distribuidora, das operações do Banco do Brasil e, numa segunda etapa, com o BNDES -, eu queria saber se a

BR Distribuidora tem correspondido, tem negociado, tem discutido... se ela está disposta mesmo a encontrar uma solução que defenda a companhia, mas também uma solução muito aderente à importância do setor aéreo nacional para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vou passar a palavra ao Brigadeiro Washington Carlos Campos Machado, depois ao Dr. Roberto Macedo.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Senador Delcídio Amaral, muito obrigado por sua pergunta. Gostaria também de agradecer ao Senador César Borges, a quem não tive oportunidade de responder.

Com relação à solução estrutural buscada pelo Ministério da Defesa, pelo Comando da Aeronáutica, pelo Departamento de Aviação Civil, a nossa visão é a da indústria. Não estamos olhando apenas uma empresa, nem devemos fazê-lo, porque, assim agindo, teríamos que olhar individualmente para cada empresa e talvez não pudéssemos dar a mesma atenção a todas. Então, a nossa idéia é de não apenas chorar o leite derramado, mas observar a situação atual, o cenário que caminha, naturalmente, para a fusão Varig-TAM. Há um cenário futuro totalmente diverso e o cenário novo de hoje, depois de 11 de setembro, marcado pela crise econômica mundial, que não é só brasileira. Então, diante desse novo cenário, precisamos analisar os assuntos estratégicos, pensar também na capacidade de mobilização nacional; assuntos de interesse dos usuários e da indústria. O fato é que não se sobrevive sem esse equilíbrio. O pensamento é todo voltado contra isso.

Com relação ao que o senhor falou sobre a BR Distribuidora, Banco do Brasil, operações, BNDES, o Ministro Viegas, com o Comando Geral, tem cuidado pessoalmente do assunto. Eu não gostaria de adiantar nada, porque os senhores terão contato com ele. O atendimento excepcional que tem sido dado mostra, de alguma forma, compreensão pelos problemas com maior ou menor dificuldade, maior ou menor atuação do Ministro da Defesa, que tem atuado com eficiência na defesa da nossa indústria.

Gostaria de fazer um comentário sobre o DAC. O DAC tem sido o órgão regulador por setenta e um anos. É um reconhecimento a todos que passaram e estão presentes no DAC, reconhecimento pelo excepcional trabalho que o DAC tem feito pelo Brasil. Não temos absolutamente nada contra a criação da Agência de Aviação Civil, se for criada, mas somos o órgão regulador e não abandonamos a nossa responsabilidade.

A agência, se assim for decidido, será uma opção, mas não queremos aceitá-la como solução. O DAC tem condições de ser o órgão regulador. Cumprimos as instruções do Poder Constituinte, do Governo e as instruções que nos derem. De acordo com esse entendimento, temos condições de cumprir a nossa missão. Era isso que queria deixar bem claro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dr. Roberto Macedo, tem a palavra V. S^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Li em uma reportagem do **Valor Econômico** que o Orçamento da União somente prevê verbas para o funcionamento do DAC até abril. Então, o DAC não estaria funcionando pelas verbas arbitradas.

Perguntaria a V. S^a se isso corresponde à verdade.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Sr. Senador, havia a previsão da criação da Anac até o meio do ano, mas essa parte foi resolvida. O Comando da Aeronáutica e o Ministério da Defesa já resolveram essa pendência.

Às vezes, quando discutimos esses problemas – como V. Ex^a falou e como o Senador Antonio Carlos Magalhães propôs esta Comissão – estamos abordando a parte visível da aviação.

Existe um grande trabalho que o DAC vem fazendo dentro dos anexos técnicos da Organização da Aviação Civil, uma parte que não pode simplesmente ser dividida entre duas autoridades. Isso tem que ser pensado. O Brasil responde e uma autoridade tem responder sobre a parte técnica.

Essa parte atualmente é a parte submersa da aviação civil, que não enxergamos, mas nossas empresas são consideradas de Primeiro Mundo no mundo todo. Nossas empresas têm um nível técnico excepcional, não precisam pousar em Miami para entrar um piloto americano como a maioria das empresas de países do sul do mundo. Pousamos na Europa e somos considerados do maior nível possível.

Somos considerados, na Organização Civil Internacional, pelo trabalho integrado de controle de espaço aéreo, DAC, País de Primeiro Mundo desde a criação da OAC, entre os onze países mais importantes do mundo para a aviação civil. Temos o respeito internacional, uma atuação internacional boa; o nosso modo de transporte aéreo, com todas as dificuldades, é um transporte aéreo que sobrevive. Não temos empresa estrangeira voando de Manaus para São Paulo. As nossas empresas vão voar e continuar sobrevivendo. Era o que tinha a lhe dizer.

O SR. ROBERTO MACEDO – Senador Delcídio Amaral, a sua pergunta é, no mínimo interessante.

V. Ex^a ainda não tinha se juntado a nós, mas voltou a questão da Gol. E eu havia dito no início o seguinte: a Gol, não obstante a eficiência da empresa, insisto no fato de que não se pode comparar uma empresa com dois anos com a nossa que tem setenta e seis, dos quais, nos últimos dez, acreditamos que éramos de infra-estrutura básica estratégica para o País e voamos com aumento de custo e tarifa controlada. Por isso, todas as empresas, exceto a mais jovem, têm hoje as do Governo querendo recuperar o investimento feito para que o transporte aéreo no País não parasse.

Com relação aos órgãos governamentais que V. S^a mencionou (Banco do Brasil, BR Distribuidora, BNDES e Infraero), eu diria que a Infraero, talvez pela relação muito próxima da atividade, por ser administradora de aeroportos, e por fazer parte do Ministério da Defesa, que coordena o setor no momento, entendeu rapidamente o que estava acontecendo e participou de uma solução, renegociando não apenas com uma empresa ou outra, mas com todas as empresas do setor, os pagamentos que devíamos à Infraero. Em que pese uma clara e inequívoca determinação do Governo em solucionar a questão da indústria do transporte aéreo, partindo do pressuposto de que é de infra-estrutura, de estratégia etc, o tratamento que vem sendo dado é exclusivamente de ordem comercial.

A meu ver, o descompasso está entre a clara determinação e entendimento do Governo de que é um assunto que deve ser tratado como de infra-estrutura estratégica e básica para o desenvolvimento econômico do País, e, lá na ponta, de que deve ser dado um tratamento exclusivamente comercial. Não que não deva ser dado um tratamento comercial. É evidente que sim, pois são empresas aéreas privadas que contraíram dívidas por serviços ou por empréstimos, que devem ser saldadas. Agora, se tratarmos o assunto com visão meramente comercial, permaneceremos nesse impasse eternamente. Do ponto de vista comercial, estamos sendo atendidos; do ponto de vista de entendimento estratégico, diria que temos muito que caminhar.

Minha preocupação, Senador, é que o descompasso e o tempo que se perde entre a vontade política e o entendimento da estratégia e as ações práticas para fazer acontecer pode, sim, como disse o Senador César Borges, colocar em risco a indústria do transporte aéreo. Digo que não a empresa A, B ou C teria problemas. O risco a que me refiro é o seguinte: a mesma empresa que no Brasil tem que pagar deter-

minados serviços à vista e diariamente, no exterior, é reconhecida com vinte dias de prazo para pagar o mesmo serviço. Não existem duas Varig. Uma no Brasil, que precisa ser asfixiada, e outra no exterior, que recebe um tratamento não privilegiado, mas digno, no momento por que passa a indústria do transporte aéreo.

Nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, o tratamento tem sido de entendimento, não apenas para a Varig S.A., mas para todas as empresas aéreas que operam nesses aeroportos internacionais. A indústria está passando por um momento que requer tratamentos especiais. O Governo americano colocou US\$20 bilhões, US\$15 bilhões dos quais sob condição de o Tesouro garantir o empréstimo que as companhias contrairam e terão de pagar, de uma forma ou de outra, num tempo de 5 ou de 50 anos, não sei. E os restantes US\$5 bilhões, sob a forma de fundos. Portanto, 75% de empréstimos e 25% que o governo entendeu que deveria participar. Não estou recomendando que o daqui participe. Recomendo uma reflexão do motivo por que a indústria aérea no mundo não sucumbiu e a nossa está nessa situação.

Como disse inicialmente – e V. Exª não estava presente ainda, que eu me lembre –, apenas na Europa, foram três intervenções de governo a fim de fortalecer a indústria do transporte aéreo. Nos Estados Unidos, no mínimo, duas em dez anos. Uma com a regulamentação do Governo Jimmy Carter, salvo engano, e agora, com intervenção financeira. E, nos últimos dez anos, apenas as empresas tiveram que cuidar desses recursos, haja vista a minha, por exemplo, que perdeu um patrimônio de US\$1 bilhão. Não dá para atribuir o fato somente à gestão. Creio que há um pedaço da gestão nessa quantia, mas não dá para dizer que perdemos um bilhão em razão da gestão. Do contrário, a empresa norte-americana **United Airlines**, com 102 mil funcionários, e que está no **chapter eleven**, em concordata, também é em razão da gestão. A questão é muito mais séria. E, segundo sugestão do Senador, merece, sim, por parte dos Srs. Parlamentares, um exame muito mais profundo e uma contribuição, se entenderem que é estratégico para o País, rápida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O Deputado Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar, é aniversariante hoje. Meus cumprimentos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Senador Paulo Octávio, peço licença, pois vou-me retirar para acompanhar o Ministro do Turismo ao meu Estado de Mato Grosso do Sul, para ver se consigo

transformar o meu Estado na Bahia ou em Santa Catarina. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, Srªs e Srs. Senadores, senhores componentes da Mesa, saúdo-os com muita alegria. Peço desculpas por ter chegado atrasado. Mas, nas atividades parlamentares, vemo-nos muitas vezes diante da verdadeira escolha de Sofia. Hoje, pela manhã, tive um desses momentos. De um lado, eu tinha de ir a um debate sobre a cobrança do ICMS do petróleo – que hoje não é feita e prejudica o Rio Grande do Norte – na Câmara e, de outro lado, eu tinha também o compromisso de vir a esta reunião.

Mas estou vendo que o debate prosperou e fico assim meio inibido, porque não sei se as perguntas que farei já foram feitas e se as respostas que estou querendo buscar já foram dadas. Mas, de qualquer maneira, presto a minha solidariedade à indústria da aviação, que foi fundamental.

Já que se falou tanto no turismo existente na Bahia – o Senador César Borges continua atento – e em Santa Catarina, quero dizer que o Rio Grande do Norte também vem experimentando um momento novo em matéria de turismo.

Mas farei uma pergunta meio extemporânea, talvez até uma pergunta que traga assim algum desconforto, mas resolvi fazê-la. Em todos os encontros relativos a turismo, principalmente da Abav – e está aqui o seu Presidente, o Sr. Tarso –, ouvíamos falar dessa questão, e não havia uma resposta à altura. Estou-me animando. Já prestei minha solidariedade, e pode ser que eu não seja tão mal visto pela pergunta.

Mas os agentes de turismo e os jornalistas especializados em turismo em todos os encontros diziam que o Brasil poderia incrementar o turismo internacional se não fosse a política de espaço aéreo, o fechamento do espaço aéreo brasileiro, ou, trocando em miúdos, se as companhias aéreas brasileiras se mostrassem mais abertas à presença de vôos internacionais e, diante dessa realidade, apelarem para vôos **charters**, como já ocorreu e vem ocorrendo. Isso é uma verdade ou não? Qual é a responsabilidade? Não quero prolongar muito o debate em torno desse assunto, porque sei até que esse não é o foco principal do debate de hoje. Mas queria apenas ter uma resposta sobre a responsabilidade das companhias e do próprio DAC por esse tal espaço aéreo, que, a meu ver, nesses encontros de turismo, se transformou numa verdadeira caixa-preta. Todo mun-

do falava: vamos abrir o espaço aéreo brasileiro, e ninguém dizia como e por quê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Washington Carlos Campos Machado.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS MACHADO – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador, o DAC tem uma política extremamente liberal e inclusive incentiva o turismo receptivo. Ou seja, apoiamos qualquer empresa de qualquer país que queira trazer seus turistas para o Brasil. Os vôos **charters** são autorizados. Os vôos não regulares nós não tratamos aqui, porque as empresas são de vôos regulares; mas os vôos regulares e não regulares, o turismo nacional e internacional, nós somos altamente incentivadores. Não tratamos aqui de carga, mas incentivamos muito o transporte de carga, porque acreditamos que é o promotor do desenvolvimento. E o vôo não regular, que é de turismo, é muito incentivado. Aprovamos, incontinênti, qualquer solicitação de vôo.

Essa afirmação de fechamento do espaço aéreo é apenas um reflexo da política de exportação dos Estados Unidos, que querem impor sua política ao mundo, impor seu poder comercial e chamam de céus abertos e, em oposição, dizem que o Brasil tem o céu fechado. Na verdade, temos no exterior uma política de contrapartida.

Observe V. Ex^a, mesmo os países com os quais temos acordos bilaterais não estão exercendo toda a sua capacidade de trazer passageiros para o Brasil. Quer dizer, se a demanda crescer, concederemos sempre, em igualdade de condições com nossas companhias, para que tragam os turistas, não apenas com suas empresas. Mas eles querem trazer os turistas apenas com as empresas americanas; eles não querem que viajem com as companhias brasileiras, que têm de participar desse mercado.

Quando se trata de turismo receptivo, não existe nenhuma restrição, pelo contrário, existe incentivo do Governo, incentivo do DAC. Essa história de céus abertos e céus fechados é uma contradição.

Darei um exemplo claro de um fato muito interessante. O Chile e os Estados Unidos adotam a política chamada de céus abertos, e o Brasil com os Estados Unidos, não. Mas a tarifa Brasil/Estados Unidos e vice-versa é muito menor do que a tarifa Chile/Estados Unidos, porque a política de céus abertos é um modelo, uma propaganda da política americana de céus abertos que não impõe a concorrência predatória que poderia ser imposta ao Chile. Na verdade, o

Governo americano não deixa que isso aconteça. Então, as tarifas são maiores, o que permite que a **Lan Chile**, a empresa aérea chilena, se mantenha no mercado.

O Brasil discute o tráfego aéreo internacional dentro da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, com a participação das empresas do setor de turismo. Somos altamente sensíveis ao turismo receptivo. O DAC está sempre aberto a qualquer discussão com V. Ex^{as} aqui nesta Casa ou em particular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Octávio, cumprimento a todos os convidados, parabenizo também o Senador Eduardo pela iniciativa brilhante.

Acompanhamos essa questão da crise aérea já há algum tempo. A indústria de transporte aéreo é estratégica para o País. Devemos apoiá-la efetivamente para que a crise seja minorada e se tenha um alento à frente, ou efetivamente essa indústria passará por maiores dificuldades e, queira Deus, não venha perecer.

Devemos nos empenhar para fazer o Governo participar efetivamente. Temos acompanhado pela imprensa uma posição clara e firme em apoio a uma indústria que é fundamental para o Brasil.

Sabemos que não há uma malha ferroviária como a de países europeus, que a própria malha rodoviária passa por dificuldades muito grande, que há estradas intransitáveis em nosso País. Esta Nação, que tem uma dimensão continental, precisa do transporte aéreo. Isso é fundamental.

O Dr. Roberto havia se referido ao apoio dado pelos Estados Unidos nas crises, parece-me que por três vezes. Gostaria de saber que tipo de ação foi tomada na Europa e na Ásia durante as crises? Acredito que será necessária a injeção de recursos governamentais no Brasil para que se obtenha melhoria no setor.

Dirijo-me agora ao Constantino Júnior, que é da Gol. Sou do Estado do Paraná, da cidade de Londrina. A Gol começou a operar lá, criou-se uma grande expectativa com tarifas adotadas no Município, mas foi por poucos dias. Afinal de contas, a Gol voltará a operar em Londrina? Também gostaria que o Brigadeiro se manifestasse a esse respeito.

Parabéns, Sr. Presidente! Conte com a Frente Parlamentar. Esta é uma questão do Brasil, do desenvolvimento do turismo e, sem dúvida alguma, todos

devemos estar juntos para viabilizarmos uma solução para essa indústria, que é de fundamental importância para o turismo e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Deputado Alex Canziani.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Macedo, da Varig, para começar a responder as perguntas.

O SR. ROBERTO MACEDO – Deputado, como disse anteriormente, todos fizeram. Os que não fizeram, creio que foi por dois motivos básicos. A Ásia, de um modo geral, fez, a Europa fez e os Estados Unidos já fizeram em algum momento. Dois motivos básicos levaram os países a não encontrar uma solução. Talvez por falta de entendimento, à época, de que a infra-estrutura aérea era básica para o País e por falta de recursos. Não podemos dizer que foi por mera falta de visão.

Esses fatores predominaram basicamente na América do Sul, onde as empresas acabaram, porque não houve essa intervenção. Ela se deu de três formas distintas: uma, com aporte de capital da União, do Governo; a segunda, com garantias para financiamentos; e a terceira, por meio de regulamentações e pela parte fiscal, com contribuição de impostos. São basicamente essas três linhas. Talvez o George Ermankoff – acredito – tenha algum estudo pronto do SNEA – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – nesse sentido.

O SR. GEORGE ERMANKOFF – Com relação à ajuda, efetivamente, o grande divisor de águas do transporte aéreo internacional foi a Guerra do Golfo. O período de duração da Guerra do Golfo e os dois ou três anos subsequentes produziram um prejuízo de mais de US\$20 bilhões na indústria de transporte aéreo internacional. Isso descapitalizou praticamente todas as empresas aéreas no mundo.

O Governo americano, à época do Presidente Reagan, criou um grupo de trabalho que estudou profundamente de que maneira poder-se-ia ajudar as empresas aéreas. Foram feitas “n” modificações na legislação norte-americana, principalmente na área fiscal para ajudar as empresas aéreas norte-americanas.

Com relação à Europa, tendo em vista que, naquela época, a grande maioria das empresas era de estatais, foram feitas pelos Estados grandes injeções de recursos na forma de aumento de capital dessas empresas. Então, a **Air France** recebeu algo por volta de US\$3,5 bilhões; a **Alitalia** recebeu também muito dinheiro; a **Iberia**, a **Tap**, todas essas empresas européias, que eram estatais, receberam ajuda na forma de aumento de capital.

Os Estados Unidos, posteriormente, no Governo Clinton, criaram uma nova comissão presidida por um ex-governador de Estado, nomeada entre pessoas que não eram de governo e que estudou profundamente a questão. Alguns eram do governo. O presidente da comissão colocou todo o governo à disposição dessa comissão; o relatório foi entregue ao Presidente Clinton, que o submeteu ao Congresso norte-americano, sendo então aprovado. Quero dizer, diversos tipos de ajuda, até imposto de renda de empresa aérea. Foi tudo ramificado em pequenas ações que, juntas, deram um bom resultado.

Recentemente, logo após o 11 de setembro, o Governo americano compareceu com dinheiro e com garantias; e agora novamente. Diversos países, por exemplo, depois do 11 de setembro, tiveram uma elevação monumental do preço do seguro de aeronaves. Nesse grupo, o Brasil também esteve. Houve efetivo desembolso de dinheiro por parte dessas empresas, aliás, dos países com relação às suas empresas quer por renúncia fiscal, quer por colocação de dinheiro vivo.

No caso específico das empresas brasileiras, que eu saiba, elas nunca receberam um centavo, a não ser no passado, quando houve algumas crises anteriores. Foram feitas questões de contas gráficas. Tivemos no passado uma lei que vigorou por quase vinte anos que isentava as empresas aéreas de todos os tributos, exceto o imposto de renda. Essa lei foi revogada pela Constituição de 1988, mas teve uma vigência de mais de 20 anos. Foi uma lei importantíssima na capitalização das empresas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dr. Wagner Ferreira.

O SR. WAGNER FERREIRA – Srs. Senadores e Sr. Deputado que acompanham a nossa luta pelo desenvolvimento do turismo no Brasil, eu gostaria de fazer um esclarecimento, já que estamos ao término desta reunião valorosa.

É interessante entender – e isso defendo primeiramente como brasileiro – que usamos muitas vezes como parâmetro da nossa indústria os Estados Unidos, a Europa etc. Mas temos que entender que são mundos completamente diferentes. Lá nós temos riqueza, renda **per capita** diferente. Imagine o clima. Não é que estejamos pedindo dinheiro; porque no Brasil nem tem clima para isso. Temos problemas de infra-estrutura, problemas de educação, mais de 90% da população precisando sobreviver. Temos de entender que apenas 5% da população economicamente ativa faz uso do transporte aéreo. Infelizmente, transporte aéreo é privilégio de poucos; não é meio

de transporte. Lá fora transporte aéreo é meio de transporte.

O que desejo deixar claro é que, quando o presidente do SNEA faz essa observação, não estamos aí de chapéu na mão. Precisamos primeiramente resolver o problema de infra-estrutura que muito bem o Brigadeiro apontou aqui. Temos que discutir taxas aeroportuárias e todo aquele custo Brasil que desde criança escuto, porque na aviação há a questão do custo Brasil, e não avançamos nisso. Se não criarmos o alicerce que é a estrutura básica de entendimento do que significa o transporte aéreo para o Brasil, nós não vamos chegar a lugar nenhum, mesmo com a nova empresa; mesmo com a **New Air**. Ela já vai nascer morta.

Faço aqui é um apelo até mais emotivo. Já estou quase saindo do segmento – pretendo dar consultoria –, mas vou sair frustrado da atividade de transporte aéreo no Brasil, porque me sinto incompetente de não ter ajudado a se resolverem algumas pendências de estrutura básica.

Conheço o Senador há muitos anos. Conheço o Senador Garibaldi Alves e o Senador Eduardo Azeredo, que me recebeu várias vezes no Palácio do Governo, quando Governador do Estado de Minas Gerais. Fui um dos criadores da CTI-Nordeste. Quando criamos a primeira tarifa operadora, Tasso Gadzanis estava comigo e, por coincidência, isso aconteceu na Bahia. É frustrante chegar à situação em que nos encontramos.

Não vejo intenção por parte do Governo – estou falando como brasileiro, e o Júnior disse que concorda comigo, que é de uma geração um pouco mais nova – de simplesmente dar dinheiro a um e a outro. Isso não existe. Não tem como acontecer.

Queremos deixar claro, e para isso precisamos do apoio dos Srs. Senadores, o que George Ermanoff disse. Precisamos encontrar uma forma de estruturarmos a aviação comercial brasileira, sob pena de pensarmos que estamos dando a grande virada na aviação comercial brasileira e ela renascer morta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Falta a resposta da Gol. Então, com a palavra o Sr. Constantino de Oliveira Júnior.

O SR. CONSTANTINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

– Antes de mais nada, quero dizer que quando Wagner abrir a consultoria, terá um cliente aqui.

A Gol, como empresa aérea regular, necessita seguir determinados procedimentos perante o poder concedente. No caso específico de Londrina, que estava inserido em vários pedidos, eu gostaria de dizer que, por

algum equívoco administrativo, acabou não se completando o processo de concessão daqueles horários específicos em que iniciamos a operação. Depois de três ou quatro dias que estávamos voando, recebemos uma comunicação do DAC, o poder concedente. Paramos imediatamente o voo, para respeitar as regras estabelecidas e o contrato da concessão da maneira como foi feito. Não obstante, continuamos com o nosso processo, buscando critérios e indicadores que justifiquem o retorno da nossa operação em Londrina. Estamos mantendo contato com o DAC, para que isso venha a acontecer o mais rápido possível.

O SR. ALEX CANZIANI – Falta o Brigadeiro falar, apenas para dizer se volta ou não o voo.

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS

MACHADO – Tenho a impressão de que V. Ex^a chegou cedo e deve ter entendido que passamos a ter, a partir de 13 de março, um modelo mais regulamentador. Então, nesse modelo regulamentador, é preciso haver viabilidade econômica e financeira para atendimento de algumas linhas, evitando a concorrência predatória dentro de uma visão temporária. O comandante disse que a política dele é emergencial e temporária, porque pretendemos elaborar uma política que atenda às nossas cidades, aos nossos usuários, aos interesses do Estado. Vamos viver um cenário absolutamente novo.

Então, interessa-nos que Londrina seja atendida. Não estamos preocupados que seja por uma, duas ou três ou por determinada empresa, mas queremos que Londrina e todas as cidades sejam atendidas. Apenas 106 cidades são atendidas. Dessas, algumas são muito mal atendidas, havendo apenas um voo diário ou apenas um voo por semana. Queremos atendê-las.

Estamos tão preocupados com Londrina quanto V. Ex^a, mas estamos também preocupados com a indústria. Não vou dizer que a nossa indústria está na UTI, mas ela está precisando de cuidados. Então, estamos com toda a atenção.

Muito obrigado.

O SR. ALEX CANZIANI – Não volta, então?

O SR. WASHINGTON CARLOS CAMPOS

MACHADO – Pode voltar, se os estudos que nos forem apresentados mostrarem que não haverá concorrência predatória e se o aproveitamento, como foi dito em relação à indústria, que está a 55%, mostrar que a demanda de Londrina – e gostaria realmente que a economia de Londrina crescesse – supera 65%. Se tivéssemos mais empresas e todas elas com mais de 65%, nós colocaríamos todas elas voando em Londrina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Deputado Ronaldo Vasconcellos, V. Exª tem a palavra.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG) – Sr. Presidente, serei brevíssimo, como, aliás, é do meu estilo.

Cumprimento a todos os Senadores presentes, os convidados e a todos que aqui estão. Parabenizo meu conterrâneo, Senador Eduardo Azeredo, por ter apresentado um requerimento tão oportuno e momentoso.

Estranho a ausência do ex-Senador Carlos Wilson, que hoje preside a Infraero. Não sei se S. Exª não foi convidado ou não pôde ou não quis participar deste evento.

Eu gostaria de dizer que a nossa Subcomissão do Turismo, que tenho a honra de presidir, composta por 24 Deputados de diversos Partidos e Estados está inteiramente à disposição do setor para um encontro formal, numa quinta-feira, às 9 horas, quando sempre realizamos as nossas reuniões.

Defendo que o Governo deva intervir, ajudando o setor, talvez por meio do BNDES, que cumpriria o seu papel. A doação financeira é muito complicada. Eu, pessoalmente, politicamente, não concordo com ela e entendo que o setor tem de ser prestigiado e isso pode ser feito de diversas maneiras.

Sou estudioso do turismo e poderia falar aqui por muito tempo sobre o assunto, mas não quero aborrecer as senhoras e os senhores com isso. Além de dar o nosso apoio político ao movimento, eu gostaria de fazer uma reflexão com os senhores, com as companhias aéreas.

O Senador Eduardo Azeredo, talvez brincando, fez uma colocação, de fato, muito importante. Há algum tempo, durante as viagens, as empresas aéreas ofereciam comida em um, dois ou três trechos consecutivos. Além do custo da passagem e do risco de o passageiro engordar, há o problema do desperdício e dos resíduos sólidos. Isso melhorou.

Mas eu gostaria de chamar a atenção dos senhores – volto a enfatizar o apoio público e pessoal ao setor – para a questão do custo operacional. Talvez ele não importe tanto. Temos o problema da alimentação, da bilhetagem e também do meio ambiente.

O bilhete de passagem aérea dá trabalho, aborrecimento e chateação, para não falar no estresse, pois há o medo de rasgá-lo e alguém pode pedi-lo durante o voo. O bilhete é caro, não é utilizado, é composto de cinco, seis ou sete folhas. Trata-se de um papel caro. Alguns podem dizer: “Deputado, isso é uma economia de cafezinho”.

Quanto aos jornais, revistas e bebidas, eu não sei se muita gente faz uso das revistas de bordo... Não quero fazer perguntas, mas trazer reflexões para os senhores. Antigamente, a aviação estava ligada ao colonismo social. Não sei se esse comportamento já mudou, espero que sim. Sou mineiro, como o Senador Eduardo Azeredo, a quem conheço bem. S. Exª é pão-duro, como eu sou, com meu dinheiro e com o dinheiro público. O Senado dá essa demonstração.

O prezado Constantino Júnior parece ter dito uma expressão importante: “retirar os aspectos ‘mordômicos’ da aviação civil”. Não quero entrar em todos os detalhes, mas não sei o quanto se importa ou o percentual do custo que isso significa. Contudo, o Brasil em que vivemos hoje não é mais o Brasil maravilhoso, mas um Brasil de dificuldades, um Brasil em que temos de saber controlar o próprio dinheiro – aliás, não há dinheiro em lugar nenhum.

Quero deixar claro o nosso apoio ao setor e coloco a nossa Subcomissão à disposição para nos reunirmos – inclusive em julho, porque nós, da Câmara, seremos convocados – para uma reunião na quinta-feira, às 9 horas, para que todos os Deputados da nossa Subcomissão possam participar deste evento.

Eu gostaria de trazer essas reflexões ao setor para que pense nesses aspectos. Se um Deputado que usa o avião, que tem esse privilégio, está considerando caro, “mordômico”, em uma palavra: imagine uma pessoa mais simples?

Parabéns aos Senadores Paulo Octávio e Eduardo Azeredo. São apenas reflexões e apoio ao setor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito bem colocado, meu caro amigo, Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O Dr. Roberto Macedo manifestou interesse em responder a sua questão. Sendo assim, passo a palavra ao Dr. Roberto Macedo.

O SR. ROBERTO MACEDO – Muito obrigado. Procurarei ser tão objetivo quando V. Exª foi no tocante à administração do tempo.

Muito obrigado pelas suas considerações, as reflexões são muito bem-vindas. Convido-o para ajudar-me no seguinte: comprometo-me a ter 100% de bilhetes eletrônicos em um prazo de 3 meses, pois já tenho 75%. Comprometo-me a não ter comida no avião, se for esse o problema. Mas o custo não é esse, até porque já reduzimos 55% do custo do serviço de bordo em 2 anos. Não é possível fazer aquisição de aviões com 12 anos no Brasil, com o dobro da taxa de juros com que fazem as empresas america-

nas. Não dá para ter um prazo de combustível no Brasil 30%, ou 50% do que há lá fora, para a própria empresa brasileira. Não dá mais para investir 18, 20 anos para formar um piloto. Não podemos mais para ter uma carga tributária de 30 **versus** 7.

Comprometo-me a fazer as reflexões que V. Ex^a mencionou. Levarei-as a cabo, mas ajude-me com as outras, pois são essas que estão inviabilizando a empresa.

O SR. RONALDO VASCONCELLOS (PTB-MG) – Comprometo-me a ajudar V. S^a nas outras.

O SR. ROBERTO MACEDO – Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Antes que V. Ex^a encerre a reunião, eu gostaria de dizer uma palavra de agradecimento pessoal, como Governador que fui, sobre a parceria que essas empresas fazem com o turismo brasileiro, o baiano em particular.

A Varig, a Vasp, a TAM, a Gol e o DAC têm sido excepcionais em apoiar suas parcerias, para tirarem a burocracia da homologação de aeroportos, atuando nessa linha. Não posso deixar de agradecer, pois são nossos companheiros. Inclusive, aqui está o Presidente da Abav, que conhece bem o esforço que fizemos na Bahia. Creio que o Brasil inteiro deve fazer um esforço idêntico. Nada poderia ser alcançado se não tivéssemos a parceria dessas empresas, que foram excepcionais. As empresas tiveram capacidade de operacionalizar vôos, tivemos sucesso. A Vasp e a própria Varig conseguiram vôos internacionais. Chegamos a ter, a partir de Salvador, 16 vôos semanais para 12 cidades do mundo. Infelizmente, quando a crise instalou-se, todas tiveram que retirar os seus vôos. Hoje, Salvador é servida quase que só pela TAP, com um vôo diário para a Europa, para Lisboa.

Essas companhias merecem todo o apoio do povo brasileiro e do Governo. O que ficou claro é que é preciso sensibilidade do Governo Federal. E não falo do Governo atual, pois a história é velha, é antiga, vem do Governo passado, da insensibilidade de não ajudarem esse setor estratégico para o desenvolvimento do País.

Quero deixar o meu registro e agradecer em nome do povo baiano, que aqui represento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, na mesma linha do agradecimento, quero também registrar a importância das companhias aé-

reas na questão do turismo como um todo. Estou falando aqui na Subcomissão de Turismo.

No caso Araxá, o agradecimento é para a Varig. Em Araxá, quando eu era Governador de Minas, tentamos vender o Grande Hotel. Ninguém apareceu para a licitação. Fizemos uma segunda licitação. Ganhou uma empresa que, depois de um ano, nada havia feito. Fizemos uma terceira licitação. Nesta, conseguimos um consórcio entre a Rede Tropical de Hotéis e um grupo mineiro. O Grande Hotel, hoje, está funcionando normalmente. E por que está funcionando? Porque também há vôos. A Varig colocou vôos e está fazendo a divulgação em suas revistas de bordo. Estão fazendo com que se possa ter o Grande Hotel, que é um hotel de turismo, junto com aviões. Caso contrário, não adiantaria. Teríamos o Grande Hotel aberto, mas sem aviões. Então, é um agradecimento que faço à Varig, que soube entender, naquele momento, a importância de um projeto turístico como o de Araxá.

Agradeço a presença de todos, ao responsável pelo requerimento. Temos o compromisso de continuar com esse processo.

O Senador Carlos Wilson já está convocado e virá fazer uma exposição sobre a questão específica dos aeroportos. Há outros problemas, como a ociosidade dos Aeroportos de Confins e do Galeão. Há outras questões envolvidas. Sempre dou umas alfinetadas, também, com relação à desnecessidade do aeroporto internacional que está sendo construído em Juiz de Fora. Estou esperando a resposta de quanto está custando, as explicações do Ministério da Aeronáutica. No caso de Juiz de Fora, o aeroporto é estadual, mas tem recursos federais, e a questão que envolve a infra-estrutura aeroportuária é do Brasil.

Deixamos aqui o nosso agradecimento, com o compromisso de continuarmos buscando as diversas alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quero registrar a satisfação da Presidência na condução desta reunião e agradecer a todos os Senadores e Deputados presentes, ao Deputado Ronaldo, da Comissão de Turismo da Câmara, ao Alex, da Frente Parlamentar, e quero dizer também da satisfação em receber aqui tantos jornalistas importantes, da Panrotas, da Brasiltur, a Rita Maria, o Pedro Torres, o Eugênio Antinoro, nosso companheiro de Brasília, da Abave nacional também, o Dr. Antônio Henrique, do Senac, o Dr. Moacir, da Contrato, que nos honra com sua presença, o Dr. Anchieta Élcias, o nosso amigo Delfim, da Varig, e tantos outros companheiros que estão aqui prestigiando este encontro.

Temos debatido aqui na Comissão vários assuntos. Nesta semana, eu e o Senador César Borges estivemos conversando sobre o turismo no Brasil. Muitas vezes, fica complicado para o turista que quer visitar o Nordeste ter que ir a São Paulo, depois pegar o avião de volta para Recife, ou Salvador, ou Brasília. É realmente complicado. Temos 19 aeroportos internacionais; no entanto, parece que só temos um. É tudo São Paulo. E isso prejudica, porque ninguém quer viajar durante 16, 18 horas. 80% do tráfego é em São Paulo. Esse é um debate que temos que fazer. Até faço um apelo, não sei como o DAC regulamenta isso, mas as companhias estrangeiras que querem operar no Brasil – e sei que deve haver uma contrapartida, não vou fazer mais perguntas, isso fica para reflexão – poderiam ser autorizadas, desde que voassem nos outros aeroportos, embarque, desembarque, não em São Paulo. Estamos com excesso de passageiros no aeroporto de São Paulo, que fica intransitável. No aeroporto, muitas vezes, para embarcar, é desconfortável, lotado, enquanto os outros aeroportos brasileiros estão totalmente vazios. Isso é prejuízo para o turismo brasileiro. Quando falamos para o turista europeu e americano que ele que tem que viajar 18 horas para chegar ao seu destino final, que, muitas vezes, não é São Paulo – na maioria das vezes, o destino de quem vem ao Brasil não é São Paulo –, logicamente, perdemos esse turista. O máximo que o turista quer viajar são 10, 11 horas. Ele quer chegar ao seu destino, no máximo, nesse tempo; ele quer dormir e acordar na cidade. Do jeito que está, traz um transtorno enorme. Talvez por isso esteja diminuindo o número de turistas estrangeiros que chegam ao País.

Então, temos várias reflexões. Mas, devido ao avançado da hora, não me vou alongar. Gostaria de agradecer a participação dos presidentes das companhias, do Brigadeiro, que está aqui conosco, do Presidente da Abave Nacional, e dizer que o assunto não vai morrer hoje. O Senador Antonio Carlos também nos prestigiou e foi muito incisivo. Temos que formar aqui um grupo de trabalho específico para ajudar a aviação civil brasileira, e vamos fazê-lo. Na próxima reunião, vamos estipular como ajudar, trabalhar em um projeto, no sentido de dar uma luz a esse setor que é importantíssimo para o turismo. Não existe turismo sem uma boa aviação civil. Por isso queremos companhias fortes, queremos empresas com resultado. O resultado aqui colocado, numa média de dez anos, de 1% de rentabilidade, é irrisório. Nenhuma companhia sobrevive a isso! Entendemos as dificuldades das companhias aéreas brasileiras. É por isso

que o Senador Eduardo Azeredo, em boa hora, formou o convite para que fizéssemos esta reunião. A reunião foi realizada, mas não deve terminar aqui hoje; deve continuar. Temos que ajudá-los, e esse é o espírito da Comissão de Turismo do Senado.

Muito obrigado a todos!

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h26min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão de Turismo

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE AGOSTO DE 2003, APÓS A ORDEM DO DIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Octávio, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo, com a presença dos Senadores Serys Slhessarenko, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Mão Santa, César Borges, Leonel Pavan e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Aelton Freitas e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a avaliação do estudo técnico das matérias que estão em tramitação no Congresso Nacional; aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão; e participação da Subcomissão em eventos nacionais. Proceda-se, inicialmente, à votação do Requerimento nº 04-CAESTURI, de 2003, de autoria do Senador César Borges, convidando para participarem de uma audiência pública perante a Subcomissão os Ministros de Estado da Defesa, Sr. José Viegas Filho, e do Turismo, Sr. Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, com o objetivo de “esclarecer as razões para a crise atual do sistema aeroviário, ilustrando as políticas públicas que serão implementadas para minimizar os transtornos causados por essa crise”. Após a aprovação do Requerimento pelos membros da Subcomissão, é marcado o dia vinte e oito do corrente para a realização daquela audiência. Em seguida, fica agendado o dia quatro de setembro para a realização de uma audiência pública, com a presença de Representantes do Departamento de Ae-

ronáutica Civil-DAC e Empresas Aéreas Regionais, em virtude da aprovação, em seis de maio do corrente, do Requerimento nº 02-CAESTURI, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. Logo após, analisando o Plano de Trabalho da Subcomissão, a Presidência esclarece que a presença do Presidente da Infraero, Sr. Carlos Wilson Rocha, acontecerá perante a Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovado o Plano de Trabalho da Subcomissão, o Senador Paulo Octávio solicita a criação de grupos temáticos de trabalhos para acompanhar os temas apresentados: Aviação Civil, Orçamento, Reforma Tributária e Legislação Trabalhista. Usam da palavra os Senadores Garibaldi Alves Filho e Serys Slhessarenko, que sugerem que sejam indicados "Relatores Temáticos" para aqueles temas. A Subcomissão aprova o nome do Senador César Borges como Relator da Aviação Civil, da Senadora Serys Slhessarenko para o Orçamento, do Senador Valdir Raupp para a relatoria da Reforma Tributária e o Senador Garibaldi Alves Filho para a Legislação Trabalhista. Em decorrência do Plano de Trabalho, a Subcomissão aprova audiência dos seus membros com o Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e com o Ministro do Turismo; com o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Pallocci; com o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim; com a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, e com o Ministro de Turismo; e com o Ministro dos Esportes, Sr. Agnelo Queiroz. Aprovado, também, pedido de audiência pública com a presença do Sr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES. Em seguida, os membros da Subcomissão analisam o Calendário Nacional de Eventos de Turismo e Hospitalidade de 2003. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Declaro iniciados os trabalhos da 7ª reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 19 de agosto de 2003, após a Ordem do Dia, na sala de reuniões nº 19, ala Alexandre Costa.

Temos a seguinte pauta:

Avaliação do estudo técnico das matérias que estão em tramitação no Congresso Nacional, aprovação do plano de trabalho da Subcomissão, participação da Subcomissão em eventos nacionais.

Temos também um requerimento, que julgo muito importante, do Senador César Borges, nos seguintes termos:

"Requerimento nº ... 2003, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, para que sejam convidados para audiência pública na Subcomissão de Turismo o Exmº Sr. Ministro da Defesa, Dr. José Viegas Filho, Dr. Valfredo Silvino dos Mares Dias, Ministro do Turismo, com o objetivo de esclarecer as razões para a crise atual do sistema aeroviário, ilustrando as políticas públicas que serão complementadas para amenizar os transtornos causados por esta crise.

A presença do Exmº Sr. Ministro na audiência pública a ser realizada na Subcomissão de Turismo juntamente com o Ministro da Defesa justifica-se pela grave crise enfrentada pelo setor aeroviário brasileiro.

As companhias aéreas estão com enormes dívidas, situação que foi piorada, principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. O setor sentiu o golpe. Em face do aumento dos custos e conseqüente aumento das tarifas, a situação das companhias se tornou desanimadora, com o número de passageiros diminuindo a cada mês, apesar dos recentes esforços e enxugamento do setor, com a possível fusão entre Varig e Tam. Nem a mais nova concorrente, a Gol, escapa desse cenário. Apesar de não ter registrado prejuízo no último ano, a empresa cancelou as metas de expansão de rotas e aquisição de novas aeronaves, devido a incertezas que pairam sobre o transporte aéreo brasileiro.

Além da aviação civil, o transporte aéreo militar também enfrenta graves problemas pela falta de recursos para a manutenção das aeronaves e substituição da frota antiga da Força Aérea Brasileira.

Dessa forma, torna-se imprescindível a realização de tal audiência, em virtude da importância do assunto, a fim de que se tenha uma melhor compreensão das causas desse problema e de como o governo brasileiro pretende atuar para recuperar o sistema aeroviário, meio de transporte importante que hoje está severamente ameaçado.

Autor: Senador César Borges."

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Entendo que é um requerimento importante. Nós já havíamos acordado que dentro daquela primeira reunião que fizemos com os membros das companhias aéreas e do DAC seria importante ouvirmos o Ministério da Defesa e o Ministro do Turismo, então entendo que o requerimento deva ser aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Temos também um outro requerimento que já foi aprovado, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, sobre as companhias aéreas regionais. Temos uma audiência com o Ministro do Turismo e da Defesa e uma com as companhias regionais. Gostaríamos de agendar essas duas convocações.

Faço uma consulta aos companheiros sobre qual seria melhor agendar primeiro: Ministro da Defesa e do Turismo ou companhia regionais?

Gostaria de ouvir os Senadores para saber qual seria importante ouvirmos primeiro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Os dois Ministros da Defesa e do Turismo irão tratar do problema também das companhias regionais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O problema das companhias regionais no momento não é tão grave como o das nacionais, porque hoje estamos vendo uma crise nas companhias aéreas nacionais. A fusão da Varig e da TAM, que pode acontecer a qualquer momento, está deixando todos muito preocupados, os usuários do sistema, porque o que se sabe é que as companhias estão em situação pré-falimentar. Então, ouvir os dois Ministros com urgência é missão desta Subcomissão.

Entendo que se pudéssemos marcar as duas seria interessante. Em não sendo possível assim proceder, se pudéssemos marcar o requerimento do Ministro da Defesa e o do Turismo em primeiro lugar seria um tanto adequado, até porque poderíamos colocar com S. Ex^{as} o problema da viação regional, que é a proposta do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, essa questão dos vôos regionais é muito séria. Isso está ocorrendo em todo o País. No meu Estado tínhamos um vôo diário da TAM para duas cidades do interior, Jiparaná, no centro do Estado, e Vilhena, ao sul do Estado, mas já há mais de seis meses esses

vôos foram suspensos, sem nenhuma previsão de volta. Em São Paulo, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, e no Rio Grande do Sul, os vôos regionais da TAM e da Varig também foram quase todos eliminados. Tal procedimento trouxe um prejuízo muito grande aos Estados. No meu Estado, por exemplo, na cidade de Vilhena, há um turismo muito forte. Quase que diariamente, muitas pessoas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros Estados se dirigiam para o Vale do Gaporé para pescar. Isso acabou. O centro do Estado, área industrial e comercial, também ressentiu a falta desses vôos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador, V. Ex^a permite?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o problema é das companhias regionais ou dos vôos regionais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A proposta do Senador Eduardo Azeredo é das companhias regionais.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A TAM nasceu como uma companhia regional. Quer dizer, não sei se hoje ela é regional ou não.

Como seria essa definição de companhias regionais? Porque a Varig, pela Rio Sul, que é uma fusão que também foi feita no passado, Varig/Rio Sul, faz muitos vôos regionais. A TAM, apesar de ter tirado alguns vôos de algumas regiões, ainda continua fazendo regionais.

Então não sei como seria essa definição: só as empresas que fazem vôos regionais ou as empresas grandes que também fazem vôos regionais.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Porque entendi que seria só as que fazem vôos regionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O levantamento que fizemos determinou que existem onze companhias regionais. Seria muito bom marcar a data para ouvi-las.

Apenas quero informar que estamos com muita dificuldade em acertar a data conjunta para os Ministros da Defesa e do Turismo – quando um pode o outro não pode. Existem duas datas que eu queria deixar, previamente, agendadas – dias 28 de agosto e 04 de setembro -, e até depois de amanhã teremos a confirmação se os dois estarão juntos. Todas as duas seriam quinta-feira pela manhã.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quinta-feira à tarde está sendo agendada a

presença do Vice-Presidente da República. S. Ex^a fará uma exposição no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Faríamos a reunião da Subcomissão pela manhã.

Se for confirmada a audiência dos Ministros no dia 28 de agosto, poderíamos deixar já, previamente, agendado para o dia 04 de outubro as companhias regionais. Perfeito?

Fica aprovado assim? (Pausa)

Está aprovada a sugestão.

Se a audiência dos Ministros for confirmada para o dia 04 de outubro, receberemos no dia 11 de outubro as regionais.

Vamos passar para os gabinetes dos Senadores o levantamento que fizemos sobre as companhias regionais, porque em algum Estado pode haver alguma companhia que não conhecemos. Seria importante trazer todas as companhias para discutir o assunto com maior profundidade.

Primeiro item da pauta é a avaliação do estudo técnico das matérias que estão em tramitação no Congresso Nacional.

Temos um levantamento, já apresentado aos Srs. Senadores, de todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional. Estamos tentando agilizar a votação dessas propostas. Em cada propostas, temos uma nota técnica, feita pela assessoria técnica do Senado, que trabalha no sentido de apreciar cada um dos projetos e o que nós vamos entregar hoje. Não dará tempo de todos acompanharem, mas seria interessante, na próxima reunião, termos um estudo mais profundo sobre o assunto para podermos determinar como ajudar na tramitação desses projetos. Seria interessante que todos os Senadores estudassem essa avaliação técnica que estão recebendo para que na próxima reunião possamos debater com maior intensidade.

O segundo item da pauta é aprovação do plano de trabalho da Subcomissão. Temos com essas duas sessões agendadas para os dias 28 e 4 quando poderíamos preparar um plano de trabalho em comum acordo com os membros da subcomissão. Exatamente por isso queremos acatar as propostas dos trabalhos que faremos daqui para frente.

Temos uma proposta que estou considerando inviável que é a criação de grupos temáticos para o **trabalho seguir com maior rapidez**. Fizemos uma proposta de criar o grupo de trabalho de aviação civil, orçamento, reforma tributária e legislação trabalhista. Mas, tendo em vista o nosso **quorum** prejudicado, te-

nho medo de distribuir em grupos temáticos e gostaria de ouvir meus companheiros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Realmente o Presidente tem razão. Poderíamos ter relatores individuais.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, acredito também como o Senador Garibaldi Alves diz de ter relatores para cada tema, como estamos trabalhando na Comissão de Segurança, porque na realidade cada subcomissão só tem 7 membros e nós aqui estamos com ampla maioria. Então, realmente, as subcomissões são pequenas e na subcomissão de segurança estamos trabalhando assim. Tivemos o relator da Lei das Execuções Penais, o Relator da questão das armas, do crime organizado e eu sou Relatora do Crime Organizado.

Então, cada Senador pegou um tema e é o Relator e apresenta em cada sessão. Não sei se seria possível o mesmo tipo de divisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Já elencamos os temas: aviação civil, que está muito em pauta no momento; orçamento, para tentarmos ajudar o orçamento do próprio ministro, porque senão no ano que vem não teremos um orçamento condizente com a criação do Ministério; reforma tributária e legislação trabalhista.

Então, dentro desses temas, gostaria de saber...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Senador Relator se incumbiria de apresentar o relato sobre o tema para discussão na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quanto ao tema aviação civil nós poderíamos escolher um dos nossos companheiros para ficar com esse tema.

Algum dos presentes aceitaria esse desafio? (Pausa)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Existiria previsão de datas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Não. Aviação civil talvez seja o assunto mais importante porque teremos audiências sobre o tema. Como a proposta é do Senador Eduardo Azeredo e outra do Senador César Borges poderia ser um dos dois. (Pausa)

Então, podemos escolher o Senador César Borges, que elaborou o requerimento para ouvirmos o Ministro do Turismo, para relator da aviação civil. Quem é da Comissão de Orçamento? (Pausa)

Então, já está escolhida a Senadora. Seria importante o prestígio de V. Ex^a na Comissão de Orçamento para aumentar o investimento em turismo den-

tro do Orçamento da União. A Senadora Serys Slhessarenko ficaria com o orçamento.

A reforma tributária relaciona-se em grande medida com a aviação civil. Se a aviação civil, no Brasil, não envolver reforma tributária, vamos ter sérios problemas. As companhias serão viáveis somente se conseguirmos ajudá-las na reforma tributária. (Pausa)

O Senador Valdir Raupp na reforma tributária e legislação trabalhista.

Senador Garibaldi Alves Filho? (Pausa)

Aprovado, por aclamação.

O SR. VALDIR RAUPP(PMDB – RO) – Presidente, só para eu entender a questão da reforma tributária, seria elaborar uma proposta para ser inserida na reforma tributária?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Acho que seria uma forma de ajudarmos o turismo.

O SR. VALDIR RAUPP(PMDB – RO) – Nesse setor da aviação civil?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nessa visão, não só a aviação civil, mas incentivar o turismo do Nordeste, do Centro-Oeste, incentivo fiscal, entre outras propostas que poderemos sugerir.

O SR. VALDIR RAUPP(PMDB – RO) – A aviação e o turismo em geral?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Estão me lembrando aqui que a unificação de INSS de hotéis é um assunto muito importante. Se queremos incentivar o turismo no Brasil teremos que, dentro da reforma tributária, buscar um caminho.

Um outro assunto muito importante que ainda não trouxemos para esta Subcomissão é a Infraero. Seria importante já deixarmos pré-agendada uma reunião com o Presidente da Infraero. (Pausa)

Já está aprovado um requerimento do Senador Eduardo Azeredo, dentro da CAE, convidando o ex-Senador Carlos Wilson. Então, não precisamos fazer. Apenas acompanharemos a CAE, vamos tentar agilizar essa convocação, vamos falar com o Presidente da CAE, Senador Ramez Tebet, para agendar essa reunião. (Pausa)

Estão me informando que a reunião já está agendada para a primeira e a segunda semana de setembro. Então, fica resolvido o problema da Infraero.

Nós também temos na pauta um pedido de audiência ao Presidente da República para os membros da Subcomissão. Temos um ofício do Senado, temos o requerimento pronto, eu poderia assinar aqui neste momento.

Gostaria de saber se todos estão de acordo. (Pausa)

Então, já assino aqui e os companheiros já assinam também. (Pausa)

Dentro do orçamento temos um pedido de audiência com o Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci, em conjunto, para facilitar o seu trabalho, para discutir o orçamento. Então, temos agendados quatro pedidos de audiência. Não podemos pedir audiência sem aprovação da Subcomissão.

Queria saber se todos estão de acordo em pedirmos audiência ao Presidência da República, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro do Meio Ambiente e ao Ministro dos Esportes. De acordo com as agendas, deixaríamos os pedidos de audiências protocolados e iríamos fazendo as audiências, todas sobre o assunto do turismo, ajudando o turismo em todos os segmentos. (Pausa)

Então, ficam também aprovados os pedidos de audiências, que serão assinados por todos os companheiros da Subcomissão, para que possamos fazer essas audiências em comum acordo.

Esse é o plano de trabalho que estabelecemos para os próximos, imagino, dois meses, as audiências públicas, as audiências nos Ministérios e principalmente esse trabalho da relatoria dos assuntos prioritários e temáticos dentro da pauta da Subcomissão de Turismo.

Tivemos, recentemente, uma visita de alguns secretários estaduais de turismo e, naquela oportunidade, fizemos até uma reunião, em que estavam o Senador Garibaldi Alves Filho e o Senador Valdir Raupp, na qual surgiu a idéia de solicitarmos, como está fazendo a Câmara, a criação da comissão permanente de turismo. Esse é um assunto que devemos debater oportunamente, mas já podemos tentar renomear a Comissão de Assuntos Econômicos para Comissão de Assuntos Econômicos e Turismo. Mudar a nomenclatura do nome da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, para que tenha um maior peso.

Com a aprovação do plano de trabalho, o último item da pauta é a participação da Subcomissão em eventos nacionais.

O Ministro tem convidado os membros da Subcomissão para eventos. Os dois principais eventos são: 45º Congresso da Indústria Hoteleira, de 23 a 26/09, em São Paulo, no pavilhão de exposições, no Anhembi; e o 31º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem, de 22 a 26 de outubro, no Rio de Janeiro. São esses os dois eventos programados para os próximos sessenta dias. Seria bom que os Parlamentares já se organizassem para ver quais que gostariam de ir a esses eventos, dentro das suas agendas, para

que possamos fazer contatos com os organizadores. Compreendo a agenda lotada de cada um dos Srs. Parlamentares, mas seria importante que comparecêssemos a esses eventos com um grupo de três ou quatro Senadores, pelo menos.

O Senador Mão Santa também nos prestigia com a sua presença.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – GO) – Sr. Presidente, sugiro que V. Ex^a encaminhe um ofício ao Ministro de Turismo solicitando, quando S. Ex^a for visitar os Estados, para um evento do Governador ou de uma Prefeitura, que S. Ex^a comunicasse aos membros da Subcomissão de Turismo para que pudesse estar presente – cada um no seu Estado – e que esses eventos fossem marcados numa sexta-feira ou nos fins de semana e não meio de semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Perfeito. Estou totalmente de acordo. Se o Ministro aqui estiver conosco na próxima semana, teremos uma conversa com S. Ex^a nesse sentido, pedindo para agendar daqui para frente. Possivelmente, fica dia 28, na semana que vem. Então, nós teremos já este assunto.

Então, o importante nesses dois encontros, tanto para Equipotel como para a Abavi é a sessão de abertura. Na sessão de abertura, é muito importante a presença. A Equipotel é uma feira muito grande de equipamentos hoteleiros e a Abavi é muito conhecida. Então, ambos eventos são muito grandes. Já estive na Equipotel porque trata de todo um equipamento de turismo, de hotelaria. É muito interessante.

Senador Valdir Raupp, os fóruns que nós temos aqui agendados obedecerão ao seguinte calendário: dia 21, Paraná; dia 22, no Rio Grande do Sul; e, dia 2 de setembro, Santa Catarina. Os outros, ainda, não estão marcadas as datas. Vamos ver se, quando ele estiver aqui conosco, teremos essas datas agendadas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quando foi realizado o fórum de Rondônia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – O fórum de Rondônia realizou-se na sexta-feira, já aconteceu.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Ministro esteve lá, na sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Esteve no dia 8 de agosto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu não recebi convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Não recebeu convite? Então, temos que ver isso.

Encaminhamos um ofício ao Presidente Sarney, e ao Diretor de Comunicação desta Casa pedindo espaço para o programa TV Turismo Brasil, que quere-

mos preparar de acordo com o Encontro do Pantanal em parceria com a Confederação do Comércio.

Passo às mãos dos Srs. Senadores cópias do citado ofício para que possamos marcar um encontro com S. Ex^a em comum acordo para tratar do assunto.

Sobre o assunto das videoconferências, fizemos a primeira videoconferência e podemos fazer a segunda. Mas eu não queria marcar essa data sem ouvir os companheiros. Se vale a pena agendar essa data para essa videoconferência, se é melhor aguardar um pouco, se passamos essas duas audiências públicas e esperamos um pouco para agendar. A idéia era fazer as videoconferências regionais com assunto regionais.

Vou ler um relatório dos próximos eventos que teremos.

Temos, hoje, o Congresso da Brasel, em Recife.

Nos dias 11 a 14 de setembro teremos a Feira de Turismo de Minas Gerais. V. Ex^a está sabendo, não é Senador Eduardo Azeredo? (Pausa)

Então, a Subcomissão já pede, encarecidamente, ao Senador Eduardo Azeredo que, pelo menos, participe da abertura dessa Feira, se possível, representando a CAE.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em que dia será?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Otávio) – Será dos dias 11 a 14 de setembro.

Temos, nos dias 23 a 26 de setembro, a Equipotel, em São Paulo.

Temos, no dia 07 de outubro, a Fenaostra, em Florianópolis.

Temos no dia 22 de outubro, a Abavi, no Rio de Janeiro.

Temos em outubro, não marcada a data ainda, a Ecolatina, em Minas Gerais, também Senador Eduardo Azeredo.

E, depois, temos no 13 de novembro o Festival do Turismo de Gramado. Não temos ninguém representando o Rio Grande do Sul em nossa Subcomissão.

Esses são os encontros. Os mais importantes são a BH e a Abavi. Nesses dois encontros, a Presidência estará presente. Queremos saber quais Senadores estarão dispostos a estarem presentes também, para que possamos já preparar a passagem, hospedagem, etc. Poderíamos levar uma boa quantidade de membros da Subcomissão. Todos estão convidados, mas sei da dificuldade. O dia 22 de outubro cai numa quarta-feira. Teríamos que fazer um esforço enorme, para, quem sabe, sairmos aqui de Brasília depois do expediente, depois da Ordem do Dia, e darmos um

pulo no Rio de Janeiro, para a abertura da Abavi. A instalação será na noite do dia 22 de outubro.

Hoje, em Recife, está sendo realizado o Congresso da Brasel, que diz respeito a bares e restaurantes.

Esses são os eventos inerentes ao turismo, são os grandes eventos nacionais.

Com isso, terminamos a pauta da nossa Ordem do Dia.

Ficam aprovados os requerimentos, marcadas as datas e escolhidos os Relatores dos assuntos temáticos referentes ao Turismo.

Fica, então, a informação ao Senador Eduardo Azeredo, que não estava presente.

Senador Eduardo Azeredo, alguma coisa?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Queria apresentar só mais um requerimento. Refiro-me ao pessoal do turismo de cruzeiros marítimos. Depois vou formalizar o requerimento. Trata-se do turismo dos cruzeiros marítimos do Brasil. Essa área tem crescido muito. Seria interessante que a Subcomissão pudesse ouvi-los também para saber quais são os seus problemas. Parece que há muitos problemas do ponto de vista trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nós teremos uma reunião possivelmente na próxima semana. A próxima reunião será uma audiência pública, mas nós faremos uma pauta extraordinária só para aprovar esse requerimento, que é muito importante, pois temos aí um problema seriíssimo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, queria pedir o seu apoio para que aquele projeto de minha autoria, aquele que prorroga o prazo de estadia de embarcações de recreio de outros países em nosso País possa efetivamente ser apreciado e votado por esta Subcomissão e pela CAE o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quero assumir esse compromisso, mas o projeto está na CAE.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O projeto teria que passar aqui primeiro para uma aprovação da Subcomissão de Turismo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Entendo que deveríamos colocar esse projeto já na pauta da CAE, porque no que se refere à Subcomissão ele está devidamente aprovado. Há um consenso a respeito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Poderia haver um relator aqui e ele seria também o da CAE. Talvez isso reforce a aprovação na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Falarei com o Senador Ramez Tebet para que seja escolhido um relator da Subcomissão de Turismo. Se possível, eu me candidatarei ao cargo de relator desse projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos pela presença.

(Levanta-se a reunião às 18h10min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão de Turismo

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, E TRIGÉSIMA QUINTA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, NO DIA QUATRO DE SETEMBRO DE 2003, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatro de setembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a Subcomissão Temporária de Turismo em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Serys Slhessarenko, João Ribeiro e Leonel Pavan. Havendo número regimental, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet, declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo audiência pública com a participação dos Srs. Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, Presidente da Infraero, Alfredo Maister, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional-Abetar, e do Major Brig. do Ar Washington Carlos de Campos Machado, Dire-

tor-Geral do Departamento de Aviação Civil-DAC, a fim de discorrer sobre a atual situação estrutural e conjuntural da aviação regional no País, e os planos da Infraero para atendimento da demanda aérea do país, situação dos aeroportos brasileiros e planos para efetivação do uso do aeroporto de Confins, em atendimento aos Requerimentos nº 18-CAE, de 2003 e nº 02/03 da Subcomissão de Turismo, ambos de autoria do Senador Eduardo Azeredo. O Presidente, Senador Ramez Tebet, antes de passar a Presidência ao Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão Temporária de Turismo, justifica a ausência do Sr. Carlos Wilson, Presidente da Infraero, sendo este, portanto, representado pelo Brigadeiro Frederico de Queiroz Veiga, Diretor de Operações da Infraero. Ao assumir a Presidência, o Senador Paulo Octávio, agradecendo a presença dos convidados e abertura da reunião pelo Senador Ramez Tebet, passa a palavra ao autor do Requerimento, Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, a Presidência passa a palavra aos convidados para fazerem suas exposições. Usam da palavra para questionar os convidados os Senadores Eduardo Azeredo, Valdir Raupp, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Paulo Octávio**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs e Srs. Senadores, declaro aberta a 35ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos e a 8ª reunião da Subcomissão Temporária de Turismo, também extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Essa audiência pública tem a participação do Senador Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, Presidente da Infraero; Alfredo Maister, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, a Abetar; e do Major Brigadeiro-do-Ar, Washington Carlos de Campos Machado, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC; a fim de discorrerem sobre a atual situação estrutural e conjuntural da aviação regional do País, bem como sobre os planos da Infraero para o atendimento da demanda aérea do Brasil, a situação dos aeroportos brasileiros e dos planos para a efetivação do uso do Aeroporto de Confins, em atendimento aos Requerimentos de nº 18, da Comissão de Assuntos

Econômicos, e de nº 02, da Subcomissão de Turismo, ambos de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

A Presidência informa que, por ter compromissos inadiáveis nesta data, o Presidente da Infraero, o ex-Senador Carlos Wilson, que manifestou várias vezes a sua vontade de comparecer à Casa a que pertenceu e cujo mandato de Senador soube dignificar e honrar, muito contribuindo para os trabalhos do Senado da República, não poderá comparecer hoje a esta audiência, mas encontra-se presente para representá-lo o Brigadeiro Frederico de Queiroz Veiga, digníssimo Diretor de Operações.

Os convidados já se encontram no plenário desta Comissão.

Peço a todos que tomem os seus respectivos lugares, que estão assinalados. (Pausa)

Srs e Srs. Senadores, antes de seguir o Regimento da Casa, mais precisamente, o art. 94 e seus §§2º e 3º, a Presidência sente-se no indeclinável dever de fazer breves considerações.

Primeiramente, para enaltecer os trabalhos que o Senado vem realizando, por intermédio da Comissão de Assuntos Econômicos, tão ampla em suas atribuições e com tanta vontade de abordar os problemas deste País, que está funcionando com todas as subcomissões que o Regimento Interno lhe permite.

V. Exª, Senador Paulo Octávio, que é o vice-Presidente desta Comissão, de transcendental importância, tem dividido comigo a direção desses trabalhos. Sabemos, por exemplo, que, desta reunião, frutos serão colhidos. Devemos isso à sua Presidência, ao tino do eminente Senador Eduardo Azeredo, seguido por todos os Senadores desta Comissão e da subcomissão, que tem por objetivo discutir bem os problemas que afligem as companhias aéreas deste País, a situação em que se encontram a aviação no Brasil, os nossos aeroportos e a sua segurança.

Venho do Mato Grosso do Sul. Vou me permitir citar como exemplo a minha própria cidade, Três Lagoas, que está ainda aguardando seu aeroporto. Peço a V. Exª que anote isso, porque seria muito difícil para mim comparecer aqui e não falar num aeroporto que está amplamente prometido Em Campo Grande, também há benefícios a serem feitos e assim em todos os aeroportos do Brasil. Mas eu pediria a V. Exª que levasse esse apelo pessoal que faço ao Presidente Carlos Wilson, que foi 1º Secretário desta Casa, cuja ausência aqui compreendemos, mas lamentamos muito, porque realmente seria uma grande oportunidade. Sei que S. Exª lamenta, como também nós todos estamos

lamentando a sua ausência, mas temos convicção de que a presença de V. Ex^a e de todos que aqui se encontram representando a Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) suprirá a falta daquele que por tantos anos honrou o mandato que o povo pernambucano lhe confiou nesta Casa.

Vim a esta reunião porque ela é uma reunião conjunta. Como os méritos disso pertencem – como já ressaltai – à Subcomissão Temporária de Turismo, mais do que propriamente à Comissão de Assuntos Econômicos, quero ter a honra de passar a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Obrigado, Sr. Presidente. Assumo com muita honra a Presidência, que perde bastante de seu brilho pela necessidade de ausência do nosso Presidente da CAE, Senador Ramez Tebet. Em nome de todos os membros da Subcomissão, agradecemos a presença de V. Ex^a e a abertura brilhante do nosso trabalho.

Dando prosseguimento à nossa reunião, iniciamos a nossa audiência pública, atendendo convocação do eminente Senador Eduardo Azeredo, que apresentou requerimento à Subcomissão Temporária de Turismo, em 15 de abril de 2003, com o seguinte teor:

Requeiro, em conformidade com os termos regimentais, à Subcomissão de Turismo, sejam convidados a participar de audiência pública o Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional – Abetar; o Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil – DAC; para prestarem esclarecimentos sobre a atual situação estrutural e conjuntural da aviação regional no País, focalizando particularmente os seguintes aspectos [e esses aspectos são os mais importantes da nossa reunião]: 1º) Qual é a política adotada pelo Departamento de Aviação Civil – DAC para as concessões públicas que regulam a exploração comercial dessa atividade econômica; 2º) Quais são e onde operam as empresas de transporte aéreo regional; 3º) Se existe alguma política que subsidie o uso de combustível utilizado pela aviação regional; 4º) No quadro global da aviação regional, é significativa a parcela de passageiros que a utilizam por motivações turísticas, como por exemplo turismo de negócios, de aventura ou de ecoturismo, dentre outros; 5º) Finalmente, como se encontram hoje as condições dos aeroportos e pistas de pouso utilizados pela aviação regional e que tipo de empresas os administram.

Justificação

Estratégica, por ser um dos vetores do desenvolvimento das regiões brasileiras, a aviação regional contribui de forma exclusiva para o aumento dos fluxos de passageiros e cargas e de turistas que demandam as rotas nacionais. Ao mesmo tempo, essas empresas facilitam o transporte mais rápido de brasileiros, sobretudo de doentes que residem em locais isolados e distantes dos centros médicos do País.

Nesse sentido, para que a Subcomissão avalie essa questão, entendo ser conveniente o debate a respeito da segmentação do transporte aéreo e de suas relações no mercado interno nacional

São essas as considerações.

É esse o requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para encaminhar o requerimento e dar esclarecimentos adicionais aos nossos convidados.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, a questão que nos levou a solicitar a presença de V. Ex^{as} foi exatamente a preocupação com o desenvolvimento da aviação no Brasil e sua consequência para o desenvolvimento do País. Não diria apenas para o turismo ou para a segurança, pois a questão abrange a própria necessidade de comunicação entre as regiões tão distantes deste País continental.

Várias informações têm sido veiculadas recentemente na imprensa. Trouxe comigo várias matérias recentes, como, por exemplo, a da revista **Veja**, sobre a evolução recente das empresas regionais, visando ocupar o espaço que as grandes empresas deixaram vazio.

Sabemos bem que chegamos a ter mais de duzentas cidades do Brasil com vôos regulares. O Brigadeiro que aqui esteve anteriormente deu-nos essa informação. Hoje, o número de cidades servidas pela aviação comercial é de pouco mais de cem. Gostaria de ouvir uma explanação sobre como a aviação regional poderia cobrir esse vazio deixado pelas grandes empresas, o que é fundamental para um País com a dimensão do nosso.

Abordo outra questão relativa aos aeroportos brasileiros, que diz respeito à Infraero. Sabemos que existe ociosidade em alguns grandes aeroportos – e isso custou muito ao contribuinte brasileiro –, como no aeroporto de Confins e no aeroporto do Galeão; ao mesmo tempo, há superlotação no aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro; na Pampulha, em Belo Horizonte; em Congonhas e Guarulhos, em São Paulo, tendo em vista a concentração de linhas na capital paulista. Indago ao Brigadeiro sobre a disciplina

em relação às linhas aéreas, sobre o que o Governo pode fazer para incentivar o crescimento da aviação regional com a construção e a manutenção de novos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dando prosseguimento, passamos a palavra ao Dr. Alfredo Maister, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, para fazer sua exposição.

O SR. ALFREDO MAISTER – Ex^{mos} Senadores, autoridades, pode parecer um contra-senso, quando estamos envolvidos numa das maiores crises da aviação nacional, vir aqui representar as pequenas empresas e dizer que estamos num momento de otimismo e de boas perspectivas de futuro para o nosso segmento. Digo o porquê desse otimismo: primeiramente, os grandes grupos, as grandes companhias aéreas deixaram de atender grande parte das cidades do interior brasileiro e, com isso, temos a possibilidade de investir nesse segmento.

O que é muito importante – agradeço especialmente ao DAC, ao Comando da Aeronáutica – é que atualmente temos um documento, uma nova política, uma regulamentação para o nosso setor. E isso nos traz segurança. Logicamente, nem tudo é positivo. Como consta do próprio documento, do convite, existem os gargalos, e, infelizmente, são muitos.

Não podemos deixar de falar da variação do combustível. Não estamos nem dizendo que este ano subiu 50% e baixou 40%, mas que houve variação mensal. Nessa segunda-feira, quando chegamos na empresa, fomos surpreendidos com a notícia de que, a partir daquele dia, daquela segunda-feira, o combustível havia subido 11%. Quando sabemos que o custo do transporte aéreo é combustível, ao recebermos 11% sem aviso, é lógico que desestrutura qualquer planejamento financeiro de qualquer segmento.

Poderia fazer um apelo no sentido de estudar uma possibilidade, quem sabe, essa correção, esse ajuste passe para seis meses, um ano, para que tenhamos condições de programar as nossas empresas.

A variação do dólar, não há necessidade de comentar, V. Ex^{as} sabem, nos prejudica muito. Não temos nenhum tipo de financiamento. Não temos direito a financiamento nenhum. Houve um caso recente em nossa empresa sobre a questão de unificar a frota, em que precisamos vender uma aeronave, um Brasília, ou seja, um avião brasileiro. Levamos dois anos com vários interessados, mas não existia um financiamento adequado. Fomos obrigados a vender para um banco americano nas condições por ele impostas

porque não havia outra opção, em função de falta de financiamento.

Podemos citar como exemplo: estamos concluindo a construção de um hangar com grande dificuldade, para ver se nos livramos do tal aluguel. Como estamos construindo esse hangar no terreno da Infraero, não temos direito a financiamento. Se fosse um outro caso, poder-se-ia haver um financiamento de construção. Mas, nesse caso, como construímos no terreno da Infraero, banco nenhum financia. E o que é pior, ao terminarmos a construção, esse imóvel passa para a Infraero, nem mesmo faz parte do nosso patrimônio, não entra na nossa contabilidade ao menos para melhorar nosso cadastro junto a bancos. Portanto, não temos auxílio algum nesse setor.

Precisamos deixar claro também sobre o custo Brasil. Se existe hoje um custo Brasil, que falamos, no momento econômico, em termos de 700 pontos, acredito que o custo Brasil do setor aéreo praticamente dobre, porque estamos pagando a conta dos vários desencontros de nossas empresas, nos últimos anos, como falência, por exemplo. Isso repercute, logicamente, no exterior. E, no momento em que se fizer um negócio, esse custo é embutido.

Agora, parece-me que não está bem definido, o IPVA sobre aeronaves. Estamos lutando para que isso não aconteça.

Suplementação já existiu há anos. Hoje, existe uma forte corrente. Parece que já está definida. Essa suplementação se faz necessária, para atender – e deveria se fazer um estudo aprofundado –, por exemplo, uma cidade turística. O Governo deveria estabelecer uma suplementação para quem se dispuser a fazer o trecho de Belo Horizonte. Há ali uma cidade, que não me ocorre o nome. Mas, afinal, um incentivo, precisamos de uma parceria, de uma ajuda a mais, porque não temos dúvidas de que a aviação regional tem muito a crescer no Brasil. Digo mais, com aviões a partir de nove lugares, ou seja, aviões turbo-hélice, acredito que o Brasil não está em condições de interligar cidades do interior com jatos, aviões de alto preço. Temos o turbo-hélice, que é um avião atual, que estamos fabricando hoje, com um custo muito menor.

Uma das grandes preocupações que temos atualmente é sobre essa política, essa regulamentação. Se não me engano e pelo que notamos na imprensa, está havendo um bombardeio por parte de alguns Ministérios, alguns políticos e autoridades muito importantes do nosso Governo. Isso nos preocupa muito, porque precisamos de uma regulamentação para termos condições de investir com segurança.

Vale lembrar a V. Ex^a – trata-se de uma comparação – que há o setor rodoviário, o transporte rodoviário: quem faz São Paulo–Recife são duas ou três empresas. Houve licitação, e, como sabem que operarão durante os próximos 10 ou 15 anos, têm segurança para investir.

Hoje, pelo menos até este momento, fomos sempre sufocados pelos grandes grupos. Não tivemos oportunidade nem condição de nos desenvolver, e acho que é um segmento a ser explorado. Em princípio, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Propomo que ouçamos os três e depois façamos as questões. De acordo? (Pausa)

Passo a palavra ao Major-Brigadeiro-do-Ar Frederico de Queiroz Veiga para fazer a sua exposição.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Exm^a Sr. Senador Paulo Octávio, Presidente da Subcomissão de Turismo, Srs. companheiros da Mesa, Exm^{as} Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, a mensagem do Presidente da Infraero, Carlos Wilson, é a de que lamenta não poder estar presente. Mas interessado nos assuntos que serão tratados aqui, cabe-me a honra de vir a este fórum, que considero muito especial, para trazer uma palavra sobre a nossa empresa, a Infraero.

Identificamos no Congresso brasileiro o fórum mais importante para a sobrevivência desse sistema, que considero extraordinário, criado pela Aeronáutica em 1971. Até há certa curiosidade: a conta de luz do aeroporto de Brasília era paga por um comandante da Força Aérea; a partir disso, de outubro de 1971 até 12 de dezembro de 1972, foi elaborado um projeto e criada a lei de formação da Infraero, que começou a atuar em 31 de maio de 1973.

A Infraero completou 30 anos e é uma empresa – não posso perder a oportunidade de passar a V. Ex^a a visão que temos – pública, rentável, que procura não onerar os cofres públicos, criada pelo Ministro Araripe Macedo e que hoje cobre 144 localidades do Brasil, com 65 aeroportos e 83 Grupamentos de Navegação Aérea.

É uma empresa pública rentável, como disse, com continuidade administrativa exemplar. O Presidente da empresa, que participou daquela comissão que verificava as obras inacabadas do Governo, tem uma boa visão disso; é um fato extremamente relevante a Infraero não ter obras inacabadas. É também, dentro do cumprimento de suas atividades estatutárias, uma empresa que distribui riquezas no País, o que é uma preocupação dos nossos governantes e po-

líticos, um anseio grande da sociedade que se torna bastante difícil de implementar. A Infraero faz exatamente isto: aufere, superavitariamente, em sete aeroportos, recursos para aplicar ao longo dessas 144 unidades da União.

É também participante do desenvolvimento regional e contribui para a integração nacional. Para fazer uma idéia, temos uma estação de navegação em lauretê, Cabeça do Cachorro, que inclusive é chefiada por um índio. Essa é, em breves palavras, a Infraero.

Eu gostaria de abordar ligeiramente um assunto que considero extremamente relevante. Estamos falando em economia. Eu participei da privatização da Celma, a primeira empresa brasileira a ser completamente privatizada. No seu processo de privatização, infelizmente, nós, na Aeronáutica, não conseguimos evitar que ela fosse aberta à participação estrangeira em até 100%. Ela foi privatizada, hoje está completamente nas mãos de uma empresa estrangeira, e definindo. Trata-se de uma empresa de grande tecnologia, inclusive com capacidade de fazer peças importantes de motores aeronáuticos, que é um item extremamente crítico na composição de uma aeronave.

Eu participei também do início do processo de privatização da Infraero. Inicialmente, em seu edital, a Infraero estava 100% aberta ao capital nacional, graças à mudança havida em 1992 e à entrada do Presidente Itamar Franco, que teve a sensibilidade de atender aos anseios da Aeronáutica em reduzir essa participação. Nós chegamos – o Brigadeiro Lobo, o Ministro da Aeronáutica, com a ajuda do Presidente Itamar Franco – a 40%. Graças a Deus, essa empresa está livre de um domínio completo da empresa estrangeira. É uma segurança para nós. Em 1996, ela estava no vermelho; em 1998, estava no verde; em dois anos, passou a ser a principal empresa exportadora brasileira, posição estabelecida em 2000 e 2001.

Falarei agora sobre a não privatização da Infraero. A Embraer foi um sucesso. Quanto à Celma, nesse aspecto, foi uma pena que tivesse aberto tanto. Na Infraero, a privatização teria sido um fiasco, porque esse sistema se sustenta, como eu disse, pela distribuição de riqueza, e a privatização seria completamente danosa, porque estaria privatizando, obviamente, o que é rentável. Teríamos uma situação agravada quanto aos aeroportos, mas concordamos que precisamos fazer muito mais. Para tanto, são necessários recursos.

Eu trouxe aqui esta abordagem econômica, porque considero extremamente importante a posição de uma autoridade, o prêmio Nobel de Economia de 2001. Trata-se de uma pessoa que, por ter sido o que

foi e por sua posição adotada, merece ser mencionada aqui. Farei a breve leitura de um extrato, feito por mim, da introdução do livro desse cidadão, que é o Joseph Stiglitz.

"Acredito na privatização; na venda, digamos, de monopólios estatais para empresas privadas. Mas só se ajudar as empresas a se tornarem mais eficientes e diminuir os preços para os consumidores. E é mais provável que isso ocorra se os mercados forem competitivos, uma das razões que apóio, pelas sólidas políticas de concorrências."

Eu friso aqui a expressão "sólida política de concorrência", porque não verificamos essa circunstância de o nosso mercado ser sólido na concorrência. Em 1990, no último curso que fizemos da carreira, discutimos muito sobre a desregulamentação e falamos sobre a concorrência predatória. Tínhamos perfeito conhecimento do significado léxico da palavra no dicionário. Mas, verdadeiramente, hoje nós conhecemos perfeitamente bem o que era a concorrência predatória.

E prossegue Joseph Stiglitz: "Então, as políticas do FMI, em parte baseadas na suposição obsoleta [vejam a palavra utilizada aqui: "obsoleta"] de que os mercados, por si só, geram resultados eficientes, deixaram de permitir intervenções desejáveis no mercado por parte do Governo, intervenções que poderiam orientar o crescimento econômico e beneficiar a todos". E ele discorre, ao longo do seu livro, o que está em questão.

"Para finalizar, como Presidente do Conselho de Consultores Econômicos de Bill Clinton [ele era o Presidente do Conselho], tentei criar uma política e uma filosofia econômicas que enxergassem o relacionamento entre Governo e mercados como complementares, ambos atuando em parceria e que reconhecessem que, embora os mercados estivessem no centro da economia, havia um papel essencial, ainda que limitado, a ser desempenhado pelo Governo.

Eu havia estudado os fracassos dos mercados e dos governos e não era tão ingênuo a ponto de imaginar que o Governo pudesse corrigir todos os fracassos dos mercados; eu não era tampouco tolo a ponto de acreditar que os mercados por si só eram capazes de solucionar todos os problemas sociais."

A conclusão dessa leitura para mim é óbvia na necessidade – de que eu gostaria de falar – de regras que possam minimamente disciplinar esse setor especial e estratégico da nossa economia.

A respeito da aviação regional, eu acho que a Infraero apenas participa, mas nós temos aqui autori-

dade para falar sobre esse assunto, que é o DAC. Então, a Infraero, com todo respeito, se exime de falar qualquer coisa sobre a aviação regional, mas estamos abertos para qualquer debate no final das nossas apresentações.

Fundamentalmente, entraremos no nosso foco de Belo Horizonte. Eu digo grande Belo Horizonte, porque vejo ali o Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins e o Aeroporto da Pampulha.

(Projeção)

Aqui eu farei uma rápida viagem para mostrar a situação que eu acho que todos conhecem, mas para que vejam de uma maneira gráfica que seja bastante representativa da situação em que nós nos encontramos. Inicialmente, havia a Pampulha apenas e em 1984 foi inaugurado o Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins. A concepção inicial era de que Confins seria nacional e internacional e Belo Horizonte e Pampulha, regional e aviação executiva.

No final dos anos 80, veio a visão do voo direto ao centro, que estaria ligando São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, com a aviação regional e com limitação de aeronaves apenas a aeronaves turbo hélice – isso no final dos anos 80.

Depois, nos anos 90, houve aquela febre de flexibilização e globalização, uma onda fortíssima internacional; e nós não ficamos alheios aos acontecimentos internacionais. Porém, segundo a minha vivência de 63 anos de idade, pelo fato de seguir modelo dos outros sem levar na devida conta as condições de contornos, as peculiaridades de cada país, eu creio que nós embarcamos em uma canoa que foi excessiva; saímos de um extremo e fomos para um extremo muito afastado do que éramos, cuja virtude talvez devesse estar pelo meio. Nós fomos, literalmente, para um extremo muito afastado do que era a realidade.

Então, com os anos 90 a 5ª Conac trouxe uma flexibilização e em função disso naquela década houve aberturas, a política de governo foi sendo estabelecida e o nosso setor – com respeito aos companheiros do DAC – de regulamentação foi sendo obrigado a cumprir a política estabelecida para o setor.

Aconteceu a abertura para aeronaves a jato, em Belo Horizonte; também as ligações especiais entre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, ponto a ponto; prioridade aos operadores da ponte aérea e de São Paulo e Rio de Janeiro – então, ficaram Rio de Janeiro e São Paulo com uma prioridade para ponte aérea nesse primeiro instante – e demais ligações para regionais entre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Em 1996, houve uma liberação de Belo Horizonte para São Paulo, para as empresas nacionais. Então, as empresas de primeiro porte começaram a operar livremente em Belo Horizonte; e nos anos 2000, a liberação de serviços e destinos a partir dos aeroportos centrais.

Aí nós temos uma visão bastante sintética do que ao longo desses anos, no final da década de 90, a evolução da distribuição dos passageiros, em Belo Horizonte e Confins. Temos Belo Horizonte que, no começo, tinha tudo, até 1983 para 1984. O Aeroporto de Confins entrou em 1984, e Belo Horizonte, Pampulha, baixou a um nível muito reduzido o movimento de passageiros.

Ao longo desse tempo, tivemos – as liberalizações aconteceram na década de 90 – então uma migração fantástica do vôo de Belo Horizonte para Confins. Também verificamos que, apesar de tudo isso, ainda houve um crescimento do movimento de passageiros, fundamentalmente pela introdução do Plano Real, que deu um aquecimento na economia. Depois, em 1997, houve uma pequena parada em 1998. Em 1999, continuou a crescer. Em 2000, 2001, 2002, também foi o ano de maior movimento de passageiros na região de Belo Horizonte.

(Projeção)

A próxima transparência dá uma visão do movimento dos passageiros entre Belo Horizonte e Tancredo Neves, nos dois aeroportos. Então, temos 100% dos passageiros dos dois aeroportos. A faixa marrom, a parte marrom, corresponde à participação do Aeroporto da Pampulha, que foi crescendo. Hoje, quase que 90% do movimento dos dois aeroportos, em termos de passageiros, está concentrado em Pampulha.

Aqui temos as localidades atendidas a partir de Pampulha e de Confins. Quanto à evolução, de 1995 até 2002, vemos que Confins estava com 21 no começo e hoje continua praticamente com 21. Pampulha, 33 localidades, 50, 37 e voltou aos 33, num total de 54%. Quer dizer, fundamentalmente não variou a questão dos destinos. O que modificou muito foi o movimento dos passageiros.

Este gráfico – me desculpem, não iremos discorrer sobre tudo – ressalta a origem dos passageiros, passageiros com origem na Pampulha e os destinos, e o de Confins. Fundamentalmente, para resumir essa quantidade de números, dos passageiros da região, 80% se destinam a Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

(Projeção)

Aqui temos a destinação dos passageiros com origem em Pampulha, em Confins, em que verificamos que os destinos que aparecem com grande importância é Santos Dumont, Congonhas e Brasília, representando cerca de 80% do movimento dos passageiros que se originam em Pampulha e Tancredo Neves.

(Projeção)

Demanda e serviços. Hoje, o volume existente de passageiros, somando os dois aeroportos, é de três milhões e quinhentos mil passageiros/ano.

Então, por questão de aproveitamento da frota, as empresas procuram concentrar o seu serviço em um só aeroporto. Essa é a tendência das empresas. Elas procuraram, concretizaram e hoje concentram em um aeroporto, no Aeroporto da Pampulha. A concentração da demanda, como já ressaltai, se dá em cima de três localidades: os passageiros saindo de lá para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Quanto à nossa capacidade instalada na região, temos, em Confins e Tancredo Neves, uma capacidade para cinco milhões de passageiros/ano. E estão sendo utilizados 10% do seu potencial.

Lamentamos, a Infraero gostaria de ver esse aeroporto supermovimentado. Belo Horizonte, Pampulha, tem uma capacidade – isso baseado em padrões da ICAO de conforto, de nível bom de serviço – de um milhão e setecentos mil passageiros/ano. E já num nível bastante compacto 2,5 milhões de passageiros/ano. O nível de serviço, eu diria, tolerável, mas já bem concentrado. Pela Pampulha, ano passado, passaram 3.080.000 passageiros. Realmente, sexta-feira estive lá. É desconfortável; para nós é constrangedor ver o aeroporto tão cheio. Uma vez, conversando com o Sr. Nenen Constantino, disse-lhe que tinha feito um vôo no avião da Gol e me senti maravilhado: aeromoças polidas, avião limpo, confortável; senti-me confortável. Disse a ele: “Sr. Nenen, adorei entrar no seu avião e fazer o vôo que fiz. Gostaria que os nossos clientes da Infraero entrassem nos nossos aeroportos e pudessem dizer a mesma coisa; esse é o nosso anseio”. Então, estamos com uma sobrecarga que queremos corrigir.

Gerenciamento da demanda e capacidade. Hoje com o papel difícil que o DAC, a Aeronáutica fizeram do final do ano passado para cá, é difícil mesmo; politicamente complicado. Tive uma grande preocupação com o diretor do DAC em levar essa que já foi uma certa ordem na casa, quando, em março, foi emitida uma portaria procurando disciplinar, limitando o aeroporto, não só pela capacidade de movimento de pouso e decolagem.

Qual é o primeiro fator limitante para aquele aeroporto? Os aeroportos centrais ficaram limitados à capacidade primeira: limite que fosse atingida. No caso, foi o limite das salas de embarque. Mesmo assim, os senhores que viajam muito, principalmente quem vai a Belo Horizonte, Congonhas e Santos Dumont, percebem que ainda está muito...

Então, no caso de Pampulha, foi reduzida a 14 **slots** — o movimento de pouso e decolagem por hora para a aviação comercial. Pampulha tem mais: tem 35. A capacidade de movimento de pouso e decolagem da pista de Pampulha é 35. Mas, para a aviação o que pesa, o que limita o aeroporto está sendo então a aviação comercial; há sete posições de estacionamento de aeronaves, outra limitação grande existente lá também. Então, o DAC limitou a 14 **slots**, pousos e decolagens por hora, para a aviação comercial. O controle permite até 35 pousos e decolagens por hora na Pampulha.

Cheguei à empresa em começo de fevereiro e já havia um trabalho em andamento. Estamos agora para apresentar esse projeto ao DAC, com o fim de lançar essa licitação. O projeto destina-se a obras de adequação do terminal àquilo que está lá hoje. O entendimento da Infraero é adequá-lo para procurar dar um nível de conforto necessário e desejável aos passageiros que passam pela Pampulha; não aumentar a capacidade do aeroporto.

Essa obra que estará sendo projetada, programada é para adequar o terminal que temos lá hoje, porque, na nossa visão, a Pampulha é um aeroporto que tem grandes peculiaridades restritivas por causa do grande adensamento populacional no seu entorno. E outra coisa: o Brasil não é um país rico para estar descartando aeroportos.

Tive a oportunidade de ver a apresentação da Siemens, mostrando a Alemanha e a Espanha, países com condição econômica invejável, que fecharam aeroportos centrais — puderam se dar esse luxo — e construíram aeroportos a cem quilômetros de distância, porém com uma linha férrea expressa exclusiva para levar os passageiros que fazem **check-in** nesse aeroporto central e vão para o novo aeroporto. Mas a nossa economia não permite isso.

O aeroporto da Pampulha é bem conveniente, tem muito valor, tem a sua segurança também. Fui piloto — hoje estou na reserva —, fiz várias viagens com avião, que era exigente em termos de pouso, pousei muito em Belo Horizonte com um F-80 e T-33, que era péssimo em capacidade de frenagem, operei muito ali. Pampulha é um aeroporto muito útil e o belo-horizontino ama-o.

Fizemos sexta-feira, e acho extremamente gratificante essa união em torno de um aeroporto. O aeroporto é capaz de aglutinar atores da economia de uma maneira excepcional. Temos visto isso, vimos no Nordeste, vimos agora em Belo Horizonte, Mato Grosso. O Senador não está mais aqui, mas está nos convidando. Nós dissemos: convidem, chamem o DAC; o DAC é peça fundamental nesse contexto para aglutinar esses atores da economia. Podemos aglutinar, em torno de aeroportos, a indústria, o comércio, o turismo, a hotelaria, a agroindústria, as gemas em Belo Horizonte, como estamos fazendo. É entusiasmador ver que é possível um trabalho em sinergia em que um mais um resulta mais que dois. É possível mudar o cenário. Eu não acreditava muito, mas vejo esses trabalhos que estão sendo feitos, foi feito na terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) — Para concluir, porque estamos com pouco tempo.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA — Peço perdão.

Senador Azeredo, que apresentou a questão, nós a Infraero estamos querendo fazer o aeroporto Tancredo Neves; estamos até querendo evitar a palavra Confins que, de certa forma, dá uma idéia muito longe; queremos conquistar o belo-horizontino para ir para lá pela consciência para pegar avião. Queremos conquistar as empresas aéreas para lá, o que temos que dar? O Governo de Minas já avançou para estimular a presença em Tancredo Neves, onde começamos com o aeroporto indústria, com a participação da Receita Federal, e um trabalho do próprio Governador Aécio Neves quando presidente interino ao sancionar o decreto do aeroporto indústria. Peço desculpas, mas este tema para nós é extremamente importante. Agradeço a oportunidade em nome da Infraero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) — Brigadeiro, sua palestra é bastante enriquecedora, mas tenha a certeza de que o que faltou V. S^a vai responder; muitas perguntas serão formuladas.

Passo a palavra ao Brigadeiro Washington Machado, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil.

O SR. WASHINGTON MACHADO — Exm^o Sr. Presidente, Senador Paulo Octavio, Srs. Senadores, senhores presentes, companheiros de mesa, é sempre um prazer para o DAC estar presente nesta Casa e poder debater assunto tão fascinante para nós como é a aviação civil. Tenho uma apresentação que pretendo seguir, mas gostaria antes de fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, que realmente já tomamos nota do anseio do Senador Ramez Tebet, com relação ao aeroporto de Três Lagoas. O Senador Eduardo Azeredo, ao fazer a sua introdução, mencionou o desenvolvimento da aviação no Brasil e suas consequências para o desenvolvimento do País. Realmente a aviação é propulsora do desenvolvimento. Ela é talvez mais que isso. A aviação brasileira, principalmente para um País como o Brasil, é estratégica, ela tem um componente estratégico político. O DAC, o comando da Aeronáutica, o Ministério da Defesa não enxergam a aviação como um simples negócio. Enxergamos como um fator estratégico que merece atenção; é fundamental para a sobrevivência do desenvolvimento do nosso País.

V. Ex^a mencionou a questão dos aeroportos do Brasil, a ociosidade de uns e alguns aeroportos muito movimentados – outros aeroportos vamos mencionar no abrigo da nossa apresentação – e a disciplina do transporte aéreo e construção de novos aeroportos. O DAC está entendendo o transporte aéreo como uma atividade política e estratégica para o País, o órgão tem buscado junto à orientação do comandante da aeronáutica e do Ministério da Defesa dar uma regulamentação a essa que foi mencionada pelo Sr. Alfredo Maister que nos permite nos colocar numa posição equilibrada entre interesse do Estado, interesse do usuário e sustentabilidade da indústria.

Passaria agora à minha apresentação, procurando ficar nos 10 minutos que me foram atribuídos.

Vamos atender às linhas regionais, conceituação e características. Os dispositivos reguladores do transporte aéreo regional; o desempenho das empresas aéreas – como foi um pedido, não discriminamos empresas regionais; na verdade, elas para nós são todas nacionais, então, as empresas aéreas; aspectos da infra-estrutura aeroportuária, e depois uma conclusão e perspectivas do DAC. Muito do que vou apresentar o Brigadeiro Veiga já cobriu por parte da Infraero e nós já endossamos tudo o que foi dito, inclusive os anseios do Sr. Alfredo Maister, que foram apresentados também, o DAC comunga, apóia e entende como sua missão atender todos os anseios apresentados.

(Projeção)

A conceituação de linhas regionais engloba as aeronaves de capacidade reduzida e que atendem linhas de curtas distâncias, inseridas em regiões geográficas específicas. Por exemplo, a linha entre Rio e São Paulo não pode ser caracterizada como linha regional.

A linha regional pressupõe a ligação entre uma cidade maior e outra menor ou entre duas cidades menores, com mercado de baixa demanda, opera em aeroportos limitados, que muitas vezes não comporta grandes aviões. Como tem custos médios específicos elevados, necessita de subvenção, que chamamos de suplementação tarifária. Normalmente as linhas regionais não operam em aeroportos que têm todas as facilidades, como um aeroporto internacional, que tem facilidade de aproximação, pouso e todo o nível de serviço especificado para um aeroporto desse tipo. Isso dá às empresas que exploram as linhas regionais o perfil de bandeirantes, de desbravadores.

(Projeção)

Os dispositivos reguladores são: um decreto de 1975 e duas portarias de 2000.

(Projeção)

Esses são os dispositivos reguladores do transporte e também da suplementação.

(Projeção)

Como a suplementação é baseada em decreto, algumas empresas buscaram abrigo na Justiça e não contribuem com a parcela que deveriam contribuir. Com isso, a suplementação foi caindo.

(Projeção)

Com relação ao desempenho da indústria brasileira, fizemos um apanhado de 2000/2002, mas não temos ainda o de 2003.

Posso adiantar a V. Ex^{as} que os últimos três meses foram extremamente favoráveis ao desempenho da indústria brasileira de transporte aéreo dentro do contexto que estávamos vivendo. Já mencionei aqui que a receita de vôo entre 2001 e 2002 cresceu quase 13%, mas a despesa de vôo cresceu quase 14%. Então, se um empresa indústria consegue ter aumento de receita de 13% possivelmente o proprietário dela receberia o prêmio de empresário do ano. No caso de uma indústria cuja receita cresce 13% e o custo sobe 14% a situação fica difícil.

Os nossos empresários trabalharam muito bem. Podemos ter algumas críticas às gestões, mas temos de reconhecer que essa é uma realidade. Uma das principais causas desses problemas são os custos e os efeitos exógenos à aviação, de que já tratamos em outra oportunidade nesta Casa e que procurei não repetir, tendo em vista o tempo de dez minutos que tenho para apresentação.

(Projeção)

Quero, ainda, dizer uma coisa sobre a aviação regional.

Foi mencionado aqui pelo Senador Eduardo Azeredo que poucas cidades são atendidas. Realmente é verdade. O Brasil precisaria ter quatrocentos, quinhentos e até setecentos e cinquenta cidades atendidas. Temos setecentos e cinquenta aeroportos públicos que poderiam ser atendidos pela aviação regular, mas houve um número maior. O DAC sempre foi desfavorável à desregulamentação descontrolada. Sempre acreditamos que a desregulamentação exige um grau muito elevado de regulamentação. Parodiando os americanos, diríamos que céus abertos exigem olhos abertos. De alguma maneira, essas empresas menores ocupavam espaços, desenvolviam mercados e quando o mercado estava desenvolvido uma empresa maior ocupava o espaço delas. Depois, quando o mercado caía, ela saía, e a cidade ficava sem nenhum atendimento. Então, estamos procurando hoje regulamentar, estabelecer regras de entrada e saída, regras para que os empresários tenham condições de planejar e, planejando, se desenvolver, ter a sustentabilidade e, tendo sustentabilidade, atender o público e os interesses do País etc.

Com relação ao planejamento aeroportuário de investimentos, existem alguns aeroportos onde há interesse estratégico, como em um aeroporto perto da fronteira, ou o interesse federal, como no aeroporto de uma capital. Os Estados estabelecem seus interesses, suas prioridades, através do plano dos aeroportos estaduais. Os critérios de planejamento são: se existe demanda de passageiros e os interesses estratégicos. E existem critérios para localização de aeroportos: a proximidade do mercado e a topografia compatível. O custo para se implantar um aeroporto em alguns locais é tão elevado que não vale a pena, sendo necessário se fazer uma movimentação muito grande de terra ou não o permitindo a topografia.

O aeroporto pode ter categoria internacional, nacional ou regional. Os aeroportos internacionais cumprem as regras internacionais, são mais bem equipados, os nacionais seguem as nacionais e os regionais são aqueles, vamos dizer, que atendem a pequenas localidades, não são tão priorizados porque atendem aviões menores também.

Pode passar, por favor.

Aspectos da infra-estrutura portuária. O Brasil adota normas internacionais de segurança, normas brasileiras adotadas dentro de princípios internacionais. Então, não acreditamos em aeroportos inseguros. Se operado de acordo com as normas para a qual se destina e como se deve fazer, o aeroporto tem sua segurança. Não se pode querer operar à noite um aeroporto que não é categorizado para operação noturna.

Quanto ao investimento. Por exemplo, seria impraticável construir um aeroporto como o de Pampulha hoje, porque não teríamos nunca o retorno desse investimento. Mas o aeroporto de Pampulha é uma jóia, é uma preciosidade para a sociedade de Belo Horizonte, para o Estado de Minas Gerais, que precisa ser preservado. Algumas cidades que têm aeroportos centrais, que podem operar, que não têm dificuldade, preservam esses aeroportos. Em Londres, construíram um aeroporto dentro das docas e, apesar de **Heatrow** ter o túnel, é muito movimentado. Quer dizer, não existe uma vocação de aeroporto. O aeroporto não tem vocação, tem a destinação que a autoridade lhe atribuiu. Aeroportos centrais, como Santos Dumont, Congonhas, são preciosidades que temos que usar, porque dificilmente poderíamos construir outros nas mesmas condições, com a mesma facilidade, para a população desses Estados.

Temos 757 aeroportos públicos no Brasil, 189 arrecadadores e mais 2.193 aeroportos. Dos aeroportos operadores explorados, 65 são operados e explorados pela Infraero. O Comando da Aeronáutica opera 371 aeroportos e os Estados e Municípios operam 321 aeroportos públicos.

Pode passar, por favor.

Com relação às minhas conclusões e perspectivas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Brigadeiro, deixe-me interrompê-lo só um minutinho, para melhor entendimento.

O SR. WASHINGTON MACHADO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Os públicos arrecadadores, como o senhor diz, é que dos públicos apenas alguns cobram taxa de aeroporto, é isso?

O SR. WASHINGTON MACHADO – É.

Pode voltar, por favor.

Número de arrecadadores é porque cobram taxas aeroportuárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então, não são todos os aeroportos públicos que cobram taxas?

O SR. WASHINGTON MACHADO – Não, não são. Em alguns, a arrecadação normalmente é relacionada a algum tipo de serviço que prestamos; alguns têm mais um sentido estratégico, por estarem perto da fronteira, operados pelo Comando da Aeronáutica, não se cobra nada. Então, esses são aqueles que arrecadam alguma coisa.

Eu tentei fazer uma apresentação mais sucinta, levando em conta que é a segunda vez que eu venho

a esta Comissão. Já tinha apresentado outras coisas. Eu sei que teremos oportunidade de outros debates.

Temos uma visão otimista. Em primeiro lugar, porque a partir de março deste ano adotamos uma regulamentação, e o Governo passou a olhar com mais cuidado para a indústria, tentando balancear o interesse estratégico com o interesse do usuário, com a sustentabilidade da nossa indústria.

É importante lembrar, quando nós falamos da indústria brasileira – por que algumas imaginam que nós possamos liberalizar nossa indústria como um todo – que os nossos insumos são praticamente importados. Nós temos uma indústria de importados. Já foi apresentado aqui à mesa o custo da nossa indústria. A maior parte da nossa frota de aviões é comercializada por meio de **leasing** operacional, o que significa que os bancos estrangeiros são sócios na receita das nossas empresas. Significa pontos de fraqueza da política nacional, porque os aviões não são de propriedade de brasileiros, nem de bancos brasileiros nem de empresas brasileiras. Significa que nós teremos dificuldade, se um dia – espero que não ocorra nunca – houver necessidade de mobilizarmos a aviação, principalmente a aviação pesada. Então, temos a necessidade de uma visão equilibrada da aviação e de tentar fazer com que os interesses do Estado, do usuário e da indústria sejam equilibrados.

Nós estamos acreditando que temos uma visão otimista para o transporte aéreo no Brasil. Primeiro, pela política que nós estamos adotando, pela política de acompanhamento orientada pelo Ministro, com a qual vamos, com salvaguardas, evitar as práticas danosas que nem sempre são propositadas, mas são decorrentes, às vezes, de uma concorrência desenfreada sem propósito.

Nós sabemos que o crescimento do transporte aéreo é, tradicionalmente, o dobro do crescimento do PIB. Então, se o nosso Produto Interno Bruto crescer 2% este ano, e o transporte aéreo já começa a dar sinais disso, porque nós tivemos um mês de agosto muito bom. Era previsto, depois do mês de férias, uma queda maior, uma pequena queda, quase que se manteve estável, que nós estaremos crescendo o dobro. Se crescer 2%, o transporte aéreo cresce o dobro, vai para 4%; a carga aérea cresce três vezes o crescimento do PIB. Com um crescimento do PIB, estimado para 2004, de 4%, nós vamos para 8%.

Com isso e com o aprimoramento da indústria, nós teremos inclusive certos casos naturalmente acontecendo. Aeroportos como Pampulha, que estão hoje com a preferência maior do nosso público usuário e também das empresas, são limitados. Aeropor-

tos, como Guarulhos, Congonhas, Santos Dumont e Pampulha são aeroportos que nós chamamos de esgotados, limitados, só podem ter 14, no máximo 16 vôos regulares por hora. Quer dizer, 8 pousos, 8 decolagens. O restante, até 35 pousos e decolagens, é ocupado pela aviação geral.

No momento em que houver o retorno do crescimento, Minas Gerais, por exemplo, já dispõe de sua infra-estrutura alternativa, que é Confins, já está lá. É interessante que Confins foi construído antes de Guarulhos. Quando construiu Confins, tínhamos uma visão de ter mais um aeroporto internacional para o Brasil, porque era difícil encontrar um local para construir. Dois ou três anos depois veio Guarulhos. Tivemos todo esse problema também. Passamos a ter três aeroportos internacionais de grande porte, que era o Confins, o Galeão e Guarulhos.

Então, com esse crescimento, estaremos desviando naturalmente o tráfego de um setor para o outro.

Agradeço, antes que o Senador me interrompa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Muito obrigado, Brigadeiro.

Após a exposição dos nossos ilustres convidados, passamos a parte que cabe aos nossos membros da Subcomissão de Turismo. Temos algumas inscrições. O primeiro inscrito é justamente o autor do requerimento, o Senador Eduardo Azeredo, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Paulo Octávio, existem vários pontos sobre os quais ainda gostaria de obter algumas informações. Vou tentar fazer tudo de uma vez, talvez fique mais fácil.

Brigadeiro Frederico Queiroz Fraga, gostaria de algumas informações.

A primeira, a observação de que reduzir 10% só na taxa de Confins é insuficiente. Com 10% não vai adiantar nada, com toda a sinceridade.

A pergunta sobre os aeroportos particulares, de concessões a particulares. Não estou dizendo que se privatize o aeroporto no sentido total, mas que seja explorado por empresas particulares. Não seria uma maneira de acelerar a melhor utilização de aeroportos, uma melhoria de aeroportos no Brasil, já que nem sempre a Infraero tem recursos suficientes para tudo que é demandado? Citaria no caso alguns aeroportos de Minas Gerais, que já são, de alguma maneira, operados informalmente. Mas Varginha, no Sul de Minas, o aeroporto é operado pela TAM. Quem liga e desliga a luz é a TAM. O Aeroporto de Pouso Alegre, no Sul

de Minas, também é da mesma maneira. É uma companhia regional de São Paulo, no sei o seu nome, não me lembro, que também faz esse processo de atendimento no aeroporto.

Então, a minha pergunta é com relação à questão das concessões.

Eu gostaria de saber sobre os investimentos e prazos para a Pampulha, Santos Dumont, Galeão e Guarulhos.

No Galeão não há obras previstas. Tenho obras previstas para a Pampulha, Santos Dumont e Guarulhos. Pelos menos para essas três. Mas se o senhor puder nós dar, pelo menos, inclusive a relação do plano de obras da Infraero para todo o Brasil seria mais interessante.

Aqui em Brasília está terminando agora. Estamos vendo aí, já está em operação, ainda não inaugurado essa conclusão. Mas o ideal seria que pudéssemos ter uma idéia do plano de obras da Infraero para todo o Brasil.

Citaria esses três: Pampulha e Santos Dumont, que é uma adequação, e ainda Guarulhos e Congonhas.

Finalmente, quero dizer ainda que eu sei que, na verdade, com relação a Confins, não é só o Governo Federal, existem algumas providências que cabem realmente ao Governo do Estado de Minas e às Prefeituras envolvidas na Grande Belo Horizonte, diria especialmente o acesso. No acesso a Confins ainda há parte que não é duplicada e que não é iluminada.

Na verdade, durante o período em que foi realizado em Belo Horizonte o Encontro das Américas, em 1997, foi feito um projeto lá, na época em que eu ainda era Governador iluminamos uma grande parte dele e também a melhoria da pista. Não tenho dúvida de que no momento em que se transformar o acesso a Confins numa avenida e não numa estrada, já melhora bem. Hoje ela é uma estrada. É uma estrada que, à noite, não é iluminada em alguns trechos e, em outros, não é duplicada.

Lamentavelmente, tenho que fazer uma consideração do ponto de vista político aqui. Durante os quatro anos do Governo Itamar nada foi feito com relação a Confins. Ficou do jeito que ficou. Então, faltava iluminar, digamos, 40% da avenida e isso continuou sem ser feito. Faltava duplicar 30%, continuou do jeito que estava.

O Governador Aécio Neves já mostrou a sua sensibilidade. Vamos ver se realmente ele consegue terminar essa parte de acesso.

Bom, acho que com relação ao senhor estaria bom desse jeito.

Agora, deixe-me fazer outras perguntas ao Brigadeiro Washington em relação ao DAC.

Basicamente, seria a questão sobre as normas. O jornal de **Valor Econômico** anteontem trouxe uma matéria, dizendo que existe um movimento querendo discutir as normas que estão editadas, basicamente uma é de março e outra é de julho, que fizeram um certo controle sobre a autorização de linhas aéreas no Brasil.

Então, o senhor nos dê uma posição mais atualizada do que está acontecendo.

A outra pergunta é com relação às linhas internacionais. Mais uma vez, o senhor bem mencionou que o Aeroporto de Confins foi feito um pouco com esse objetivo. Hoje as linhas internacionais estão quase todas concentradas em São Paulo, o que dificulta até mesmo o turismo. O Ministro Walfrido Mares Guia está ciente dessa dificuldade. Quem vem da Europa para o Brasil tem que ir a São Paulo para depois ir ao Nordeste e vice-versa. Eu sei que a TAP tem sabido explorar bem esse filão, com vôos que ligam algumas capitais do Nordeste com a Europa. Sem dúvida essa é também uma grande fraqueza no sistema: o Norte e o Nordeste brasileiros, mais próximos dos Estados Unidos e da Europa, têm pouquíssimos vôos internacionais. E o Aeroporto de Confins, que seria também uma opção, não tem.

Evidentemente, sei que o mercado é que tem levado essa concentração para São Paulo. Por outro lado, num processo de semiliberdade, as concessões de novas linhas poderiam ser direcionadas para esses outros aeroportos, inclusive Brasília, que já chegou a ter vôo internacional e hoje não tem mais. Assim, no momento estamos vivendo certo paradoxo: precisamos investir em Guarulhos, que já está sobrecarregado, e, ao mesmo tempo, temos aeroportos internacionais que não são utilizados, como Confins, Galeão, Aeroporto Internacional de Brasília-Presidente Juscelino Kubistschek e os aeroportos do Nordeste brasileiro.

Essa é a observação que faço: o mercado internacional está extremamente aquecido. As informações são essas. Todos os vôos internacionais estão sendo utilizados com sua capacidade máxima. Eu não sei bem o que está faltando para incentivar as empresas.

Finalmente, informo ao Dr. Alfredo Maister quais são os planos que as empresas regionais têm para ampliar esse atendimento no Brasil, inclusive com a

utilização de aviões menores. Eu volto a dizer o que disse na outra audiência. Sei que para algumas cidades do interior brasileiro não faz sentido o uso de aviões a jato. Mas o Brasil está devendo de alguma maneira uma prioridade aos aviões fabricados no País pela Embraer. Cidades como Uberlândia, Uberaba, Montes Claros, para citar algumas de Minas Gerais, são evidentemente passíveis de serem atendidas pelos aviões da Embraer com capacidade para cinquenta passageiros. Algumas na verdade já são atendidas, mas eu pediria também às empresas regionais que procurassem dar prioridade às empresas brasileiras. Parece-me que esse ponto significa um retorno, ou seja, um dinheiro que entra sai de um bolso e entra no outro, para que os recursos fiquem no Brasil.

Brigadeiro, com relação às empresas regionais, V. S^a colocou que os aeroportos regionais não teriam muito a ver com a Infraero e sim com o DAC. Eu penso diferente. A Infraero é uma das empresas brasileiras que tem recursos financeiros. Ela precisa investir também nos aeroportos regionais para dar-lhes melhores condições de funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para responder às questões formuladas pelo Senador Eduardo Azeredo, ouviremos, primeiramente, o Brigadeiro Frederico Queiroz Veiga, que representa a Infraero.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, tem sido adotada nas nossas reuniões a seguinte sistemática: após três perguntas, três respostas. Não seria mais produtivo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O autor da proposta formulou tantas perguntas que eu estou preocupado. Em seguida poderemos adotar esse processo. As perguntas feitas pelo ilustre Senador Eduardo Azeredo são mais de doze. Seria um pouco complicado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desculpe-me, Presidente, mas acho que é mal do nome.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Obrigado, Senador Azeredo.

Com relação à questão dos 10%, V. Ex^a tem total razão. Eu usaria até a palavra “ridículo” nesse contexto. Realmente não funcionou. Estamos conscientes disso e temos que construir um verdadeiro “cenourão”, uma cenoura muito especial para atrair

o passageiro e as empresas aéreas. Atrair com estímulo. Nós estamos trabalhando exatamente nessa direção.

Tivemos no Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, na sexta-feira, um fórum especial. Contratamos um Ph.D americano que trata de **aerotropolis**, um novo conceito que existe por lá. Mas estamos ainda com os pés no chão, preocupados com o modelo brasileiro, vendo o que funciona lá fora, mas adaptado à nossa peculiaridade brasileira, a parte de aeroporto e indústrias. Acreditamos que isso seja um estímulo grande para começar a fazer funcionar. O senhor falou na questão da estrada. Tenho conversado muito com o Brigadeiro Alemander, que está na platéia, que tem um conhecimento, uma bagagem profunda do setor, morou no Canadá e cita sempre o aeroporto de Mirabel, que é um exemplo de um aeroporto que foi feito para uma finalidade e não deslanchou, não decolou.

E nós temos, então, a preocupação, em relação a um item superimportante, que é a questão da estrada, o acesso. Temos que achar um acesso. Como dizia um companheiro meu, quando uma casa tem uma escada a mesma deve atrair a pessoa para que ela suba nela. Temos que definir um acesso que atraia o passageiro para o Tancredo Neves.

Eu inclusive, Senador, convidei o secretário Brunner e o Deputado Patruz para irmos ao Acre, um Estado que tem dificuldades muito maiores que a de Minas Gerais, mas fez um acesso condigno ao aeroporto. A Infraero nos convidou para irmos lá mostrar, estimular. É um senhor acesso, condigno. Então, passa por aí a parte do acesso. O metrô está a uns 10 quilômetros, mas acho que a estrada pode ser um grande fator.

Perguntei a um operador, Sr. Nenem Constantino, o que precisava para ir lá e a primeira coisa que ele me respondeu, ele conhece muito o transporte terrestre: um acesso específico bom, um acesso expresso para lá.

Estamos confiantes de que vamos tratar da agroindústria. As flores de Barbacena tem que sair por Confins, não por Viracopos. É nosso aeroporto em Viracopos, mas não precisamos dessas flores lá. Precisamos disso muito mais, justamente saindo desse aeroporto do Estado de Minas Gerais. E mais coisas, como o turismo, as gemas da região.

Senador, para resumir, o tempo é curto, estamos construindo um cenourão. Temos que participar, temos que convencer o belorizontino a ter a percepção de que ele tem que contribuir e tomar o avião lá, com estímulos como passagem menos dispendiosas

ou talvez ônibus subsidiados para levar o passageiro para lá. O passageiro em Belo Horizonte passa em frente a Pampulha e ter disposição para ir até lá é complicado. Mas estamos confiantes.

Sobre a questão da privatização, falei especificamente no sistema Infraero. O Brasil não é um monopólio. A Infraero tem um grande patrimônio, que a aeronáutica colocou em suas mãos, que tem uma sobrevivência autônoma. Então, esse é o aspecto da preocupação, porque muitos dos aeroportos não estão conosco. Existe Búzios, Porto Seguro, que têm um tratamento diferente. Eles são privados, público-privados.

O senhor falou na questão de Confins. O Governo Federal, estadual e as prefeituras e muito mais, como dissemos, a Fiemg, a Associação Comercial e todos os outros entes também. Sobre a questão das obras, não estou preparado, forneceram-me uma relação geral, mas podemos lhe dar no detalhe. Temos obras em Florianópolis – previstas para os próximos cinco anos, o nosso planejamento é quinquenal –, Navegantes, Joinville, Campinas, Congonhas, Vitória, Santos Dumont, Brasília – a segunda pista é importantíssima. Estamos atrasados nessa providência. Seguramente, o senhor já deve ter esperado em fila, dentro do avião, para decolar. Pampulha, Maceió, Recife, Rio Grande do Norte, Manaus, Macapá, Cuiabá, Goiânia, Campina Grande e João Pessoa.

Na nossa visão, a empresa precisa ser rentável, não que para mantermos o aeroporto tenha que ser rentável. A Infraero não abandona os aeroportos não-rentáveis. Esse é o privilégio do sistema. Então, temos aeroportos, como o de Macapá, Marabá, que são aeroportos de regional. No Ceará temos Cariri, lá em Juazeiro do Norte, Cruzeiro do Sul, um belíssimo aeroporto, mais uma visão que eu gostaria que os senhores capturassem. Aeroporto tem que ser eterno. Em Porto Velho estamos no terceiro sítio de aeroporto; em Rio Branco, estamos no segundo. É caro para o Brasil. Temos que preservar mais os sítios. Isso é menos dispendioso que fazer novos aeroportos. Temos que ampliar mais essa área de proteção, porque, na minha opinião, ela é pequena, Senador.

Também temos aeroportos, estamos trabalhando dentro da empresa e precisamos conversar com o DAC, que é o órgão que orienta isso, para ver qual a direção.

Tivemos três planos de absorção. Saímos de sete aeroportos. Primeiro, foi Brasília; depois, foram sete aeroportos, treze, estamos em 65. Três planos de absorção gradativa de encargos.

Estamos para conversar com o órgão central desse sistema. É um assunto que precisa ser tratado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vamos ouvir, então, o Brigadeiro Washington.

O SR. WASHINGTON MACHADO – Muito obrigado.

Com relação a algumas concessões que se fazem para que o público vá ao aeroporto. Realmente, às vezes como diz o termo que o Brigadeiro Veiga usou, às vezes, é preciso uma cenoura muito grande. V. Exª sabe que, mesmo que a taxa aeroportuária seja reduzida a zero, isso significa, num voo cuja distância seja Salvador/Confins, que a empresa vai economizar cerca de R\$150. Portanto, isso distribuído entre os passageiros, não significa muito. As taxas de pouso e permanência não são tão caras assim nos voos domésticos. Estão inclusive congeladas, se não me engano, desde 1997. Ou seja, as tarifas já são um grande incentivo, mas temos que realmente trabalhar numa nova filosofia.

Com relação às perguntas feitas ao DAC, eu gostaria de dizer o seguinte: realmente, lemos os comentários sobre as normas emitidas e achamos, de alguma forma, até deselegantes, porque se falavam de normas já estabelecidas de forma deselegante e sem uma visão completa do problema.

Creio que precisamos ter – e esta Casa sempre teve – a responsabilidade do futuro das decisões de agora.

Se a aviação civil for entendida como um simples **comodity**, um simples negócio, então a visão é perfeita. As visões acadêmicas devem se restringir às visões acadêmicas, porque quem tem a responsabilidade de responder pelo efeito, pela sobrevivência da nossa aviação, pela sobrevivência de um setor econômico precisa também ter a coragem de tomar certas decisões que não são aquelas que o academicismo apregoa. Muitas vezes se apregoa alguma coisa, hoje se defendem posições fantásticas, mas, amanhã, aparece um novo teórico e defende outra e outra coisa. A teoria é muito bonita, mas quem cria o filho é que sabe que tem que pagar a escola; que, amanhã, ele tem que ir à universidade, etc.

Temos que ter essa responsabilidade. Agimos com responsabilidade, com parcimônia, passo a passo. O DAC age de forma transparente, e o assunto está em discussão dentro do Ministério da Defesa. Todas as contribuições do DAC estão sendo feitas dentro do Ministério da Defesa, até que estejam maduras o suficiente, discutidas o suficiente para serem

levadas a público para uma discussão em nível de técnicos.

Eu não gostaria de fazer qualquer outro comentário sobre esses assuntos publicados, mas gostaria de dizer o seguinte: temos absoluta convicção daquilo que estamos fazendo. Os resultados o estão mostrando, temos responsabilidade e seremos responsabilizados pelo sucesso ou o insucesso das decisões que tomamos agora, tanto o DAC como esta Casa, como o Governo, como quem tem a responsabilidade pelo futuro.

Acreditamos que a política de transporte aéreo no Brasil não pode ser a política dos Estados Unidos, que é muito bonita, mas, lá, no momento, com pequenos problemas, o mercado absorve. Mas, quando existiram grandes problemas, os Estados Unidos colocaram US\$9,5 bilhões em fundo perdido nas mãos das empresas, colocaram mais US\$6 milhões em aval, deram não sei quanto mais de empréstimo subsidiado para as empresas americanas. Eles têm esse potencial, o Brasil não tem. Então, não podemos remediar. Temos que prevenir. Penso que temos que ter essa visão.

Se tivéssemos US\$1 bilhão para colocar nas nossas empresas, certamente já estaríamos numa situação melhor, mas o Brasil tem outras prioridades e os senhores sabem muito melhor que eu. Mesmo não querendo comentar, pois já comentei algumas coisas, essa é a idéia. O assunto está em discussão no âmbito do Ministério da Defesa, de onde sairá a posição brasileira final.

Estamos tomando alguns rumos, algumas correções, como essa que foi mencionada pelo nosso companheiro, que, inicialmente, têm ajudado o desenvolvimento da indústria nesses momentos.

Com relação às vias internacionais, realmente a porcentagem de assentos ocupados das empresas brasileiras aumentou nesse período e as empresas precisam aumentar a sua capacidade, mas continua muito tímida a participação brasileira no mercado internacional.

Para os senhores terem uma idéia, de cento e cinco freqüências semanais que temos em acordo bilaterais com os Estados Unidos, ainda estamos executando vinte e cinco, enquanto os Estados Unidos estão executando quase cem. Precisamos voltar. Qual a nossa estratégia? Não vamos aumentar para os Estados Unidos, mas manter a cento e cinco. Então, com o nosso crescimento, vamos voltar a ocupar as freqüências, até chegarmos próximo de cento e cinco.

Temos muita preocupação com a evasão de divisas. Ao mesmo tempo, estamos preocupados com o que o senhor falou, que é a questão geográfica. Nos acordos internacionais, procuramos induzir as empresas a voarem para Manaus, Belém, Recife, São Luís, para todas essas localidades que não estão inseridas porque eles não se interessam. Inclusive, para Parnaíba as pessoas querem ir, mas não está inserida no interesse das empresas. As empresas não querem. As empresas querem voar para Guarulhos, e apresentamos, hoje, as limitações do slot.

Então, temos preocupação e não negamos nenhum voo de turismo receptivo. Nenhuma solicitação de turista do exterior para vir para o Brasil o DAC nega. Todas são autorizadas. É preciso deixar bem claro isso.

Estamos estimulando as concessões. Temos um acordo sobre Fortaleza, para os voos dentro da América do Sul. Estamos estimulando, mas temos problemas com o custo-Brasil, que estamos falando aqui.

Então, se o senhor faz um voo na fronteira internacional cuja passagem custa US\$100, como é voo internacional, um passageiro paga US\$36 no Brasil, para embarcar, e mais US\$36 no exterior. Então, são US\$100 de passagem, US\$72 de tarifa – fica inviável, mas estamos trabalhando para isso.

Queria só fazer, se o Senador me permitir, um comentário sobre a questão de aviões brasileiros, de empresas brasileiras, apoio a nossa aviação, que precisa voar para locais de baixo mercado. Estamos trabalhando nessa questão dentro do Ministério da Defesa, procurando fazer até projeto de lei e criando formas de financiar, de diminuir a burocracia, permitindo que o brasileiro possa comprar aviões brasileiros, porque hoje é difícil comprar avião da Embraer no Brasil.

Então, o Ministro da Defesa está coordenando e trabalhando no sentido de facilitar isso, para criar uma frota nacional. Tendo uma frota nacional, teremos também, dentro da estratégia nacional, uma possibilidade de mobilização, em caso de crise, seja o motivo que for, acionado pelo poder que seja.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Vou pedir ao Dr. Alfredo Master que aguarde um pouco para responder a questão do Senador Eduardo Azeredo, para que possamos ouvir dois Senadores inscritos, o Senador Valdir Raupp e Aelton Freitas.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A primeira pergunta, Sr. Presidente, diz respeito ao Dr. Washington, Diretor-Geral do DAC, e também ao Dr. Frederico, Diretor de Operações da Infraero. É difícil entender as competências do DAC e da Infraero, quais aeroportos são da Infraero, quais são do DAC. No meu Estado, Rondônia, penso que o aeroporto da capital, as obras de infra-estrutura, todo o aparelhamento são de competência da Infraero; já os aeroportos do interior, Ji-Paraná e Vilhena, são do DAC. Eles já tiveram vôos da Vasp mas, depois, ela parou de operar por falta de condições da pista. Quando esta foi recuperada, entrou a TAM com o fôkker 100, que também parou. Então, esse problema de crise nas companhias aéreas é muito sério. Depois que param de operar no aeroporto, para voltar, é uma situação muito difícil. Essa é a minha pergunta. Se nós, autoridades, às vezes, não entendemos as competências da Infraero e do DAC, o cidadão comum entende muito menos ainda.

A outra pergunta é para ajudar nos vôos regionais. Estamos com muitos problemas. Nos aeroportos de Vilhena e Ji-Paraná, no passado, o vôo fôkker 100 da TAM saía lotado quase todas as noites e hoje parou de operar. Hoje, há um Bandeirante da Cruiser, se não me engano, mas não atende. Se essa mesma empresa pudesse colocar um avião de 50 passageiros da Embraer, como um fôkker 100, poderia atender a essa demanda do interior do Estado que é muito grande. Hoje, Rondônia tem um setor industrial forte no interior, com 56 indústrias de laticínios – a Parmalat está no centro do Estado, em Ouro Preto -, a pecuária é fortíssima, há mais de 9 milhões de cabeças de gado. Assim, os fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais, Rio grande do Sul estão voando sempre para lá, deixando os vôos lotados. Não sei por que com a crise pára e, depois, para voltar, a situação fica muito difícil.

Eram essas duas perguntas que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Como as questões do Senador Eduardo Azeredo já foram respondidas, deixarei de fazer muitas das muitas perguntas e vou me limitar mais às questões regionais.

Sou do Triângulo Mineiro, mais precisamente de Uberaba. Até o final do ano passado, Uberaba e Uberlândia tinham três vôos diários para Brasília. Essas duas cidades são pólos de uma região de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes. Hoje, não há

nenhum vôo, nem de Uberaba nem de Uberlândia. Estamos muito bem atendidos pela Total, uma empresa regional, ligando a capital do nosso Estado a essas duas cidades. A um pedido nosso como político e agradeço ao Dr. Alfredo, que estou conhecendo agora, porque acabaram primeiro os vôos de Uberaba, ficou Uberlândia. Pedimos à Total que fizesse uma escala Uberaba/Uberlândia, levando-nos até lá, o que prontamente foi atendido. Os vôos de Uberlândia acabaram.

Sabemos das dificuldades das empresas, do contingenciamento, principalmente no que tange ao DAC, mas cidades como Montes Claros não estão sendo atendidas. Não é possível trabalhar juntos às empresas que hoje fazem Vitória-Brasília, para que haja uma escala por dia numa cidade-pólo como Montes Claros, que é de uma região com mais de um milhão de habitantes? Juiz de Fora poderia ter, pelo menos, uma escala por dia, do Rio de Janeiro a Belo Horizonte, pelas grandes empresas e vice-versa. Uma cidade como Varginha, que tem um porto seco, tentaria unir a carga com o passageiro. E Uberaba e Uberlândia? Quantas empresas fazem Brasília-São Paulo, quantos vôos por dia? Por que não uma escala São Paulo-Uberlândia-Brasília? Ou uma escala São Paulo-Uberaba-Brasília?

Não sei a dificuldade que se tem para permitir que empresas como a Total, que tem até Boeing fazendo apenas transporte de carga possa fazer o transporte de passageiros nesses trechos. Tem-se que ver o pólo. O Presidente do DAC diz que a aviação não tem vocação, mas a região tem, então, vê-se a vocação de exportação. Por exemplo, as empresas do Vice-Presidente da República estão no trecho Brasília-Vitória. O pólo industrial de Montes Claros é enorme e vai para o porto de Santos. Poder-se-ia tentar unir o útil ao agradável e viabilizar essas regiões. Minas Gerais têm milhões de habitantes, 853 Municípios. As cidades que citei são praticamente pólos dessa região. Se não fossem as empresas médias nos levando à Capital, seria inviável. Por exemplo, para ir hoje para Uberaba, tenho que ir para Belo Horizonte, chegar a tempo de pegar um vôo da Total para Uberaba ou ir a São Paulo e pegar um outro vôo regional. Numa região de mais de 1,5 milhão de habitantes, não tem um vôo para Brasília e vice-versa. E a rota Brasília-São Paulo, pelo que vemos, passa precisamente em cima de Uberaba e Uberlândia. Então, a sugestão seria, em um horário desses, passar alternado – um dia, numa cidade e, outro dia em outra. São mais de 1.500.000 habitantes, com um setor altamente produtivo, uma região produtiva e próspera,

mas estamos totalmente aquém com relação ao principal meio de transporte de escoamento, seja de produção, de executivo ou de passageiros e políticos.

Neste sentido, quero pedir atenção e, no que depender do nosso esforço político, contem com a gente. Tive o prazer de ser apresentado ao senhor, Dr. Alfredo, pelo nobre Senador Eduardo Azeredo e quero parabenizá-lo pelo que a Total tem feito pelas nossas Minas Gerais. É uma ATR-42, mas se na quarta-feira eu não fizer uma reserva no voo de sexta à tarde, eu não vou de Belo Horizonte para Uberaba porque acho que ele está com mais de 80% na sua demanda e isto está vindo de todas as cidades-pólo. Então, as pequenas estão vindo. Tem demanda, tem espaço e se nós estudarmos, acho que dá para viabilizarmos e fazer com que Minas Gerais – que é muito bem localizada – seja atendida e sem criar fato novo e sem muita despesa como aqui se tem. O Aeroporto de Uberaba é da Infraero e tem uma estrutura excelente. Lá, dificilmente, não tem teto. A Infraero está investindo lá mais de 20 milhões. Vai ser, praticamente, um Aeroporto intermodal, porque a linha ferroviária passa ali. Mas é uma região muito importante e parece que está tão esquecida e nós a consideramos tão abandonada como tem sido considerada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o nobre Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Acho, também, que o tratamento do Governo está sendo diferenciado entre a Infraero e o DAC, porque a Infraero que opera os grandes aeroportos não está tendo tantos problemas financeiros – pelo menos é o que me parece – enquanto que o DAC está com o orçamento zerado e foi totalmente contingenciado. Acho que a Comissão poderá fazer algum trabalho no sentido de descontingenciar essas verbas do DAC para que ele possa trabalhar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Para terminarmos, nós temos o nosso bloco de questões.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Nobre Senador Antônio Carlos Valadares, V. Exª pede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, Sr. Presidente. É para fazer uma pergunta – se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – É claro que é possível. Eu apenas colocaria V. Exª na ordem de inscrição. Iremos ouvir o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, o nobre Senador Mão Santa e V. Exª em seguida.

Com a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente Paulo Octávio. É porque terei, agora, uma audiência com o Ministro da Integração Nacional.

Gostaria de perguntar ao Brigadeiro Frederico de Queiroz a respeito da situação do Aeroporto de São Gonçalo, localizado no Município da Grande Natal e que está sendo construído, também, em função de ser um terminal de cargas no Aeroporto de São Gonçalo. O senhor teria alguma notícia nova para me dar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A questão é apenas esta, nobre Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Então, acho que seria interessante termos a resposta imediatamente para liberá-lo.

Com a palavra o Sr. Brigadeiro Frederico de Queiroz.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

As obras continuam no Aeroporto de São Gonçalo. Nós, ainda, estamos numa fase de terraplenagem e na execução do Projeto. V. Exª, talvez, deve saber que a adequação – e, aliás, essa adequação foi uma senhora modificação no terminal de passageiros do atual Aeroporto de Parnaramim, em Natal – foi feita com uma cláusula impositiva de que aquele Aeroporto seria usado, no mínimo, até 2008. Foram as condições impostas pelo empréstimo que aconteceu para a execução da obra. As obras em São Gonçalo, então, continuam. Eu estive lá tratando do restante da adequação da desapropriação e nós estamos com o Exército, dentro do sítio, fazendo esse trabalho que está tendo continuidade. O Comandante do Exército até convidou o Presidente da Infraero para termos um encontro para discutirmos o prosseguimento dos trabalhos em São Gonçalo. Eles estão tendo o prosseguimento rotineiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – V. Exª está atendido, nobre Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Com a palavra o nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei breve e agradeço ao Sr. Brigadeiro por ter citado Parnaíba, que é a minha cidade natal. Isto são coisas e o Brasil

é grande mesmo, mas, como todos nós, eu estudei no Rio de Janeiro de onde eu ia sempre de avião, saindo de Parnaíba – eram as empresas Panair do Brasil, Aerolinhas Brasileiras, Cruzeiro do Sul, Aerovias do Brasil, Aeronorte e quanto à Paraense Transportes Aéreos havia até uma brincadeira: PTA – Prepara a Tua Alma. Era naquele que chamávamos pinga-pinga; ia baixando, saíamos de manhã, mas chegávamos. Às seis horas, estávamos lá no Santos Dumont. Natal... Era bom para aprender Geografia – Recife, Sergipe... Saía conhecendo as capitais – Salvador e acabava chegando lá.

Depois, voltei e fui prefeito dessa cidade. E realmente via que há perspectivas invejáveis no turismo. Lamento pelos que não conhecem.

Houve um homem, um embaixador muito importante do Brasil, de origem inglesa, o Sr. Clark. Ele foi, talvez, um dos mais influentes em toda a história do Itamaraty, porque estava na França quando foi reconhecido o Governo De Gaulle. Paris, então, era a capital do mundo. Daí, Oswaldo Aranha, Getúlio...

Então, em vista disso, a vida dele só foi em cidade grande – Londres, Tóquio –, e terminou com o Papa, no Vaticano. Teve, infelizmente, um câncer, e foi para a sua cidade, Parnaíba. Ele é proprietário daquela ilha mais profunda, a Ilha do Caju, no Maranhão. Ele escreveu um livro, recordando, e disse: “As cidades mais belas do mundo começam com a letra ‘p’: Paris e Parnaíba. (Risos) Ele, que conheceu o mundo. Nesse ponto, confesso-me PT, porque considero que sejam Parnaíba e Teresina. (Risos)”

Então, ajudei essas regionais, quando fui prefeito e governador do Estado, mas, como elas desapareceram em quase cinco cidades mineiras, desapareceu, e estamos em crise.

Mas a minha observação pessoal, porque ajudei quando prefeito, em 1988; fiz com outros prefeitos essas pequenas regionais, e como governador do Estado. Uma teve uma infelicidade. Havia uma empresa pequena de Fortaleza, TAF. Aí, veio um grandão, aquele Focker, “pei”... Aí, depois, acaba, e a outra não volta mais.

Então, minha experiência é sofrida. Em 1988, fui prefeito. Quando fui Governador do Estado, houve essa crise.

É o seguinte: primeiro os preços, porque os passagers são sabidos. Então, ele vê que, pela distância, os preços dessas regionais são altos, são caros; eles têm que se virar... Refiro-me à minha época; não sei como é a do senhor – ainda não tenho essa expe-

riência: as TAB, as TAF, os que andaram lá. É relativo. Ele faz essa comparação.

Eu acredito muito naqueles negócios dessa linha, e creio que os senhores estão errados. Perguntem-me, porque levo a minha profissão para onde vou.

Outro dia, estive no Incor, que é empresa também – entram um milhão por dia ali –, e a mentalidade do Dr. Ramirez é criar unidades fortes em todo o Brasil – só a mamária, sai o diagnóstico e vai para lá; eles fazem o transplante. E assim, a mesma coisa: essas linhas mamárias são muito importantes, porque dão a vivência. Uma cidade que tenha apenas um cinema, ele fale, porque não tem o aprendizado, o costume.

Então, isso tem o lado educativo. Essas linhas regionais, mamárias, levam, gerando o costume. Basta observar as cidades que têm apenas um cinema; ele está fechado. Na cidade que tem muitos, não, porque há o costume, a vocação, o gosto, etc.

Então, tem que haver esse esforço. E eu gostaria de sensibilizar. O preço, não sei, a do senhor não entrou... Mas, lá no Piauí, deixou justamente por isso, não foi pelo fracasso. Pelo contrário, havia uma modesta, que eu tinha conseguido do Ceará, TAF. Aí, entrou um desses grandões, engoliu a TAF; ela não voltou, e o grandão não suportou.

Então, devem ser essas mamárias, e vendo o preço. E aí está o transporte que vamos buscar. O Jaquiel é um empresário, assim como o Senador Paulo Octávio, inteligente, e foi considerado o empresário do século – lá ainda não conheciam o Senador Paulo Octávio e deram para ele. Ele disse que copiar não é feio, não. Esse negócio de inventar é para o Einstein, é muito difícil. Então, ele mandava os funcionários dele, quando ele via uma coisa boa, eu queria lhe dar um sustento, e tem que cair. Não tem quem acabe mais com o tal do negócio do mototáxi, porque é barato. Então, vamos dar um jeito de baratear ou subsidiar a gasolina e descontar o ICMS.

Parnaíba é um colosso, sempre deu para Fortaleza, mas caiu nessa desgraça geral que estamos vivendo, que Minas Gerais, que é Minas, do ouro da história, está com cinco aeroportos desativados.

Acho que, em Parnaíba, a solução seja dele, a total. E aí o senhor tinha direito de ser feliz e comprar barato uma ilha. São setenta e oito; dois terços são do Sarney, do Maranhão, um terço é do Piauí. A maior é a Ilha Santa Isabel, onde nasceu Evandro Lins e Silva. Vocês não conhecem, não?

Pois vou lhe contar algo de um homem como vocês. João Paulo dos Reis Veloso foi o maior Ministro do Planejamento da história deste País. Ele que foi a

luz do regime ditatorial, que desenvolveu muita coisa, a comunicação. Esse aeroporto que tem lá foi eles que fizeram.

Então, fui inaugurar com ele um correio. Novinho, cheguei do Rio de Janeiro. Ele era Ministro. Ele fez um selo da Pedra do Sal, que é a praia da Ilha Grande de Santa Isabel. Eu reproduzi.

Na hora, eu estava com um copo de uísque. Na inauguração, eu novo, tinha chegado do Rio, recém-formado, o Ministro se entusiasmou e disse, na hora que lançou um selo – ainda tenho, vou dá-lo: É da Pedra do Sal, o terceiro pólo turístico do País.

Eu balancei o copo, tomei o uísque e pensei: o Ministro está delirando, porque eu tinha vindo do Rio, mas hoje vi que eu é que era ignorante e não sabia das potencialidades da geografia.

Então, vamos ver o total, fixar, porque vamos re-inaugurar esse voo e o Presidente Paulo Octavio fará aquelas excursões que tem feito nos pólos turísticos e conhecerá.

Era isso.

Devemos viabilizar. A minha sugestão é ver o que é mais acessível, porque eles comparam o preço. Eles comparam, num avião grande, a distância. Que diabo é isso? Tem que ser de moto-táxi, que é mais barato. Devemos dar um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – O Senador Mão Santa não pode esquecer que a próxima reunião da Subcomissão será no Piauí. Estamos aguardando o agendamento.

Senador Antônio Carlos Valadares é o último inscrito no dia de hoje.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sou um passageiro freqüente das aeronaves que demandam o Nordeste do Brasil. Como Senador, todas as semanas, viajo ida e volta, Aracaju-Brasília, e sinto que – pelo menos esse é o meu sentimento – determinadas aeronaves já deveriam até estar fora de circulação, até porque elas nos dão a impressão, para não dizer a certeza, de que já estão bastante velhas, usadas, ultrapassadas. E não sei como essas empresas ainda usam esses aviões tão antigos, o que pressupõe que o gasto de gasolina é excessivo e, em face disso, a lucratividade diminui bastante.

Mas o que me preocupa não é o gasto de combustível, porque não sou o dono dessa empresa. O que me preocupa é o seguinte: estando dentro da aeronave, a porta já estava fechada, ela foi taxiando em direção à pista no sentido de decolar e, quando chegou na cabeceira da pista, de repente, voltou. Disse-

ram que não havia possibilidade de decolagem. E voltou para o local onde estava estacionada, deixando a porta do avião fechada por mais de uma hora. Pessoas estavam desmaiando no interior do avião. Foi preciso, então, que eu me levantasse da minha cadeira em que estava sentado, suando por todos os lugares, e fosse lá para falar com o pessoal, um dos tripulantes, uma aeromoça e pedi a ela para abrir a porta. Ela disse que não podia abrir porque o avião ainda não estava encostado. Ora, estavam todos ali parados há mais de uma hora. Havia pessoas desmaiando. Resolveram abrir a porta e houve um alívio total entre os passageiros. Depois de muito tempo, fomos liberados. O avião iria ser concertado. O pessoal da manutenção estava agindo sobre ele. Então, depois do conserto, voltaríamos para a mesma aeronave. Um homem prevenido vale por dois. Eu, de imediato, disse: “Não viajo hoje mais”. Fui para casa, aqui em Brasília, dormi e, no dia seguinte, peguei um avião de outra companhia. Quanto a esse transtorno, não fiz denúncia alguma porque isso acontece, em quase todas as semanas, e nenhuma providência é tomada.

Pergunto: como é feita a fiscalização das aeronaves? O responsável é o DAC? Eu gostaria que o Major explicasse a todos nós como é feita a exigência da manutenção das aeronaves. Quanto aos motores envelhecidos pelo tempo, como é feita a fiscalização do funcionamento dos motores? Sabemos que existe a debilidade do metal com o uso – existe um termo técnico que não lembro –, que é, mais ou menos, o cansaço do metal.

Eu gostaria de saber, em resumo, como é feita a fiscalização da manutenção, quais são as exigências para prevenir a segurança dos passageiros e como é que uma aeronave que não consegue subir volta para o lugar de onde ia sair e dizem aos passageiros: “Daqui a duas ou três horas, vocês vão viajar na mesma aeronave”. Isso coloca, na nossa imaginação, que houve uma facilidade por parte da fiscalização em relação a essa aeronave.

Para que não pensem que estou ocultando algo, estou falando de uma companhia cujo presidente admiro muito. Estou falando da Vasp. Sei que ele está em dificuldades para comprar novas aeronaves e que a crise da aviação é muito séria. Um dia desses, pedi a ele: “Vamos fazer o seguinte: o senhor manda para o Nordeste uma aeronave mais nova para que eu me encoraje para viajar pela Vasp”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – A primeira pergunta é a do Senador Valdir Raupp e a última também é dirigida ao DAC.

Passo a palavra ao Brigadeiro Washington Machado, para responder a todas as questões formuladas e também fazer suas conclusões num prazo de cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Major, o termo técnico de que eu falei é “fadiga de metal”.

O SR. WASHINGTON MACHADO – Está certo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou me esforçar ao máximo, como bom e disciplinado militar, para falar nos cinco minutos que me foi concedido. Vou ser bem breve.

Começo respondendo ao Senador Antônio Carlos Valadares. Em primeiro lugar, o DAC é extremamente rígido com a manutenção, que chamamos aeronavegabilidade. Não importa se a aeronave é velha ou é nova. Eles têm de cumprir. O fato de ele não ter decolado por um problema qualquer foi correto. Ele não pode decolar se tiver qualquer problema na aeronave. O comandante foi responsável e voltou. O procedimento dele de manter os passageiros, por uma hora, dentro da aeronave com calor é extremamente incorreto. Eu gostaria que V. Ex^a comunicasse ao DAC, para que tome providências como multas, advertências etc, e até com inquérito administrativo porque ele está descumprindo a obrigação que ele tem com os usuários. Agora, V. Ex^a pode ficar tranquilo, porque em todas as empresas brasileiras, inclusive a que V. Ex^a mencionou, por acaso num ciclo que fazemos, são realizadas inspeções rigorosas. E ela está de acordo com os padrões internacionais de manutenção.

A partir de 2005, começarão a sair do Brasil, por ano, cerca de 20% das aeronaves mais velhas não pela manutenção, porque um avião pode voar até 100 anos se for bem mantido, diferentemente da manutenção de um automóvel, que, mesmo sendo mantido, cumprindo todas as normas, vai ficando mais cara. Essa troca ocorre em virtude do ruído, pois são aeronaves mais ruidosas, o que cria um problema para a população, segundo as normas nacionais e internacionais.

V. Ex^a pode ficar sossegado com relação à segurança. Quanto ao tratamento dos passageiros, o DAC está pronto para receber as reclamações e tomar as medidas certas.

O Senador Mão Santa falou das linhas regionais. Estamos tentando incentivá-las. Em determinada época da história brasileira, quase 400 cidades eram atendidas. Atualmente, são apenas 102. Em dois anos, o número de cidades atendidas caiu de 140

para 102. Hoje, são 112 cidades, indo para 115. Novas cidades estão sendo ocupadas pela aviação regional, por essa aviação corajosa existente. Hoje, estamos tentando dar garantias a essas linhas regionais de que uma empresa maior não ocupará, sem nenhum critério, o espaço num momento de elevação da demanda, porque, no momento em que há queda, a empresa sai. Queremos essa responsabilidade. Por isso, o modelo brasileiro não pode ser liberal – entra e sai à vontade. Temos responsabilidade com a integração do País.

V. Ex^a falou do Parnaíba. Mencionei Parnaíba, Dourados – realizamos um trabalho enorme para atender a essa região, ponto turístico dos brasileiros –, onde há aeroportos sazonais, que operam durante período de turismo grande e precisam ser internacionais nessa área. Estamos trabalhando para isso, porque, para um aeroporto ser internacional, envolve diversos outros órgãos públicos: Polícia Federal, Receita Federal. Estamos tentando...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fortaleza, que é bom, Parnaíba, Teresina e Picos e voltava. Entrou um Foker grande, mas tirou-se tudo.

O SR. WASHINGTON MACHADO – V. Ex^a tem razão. Essa é a nossa preocupação hoje. Queremos dar estabilidade ao vôo, à cidade, mantendo a cidade ligada. Se em uma cidade há um aeroporto que não recebe aviões, é como ter um hospital sem médico. V. Ex^a é médico e sabe disso. Portanto, não adianta. O avião precisa chegar àquela cidade.

Estamos preocupados com isso. Precisamos ter, pelo menos, 350 cidades atendidas no Brasil. Com isso, estamos trabalhando na suplementação, pois algumas cidades precisam de suplementação. Ninguém voará para uma cidade da fronteira da Amazônia, de frequência geral, para pegar dois passageiros se não houver uma maneira de subsidiar essa empresa.

Normalmente, o vôo de uma empresa regional é mais caro, porque o avião é menor e leva menos passageiros, etc. Porém, não comporta um avião grande que não atinge o nível adequado.

A Embraer está preocupada com essa situação. Estamos trabalhando com a Embraer na definição de modelos para usar o avião brasileiro por estar obtendo sucesso no exterior. Precisamos tirar alguns entraves para permitir que as empresas brasileiras comprem esses aviões, porque, no momento em que entram os insumos importados para compor os aviões que serão reexportados, não são cobradas as tarifas e os impostos. Porém, no momento em que os aviões permanecem no Brasil, essas taxas são cobradas.

Portanto, é melhor comprar um avião no exterior e depois arrendá-lo do que comprar no Brasil. Por isso, precisamos resolver alguns impasses. Creio que, com a ajuda de V. Ex^{as}, teremos um pouco mais de facilidade, inclusive na parte de suplementação. Estamos trabalhando para comprar aviões brasileiros usados e novos. Há até a estratégia de uma empresa de querer comprar todos os aviões usados da Embraer e deixá-los no deserto, derrubando a concorrência. A concorrência internacional é pesada. Então, participamos disso.

Também prefiro Parnaíba e Teresina.

O Senador Aelton Freitas mencionou o problema de Uberaba e Uberlândia, que é da mesma natureza. Estamos preocupados com isso. Uberlândia e Uberaba são cidades que merecem e precisam ter aeroportos. A sociedade precisa ser atendida, uma cidade que tenha um aeroporto aberto para o mundo. Não podemos ficar nesta flutuação: a empresa quer ir, vai; não quer, sai, e não avisa. Então, esse modelo que queremos implantar e estamos implantando gradualmente é que tem sido combatido. As pessoas pensam que se deve deixar a empresa ir e sair à vontade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Tem o nosso apoio. Não tenho dúvida de que é o modelo semiliberdade.

O SR. WASHINGTON MACHADO – Exatamente, no qual temos salva-guardas necessárias para o interesse público ser preservado. Acredito que o Estado, assim como V. Ex^{as} e nós, DAC, que somos agentes do Estado, temos obrigação de olhar pelo País, pelo interesse público, pelo usuário e também pela empresa, por todo o conjunto. Então, temos planejamento para tentar resolver isso, e gradualmente estamos ocupando o setor.

Hoje tive uma notícia boa. Uma empresa vai começar a voar em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Fazia muito tempo que não havia vôo regular para Rio Grande. Então, estamos incentivando. Não queremos que voe super-oferta Rio/São Paulo, pois não faz nenhum sentido haver dez vôos saindo no mesmo horário, com dez passageiros em cada um deles. Quer dizer, é quase suicídio.

Respondendo ao Senador Valdir Raupp, por Rondônia, no tocante à competência, DAC, Infraero. A Infraero é uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Defesa. O DAC é o órgão normativo regulador. Aqueles aeroportos que V. Ex^a mencionou são operados pelo comando da Aeronáutica. O comando da Aeronáutica os assume porque tem interesse neste País e ainda a Infraero não os assumiu. Todavia, a Infraero poderá, dentro de um estudo que estamos fa-

zendo, expandir sua malha, porque essa é a filosofia da Infraero. A Infraero é uma empresa, mas opera com o sentido de empresa estatal, enquanto que o DAC estabelece as normas técnico-operacionais, inclusive as de cumprimento do próprio DAC, que está elaborando – estamos na fase inicial de um trabalho muito difícil, porque poucos países do mundo o têm – um plano aeroviário nacional estratégico. Esse plano aeroviário nacional vai dar uma visão global ao Brasil de onde devemos ter aeroportos, privilegiando também, em certas áreas, cidades que não têm estradas, como no Estado de V. Ex^a. Às vezes, uma cidade só possui um aeroporto. O acesso a ela é difícil, pois é preciso atravessar o rio e as estradas são ruins. Então, o avião vence essas barreiras.

Uma última coisa. Não disse que a aviação não tem vocação. Aeroporto não tem vocação, mas a aviação, sim: a vocação de Brasil. Santos Dumont, Brasil, avião, está tudo junto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Brigadeiro Frederico Queiroz, da Infraero.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – A respeito da pergunta do Senador Valdir Raupp, creio que o Brigadeiro Washington a tenha respondido. Temos, no Estado de Rondônia, apenas Porto Velho como administração do Aeroporto. Em Jiparaná, temos o rádio-farol e uma estação de navegação aérea, um grupamento de navegação aérea em Vilhena. Contudo, recebemos muitas críticas – diria – indevidas do **Estadão**, que atribuiu muitas coisas à Infraero de maneira incorreta. Na realidade, é Porto Velho a grande administração no Estado. Estivemos lá numa audiência pública e, inclusive, no Acre. Haverá uma próxima audiência no dia 10, aqui em Brasília, e a nossa visão é tentar juntar os esforços dos Estados aos da Embratur e fazer algo diferente, unindo a sinergia dos Estados, Embratur e tudo o mais que possa ser oferecido para a região.

O Brigadeiro Washington falou a respeito da dificuldade de estradas. No Acre é muito mais difícil a situação, pois ainda é menos privilegiado em estradas do que Rondônia, mas a nossa visão é estudar para ver de que maneira podemos contribuir mais. O Senador Aelton Freitas tinha feito uma pergunta que, na realidade, dizia respeito ao DAC e à qual o Brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado respondeu. Nós somos donos de um hotel, abrimos as portas, ansiando por que venham as empresas e os clientes, não podemos levá-los lá, não temos forças para isso. Nosso anseio é verdadeiramente o de que mude essa situação, esse panorama, esse cenário. Estamos dis-

poníveis – diria até disponibilíssimos – para fazer com que essas coisas mudem, mas não temos essas forças. Como o Brigadeiro Washington Carlos de Campos Machado falou, o Congresso Nacional, o Senado Federal, pode ajudar muito nessa sinergia. Eu não tinha pensado nesse trabalho que estamos fazendo.

O Senador Mão Santa fez uma pergunta. Gostaria de dizer, Senador, que, hoje, tive a incumbência de vir aqui, para substituir, com todas as deficiências, o nosso Presidente. Eu estaria em Parnaíba, em Barreirinhas e em Camocim, em um trabalho junto com a Embratur. Precisamos colocá-lo dentro do Departamento de Aviação Civil, para ver esse pólo de turismo ser montado naquela região. Eu acho que é muito especial a junção dos três Estados, com essa visão: Camocim, Parnaíba e Barreirinhas. Hoje, quatro pessoas – um diretor comercial e três superintendentes – estão em Parnaíba, Barreirinhas e Camocim, fazendo essa visita, em função de trabalhos já com a Embratur.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Dr. Alfredo Maister, Presidente da Associação Brasileira de Transporte Aéreo Regional (Abetar).

O SR. ALFREDO MAISTER – O Senador Eduardo Azeredo falou sobre os planos. Demos início ao atual plano, quando formamos essa associação. Ou seja, sentimos a necessidade de formar uma associação que respondesse pelas regionais – eu diria as regionais independentes, porque existiam a Nordeste e a Rio Sul, que, vamos dizer, teriam outro perfil. Para minha grande satisfação, já estamos colhendo os frutos desse plano, porque hoje estamos sendo ouvidos por V. Ex^{as}.

Temos feito constantes reuniões entre as empresas, para estudar a região, o Brasil como um todo, e ver onde cada empresa pode prestar um melhor serviço com um menor custo. Já sentimos o reflexo desse plano, como no caso de Uberaba, Rondônia, Alta Floresta e outras cidades, como citado aqui. Volto a insistir: o que precisamos é ter uma política definida, porque temos condições de crescer.

O Senador se reportou à questão de uma linha em Rondônia, que a Cruiser estaria atendendo. Dentro desse nosso entusiasmo, sabemos que a Cruiser está trazendo aviões novos, maiores, para atender essa demanda. A nossa grande preocupação é o caso dele. Podemos citar, por exemplo, a cidade de Uberlândia. Há um ano, o trecho entre Uberlândia e Belo Horizonte ficou sem transporte. Ora, estávamos em Belo Horizonte, com aeronave disponível, havíamos implantado a linha; depois de cinco ou seis meses, voltaram e puseram um horário coincidente com

o nosso, deixando-nos sem nenhuma condição de concorrer.

Gostaria, também, de citar o exemplo de outra cidade, em Minas Gerais, que, há muitos anos, era servida por uma única empresa. E falaremos em números: a passagem era R\$360,00 ou R\$370,00. Atendendo a vários pedidos da comunidade e à necessidade – e, é lógico, por nosso interesse –, quando vimos que seria um bom negócio, iniciamos a fazer essa conexão a R\$280,00. Mas não foi para desafiar o grande grupo. Foi porque o nosso preço era esse. Eram suficientes R\$280,00.

Logo em seguida, depois de 15 dias, essa empresa baixou para R\$99,00, ou seja, acho que é reflexo de toda a desorganização por que passa o País neste momento em termos do transporte aéreo nacional, porque existiu, em passado bem recente, grupo que se dedicou mais a ocupar espaço, sem olhar muito o resultado, e outro grupo preocupado em fazer faturamento, visando seu caixa e não visando também o lucro.

Comento isso porque é o reflexo que recai sobre as pequenas, sem dúvida nenhuma. Hoje, o que precisamos, volto a insistir, é de ter uma lei definida. Não queremos um protecionismo muito grande, mas algo que nos defenda, por entendermos que temos condições de trabalho. São pequenas empresas em que normalmente o dono ou o Presidente está ali se dedicando por 24 horas. Além disso, não tenho dúvidas de que, em pequenas cidades, temos condições de fazer preço mais baixo.

Gostaria de agradecer a atenção e dizer aos senhores que não estou muito acostumado a esses encontros, mas me senti muito à vontade e gostaria de contar com todos para o grande desafio que temos pela frente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Dr. Alfredo, faço-lhe somente mais uma pergunta.

Se o senhor quiser, por exemplo, depois de estudos econômicos, evidentemente, fazer uma linha Uberlândia-Brasília, o DAC é ágil para autorizar-lhe essa linha e para lhe dar uma garantia mínima de não concorrência, por exemplo, durante 12 ou 24 meses?

O SR. ALFREDO MAISTER – Hoje, pelo que está escrito, isso seria possível, por ser uma linha que ninguém está operando. Então nos sentiríamos confortáveis, porque, nesse exemplo citado por V. Ex^a, só entraria uma segunda empresa após... Vamos imaginar que a linha seja um sucesso...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Brigadeiro, o DAC pode dar essa garantia, a título de incentivo?

O SR. WASHINGTON MACHADO – Em nossa política atual, as empresas têm participado, todas as quintas-feiras, de uma reunião com as empresas. Nessa reunião, visamos também o lado do usuário.

Em mercados não atendidos, como é o caso, em que a empresa não tem ninguém atendendo Uberaba-Brasília, se houver tal pedido, avaliamos o mercado. A nossa preocupação é com a super-oferta. Se não há super-oferta, será atendido.

Vamos supor que há vôos nessa rota há seis meses, desenvolveu-se um mercado grande, e outra empresa quer entrar. Ela tem que apresentar um estudo econômico, mas também mercadológico, e dizer que cabe uma segunda empresa, ou seja, a nossa taxa de ocupação tem que estar acima de 65%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Senador Eduardo Azeredo, V. Exª tem a palavra, mas temos que terminar às 13 horas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apesar do adiantado da hora, gostaria de solicitar ao Brigadeiro da Infraero, porque ficou faltando uma resposta, que S. Sª nos enviasse uma relação de obras e projetos em relação a Pampulha e Santos Dumont, quanto a custo e prazo.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Eu já havia anotado e lhe fornecerei precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Concedo a palavra ao Dr. Alfredo, para concluir.

O SR. ALFREDO MAISTER – Gostaria somente de fazer um registro que considero muito importante.

Quando foi comentado aqui sobre o controle de manutenção por parte das autoridades, mais especificamente pelo DAC, V. Exªs não tenham dúvida de que esse acompanhamento é feito com muito profissionalismo, muita dedicação por parte do DAC. Chegamos ao ponto de alguém comentar na empresa: “Eles estão aí de novo”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio) – Quero deixar bem claro para todos os membros da Subcomissão que esta audiência pública foi muito enriquecedora. Entendo que, com a ausência de alguns parlamentares, tendo em vista a votação da reforma tributária ontem, que alguns senadores acompanharam até a madrugada, não houve o quorum desejado hoje. Mas é oportuno dizer que a Comissão enviará a

cada um dos membros da Subcomissão de Turismo o inteiro teor do que foi aqui tratado. É muito enriquecedor. É bom saber que existe atualmente no Brasil a Infraero com um leque de obras que impressionou a todos nós.

Gostaria de cumprimentar a Infraero, seu Presidente, o companheiro Carlos Wilson, que não está presente, mas nos comunicou que teria um compromisso inadiável e foi muito bem representado aqui pelo Brigadeiro Frederico de Queiroz Veiga. Agradecemos a presença de V. Sª.

Fiquei particularmente satisfeito com a notícia aqui colocada pelo Brigadeiro Washington Machado – eu que moro perto de aeroporto –, de que em 2005 teremos um descanso, poderemos dormir um pouco mais porque o ruído de certas aeronaves desaparecerá.

Desejo também comentar algo que preocupa quem trabalha com turismo, que é justamente o fato de que havia 400 aeroportos funcionando e hoje há apenas 112. Isso é preocupante. Não se faz turismo no Brasil sem avião. Avião é fundamental, pois sabemos das condições das estradas. Não se gera um milhão e duzentos mil empregos, que deveremos gerar no futuro, sem transporte aéreo eficiente. E na realidade não há. É uma discussão sem fim o problema das grandes companhias que estão em dificuldades. Estamos apreensivos, pois, de uma hora para outra, tais companhias podem não voar mais e não sei o que será do País.

Para finalizar, gostaria de dizer que, ao mesmo tempo que me impressiona muito o trabalho da Infraero com os novos aeroportos, também me preocupa um pouco a concentração de estabelecimentos comerciais nos aeroportos, que ficam, às vezes, intransitáveis. O aeroporto de São Paulo, em certos momentos, é desagradável. São tantas pessoas no aeroporto, que quem vai embarcar fica em uma situação de desconforto. Não sei até que limite é conveniente haver tantas lojas em um aeroporto. Creio que deve haver uma avaliação a respeito por parte da Infraero, pois a situação acaba congestionando o próprio estacionamento. Em Brasília, por exemplo, o estacionamento fica congestionado porque lojistas e funcionários das lojas estacionam seus carros, e quem vai pegar o avião não encontra estacionamento. Portanto, preocupa-me muito o futuro dos aeroportos que se transformam em grandes centros comerciais, até com cinemas. Não sei se é necessária a implantação de cinemas em aeroportos, porque podem fazer com

que os moradores das cidades utilizem os equipamentos do aeroporto. Aeroporto, a meu ver, é para quem vai viajar.

E gostaria de fazer uma última pergunta aos três, com respostas "sim" ou "não". É muito importante que o Brigadeiro Washington Machado nos dê uma resposta. A Subcomissão de Turismo foi contatada por um investidor que gostaria de montar uma companhia aérea nacional no Brasil e está disposto a investir US\$30 milhões no transporte aéreo regional. V. S^a aconselharia? Sim ou não?

O SR. WASHINGTON MACHADO – Sim.

O SR. PRÉSIDENTE (Paulo Octavio) – Dr. Alfredo. Não? A resposta é não.

Brigadeiro Frederico.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Nosso mercado está muito pequeno. Creio que o número de passageiros hoje não é para estar estimulando mais vôos de companhias outras. É a minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Muito bem. Está respondido.

O SR. FREDERICO DE QUEIROZ VEIGA – Senador, a respeito das lojas, V. Ex^a tem razão. Quando cheguei à Infraero, estava inoculado pela idéia radical de que é demais. Fui Presidente do Conselho Fiscal da Infraero em 1992 e, ocupando esse cargo, criticava muito a parte comercial, que era extremamente ridícula. Era insignificante dentro da composição do faturamento da empresa. Hoje, graças a essa fatia de faturamento das lojas – fazendo um adendo ao que o Brigadeiro Washington disse – temos tarifas congeladas de 1994 e outras de 1997, graças a esse faturamento na área comercial. Penso que deve haver um ponto de equilíbrio, mas tem sido muito benéfico neste instante, quando estamos procurando aliviar as empresas aéreas.

Então, essa é a situação real da ajuda que presta o aluguel dessas áreas comerciais. Também é importante destacar que, principalmente nos aeroportos centrais, estamos muito congestionados.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio) – Obrigado.

Agradeço a presença de todos os representantes das companhias aéreas, os representantes das agências de viagem, aos Srs. Senadores e a todos os nossos ilustres convidados.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Extração Mineral**

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE ABRIL, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia três de abril do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Guerra, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Ana Júlia Carepa, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo. Deixa de comparecer o Senador Sérgio Cabral. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. Em seguida procede-se a "instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Extração Mineral, criada por meio do Requerimento nº 12-CAE/2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado em 18 de março de 2003". O Presidente convida os Senadores Ana Júlia Carepa e Rodolpho Tourinho para atuarem como escrutinadores. Foram eleitos, por unanimidade, para Presidente, a Senadora Ana Júlia Carepa e para Vice-Presidente, o Senador Rodolpho Tourinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Sérgio Guerra**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Subcomissão Temporária de Extração Mineral da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se hoje, 3 de abril de 2003, às 9h30min., na Sala de Reuniões nº 19 – Ala Alexandre Costa.

A presente reunião tem por finalidade instalar os trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Extração Mineral, criada por meio do Requerimento nº 12 – CAE,

de 2003, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, aprovado em 18 de março de 2003.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa:

Para Presidente, a Senadora Ana Júlia Carepa; para Vice-Presidente, o Senador Rodolpho Tourinho.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srs. e dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

A Presidência procederá à chamada nominal, obedecendo às composições partidárias.

Bloco de apoio ao Governo PT/PSB/PTB e PL: Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Pelo PFL, não há titulares indicados; apenas Suplentes: Senador Efraim Moraes, que não se está presente; e Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Pelo PSDB: Senadores Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Encerrada a votação.

Convido os Senadores Ana Júlia Carepa e Rodolpho Tourinho para servirem como escrutinadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, foi eleita por unanimidade a chapa indicada. Para Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; para Vice-Presidente, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Com quantos votos?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quatro votos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senadores Sérgio Guerra, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo, agradeço a presença de todos e a instalação desta Subcomissão, que tem como objetivo discutir a legislação da compensação financeira sobre extração mineral e discutir se suas alíquotas são justas hoje, depois de catorze anos de aprovada a lei.

Sou de um Estado que tem a maior província mineral do mundo – o Estado do Pará –, conhecemos aquela realidade e sabemos que realmente o que se tem de compensação pelos impactos ambientais, pelos impactos sociais da exploração mineral, fica muito aquém da necessidade e dos impactos que acontecem não só no Município, mas em toda a região.

Esta Subcomissão, portanto, tem uma tarefa muito importante, porque se trata de uma legislação que não atinge apenas o Estado do Pará, mas a região de Minas Gerais e outros Estados da Federação

que também são ricos, mas muitas vezes essa riqueza não se traduz em infra-estrutura, em condições e em qualidade de vida para a população.

É necessário a riqueza que está no solo também possa ser acessada pela maioria da população.

O nosso objetivo é esse. Como hoje é um dia em que há muitas reuniões, gostaria de agradecer e solicitar que convoquemos uma reunião para a próxima semana, em que pudéssemos fazer uma agenda de audiências públicas, para que possamos realmente ter como resultado uma legislação que possa continuar fazendo com que o nosso País seja um grande produtor de minérios e possa ocupar um bom espaço em nível internacional, mas também que o nosso povo possa ter a qualidade de vida que merece em relação a esses impactos que as regiões e o povo têm sofrido por conta da extração mineral.

Pergunto se o Vice-Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, quer usar da palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Gostaria apenas de cumprimentá-la e aos Senadores Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra. Mas, ao mesmo tempo, também quero deixar a sugestão de que pesquisássemos qual é a legislação vigente em outros países do mundo, principalmente levando-se em consideração que essa é uma atividade basicamente de exportação.

Trata-se de um mercado globalizado, em que o Brasil concorre com vários outros países – especialmente a Austrália. Portanto, seria interessante que a Subcomissão pesquisasse a legislação vigente em outros países do mundo para buscarmos a igualdade de condições.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de fazer a proposta de que fizéssemos um seminário em que se pudesse fazer essa comparação em nível internacional.

Poderíamos discutir na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – A Presidência agradece o comparecimento dos que hoje estiveram aqui na instalação desta importante Subcomissão, que é importante pelo mérito do tema a ser tratado. É importante porque dela fazem parte personalidades da vida pública que têm, com certeza, como contribuir com essa discussão, como ex-governadores, ex-ministros, a Senadora Ana Júlia e tantos quantos estão aqui.

Sob o meu ponto de vista, acho interessante que essa discussão se dê também por Senadores que não sejam de Estados produtores. Essa não é uma questão apenas desses Estados, mas uma questão de inte-

resse nacional, pela relevância que essa conta tem na conta de exportação do Brasil, pela contribuição que tem ao conjunto da economia e, enfim, por variáveis que são bastantes complexas e que devemos trabalhar ao longo dos próximos três meses.

Quero dizer que a Senadora Ana Júlia Carepa terá nosso apoio para conduzir esse trabalho com a competência que todos nela reconhecemos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h12min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Extração Mineral**

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE ABRIL, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Hélio Costa, Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho e João Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Cabral e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, procede-se a definição da pauta de trabalho da Subcomissão. Fica aprovado pela Subcomissão que as reuniões ordinárias serão realizadas nas quartas-feiras, às nove horas e trinta minutos. A Subcomissão aprova, ainda, uma visita às cidades de Canaã e Carajás no Estado do Pará no dia nove de maio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Bom dia a todos.

Vamos dar início à segunda reunião da Subcomissão Temporária de Extração Mineral. É uma reunião extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, que se realiza no dia 23 de abril, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Nossa proposta inicial é exatamente definir a pauta desta Subcomissão. Elaboramos um roteiro que está em poder das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e pretendemos discuti-lo, para agregar propostas, idéias. A finalidade da criação desta Subcomissão Temporária, na CAE, é analisar a legislação atual em relação à compensação financeira sobre a atividade de extração mineral e propor alterações que se façam necessárias, exatamente para que essa compensação possa se tornar mais justa. Cabe a esta Subcomissão discutir a compensação pelo impacto da exploração mineral e aprimorá-la. Para que possamos cumprir a tarefa, devemos escutar a sociedade nos seus mais diversos segmentos. Tenho certeza de que temos muito para aprender e informar a esta Casa, porque, quando fazemos as leis, nós a fazemos com a melhor das intenções.

Como é uma lei que existe há quatorze anos, nada melhor do que ouvir toda a sociedade interessada, os atores, que tenho certeza estão dispostos a discutir, desejam o diálogo e não se furtarão a fazê-lo. Encontraremos receptividade em relação a isso.

A nossa proposta se divide em três momentos. O primeiro momento é entrar em contato com a realidade, porque nem todos os membros da Comissão a conhecem. Temos a honra de contar com ex-Ministro nesta Subcomissão, o que nos honra muito. Contamos com a presença do Senador Rodolfo Tourinho, que é ex-Ministro de Minas e Energia e conhecedor do assunto, da área e da matéria. Mas essa é uma realidade que diz respeito ao Brasil e em especial a algumas regiões brasileiras; então, nada melhor do que conhecermos a realidade dessas regiões. Propomos conhecer três situações: a de maior extração mineral do Brasil, que se dá em dois Municípios: Parauapebas, onde existe uma mina de ferro, e Canaã dos Carajás, que já iniciou projeto da extração de cobre. Esses são os projetos mais amplos que existem hoje no Brasil. A idéia também é visitar Minas, porque é uma extração mais longa, a de Itabira.

Senador João Ribeiro, nós estamos exatamente discutindo a pauta e não será longa a nossa reunião.

A idéia da criação desta Subcomissão é exatamente estudar a legislação sobre a compensação fi-

nanceira de extração de recursos minerais e adequá-la, para torná-la mais justa. A idéia é ouvir todos os atores envolvidos e a sociedade, depois de quatorze anos em que a lei está em vigor. Assim, nossa intenção é ir aos locais onde existe isso. Estamos propondo a visita ao Pará, onde há o maior projeto de extração atualmente, que é o Município de Canaã dos Carajás; ao Município de Parauapebas, onde se localiza a Serra dos Carajás; ao Município de Itabira, em Minas Gerais, em razão de sua longa história em relação à extração mineral; e também visitar a experiência do Amapá, que não mais existe, mas que é importante conhecermos a realidade, embora seja mais negativa do que positiva. Como é exatamente essa a nossa idéia, temos que ter conhecimento de todas as experiências. No Amapá, já não existe a extração.

Outro ponto importante seria ouvir as entidades que estudam os minérios, entidades que estudam não só a extração, mas também os seus impactos. Poderíamos realizar audiências públicas ou chamar, principalmente, os representantes das academias e das entidades localizadas nos dois Estados pólos da extração mineral: Pará e Minas Gerais.

No Estado do Pará, Senador Rodolpho Tourinho, ligado à Universidade Federal do Pará, há o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que conta com doutores e pós-graduados – todos os professores do NAEA têm de ser doutores –, cujos trabalhos são voltados para a mineração.

Portanto, creio que seja importante conhecer o acúmulo existente nessas entidades, para que possamos dialogar.

Também é importante o diálogo com as instituições governamentais, tanto dos Governos estaduais como das entidades representativas, as empresas e os órgãos do Governo Federal cuja função é planejar e implementar as ações do Governo no que diz respeito à mineração.

Há o desejo de dialogar com os Governos do Pará e de Minas Gerais, mas também ouvir, por exemplo, talvez até ex-governadores do Amapá, ou seja, além do atual Governo, também quem governou o Estado em outro momento; ouvir o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM. Esses poderão ser ouvidos em Brasília. Além desses, podemos chamar o Ibram, Instituto Brasileiro de Mineração.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Senadora, peça a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) –

Pois não.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu gostaria de sugerir a visita ao Município de Araxá, porque estou dando entrada a um projeto na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a extração do nióbio. Hoje o Brasil é responsável por 90% do nióbio produzido no mundo, e Minas Gerais é responsável por 94% do nióbio produzido no Brasil.

Também gostaria de sugerir a oitiva de todos os segmentos envolvidos e a visita à nascente e ao Médio São Francisco, pois o garimpo lá é desordenado e predatório naquele rio de grande importância para o Brasil. E, por fazer parte desta Subcomissão, eu gostaria que convidássemos também o Senador Eduardo Azeredo, que é um ex-Governador de Minas Gerais, não só para que estivesse conosco, mas para que desse sua opinião, porque S. Ex^a participou efetivamente como Governador do nosso Estado e conhece esses problemas *in loco*.

O São Francisco nasce em Minas Gerais, mas é o rio de maior importância em nosso País. Então, já que estamos nesta Subcomissão, devemos fazer um trabalho justo não só para os mineiros, mas também para todo o Nordeste do nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) –

Eu, particularmente, acato, mas poderíamos abrir a discussão para que os outros Senadores possam opinar sobre essa proposta. Acato a proposta do Senador de visitar também o Município de Araxá e esses segmentos.

Informo que o Senador Eduardo Azeredo faz parte da Subcomissão.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senadora Ana Júlia Carepa, quero justificar o meu atraso ocorrido em função da minha ida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em que seerei um dos Vice-Presidentes. Infelizmente não houve quorum.

Também quero cumprimentar V. Ex^a pela feliz iniciativa da criação desta Subcomissão, que considero de uma importância muito grande. Há alguns anos, no início da minha vida pública, eu estive envolvido em um setor das questões minerais, porque fui, no auge da Serra Pelada, o Delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, inclusive fui eu quem paralisou a rodovia Belém-Brasília em Araguaína junto com mais outros 1.500 garimpeiros. Foi uma contradição muito grande, porque eu era do PDS, paralisei a rodovia contra o Presidente da República, General Fi-

gueiredo, que era do mesmo Partido. Tive uma briga séria com ele, embora fosse apenas um Vereador. De qualquer forma, considero importante essa questão. Quero me aprofundar não somente naquilo que conheço um pouco como também em outras áreas da questão mineral. Acho importante ouvir o DNPM, o Ministério, as entidades todas envolvidas. É preciso modificar a nossa lei, fazer uma revisão na lei, sobretudo no ponto em que trata da questão mineral. A iniciativa de V. Ex^a é oportuna e conta com o meu total apoio. Estarei, nesta Comissão, apoiando essa pauta para que possamos, durante este ano, ou o período necessário, fazer um trabalho extraindo a modificação necessária para a lei. Parabenizo V. Ex^a. Pode contar comigo. Quando forem marcadas as reuniões, é só avisar ao meu gabinete, pois estou sempre pronto para trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada Senador.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Querida, primeiramente, louvar esta reunião. Penso ser um setor extremamente importante. Fizemos uma modificação na legislação. Lembro-me que uma das últimas coisas que entreguei ao Congresso foi uma atualização na legislação mineral. A sensação que tive no Ministério é de que não se tratava de um assunto prioritário para o País, para a equipe econômica. Não era uma coisa prioritária. Penso que devemos dar aqui essa prioridade ao setor mineral. Devemos ver a importância desse setor na Austrália, no Canadá e o que representa para Estados como Pará, Minas, pois para a Bahia representa muito. Há muita coisa para ser feita. A legislação é anacrônica, penso que há necessidade de modificá-la, mesmo porque não vi em nenhum jornal as consequências disso. O que me impressionava muito, além dessa falta de prioridade para o setor, era o poder das empresas, muito grande. Em determinadas áreas, havia concessões que as empresas levavam cerca de 1.000 anos para esgotá-las e, com isso, formando verdadeiros cartéis. Penso que é um setor difícil e importante para trabalharmos. A primeira coisa, Senadora, que V. Ex^a deveria fazer seria marcar logo a data de visita ao Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vamos fazer. Fazemos a proposta aqui e agora?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Acho que sim. Deve ser uma data que não percamos a reunião aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – A data teria que ser em uma sexta-feira ou segunda-feira.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –

Tem que marcar logo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vamos fazer um indicativo da primeira semana após o feriado?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Penso que já se deveria marcar, não fazer um indicativo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Então, vamos marcar para a semana depois do feriado. A primeira sexta-feira, que cai no dia 9 de maio. Então, está marcada a primeira visita. Acredito que possamos visitar os dois Municípios no mesmo dia, porque são próximos. Leva-se duas horas, no máximo, de carro, a estrada hoje está maravilhosa, eu que conheço a região.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sai de Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pode-se sair de Belém como de Brasília. Pode descer em Carajás, há avião. Mas tem que ver a data. Verificaremos isso. Se for o caso, vamos para Marabá e fretamos um avião pequeno para Carajás. O importante é aprovarmos. Depois, teremos que criar as condições. A Subcomissão existe. É importante. Vamos criar as condições. Está marcado para o dia 9. Também proponho que as nossas reuniões sejam às quartas-feiras, às 9h30min, antes das reuniões da CCJ, que muito nos absorve. Às terças-feiras, há a reunião da CAE. Proponho que sejam às quartas-feiras.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Para mim está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Ok. Quarta-feira, às 9h30min.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora, gostaria de acrescentar que, a rigor, aqui, V. Ex^a não propõe três etapas isoladas. Elas podem ir se misturando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sim.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Até para ouvir também, além da... Acho que o DNPM também é importante. O Ibram representa as empresas?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Ele representa o Instituto Brasileiro de Mineração.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Porque também, sem elas, não vamos a lugar algum.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sim. Não está incluído aqui, mas proponho que ouçamos a Companhia Vale do Rio Doce.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, e até ver essas experiências, sobretudo no Canadá e na Austrália.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O Senador está propondo que também verifiquemos as experiências internacionais.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Depois, mas no começo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Começaríamos com as experiências no Brasil.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, mas também precisamos ouvir as empresas. Nós acusamos, mas não sei se elas tiveram os fóruns necessários pelo Ministério de Minas e Energia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Faremos o seguinte: vamos visitar as experiências no Brasil e ouvir as empresas. Também teremos que dialogar com as universidades, no caso, os institutos que estudam os impactos. Acho que devemos ouvir as entidades.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E garimpos. Até hoje não sei se se pode conviver sem garimpo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Minha idéia não era entrar com um projeto, mas acabei tendo que entrar com um, alterando. Atualmente, a lei isenta os garimpeiros, mas há uma proposta que não os isenta. Tomamos o cuidado de isentá-los.

Vamos tentar fazer o nosso cronograma e nossa metodologia, digamos, de trabalho. Já está marcada para o dia 9 de maio a primeira visita ao Estado do Pará. Depois vamos a Minas – gostaria de saber se os Srs. Senadores concordam com a proposta do Senador Aelton Freitas de conhecermos Araxá, que também é uma experiência –, Macapá, no caso, Amapá, Serra do Navio. V. Exª também sugeriu o rio São Francisco, ouvindo inclusive os segmentos que defendem esse meio porque o garimpo lá está de maneira predatória.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Isso entraria na questão do garimpo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sim. Poderia incluir quando fosse ouvir as entidades. Depois poderíamos ouvir as empresas e as entidades que trabalham com o impacto, no caso, as próprias instituições de pesquisa e ensino, que são nossas universidades, e conhecer também as experiências internacionais, saber como essa exploração está se dando no âmbito internacional. Podemos ficar assim? (Pausa.)

Aprovada nossa reunião ordinária para as quartas-feiras, às 9h30min. Aprovada a pauta, com os acréscimos oferecidos pelos Srs. Senadores.

Concluindo, quero agradecer a presença dos Senadores. Tenho certeza de que todos consideram essa matéria importante. O Senador Rodolpho Tourinho, que desde o primeiro momento se mostrou interessado, valorizou esta Subcomissão, pela sua experiência e pelo depoimento que prestou. Como S. Exª mesmo disse, esse assunto não parecia, mas é muito importante. A situação mineral hoje contribui de forma significativa para a balança comercial brasileira. Não podemos menosprezar a relevância dessa matéria, que é importante não só para os Estados, mas também para o Brasil. Queremos saber os efeitos dos impactos referidos principalmente naquele Estado rico.

Agradeço a presença de todos, lembrando que na próxima quarta-feira nos encontraremos novamente às 9h30min.

Obrigada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h e 30min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão de Extração Mineral

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de abril do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Cabral, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, procede-se a definição do calendário em relação às visitas, aprovadas pela Subcomissão, às cidades de Canaã e Carajás. Foi definido que as visitas serão nos dias quinze e

dezesesseis ou dezesseis e dezessete do mês de maio, a depender da audiência dos membros da Subcomissão com o Presidente do Senado, Senador José Sarney. A data da audiência com o Presidente, Senador José Sarney, ainda será marcada pela Senadora Ana Júlia Carepa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vamos dar início à nossa 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Temporária sobre Extração Mineral, da 1ª Sessão Legislativa, no dia 30 de abril, às 9h e 30 min, na sala de reuniões nº 19, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Ala Alexandre Costa.

A pauta trata da definição do calendário das nossas visitas já aprovadas.

Proponho que também discutamos a definição de uma audiência com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, para pedir apoio aos trabalhos desta Subcomissão.

Fiquei um pouco preocupada, ontem, ao comentar o assunto com S. Ex^a, que dizia das dificuldades do Senado em dar apoio às Subcomissões.

A meu ver, estamos desenvolvendo um trabalho importante no Senado da República.

Início falando sobre a questão das datas. Tenho uma proposta. A Assembléia Legislativa do Estado do Pará está realizando audiências itinerantes no Município de Parauapebas. Essas audiências tratam de outra situação. É sobre questão mineral. Outra questão polêmica com a própria Companhia Vale do Rio Doce a respeito da instalação da siderúrgica. A Companhia Vale do Rio Doce assinou convênio dizendo que instalará a siderúrgica no Maranhão. Naturalmente, os Parlamentares e o povo do Estado do Pará reagiram, até porque o minério sai daquele Estado, e exigiram da Companhia Vale do Rio Doce uma comissão de estudos para que se veja a viabilidade econômica e técnica de se fazer a siderúrgica também no Estado do Pará. Estão tratando mais dessa situação específica. Então, penso que concorrermos com a Assembléia Legislativa é ruim. Dessa forma, proponho, além da alteração por uma semana, que fizéssemos essa visita em dois dias. E justificarei essa solicitação. Visitaremos o maior projeto de extração mineral do Brasil, a Serra dos Carajás. Visitaremos também um dos maiores da extração de cobre que está começando, a Serra do Sossego, em Canaã dos Ca-

rajás. Ou seja, são dois Municípios próximos, mas trata-se de dois projetos. E a idéia é que façamos uma audiência para ouvir a sociedade, a academia, as empresas, os Governos estaduais, municipais e o Federal, para se chegar a uma conclusão. Este é o objetivo desta Subcomissão: chegar a uma conclusão que seria a necessidade até de alterar a legislação. Pois bem, não poderemos visitar os projetos em dois Municípios e ouvir a sociedade local num dia só. Já que teremos essa oportunidade, julgo que não podemos agir de forma açodada. Realmente pensamos melhor, e eu já tinha conversado com o Senador Rodolpho Tourinho e com todos os Senadores aqui. Todos concordaram. O Senador Rodolpho Tourinho até propôs que fizéssemos na sexta-feira e no sábado. Há um voo na quinta-feira à noite, que sai daqui e vai para Marabá, cidade próxima. Poderíamos solicitar – eu já tinha mencionado isso, já que o Governador do Estado do Pará, com quem estive, colocou-se também à disposição da Subcomissão – que o avião nos levasse à Canaã primeiro, na sexta-feira, dia 16, de Marabá para Canaã. Iríamos num voo normal daqui de Brasília para Marabá, da Nordeste; dormiríamos em Marabá e iríamos, no dia seguinte, para Canaã; de Canaã para Carajás, na quarta-feira à noite, iríamos nesse mesmo avião, que pode pousar, já à noite, em Carajás; não se pode pousar à noite em Canaã, mas sim em Carajás. Não haveria a reunião da quinta-feira. Precisamos tomar essa decisão, porque as reuniões aqui são até quinta-feira, dia 15 de maio.

Podemos decidir entre essas duas alternativas: nos dias 15 e 16 ou nos dias 16 e 17.

Eu vou colocar uma proposta aqui: poderíamos aprovar os dias 15 e 16. Quando formos à audiência com o Presidente José Sarney, verificaremos a pauta e a perspectiva dessa data; se for uma pauta muito pesada aqui no Senado e os assuntos bem importantes, não seria adequado que tantos Senadores se retirassem. Nesse caso, faríamos nos dias 16 e 17. Vamos aprovar dessa forma: nesta semana vamos permanecer nos dias 15 e 16, ou 16 e 17, dependendo da pauta daqui. As duas alternativas são viáveis, eu diria. Pode ser? (Pausa)

Então, temos que fazer o contato com a comunidade.

Acho que na semana que vem já ficamos sabendo, não é, Senador?

É só tirar o encaminhamento, Sr. Azeredo. Aprovaremos nessa próxima semana, dependendo da pauta, já que vamos ao Presidente José Sarney oficialmente, pela Subcomissão – se todos concorda-

rem. Todos concordam de irmos ao Presidente? Obviamente, não é?

Saberíamos, de forma antecipada, a pauta do dia 15 aqui no Senado. Dependendo da pauta, poderíamos ir, já que estamos oficialmente em missão. Não é problema a questão de falta; o nosso problema não é esse, é estar presente se houver uma votação importante da qual todos nós vamos querer participar, é lógico! Se for uma votação normal, poderíamos ir, em missão, nos dias 15 e 16, porque pegamos o voo às 18h e vamos direto daqui para Carajás. Existe um voo que vai direto para Carajás, mas na quarta-feira. Esse voo muda: em um dia ele vai para Carajás, no outro ele vai para outro Município; alterna.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Senadora Ana Júlia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pois não, Senador Aelton.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Eu queria passar a V. Exª e aos companheiros da Subcomissão cópia de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que foi feita em 1995.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Srs. Senadores, somente um minutinho, por gentileza. O Senador Aelton pediu a palavra. Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Senadores, eu estou passando para a nossa Presidente e para os nobres colegas cópia de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é de autoria do Senador Hernandes Amorim e foi entregue no Senado dia 17 de fevereiro de 1995, para que dela tenhamos conhecimento e possa servir de instrumento e base para os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Muito obrigada, Senador. Isso é importante, realmente, já que o Senado fez um trabalho de investigação de denúncias. Eu acho que isso pode nos ajudar a subsidiar a nossa Subcomissão.

Eu pergunto ao Senador Rodolfo Tourinho se gostaria de usar da palavra?

O SR. RODOLFO TOURINHO (PFL – BA) – Eu acho que o importante hoje é ter a definição das datas desta semana: dias 15 e 16 ou 16 e 17. Também acho importante a ida ao Presidente José Sarney e não somente para informá-lo. É uma visita fundamental. Um trabalho de Comissão aqui no Senado deve sempre passar pela visita local, se houver a chance ou a oportunidade de fazer isso. Então, acredito, Srª Presidente, que esteja perfeito. Para mim, Senadora, resta apenas definir isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, da minha parte, esses dias estão bons. Ao agendarmos essa pauta com a comunidade, o faríamos, primeiramente, com as autoridades locais, com os Prefeitos e com os Governadores; depois, com a comunidade e, em seguida, com as empresas. Não sei se essa ordem estaria assim prevista. V. Exª já está com a pauta?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não. Deixe-me dizer a V. Exª o que aprovamos na última reunião, ou seja, quais são as etapas. Primeiramente, visitaremos os locais. Quando fizermos as visitas *in loco*, podemos ouvir as autoridades locais, no caso, os Prefeitos, os Vereadores e a sociedade local, as entidades e as associações, ou seja, a sociedade organizada. Devemos ainda visitar oficialmente o projeto. Vamos comunicar à empresa, que, com certeza, vai nos expor o projeto. Haverá um momento em que iremos aos Governadores desses Estados e um momento em que chamaremos para uma reunião da Subcomissão representantes das empresas, o Governo Federal e as entidades, inclusive o Ibram, Instituto Brasileiro de Mineração, que congrega todas as mineradoras e possui um trabalho mais específico na área, sob um aspecto mais de legislação. As empresas possuem uma visão mais individual.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Da minha parte, está tudo bem. Basta somente acertar melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Talvez, não necessitássemos fazer reunião na próxima semana. Acredito que façamos a reunião somente para aprovarmos o roteiro.

Senador Eduardo Azeredo, a próxima visita será a Minas Gerais, no Estado de V. Exª. Então, V. Exª será, na verdade, o anfitrião.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ótimo. Tudo bem. Estamos os três mineiros na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É verdade. Nada tendo mais a tratar, definindo a pauta e a data, entraremos em contato com o Senador José Sarney para fazer uma audiência com S. Exª e comunicá-lo, solicitando todo o apoio ao trabalho desta Subcomissão.

Agradeço aos Senadores pela presença e marco, inclusive, para a próxima quarta-feira a reunião, quando já aprovaremos o roteiro exato. Expediremos

já os convites, entraremos em contato com as autoridades locais e aprovaremos o roteiro das audiências e as visitas de forma detalhada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, trata-se de somente uma empresa, ou são duas?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – São duas empresas, mas todas as duas são da Vale do Rio Doce. A Serra do Sossego tinha uma parceria, mas a empresa sócia retirou-se. A Vale do Rio Doce está investindo sozinha no projeto. Mas isso pode tornar o Brasil, inclusive, auto-suficiente na produção de cobre no período de cinco a sete anos, porque hoje o Brasil importa quase 100% do cobre.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Em Minas Gerais também há uma mineração de cobre que está começando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É verdade. Agradeço aos Senadores pela presença e encerro a reunião. Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 10h.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão de Extração Mineral

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SETE DE MAIO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia sete de maio do ano de dois mil e três, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Delcídio Amaral, Hélio Costa, Luiz Otávio, Rodolpho Tourinho e Efraim Moraes. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Cabral, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida, procede-se à aprovação do roteiro das visitas às Cidades de Canaã dos Carajás e Parauapebas. A pedido do Senador Delcídio Amaral e em consenso com os demais membros presentes, as visitas serão, definitivamente, nos dias vinte e três e vinte e quatro de maio.

As visitas serão ao Projeto de Extração de Cobre (Serra do Sossego) em Canaã dos Carajás e ao Projeto de Extração de Minério em Parauapebas. A Subcomissão fará uma audiência com o objetivo de ouvir empresários, governo e sociedade do local. A seguir, a Subcomissão discute sobre a próxima visita ao Estado de Minas Gerais. Decide-se que esta será realizada após a visita ao Estado do Pará. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – **Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente**

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Bom dia a todos os Senadores e funcionários. Vamos dar início à 4ª reunião da Subcomissão Temporária de Extração Mineral, que tem como pauta a definição do roteiro das visitas às cidades de Canaã dos Carajás e Parauapebas, onde estão os projetos Serra do Sossego (exploração de cobre) e Carajás (extração de ferro), respectivamente. Consta da pauta também a discussão da próxima visita ao Estado de Minas Gerais.

Na última reunião – por essa razão pedi que os Senadores Aelton Freitas e Rodolpho Tourinho, que tem participado de todas as reuniões, permanecessem – não definimos as datas. Mas não podemos esperar mais por essa definição. Ontem falei com o Presidente José Sarney a respeito da pauta da próxima quinta-feira. Será normal. Devemos definir se viajaremos na quarta-feira à noite, pois o problema é o voo para Carajás, que sai às vinte horas. Dessa forma, trabalharíamos na quinta-feira e sexta-feira. Se trabalharmos na sexta-feira e no sábado, sairemos na quinta-feira à noite e iremos para Marabá, pois não há voo direto para Carajás na quinta-feira. Há apenas para Marabá, cidade próxima, e lá teríamos condições de tomar um outro avião.

O Senador Delcídio Amaral deseja fazer uma ponderação. Penso que este é o momento correto. Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, eu havia feito toda a minha programação em função do dia 09, mas não aconteceu no dia 09 por razões claras, óbvias, até porque a Assembleia Legislativa estará lá. Está agendado um compromisso com o Governador Zeca do PT, uma visita ao interior do Estado. Pedi a S. Exª que transferisse a visita, que seria neste final de semana, em função da programação. Sugiro transferir para a próxima semana.

na, se possível, pois sei que os Senadores também têm várias programações ao longo do mês (visitas ao interior, o roteiro de inaugurações, contatos políticos etc.). Gostaria de sugerir que nos deslocássemos em uma semana.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Por mim, tudo bem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Por mim, também. Seria para a semana de...?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Seria para a semana... Sr^a Presidente, os Senadores estão de acordo em se deslocar em uma semana.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Indago aos outros Srs. Senadores, pois é uma decisão que não pode ser apenas minha, mas sim de todos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – (Fala fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não. Não é no dia 24. Ou melhor, no dia 24, se formos no sábado. Se formos na quinta-feira, nos dias 22 e 23.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Fica melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Fica melhor para V. Ex^a, Senador Aelton Freitas? Os senadores aqui presentes são os mais assíduos. Façamos o seguinte: vamos fechar em 22 e 23.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Seja a pauta que for. Todos concordam?

O SR. DELCÍDIO AMARAL – Até porque temos justificativa em função da viagem a trabalho a Carajás.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Lógico. Estaremos em missão parlamentar, portanto não teremos nenhum problema.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sairíamos na quarta-feira à noite.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Então, sairemos daqui na quarta-feira à noite, porque o voo é quarta-feira.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Podemos fazer já a reserva.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Retornamos via Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Tem de ser.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Se não há voo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não, na verdade, o voo retorna via Marabá. Há voo direto de Marabá para Brasília.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas prefiro voltar via Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Ah, bem. Aí fica a cargo de cada um.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Iríamos na sexta-feira para Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não, veja bem, teria de ser no sábado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – No sábado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Podíamos ir para Belém na sexta-feira, e a volta fica por conta da nossa anfitriã. No dia em que S. Ex^a quiser voltar, voltamos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Gostaria de aproveitar para fazer um convite. Seria uma honra imensa para mim recebê-los na minha terra, para fazê-los conhecer as delícias, as belezas do Estado do Pará, que, sem dúvida nenhuma, é um dos Estados mais bonitos. O Senador Delcídio Amaral conhece o nosso Estado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu conheço bem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – De qualquer maneira, veremos todas as alternativas para a volta.

Então, está decidido: iremos nos dias 22 e 23.

Pergunto se já há propostas. Parece-me que o Senador Rodolpho Tourinho já tem uma proposta sobre a viagem para Minas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não, penso que devíamos fazer essa primeiro, para depois traçar outra. Mas vamos deixar certo que a próxima é para Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O Senador Efraim está pedindo a palavra?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não, Sr^a Presidente. Era sobre essa decisão que já foi tomada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Penso que tomamos a decisão mais importante da nossa reunião de hoje. Agora, temos a data certa e trabalharemos com ela; não vamos mais alterá-la.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Podemos tirar as passagens.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sim, vamos tirar as passagens.

Relembro que o nosso roteiro é a visita ao projeto. Vamos até mesmo solicitar que sobrevoemos os

projetos, porque esses são os dois maiores nessa área. E podíamos fazer uma audiência com a sociedade, porque a idéia é ouvi-la. Teríamos um momento com o prefeito e com os vereadores do município, um momento com a sociedade e a visita aos projetos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A diretoria da Vale estará lá?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – A empresa tem de estar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Qual é o objetivo maior dessa audiência? Também tem de ficar definido o que queremos obter dessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador, quando discutimos esse assunto, a idéia era ouvir a sociedade, as empresas, o governo local, a comunidade científica, que tem trabalhos e pesquisas. A forma mais direta que temos de ouvir a sociedade é irmos ao local. Podemos chamar aqui, por exemplo, a diretoria da Vale, o Ibram, que representa as empresas.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A minha dúvida é a seguinte: vamos ouvir sobre um tema específico ou em geral? Porque lá ouviremos a sociedade e o governo local, não ouviremos a parte científica nem a empresa, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – São esses dois setores que queremos ouvir nesse momento. Queremos saber os impactos. A idéia é discutir a legislação dos **royalties**, não é? Então, queremos saber se esse recurso é suficiente, compensador. A sociedade tem de nos dizer isso. Essa é a lógica, é sob essa ótica.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É a ótica da legislação da Cefem, não é? Muito bem, está claro para mim,

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, gostaria de perguntar algo mais. É evidente que a Vale fará uma exposição do projeto, para falar sobre o que está fazendo, sobre as obras mitigatórias nos Municípios. Toda essa exposição está sendo programada também, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – A Vale do Rio Doce já sabe da nossa visita. Em cada um dos dois projetos, haverá visita a empresas, porque precisamos conhecer o projeto e também queremos ouvir a sociedade sobre os impactos, o que ela

está sentindo. A sociedade talvez não saiba medir os **royalties**, mas poderá enumerar os problemas que acontecem por conta da implantação de um projeto desse porte e de importância para o Brasil. É essa a idéia.

Algum outro Senador deseja se pronunciar?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Para mim, está claro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradecemos a presença de todos.

Hoje tomamos uma decisão importante. O Senador Delcídio informou a alteração da agenda do próprio Governador, em função da nossa viagem. Consultamos os Srs. Senadores e S. Ex^{as} não discordaram. Então, vamos realizá-la nos dias 22 e 23. Iremos fazer as reservas e tudo mais.

Precisamos saber que Senadores desejam ir. Pediria aos interessados que nos participassem, para que possamos fazer o comunicado oficial à Mesa do Senado de que estaremos em missão parlamentar na quinta-feira, pois haverá sessão deliberativa da qual deveríamos participar.

Também gostaria de solicitar a companhia dos Senadores na conversa com o Presidente Sarney sobre o apoio de S. Ex^a a esta Subcomissão, que trará resultados importantes para o Brasil.

Agradeço a todos os Srs. Senadores e dou por encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h12min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Extração Mineral**

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE JUNHO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e três na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Luiz Otávio e Rodolpho Tourinho. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Cabral, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião

anterior, que é dada por aprovada. Em seguida procede-se à apreciação do Relatório das visitas ao Projeto de Extração de Cobre na Serra do Sossego em Canaã dos Carajás e ao Projeto de Extração de Minério em Parauapebas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

RELATÓRIO SOBRE A VIAGEM À CARAJÁS E MUNICÍPIOS VIZINHOS

1. Introdução

Tramitam no Congresso Nacional quatro projetos de lei propondo modificações na legislação sobre a compensação financeira por exploração mineral (CFEM). As modificações básicas propostas incluem alteração da alíquota máxima, na base de cálculo e na distribuição dos recursos.

Com o intuito de estudar a legislação sobre compensação financeira do setor mineral, com vistas à sua modificação da forma a mais justa possível, a Comissão de Assuntos Econômicos criou a Subcomissão de Extração Mineral (SCEM). Em reunião da SCEM, decidiu-se pela oitiva de diversos setores da sociedade organizada para colher subsídios que aperfeiçoem as citadas proposições legislativas em tramitação no Senado. Seriam ouvidos órgãos públicos, empresas mineradoras, as comunidades afetadas pela atividade minerária e a academia. Além disso, conhecer-se-iam *in loco* a atividade de extração mineral e os impactos ambientais decorrentes.

Com esse objetivo, decidiu-se que uma representação da Subcomissão viajaria ao Pará, a Minas Gerais e ao Amapá. A representação foi formada pela Senadora Ana Júlia, presidente da SCEM, e pelos Senadores Aelton Freitas, Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho, membros da SCEM. O presente relatório condensa as principais constatações da viagem à província mineral de Carajás, no Pará.

Para melhor situar os resultados colhidos pela oitiva dos diversos segmentos, é oportuno destacar os principais pontos da legislação em vigor.

2. Legislação

A seguir, apresentar-se-á uma descrição dos diversos aspectos da legislação envolvendo a participação financeira na exploração mineral. Como beneficiários dessa participação financeira, a Carta Magna contempla não só os entes da Federação, como também os proprietários do solo onde ocorre a lavra, também denominados *superficiários*. Dentre estes, a Constituição dá um tratamento diferenciado às comunidades indígenas.

2.1. Compensação Financeira para União, Estados e Municípios

A criação de compensação financeira está prevista no art. 20, §1º, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

Art. 20. São Bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Esse parágrafo foi regulamentado pelas Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e nº 8.001, de 13 de março de 1990. No que diz respeito à extração mineral, alguns dispositivos dessas leis merecem ser destacados:

• Lei nº 7.990, de 1989:

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o

valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

• Lei nº 8.001, de 1990, e alterações posteriores:

Art. 2º Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

§ 1º Q percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias minerais, será de:

I – minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento), ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo;

III – pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,2% (dois décimos por cento);

IV – ouro: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros.

§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no *caput* deste artigo será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000).

I – 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II – 65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios;

II-A. 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; (Inciso incluído pela Lei nº 9.993, de 2000).

III – 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Re-

nováveis – Ibama. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 2000).

§ 3º O valor resultante da aplicação do percentual, a título de compensação financeira, em função da classe e substância mineral, será considerado na estrutura de custos, sempre que os preços forem administrados pelo Governo.

§ 4º No caso das substâncias minerais extraídas sob o regime de permissão da lavra garimpeira, o valor da compensação será pago pelo primeiro adquirente, conforme dispuser o regulamento.

Cabe destacar que o inciso XI do art. 20 da Constituição inclui as terras indígenas entre os bens da União. Desse modo, sempre que houver exploração mineral em reservas indígenas, caberá pagamento de CFEM aos entes da Federação.

2.2. Compensação Financeira Para Superficiais

Além da União, Estados e Municípios, a Constituição garante ainda participação no resultado da lavra aos proprietários do solo, nos termos do § 2º do art. 176:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o *caput* deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

§ 2º É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

A Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994, alterou o art. 11 do Código de Minas (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), com o intuito de regulamentar o § 2º acima:

Art. 11. Serão respeitados na aplicação dos regimes de Autorização, Licenciamento e Concessão: (Redação dada pela Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976)

.....

b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra. (Redação dada pela Lei nº 8.901, de 1994)

§ 1º A participação de que trata a alínea b do *caput* deste artigo será de cinquenta por cento do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no *caput* do art. 6º da Lei nº 7.990, de 29/12/89 e no art. 2º da Lei nº 8.001, de 13/03/90. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.901, de 1994)

Encontra-se em análise, na Comissão dos Serviços de Infra-Estrutura, o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2002, com vistas a equiparar essa participação de *superficiário* com a CFEM.

Deve-se ressaltar que o § 1º do art. 176, por não ter sido ainda regulamentado, impede a exploração mineral em terras indígenas.

2.3. Compensação Financeira Para Comunidades Indígenas

Entre os *superficiários*, a Constituição destaca as comunidades indígenas, assegurando a elas um dispositivo específico no art. 231, § 3º:

Art. 231.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Há dez anos tramita na Câmara projeto de lei sobre o Estatuto do Índio, no qual inclui-se a regulamentação desse parágrafo e do § 1º do art. 176 da Constituição, até hoje sem deliberação. Enquanto esses parágrafos não forem regulamentados, as terras indígenas não serão objeto de autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou da FUNAI para pesquisa e lavra de recursos minerais.

Com o intuito de regulamentar especificamente o § 3º acima e o § 1º do art. 176 da Constituição, tramitou nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 1.610, de 1996, de iniciativa do Senador Romero

Jucá, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. O Projeto foi aprovado em decisão terminativa, e seguiu para a Câmara dos Deputados, onde se encontra em revisão. São grandes as semelhanças do texto deste PLS com o capítulo da proposição sobre o Estatuto do Índio que trata do aproveitamento dos recursos minerais.

3. Viagem a Carajás

Por deliberação da plenária da SCEM, a representação da SCEM, viajou para a província mineral de Carajás, no Pará, para colher subsídios junto à comunidade do entorno e junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) acerca da legislação sobre a CFEM e dos impactos da atividade de extração mineral sobre a comunidade. Adicionalmente, a Representação conheceu também os projetos e áreas de mineração.

No Pará, nos dias 5 e 6 de junho, seguiu-se a seguinte programação:

- visita à Mina do Sossego – CVRD;
- ida a Canaã dos Carajás;
- audiência com o prefeito e vereadores de Canaã;
- audiência pública com a comunidade;
- viagem para Carajás;
- reunião técnica entre a CVRD, o DNPM-Pará e a Representação da SCEM;
- pernoite em Carajás;
- visita à província de Carajás;
- ida a Parauapebas, sendo que os senadores Rodolpho Tourinho e Eduardo Azeredo retornaram de Carajás, em razão de compromissos anteriormente agendados;
- audiência com a prefeita e vereadores de Parauapebas;
- audiência pública com a comunidade;
- reunião com prefeitos e vereadores da Associação de Municípios do Araguaia e Tocantins (AMAT);

4. Resultados

Entre os pontos levantados ao longo de contatos com a comunidade, a CVRD e o DNPM, ressaltam-se os seguintes pontos:

4.1. Pontos levantados pela comunidade:

- A classe política de Canaã imputa à CVRD a responsabilidade pelos graves problemas sociais por que o município passa. Emancipada há sete

anos, já tinha, pelo censo de 2000, 10 mil habitantes. Portanto, o município recebe sua parcela de FPM com base nesse número e ainda não recebe CFEM pela mina do Sossego, que só estará operacional em 2004. Ocorre que a população hoje é de 23 mil habitantes, e o município não tem recursos para fazer frente à grande demanda por educação, emprego, saúde, segurança e infra-estrutura que o crescimento populacional tem imposto. A partir de 2004, a disponibilidade de empregos na mina do Sossego passará de seis mil para setecentos, o que agravará a situação do município.

- A CVRD se defende dizendo que a mão de obra é prioritariamente contratada na região. Além disso, estabeleceu parceria com a prefeitura, a fundo perdido, para fazer creches, escolas e hospital com 30 leitos e duas salas de cirurgia.

- Quanto à mudança na legislação, a classe política de Canaã apóia a idéia, desde que não traga prejuízo em relação à arrecadação esperada pela legislação atual. A SCEM esclareceu que isso não ocorrerá, porque a distribuição com municípios limítrofes será acompanhada de aumento na alíquota. Ressalte-se, entretanto, que o aumento somente será definido após consultas a órgãos públicos, academia, empresas, Ministério de Minas e Energia e sociedade. Além dos municípios, também os estados pleiteiam aumento em sua participação na CFEM.

- A SCEM esclareceu ainda que a CFEM visa a investimentos que tragam sustentabilidade econômica para o município. Esse foi o princípio constitucional que norteou sua criação, razão pela qual não é considerado imposto.

- Falta documentação das terras do município de Canaã, a maioria em nome do INCRA, o que impede a cobrança de IPTU. A SCEM solicitou mais detalhes sobre a documentação, de modo a atuar junto ao INCRA na busca de uma solução.

- A comunidade de Canaã dos Carajás solicita que todos os convênios da prefeitura com a CVRD passe pelo crivo da sociedade organizada, de modo a poder acompanhar a aplicação dos recursos.

- A CVRD não dá oportunidade do primeiro emprego, nem se preocupa em profissionalizar os jovens do município de Canaã. A falta de perspectiva dos jovens tem levado-os às drogas e à prostituição.

- A CVRD precisa assumir a responsabilidade pelos impactos causados na região antes do início do recebimento da CFEM.

- A comunidade criticou o poder político de Canaã, que reclama de falta de recursos, mas negociou

com a CVRD uma diminuição na alíquota de ISS para 3%, quando todos os municípios vizinhos cobram 5%. Houve promessa do prefeito de propor imediatamente à Câmara o retorno da alíquota para os 5% de antes.

- Os *superficiários* de Canaã, desconhecedores de seus direitos, negociaram mal com os advogados da CVRD, e perderam a possibilidade de ganharem o que era justo.

- A classe política de Parauapebas reclama de deficiências na fiscalização do DNPM, sugerindo haver sonegação de informações corretas necessárias ao cálculo da CFEM. A prefeitura firmou convênio com o DNPM para fiscalização e constatou diferença de R\$ 208 milhões (no período 1991-2001) entre o que a CVRD pagou e o que o município entende ser devido, em função de interpretações divergentes acerca do item *despesas com transporte*, que devem ser descontadas do faturamento antes do cálculo da CFEM.

- A prefeita de Parauapebas afirma haver um descompasso entre a imagem de município rico e a realidade. Segundo a prefeita, mais de 80% do município é área de proteção ambiental, com acesso restrito, ou área indígena. Os menos de 20% restantes, agriculturáveis, padecem de conflitos pela titularidade, inclusive a área urbana, o que limita a arrecadação de IPTU.

- A estimativa de arrecadação é de cerca de R\$ 60 milhões por ano entre ICMS, CFEM e ISS. Por outro lado, o município padece de migração acelerada. Em 1983, havia 17 mil habitantes. Hoje, há 95 mil e bairros novos proliferam sem controle, porque a estrada de ferro Carajás traz migrantes à razão de 750 famílias por ano. Há toda sorte de dificuldades com saúde, educação, emprego e infra-estrutura.

- A comunidade cobra da CVRD sua cota de responsabilidade pelos problemas gerados em razão da migração descontrolada. Entende a comunidade que a mina é um pólo de atração e que o município se torna inadministrável em decorrência da pressão cada vez maior por serviços públicos. Cobra também a responsabilidade da CVRD por cooperar com a administração no sentido de criar condições para o desenvolvimento sustentável do município, pois a mina explora um recurso finito e não renovável.

- Sobre a CFEM, as comunidades de Canaã e de Parauapebas propõem que a legislação preveja o controle social dos recursos financeiros advindos dos recursos não renováveis. Sugerem a criação de um conselho municipal, com gestão compartilhada entre o Poder Público e a sociedade organizada, com o in-

tuito de estabelecer prioridades na destinação aos recursos da compensação financeira, e de fiscalizar sua aplicação.

- A SCEM esclareceu às comunidades de Canaã e de Parauapebas que nem todos os problemas levantados são da alçada do Senado. As comunidades têm outras fontes de recursos e outros interlocutores, e devem buscar um entendimento com eles. Os senadores destacaram que muitos municípios do país gostariam de ter uma mina em sua área para poderem usufruir os benefícios que a legislação concede. A preocupação da Subcomissão é ajustar a legislação sobre a CFEM com o intuito de propiciar melhores condições de sustentabilidade à comunidade.

4.2. Pontos levantados pelo DNPM:

- A legislação define de forma dúbia o que vem a ser faturamento líquido, não esclarecendo como despesas de transporte devem ser descontadas do faturamento bruto. Isso tem ensejado ações na justiça contra as empresas mineradoras, que têm incorporado nessas despesas todo tipo de transporte. A justiça já se pronunciou a esse respeito em segunda instância. É necessário que a legislação esclareça essa questão; o DNPM sugere que a alíquota passe a incidir sobre o faturamento bruto, como forma de harmonizar as interpretações do texto da Lei.

- A CVRD não vem pagando o que é devido à União, na condição de *superficiária*, proprietária que é das terras da província de Carajás, por força da Resolução do Senado nº 331, de 1986, que deu à empresa apenas a concessão de uso. A CVRD alega que isso está sendo mais do que compensado pelas despesas que a empresa assumiu com a manutenção da Floresta Nacional de Carajás. O DNPM entende que essas atividades não são compensáveis e que a CVRD deve participação de *superficiário* à União.

- A lavra em reservas florestais não tem sido viabilizada porque o IBAMA condiciona a autorização à elaboração de um plano de manejo nos moldes daquele apresentado pela CVRD para a Floresta Nacional de Carajás. As empresas mineradoras alegam que a CVRD não dá acesso ao seu plano de manejo, o que resulta em impasse. A CVRD defende-se alegando que o plano de manejo pertence ao IBAMA e está em sua posse, cabendo, pois, a essa entidade oferecê-lo às empresas.

4.3. Pontos levantados pela CVRD:

- A legislação é causa de dubiedade ao usar como sinônimos os termos *substância mineral* e *produto mineral*. Tecnicamente são diferentes. A subs-

tância mineral refere-se a produto não-acabado, ao passo que produto mineral refere-se a produto acabado. A classificação do que vem a ser *transporte*, nesse caso, tem duas interpretações. O DNPM entende que deve-se abater da receita bruta apenas o gastos com transporte de produto não-acabado. Já as empresas mineradoras entendem que o transporte do produto acabado deve também ser deduzido do faturamento bruto.

- Há uma enorme quantidade de mineradoras que não pagam CFEM por deficiência na fiscalização do DNPM. Isso distorce a competitividade dos agentes do setor, penalizando as empresas que pagam corretamente.

- O IBRAM está concluindo um estudo comparativo sobre cargas tributárias no mundo inteiro, bem como acerca do arcabouço legal dos países mineradores, que será oportunamente encaminhado à SCEM.

- O Brasil tem vantagens comparativas na exploração de bauxita e ferro com relação aos outros países, mas em outros recursos minerais isso não é verdadeiro. Se o valor *advalorem* da CFEM subir muito, pode inviabilizar a pauta de exportação.

5. Sugestões para incluir na Legislação

• Vindas da Comunidade:

Houve um apoio generalizado à alteração combinada de aumento de alíquota e distribuição de recursos da CFEM para municípios limítrofes.

Deve-se criar um conselho municipal, formado pelo Poder Público e pela sociedade organizada, com competências para priorizar e fiscalizar a aplicação de recursos oriundos da CFEM.

• Vindas da CVRD:

Esclarecer na legislação os termos técnicos *substância* e *produto*, e o conceito de *transporte*.

Cuidar para que o aumento de alíquotas não retire do Brasil vantagens comparativas que afete a sua pauta de exportações.

• Vindas do DNPM:

Esclarecer o conceito de *transporte*, ou

Aplicar as alíquotas sobre o faturamento bruto e

6. PRÓXIMAS AÇÕES DA SCEM

- Solicitar ao IBRAM e ao DNPM suas interpretações sobre o que vem a ser *transporte*, *substância mineral* e *produto mineral*, para que a legislação não dê margem a dúvidas.

- Solicitar ao IBRAM posicionamento sobre matéria tributária na área de mineração.

- Mediar a regularização das terras do município de Canaã dos Carajás junto ao INCRA.

Sala da Comissão, . – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão de Extração Mineral**

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE AGOSTO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e três na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Sérgio Cabral, Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral, Hélio Costa, Gerson Camata, Efraim Morais e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Otávio, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Em seguida procede-se à audiência pública com a presença do Dr. Edmundo Paes de Barros Mercer, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, e do Vice-Presidente, Dr. José Mendo Mizael de Souza, com a finalidade de discorrer sobre as medidas tributárias do setor mineral e o arcabouço legal de países mineradores, bem como as propostas do IBRAM para aperfeiçoamento da legislação financeira sobre as atividades de extração mineral. Usam da palavra na ordem de inscrição para interpelar os convidados os Senadores Ana Júlia Carepa, Eduardo Azeredo, Sérgio Cabral, Rodolpho Tourinho, Hélio Costa e Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) –

Bom dia a todos os Senadores e aos nossos convidados e assistentes.

Neste momento, está aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária de Mineração, reunião extraordinária que se está realizando hoje, nesta sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, e que tem como objetivo ouvir em audiência pública o Sr. Edmundo Paes de Barros Mercer – a quem convido para adentrar a sala –, Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Ibram, e o Vice-Presidente Executivo, Sr. José Mendo Mizael de Souza, com a finalidade de discorrer sobre as medidas tributárias do setor mineral e o arcabouço legal de países mineradores bem como as propostas do Ibram para o aperfeiçoamento da legislação que hoje existe no nosso País – legislação sobre as atividades de extração mineral, principalmente a legislação que regulamentou a compensação financeira sobre extração mineral.

De acordo com o art. 9º, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, adotaremos a seguinte norma: vinte minutos para a exposição, e, em seguida, faremos a fase dos debates e das perguntas.

Hoje temos uma situação atípica, porque foi marcado um café da manhã, e vários Senadores que são membros desta Comissão e que têm interesse na matéria estão com a Ministra de Minas e Energia neste momento. Mas podemos começar. S. Ex^{as} virão com certeza, pois temos todo o interesse, até porque esta Subcomissão é temporária, e temos um imenso interesse em agilizar essa nova legislação.

Quero, inclusive, dizer aos membros do Ibram que tenho conhecimento – pela própria Companhia Vale do Rio Doce –, no Estado do Pará, por exemplo, de que o Ibram estava fazendo um estudo em nível internacional, e espero que esse estudo que será apresentado nos seja entregue, até porque a situação está bastante delicada, particularmente no nosso Estado do Pará.

É importante também que possamos cumprir o nosso papel e até fazer a melhor legislação não só, obviamente, para o Estado do Pará. Legislamos, nesse caso, para o Brasil, mas sem dúvida os Estados que são eminentemente mineradores, como no caso do Pará, que é a maior província mineral do mundo, acabam tendo uma importância e um peso muito grande de influência, claro, quando se vai legislar sobre esse assunto.

Concedo a palavra ao Dr. Edmundo Paes de Barros Mercer, Presidente do Ibram.

Muito obrigada.

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Senadora Ana Júlia Carepa, digníssima Presidente da Subcomissão Temporária de Mineração, Srs. Senadores Eduardo Azeredo e Gerson Camata, Sr^{as} e Srs. Congressistas, companheiros representantes das empresas de mineração, minhas senhoras e meus senhores, o Ibram é uma sociedade civil sem fins lucrativos que há 27 anos atua em favor do desenvolvimento da indústria mineral brasileira.

Com muita honra, fomos convidados pela Senadora Ana Júlia Carepa a fim de discorrer sobre medidas tributárias do setor mineral e sobre o arcabouço legal de países mineradores.

“O futuro do Brasil começa com a mineração” é o tema que procuraremos desenvolver hoje.

A mineração começa aqui, no Congresso Nacional. As leis democraticamente votadas no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal resultarão ou não nos investimentos que construirão o desenvolvimento sustentável do País e proporcionarão qualidade de vida ao povo brasileiro. Esta reunião de hoje é uma demonstração da função democrática do Congresso Nacional, conversando com os setores produtivos.

Menciono um trecho da mensagem ao Congresso Nacional que o Presidente Lula encaminhou. O Congresso Nacional é construtor da democracia, pois é aqui, no trabalho diário da construção de consensos e maiorias, que a democracia brasileira, hoje tão admirada mundo afora, se fortalece cada dia mais.

A mineração, como todos os presentes sabem, é essencial à qualidade de vida. É quase impossível imaginar a vida sem minerais: metais e compostos metálicos. Dos 92 elementos naturais, 70 são metais. Muitos são essenciais para a vida das plantas, dos animais e dos seres humanos. A mineração é essencial à qualidade de vida, base das cadeias produtivas.

Atualmente a sociedade precisa de minerais e metais para cada vez mais finalidades. Minerais industriais são componentes essenciais de materiais avançados. A agricultura necessita de fertilizantes à base de minerais. A indústria depende dos metais para seu maquinário e de concreto para as fábricas necessárias à industrialização. Nesta sala, por exemplo, não há nenhum objeto que não tenha um componente mineral na sua origem. Então, mineração é a base das cadeias produtivas.

A mineração é multiplicadora de empregos, considerando que, segundo dados fornecidos pelo IBGE do ano de 1985, para cada emprego na mineração correspondiam 8,7 empregos na indústria de transfor-

mação de minerais não-metálicos e na metalurgia. O efeito do crescimento da mineração, conforme projetado, geraria no mínimo 2 milhões de novos empregos na economia até o ano 2010 – dados do Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral do DNPM, órgão do Ministério de Minas e Energia. Esse efeito multiplicador da mineração como geradora de empregos é uma das metas do atual Governo.

A tecnologia mineral é fator de qualidade ambiental. Falemos um pouco do carvão, que é tão criticado. Vale à pena lembrar que a tecnologia de carvão pode remover até 98% do SO₂ e acima de 99% de materiais particulados. Processos de conversão de carvão em energia possibilitam a obtenção de dez vezes mais energia do que era possível há quarenta anos, segundo dados da **National Mineral Association** dos Estados Unidos, constantes de um trabalho que afirma que o futuro começa com a mineração.

Abordo um tema importante referente a Minas Gerais, mas que pode extrapolar para o Pará e outros Estados. O Brasil precisa reconciliar-se com a sua mineração. É necessário que Minas se reconcilie com a mineração, aceitando a realidade física de suas montanhas e fomentando seu desfrute. A riqueza do subsolo do Estado, ainda subavaliada e pouco conhecida, principalmente se considerarmos sua localização privilegiada, é enorme alavanca potencial ao processo de desenvolvimento num futuro próximo, de acordo com um trabalho desenvolvido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Todos devemos pensar no assunto. O Brasil precisa reconciliar-se com a sua mineração.

Faço referência ainda a uma afirmação feita pelo Presidente Lula na mensagem enviada ao Congresso Nacional neste ano de 2003. A mineração tem papel fundamental a desempenhar. No esforço para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social interrompidos durante os últimos anos, a mineração tem, indubitavelmente, um papel fundamental a desempenhar. A sociedade brasileira percebe claramente as vantagens da mineração.

Foi feita uma pesquisa de opinião pública pelo Ministério de Minas e Energia e pelo Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), ao tempo em que o Dr. Frederico Barbosa e o Dr. Luciano de Freitas faziam parte do órgão. Constatou-se que a mineração tem uma imagem positiva pela sua importância social, econômica e capacidade de geração de empregos. A sociedade brasileira percebe claramente as vantagens da mineração.

Passo agora às desvantagens.

A sociedade brasileira, nessa mesma pesquisa da imagem da mineração no Brasil, vê os seguintes aspectos negativos: a poluição ambiental, a falta de responsabilidade social. Esses são os aspectos negativos apresentados nessa pesquisa que fizemos.

Caminhos e desafios da mineração brasileira. Propostas e ações do Ministério de Minas e Energia.

Citarei uma opinião do atual Secretário Nacional de Minas e Metalurgia, Dr. Giles Carriconde Azevedo:

“O desenvolvimento do setor mineral está comprometido pela falta de investimentos e de planejamento estratégico de longo prazo”.

Estou informado de que a Senadora Ana Júlia Carepa convocou o Dr. Giles, que prestará um depoimento aqui no dia 20, e que certamente desenvolverá melhor esse tema.

Necessitamos de US\$ 27,8 bilhões de investimento na mineração brasileira até 2010. Essa é uma previsão de demanda, de necessidade de investimento, de um trabalho elaborado pelo Ministério de Minas e Energia no ano 2000.

Para atender à demanda interna, mantendo e, em alguns casos, expandindo a participação brasileira no mercado internacional de minérios, em um cenário de crescimento anual do Produto Interno Bruto brasileiro de 3,8% ao ano, a demanda por investimentos na mineração é de US\$ 27,8 bilhões até 2010, sendo US\$ 12,1 bilhões até 2005. Já estamos em 2003. Então a necessidade de investimentos na mineração é enorme.

O Brasil é pouco competitivo. Apesar de sua vocação mineral, o Brasil é pouco competitivo. No **ranking** de nove países no índice competitivo, Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Coréia do Sul, Espanha, Estados Unidos, México e Taiwan, o Brasil é o sétimo colocado, superando apenas a Argentina e a Espanha. Esse é um dado da Firjam, Federação das Indústrias, pesquisa feita no ano passado.

A carga tributária no Brasil é de 38% do Produto Interno Bruto, dados também da Firjam e de organismos internacionais de pesquisa. A carga tributária brasileira só perde para a alemã, a mais elevada do grupo e atinge 38% do PIB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a poderia voltar um pouco?

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Pois, não.

O Brasil é pouco competitivo, Senador Azeredo. No **ranking** de nove países, no índice competitivo, Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Coréia, Espanha, Estados Unidos, México e Taiwan, somos o sétimo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Qual o critério para a escolha desses nove países?

O SR. JOSÉ MENDO MIZAE DE SOUZA –

São diversos índices, Senador, que possibilitam fazer essa comparação. Por exemplo, carga tributária, receptividade ao investimento, a quantidade de horas ou anos na formação da mão-de-obra, a existência de infra-estrutura, a existência histórica de uma abertura internacional que traz competitividade. De modo que são diversos os itens comparativos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Não fiz menção a isso; mas por que não se escolheu, por exemplo, o Uruguai, a Índia? Para mim, está claro o que é um país competitivo. Minha questão é saber por que são esses países. Se relacionados Paraguai, Uruguai, o Brasil será o primeiro.

O SR. JOSÉ MENDO MIZAE DE SOUZA – A

escolha considerou os cenários internacionais, para onde os investimentos de países que têm uma visão de economia de mercado ou de priorização de exportação estão caminhando. Por exemplo, China não está relacionada porque tem atraído muito o investimento local, mas o risco político chinês não é de uma democracia consolidada. Nos quatro mil anos de China, nunca houve democracia naquele País. Este é um critério que inclusive é positivo para o Brasil: democracia, instituições políticas funcionando perfeitamente bem. Esses são dados positivos. Por isso, não aparece a China. No caso da Índia, por exemplo, há uma potencial guerra nuclear com o Paquistão, e com isso também investimentos, especialmente de longo prazo, sofrem ameaça.

A partir da coordenação desses critérios, tem-se também um potencial de mercado interno muito grande, como é o caso do Brasil; uma tradição de exportação muito grande, como é o caso de Taiwan; uma mudança muito grande, como a Coréia do Sul, mudança a partir do investimento em educação e de uma disciplina de visão nacional de exportação extremamente expressiva, inclusive com sacrifícios, muitas vezes de salários locais.

Na Espanha, o turismo é um fator muito forte de participação no PIB. No Brasil, o nosso conterrâneo Walfrido dos Mares Guia está fazendo esse grande esforço agora, como Ministro, no sentido de que o País tenha esse potencial, mas ainda não o realizou, em termos de infra-estrutura, percepção do turista, a questão da segurança. Todos esses fatores coordenados.

A escolha foi mais uma percepção de que esses seriam os países que, reunidos todos esses aspec-

tos, atrairiam o capital de investimento, não necessariamente o capital de risco.

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – A Fijan baseou-se num estudo de competitividade comparada por uma organização internacional que organizou esses 9 países, quando ficamos em sétimo lugar.

Voltando, então, à questão da carga tributária, de 38% do PIB, a carga tributária brasileira só perde da alemã, a mais elevada do grupo, e atinge 38% do PIB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Desse grupo de 9, não é?

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Esse grupo...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vamos continuar, para podermos...

O SR. JOSÉ MENDO MIZAEL DE SOUZA – Sr.^a Presidente, V. Ex.^a me permite, só para dar os componentes do índice de competitividade, para atender ao Senador?

O índice de competitividade foi construído como indicador de potencial de crescimento econômico, crescimento do valor agregado, produtividade, custo unitário da mão-de-obra. Demais fatores de competitividade: investimento em tecnologia e pesquisa, desenvolvimento da infra-estrutura, educação, custo de financiamento e risco de mercado e custos trabalhistas. Isso para construir um índice.

E a escolha dos países foi aquela...

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Muito bem. Passemos para um outro quadro, que esse já é conhecido.

Tributação na mineração.

Esse é um trabalho de tributação da mineração no Brasil feito pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), o qual também virá prestar um depoimento nesta mesma Comissão.

No Brasil, aplica-se à mineração o mesmo tratamento tributário vigente para as demais atividades econômicas. No entanto, além dos tributos de aplicação geral, existem encargos específicos para a mineração, que consistem em taxas devidas na fase de pesquisa, além do pagamento de compensações financeiras pela exploração dos recursos minerais. Quer dizer, o setor mineral tem a mesma tributação de todos os setores da economia e mais alguns tributos ou contribuições próprios.

Vamos falar um pouquinho da mineração brasileira e da tributação anual. Esse é o primeiro quadro dos quatro que apresentaremos.

Há uma taxa anual de 1 Ufir – a Ufir não existe mais, mas está congelada – por hectare de área de autorização de pesquisa, e 1,5 Ufir na prorrogação. Há a Cefem, sobre a qual conversaremos, que é a Compensação Financeira pela Exploração Mineral, que varia de 0,2% a 3% do faturamento líquido. Existe a participação do proprietário do solo no resultado da lavra, que é de 50% do valor da Cefem. Há o ICMS (Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações) – esse nome comprido é o nosso ICMS. A alíquota básica nas operações de mineração é de 18%, o que corresponde a quase 22% do faturamento bruto. Há variações de alíquotas e há várias alíquotas. Esse é o primeiro dos quadros sobre tributação anual no setor mineral.

No segundo quadro, falamos no *strictu sensu* e no *lato sensu*. O *strictu sensu* seriam aqueles que são, de fato, tributos; e *lato sensu* seriam outras contribuições que não exatamente impostos.

Previdência Social. Em média, 20% dos salários mais adicionais.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que todas as empresas pagam, 8% dos salários mais adicionais.

O Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), 3% sobre o faturamento mensal, correspondente à totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.

Esse é um estudo feito recentemente pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e pela Ernest & Young.

No terceiro quadro de tributos da mineração, temos o PIS (Programa de Integração Social), com 1,65% do faturamento mensal, considerando-se o total das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas. O PIS não incide na exportação.

Existe a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, cuja alíquota atual é de 0,38%.

O IOF é importante no setor mineral no que diz respeito às operações de câmbio. O Imposto sobre Operações Financeiras é de 1,5% ao dia sobre o valor das operações de crédito. Nas operações de câmbio, 25% sobre o valor da operação de câmbio em moeda nacional.

O quarto item é o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, que é de 15% sobre a base de cálculo, além do adicional de 10%, calculado sobre a parcela do lucro que exceder ao montante anual de R\$240 mil.

Há ainda a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que é de 9% sobre a base de cálculo no período de apuração.

Aqui estamos fazendo uma síntese da tributação anual, sem modelagem financeira. No quadro de cima, estão os impostos diversos **strictu sensu** e **lato sensu** – ICMS, Cofins, IOF, Fundo de Garantia, PIS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Previdência, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e, abaixo, tributos, vamos chamar assim, **strictu e lato sensu** especificamente sobre o setor mineral – participação do proprietário do solo nos resultados da lavra, CPEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), Taxa Anual por hectare, seguro de acidentes e salário-educação. O Brasil tem uma carga tributária...

Vamos falar de minério de ferro. Vamos fazer uma comparação com países principais competidores internacionais na exportação. A fonte é muito recente, um estudo que o Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) promoveu, feito pela Ernest & Young este ano, 2003. Em condições iguais, em um faturamento igual a 100, custos igual a 90 e lucro igual a 10 num mercado competitivo, temos a seguinte classificação no que diz respeito ao lucro líquido, após a tributação: Chile, em primeiro lugar; Peru, Suécia, Venezuela, África do Sul, Austrália, Índia, Estados Unidos, Canadá, Brasil. Quer dizer, o lucro líquido após exportação, o menor desses 10 países é o do Brasil: 3,23.

Próximo quadro. Na carga tributária, comparando agora a da bauxita, que é o minério de alumínio, também no mesmo estudo feito pela Ernest & Young, que futuramente forneceremos a esta Subcomissão, na comparação com os países principais competidores do Brasil, em condições iguais, como no estudo anterior, com faturamento 100, custos 90 e lucro 10 num mercado competitivo, é a seguinte a classificação no que diz respeito aos países produtores de bauxita: em primeiro, Jamaica; em segundo, Guiné; em terceiro, Austrália e, em quarto, Brasil.

Países mais competitivos, para atrair investimentos em mineração. O cenário é o efeito da tributação sobre a Taxa Interna de Retorno – TIR, dos projetos.

O bem mineral ouro. No bem mineral ouro, para atrair investimentos, em primeiro lugar, citou-se o Chile. A Argentina, que tem crescido muito na atração de investimentos, está em segundo, Filipinas; em ter-

ceiro, o México; e assim Peru, Indonésia, Suécia, África do Sul, Groenlândia, Namíbia. Nós estamos em décimo-primeiro no critério da tributação interna de retorno do projeto ouro. Tomamos por base uma fonte do DNPM.

Países mais competitivos para atraírem investimentos em mineração. O critério é o efeito da tributação sobre a taxa interna de retorno dos projetos. Um exemplo aqui é do cobre. Chile em primeiro, obviamente; México, Argentina, Etiópia, Indonésia, mais uma vez Groenlândia, África do Sul, Suécia, Bolívia, Peru, Gana e Papua-Nova Guiné. O Brasil está em décimo-terceiro, com tributação sobre taxa interna de retorno sobre projetos, falando do cobre.

Muito bem. O que nós temos que fazer? Quais são os desafios que se opõem à mineração? A decadência do produto mineral, que após superar doze bilhões em 1989, em 2001 foi de apenas seis bilhões, a metade. Quer dizer, em 2001, ficamos a metade do que tínhamos em 1989. A curva da morte – como nós chamamos – do pré-investimento governamental em geologia básica, que em 1978 superava US\$55 milhões anuais, em 2001, vinte e três anos depois, situou-se em US\$3 milhões e meio apenas. Não houve investimento governamental em geologia básica, o que nós chamamos de curva da morte. Esses dados são de Marcos Maron, um funcionário antigo e categorizado do Ministério de Minas e Energia, publicado na revista **Brasil Mineral**, recentemente.

Outro desafio a vencer no Brasil: nós precisamos atrair investimentos privados para pesquisa mineral. De uma média anual de US\$231 milhões, em 1978/1989, caíram para US\$91 milhões em 1990/2001, quando o potencial brasileiro, segundo estudiosos, é de US\$300 milhões. Isto é, nós temos que atrair investimentos privados para pesquisa mineral.

Segundo. Nós precisamos retomar o investimento na implantação, expansão e manutenção da capacidade de produção, que se reduziu de uma média anual de US\$856 milhões, entre 1978/1989, para US\$592 milhões, em 1990/2001, quando necessitamos, até 2010, de 2,2 bilhões por ano. Quer dizer, é necessário retomar o investimento na implantação, expansão e manutenção da capacidade de produção, que se reduziu drasticamente nesse período que nós estamos mencionando, de 1978/1989 para 1990/2001. Em 2010, nós precisamos chegar em 2,1 bilhões de dólares por ano. Ainda segundo o trabalho de Marcos Maron.

Eu vou concluir agora essa breve exposição e me colocar à disposição dos Srs. Senadores da Sub-

comissão para dizer que o Brasil, para atingir os objetivos apresentados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional, claros e bem definidos, precisa enfrentar os problemas sociais. Para retomar o crescimento, com distribuição de renda, temos que ser competitivos na atração de investimentos. Face à nossa já elevada carga tributária, não podemos sequer pensar em aumentar quaisquer tributos, mesmo aqueles *latu sensu*, como a Cefem.

Isto é uma conclusão de agora e esse trabalho que eu apresentei rapidamente consta das pastas que foram entregues aos Srs. Senadores. Estamos às ordens para conversar com V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Dr. Edmundo.

Eu pergunto se o Dr. José Mendo Mizael de Souza vai precisar fazer, agora, alguma colocação?

O SR. JOSÉ MENDO MIZAE DE SOUZA – Apenas um lembrete histórico, Sr^a Senadora. Nós, no Brasil, tivemos a democracia criada por meio do ciclo do ouro, em Minas Gerais. A mineração, em Minas, foi fazedora de democracia, como colocou muito bem o Ex-Deputado Federal Paulo Pinheiro Chagas. Aquela época, nós fizemos uma revolução e tivemos o nosso herói com 20% do faturamento bruto.

Depois, no Código de 34, quando houve a maior alteração da política mineral brasileira, quando saímos do regime em que o proprietário do solo era também proprietário do subsolo, e a Nação tornou-se proprietária do subsolo, o início da época do Marechal Juarez Távora, na Exposição de Motivos, colocou: “Cumpra evitar que uma tributação excessiva ou mesmo proibitiva dos Estados e Municípios possa dificultar ou impedir o surto da indústria que só tem vistas a incentivar. Eis a razão pela qual ficou estabelecido que a indústria extrativa mineral não poderá ser tributada pela União, pelo Estado e pelo Município, em conjunto, além de 25% da renda líquida”, tendo em vista o fato de que ela está na base da cadeia produtiva da agricultura, do agronegócio, da indústria, da construção civil e qualquer acréscimo imediatamente repercute, em toda a cadeia produtiva, no preço final, gerando inflação em outros aspectos.

Era apenas essa observação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos Senadores, de registrar aqui, também, a presença do Dr. João César de Freitas Pinheiro, que é Diretor-Geral Adjunto do DNPM. O DNPM – Departamento Nacio-

nal de Produção Mineral também virá a esta Subcomissão.

Acho que podemos passar a palavra aos Senadores. Pela praxe, um Senador pergunta e, em seguida, há a resposta. Como estamos tendo o problema de sempre no Senado, necessitando estarmos presentes a mais ou menos três ou quatro atividades ao mesmo tempo, e aqui há apenas quatro Senadores presentes, para todos poderem falar, poderíamos fazer as indagações de dois em dois. Pergunto aos Srs. Senadores se pode ser assim. (Pausa)

Em tese, o Relator seria o primeiro. Mas, como S. Ex^a não está presente, como Presidente, vou iniciar.

Primeiramente, quero agradecer e dizer logo à Subcomissão que estou propondo, fazendo este requerimento verbal, que esse estudo seja enviado ao Ministério de Minas e Energia para que o Governo atual possa ter um posicionamento. Não só ao Ministério de Minas e Energia, mas também ao próprio Ministério da Fazenda.

Eu gostaria de fazer algumas observações. Primeiro, acho que aquele critério de escolha foi da Firjan, que teve como critério, pareceu-me, apenas a questão econômica: países exportadores, principalmente países que operam no mercado. Enfim, podemos ter vários critérios. Foi isso que me pareceu. O critério pode ser um, pode ser outro...

Quero fazer uma colocação principalmente em relação à questão dos impostos. Primeiro: seguro-acidente e salário-educação. Não me consta que seja nenhum tipo de imposto. Seguro-acidente, qualquer empresa que trabalhe com essa possibilidade tem que ter. Então, não me consta como um imposto. Segundo: o Brasil apareceu, na questão do cobre, em décimo terceiro no **ranking**. O Brasil ainda nem produz cobre, pois 98% do cobre de nosso País é importado. Então, ainda nem somos produtores de cobre. Aliás, a produção de cobre no nosso País é pequena, está começando, no Estado do Pará, com a exploração da Serra do Sossego. Mas ainda nem somos produtores de cobre. Então, nem sei como colocar o Brasil, porque, quando formos produtores de cobre, quando tivermos pelo menos um equilíbrio, uma autonomia... Acho que é melhor fazer essa comparação.

Eu gostaria de dizer também que se esqueceram de dizer que o ICMS, no nosso País, para exportação, principalmente para exportação de tudo que é primário e semi-elaborado, não é isento; então não conta, a empresa não paga. Aquilo que ela paga pode ter de volta, tem o crédito.

Apresentei ao Relator da Reforma Tributária uma proposta – e acho que vamos ter mais oportunidade, ao que me parece, de discutir aqui no Senado a Reforma Tributária – que visa equilibrar esse processo, para permitir inclusive que todas as empresas exportadoras tenham acesso ao crédito. Fizemos uma proposta de securitização desses créditos. As empresas exportadoras, que têm direito a esse crédito, transformados em títulos, as empresas podem resgatá-los, pagando os impostos federais e, depois, a União iria descontar dos Estados, de acordo com a origem do recolhimento desse ICMS. Porque hoje acaba que os Estados exportadores também, mesmo o ICMS, ao longo da cadeia produtiva, que é recolhido no Espírito Santo, em São Paulo, como a exportação sai do Estado do Pará, o crédito fica contra o Estado do Pará.

Dessa forma, nós também iríamos fazer um equilíbrio, permitindo que essas empresas exportadoras – aí, no caso, obviamente não atinge só a mineração, mas atinge, com certeza, a mineração porque trabalha principalmente com exportação boa parte – tenham de volta o seu crédito, teriam o direito a esse crédito de fato. Às vezes, acontece de elas terem direito, mas a maioria não consegue. Sabemos dessa realidade, digamos que é quase que generalizada no País inteiro.

Então, só queria dizer que temos essa preocupação, e isso não deixa de ser um grande incentivo, na verdade, às empresas exportadoras. Iríamos permitir isso. Lógico, não vou aqui dizer que tenho uma discordância, mas é óbvio que tenho uma discordância em relação a essa questão de não mexer absolutamente na Cefem, até como eu coloco. O ICMS ali colocado, na verdade, não deveria contar; ele é zero para as empresas para a exportação. Além do que a realidade é que estamos tratando de um bem natural não-renovável. Então, não podemos pensar na exploração de um bem natural não-renovável da mesma forma que na exploração de um bem natural renovável.

No Município de Canaã dos Carajás, onde existe a exploração do cobre, talvez daqui a trinta, no máximo quarenta anos, não exista mais a exploração. Como aquele Município que sofreu e está sofrendo um impacto imenso pode se sustentar se não tiver como? Exatamente através dessa compensação, que o próprio Supremo Tribunal já afirmou que não é imposto, não é tributação, mas é compensação financeira sobre a extração mineral. Como esses recursos podem ser utilizados na economia, de forma que aquela região possa ter um desenvolvimento sustentável, mesmo após, digamos, o fim da exploração mi-

neral? No caso do cobre, ela é finita mais rapidamente, por exemplo, do que Carajás, com o ferro, que ainda tem talvez mais uma centena de anos. Em Minas, há ainda a possibilidade de pelo menos mais cinquenta anos de exploração.

Acho que, dentro desse aspecto, o objetivo desta Subcomissão é exatamente ouvir todos os interessados. Queremos fazer aqui a melhor legislação para o Brasil – é preciso deixar claro isso –, pensando na sociedade, na geração de emprego, sim, mas pensando também na sustentabilidade do País e das regiões onde acontece a exploração mineral. Então, queria dizer que vamos colocar o Governo também.

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –

Senadora Ana Júlia Carepa, Dr. Edmundo, Dr. José, prezado companheiro e colega, Senador Aelton Freitas, não tenho nenhuma dúvida em reconhecer evidentemente a grande importância que tem a mineração do Brasil, especialmente para o Estado de Minas Gerais, que representamos aqui, juntamente com o Senador Hélio Costa.

Sabemos que a mineração dá empregos, eu diria que esse é o benefício principal que a mineração traz, que é uma questão por que todos lutamos tanto. E o emprego só vem realmente com a atividade econômica, emprego não cai do céu, apesar de muitas campanhas às vezes prometerem empregos, empregos e empregos, sem dizer o caminho, e o caminho é exatamente incentivando a atividade econômica. Mas me parece que a Senadora Ana Júlia foi realmente feliz nas colocações que fez no sentido de que temos que encaminhar essa discussão para parâmetros mais equânimes, digamos assim. Eu sugeriria que nessa questão que levantei, nesses quadros que não são do Ibram mas da Ferjam, que tenhamos aí os mesmos países sempre, eu diria, talvez os principais produtores de minério do mundo. Vamos comparar com a Austrália, vamos comparar com a China, que são grandes, com o Canadá, é melhor que ficarmos comparando. Porque, se vamos entrar aqui, dá margem a muita crítica mesmo. Por exemplo, Groenlândia nem país é. Groenlândia é um território que pertence à Dinamarca, então, desculpe-me, está errado, porque nem país é. Papua, em Nova Guiné, é um país que a produção é insignificante em relação à produção brasileira. Então, vamos aí, eu sugeriria que tivéssemos uma lista, talvez essa que está aqui, carga tributária sobre minério de ferro em comparação com países principais competidores internacionais na exportação. Também, aqui estamos com o Chile, com o Canadá, com a Austrália, com a Índia, com o Brasil,

com a África do Sul, acho que talvez fosse o melhor caminho ter todas as comparações com a mesma base para facilitar.

A produção mineral em queda e a pesquisa mineral em queda são dois evidentemente que preocupam muito. Eu gostaria talvez de ter dados mais atualizados, porque temos aqui alguns dados que são ainda talvez muito atingidos pela maxidesvalorização que tivemos no dólar em 1999 e depois tivemos um crescimento no ano passado, em 2002, e esse ano caiu. Tivemos um dólar na faixa de quatro e hoje está na faixa de três. Para podermos ter um pouco mais dessa atualização também para efeito de como está hoje essa queda, mas que evidentemente existe uma dúvida, sei disso que temos aí a produção caindo e também a pesquisa caindo bastante. Esse é um ponto que realmente preocupa muito.

Eu gostaria de ter ainda duas informações que me parece que são muito relevantes e que não foram colocadas, são despesas que as empresas mineradoras têm, que são as contribuições à comunidade, contribuições extra-impostos, que as grandes empresas fazem, mas que as pequenas não fazem. A nossa preocupação maior é com as pequenas mineradoras. Sabemos que as grandes mineradoras, do ponto de vista ambiental, são fiscalizadas. Felizmente já tem hoje essa responsabilidade, essa visão do que é necessário fazer. É necessário recompor a terra minerada. Sabemos que as grandes mineradoras assim fazem, felizmente foi um avanço que tivemos no país, mas existem aí dezenas, centenas de mineradoras, pequenas e médias, que ou não são fiscalizadas ou não têm essa consciência ou abrem e fecham e deixam lá as crateras. Sou testemunha de que, em Minas Gerais, pequenas mineradoras simplesmente deixaram as crateras na serra do curral, que é a serra principal de Belo Horizonte. Não ocorre a mesma coisa com a grande mineradora, que tomou os cuidados necessários e tem a recuperação em andamento na face da serra que dá vista para Nova Lima. Na face de Belo Horizonte, as pequenas mineradoras deixaram os seus buracos. Esse é um ponto que nos preocupa muito.

Eu gostaria de obter informação, Dr. Edmundo, do percentual de produção versus exportação. Esse seria um quadro muito útil aqui. Se a Senadora Ana Júlia concorda que tivéssemos aqui o percentual de exportação de cada um dos minérios. Do minério de ferro, do ouro, do cobre, da bauxita, assim por diante, até para podermos ter essa questão aí do estudo da carga tributária de maneira mais adequada. Depois de sair do governo de Minas, voltei à iniciativa privada

na área de informática, o que foi muito bom, porque, nessa reciclagem, pude ver que a carga tributária brasileira é realmente elevada. Mas existem exageros nessas comparações. O Fundo de Garantia, essas questões ligadas a pessoal não podem ser classificadas como carga tributária propriamente. Por que não? Porque elas se incorporam ao salário e os salários são notoriamente mais baratos que outros países. Então, é muito bom dizer que no Brasil pagamos R\$100, mas há mais R\$ 50 de Fundo de Garantia, de PIS, que são impostos ligados ao pessoal. Em outro país o salário não é de R\$ 100, mas de R\$ 200, pode até não haver esses tributos, mas o custo de pessoal é inegavelmente maior do que no Brasil. Então, eu gostaria de sempre tratar a questão incluindo esses tributos.

A mesma questão acontece com o 13º salário. O Brasil tem 13º salário, ao contrário da maioria dos países do mundo, só que nesses países o 13º salário foi incorporado ao salário – a diferença é apenas essa. No fundo podemos comparar o salário anual da mesma maneira, tanto é que em alguns países só falam em contratos anuais de salário e não em mensais. Há algumas questões em que às vezes se exagera: o Brasil tem até 13º salário! Então tirem o 13º e acrescentem 1/12 em cada salário. Ainda assim o custo salarial é menor do que na maioria dos outros países que estamos comparando, como o Chile, que realmente é um país muito competitivo.

Então essa questão da produção dessa exportação é importante. Eu gostaria de tratar das contribuições sociais extra-impostos, para exatamente termos uma visão, e especificamente da Cefem. Eu não vi aqui uma comparação da Cefem (Contribuição Financeira para Exploração Mineral) com algum imposto semelhante em outros países. Seria interessante sabermos o que se paga de indenização na Austrália, a título de contribuição, pelo uso da terra.

Além disso, Srª Presidente, eu quero dizer que a Comissão agiu corretamente ao trazer para esta Casa a discussão sobre o aumento ou não da Cefem. Se essa questão for tratada na Reforma Tributária de maneira simplista, poderá trazer prejuízos ao País e ao setor mineral, evidentemente. A discussão mais aprimorada, mais complexa, como está sendo feita na Comissão, é muito positiva.

Portanto, eu gostaria de terminar o meu pronunciamento dizendo que considero fundamental que possamos ter boas condições de funcionamento da mineração no Brasil e que essas condições respeitem a questão ambiental, a questão dos trabalhadores, para que exerçam o seu dia-a-dia de maneira salubre,

e ao mesmo tempo a questão dos empregadores, para que tenhamos, sim, o lucro das empresas, que todos sabemos que é fundamental. É claro que não estamos defendendo que o Estado seja o empresário da mineração. O empresário da mineração tem que ser a iniciativa privada, dentro desses parâmetros principais, para que haja boa convivência entre capital e trabalho, com respeito ao meio ambiente e indenização das terras utilizadas.

Por outro lado, não podemos agir radicalmente, como alguns que defendem que devemos deixar a terra como está. Essa é uma riqueza natural do Brasil, e um país que precisa tanto de riqueza não pode, evidentemente, se dar ao luxo de deixar as jazidas riquíssimas, de grande potencial, simplesmente reservadas. Temos que utilizar bem todas as jazidas brasileiras.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

Eu gostaria de dar uma informação antes de passar a palavra ao Dr. Edmundo. Esta Subcomissão soube que havia uma emenda de alguns parlamentares na Reforma Tributária que simplesmente solicitava ao Relator que incluísse a alteração da Cefem igualando-a à exploração do petróleo. Nós tomamos a iniciativa de enviar um ofício ao Relator da Reforma Tributária, Deputado Federal Virgílio Guimarães, explicando a impropriedade da emenda, visto que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a Cefem já foi considerada não como tributo, mas como uma compensação financeira sobre extração mineral. Esse assunto já está sendo tratado nesta Subcomissão. Nós não podemos simplesmente igualar as matérias, porque os minérios são tratados de forma diferenciada. Então tomamos essa iniciativa e enviamos, que acabou a nossa proposta em que solicitamos que as emendas parlamentares fossem enviadas para a nossa Subcomissão para que fosse objeto de estudo.

Gostaria de registrar que também existem vários projetos tramitando, tanto no Senado como na Câmara, sobre alteração da Cefem e o que queremos fazer é a melhor legislação e por isso nos preocupamos em ouvir a todos para que não façamos uma legislação de forma aleatória.

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – A Senadora Ana Júlia apresentou muito bem as coisas. Estamos num fórum iniciando um diálogo que há muito tempo já deveria ter começado. O setor mineral tem os mesmos interesses do Brasil, que têm os Estados do Pará e Minas Gerais. Temos que fazer uma legislação mais justa, temos que analisá-la.

Concordo, por exemplo, com o Senador Eduardo Azeredo quando diz que devemos comparar coisas comparáveis. Quanto à questão de minério de ferro, temos competitividade internacional, o Brasil está competindo com a Austrália, Canadá, África do Sul e é com esses países que temos nos relacionar. A bauxita, como está bem colocada, de fato é na Jamaica e em outros países.

Sobre a questão da Cefem, fizemos um levantamento dos procedimentos de outros países e depois vamos submetê-lo a esta Subcomissão. Os países com mais vocação mineral apresentam diferentes abordagens sobre essa questão de **royalties**, que antigamente era o tributo devido ao rei. Não existem **royalties** em países que têm mineração avançada, como é o caso do Chile, Suécia e África do Sul. Existe na Austrália e Canadá, países mineradores importantes. Lá existe uma coisa interessante que depois podemos analisar nesta Subcomissão, qual seja a compensação dessa Cefem com outros tributos. Eles pagam a Cefem que depois é compensada com outros tributos que vigoram na Austrália e no Canadá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Há outros países que cobram Cefem e no Canadá inclusive é variável de Estado para Estado.

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Concordo com tudo que a Senadora Ana Júlia fala. Temos incidência de valores na Venezuela, Estados Unidos e Índia, que são valores acordados, estabelecidos em lei. É o que a V. Exª falou, não deve estar dentro de uma reforma tributária, porque não é tributo, mas tem que estar disciplinado numa legislação.

Nós criticamos a Cefem na medida em que ela incide sobre o faturamento. Se a Cefem é uma compensação pela extração mineral, ela só deveria incidir sobre a boca da mina de onde é extraída. Ela está incidindo sobre outros passos do seqüenciamento da atividade mineral. Então, existe algo como **royalty** na Índia, nos Estados Unidos e na Venezuela e só no Brasil ele incide sobre o faturamento. Essa é a grande diferença.

Vamos passar à Subcomissão um estudo melhor que o da Firjan – peço perdão ao Senador Sérgio Cabral, aqui presente –, um estudo mais recente feito pela Ernest Young, encomendado pelo Ibram e que ficou concluído agora. Aí sim poderemos comparar tributos de diversos países comparáveis.

Também gostaríamos de apresentar à Subcomissão uma proposta da Ibram de realizarmos um seminário internacional promovido com os países que são produtores, nossos competidores e com quem te-

mos que nos relacionar e trazê-los aqui para um debate amplo. Hoje, gostemos ou não, existe algo chamado de globalização e temos que pensar nisso.

A questão levantada pelo Senador Eduardo Azeredo de se separar o que é exportação e mercado interno é um outro ponto importante. Evidentemente, o Brasil atende inteiramente às suas necessidades internas, apenas exporta aqueles excedentes e é um importante exportador, e hoje pesa muito na balança de pagamentos.

Queria, neste momento, interromper um pouco a minha fala, porque dissemos, neste trabalho que hoje apresentamos, que o futuro do Brasil está na mineração. Foi no passado também. Quer dizer, temos que resgatar a imagem da mineração, temos que fazer as pazes com a mineração, porque o Brasil tem a dimensão que tem graças aos mineradores que foram para Ouro Preto, que construíram aquela cidade maravilhosa, que fundaram Cuiabá, que fundaram Goiás, quer dizer, o Brasil avançou além das Tordesilhas graças aos mineradores.

Assim, devemos resgatar essa imagem que hoje está comprometida e temos que assumir as nossas responsabilidades. Apontamos, aqui, pontos positivos e pontos também negativos, que temos que discutir. Essa questão ambiental: para a grande empresa vai bem, mas na média e pequena empresa, nem sempre. Temos que abordar isso.

Então, Senadora, o Ibram está apenas se colocando à disposição dos senhores para prosseguir nesse trabalho.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MENDO MIZEL DE SOUZA – Senadora, permite-me?

Senadora, alguns aspectos me parecem fundamentais. Primeiro, quando elencamos o salário-educação, etc., tínhamos que ser fiéis ao estudo da NBM, porque muitas pessoas, conhecendo pouco a mineração, quando emerge, por exemplo, a Cefem – não é o caso, evidentemente, desta Subcomissão -, acham que a mineração só contribui com a Cefem. Assim, o objetivo desse estudo é didático, não para pessoas do nível de conhecimento dos senhores, e é muito importante porque exatamente conhecer a realidade da mineração é o desafio maior que temos.

O segundo ponto que me parece extremamente importante, quando a senhora se lembra que a Cefem na exportação não tem, é que nós também temos um foco, isso é muito nosso, brasileiro, daqueles que são as vedetes dos bens minerais, no caso o minério de ferro, a bauxita e o alumínio, esquecendo-nos daque-

les que são os mais produzidos, que são os agregados – areia, brita, argila etc -, sobre os quais também a Cefem incide, e que vão diretamente ao bolso do adquirente, num desafio. Como, infelizmente, o País é muito grande e não há como termos chance de fiscalizar todo ele, acontecem fatos que qualquer um que já construiu aqui e que conhece pessoas que construíram sabe. Pelo próprio nível de renda nosso há uma tendência de se adquirir, por exemplo, areia sem que haja a exigência da correspondente nota fiscal. Então, acabamos privilegiando a pequena mineração, menos organizada ou até mesmo clandestina, no sentido do benefício do preço final do produto. Com isso, não temos o empregado com a carteira assinada.

O Ministro Jaques Wagner está extremamente preocupado e tenho a honra de ter sido convidado pelo Presidente da República para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Presidente. O grande desafio que estamos vendo que, no sistema, hoje, há mais mão de obra informal do que formal. Isso afeta, inclusive e dramaticamente, a questão da saúde e segurança ocupacional, que é outro desafio que temos que ter implícito.

A senhora lembrou, com absoluta propriedade, a questão do cobre, por exemplo, que estamos começando agora. Historicamente, ela já vem lá da Bahia, do Caribe, e de Camaquã, no Rio Grande do Sul, mas a questão básica é que hoje, com a globalização, temos que perceber que os grandes investidores estão sendo, sim, mineradores, mas muitos fundos de pensão, que, indiferentemente, e o Senador Azeredo está corretíssimo quando cita exemplos que não são países, são exemplos de onde se atraem investimentos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Senador conhece muito bem, os Estados competem entre si, inclusive com escritórios no exterior, de maneira que se tem a Califórnia competindo com a Flórida, por exemplo, entre outros. Então, os Estados Unidos como um todo, neste momento, não têm foco, porque a grande decisão, hoje, para os grandes investidores da mineração, no caso, por exemplo, das multinacionais da mineração, que conhecem o mundo inteiro, é o gerente do Brasil de exploração tentar convencer os tomadores de decisão da alocação de investimento contra o gerente da África do Sul, contra o gerente da Austrália, o gerente do Chile, etc. Então, temos que ter a nossa percepção bastante arraigada com relação à competitividade internacional, mesmo não sendo a nossa formação, pelo fato de termos optado, de 1930 a praticamente 1990, por uma proteção nas

fronteiras para substituição de importações. Entramos muito rapidamente neste desafio.

Evidentemente que cada caso é um caso, como o que tenho aqui, o do Canadá, por exemplo, que daqui a pouco citarei.

Qual é o grande desafio? Atrairmos para a descoberta. Porque sem a descoberta do bem mineral sequer teremos a Cefem, porque essa contribuição só acontece na fase de lavra. Então, temos que ter a clara percepção de que temos que atrair recursos financeiros, o Governo alocar – cumprindo a Constituição – na geologia, na CPRM, no DNPM, na fiscalização, e termos a visão da atração.

No Canadá, por exemplo, estudos nos mostram que Quebec e Ontário são os líderes mundiais dos índices de atratividade para empresas de mineração. Vejam bem: são duas províncias e não o País, Canadá, como um todo. Essa conclusão baseia-se em dois fatores: potencial mineral, o que todos devem ter – e aqui temos ilustres representantes da geologia brasileira que dizem que temos ambiente geológico que, percentualmente, em função da nossa superfície, é superior ao do Canadá e ao da Austrália -, e política de atratividade. Quebec tem um dos menores graus de taxa para operações minerais no Canadá, 12%. O Canadá criou um incentivo, um benefício de 1% para 1,75%, que chegou a atrair US\$1 bilhão/ano em exploração no Canadá. Nós, com aqueles dados ali, se considerarmos a Constituição de 1988 até hoje, deixamos de investir, com base em nosso histórico, o brasileiro – não é nem em outro país – quase US\$1,5 bilhão para US\$2 bilhões. Então, nós não estamos acompanhando nem o Brasil. Isso nós temos que ter muito claro.

Eu fico muito emocionado que eu tenho 47 anos de mineração – 42, como engenheiro de minas e cinco da escola que a gente já fazia política mineral. E por ser mineiro lá de nosso Estado de Minas gerais, e ter a honra junto com o nosso querido Senador de ser torcedor do América mineiro, também, que é o melhor time do Brasil e do mundo. É ou não é? Está certo? Nem sempre reconhecido, porque os indicadores não são bem reconhecidos. (Risos)

A Argentina, que compõe o Mercosul, o que fez? Como ele chegou atrasada ao baile, tratou logo de apresentar incentivos à exploração mineral. Por exemplo: dupla dedução dos gastos a exploração, dedução do IVA na exploração, liberação de área, modificação do código, taxa nobre por hectare progressiva, devolução parcial, compromisso de investimento, e, mais do que tudo, congelou a carga tributá-

ria do empreendimento para que o empreendedor ficasse seguro e tranquilo quanto a esse particular.

Quando a Senadora cita – e aí temos que ir à História de Minas, porque já vivemos isso há mais tempo, e, como diz o autor espanhol: “Que o diabo é o que é não porque ele é sacana, mas porque ele é velho e já viu muita coisa”, então, nós, em Minas, temos essa vivência...Então, felizes os Municípios, como o de Canaã dos Carajás, que sabem que vão ter 40 anos de exploração mineral com recursos durante 40 anos. Que outra atividade econômica permite esse cenário?

Os .com, que foram o grande **must** da economia mundial na década passada, deram prejuízo de bilhões de dólares aos investidores americanos.

Então, em 40 anos, todo gestor pode, por meio desses recursos, estruturar uma agência de desenvolvimento, ver as vocações alternativas, treinar pessoal, e aí entra uma questão fundamental na mineração – e a Amazônia é clara nisso, como Minas Gerais também o é – que é saltar o ser humano do extrativismo para o século XXI, por intermédio do capital do conhecimento. Visitei Paraopebas, em 1970, e acho que V. Exª sequer era nascida, ainda, nos anos 70 – estou certo? –, e não tínhamos nada lá, apenas alguns garimpos. Hoje, podemos ver o que foi ganho, inclusive pessoas daquelas famílias, Senadora – V. Exª sabe muito bem disso –, estudaram em colégios como o Pitágoras, que esteve lá, e estão disputando em igualdade de condições vagas na USP, no ITA, na Unicamp, na Universidade de Brasília, em todas as universidades. Houve um ganho qualitativo e na questão da saúde.

Então, nós, por exemplo, do Município de Nova Lima, que é vizinho de Minas Gerais, temos uma operação mineira de 170 anos que não tem paralelo no Brasil em nenhuma atividade econômica com tamanha percepção.

A questão do critério da escolha, como o Presidente colocou. Escolhemos agora exatamente os países competidores, para podermos trazer. Não tivemos tempo ainda de decodificar. Para V. Exª ter uma idéia, só no minério de ferro isso daqui é o documento, que vamos agora mastigar e oferecer as informações bem detalhadas, assim como da bauxita, em homenagem ao Estado do Pará, que é o mais importante produtor de bauxita do Brasil.

Gostaria – infelizmente o problema de tempo é crítico – de lembrar dessa competição. Há um dado aqui também do Ministério de Minas e Energia, que é interessante para nós, e também é um indicador que devemos ter em vista.

Por exemplo, investimento em pesquisa mineral. Estimativa média da década de 90: dólar por quilômetro quadrado de área: Brasil, 09; Argentina, 36; Peru, 93, Chile, 522; Austrália, 58.

Ou seja, não estamos investindo na procura, logo não vamos descobrir. Estamos com a curva de perda das jazidas descobertas. As jazidas mais recentes foram descobertas há trinta anos, por quê? Porque havia o Plano Decenal, havia dinheiro na CPIM, havia o Fundo Mineral, havia recursos então, para que houvesse essa atração dos investimentos.

O que parece, a meu juízo, mais importante é exatamente essa oportunidade de conhecermos quais serão aqueles focos.

Cumprimento a V. Ex^a e à Comissão pela clareza de dirigir-se ao Deputado Virgílio Guimarães. Nós também fizemos o mesmo, exatamente para alertar que a decisão clara do Supremo Tribunal Federal não se trata de tributo, conseqüentemente não pode ter um tratamento numa reforma tributária.

Não sei se teria deixado alguma coisa de destaque de tudo aquilo que os senhores e a senhora falaram, mas um dado interessante que gostaria apenas de colocar, ou seja, quando a senhora fala que no Brasil a Vale ampliou em Minas Gerais o minério de ferro, é um aspecto relativo. Primeiro, é um investimento em pesquisa. Quando invisto em pesquisa, invisto o mínimo necessário, porque está apenas saindo dinheiro do caixa, não tem nenhuma receita. Carajás, por exemplo, que hoje nós admiramos, foram dezoito anos entre descer o helicóptero na Serra dos Carajás e faturar o primeiro grão de minério de ferro.

Está presente o nosso querido Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Minas e Energia, que conhece bem essa história, como nosso Senador Delcídio Amaral, também ex-Ministro de Minas e Energia.

O que aconteceu em Minas Gerais? Minas Gerais tem história na mineração, com exemplos interessantes.

O minério de ferro, no passado, era exportado apenas o lampore, quando tínhamos os processos de aço de Cimes Marthan e Besthmer. Depois, com o ILD, passou-se a usar o minério mais fino. Com a guerra e o fim das reservas americanas, passou-se a usar o taconito, que tinha que ser moído e conseqüentemente pelletizado. O que aconteceu? Passamos por tecnologia internacional para poder beneficiar os chamados itabiritos.

Minas Gerais, que tinha qualquer coisa como cinco bilhões de toneladas de reserva, saltou para trinta bilhões. E o projeto Samar, por exemplo, é todo

ele de itabirito. O mesmo está acontecendo lá e o mesmo vai acontecer na nossa região do Coperbelt, do Pará.

À medida que formos lavrando, vamos percebendo um aumento de reserva, porque isso é da natureza da mineração.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a meu juízo, o que temos que, em síntese, estar muito focados é: primeiro, temos que atrair para a pesquisa mineral, porque é a fase do conhecimento e temos que pressionar o Governo Federal para que cumpra inclusive a Constituição no que diz respeito a fornecer serviços de geologia, cartografia básica, etc.; segundo, prover o nosso DNPM daquilo que, historicamente, ele sempre foi: gestor eficaz da mineração; e sermos competitivos internacionalmente, em qualquer fórum.

E aí vou dar um exemplo para V. Ex^a.

No Canadá existe um evento internacional chamado PDAC, **Prospectors Developers Association of Canada**, que é o maior evento onde os investidores vão à procura de áreas favoráveis para investir.

O Ministério de Minas e Energia tem sistematicamente, em parceria com o Ibram – estão aqui o Dr. Luciano e o Dr. Frederico, nossos ex-secretários de minas e metalurgia, agora o Dr. Giles Azevedo, já conversamos sobre isso. Nós fazemos o **stand** Brasil nesse evento – CPRM, DNPM, Ministério e Ibram –, para atrair os investidores. Qual é o grande desafio lá? O Peru aluga uma sala e oferece aerogeofísico de última geração. A Austrália oferece aerogeofísico de última geração. Nós chegamos e oferecemos um mapa de 1/5 milhões, para reduzir para 1 para 2,5 milhões. Não há condições de se fazer isso! Nós ainda estamos falando no Radam, que é da década de 70, com erros.

Assim, temos de investir em pesquisa mineral, em oferta de informação. O Ministro Paulino Cícero esteve aqui para cumprimentar V. Ex^a. Quando o Secretário de Minas Gerais, depois de ouvir a comunidade, com recursos do Estado, contratou aerogeofísico de última geração, áreas mais do que conhecidas foram percebidas com anomalias. No seu Governo – V. Ex^a não falou por modéstia –, tivemos dois desenvolvimentos extraordinários: o estudo da região do Quadrilátero Ferrífero, que revelou anomalias de ouro lá presentes há quatrocentos anos de história, e ninguém tinha percebido, por um lado. Por outro lado, graças ao Governador Eduardo Azeredo, Minas Gerais passou também a reunir a mineração mundial num dos três maiores eventos da mineração mundial, que é o Congresso Brasileiro de Mineração e a Exposição Brasileira de

Mineração. Esses eventos reuniram vinte e oito mil pessoas em sua última formatação.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Normalmente, nós temos três ou quatro atividades ao mesmo tempo. Vamos tentar mudar aquela lei da Física, para ver se um corpo pode ocupar dois espaços ao mesmo tempo.

Agradeço aos Senadores Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral e Hélio Costa, que estavam cumprindo outro compromisso.

Inscreveu-se o Senador Sérgio Cabral. Se outro Senador quiser falar depois de S. Ex^a, gostaria que falassem logo, para que pudéssemos fazer o fechamento.

Gostaria ainda de informar que 10% da Cefem vão para o DNPM – desses 10%, 2% vão para o Ibm – e 2% vão para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para pesquisa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhores palestrantes, uma característica da ignorância é o atrevimento. Vou anteceder o Senador Rodolpho Tourinho, em nome desse atrevimento.

Realmente fico feliz de estar aqui participando dos trabalhos desta Subcomissão, porque ela é muito elucidativa para mim, Senador do Rio de Janeiro, cujo maior benefício é ter a sede da Vale do Rio Doce. Os mineiros, que não são bobos, optaram por... O Senador Eduardo Azeredo se manifesta...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Muito menos nós concordamos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – ... e se beneficiar diretamente na questão da exportação, e tudo mais. É esse assunto que quero abordar.

Falo com uma dose de emoção, porque, durante muitos anos, uma das figuras mais importantes da minha vida pública era um homem de mineração, o Dr. Gastão Neves. Creio que muitos aqui o conheceram. Ele foi avô de três dos meus filhos e também Presidente do Sindicato Nacional do Estanho, um homem dedicado à mineração.

O **paper** que foi entregue a nós, Senadores, aborda o preconceito em relação à mineração, a implicação da atividade mineradora na história do Brasil, o que ela carrega de romantismo, de patriotismo, de luta frente à Colônia, de luta frente ao Império e, hoje, de luta dos senhores contra o fantasma do au-

mento da tributação nessa atividade. Queria colocar um ingrediente que me parece fundamental nesses tempos modernos e de relação saudável entre o setor privado, a prosperidade e o interesse comum, que é o objetivo do Estado de Direito democrático.

Recentemente tivemos no Brasil uma privatização que, a meu ver, ficou aquém da realizada em outros segmentos econômicos, como o setor da telefonia: foi a privatização do setor ferroviário. Citaram o **case** – e o Dr. Gastão Neves gostava de citar os **cases** de cidades beneficiadas pela parceria na exploração mineral... Acredito que, pelo próprio processo de redemocratização do Brasil, as empresas, cada vez mais, têm que se adaptar à pressão saudável da opinião pública. O radicalismo, quando minoritário e bissexto, é até saudável para que a sociedade avance democraticamente e o setor privado contribua com os interesses comuns.

Vejo que a contribuição a uma cidade, a uma pequena região, muitas vezes, é aquém da parceria que o segmento poderia ter na questão da infra-estrutura para o bem comum. E vejo isso muito exemplificado na privatização do setor ferroviário. Queria ouvir a opinião de vocês sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador, vou conceder a palavra aos demais senadores inscritos, e depois teremos a resposta em conjunto.

Passo a palavra ao Senador Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas por não estar aqui antes, mas é que estava num compromisso com a ministra de Minas e Energia e o presidente do Senado. Foi impossível vir para cá antes.

Dei uma lida de cinco minutos no documento – tenho a impressão de que foi o básico que foi colocado aqui. Gostaria de ter uma visão mais específica, mesmo que não fosse hoje – poderíamos tê-la completada depois -, em relação à questão da Cefem, Contribuição Financeira para a Exploração Mineral.

Penso que, na vida, temos que separar as coisas que podemos fazer das que não podemos. As da Cefem, por exemplo, são das coisas que estamos estudando e que podemos fazer.

Claro que é importante ouvir a posição dos senhores em relação aos efeitos da carga nacional tributária tão alta em cima da mineração, mas isso não é tanto o objeto desta comissão. Penso que precisaríamos centrar um pouco a conversa sobre aquilo que, parece-me, foi o objetivo básico – o Eduardo poderia confirmar – desta comissão, que é a questão da

Cefem – vi, claramente, a posição dos senhores em relação até a uma eventual ampliação dela.

Discutimos em Carajás outras coisas que estavam sendo postas pelo DNPM em relação à fórmula de cálculo, questões de transportes. Temos de focar aqui coisas muito objetivas: a fórmula atual de transporte, a questão básica, que não afeta igualmente todas as empresas, mas que afeta o grosso dessa arrecadação da Cefem. Isso, para que pudéssemos ter um balizamento claro, aqui no Senado, sobre a Cefem, sobre formas de cálculo da Cefem e sobre problemas que existem hoje em relação a ela.

Isso é que eu gostaria, se possível, de ouvir dos senhores hoje, ou depois até, além de hoje, de uma forma mais detalhada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar o Dr. Misael, Dr. Edmundo, os companheiros do setor de mineração e da metalurgia também – por que não falar de metalurgia?

Acredito que o Ministro Tourinho e o Senador Sérgio Cabral abordaram pontos de extrema relevância. Em primeiro lugar, a questão das ferrovias. Penso que muitas mineradoras, hoje, são verdadeiras referências no que se refere à operação das ferrovias e seria muito importante que o Brasil aproveitasse essa experiência que temos com as empresas de mineração. E cito aqui especificamente a Vale do Rio Doce, pela competência com que administra as suas ferrovias, o que não acontece, infelizmente, no restante do Brasil, e o meu Estado é a maior vítima talvez da pior privatização do Brasil que foi a privatização da Ferrovia Noroeste, hoje um verdadeiro desastre no aspecto econômico e fere a dignidade do nosso Estado. A questão da Cefem, o Senador Tourinho foi muito objetivo naquilo que relatou.

Gostaria de focar uma outra questão muito importante. O Ministério das Minas e Energia, até em função de todas as dificuldades que foram enfrentadas, boa parte da atuação dele, pelo menos nos últimos anos, fruto também das dificuldades que tivemos com racionamento de energia, enfim outras questões, as questões do petróleo, a quebra do monopólio, sinto que a área de mineração ficou prejudicada, não que fosse uma ação intencional do Governo, mas em função das dificuldades que o próprio Governo enfrentou em alguns setores que exigiam, evidentemente, dos vários governos, uma prioridade para outros segmentos, especificamente, o mais notório, a questão de energia.

Qual é a leitura que estão fazendo desta questão? Há necessidade de fortalecer, no Ministério das Minas e Energia, no Governo Federal, essa questão da mineração? Gostaria de ouvir um pouco a abordagem dos senhores com relação a isso, porque considero absolutamente importante e fundamental para os destinos do setor. Quero dizer, aqui, que acredito muito no potencial das companhias mineradoras do País, na capacidade de que têm de agregar valor, inclusive ao produto primário que extraem, e é um fato estratégico para a nossa economia no sentido de garantir um futuro melhor para o nosso País.

O resumo da ópera em português: gostaria de saber um pouco da abordagem da atuação do Governo, do DNPM, enfim de todo o arcabouço necessário para que esse setor haja com competência, com rapidez, que é o que o mercado internacional exige.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, Sr. José Mendonça, Dr. Edmundo, estou preocupado porque Minas Gerais e o Pará, evidentemente, são os dois Estados que são a base da extração mineral nacional. É evidente que reconhecemos o importante papel das mineradoras no nosso Estado, nas comunidades em questão, e sabemos também apontar as discrepâncias absurdas que ocorreram nos últimos anos, notadamente na questão de avaliações, que são feitas de uma forma quando a empresa está sendo vendida, como é o caso específico da Vale do Rio Doce, vendida por menos de quatro bilhões, hoje valendo mais de 30 bilhões, apesar de ter vendido algumas das suas mais importantes participações. Mas, sobretudo, é fundamental se rever a posição das mineradoras com relação aos pequenos Municípios onde elas se encontram, principalmente no meu Estado de Minas Gerais e no Estado da ilustre Senadora Ana Júlia Carepa.

Vejamos, tenho tido a preocupação de conversar com os prefeitos, com as pessoas que estão estudando esta questão, já conversei com a Ministra Dilma Rousseff. Tenho, inclusive, um encontro programado com a Ministra e espero que a Senadora Ana Júlia possa me acompanhar, porque vamos pedir que o Presidente da República reveja imediatamente o inciso II do § 2º do art. 14 do Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991. Todos se recordam de que foram produzidos inúmeros decretos na primeiríssima semana do governo Collor. O citado decreto prejudica as pequenas comunidades, as pequenas cidades mineradoras.

Especificamente, Sr^a Presidente, o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, diz o seguinte: "Para efeito do cálculo da compensação financeira, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguro". Grifando, em particular, as despesas de transporte de transporte e as de seguro. Nesse particular, o legislador não deixou dúvida nenhuma, Sr^a Presidente, absolutamente dúvida nenhuma. Mas abriu-se, com tal dispositivo, uma possibilidade de evasão de receitas tão grandes que os cálculos que tenho, só em Minas Gerais, nos últimos anos, chega a R\$200 milhões a evasão de divisas das mineradoras por estarem interpretando da forma como querem o art. 2º da Lei nº 8.001, de janeiro de 1990. E não sei por que razão, pois a lei é muito clara.

O que basicamente temos que corrigir nesse processo é o que é frete, de que maneira podemos julgar sobre as despesas básicas da empresa o que é considerado frete. Isso também deve ser do interesse das empresas. As empresas têm que ter esse interesse, porque isso está prejudicando seriamente os Municípios mineradores de Minas Gerais e do Pará – tenho certeza de que falo em nome dos Municípios do Pará. E vejo que as empresas têm a vontade, a disposição de colaborar para se corrigir esse procedimento.

Pergunto a V. Ex^a, qual é a posição, principalmente a posição da entidade dirigida por V. Ex^{as}, na medida em que vamos propor ao Presidente Lula que faça a alteração do inciso II, do § 2º do art. 14? É rigorosamente esse que vai direto no coração do problema: frete e seguro. Para nós, em Minas Gerais, é fundamental rever isso. Para as cidades do Pará e de Minas, precisamos fazer a revisão desse dispositivo.

É a minha pergunta, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador Hélio Costa. Agradeço a todos os Senadores pelo teor das perguntas. O Senador Rodolpho Tourinho já havia se referido a essa questão, e percebemos que esse era o grande problema que levava não só à evasão, mas até a processos na Justiça, que hoje tramitam com disputas judiciais que, com certeza, trazem prejuízo para todos. Esclarecer isso é bom para todos: para o Brasil, para os Estados, para os Municípios e para as empresas. Então, isso é uma questão clara.

Senador Delcídio Amaral, o DNPM será exatamente o nosso próximo convidado. A Subcomissão já havia feito uma relação de que setores deveria ouvir: as empresas, o DNPM, o Ministério, mas também a própria academia e os seus trabalhos. Por isso que

estamos nesse processo, apesar de termos a presença de um Diretor-Adjunto do DNPM aqui conosco. Mas, certamente, não haverá nenhum café da manhã na próxima reunião. Vamos marcar em uma data que não haja nenhum café da manhã.

Passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, só queria registrar que, a minha visão pessoal, é que a questão mineral no Ministério tem que receber um **upgrade** exatamente no sentido de fazer frente às exigências de um setor absolutamente importante para a economia do País.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a, que já foi Ministro, fala disso com muito mais propriedade do que eu que sou apenas uma Senadora do Estado do Pará, arquiteta, funcionária do Banco do Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E muito competente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada. Aliás, eu até brinco quando há preocupação de algumas empresas mineradoras em relação à proposta de legislação. Eu digo para que não se preocupem tanto com isso; que, depois, irão descobrir que eu acabo sendo mais dona de algumas empresas do que muito de vocês, porque eu sou funcionária do Banco do Brasil, associada da Previ, que é a maior acionista da Vale do Rio Doce, por exemplo. Então, eu estou também defendendo os nossos interesses. Desculpem a informalidade, mas temos que agir assim também.

Passo a palavra a V. Ex^a, para que possamos concluir, tirar os encaminhamentos e também liberar a todos para outras atividades.

Obrigada.

O SR. EDMUNDO PAES DE BARROS MERCER – Eu vou fazer breves comentários e dar oportunidade ao Mendo para desenvolver um pouco mais, senão, ele fica muito triste. Ele sempre me apóia como Presidente porque eu o deixo falar. Então, vou dar essa chance a ele.

Nobre Senador Sérgio Cabral, a questão da ferrovia V. Ex^a abordou com muita propriedade. Quer dizer, mineração, principalmente de granéis, é ferrovia. Eu estou falando o óbvio aqui para V. Ex^{as}. Um dos grandes problemas negativos de se combater no Brasil é o chamado **custo Brasil**. No custo Brasil, o primeiro item é a infraestrutura sucateada ou inexistente, por assim dizer. O que existe hoje de ferrovia deve-se muito às empresas de mineração – é a realidade –, à Vale do Rio Doce, à MRS, que está funcionando, e às

empresas de Mato Grosso, que não estão funcionando. Realmente, esse é um ponto crucial que nós temos que atacar; é do interesse do desenvolvimento do Brasil e não é só da mineração. Temos que desvincular o transporte de carga do transporte de passageiro. O transporte de passageiro é outro assunto, em todo o mundo, ele é altamente subsidiado – seja no Japão, na Alemanha ou onde quer que seja. O Brasil não há de ser diferente, ainda mais em um País de dimensões continentais como o nosso. É claro que ferrovia é um problema sério, como também é a questão dos portos e a questão da infra-estrutura.

Com relação à Cefem, os nobres Senadores Rodolpho Tourinho e Hélio Costa abordaram essa questão, nós conversamos aqui e achamos que, de fato, esta Subcomissão terá que focar muito essa questão. Nós já havíamos entendido que assim deve ser. Nós não vamos falar em reforma tributária, mesmo porque não é tributo, então, este é o fórum. Fizemos alguns comentários a respeito do que é a Cefem, sobre quais países têm essa incidência – o Canadá, a Austrália –, quais os que não têm, a maneira como se fará a base de cálculo – se vai ou não incluir o transporte e o frete (há os que entendem também que, já que há uma compensação para extração de bem finito, deveria ser considerado aquilo que sai da boca da mina e não no final do faturamento). Só o Brasil tributa sobre o faturamento.

Na questão do Ministério de Minas e Energia, o nobre Senador Delcídio Amaral, que já foi Ministro – nós tivemos um amigo comum: Costa Cavalcante, que também foi Ministro de Minas e Energia – esse problema é antigo. Realmente, o foco maior ficou na energia pela prioridade desse problema. O setor tem sido muito bem-atendido pelos heróicos Secretários Nacionais de Minas e Metalurgia – que temos dentro do Ministério e aqui estão dois ou três que estão presentes hoje nos assistindo. Mas, realmente, V. Ex^a usou a palavra certo. Nós temos que dar um **upgrade** para o setor mineral dentro dos nossos Ministério.

E, agora, como disse, passo a palavra ao Men-do, porque se não ele irá ficar muito triste.

O SR. JOSÉ MENDO MIZEL DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador está me dando um desafio que até hoje não consegui resolver. Vou tentar agora. Mas, primeiro, gostaria de me aliar ao Senador Sérgio Cabral na homenagem ao nosso querido Gastão Neves. Quem conheceu Gastão sabe a pessoa maravilhosa que foi e, de seus netos, tem um pouco da Escola de Pais, de que participo também, ajudando a educá-los. Espero que o Gastão não tenha atrapalhado.

Quanto à questão da privatização, como o Presidente já observou, vivemos, no Brasil, infelizmente, a tradição de abandonar a visão ferroviária, a visão intermodal e, com isso, focalizamos a rodoviarismo, que teve as suas vantagens, sem dúvida alguma, mas não é a única alternativa.

Então, temos que recuperar a visão intermodal num país gigantesco. No Pará, por exemplo, com a quantidade de água que ali tem, inclusive com navios internacionais, tem que haver transporte marítimo. Estamos vendo uma milha muito grande de cabotagem hoje em dia, no Brasil, que era praticamente inexistente. Então, como otimista que nós, torcedores do América, somos, temos certeza de que haverá uma melhoria nesse particular, e o fundamental era exatamente aparecerem esses desafios que anteriormente ficavam englobados.

Quando o Senador Rodolpho Tourinho, em homenagem ao nosso querido ex-Ministro, fala sobre os aspectos, há o que evitar, hoje, dentro do princípio da competitividade. Senador, estamos aqui com dois estudos, um sobre minério de ferro e outro sobre bauxita, recém-recebidos. Vamos agora decodificá-los e passar à Comissão, bem explicitados, para facilitar, em função do tempo de que V. Ex^{as} dispõem. Mas diria que, hoje, a questão fundamental – e aí vou, com a licença do Senador Delcídio Amaral, afetar um pouco dentro da Cefem a colocação do Senador Hélio Costa, como mineiro que sou, engenheiro de Minas da primeira turma da nossa Escola de Minas, de Belo Horizonte, e também Conselheiro da Fundação Gosses, de Ouro Preto. Coloco uma questão fundamental, que é a Cefem. Muitas vezes, não percebemos como foi o histórico para que chegássemos à Cefem. Como li na exposição de motivos do Código de 34, sempre houve uma preocupação muito grande de que os tributos não viessem a liquidar com o início da cadeia produtiva de qualquer setor, agronegócio, indústria, construção civil, etc.

Então, sempre houve uma preocupação com relação à capacidade tributária da mineração. Nós, em Minas Gerais, cedemos história e o mártir brasileiro porque tínhamos o quinto do ouro – que bom se tivéssemos o quinto hoje – 20% de todo o faturamento. Segundo, como disse o Ministro Juarez Távora, no Código de 1934, quando houve a grande mudança de passar para a Nação, não para a União, que foi a Constituição de 1988, os bens minerais, ele alertou: Estado, Município e União não devem tributar mais de 25%. Hoje, estamos chegando a 40%. E aí temos que ter essa clara percepção de que, hoje, dentro da visão internacional, a senhora se referiu à Previ, que é um

orgulho em matéria de fundos de pensão, são os grandes fundos de pensão hoje – e, é claro, que os Srs. Senadores conhecem bem, especialmente o Senador Hélio Costa, que morou nos Estados Unidos, sabem que as assembléias, hoje, das empresas são as velhinhas e os velhinhos, que estão lá, querendo saber onde está o dinheiro deles. E eu quero saber se V. Ex^{as} fizeram a avaliação correta desse retorno, porque vou viver mais dez anos. Hoje, segundo a ciência, já podemos viver 120 ou 150 anos – em Minas, comendo o queijo de Minas e torcendo para o América, Senador. Há esses dois pressupostos.

Na realidade, tudo aquilo que é um pagamento que não tem correspondência em termo de eficácia, temos que pensar muito bem nele.

Quando foi feita essa mudança, criou-se um imposto IM, que era o imposto Boca da Mina e, em muitos casos, com pauta, para facilitar a própria contribuição.

Quando a Constituição de 1988 acabou com os impostos únicos, ficou evidente que, na criação da Cefem, tinha-se como visão, primeiro, contribuía o Município; inclusive, na discussão das Leis nºs 7.990 e 8.001, a proposta que deu 65% aos Municípios foi nossa, exatamente pelo reconhecimento da questão do Município, embora deixamos muito claro, sempre à época, que é uma distorção nossa brasileira, em geral, de avaliar a contribuição da mineração pela contribuição tributária, porque isso vem historicamente. Por exemplo, cito o diamante. O Brasil sempre teve uma grande produção de diamantes de gemas coradas, a maior do mundo. Criou pólos de desenvolvimento fora do Brasil, Holanda, Antuérpia, Tel Aviv, Tailândia, Japão, etc. – só pela tributação. Com essa tributação, deixamos de incorporar e de fazer inclusão social com transportes, sendo que o problema é, único e exclusivamente, tributação. Quando transformamos o ouro em ativo financeiro, o Uruguai parou de exportar 30 toneladas de ouro por ano. Ele nunca produziu um grama. Era o nosso ouro que ia para lá. Ao diamante, especialmente às pedras preciosas, temos de dar o mesmo tratamento tributário, para que simplesmente realizemos. Daqui a dois ou três anos, vamos registrar algo em torno de US\$2 bilhões/ano de exportação e incorporar alguns milhares de empregados, porque deixará de haver o desafio da tributação.

Nós, mineiros, sabemos que a região de Teófilo Otoni – que tem uma produção espetacular – não consegue organizar-se por causa da gigantesca carga tributária. Quando assumi o cargo de diretor dessa área, no Banco de Desenvolvimento, no Governo de Aureliano Chaves, o banco tinha acabado de contra-

tar uma consultoria internacional que mostrou que o problema era a tributação. Na história dos diamantes de Diamantina, há uma imagem interessantíssima dos escravos, lavrando diamantes, e, na frente de cada um, há um fiscal armado para ver a contribuição que o Erário vai receber. Um fiscal por minerador. Temos de ter essa visão muito clara.

Quanto aos descontos, o Decreto nº 1, lamentavelmente, foi além do que diz a lei. A lei diz claramente que faturamento líquido é o faturamento bruto menos os impostos, transporte e seguro. O que é transporte? Ora, quando se vai à Constituição de 1988, quando da substituição do UIM, era boca da mina. O bem mineral (art. 20, inciso IX) tornou-se bem da União. A União recebe sobre o bem mineral dela, conforme retirado do depósito mineral, da jazida, que não é mercadoria e assim se torna só na circulação. Ali é apenas uma jazida. O decreto enumerou conselhos e beneficiamentos do UIM, o que chamamos de viúvas do UIM. O único beneficiamento que há hoje é o do RIPI, do Regulamento do IPI, cujo art. 4º dispõe sobre qualquer preparação para venda ou comercialização. Há um equívoco natural de passagem no processo, que, entretanto, a lei deixou absolutamente claro. Por quê? Porque o objetivo era tentar trazer o mais próximo do valor da boca de mina.

O Presidente lembra que nós, no Brasil, não faturamos sobre o faturamento. O faturamento tem mão-de-obra, que não tem nada a ver com o valor do minério em si. Há a tecnologia e a comercialização. Todos esses itens não têm nada que ver.

O Ministro Sepúlveda Pertence, em seu voto, lembra que a nossa Cefem se caracteriza muito mais como participação da União nos resultados da lavra, do que propriamente como um pagamento pelo uso do bem dela.

No parágrafo 1º do art. 20, o legislador constituinte estendeu aos Municípios, aos Estados e aos órgãos da Administração Direta, quando, na realidade, seria, **stricto sensu**, só da União. Mas o legislador constitucional assim estabeleceu, e também a lei ordinária. Temos de deixar isso claro, porque, quando vendermos, no mercado internacional, um bem mineral qualquer para o Japão, por exemplo, correremos o risco de esse faturamento ser considerado no Japão. Se não debitarmos todos os custos até aqui, ficaremos, simplesmente, fora do mercado. Eu já tenho, infelizmente, mais tempo de vida – felizmente, por um lado, e, infelizmente, por outro. Quando me formei em Engenharia de Minas, em 1961, a Austrália sequer era conhecida como exportadora de minério de ferro. A Dr^a Mércia se lembra – porque é, mais ou menos,

da minha geração – de que o General Radiel, Diretor Comercial da Vale, veio avisar-nos da descoberta de uma área de minério de ferro na Austrália, que poderia competir conosco. Ninguém acreditou. Constatamos, infelizmente, quer era verdade. Hoje, a Austrália já compete com o Brasil e, em alguns casos, é exportadora de maior quantidade pela proximidade com o mercado japonês.

Assim, Senador, é da maior importância que se tenha clareza. Para o pagador do imposto ou da Cefem... Ninguém se recusa a pagar, porque sabem que o Município é onde reside. É ali que as coisas acontecem, é a base. Portanto, todo minerador é, por essência, um municipalista, porque é com os Municípios que ele convive. É ali que ele emprega, é ali que ele contribui, de um lado, e recebe as influências, de outro. Mas é preciso ser claro. Não podemos ter dúvidas quanto a esse particular.

A Senadora levantou a questão que está em discussão na justiça – de fato está –, e a justiça até agora está reconhecendo a justeza da argumentação dos mineradores. A lei deixa muito claros esses aspectos pertinentes ao transporte. Mas o que quer o empreendedor? Quer ter a certeza de que, depois que quitou a dívida, não venha mais nada sobre ela. E aí pego um gancho do senhor, para responder ao nosso ex-Ministro, Senador Dulcídio Amaral, sobre a questão de números que aparecem como débitos não pagos – e aí vou mencionar também aquela questão da pequena e média empresa.

Hoje, no mundo, tenho a honra de integrar, por designação do meu Presidente, o ICMM (International Council on Mining & Metals), que veio da Global Mining Initiative, com relação a Rio+10, para ver a questão da mineração mundial. E a pequena mineração hoje é: **“small mining and big problems”**. Temos que dar um foco. Lá em Minas, o senhor se lembra muito bem, quando Governador, começamos com a mineração social, pois é a que mais emprega. Um dado, por exemplo, internacional, cita o Pará e Minas como os maiores mineradores. E, de fato, somos. Mas o maior número de minas no Brasil está em São Paulo, não em Minas e no Pará, com os agregados de areia e brita. Esse é um dado interessante e, com relação ao planejamento, São Paulo fez o planejamento da região metropolitana, viu as áreas não edificantes, para poder se proteger, porque a mineração tem a rigidez locacional. Não adianta não querer minerar aqui, que eu vou minerar aqui. É aqui ou é zero. O que aconteceu? Veio o crescimento urbano, a pressão demográfica, e houve prefeitos paulistas que definiram exatamente implementar conjuntos habita-

cionais com financiamento público em cima, colados na área de mineração. Fechou. E aí se aumentou, exponencializou e jogou, por exemplo, a areia e brita para 200 a 300 km de distância, quando exatamente o que mais prepondera na economia mineral desses produtos é o valor do frete. Portanto, é contra a sociedade e contra a realidade da economia mineral.

E aí entramos na questão do Ministério de Minas e Energia. Em Minas, temos a expressão, que os mineiros conhecem bem, que é “crescer igual rabo de égua”, que significa crescer para baixo, ou seja, reduzir-se. Nós, da mineração, começamos historicamente ao lado do Imperador. Nosso patriarca, José Bonifácio, era o homem ao lado do Imperador. E hoje estamos tentando ficar ao lado do Ministro. Não é nenhuma diminuição entre o Imperador e o Ministro, mas apenas para situar a questão do poder. Isso que o Senador mencionou é absolutamente prioritário! Temos que recuperar o nosso DNPM, que foi referência internacional! Quem descobriu o petróleo nesse Brasil chama-se Departamento Nacional da Produção Mineral! Quem fez o primeiro programa de carvão no Brasil foi o Departamento Nacional da Produção Mineral! Aquela Casa é o orgulho de todo minerador! No entanto, houve uma queda, por fatores explicáveis, sem dúvida, mas, a meu juízo – de quem está acompanhando há quase 50 anos a mineração no Brasil –, é que perdemos acesso ao núcleo de poder. A mineração ficou ligada diretamente ao Ministro, e, quando o Ministro ia à Presidência, estava demandado pela questão da energia, que é geral e é percebida por toda a sociedade imediatamente.

Quando essa luz apaga aqui, não vou pensar que na mina que produziu o alumínio, ou o cobre, que construiu o fio, se era subterrânea ou a céu aberto. Não. Lá em Minas, é a Cemig, é a Coelma, etc. Então, é claro que, do ponto de vista da sociedade, isso é importante, mas estamos correndo o risco seriíssimo de não termos oferta da dieta mineral, e o País não vive sem ela. Precisamos abrir o olho já! Estamos atrasados! Somamos doze bilhões em dois anos! Não vai sair, não tem jeito. Isso, Senador Delcídio, é absolutamente crucial.

Já tivemos um Conselho Superior de Minas que ajudou vários Ministros. Depois, houve mudanças gerais, mas não se criou a agência. Foi criada a de energia, mas a de mineração não foi criada, até porque era desnecessário, do ponto de vista do DNPM, ter essa força. O modelo-agência acabou não sendo implementado para a mineração.

Volto à questão do Conselho Nacional de Política Mineral. Quando o Estatuto da Mineração foi

proposto para iniciar as discussões, uma das sugestões do Ibram foi a criação do Conselho Nacional de Política Mineral idêntico ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com a participação equitativa dos usuários e do Governo e com o voto de desempate do Ministro, tendo o Secretário-Executivo como Secretário-Geral. No caso do Conselho Nacional de Política Mineral, seria utilizado o mesmo modelo, sendo Secretário-Executivo o Secretário de Minas e Metalurgia.

Sem haver o **input**, o mundo de hoje caracteriza-se por muita pressão, e os Governos estão ficando muito pequenos para os grandes problemas e muito grande para os pequenos problemas. Se eles não forem pressionados, nada acontece. Portanto, concordo em número, gênero e grau. A sugestão é: criar esse Conselho com poder de avaliar o desempenho, a fim de termos uma base de economia mineral para difundir-la.

Encerrando a minha exposição, conforme determinação da SRA. Presidente, asseguro que estamos decodificando tudo para fornecermos aos Srs. Senadores exatamente todas as informações deste mês de 2003. Sr^a Presidente, Srs. Senadores, se desejarem qualquer esclarecimento, peço que nos comuniquem, pois o assunto é muito amplo e nem sempre atendemos às demandas. Feitos os questionamentos, responderemos imediatamente.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, farei rapidamente uma última pergunta referente à partilha da Cefem. O Sr. José Mendo disse que o Ibram se posicionou a favor. A posição permanece a mesma? Permanecem os mesmos percentuais? Também estamos discutindo esse assunto na Casa: os Estados estão querendo um pedaço maior, e os Municípios evidentemente querem o contrário, que aumentem os seus benefícios. A posição do Ibram permanece a mesma?

O SR. JOSÉ MENDO MIZAELO DE SOUZA – A posição do Ibram permanece a mesma, porque os fundamentos da posição não mudaram. Quais são os fundamentos da posição? Quem sente mais a percepção – hoje há aquele fato de Minas Gerais de que a mineração deixa buraco e de que minério não dá duas safras, embora dê uma safra de 170 anos –, é o Município. Se atendermos ao Município, atenderemos também ao Estado na nossa visão e estimularemos os Municípios a agasalhar mineração com uma visão de contribuição maior.

Não podemos esquecer que o ICMS – devemos trabalhar com os dois juntos – é de 75% no Estado e de 25% no Município, e a arrecadação do ICMS é muito superior a da Cefem. Logo, o Estado fica beneficiado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Agradeço a participação ao Dr. Edmundo Paes de Barros Mercer, Presidente do Ibram, e ao Dr. José Mendo Mizael de Souza, Vice-Presidente.

Solicito que aquilo que não foi possível discutirmos e aprofundarmos, até porque V. S^{as} disseram que estão recebendo agora alguns trabalhos, seja repassado posteriormente a esta Subcomissão.

Agradeço também a presença do Srs. Senadores. Esta audiência pública, na minha opinião – e com certeza também expresso a opinião do Srs. Senadores –, foi excelente, porque queremos elaborar a melhor legislação. Vamos propor uma legislação que discuta não apenas a alíquota da Cefem, mas a melhor distribuição; a progressividade, que hoje não está prevista na atual legislação; o esclarecimento sobre o que realmente é devido e também o controle social. E já estamos avançando. Isso ocorreu em razão da visita que fizemos inicialmente e ainda faremos em outros lugares. O controle social sobre esses recursos não é apenas uma questão da Cefem, mas é absolutamente necessário hoje, em virtude do volume de recursos que isso representa para os Municípios. Ela exige que a sociedade possa discutir os destinos desses recursos.

Agradeço a todos os Srs. Senadores, aos representantes do Ibram e do DNPM e a todos que vieram a esta audiência. Ressalto que queremos produzir, o mais rápido possível, a melhor legislação para este País. Referimo-nos à progressividade exatamente para tratarmos desiguais de forma desigual, e os pequenos devem ser tratados de forma diferenciada dos grandes. Não estamos preocupados apenas com os nossos Estados mineradores ou potencialmente mineradores, mas com todo o País. Contudo, não poderia deixar de registrar que nossos Estados realmente cumprem um papel importante não só para eles mesmos. Pará e Minas Gerais são os principais Estados que contribuem para a positividade da balança comercial brasileira, o que não pode passar despercebido do País. Então, creio que é essa a contribuição que vamos dar a esta Subcomissão.

Agradeço a todos pela presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
Subcomissão de Extração Mineral

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE AGOSTO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e três na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Rodolpho Tourinho, Delcídio Amaral e Efraim Morais e, ainda, do Senador Valdir Raupp e do Deputado Hamilton Casara, Presidente da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Minerais. Deixam de comparecer os Senadores Aelton Freitas, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, João Ribeiro e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se à audiência pública com a presença do Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e do Secretário de Minas e Metalurgia Dr. Giles Carriconde Azevedo, com a finalidade de discorrer sobre o posicionamento do Governo em relação à aplicação da legislação pertinente à compensação financeira por extração mineral. Usa da palavra para interpelar os convidados o Senador Rodolpho Tourinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Bom dia a todas e a todos. Queria iniciar esta 7ª reunião da Subcomissão temporária que vai estar estudando a legislação sobre extração mineral, a Cefem, pedindo desculpas porque, pelos nossos compromissos, acabamos atrasando um pouco.

Hoje vamos ter uma audiência pública com a presença do Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery, que é o

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, do Ministério das Minas e Energia, a quem convido, e do Secretário de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, Dr. Giles Carriconde Azevedo. A finalidade desta audiência pública é exatamente – estamos fazendo as diversas audiências; na semana passada, estivemos com o Ibram – escutar os diversos setores ligados à questão, já que estamos discutindo especificamente a alteração da legislação.

Queria registrar a presença do Senador Valdir Raupp, que, mesmo não sendo membro da Subcomissão, está aqui porque tem interesse especial e também do Deputado Estadual Nilton Casara, que preside uma frente parlamentar.

O SR. NILTON CASARA – Obrigado, Senadora. Frente Parlamentar de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Minerais. É para conciliar a legislação ambiental com a parte de produção.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Também tem interesse e, portanto, o convidamos.

O Senador Rodolpho Tourinho, que é o nosso Vice-Presidente e Relator, foi o autor deste requerimento. Para que não tivéssemos uma audiência pública em que poderíamos nos perder, já que esta Subcomissão tem um objeto específico de análise, o Senador Rodolpho Tourinho vai dizer exatamente o que estamos querendo esclarecer para fazer a melhor legislação.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente da Subcomissão de Assuntos de Extração Mineral, seria bom, em primeiro lugar, virar os nomes para cá.

Dr. Giles de Azevedo, Secretário de Minas e Energia, e Dr. Miguel Cedraz, Diretor do DNPM, queria começar essa apresentação fazendo um pequeno histórico, muito rápido, sobre a legislação. O que queremos tratar aqui – e entendo que a Senadora sempre afirmou isso de uma forma muito clara – é um assunto ao mesmo tempo simples e sério que é a Cefem. Não tem coisa mais simples para se tratar do que a Cefem, e séria porque não afeta só a Bahia, mas afeta também o Pará e Minas Gerais de uma forma muito expressiva. Então é só lembrar que em 1989 é que se estabeleceu, por meio da Lei nº 7.990, o valor de até 3% da Cefem – e aí é que se fala sobre o faturamento líquido. Então o primeiro ponto é esse, objetivo. Um ano depois, a Lei nº 8.001/90 veio definir o que é faturamento líquido. No art. 2º dizia que o faturamento líquido era a soma das receitas – estou resumindo – das vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de

transporte e o seguro. Também é uma definição extremamente simples. Essa mesma lei é a que repartiu receitas e classificou os minerais. Em 1991, ou seja, um ano depois, o Decreto nº 1, no seu art. 15 – volto a falar de faturamento líquido e transportes – diz que “constitui fato gerador – outra vez estou resumindo – da Cefem a saída por venda do produto mineral das áreas das jazidas após a última etapa do processo de beneficiamento e antes da sua transformação industrial. Esse é o outro ponto que nos interessa.

Em 1994, passou o DNPM a ter atribuição de fiscalizar a Cefem. Em 1999, quando passei a participar disso, porque era Ministro de Minas e Energia, ou seja, dez anos depois que a lei estabeleceu os 3% e o faturamento líquido, é que se tratou efetivamente do assunto com firmeza, com clareza. Fizeram-se cursos, convênios, manual de procedimento, convênio com a Secretaria de Fazenda, interessando os Estados, como o Pará, como a Bahia – um dos primeiros que assinou o convênio – a participar da fiscalização, mesmo porque o DNPM não tem estrutura, como não tinha e não vai ter, para fiscalizar isso.

Em 2001 aconteceu um fato importante: o Supremo definiu que a Cefem não é um tributo; é uma compensação, é uma receita patrimonial de natureza indenizatória e como tal livre das limitações constitucionais dos tributos, tais como a prescrição em cinco anos. Esse é um ponto importante para destacar.

Em julho de 2000, criamos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico, exatamente para auxiliar as pesquisas, mas não mexendo na distribuição entre Estados, Municípios e o Ministério de Minas e Energia, apenas definindo que 2% seriam destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento na área de mineração, extremamente importante. Mantiveram-se os outros 10% e dentro dos 10% os 2% para o meio ambiente.

A receita da Cefem cresceu. Em 1998, ela era de 82 milhões de reais; passou, em 1999, para 107; para 136, em 2000; em 2001, 160; e em 2002, 186 milhões. Passou-se a ter maior consciência de tudo isso e houve interesse das unidades federativas no processo e nas novas normas sobre isso. Deveria ser mais? Deveria. O questionamento do Supremo está resolvido, mas restou um questionamento que, acredito, Senadora Ana Júlia, tem sido essa a nossa preocupação. Quando visitamos a Vale do Rio Doce, o Senador Aelton Freitas, o Senador Eduardo Azeredo, a Senadora Ana Júlia e eu conversamos lá inclusive com o DNPM e com a Vale do Rio Doce e sentimos que o problema persiste e a discussão continu-

Entendo que deveremos tratar dessa questão aqui, Sr. Secretário e Sr. Presidente do DNPM. É isso que precisa ser esclarecido. É necessário haver uma modificação na legislação. Esse é o objetivo final desta Comissão. Devemos encontrar uma forma que proteja a arrecadação dos Estados e a da União. Precisamos entender claramente qual é o problema que está acontecendo hoje. O é despesa de transporte e seguro? É muito simples definir isso, mas a situação é grave, porque até hoje há problemas.

Em 2000, foram editadas as Instruções Normativas 6, 7 e 8 pelo DNPM. Essas decisões foram contestadas na Justiça. A iniciativa privada tem o vício de, em vez de sentar para discutir, contestar na Justiça. Foi dada a liminar dizendo que o diretor havia-se excedido nas suas atribuições e aí conseguiram que se deduzisse todo o transporte, não só aquele transporte limitado. Esse é o problema que precisaríamos enfrentar claramente hoje aqui, dando ênfase a isso, em vez de outros problemas da Cefem, para que a gente possa, efetivamente, junto com a iniciativa privada resolver fora da justiça, que eu entendo, que eu tenha uma lei à prova de bala, que não venha se dizer que o diretor exorbitou de suas funções. Lembro-me quando essas instituições normativas foram feitas, foram muito discutidas, e não havia nenhum tipo de questionamento jurídico em relação à autoridade do diretor do DNPM emitir instruções normativas. Porque se ele não puder emitir instruções normativas acho que ele deve sair do cargo dele. Acho que o mínimo que ele pode fazer é fazer normas sobre as leis. Ele não está modificando a lei, ele está dando instrução, ele está tornando clara, desde que havia uma discussão que me parece que tem que ser superada.

Esse é o ponto que gostaria de colocar, esse foi os objetivos maiores, combinados com a Senadora Ana Júlia, da presença dos senhores aqui para esclarecer exatamente esse aspecto e o que é que devemos fazer. Acho que é outro importante, quais seriam as sugestões do Ministério para que possamos fazer isso.

Muito obrigada Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador Tourinho.

Vamos passar à exposição.

Fez-se necessário isso até para que a gente pudesse... Às vezes a gente faz audiência e acaba não chegando no ponto nevrálgico da situação, por isso que fizemos esse apelo.

Queria colocar que já temos uma série de projetos alterando a Cefem, alguns até alteram apenas a alíquota, alguns alteram alíquota, forma de distribui-

ção e já tem até uma discussão na própria subcomissão de discutir progressividade, controle, coisas importantes hoje e que a própria sociedade está exigindo, isso foi fruto até, inclusive das nossas visitas, **In loco**, porque a gente não só visitou os projetos, mas também não tivemos audiências públicas com a sociedade local, onde a sociedade local pode se expressar e colocar isso muito claro.

Concedo a palavra ao Dr. Gilles, Secretário de Minas, V. S^a tem vinte minutos.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Primeiramente, gostaria de saudar a companheira Senadora Ana Júlia, Presidente da Subcomissão Temporária de Extração Mineral, saudar os Srs. Deputados presentes, o ex-Ministro Rodolpho Tourinho, o Senador Valdir Raupp, o Presidente do Ibram, Dr. Mércio, aqui presente, o Diretor-Geral da ADIMB, a agência de desenvolvimento do setor mineral, professor Marine, os colegas do DNPM, da Secretaria de Minas. Exatamente na linha que o Senador Rodolpho Tourinho colocou é que nós preparamos essa apresentação.

Nessa primeira etapa, quer dizer, à parte de legislação e desse enfoque mais específico sobre alguns pontos, a questão do transporte, da base de tributação, o Dr. Miguel, num segundo momento, vai tratar com mais detalhe. Mas o nosso objetivo é trazer alguns dados que achamos importante que sejam analisados por essa comissão dentro da instrução de alteração, seja na questão das alíquotas, seja na base de tributação da compensação financeira para a exploração mineral.

Mas, inicialmente, queria contextualizar, colocar a Cefem dentro de um contexto que a Cefem, assim como o código de mineração, a estruturação dos agentes públicos, a discussão do código ele é, efetivamente a Cefem, um instrumento seja para capturar e distribuir a renda mineira seja também um instrumento efetivamente se fazer política mineral no sentido de atração de investimentos de garantir a exequibilidade de depósitos marginais também. Então, quando se discute Cefem, acho importante se ter em mente que o setor mineral ele tem uma gama de substâncias que tem conhecimento tecnológico, custos, rentabilidade, portes dos empreendimentos distintos, escala de produção distinta.

Uma legislação para ser eficiente ele deve levar em consideração esses parâmetros.

Um segundo ponto que acho importante destacar é que temos a legislação da Cefem atual e um regime de fiscalização atuante. Aí temos a discussão de como o Estado está estruturado para exercer essa fis-

calização em cima da legislação atual e se a legislação atende aos interesses.

Outra questão distinta e que não é pauta dessa Subcomissão, mas a questão do regime tributário, se é adequado ou justo. Essa discussão não está sendo feita neste foro, e sim no Congresso Nacional, no bojo da reforma tributária, com os outros seguimentos produtivos. Então, não é nosso objetivo fazer uma discussão sobre o sistema de tributação brasileiro, se é justo ou se está adequado à realidade do País. O nosso objetivo é ver a necessidade para capturar renda mineira para os Estados e Municípios, de se alterar alíquotas da Cefem, seja para mais ou menos, e a base de cobrança dessa taxa do **royalty** da compensação financeira.

Quero colocar isso rapidamente dentro do contexto do setor mineral brasileiro. Então, a taxa de crescimento do PIB do ano passado foi de 1,52, em 2001 foi 1,42, a expansão se deu no setor agropecuário de 5,79 e no setor industrial 1,52 e no setor de serviços 1,49. O subsetor dentro do setor industrial da indústria extrativa mineral teve um crescimento no Produto Interno Bruto de 10,4%. Então, aí estou falando em termos relativos do crescimento em relação aos demais setores produtivos.

Um outro dado que acho importante destacar é que a participação da produção mineral, a indústria mineral na sua primeira etapa de transformação foi de 8,4% em 2001, quer dizer, a participação da indústria mineral, contando a primeira etapa de transformação em 2001 foi de 8,4% e no ano passado de 11%. Nós incluímos aí a indústria de petróleo e gás. Em 2002, se excluirmos a indústria de petróleo e gás, a participação da indústria extrativa mineral com a primeira etapa de transformação no PIB de 2002 foi de 6%. Esse dado não está aí e estou apenas completando a informação sobre a participação da indústria mineral no produto interno do País. Foi de 6% tirando petróleo e gás. Com petróleo e gás foi de 11%, quer dizer, a indústria mineral, considerando a primeira etapa de transformação foi de 11% incluindo petróleo e gás e 6% sem essa indústria.

Quanto à participação do Brasil em termos de reservas mundiais. Ele tem o primeiro lugar nas reservas de nióbio e tantalita, segundo lugar nas reservas de caulim, grafita; terceiro nas reservas de talco, vermiculita e alumínio; quarto nas reservas mundiais de estanho e magnesita; sexto com ferro e manganês.

A participação do Brasil na produção mundial: é o primeiro de nióbio; segundo lugar na produção de tantalita; segundo na produção de ferro e manganês; terceiro na produção de alumínio; quarto lugar na pro-

dução de crisotila; terceiro caulim e grafita; quarto magnesita e vermiculita e quinto lugar em rochas ornamentais. O setor de rochas tem crescido e há dois anos a nossa participação na produção mundial pulou de oitavo lugar para quinto.

Quero destacar que o setor de alumínio, caulim, diamante há expectativa de que haja um crescimento significativo nos próximos cinco anos na produção desses bens, assim como na produção de cobre. A expectativa é que nos próximos 5 ou 6 anos nós voltemos a ser auto-suficiente nessa produção.

Essa transparência mostra a situação do comércio exterior do setor mineral, exceto petróleo e gás. Vê-se que entre 1978 e 1980 a importação era maior do que a exportação, havia um saldo negativo na balança. Com os investimentos feitos na década de 60, os levantamentos geológicos básicos, a geração de novas jazidas, a entrada em operação de novas minas, esse gráfico mudou a sua configuração significativamente. O Brasil passou a ser um importante exportador de bens minerais.

De 1998 a 2000, esse saldo positivo na balança vem gradativamente caindo. Uma das razões é que, desde o final de 1979, quando havia recursos vinculados, planejamento setorial de longo prazo do setor mineral, o IUM (Imposto Único sobre Minerais), não foram feitos mais investimentos sistemáticos em levantamento geológico e conhecimento do nosso subsolo. Isso tem inibido os investimentos nacionais ou estrangeiros em pesquisa. Algumas minas já estão em exaustão, e não têm sido gerados novos empreendimentos mineiros de grande porte no País.

Há um dado extremamente significativo. Posteriormente, distribuirei um relatório do Instituto Fraser – não sei se a Comissão tem conhecimento –, que analisa os anos de 2002 e 2003. Trata-se de instituição não-governamental do Canadá que realiza pesquisas econômicas e sociais. Na área de pesquisa mineral, eles fizeram um levantamento com 158 empresas de mineração de porte internacional. As empresas que foram pesquisadas representam 60% de investimento em pesquisa mineral no Canadá, 32% nos Estados Unidos e 37% na América do Sul, então é um universo bastante significativo. O objetivo da pesquisa era obter dos empreendedores – empresas de mineração de grande e médio porte – quais os critérios impeditivos de investimento em um grande número de países.

Essa recente pesquisa, entre 2002 e 2003, aborda vários aspectos, mas o mais importante é que coloca o Brasil como o terceiro local, depois do Chile e de Quebec, com índice de atratividade para exploração mineral segundo o potencial mineral. É reco-

nhecido pelas grandes e médias empresas de mineração um enorme potencial de aproveitamento dos recursos minerais do nosso País. Efetivamente, depois do Chile e de Quebec, o Brasil tem a terceira posição no índice de atratividade. Cita-se Quebec porque, na verdade, cada província canadense tem a sua legislação específica.

A Austrália está em quinto lugar. Trata-se de um país importante do ponto de vista mineral. Nós sempre comparamos Canadá, Austrália e Estados Unidos, países que possuem maior similaridade com o Brasil.

Eu considero importante esse dado do Instituto Fraser, porque ele mostra um índice de atratividade extremamente positivo para o Brasil. Entretanto, por que esses investimentos em pesquisa acabam não se realizando no volume e no tempo que nós gostaríamos?

Este gráfico mostra os investimentos e levantamentos geológicos básicos desde a década de 70 até 2002. Nos anos 70, tivemos uma média de investimentos em levantamentos geológicos básicos de US\$45 milhões. Esses recursos foram reduzidos a menos de US\$3 milhões ou US\$4 milhões nos últimos anos. Isso aconteceu porque, até 1979, havia o Fundo Nacional de Mineração, quer dizer, havia recursos vinculados ao setor mineral que permitiam fazer um planejamento setorial de longo prazo.

Com a extinção do fundo de mineração, o Ministério de Minas e Energia – o Ministro Rodolpho Tourinho conhece bem essa realidade – acabou ficando sem recursos vinculados à pesquisa de geologia básica, aos depósitos minerais, excluindo petróleo e gás. O petróleo e o gás têm, pela Lei do Petróleo, 40% de participação especial na ANP, voltada para os levantamentos geológicos e geofísicos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –

Aí tem petróleo nos anos 70?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Não.

Não tem petróleo e gás. É só a pesquisa, sem os hidrocarbonetos.

Eram os levantamentos geológicos efetivados pela CPRM, pelo serviço geológico do Brasil.

Portanto, é importante mostrar a redução do papel do Estado na geração e difusão do conhecimento do seu subsolo, buscando atrair novos investimentos, gerando emprego e renda, onde temos, com certeza, vários depósitos minerais em vias de ser pesquisados e explorados.

Só complementando: a interrupção dos investimentos públicos destinados aos levantamentos geo-

lógicos tem forte correlação com a queda dos investimentos em pesquisa mineral e na descoberta de novas jazidas.

O levantamento geológico é função do Estado, e os investimentos em pesquisa, as empresas, vêm atrás dessa base de dados, gerada pelo Estado brasileiro. Como consequência da redução dos levantamentos, tivemos aí uma redução efetiva do investimento em pesquisa.

Só para ressaltar: vemos 1998 e 1999; depois, em 2000 e 2001 cresce o investimento em pesquisa. Houve uma mudança de metodologia. Até 1999, a pesquisa era feita especificamente nas empresas, por um formulário que era enviado para as empresas, e elas faziam uma descrição dos investimentos em pesquisa. A partir de 2000, começou-se a utilizar os relatórios do DNPM.

E o que acontece muitas vezes em relatórios de quem efetivamente não fez pesquisa? Ele não quer, no relatório, passar para o órgão gestor dos recursos minerais que não realizou a pesquisa e acaba muitas vezes colocando um recurso que efetivamente não foi utilizado em pesquisa mineral.

Houve uma mudança de metodologia, que aparece ali como se fosse uma retomada dos investimentos em exploração mineral no Brasil. Apenas 10% do território brasileiro está mapeado em escala adequada para atrair novas pesquisas.

Já dentro da questão da Cefem, vemos quais são os Estados que concentram os investimentos em pesquisa. Mais da metade – de 51% a 52% – de todos os investimentos em pesquisa no Brasil ocorre nos Estados do Pará e Minas Gerais.

Em São Paulo, os investimentos em pesquisa estão concentrados mais nos minerais industriais, quer dizer, os agregados, areia e brita.

Bahia e Goiás são Estados que, assim como Minas, veremos, criaram fundos específicos estaduais para financiar o setor de geologia. Uma das políticas recentes do Governo é fortalecer os convênios com os Estados. Pretendemos participar de um levantamento aerogeofísico com Goiás, participar de uma segunda etapa com Minas Gerais também.

Alguns Estados possuem fundos específicos, como Bahia, Minas Gerais e Goiás. E há um dado inconcebível: a União, que é responsável pela gestão dos recursos minerais do Brasil e responsável pelos levantamentos geológicos básicos, tem, no orçamento de 2003, destinados para esse fim, menos recursos do que os de três Estados brasileiros. Menos do que a Bahia. O Governo Federal, a União, destina

menos recursos para a pesquisa geológica básica do que Bahia, Minas Gerais e Goiás.

Então, essa é a realidade orçamentária que temos dentro de uma política de valorização ou de revalorização do setor mineral. Nós estamos não nos volumes de recursos de que gostaríamos – porque, aí, nós dependemos ainda da tramitação de um projeto de lei –, mas, para este ano, o Governo está disponibilizando, em que pese o compromisso com a estabilidade econômica e com o ajuste fiscal, no Orçamento de 2004, recursos bem mais expressivos – três vezes os volumes de recursos dos anos anteriores. No entanto, eles não são suficientes para podermos, num prazo de dez anos, fazer os levantamentos aerogeofísicos da Amazônia, que são fundamentais para a descoberta de novas jazidas na Amazônia.

A Amazônia tem uma característica ímpar pela questão da dimensão. Na Amazônia, é importante que se encontrem grandes depósitos, de classe mundial, pequenos depósitos minerais isolados muitas vezes, se tornam inviáveis na região amazônica. Então, os levantamentos aerogeofísicos na região amazônica são essenciais e fundamentais para que possamos ter identificação de depósitos de grande porte naquela região, uma das mais desconhecidas do Brasil.

O Brasil tem uma outra vantagem de competitividade importante. Como nós temos regiões bastante desconhecidas do ponto de vista de seu subsolo. Há alguns anos, para se descobrir uma jazida, investiam-se US\$80 milhões em pesquisa. Hoje, esses valores já são de US\$500 milhões em outras regiões do mundo, quer dizer, está-se cada vez descobrindo jazidas mais profundas, que precisam de um volume de recursos para pesquisa maior. O Brasil ainda tem condições de gerar novas jazidas com um custo menor do que o custo na Austrália, no Canadá ou em outros países que já têm os seus territórios bastante conhecidos.

Estatisticamente, para se descobrir uma jazida, investia-se, há dez anos US\$80 milhões. Não sei se são exatamente dez anos. Hoje em dia, o custo de geração de uma jazida já vai para US\$ 500 milhões. Quer dizer, você precisa investir muito mais em pesquisa e sondagens. Por quê? Porque o território nesses países que têm os seus subsolos bastante conhecidos, as jazidas estão cada vez mais profundas. Aqui, nós temos jazidas quase aflorantes, é muito mais fácil identificá-las e defini-las.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Isso que determinaria, então, um custo menor.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Um custo menor para identificação de novas jazidas, mas para isso é fundamental que nós geremos os dados básicos para que essa pesquisa possa ser realizada. Quer dizer, sem esses dados não há pesquisa.

Aqui, já é o Orçamento aprovado para 2004. Verificando ali a Secretaria de Minas, o recurso sempre é um órgão da administração direta, do Ministério, ele trabalha mais com convênios. Eles tinham um recurso da ordem de R\$1,2 milhão para projetos e o recurso para o ano que vem subiu para R\$6 milhões.

O DNPM e a CPRM vinham trabalhando com execuções orçamentárias da ordem de R\$5 milhões a R\$6 milhões em 2000, 2001 e 2002. A proposta orçamentária, já para o ano que vem, é de R\$25 milhões para o DNPM. Aí o Miguel vai poder falar. Oitenta e cinco por cento desses recursos visam à modernização tecnológica do DNPM, quer dizer, o DNPM está em todos os Estados brasileiros, é o órgão gestor de todos os recursos minerais do País e não está interligado em rede, não tem um sistema de cobrança da Cefem ou de outros da taxa anual por hectare pela Internet, quer dizer, há uma série de dificuldades operacionais que fazem com que ele não possa atender às atribuições legais de gestor do patrimônio mineral brasileiro.

A CPRM, que tinha recursos da ordem de R\$15 milhões a R\$16 milhões, vai ter, no Orçamento do ano que vem, recursos de R\$40 milhões, mas se nos recordarmos, os investimentos e levantamentos geológicos na década de 70 eram da ordem de US\$40 milhões, quer dizer, em torno de R\$120 milhões. (Pausa)

Pois não, Senador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A CPRM tem recursos próprios de arrecadação, não é?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – É muito pouco. Hoje, 90% são recursos do Tesouro. Como ela deixou de ser uma empresa de pesquisa mineral, com a da transformação da CPRM em serviço geológico...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E aquele valor ali, de 2004, que são 40 milhões?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Na verdade, 15 milhões são a maior parte do convênio dela, a rede hidrometeorológica, com a ANA. Daquelas 40, 15 milhões são para manutenção e operação

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E os outros 25?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Os outros 25 são para projetos de mapeamento e de aerogeofísica.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas dependendo do Tesouro Nacional?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Tudo dependendo do Tesouro Nacional.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não tem receita nenhuma dela?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Não tem receita nenhuma dela.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A do DNPM é receita do DNPM?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Toda receita acaba caindo no Siafi. Mas o DNPM tem, com a geração da Cefem e com a geração da taxa anual por hectare, receita.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O DNPM receberia o quê em 2003? Seguramente, 20 milhões de Cefem?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Nós discutimos com a SOF. O DNPM teve uma arrecadação extra, proveniente de uma desistência de uma ação na Justiça contra a taxa de hectare pela Companhia Vale do Rio Doce, que perfazia R\$22 milhões.

Fomos ao Ministério do Planejamento. Justificamos que tínhamos excesso de arrecadação e que gostaríamos que esses R\$22 milhões fossem repassados integralmente para o DNPM, para o projeto de modernização. Não conseguimos repassar esses recursos na sua totalidade. Devido à questão de contingenciamento de limites orçamentários, que não estão sendo extrapolados, veio um projeto de suplementação orçamentária para o DNPM de R\$6 milhões, para modernização já este ano. Não conseguimos transformar toda essa arrecadação em recurso vinculado do órgão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – De Cefem vocês teriam o que este ano? Vinte milhões?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Dez por cento. A previsão que estamos fazendo de arrecadação de Cefem este ano beira os 300 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, 30 milhões.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Poderemos chegar em 30 milhões. Na data de hoje...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Trinta mais vinte e dois totaliza cinquenta e dois. Vocês têm aplicados ali...

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – No DNPM, este ano, 24 milhões.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Em 2003 vocês aplicaram o quê?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Na verdade, em 2003, o que está sendo colocado, um e pouco, é em atividade finalística.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, mas isso é o que interessa.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Está excluída ali folha.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não nos interessa analisar aqui folha de pagamento.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Basicamente é custeio. Enquanto a previsão orçamentária colocada ali é para custeio e investimento. Se formos agregar essa suplementação da qual o Secretário acabou de falar, de 6 milhões, aquilo tende a subir. Vai chegar em 7,5 aproximadamente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O que é um absurdo, porque tem 52 milhões. Se você olhar o fundo, ele deve estar aplicado em nada. Aqueles 2%.

Aí fica difícil. O contingenciamento desses recursos é um problema sério.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É bom ressaltar que boa parte das nossas despesas, hoje, concentram-se na área meio, com contratos de terceirização e contratos de serviços de uma forma geral. As terceirizações somam quase 17 milhões, que não estão lançados ali.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Para tudo isso é necessário recurso. Quando o Secretário diz que ainda não há um sistema que permita o acesso pela Internet para pagamento, realmente é preocupante.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não há sequer informação em rede.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Exatamente. Dentro dessa preocupação central, a primeira etapa no DNPM é a modernização tecnológica, no ano que vem. Dos 25, 19 milhões estão aprovados no Orçamento para a modernização tecnológica do DNPM. E, nos anos subseqüentes, são volumes dessa mesma ordem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Aquela posição de 2004, que é bonita de ver, acaba virando um pouco “me engana que eu gosto”.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Na verdade, o Orçamento de 2004 está sendo feito em cima dos limites deste ano, com a perspectiva de exe-

cução desses orçamentos. Ele já está sendo elaborado em cima dos limites deste ano, em função dos acordos e com a perspectiva e a posição de Governo de que não vai haver contingenciamento. Ou seja, está-se trabalhando com os limites que foram dados neste ano...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu acho que essa questão de contingenciar determinados recursos é uma discussão importante. De acordo com minha avaliação, não se pode contingenciar esse tipo de receita. Da mesma forma não se pode contingenciar *royalties* do petróleo e isso está sendo feito. Quando se entra na questão dos fundos setoriais, estão sendo contingenciados recursos que não podem, pela sua natureza, ser contingenciados.

Acho que se trata menos de uma crítica à área econômica e mais de uma defesa do setor. Isso porque sem recursos o setor mineral não vai a lugar algum. Ele depende de pesquisa, depende de uma estrutura que o DNPM não tem, que a CPRM não tem.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – É bom destacar que essa questão do contingenciamento dos recursos vem sendo feita historicamente. Trata-se da questão da capacidade de arrecadação do Estado e dos mecanismos que o Estado brasileiro encontrou para gerar o seu superávit fiscal e para poder se comprometer com os acordos já assinados. Isso vinha sendo feito por medidas provisórias e agora....

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Secretário, eu quero deixar claro que não se trata de uma crítica à área econômica, porque isso já vem de antes. São os acordos com o Fundo Monetário Internacional que provocam esses contingenciamentos. O que vemos é que a cada contingenciamento, cria-se um problema na frente. Na Petrobras, no meu tempo, se não tivesse havido contingenciamento de parte da área econômica, fruto dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, nós já seríamos auto-suficientes em petróleo. A Petrobras estaria produzindo mais 200 mil barris por dia. Naquela época já seríamos auto-suficientes. É preciso falar essas coisas para que tenhamos consciência do que esses contingenciamentos provocam, sobretudo quando analisarmos sua exposição, uma situação de absoluta falta de recursos. Foi o que aconteceu com o sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu queria só registrar que isso, Senador Tourinho, só coloca para nós a necessidade de mobilizarmos, cada vez mais, a sociedade. Tenho feito isso em todos os momentos possíveis, pois a sociedade não tem conhecimento das limitações que o acordo com o FMI

traz e também das conseqüências para a vida cotidiana de cada cidadão e cidadã deste País.

Acho que isso é bom, porque o Governo brasileiro quer refazer, quer alterar – não queremos rasgar nenhum tipo de acordo – algumas cláusulas do acordo. Sei que não é essa a discussão aqui, mas isso tem um rebatimento, como eu disse, na vida real.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sobretudo no que se refere à questão do emprego.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Principalmente com relação a isso. As pessoas não têm uma idéia a respeito. Parece que o FMI está distante. Não, ele não está distante. Ele na verdade ele afeta profundamente a vida de cada brasileiro, de cada brasileira.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Para nós, é fundamental essa questão do descontingenciamento para que possamos ter recursos para planejamento setorial de longo prazo, não contingenciados, para que eles possam ser efetivamente aplicados no setor.

Um dos compromissos da Ministra Dilma é relativo a essa questão. Ou seja, se houver excesso de arrecadação, se tivermos um **royalty** específico para os levantamentos geológicos, que esses recursos sejam efetivamente utilizados nesse setor. Não se trata de pegar dinheiro a fundo perdido do Tesouro, mas de recursos vinculados ou de excesso de arrecadação e que se possa efetivamente utilizar esses recursos.

Temos aqui as atribuições e funções da Secretaria dentro de um remodelamento do Ministério de Minas e Energia. Todo mundo conhece a posição do Governo e da Ministra de resgatar o papel de formulador, de planejamento das políticas, tanto na área de energia quanto no setor mineral.

Há também a questão de identificar e articular as políticas com outros Ministérios, Estados e municípios. Na própria Explanada dos Ministérios vemos uma série de órgãos – a questão da água é um exemplo disso – executando tarefas superpostas, projetos superpostos, com desperdício de dinheiro e de técnicos. Então, articular essas políticas é fundamental.

Coordenar a atuação do DNPM e da CPRM, com o Ministério como formulador das políticas. E não com o DNPM e a CPRM formulando políticas, mas sim executando as políticas decididas no Ministério de Minas e Energia, com a sociedade, com as empresas, com os trabalhadores.

Executar ações e medidas preventivas e corretivas que assegurem a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização

com o meio ambiente dessas atividades realizadas pela indústria de mineração. Estamos criando, dentro da secretaria, um departamento de desenvolvimento sustentável na mineração, que vai trabalhar com a questão do meio ambiente, com a segurança e a saúde do trabalhador, com a mineração informal, o garimpo. Estariam todas dentro desse departamento. É uma estrutura diferente da que funciona hoje. No Ministério temos 4 coordenadorias, um pouco diferente dessas, e vão ser criados 4 departamentos, 4 diretorias, com a grande novidade de haver um departamento, quer dizer, o Ministério, pensando na grande mineração, mas também na pequena, no garimpeiro e na mineração informal.

Ações de gestão para o setor mineral brasileiro: estudos sobre a compensação financeira para a exploração dos recursos minerais; atualização e valorização do código e da legislação; estruturação dos agentes públicos – aí há a questão do risco do DNPM, do marco regulatório; linhas de crédito e financiamento para o setor – o Ministério está fechando com o BNDES uma reivindicação histórica do setor mineral, que é aceitar jazidas como garantia. Esse trabalho está sendo feito em conjunto pelo Ministério e pelo BNDES. Para o setor de rochas ornamentais e mais dois projetos, isoladamente, com o BNDES, já vamos testar esse novo processo de acesso a recursos e de financiamento.

Retomada dos levantamentos geológicos básicos. Assegurar recursos vinculados para o planejamento setorial de longo prazo e a criação do Conselho Nacional de Geologia e Recursos Minerais.

A criação do Conselho parece fácil, mas vemos que há anos é tentada. E nós mesmos, nestes primeiros sete meses, acabamos não implantando efetivamente uma minuta, uma proposta inicial da criação do Conselho. É uma reivindicação histórica do setor, e estamos trabalhando para, neste ano ainda, implantar o Conselho Nacional de Geologia e Recursos Minerais.

Proposta para financiamento setorial de longo prazo. Na verdade, é um substitutivo ao PL 7.188. Esses aí são os recursos da participação especial, da Lei do Petróleo, art. 50. Quarenta por cento da participação especial é devido à ANP para os levantamentos geológicos e geofísicos destinados à descoberta de petróleo. Já existe uma discussão com a ANP e um acordo dentro do Ministério de Minas e Energia, e o que se propõe é redistribuir esses recursos. Quer dizer, os 40% que eram da ANP ficariam assim: 30% para a ANP e 10% para o setor de geologia e recursos minerais. A aprovação desse substitutivo é funda-

mental para que tenhamos assegurados recursos de longo prazo. A previsão de volume de recursos para a ANP é de 40%, ou seja, 5 bilhões.

No Orçamento de 2003, estava em torno de 2,5 bilhões, mas, com a variação do preço do petróleo, a variação na produção, os dados já estimam em 5 bilhões a participação especial em 2003. Os 40% que vão para a ANP correspondem a 2 bilhões – desses, para pesquisa em levantamentos geológicos e aerogeofísicos, só para petróleo.

Está sendo proposto que 25% desses recursos vão para os levantamentos geológicos básicos, para a descoberta de minério no território nacional. Os minérios, pela distribuição e disseminação nos vários Estados do País, podem ser um fator de geração e distribuição de renda, geração de riqueza em diversas regiões do País, bem menos concentrada do que o petróleo. Os recursos remanescentes, os 30%, são suficientes, segundo a ANP, para a demanda de pesquisa, para a licitação dos blocos exploratórios.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Já existe um substitutivo?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Já existe um substitutivo que está tramitando na Câmara e vem para o Senado. Ele é um projeto terminativo, está tramitando nas comissões e busca só redistribuir esses 40% dentro do próprio Ministério de Minas e Energia.

Esse é um projeto antigo do Ministério de Minas e Energia, já é uma proposta antiga do Ministério que, agora, com o acordo entre a ANP e o Ministério, poderá tramitar rapidamente na Câmara, chegando no início de setembro ao Senado.

Vamos lá: compensação. Quero deixar claro quando começar a falar da Cefem que, na nossa avaliação, quando foi criada essa contribuição, não houve uma discussão técnica para a definição de seus percentuais, de sua base de tributação. Então, achamos de todo oportuno que esta subcomissão aqui no Senado esteja fazendo essa discussão. Aliás, essa discussão, não especificamente sobre um projeto, vem sendo feita dentro do Ministério de Minas e Energia no sentido de contratarmos um trabalho para termos a base de dados para subsidiar a discussão que se dá nesta Casa. Inclusive, pretende-se estudar segmentos diferenciados, como, por exemplo, o setor de areia e brita: estudar custo de produção, rentabilidade, a parte de exportação, produto que é para o mercado interno. Quer dizer, pretende-se tentar englobar as especificidades do setor mineral dentro de uma nova legislação que se proponha a redistribuir a renda mineira.

Não existe uma posição do Ministério ainda – se é para subir, se é para reduzir mais ainda, se é para isentar alguns segmentos –, mas existe a convicção de que é necessário discutir não só as alíquotas como a base de tributação.

Uma das características em relação aos **royalties** é a clareza e a facilidade de cobrança dessa contribuição. Na Cefem, porém, o que vemos não é só a questão de ações na Justiça – o Miguel vai falar sobre isso –, mas até a interpretação do que cada um deve. Mesmo quem não está na Justiça, pois o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) tem a Cefem com um valor x e o minerador tem a Cefem com base na lei: os dois, com base na lei, chegam a valores diferentes. Quer dizer, até essa discussão ocorre. Não há muita clareza de entendimento em relação a essa legislação.

Alguns países com **royalties**. A Austrália tem o **royalty** concentrado na receita, assim como o Brasil. Canadá: Ontário não cobra **royalties** – Ontário e Quebec são os principais produtores minerais do Canadá – ; Quebec cobra **royalties** – não sobre a receita, mas sobre o lucro. Quer dizer, existem vários sistemas de cobrança de **royalties** distintos. Na Argentina é 3% do minério bruto; no Equador, 3% do faturamento bruto da operação; na Venezuela, são 3% do valor do minério SIF, o minério colocado em Caracas.

Citando alguns Estados da América do Sul e os dois **players** mundiais mais significativos, que são Austrália e Canadá...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Na Austrália varia...

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Varia de província para província...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Varia, mas a alíquota é entre 2,5 até 7,5.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Depende da província. Há província onde são 4% genéricos, há províncias que variam de 2,5 a 7,5. Depende do mineral, depende da província. Alguns, também, tem a base no preço. Essas percentagens incidem sobre o preço do minério no trimestre anterior, na mina, um antes do beneficiamento, outro, após o beneficiamento, tudo depende do regime de taxaço de cada província.

Em Ontário, incide sobre o excedente ao lucro normal. Em alguns países, como nos Estados Unidos....

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – No Canadá, exceto em Ontário, não é?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Nos outros têm, exatamente. Ontário não cobra **royalties**.

Outros países não cobram **royalties**, V. Ex^{as} já tiveram oportunidade de ver. Os Estados Unidos não cobram **royalties**, mas os estados cobram um imposto sobre o mineral – Severance Tax. Na África do Sul e no Chile... Aqui na América do Sul, o Chile e o Peru não cobram **royalties**. E no Chile também está havendo uma discussão sobre se esse seria um mecanismo de distribuição da renda mineira para aquelas comunidades afetadas pela extração mineral. Essa discussão está sendo feita no Senado chileno.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eles estão discutindo então a cobrança?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Se se faz a cobrança ou não; parâmetros.

E a África do Sul – que não cobra **royalties** e tem um sistema de concessão completamente diferente, no qual quem chega, explora, e não um sistema de concessão pública – também está fazendo a discussão da cobrança de **royalties** sobre o produto mineral.

Penso que esse é um dado importante para a Comissão. Os Estados de Minas Gerais e Pará representam aproximadamente 70% do montante arrecadado com a Cefem, em 2002. Temos Minas Gerais com 42%; o Pará com 27%; Goiás, em torno de 5%, e São Paulo, em torno de 5%. Se pegarmos São Paulo, Goiás e Pará, eles têm 80% da arrecadação da Cefem. A concentração dessa taxa em alguns Estados e Municípios é um dado que deve ser levado em consideração.

Se formos ver por substância, teremos o ferro com 42%; a bauxita com 13%; o caulim, 8%; o ouro, 7%; o calcário, 6%; e as outras substâncias minerais, 24%. Cinco minerais são responsáveis por 76% da arrecadação da Cefem recolhida em todo o Brasil. Só o minério de ferro representa 42% da Cefem. Temos quase a metade da arrecadação da Cefem concentrada em uma substância mineral, o minério de ferro.

Aqui há um outro dado importante sobre os Municípios. Temos uma comparação 2002/2003. Também existe uma concentração extremamente significativa nos Municípios. Paraopebas tem 17%; Itabira, 14%, em 2002. Em 2003, vemos, por enquanto, que Paraopebas caiu de 17% para 13%, relativamente à arrecadação total. Mas a previsão é de que a arrecadação este ano suba bastante, tenha um acréscimo significativo em relação ao ano anterior.

Em 2002, foram recolhidos 186 milhões da Cefem em todo o Brasil. A previsão que o DNPM está fa-

zendo para este ano é de 300 milhões. O universo de 2002 e 2003 é diferente, não significando que, em números absolutos, a posição de Paraopebas – e não tenho esse dado – tenha caído significativamente. Mas, em termos relativos, ela caiu. Assim, Paraopebas, 13%; Itabira, 10%; Oriximiná, Ouro Preto, Mariana e Ipixuna do Pará. Vemos que a distribuição da Cefem está concentrada principalmente em Municípios de Minas Gerais e do Pará.

Na arrecadação por empresa também vemos uma concentração bastante grande. A própria Vale do Rio Doce, 33,4%. E algumas empresas controladas pela Vale aparecem como as maiores arrecadadoras de Cefem do País: Mineração Rio do Norte, Mineração Brasileira Reunida, Samarco S/A, Feterco Mineração S/A, Caulim da Amazônia S/A. São oito empresas arrecadando 60%.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Penso que a Rio Capim Caulim S/A também.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – A Rio Capim Caulim S/A também está ali, e a Companhia Siderúrgica Nacional. Oito empresas de mineração arrecadam 61% de toda a Cefem recolhida.

Esse gráfico é bastante interessante. Está com uma apuração depurada até novembro de 2002. Há uma concentração e uma arrecadação que considero importante serem do conhecimento desta subcomissão. A faixa de arrecadação de R\$1 a R\$3 mil, correspondendo a 2.000 empresas, responde por menos de 1% da arrecadação. E 22 empresas, que correspondem a menos de 1% do número de empresas de mineração do País, respondem por 75% da arrecadação. Então, 22 empresas, um universo de 0,7% das empresas de mineração do País, respondem por 75% da arrecadação da Cefem.

Quanto ao estudo solicitado pelo Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Secretaria – existem diversos trabalhos –, ele aborda as vantagens e desvantagens, a situação do Brasil em comparação com outros países. Temos que ter em mente que a questão dos **royalties** pode ser um instrumento de captura, pelo Município e pelo Estado, da renda mineira; mas também tem que ser instrumento que garanta a viabilidade de empreendimentos, principalmente aqueles depósitos marginais, e que garanta a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional. Essa não é uma equação tão simples de ser resolvida.

A situação do Brasil em comparação, o efeito das alíquotas da Cefem sobre os empreendimentos mineiros, e não só sobre os empreendimentos mineiros, mas sobre os segmentos. Estamos fazendo estu-

do por segmentos, quer dizer, os diversos segmentos minerais que têm características, que têm gargalo, seja tecnológico, seja de acesso a mercado, seja de tributação – não são todos –, e a evolução mundial da tributação.

Concluindo, a arrecadação potencial e o recolhimento efetivo são um problema que, para ser resolvido, independe de mudança na legislação. A eliminação de algumas falhas na legislação, em instruções normativas ou portarias, não envolve discussão só de alíquotas, e o aparelhamento e aperfeiçoamento da fiscalização.

Este aqui é um dado estimado de 1991 a 2001: qual era a Cefem estimada só pelo produto mineral. É um cálculo conservador, não entra nessa polêmica a questão do transporte, ele abrange apenas o preço do minério na mina e o produto mineral brasileiro. Se se colocarem as alíquotas da Cefem sobre o produto, havia um potencial de arrecadação de 2,5 bilhões e foi arrecadado 1 bilhão. Há uma diferença de 1,5 bilhão de arrecadação, simplesmente baseada em estimativas do que deveria ser recolhido e do que é efetivamente recolhido.

A nosso ver, os objetivos do regime de taxação. Ele deve promover a participação do Estado nos frutos do empreendimento mineiro – Estado/União, Estados/Municípios –, ele deve ser estável ao longo do tempo, transparente e justo, fácil de entender e administrar, manter a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional e viabilizar principalmente os depósitos marginais. Depósito com alta rentabilidade é uma discussão que foi mais explícita no petróleo. A participação especial foca exatamente a renda econômica desses depósitos de alta rentabilidade e lucro.

Achamos importante a flexibilidade na política impositiva mineral, que é essencial para acomodar, de forma realista e eficiente, os atributos da riqueza potencial. Temos que ter, na Cefem, flexibilidade, de modo a podermos transformar em riqueza efetiva a riqueza potencial mineral. Temos que ter uma margem de flexibilidade na legislação para poder atender a esse quesito.

Não sei se abordei o tema muito rapidamente, mas quero passar a palavra à Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Vou passar a palavra direto para o Miguel. Peço a ele que não faça como o Giles, porque os gaúchos falam muito.

Entretanto, quero agradecer ao Giles. As tarefas e os objetivos finais estão fáceis, não é, Senador Tourinho, para equacionarmos tudo? (Risos)

Mas foi excelente, Secretário, porque colocou comparações aqui, para nós, que têm relação com o que estamos tratando, países mineradores, países com exploração mineral, e nos traz também a pesquisa que vamos receber, que é a pesquisa do Instituto Fraser, que fez uma pesquisa específica. É ótimo porque precisamos mesmo do contraditório com o que foi colocado aqui pelo próprio Ibram, em relação ao Brasil. Parece que, pelo Ibram, o Brasil é o último e não, pelo Instituto Fraser, onde, com certeza, não tem ninguém do PT para dizer isso.

Então, com a palavra o Dr. Miguel.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Sr. Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Energia, Sr. Secretário, companheira Senadora Ana Júlia, em nome de quem saúdo todos os presentes. Feitas as considerações por parte de nosso Secretário sobre os indicadores da economia mineral, apresentaremos aqui alguns elementos importantes, relativos à gestão do setor mineral, particularmente, o Estado, a capacidade efetiva de gestão do próprio DNPM e o que existe hoje na legislação e já pacificado em relação à legislação em nosso País. Nossa palestra se intitula Gestão do Setor Mineral, Marcos Regulatórios e de Compensação Financeira.

O DNPM tem a missão de engenharia e patrimônio mineral brasileiro de forma sustentável, utilizando instrumentos de regulação em benefício da sociedade e a visão de ser reconhecido pela sociedade como instituição de excelência capaz de gerir o patrimônio mineral de forma sustentável no interesse desta Nação.

E, aqui, começamos a ter que fazer algumas considerações, quando se coloca essa visão do DNPM, um órgão que está tão desestruturado. Que pretensão é essa desse órgão ao fazer isso? É exatamente o que, hoje, se começa a discutir no âmbito deste Governo. O DNPM foi transformado em autarquia em 1994, já no final do Governo do Presidente Itamar Franco, e, já em 1995, com a posse do novo Presidente, as orientações visavam à redefinição do papel do Estado na economia e, conseqüentemente, uma redefinição inclusive das estruturas de regulação, daí por que boa parte das iniciativas visava ao Estado mínimo e, por meio das agências, far-se-ia a regulação da atividade econômica. Ocorre que, diferentemente dos setores que estavam sendo deixados de ser monopólios privatizados, a mineração já era privatizada e, portanto, a discussão se arrastou por longos oito anos. A autarquia que tinha acabado de ser criada em 1994, ficou eternamente esperando por uma definição, não apenas a autarquia, mas o próprio

segmento e a sociedade, definição esta que não veio até o final do Governo, e o setor, nem por isso, deixou de crescer em 2002 a taxas de 10,4%.

As prerrogativas básicas do DNPM, desde a sua transformação em autarquia, basicamente é a de outorga, de fiscalização de instituições outorgadas, de planejar e fomentar a mineração e de superintender pesquisas, de atuar também pesquisando e difundindo informações sobre os depósitos fossilíferos e também de promover o controle da arrecadação da Cefem e da taxa nova por hectare, além de outras que são de menor expressão, as próprias multas e emolumentos.

O órgão ficou três anos sem regimento interno, ou seja, desde 2000. E, apesar de já ter essas atribuições, não tinha uma definição estrutural que permitisse atender ao conjunto das suas prerrogativas. Procuramos, agora, fazer essa adequação.

Decreto do Presidente Lula, em março, aprovou essa estrutura regimental, e nós inserimos nela – já com o perfil de fortalecer essa autarquia, sem a pretensão de fazer nenhuma modificação que implicasse passar quatro anos sem soluções; resolvemos apostar no fortalecimento da instituição – a Diretoria de Planejamento e Arrecadação e a Auditoria, porque as contas da instituição já há quatro anos vêm sendo aprovadas com ressalvas.

O órgão tem aquela estrutura nas diretorias, uma para cada atribuição básica, e tem as suas representações regionais em 25 distritos. É um órgão de abrangência nacional, em um setor que tem impactos territoriais significativos.

O DNPM foi criado em 1934, tendo contribuído muito para o desenvolvimento do País. Do DNPM surgiram Petrobras, CVRD, CPRM, Radam, entre outras instituições. Vale ressaltar que o próprio petróleo no País foi descoberto pelo DNPM: poço DNPM-163, localizado em Lobato, Estado da Bahia, posteriormente perfurado pelo CNP.

Em 1989, o Governo Collor fundiu três Ministérios, criando o Minfra, o que causou caos na administração e implicou o retardamento de delegação de poderes e, portanto, paralisia na máquina administrativa, gerando passivos significativos. Na ocasião, eram 35 mil novos requerimentos de pesquisa por ano. Hoje, a faixa de novos requerimentos situa-se em 15 mil, por conta da instituição da taxa nova por hectare, que coibiu a especulação com requerimentos de área.

Em 15 meses, naquela ocasião, passou-se por três Ministérios e nove Ministros de Estado, o que levou a essa paralisia completa da máquina.

É importante caracterizar isso, porque toda essa paralisia gerou um passivo significativo, que se manteve. Até hoje, ainda, há repercussões. Em 1994, portanto, foi sancionada a Lei da Autarquia.

Após a Constituição de 1988 e a revisão constitucional, as atribuições se ampliaram, sem que tivesse havido maiores investimentos na estruturação do órgão de lá para cá.

Durante os oito anos de existência como autarquia, os Governos anteriores geraram a expectativa de criação da Agência de Mineração como uma suposta solução e terminaram não estruturando esse órgão para atender devidamente às prerrogativas legais e às demandas sociais. Então, o órgão começou, efetivamente, a ter dificuldades, até mesmo na própria cobrança da Cefem.

O órgão atualmente se encontra defasado tecnologicamente, com instalações prediais sem conservação. Não possui sistema integral de gestão que permita o controle da máquina administrativa em âmbito nacional, com o conjunto de indicadores que precisamos ter para fazer a gestão necessária dos recursos minerais do País.

Há cerca de 18 anos não contrata profissional para as áreas finalísticas. O quadro, que, em 1989, era de 1.400 funcionários, hoje conta apenas com 880. Alguns estão cedidos para outras instituições, o que reduz o número para 850. Já possuiu cerca de 450 técnicos – hoje, esse contingente está em 270 – na área de Geologia e Engenharia de Minas, que são as atividades finalísticas, sem que essa redução significasse uma substituição por sistemas de informática. Estima-se que o DNPM, atualmente, arrecada apenas 60% do que seria devido à taxa anual por hectare e 40% da área da Cefem, computando tão-somente o potencial de arrecadação da mineração legalizada. Vale ressaltar que, por conta dessa desestruturação, boa parte da ineficiência do DNPM no atendimento das demandas e boa parte de alguns segmentos hoje foi para a atividade irregular. Alguns requerem, mas começam a extrair antes que os processos estejam devidamente instruídos.

Diferentemente de algumas das agências que trabalham com oligopólios – que são poucas grandes empresas atuando no setor –, vale ressaltar que o DNPM atua com todos os regimes previstos na categoria econômica, seja o monopólio – do qual se arrecada a Cefem referente aos radioativos –, seja os oligopólios, com concorrência monopolista e concorrência perfeita. O DNPM atua em todos os regimes de mercado, o que significa dizer que o Departamento tem que dar conta de 500 mil processos de direitos

minerais, dos quais 150 mil são ativos, com 15 mil processos novos todos os anos, o que é difícil com essa desestruturação. Sem a necessária estruturação, é humanamente impossível dar conta das demandas de forma eficiente.

Esta é a realidade da maioria dos distritos: os processos se acumulam nas mesas e nas salas, já que não existe a devida estruturação nos distritos. Atualmente, cada geólogo do nosso quadro teria que dar conta de 234 processos de pesquisas, entre análise de requerimentos, avaliação, visita ao campo. Temos apenas 56 engenheiros de minas, que têm que dar conta de 263 processos de lavra, envolvendo também análise, vistoria, pareceres. Em média, são 30 milhões de hectares outorgados para pesquisa, 1,8 milhão de hectares para concessão de lavras, 350 mil hectares para licenciamento. Contudo, apenas 6% dos títulos em vigência são efetivamente vistoriados. Calculamos que, se tivéssemos condições de vistoriar 30%, teríamos bom resultado, a partir de técnicas estatísticas de amostragem. Na situação atual, ainda não temos condições para isso, mas pretendemos reverter essa situação. O sistema de outorga possui uma base de dados inconsistente e indevasável, além de ser moroso por falta de infra-estrutura tecnológica e por carência de pessoal.

Este mapa expressa o conjunto das áreas outorgadas, envolvendo pesquisa e lavra. A extensão territorial de que o DNPM tem que dar conta neste País não é pouca.

Aqui são os números dos novos requerimentos, do movimento de processos. Nos últimos anos, tem-se estabilizado na ordem de 12 a 13 mil novos requerimentos de pesquisa. Neste ano, já estamos na faixa de 7.600 e estimamos que chegaremos a 14 ou 15 mil até o final do ano. O número de alvarás publicados tem sido na faixa de 10 mil. Quer dizer, aquilo que gera um processo vai gerar... São 10 mil alvarás, que, por sua vez, geram apenas 1.200 jazidas, que é o resultado final da pesquisa mineral. Dessas 1.200 jazidas, o órgão tem gerado pouco mais de 300 concessões de lavras, o que significa dizer que há um passivo de jazidas que já têm comprovação de viabilidade econômica, mas ainda não se transformaram em empreendimentos geradores de emprego e renda.

Registro de licença na área de minerais – com emprego imediato – e permissão de lavra garimpeira, que é algo que tem certa resistência por parte dos órgãos ambientais. Então, tem saído com alguma restrição, à exceção de um processo de permissão de lavra que existia no Rio Grande do Sul, em 2002, decor-

rente de uma área de garimpo em que houve aquela emissão de 338 permissões.

Próximo (exibe projeção): neste caso são os mapas das concessões de lavra existente no País.

Próximo (exibe projeção): a bem da verdade, o órgão hoje trabalha com baixa qualidade de informação, perda constante de informação, falta de infra-estrutura, excesso de burocracia e pouco pessoal especializado, morosidade processual, falta de integração de dados, falta de suporte a fiscalizações, bancos de dados inconsistentes, **hardwares** desatualizados, sistemas estanques ou existentes, e vulnerabilidade do próprio sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Isso é que chamo um órgão com uma fartura: farta tudo.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Em termos de pessoal, os baixos salários geram insatisfação e perda de memória técnica, porque há dezito anos não se contrata. Então, a passagem da experiência para quem eventualmente vier fica com **gap** muito grande. Há distritos sem nenhum técnico. Há muito desvio de função: pessoal administrativo faz trabalho de área técnica e o técnico faz trabalho em área administrativa em muitos casos. Falta pessoal especializado permanente. Há muita terceirização. A sobrecarga gera morosidade e ineficiência. Há constantes deslocamentos emergenciais. Muitas vezes, temos que fazer deslocamento de pessoal de um Estado para outro, para apagar incêndio – desculpe-me a metáfora. Falta pessoal no suporte de fiscalização. Estagiários muitas vezes realizam atividades finalísticas. Muitas vezes temos que utilizar DAS, que são cargos de assessoria, para suprir a carência de pessoal técnico. As terceirizações são extremamente onerosas nos nossos contratos. Há vulnerabilidade à corrupção, que, nessas condições, tem ensejado ações nossas.

Próximo: são alguns indicadores. Em 2002, foram realizadas 3.770 vistorias. Dessas, 942 eram em áreas irregulares, o que significa dizer que são denúncias do Ministério Público que temos que atender; e 2.800, em áreas regulares, sendo metade em área de pesquisa, metade em área de lavra – e estimamos em cerca de 5,9% de áreas fiscalizadas do conjunto das áreas passíveis de fiscalização.

Próximo: em face deste quadro, é óbvio que o Tribunal de Contas teria que se manifestar e o Tribunal identifica a necessidade de abertura de concurso para autarquia e necessidade de contratações indispensáveis à fiscalização.

Não apenas o TCU aponta problemas na instituição, mas também a Controladoria-Geral da União identifica fragilidade do nosso sistema. Tudo o que acabamos de falar aqui já é de conhecimento da Controladoria e do Tribunal de Contas da União. Estou mostrando que precisamos trabalhar no sentido de reverter isso, não apenas porque estamos identificando problemas, mas porque já se tornou uma dificuldade na própria execução orçamentária.

De 6.000 ações de fiscalização fixadas na lei orçamentária anual, apenas 2.300 foram realizadas até setembro de 2002. E o DNPM para área de lavra dispõe apenas de 56 fiscais para atender 9.000 empreendimentos, entre concessões de lavra, permissões de lavra garimpeiro e licenciamento.

Próximo: estamos fazendo fiscalização de lavra e fiscalização de Cefem. No relatório da Controladoria, fica caracterizada ineficiência na fiscalização e a necessidade de urgente modernização dos processos operacionais de controle, regulação e fiscalização, além da necessidade de revisão da legislação atual, sem o que ainda teremos que conviver com algum nível de burocracia, mesmo que estejamos devidamente informatizados.

Próximo: em face desse quadro que estamos transmitindo aqui, as nossas ações objetivas visam a uma modernização administrativa, o que já iniciamos com o processo de redefinição da estrutura regimental e organizacional. Estamos iniciando o processo de auto-avaliação para inserir programa de qualidade na instituição.

Vamos, a partir de um vigoroso programa de modernização tecnológica, que já começa este ano com orçamento de R\$6 milhões – está vindo projeto de lei de suplementação orçamentária com esse fim, para este ano. Já estão previstos, no Orçamento do próximo ano, R\$19 milhões. Já iniciamos toda a especificação, contando com o apoio da Petrobras, a fim de que, assim que o Congresso nos autorize, tenhamos condições de colocar todos os editais para contratação do processo de informatização e dar publicidade.

Visamos também a trabalhar a valorização institucional e funcional e a abertura de concurso, porque é humanamente impossível dar conta de todo o território mineral do País sem pessoal especializado. Além disso e em paralelo, teremos de atacar também com modificações na legislação minerária, sobretudo a que é objeto desta audiência: a compensação financeira. A Constituição Federal cita a Cefem em seu art. 20, a Lei nº 7.990, a Lei nº 8.001, o Decreto nº 1/91, a

Lei nº 9.993 e portarias de instituições do próprio DNPM.

Como já foi falado aqui, a Constituição caracteriza recursos de mineração de subsolo e atribui à União a outorga dos seus títulos, define a participação do superficiário nos resultados da lavra e também introduz a compensação financeira como elemento para recompensa às comunidades envolvidas com o setor mineral.

A Lei nº 7.990 institui, portanto, a Cefem e estabelece seu percentual no limite máximo em 3% e estabelece que a incidência ocorrerá sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda de produto mineral obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes da sua transformação.

Vale ressaltar que, como trabalhamos com uma gama significativa de substâncias, e cada substância possui processo de verticalização ou arrancho produtivo específico, essa conceituação já começa a ter dificuldades na sua operacionalização. De fato, teremos de discutir, Poder Executivo e Poder Legislativo, no sentido de encontrar essa solução, exatamente pela diversidade de possibilidade de aplicação desse conceito.

Pela natureza jurídica da Cefem hoje, ela está inserida na categoria de receita ordinária, decorre do próprio patrimônio do Estado e é obtida mediante exploração de bens, não se confundindo com os tributos, que são receitas obtidas diretamente do patrimônio do particular, mediante utilização do elemento coação, mais se adequando, portanto, ao conceito de preço público, que, hoje, já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

A Cefem vem a ser a prestação paga pelo detentor da concessão pela utilização do bem público que lhe foi concedido a título de contraprestação pelo Estado, na proporção e no valor estabelecidos em lei.

A distribuição é, sumariamente, de 12% para a União, 23% para o Estado e 65% para o Município produtor. A Lei nº 9.993 instituiu a cobrança de juros de mora de 1% e multa de 10% sobre o montante final apurado.

Competência para arrecadar a Cefem: preço público somente pode ser exigido pelo Estado ou entidade ligada ao Poder Público. A Cefem é exigida pelo DNPM, que é autarquia federal e tem competência legal para tanto.

O Decreto nº 01, de 1991, conceitua atividade de exploração de recursos minerais, faturamento líquido, processo de beneficiamento e define como fato gerador da Cefem a saída por venda do produto

mineral de área da jazida, mina, salina, de outros depósitos minerais de onde provém ou de qualquer estabelecimento, sempre após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes da sua transformação industrial.

Esse é outro aspecto importante nessa caracterização, para que não houvesse a superposição com a área de transformação industrial.

O Decreto nº 01/91 estabeleceu ainda a graduação de percentuais, definindo, a depender do tipo de substância, 3%, 2%, 0,2% e 1%.

Para a execução da arrecadação, o DNPM tem feito convênios com os Estados e Municípios. Atualmente, há quinze Estados conveniados e cerca de 160 Municípios, distribuídos em todo o País. Os recursos recolhidos pelas empresas, a cada sessenta dias do fato gerador, têm sido repassados imediatamente para as contas dos Municípios, via Banco do Brasil, pelo DNPM.

A lei determina que as receitas sejam aplicadas em projetos que, direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local, melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde e da educação, em levantamentos geológicos básicos. Os recursos não podem ser aplicados no pagamento de dívidas ou de quadro de pessoal permanente das instituições.

Em relação a cobranças judiciais, várias teses têm levado aqueles que discordam da interpretação do DNPM a buscar o Poder Judiciário como forma de reduzir seus recolhimentos. Algumas teses podem ser caracterizadas. Alguns chegaram a alegar a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Cefem, por se tratar de tributo que já está pacificado. Alguns alegam, em juízo, a ilegalidade das Instruções Normativas nºs 6, 7, 8, do DNPM, por entender que as despesas de transporte e seguro dedutivo não se restringem à fase de comercialização, devendo ser incluídas na dedução todas as fases envolvendo movimentação de substância mineral; outros chegam a caracterizar a não-incidência em face de ser a base de cálculo parcialmente igual à do ICMS, acarretando tributação. Ainda existem ações nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Isso são as ações?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Ações. Argumentos que têm ensejado essas ações na Justiça. Algumas decisões judiciais. Já restou pacificada, portanto, nos tribunais superiores, a tese de que a Cefem é preço público, bem como constitucional e legal. Isso está sanado. O STJ já se manifestou no sentido de que a cobrança da Cefem não enseja

bitributação. E a questão do transporte encontra-se pendente de decisão por parte do Tribunal Federal de Recursos.

Aqui, no Congresso Nacional, existem alguns projetos de lei. Recentemente, o projeto do Deputado Vic Pires, que aumentava em até 6% a Cefem sobre o faturamento bruto, foi rejeitado no mérito. Há outro projeto, do Deputado Ricardo Izar, que basicamente diminui para 0,6%.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Queria interrompê-lo, porque considero um dado importante essa questão do transporte, que está no Tribunal Regional. Para sermos exatos na informação, a União, o DNPM, perdeu em primeira instância. Houve uma decisão, em primeira instância, a favor dos mineiros. Está em fase de recurso a proposta de haver incidência da Cefem no transporte. Está em segunda instância. Esse é um dos pontos em que se faz oportuno o debate, porque, se há posições jurídicas conflitantes...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Penso que precisamos entender aqui, claramente, sobre qual o problema que está havendo, até de uma forma numérica. Não fica clara, no Senado, a questão do transporte. Outra vez não estamos segurando o problema. Precisamos entender claramente aqui que, colocadas as várias legislações, isso não resolve o nosso problema.

Precisamos entender exatamente o que está acontecendo. Eu, pelo menos, não consegui entender claramente, até agora, qual é o problema, mesmo porque há áreas diferentes. Não vamos tratar a área de mineração de ferro como tratamos a área de calcário, de areia.

Creio que o objetivo desta reunião é definir claramente, se possível com números, o que está havendo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sr. Miguel, completando o que foi colocado pelo Senador Rodolpho Tourinho, quero registrar que realizamos essa audiência após a visita a uma das áreas que atualmente têm o maior projeto de exploração.

O que interessa a nós, legisladores? Tudo é importante e ajudará a compor a idéia de uma nova legislação. Porém, queremos que a legislação – esse assunto já foi abordado não apenas por vocês, mas por outras instituições, como o Ibram – seja a melhor, a mais justa e também a mais clara possível. A lei não deve ensejar essas dubiedades nem causar conflitos que levem a ações na Justiça.

Qual é a proposição? Citarei alguns exemplos. É preciso chamar cada setor para manifestar sua visão sobre o transporte. O DNPM deve dizer o que precisa ser descontado como despesa de transporte, para que possamos dar subsídios. Chamaremos também o setor da academia para dar sua opinião. Na academia, há pesquisadores que analisam o assunto – refiro-me a academia nesse sentido.

Nós, legisladores, vamos fazer a lei, que valerá para todos. Portanto, é preciso elaborar uma legislação a mais clara possível, para não ensejar essas ações. V. S^a detectou que a legislação atual não é suficiente.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Com certeza, a legislação não é suficiente.

Concluindo, darei algumas informações por solicitação do Senador. Os projetos são de conhecimento de todos.

Apresento alguns dados da arrecadação da Cefem, a curva de crescimento. Em 15 de agosto de 2003, data apurada, atingimos 193 milhões. Portanto, já ultrapassamos, no ano de 2003, o que foi arrecado em todo o ano de 2002.

E essa é uma informação adicional. Quanto à evolução da taxa anual por hectare, há duas datas-base de arrecadação: uma em 31 de janeiro e outra em 31 de julho. Vencido 31 de julho, chegamos em 17 milhões, e isso poderá resultar em algo próximo a 19 ou 20 milhões.

Esses são outros elementos. Creio que podemos encerrar a apresentação.

Esses são alguns resultados das nossas ações para melhorar e modernizar a instituição a fim de responder às demandas apresentadas.

Faço uma consideração acerca da fala inicial do Senador Rodolpho Tourinho quanto à incapacidade do DNPM. Entendemos que, no momento em que temos o DNPM para atuar conforme suas prerrogativas, ele terá condições de resolver os problemas. Não seria necessário criar uma agência. O DNPM é a própria agência e tem esse papel. Precisamos dotar a instituição dos meios necessários para atender às suas prerrogativas.

Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a deseja falar algo referente à pergunta ou posso continuar?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Creio que esse não é o assunto principal hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O Sr. Miguel ia entrar no assunto a partir deste instante.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –

Já que esse não é o assunto principal, também quero me pronunciar.

Da forma como o assunto foi exposto, parece que nunca se fez nada. Não é assim. Ao se pensar numa agência e ao se discutir sua criação, a grande reação contrária foi do DNPM. Essa objeção não é dos representantes de hoje; já existe há muito tempo. Esse é um ponto que precisa ser analisado. Será que a autarquia... Eu não disse que ela é incapaz; é preciso haver meios. Tanto que fui contra o contingenciamento.

Não é apenas o problema de contratar pessoal. Muitas atribuições passaram para a ANP. Antes, vinham do DNPM. Há muita coisa hoje que também estaria dentro disso. Não sei se é a melhor estrutura. Não acredito que esse seja o nosso objetivo hoje. Ressalto que muitas das reações contra a Agência não procedem. Ela é fundamental quando há monopólio. A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – é essencial, porque tem que regular áreas de monopólio. À Agência de Telecomunicações aplica-se o mesmo princípio. No caso da Agência de Águas é diferente, porque não tem mostrado o que deveria fazer. Tenho uma dúvida quanto à agência mineral. Na verdade, o que é preciso fazer dentro do próprio Ministério, dentro do Governo – não é problema só deste Governo, mas também de outros – é dar à área mineral, no próprio Ministério, importância maior do que ela tem, porque, a rigor, ela fica como mero apêndice do Ministério de Minas e Energia. Aparece no nome, mas não aparece em verbas, nem em prioridades.

Os problemas estamos enfrentando, há anos, no setor elétrico são terríveis e acabam consumindo muito tempo do titular. É preciso fortalecer a área mineral no Ministério de Minas e Energia. Disso não tenho a menor dúvida. Tudo aquilo que o Dr. Giles mostrou aqui ressalta a importância do que ainda precisamos fazer com todo o potencial que o País tem para que possamos efetivamente transformar o potencial em resultado.

Embora essa não seja a nossa discussão aqui, gostaria de emitir opinião sobre o fortalecimento do Ministério. Creio que deveríamos voltar agora, Dr. Miguel, à questão do transporte. De uma vez por todas, precisamos entender o que está havendo.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – A bem da verdade, entendemos o seguinte: baseado no conceito de que a Cefem é um preço público, a sua cobrança deveria incidir sobre um possível valor de recompensa da substância mineral. As bases de cálculo são definidas na legislação. A terminologia utili-

zada levou a certa confusão, porque todo o transporte, inclusive dentro da própria mina, passou, em virtude da forma em que foi redigida, a ser reivindicado como elemento de desconto na base de cálculo. Portanto, entendemos muito claramente que a incidência deve ser exatamente entre a última fase do beneficiamento e a da primeira transformação. O objetivo do transporte, na verdade, estava relacionado à comercialização do produto, portanto, após a fase do beneficiamento. Logo, não seria necessário fazer deduções no transporte interno na mina, quer de caminhões fora de estrada, quer de correios ou de minerdutos, porque entendemos que são custos operacionais que fazem parte do processo de concentração até chegar à substância mineral.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Se fizermos comparação com o petróleo, talvez seja mais fácil estabelecer isso.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É complicado, porque, na verdade, o petróleo sai bruto da mina. Há uma primeira lavagem para eliminar a água salgada. Não é um trabalho de concentração. Há o craqueamento, que quebra em várias substâncias.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sim, mas, no caso do petróleo, o **royalty** é devido – talvez poderia comentar, porque é simples – e não há nenhum tipo de contestação. Na hora em que o petróleo sai do poço, a partir dali, ele é medido – está certo? – depois, talvez, de um processo, no caso do petróleo submarino, de separar a água, tudo isso. Mas a partir dali ele é medido, e vale é aquilo que está ali, são tantos mil barris de petróleo, naquele ponto ali, e o **royalty** incide sobre aquilo. Então, eu acho que, em relação ao petróleo, não há dúvida, está certo? Em relação, por exemplo, ao minério de ferro, o que acontece? Quando ele sai da mina, então ele tem um período de transporte interno – é isso? – e depois tem... chamam de beneficiamento interno, não sei se seria o nome, mas...

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É beneficiamento.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E depois um transporte maior até o porto. Digamos, se pudermos simplificar: o que está acontecendo hoje? O minério tem um preço na hora que sai da mina e é deduzido o valor desse beneficiamento, desse preço do transporte, é isso que está acontecendo?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É essa a intenção de quem está reivindicando.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sei.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Deduzir, inclusive, o transporte de dentro da mina.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E o transporte, que também é da mina, digamos, para o porto? Também está sendo deduzido?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Esse aí também.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E é permitido, ou não é permitido?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Não, no entendimento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a depender do processo de beneficiamento, então, do minério de ferro, até a pelotização. Conceitualmente a lei define “pelotização” como fase de beneficiamento. Então, a rigor, a aplicação do conceito deveria envolver o transporte até a pelotização. A rigor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Eu queria, ainda, o seguinte: nós fomos lá na extração do minério de ferro. A mina, vai e a cava, para poder tirar o minério, quer dizer, aqueles caminhões que vimos lá, absolutamente necessários para carregar o minério, da forma como ele é tirado da mina para ser levado para outro lugar, ou seja, não feito absolutamente nada, o minério não foi transformado em absolutamente nada, aquelas correias, tudo aquilo eles estão descontando como preço de transporte?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Estão descontando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É isso? Entendeu, nada foi beneficiado ainda, entendeu, Senador? Mas já é contado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É, mas a lei não diz que você abate a despesa de transporte, de frete, de seguro?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Mas a lei também que a incidência é até a última etapa de beneficiamento, então essa é que é a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – A discussão está é porque no decreto – não é isso? – define que é após a última etapa de beneficiamento. Quer dizer, só conta a partir do beneficiamento, não é isso?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas última etapa de beneficiamento acaba também sendo diferente em cada... pode ser levado, de forma diferente, em cada minério. Está certo?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Eu comecei minha falação exatamente tocando... temos uma diversidade de substâncias que tem uma di-

versidade de projetos distintos e que aplicação, o que torna difícil a própria aplicação da legislação, sem dúvida.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Quer dizer, se você quisesse simplificar, você faria igual ao petróleo.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Seria uma...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agora, é difícil porque também você tem vários tipos de minerais diferentes, vários tipos de beneficiamento também, não é?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É uma discussão o seguinte: como você tem nos minerais... até numa mesma substância, você tem a variação de teores na jazida, então você tem... diferente do petróleo, que, em princípio... agora, hoje até saiu uma matéria que...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Mas do petróleo até você tem também teria a diferença de petróleo leve, petróleo bruto.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Você tem em um grau bem menor do que nos minerais metálicos, que a variabilidade nesse caso dos bens minerais é bem maior. Hoje, inclusive, tem uma matéria na imprensa que fala que o setor de petróleo está querendo discutir exatamente essa competitividade de poço. Está aqui. É o nosso caso também. Ou seja, quando você remete a incidência da alíquota sobre o faturamento bruto, você nivela, de forma muitas vezes injusta, quando se trata de substâncias minerais ou jazidas que não tenham margem de competitividade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Só para colocar: eu tive, inclusive, essa preocupação na hora da elaboração da legislação. Quando eu coloquei em meu projeto uma incidência que poderia chegar até 7,5, mas quando determino, quando faço aquela separação, não coloco 7,5, digo que pode chegar, dependendo da qualidade exatamente do minério, porque isso tem uma grande diferença e vai ter um peso completamente diferenciado no preço, vai ter um preço diferenciado na produção do minério, porque o teor de minério de ferro da mina x é $x\%$, o teor de cobre da mina x é tantos por cento. Então, isso tem um diferencial que é determinante. Temos que ver também sob esse aspecto. Por isso, talvez, quando V. S^a fala em líquido, seria importante porque poderia diferenciar. Talvez para nós, legisladores, tenhamos que ver uma forma de colocar na legislação o que significa. Qual é a grande polêmica na lei hoje? O que é transporte. É isso. A partir de que momento, você

considera que tem que descontar a despesa de transporte. Mesmo que seja diferente, podemos verificar isso.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É complexo porque, como foi colocado também aqui, cada processo é diferente do outro.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Sim, eu sei, mas temos que colocar, mesmo considerando. Podemos pegar meia dúzia de minérios diferentes, ter conhecimento de como ocorre esse processo, para que possamos ter na legislação um ponto de equilíbrio, equanimidade, para que possamos colocar na legislação uma linguagem que possa servir para esses minérios, porque não se precisa citar, mas que fique apenas claro. Penso que é possível. Coloca-se na lei: Sobre faturamento líquido, descontado a despesa de transporte.

Faz-se um parágrafo: Considera-se despesa de transporte toda despesa considerando após a retirada do minério até ser levado ao ponto – estou dando um exemplo – onde ele sofrerá o primeiro benefício.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Mas é complicado, porque são vários processos diferentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Mas sempre vai ter o momento de ter o primeiro. Todos terão o primeiro benefício.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Mas tem que ficar claro que precisa ser algo que seja diferente para o minério de ferro e para a areia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Estou aproveitando aqui a presença dos senhores e perguntaria: no caso, para o DNPM, se isso poderia deixar mais claro ou não. O exemplo que dei: considere-se despesa de transporte a partir do primeiro ponto de beneficiamento até a comercialização. Se é a partir do primeiro ponto de beneficiamento, tudo que vier da extração até aquele primeiro ponto não é considerado despesa de transporte. Eu perguntaria a vocês o que acham disso, só para polemizarmos, porque a idéia é esta.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Miguel, acho que isso está, não sei se em decreto, ou na instrução normativa. O decreto e a instrução normativa foram trabalhados para tentar tornar mais clara essa questão...

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Não adiantou nada.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – ...dizer que era só o transporte para a comercialização.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O problema é que o DNPM...

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Mas essa era uma questão que tinha que ter uma maneira de...

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – A bem da verdade, o objetivo, quando se caracterizou o transporte...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – As Agências são mais respeitadas do que o DNPM, Anel, Anatel, são mais respeitadas por alguns do que o DNPM.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – A bem da verdade, quando se caracterizou o transporte foi para definir muito claramente – esta é a nossa interpretação – sobre que base de preço dever-se-ia incidir a alíquota? Nesse caso, a lei, no nosso entendimento, estaria sendo clara quando fixa o preço FOB-mina, ou seja, não iria incidir após a apropriação do custo de transporte para entregar o minério no porto ou no primeiro adquirente transformador. Então, seria o preço FOB-mina, este é o entendimento...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O que é o preço FOB-mina?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – É na boca da mina.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O que é a boca da mina?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A boca da mina é fácil de determinar, penso que a única coisa fácil de determinar é a boca da mina. Se você pode determinar qual é o preço na boca da mina.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador, a grande questão é que o preço do minério de ferro que está sendo tirado da mina com caminhão hoje é descontado, e ele é boca da mina.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora, eu gostaria de fazer uma proposta, para tornar prática esta...

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Senador, eu gostaria apenas de pedir que a Procuradora Jurídica do DNPM nos dê um esclarecimento a respeito da questão.

Srª Ana Salete, por gentileza.

A SRA. ANA SALETE – Senador Rodolpho Tourinho, eu gostaria apenas de tentar prestar um esclarecimento com relação à defesa que o DNPM está fazendo quanto às argumentações específicas sobre a Cefem. Em relação a transporte, defendemos que transporte é frete. Esse é o posicionamento jurídico da autarquia. O decreto dispõe que as despesas de

transporte são pagas e incorridas com a substância mineral. O argumento das empresas é: o que é substância mineral? Elas já tomaram outro caminho; consideram o minério *in situ* diferente do produto mineral. Essa é a tese que o TRF acata, por isso todas as empresas filiadas ao Sinferbase estão deduzindo o transporte por completo, desde o momento em que sai da mina até a entrega total.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Não é apenas o que sai da mina. Eles já descontam o transporte do minério de ferro até a boca da mina.

A SRA. ANA SALETE – Na realidade, qualquer transporte, desde a extração do minério até a entrega no ponto final está sendo deduzido. Questionamos o seguinte: a lei, não o decreto, dispõe que a Cefem é devida após o último processo de beneficiamento antes da produção industrial. Portanto, se nesse momento não houve beneficiamento, entendemos que não poderia incidir a Cefem. Isto é, não seria dedutível naquele primeiro momento. Essa é uma tese que defendemos porque a lei não traz uma definição clara do que é transporte. Apenas diz: é dedutível o transporte. Considera-se transporte o quê? Poderia e deveria estar na lei, na realidade, para evitar o transtorno por que passamos. É o que ocorre hoje. As empresas associadas ao Sinferbase têm decisão judicial e não pagam transporte. Nós respeitamos a decisão.

Nós tratamos a questão do ferro. Outro ponto com o qual temos relação é o da água mineral. A água mineral é vendida envasada. Cobramos a Cefem após a água ser envasada. Esse é outro questionamento judicial: o envase é ou não-beneficiamento? Também não há definição, por intermédio de uma norma maior, de uma lei, se o envase é ou não considerado beneficiamento. Assim, elaboramos a nossa tese pró-autarquia, e as empresas, a pró-empresa. Essa tem sido a nossa pendenga.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Eu gostaria de destacar que a ação judicial não contesta a questão do transporte dentro da mina, nas correias, no caminhão. Em tese, essa questão está clara. O instrumento jurídico que se encontrou para contestar foi distinguir substância mineral de produto mineral.

A SRA. ANA SALETE – Exatamente.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Trata-se de discussão jurídica. Vamos entrar com recurso e temos expectativa de atendimento da nossa tese. Como estamos discutindo não especificamente a questão de transporte, mas a alteração da legislação em maior escopo, creio que dentro da discussão é óbvio que esse ponto tem que estar claro para todas as partes, para sabermos exatamente o que se está re-

comentou. Ou seja, para que o Estado, o Município, a União e as empresas tenham clareza de qual é a contribuição delas dentro da exploração mineral dentro da lei efetivamente, quando a lei deixa claro que é uma taxa até a última etapa de beneficiamento antes da comercialização, isso nos deixa à vontade para considerar que o transporte, dentro da mina, numa correia, no caminhão, faz parte da base de incidência dessa taxa, em que pese a discussão jurídica.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dr. Giles, eu queria inclusive transformar numa proposta. Creio que não podemos tratar uma área, por exemplo, responsável talvez pelo maior superávit comercial do País, lá no Pará, o minério de ferro – são bilhões de dólares – junto com a água mineral. Não tenho nada contra a água mineral, mas são duas coisas completamente diferentes. Da mesma forma dessas inúmeras áreas de extração de areia, que transformam São Paulo – vimos aqui – num grande Estado minerador.

Trata-se de uma mineração, mas temos que separar isso na legislação claramente. Não podemos tratar minério de ferro, não podemos tratar ouro, não podemos tratar bauxita da mesma forma que tratamos água mineral. Creio que é muito difícil estabelecer – e os senhores podem, com a competência jurídica que têm, defender bem isso – o que, na água mineral, é beneficiamento, até porque há água mineral com a qual não se faz nada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Certo, normalmente não se faz.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É complicado.

Portanto, eu queria sugerir que houvesse, Senadora Ana Júlia, para a Comissão, uma proposta do DNPM, da Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia, sobre esse assunto. Que pudéssemos no debregar sobre isso e também pedir a mesma coisa ao Ibram, e também às grandes empresas.

Creio que, da mesma forma que temos que separar bauxita, separar ferro, também os interesses do Pará, os interesses de Minas Gerais, temos que pedir sugestões às grandes empresas. Porque são 22 empresas responsáveis por 75%. Vamos pedir sugestões a essas empresas também, para podermos avaliar o que deve ser feito. Senão vamos passar o resto da vida discutindo isso. As empresas vão achar “n” pareceres.

Creio que é muito perigoso discutir o que é produto mineral e o que é substância mineral. Chegar a esse ponto é o fim de tudo. O que queremos aqui – e

este também é o objetivo – é aproveitar, naquele quadro que foi mostrado pelo Dr. Giles, o grande potencial que este País tem. O Brasil é o terceiro País em índice de atratividade mineral. Porém, jamais vamos conseguir atrair se não houver regras claras, regras consistentes. E jamais haverá essa discussão entre o Governo, por intermédio do DNPM, e os empresários, por intermédio de sindicatos de classe ou mesmo isoladamente, sobre o que é transporte, o que é substância, o que é produto. Sobretudo porque, certamente, ocorrerão liminares. Não tenho dúvida disso.

Portanto, proponho fazermos uma grande discussão sobre esse assunto, para que, a partir dela, seja feito o aperfeiçoamento de um projeto que traga tudo isso. Creio que, fora disso, não há a menor condição de resolvermos esse impasse e não há a menor condição de exigirmos fortalecimento da área mineral no Ministério, no Governo. Não há condição de mantermos um diálogo normal com a iniciativa privada – quando digo “nós”, digo Governo – e de buscarmos investimentos para o Brasil. As limitações todas foram expostas.

De forma que eu faria essa proposta formal para que se faça isso, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Senador Rodolpho Tourinho.

Quero dizer, inclusive, que nossa idéia de chamar todo mundo é exatamente para polemizar, para nos subsidiar, para sabermos onde está o nó e termos a tarefa de desatá-lo. Entendo que estamos tratando de produtos diferenciados. Vamos ter que legislar pensando nisso, pensando nos produtos que são eminentemente para exportação e também, Senador Tourinho, lembrar que esses produtos acabam recebendo uma série de isenções de tributos, como sofrem isenção de ICMS. Eles já não pagam ICMS, por exemplo. Então, também temos que pensar na legislação, porque é uma compensação para aqueles Estados, para aqueles locais que estão abrindo mão de seus recursos, que é de todos, em tese, é da União, é público, é de todos.

O próprio Canadá, na sua gestão florestal hoje, não faz como o Brasil, por isso o Ibama está rediscutindo os projetos de manejo florestal e da posse da terra. No Canadá, há concessão de uso para manejo florestal. O nosso Governo também está discutindo concessão de uso para o agricultor, para que não continue acontecendo como no Pará, onde terras foram cessa apropriadas daquela forma, colocou-se o homem na terra e, por falta de condições, ele foi favelizado.

É lógico que o pequeno agricultor sai e, depois alguém compra dele três, quatro, cinco seis, dez lotes, e o

Governo, o Poder Público, novamente tem que pagar. Precisamos acabar com esse círculo vicioso.

Estamos tratando da exploração de um produto que é da terra, que é de todos e, mais, que não é renovável na natureza. Portanto, é necessário que pensemos da melhor forma possível como compensarmos aquela região, aquela sociedade pela exploração daquele produto, porque a empresa está explorando, ganhando, lucrando e a sociedade também toda tem que participar desses benefícios.

Tenho certeza de que essa não é uma idéia só nossa, dos Senadores, ou só do Governo, mas as empresas também têm essa clareza de que o benefício deve ser de todos e, portanto, dividido por toda a sociedade.

Portanto a proposta do Senador vem ao encontro do que queremos solicitar ao DNPM, ao Ibram, as grandes empresas. Eu, particularmente, acredito que talvez não fosse necessário, até porque o Senador Azeredo, sendo justa, levantou essa questão da progressividade, que considere uma idéia fantástica, porque não podemos tratar igualmente os desiguais. Há a pequena empresa e produtos também diferenciados, no próprio mercado, também de forma igualitária.

Agora, cabe à Comissão, ouvir todos.

Senador, eu faria um adendo a sua proposta. Há pesquisadores, na academia, que tiveram um trabalho imenso de fazer suas pesquisas, com teses de doutorado nessa área, e que, com certeza, estudaram todos os impactos. Poderíamos, também, solicitar os trabalhos desses pesquisadores, talvez, se possível, até convidando-os, mas já pedindo a sua opinião, a sua proposta sobre essa questão.

Gostaria de saber se alguém mais deseja falar.

Peço ao Senador Tourinho que assuma, por dois minutos, a Presidência, tempo para passar a palavra ao Dr. Giles, agradecendo a sua presença e a do Dr. Miguel, do DNPM. Quero dizer que foi uma discussão extremamente positiva.

Alguns Senadores não estão em Brasília, como o Senador Azeredo, que sempre está presente, e o Senador Aelton também, que são da Comissão. Os dois estão cumprindo funções em seus Estados e estão sempre extremamente interessados, mas temos a fita, os depoimentos, então passaremos o resultado desta discussão, que considero muito positiva, como têm sido nossas audiências.

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Concluindo, acredito que a participação da União, Estados e Municípios no resultado da produção não é um desejo pessoal de nenhum Senador ou Deputado,

nem do Ministério. Ela é uma questão constitucional, quer dizer, a Constituição brasileira determina essa participação, então, não se trata de vontade de partes, é constitucional.

Contribuindo com a fala do Senador Tourinho, aliei à tese que estamos trabalhando, a Ministra Dilma, dentro do Ministério, e a visão que temos, não só na questão da Cefem, mas também na alteração do Código de Mineração, é que tanto o Código quanto a Cefem têm que ser adequados à realidade do setor mineral e aos diferentes segmentos do setor.

O trabalho que estamos fazendo no Ministério – e que, com certeza, vamos trazer para a subcomissão – busca analisar a Cefem, os **royalties**, nos diferentes segmentos do setor mineral, com suas peculiaridades e especificidades. Isso é fundamental para que possamos construir uma legislação mais equitativa e que possa atender tanto às necessidades da União, dos Estados e dos Municípios quanto manter um nível de competitividade e de atração de investimentos para o País.

Portanto, analisar o setor pela sua realidade e pelo seus segmentos é fundamental para que tenhamos uma legislação minerária e uma taxa que reflita exatamente a situação do setor e suas peculiaridades no País. Com certeza, traremos essa contribuição para esta subcomissão do Senado Federal.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Seria importante, Dr. Giles, haver uma data determinada para V. S^{as} trazerem essa sugestão. De quanto tempo vocês precisariam?

O SR. MIGUEL ANTÔNIO CEDRAZ NERY – Seria preciso, primeiro, a conclusão do trabalho, que está sendo solicitado a um pesquisador. É um trabalho de avaliação do impacto da alíquota, da sua elevação ou não, nos mais diversos segmentos, levando em consideração projeções de fluxo de caixa. Então, para o conjunto das substâncias mais importantes, já há uma primeira minuta, feita de forma genérica. O compromisso do pesquisador que nos auxilia é o de, agora, fazer simulações para aplicação de substâncias específicas, dentro inclusive dos arranjos produtivos de cada uma dessas substâncias.

Portanto, o prazo necessário estaria ligado à conclusão desse trabalho do pesquisador. Com isso teremos subsídio para saber o que propor.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Trinta dias é um prazo razoável?

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Acredito que não, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Informo a V. S^{as} que a nossa subcomissão é temporária. Ou seja, temos um prazo para encerrar os trabalhos. Inclusive, durante todo este mês vamos fazer as audiências públicas.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Qual é o prazo da subcomissão?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É até julho de 2004.

Vamos dar prazo ao Ibram também. Mas acho que o Ibram tem alguma coisa mais avançada, porque ele teria mandado fazer uma pesquisa.

O SR. GILES CARRICONDE AZEVEDO – Sr^a Presidente, acredito que dentro de 60 dias poderemos apresentar a proposta ao Ministério e à subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Daremos o prazo de 60 dias. E damos esse prazo ao Ibram também. E se o Ibram puder nos mandar antes, já que está mais avançado.

Agradeço as presenças do Dr. Miguel e do Dr. Giles Carriconde Azevedo nesta subcomissão.

Faço também um agradecimento ao Senador Rodolpho Tourinho, que tem sido meu fiel escudeiro. Talvez, hoje, compreendamos melhor a importância desse papel. Quando surgiu a idéia da legislação, sou do Pará, pensei apoiada no exemplo do meu Estado. Hoje, conseguimos ter não só uma dimensão local – quando eu pensava na dimensão local, considerava que esse é um produto para ser exportado, esse problema vivemos no nosso Estado – mas temos que pensá-lo numa dimensão nacional. E é uma questão que tem um impacto social também e que pode trazer uma série de benefícios para o País. Então, nesse aspecto, nós, que devemos legislar para o benefício da sociedade, temos que agradecer, porque acho que está sendo ótimo subsídio para alcançarmos o objetivo desta Comissão: a melhor e a mais clara legislação possível. Até para poder facilitar aos investidores, tendo uma legislação clara, com certeza, já teremos um atrativo a mais e passaremos para o primeiro lugar. Sem deixar de ver que, na verdade, até países que hoje não cobram, começam a discutir. Até porque isso é normal, a sociedade começa a cobrar benefícios. E olhem que normalmente a exploração mineral se dá em locais longínquos, onde a pressão da sociedade acaba sendo menor. O importante é que esta Subcomissão está colhendo os frutos necessários para que possamos legislar da melhor forma.

Encerro a reunião, agradecendo a paciência de todos.

(Levanta-se a reunião às 12h28min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão de Extração Mineral

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE EXTRAÇÃO MINERAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE AGOSTO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e três na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Subcomissão Temporária de Extração Mineral, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Rodolpho Tourinho e Delcídio Amaral. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Otávio, Sérgio Cabral, João Ribeiro e Sérgio Guerra, com falta justificada em virtude do desempenho de missão a Taiwan. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, esclarece que a presente reunião tem como objetivo tratar das próximas viagens aos Estados de Minas Gerais e Amapá e analisar as duas últimas audiências públicas, ocorridas em treze e vinte de agosto. Logo após, os Senadores presentes apresentam propostas, aprovadas pela Subcomissão, para datas e locais das próximas visitas da Subcomissão. Em 18 e 19 de setembro, visita aos municípios de Itabira e Araxá, em Minas Gerais; em 3 de outubro visita à Serra do Navio, no Estado do Amapá. A Presidência solicita ao Senador Aelton Freitas e Eduardo Azeredo providências no sentido de se encaminhar ofícios ao Governo e Assembleia de Minas Gerais, informando sobre as visitas que serão, então, realizadas. Em seguida, a Senadora ratifica o prazo de sessenta dias para entrega de relatórios solicitados na sétima reunião da Subcomissão, ao IBRAM e DNPM, como também propostas legislativas sobre assuntos debatidos naquela reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos, lavrando eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho**, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas

notas taquigráficas. – Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Está aberta a oitava reunião desta Subcomissão. Aliás, eu proporia, Senador, uma mudança no nome da Subcomissão, que é Extração Mineral, para Subcomissão de Revisão da CFEM, que talvez seja um nome mais adequado. (Pausa)

Vamos deixar dessa forma, mas a adequação melhor seria essa.

Vocês concordam? Poderíamos fazer essa alteração? (Pausa)

Bem, vamos propor e, se possível regimentalmente, fazemos a alteração para Subcomissão de Revisão da CFEM, que penso ser um nome mais apropriado.

A idéia hoje é que pudéssemos marcar as datas das próximas viagens.

Já temos uma proposta do Senador Rodolpho Tourinho e do Senador Aelton Freitas, para Minas Gerais, com a visita aos Municípios de Itabira e Araxá, nos dias 18 e 19.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Teremos que ir à Belo Horizonte, mas, para que possamos fazer um processo semelhante ao que fizemos no Pará, é muito importante ouvirmos os diversos setores. É isso o que queremos fazer para nos subsidiar. A sociedade não vai nos subsidiar em relação àquela dúvida a respeito da legislação ou do transporte, mas nos subsidia em relação a outros pontos da legislação, ao controle e à distribuição. Por isso, é fundamental ouvirmos Prefeitos, Vereadores e a comunidade local quanto a esses aspectos. Penso que poderíamos ir a Itabira e Araxá.

Quero registrar que o Senador Azeredo ligou ontem de Taiwan e fez uma proposta nessa mesma direção. S. Ex^a também propôs uma visita a Belo Horizonte. Mas reitero que a visita a Itabira é importante, por ter sido descoberta uma sobrevida bastante significativa para a mina daquela cidade. Penso ser importante verificarmos esse processo lá. Poderíamos marcar, então, 18 e 19 de setembro, que será uma quinta e sexta-feira? (Pausa)

Fariamos aquele mesmo processo. Delegaríamos aos Senadores Aelton Freitas e Eduardo Azeredo essa tarefa, esse detalhamento, principalmente, de como chegar lá. É lógico que ficaremos juntos nessa organização. Depois, e já temos um exemplo, a audiência poderia ser daquele mesmo jeito, só com

as entidades, porque facilitaria a participação, que é dizer, as falas e as inscrições.

Pergunto aos Srs. Senadores se já marcamos logo a do Amapá, se já faríamos um indicativo de data pelo menos? (Pausa)

No mês de outubro, só poderia ser nos dias dois e três, porque na outra semana acontece o Círio de Nazaré, que é a maior festa religiosa do Estado, do Brasil, e não posso me afastar do Estado, mas pode ser nos dias dois e três de outubro. No Amapá, um dia será suficiente porque só visitaremos um lugar. Então, poderíamos fazer o indicativo de um dia, para o Amapá, o dia três. É lógico que o final de semana é livre. O Círio é dia 12 de outubro, mas começa com uma série de programações que se iniciam na semana do dia 06 de outubro.

Em Minas Gerais, podíamos indicar os dias 18 e 19 de setembro. Visitaremos os Municípios de Itabira e de Araxá, veremos a exploração mineral, conversaremos com o poder local, ouvindo Prefeitos e Vereadores, e a sociedade local.

No dia 03 de outubro, uma sexta-feira – não haverá problemas, pois não há votação aqui – poderíamos visitar a Serra do Navio, que não é em Macapá, mas próximo do Município. No Amapá, faríamos o mesmo processo.

Solicitaríamos aos Senadores Aelton Freitas e Eduardo Azeredo que, na próxima semana, nos trouxessem as sugestões, até porque temos de expedir os ofícios ao Governo do Estado e fazer o mesmo processo em Minas. Considero mais justo comunicar ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa que a Subcomissão de Senadores está-se dirigindo a esses locais.

Em relação às duas últimas audiências, gostaria de dizer a V. Ex^a que, assim que recebermos o material do Ibram e do DNPM – mais uma vez faremos a cobrança oficial – iremos expedir ofício e distribuir para todos os Srs. Senadores. Assim que esse material chegar à nossa mão, iremos adiantando não só aquilo que eles ficaram de fazer, demos um prazo de sessenta dias, mas também analisando o material que trouxeram para as audiências públicas, que pode nos ajudar, nos subsidiar. Pergunto aos Senadores se querem uma fita daquelas audiências. (Pausa)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu gostaria, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Então, solicitamos cópias da fita.

Estão encaminhados os assuntos.

Esta era uma reunião de trabalho para que pudessemos fazer esses encaminhamentos.

Pergunto aos Srs. Senadores se têm alguma questão a fazer.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Srª Presidente, penso que é básico um esclarecimento a respeito dessa questão do transporte.

Outro ponto é a questão da alíquota da CFEM, a repartição desse recurso. Essa questão também é um problema jurídico. Na nossa última reunião, pedi ao Ibram que apresentasse a visão jurídica. Encaminharam-me, mas peço que encaminhem oficialmente para a Subcomissão, a fim de esclarecermos essa questão do transporte, que hoje parece muito mais simples atender do que antes. Pedi que encaminhassem para cá os esclarecimentos e penso que resolvem bem essa questão.

Também deveríamos pedir informações ao DNPM.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Rodolpho Tourinho, encaminho a questão como uma proposta de V. Exª. Transformaremos em um ofício às duas entidades, tanto ao Ibram, quanto ao DNPM, para que encaminhem sua visão jurídica. Além da solicitação do conteúdo daquelas audiências, a Subcomissão também encaminha esse pedido ao Ibama e ao DNPM. Penso que isso fica aprovado. (Pausa)

Está sendo comunicado aqui que já foi enviado à Subcomissão todo o material. Então, não há necessidade de pedir. Solicitamos apenas a visão jurídica para os dois. Os estudos já foram encaminhados.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Um problema é até que ponto poderia calibrar a CFEM. Essa é a coisa macro. Mas existe uma questão hoje que está nos tribunais e que precisa ser resolvida para ver se fazemos algo na lei. Chamaria de um apêndice.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Ficamos, então, dessa forma.

Esta reunião, mesmo tendo sido rápida, foi bastante produtiva porque já encaminhou uma série de questões. Aliás, ao terminarmos a última audiência, Senador, terá se completado exatamente o tempo necessário para avançarmos nos estudos. Isso será muito positivo. A idéia é de votarmos, ainda este ano, essa nova legislação, pelo menos aqui no Senado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Ficou-se também de convocar, dentro da proposta da Presidência, a Academia. Isso já podia ser feito nesse meio tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Entre uma audiência, uma viagem ou outra, pensaremos em convocar.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Ou antes até do dia 18. Penso que seria o próximo passo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Podemos fazer. Sendo aqui no Senado, não tem problema.

Então, fica aprovado para vermos se convocamos a Academia antes de nossa viagem a Minas.

Aprovadas todas as propostas, dou por encerrada esta 8ª reunião.

Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 10h15min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão da Dívida Pública

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE AGOSTO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de agosto do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Pedro Simon, reúne-se a Subcomissão Temporária de Dívida Pública, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, César Borges, Paulo Octávio, Delcídio Amaral, João Batista Motta, Eduardo Suplicy e Gerson Camata. Deixou de comparecer o Senador Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião. Em seguida procede-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Dívida Pública, criada por meio do Requerimento nº 15-CAE/2003, de autoria do Senador Ney Suassuna. O Presidente convida os Senadores Roberto Saturnino e Delcídio Amaral para atuarem como escrutinadores. Foram eleitos, por unanimidade, para Presidente, o Senador César Borges e para Vice-Presidente, o Senador Fernando Bezerra. O Presidente da Subcomissão, Senador César Borges, designa como Relator, o Senador Ney Suassuna. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas

e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Pedro Simon**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Da Subcomissão Temporária da Dívida Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador César Borges e para Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra.

Sobre a mesa, encontra-se a cédula de votação devidamente rubricada.

(Procede-se à votação.)

Seis votos para o Senador César Borges, seis votos para o Senador Fernando Bezerra. Não houve abstenções.

Na próxima reunião, o Senador César Borges escolherá o Relator e apresentará a proposta de trabalho.

Está encerrada a reunião.

Meus cumprimentos.

(Levanta-se a reunião às 09h56min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão da Dívida Pública**

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE AGOSTO, DE 2003, APÓS A ORDEM DO DIA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária de Dívida Pública, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Paulo Octávio, João Batista Motta e Eduardo Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, Pedro Simon e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em se-

guida, procede-se à definição da pauta de trabalho. É aprovado pela Subcomissão Plano de Trabalho elaborado pelo Relator, Senador Ney Suassuna. É aprovado, portanto, que sejam convidados para uma audiência pública os Governadores Eduardo Braga, Rosinha Garotinho, Aécio Neves e Germano Rigotto. É aprovado também visita à Secretaria de Dívida Pública, a fim de cobrar do Tesouro Nacional resposta ao questionário enviado em 28.02.2003, conforme ofício nº 1010/MF, de 08.05.2003, do Senhor José Ivo Vanuchi e, ainda, que seja feito um convite ao Secretário do Tesouro Nacional para uma explanação sobre o tema na Subcomissão. O Relator da Subcomissão sugere também no seu Plano de Trabalho que seja feita uma conferência nos quantitativos que vieram dos Governos, solicitando para isto a participação da Consultoria Legislativa para a análise da amostra apropriada, após contato com o Dr. Sérgio Penna para designação dos Consultores. É proposta, ainda, uma motivação no Programa de Redução do Percentual das Dívidas e que seja feito um convite para audiência pública ao Ministro da Fazenda e do Planejamento. As datas para a oitava serão posteriormente definidas. Logo após, o Presidente, Senador César Borges, apresenta aos membros da Subcomissão, Relatório contendo os Principais Indicadores Fiscais e de Endividamento; as Proposições do Senado Federal sobre Dívida Pública e Principais Normas sobre Endividamento Público. Usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Paulo Octávio, João Batista Motta, Roberto Saturnino e Delcídio Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e dez minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **César Borges**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão da Dívida Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje, dia 20 de agosto de 2003, nesta sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos da ala Alexandre Costa.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, agradeço a confiança que os senhores membros desta Subcomissão demonstraram ter em mim, elegendo-me Presidente desta Subcomissão, juntamente com o Senador Fernando Bezerra, Vice-Presidente. Honrosamente teremos como Relator o Senador Ney Suassuna, homem que estuda o assunto há muito tempo. Realmente trataremos de um tema

da maior importância para as Unidades da Federação: a dívida pública dos Estados brasileiros.

Penso que todos os Estados brasileiros, atualmente, encontram-se numa situação preocupante do ponto de vista da capacidade de investimento, porque têm obrigações em torno de 15% a 18% com o pagamento de encargos e serviços da dívida. Isso levou os Estados brasileiros a terem uma capacidade extremamente restrita de novos investimentos em infra-estrutura e ampliação dos serviços sociais, como escolas, hospitais, etc.

Cabe a esta Casa, que representa as Unidades da Federação, encontrar soluções factíveis do ponto de vista dos Estados, mas também compatíveis com as necessidades do País e do Governo Federal. Algumas propostas nesse sentido tramitam nesta Casa e queremos informar V. Ex^{as} do teor de cada uma delas. Fizemos um levantamento e proporemos uma pauta discutida com o Relator.

Solicito ao Relator, Senador Ney Suassuna, que informe a todos sobre a pauta que discutimos em conjunto, a fim de que a relatoria realize seu trabalho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Presidente.

O item 1 da pré-pauta dispõe sobre expedir convites para os seguintes Governadores: Eduardo Braga, do Amazonas; Rosinha Garotinho, do Sudeste; Aécio Neves, de Minas Gerais; e Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul. Esses quatro primeiros nos dariam o perfil das diferentes regiões. Depois, sugere a ida à Secretaria da Dívida Pública, a fim de pedir ao Tesouro Nacional resposta ao questionário enviado em 28 de fevereiro de 2003, conforme o Ofício nº 1.010, do Ministério da Fazenda, de 08 de maio de 2003, do Dr. José Ivo Vanucci. Além disso, convidaremos o Secretário do Tesouro Nacional para uma explanação sobre o tema na Subcomissão.

Informo aos Srs. Senadores que, desde fevereiro, solicitamos esses dados. Ontem cobrei a resposta do Dr. José Ivo Vanucci. S. S^a disse que agilizaria e nos passaria o mais rápido possível.

Informo ao Sr. Presidente e aos Srs. membros da Subcomissão que enviamos a todos os tribunais de justiça dos Estados uma solicitação de informações sobre todos os precatórios dos Estados e estamos fazendo o mesmo em relação aos da República para termos uma idéia, porque provavelmente o reflexo República/Estado e vice-versa existirá.

Pretendemos conferir os quantitativos que vierem dos Governos, solicitar participação da consultoria legislativa para análise da amostra apropriada e

contatar o Dr. Sérgio Penna para designação dos consultores que analisarão as medidas, juntando todos os projetos que tramitam na casa, mesmo os arquivados. Há um projeto do Vice-Presidente da República, por exemplo, que reduz o pagamento da dívida para 5% sobre a arrecadação dos Estados.

Também queremos motivar o programa de redução percentual das dívidas, exatamente para esse fim. Convidaremos o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento para comparecer, definindo as datas da oitiva. Com isso, faremos o primeiro lance de medidas. Colocadas essas medidas, analisaremos o cenário e partiríamos para as medidas complementares.

Essa é uma proposição acertada entre o Presidente e o relator apenas para dar partida aos nossos trabalhos.

Também, Sr. Presidente, fizemos um levantamento pedindo aos Governadores que nos enviassem resposta ao formulário, com várias perguntas sobre superávit primário, sobre endividamento, sobre capacidade de continuar com o endividamento. Já recebemos de dez Estados e oito Estados já afirmaram que estão enviando, portanto, serão dezoito Estados. Com isso podemos dar partida a esse problema de como os Estados dizem que estão. Vamos confrontar as duas situações, porque, por incrível que pareça, há diferença entre o que os Estados dizem e o que o Governo Federal diz. Somos nós, Senado da República, que temos a obrigação de ver o pacto federativo e ver a situação das Unidades Federativas. V. Ex^{as} já aqui encontrarão, e peço à Mesa que distribua, as respostas desses dez primeiros Estados, que são os de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Santa Catarina.

Em fevereiro deste ano, já tínhamos mandado, como já informei, ao Tesouro a solicitação de que nos informassem esses dados. Então, essas informações já estão a caminho. E com toda certeza poderemos andar mais rapidamente. Isso já foi entregue aos Srs. membros, e já temos, então, um início de levantamento. O Tesouro está nos enviando, mas vamos fazer a visita e vamos conversar sobre esse assunto.

Em relação aos Estados, penso que deveríamos levantar quais os empréstimos externos paralisados; quantos foram tomados, estamos pagando permanência porque os Estados não tiveram condições de dar contrapartida. **Tudo que for possível levantar, vamos fazê-lo e, com toda a certeza, teremos uma visão mais clara desse cenário e poderemos dessa forma aconselhar, criar uma legislação mais condizente e dar um relatório final à Comissão de**

Assuntos Econômicos, para que possa, Sr. Presidente, sob a sua gestão, receber esse aconselhamento e tomar as medidas cabíveis.

Muito obrigado pela cessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a está de parabéns, porque já vinha se debruçando sobre esse assunto, inclusive é de sua autoria o requerimento para a criação dessa subcomissão, que, tenho certeza, terá um papel fundamental nesta questão crucial que é o endividamento dos Estados brasileiros.

Quero submeter aos Srs. Senadores essa pré-pauta que aqui está aberta a essa discussão para ouvir opiniões, concordância ou discordância eventuais que os Srs. Senadores poderiam ter com relação a essa pré-pauta.

Tem a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, penso que o agendamento é bem compatível. Já temos os números dos Estados. O relator deve receber nas próximas semanas também os números dos demais Estados. Vamos cotejar isso, inclusive, com o Tesouro Nacional. Essa exposição do Secretário do Tesouro é importantíssima aqui nessa Subcomissão. Evidentemente esses documentos vão passar por uma análise quantitativa e qualitativa. O fundamental desta Subcomissão é apresentar uma proposta a um problema grave que afeta a todos os Estados, que é o serviço da dívida.

Estou de acordo com a proposta apresentada pelo relator. Penso que ela cobre bem os objetivos principais desta Subcomissão.

Gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Presidente: quanto tempo V. Ex^a imagina que levará para executar todo esse trabalho, em função até da sua importância não somente para os Estados como também para o País.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – A palavra continua franqueada para alguns Sr. Senadores.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa)

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Tem a palavra o Senador Paulo Octavio.

O SR. PAULO OCTAVIO (PFL – DF) – Apenas gostaria de cumprimentar o relator pelo brilhante trabalho que fez nesse pouco tempo. A Subcomissão foi instalada na semana passada, e S. Ex^a já apresenta

um trabalho muito rico em informações que todos nos deteremos mais aprofundadamente. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Respondendo ao Senador Delcídio Amaral, temos que acelerar os trabalhos para, o quanto antes, no prazo de noventa dias, termos condições de apresentarmos uma proposta à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, também temos que aprovar um horário fixo para as reuniões ordinárias desta Subcomissão. Se V. Ex^{as} me permitem, proponho que o horário fosse esse, após a Ordem do Dia da quarta-feira, porque, na terça-feira, há reunião da Subcomissão do Turismo e da Subcomissão de Segurança Pública; na quarta-feira, às 9h, há reunião da Subcomissão de mineração. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, acho que esse é o melhor horário para realizarmos a reunião, logo após a conclusão da Ordem do Dia no plenário.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, como ficou marcado?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Toda quarta-feira, após a Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Estou de acordo. Não propriamente que seja o melhor horário, mas é o único. Não temos saída. Normalmente, a pauta da Ordem do Dia é extensa. Vamos ficar um pouco exprimidos, mas, paciência. Não vejo outro horário alternativo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Quinta-feira é impossível. Na terça, já há vários compromissos. Era a única data ainda possível para as Sr^{as} e Srs. Senadores. Então, fica a data de quarta-feira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar que marcássemos uma visita ao Departamento da Dívida do Tesouro o mais rápido possível. Já entraríamos em contato, marcaríamos a ida e a Presidência, a Relatoria e os membros que o Presidente queira já estariam autorizados a realizar esse contato.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Perfeitamente. Aceito a sugestão. Quem faria o contato?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu faço.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – V. Ex^a faz o contato e nos comunica.

Também tive o cuidado de solicitar à nossa assessoria o levantamento de alguns dados que podem ser interessantes as Sr^{as} e Srs. Senadores: primeiro, os principais indicadores fiscais de endividamento dos Estados, que são levantados na Secretaria do Tesouro Nacional. Nesse caso, há a dívida consoli-

da líquida dos Estados, os resultados primários e o nominal dos Estados e as despesas líquidas com pessoal do Poder Executivo dos Estados. São três folhas que dão essa visão da situação atual dos Estados brasileiros de per si.

Segundo, das proposições do Senado Federal sobre as dívidas públicas: os projetos de lei do Senado, os projetos de resolução que estão no Senado e as propostas de emenda à Constituição. Por exemplo, quanto aos projetos de lei do Senado, verificamos que há um projeto de lei complementar do Senador Ney Suassuna que dispõe sobre normas gerais para a dívida pública externa e interna, que está pronto para pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; um do Senador Osmar Dias que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; e um do Senador Antero Paes de Barros que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e o ajuste fiscal dos Estados e dá outra providência. Acho que deveríamos, talvez, em determinado momento, solicitar que cada um dos membros da Subcomissão pudesse fazer um estudo para tentar fazer uma exposição e, depois, até aglutinar alguns desses projetos que estão tramitando na Casa.

Temos ainda as principais normas sobre o endividamento público: as Leis nº 9.496, de 1997; 10.195, de 2001; e 8.727, de 1993, que são leis que regulam esse setor. Estamos entregando a cada um dos Srs. Senadores uma pasta e um livreto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a Lei Complementar nº 101/2000, comentada, para que possa servir aos Srs. Senadores e às suas assessorias para análise. É um trabalho de compilar e tentar agregar tudo o que está tramitando no Senado. Creio que é uma boa prática a de conhecer tudo o que está tramitando no Senado, e eventualmente na Câmara, para verificar de que forma poderemos eleger a melhor maneira, depois de todos esses debates, e fazer uma sugestão de comum acordo entre os Srs. Senadores, aprovado aqui um relato. O Relator vai submeter o trabalho e encaminhá-lo à Comissão de Assuntos Econômicos com a força de já ter sido aprovado por esta Subcomissão.

Por fim, há uma outra questão que gostaria de submeter a V. Ex^{as}. Deveremos abranger em nosso trabalho os Municípios brasileiros? Já houve quem me questionasse. Já que vamos tratar da dívida pública não devemos tratar, também, da dívida dos Municípios brasileiros? Falo, principalmente, dos grandes Municípios, das grandes capitais que têm, também,

um problema grave de endividamento que afeta a capacidade de investimentos dos Municípios. Coloco a questão em discussão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que sim. Entendo que poderíamos, perfeitamente, discutir. As mais endividadas são as cidades grandes. As cidades pequenas praticamente não têm endividamento, a não ser internamente, ou seja, da própria prefeitura com seus fornecedores. Em relação a empréstimos, em relação a endividamentos maiores, os problemas estão com as cidades grandes.

Quando fui Presidente da Comissão, estava sendo promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Antes que fosse promulgada, fizemos um **tour de force**, chamando todas as prefeituras. Juntamos aqui o Tesouro Nacional, a Procuradoria-Geral do Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, que recebeu a delegação de negociar o endividamento das cidades. Poucas cidades ficaram fora da renegociação. As cidades que ficaram fora foram apenas meia dúzia, o restante fez a repactuação. Nesse momento, um problema mais sério foi levantado. Os Municípios, hoje, estão obrigados por nós – e somos culpados porque fomos coniventes – a recolher e aplicar 25% da sua receita com educação, 12% com saúde e 9% sobre o atrasado do INSS. Sobre a sua folha – que normalmente beira 60%, que é o teto permitido pela Lei Camata – 21% são arrecadados para o INSS. O INSS tem 9% fixos e mais 21% sobre a folha. Em uma folha de 50%, falamos de algo como 10%. Se somarmos, para a folha sobrar menos de 45%. Quarenta e cinco por cento é para pagar a folha, faltam os precatórios.

Falando em precatórios, acabei de receber uma sinalização do Governo de que devo relatar uma medida. Hoje apresentei uma emenda que todos os Srs. Senadores subscreveram ou quase todos. O projeto é do Senador Efraim Morais, mas S. Ex^a pediu sessenta meses. Estamos passando para cento e sessenta meses e 2% da arrecadação sobre os precatórios. Sobre os precatórios, hoje, os prefeitos estão pagando até 40% de sua arrecadação. Na última reunião que fizemos na Frente Parlamentar, ficamos surpresos ao ouvir prefeitos dizerem que foram receber o Fundo de Participação, não o receberam e ainda ficaram devendo para o mês seguinte. Como podem regularizar a folha dessa maneira? É preciso regularizar o problema dos precatórios.

Por outro lado, estou relatando uma medida provisória que permite que os Municípios possam utilizar os fundos depositados em juízo. O Estado já podia, assim como a União. Os Municípios não, mas vai poder. É ainda muito pouco para resolver a crise dos Municípios. Como V. Ex^{as} vêem só o somatório do que é vinculado já consome todo o orçamento do Município.

Creio que poderíamos analisar e faríamos paralelamente. Poderíamos criar uma espécie de subcomissão. Cuidaríamos dos dois assuntos em separado. Faríamos o que cabe e o que nos foi delegado, pois somos o Estado, mas não descuidaríamos de apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos a situação e as medidas em curto e médio prazos, para a melhoria da economia municipal. Acredito que possamos fazer isso tranquilamente. E seria um sucesso, porque, embora tenhamos uma Frente Parlamentar com 230 Srs. Deputados e uma Frente Parlamentar pró-município, no Senado, com 51 Srs. Senadores, não existe nenhuma comissão cuidando especificamente do assunto. Nós podemos fazer isso juntos.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que V. Ex^a aceite o desafio e que o levemos adiante, pois já vamos apresentar sugestões na Comissão de Assuntos Econômicos nas duas áreas, nos dois entes federados, Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Os Srs. Senadores estão de acordo?

Trabalharíamos, pelo menos, com as capitais brasileiras, com as principais cidades.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, não poderíamos adotar o critério dos Municípios acima de 200 mil habitantes?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A regra será normal para todas elas. As capitais têm uma situação mais folgada – perdoe-me, Sr. Presidente, por haver usado a palavra -, porque elas possuem ISS em maior volume e imposto territorial. As pequenas, nem isso possuem; elas vivem somente do fundo. Mas, com certeza, existem as agruras. Eu conversei com o Prefeito César Maia, na reunião dos Prefeitos do PFL, e S. Ex^a me dizia o seguinte: “Eu tenho algum dinheiro junto, e isso é que está me salvando, porque, se pegar a média deste mês e fizer uma projeção, em poucos meses eu estarei insolvente igual aos demais.” O Rio de Janeiro é uma das cidades que está em melhor situação financeira no País.

Então, com certeza todas essas medidas, por exemplo, o relato dos depósitos judiciais, para cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, ou as capitais,

têm grande valia. Para uma cidade pequena não tem, pois ela não tem demandas que estejam depositadas na Justiça. É um outro universo. Mas, eu penso que as medidas de curso e de médio prazo, nós selecionaríamos, mas trataríamos todos igualmente, em um primeiro momento. As diferenciações virão até na análise.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Os pequenos Municípios, eu gostaria de acrescentar, têm dois tipos de dívida que, a meu ver, agravam muito a situação financeira deles: com os precatórios, principalmente os com a Justiça trabalhista, e com a Caixa Econômica Federal. Ela andou financiando muitos Municípios para obras de pavimentação, em passado recente. Elas oneram hoje, e muito, o orçamento municipal para o pagamento dessa dívida. A Caixa Econômica Federal poderia nos fornecer a relação dos municípios brasileiros que estão amortizando essas dívidas; algumas, como sei, já negociadas. Mas, mesmo assim, há dificuldades dos municípios para honrá-las.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Senador Roberto Saturnino, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu somente gostaria de sugerir que, na questão dos municípios, nos valêssemos de uma assessoria, de uma informação do Ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Ele possui uma história muito longa, muito respeitada e respeitável de cuidados com a Administração Municipal. Eles têm uma experiência e um cabedal de informação que, acredito, seria muito útil até para balizar um pouco a nossa atuação aqui, no que diz respeito à dívida dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, vamos incluir a oitiva de algum dirigente do Ibam que, pelo que conheci, era um órgão extremamente bem estruturado. Não sei hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ainda é.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Ainda continua sendo bem estruturado. A sua sede é no Rio de Janeiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Presidente é o Dr. João Pessoa de Albuquerque, a quem eu prezo muito e que, com certeza, poderá nos prestar uma boa assessoria.

Foi bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, esses eram os assuntos em pauta. Todos foram discutidos e franquiado a palavra a algum dos Srs. Senadores que desejarem fazer alguma ponderação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) –

Eu penso que a oportunidade que temos de apresentar uma proposta para a Comissão de Assuntos Econômicos seja grande, já que se trata de uma Comissão competente, não somente para a questão dos municípios, como também para os Estados. Eu vejo com uma expectativa muito boa essa Subcomissão, exatamente por atacarmos uma questão que hoje aflige o dia-a-dia de todos os Estados e dos principais municípios do País.

Então, Sr. Presidente, estamos juntos com o Relator para que façamos um bom trabalho.

O SR. JOÃO BATISTA MOTA (PPS – ES) – Sr.

Presidente, até um pouco fora da missão da nossa Subcomissão, acerca dos Srs. Parlamentares, farei uma consideração.

Estamos caminhando para um ponto em que os pequenos Municípios, os de interior, não terão mais arrecadação, porque, com a fórmula adotada sobre o valor adicionado das empresas, e se essas empresas não foram, não estão indo, nem irão para o interior do Brasil, a que ponto nós vamos chegar amanhã? Se todas as empresas procuram ficar onde o Município é mais estruturado, por consequência ficarão sempre nas regiões metropolitanas.

Quando uma empresa chega na região metropolitana e se instala, passa a gerar ICMS para aquele município e no valor adicionado conta para ele. V. Ex^a que foi governador e quem foi prefeito sabe disso, que diminui a arrecadação do município pequeno, pobre. Na hora que isso é executado, diminui. E é mais grave ainda, porque hoje as empresas que estão se instalando no País são praticamente todas voltadas ao mercado exterior. Ontem, nós vimos na televisão que o Presidente Lula estava inaugurando uma fábrica de celulose no interior de São Paulo que se destina a exportar.

No meu Município, no Espírito Santo, todas as grandes empresas somente exportam: Vale do Rio Doce; CST; a de Ponta Ubu, que é o maior mineroduto do mundo e a Aracruz Celulose. Só que onde essas empresas se instalam, como o mecanismo é valor adicionado, conta astronomicamente para aquele Município subtraindo aquilo que os outros já tinham.

Nós precisamos colocar uma amarra para que seja assim, mas que não diminua o de ninguém; pelo menos mantenha como estava. Porque quando uma indústria grande começa a se instalar em um determinado município no Estado, já sabemos que vai diminuir o percentual de todos os demais municípios. Elas vão exportar, não vão contribuir para o cofre público e vai diminuir na arrecadação dos municípios do interior.

Nós precisamos criar, aqui, uma amarra para que isso não aconteça. Nós temos que segurar isso, conter, senão chegaremos no ponto de o município ter zero.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Há uma discussão com relação a modificar a Constituição quando distribui ICMS, porque hoje são 75% do Estado e 25% distribuídos para os Municípios, sendo 75% desses 25% pelo IVA; e 25% restantes dentro de critérios estabelecidos pela assembleia legislativa.

Há uma discussão de se apresentar uma PEC para que 50% do ICMS sejam efetivamente distribuídos pelo IVA, pelo valor agregado, e os outros 50% por critérios populacionais e outros critérios estabelecidos pela assembleia legislativa de cada Estado.

Eu acho que essa seria uma medida muito mais justa, porque efetivamente há hoje uma distorção muito grande quando se vê a renda **per capita** de cada município em relação à distribuição dos impostos. Há municípios que têm uma renda **per capita** altíssima, porque ali tem, por exemplo, uma refinaria de petróleo. Isso acontece no meu Estado. E há outros municípios tipo uma grande capital, nos quais se tem uma renda **per capita** baixa, com uma grande população e sem grandes indústrias.

O SR. JOÃO BATISTA MOTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou na atual legislação. Mas dentro da nova reforma tributária proposta pelo Presidente Lula se está “desconstitucionalizando” essa distribuição, que está passando para lei complementar, o que é muito grave. Porque uma lei complementar aqui, para contemplar São Paulo, Espírito Santo ou Piauí, vai ser muito difícil de ser aprovada. V. Ex^a não encontrará uma forma que agrade a todos ao mesmo tempo.

V. Ex^a está certo quando diz que é bom que fizéssemos uma mudança: que 50% fique pelo atual, que é o valor agregado, e 50% seja entregue para as assembleias legislativas distribuírem. Esse é o caminho certo e o único. Mas esse preceito deve estar constitucionalizado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Hoje deveria ser por meio de uma mudança constitucional, uma PEC, porque está na Constituição o atual sistema de distribuição.

O SR. JOÃO BATISTA MOTA (PPS – ES) – Eu acho que a reforma do Presidente está tirando da Constituição. Mas nós não devemos acatar isso, mas fazer com que fique constitucionalizado e que seja na forma em que V. Ex^a propôs, porque no meu Estado o que aconteceu? O Governador mandou o projeto para

a Assembléia, tirando a região metropolitana de qualquer participação daqueles 25% que a Assembléia Legislativa tem o direito de fazer a lei. Resultado: houve um pouquinho de justiça, ainda não foi o total. Se passasse, hoje, para 50%, tenho certeza de que o atual Governador iria manter o mesmo critério, afastaria a região metropolitana daqueles 50% e repassaria toda a verba para o interior do estado. E os outros governadores, por certo, fariam a mesma coisa.

Então, acho que se deve continuar a constitucionalizar. Temos que estar acordados para isso, não podemos deixar os municípios vulneráveis, porque a lei complementar não será aprovada tão cedo e essa justiça não virá tão cedo e, quem sabe, não virá nunca. Ficará como está. O melhor é que seja constitucionalizado, que a gente negocie com o Ministro Palocci, porque não é matéria que diz respeito a ele. Basta conversarmos com os governadores, eles vão concordar, evidentemente, que 50% seja pelo valor agregado e que 50% a Assembléia escolha o seu critério, de acordo com a realidade do seu estado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Perfeitamente. Acho que esse é um assunto que deve ser debatido aqui, não é Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com certeza. E ainda vai correr muita água debaixo dessa ponte. Ainda teremos muita discussão antes de ser aprovado o pleito.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, agradeço a presença de todos. E até a próxima reunião, na 4ª feira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h10min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão da Dívida Pública**

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE AGOSTO, DE 2003, ÀS 10:00, NA SALA DE REUNIÕES Nº 06, ALA NILO COELHO.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e três, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária de Dívida Pública, com a presen-

ça dos Senadores Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Octávio, Gerson Camata e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, Pedro Simon, Sérgio Guerra, com falta justificada em virtude do desempenho de missão a Taiwan, e João Batista Motta. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna, que faz uma exposição sobre uma pesquisa realizada junto ao Tesouro sobre a Dívida Pública. Logo após, o Relator expõe, ainda, sobre os projetos no Senado Federal que tratam sobre a Dívida dos Estados. O Presidente, agradecendo a participação do Senador Ney Suassuna, passa a palavra ao convidado Sr. Eduardo Braga, Governador do Estado do Amazonas, para discorrer sobre a Dívida dos Estados. O convidado expõe, sobre a situação do Estado do Amazonas, esclarecendo que, com o aumento da receita da União, diminuiu-se significativamente as receitas estaduais, causando assim maior endividamento nos Estados. Usam da palavra, pela ordem de inscrição, para interpelar o convidados, os Senadores Jefferson Peres, Roberto Saturnino e João Batista Motta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **César Borges**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Havendo número legal, declaro aberta a 3ª reunião extraordinária da Subcomissão da Dívida Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 27 de agosto de 2003, às 10h, na sala de reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

A finalidade precípua desta reunião é a audiência pública para discorrer sobre as dívidas dos Estados, com a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, que se encontra na Casa e está em deslocamento para nossa Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna, que pretende apresentar algumas posições para esta Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente. Desde a semana passada, quando houve a instalação da Comissão, feita por V. Exª, já procuramos o Tesouro Nacional. Estivemos

com o secretário responsável pela dívida pública e verificamos vários itens que precisam ser trazidos à Comissão para que tenhamos uma noção de todo esse mosaico que forma a dívida pública dos Estados brasileiros.

Para minha surpresa, a Secretaria do Tesouro não sabe nada sobre precatórios. Sr. Presidente, com a aquiescência de V. Ex^a, tomamos a medida de mandar, para todos os tribunais de justiça dos Estados, um pedido solicitando de cada Estado o que há de precatórios.

Além disso, a Secretaria do Tesouro controla a dívida consolidada, mas nem sabe o que é dívida do Estado que não esteja consolidada. E há muitos casos. Há Estados que ficaram pagando empréstimos de empreiteiros com os quais o Estado não podia endividar-se. O empréstimo foi tomado em nome do empreiteiro, e o Estado ficou pagando o empréstimo. Há várias dívidas assim que não entraram na consolidação. Essa dívida não consolidada pode ser a ponta de um **iceberg**.

Também estamos levantando a dívida não-consolidada, no somatório de empréstimos externos, de que a Secretaria do Tesouro tem noção; empréstimos nacionais não-consolidados, sobre o qual eles não têm o controle; e o empréstimo consolidado, sobre o qual eles têm o controle.

Sr. Presidente, também gostaria de ver, dentro da dívida estadual, que parte poderia ser glosada, como, por exemplo, inflação ou juros.

Segundo levantamento feito pela assessoria de V. Ex^a, estão tramitando na Casa vários projetos. Um deles, do Vice-Presidente da República, Senador José Alencar, tentava reduzir o percentual sobre a dívida consolidada. A maioria dos Estados têm essa dívida consolidada iniciada no pagamento de 13%. Outros estão até em 22%. Pedimos essas informações, que devem chegar ainda hoje à Relatoria.

Sr. Presidente, também vamos analisar essa alternativa do Senador Roberto Saturnino, que buscava fazer o perdão de uma parte da dívida. É claro que estamos apenas coletando dados e fazendo levantamentos para ver o que pode ser feito nessa alternativa, porque essa seria uma forma de baixar o pagamento da dívida consolidada, fazendo com que o Estado e, inclusive, a República não perdessem, imediatamente, a arrecadação. Dentro desse quadro, estamos coletando mais informações. Ontem, contatamos vários governadores. Acabei de saber que, hoje, o cronograma dos governadores mudou. O Governador Eduardo Braga acertou conosco hoje, às 10h, mas o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo,

também havia convocado os governadores. Mesmo assim, tivemos a informação de que S. Ex^a chegará aqui em poucos momentos. Poderemos ter uma visão de uma área do Norte, mas devemos – e essa é a minha sugestão –, depois ouvir também o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste, de forma que tenhamos um cenário de todo o País.

Essas são as observações preliminares que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna as observações apropriadas e suas preocupações, que acredito sejam as desta Comissão, que sem sombra de dúvida tem tido o apoio fundamental do Relator, o qual tem conduzido diversos trabalhos.

Vamos procurar consolidar todas as informações para que a própria Comissão possa subsidiar uma posição negociada entre as diversas propostas que existem nesta Casa com relação à dívida dos Estados.

O importante é constatar que hoje essa dívida é limitante da capacidade de sobrevivência dos Estados e até da capacidade dos Estados brasileiros de investir e de cumprir suas obrigações com suas populações. Os projetos que tramitam aqui são do ex-Senador hoje Vice-Presidente da República José Alencar, que limita o pagamento dessa dívida em 5%, que têm um substitutivo do Senador Saturnino Braga, que o fixa em 7%, o que é uma solução. O próprio Senador Saturnino Braga aventa que pode até nos apresentar com mais detalhe uma proposta de revisão dessa dívida como um todo. Como ela chegou ao montante por meio de juros, inflação e correção monetária, imputados à dívida, poderia haver uma correção. Também há outras propostas do Senador Antero Paes de Barros, em que se revisa a fórmula de cálculo da receita corrente líquida, sobre a qual incide o percentual negociado entre os Estados e a Federação.

Esse é o trabalho que temos de conduzir, ouvindo aqui os governadores dos Estados, especialmente os que não têm capacidade alguma de aumentar qualquer grau de endividamento e que por isso não podem procurar entidades financiadoras nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, que dispõem de recursos, mas que ficam impedidos de financiar Estados. É o caso do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Alagoas, São Paulo, que estão acima daquele nível de duas vezes o endividamento com relação à sua receita corrente

líquida. Esse foi o limitador que apresentou o Governo Federal.

Quero, desde já, agradecer a presença honrosa entre nós do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga. Quero dizer a S. Ex^a da nossa satisfação em recebê-lo e poder ouvi-lo nesta manhã de hoje. Estamos tentando dar um enfoque maior, pondo uma lupa sobre esse problema do endividamento dos Estados, que sabemos tem tirado a capacidade de investimento dos Estados brasileiros, para cumprirmos com o Governo Federal essa dívida, que em determinado momento não deixou saída para os Estados, foi aceita, foi negociada, oriunda de uma dívida inflacionada por um período difícil que o País passou e por juros elevadíssimos, além da inflação.

De forma que hoje os Estados brasileiros têm uma dificuldade imensa de investimento, porque têm obrigações a cumprir com esse endividamento junto ao Governo Federal, endividamento externo também e até dívidas não consolidadas, que a Secretaria do Tesouro Nacional não tem. Queríamos ouvir a opinião de V. Ex^a, mas, antes, passarei a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna, que também apresentará um pouco a sua visão sobre o assunto, que pode enriquecer a sua palestra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de explicar, para que o Governador se assenhere dos dados, o que fizemos até agora. Nós já levantamos a dívida consolidada dos Estados; levantamos o problema de gasto de pessoal e estamos levantando, agora, o que é pagamento à República, pois há Estados que estão pagando percentuais muito elevados. Não é o caso do Estado de V. Ex^a. Aliás, o Estado de V. Ex^a está de parabéns, porque, no quadro negro dos Estados da Federação, ele é um dos que está melhor posicionado. Mas, como queríamos ouvir um Governador de cada região, houve a sugestão de convidá-lo, até pela sua coordenação, pela forma como V. Ex^a tem exposto os problemas. Temos certeza de que aprenderemos muito hoje com a explicação de V. Ex^a.

Mas, estamos preocupados, pois não há controle, por exemplo, sobre precatórios; ninguém sabe qual é o volume dos precatórios no total dos Estados, nem tampouco da dívida não consolidada. Querendo ver esse cenário e esse mosaico, estamos discutindo para apresentar sugestões. Inclusive, há algumas que estão tramitando na Casa e queremos apoiá-las, revitalizá-las ou adequá-las melhor.

O Senador Roberto Saturnino tem uma sugestão, pois S. Ex^a foi o Relator do projeto do ex-Senador José Alencar, hoje Vice-Presidente da República. O

projeto previa a redução do pagamento da dívida à República para 5%, mas, o Senador Roberto Saturnino apresentou uma sugestão mais sofisticada e mais bem acabada que debateremos nesta Comissão e que, talvez, seja uma das soluções.

Precisamos estabelecer que medidas de curto prazo e de médio prazo, do ponto de vista legislativo, podemos tomar e como podemos ajudar os Estados. Essas são as nossas preocupações.

Eu devolvo a palavra ao nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Passo a palavra ao Governador Eduardo Braga, sabendo que a agenda de V. Ex^a está muito cheia, pois a reforma tributária tem tirado o sono dos Srs. Governadores e a preocupação de S. Ex^{as} está voltada para esse assunto. Mais uma vez, agradeço a disponibilidade de V. Ex^a por vir aqui. Com certeza, V. Ex^a enriquecerá o nosso debate.

Com a palavra ao Governador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, Sr^s e Srs. presentes, em primeiro lugar, agradeço o convite formulado pelo Senador Ney Suassuna, para que o Amazonas pudesse se fazer presente, a fim de trazer a sua colocação e a sua pequena contribuição para um tema que trata, na realidade, da governabilidade dos Estados e, diria eu, dos Municípios.

Como bem disse o Senador Ney Suassuna, o Estado do Amazonas, muito menos por haver sido eficiente, mas muito mais por não haver se endividado, nos últimos quinze anos, não fez nenhuma operação de endividamento. Por isso, não comprometeu sua capacidade de pagamento e, obviamente, teve um baixo endividamento. Isso, por um lado, é bom e, por outro, é ruim, porque, durante esses quinze anos, o Amazonas fez investimentos na infra-estrutura, investimentos sociais praticamente com recursos próprios e com recursos oriundos das privatizações feitas no Estado.

Nesse momento, o Estado não tem mais o que vender. Ele já vendeu tudo. O custeio e a manutenção do Estado cresceram muito em função das obras sociais construídas nas áreas de saúde e de educação, e isso pressiona e aumenta obviamente o custeio do Estado. No entanto, é fato que existem vários Estados que fizeram exatamente o caminho inverso do Amazonas, ou seja, ao longo desses últimos quinze anos, fizeram investimentos aliando a sua capacidade de investimento próprio à capacidade de privatização oriunda das privatizações e à capacidade de endividamento do Estado. Isso fez com que alguns aca-

bassem ficando com um percentual sobre a sua receita bastante forte para o pagamento da sua dívida pública, o que tem acarretado problemas graves e sérios em vários Estados.

Obviamente, isso vem se somar a outras questões. O endividamento, hoje, do País e a dívida pública nos Estados se tornam mais graves quando o Governo Federal – não é o Governo Lula, mas o Governo Federal – não cumpre a legislação do Fundef, por exemplo, e acaba penalizando ainda mais os Estados, como a Bahia e o Amazonas, que acabam fazendo 100% do Fundef com recursos estaduais e municipais sem haver a complementação da União, o que dá, para o caso do Amazonas, um déficit, na área do Fundef, da ordem de R\$80 milhões/ano. Além disso, com relação ao SUS, por exemplo, o Estado do Amazonas com um milhão e meio de quilômetros quadrados é o Estado que tem o menor pagamento **per capita** de média e alta complexidade no SUS: R\$40,25 contra por exemplo o Estado do Eminentíssimo Senador Saturnino Braga, que tem R\$73 na média e na alta complexidade.

Ora, é óbvio que o Rio de Janeiro merece os R\$73, mas é inimaginável como o Estado do Amazonas, com um milhão e meio de quilômetros quadrados, com dificuldade de logística em todo o seu Estado, consiga praticar uma medicina minimamente eficiente nos altos rios, nas regiões longínquas, com um pagamento **per capita** de R\$40,25.

Isso traz distorções violentas. Por exemplo, a vinculação da saúde por parte da Constituição é de 14%. O Estado do Amazonas aplicou 27%, de janeiro a junho deste ano, na saúde, do seu recurso próprio. Talvez um dos maiores índices do País, exatamente em função dessa distorção brutal que acontece com o teto SUS com relação às Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e até mesmo alguns Estados do Sul. Isso precisa ser arrumado.

Eu acho que a questão do endividamento dos Estados precisa estar dentro da ótica do ajuste fiscal. Todos os Estados estão fazendo e assinando ajustes fiscais com a União e, dentro deles, é preciso levar em consideração exatamente a receita, as despesas, a capacidade de investimento e assumir um compromisso com a União de como o Estado deverá contribuir para o ajuste fiscal da União e de todos, dentro da nossa meta de cumprimento dos nossos entendimentos com o FMI etc, na busca da estabilidade econômica da economia brasileira.

Então, a questão do endividamento – eu creio – precisa ser analisada, vrs. Senadores, exatamente dentro desse prisma de que, se o Governo quer que

os Estados consigam manter um ajuste fiscal da forma que a União tem proposto aos Estados; se o Governo quer que as políticas públicas sociais sejam cumpridas da forma como determina a Constituição; se o Governo quer, portanto, que os investimentos públicos possam fazer frente à necessidade da Nação, é preciso fazer uma revisão geral da questão do endividamento público; é preciso se fazer uma revisão com relação às receitas.

Isso, obviamente, vem no momento oportuno, em função de que o Senado está às vésperas de discutir a reforma tributária. Eu, inclusive, fui convidado pelo Senador Ramez Tebet para estar aqui na Comissão de Economia e Finanças no dia 2 de setembro, para que nós pudéssemos trazer mais uma vez a opinião do Estado do Amazonas com relação a essa questão que está na agenda e na pauta da ordem do dia. Portanto, a reforma tributária vem exatamente no momento em que muitos Estados da Federação já estão contribuindo com a União além do seu limite.

Alguns podem dizer que os governadores não cortam despesa. No Estado do Amazonas, quando nós assumimos no mês de janeiro precisamos fazer um brutal enxugamento, até porque nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal hoje, que é extremamente severa, e os Estados que não cumprirem estarão sujeitos a penalidades bastante rigorosas. O Estado do Amazonas teve que fazer um brutal enxugamento no mês de janeiro porque a projeção dos próximos doze meses já apontava para o não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, nós precisamos fazer um ajuste muito forte no primeiro trimestre de 2003, o que possibilitou ao Estado se reenquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal e possibilitou ao Estado, portanto, a retomar minimamente a sua capacidade de investimento, mas cortando no custeio, na manutenção, fazendo um trabalho muito grande na gestão com qualidade. Creio ser esse o único caminho se quisermos avançar efetivamente.

Portanto, a questão do endividamento não pode ser analisada se não for nesse contexto geral, porque a União e a República, por exemplo, vivem, neste momento, uma situação **sui generis**. Hoje, dos 100% da receita pública deste País, algo em torno de 64%, está na mão da União; 23%, dos Estados e 13% dos municípios. Com a Reforma Tributária, que, neste momento, está sendo discutida na Câmara e que virá, em seguida, para o Senado, se algumas dessas propostas do relatório do Deputado Virgílio Guimarães passar, as nossas receitas estaduais, ao contrário, trocarão de mãos entre os entes federativos, em função da alíquota de referência, e parte da receita glo-

bal pública ainda vai crescer em favor da própria União. Portanto, o endividamento, se não quisermos comprometer o ajuste, os compromissos assumidos pela União e pelos Estados, precisa ser encarado exatamente dentro desse conceito. Não conheço nenhum Estado que não queira honrar suas obrigações. O que precisamos é de recursos para honrar as nossas obrigações e fazer frente às demandas sociais, cada vez mais crescentes e próximas dos governos estaduais.

A partir do novo pacto federativo da Constituição de 1988, todas as receitas deste País cresceram de forma exclusiva da União, por meio de contribuições, deixando de fora os Estados e os municípios. Tanto é que, se analisarmos os efeitos da nova Constituição Brasileira nos Estados e nos municípios, veremos que houve uma crescente receita estadual e municipal, até 1996, 1997; a partir daí, se estabilizou e depois começou a diminuir, percentualmente, em relação ao PIB de cada um dos Estados, as receitas estadual e municipal. Em compensação, a União, ao contrário, teve receita crescente em função de CID, em função de CPMF, em função da DRU, em função do PIS/PASEP, que rompe a reciprocidade da imunidade fiscal, que é base, inclusive, do nosso próprio pacto federativo e, dentro desse contexto todo, o endividamento.

Então, sou daqueles que discutem a questão do endividamento dentro desse contexto geral. E, na opinião da grande maioria dos governadores com quem tenho conversado, é exatamente esta a questão: se reduzirmos o percentual do endividamento, do pagamento sobre o endividamento, obviamente se abre uma folga nos Estados para que estes possam fazer os seus ajustes internos. Se não há possibilidade em função dos entendimentos, dos acordos, do ajuste fiscal, etc., para que isso seja feito, o que se deve fazer? Então, precisamos discutir o que não tem sido cumprido para com os Estados, com relação, repito, à questão do Fundef, que é uma questão absolutamente inexplicável; à questão do teto SUS, que é outra questão absolutamente inexplicável; à questão do PASEP, que me parece uma questão inexplicável por causa da imunidade recíproca; à questão, repito, das contribuições, que têm sido exclusivas da União. E, finalmente, penso que a desvinculação da União, em alguns Estados – não é o caso do Amazonas, por isso falo com absoluta isenção –, pode trazer um alívio neste momento de dificuldade, porque temos ainda vinculações estaduais que agravam, ainda mais, esse quadro, porque essas vinculações não excluem recursos que já não nos pertencem.

Portanto, parece-me que essa discussão acontece no Senado, no momento oportuno, em que os Estados estão atravessando graves e sérias dificuldades, e os Municípios deste País, uma brutal diminuição da sua capacidade de investir e de fazer frente às demandas sociais. Portanto, a nossa visão, com relação a essa questão de endividamento, vem exatamente nesse sentido. Se detalharmos o endividamento público, chegaremos exatamente às questões já levantadas pelo nobre Relator, de que há, ainda, endividamentos não-consolidados, problemas de desigualdades em alguns Estados – Estados que contribuem com mais de 20% da sua receita para o pagamento da dívida pública –, numa clara dificuldade. No entanto, é preciso entender que isso aconteceu pelo brutal endividamento que determinados entes fizeram nos últimos 15 anos. Portanto, acho muito mais correto, quanto ao pacto federativo, que discutamos as questões que formam o quadro geral de receitas, de recursos, etc., para que possamos, dessa forma, criar uma condição quase uniforme para os entes federativos. Com isso, percentualmente, o impacto do endividamento público sobre o global das receitas obviamente se ajustará.

Eram essas as palavras e a contribuição que poderíamos fazer, tendo em vista que tivemos pouco tempo para discutir a matéria e até mesmo trazer uma apresentação mais densa a esta Comissão. Ontem, ao sair do gabinete do Líder do Governo no Senado, tive o prazer de encontrar o Senador Ney Suassuna, que nos formulou o convite para que estivéssemos aqui. Prontamente, disse a S. Ex^a: “Senador, tenho o maior carinho, o maior prazer de vir ao Senado e ter a alegria de encontrar meu caro e querido amigo, Senador Jefferson Péres, que tão brilhantemente representa o Estado do Amazonas no Senado da República e com quem tenho o prazer de conviver e ter uma relação de amizade e identidade política no Estado do Amazonas”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, saí da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e já vieram chamar-me, porque sou Relator de matéria, mas não poderia deixar de vir como uma homenagem ao Governador do meu Estado e meu amigo particular, Eduardo Braga.

Lamento, Governador, que não possa permanecer aqui. V. Ex^a já foi Deputado Federal e sabe a lou-

cura que é esta Casa. Esta Comissão será enriquecida, certamente, pelo depoimento de V. Ex^a, que é um homem de larga experiência na vida pública, pois já ocupou todos os cargos, praticamente, menos o de Senador – quem sabe, um dia. O debate será muito útil para esta Comissão. Lamento não poder participar. Não poderia, Governador, deixar de cumprimentá-lo pela vitória de ontem também. Espero viajar em sua companhia logo mais.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Passarei a palavra, inicialmente, ao Relator, Senador Ney Suassuna, e, posteriormente, ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Embora tenha feito menos de suas palavras e tenha dito que foi uma pregação, uma explanação não muito consistente, para nós foi extremamente interessante, Governador. Então, não concordo e protesto contra o que V. Ex^a disse sobre não ter trazido maiores informações.

Em relação ao Fundef, hoje, há cerca de nove bilhões de dívidas da Federação para com os Municípios. Ainda não temos esse número consolidado sobre os Estados; não sei se V. Ex^a já o tem.

O SR. EDUARDO BRAGA – Não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Precisamos levantar, porque, no caso dos Municípios, já estamos trabalhando há mais tempo e chegamos a um número terrível, brutal: nove bilhões. E somos coniventes com isso. O que nos dói é que somos coniventes com todo esse processo. Fomos deixando passar mais atividades e reduzindo, por meio das contribuições, a receita dos Estados e Municípios.

Sr. Governador, V. Ex^a já respondeu, de pronto, dizendo que não temos o número consolidado – mas teremos no Fundef e teremos também dos outros itens; mas pergunto o seguinte: o Estado do Amazonas tem, na sua Constituição, limitação para teto de pagamento de precatórios? Ou os Estados normalmente não têm isso? Sei que alguns Estados pensaram em colocar. V. Ex^a, quando recebe uma ordem da Justiça, tem que pagar, não tem esse teto limite?

O SR. EDUARDO BRAGA – Senador, no caso do Amazonas, nós não tínhamos o limite e fizemos o seguinte: acabamos de criar um fundo para precatórios em que utilizamos 50% dos recursos depositados em juízo, ainda em discussão. Assim, pudemos utilizar um percentual do rendimento desses recursos, dos 50%, para fazer frente a precatórios.

Quando assumi o Governo do Estado, havia precatórios de caráter alimentar que se arrastavam há mais de 15 anos na Justiça. Prontamente, entendi que aquilo era uma questão social. Existiam pessoas em grave estado de saúde, na iminência de morrer sem receber os recursos – que só poderiam ser recebidos pela viúva ou seus herdeiros –, porque o Estado teimava em não cumprir esse tipo de precatório. O Estado do Amazonas não tem teto para precatórios, mas tem um fundo que blinda o Erário das liminares com relação a precatórios. O que se tem é a legislação nacional de precatórios, que preconiza um ordenamento de sequência de pagamentos, etc, como de resto.

Outro fato interessante é que o Estado do Amazonas não tem muitos problemas com precatórios. O Estado não possui precatórios de grande monta, precatórios de bilhões de reais. Existem duas questões graves. Uma se refere a uma contrapartida de um projeto do Banco Mundial no Estado do Amazonas, em que, lamentavelmente, há 17 anos, o Estado teve uma dificuldade, acabou não honrando tal compromisso, esse problema se transformou numa luta judicial, e, nas várias instâncias, temos seguidamente perdido a questão, que é de larga monta. A outra se refere a um projeto com a Caixa Econômica Federal e com o Banco Interamericano, que também ficou na Justiça nestes últimos 15 anos, mas não se transformou ainda em precatório.

O montante de precatórios do Amazonas não é expressivo. Havia situações como essa, como eu lhe disse, de precatórios de caráter alimentar que não eram cumpridos pelo Estado e que estavam trazendo consequências muito críticas.

Com relação ao Fundef, mencionado por V. Ex^a ainda há pouco, não sei o número global consolidado de todos os Estados, mas, no início do meu mandato, ingressei no Supremo Tribunal questionando o caso do Fundef, porque o Amazonas acumulou, nos últimos quatro anos, R\$250 milhões de crédito com o Fundef, crédito esse não honrado pela União.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É um número grandioso.

Sr. Governador, agradeço por essa resposta e pergunto sobre um caso mais específico dos Estados exportadores. Sei que o Estado de V. Ex^a é altamente prejudicado pela legislação que desonera exportações. V. Ex^a poderia nos acrescentar algum dado a respeito disso?

O SR. EDUARDO BRAGA – Senador, V. Ex^a aborda um dos temas que está na pauta do dia. O art. 159, inciso II, da Constituição Federal trata das expor-

tações e da criação do Fepex, fundo que compensa os Estados pela desoneração de exportação de produto acabado. Ora, o Brasil, do ponto de vista estratégico, precisa tanto quanto possível exportar produtos acabados, porque aí sim agregam-se valores, aí sim gera-se emprego e renda, aí sim criam-se cadeias produtivas. Quando exportamos matéria prima **in natura**, estamos exportando empregos; quando exportamos semi-elaborados, estamos exportando cadeias produtivas inacabadas que são compensadas pela lei Kandir.

No esforço de exportação brasileira, a fim de que pudéssemos ter um equilíbrio na balança comercial, tudo é válido, menos quebrar os Estados. A consolidação dos dois fundos do Fepecs e da lei Kandir, a constitucionalização da desoneração trará, na minha modesta opinião, três consequências graves.

Primeiro: hoje, os Estados carregam um passivo, junto aos créditos de ICMS de exportação, não honrados pelos Estados; e não honrados porque esses créditos são de forma ordinária e o Estado usa seu poder de convencimento para que não se tenha cobrança judicial. E quando tem cobrança judicial, como é cobrança de crédito ordinário, discutível, etc., isso se arrasta ao longo de anos na Justiça Federal. Então o que acontece? Agora estamos constitucionalizando a desoneração. A partir da aprovação da PEC-41, a desoneração será constitucionalizada e automática.

Num segundo passo, vamos constitucionalizar um fundo, que está remetido para lei complementar, que haverá de discipliná-lo. Então, em quanto tempo vamos ter a desoneração constitucionalizada e a compensação efetivada?

Não se sabe dizer. Não vai depender sequer da vontade exclusiva do Congresso; não vai depender sequer da vontade exclusiva da União. Vai depender, portanto, da iniciativa do Governo Federal e da vontade do Congresso Nacional.

Durante esse período os Estados terão seus passivos transformados em ativos das empresas, porque passa, a partir daí, ser um direito constitucional do exportador ter o crédito. Isso é um ativo da empresa; não é mais passivo do Estado. Portanto, do ponto de vista temporal, precisamos cuidar de fazer com que haja uma ação simultânea entre a desoneração e a compensação do fundo.

Segundo ponto: além da questão temporal, nós não podemos constitucionalizar daqui para frente, e trazer com a constitucionalização este passivo para ativo automaticamente. Então, lá nas Disposições Gerais Transitórias, o Senado da República terá que

fazer uma divisão temporal, de que a desoneração de que trata, ou tratará, determinado artigo, a partir de tal data, considerará ativos das empresas. Se não fizer essa divisão... Por exemplo, no Estado do Amazonas, só o Estado do Amazonas, que é o Estado onde foi implantar-se a Zona Franca lá nos idos de 67, foi implantada com objetivo de substituição de exportação. Lá, em 1991, inverteu-se a lógica. Deixou de ser uma substituição de importação para ser um modelo competitivo. Só aí passamos a ter condições, com o processo produtivo básico, de ter um produto com preço e qualidade para competirmos no mercado internacional. A partir, daí, portanto, começou-se a criar uma plataforma de exportação no Estado do Amazonas, que nos últimos cinco anos exportou US\$ 5 bilhões. Temos, no Estado do Amazonas uma situação **sui generis** em relação a isso. Por quê?

Como nós não exportamos praticamente matéria prima nem semi-elaborados, nós exportamos produto final, produto acabado, nós temos no Estado do Amazonas, na cadeia produtiva, produtos que vem de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, enfim, do Brasil e que trazem consigo não só o CPMF, mas também uma carga de ICMS.

Ao elaborar e exportar o produto final, gera-se um crédito que o empresário exportador, que também atende ao mercado nacional, pode usar na sua escritura contábil como crédito proveniente de incentivos fiscais que a Zona Franca lhe dá, ou seja – para resumir –, conforme consta na Constituição aprovada, existem empresas que não pagam imposto. Na minha geração, não pagará mais imposto estadual.

Devido à ocorrência de acúmulo de PIS e Cofins, o Governo Federal enfrentará uma série de ações, porque, da mesma forma, ao exportar, já que há uma desoneração integral das exportações, a cadeia produtiva teria de ser desonerada do PIS e do Cofins; e, neste momento, não noto a discussão dessa desoneração por parte Governo.

Aí surge o terceiro e último problema. Como dissemos há pouco, se tratássemos do endividamento como uma questão correta, global, como faríamos na iniciativa privada, em nosso orçamento doméstico, precisaríamos ter, para desonerar integralmente as exportações, a sua compensação integral. Mas hoje, essa compensação, segundo dados do próprio Ministério da Fazenda, está muito longe de ser integral.

Os Srs. Senadores sabem que hoje a compensação das exportações tem um fundo, proveniente do somatório dos dois, da ordem de R\$5,9 bilhões, quando deveria ser de R\$14 ou R\$15 bilhões – há quem diga

que seja um pouco maior – para que possam ser compensados, de forma integral, os entes federativos.

A proposta apresentada pelos Governadores ao Governo Federal foi no sentido de migrarmos, com esse fundo, de R\$5,9 para R\$8,5 bilhões. Portanto, muito aquém. O novo fundo proposto pela PEC nº41, na realidade, trata-se de um único fundo, consolidado entre Fepex e Lei Kandir, da ordem de grandeza de R\$8,5 bilhões, quando o ideal seria o valor de R\$9 bilhões.

É importante registrar que em 1999 o Governo Federal compensou, em moeda de hoje, os Estados com R\$9,4, e veio diminuindo. Ano passado, os Estados correram o risco, no final da Legislatura, de sequer o fundo ter recursos para compensá-los.

Então, Senador, a desoneração das exportações fica bastante complexa com o que foi posto no texto do Relator Virgílio Guimarães. Mas tenho certeza de que a experiência de homens maduros, experientistas na política brasileira, do Congresso e, em especial, do Senado, que conta com ex-governadores, Presidente, ex-ministros, nos levará a encontrar uma solução que possa estimular e apoiar as exportações, mas sem quebrar o equilíbrio econômico-financeiro da República brasileira. Se mantivermos a estratégia atual os Estados ficarão, de certa forma, absolutamente desmotivados, não estarão dispostos a contribuir, de forma efetiva, para o esforço de exportação.

Digo isso como Governador do PPS, da base aliada, que tem um compromisso com o Governo do Presidente Lula, por quem tenho carinho e enorme respeito, mas temos a nossa responsabilidade com a governabilidade.

Finalmente, é importante dizer que o Governo quer estimular única e exclusivamente o saldo da balança comercial e compensar timidamente os volumes das exportações.

Ora, um país em desenvolvimento como o Brasil jamais exportará produto final sem que importe algo para haver inserção tecnológica no produto final. Isso seja na eletroeletrônica, seja no automobilismo, seja na indústria que for.

Há pouco ocorreu esse incidente lamentável na Base de Alcântara. O Brasil tem se esforçado para se inserir do campo tecnológico, para dominar a fronteira tecnológica, numa área delicada, estratégica. Ora, temos os mesmos problemas nas cadeias produtivas e os atravessamos nessas cadeias.

O Fundo de Desoneração das Exportações precisa levar em conta, em primeiro lugar, a questão temporal, há que haver uma sinergia entre a desone-

ração e a compensação; há que se ter consciência da necessidade de um fundo com um montante que compense minimamente os Estados. Finalmente, a criação de um fundo que estimule o Brasil a exportar produtos finais, exportar bens que façam com que a cadeia produtiva e a geração de emprego e renda seja retomada no País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Uma última colocação, Sr. Presidente.

Sr. Governador, sabendo que V. Ex^a tem um encontro com o Presidente da Câmara, há uma última e breve questão que gostaria de abordar.

Ontem jantamos, o Senador Roberto Saturnino, eu e outros Senadores, com o Ministro Luís Gushiken. S. Ex^a é muito bem informado sobre a área de Previdência. Já havíamos tomado café com o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Estamos extremamente preocupados com o teto e devemos alterá-lo, com certeza, aqui no Senado. A fixação do teto em relação ao salário do Governador no Estado do Amazonas cria muito problema?

O SR. EDUARDO BRAGA – Não, no caso do Amazonas. No Estado do Amazonas, o Governador não abriu mão de salários, vencimentos, subsídios, como ocorreu em outros Estados. Isso, ao contrário, cria um desequilíbrio que acaba levando a esse tipo de discussão. Agora, acho que é...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em relação às Prefeituras sim?

O SR. EDUARDO BRAGA – Em relação às Prefeituras Municipais. No caso da Prefeitura da capital, não. As Prefeituras do interior não estarão regidas pelas regras municipais, mas pelas regras do INSS. Todas contribuem para o INSS, ninguém tem fundo de Previdência municipal no interior do Estado do Amazonas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E o caso de contratação de médicos para a região de...

O SR. EDUARDO BRAGA – É só do Estado, e eles apenas complementam com uma gratificação municipal. Não há contratação de médicos pelos municípios. Todos os funcionários que não são do Estado, mas atuam no interior do Estado, contribuem para o INSS.

Portanto, penso que o Estado do Amazonas não terá dificuldades quanto a isso. Teremos dificuldades, isso sim, se transformarmos o teto do Judiciário e o teto do Executivo. Aí, sim, teremos dificuldades, porque são categorias muito organizadas, que têm uma força estratégica muito importante, como funcionários do Fisco. Esse movimento começa por Delegados...

Polícia, fiscais das Secretarias de Fazenda, que estão se mobilizando. O meu próprio Secretário da Fazenda, por exemplo, ao subscrever o documento me ligou: "Governador, sabemos que no Amazonas não temos esse problema, mas há uma questão em alguns Estados e todos nós estamos sendo procurados. V. Exª teria alguma coisa contra"? Respondei que não haveria problema algum ele assinar o documento. O importante é ter consciência de que não se pode, no caso dos auditores ou fiscais, aposentá-los com salário de R\$25.000,00.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) – Por mim, está encerrado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de só agradecer neste finalzinho. É interessante como todas as delegações dos Estados têm vindo nos pedir para apoiar o teto da magistratura. Como o País é diverso. No Amazonas, essa medida genérica levará à bancarrota, com toda a certeza, se a adotarmos tomarmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Quero pedir um pouco a quem da tolerância do tempo do nosso querido Governador Eduardo Braga porque vou pedir aos Srs. Senadores que queiram fazer uso da palavra que façam uma intervenção rápida. Em seguida, S. Exª o Governador daria então uma resposta a todos e seria o arremate final da sua exposição.

Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT - RJ) – Presidente, Relator, Governador Eduardo Braga, só quero agradecer realmente a contribuição do Governador, porque essas informações que traz serão especialmente úteis, quando discutirmos e votarmos a reforma tributária.

No tocante às atribuições da nossa Subcomissão, é importante saber também que a situação do Estado do Amazonas, com relação a sua dívida, não está estrangulada como vários outros Estados se encontram e dificultada pela política rigorosíssima fiscal e monetária que, obviamente, com toda a certeza, a partir do ano próximo, entrará numa nova etapa de desenvolvimento porque, na verdade, o grande ajuste já foi feito, e a economia do País sofreu enormemente com esse ajuste. Daqui para frente, especialmente do ano próximo em frente, haverá certamente um relaxamento que não pode ser imprudente, tem que ser um relaxamento bem graduado que mostre uma tendência de recuperação da capacidade de investimento da economia nacional como um todo, e obviamente também dos Estados. A situação de endividamento dos Estados, no fundo, é grandemente de

responsabilidade do Governo Federal. Claro que houve Governadores que praticaram imprudências graves, condenáveis sob todos os pontos de vista, mas eu me refiro àqueles que se endividaram no limite da prudência. O endividamento é uma operação financeira e administrativa correta se for realizada dentro de certos limites. Governadores e Estados que se endividaram dentro desses limites de prudência quando a política monetária elevou a taxa de juros a patamares estratosféricos – tivemos taxas de juros de mais de 40%, taxa Selic – tinham que ser respeitados pelo Governo Federal para fazer face a situações de extremo rigor em que se encontravam. Resultado: os juros, os compromissos decorrentes daquele endividamento contido em limites de prudência passaram a ser insuportáveis pelos Estados até que veio a renegociação com o Governo Federal, que foi generosa em termos de taxa de juros, mas não foi nada generosa em termos de estoque da dívida, quer dizer, incorporou todo um estoque de endividamento que havia sido causado exatamente pela política monetária do Governo Federal.

Há uma responsabilidade necessária; ao tempo em que o Governo Federal alivia o rigor monetário e fiscal, é preciso reconhecer sua responsabilidade perante o endividamento dos Estados, tal qual o Governo norte-americano, pelo final dos anos 80, reconheceu que o endividamento externo de muitos países, entre os quais o Brasil, havia sido resultado de uma decisão unilateral do Federal Reserve do Governo americano de elevar as taxas de juros internacionais a níveis muito além da expectativa normal dos países. Então o Governo americano, atendendo a esse reconhecimento de responsabilidade, trocou os títulos brasileiros, os títulos chamados **brady** hoje em dia, com redução de 30% do seu valor. É uma decisão unilateral do governo americano, como também havia sido decisão unilateral também a elevação da taxa de juros. Então, é preciso que isso seja considerado.

E nós gostaríamos, no momento que formos decidir perante o Governo Federal, de contar com a colaboração do Governador Eduardo Braga, que, com muita lucidez, fez sua exposição e nos trouxe informações que serão extremamente úteis no momento em que formos discutir e votar a reforma tributária.

Quero agradecer a colaboração do Governador e parabenizá-lo pela qualidade de sua gestão à frente do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Passo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS - ES) – Governador, em primeiro lugar, queria parabenizá-lo

pelo serviço que V. Ex.^a está realizando no Estado do Amazonas, que é um espetáculo. Sabemos que V. Ex.^a está na vanguarda neste País em matéria de modelo de administração pública.

Eu queria perguntar a V. Ex.^a se quanto à desoneração da Lei Kandir não seria bem mais fácil se as empresas trabalhassem – as que exportam – da mesma forma que todas as outras trabalham neste País. Na hora da conversão do dólar para o real, a empresa exportadora receberia um dólar a maior em razão daquilo que foi agregado pelo tributo pago na fonte, pago na origem. Quer dizer, cada empresa apresentaria a sua planilha e, no momento em que ele tivesse recolhido 20%, 30% de tributos dentro do País, receberia o seu dólar mais valorizado. Com isso, faríamos justiça total, já que, no caso dos semi-acabados, pouco valor é agregado ao tributo, pouco trabalho, pouca mão-de-obra é agregada ao produto final. Então, nós resolveríamos o problema de maneira muito mais simples do que essa parafernália toda: compra no mercado interno, exporta e o que representa o piso, o que representa o IPI e o ICMS? Não seria mais fácil o Governo atentar para esse fato?

Era só essa pergunta que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Eu antes de passar a palavra ao Governador Eduardo Braga, eu queria, rapidamente, fazer também uma consideração.

Primeiro, parabeno S. Ex.^a pelo que disse aqui, o que mostra que S. Ex.^a que está inteiramente a par de toda essa complexa situação que vive o País hoje.

Parabeno também S. Ex.^a pela visão de que esse é o momento oportuno de fazer essa grande discussão. Quer dizer, o que o Governador traz para nós não é o debate da dívida; o problema é muito mais complexo. A dívida é uma dos componentes importantes, mas não é o único.

Entendo que o momento certo para discutir esse assunto é na hora da reforma tributária. O próprio Presidente da República – o Sr. Governador faz parte da base do Governo – abriu esse diálogo. Então, esse diálogo não pode se fechar agora pela aprovação açodada de uma reforma tributária feita de qualquer forma, sob o rolo compressor. O Congresso tem essa grande responsabilidade, bem como os Governadores, e essa possibilidade de manter aberto esse canal de diálogo que deve ser cada vez mais alargado, para que todas essas situações tão complexas citadas pelo Governador sejam contempladas.

Essa é uma obrigação do Governo Federal porque ele tem dever de manter o pacto federativo, de

manter a sustentabilidade de todos os entes federados – não apenas do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais. Ele deve promover essa grande discussão da melhor forma para que não façamos nada precipitado e, amanhã, tenhamos de reformular ou apagar o que foi decidido.

Eu quero parabenizá-lo mais uma vez, Governador, pela sua clareza. Já o tinha visto na televisão e, agora, pessoalmente, confirma-se a impressão que eu tinha de V. Ex.^a.

Concedo a palavra a V. Ex.^a para as considerações finais,

O SR. EDUARDO BRAGA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero dizer ao Senador Roberto Saturnino que concordo em gênero, número e grau com S. Ex.^a. Nós não discordamos quanto ao mérito da responsabilidade pelos endividamentos. Não é isso.

Apenas quero dizer o seguinte. O Amazonas foi um dos Estados que menos se endividaram. O Estado do Amazonas é hoje um dos quatro Estados menos endividados do País. Meu Estado não se endividou não porque não tenha querido se endividar. Não se endividou porque, quando ele conseguiu ter nos organismos multilaterais os seus projetos a ponto de serem aprovados e, portanto, necessitar de autorizações do Governo Federal, através da Confix, etc, ele não conseguiu por falta de força política.

O que está acontecendo agora? Temos Estados com 22%, outros Estados com 11%. O que vai acontecer se se resolver o problema pela média? O que eu quero dizer é que precisamos de uma regra que conserte a questão do endividamento sem penalizar aqueles que não se endividaram, porque estes estão sendo penalizados. No total do ajuste fiscal do Governo brasileiro com o FMI, os Estados ajustados, do ponto de vista fiscal, não estão podendo operar nem ser tomadores sequer junto a órgãos como o BNDES, pois este Congresso, na reforma financeira do Governo passado, acabou com essa possibilidade, em função do limite que se estabeleceu para o risco público no BNDES e nos outros bancos.

Portanto, concordo com o senhor em gênero, número e grau. Quero apenas afirmar claramente que não vamos poder tratar desiguais de forma igual em questão tão grave e tão delicada como essa. Muitas vezes, um Estado pode estar em situação diferente do outro Estado. Se se decidir pela média, vai ser muito bom para quem estava muito em cima e muito embaixo. Em vez de beneficiar, estará prejudicando. Foi esse o sentido. Não há aqui nada em desacordo entre a minha posição e a do Senador.

Senador João Batista Motta, quero agradecer por suas palavras, meu companheiro de PPS, meu amigo.

A questão da desoneração das exportações é complexa. Tenho a certeza de que o debate desse assunto será profundo. A proposta de V. Ex^a é mais uma das contribuições que vão engrandecer esse debate. A única coisa que me parece ser absolutamente indispensável é que tenhamos em mente que, seja qual for a posição adotada, precisamos dar a desoneração simultaneamente com a compensação. A questão temporal e o equilíbrio econômico-financeiro é fundamental no caso. Portanto, o montante do fundo é fundamental. E mais: o passivo que se carrega nos Estados não pode ser unilateralmente transformado em ativos para as empresas, quebrando os Estados exportadores deste País. Os Estados que conseguem exportar vão ser brutalmente penalizados. O Estado do Amazonas exportará neste ano US\$1,5 bilhão. As suas exportações cresceram, no primeiro semestre deste ano, em 20% as suas exportações, exportações de bens finais, gerando emprego e renda, gerando cadeia produtiva. Por isso o Projeto Zona Franca é importante para o Brasil, não apenas para o Amazonas ou para a Amazônia Ocidental.

Tenho certeza de que essa questão haverá de animar e de esquentar profícuos e profundos debates tanto na Câmara quanto no Senado. Tenho certeza de que a contribuição de V. Ex^a haverá de engrandecer esse debate.

Com relação às palavras do nosso Presidente, agradeço pela sua generosidade. Há muito em comum entre a Bahia e o Amazonas. Tive oportunidade recente, num encontro com o Líder Aleluia, de dizer-lhe que nós temos muitas complementaridades, seja no turismo, se conseguirmos unir uma rota litoral/floresta, seja do ponto de vista da Lei de Informática, seja do ponto de vista das exportações, seja do pólo petroquímico, seja da questão da origem e destino.

Essa questão dos Estados que têm um PIB maior do que seu consumo interno precisa ser muito bem avaliada. A regra de transição da alíquota de referência inviabiliza o Estado do Amazonas. Isso não apenas reduz a receita, mas também quebra o Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas tem uma perda de 54% da sua receita líquida e esse enfraquecimento do Amazonas é em favorecimento das regiões mais ricas. Então, você vai na razão inversa do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento regional, do desenvolvimento da equidade, da melhoria das condições das políticas sociais, quando um pólo produtor, no coração da floresta, vai perder receita

em detrimento dos mercados ricos. Então, acho que o princípio social da carga tributária precisa ser muito bem analisado pelo Senado quando dessa discussão. No mais, agradecer ao nosso nobre relator, nosso Senador Ney Suassuna pelo convite, e dizer que espero ter contribuído humildemente para que os nobres Senadores possam apontar caminhos para 27 governadores que estão à busca de caminhos, de chegarmos a um Porto Seguro, como a Bahia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, com a palestra do Governador Eduardo Braga e a intervenção dos Srs. Senadores, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado, Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 11h40min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão da Dívida Pública**

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PÚBLICA, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRÊS DE SETEMBRO, DE 2003, ÀS 10:00, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia três de setembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária de Dívida Pública, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Pedro Simon, Aelton Freitas, Paulo Octávio, Jonas Pinheiro e João Batista Motta, e ainda, dos Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá, Serys Slhessarenko, Ramez Tebet, Presidente Eventual, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Renan Calheiros e Demóstenes Torres. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senador Ramez Tebet convida a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Sra. Rosângela Rosinha Garotinho B. A. Matheus de Oliveira, para sentar-se à mesa. Logo após, assume a Presidência o Senador César Borges, Presidente da Subcomissão, agradecendo ao Presidente da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos a sua presença e colaboração com os trabalhos da Subcomissão. O Presidente convida o Relator da Subcomissão, Senador Ney Suassuna, e o Secretário da Receita Estadual, Sr. Mário Tinoco, para se sentarem à mesa. Em seguida, a Presidência concede a palavra à Governadora para discorrer sobre a Dívida dos Estados. O Senador César Borges passa a palavra ao Relator da Subcomissão, Senador Ney Suassuna, que agradece a convidada pela sua presença e explanação. Usam da palavra, para interpe-lar a convidada, os Senadores Ney Suassuna, Sérgio Cabral, Marcelo Crivela e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **César Borges**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, por especial gentileza do Presidente da Subcomissão da Dívida Pública, Senador César Borges, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão da Dívida Pública da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Esta audiência pública tem por finalidade discorrer sobre a dívida dos Estados, hoje contando com a presença da Exm^a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Sr^a Rosângela Rosinha Garotinho Matheus de Oliveira.

Peço ao Senador Ney Suassuna, por gentileza, que chame nossa convidada a adentrar o plenário desta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Governadora, declaro que minha presença se justifica porque se trata de uma Subcomissão criada dentro da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu mesmo pedi ao Senador César Borges, que preside esta Subcomissão, que me desse o privilégio de abrir esta reunião para reconhecer os méritos desta Subcomissão, que, neste momento da vida pública nacional, quando estamos no bojo de uma reforma tributária com toda a sociedade envolvida – União, Estados, Municípios, classe produtora, em suma os setores produtivos –, quando penso que deveríamos todos ter os olhos voltados também para o cidadão, para o contribuinte, vem desenvolvendo um excelente trabalho de esclarecimento à opinião pública, permitindo que os Estados da Federação, por meio de seus governadores, aqui compareçam para expor suas idéias e as dificuldades que os Estados brasileiros enfrentam. Isso realmente

tem de acontecer no Senado da República, a Casa da Federação, a Casa dos Estados brasileiros. Estamos devendo a esta Subcomissão esse trabalho de reconhecimento que vem realizando.

Por isso, Senador César Borges e eminente Relator, Senador Ney Suassuna – que teve a idéia desta Subcomissão e a discutiu comigo –, Senador Romero Jucá, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de aqui comparecer também movido pela vontade que tive, a partir de ontem, de aproveitar a oportunidade que está aqui uma mulher que governa do Estado do Rio de Janeiro, prestando uma homenagem não só àquele Estado, como à mulher do Brasil. Isso é muito importante que fique ressaltado. V. Ex^a é uma das poucas mulheres que governam uma unidade da Federação brasileira. Há também a Governadora Wilma Maia do Rio Grande do Norte.

Assim, Governadora Rosângela Rosinha Matheus de Oliveira, saúdo-a efusivamente. Esta Subcomissão iniciará seus trabalhos. Tenho plena convicção de que seu Estado vencerá as dificuldades pelas quais atravessa graças à sua dedicação, seu dinamismo, sua vontade e também com o auxílio, naquilo que for possível, do Senado da República.

Agradeço, portanto, a gentileza e tenho a honra de passar a Presidência dos trabalhos a quem realmente de direito é o Presidente desta Subcomissão: o ilustre Senador César Borges.

Senador César Borges, muito obrigado por ter-me permitido essa deferência e essa manifestação. Eu precisava fazer justiça aos trabalhos desta Subcomissão e também essa saudação pública ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da sua Governadora aqui presente.

Muito obrigado,. Senador César Borges. Passo a V. Ex^a a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Inicialmente, agradeço a presença honrosa nesta Comissão do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, eminente Senador Ramez Tebet, que sempre apoiou a criação desta Subcomissão, idéia do nosso Relator, Senador Ney Suassuna. O Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, sempre demonstrou seu entusiasmo e seu apoio e certamente sua presença dá um ânimo maior aos trabalhos desta Subcomissão.

Além disso, quero, desde já, saudar a presença entre nós da Governadora Rosinha Matheus*, que efetivamente honra esta Subcomissão num momento tão importante da vida nacional, quando se discute a reforma tributária, apesar de o assunto hoje não ser

especificamente esse. Certamente a Governadora também nos dará sua visão sobre essa reforma que tramita no Congresso Nacional. Estamos falando de dívida pública dos Estados. Portanto, quero saudá-la e agradecer a sua disponibilidade de poder estar entre nós, o que é uma honra, sem sombra de dúvida, para esta Subcomissão e para o Senado Federal.

Convido para compor a Mesa o nosso Relator, Senador Ney Suassuna, e também o Secretário de Finanças do Rio de Janeiro, Dr. Mário Tinoco*.

Dito isso, passo a palavra à Governadora Rosinha Matheus para que possa...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – É estranho o Presidente pedir a palavra pela ordem, mas não quero cometer injustiça nesta Subcomissão.

É muito honroso para nós registrarmos a presença de uma ilustre Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro que representa a Câmara dos Deputados. Refiro-me à Deputada Jandira Feghali* e também ao Deputado Cunha que aqui se encontram.

Muito obrigado. Desculpem-me por não ter mencionado anteriormente a presença de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex^a, que também me permite desculpar-me com os Srs. Deputados e com A SRA. Deputada que se encontram aqui e saudá-los. É realmente uma honra para esta Subcomissão tê-los aqui, já que trabalhamos em conjunto no Congresso Nacional, seja Senado Federal ou Câmara dos Deputados. O que importa são os interesses nacionais aqui tratados.

Governadora, ao passar-lhe a palavra, informo que esta Subcomissão foi constituída exatamente com a finalidade de avaliar a dívida dos Estados e a capacidade que têm os Estados brasileiros hoje de suportá-la, dívida essa que tem estrangulado a capacidade de endividamento dos Estados brasileiros.

Sabemos que, quando houve a negociação da dívida, ela favorecia, naquele momento, os Estados brasileiros pela assunção da dívida dos Estados pela União. No entanto, da maneira como foi negociada e da forma como está no presente momento – já se passaram aproximadamente dez anos para alguns Estados e um pouco menos para outros –, a dívida começa a pesar muito por representar uma parcela substancial das receitas dos Estados, algo que varia entre 13%, 15%, 16%. Se já está difícil conseguir al-

gum recurso mínimo para investimento, ao pagar essa dívida, a capacidade fica ainda mais limitada.

Constituiu-se esta Subcomissão na tentativa de agregar os diversos projetos que tramitam no Senado e que tentam resolver essa questão. Há um projeto do atual Vice-Presidente da República, José Alencar, que, quando era Senador, limitava o pagamento da dívida dos Estados, negociada com a União, a 5% da receita corrente líquida. Há um projeto do Senador Antero Paes de Barros, que refaz todo o cálculo do que é receita corrente líquida. Então, o que é considerado, por exemplo, despesa vinculada, cujos recursos são gastos em educação e em saúde, não entra no cálculo da receita corrente líquida. É também uma maneira inteligente de enfrentar a questão. Há proposta no sentido, por exemplo, de que essa dívida pudesse ser transformada em obras públicas, passadas para os Governadores, mediante projetos em conjunto com o Governo Federal e se pagaria a dívida mediante obras, que seriam benefício para a população. Então, são idéias diversas.

Passo-lhe a palavra, dizendo-lhe qual foi a inspiração do Senador Ney Suassuna na criação da comissão. Fique livre para tecer comentário sobre quaisquer assuntos. Inclusive creio que o assunto do dia, circunstancial, com o qual todos estão preocupados é reforma tributária. Ressalto que a dívida também é uma preocupação que será permanente, independentemente do que for votado. Com relação à reforma tributária, continuaremos nosso trabalho para tentar aliviar os Estados desse encargo muito pesado que é a dívida pública dos Estados brasileiros.

Concedo a palavra à Governadora Rosângela Rosinha Garotinho.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Primeiramente, agradeço a oportunidade ao Presidente Ramez Tebet, aos Senadores César Borges e Ney Suassuna e demais autoridades. Falar da dívida do Estado nos leva também até a discussão da reforma tributária. Hoje estamos lutando para que o Estado do Rio de Janeiro não continue a perder da forma como vem acontecendo ao longo de alguns anos.

Preciso lembrar um pouco a época do Garotinho para mostrar de que forma as coisas aconteceram de lá para cá, porque, na época da renegociação da dívida, o Estado do Rio estava numa situação muito difícil. Era uma dívida impagável e conseguimos fazer uma negociação que foi muito boa para a União e também para o Estado, pois pagamos a conta gráfica com os **royalties** do petróleo. Isso é dinheiro vivo da União e que o Estado naquele momento entendeu que era o melhor e o era.

Foi uma boa negociação para aquela época. Contudo, a situação macroeconômica não se desenvolveu da maneira que esperávamos. O desemprego aumentou. O câmbio foi desvalorizado. Subiu o IGP. Dessa forma, aumentou o peso da dívida. De 13%, pagamos, na verdade, 20% porque aumentou em 7% a dívida extralimite, em face da desvalorização e da situação macroeconômica.

Até sugiro aos Senadores que, quanto aos 13% que os Estados pagam hoje de dívida, realmente repensem a forma de pagamento – prolongar os anos ou diminuir a porcentagem da dívida ou se o pagamento será por meio de obras etc. – porque os Estados, na verdade, estão bastante estrangulados com essa dívida.

O nosso Estado sofreu muito com a perda da arrecadação na época do racionamento de energia, o apagão. No primeiro semestre do ano de 2001, antes do apagão, tínhamos uma receita bastante razoável. O ICMS tinha crescido quase 15% em termos reais. Na época do racionamento, a receita despencou e, durante o ano, essa média ficou em 7,4% – vejam V. Ex^{as} como caiu, com o racionamento, a arrecadação de ICMS do Estado. Quer dizer, no primeiro semestre, em que o crescimento atingiu quase 15%, houve em média uma baixa de 7,4% no ano.

Em 2002, ficamos com 2,6%. Se não fosse o apagão, teríamos arrecadado nesses três semestres cerca de R\$2,047 bilhões a mais de ICMS. Portanto, o apagão prejudicou muito a arrecadação dos Estados, em especial o Estado do Rio de Janeiro.

Desde o fim do racionamento, o crescimento da economia fluminense ainda não atingiu o patamar que possuía antes do racionamento. Principalmente no setor de energia, não conseguimos voltar à cifra que arrecadávamos naquela época anterior ao racionamento, e a crise se acentuou.

Tivemos também alguns impactos por decisões judiciais na folha de pagamento. Entre a folha e a perda que tivemos da receita, tivemos quase 1,4 bilhão por ano de impacto com essas decisões judiciais e a perda da receita.

Eu encontrei o Estado numa situação ainda mais complicada. Além do impacto da folha, além dessa crise toda, macroeconômica encontrei o Estado sem o pagamento do 13.^o salário do ano passado, sem recurso para pagar o mês de dezembro, e o pagamento da dívida estava atrasado desde setembro. Isso contribuiu para que o Estado ficasse numa situação pior ainda. Entre atrasos com fornecedores, inadimplência do serviço da dívida, o não-pagamento do 13.^o, temos uma situação de mais de um 1,746 bilhão

de reais, só com essas questões, fora o que o Estado já vinha atravessando antes.

Estamos em busca de soluções emergenciais. Estamos fazendo umas negociações para que possamos pagar o 13.^o atrasado. Vamos pagar este ano quinze folhas de salário com doze meses de arrecadação; consegui pagar em janeiro ainda a folha de dezembro com a arrecadação de janeiro e não a arrecadação de dezembro porque não ficou no caixa; aos funcionários que ganham até 500 reais eu já paguei o 13.^o do ano passado e deste ano integralmente. Na semana passada, para quem ganha acima de 500 reais, nós parcelamos o 13.^o do ano passado em cinco vezes; já pagamos a primeira parcela.

Temos algumas questões – inclusive aqui no Senado com uma resolução –, uma negociação que estamos fazendo com o Itaú de antecipação de receita, mas na verdade são trocas de garantias. Nós temos a conta “b” do Estado, que ficou em garantia ao Banco Itaú na privatização do Banerj; estamos querendo uma antecipação desses recursos e, em troca, temos um excedente dos **royalties** do petróleo que estamos dando como garantia para o parcelamento desse empréstimo com o Itaú para pagar o 13.^o salário. Estamos juntos ao Governo Federal desde a transição, conversando e logo depois que assumimos trouxemos as sugestões ao Governo Federal dos Certificados Financeiros do Tesouro (CFT), para que nós pudéssemos reduzir o prazo desses certificados; teríamos, para este ano, em torno de 450 milhões, fora o período dos quatro anos que estamos sugerindo, que daria um pouco mais de um bilhão, e esse valor ajudaria a pagar também o 13.^o. Porque são dois salários 13.^o que estamos pagando, e como a nossa folha de 13.^o bruta é de 650 milhões, ficaríamos com valor aproximado para cumprir com todas essas obrigações que o Governo do Estado tem.

Mas isso não resolve a situação estrutural do Governo. Na Reforma Tributária, nós estamos trabalhando por uma injustiça com o Rio de Janeiro que é a questão da origem e destino. Eu não consigo pensar ou admitir que, dentro da mesma Constituição, se trate um produto diferenciado dos demais. O petróleo e a energia hoje são exceções na cobrança do ICMS: não são pagos no Estado de produção, mas no Estado de origem, enquanto os demais produtos são pagos no Estado de produção.

Não sendo possível, pelo encaminhamento que nós estamos vendo na Reforma Tributária, mexer na questão da origem e destino, nós trouxemos uma sugestão que não mexe com nenhum Estado e também não tira dinheiro da União, mas ajuda a resolver em

parte a situação do Estado do Rio de Janeiro. A nossa sugestão é a seguinte: que a partir de janeiro o Estado do Rio possa ficar com os **royalties** do petróleo devidamente divididos com os Municípios, repartidos com eles como manda a lei, mas que nós pudéssemos ficar com o acréscimo da produção. Com isso nós não estamos tirando dinheiro de nenhum Estado, e a União deixaria de receber o acréscimo, mas não tiraria da União o que já existe hoje. Estamos lutando para conquistar isso na reforma tributária. Essa é a forma que temos para estruturar em parte o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Essas são as maiores considerações que gostaria de fazer aqui, em especial, a respeito da reforma tributária diante de tudo o que estamos discutindo. São pontos importantes como a desoneração das exportações, o que também é um fator importantíssimo.

Eu havia sugerido desde a primeira reunião com os Governadores e o Governo Federal que seria menos complicada a discussão se o crédito fosse federalizado porque o objeto dessa discussão hoje são os créditos com que os Estados ficam quando exportam. Se federalizar os créditos, acaba a discussão, acaba o problema dos Estados que exportam e têm o crédito, pois esse é o objeto principal dessa discussão.

Quanto à Cide, ao Pasep e às demais discussões, de tudo isso que consideramos importante, o que é essencial para o Estado do Rio é essa reestruturação. Estamos negociando os CFT's com o Governo Federal. Estamos negociando também com o Itaú – a resolução está no Senado. Existe, ainda, o acréscimo da produção de petróleo para que pudéssemos ficar com os **royalties** desse acréscimo de produção.

Há uma diferença entre quem produz petróleo em terra, caso em que o Estado fica com 56,5%, e quem tem, como é o caso do Rio de Janeiro, a plataforma continental – neste caso ficamos apenas com 22,5%. Isso seria um pouco de justiça e de compensação com o Estado do Rio de Janeiro.

Entendo que esse é o ponto mais crítico que estamos discutindo com os Senadores. Iremos discutir-lo também na Câmara. Não creio que a nossa proposta possa prejudicar algum outro Estado ou mesmo a União. Pode-se fazer a restituição de um Estado sem prejudicar ninguém.

Na verdade, a União deixaria de receber esse acréscimo. Ele ficaria com o Estado do Rio até que se discuta a origem e o destino dele. Muito obrigada.

Se tiverem alguma dúvida, estamos aqui e, se for mais técnica, está aqui o meu Secretário que pode me auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço à Governadora Rosinha Matheus as palavras e a explanação sobre o Rio de Janeiro, ressaltando suas particularidades.

Passo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero, antes de mais nada, saudar a Governadora que está fazendo todo o esforço para que o Estado do Rio, segundo ente da Federação dos Estados brasileiros, possa vencer uma crise que parece gigantesca.

Não é culpa da Governadora – façamos justiça –, pois S. Ex.^a já encontrou o Estado nessa situação, consolidada há muitos e muitos anos e que passou por muitos Governos. Hoje o Estado do Rio, segundo nossos apontamentos, nobre Governadora, tem só de dívida consolidada trinta e cinco bilhões e meio. Isso é o que paga a República.

Não sei qual é o percentual que está pagando sobre a arrecadação, mas me parece que é algo em torno de 15%.

O SR. MÁRIO TINOCO – Vinte por cento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, imaginem a situação do Estado: tem que aplicar 25% em educação, 12% em saúde e 20% de dívida consolidada.

Ficamos estarelecidos ao analisar a situação do Rio de Janeiro. É o Estado que tem o maior número de aposentados porque lá era a sede do Governo Federal, que deixou uma herança enorme em folha de aposentados.

Atualmente, em relação à dívida consolidada, quando um cidadão nasce no Rio de Janeiro, nasce devendo dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais; na Paraíba, setecentos reais.

Estamos cansados de ouvir o nobre Senador Marcelo Crivella dizer – aliás, os demais Senadores do Rio de Janeiro têm feito coro a S. Ex.^a – que o Estado do Rio de Janeiro entra na República deixando quarenta bilhões, quatrocentos e seis milhões e recebe de volta 3,21 do que a União arrecadou e do que na proporção dos demais Estados é recebido.

Há um número até mais incrível. No ano passado, o Rio de Janeiro recebeu pouco mais de um bilhão e meio, enquanto a Paraíba recebeu mais de um bilhão. É a segunda unidade da Federação e enfrenta dificuldades muito grandes.

Começamos a estudar não apenas as dívidas passadas, e não sabemos ainda o número de dívidas

de precatórios. Não sei se o Sr. Secretário ou a SRA. Governadora possuem a informação do montante de precatórios que o Estado deve. Estamos fazendo a soma porque é um número alarmante. E pedimos aos tribunais, pois uma parte está na Secretaria e outra no Tribunal, em trânsito, ainda sendo julgada. É um montante grandioso. Não sei se a Governadora dispõe dos dados, mas os estamos pedindo a fim de esboçar um cenário do que é o Brasil hoje, já que nem a União sabe quanto deve.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Não possui dados precisos que possa passar a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não posso recriminar o Estado do Rio de Janeiro porque quase nenhum Estado sabe. É muito difícil, porque são muitas as instâncias em que se encontram tramitando os precatórios: na Justiça, na Secretaria, em instituições de administração indireta do Estado. É realmente complicado. E não temos esse cenário. Estamos tentando levantar, é um dos itens que a Comissão pretende obter, saber o que estamos devendo.

No momento, estamos um pouco preocupados e perplexos com relação à reforma tributária que vem por aí. O que serve para um Estado às vezes não serve para outro. Ouvimos o Estado do Amazonas, um Estado exportador, assim como o Rio de Janeiro, e, como exportador, se aplicarmos a divisão entre uma parte do ICMS na origem e outra no destino, será um prejuízo muito grande para o Estado e poderá levá-lo à falência. Não sei e gostaria de indagar à Governadora a respeito do fenômeno de origem e destino, o problema do teto, como vamos nos comportar em relação ao teto no Rio de Janeiro, e que impacto causa, porque também é algo que causa dicotomia entre os Estados. O Amazonas paga um salário confortável ao Governador; no Rio Grande do Sul ele é de quatro mil. Se for utilizado o teto, não conseguirão pagar um técnico que seja categorizado, principalmente para o interior. Além disso, há também o salário dos prefeitos e o problema das pensões, o impacto disso na folha de despesas do Estado.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – O impacto em relação ao teto é de duzentos milhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E em relação às pensões? É uma carga pesada para o Estado. V. Ex^a tem como quantificar?

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Quatrocentos e cinquenta milhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Custa quatrocentos e cinquenta milhões por mês ou por ano?

O SR. MÁRIO TINOCO – Aposentadorias e pensões, os dois juntos, representam mais ou menos 50% da folha. Portanto, cerca de quinhentos milhões por mês.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Observei, com certa satisfação, que o Estado do Rio de Janeiro, com folha de pagamento, está muito equilibrado: 37% da arrecadação. E está decrescendo.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – É porque na negociação da dívida, realizada pelo Garotinho, criamos o fundo da Previdência e passamos a folha de aposentados e pensionistas para esse fundo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Entendi. O que estou elogiando, Governadora, é que há Estados que estão com 62%. E o Estado de V. Ex^a está declinando em termos de folha de pessoal, o que demonstra o esforço de enxugar a Administração e de fazer com que o Estado tenha alguma coisa para investimento. Pediria a V. Ex^a que fizesse alguma consideração a respeito do que sobra de investimento do Estado... Pude perceber que a dificuldade que V. Ex^a enfrenta, no somatório, é de cerca de duzentos e setenta milhões por mês, quantia necessária para revigorar o Estado, se conseguíssemos novamente fazer... O Estado do Rio de Janeiro possui um fator diferenciado dos demais, que são os **royalties** que recebe como grande produtor de petróleo. Eles nos permitiram, como pude constatar quando auxiliei na última negociação...

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Mas, Senador, os **royalties** não são apenas para o Estado. Atualmente, a União recebe 40% dos **royalties** e, do que fica para o Estado, passamos 25% aos municípios. Fala-se que o Rio de Janeiro tem muito recurso porque tem os **royalties** do petróleo, mas na verdade o montante dos **royalties** não fica e ainda tem uma parte que paga a dívida, porque foi negociada a dívida. Temos hoje, no Rio de Janeiro, excedente da época que o Garotinho fez a negociação da dívida, porque a produção aumentou no Estado, o valor do barril do petróleo e o dólar aumentaram e ficamos com esse excedente, que também repassamos aos municípios. Então, ficamos com uma parcela disso, em torno de R\$500 milhões. Não ficamos com a totalidade dos **royalties**.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É. O Estado fica com cerca de 35% dos **royalties**.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Vinte e dois pontos cinco.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quarenta por cento fica com a União, 25% fica com os municípios...

A SRA. ROSINHA MATHEUS – É, porque tem uma parte para a Marinha, outra parte...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Há outras retiradas.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Sim. Falam que o Rio de Janeiro fica com os *royalties*. Mas não ficamos com o todo, só com uma parte, que é uma parte pequena em relação aos Estados produtores em terra, que ficam com 56,5%. No Rio de Janeiro, porque nossa produção é na plataforma continental, ficamos com 22,5%.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Citei os *royalties*, nobre Governadora, porque o Estado do Rio de Janeiro, na negociação da dívida, foi o Estado que mais pagou.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Foi o Estado que mais pagou.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se parar para pensar que pagou com *royalties*, não interessa. Mas, do montante que ele tinha direito, disponibilizou e pagou nas negociações. Nenhum Estado dispôs valores como o Rio de Janeiro fez. E, lamentavelmente, a situação continua sendo a de primo pobre. V. Ex^a já falou que, na reforma tributária, a situação do Estado do Rio pode ser resolvida sem misturar parâmetros de outros Estados. Na realidade, V. Ex^a está querendo resolver parte pela reavaliação dos *royalties* e pelo excedente dos *royalties* da data de negociação até hoje ao aumento de produção. É isso?

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Entendi dessa forma.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Isso. O que tiver de acréscimo no aumento da produção do petróleo, a partir de janeiro, que pudéssemos ficar com os *royalties* do petróleo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em relação ao teto, V. Ex^a não se preocupa, não faz nenhuma reivindicação que passe para ser o da Justiça, coisa nenhuma desse tipo. Prefere que fique como está.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Não, prefiro que tenha o teto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que tenha teto máximo de pagamento. Digo isso porque nos Estados os salários normalmente estão amarrados ao salário do Governador. Usam como referência o salário do Governador. Em alguns Estados, está ha-

vendo uma pressão muito grande para ser o da Justiça. E eu queria ouvir a opinião de V. Ex^a.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – No nosso caso, ficaria difícil, não teríamos nenhum impacto na folha se fosse dessa forma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se continuasse como o do Governador.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Não, da Justiça. Se colocar o teto da Justiça, acho que vamos aumentar a nossa despesa. Teria que ser pelo teto do Governador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso tem sido dito pelos Governadores: que os desembargadores ganham mais do que os Governadores, logo, com toda certeza, seria déficit para as contas públicas do Estado.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Com certeza.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigando.

Pode franquear a palavra, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pois não. Antes de iniciar a inscrição e passar a palavra aos oradores que estão inscritos, quero franquear a palavra à Governadora Rosinha Matheus, caso deseje comentar sobre as inquirições do Relator Ney Suassuna.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Temos uma previsão de 10% da receita, é o nosso desejo para investimento, mas não temos quase nada. Isso daria em torno de R\$1,5 bilhão. Mas hoje não temos esse recurso para investimentos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Hoje não tem. E todo mês tem déficit na folha? Quer dizer, na folha não, entre o recebimento e o que paga.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Na folha, não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Acho que realmente é um Estado que está numa situação de injustiça perante o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – O que parece que não é muito diferente de muitos outros Estados brasileiros. Não tem capacidade de investimento. A Governadora consegue pagar a folha, cumprir suas obrigações de dívida, mas não tem capacidade de investimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, nobre Presidente. No caso do Estado do Rio de Janeiro, há falta de dinheiro todo mês. Porque, além de ter herdado tudo isso, ela ainda tem...

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Temos que pagar 15 folhas este ano.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Sim, mas está equacionado o pagamento...

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Está equacionado, porque estamos buscando alternativas de negociação. Se fosse só com a arrecadação mensal, não teríamos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por isso, a necessidade de aprovarmos, na terça-feira próxima, aqui, o pedido do Estado do Rio de Janeiro, não de empréstimo, mas de troca de garantias; não tem nada a ver com empréstimos, é troca de garantias.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – É porque a conta b é vinculada, como garantia, ao Banco Itaú na época em que foi feita a negociação da privatização do Banerj, existe esse recurso em conta, que serve como garantia para o Itaú; temos a garantia dos **royalties** do petróleo, queremos antecipar o recurso da conta b e estamos dando como garantia uma parte do excedente desses **royalties** do petróleo para pagar mensalmente até chegar ao valor que estamos antecipando.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ou seja, essa é a garantia que está naquela conta parada, e essa é a garantia dos **royalties**. Tudo que está se pedindo é que se troque um pelo outro.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Estamos antecipando de uma conta e parcelando para outra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não está sendo pedido empréstimo, mas, sim, uma troca de garantia.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – O dinheiro é nosso, é do Estado, mas está vinculado como garantia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Está entendido, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Passo a palavra ao primeiro inscrito, nobre Senador Sérgio Cabral Filho, do Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Senador César Borges, que, aliás, tem em sua carreira política dois momentos importantes, como Presidente da Assembléia Legislativa Bahia e como Governador do Estado, quando mostrou eficiência e competência, querida Governadora Rosinha Matheus, Senador Ney Suassuna, Secretário Mário Tinoco, companheiros Senadores do Rio de Janeiro, Saturnino Braga e Marcelo Crivella, Senadores Mão Santa e Delcídio Amaral, vejo como importante a vinda da Governadora, nesse momento, a nossa Casa e a esta Comissão e Subcomissão, para discu-

tir, primeiro sobre uma Unidade da Federação da importância do Estado do Rio de Janeiro, importância estratégica para o Brasil.

Nos últimos anos o conceito de prioridade estratégica no País se deu, e com razão Brasília é consequência disso, pela interiorização, e corretamente, o Brasil se interiorizou, as Forças Armadas investiram nesse processo, o Governo brasileiro investiu também, isso foi muito importante para o País, mas não podemos deixar de ver Estados como o Rio de Janeiro, sobretudo este Estado, que apresenta uma característica que não é convencional. A cidade do Rio foi capital federal.

Houve no Rio de Janeiro, por conta da mudança da capital para Brasília, nessa visão de interiorização do País, um acordo entre a União e o novo Estado da Guanabara, como uma espécie de correspondência, de contemplação aos prejuízos causados pela perda da posição como capital. O Estado da Guanabara nasceu rico e com essas promessas do Governo Federal, de haver contrapartidas pela perda da capital. Mas não houve. O Rio de Janeiro foi punido pelo Governo Federal, melhor dizendo, o Estado foi punido pelo regime militar, porque de 1961 a 1963 a Guanabara era um Estado rico, o Governo Federal ainda funciona – e está aqui o Senador Saturnino, que viveu esse período – e ainda era, de certa maneira, a sede da capital, mas, o regime militar, quando veio, foi impiedoso com o Rio de Janeiro, até porque o Estado foi um dos que da Federação que com mais dignidade reagiu ao regime militar.

O MDB cresceu no Rio de Janeiro, na capital, isso de certa maneira assustou o regime militar, com todas as contradições, tínhamos na Guanabara o único Governador eleito do partido, Chagas Freitas, então o regime militar, numa decisão de cima para baixo, covarde, equivocada faz a fusão em 1965, colocando interventor no nosso Estado. O Rio de Janeiro, mais do que qualquer outro Estado da Federação, sofreu duas intervenções. O País sofreu uma, o Rio de Janeiro sofreu duas.

Uma fusão de cima para baixo, que deixou insatisfeito o antigo Estado do Rio de Janeiro, onde o Senador Roberto Saturnino tem muita tradição, e deixou insatisfeita a Guanabara.

Sr. Presidente César Borges, quando retomamos o período de início de redemocratização, na década de 80, também tivemos uma relação muito conflituosa com a União, por razões diferentes, de governadores diferentes, com relações diferentes com o Presidente da República. A década de 90 não foi muito diferente. Penso que o Governo Federal, em rela-

ção ao Estado do Rio de Janeiro, teve o momento razoável entre Marcelo Alencar e Fernando Henrique e um momento razoável entre Garotinho e Fernando Henrique na renegociação de 1999. Mas a verdade é que não temos tido uma boa relação com a União, pois o Estado do Rio de Janeiro não tem recebido o respeito que merece.

Recentemente, questioneei, com os Senadores Marcelo Crivella e Roberto Saturnino e todos os Deputados Federais, a maneira como foi realizado o bloqueio das contas do Rio de Janeiro. Houve um desrespeito completo com o Estado do Rio de Janeiro e com o Estado de Direito democrático.

Eu quero agradecer ao Senador Ney Suassuna, que tem sido um incansável defensor do nosso Estado e se colocou logo à disposição para ser o Relator de um projeto de resolução muito simples que será analisado pela CAE, se Deus quiser, na próxima terça-feira. O Presidente Ramez Tebet, aliás, com muita gentileza, colocou-se à disposição da Governadora.

O projeto de resolução – como bem explicou a Governadora – não acarreta perda nem quebra contratual. Trata-se apenas de relação de parceria com um banco privado.

Não tenho nada contra o banco Itaú, pois ele tem sido parceiro do Estado quando o governo precisa, como nessa iniciativa de parceria para um empréstimo, uma troca com ativos que o Estado possui. V. Ex^{as} sabem que banqueiro não faz mau negócio.

Agradeço a todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos pela compreensão e ao Presidente Sarney, que recebeu muito bem a Governadora ontem.

Outra questão é a Reforma Tributária, essa luta dos entes federativos – Municípios, Estados e União – e de uma comprovação com dados. Não é culpa do atual Governo, dessa tendência de alto escalonamento de absorção de tributos por parte do Governo Federal, de diminuição dos Estados e de diminuição dos Municípios. E o pacto federativo? A Reforma Tributária que está vindo da Câmara dos Deputados, pelo contrário, engessa mais esse pacto federativo, sufoca mais os Estados.

Do ponto de vista legislativo, os Estados têm muito pouca autonomia no Brasil. Assim como eu, V. Ex^a foi Presidente da Assembléia. A legislação concorrente no Brasil é uma piada. A independência dos Estados para legislar no Brasil é uma piada, assim como a questão das receitas. Não podemos imaginar o que se faz por intermédio de leis no Poder Legislativo dos Estados, buscar sua identidade cultural, econô-

mica e os seus valores. O Brasil é um país de dimensão continental, então os Estados não podem se identificar e buscar suas realidades: o Acre e o Rio Grande do Sul têm que conviver, o Piauí do Senador Mão Santa e o Rio Grande do Sul do Senador Pedro Simon devem ter a mesma identidade, porque os Estados não podem legislar; há uma camisa-de-força no Brasil. Ainda vem uma reforma tributária para garantir mais recursos para a União e sufocar mais os Estados? Esperem aí. E o contribuinte, claro, nisso tudo, é quem mais perde. Quanto mais centralizado é o país e quanto menor é o poder local, quem mais perde é sempre o contribuinte.

O Rio de Janeiro, com as suas especificidades, pelos erros cometidos por aqueles representantes que, na elaboração da Carta Magna, permitiram a isenção do ICMS na produção do petróleo – essa barbaridade que passou na Constituinte para o Estado do Rio de Janeiro –, é o único emirado pobre do mundo. O Rio de Janeiro produz quase 90% do petróleo nacional e tem um retorno mínimo do que produz. Então, penso que a Governadora está fazendo uma proposta muito razoável.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tivemos um Presidente da República carioca durante oito anos que não olhou para o Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas que se elegeu por São Paulo.

Senador Pedro Simon, por acaso, eu estava citando dois momentos do Rio de Janeiro em relação ao Governo Federal. O Rio de Janeiro sofreu duas intervenções. O Brasil sofreu a ditadura e o Rio de Janeiro sofreu a ditadura e a fusão. Houve os maus-tratos da União com o Governo do Rio de Janeiro, ao longo da década de 60 e 70, pela reação à ditadura e, nas décadas de 80 e 90, pelas más relações com o Governo Federal.

Mas o Governo Fernando Henrique Cardoso, em relação ao Governo Marcelo Alencar e ao Governo Garotinho, foi até acima da média.

Então, penso que V. Ex^a, Governadora, fez muito bem em vir ao Congresso Nacional e em pedir ajuda ao Senado Federal. Aliás, hoje, o Senado Federal está posto na manchete de um jornal carioca, como garantindo o 13º salário. Isso me deixou muito orgulhoso de ver o Senado Federal parceiro do Rio de Janeiro na garantia desses recursos.

Entretanto, penso que há muito mais a se discutir, não só em relação ao Rio de Janeiro – V. Ex^a disse muito bem –, mas em relação aos Estados de maneira geral. Essa centralização de recursos na União e o

que está vindo por aí na reforma tributária me preocupam muito, como também na Reforma Previdenciária, que é outra discussão em que muito discutem os números e pouco as pessoas e o Estado de Direito. Penso que o Senado Federal não deve ficar submisso a essa celeridade desejada.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Obrigada pela sua intervenção, Senador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro, que conhece profundamente a questão. Se me permite, vou fazer uma pequena correção. Eu gostaria de ter sido Presidente da Assembléia Legislativa, mas não fui. Fui Deputado Estadual.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Foi Líder do Governo, é verdade. Foi uma injustiça dos Deputados baianos para com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Teria sido uma honra para mim se tivesse no meu currículo a Presidência da Assembléia Legislativa do meu Estado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – V. Ex^a. deveria ter sido.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pergunto à Governadora Rosinha Matheus se deseja comentar a fala do Senador Sérgio Cabral.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Eu quero dizer que a legislação brasileira manda descentralizar. Têm sido oferecidas aos Estados e aos Municípios as atribuições, sem os recursos. Hoje, as atribuições têm de ser descentralizadas, os Municípios precisam atuar, porque estão mais próximos da população, sendo os Estados a segunda instância. Entretanto, os recursos não chegam, mas somente as atribuições. Como desenvolver as ações se os recursos não chegam juntos? Esse é um questionamento que temos de fazer na reforma tributária.

Diante de tudo, sei que esta reforma não será a reforma dos sonhos de nenhum de nós, mas que pelo menos ela possa ser uma reforma razoável, para que possamos fazer um pouco de justiça, com as injustiças que vêm sendo cometidas ao longo de alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – O próximo orador inscrito é o Senador Marcelo Crivella, do Rio de Janeiro

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Governadora do meu Estado, Sr. Secretário de Fazenda, meus companheiros, temos vivido, no Senado Federal, nesses quatro ou cinco meses de vida parlamentar, uma angústia diária pelo problema do nosso Estado, o Rio de Janeiro,

que é o segundo arrecadador da União e o décimo quarto a receber recursos de volta.

Agora mesmo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu estava apresentando a emenda do Senador Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, tratando sobre ICMS do petróleo. É impressionante como a ganância insaciável dessa elite paulista pôde colocar, na nossa Constituição, o casuísmo dos casuísmos, que é o ICMS do petróleo, único produto – porque energia elétrica é serviço – cujo ICMS é distribuído; não é pago na origem.

O senhor veja, a Bahia foi o grande produtor de petróleo nos anos 80. O petróleo da Bahia acabou, mas ficou lá um pólo petroquímico em Camaçari. O que ficará na Bacia de Campos?

Na viagem que fiz com o Presidente da República à Europa, durante os longos trajetos de avião, eu comentava com o Presidente Lula, e ele dizia: “Crivella, o Rio de Janeiro é exportador de gás, de diesel, de querosene de avião e gasolina. O Nordeste é consumidor. Essa refinaria, se for decidida tecnicamente – embora ele sempre tenha dito que seria política –, será para o Nordeste”.

Quer dizer, o meu Estado, todos os meses manda 3,5 bilhões para o Governo Federal e recebe de volta menos de 100 milhões. Só de Imposto de Renda, Senador Sérgio Cabral, meu nobre companheiro, são 02 bilhões, que são pagos todo mês pelo Estado para cá. Com a exceção do Imposto de Renda de funcionário estadual e municipal, que fica no Estado e no Município, o resto todo é mandado para cá. São mais 900 milhões de PIS e Cofins, mais 100 milhões de IOF. No final, dá 3,5 bilhões. Retornam menos de 100 milhões!

Os senhores vão dizer: “Isso é equilíbrio federativo. O Estado do Rio ajuda o pobre”. São Paulo não faz isso. São Paulo é o primeiro arrecadador da União. Em tributos federais manda 100 bilhões todos os anos e recebe quase 20, e o Rio de Janeiro manda 40 e recebe menos de 02. E não é culpa de nenhum Governo. São regras injustas da nossa Constituição que precisam ser revistas.

Quando se discutia isso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pediu-se o sobrestamento da pauta, sob o argumento de que vamos discutir uma reforma tributária, em que não se construiu, lá na Câmara, o que havia sido prometido, que era 1/3, pelo menos, na origem e 2/3 no destino.

Sr^a Governadora, realmente o nosso Estado tem sido vítima de uma tremenda injustiça com relação à distribuição de recursos. E vou dizer mais: ago-

ra, com a reforma da Previdência, nós três Senadores temos problemas para votar isso, principalmente no que diz respeito à taxaço de inativos, porque fiz uma consulta à Consultoria do Senado com a seguinte pergunta: "Quanto é que o Rio de Janeiro vai perder de tributaço na reforma"? Eles me informaram que, com os aposentados da União, que vivem hoje no Rio de Janeiro, em Copacabana, Ipanema, Méier, Tijuca – são muitos senhores idosos –, Marinha, Exército, Aeronáutica, Ministério da Fazenda, todos esses órgãos do Governo Federal, que vão descontar 11% do que passar de R\$R1.560,00. Isso vai significar um prejuízo para o nosso Estado de 220 milhões por mês.

Esses recursos vão sair da farmácia, do açougue, da padaria, do supermercado e do táxi e virá uma sangria a mais para o Governo Federal. O Rio de Janeiro não agüenta isso.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Nobre Senador Marcelo Crivella, eu, que tenho a honra de também morar no Rio de Janeiro, fico impressionado porque não é só isso. Os órgãos federais também estão sendo retirados, um a um, do Rio de Janeiro, o que significa um esvaziamento de poder e de receita.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Também.

Por isso, quero dizer A SRA. Governadora que fiquei muito feliz em saber que o nosso Senador Sérgio Cabral elaborou esse projeto de resolução que irá tramitar, tenho certeza, com urgência nesta Casa e terá o apoio, com certeza, da bancada do Governo, por ser uma questão de justiça.

Daqui a pouco, teremos um almoço, na minha casa, com a bancada do Governo e com o Ministro Ricardo Berzoini e vou colocar a importância e a relevância...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço ao Senador Marcelo Crivella esse empenho, porque estou com um requerimento de urgência, já assinado pelos Senadores Arthur Virgílio, Líder do PSDB; José Agripino Maia, Líder do PFL; Renan Calheiros, Líder do PMDB, e precisamos da assinatura do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo ou do Senador Tião Viana.

O Senador Aloizio Mercadante fez uma consulta do Ministro da Fazenda e me disse que me daria a resposta hoje. Peço ao Senador Marcelo Crivella, como Vice-Líder do Governo, que trocasse idéias com o Senador Aloizio Mercadante e que o Senador fosse célere com a assinatura, já que percebeu e con-

cordou, inclusive, com o projeto de resolução. Eu estava apenas terminando uma consulta ao Ministério da Fazenda para que possamos, votando na CAE terça-feira, com o regime de urgência, ir ao plenário o mais rapidamente possível.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Eu o farei hoje, no almoço que haverá na minha casa com a Bancada do Governo.

Governadora, quero dizer a V. Ex^a que estamos inconformados com essa situação. No Senado, tanto eu quanto o Senador Sérgio Cabral e o Senador Saturnino Braga, temos como dever de honra de nosso mandato, assim como o Senador Ney Suassuna, que é da Paraíba mas também do Rio de Janeiro, discutir essa desigualdade, essa injustiça que se faz.

A bem da verdade, muitos de nossos Estados deveriam ser territórios porque não se pagam, como muitos de nossos Municípios. Mais de mil Municípios não têm vida própria e acabam sangrando Estados já sacrificados. Repete-se a história da vaca mamando no bezerro. É o que hoje acontece na distribuição tributária. O Rio de Janeiro já não agüenta mais e estamos ao seu lado, Governadora, para mudarmos essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra à Governadora Rosinha Matheus.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – O Senador Crivella tocou em dois pontos bastante importantes.

No Rio de Janeiro, fomos contra a taxaço dos inativos. No entanto, gostaria de discutir a compensação, que não foi discutido na reforma previdenciária. Por exemplo, uma pessoa que contribui, durante boa parte de sua vida, com o INSS, ao chegar à aposentadoria como funcionário público estadual é pago pelo Estado. O INSS não faz a compensação pelo período de contribuição que lhe foi oferecida. Isso nos ajudaria a dar equilíbrio às contas do Estado sem precisar taxar os inativos. Apresentei essa proposta desde a primeira reunião dos Governadores com o Governo, mas não foi acatada.

Quanto às refinarias, Senador, defendemos que o País, hoje, tem capacidade para duas. Não precisamos brigar com o Nordeste. Lá no Rio de Janeiro, onde temos 82% da produção do petróleo nacional, estamos lutando por uma refinaria para a bacia de Campos. Lá, temos 1,3 milhão de barris/dia de petróleo, dos quais 500 mil são de óleo pesado. Grande parte desse óleo é refinada no exterior e o Brasil já

perde com isso, pois vai o óleo bruto com preço barato e volta refinado, com valor agregado.

A refinaria que defendemos no norte fluminense tem capacidade para 200 mil barris/dia – ainda faltam 300. Sendo assim, há condições de termos uma outra no Nordeste e eu só não me conformo de não termos duas.

Falei sobre a questão ao Presidente Lula durante a inauguração do tanque oceânico no Rio de Janeiro, e Sua Excelência disse-me que a decisão ia ser mais política do que técnica. Pedi a Sua Excelência que pusesse a pedra fundamental das duas, o que seria a decisão mais acertada, pois o País poderia se desenvolver por meio de duas refinarias.

Temos essa luta sendo travada no Estado do Rio, o que não inviabiliza a refinaria do Nordeste. As duas são compatíveis e uma não compete com a outra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Se V. Exª me permite, Governadora é um tema de grandes discussões na Europa e nos Estados Unidos o papel de intervenção do Estado, hoje, que já foi exagerado no passado, que já foi **lessez passes**.

Temos que ter um meio termo, a Petrobras não pode ter uma visão apenas empresarial. A Petrobras tem privilégios, como empresa, por conta exatamente de seu papel e não pode ter uma visão apenas de mercado. Ela não pode perder de vista a sua eficiência, mas tem um papel estratégico para o País. Estamos falando do norte e do noroeste fluminenses. O noroeste fluminense possui índices de pobreza similares aos do Nordeste, aos do sertão nordestino, e, no entanto, não possui Sudene. O Espírito Santo, o Nordeste e o norte de Minas possuem a Sudene. O noroeste fluminense não tem Sudene, não tem incentivo fiscal. Então, creio que o Governo Federal tem que ver o norte e o noroeste do nosso Estado, e o impacto econômico que ocorrerá com a presença de uma refinaria naquela região sob esse prisma também, além do resultado mercadológico que a própria Governadora apontou na questão do óleo produzido na região, da característica do óleo bruto.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – E creio que ninguém possa imaginar que, como Governadora do Estado, eu possa aceitar que se faça um oleoduto para levar riqueza do Rio para outro lugar ou que se encoste um navio na plataforma em Campos e que se leve também a riqueza para outro lugar, sem o Estado do Rio estar podendo compartilhar da riqueza que oferece ao País, já que somos 82% da produção do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Está encerrada a lista de inscrição. O Senador Pedro Simon quer fazer uso da palavra?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, como é uma reunião da CAE, da subcomissão, é um momento que gostaria de ouvir, há tanto tempo, desde que a Governadora assinou a ficha do nosso partido, uma saudação daquele que tenho como referência, há muitos anos como homem público no Brasil, o nosso Ministro, Governador e Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Confesso que não tive a oportunidade, pois não estava aqui, de comparecer ao ato de filiação de V. Exª e do ilustre companheiro Garotinho. Mas foi muito importante para nós do PMDB a presença de V. Exª e do seu marido. A campanha que o Garotinho fez como candidato à Presidência foi excepcional. Sem força, sem dinheiro, sem aliados, sem tempo na televisão, desempenhou uma campanha que mereceu respeito, teve oportunidade de dizer a ele isso pessoalmente, e penso que V. Exª esteja desempenhando um papel significativo. Não é apenas a esposa do Garotinho. V. Exª já tem o seu nome, já está marcando a sua posição e está tendo realmente o seu destaque.

A vinda de V. Exª para o PMDB foi muito importante, porque, hoje, o PMDB passa a ter o que não tinha, um Governador na zona fundamental, que é o triângulo Rio, São Paulo e Minas. E V. Exª pode usar o Rio Grande do Sul e os Estados que representam o PMDB nessa luta importante que V. Exª está travando. Os ilustres Senadores que falaram aqui sobre os problemas do Rio de Janeiro são absolutamente corretos e justos.

Tenho para mim que, durante muito tempo e ainda hoje, a maioria do povo brasileiro é um pouco do seu Estado e um pouco carioca. Temos uma admiração, um respeito e um carinho muito grandes pelo Rio de Janeiro. As análises que V. Exª está fazendo são muito profundas com relação às injustiças que o Rio de Janeiro está sofrendo. Injustiças que vêm ao longo do tempo, quando a grande verdade é uma só. Temos que reconhecer que, neste País, há muito tempo, quem decide é São Paulo. Agora, vamos ter mais oito anos de Presidente da República paulista, quando já tivemos oito de Fernando Henrique. Mas, independente de o Presidente da República ser ou não paulista, há muito tempo que o Ministro da Fazenda, que as autoridades que mandam e que decidem a política deste País são do Rio de Janeiro e de

São Paulo. Aliás, dizem, inclusive, que as mágoas que têm com relação ao Serra foram porque ele, como Relator da parte tributária do Orçamento, levou por terra e engabelou os nordestinos. Fez reunião com os Governadores, com as lideranças nordestinas, provando que a reforma era excepcional e ia ser muito boa para o nordestino, convenceu os nordestinos na sua pureza, e não passava pela cabeça deles que estavam sendo ludibriados. E foram ludibriados, foram realmente ludibriados, e há algo a ser feito.

O Rio de Janeiro tem tudo para se recobrar. Para nós, é uma questão de honra dar o apoio ao Rio de Janeiro. V. Ex^a pode acreditar que os projetos que dizem respeito ao Rio de Janeiro têm um carinho por parte de todos nós Senadores de todo o Brasil. Para nós, é uma alegria muito grande tê-la no nosso partido. V. Ex^a e o Garotinho representam realmente algo de muito importante e de muito significativo. Nós do PMDB temos muito a aprender, principalmente com a senhora. Tenho a convicção de que V. Ex^a fará um grande Governo e haverá de desempenhar um papel muito importante na vida política brasileira.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É claro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Quando V. Ex^a cita essa ganância insaciável da elite paulista, quero denunciar aqui uma outra articulação que tem sido motivo de muita preocupação de minha parte e do Senador Sérgio Cabral, que é a fusão da Varig com a TAM. Nós vamos perder uma empresa no Rio de Janeiro, que é a Varig, que emprega dez mil pessoas no nosso Estado, e o senhor sabe que a Varig tem origem lá no seu Estado, para que a nova seja sediada em São Paulo, será em Marília. Perdendo o maior Angar de manutenção para aeronaves, aliás a única empresa que faz manutenção angarada é a Varig, as outras fazem a céu aberto. E esse grande angar que fica na Ilha do Governador, segundo o Banco Pactual, nessa fusão passa a ser em Marília a céu aberto. O Senhor vê que por deixo dos panos essas coisas acontecem sempre beneficiando o Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Governo não esconde isso, os paulistas nunca perdoaram a Varig. A Varig é gaúcha, na sua origem, no seu nascedouro. É claro que ela se transformou em uma empresa nacional. Tão nacional que o nome é Varig, porque Viação Aérea Rio-Grandense é de um tamanho tão pequeno que temos que colocar óculos para enxergar. E ela se instalou no Rio de Janeiro e fez força no Rio de Janeiro. Agora, a TAM é paulista e, segun-

do, dizem, lá na origem a TAM tem um namoro com o PT; nasceram mais ou menos no mesmo período e, nesse período, a TAM teria feito aquelas passagens que os parlamentares têm, ela teria feito e teria uma certa vantagem com relação à TAM. Então, estão fazendo um acordo onde a Varig vai entrar com 5% na nova empresa, a TAM com 25% e tudo que é coisa velha que tem, os hotéis etc. vão ficar para a Fundação Rubens Berta. E a empresa vai para São Paulo, que é que o Governo quer. Na verdade, é uma coisa moral que o Governo está fazendo, imoral, porque quando era VASP, Viação Aérea Paulista, o Governo concordou em encontrar um comprador para a VASP e foi uma coisa inédita no mundo, uma empresa de ônibus aqui de Brasília comprou uma empresa de viação, porque eles queriam manter a VASP. Quando na época da Varig não há quem apareça que eles aceitem, porque eles querem demolir com a empresa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, por falar em empresa do Rio de Janeiro, o Senado já começou a homenagem ao Dr. Roberto Marinho, cujo a empresa, graças a Deus, a sede é no Rio de Janeiro, a **TV Globo**, **O Globo** e todas as suas organizações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esperamos que ela fique no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço a observação e a lembrança, Senador Sérgio Cabral.

Passo a palavra para a Governadora Rosinha Matheus fazer as suas considerações finais.

A SRA. ROSINHA MATHEUS – Agradeço ao Senador pelas palavras carinhosas e pela acolhida que tivemos, junto com o Garotinho e todo grupo político que nos acompanhou pelo PMDB. V. Ex^{as} vão poder contribuir muito com o meu governo e vão encontrar em mim uma Governadora que se esforçará e que vem se esforçando muito para poder fazer um governo que a população do Rio merece.

Quero apenas acrescentar que, na verdade, uma contra-reforma silenciosa já aconteceu. Nós últimos oito anos, de 1995 para cá, na participação da receita disponível, a União tinha, em 1995, 56.34 e, em 2002, ela tinha 60.40, esvaziando desta forma os Estados e Municípios. Os Estados, em 1995, tinham 27.50 e acabaram com 24.75, enquanto os Municípios tinham 16.16 e acabaram com 14.85.

Então, a contra-reforma silenciosa nos últimos oito anos existiu, esvaziando e dando atribuições para os Estados e Municípios e aumentando as contribuições da União sem repassar aos Estados e Mu-

nicípios. E o que nós estamos hoje ainda discutindo na reforma tributária é justamente o repasse junto às atribuições. Não adianta concentrar os recursos na União, e as atribuições não poderem ser concluídas, ou feitas, para a população, como manda a lei.

Lamento muito o esforço que alguns setores vêm fazendo para o esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Lamentavelmente, apresentei ao Presidente da Petrobras um convite feito pela Petrobras para um evento realizado no Espírito Santo. Não tenho nada contra o Espírito Santo, mas isso poderia ter sido feito pelo Governador e não pela Petrobras. Trata-se de um convite a todos os empresários ligados ao setor de petróleo que têm sede no Rio de Janeiro – um patrocínio, pela Petrobras, de um grande encontro no Espírito Santo, para que o Governador pudesse oferecer todas as vantagens; assim, eles poderiam tirar suas sedes do Estado do Rio e levar para o Espírito Santo. Penso que esse não é o papel da Petrobras.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Em meu nome pessoal e em nome desta Comissão, agradeço a presença da Governadora Rosinha Matheus, desejando-lhe sucesso na grande tarefa que S. Ex^a tem pela frente, de, cada vez mais, soerguer esse grande Estado que é o Rio de Janeiro e, em particular, essa grande cidade que é o Rio de Janeiro. Como bem disse o Senador Pedro Simon, é a cidade de todos nós. Todos temos nossa capital, mas temos sempre um carinho especial pelo Rio de Janeiro, essa grande cidade. Por isso mesmo, estaremos torcendo para que a Governadora Rosinha Matheus possa fazer um trabalho de soerguimento cada vez mais amplo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E V. Ex^a, Senador César Borges, é um daqueles seguidores de João do Rio, cronista do Rio de Janeiro, do começo do século, que descrevia como ninguém as ruas do Rio de Janeiro.

E é bom que se revele, Governadora, que, quando S. Ex^a vai ao Rio, caminha quilômetros e quilômetros pelos bairros da nossa cidade admirando-os, e ao chegar aqui no Senado, na semana seguinte, conta-me, deliciado, o fato de ter aproveitado a nossa cidade, pela Lagoa, pelo Leblon, pela Gávea... É uma amante do Rio.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Obrigada, Senador Sérgio Cabral.

Agradeço a Governadora pela sua presença.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer uma dúvida meio ridícula que tenho.

O preto é elegância ou é luto pelo tratamento? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão da Dívida Pública

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE DÍVIDA PÚBLICA, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE SETEMBRO, DE 2003, ÀS 18:00, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária de Dívida Pública, com a presença dos Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Aelton Freitas, Ney Suassuna, Gerson Camata, Paulo Octávio, José Jorge, Lúcia Vânia e João Batista Motta, e ainda, dos Senadores Mão Santa, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Garibaldi Alves Filho, Demóstenes Torres, Augusto Botelho e Papaléo Paes. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente da Comissão, Senador César Borges, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Senador César Borges convida o Sr. Albérico Mascarenhas, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, para sentar-se à mesa. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Secretário para discorrer sobre a atual situação dos Estados e Municípios Brasileiros. O Senador César Borges passa a palavra ao Relator da Subcomissão, Senador Ney Suassuna, que agradece ao convidado a sua presença e explanação. O Senador Antônio Carlos Magalhães solicita que sejam encaminhadas aos Senadores as notas taquigráficas da presente reunião, sendo acatada pela Presidência. Usam da palavra, para interpellar o convidado, os Senadores Roberto Saturnino, Tasso Jere-

issati, João Baptista Motta, Lúcia Vânia, Garibaldi Alves Filho e Ney Suassuna. Antes de encerrar a reunião, a Presidência informa aos membros da Subcomissão a presença na próxima reunião do Ministro de Estado da Fazenda e do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

– Senador **César Borges**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Está aberta a 5ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Dívida Pública da Primeira Sessão Legislativa da 52ª Legislativa, a realizar no dia 24 de setembro de 2003, na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

A finalidade da reunião é uma audiência pública com o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Albérico Mascarenhas, que também é Presidente do Confaz, para discorrer sobre a atual situação dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Está presente o Relator desta subcomissão, Senador Ney Suassuna. Convido o Secretário Albérico Mascarenhas para se reunir a nós.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Passarei a palavra ao Secretário Albérico Mascarenhas, agradecendo-lhe, desde já, a sua deferência a esta Casa por estar aqui presente.

Peço desculpas pela reunião da semana passada, que não foi possível de ser realizada, mas em que V. Exª esteve sempre disponível para esta subcomissão.

Tenho certeza de que o Secretário Albérico Mascarenhas terá aqui oportunidade de esclarecer aos Srs. Senadores o problema das dívidas dos Estados com a União. Essas dívidas vêm trazendo agruras aos Estados brasileiros, diminuindo substancialmente a capacidade de investimentos desses Estados. Também o Dr. Albérico Mascarenhas está acompanhando, **pari passu**, toda a reforma tributária que está tramitando no Congresso Nacional e, com certeza, também poderá trazer luzes sobre esse assunto a todos nós, Senadores.

Pergunto ao Relator se quer usar da palavra, antes do convidado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eu gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Quero apenas ler uma página recebida hoje do Tesouro Nacional. Com certeza, o Secretário vai poder fazer ponderações sobre o assunto.

O Tesouro Nacional responde a indagações desta subcomissão.

O item nº 1 pergunta: qual é, em média, o comprometimento inicial da receita dos Estados para o pagamento das parcelas da renegociação de dívidas, quando da celebração dos contratos? Ele diz o seguinte: o quadro anexo – indica o quadro – mostra como estão os Estados. Ele mostra que iniciaram com 11% e que hoje já há Estados até com mais, 15% ou 20%.

O item nº 2 indaga qual a média de comprometimento. Ele disse que a média é de 13%.

O item nº 4 pergunta quantos Estados já atingiram o limite de comprometimento de 13%. Ele respondeu que 14 Estados da Federação já atingiram esse limite. Apenas 09 têm espaço inferior, ainda podendo ter alguma operação financeira.

Perguntamos qual deveria ser, para o Tesouro, o percentual teórico de comprometimento da receita com o serviço da dívida, se quiséssemos realmente, nos trinta anos, pagar essa dívida. A resposta é que, para isso, os Estados precisariam pagar 17,8% em média.

Dentre outras respostas e os quadros que acompanham, essas são as principais.

Tudo isso me deixou um pouco preocupado, porque verificamos que 14 Estados não têm mais nenhuma capacidade de endividamento e que apenas nove têm esse limite por uma margem muito pequena.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, permita-me apenas esclarecer uma dúvida que tenho.

Entendi que, nos contratos do Governo Federal, na renegociação com os Estados, havia sido estabelecido o limite máximo de comprometimento de 13%. Como isso foi ultrapassado?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Alguns Estados fizeram renegociação. Outros tinham dívidas que estavam fora, como é o caso do Estado da Paraíba, e foram incluídas no contrato.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Acredito que o Secretário Albérico Mascarenhas, pelo longo conhecimento que tem desse problema, poderá nos dar essas informações complementares, que são muito valiosas para nós, desta subcomissão.

Concedo a palavra ao Secretário Albérico Mascarenhas.

O SR. ALBÉRIO MASCARENHAS – Obrigado, Senador César Borges.

Quero saudar a todos os Senadores presentes e agradecer a oportunidade de estar falando um pouco sobre a questão não só da dívida pública dos Estados, mas também sobre a situação financeira dos Estados brasileiros hoje, que é, sem dúvida, preocupante, porque o que observamos é que todos os Estados estão perdendo a capacidade de endividamento. Alguns já não têm qualquer capacidade, outros estão em dificuldade de cumprir as suas obrigações mínimas, inclusive, com pessoal, e em dificuldade no cumprimento das vinculações constitucionais, principalmente a da saúde, a mais nova vinculação criada pelo Congresso Nacional.

Então é isso, com relação à dívida, fazendo um histórico, até para clarear essa posição dos Senadores, sobre esse dia-a-dia em que convivemos com a dívida pública. Em 1991, tínhamos uma desorganização total com relação aos contratos de dívida pública em todo o Brasil. Havia uma inadimplência geral. No caso da Bahia, havia quatro anos que não se pagava um centavo de dívidas e ali se iniciou a grande renegociação de toda a dívida, de consolidação e renegociação da dívida dos Estados que, por estarem inadimplentes, não tinham qualquer capacidade de efetuar novas operações.

A primeira renegociação foi feita em 1993, com a Lei nº 8.727, em que foi concentrada uma renegociação de todos os contratos existentes entre os Estados e os bancos oficiais federais – Caixa Econômica, BNDES, Banco do Brasil e Banco do Nordeste. As condições foram: 20 anos, prorrogáveis por mais dez, uma taxa média dos encargos oriunda do credor, quer dizer, pegou-se a taxa praticada por cada agente.

No caso da Bahia, por exemplo, tínhamos mais de 400 contratos só com a Caixa Econômica. Pegou-se a média de todos os contratos. Todos estavam inadimplentes e tivemos de fazer um longo trabalho para repactuar isso, inclusive com planilhas de cálculos, porque passamos por vários planos econômicos e foi difícil. Levamos dois anos e meio para conciliar esses números com a Caixa Econômica Federal.

A taxa média aplicada, na Bahia, foi de 6,4% ao ano, uma média muito próxima de todos os Estados brasileiros. Ali se estabeleceu, também, que teríamos um limite de comprometimento de 11% da receita líquida real.

A segunda negociação veio com a Resolução do Senado Federal nº 98. Ela se concretizou em 1995, por ocasião do Plano Brady, do Tesouro ameri-

cano. Os Estados renegociaram a sua dívida externa e a incorporaram como saldo devedor e esse limite de comprometimento.

Uma terceira renegociação aconteceu em 1997, já dentro do programa de ajuste fiscal dos Estados e Municípios, em que fizemos a renegociação da dívida mobiliária. Trocamos uma dívida de curto prazo, em que a taxa era, à época, a Selic mais 15% ao ano – ao preço de hoje seriam 35% a 36% – por IGP-DI mais 6% ao ano.

A partir desse momento, todos os Estados que fizeram essa renegociação se tornaram adimplentes, puderam adquirir novos financiamentos, e essa dívida mobiliária foi alongada para 30 anos.

Nessa terceira renegociação, o limite de pagamento foi ampliado para 13% na maioria dos Estados, por isso a média, hoje, é de 13%. Contudo, alguns contratos que ficaram de fora dessa negociação ou contratos novos que os Estados fizeram, ou novos financiamentos a partir de 1997 não compõem o limite de 13%, é o que chamamos de extra-limite.

Então, a dívida pública tem, hoje, um intra-limite, que está limitado a 13% da receita líquida real, e tem um extra-limite que não tem limitação alguma, dependendo da capacidade dos contratos e da capacidade de pagamento dos Estados.

A situação tem ficado cada vez mais preocupante, porque boa parte dessa dívida, no caso da Bahia 38% dela, é corrigida pelo IGP. E o IGP, no ano passado disparou, de modo que tivemos uma correção de 34% na dívida dos Estados. Outro fator que também contribuiu muito foram os contratos em moeda estrangeira, normalmente dólar. A média desses contratos é de 30% do volume total da dívida dos Estados, e sofreu um grande impacto nos últimos anos com a desvalorização cambial. Empréstimos com o Banco Mundial, com o BID, que são altamente favoráveis aos Estados em função do prazo e da taxa de juros, terminaram ficando bastante onerosos em função da desvalorização cambial.

Muitos Estados, como a Bahia, que conseguiram financiamentos com o Banco Mundial e o BID para investimentos em infra-estrutura e na área social, terminaram tendo um custo alto em função dessa desvalorização do câmbio, o que levou sete Estados brasileiros a se desenquadrarem da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos limites estabelecidos pelo Senado, ou seja, de que o estoque da dívida não pode ser superior a duas vezes sua receita anual. Os Estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro, segundo dados do Tesouro Nacional, estão de-

senquadrados, estão com limites superiores a duas vezes a sua receita. Conseqüentemente, estes Estados não têm capacidade de tomar novos financiamentos como também estão descumprindo a Lei da Responsabilidade Fiscal – há uma resolução, que inclusive está sendo discutida no Senado –, que estabelece um prazo de dois quadrimestres para o enquadramento, o que será impossível. Em primeiro lugar, estes Estados não se desenquadraram porque tomaram empréstimos excessivamente. Isso aconteceu em função da variação cambial e da variação do IGPM, que foi muito acima do crescimento das receitas estaduais. Essa capacidade de os Estados retornarem, se não houver uma flexibilização da legislação, é praticamente impossível. O Estado de São Paulo, por exemplo, está com duas vezes a sua receita líquida e teria que fazer um esforço de R\$ 15 bilhões em um ano para se enquadrar. A folha de pagamento do Estado torna impossível. Se não houver uma flexibilização estes Estados não poderão se enquadrar.

O que entendemos com relação à dívida, que pode aliviar ou trazer algum tipo de benefício aos Estados, que vai facilitar a administração da dívida, é a mudança do indexador. O Governo Federal acabou de fazer o chamado Refiz II, no qual os devedores de impostos federais tiveram suas dívidas renegociadas. O indexador foi a TJLP, que hoje tem uma média de 10%, enquanto os Estados estão pagando, a preços de 2002, 34%. Não tem sentido que a União cobre dos Estados uma correção em função do IGPM, ou do IGPDÍ dependendo do Estado, mais 6%, enquanto dos devedores de impostos federais cobre apenas a TJLP. É preciso trazer esse indexador para as dívidas estaduais. Creio que é um fator que se pode trazer sem comprometer o que a Lei de Responsabilidade Fiscal diz no sentido de que não pode haver renegociação de dívida entre Entes federados sem negociação. Que seja repactuada a forma de correção dessa dívida, o que sem dúvida vai aliviar o estoque da dívida, o caixa dos Estados em um médio prazo.

Há uma outra mudança importante que pode acontecer – e o Senado pode alterar sua resolução – e é um pleito dos Estados. Uma série de receitas que hoje compõem o cálculo da receita líquida real para efeito de pagamento da dívida não são receitas livres do tesouro estadual. Por exemplo, o salário educação. Agora, inclusive, a União está pleiteando que seja entregue diretamente aos Municípios. Então, sobre o que os Estados recebem de salário-educação, estão pagando 13% de dívida. Sobre os recursos de **royalties** que os Estados recebem e que são carimbados para aplicação na área de energia, de recursos

hídricos os Estados também pagam 13% de dívida. Os Estados também pagam dívida sobre as taxas do Poder Judiciário que são arrecadadas pelo Estado, mas que pertencem ao Poder Judiciário. Os Estados também pagam a dívida sobre o montante do Fundo de Combate à Pobreza. Não há sentido nisso. Os Estados também contribuem para os fundos de previdências estaduais. Pleiteamos essa parcela até para capitalizar melhor esses fundos em que se deixam de incidir os 13% da dívida. E também convênios que são transferidos pelo Governo Federal e que terminam voltando, como é o caso daquela MP chamada de MP das Rodovias, a Medida Provisória nº 82, que transferia aos Estados recursos para preservação de rodovias dos quais 13% estão retornando à União sob forma de pagamento de dívida.

Então, é preciso que sejam excluídas essas receitas da base da receita líquida real dos Estados, que serve de parâmetro para o pagamento da dívida, que não lhes pertencem e que os Estados não usam livremente. É preciso que se retirem para que os Estados possam ter um alívio nesse seu pagamento. É uma questão justa, porque não vamos pagar dívida sobre uma receita que não existe, uma receita que não pertence ao Estado e que este não administra diretamente. Então, esse é um outro ponto também que, sem dúvida, aliviaria a questão dos Estados.

A outra questão é a do limite, que efetivamente se discute há muito tempo aqui no Senado. O Governo Federal resiste a reduzir dos 13%, mas talvez pudessemos incluir mais operações nesse limite. Para parte daquelas operações que estão fora, manter-se-iam o limite dos 13%, e parte dessas operações poderia vir a compor esse limite de pagamento dos Estados.

Sem dúvida alguma, essas três medidas trariam um alívio na questão das dívidas estaduais, sem precisar de renegociação de contrato, sem precisar rever o princípio estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é necessário, porque os Estados, como falei inicialmente, vêm sofrendo uma grande deterioração de suas finanças. Vários fatores vêm contribuindo para isso.

Primeiro, a estagnação econômica. As receitas não crescem; conseqüentemente, os Estados não conseguem aumentar sua capacidade de investimentos. E, ao contrário, ela é reduzida, porque temos fatores que atuam diretamente na despesa dos Estados e que estes não têm como controlar. Por exemplo, a folha de pagamento cresce de qualquer forma, vegetativamente, no mínimo, 2% ao ano. São aquelas despesas, aqueles benefícios que são incorpora-

dos ao salário dos servidores e que, anualmente, aumentam as folhas de pagamentos, com os quais, sem crescimento de receita, não vamos conseguir manter a mesma capacidade de investimento. As receitas em queda e o crescimento vegetativo da folha, a questão do déficit dos Fundos de Previdência crescente, quer dizer, as receitas estaduais não têm sido suficientes para cumprir o aumento crescente das despesas com Previdência Estadual. Não temos conseguido manter. E essa queda, essa previsão de crescimento dessas despesas tem provocado também uma redução na capacidade de investimento dos Estados.

Um outro fator que afeta as finanças dos Estados, hoje, são as constantes reduções e benefícios concedidos por meio do ICMS. Aí não me refiro a benefícios fiscais especificamente que os Estados conferem. Mas, por exemplo, há algum tempo, em 1997 ou 1998, reduzimos alíquotas de ICMS de automóveis para 12%, num momento de crise no setor, com o compromisso de se retornar a 17%. Isso nunca aconteceu. Essa alíquota se estabeleceu em 12%.

Programas, como no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Comunidade Solidária e, agora no Governo do Presidente Lula, o Fome Zero, também estão desonerados de ICMS. Isso reduz a arrecadação dos Estados. Medicamentos e vacinas, de modo geral, atendendo o pleito do Governo Federal têm sido liberados de ICMS. Isso reduz as receitas. A desoneração das exportações e dos bens de capital traz hoje uma redução de R\$10 bilhões de ICMS de todos os Estados brasileiros – 10% da arrecadação do ICMS no Brasil, sem a devida compensação, prejudica sobremaneira as finanças estaduais. Há outros tantos benefícios concedidos pelo Confaz, como insumos agrícolas, táxis, carros para deficiente físico. Enfim, costumo dizer que o Confaz nunca se reuniu para aumentar imposto; todas as reuniões do Confaz terminam concedendo algum tipo de benefício, justos como vários dos que citei aqui, mas que terminam diminuindo a receita do ICMS, que é o principal imposto dos Estados. Conseqüentemente, isso faz com que as finanças estaduais se deterioresem cada vez mais.

Outra questão importante e fundamental, principalmente para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, são os fundos de participação FPE e FPM.

Em 1988, as receitas da União com o IPI e Imposto de Renda significavam 75% de todas as suas receitas; 25% eram referente às contribuições. Em 2002, o IPI e o Imposto de Renda, que compõem a base para FPE e FPM, representam apenas 45% das receitas federais; 55% já são receitas de contribuição

– CPMF, CID, Cofins, todas as contribuições que a União criou ou ampliou ao longo desse tempo.

Então, significa dizer que a União se defendeu muito bem, ampliando as suas receitas e ampliando as receitas não compartilhadas. A União hoje não dá atenção especial ao IPI, que, no entanto, é fonte para concessão de todo tipo de benefício. Agora mesmo com automóveis, reduziu-se a alíquota da IPI, e Estados do Nordeste perdem R\$400 milhões no ano com esse benefício concedido por intermédio do IPI. Quer dizer, a União não concede nenhum benefício no Cofins, no PIS, na CPMF, nem na CID; só concede naqueles que não compartilham com os Estados.

E agrava-se mais ainda: se nós pegarmos o Orçamento de 2004, as receitas de contribuição em relação a 2002 crescem R\$36 bilhões. E as receitas do IPI e do Imposto de renda crescem apenas R\$7 bilhões.

Então, mais uma vez a União, do crescimento da sua receita, de R\$43 bilhões, R\$36 bilhões ela não compartilha com Estados e Municípios; ela só compartilha 7%. Então, a receita do Fundo de Participação dos Estados e Municípios tem sido decrescente ao longo do tempo, por esses fatores que citei aqui. Isto sobremaneira deteriora as finanças estaduais, porque principalmente no Norte e Nordeste, em muitos Estados e Municípios, o FPE é maior do que o ICMS.

Então, esse fator também tem contribuído demais para a redução.

Outro fator tem prejudicado muito as finanças estaduais dos Estados do Nordeste, principalmente, e do Norte, alguns do Centro-Oeste e em Minas Gerais: é a questão do Fundef. O Governo Federal criou o Fundef, um programa de sucesso, sem dúvida alguma, mas ela não reajusta o valor do aluno/ano, corretamente.

Com isso, as regiões Sul e Sudeste têm aplicado uma média de R\$1 mil/ano por aluno. E os Estados do Nordeste que não têm condições sozinhos de fazer esse investimento aplicam apenas R\$468, 00 em média por aluno.

Então, isso permite que se mantenha uma discrepância muito grande das regiões desenvolvidas com as regiões subdesenvolvidas. E mais: se a União fizesse a correção como manda a lei, este valor anual seria hoje de R\$733,00 por aluno.

Então, só ao Estado da Bahia, no ano de 2003, a União deixou de repassar R\$1 bilhão a Estados e Municípios. De 1998 a 2003, a União deixou de repassar ao Estado da Bahia R\$4 bilhões a preços históricos – não estão a preços corrigidos – porque não

atualizou conforme manda a Lei do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), criado pelo Governo Federal.

Os Estados do Nordeste deixarão de receber, em 2003, R\$3 bilhões do Fundef, porque a União não repassa, não aplica corretamente a Lei do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Com isso, no caso da Bahia, transferiremos aos Municípios, sem retorno para o Estado, este ano, R\$400 milhões. O Estado do Ceará transfere R\$300 milhões para os Municípios e não recebe de volta. Isso afeta a capacidade de investimento dos Estados na área de Educação; os Estados estão aplicando bem menos. Para sintetizar, o Nordeste deixa de receber – ou deixa de aplicar em Educação, porque a União não cumpre a lei – R\$3 bilhões no ano de 2003.

Outro problema que afeta – e este talvez o mais grave de todos – a questão financeira dos Estados são as vinculações orçamentárias. E quando falo isso, entendo que não existe melhor forma – talvez seja a única forma – de melhorar a vida dos brasileiros do que a educação. Não existe outra forma de melhorar, de tornar este País mais decente se não houver um nível de educação melhor para os brasileiros.

Então, não se trata aqui de reduzir aplicação em Educação ou em Saúde, trata-se apenas de uma questão matemática. Hoje, os Estados gastam 25%, no mínimo, com Educação; 12% com Saúde; 38% com pessoal da área de Educação e Saúde, incluindo aí os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –; gastam no mínimo 13% com a dívida – alguns chegam a gastar 20%; gastam mais 1% com o Pasep e 1% com o custeio dos outros Poderes. Isso significa 90% de vinculação, no mínimo. Os Estados que gastam mais com dívida ou que gastam mais com pessoal, como o caso de Minas Gerais, que gasta mais com pessoal, e alguns Estados, como foi demonstrado pelo Tesouro Nacional, que chegam a gastar 20% com a dívida, têm mais de 100% do seu orçamento vinculado. Isso significa dizer que eles não têm a menor possibilidade de cumprir, de obedecer as vinculações constitucionais.

O que deveremos observar neste final de ano é que muitos Estados não cumprirão a vinculação com Saúde. Com isso, seus governadores serão penalizados, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal tem penalidades severas para isso, e terão suas contas desaprovadas. No entanto, eles não têm culpa de não estarem cumprindo. Não é falta de vontade dos governadores.

E vou dar o exemplo do caso da Bahia. Temos 90% das nossas receitas com essas vinculações que

citei, e talvez seja um dos Estados com o menor índice de vinculação. O nosso orçamento líquido é de R\$7 bilhões: R\$6 bilhões e 300 mil vão para Educação, Saúde, pessoal e dívida. Sobram 10%, ou seja, R\$700 milhões, para todo o resto da administração. Assim, manter o custeio de todas as secretarias, à exceção de Educação e Saúde, e fazer investimento em todos os segmentos do Estado, como infra-estrutura de rodovias, de estradas, saneamento, habitação, segurança pública e justiça, com R\$700 milhões, é impossível. Isto é, fechar um orçamento no Estado, hoje, é praticamente impossível. Os secretários de planejamento estão, inclusive, emitindo uma nota, uma carta sobre isso, chamando a atenção para o fato, porque os Estados estão tendo que superestimar receita para fechar o orçamento, mas tendo que cortar depois, caso contrário não fecha o orçamento em função de 100% desse orçamento estar vinculado.

Não podemos deixar de colocar o mínimo necessário, por exemplo, para manter a máquina de toda a Secretaria de Segurança Pública, que é cara, porque ela tem que atingir todos os Municípios, todos os cantos do Estado. O que ocorre, então, é que esses outros segmentos, à exceção de Educação e Saúde, começam a sofrer uma deterioração muito grande.

Na Bahia, por exemplo, o Governador Paulo Souto tem uma preocupação imensa com a área de segurança pública – e creio que isso é uma preocupação de todo o Brasil –, mas hoje, apesar de estarmos com nossas contas em dia, apesar de já termos condições de pagar o décimo terceiro salário e os fornecedores em dia, não temos como, por exemplo, renovar a frota da Polícia Militar, porque não há dinheiro desvinculado. Todo o orçamento está devidamente vinculado. Essa, para mim, é a questão mais grave das finanças estaduais. Chegaremos a um momento em que os Estados não terão condições de manter as máquinas: fazendária, da segurança pública e da Justiça e nem sequer de fazer investimento em áreas sociais, como saneamento, habitação e recursos hídricos, todas necessárias.

A todas essas preocupações ainda se acrescenta a reforma tributária, que trará perdas substanciais para os Estados menos desenvolvidos, principalmente das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cito alguns exemplos. A desoneração de bens e capitais, que entendemos como uma medida positiva, desonerar a produção, mas significará, no caso da Bahia, a perda de R\$80 milhões na arrecadação no ano que vem. Significará, para o Nordeste, R\$400 milhões a menos de arrecadação no ano que vem e,

para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, perda de aproximadamente R\$600 milhões.

Medicamentos e cesta-básica. A redução ou até mesmo a isenção desses produtos também defendemos e entendemos como uma medida positiva. Mas, no caso da Bahia, reduzirá R\$100 milhões. Os Estados da Região Centro-Oeste, que são grandes fornecedores de produtos primários, praticamente serão levados à falência, se não houver nenhum tipo de compensação. Essa é uma grande preocupação desses Governadores.

Constitucionalização e desoneração das exportações. Atualmente, as exportações já são desoneradas por lei complementar – a Lei Kandir –, mas agora isso passará a constar da Constituição. E o que significa? Significa que os Estados que têm um volume considerável de créditos de empresas em suas mãos e não puderam pagar – estima-se que esses créditos cheguem a mais de R\$6 bilhões em todo o Brasil; não se sabe o número exato – terão dificuldades no ressarcimento desse crédito, porque está constitucionalizado. Será muito mais fácil uma empresa conseguir uma liminar para sacar ou bloquear, de alguma forma, o ICMS dos Estados e pagar isso. E mais: essa compensação que será feita aos Estados, que é inferior às perdas ressarcidas pela União este ano, de R\$4 bilhões, não está prevista no Orçamento do ano que vem. Não existe previsão e a proposta de reforma tributária também não determina quais serão as fontes de financiamento dessas exportações. Então, esse é mais um prejuízo considerável para todos os Estados brasileiros – não falo apenas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outros pontos foram previamente acertados, mas não atendem satisfatoriamente aos Estados, como o Fundo de Desenvolvimento Regional, que tem a previsão de R\$2,2 bilhões, que seriam utilizados para compensar o final da guerra fiscal, dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados. Mas, da forma como está previsto, será utilizado para financiar o setor privado. Além disso, esse não é o problema do Nordeste, que tem hoje o FNE, mas não consegue aplicar tudo porque não tem tomador. O BNDES empresta apenas 10% para a Região Nordeste. Para as Regiões Sul e Sudeste empresta 80%. Se não houver infra-estrutura, não haverá investimentos na Região Nordeste.

Então, a questão do Nordeste não é dinheiro para financiar o setor privado, mas para financiar infra-estrutura nos Estados. Os Estados precisam fazer infra-estrutura para atrair as empresas.

Outra reivindicação importante dos Estados é a imunidade recíproca. Hoje, a União taxa os Estados com o Pasep e utiliza esse recurso para pagar seguro-desemprego e para financiamentos do BNDES, o que não é justo. Poderiam muito bem retirar esses recursos do Cofins, que está sendo criado agora, imposto sobre importação, que renderá R\$7 bilhões, e os Estados e Municípios pagam R\$2,5 bilhões de Pasep. Então, ela pode muito bem desonerar os Estados do Pasep, que é um princípio constitucional de imunidade recíproca, um ente federado não pode tributar o outro. E, desses R\$7 bilhões que ela terá de ganho de receita, poderá continuar financiando esses programas. Além disso, tem a questão da Cide. Foi ajustado com os Estados que eles receberiam 25% e, ao final, teremos somente 15%, porque 20% sobre o total eles estão tirando para desvinculação das receitas da União, e conseqüentemente deixam de compor a base, e 6,75% estão indo para os Municípios, que não havia sido inicialmente acordado com os Estados, e agora já está na reforma. Conseqüentemente, os Estados que tinham uma previsão de receber 25% da Cide só vão receber 15%.

Há um outro ponto também fundamental, e penso que o Senado pode corrigir uma série dessas distorções, que é essa questão da participação dos fundos constitucionais nas receitas da União. É importante que os fundos constitucionais sejam compostos por todas as receitas da União, claro que com um novo percentual. Os cálculos que fizemos deixariam de ser os 47% de hoje para serem apenas 19%, mas da totalidade das receitas da União, porque todas as vezes em que União aumentar os seus impostos e criasse imposto novo, ele seria compartilhado com Estados e Municípios, evitando a concentração das receitas do País na União e mantendo o pacto federativo, em que os Estados também precisam ter uma boa capacidade de investimento, precisam sobreviver, porque Estados e Municípios são uma tabela importante da Administração Pública brasileira.

De um modo geral, são esses os pontos que mais afligem os Estados brasileiros neste momento, chamando a atenção para a situação que é realmente de deteriorização das finanças. Todos os Estados estão perdendo a capacidade de investimento. Muitos terão dificuldades de honrar o 13º salário e cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal neste final de ano. ~~Muitos também não vão cumprir as vinculações constitucionais por absoluta falta de condições.~~

Agradeço a oportunidade. Alonguei-me um pouco mais do que devia, mas coloco-me à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) -- Agradeço ao Secretário Albérico Mascarenhas. Sou um pouco suspeito para falar sobre ele, porque fui Governador do meu Estado e, com muita honra, e tive como Secretário da Fazenda, durante quatro anos. É um técnico altamente capacitado, que domina inteiramente o assunto. E todos os números que ele forneceu ao conhecimento dos Srs. Senadores, porque ele vem estudando, têm embasamento real. Não faz nenhuma suposição. Apenas apresenta uma realidade que hoje os Estados brasileiros estão vivendo.

Saúdo a presença entre nós de alguns Deputados Federais, alguns do Estado da Bahia, os amigos do Senador Aelton Freitas, o Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Dr. José Olavo.

Passo a palavra para o Relator e, depois, aos demais Senadores que queiram algum esclarecimento adicional por parte do Secretário Albérico Mascarenhas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) -- Sr. Presidente, antes de tudo quero agradecer ao Secretário Albérico Mascarenhas. É a palestra mais completa que tivemos até agora nesta Comissão, e me deixa um pouco atemorizado. Quando pedimos, na Comissão de Assuntos Econômicos, a criação desta Subcomissão, por meio de um requerimento nosso, sabíamos que a situação estava muito ruim. Os Estados estavam passando por dificuldades. Havia o conhecimento de que o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, todo mês precisa de R\$300 milhões para cobrir o custeio e a folha, mas não tínhamos noção de que fossem muito maiores do que pensávamos. E o são. E o que é pior é que não há perspectiva de melhorar. Com a reforma tributária, a perspectiva é de piorar. Não adianta pensar que o todo estará bem se as partes estão mal. O todo nada mais é do que o somatório das partes.

Quando iniciamos o levantamento dos Estados, a cada dia surgia uma surpresa negativa, porque são muito diferenciados os Estados do Brasil. Por exemplo, no caso da Lei Kandir, se for cobrado apenas no destino, o Amazonas quebra inteiramente, outros Estados, como São Paulo, terão problemas sérios, mas a Bahia chega a perder cerca de 13%, se não me engano. Às vezes, de forma simplória, estamos tratando Unidades desiguais em seus estágios de desenvolvimento como se iguais fossem.

Hoje estamos lutando para aprovar sem emendas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a lei que trata do problema do teto mínimo. Se não encontrarmos uma solução que sirva para todo o País, haverá muitos problemas de Previdência. Tam-

bém há problemas sérios em toda a reforma tributária. Ela será um fator catalisante de uma crise muito maior para os Estados e Municípios. A situação dos Municípios também não é diferenciada, está até pior.

Então, esta Subcomissão terá que se debruçar sobre o tema com muita profundidade, agora que já conhece melhor o cenário. Teremos de apresentar várias propostas que não vão agradar o Governo, porque, como o cobertor é pequeno, ele não vai querer abrir mão, mas será necessário.

No caso específico do Nordeste – e tenho muito honra de ser nordestino –, a situação é catastrófica. Se não tomarmos cuidado, vamos pagar a conta até de Estados bem mais desenvolvidos do que os nossos.

Agradeço ao Secretário e, mais do que perguntas – porque considero que S. S^a foi muito claro –, peço que nos ceda os apontamentos, pois analisaremos os instrumentos e projetos que apresentaremos já. Depois discutiremos com os Srs. membros da Comissão a adequação desses projetos à realidade do que é possível ou não fazer, mas temos que tomar decisões e devemos ter coragem de enfrentar essa situação, antes que seja irreversível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) -- Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) -- Antes de conceder a palavra aos Senadores inscritos, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) -- Sr. Presidente, não preciso fazer elogios ao Secretário Mascarenhas, porque tenho conhecimento total de sua capacidade; mas peço a V. Ex^a que solicite uma tradução da palestra de S. S^a para distribuir a todos os Senadores, para que conheçam a real situação dos Estados nesta oportunidade. Solicito a V. Ex^a que peça à Taquigrafia para traduzir para todos nós.

O SR. ALBÉRICO MASCARENHAS -- Perfeitamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) -- Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) -- Plenamente aceito, Senador Antonio Carlos Magalhães. Vamos fazer a degravação, somar com as anotações do Secretário Albérico Mascarenhas e distribuir aos membros desta Comissão e da CAE e aos demais Senadores que desejam tomar conhecimento.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino e, em seguida, aos Senadores Tasso Jereissati e João Batista Motta. Depois, o Secretário Albérico Mascarenhas daria as respostas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, quero não apenas agradecer, mas cumprimentar o Dr. Mascarenhas pela sua exposição, altamente importante para todos nós, sob o ponto de vista informativo. Tem razão o Senador Antonio Carlos Magalhães quando pede a divulgação. Esse conjunto de informações é extremamente importante até para...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

(PFL-BA) – Agradeço a V. Ex^a, porque errei quando pedi tradução.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ)

– Mas o fato é que se trata de um material denso e, enfim, atesta o que disse o Presidente a respeito dos conhecimentos e da competência do Dr. Mascarenhas. Não teria também indagações a fazer, mas observações, ponderações que considero muito importantes. É claro que as sugestões do Dr. Mascarenhas são extremamente importantes. Acredito, como o Relator, que temos de tomar algumas decisões, mesmo que contrariem os pontos de vista e a política do Governo em certos momentos, em certos pontos, porque estamos vendo o naufrágio dos Estados, um por um, a começar pelo meu Estado, o qual está numa situação lamentável.

Tenho para mim que essas soluções, emergenciais e pontuais, aliviam momentaneamente, mas se o processo continuar na mesma tendência, isto é, com a economia brasileira sem crescer, daqui a 5, 10 anos, isso se repetirá. A solução definitiva tem de ser uma reversão desse processo econômico brasileiro, porque não é possível que este País esteja há 30 anos sem crescer, o que deteriora as finanças dos Estados, dos Municípios, a situação social, a criminalidade e tudo o mais, bem como a dependência do País em relação aos compromissos externos. Enfim, todo o conjunto de males que está afligindo este País no fundo decorre dessa estagnação prolongada que temos de romper. Outro dia, estávamos aqui a conversar sobre os metrô, e o Senador Tasso Jereissati disse: “Precisamos romper esse nó, porque os metrô dependem disso, as finanças do Estado dependem disso, a pobreza depende disso, quer dizer, tudo depende de retomarmos esse crescimento.”

Para enfrentar isso, e acredito que essa economia só se alavancará não com a queda de juros – queda de juros pode ocorrer, melhorará um pouquinho, mas não resolverá. O juro é muito eficiente para

derrubar a economia, pois, quando o aumentamos, a economia vai ao chão. Agora, reduzir o juro não significa que a economia se dinamizará. Melhora um pouquinho, mas é preciso retomar os investimentos públicos em infra-estrutura. Isso está amarrado por uma política econômica que vem de anos e que é preciso romper. É preciso romper o nó górdio, cortar isso.

Acho até, Senador Tasso Jereissati, que esse é um objetivo de união nacional. Acho que todos nós devemos estar juntos nisso. Nessa mesma sessão dos metrô, o Senador de Minas Gerais Eduardo Azevedo disse: “Não adianta ficarmos aqui nos recriminando ou recriminando o passado, a herança.” Tudo bem. Estamos de acordo. Não vamos falar em responsabilidades passadas nem presentes, porque o que precisamos é olhar o futuro e encontrar os caminhos de romper esse nó que está amarrando a economia, para podermos retomar a capacidade de investimento, de crescimento, e sobra as margens para atendermos o social, as finanças do Estado, dos Municípios.

É evidente que, quando se retoma o crescimento, tudo fica mais fácil. Não se deve tirar de um para se colocar no outro, porque é isso que complica, e toda a guerra interna advém disto: para melhorar a situação de um, deve-se tirar do outro, um jogo de soma zero; aliás, acaba sendo um jogo de soma negativa, porque a economia vai encolhendo, encolhendo e é uma desgraça.

Acho que temos de unir forças, e esta Comissão tem uma missão importante, que é enfrentar esse problema dos Estados. Acho que temos de olhar também para o crescimento da economia, mas, a meu juízo também, essa situação dos Estados somente se resolve com uma espécie de Plano Brady para os Estados.

O Dr. Mascarenhas referiu-se ao Plano Brady. E o que foi o Plano Brady? O governo americano, unilateralmente, reconheceu que o endividamento dos países do mundo todo tinham sido inflados pela elevação unilateral dos juros determinados pelo Federal Reserve Bank, quer dizer, pela economia americana.

Isso, então, considerações de natureza ética, é justo fazer-se um “Plano Brady” de redução do estoque das dívidas, porque fomos responsáveis por esse endividamento. Assim, também no caso brasileiro dos Estados e dos Municípios, é claro que houve muitos Governadores que fizeram estripulias. Mas o grosso desse endividamento espiralado vem dos juros decididos unilateralmente pelo Governo Federal. Então, o Governo Federal tem uma responsabilidade e deveria reconhecê-la, adotando um “Plano Brady”

de redução do estoque das dívidas dos Estados, de 30%, de 40%. É preciso fazer um cálculo e verificar o que seria justo reduzir, porque se liberaria não somente o gasto com o pagamento da dívida, como a própria capacidade de endividamento, porque se reduziria o montante de endividamento.

Acredito que tenhamos de caminhar para soluções ousadas, porque este País chegou a um estado tamanho de deterioração que é necessário um pouco de ousadia. Mas, para haver ousadia, é preciso haver união política de todos. Não vamos buscar o faturamento para ninguém. Enfrentemos esse problema nacional e, depois, trabalhemos politicamente aqui e ali.

Cumprimento ao Dr. Mascarenhas. Todo esse conjunto de informações é extremamente importante para nós que temos de discutir todos esses assuntos, não somente a questão do endividamento, mas, também, a da Reforma Tributária, que influencia isso.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Eu queria também, assim como os outros Srs. Senadores, parabenizar o Secretário Albérico por essa palestra tão informativa. Realmente, foi muito impressionante a quantidade de informações que S. S^a conseguiu externar na sua palestra, de uma maneira bastante objetiva. Para quem ouviu durante mais de três horas propostas que se vão delongando, é impressionante como se consegue falar tanto em tão pouco tempo.

Concordo com o Senador Roberto Saturnino. Realmente, não há fórmula que resista a vinte anos de estagnação. Muda-se o imposto, muda-se o sistema, mas não há fórmula que resista a vinte anos de estagnação. Entramos numa briga autofágica nos últimos anos, em função dessa estagnação, de ver quem retira mais do outro. Mas a verdade é que, nessa briga de ver quem retira mais do outro, ganhou o mais forte até agora, que é a União. Ela tem retirado, ao longo dos anos – e não é do Governo Lula –, dos Estados e dos Municípios. A participação – lembro-me bem, se não me engano – dos Municípios, Senador Saturnino, na Constituinte de 1988, no bolo tributário, era 19% e hoje é 13%.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Essa redução é enorme, pois caiu de 19% para 13%.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Chega a quase 7%.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Então, nessa briga, quem ganha mesmo é a União.

Mas é uma briga autofágica, em que a União também paga caro, porque ela acaba tendo, com o tempo, de abrir, ciclicamente, esses processos de reajustar as dívidas dos Estados, pois eles vão quebrando, e os Municípios também vão quebrando. Sendo assim, de tempos em tempos, as dívidas têm de ser reajustadas. Com certeza, daqui a algum tempo, terá de se fazer uma nova rodada de reajuste das dívidas dos Estados.

Lembro também, Senador Teotônio, que a outra parte importante da dívida dos Estados advém dos empréstimos que a maioria pegou em dólar com o BID, com o Banco Mundial, pois, naquela época, parecia ser muito vantajoso. Um dólar era R\$1, R\$1,20, como ocorreu com o Estado do Ceará. Isso, realmente, levou a uma situação muito difícil.

Gostaria de fazer uma indagação sobre algo que eu não entendi por muito tempo, principalmente, em relação aos Estados. Todos deram incentivos. Não foram somente os Estados do Nordeste que deram incentivos fortes, mas o Estado do Rio Grande do Sul, o do Rio de Janeiro e o do Paraná também deram incentivos fortes. Em determinado momento, qual foi a solução para os incentivos já dados? Parece-me haver consequências importantes, nessa relação futura, para os Estados que deram incentivos, principalmente os Estados do Norte e do Nordeste, que não têm capacidade de honrar, se tiverem que repor esses incentivos. E que parte disso, em determinado momento, seria recompensado com o Fundo de Desenvolvimento Regional. Mas não ficou bem claro na legislação tributária da reforma tributária que passou na Câmara Federal quais seriam e como seriam utilizados os recursos desse fundo. Além de disso, a confusão é aumentada pela notícia de que esse fundo está vinculado à nova Sudene. Afinal, qual foi o acordo firmado?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Para concluir essa primeira rodada, passo a palavra ao Senador João Batista Motta. Depois da resposta do Secretário, falará a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS-ES) – Inicialmente, também desejo parabenizar nosso Secretário e dizer que o que pude ouvir de seu pronunciamento é de suma importância.

Sr. Secretário, fiquei encantado quando V. S^a falou em cesta-básica, menos imposto e desoneração. Acredito até que a reforma tributária que está hoje em pauta não trará benefício para ninguém, a não ser, como disse o Senador Tasso Jereissati, para a União.

Essa briga precisa ser travada para que algo seja repartido entre Estados e Municípios, mas mesmo assim estará muito aquém daquilo que Estados e Municípios necessitaram ontem e necessitam hoje. Entretanto, não vejo como aumentar mais a carga tributária, algo que vem acontecendo há muito tempo. Nos últimos anos, vimos lançamentos de novos tributos, cada vez mais carga, e o problema brasileiro cada vez pior.

Costumo dizer que o que tem acontecido com o País é mais ou menos o mesmo que ocorria antes, quando tínhamos uma inflação galopante, quase um fator psicológico. Mas, graças a Deus, com o advento do Plano Real, tivemos a inflação debelada e o Brasil começou um novo ciclo, com Estados e Municípios enquadrados numa nova realidade e até a população começou a ter mais poder aquisitivo.

Mas, infelizmente, foi passageiro, e hoje, novamente, estamos debaixo de um fator psicológico muito forte, e a população sem acreditar que a economia vá crescer e que, baixados os juros, o Brasil volte à sua normalidade, porque temos certeza de que o problema não está nos juros de 20%, 22% ou 24%. V. S^a sabe que quando chega à ponta, ao tomador, atinge 150% ou 200%. Então, é uma piada se falar em juros de 20%, no Brasil.

Então, pergunto a V. S^a: se déssemos um choque no Brasil, hoje, de credibilidade; se fizéssemos algo parecido com o Plano Real; se nós, esta Casa, o Senado desse uma demonstração de que está preocupado com esse problema e principalmente com a situação dos mais pobres, das pequenas e microempresas, que hoje não têm como trabalhar, porque a burocracia é incrível, infernal, porque tudo o que se coloca para eles é muito difícil e traumático e com uma carga tributária insuportável; se esta Casa desse imunidade ao povo mais carente, ao pobre deste País, até àquele que não pode entrar na formalidade, para que possa produzir alimento, vestuário de baixo custo – aqueles vendidos em feiras livres –, se esse povo pudesse trabalhar livremente, imunes do pagamento de tributos, não daríamos um choque de credibilidade, não gerariamos trabalho ao invés de emprego? Será que gerariamos emprego se desonerássemos a folha de pagamento e o tributo, e se as contribuições incidissem sobre o faturamento das empresas e não sobre a folha?

Esta Casa hoje passa por um momento espetacular, com desoneração dos alimentos, do vestuário de baixa renda e de feiras livres neste País. Percebo que o senhor é inteiramente favorável e sabe que este País precisa disso. É necessário que uma

dona-de-casa, com duas filhas, sem emprego, viúva, tenha a oportunidade de, durante a semana, fabricar 20, 30 camisas, procurar a feira mais próxima de sua casa e comercializar esse produto, levando feijão e arroz para casa; que o pequeno agricultor possa produzir alguns sacos de milho ou de feijão e comercializá-lo também numa feira livre, sem que o “rapa” da prefeitura e do Estado venha a importuná-lo.

Minha pergunta é: o que poderíamos fazer para compensar essa perda que, naturalmente, virá? Se passássemos a CPMF de 0,38 para 0,50, será que não daríamos uma arrumação nova e traríamos alegria, felicidade à população? Será que não traríamos credibilidade ao Governo, saindo da dificuldade em que estamos, encontrando o caminho do desenvolvimento, do crescimento econômico, esse, sim, vai resolver os problemas do nosso País?

É a pergunta que queria fazer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Antes de passar a palavra ao Dr. Albérico Mascarenhas para que ele possa responder aos três primeiros Senadores que fizeram intervenções, quero saudar a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra, agradecê-lo e convidá-lo a fazer parte desta Mesa.

Passo a palavra ao Secretário Alberico Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MASCARENHAS – Obrigado, Senador.

O Senador Roberto Saturnino sugeriu algo que acho interessante: a elaboração de um Plano Brady para os Estados. Na verdade, quando disse aqui que a dívida dos Estados está sendo corrigida pelo IGP e a dívida dos devedores do Fisco, pela TJLP, tal fato demonstra haver um tratamento diferenciado. Quer dizer, não é possível que a União possa dar um tratamento desse aos Estados. Na Bahia, por exemplo, não há uma única dívida oriunda de antecipação de receita ou de dívida para pagamento de custeio. Todas, todas, 100%, são dívidas contraídas para investimentos, principalmente para os setores sociais e de infra-estrutura. Então, são dívidas contraídas, que tiveram resultado; elas são necessárias para a antecipação de investimentos.

Dou um exemplo. Aplicamos US\$600 milhões para saneamento básico em Salvador, elevando o número de residências ou da população atendida com saneamento de 20 para 80%. E tomamos financiamentos para pagar em 15 anos. Se não houvesse esse financiamento, só iríamos melhorar essa qualidade essencial para a população em 15 anos.

Então, esses investimentos são necessários. Os Estados que fizeram e têm hoje esse tipo de correção, além da referente ao câmbio, realmente ficaram numa situação complicada, não por, digamos, irresponsabilidade ou má gestão de sua parte. Considero a idéia de V. Ex^a muito boa.

Senador Tasso, sobre incentivos fiscais, eu queria acrescentar um número aqui. No Orçamento da União para 2004, estão previstos R\$24 bilhões de renúncia fiscal. Desse total, 65% vão para Regiões Sul e Sudeste. Os incentivos fiscais concedidos pela União se concentram 65% nas Regiões Sul e Sudeste; 20% na Região Norte – e aí a Zona Franca leva aproximadamente 15% disso. Se tirar a Zona Franca, 5% somente para a Região Norte; 10% para a Região Nordeste e apenas 5% para a Região Centro-Oeste.

Essa questão de incentivos fiscais, quando dizem que os Estados do Nordeste concederam muito, eles concederam, mas a União concedeu muito mais e quando concede é para o Sul, não concede para cá, porque ela concede de forma setorial e como os setores estão concentrados lá, eles ganham, esses Estados levam à concentração desses incentivos. O que ficou ajustado inicialmente – e isso foi dito muito pelo Governo Federal – foi que os incentivos já concedidos seriam mantidos, até para não haver quebra de contrato. Então, terminou aí nessa discussão na Câmara quando se falava na manutenção dos incentivos fiscais, e que a Bahia lutou muito para preservar os incentivos já concedidos, inclusive de uma forma pejorativa chamando de “Emenda Ford”. Quando onze indústrias automotivas foram receber incentivos fiscais neste País – e a Ford foi a décima primeira –, quer dizer, antes da Ford, dez empresas, localizadas nas Regiões Sul e Sudeste, já tinham recebido benefícios fiscais... A Bahia se preocupa que o investimento de US\$1,9 bilhão, que hoje já gera cinco mil empregos, quando a previsão é de gerar cinco mil empregos em 2005, diretos, lá dentro da fábrica, preserve de manter esse investimento e sabe que toda a equação financeira do empreendimento foi feito em cima desse incentivo. Então, a Bahia tem lutado para preservar, e isso não está acontecendo, porque, com a mudança do princípio de origem para o destino, o que acontece é que, a partir do quinto ano, gradativamente, esses incentivos vão diminuindo, e os Estados não terão condições de honrá-los, e as empresas é que terão muitas vezes que fecharem as portas ou ter desemprego em função disso. Hoje temos já inauguradas na Bahia 47 fábricas de calçados, que geram 50 mil empregos diretos e que estão ameaçadas porque essa preservação dos incentivos não está garantida, ape-

sar de todo o discurso de que estaria. E o Fundo de Desenvolvimento Regional não tem a função – e não teria, Senador – de compensar os incentivos já concedidos e, sim, a substituir essa capacidade que os Estados têm hoje de concederem incentivo por um fundo, onde os Estados teriam esses recursos para investimento em infra-estrutura e que possibilitassem a continuação da atração de novos investimentos. Sabemos que, se não houver um diferencial, nenhuma empresa vai-se instalar nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque não tem competitividade, porque não tem mercado consumidor, porque não tem mão-de-obra, porque não tem infra-estrutura logística necessária para ter competitividade quando se instala em regiões mais desenvolvidas; então o Fundo teria essa função. Mas, da forma como ele está posto, apenas servirá para financiar o setor privado, o que não traz nenhum benefício para os Estados, porque financiamento para o setor privado já existe de forma suficiente e não utilizados, como citei aqui o caso do BNDES.

Com relação à intervenção – aí a pergunta do Senador João Batista –, eu concordo plenamente com o senhor e até tenho um dado interessante: uma curva, que mostra que a elevação da carga tributária é inversamente proporcional ao crescimento econômico; quanto mais se cresceu a carga tributária, menor foi o crescimento econômico – tenho um gráfico, que não está aqui, mas mostra bem isso. E não é coincidência. O que acontece é que o crescimento da carga tributária no Brasil não veio acompanhado de investimento no setor público, porque, se o setor público passou a arrecadar mais em relação ao PIB, ele deveria estar investindo mais; então ele passou a arrecadar mais e não investe, e isso não permite que haja um crescimento econômico e leva a uma estagnação, e a consequência é essa deterioração das finanças de todos os Estados e Municípios; a União, não, porque ela estar-se garantindo criando novos impostos – cite-se CPMF – e aumentando Confins; ela vem-se defendendo, Estados e Municípios vão-se deteriorando.

E essa outra questão também que o senhor coloca de que a progressividade do imposto é fundamental, ainda não conseguimos fazer isso. Temos um programa na Bahia, por exemplo, em que ambulantes não pagam ICMS e empresas até R\$120 mil pagam um valor fixo, inclusive na conta de energia, de uma forma bem desburocratizada. E não conseguimos avançar nessa isenção porque a perda de arrecadação para o Estado seria muito grande; no primeiro ano, perdemos R\$50 milhões. Foi implantado no pri-

meiro ano do governador César Borges, mas recuperamos ao longo do tempo. Agora estávamos pensando em ampliar essa isenção, porque entendemos que quem gera 60% dos empregos no Brasil, sem dúvida, é a micro e pequena empresa e aqueles que estão na informalidade e muitas vezes eles não saem da informalidade porque têm medo da carga de impostos.

Quando criamos lá o nosso Simbahia, que é o Simples do governo estadual, conseguimos trazer 50 mil empresas novas para a formalidade, porque estava desburocratizado, mas nunca conseguimos, por exemplo, integrar os Fiscos estaduais e municipais e o federal, principalmente. O Fisco federal não se integra aos fiscos estaduais. O Confaz vem pleiteando isso há muito tempo, porque isso permitiria um combate à sonegação dos grandes sonegadores, dos grandes empreendimentos, e permitiria que esse ganho de arrecadação pudesse compensar uma redução nas microempresas e naqueles que estão na informalidade que hoje pagam imposto. Hoje sequer conseguimos ter um cadastro único de Estados e Municípios, uma empresa para funcionar, ter uma burocracia imensa; e o Banco Mundial considera isso um dos maiores custos, hoje chamado "Custo Brasil". Leva-se em média 60 dias para se abrir uma empresa neste País, porque precisa do Fisco estadual, do Fisco federal, dos Fiscos municipais, e sequer conseguimos integrar. Agora, esses fatores todos seriam importantes para o crescimento da arrecadação nos segmentos maiores, em que há sonegação... Quem sonega, sonega nas três esferas.

Então, na medida em que os Fiscos se integram, conseguiríamos reduzir a sonegação naqueles segmentos maiores, em que hoje sabemos que existe uma sonegação grande, como nos cigarros, no setor atacadista, no comércio. Ainda existe um volume grande de sonegação nesses setores, e conseguiríamos, aí, sim, permitir que essas camadas mais baixas deixassem de pagar impostos, ou pagassem muito menos, ou tivessem condições de sobreviver. Creio que esse seria um caminho importante.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Albérico, gostaria de cumprimentá-lo pela sua exposição, pela sua capacidade de síntese, e pelo brilhante depoimento que V. S^a fez aqui nesta Subcomissão.

Gostaria de dizer que meu Estado é o Estado de Goiás, que fica Centro-Oeste, e se o nosso Secretário da Fazenda estivesse sentado no lugar de V. S^a,

acredito que faria as mesmas ponderações que V. S^a fez aqui nessa tarde. Receba a nossa solidariedade.

E quero dizer ao Presidente que essa Subcomissão abre novos horizontes para nós, aqui no Senado República, trabalharmos, efetivamente, de forma concreta em favor dos nossos Estados. Acredito que não temos que esperar passivamente a sensibilidade do Governo Federal, que, ao longo desse tempo, tem se mostrado insensível ao que estamos passando nos nossos Estados.

Portanto, esta Comissão abre novos horizontes para ações como a que foi realizada aqui ontem pelo Senador Tasso Jereissati, aproveitando um projeto de lei sobre o BNDS, pelo qual determinou, por meio da sua relatoria, um percentual expressivo de recursos do BNDS para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Acredito que podemos avançar em ações como essas e outras.

A minha pergunta seria uma surpresa que me causou aqui em relação à distribuição da Cide. V. S^a colocou aqui a questão da desvinculação da Cide. Eu gostaria de saber se no projeto ela compõe a base da DRU?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Vou passar a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, porque aí o Secretário Albérico faria uma única resposta.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Senador César Borges, Presidente da Subcomissão que estuda a questão da dívida dos Estados, da dívida pública; Sr. Albérico Mascarenhas, Secretário da Fazenda da Bahia; Sr. Presidente do Confaz, como eu estava numa missão parlamentar fora daqui, acabei chegando atrasado, mas ainda há tempo de anotar dois pontos extremamente importantes que foram abordados pelo Secretário, que é a questão dos benefícios fiscais, aí provocado pelo Senador Tasso Jereissati, essa questão, a rigor, que o fundo está sendo constituído. É olhando para frente, e é pouco, é bom que se deixe claro. Acho que o Nordeste tem que tomar consciência, porque, senão, de repente, tudo isso vira com se fosse uma grande solução, e não é. Esse é mais um problema que estamos criando. Esse fundo, antes de ser dividido com o Rio de Janeiro e com outras áreas, com Minas Gerais. Quero até fazer uma ressalva com relação a Minas, porque Minas, naquela parte que compõe a Sudene, acho que é inteiramente cabível. Ele já era pequeno e passou a ser menor ainda. Ele já era pequeno porque não dava para cobrir a necessidade de investimento que temos para competir com São Paulo, que tem toda uma infra-estrutura pronta. Se não pudermos oferecer isso, será o fim do Nordeste.

Outro ponto que acho que também é muito importante que venha a ser discutido neste momento em que se discute, aqui na sala ao lado, a questão da reforma da Previdência, é uma discussão diferente, porque nessa reforma da Previdência a possibilidade de os Estados perderem é muito pequena. Na reforma tributária a possibilidade de os Estados perderem está presente, sobretudo depois de todas as modificações que foram introduzidas no projeto original. Acho que, por isso, é tempo de se rever, são duas coisas diferentes a reforma previdenciária e a reforma tributária, são dois assuntos completamente diferentes, e os raciocínios têm que ser diferentes, sobretudo no momento em que a discussão da reforma tributária está sendo feita, acho que no pior momento possível. É um momento em que se tem uma redução acentuada da atividade econômica, o aumento do desemprego, batendo hoje níveis recordes. Você tem uma situação de extrema dificuldade dos Municípios, todos eles, e também dos Estados. Não há nenhum momento pior para se discutir reforma tributária do que no momento em que existe essa conjugação de fatores.

Que vai haver aumento de carga tributária, não há dúvida nenhuma. Não adianta querer dizer que não há, que é aumento de eficiência. Aumento de eficiência é aumento de carga tributária e ponto.

Nessa carga tributária, o Sr. Secretário fez uma observação em relação a esse aumento da carga tributária, que ele é muito penoso para o País na medida em que foi feito não com investimento, mas com custeio. Como você não teve investimento, esse aumento da carga tributária não correspondeu ao aumento do crescimento do País. E não podia haver investimento, sobretudo, pelo extremo constrangimento a que foram levadas as empresas do Governo a não poder investir. Refiro-me, basicamente, ao setor elétrico, aos problemas que teve por falta de investimento, e à Petrobras. Hoje já estaríamos auto-suficientes, não fossem as restrições do Fundo Monetário Nacional – não estou falando do atual Governo, mas dos anteriores. E não teria havido problema no setor elétrico, se você tivesse tido investimento.

Então, a questão básica é esse brutal aumento de carga tributária sem investimento. Isso é uma coisa que temos que pensar muito, na medida em que a situação daí para frente só se agravava. Se você analisar a curva do aumento da carga tributária e a de crescimento do PIB, verificará que elas se cruzam e são inversamente direcionadas ou proporcionais.

Enfim, eu queria fazer essas observações em cima de dois pontos que o Secretário tocou com muita competência. Acompanho essa competência há mu-

to tempo na Bahia e fico muito feliz de poder estar aqui hoje, com o Senador César Borges, que teve – repito – a feliz idéia, junto com o Senador Ney Suassuna, não só de montar a Comissão, mas de dar prosseguimento e com discussões desse nível. Acho que elas são importantes e, certamente, preparam discussões maiores na reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Secretário Albérico Mascarenhas.

O SR. ALBÉRICO MASCARENHAS – Inicialmente, para responder à Senadora Lúcia Vânia, ficou acertado que 25% da Cide seriam distribuídos aos Estados. Então, estimamos que a Cide arrecadaria R\$8 bilhões, sendo R\$2 bilhões, 25%, destinados aos Estados. O que aconteceu no texto da reforma é que, desses R\$8 bilhões, foram subtraídos 20%, então, não são mais R\$8 bilhões, mas R\$6 bilhões e 400 milhões. E sobre esse valor, aí sim, aplicam-se os 25%, sendo 18,25% para os Estados e 6,75% para os Municípios. No final, os Estados vão levar apenas 15% da Cide, quando no projeto original do Governo Federal, pelo menos, a promessa inicial era de 25%. E esse número foi reduzido.

Com relação à questão dos benefícios fiscais, Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a disse muito bem, o fundo é muito pouco para substituir essa possibilidade que os Estados têm hoje de conceder incentivos. Isso não vai resolver, isso é um problema que pode levar a uma reconcentração industrial no Brasil. Quer dizer, os Estados não terão mais capacidade de atrair empresas nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e não terão uma política compensatória para isso, o que pode agravar, sem dúvida alguma, essa diferença.

Vou deixar com o Presidente, já que não tenho cópia suficiente, um documento que foi preparado pelos Secretários de Fazenda do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi entregue hoje aos Governadores desses Estados, que já entregaram aos Líderes do Senado e agendaram uma reunião com esses Líderes, na próxima semana, sobre a Reforma Tributária.

Aqui, tratamos das questões das desigualdades regionais e as razões por que essas desigualdades têm se agravado, e onde a reforma tributária entra, agravando ainda mais essas questões. É um documento que os Governadores distribuíram aos Líderes e vou deixar com o Senador César Borges, Presidente desta Comissão, para que ele possa encaminhar aos demais Senadores. O documento trata basicamente da questão da reforma e do desenvolvimento regional, que foi produzido pelos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Darei a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, que se inscreveu de última hora, mas pela importância do seu conhecimento como ex-Governador do Estado do Nordeste, tenho certeza de que S. Ex^a vai abrilhantar esta reunião aqui com sua participação.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, não crie essa expectativa toda, não.

O que quero perguntar ao Dr. Albérico, pedindo até desculpas a ele porque não pude assistir a toda a palestra, que, segundo os Senadores, foi brilhante – o que não é surpresa para ninguém –, é o que ele acha mais viável que poderia ser pleiteado pelos Estados e pelos Municípios na reforma tributária, com sua experiência?

Quando digo mais viável é diante da própria resistência do Governo, claro. É óbvio que o Governo vai resistir a esse pleito.

O SR. ALBÉRICO MASCARENHAS – Senador Garibaldi, nesse documento que os Governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste entregaram hoje e que estamos passando à Mesa para distribuição, elencamos os principais pontos que foram na maioria acordados com a União e que não foram contemplados no projeto aprovado pela Câmara. Um é o Fundo de Desenvolvimento Regional, em que os Governadores pleiteiam a elevação para, no mínimo, 3%, o que ampliaria os recursos de R\$2 bilhões e 100 milhões, para R\$3 bilhões e 100 milhões; a exclusão do Estado do Rio de Janeiro, porque não é viável dentro de um fundo desse a entrada do Estado do Rio de Janeiro. Poderiam, então, entrar as regiões degradadas do Rio Grande do Sul, do Paraná, enfim, que fossem restritas às áreas da Sudene e da Sudam; a entrega desses recursos diretamente aos Estados sob forma de transferência de capital para que os Estados possam aplicar em infra-estrutura.

Um outro pleito é restabelecer o acordo original com relação à Cide, como acabei de explicar. Foi acertado que seriam entregues 25% e só está sendo entregue 15%, retirar os 20% da DRU e ampliar essa base.

Creio que é um erro – é a minha opinião pessoal – essa distribuição da Cide como ela está sendo feita com os Municípios. Não que eu não defenda uma parcela maior para os Municípios, mas porque a média da Cide para os Municípios será de 91 mil por ano. Portanto, isso significa que Municípios pequenos vão receber R\$1.000 de Cide. Portanto, são R\$400 mi-

lhões que vão ser distribuídos, que deveriam ser aplicados em infra-estrutura e que, da forma como vão ser diluídos, pulverizados, não vão significar nenhum investimento significativo. Só vai dar para o prefeito pintar o meio-fio da entrada da cidade.

Portanto, na minha avaliação, é um equívoco. Creio que essa não é a melhor forma de se ajudar os Municípios.

Há outro ponto: é o fundo de compensação das desonerações das exportações de produtos primários e semi-elaborados. Precisa ser definido, na Constituição, a fonte em que esses recursos vão ser compensados aos Estados.

A outra questão refere-se ao Pasep. Não é possível que a União continue tributando os Estados com o Pasep naquele aplique, no BNDES, em seguro de emprego.

Uma outra questão importante, citei aqui, é a desvinculação das receitas estaduais. Os Estados vão se tornar inadmissíveis, com 90% das suas receitas vinculadas.

Esses são os principais pontos dos Estados. E a questão da manutenção dos incentivos fiscais, também já concedidos. Esses são os principais pontos que os Estados elencaram.

Dos Municípios, o que surgiu de sugestão foi que, em vez de se partilhar a Cide, a União partilharia parte da CPMF com o Município, já que é um imposto de valor muito maior e que não teria vinculação específica, como é o caso da Cide, que só se pode aplicar em infra-estrutura rodoviária ou de transporte e que, pulverizado, não vale nada; e arrecada oito bilhões, enquanto a CPMF, vinte e cinco bilhões.

Portanto, a participação da Cide para os Municípios.

E mais: um outro ponto fundamental é que os fundos constitucionais, o FPE e o FPM, sejam compostos pela totalidade das receitas da União, e não somente pelo IPI, pelo Imposto de Renda. Isso, sim, num médio prazo, traria sem dúvida uma grande melhoria na arrecadação de Estados e Municípios. Esse principalmente nos Estados do Nordeste e nos Municípios de todo o Brasil, porque o FPM é importante para o Município não só do Nordeste, mas de todo o Brasil.

Creio que esses pontos são fundamentais para a reforma.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Ney Suassuna, para suas considerações finais.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Mais uma vez agradeço, Sr. Presidente, o Secretário Albérico

Mascarenhas, que ficou de nos enviar o material por e-mail. Agradecemos muito. Como eu disse, foi a melhor palestra que tivemos até agora.

Sr. Presidente, sugiro que, antes de convocarmos o Ministro Antonio Palocci, convidemos também o Secretário de São Paulo, para ter uma outra visão, porque estamos vendo a área do Nordeste, mas o Brasil é um todo. Então, chamamos São Paulo, consolidamos tudo, fazemos o documento, enviamos ao ministro e o chamamos, para ele nos dê as explicações e possa ter conosco um diálogo sincero, com o qual se possa consertar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Senador Ney Suassuna, penso que as suas sugestões são extremamente pertinentes. Vamos ouvir o Secretário de São Paulo, porque é muito importante a economia de São Paulo para o País. Ele foi Secretário do Tesouro Nacional, conhece toda a questão, e é muito importante vermos a visão de um Estado como São Paulo. Por outro lado, também o Ministro Antonio Palocci.

Eu gostaria apenas, antes de finalizar esta reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores e Deputados e Senadoras, Lúcia Vânia, e principalmente do Secretário Albérico Mascarenhas, de tecer uma breve consideração: ouvimos aqui, no início desta legislatura, o Ministro Antonio Palocci dizer que a reforma tributária seria para se fazer justiça fiscal e seria uma reforma distributiva, que seria também injustiça para a sociedade e injustiça entre os entes federativos. Parece-me que, com muita clareza, não existe isso efetivamente dentro da reforma tributária que veio para o Congresso Nacional. O que existe hoje é uma reforma até muito pior do que a que saiu originalmente do Poder Executivo e que foi modificada na Câmara dos Deputados. E resta a este Senado a última esperança, a última trincheira, o último baluarte para fazer essas modificações, dizendo o seguinte: acho que nós, como Senadores, representamos aqui os Estados brasileiros. No entanto, foi o próprio Senado que, em passado recente, criou vinculações sobre as receitas estaduais.

Como Governador, vim, sentei-me nesta mesa e fiz a defesa contra a vinculação para a Saúde de 12,5%. O Presidente da Comissão Econômica era o Senador Ney Suassuna, na sua presença, como Governador. Infelizmente, fomos vencidos naquele momento e foi aprovada a vinculação, porque, muitas vezes, a Saúde pode precisar de 20%, mas, lá adiante, pode ser que ela não precise e você precisa aplicar mais em educação, ou mais em desenvolvimento de infra-estrutura e assim por diante. Quer dizer, houve um engessamento da capacidade do Estado de fa-

zer investimento, até decidir o Governador, que é eleito democraticamente, o que pode fazer. Isso foi a realidade que foi passada aqui pelo Secretário Albérico Mascarenhas.

Então, o nosso papel é efetivamente defender os Estados brasileiros. Infelizmente, muitas vezes, no momento em que essas reformas e essas mudanças estruturais passam por esta Casa, procura-se atender muito mais ao desejo, às imposições e às necessidades da União do que aos Estados brasileiros.

Com isso, o que assistimos, ao longo dos últimos anos, é a uma hipertrofia da União, principalmente hipertrofia tributária, com mini reforços seguidas sendo feitas. Não vem desse Governo, mas esse Governo revela a mesma voracidade fiscal dos outros; não modificou, efetivamente, em nada. É uma continuidade efetiva de resolver os problemas da União.

Enquanto isso, os Entes Federativos, que são aqueles a quem nós devemos, inclusive, a nossa eleição, os Estados, os Municípios, que atendem a população em primeiro lugar, cada vez são menos atendidos e estão chegando a uma situação dramática, como é o caso de alguns Estados brasileiros.

Tive o prazer de Governar o Estado, assim como Senador Tasso Jereissati. Com um imenso esforço, fizemos um ajuste, tivemos capacidade de investimento e eu diria que mudamos até a face econômica dos nossos Estados. Não fomos apenas nós, mas uma série de Governos que se sucedem no Ceará, como se sucedem na Bahia, que conseguiram essa façanha.

No entanto, essa capacidade vai diminuindo a cada dia, vai se estrangulando. Se a Bahia conseguia investir 16% – tínhamos capacidade de investimento de 16% –, quando eu era Governador chegava a 18%, agora revela o Secretário Albérico Mascarenhas que não chegam a 10% os recursos livres para investimento sobre o total arrecadado pelo Estado. Vai chegar num momento em que não vamos ter capacidade de investimento nenhum. E como atender às necessidades dos nossos cidadãos em cada um dos Estados?

Então, acho que esse é um papel nosso de Senadores. Não podemos abrir mão. Não são os desígnios, não é o desejo da União que vai dobrar esta Casa. Representamos os Estados, as Unidades Federadas e não representamos a União.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Ex^a me permite interrompê-lo?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pois não, Senador, apenas para lembrar que eu, como Presidente da Comissão, liguei inúmeras vezes para V. Ex^a, como Governador, pedindo que acionasse os outros Governadores. Fizemos isso também, o José Maranhão fez isso no Nordeste. Mas os Governadores, à época, não se sensibilizaram e não tiveram a visão de V. Ex^a, que lutou contra.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Lutei contra, não porque fosse contra a Saúde, mas porque era contra as vinculações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – E, de repente, tivemos o Governo Federal passando um rolo compressor sobre nós e o Ministério da Saúde conseguiu fazer vencer a sua proposta. Mas lutamos nesta Comissão enormemente, inclusive instando os Governadores para que não deixássemos passar a vinculação. Mas o Ministro Serra foi mais eficiente do que a Comissão e conseguiu aprovar o que passou a ser uma aberração, porque realmente não vai sobrar nada. E isso – mais educação – acabou. Os Estados estão sem capacidade. A Paraíba chega a menos de 5% de investimento.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Então, essa é a realidade com que convivemos. Penso que hoje a última esperança é, efetivamente, o Senado Federal. Acho que os Secretários da Fazenda e os Srs. Governadores estão colocando nas mãos dos Senadores e do Senado Federal realmente a possibilidade última de modificar um pouco essa Reforma Tributária que está aí, que não é sequer uma reforma, mas aumento de carga tributária e injustiça tributária com os Entes Federativos.

Quero agradecer a presença dos Srs. Senadores a esta reunião, que enriqueceram, sem sombra de dúvida, esse momento, e agradecer ao Secretário Albérico Mascarenhas pela exposição que fez e, com certeza, tudo que ele deixou aqui para nos virarmos, sem sobra de dúvida, com elementos que usaremos a favor dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Secretário Albérico Mascarenhas.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h02min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão da Dívida Pública**

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA DÍVIDA PÚBLICA, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGIS-

LATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE OUTUBRO, DE 2003, ÀS 18:00, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia quatorze de outubro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador César Borges, reúne-se a Subcomissão Temporária da Dívida Pública, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Ney Suassuna e Lúcia Vânia, e, ainda, dos Senadores Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, Fernando Bezerra, Delcídio do Amaral, Paulo Simon, Paulo Octávio, Sérgio Guerra e João Batista Motta. Havendo número regimental, o Presidente da Comissão, Senador César Borges, declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início ao trabalhos concedendo a palavra ao Sr. Eduardo Refinetti Guardia, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, para discorrer sobre a Dívida Pública dos Estados, e em seguida ao Relator da Subcomissão, Senador Ney Suassuna, que agradece ao Secretário a sua presença e explanação. Usam da palavra, para interpelar o convidado, os Senadores Eduardo Suplicy, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Ney Suassuna. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **César Borges**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Subcomissão da Dívida Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se em 14 de outubro de 2003, às 18 horas, na sala de reuniões nº 19, da Ala Alexandre Costa.

Realizamos esta audiência pública com a finalidade de discorrer sobre a dívida pública dos Estados.

Contamos com a presença ilustre do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Refinetti Guardia, que já se encontra no plenário desta Comissão.

A reunião estava marcada para as 18 horas, mas atrasamos, porque estávamos em plenário tratando de matérias que sobrestavam a pauta. Por isso iniciamos neste momento, às 19 horas e 20 minutos

como bem me alerta o nobre Relator, Senador Ney Suassuna.

Se o nobre Relator estiver de acordo, de imediato, passo a palavra ao Secretário da Fazenda da União mais poderosa da Federação: São Paulo. Se São Paulo tem problemas, imaginem os outros Estados, Senador Ney Suassuna. Com muita satisfação, concedo a palavra ao Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Refinetti Guardia.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Boa-noite, Senador César Borges, Senador Ney Suassuna, Sr^{as} e Srs. Senadores. Inicialmente, agradeço a oportunidade de estar nesta Comissão debatendo esse tema, que é de fundamental importância para o Estado. Não vou-me alongar. Tentarei ser bastante breve nessa exposição inicial. Coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para discutir o tema.

Discorrerei sobre o endividamento a partir de duas perspectivas que efetivamente estão bastante relacionadas: os fluxos, ou seja, o serviço da dívida e o estoque.

Inicialmente, com relação ao fluxo, ao serviço da dívida, o que está em discussão é, por um lado, o superávit primário do setor público consolidado, que será afetado e é afetado por qualquer alteração na regra de refinanciamento dos Estados; por outro, a rigidez dos orçamentos estaduais, que também estão associados ao grau de vinculação excessiva do Orçamento.

A primeira discussão sempre recorrente quando se trata do endividamento dos Estados é se devemos ou não flexibilizar as condições de rolagem da dívida. O ponto fundamental é que qualquer mudança na regra atual leva necessariamente a uma redução do superávit primário dos Estados e dos Municípios e, como existe uma meta consolidada do setor público, essa alteração implica necessariamente a geração de um superávit no mesmo montante no Governo Federal. Esse é o custo de qualquer alteração – digo isso porque esse assunto é sempre mencionado como alternativa com diversas variantes: por meio da revisão do percentual de comprometimento da dívida ou por meio da própria mudança do conceito da receita líquida real, expurgando-se de sua base determinadas despesas ou parcela dessa receita que, de fato, não está à disposição dos Estados. O fato é que, se isso é feito, evidentemente, se reduz a rigidez dos orçamentos dos Estados, mas alguém terá de compensar por isso e, no caso, seria necessariamente o Governo Federal, que teria de ampliar a meta de superávit primário. Essa questão deve estar muito clara: qualquer flexibilização implica a necessidade de compensação

no Governo Federal, mantida a meta de superávit primário, por isso a dificuldade de lidar com esse tema.

Quanto à questão do estoque da dívida, a Lei de Responsabilidade Fiscal, Resolução nº 40 do Senado Federal, define os limites com bastante clareza. A evolução do estoque dessa dívida hoje, depende, por um lado, dos indexadores, que é basicamente toda a dívida refinanciada pelo IGP mais 6% ou o câmbio na parcela da dívida externa e dos próprios contratos de refinanciamento. Quero dizer o seguinte: que, apesar de existir um limite de endividamento definido na Resolução nº 40 e na Lei Fiscal, a evolução do endividamento praticamente independe da vontade do Estado, porque está condicionada à trajetória dos indexadores – câmbio e IGP –, dado que o Estado não tem a alternativa de não pagar o serviço da dívida. Portanto, o quanto o Estado pagará, que seria um dos fatores condicionantes da evolução do estoque, será definido pelo contrato de refinanciamento. Se não pagar, o Tesouro Nacional tem autorização legal para reter o recurso, seja por meio da retenção do FPE ou do FPM ou entrando na própria conta, que está previsto legalmente nos contratos de refinanciamento.

Portanto, o grau de disciplina fiscal hoje não é medido pela evolução do estoque, não obstante existirem os limites de endividamento. O estoque vai ser o que for, em função do comportamento do IGPM, em função do comportamento do câmbio, dado que o pagamento da dívida será feito necessariamente, queira ou não o Estado, porque, se não pagar, o Tesouro, nos termos do contrato, retém o repasse.

Apesar de haver limites claros de endividamento, não é por aí que hoje estamos vendo o grau de disciplina fiscal, mas pelo cumprimento do contrato de refinanciamento. Se alterar o contrato, o custo disso é que a União, o Governo Federal terá de aumentar o esforço de geração de superávit primário para atingir a mesma meta. Por isso que deixa a situação bastante complexa.

Do ponto de vista dos Estados, não estou querendo dizer que nada deve ser feito e que tudo está bem. Existe de fato um problema de rigidez nos orçamentos estaduais, mas, na minha modesta opinião, resolver o problema com a mudança dos contratos de refinanciamento pode ser uma alternativa um pouco perigosa até pela percepção externa que isso teria. Externo, pelos próprios analistas econômicos, porque isso claramente comprometeria a capacidade de geração de superávit do setor público, do superávit primário, terá que se manter elevada durante muito tempo.

O que pode ser colocado como uma alternativa a essa discussão, para viabilizar um pouco de alívio

financeiro nas administrações estaduais e municipais, é um tema em discussão na reforma tributária, a tributação do Pasep. Hoje, é o contrário. O Governo Federal faz superávit primário por meio do pagamento do Pasep, que é um tributo que Estados e Municípios pagam à União. Então, se for o objetivo algum alívio financeiro às administrações estaduais e municipais – e várias delas estão com problemas de caixa bastante acentuados –, o caminho do Pasep é uma alternativa muito mais factível e com menos repercussão negativa que uma revisão dos contratos de refinanciamento.

O ponto principal que gostaria de expor e que vejo como um problema do arcabouço hoje em vigor – repito que a disciplina fiscal está assegurada pelo cumprimento dos contratos de refinanciamento independentemente da evolução do estoque da dívida, que depende, como falei, IGP e do câmbio basicamente – é que temos um limite rígido de endividamento, mas, por outro lado, a capacidade de os Estados se adequarem a esse limite é bastante reduzida. Darei um exemplo, a partir dos dados do Governo do Estado de São Paulo, concentrando-me para terminar essa exposição inicial. São Paulo, no ano de 2001 ao seu final, tinha a relação dívida/receita corrente líquida de 1,98, portanto, abaixo dos 2 da relação de duas vezes da receita corrente líquida, prevista na Resolução nº 40, do Senado. Ao final de 2002, essa relação pulou para 2,27. Em termos absolutos, isso representou um aumento da dívida de São Paulo de R\$19,3 bilhões, um crescimento de 24,8%.

Neste ano, cumprimos rigorosamente todo o acordo de refinanciamento, aliás, estamos cumprindo desde 1997. Não foi contratada operação de crédito além da já prevista no acordo de refinanciamento, e a dívida cresceu simplesmente porque o IGP no ano foi 26% mais os 6% de juros reais, dando um crescimento de 30% no custo da nossa dívida alongada com o Governo Federal, e o câmbio teve uma desvalorização de 53%. Nesse mesmo ano, a receita, que é de nominador, cresceu 11%.

Então, não há como não levar a um crescimento da relação dívida/receita corrente líquida. O problema é a trajetória de ajuste que está definida na Resolução nº 40 e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Vamos falar: não, só preciso ajustar de 2,27 para 2. Estamos falando de um ajuste de mais de R\$ 10 bilhões de um Estado que tem um superávit primário de R\$ 3,5 bilhões, ou seja, teria que triplicar o superávit primário. Isso não é razoável, ninguém consegue fazer isso, sobretudo, num período de três quadrimestres previstos na lei.

Podemos ir para a interpretação do Senado, que diz que o ajuste tem que ser feito em quinze anos. Nós, inclusive, temos entendimento de que, como essa resolução foi republicada no ano 2002, a base do ajuste é a partir de dezembro de 2002. Então, quinze anos a partir dessa data. São Paulo está se ajustando. Iniciamos o ano com 2,27 e estamos, em agosto – último mês disponível –, na posição de 2,20, não porque fizemos um esforço adicional, mas simplesmente porque a evolução do IGP teve, inclusive, deflação em alguns meses do ano. Ele está crescendo menos do que no ano passado. Onde estou querendo chegar?

Hoje temos um problema que é mais formal. Inclusive, nossa preocupação é preservar o arcabouço criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma mudança importante no regime fiscal brasileiro mas que leva a uma dificuldade do cumprimento, porque qualquer mudança abrupta, por exemplo, na inflação ou no câmbio, afeta esses estoques dos Estados. O mesmo se aplica ao Governo Federal. Não há condição de fazer esse ajuste num período de tempo muito reduzido. Por isso, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que, em casos de mudanças abruptas na política monetária ou cambial, o Senado Federal pode rever os limites de endividamento – ou seja, alterar o limite de 2 para 2,2 ou 2,3 – ou, alternativamente, pode dar um período adicional para fazer o ajuste.

Aproveito a oportunidade para mencionar o projeto de resolução apresentado pelo Senador Romeu Tuma, cujo Relator é o Senador César Borges. Foi modificada a proposta inicial do Senador Romeu Tuma, que previa uma revisão do conceito de receita corrente líquida. No substitutivo do Senador César Borges, usa-se o art. 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite esses quatro quadrimestres adicionais. Entendo que essa – tomo a liberdade para mencionar um tema que está hoje em discussão nesta Casa – seria uma alternativa muito razoável para lidar com o problema, que foi o de 2002, com o IGP de 26% e o câmbio desvalorizando em 53%. Ou seja, essa resolução, cujo Relator é o Senador César Borges, permitiria que o ajuste tivesse um prazo adicional, para começar a valer o limite, de quatro quadrimestres. Portanto, o limite estaria valendo a partir de 1º de maio de 2005. Essa é uma alternativa importante para lidar com o problema do limite formal da Lei de Responsabilidade Fiscal e, novamente, isso não afeta em absolutamente nada a disciplina fiscal e o resultado primário dos Estados e, portanto, o resultado primário do setor público consolidado. Apenas permitiria

que os Estados tivessem um prazo adicional para se adequar ao limite. Isso é extremamente importante no momento atual, tendo em vista a conjuntura do ano passado, da elevação do IGP.

Ao contrário da taxa de câmbio quando incide, por exemplo, sobre a dívida do Governo Federal, indexado ao câmbio – quando o câmbio desvaloriza, a dívida aumenta; quando o câmbio aprecia, a dívida cai em termos nominais –, no caso do IGP não é isso que ocorre. Ele é incorporado ao estoque da dívida e, mesmo que tenha uma deflação em algum mês, o efeito é marginal sobre o estoque. Ou seja, esse aumento de estoque é permanente, afetando, portanto, o limite de endividamento dos Estados. Os dados de São Paulo são muito claros para explicar esse problema.

No meu entendimento, a solução de curto prazo seria por meio dessa resolução, que permitiria um prazo adicional de quatro quadrimestres, nos termos do art. 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o ajuste seja feito. Nesse período, a economia pode estar crescendo mais, vamos esperar que com uma inflação mais baixa. Isso por si só contribui para o ajuste.

Mostro os dados de São Paulo mais uma vez. Em 1998, nossa relação era de 1,86 e, em 1999, passou para 2,10, não porque o Estado se endividou, mas apenas porque, em 1999, a partir da mudança do regime cambial, o IGP foi de 19,9, que levou a um aumento do endividamento. O Estado não tem como controlar esse limite. Por isso, é importante que a legislação tenha alguma flexibilidade para evitar uma situação em que um Estado é obrigado, como no caso de São Paulo, a fazer um ajuste de R\$10 bilhões, o que não é crível. Tem que se mandar embora 70% do pessoal ativo para fazer um ajuste desse tamanho. Ninguém, em sã consciência, espera que um Estado faça um ajuste desse. E, de novo, esse tipo de medida não compromete a disciplina fiscal, nem o resultado primário.

Não quero me alongar. Penso que, como pontos principais que procurei enfocar, a mudança do critério do pagamento da dívida, seja por meio da revisão de percentual, seja por meio do próprio critério de receita corrente líquida, implica necessariamente uma redução do superávit primário de Estados e Municípios. Mantida, a meta do setor público consolidada tem de ser compensada no Governo Federal. Não há outra alternativa. Esse é o custo de uma medida dessa natureza.

A repercussão de uma mudança das regras, na percepção dos mercados, pode ser bastante negativa. Uma alternativa para lidar com o problema da rigidez financeira dos Estados e que permitiria um trata-

mento homogêneo para todos os Estados seria a revisão da tributação do Pasep, em discussão nesta Casa, como mencionado ontem por diversos governadores, que daria um alívio equivalente a um ponto na receita – é mais do que a receita líquida, porque é receita bruta, a partir da qual se faz o pagamento do Pasep –, mas equivaleria, por exemplo, a reduzir o pagamento de 13 para 12 ou para 11,5 num Estado como São Paulo. E isso afeta de maneira homogênea todos os Estados e Municípios.

Portanto, se a preocupação é com a rigidez orçamentária, na minha modesta opinião, esse pode ser um caminho talvez mais eficiente para resolver o problema da excessiva rigidez dos orçamentos.

A questão, de novo, do estoque, de haver uma regra mais flexível para ajuste não compromete a disciplina fiscal nem o superávit primário feito pelos Estados. A proposta hoje em discussão do Senador César Borges é uma boa alternativa para que possamos acomodar o efeito negativo do IGP do ano de 2002 e do início de 2003 sobre a dívida dos Estados. Isso nos dá tempo para ter um quadro um pouco mais claro sobre a situação macroeconômica e a capacidade de ajuste dos Estados.

A propósito, esse tema foi discutido numa reunião no Confaz com todos os Secretários da Fazenda, os quais apóiam essa proposta. Também foi discutida junto ao Tesouro Nacional, o qual também apóia a proposta de usar os quatro quadrimestres como período adicional de ajuste, reconhecendo o problema localizado do IGP.

Essas seriam as minhas considerações iniciais. Eu não gostaria de me alongar, dada a hora, mas estou à disposição de V. Ex^{as} para aprofundar qualquer ponto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço suas palavras, nobre Secretário Eduardo Refinetti Guardia, acredito de grande valia. Quero até parabenizá-lo pela coerência. Creio que foi a sua origem, do próprio Governo Federal, que fez com que fizesse reengenharia do refinanciamento das dívidas do Estado, procurando um equilíbrio fiscal para a União. É o que V. Ex^a agora demonstra, como Secretário de um Estado mesmo com problemas, reconhecendo o problema da União, que seria afetada caso essas regras fossem, de forma inopinada, modificadas.

Portanto, parabenizo S. Ex^a pela coerência de posição: era governo naquele período e hoje está no Governo de São Paulo, um partido de Oposição ao Governo Federal, mas que mantém a coerência de

um trabalho que merece aplausos, um trabalho de engenharia política que deu desaforo, naquele momento, aos governos estaduais.

Se hoje temos um outro problema, é a agonia do dia, mas, naquele período, a renegociação foi um avanço que se deu nas contas públicas brasileiras.

Dito isso, apenas como breve observação, quero passar a palavra ao nosso Relator, dizendo aos Srs. Senadores que a inscrição está livre. Já há aqui a lista de inscritos.

Com a palavra o nobre Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Presidente, eu queria começar também agradecendo ao Dr. Eduardo Refinetti Guardia pela disponibilidade, pedindo-lhe desculpas pelo atraso do início. Esta é uma Casa em que não mandamos no destino, em termos de horário. Os horários são fixados e, de repente, não são cumpridos, porque vão se elastecendo, elastecendo.

Como primeiro ponto, eu queria louvá-lo exatamente por não ter perdido o viés de responsabilidade de Governo. Embora aqui já tenhamos ouvido vários governadores e secretários e tenham surgido inúmeras alternativas, a mais prudente e menos aflita talvez seja a do Estado de São Paulo. Nós nem esperávamos. Sabíamos que a situação não era uma maravilha, mas não esperávamos que estivesse também passando por dificuldades dessa monta.

Já tivemos propostas, Dr. Eduardo, de pegar todas as despesas que não estivessem consolidadas e colocá-las no limite. Já tivemos a proposta de manter 13%, e até menos, 7%. Todas elas criarão problema de desenhaixe para o Governo Federal, não há dúvida. Já tivemos de modificar o que é realmente a receita líquida. V. S^a fala em diminuir o item do Pasp. Dará 1%. No caso de São Paulo, é até uma quantia significativa, na ordem de 450 milhões. Mas há Estados em que será um número muito pequeno. É proporcional, é verdade, mas temos, neste momento, sete Estados que estão desenquadrados; pelo menos dez Estados não têm o dinheiro para pagar o 13º salário. Eu não sei o Governo de São Paulo já ameaçou o dinheiro para pagar o 13º; eu tenho as minhas dúvidas. Muitos Estados estão com déficit mensal. É o caso do Rio de Janeiro, que tem quase 300 milhões de desenhaixe.

Então, a situação é muito aflitiva e se reflete também nos Municípios hoje. Na Bahia, dos seus quatrocentos e poucos municípios, 200 estão com a folha atrasada; Na Paraíba, dos 223 municípios, há

noventa e tantos que estão devendo duas, três folhas. Eu não sei como deve estar o Ceará, mas não deve estar diferente.

Então, é uma situação muito difícil. Nós estamos ouvindo e querendo ver o que poderia ser feito. Esse relatório, com a audiência de V. S^a, encerra a fase de audiência e já vamos partir para o relatório. Pretendemos – eu já conversei isso com o Presidente –, fazer não somente o relatório, mas também as propostas para tramitarem rapidamente na Casa. Agora, sinceramente, eu não vejo como facilitar a vida do Estado, a não ser que considerássemos a dívida ativa, que em São Paulo é da ordem de 10 bilhões.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Registrados no balanço são 52 bilhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Registrados são 52 bilhões; mas recebíveis mesmo são 10 bilhões?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Seria um chute de minha parte dizer a V. Ex^a o valor. Não temos um número detalhado que, efetivamente, seria a dívida, por exemplo, das empresas ativas. Estamos trabalhando nisso. A clareza é que, dos 52 bilhões, não são cobrados. Uma parte seria. Qualquer número seria um chute de minha parte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nós estamos aqui especulando. Imagine se pudéssemos ter passado o parecer do nobre Senador Romeu Tuma, relatado pelo Senador César Borges, e fosse mudado o limite. Se pudéssemos considerar as dívidas ativas, o que é plausível, e arrumássemos uma linha de desconto, por exemplo, no BNDES. Eu nem sei se o BNDES deu dinheiro suficiente; segundo, eu não sei se essa seria uma operação de curto prazo. As prefeituras estão pleiteando descontar o do Banco BNDES – ainda hoje eu falei aqui, na Comissão de Economia – ou no Banco do Brasil. Eu não sei, primeiro, se temos recursos. Nós precisamos ver. Segundo, se isso seria algo rápido, porque o 13º está aí, daqui a dois meses.

Então, é uma situação difícil. O majoritário, até agora, e eu queria considerações de V. S^a a respeito, era fazer com que, estivesse no nível de 13% ou de até de 15%, como é o caso de São Paulo – vocês estão com 15% –, mas retirasse tudo que estivesse não-consolidado e colocasse nessa conta, o que alargava apenas o limite, mas dava um oxigênio ao Estado. Há dois Estados que estão com 22% – Mato Grosso e Piauí, se não me engano.

Seria uma outra idéia. Eu gostaria que o senhor, por gentileza, como primeira pergunta, me dissesse o

que acha a respeito disso. O senhor foi do Tesouro e sabe bem que a maioria dos Estados tem dívidas fora do consolidado, se isso daria um oxigênio, porque aí não mexeria, a gente continuaria recebendo, o Governo Federal, apenas alongava o período.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA –

Pois não, Senador. Os Estados que pagam mais que 13% hoje são basicamente aqueles Estados que têm uma participação na dívida externa maior. Posso citar, aqui, que me lembre, o Estado do Ceará, que era o que me vinha à cabeça. Portanto, essa é a chamada “dívida extralimite”, é a dívida com organismos internacionais, que tem que ser paga e, portanto, se formos reduzir, colocar tudo no limite de 13%, por exemplo, é bem provável que o Banco Interamericano e o Banco Mundial não vão querer alongar suas dívidas, então o Estado do Ceará vai ter que pagar o Banco Interamericano, o Banco Mundial e, portanto, vai sobrar menos para pagar o Tesouro Nacional.

O problema para o qual tentei chamar a atenção, Senador, é que o efeito disso, seja através de consolidando tudo, num limite só, ou reduzindo o percentual, ou mudando a base de cálculo em cima da qual incide o percentual de 13%, ou seja ele qual for, é que qualquer redução – e não estou aqui querendo dizer que sou contra um alívio financeiro aos Estados, e reconheço a dificuldade financeira de diversos Estados, inclusive os problemas do Governo do Estado de São Paulo – traz como custo o seguinte: dada a meta do superávit primário, necessariamente terá que ser compensado no Governo Federal. Então, só estou colocando o custo da decisão. Se a decisão for essa, seja através da mudança do percentual, consolidando tudo numa dívida, excluindo o conceito de dívida extralimite, que é o que o senhor está propondo, o superávit primário do Estado cai e, portanto, dada a meta consolidada, alguém vai ter que compensar. O efeito é o mesmo, sempre vai cair nessa mesma posição. Eu não estou aqui... evidentemente, se o Governo Federal entender que é importante dar esse alívio, eu não estou me colocando contra, estou apenas dizendo que tem que ter uma contrapartida de um esforço fiscal da União para compensar a redução ou o menor esforço fiscal nas administrações estaduais, o efeito é esse.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas no projeto que o Senador César Borges está relatando, ao retirarmos o parâmetro por 16 meses, vamos deixar que o Estado cresça e esteja fora do enquadramento.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Não, é por isso que tentei... desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra o Secretário.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Desculpe interrompê-lo, Senador, é um pouco...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E se após o prazo, ele... aí ele vai ter que voltar para o enquadramento. Não vai ter o mesmo problema?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Não, eu entendo que é um assunto um pouco complexo, mas como é que funciona? Por isso é que tentei separar o fluxo do estoque. A proposta do Senador César Borges está lidando apenas com estoque, o tempo que o Estado tem para se ajustar ao limite. Isso não muda o fluxo, portanto não afeta o resultado primário, porque, gostando ou não, temos no País uma meta de resultado primário. Se reduzir o pagamento de dívidas dos Estados, o superávit primário dos Estados cai. Como a meta é consolidada, alguém precisa compensar. Na proposta que está em discussão, cujo Relator é o Senador César Borges, não afeta o fluxo, é só o tempo para se ajustar no estoque, o limite deixa de operar, portanto não afeta o resultado primário.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – No final, tem que estar no mesmo parâmetro.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Independentemente do nível que vamos estar em 1.º de maio de 2005, ao longo desse período não afeta em absolutamente nada o superávit primário, que é grande o constrangimento do Governo hoje, das três esferas, ou da meta do consolidado do setor público. Por isso, eu me permito, Senador, introduzir um outro ponto aqui também em discussão nesse momento. O que estamos tratando aqui é um problema que eu reconheço e que é grave, que é a rigidez dos Estados e Municípios. Maneiras para lidar com esse problema: mencionei o Pasep, que é uma alternativa. Há outra: a rigidez do orçamento não se dá, única e exclusivamente, por conta do pagamento da dívida; existe, evidentemente, um comprometimento alto de pessoal, isso é diferenciado em alguns Estados, poucos estão acima do limite da Lei Fiscal hoje, e também uma excessiva vinculação, portanto a proposta da Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE), que também está em discussão nesta Casa, é uma alternativa para lidar com a questão da rigidez orçamentária dos Estados, ou seja, é uma maneira de atacar esse problema; se não o resolve plenamente, seguramente está contribuindo para reduzir o grau de rigidez dos orçamentos estaduais e municipais.

Então, por um lado, Pasep, e por outro, DRE. Se não resolvem, seguramente caminham na direção correta. Eu apenas quero deixar... o meu comentário

com relação à dívida é que o custo dela é claro, alguém tem que pagar essa conta. Então, não cabe ao Estado de São Paulo opinar sobre isso. Só estou aqui colocando tecnicamente o custo da decisão proposta.

Permito-me, ainda, Senador. V. Ex^a mencionou a questão do empréstimo do BNDES. Empréstimo novo ou reduzir o pagamento de dívida tem o mesmo efeito sobre o resultado primário, ou seja, uma redução do superávit primário dos Estados. Então, tem o mesmo efeito: o endividamento novo ou a redução do pagamento da dívida.

Um último ponto que quero mencionar, para o qual não chamei a atenção na exposição inicial, mas que considero de maior importância, é que também existe um problema grave de endividamento nas empresas estatais. Chamo a atenção para o setor elétrico. O Senado acaba de aprovar um projeto do setor elétrico, visando mais ao setor de distribuição, mas as geradoras são públicas, e todas com um endividamento muito grande com o BNDES e com o Tesouro Nacional. Cito o exemplo aqui da CESP, que está numa situação financeira extremamente delicada e que conseguiu rolar suas dívidas com o setor privado, que venciam em janeiro e fevereiro do próximo ano, no final deste ano. Estamos falando em um montante de mais de US\$650 milhões, que venciam agora. Conseguimos rolar essa dívida para 2005, 2008 e 2011. Mas, o grosso do endividamento dessas empresas, hoje, é com o Tesouro e com o BNDES, porque não conseguimos rolar a dívida. E um outro problema é que essas dívidas têm garantia dos Tesouros estaduais.

Esse é um problema que aparecerá mais cedo ou mais tarde. Estamos falando de um setor extremamente importante, que é o de geração de energia elétrica, que tem a sua capacidade de investimento altamente reduzida, por conta de um endividamento sensível. Esse é um outro problema bastante grave, talvez mais localizado no Estado de São Paulo, mas, também, em Estados, como o Rio Grande do Sul, que tem problema também nessa área, que afetará, no futuro, a situação financeira dos Estados.

Chamo a atenção para um ponto de extrema importância de um setor vital que não está sendo discutido, mas que alguma solução também precisa ser buscada.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Para encerrar, peço a consideração de V. S^a em dois itens: primeiro, o problema do fundo de compensação das exportações e, segundo, alguma consideração de V. S^a em relação ao problema do ICMS no destino ou na origem.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Vou começar com o ICMS, Senador. Em primeiro lugar, sempre falam de passar da origem para o destino. Hoje, não é nem na origem nem no destino. Hoje, é misto. Então, atualmente, já temos um sistema em que, quando é do Sul e Sudeste para o Norte e Nordeste, é mais destino; e, no sentido oposto, é mais origem, a alíquota interestadual é diferenciada. Então, estamos já no meio do caminho, hoje.

O problema da cobrança no destino é que ela implica necessariamente uma redistribuição forte do recurso da arrecadação entre os Estados chamados exportadores líquidos e importadores líquidos. Em tese, pode-se – com o que concordo evidentemente –, com a cobrança do ICMS no destino, eliminar a guerra fiscal, por exemplo. Essa é uma vantagem da cobrança no destino. Por outro lado, se se passa a cobrança para o destino, a partilha no destino sem a cobrança na origem, que são duas coisas distintas, como se partilha o imposto e onde ele é cobrado. Então, partilha no destino sem cobrança na origem, que hoje não temos, pois também é mista, a sonegação aumenta. Para poder passar para o destino, tem que resolver esse problema. Esse é um problema técnico menor. A questão central é que um Estado como São Paulo perderia 13% de sua receita. Então, estamos falando de R\$5 bilhões, que é, por acaso, o que pagamos de dívida ao Governo Federal.

Então, mudar para o destino significa que o Estado de São Paulo perde o montante equivalente ao total do pagamento da dívida anual ao Governo Federal, que é mais do que o superávit primário anual, que é em torno de 3,5%. É evidente que o Estado não pode absorver uma perda dessa magnitude. A mudança para o destino também coloca, de maneira muito clara e muito intensa, o problema da guerra fiscal do passado. Como sabemos, a guerra fiscal é feita em cima da alíquota interestadual, o destino significa zerar a alíquota interestadual. Se a alíquota interestadual vai a zero, quem deu incentivo fiscal, no passado, em cima da alíquota interestadual, como não tem mais alíquota interestadual, o Tesouro terá que tirar o dinheiro do bolso para honrar o compromisso da guerra fiscal.

Então, o que estou querendo dizer é que se trata de uma discussão extremamente complexa e não foi à toa que, o acordo entre os Governadores e o Senhor Presidente da República, na questão da transição para o destino e do tratamento a ser dado à guerra fiscal do passado, ficou para uma segunda etapa.

Qual era o acordo? O acordo era simplificar o sistema – um avanço importante na direção correta,

que todos queremos -, mas tratar a questão mais complexa depois que conseguíssemos simplificar o sistema, esperando um momento em que o País não estivesse atravessando uma situação tão difícil.

Então, Senador, creio que é muito difícil chegar-se hoje a um acordo com relação à questão do destino e do tratamento do passado, da guerra fiscal. Por isso que ontem observamos a disposição do Senado de deixar esse tema um pouco para frente. É uma discussão complexa, que, na minha opinião, deveria ser tratada no futuro, com uma discussão mais ampla sobre a tributação indireta, na qual poderíamos incorporar a discussão do IPI e do ISS. Então essa é a nossa posição sobre o tema.

O Fundo de Compensação das Exportações é um tema importante para os Estados, que têm um custo com a desoneração das exportações. As exportações de industrializados são importantes para o País, desde a Constituição de 88 – mais recentemente primários, semi-elaborados e bens de capital -, e têm um custo para os Estados. Como vamos constitucionalizar a desoneração, o pleito dos Estados é para constitucionalizar também o ressarcimento dessas exportações, sobretudo a fonte a partir da qual será feito o ressarcimento, caso contrário haverá a mesma discussão todo ano. Estamos discutindo se no ano que vem serão R\$8,5 bilhões ou R\$6,5 bilhões, mas, na prática, o Orçamento Geral da União para 2004 tem zero proposto para o ressarcimento. Então o fundamental é que estamos de acordo em constitucionalizar a desoneração, mas vamos constitucionalizar a fonte que vai assegurar esse ressarcimento.

A geração do superávit é importante para o País. Se não tivermos esse recurso para honrar um ressarcimento, na prática, ocorrerá que não desoneramos a exportação. O exportador vai acumular crédito e o Estado não terá dinheiro para honrá-lo. Então não vamos atingir o objetivo que todos queremos: incentivar a exportação. O fundamental para nós é que a Constituição defina claramente qual é a fonte a partir da qual os Estados terão o ressarcimento.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço ao nobre Relator, que fez questionamentos da maior importância ao Dr. Eduardo Guardião. Volto a afirmar a dificuldade do Dr. Eduardo, que participou do Governo e fez essa engenharia. Nós, Senadores, estamos procurando soluções para os Estados brasileiros, que estão em situação extremamente difícil. Temos que compatibilizar as necessidades do Governo Federal com as necessidades dos outros entes federativos, Estados e Municípios.

De qualquer forma, é muito bom ver a questão também pelo ângulo da Lei da Responsabilidade Fiscal, que todos nós queremos manter, para que se mantenham também as relações institucionais nos contratos firmados entre o Governo e a União.

Quero propor aos Srs. Senadores, para que possamos ganhar tempo na nossa reunião, que façam as perguntas em sequência, para que o Dr. Eduardo as responda em conjunto.

Se todos estiverem de acordo com essa metodologia, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pelo Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador César Borges; Sr. Relator, Senador Ney Suassuna; Secretário Eduardo Refinetti Guardia, a sua exposição foi muito clara e precisa. Queria fazer uma indagação relativamente à reflexão que seu antecessor fez há poucos dias, quando recomendou que tivéssemos uma taxa de câmbio em torno de R\$3,50, o que, no seu entender, estimularia mais as exportações. Poderia provocar alguma dificuldade no que diz respeito à evolução dos preços, mas ele pensa que seria uma maneira de acelerar um pouco mais o crescimento da economia.

Veio-me à mente essa reflexão do Professor Yoshiaki Nakano, que, na sua exposição, mencionou que o endividamento de um Estado como São Paulo é muito atingido, digamos, se ocorrer um aumento mais acelerado do índice de preços de um lado e mais da correção cambial. Vamos supor que fosse seguida esta sugestão, é claro que isso poderia de alguma maneira significar maior crescimento da economia de São Paulo, maior arrecadação e conseqüentes efeitos.

Mas eu gostaria que pudesse fazer uma análise de como é que viria essa sugestão do seu antecessor, que, inclusive, contribuiu muito para que houvesse maior equilíbrio financeiro durante a gestão seja do Governador Mário Covas e depois do Governador Geraldo Alckmin. Como avaliaria isso do ponto de vista das suas conseqüências, inclusive para a resolução do problema do endividamento do governo do Estado de São Paulo, e obviamente de suas conseqüências para a União? É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A minha questão é muito simples. Gostaria de obter duas informações.

Sobre o problema de crédito de exportação, se São Paulo tem esse problema de estoque acumulado de créditos, que é um problema para o qual me parece não está sendo proposta nenhum tipo de solução, nem agora nas discussões da reforma tributária. Está-se discutindo daqui para frente, mas não créditos acumulados de empresas contra o Estado, créditos de exportação. Qual é mais ou menos a proporção e qual é a perspectiva e a maneira, se existe esse problema de solucionar?

Segundo, qual é a relação dívida/receita líquida de agosto do Estado de São Paulo – 2,2 – e paga apenas 15%, incluindo aí a extralimite?

O SR. (Orador não identificado) – (intervenção fora do microfone)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Apenas a título de curiosidade. Quando ela foi renegociada, ao tempo do Governador Mário Covas, se lembra qual era o valor?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – R\$46, se não me falha a memória, Senador. Mas eu tenho o número aqui: R\$46 milhões.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A de Minas é R\$ 14 milhões, um terço da de São Paulo. É mais ou menos a mesma coisa, pois Minas arrecada um terço...

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a intervenção do Senador Tasso Jereissati, passo a palavra ao Senador Romeu Tuma. Em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo e à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, caro Secretário, Dr. Guardia, eu apenas queria saudar a presença de V. Ex^a aqui e o Presidente que nos tem ajudado em matéria de interesse não só de São Paulo, como de todos os Estados, com a Resolução nº 9.

Ainda hoje conversei com ele e apresentei a solução que foi encontrada com o acordo com o Tesouro e com o Líder que amanhã se comprometeu a falar com o senhor, para poder devolver a vista que ele pediu com o substitutivo que V. Ex^a já explicou aos membros.

Srs. Senadores, é boa a presença do nosso Secretário para mostrar que, em São Paulo, tudo é grande: a dívida, as dificuldades, a miséria, a pobreza. Todos os Estados enfrentam esses problemas, e São Paulo não é diferente. Há uma visão mais ou menos consolidada de que São Paulo é um Estado rico dentro da pobreza brasileira. Às vezes, convido as pessoas para visitarmos a periferia de São Paulo e sentir de perto a miséria, que é grande. O problema é sério

também no Vale do Ribeira, em Paranapanema e outras regiões que temos percorrido sempre nas nossas visitas feitas com o Governador. Praticamente, a cada 15 ou 20 dias, ele faz uma visita e discute com os prefeitos, vereadores e a sociedade civil os problemas existentes na região visitada. Nessa ocasião, sentimos de perto tais dificuldades.

Vi o Senador do Ceará falar sobre o Fundo de Compensação da Lei Kandir – não sei se ele perguntou isso. São Paulo tem sofrido muito com essa falta do Fundo. Quanto aos outros Estados, vejo o Senador César Borges, por exemplo, sempre na tribuna reclamando da situação aflitiva, porque o prejuízo vem. Para atender a uma necessidade nacional, os Estados não estão recebendo a contrapartida comprometida na votação da Lei Kandir. Não sei se, na reforma tributária, esse fundo será fixado. V. Ex^a considera isso importante, não é Secretário?

E eu perguntaria se o câmbio influenciou muito o crescimento da dívida dos Estados, porque, quando foi feito o ajuste, foi dito que era 40% – dobrou praticamente -, e o dólar subiu praticamente duas vezes. Não sei se o câmbio flutuante teve uma influência bem desastrosa para a dívida dos Estados com esse crescimento.

Eram essas as minhas considerações. Gostaria também de cumprimentá-lo pela exposição feita, principalmente no interesse nacional das discussões.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Talvez o Secretário poderia já contemplar essas questões dos três Senadores, para não acumularmos a intervenção de cinco Senadores, e depois voltaríamos para a ordem dos inscritos: Senador Eduardo Azeredo e Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Sr. Presidente, gostaria de responder à questão do Senador Suplicy sobre a taxa de câmbio.

Senador, entendo que o primeiro problema é a oscilação da taxa de câmbio. No ano passado, com muita intensidade, houve uma oscilação que refletia claramente um problema de credibilidade e de incerteza com relação ao que aconteceria no futuro. Felizmente, os eventos levaram-nos a uma trajetória de apreciação do câmbio. E a pergunta é: até que ponto isso ocorreu? É isso que V. Ex^a está observando, e creio que com propriedade.

Minha percepção é que, de fato, se a economia retomar o seu crescimento, poderemos concluir que estamos com a taxa de câmbio um tanto quanto apreciada e que haverá um processo de desvalorização no futuro. Sendo honesto com V. Ex^a, não sei qual se-

ria o nível – se 3,2%, 3,3% ou 3,5% -, mas acredito que, não obstante o câmbio ainda estar em um patamar real bastante mais desvalorizado, quando comparado com um período longo, a taxa acabou apreciando bastante nesse período recente. Por um lado, isso tem um efeito positivo na inflação – o que levou o Banco Central a sustentar seu comportamento com relação à política de juros. Mas temo pela hora em que retomarmos o crescimento – porque agora a economia parou, a importação caiu, mas depois haverá pressão pelo lado externo. Então, a taxa de câmbio no futuro tende a se desvalorizar e a se estabilizar, com a economia crescendo em um nível um pouco mais desvalorizado. Evidentemente, do ponto de vista dos Estados ou do setor público – que é devedor em moeda estrangeira -, isso acarretará um impacto no endividamento.

Respondendo à última pergunta do Senador Tuma, em São Paulo, hoje a dívida indexada ao câmbio representa 7% do total da dívida. É um percentual relativamente pequeno se comparado ao de alguns outros Estados. Seguramente, no Estado do Ceará, o percentual é bem mais elevado. Então, o impacto da desvalorização, num Estado como São Paulo, existe, mas é um pouco menor tanto para o bem como para o mal. Quando também o câmbio apreciou, o efeito em São Paulo foi menor do que o efeito no Ceará, por exemplo.

O peso da dívida externa, em São Paulo, é um pouco menor, mas é evidente que, ao passar de 2.86, 2.90 para 3.50, vai causar um impacto de 7% da nossa dívida, que está atrelada à taxa de câmbio.

O câmbio, então, creio que está apreciado, e me preocupa a oscilação da taxa de câmbio. Creio que ela se vai estabilizar num patamar mais elevado, e tenho receio de haver uma oscilação grande da taxa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Por outro lado, se me permite, a previsão do Professor Yoshiaki Nakano é que isso seria consistente com uma taxa de crescimento mais acelerada, que, por sua vez, poderia eventualmente significar a recuperação da economia e apreciação maior.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Creio que a própria recuperação da economia também vai levar a uma pressão sobre o câmbio, que se vai desvalorizar. Creio que as duas coisas estarão associadas. Agora, se devemos elevar o câmbio a 3,50 agora já é uma outra discussão, inclusive com impacto no curto prazo sobre a inflação, e não sei qual seria a reação, por exemplo, do Banco Central sobre a política de juros. Isso também teria que ser levado em consideração.

Em relação à questão que o Senador Tasso aborda, referente a créditos de exportação, quero dizer que temos feito um esforço grande em São Paulo, para honrar o crédito de exportação. Hoje, o problema do acúmulo de crédito é bem mais reduzido no Estado de São Paulo, quando se compara a situação com a de outros Estados ou com outros secretários que tive oportunidade de observar.

São Paulo tem feito um esforço para honrar o crédito acumulado. Por isso, a nossa preocupação – neste ponto, abordo a primeira questão do Senador Romeu Tuma – com relação ao Fundo de Compensação das Exportações. Creio que essa é uma das discussões fundamentais no momento da reforma, e é um ponto que vejo com muita preocupação – o Estado de São Paulo vê com muita preocupação – por dois motivos: em primeiro lugar, como já mencionei, não estamos definindo o montante. Então, está-se falando que seria mantido o IPI de exportação, que são os 10% de IPI para compensar a desoneração dos produtos industrializados. Isso fica como está. Porém, em relação à desoneração de produtos primários, semi-elaborados e bens de capital, que é o que faz a Lei Kandir hoje, o ressarcimento em um montante de 3,9 bilhões neste ano, o Governo sinalizou com 4,9 bilhões e mais 2 bilhões, que seria um seguro-receita. O problema é que, no Texto Constitucional, não está definida a fonte. Por exemplo, isso poderia ser um percentual do conjunto de impostos que asseguraria um valor no tempo que daria garantia aos Estados, cujo ressarcimento o Orçamento contemplaria.

Insisto: não ter o recurso para o ressarcimento, levará um Estado como São Paulo, que hoje está fazendo um esforço muito grande para honrar um crédito, a inviabilizar a honra deste crédito.

Respondemos hoje por 34% das exportações do País. Portanto, estamos fazendo um esforço grande para honrar o crédito, e se não tivermos o ressarcimento, a nossa capacidade de honrar o crédito ficará comprometida. Com isso, 34% das exportações do País não terão a celeridade que estamos tentando dar hoje para honrar o crédito acumulado.

Esse é um problema gravíssimo.

O segundo problema é o critério. O que o Texto Constitucional estabelece? Que o critério será a partir da exportação de primários, semi-elaborados, saldo da balança comercial e o crédito do ativo imobilizado, ou seja, o investimento. O problema é o peso que será dado a cada um desses fatores.

Essa é uma discussão complexa entre os Estados que pode levar a uma redistribuição muito grande do ressarcimento que é feito hoje.

No nosso entendimento, o fundamental aqui é ressarcir a exportação, e não o saldo da balança comercial, porque quem não tem importação é porque não tem base sobre essa e não tinha antes de desoneração. Portanto, não preciso compensar algo que não existia antes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero contrapor a palestra do Governador do Amazonas, que disse que, se o fundo, mesmo existindo, não for ressarcido no mesmo momento, os Estados não têm nenhuma liquidez para fazer esse pagamento, uma vez que a Justiça determinará o pagamento.

São Paulo passará pelo mesmo vexame de também não ter o volume de dinheiro para fazer o ressarcimento imediato?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Sem dúvida, esse é um ponto extremamente importante. Por isso, insisto que é preciso não só constitucionalizar a desoneração, mas também constitucionalizar a fonte a partir da qual será feito o ressarcimento. Caso contrário, vamos estar assegurando na Constituição algo hoje assegurado por lei complementar, que é a desoneração; isso estará assegurado na Constituição e o Estado, se não tiver o ressarcimento – e nós aqui já falamos bastante sobre...

O SR. (Orador não identificado) – **(intervenção fora do microfone)**

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Senador, até onde tenho conhecimento do acordo, não se especificou a fonte. Especificou-se claramente que o que é hoje 3,9 bilhões passaria a ser 4,9 bilhões. São três partes. Uma delas é o IPI exportação, que não vai mudar. Então, quando os Estados falam em 8 bilhões e meio, há a parcela do IPI exportação e isso não muda.

Então, o resto o que é? O que há hoje de resto? São 3,9 bilhões, que passarão para 4,9 bilhões/ano. Qual é a fonte? Não está especificada e é fundamental que se especifique a fonte.

Além disso, o Governo Federal falou: vamos criar um fundo, um seguro receita de 2 bilhões de reais para compensar Estados que tiverem perdas. Qual é a fonte? Também não foi especificada.

Esse ponto foi levantado por diversos Governadores ontem na reunião no Sendo, com a preocupação em que o texto constitucional defina a fonte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Principalmente a questão do seguro/receita ficou muito em aberto quanto à forma.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – A forma? O senhor tem razão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Qual seria esse seguro/receita?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Não houve, até onde tenho conhecimento, Sr. Senador, uma proposta acabada sobre como funcionaria o seguro/receita. Imagino que esteja na cabeça do Governo Federal, na proposta do seguro/receita, que a partir de determinada arrecadação tenha que se definir o ano-base. E isso tudo teria que ser uma discussão para, por exemplo, 2003 ou 2002. A partir de determinado ano-base, nenhum Estado estaria perdendo receita vis-à-vis aquela arrecadação, evidentemente corrigida. E os 2 bilhões que, segundo algum critério de rateio que também não está definido, estariam complementando a arrecadação nesses Estados cuja arrecadação caiu, vis-à-vis uma base.

Essas coisas não estão definidas. Não está definido como isso vai operar, qual é a base, qual o critério de correção na receita e se a frustração de arrecadação no conjunto dos Estados for superior a 2 bilhões, qual o critério de rateio entre os Estados.

É um tema que merece uma discussão mais aprofundada e insisto na preocupação da ausência da fonte que vai assegurar o recurso para que, efetivamente, seja feito o ressarcimento da desoneração das exportações.

Aproveito a oportunidade da pergunta do Senador Tasso Jereissati para pedir desculpa a esta Comissão, porque o Estado de São Paulo ainda não respondeu formalmente as questões feitas pelo Senador Ney Suassuna. Somente hoje me dei conta disso, mas comprometo-me a, até o final da semana, encaminhar a esta Comissão, com todos os dados, as respostas às sete perguntas formuladas.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, gostaria de dizer que a lei orçamentária está dentro da Casa, está tramitando no Congresso Nacional e não tem, absolutamente, nenhuma previsão para um fundo de compensação. Essa é a realidade de hoje.

Fico até satisfeito que o Estado de São Paulo seja administrável com relação a créditos de ICMS oriundos da desoneração da exportação, mas a maioria dos Estados brasileiros exportadores estão, realmente, com o débito muito grande já de alguns anos. Isso traz uma série de consequências para as próprias empresas que colocaram no seu ativo aquele crédito de difícil realização.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E está indo embora o capital de giro das empresas. Elas têm difi-

culdade de não ter a compensação e o capital de giro vai indo embora.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero ater-me às dívidas estaduais refinanciadas.

Ainda vemos, uma vez ou outra, alguma crítica, por má fé mesmo, com relação àquelas dívidas que foram refinanciadas em 98. Eu era Governador na época e me lembro bem de como era a situação. Tínhamos, na verdade, uma dívida que tinha que ser autorizada pelo Senado semestralmente. O Senado, então, fixava o percentual de amortização que podia ser feito, os juros eram os de mercado e não tinha nenhum prazo, era imediato, tinha que rolar semestralmente. O refinanciamento foi para 30 anos, com juro fixo. Chegamos a fazer um cálculo, em Minas, segundo o qual estaríamos devendo, hoje, algo em torno de 12 bilhões a mais, se não tivesse sido feita a renegociação, devendo algo em torno de 33 bilhões.

O fato é que, depois desse refinanciamento, surgiram fatos novos, como a fixação, pela Emenda Constitucional nº 29, de que 12% da receita dos Estados devem ser vinculados à saúde. Esse é um fato novo, que surgiu depois, daí, então, a origem de um projeto do Senador Antero Paes de Barros, de que sou Relator, estou com o substitutivo aqui, na CAE, de que, para definirmos a receita líquida, excluímos o percentual constitucional de educação e de saúde. É evidente que isso significa uma redução do desembolso mensal dos Estados e o Governo Federal teria que compensá-lo no seu superávit próprio. Isso não é uma anistia porque essa dívida se acumularia ao fim dos 30 anos e o contrato já prevê isso, ou seja, que, no fim desses 30 anos, se houver saldo devedor, entende-se por mais 10 anos como eram os contratos antigos do BNH.

Mas eu queria só ouvir a sua opinião, Secretário, sobre essa questão, porque, evidentemente, ela é de grande interesse dos Estados. Tenho aqui uma tabela que me foi passada pela Secretaria da Fazenda de Minas hoje, com a taxa de comprometimento de cada Estado, que, basicamente, é de 13. Em alguns Estados ela é de 11,5, como no Acre, no próprio Ceará e no Amazonas; em alguns, 15, como em Alagoas e Mato Grosso, nas, basicamente, é de 13.

Tenho aqui, por exemplo, como receita média de São Paulo, 2,925 bilhões, o que dá um desembolso mensal, atual, de 380 milhões de pagamento des-

sa dívida. Na situação proposta pelo projeto, esse desembolso cairia para 240 ou 239 milhões.

Quero a sua opinião e uma informação: essa é a receita bruta ou já é a líquida? (Inaudível.)

Já é a receita líquida, já excluído, portanto, o Fundef também?

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Senadora?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Eduardo, quero, inicialmente, cumprimentá-lo e dizer que, para mim, não foi surpresa ver a sua posição hoje, aqui, em relação ao refinanciamento da dívida, uma vez que vi o seu desempenho à frente da Secretaria do Tesouro Nacional, quando eu acompanhava a situação do Estado de Goiás. Portanto, quero cumprimentá-lo.

V. S^a aponta três pontos que julga importantes para desafogar um pouco a situação dos Estados. Eu perguntaria se resolve inteiramente ou se daria apenas para desafogar.

V. S^a apontou a questão da elasticidade do tempo para o ajuste do estoque da dívida, a questão do Pasep e, por último, a desvinculação das receitas estaduais. Eu perguntaria, primeiro, se, com esses três pontos, resolver-se-ia a maioria dos Estados que o senhor conhece bem; em segundo lugar, se o senhor não teme que a desvinculação das receitas estaduais, principalmente na área social, como da saúde e da educação, não viria a trazer um prejuízo enorme para a população.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Com a palavra, o Secretário Eduardo.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Senador Eduardo Azeredo, primeiro, penso que V. Ex^a tem absoluta razão. Quem critica o refinanciamento da dívida que foi feito a partir de 97, 98, no mínimo, está mal-informado, porque os Estados não tinham nenhuma alternativa, na realidade. Isso foi altamente benéfico para os Estados que puderam refinar as suas dívidas em 30 anos, porque as dívidas eram roladas à taxa de mercado, eram impagáveis. A trajetória da dívida dos Estados até 97, 98 é uma história bem conhecida por todos nós. Concordo com V. Ex^a que quem critica, para se dizer o mínimo, está mal-informado.

Com relação à proposta que V. Ex^a menciona, voltamos ao mesmo ponto: a exclusão da vinculação com a Saúde. Excluir a vinculação com a saúde – e vou ter oportunidade de comentar a pergunta da Senadora Lúcia Vânia – da base de cálculo significa pagar menos, como V. Ex^a disse. Essa é uma alternativa

para se buscar um alívio de caixa nos Estados. Não cabe ao Estado de São Paulo analisar o custo. Como ex-Secretário do Tesouro Nacional, posso dizer que existe um custo, mas não podemos ignorar o custo do que está sendo proposto, e isso tem de ser compensado no Orçamento-Geral da União para 2004.

Então, se estamos agora discutindo o Orçamento-Geral para 2004 e queremos viabilizar essa proposta, o Orçamento tem de ser consistente na distribuição das metas de superávit primário. A meta é algo definido inclusive por esta Casa, pelo Congresso Nacional, e isso é importante para o País. Acredito que o País ganha no curto, no médio e no longo prazo com uma política de austeridade fiscal que vem sendo implementada desde 1998. Qualquer desvio de política vai custar muito mais caro ao Brasil, aos Estados, aos Municípios, a todos nós.

Por isso, a minha tranquilidade, Senador, para defender com muita ponderação esse tema.

Senador, de maneira muito franca, penso que esse tema tem de ser olhado com muita cautela, tem de se calcular o impacto disso no resultado primário do setor público consolidado e a capacidade de ser absorvido pelo Governo Federal.

Evidentemente, do ponto de vista do Governo do Estado de São Paulo, gostaria muito de pagar cem milhões a menos por mês no serviço da dívida e assegurar que temos uma destinação muito boa para esse recurso na área social, na área da infra-estrutura ou na área da segurança pública – demanda não falta.

A minha preocupação é só com o equilíbrio macroeconômico, com o resultado global da política fiscal. Aí, o Governo Federal tem de se manifestar sobre o tema.

Falo de maneira clara. Não me estou opondo, apenas chamo a atenção para o fato de que alguém tem de pagar essa conta.

Com relação à pergunta da Senadora Lúcia Vânia referente aos três pontos – Pasep, DRE e o Ajuste de Estoque –, o Ajuste de Estoque, como S. Ex^a bem disse, não vai afetar fluxo; ele evita que os Estados tenham de fazer num curto prazo um ajuste impensável. Foi o exemplo que citei. Se alguém pedir para o Estado de São Paulo, num período de três quadrimestres, fazer uma ajuste de R\$10 bilhões – e a despesa total de pessoal é de R\$15 bilhões –, qualquer pessoa de bom senso sabe que isso não é factível. É o mesmo que eu pedir ao Governo Federal para triplicar o superávit primário. O secretário Joaquim Levy vai dar risada na minha cara e com razão. Ou seja, não dá para fazer.

Chamo a atenção para isso, pois é algo que está previsto na própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse tratamento é fundamental para que preservemos o que foi feito, que é a Lei Fiscal, a Resolução nº 40 do Senado. Isso não afeta fluxo.

Pasep e DRE afetam fluxo. Resolvem o problema de todos os Estados? Não, até porque o problema dos Estados é diferente. Há Estado, como mencionamos aqui, que paga 22%. São Paulo paga 15%. Então, esse Estado está muito mais comprometido com o serviço da dívida que o Estado de São Paulo. O problema lá é mais grave, porque tem mais dívida externa.

Agora, seguramente, essas duas medidas vão na direção correta, para permitir um alívio aos Governos estaduais e municipais. Vi até a proposta da DREM agora, não apenas da DRE – isso foi mencionado ontem no Plenário. Se não resolve totalmente – e eu arriscaria dizer que asseguro que não resolve totalmente –, pelo menos parcialmente o problema. É um passo na direção correta. Acho que devemos dar. Seria uma melhor alternativa, no meu entendimento, para resolvermos parte do problema; não estaremos resolvendo tudo.

Com relação à DRE, Senadora, sempre fui contra a vinculação – é uma posição de princípio minha; estou falando em nome pessoal, não necessariamente em nome do Governo, mas sempre fui contra a vinculação. Penso que se tira a possibilidade de discutir a alocação de recurso no Orçamento. Não raro vemos que nas áreas protegidas pela vinculação se tem, por um lado, o benefício, mas, por outro lado, se tem o custo de que, se for feita uma avaliação, às vezes é melhor gastar um pouco a mais na educação para cumprir a vinculação – ou vamos pôr o dinheiro na segurança pública. Por exemplo, no Estado de São Paulo, temos um problema gravíssimo: temos o número de presos aumentando, não temos dinheiro para construir presídios. E, diga-se de passagem, não estamos sequer recebendo os recursos do Governo Federal para contribuir nessa área. Esse é um ponto importante também.

Senadora, os problemas não estão só na área social. A realidade objetiva é que não há dinheiro para tudo. A vinculação saúde, por exemplo, nós vamos passar, no ano que vem, para 12%. Neste ano é 10.68%. Esse acréscimo de gasto com saúde é muito grande. No Estado de São Paulo – posso estar enganado agora, de cabeça, o número errado –, é algo superior a R\$700, a R\$800 milhões, que é o acréscimo de gastos com a saúde no ano que vem. Nós temos pro-

blemas na área da saúde, mas temos também problemas em outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Secretário, qual a capacidade de investimento do Estado de São Paulo, em percentual da receita líquida real?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Senador, se não estou enganado, são 7 ou 7,5%. Só com as empresas estatais são R\$5 bilhões. Para efeito de comparação com o Orçamento federal, nós estamos falando em 7%. Eu sei que há Estados, como Minas Gerais, o Secretário Fuad sempre me diz que discutir investimento é um luxo que ele não tem. Isso porque o Estado está com a capacidade de investimento reduzida e não consegue sequer cumprir as vinculações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Qual é o montante, o total? Estes R\$5 bilhões são só nas estatais?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Não, os R\$5 bilhões é o consolidado. Vamos pegar o número para este ano. O investimento com recursos do Tesouro neste ano, inclusive de operações de crédito, é algo em torno de R\$2 bilhões, R\$2,200 bilhões.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O federal não passou de 2,5. Era 4. Aplicou 2,5.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Considerando todas as fontes, inclusive o investimento da saúde e da educação, deve passar um pouquinho, Senador. Confesso que não acompanhei no detalhe esse período recente, mas deve ser um pouquinho mais do que esse número a que V. Ex^a se referiu.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – São Paulo está cumprindo este percentual de 10,68%?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Está cumprindo rigorosamente. A interpretação do Tribunal de Contas do Estado, neste ano, é que seria 10%. Nós estamos comprometendo 10,68. Nós estamos cumprindo, iremos cumprir no ano que vem, mas o custo disso qual é? Falta dinheiro em outra área. Nós não temos como lidar com o problema da segurança pública que é tão grave quanto.

Entendo, Senadora, que a vinculação leva a uma menor preocupação com a qualidade do gasto público, a eficiência, e tira o poder do Legislativo de alocar o recurso. Sou suspeito para falar, porque, por princípio, acho que quem deve alocar o recurso é o Legislativo, com um bom orçamento público, realista, e o Tesouro deveria estar só executando o Orçamento. Gostaria de ver o dia em que eu poderia apenas executar um orçamento aprovado no Legislativo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Secretário, estávamos aqui fazendo uma conta. São Paulo deve hoje cerca de US\$31 bilhões. A Califórnia deve US\$38 bilhões. Lá chegaram a trocar o Governador por isso. Aqui estamos realmente precisando mudar um pouco a nossa democracia. Não trocar o Governador porque não é culpa dele. Isso é resultado de um acúmulo. Mas realmente esse é um número impressionante, considerando o volume de lá e o volume daqui. Lá é a sétima economia do mundo, aqui é uma dívida. Essa consolidada é tudo. Esses US\$94 bilhões são muita coisa.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Senador, essa é a dívida líquida, porque a dívida bruta é maior. Vou dar-lhe o número correto, porque não tenho de cabeça.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não me dê, senão não vou dormir.

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – A dívida bruta passa de R\$100 bilhões, Senador.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Agradeço ao Secretário da Fazenda, Dr. Eduardo Guardia. S. Ex^a nos trouxe uma visão bastante interessante, como ex-Secretário do Tesouro Nacional, a visão de quem renegociou a dívida do Estado. Inquestionavelmente, essa foi naquele momento a solução possível, viável e que deu fôlego aos Estados brasileiros, e de certa forma arrumou as contas públicas brasileiras. Esse foi, sem sombra de dúvida, um grande trabalho de engenharia. Hoje isso cria, de certa forma, o engessamento da capacidade de investimento dos Estados brasileiros. Temos que usar, mais uma vez, de criatividade para encontrar uma solução. Ele já deu aqui dois caminhos: o DRE, o Paseb, a flexibilização. Temos aqui realmente essa resolução que é originária de São Paulo e que não resolve o problema, mas vai aliviar a situação, até a retomada do crescimento econômico, que é fundamental. Se isso acontecer no País, em breve, muitos desses problemas vão ser diminuídos, a pressão será menor.

Mas ele trouxe uma visão muito interessante, é a visão de quem está no Governo Federal e que olha para um ajuste fiscal que é necessário, pelos compromissos internacionais, pela tranquilidade financeira do País e da credibilidade do País. Isso foi muito bom, acho que vai contribuir muito para o relatório aqui do nosso Senador Ney Suassuna.

Agradeço...

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Desculpem o atraso, mas foi um prazer estar aqui.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, só um momento, uma última pergunta, Secretário. Desse superávit de 4,25 que o Governo Federal está praticando, com quanto que os estados estão colaborando? É 1,8. É isso?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – Não, é um pouco menos, Senador. Não existe uma meta para os estados. O Governo Federal estima quanto pode ser o superávit em todos os estados. Ele tem estado em torno de 1% do PIB.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas 1% de estados e municípios? E o Governo Federal faz mais 3,25?

O SR. EDUARDO REFINETTI GUARDIA – É, aí tem as estatais, que estão fazendo em torno de 0,7 ou 0,8, não sei, isso tem variado um pouco. Esse número é com as estatais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (César Borges) – Está encerra a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h33min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão Fome Zero

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FOME ZERO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E UM DE AGOSTO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária Fome Zero, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia e Delcídio Amaral. Havendo número regimental o Presidente declara aberta a reunião. Após a instalação dos trabalhos, procede-se a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária Fome Zero, criada por meio de Indicação nº 05, de autoria do Senador Ramez Tebet. Foi registrada apenas uma Chapa. O Presidente convida os Senadores Rodolpho Tourinho e Romero Jucá para atuarem como escrutinadores. Após apuração, foram eleitos, por unanimidade, para Presidente, o Senador Rodolpho Tourinho e para Vice-Presidente, o Senador Eduardo Suplicy. O Pre-

sidente da Subcomissão, Senador Rodolpho Tourinho, designa como Relator da Subcomissão, o Senador Romero Jucá. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Temporária Fome Zero da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, para Vice-Presidente Senador Eduardo Suplicy, para Relator está sendo proposto o nome Senador Romero Jucá.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Havendo a votação e verificado que o Senador Rodolpho Tourinho foi eleito por consenso e o Senador Eduardo Suplicy, eu próprio, o Vice-Presidente, passo a Presidência ao Senador Rodolpho Tourinho.

Posteriormente, gostaria de ainda fazer algumas sugestões sobre os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Agradeço, em primeiro lugar, a confiança dos meus companheiros e passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco-PT/SP) – Quero congratular-me com o Senador Rodolpho Tourinho.

Esta Subcomissão resultou de uma proposta do Presidente da CAE, Senador Ramez Tebet, no sentido de que pudesse uma subcomissão acompanhar de perto todo o Programa Fome Zero, bem como os programas de transferência de renda. E também era preocupação do Senador Ramez Tebet saber em que medida deveria ser feito o pagamento destinado às famílias carentes ou às pessoas em geral, seja sob a forma de cestas básicas ou de alimentos diretamente, se deveria haver o pagamento em dinheiro, se deveria haver a exigência ou não de apenas serem gastos aqueles recursos em alimentos.

Tomamos conhecimento agora, Sr. Presidente, de que, após diversas reuniões realizadas no âmbito

da Câmara Social, que envolve o Ministro da Casa Civil, o Ministro da Fazenda, os Ministros das áreas sociais, como da Segurança Alimentar, do Bem-Estar Social, do Trabalho, da Saúde, enfim, todos aqueles Ministérios que são responsáveis por programas de transferência de renda, tais como o Programa de Renda Mínima associado à Educação, ou Bolsa-Escola, o Programa de Renda Mínima associado à Saúde, ou Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Renda, que pouco a pouco foi defasado e substituído pelo Cartão Alimentação, o Agente Jovem, o Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros, como o Seguro-Desemprego, os referentes à Loas, o Abono Salarial, o Salário-família e os da Previdência, aqueles seis primeiros programas que eu citei serão objeto de unificação, racionalização e coordenação num único programa.

Esta Subcomissão poderá acompanhar de perto e avaliar essa decisão, bem como aquelas preocupações do Senador Ramez Tebet, que também é de todos nós, sobre se será melhor fazer o pagamento em dinheiro ou exigir que só seja gasto em alimentos e também sobre as condicionalidades, entre elas, de que as crianças sejam vacinadas, visitando os postos de saúde para acompanhar suas respectivas condições nutricionais, evolução de peso, saúde em geral; também se há frequência à escola, participação em programas de alfabetização e outros. Então, em que medida será importante a existência de condicionalidade ou não.

Prezado Presidente, mais e mais, tenho me convencido de que esses programas com certas condicionalidades, que são meritórias, podem ser vistos como etapas para um dia chegarmos à garantia de uma renda como direito à cidadania, sem qualquer condicionalidade senão aquela de o próprio cidadão decidir o que é melhor para si mesmo e para sua família.

Todos nós sabemos, mediante os ensinamentos dos grandes Educadores como Anísio Teixeira, Maria Montessori, Paulo Freire e outros, que o processo educacional é um processo emancipatório, de consciência cada vez maior e está relacionado também à maior liberdade de escolha das pessoas.

Essas condicionalidades poderão pouco a pouco ser extintas, na medida em que avance o processo de conscientização da sociedade por meio do debate e dos meios de comunicação. Assim, poderemos fazer com que as pessoas não sejam mais tão tuteladas, desburocratizando enormemente o processo e

concedendo maior liberdade de ação às pessoas, que terão direito à cidadania.

Essas são as questões que poderão constar da pauta de nosso diálogo com as autoridades responsáveis por esses diversos programas, bem como com especialistas, estudiosos do assunto, para realizarmos uma seqüência de debates, interagindo com os Ministros responsáveis.

Gostaria de informar que o Ministro José Graziano propôs uma primeira reunião informal, sem prejuízo de uma reunião formal. Acredito que será de grande interesse, porque S. Ex^a possa vir aqui e realizar um debate conosco. E, quem sabe, até poderíamos, nessa reunião informal, propor a S. Ex^a um debate com pessoas que tenham estudado o assunto. Por exemplo: acaba de ser publicado um livro da Professora Sônia Rocha, **O que é a Fome**, pela Fundação Getúlio Vargas.

Cito a Professora Sônia Rocha como uma possível debatedora desse assunto, quem sabe, com o próprio Ministro, e outra pesquisadora que está completando a sua tese de doutoramento na Fiocruz, que se chama Marília Pastuk, que acaba de preparar a sua monografia a respeito da renda de cidadania, os professores Antônio Maria da Silveira, João Sabóia, Ricardo Paes de Barros, outros economistas do IPEA, a Ministra Benedita da Silva, seu Secretário Executivo, Dr. Ricardo Henriques, o Ministro Humberto Costa, da Saúde, e a Senadora Lúcia Vânia, que foi Secretária e Ministra da área social e poderá contribuir para o enriquecimento do nosso diálogo a esse respeito.

Sr. Presidente, antes de encerrarmos, proponho a V. Ex^a realizarmos um café da manhã, na próxima semana, com o Ministro Francisco Graziano e todos os membros da Comissão – poderia ser em minha residência, por exemplo –, na quinta-feira, antes da nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores. Preciso consultar S. Ex^a. Sr. Presidente, seria adequado a V. Ex^a fazermos um café da manhã, na quinta-feira, às 8h? Consulto as Sr^{as} e Srs. Senadores e peço ao Secretário que consulte todos os membros titulares e suplentes se consideram adequado um café da manhã, na quinta-feira, às 8h, com o Ministro Francisco Graziano para conversarmos informalmente sobre o Fome Zero, sem prejuízo de, depois, S. Ex^a vir a esta Comissão.

Sr. Presidente, dando minha colaboração como Vice-Presidente, proponho-me, em diálogo com o Se-

nador Romero Jucá, mas ouvindo eventuais sugestões de V. Ex^a, a apresentar um roteiro mais específico sobre essas sugestões para a pauta de nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Em primeiro lugar, quero confirmar nosso café da manhã, em sua residência, com o Ministro Francisco Graziano e todos os membros da Comissão, na próxima quinta-feira. Começamos, nesta Comissão, com uma ação objetiva. Isso é importante. Também é bom que, no começo, seja informal, depois, formalizaremos isso.

Ressalto a importância desta Comissão e do que foi proposto pelo Senador Ramez Tebet e pelo Relator do projeto, Senador Ney Suassuna, que ressaltou todos os pontos importantes.

Destaco, sobretudo, que o momento é oportuno na medida em que, como V. Ex^a bem salientou, pretende-se a unificação, em um único projeto, de vários programas do Governo de transferência de renda.

No momento em que discutimos a reforma tributária e surge a questão sobre se vamos conceder sob a forma de dinheiro ou de cesta básica, entendo ser a questão da cesta básica um assunto extremamente importante sob o ponto de vista de tributo. A tributação, sobretudo da CPMF, é muito alta sobre a cesta básica. Esse assunto tem que entrar em discussão. Entendo que é problemático. Conheço esse assunto desde a época em que fui, por quase nove anos, Presidente do Confaz. Conheço essas divergências, que são naturais entre os Estados, mas também entendo que há um caminho para se alavancar essa questão da cesta básica através da questão tributária.

Creio que vieram num momento importante essas discussões que faremos na Comissão.

Quero destacar a presença de V. Ex^a como Vice-Presidente e também o Programa de Renda Mínima. É importante a experiência do Senador Romero Jucá. Quero também representar de alguma forma o Programa de Combate à Pobreza, do Senador Antonio Carlos Magalhães, início de muitas dessas ações. Tenho certeza de que juntos conseguiremos chegar a um bom resultado.

Agradeço ao Senador Marcelo Crivella pela sua presença em nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h03min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Subcomissão Fome Zero

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FOME
ZERO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE
SETEMBRO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E
TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES
Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de setembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodolpho Tourinho, reúne-se a Subcomissão Temporária Fome Zero, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Ney Suassuna, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Delcídio Amaral. Deixa de comparecer o Senador Jonas Pinheiro. Havendo número regimental é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a definição da Pauta de Trabalho. A Subcomissão decide, portanto, ouvir os gestores do Programa Fome Zero e os Representantes dos Municípios beneficiados; criar canais de comunicação entre os gestores de Programas de Combate à Fome e Distribuição de Renda, disseminados entre diferentes Ministérios; formular a lista de pessoas a serem convidadas para instruir a discussão da Subcomissão; definir locais a serem visitados pelos membros da Subcomissão e, finalmente, gerar cooperação entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão, disponibilizando maiores informações para a população, através de uma página na internet, propiciando transparência durante o desenvolvimento do Projeto. Na próxima reunião será apresentado pela Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, um esboço das atividades do Programa, a fim de destacar os aspectos econômicos a serem discutidos pela Subcomissão. Usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Eduardo Suplicy, Rodolpho Tourinho e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a

íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Rodolpho Tourinho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Temporária Fome Zero, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, a realizar-se em 11 de setembro de 2003, às 9h30min, na sala de reuniões nº 19, na ala Alexandre Costa, no Senado Federal. A pauta é a definição de uma pauta de trabalho da Subcomissão na tentativa de estabelecermos os primeiros passos que devemos seguir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, na última reunião que tivemos, conversamos sobre algumas formas de conferir, *in loco* – foi sugestão do nobre Senador Suplicy –, com a ida a algumas cidades onde se está processando o início do Fome Zero.

Creio que até podíamos expandir um pouco mais, pedindo informações do montante gasto do que está sendo distribuído, podíamos pedir... Por exemplo, está sendo dado algum *kit*? Que tipo? Está sendo dado dinheiro para comprar em algumas regiões? O que é que dá para ter acesso com esse montante? A minha sugestão, também, é que oficiássemos não só o pedido de informações sobre os montantes, como sobre o parcelamento, a sistemática, e, mais ainda, se pudéssemos realmente cumprir esse plano que o Senador Suplicy traçou para nós, de visitarmos uma grande metrópole, a população de rua de uma grande metrópole, ou as cidades de interior por onde começaram, seria importante para esta Comissão, para termos uma noção do que realmente está sendo feito nesse início. Até porque será a repetição desse início que vai dar o sucesso ou o insucesso desse projeto – que todos torcemos que seja um sucesso.

Eram essas as minhas sugestões iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de um diálogo informal com o Ministro José Graziano, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, também conhecido por MESA. Na ocasião, inclusive, S. Exª nos deu diversas informações e o estágio em que se encontram. Ele também se colocou à disposição para que também esta Subcomissão possa ter todas as informações relativas ao desenvolvimento do programa Fome Zero, que, conforme ele expôs, envolve uma série de atividades, dentre as quais o programa Car-

tão-Alimentação, que hoje já atinge mais de 780 municípios; no mês de outubro, mais de mil municípios tarão sendo beneficiados com o Cartão-Alimentação.

Entretanto, alguns passos importantes estão sendo dados, anunciados pelo Presidente Lula e que estão em processo de tomada de decisão; e avalio que a nossa Subcomissão estará acompanhando isso muito de perto.

Mas, dentre as principais medidas anunciadas, está justamente aquela que envolve coordenação, racionalização e unificação dos programas de transferência de renda, que incluem a renda mínima associada à educação, também conhecida como Bolsa-Escola; a renda mínima associada à saúde, conhecida como Bolsa-Alimentação; o programa de erradicação do trabalho infantil, o PET; o Auxílio-Gás; o antigo Bolsa-Renda, que acabou sendo absorvido agora pelo Cartão-Alimentação; possivelmente o Agente Jovem; e o próprio programa Cartão-Alimentação. O Governo anunciou, por entrevistas de alguns de seus membros – inclusive o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o próprio Ministro José Graziano –, uma nova coordenação, a ser constituída possivelmente como uma secretaria-executiva e coordenadora dos programas de transferência de renda, para a qual seria designada – ainda não formalizada – A SRA. Ana Maria Medeiros da Fonseca, que tem larga experiência no assunto. Uma estudiosa que, inclusive, tem como tese de doutoramento a Família e o Programa de Garantia de Renda Mínima. Embora da Unicamp, sua tese, ocorrida em 2000, foi apresentada para a Universidade de São Paulo. Coincidentemente, fui membro da banca que avaliou seu trabalho, tido por todos como de excelente nível.

Convidada a integrar a equipe da Prefeita Marta Suplicy, junto com o Secretário de Trabalho, Solidariedade e Desenvolvimento, Márcio Pochmann, coordenou o Programa de Garantia de Renda Mínima do Município de São Paulo, cujo desenho, dentre outras alternativas, é o mais generoso. Também participou da equipe de transição junto ao então coordenador Antônio Palocci, hoje Ministro da Fazenda, quando recomendou a unificação dos programas, para qual, hoje, está sendo chamada como sua realizadora.

Faço esse relato, Sr. Presidente, porque avalio que poderíamos dialogar com A SRA. Ana Fonseca, mas sei que fazê-lo agora seria antes de sua designação.

Também gostaria de sugerir que, em algumas atividades, haja uma certa interação entre a nossa Subcomissão e a Comissão de Assuntos Sociais. Quando estudarmos a transição do Cartão-Alimentação

para programas unificados, essa interação será importante.

Levando em consideração as sugestões do Senador Ney Suassuna, poderíamos elaborar um requerimento sugerindo que todos os Membros da Comissão colaborem com o Relator, o Senador Romero Jucá. Solicitaríamos todas as informações, mas de forma muito bem elaboradas, a respeito do andamento do Programa Fome Zero, também daqueles com os quais o Fome Zero está interagindo, vez que o faz interministerialmente, e, estando completo, também poderíamos obter o seu andamento em termos de número de famílias beneficiadas, dos diversos municípios, e, assim, organizaríamos o roteiro aqui proposto.

Minha sugestão é no sentido de que possamos, juntamente com a nossa assessoria e com a colaboração do Relator, propor um requerimento. Disponho-me a ajudar na elaboração do requerimento com essas idéias que o Senador Ney Suassuna apresentou. Com as respostas efetuadas, programaríamos a chegada dessas informações. Enquanto isso, pediríamos aos Ministros que apressassem as informações para que possamos agilizar os nossos trabalhos. São as sugestões que faço em adição ao que o Senador Ney Suassuna disse.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pediria licença ao Senador Eduardo Suplicy para fazer uma sugestão complementar. Que nesse ofício pedíssemos também as informações de quais as áreas que interagem e qual é o total de transferências que essas áreas farão para o programa. Hoje, se olharmos o Orçamento para 2004, temos a impressão de que houve uma perda muito grande de recursos do Fome Zero, o que não deve ser verdadeiro, por se tratar da “menina dos olhos” do Governo Federal. Portanto, deve haver recursos alocados em várias áreas, e nós precisaríamos ter um cenário desse volume e dessas áreas que interagem, além das áreas complementares e o montante de cada área que será aplicado no Fome Zero.

Esta Subcomissão deveria pleitear, na Comissão de Economia, uma emenda ao Orçamento em prol do Fome Zero. São 5 as emendas que a CAE pode fazer, e uma delas seria com muita justiça – aliás, eu era Presidente da CAE quando alocamos para a fome 1,5 bilhão pela primeira vez. O Senador Antonio Carlos Magalhães era o Presidente da Casa e cuidou do trato político para que essa verba fosse colocada. Não foi 1,5 bilhão, mas ficou em 1 bilhão e foi com esse dinheiro que começamos toda essa luta contra a pobreza e a fome. É importante que também

começemos a pensar que emenda faremos, com que designação e para que fim em relação ao Fome Zero.

V. Ex^a, minutos atrás, conversava conosco sobre a criação do **site**. Gostaríamos também de ouvir porque é uma missão muito interessante; franquearíamos ao público as informações, mas acho que é uma missão difícil, complicada, porque tem que estar participando a toda hora, mas V. Ex^a com certeza pode nos dar algumas informações a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Senador Ney Suassuna, entendo que isso é importante. Ouvi atentamente o que V. Ex^a estava falando – e também o Senador Eduardo Suplicy – da própria caracterização do programa. Se aqui, nas nossas conversas, temos um pouco de dificuldade em saber tudo o que está envolvido nisso, imaginamos que lá fora essa dificuldade deve ser muito maior. Essa dificuldade traz também outro problema, qual seja, sem essa visão completa de tudo não se pode exercer aqui o papel que esta Subcomissão teria que é esse entendimento, fiscalização, sugestão. O **site** é importante na medida em que possamos passar tudo que obtivermos de informação com a maior transparência para a população.

Além dessa caracterização, são importantes as audiências que devemos ter – além, evidentemente, quando assumir D. Ana Maria Fonseca –, temos também representantes dos Estados. V. Ex^a propôs, no caso dos Prefeitos, alguma forma de sorteio para definir quem deveria estar aqui. Evidentemente, não poderemos estar presentes em todos os lugares, viajando e fiscalizando nessas viagens. Eu acrescentaria isso. Aí teríamos uma visão muito clara do entendimento dos Prefeitos, dos Estados e do Governo Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Ex^a permitir, queria explicar essa idéia para os Srs. Senadores. Há poucos minutos, antes de iniciarmos, trocávamos idéias, eu e o Presidente, e dizíamos da necessidade de irmos a alguns municípios emblemáticos do Programa Fome Zero, onde começaram as mudanças que ocorreram após esse programa e tudo mais. Dizíamos que seria interessante não ficarmos só nos emblemáticos. Poderíamos pedir a relação das prefeituras que começaram a atuar. Por exemplo, na Paraíba são dezesseis municípios e até o final do ano há a promessa de esse número ultrapassar a casa dos cem. Mas por ora temos dezesseis. Estado por Estado, nós listaríamos os nomes e sortearíamos um prefeito para vir dar o seu depoimento. Se escolhermos o Estado, poderia parecer que houve parcialidade. Assim, faríamos dessa forma, chamaríamos

aqui a comissão, não só os gestores, mas também aquele que estiver se beneficiando do programa. Assim, teríamos a versão dos gestores e a versão dos que estão sendo beneficiados. Dessa forma, com toda a certeza, teríamos um cenário mais completo. Por isso não podemos deixar de ir às áreas emblemáticas, pois essas foram as sugeridas. Acho que devemos aceitar a sugestão do Senador Suplicy quando citou o Piauí e as grandes cidades.

Com toda certeza isso será importante para ajudar nessa implementação que está sendo feita em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Senadora, em sua ausência foi mencionada pelo Senador Suplicy a necessidade da interação desta Subcomissão com a CAS. Entendemos que a presença de V. Ex.^a, com todo o conhecimento e competência que tem, também ajudaria muito nesse processo. Em princípio, aceitamos isso sem que V. Ex.^a fosse ouvida, mas queríamos, antes de passar a palavra, dizer-lhe isso.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, em primeiro lugar, gostaria de dizer que concordo plenamente com essa interação. Eu iria sugerir essa interação da CAE com a CAS. Acho que essa soma vai resultar num trabalho extremamente positivo.

Com relação à formatação do projeto, assunto abordado pelo Presidente, eu acho que ele tem plena razão. O projeto tem o lado emergencial e o lado estruturante. Pude constatar *in loco* o lado emergencial, nesta semana, mediante a CAS, quando fomos a uma audiência com o Ministro José Graziano, por força de um requerimento do Senador Teotônio Vilela Filho. Lá estavam o Senador Teotônio Vilela Filho, o Senador Renan Calheiros, o Senador Augusto Botelho; enfim, os Senadores da CAS. Levamos ao conhecimento do Ministro essa questão da seca de Alagoas. Ali pudemos ver que o Ministro realmente conseguiu assumir o papel de coordenador do processo emergencial. Isso porque ele levou para a mesa de audiência o Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, o Secretário da Defesa Civil e um representante do Ministério da Defesa. Saímos de lá com a ação totalmente implementada. Acredito que, na parte emergencial, o projeto já tem um desenho, já tem uma coordenação, não tenho nenhum reparo a fazer, vamos aguardar e acompanhar a consequência dessas ações que foram levantadas nessa ocasião. que foram quatro ações. Em relação à parte

estruturante é que me preocupa mais, porque ela é mais complexa, não vejo a integração entre ministérios nessa direção, porque ela envolve o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, enfim, um conjunto de ministérios. O que me preocupa na parte estruturante é que os programas de transferência de renda estão em atraso, não existe uma ação efetiva para, paralelamente à formatação do novo projeto, tocar os projetos em andamento, e o problema mais grave está com o PET, porque, na verdade, o PET precisa da prefeitura porque há um repasse de recursos para a prefeitura, as prefeituras não têm CMD. Com isso, não há repasse, é suspenso o repasse do PET e isso convulsiona todo o país e, o que é mais grave, as crianças voltam para o trabalho. E o que me assusta também, ao ver a formatação do novo projeto, é que, na minha visão, Sr. Presidente, Relator, o Fome Zero nada mais é do que o Projeto Alvorada. O que significa isso? É o Projeto Alvorada com um outro nome. O que me assusta é que o Projeto Alvorada já tinha uma estrutura, foi constituído, nos municípios há um foco, que é importante, nos municípios de baixo IDH, esses municípios foram selecionados, foi formada em cada município uma estrutura operacional, que era o seu portal, esse portal continha uma assistente social e cinco agentes jovens que fazem a coordenação dos municípios de todos os programas e projetos, e ontem, por exemplo, na capital do meu estado, foi organizada uma reunião dos agentes jovens que já estão dispensados nos municípios. Foi todo um trabalho de preparação, de qualificação desses jovens para atuar nos seus municípios, tornaram-se protagonistas dos projetos relativos aos jovens, e ontem houve a última capacitação desses jovens já dispensados para começar uma nova casa de família, que ninguém sabe o que é. Então, nessa parte estruturante há uma preocupação e essa preocupação transmiti para o Ministro José Graziano quando da nossa visita. Assim como estamos aqui elogiando a parte emergencial, que achei operacionalmente correta, faço muitas objeções quanto à parte estruturante. Em relação ao **site**, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.^a que já temos o **site** na C.A.S e acho que podemos fazer um **link** entre uma e outra. Temos a formatação do projeto estruturante e emergencial, estamos acompanhando dia a dia o trabalho que está sendo executado pelo governo, o processo de unificação dos cartões e, em relação ao orçamento, queria dizer o seguinte: hoje, aliás, amanhã, terei a análise do orçamento de toda a

área social do projeto do governo Lula, do nosso projeto da lei orçamentária, e o que me chama a atenção no PPA é que os projetos estruturantes não têm um indicativo de que pertencem ao Fome Zero. Por exemplo, quando era o Projeto Alvorada tínhamos: agricultura familiar. Colocava lá Alvorada. Então, prioritariamente, a agricultura familiar tinha que se voltar para os projetos de agricultura familiar, o Ministro teria que priorizar a agricultura familiar no Projeto Alvorada e, à primeira vista, no Orçamento, no PPA, não existe esse indicativo. Então, torna-se muito difícil fazer emendas, a não ser emendas para os projetos emergenciais, mas aqueles que são importantes e estruturantes, como a agricultura familiar, como o PET, enfim, como tantos outros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me interrompê-la um momento?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Isso também me espantou. Nós investimos no Ministério da Integração Regional em 16 mesorregiões, que são os bolsões de pobreza mais sérios do País: o Vale do Jequitinhonha, a banda sul do Rio Grande do Sul, a área do Cristalino, e vai por aí afora. Nessas regiões, investimos dinheiro para projetos com as universidades, os quais estavam em andamento, e pura e simplesmente isso foi relegado, deixado de lado, acabou. Não se fala mais em mesorregiões, que eram algumas áreas que tinham projetos já avançando, conselhos criados, intervenções com poder privado, político, poder governamental. Realmente ficamos tristes que essas ações sejam abandonadas, porque iam bem e se dissiparam.

A nobre Senadora está coberta de razão quando não fazemos uma centralização e um enfoque. Talvez fosse interessante esta Subcomissão levantar essas ações que estavam sendo desenvolvidas e que contêm experiências importantes. O cartão único será, com certeza, uma economia. Hoje, 20% da arrecadação estão sendo gastos com banqueiros – pagar ao banco para o banco repassar esse dinheiro. São ações que talvez pudéssemos ajudar, apontando para que houvesse uma certa recuperação. Dinheiro já foi investido e ações foram estruturadas e, lamentavelmente, estão sendo dissipadas.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Para encerrar, eu só queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Foi sugerida aqui a visita aos Municípios onde já foi implementado o Fome Zero. Sugeriria que fizés-

semos também com os Municípios que eram contemplados com projeto Alvorada, para podermos fazer uma comparação. Acho que seria interessante, para conseguirmos detectar os furos do projeto.

Muito obrigada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, encerrando a minha participação, na Paraíba tínhamos os portais do Alvorada em todos os 223 municípios. Hoje temos o Fome Zero em 16. Com certeza não se avançou mais. Os portais eram importantes como meios de educação, como meios educacionais. Tínhamos estrutura – por exemplo, o projeto Renda nas Mãos, que ensinava artesanato; o programa da fruticultura, da piscicultura, espalhados em vários Ministérios; a pesca na Agricultura, a pesca no Ministério da Integração. São muitos os sistemas que estão em três, quatro, cinco Ministérios. Por incrível que pareça, não são vasos comunicantes. Então, talvez também pudéssemos, com a experiência da Senadora Lúcia Vânia, com outras memórias que temos dessas experiências, recuperar uma parcela disso, até para informar.

Outro dia, dizia eu ao Secretário da Pesca que tínhamos uma instalação gigantesca, grandiosa, no Rio de Janeiro e sobre a qual ninguém tinha conhecimento, pois havia se perdido na troca de Executivos. Ninguém lembrava mais que existem túneis, locomotivas, câmaras frigoríficas gigantescas. Investimos bilhões e no final largou-se para lá, à revelia. Já se pensa em fazer outra em outro canto.

Talvez pudéssemos fazer uma sessão de memorização das experiências frutificantes, tentando recuperá-las, indicando o uso desse acervo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Muito obrigado.

Acho que temos pronto o programa do que devemos fazer, detalharíamos na próxima reunião, com alguma ação mais efetiva. Penso que deveríamos caracterizar o que estamos fiscalizando aqui. Não sei como fazer isso da melhor forma. Talvez, pudéssemos ter através da CAS, da Senadora Lúcia Vânia que, na próxima reunião, tentássemos caracterizar exatamente o que estamos fiscalizando aqui. Se V. Ex^a pudesse encarregar disso, Senadora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Se V. Ex^a me permitir, eu poderia trazer um esboço do projeto para conhecimento dos Senadores, do andamento, do que já conseguimos detectar na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Penso que seria caracterizar bem onde vamos agir aqui.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Na parte econômica.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Sim, nessa área, e entender exatamente o que estamos procurando fiscalizar e acompanhar aqui.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, faria uma sugestão. Diante das sugestões que V. Ex^a já tem, faríamos uma relação disso. Começaríamos a implementar algumas dessas como, por exemplo, oficiar as autoridades, solicitar quanto se perdeu, quanto se ganhou, quais são as áreas que têm vertentes comuns, enquanto a Senadora está levantando a parte orçamentária para conferirmos uma com a outra. E ao mesmo tempo começaríamos a fazer o rol de pessoas que convidaríamos para virem aqui.

Então, nós numa parte estaríamos avançando, noutra parte estaríamos estruturando as ações, e na outra estaríamos começando a levantar esse acervo. Faríamos moduladamente uma parte operacional em andamento. V. Ex^a podia consolidar essa relação e dizer como começar em relação ao primeiro item, segundo item. Dessa forma já avançávamos na Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Entendo que no caso dos ofícios, o Senador Eduardo Suplicy teve que se ausentar para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas vou falar com S. Ex^a no sentido de apreciarmos. Teríamos a caracterização pela Senadora Lúcia Vânia. E o rol de pessoas já traríamos todos nós, quem pensássemos que deveria fazer, e aprovaríamos na próxima reunião.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Romero Jucá) – Sr. Presidente, é bom o encaminhamento. Além disso, terei uma reunião técnica com a área do Programa Fome Zero e os programas colaterais que atuam, no sentido de retirar também algum tipo de informação mais consistente que possa, futuramente, gerar um debate e uma programação operacional na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h26min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão Fome Zero**

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FOME ZERO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE OUTUBRO, DE 2003, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodolpho Tourinho, reúne-se a Subcomissão Temporária Fome Zero, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Ney Suassuna, Rodolpho Tourinho e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá e Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a exposição da Senadora Lúcia Vânia, apreciação de requerimentos e assuntos diversos. A Presidência informa que, em comum acordo, a exposição da Senadora Lúcia Vânia será adiada para a próxima reunião da Subcomissão. Logo após, o Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, o qual propõe que seja convidada a Secretária dos Programas Unificados e, também, que seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais. Usam da palavra a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Ney Suassuna, que se manifestam favoráveis à proposta. Em seguida, o Presidente, procede à leitura dos requerimentos apresentados. A Senadora Lúcia Vânia, apresenta Requerimentos de Informação ao Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo estes encaminhados à deliberação pela Mesa do Senado Federal. Após colocados em votação a Subcomissão aprova o Requerimento nº 01, de 2003-FMZ, do Senador Rodolpho Tourinho, convidando o Ministro Marcos Vilela, Ministro do Tribunal de Contas da União, para participar de reunião da Subcomissão, em data a ser agendada; e o Requerimento nº 02, de 2003-FMZ, do Senador Rodolpho Tourinho, convidando o Padre Clodoveu Piazza, Secretário de Combate à Fome e à Po-

breza do Estado da Bahia, para participar de reunião da Subcomissão, em data a ser agendada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Rodolpho Tourinho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Havendo número regimental, declaro aberta reunião da Subcomissão Temporária Fome Zero da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza na data de hoje, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Constam da pauta a exposição da Senadora Lúcia Vânia sobre a unificação dos programas sociais e a apreciação de requerimentos eventuais, assuntos diversos.

Em relação à ata da reunião anterior, proporia que fosse dispensada a leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura da ata.

Proporia também que a exposição da Senadora Lúcia Vânia fosse feita na próxima reunião, tendo em vista a hora, e que passássemos a apreciar dois requerimentos de audiência pública que apresentei aqui.

O primeiro seria convidando o Ministro Marcos Vileça, do TCU, para participar de uma reunião desta Subcomissão.

O segundo requerimento que faço, nos termos do Regimento Interno do Senado, é no sentido de convidar o Padre Clodovil Piazza, Secretário de Combate à Fome e à Pobreza do Estado da Bahia, para participar dessa reunião e trazer a sua visão sobre a junção desses programas sociais, que entendemos ser importante.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Como normalmente preciso presidir a reunião da Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de quinta-feira, às 10 horas, em havendo reunião concomitante, fico muito prejudicado, assim como alguns dos membros desta Comissão que também integram aquela Comissão. Então, gostaria de ponderar que, se possível, fizéssemos num horário que não coincidisse.

Estou de acordo com os requerimentos colocados.

Com respeito à exposição da Senadora Lúcia Vânia, gostaria de ouvi-la e, portanto, estou de acordo que possa ser feito em outra data e horário.

Queria sugerir a S. Ex^a, pelo que aqui estou observando em leitura dinâmica a seu texto, que, como não há aqui menção à nova forma de unificação dos programas de transferência de renda, talvez fosse interessante fazer um ligeiro acréscimo, a fim de que se possa relacionar com a nova forma. Assim, já que os dados e a medida provisória foram lançados na última segunda-feira, quem sabe pudesse haver uma adaptação.

Pensando um pouco além, Sr. Presidente, sugeriria que nossa Subcomissão aprovasse um requerimento – que quem sabe pudéssemos fazer isso numa reunião ampla, tanto com a CAS quanto com a CAE – convidando a Coordenadora do novo programa de unificação, A SRA. Ana Fonseca.

E aí indago – pensemos um pouco: será o caso de convidá-la com todos os ministros do programa ou de simplesmente convidá-la para fazer uma exposição completa sobre todos os programas, agora unificados?

É a proposição que ora formulo, deixando em aberto aqui.

Como estou com dois conferencistas na mesa e preciso presidir a reunião, terei que me ausentar neste instante.

Entretanto, estarei de acordo com a decisão tomada, deixando a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Acho importante essa reunião conjunta da Subcomissão com a CAE e a CAS, mas acho que talvez fosse conveniente trazê-la primeiro sozinha. Depois, poderíamos avançar. Acho que ficaria mais didático.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Isso acho que se relaciona muito ao que a Senadora Lúcia Vânia estaria propondo. Mas vamos ouvi-la.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria apenas de dizer que, nessa primeira fase, estou tentando definir o Fome Zero. Porque acho que sem essa definição dificilmente vamos poder uma avaliação global dos programas. E para fazer essa avaliação, sugeri uma série de requerimentos e uma parceria muito direta com o TCU. Porque foi formada uma parceria entre esse Tribunal e o Ministério da Segurança Alimentar no sentido de fazer um acompanhamento. E ao fazer esse acompanhamento, o próprio TCU sinaliza que dificilmente pode se avaliar o Fome

Zero se não houver uma sinalização, no Orçamento, de que os programas e projetos definidos em cada uma das áreas sociais estejam contemplados. Esse é um projeto do Fome Zero. Um percentual desses recursos nas rubricas orçamentárias estará sendo destinada ao Fome Zero, a exemplo do que era feito com o Alvorada. No Alvorada era fácil analisarmos, porque o Orçamento já definia.

Em relação a essa definição, imaginávamos ser o Fome Zero igual ou pelo menos correspondente ao Alvorada. O TCU vê na definição outro objetivo.

Então, vamos descartar a idéia de compará-lo com o Alvorada e buscar uma comparação com o Comunidade Ativa, que é o programa que mais se aproxima do Fome Zero.

Então, para concluir esse trabalho, Sr. Presidente, eu precisaria desses requerimentos, para que possamos, na próxima reunião...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu queria, Sr. Presidente, não apenas acompanhar a idéia do Senador Suplicy, dizendo que era bom que, num primeiro momento, viesse a presença isolada da SRA. Ana Fonseca, mas, depois que viessem os outros ministérios, até para entendermos.

Porque a definição que a Senadora Lúcia Vânia quer, para entendermos melhor... Por exemplo, até hoje não entendi o papel das rádios comunitárias, já que o Fome Zero é quem autoriza ou sincroniza rádios comunitárias em cada... São coisas que precisamos entender melhor, até para apoiar.

Acho muito bem colocada a idéia do Senador Suplicy de trazer os vários ministros que têm correlação com o programa.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Entendo, Senador Suassuna, que também é muito importante que os outros ministros venham aqui, assim como ouvirmos o lado prático, a exemplo do requerimento – que trouxe aqui e foi aprovado – da presença do Padre Clodovil Piazza, que cuida disso e tem a visão prática de um Estado, já que é Secretário de Combate à Fome e à Pobreza do Estado da Bahia.

Acho que o intuito desta Subcomissão é ter algumas definições e colaborar para que o programa seja bem sucedido.

Os requerimentos da Senadora Lúcia Vânia que estão aqui são requerimentos de informação ao Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, em relação a Estados e Municípios com Conselhos de Segurança Alimentar instalados.

Outro requerimento solicita ao Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome

informações sobre o orçamento, sobre o percentual já executado de orçamento, ações que estão sendo aplicadas e resultados obtidos com essas ações.

O terceiro requerimento, também dirigido ao Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, solicita informações relativas aos programas abaixo listados; em 2003, se houve aporte superior de recursos em relação ao exercício anterior; municípios beneficiados e critérios de seleção; grupos populacionais beneficiados e critérios de seleção; atos normativos emitidos; e convênios ou outros instrumentos do tipo celebrados em parceria com outros órgãos.

Essa é a natureza desses requerimentos, que coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, cumprida a pauta, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h37min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Subcomissão Fome Zero**

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FOME ZERO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO, DE 2003, ÀS QUINZE HORAS MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e trinta minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e três, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodolpho Tourinho, reúne-se a Subcomissão Temporária Fome Zero, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Ney Suassuna e Luiz Otávio. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra, Romero Jucá, Jonas Pinheiro e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a exposição da Senadora Lúcia Vânia, definição da agenda de viagens e deliberação de matérias. Logo após, o Presidente concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que propõe o dia oito de dezembro para a realização da visita aos

municípios possuidores do Programa Bolsa Família, com a presença da Senadora Lúcia Vânia como expositora deste tema e, também, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Usa, ainda, da palavra o Senador Luiz Otávio. A Presidência informa que a exposição da Senadora Lúcia Vânia será adiada para a próxima reunião da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Rodolpho Tourinho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária Fome Zero da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se a 11 de novembro de 2003, às 15:00hs, na sala de reunião nº 19, Ala Alexandre Costa.

Na pauta, exposição da Senadora Lúcia Vânia e a definição da agenda de viagens.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, havíamos definido que esta Subcomissão poderá – e deveria – visitar aquelas regiões do semi-árido para acompanhar como está sendo feito o Programa Fome Zero e o desenvolvimento deste Programa, consubstanciado no Bolsa-Família, que unificou os Programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação relativos ao Fome Zero.

O lugar onde se iniciou a experiência foi justamente o Município de Guaribas e também o de Acauã no interior do Piauí.

O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar se propôs a organizar conosco uma viagem que poderia se realizar, em princípio, no dia 8.

Levando em consideração que podemos prever – dada a necessidade de votarmos a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária – como será muito difícil nos ausentarmos daqui, na terça, quarta e quinta, neste mês final dos trabalhos, então, parece-me razoável que esta visita deveria ser organizada assim: da manhã da segunda-feira até o final da noite, ou para voltarmos aqui até as 10h de terça-feira.

Acredito, então, que a Presidência poderia ir à Secretaria da Comissão entrar em contato com o MESA e com a Coordenação do Programa Bolsa-Família, para assim realizarmos uma primeira viagem de constatação, de exame, justamente naqueles municípios que iniciaram e que estão com a experiência mais amadurecida até agora e ali vendo todos os aspectos. Eventualmente, havendo tempo e disponibilidade, estrategicamente a possibilidade de visitar, digamos, um outro município onde a experiência está se iniciando. Se isso couber no nosso roteiro e no tempo, então, creio que seria interessante.

Então, eu queria propor que a nossa Subcomissão confirmasse, porque eles propuseram em princípio essa data. Em sendo a Senadora Lúcia Vânia também a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, S. Exª poderia ir também na qualidade de expositora tanto deste tema como de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Dessa forma, estaríamos interagindo a cooperação da Comissão de Assuntos Econômicos, a Subcomissão do Fome Zero, com a Comissão de Assuntos Sociais, e assim poderíamos organizar bem esta viagem que, no caso, seria de um dia, dada a premência que todos estamos tendo de analisar as reformas aqui no Senado, Sr. Presidente.

É a sugestão que deixo para a nossa Subcomissão.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, apenas para solicitar a V. Exª a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Está dispensada, Senador.

Entendo, Senador Eduardo Supply, que deveríamos escolher uma das duas datas hoje para dar seguimento a essa idéia. Penso que é extremamente importante estarmos *in loco* visitando o projeto e verificando quais as necessidades, quais os problemas e onde a gente deve ajudar, não tenho dúvida disso.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT-SP) – O que proponho, Sr. Presidente, é que, como dia 15 é o último dia regimental, ou até, pela Constituição, último dia dos nossos trabalhos, e costuma haver, pela experiência, a preocupação de se votar o Orçamento e, às vezes, de definir sessão deliberativa no dia 12, o que implicaria termos que estar aqui, a minha sugestão é que pudéssemos, em princípio, marcar para o

dia 8. Assim, poderíamos consultar quais os Membros da Subcomissão desejariam ir para que todos, antecipadamente, se programassem. Dessa forma, seria informado o Ministério, a Coordenação do Bolsa-Família e o MESA para sabermos como iremos nos deslocar e qual será o planejamento, porque já fui a Guaribas e a Acauã, e é preciso estar bem programado para se conseguir fazer tudo num dia.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Concordo com a proposição de V. Ex^a que seja no dia 08, o que me parece mais conveniente. Creio que fixaríamos essa data.

Solicitaria a V. Ex^a que entrasse em contato com o Ministério de forma que se pudesse fazer essa programação, e consultaríamos quais os outros Membros da Comissão também teriam interesse em comparecer.

Gostaria de ouvir também a opinião do Senador Luiz Otávio acerca dessa data, que me parece a mais conveniente, em razão da possível necessidade de uma sessão deliberativa extraordinária no dia 12 de janeiro.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB-PA) – Até para acrescentar às ponderações do Senador Eduardo Suplicy, é muito provável que tenhamos sessão até o dia 18. Dia 19 é uma sexta-feira e, praticamente, até o dia 18, está acertada entre as Lideranças a continuidade dos nossos trabalhos, de 15 a 18, para o receso, tendo em vista que já estamos com um prazo bem exíguo para a votação das duas Reformas, a Tributária e a Previdenciária.

Portanto, vejo com bons olhos. E tenho certeza que os outros Membros da Comissão terão a mesma vontade de participar dos trabalhos, mas também estarão atentos, tanto o Presidente, o Senador Rodolpho Tourinho, como o Senador Eduardo Suplicy, à condição de que essas datas não prejudiquem a votação dessas matérias que são importantes e que, por se tratarem de projetos de emenda constitucional, de PECs, precisam de um **quorum** qualificado de 49 votos para a sua aprovação. Então, qualquer ausência será muito importante, ou, melhor dizendo, a presença, o **quorum**, será muito importante para a votação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Entendo, então, Senador Eduardo Suplicy, que fixaríamos o dia 08 e consultaríamos os demais Membros e solicitaria a V. Ex^a, outra vez, que conduzisse esse assunto.

Dessa forma, teríamos encerrado o primeiro item da pauta.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP) – Eu só pediria a gentileza de me darem uma lista dos Membros. Quem sabe, juntos, possamos ir ao plenário, conversar com os Colegas e vermos quais poderão ir dia oito, para nos organizarmos.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – Entendo que se não for dia 08, ou antes, ficará inviável este ano, mas vamos fazer uma tentativa para que seja antes do dia 08 de dezembro.

O segundo assunto da agenda, que é a exposição da Senadora Lúcia Vânia, fica prejudicado em razão da Ordem do Dia no plenário.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP) – Está na hora da Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho) – É, já chegamos à Ordem do Dia no plenário e entendemos que, todas essas discussões das Reformas Tributária e Previdenciária têm dificultado muito os nossos trabalhos nas Comissões, mas vamos continuar dentro desse programa e designamos para a próxima reunião a exposição da Senadora Lúcia Vânia.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h50min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 27 DE MARÇO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas, do dia vinte e sete de março de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senhor Senador **Osmar Dias** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **Ana Júlia Carepa, Eurípedes Camargo, Flávio Arns, Aelton Freitas, Papaléo Paes, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Renildo Santana, Roseana Sarney, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Patrícia Saboya Gomes, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Os itens constantes

da pauta ficam adiados, em virtude da ausência de Senadores no plenário para a apreciação da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Osmar Dias**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) — Havendo número regimental, está aberta a reunião da Comissão de Assuntos Sociais para apreciar a pauta que está sobre a mesa.

Como temos assinaturas suficientes no livro, o que me permitiu abrir esta reunião, mas não temos número de Senadores para conduzirmos a reunião e apreciarmos a pauta, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h e 1min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 10 DE ABRIL DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte minutos, do dia dez de abril de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sob a presidência do Senhor Senador **Romero Jucá** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **Ana Júlia Carepa, Eurípedes Camargo, Fátima Cleide, Sibá Machado, Aelton Freitas, Papaléo Paes, Mão Santa, Juvêncio da Fonseca, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Edison Lobão, José Agripino, Renildo Santana, Roseana Sarney, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho, Patrícia Saboya Gomes, Serys Slhessanrenko, Garibaldi Alves Filho, Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati**. A Senadora **Roseana Sarney** justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta cujos relatores estejam presentes. O Senador Juvêncio da Fonseca requer a inversão da pauta dando prioridade aos itens 9 e 8 da pauta. A in-

versão de pauta é aprovada. O Senador Papaléo Paes requer a retirada de pauta do item 11 para que a matéria seja examinada pela Subcomissão Temporária de Saúde. O requerimento é aprovado. Item 9 — Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002. É lido o parecer. O Senador Ney Suassuna faz uso da palavra durante a discussão da matéria. Em votação, o parecer é aprovado. Item 8 — Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2002. Lido o parecer e não havendo quem quisesse discutir, o parecer pela rejeição da matéria é aprovado. Item 5 — Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2000. É lido o parecer. O Senador Ney Suassuna faz uso da palavra durante a discussão da matéria. Em votação, o parecer é aprovado. O Senador Romero Jucá apresenta requerimento de audiência pública para debater sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2001, cujo Senador Tasso Jereissati é co-autor. Na discussão, fazem uso da palavra os Senadores Ney Suassuna e Sibá Machado. Ambos subscrevem o requerimento. O requerimento é aprovado. Item 6 — Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2002. É lido o parecer. Durante a discussão, a Senadora Patrícia Saboya Gomes propõe que a matéria seja enviada para a Comissão de Assuntos Econômicos. Os Senadores Ney Suassuna e Mão Santa também discutem a matéria. O Senador Romero Jucá propõe um requerimento de sobrestamento da matéria até que o Senhor Ministro da Saúde, Ministro Humberto Sérgio Costa Lima, seja ouvido sobre a matéria, visto que o mesmo já foi convidado pela a comissão para expor as atividades de sua pasta (Requerimento nº 02 — CAS, de 13 de março de 2003). Em discussão, o requerimento proposto, fazem uso da palavra os Senadores Patrícia Saboya Gomes, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, Antero Paes de Barros e Edison Lobão. O requerimento de sobrestamento é aprovado. Item 7 — Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2002. É lido o parecer. Na discussão fazem uso da palavra os Senadores Ana Júlia Carepa, Teotônio Vilela Filho e Antero Paes de Barros. Em votação, o parecer é aprovado. Item 10 — Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002. O relator, Senador Eurípedes Camargo, requer a retirada de pauta do projeto para reexame. O requerimento é aprovado. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Romero Jucá**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Comunico ao Plenário que o Aviso nº 306 do Tribunal de Contas da União se encontra à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação da pauta apresentada.

Item 1 da pauta.

Aviso nº 50, de 2002. Senador Leomar Quintanilha, que não está presente.

Item 2 da pauta.

Também do Senador Leomar Quintanilha, que não está presente.

Item 4.

Do Senador Reginaldo Duarte.

Item 5.

Projeto de Lei da Câmara nº 13. Parecer do Senador **Sibá Machado**, a quem passo a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Tenho uma audiência como testemunha, na Justiça Eleitoral, às 11h30. Eu gostaria de, se possível, com a compreensão dos meus Pares, inverter a pauta, para apreciarmos o Item 9, do qual sou Relator. Ele não é terminativo e já foi lido inclusive em Plenário. O Senador Tião Viana pediu vista e deu parecer favorável, também em voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca de inversão da pauta, para começarmos a apreciar o Item 9.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – Sr. Presidente, quero lembrar as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Subcomissão de Saúde foi instalada na última quarta-feira. O Senador Augusto Botelho é o Vice-Presidente, e o Relator é o Senador Mão Santa.

Quero também solicitar a V. Ex^a a retirada de pauta do Item 11, do qual sou o Senador responsável pelo parecer, para melhor avaliação do nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Requerimento do Senador Papaléo Paes, no sentido de que o Item 11 seja retirado de pauta, parece-me que para análise pela própria Subcomissão de Saúde que foi criada. Não sei se o assunto é pertinente.

Em votação o requerimento do Senador Papaléo Paes. (Pausa)

Aprovado.

Fica retirado de pauta o Item 11.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, para relatar o Item 9 da pauta.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido na reunião anterior, e o Senador Tião Viana em voto em separado, concordou com o voto do Relator. Apenas para que possamos esclarecer o assunto.

O Projeto de Lei da Câmara nº 22 proíbe, em todo o território nacional, o uso de sistema de jateamento de areia a seco para limpeza e reparo de outros processos produtivos que comprovadamente causem pneumoconiose e determina que o referido sistema seja substituído por outros que não causem poluição e nem traguem risco à saúde.

Oferecemos uma emenda substitutiva apenas para adequação à legislação existente, principalmente ambiental, e também pela questão de redação.

O voto em separado do Senador Tião Viana – que me parece não se encontra presente – concorda com o do Relator. Diz, em suma, que, com a aprovação do projeto, estaremos nos redimindo perante a sociedade brasileira, dando-lhe um instrumento legal que a permitirá banir de suas estatísticas, no futuro próximo, uma doença irreversível, que, em última análise, tem se traduzido, durante todos esses anos, em um crime persistente contra a saúde do trabalhador e ao meio ambiente.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O voto do Senador Juvêncio da Fonseca está em discussão. (Pausa)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero dizer que ouvi, com muita alegria, o parecer favorável do Senador. Digo “com alegria” porque o parecer parece insignificante para algumas pessoas, mas não é. Na Paraíba, há muito tempo, criamos a praia de Tambaba, que passou a ser um ponto turístico muito importante para o Estado.

Portanto, essa pode ser uma alavanca de desenvolvimento para algumas regiões inóspitas, porque realmente há muitas pessoas que gostam do naturalismo e, com certeza, o parecer será importante para eles.

Por essa razão, sou favorável ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O item 11 foi retirado da pauta, o item 9 está prejudicado porque se trata de uma decisão terminativa. Ou melhor, não é terminativo, o Senador Juvêncio da Fonseca também é seu Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Mas o item é terminativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não aqui, Senador. Nesta Comissão, é discussão de mérito.

Com a palavra V. Ex^a, para que, na mesma presteza com que relatou o item 9, possa relatar também o item 8.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o projeto em pauta, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tem por objetivo assegurar às pessoas portadoras de deficiência a reserva de vagas em estacionamento de automóveis.

A reserva de vagas em estacionamento de automóveis para pessoas portadoras de deficiência não está no Código de Trânsito Brasileiro, mas já consta de diversas normas federais em vigor, que a seguir transcrevemos – e as transcrevemos, pois é farta a legislação nesse sentido.

Se alguma necessidade houver, ainda, de detalhamento ou de divulgação das normas em vigor, ela poderá, com vantagem, ser suprida pelos órgãos de cúpulas das políticas nacionais de trânsito e de proteção às pessoas portadoras de deficiência.

O Conselho Nacional de Trânsito, o Contran, tem competência para estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e advertir a Polícia Nacional de Trânsito, e o Conselho Nacional dos Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência, Conader, tem competência para acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de

educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência, e propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência.

Ante o exposto, voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O parecer é contrário à proposta.

Em discussão o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Rejeitada a matéria.

Item nº 5. O Relator é o Senador Sibá Machado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a anunciou, pensei que já estávamos votando o parecer do Sibá Machado, então a minha declaração é para esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Ex^a se antecipou no naturismo. (Risos)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a o anunciou e, depois, mudou a ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, faço questão de ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição examinada pela Comissão tem o propósito de fixar normas gerais para a prática do naturismo e para a criação de espaços naturistas, e permitir aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a elaboração de normas complementares, consoante às quais serão observados ajustes do tema aos casos específicos nas unidades da Federação.

O art. 2º define o vocábulo “naturismo” como o conjunto de práticas de vida ao ar livre em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental das pessoas de qualquer idade, por meio de sua plena integração com a natureza.

O art. 4º define os espaços naturistas como sendo as áreas destinadas à prática do naturismo nas praias, campos, sítios, fazendas, áreas de campismo, clubes, espaços para esportes aquáticos, unidades hoteleiras e similares em que seja autorizada a práti-

ca de turismo em âmbito federal, estadual ou municipal.

No §1º do art. 4º é definido o responsável pela observância das legislações ambiental e sanitária e pela delimitação da área em que se permitirá o turismo, nos termos estabelecidos pelo Poder Público. A autoridade administrativa que anuir a constituição de espaços à prática turística também será responsável por sua fiscalização (art. 4º, §2º), nos limites e condições impostos pelo Poder Público (art. 4º, §3º).

A proposição recebeu duas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com vistas, a primeira, a limitar o disciplinamento da matéria nos Estados e Municípios, retirando o âmbito federal, e a segunda, para outorgar ao Poder Público o direito de condicionar a prática do turismo a determinados períodos do ano.

Voto

Com essas considerações em que, no mérito, sobreleva o exercício da liberdade de expressão, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2000 (nº 1.411, de 1996, na Casa de origem), com as emendas apresentadas na Comissão que nos precedeu, em razão da constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão o parecer do Senador Sibá Machado. (Pausa)

Nobre Senador Ney Suassuna, V. Exª não gostaria de se manifestar?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, apesar de já me haver manifestado, quero dizer que esse é um assunto sério, embora até pareça jocoso. Realmente o Município em questão era extremamente pobre. No entanto, hoje, ele está muito bem, com inúmeras pousadas e muitos estrangeiros. Portanto, o turismo é uma alavanca de desenvolvimento, embora deva ser regulamentada, como bem fez o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o relatório do Senador Sibá Machado.

Tendo em vista a ausência dos relatores, os demais itens da pauta não serão apreciados.

Indago se há alguém que queira se manifestar sobre esses itens? (Pausa)

Assim sendo, colocarei em votação o requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati e minha também. Creio que não mais seria preciso pedir vista e, com isso, teríamos mais tempo para avaliar a questão.

O requerimento de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Romero Jucá convida para uma audiência pública um representante do Conselho Curador do FGTS, um da Bovespa e um da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

A razão deste requerimento está na existência de um projeto que tramita nesta Casa, que define recurso de 1% do FGTS como possibilidade de ser investido em ações na Bolsa. Na verdade, existem posições discordantes na sociedade. Há os segmentos que defendem o fortalecimento dos fundos e do mercado de capitais e outros, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que entendem que, de certa forma, isso poderia retirar recursos da construção civil.

O Senador Tasso Jereissati, Relator desta matéria na Comissão de Assuntos Econômicos – e também seria o seu Relator nesta Comissão de Assuntos Sociais, tendo em vista uma solicitação de S. Exª –, pediu-me que fizéssemos esse requerimento para clarificarmos a sistemática e a sua importância para o País.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, o assunto realmente irá gerar um grande debate.

Hoje, pouco mais de R\$4,5 bilhões é o que tem sobrado para ser aplicado – pelo menos nos últimos orçamentos – na área de construção civil. Portanto, as bolsas, ao solicitarem que 1/8 da totalidade da arrecadação seja investido em ações primárias, estão pedindo algo realmente importante para o País, ou seja, a capitalização das empresas que estão lançando ações no mercado. Isso pulveriza os acionistas, o que é muito bom para democratizar o capital. No entanto, o “lençol” está curto. Dos R\$4,5 bilhões, R\$2,6 bilhões serão destinados à aplicação na construção civil, proporcionando uma rápida geração de empregos, que é uma necessidade da população.

Portanto, é óbvio, devemos aprofundar a discussão. Peço licença a V. Exª para também subscre-

ver o requerimento. Devemos ouvir os dois lados e ponderar, porque ambos são justos. Mas, com certeza, não teremos recursos necessários para atendê-los. Um deles, com certeza, ficará fora da "cobertura". É preciso consciência plena de nossa atitude.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Convido o Senador Ney Suassuna para também subscrever o requerimento, como autor.

Concedo a palavra ao Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, também gostaria de subscrever o requerimento. Peço a V. Ex^a para estender o convite a algum representante da Central Única dos Trabalhadores para participar desse debate enriquecedor.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Veja bem: a Central Única dos Trabalhadores já tem assento no Conselho Curador do FGTS – não sei quem virá. Portanto, não tenho nada contra. V. Ex^a poderá sugerir um nome.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Trata-se apenas de uma observação, Sr. Presidente, para que não haja prejuízo para o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Está aprovado. V. Ex^a fará a sugestão do nome.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sibá Machado, nós ouviríamos os convidados e, caso haja qualquer dúvida, convidaríamos outros para complementar, porque se trata de um assunto muito polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Já contamos com um membro do Conselho Curador do FGTS na discussão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Ex^a também poderá assinar o requerimento. Assim, teremos o primeiro requerimento comunitário da Comissão de Assuntos Sociais, portanto, um requerimento participativo. (Risos)

Em votação o requerimento coletivo. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O item 6 tem como Relator o Senador Edison Lobão, a quem concedo a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, que tem como objetivo determinar que o Sistema Único de Saúde preste serviço de prevenção e tratamento odontológicos, utilizando para isso todos os meios e técnicas

necessários. O atendimento será prestado por sua rede de unidades públicas ou convencionais.

Pelo art. 2º, prevê-se a vigência da lei para a data da sua publicação. Após o recebimento da proposição no Senado, a Presidência desta Casa observou que o projeto tem pertinência com matéria da Lei nº 8.080, de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento do serviço correspondente e dá outras providências.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão com a determinação de que seja inserida no contexto da mencionada lei em obediência ao disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise

As ações e serviços públicos de saúde efetuados pelo SUS devem-se voltar para o atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas sem prejuízo dos serviços assistenciais. A Lei nº 8.080/90 também enfatiza o caráter integral que deve nortear as ações do SUS. A Lei sempre se refere à assistência à saúde do indivíduo sem priorizar a assistência médica sobre as outras. Infelizmente o cumprimento dessa diretriz é a exceção e não a regra nas unidades que compõem a rede do SUS. Se a assistência médica já é insatisfatória em grande parte das unidades o atendimento oferecido por outras áreas da saúde é praticamente inexistente.

O objetivo do ilustre autor do projeto de lei em análise é louvável, pois compartilhamos do seu desejo de fazer com que o SUS se torne verdadeiramente um modelo de atenção integral à saúde. No entanto, consideramos que alguns tópicos da proposição merecem reparo. A recomendação feita pela Presidência desta Casa Legislativa de que o objeto da proposição tem relação com a Lei Orgânica da Saúde é pertinente. Com efeito, em atendimento às regras da boa técnica legislativa, deve-se promover a alteração da referida lei e não propor lei extravagante. Da mesma forma, o texto do projeto deve adquirir um caráter mais genérico. A lei a ser alterada não se refere especificamente à assistência médica em nenhum momento, mas à assistência à saúde em geral.

Portanto, a proposição não deve mencionar uma profissão de saúde específica como a odontológica. O mais indicado é que proponha a atuação de

todas as profissões de saúde, reconhecidas na execução integrada às ações assistenciais e preventivas.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos um substitutivo ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte Substitutivo:

Art. 1º – O inciso III, do art. 5º da Lei nº 8.080, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º, III – a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, estes são o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Apresentado o voto do Senador Edison Lobão por um substitutivo que foi relatado.

Em discussão a matéria. (Pausa)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, ressalto o mérito desse projeto, tendo em vista a situação de calamidade em que está a área de saúde no País. Todos os dias, presenciamos cenas de humilhação das pessoas em busca de um serviço de saúde que as atenda com dignidade. Portanto, certamente, o substitutivo do Senado Edison Lobão tem bastante mérito, porque o SUS deve ser um modelo que atenda integralmente à saúde no nosso País.

Entretanto, sugiro encaminharmos o projeto à Comissão de Assuntos Econômicos, apenas para que possamos conhecer o impacto financeiro desse projeto, que certamente tem muito mérito social. Trata-se apenas de buscar discutir a questão do impacto financeiro. Somos favoráveis ao substitutivo, mas pedimos seja ele encaminhado à Comissão de Assun-

tos Econômicos, apenas para aprofundarmos a questão do impacto financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para discutir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, no nosso País, é usual a extração dos dentes. Em vez de se buscar a educação odontológica, ou a correção dos dentes, 90% dos mais pobres apenas fazem a extração, criando problemas enormes para todo o aparelho digestivo, para toda a arcada dentária. Enfim, é realmente uma lástima. Nosso país tem uma quantidade incrível de desdentados.

O projeto tem muito mérito. Para certas coisas, não temos de nos preocupar com o preço. Há coisas que não têm preço. Essa é uma. Na minha opinião, não temos de nos preocupar com o preço. Às vezes, gastamos dinheiro com tantas bobagens que, com certeza, para consertar uma grave falha na nossa estrutura, se for para gastar um pouco mais, Senadora Patrícia Saboya Gomes, não faz mal. Com certeza, a implantação será gradativa. Desse modo, acomoda-se a máquina, bucando-se recursos em outras áreas.

Perdoe-me por discordar de V. Exª – aliás, é a primeira vez que interfiro, discordando de V. Exª –, mas, se enviarmos o projeto àquela Comissão, analisaremos a frieza dos números, que não é compatível com a necessidade de saúde do brasileiro nessa falha. No Estado de V. Exª e no meu Estado, dói vermos garotos, jovens, mulheres bonitas com os dentes arrancados, para botar dentadura – que, em algumas campanhas políticas, passa a ser até objeto de desejo.

Então, por essa razão, peço a V. Exª que não requeira que o projeto seja mandado para a Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos tentar aprová-lo aqui, fazendo força para que seja levado até o fim, porque essa é uma falha do nosso sistema de atendimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que já tinha solicitado a palavra antes, e, logo depois, à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, é interessante o que é paradigma. Eu estava observando essa reunião. Quando vi o Senador Ney Suassuna sair do lado da Senadora Patrícia Saboya Gomes, pensei que S. Exª era um tonto por não ficar na companhia da Senadora, mas S. Exª voltou e eu vi que S. Exª

é um sábio. Contestou a beleza que ninguém contesta da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Risos)

Formei-me em Medicina em 1966. Tenho mais anos de médico do que a Senadora de vida. Então, o que é saúde? Já está claro, pelo que reza a Organização Mundial de Saúde: não é a ausência de enfermidade ou doença; é o mais perfeito bem-estar físico, mental e social. Isso nos manda combater a miséria e o pauperismo. Hoje, avançou-se muito. Vou dar um dado: realizei uma cirurgia em que retirei do filho de um gerente do Banco do Brasil, no Nordeste, 500 vermes, como obstrução intestinal – cheguei a contá-los, por curiosidade. Do filho de um gerente do Banco do Brasil! Já não se vê isso hoje. Eu já operei cisto de ovário com mais de 20 quilos. Hoje não há mais possibilidade de acontecer isso, porque a medicina sofisticou-se, o diagnóstico é precoce. Avançou-se muito mas o quadro de hoje ainda é sério – por isso disse ontem que não há nada a comemorar. A ignorância é audaciosa. Os 100 dias têm a ver com Napoleão Bonaparte.

O diagnóstico, no Brasil de hoje, está feito, estão aí as pesquisas para demonstrar: o primeiro maior brasileiro está relacionado ao desemprego; o segundo, à violência e o terceiro, à saúde. Daí estar junto esse processo.

Avançamos muito – e citei os fatos para demonstrar isso –, mas temos de avançar mais. Houve, porém, retrocessos: por uma infelicidade, um equívoco, o Governo passado fechou a Ceme, fábrica de medicamentos para os pobres. Criou o medicamento genérico, sob o argumento de ser este bom e barato, mas o pobre está desempregado e não tem dinheiro algum para comprar remédios. Esse foi um pecado pelo qual ele pagou caro.

Outro retrocesso: Cuba. Eu conheço Cuba. É uma ilha, só no delta há 78 ilhas. Atravessa-se Cuba como se vai de minha cidade, Florianópolis, até o litoral. Quem conhece o Piauí sabe que a distância é pequena. E Cuba tem 10 milhões de habitantes.

Copiou-se o PSF, o Programa de Saúde da Família, de Cuba. Mas esqueceram-se que Cuba é um pequeno país com 10 milhões de pessoas, e não com 170 milhões. Procurou-se adaptá-lo aqui. Há as equipes do Programa de Saúde da Família, mas, como disse o nobre Senador Ney Suassuna, não há o tira-dentes. As estruturas hospitalares ficaram abandonadas. Essa é uma volta para que a odontologia avance como as outras ciências da saúde no Brasil.

Houve avanço quando, a exemplo do que ocorre na saúde, em que cada governo tem de investir 20% do seu orçamento, o sábio parlamento exigiu

que cada governo estadual investisse 11%. Esses recursos são bem-vindos, será possível empregar uma tecnologia avançada da ciência odontológica, igual para todos.

Isso chegou em boa hora, é um avanço, é justo. Quem foi o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi o Senador Edison Lobão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu conhecia o Senador Edison Lobão como o grande Governador do Estado do Maranhão, que levou àquele Estado progresso, a avenida mais linda, mas agora percebi a compreensão que S. Ex^a tem dos problemas de saúde.

Aprova-se a matéria com o meu voto. Parabéns ao Relator por sua visão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vou conceder a palavra à Senadora Ana Júlia, ao Senador Augusto Botelho e à Senadora Patrícia Saboya Gomes, que quer prestar um esclarecimento.

Antes, porém, eu gostaria de dar uma sugestão com a qual talvez possamos contemplar a preocupação da Senadora Patrícia Saboya Gomes e, ao mesmo tempo, manter no âmbito da nossa Comissão essa decisão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu peço permissão para lembrar à Senadora Patrícia Saboya que, como Governador, tive receio, porque foi aprovado agora... Há uma lei determinando que o Governo estadual tem de investir 11%, como na educação. Ele tem obrigação e os governantes estão procurando...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de sugerir que, em vez de mandar a matéria para a Comissão de Assuntos Econômicos e depender de sua pauta – na verdade, aquela comissão não terá condições de aferir esse tipo de custo de forma mais rápida –, sobrestássemos a matéria. O Ministro da Saúde já está convidado para vir a esta Comissão. Pediríamos ao Ministro para trazer os dados e discutirmos aqui.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vamos avançar. V. Ex^a está diante de alguém que desde 1960 se debruça sobre os problemas da saúde. Avance, dê o aval que o Senador Edison Lobão pediu, que V. Ex^a estará dando grande passo em benefício das camadas mais pobres, principalmente das mulheres, para que possam ter um sorriso como o de Patrícia, pois estão todas banguelas no Brasil, porque o que se faz é arrancar o dente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Senadora Patrícia Saboya Gomes pediu para dar um esclarecimento.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o que V. Ex^a propõe. Sou favorável ao projeto e inclusive disse isso, agora há pouco, ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Sua preocupação é de impacto.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu queria só esclarecer, como acabei de esclarecer ao Senador Ney Suassuna, o qual não tinha conhecimento sobre essa questão do substitutivo, que estamos tratando não só do serviço odontológico, ao qual sou favorável. Inclusive venho defendendo, durante um ano, esse projeto de inclusão do serviço odontológico no programa Saúde da Família, que já foi implantado pelo atual Governador do meu Estado, Lúcio Alcântara.

Essa é uma reivindicação antiga, necessária, com a qual concordo plenamente. A minha única preocupação é com o impacto financeiro, porque com o substitutivo de mérito do Senador Edison Lobão, estamos estendendo para todas as outras áreas. Todos sabemos, porque acompanhamos não só no nosso dia-a-dia, mas também pelas televisões, pelos rádios e jornais, a dificuldade de acesso ao SUS que as pessoas têm. Muitas vezes, há também o mau atendimento dessas pessoas, que se humilham na porta dos hospitais e dos postos de saúde. Assim, com esse substitutivo, estaremos ampliando para todos os outros serviços, inclusive psicológicos e fisioterapêuticos.

Portanto, a minha preocupação é no sentido de que o serviço seja o melhor possível para a sociedade, isto é, de que a sociedade tenha condição, tenha acesso e seja bem atendida. Mas também me preocupa o impacto financeiro de se estender para todas as outras áreas e não conseguirmos dar um serviço de qualidade. Fora isso, sou completamente favorável – peço até desculpas se tiver sido mal interpretada – ao projeto, que considero importante e pode corrigir distorções, falhas e injustiças com a saúde da nossa população.

Esse é o meu esclarecimento. Quero dizer que concordo com a idéia proposta por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, iniciarei concordando com a proposta de V. Ex^a, Senador, dizendo exatamente a minha pre-

ocupação. Quando legislamos aqui, com a melhor boa vontade, isso é certo, queremos perceber o resultado dessa lei efetivamente. Por outro lado, também temos que ter o cuidado de não cair em outro erro, até constitucional, de estarmos criando despesas, uma prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

Assim, qual é a nossa preocupação? A iniciativa de trazer o Ministro, tomada pelo Senador Romero Jucá, é muito boa, até porque nós, que legislamos, sabemos que a lei é ampla, ela abrange todas as áreas de saúde. Nós, mulheres, conhecemos o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e sabemos que avançou um pouco, mas, infelizmente, ainda não consegue ser completo. Isso, portanto, viria exatamente ao encontro dessa que é uma reivindicação antiga dos movimentos de mulheres.

Fui vice-prefeita de Belém e, lá, as novas unidades de saúde que fizemos e inauguramos contam com serviço de saúde bucal para fazer obturação e, em alguns casos, até tratamento de canal. Ainda contamos com um serviço de atendimento bucal preventivo para bebês. Há uma Casa da Saúde Bucal.

Como podemos efetivar a implantação dessa lei para que não se torne inócua? Não queremos isso, tenho absoluta certeza. A proposta do Senador Edison Lobão, muito louvável, dá-se porque é uma ansiedade de décadas da população como um todo e nossa, que nos preocupamos com o País e com o atendimento da saúde. Mas não é simplesmente fazermos uma lei que obrigue a que tudo seja colocado no SUS, temos também que viabilizar isso no Orçamento. Nesse caso, é aquela história, para ganharmos o jogo, temos de combinar com todo mundo para fazermos o gol. Caso contrário, não adianta. Se não combinarmos com os outros, não conseguiremos. E todos queremos vencer esse jogo. Penso que a proposta do Senador é melhor e a preocupação da Senadora Patrícia Saboya Gomes foi absolutamente correta e oportuna, por conta de a lei se tornar realmente um benefício para quem dela precisa, que é a população.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. Logo após, falará o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, devo dizer que o que estamos fazendo aqui está bem claro no Sistema Único de Saúde, na Constituição: é obrigação do Governo dar assistência odontológica às pessoas. Mas o que temos visto é uma assistência odontológica relegada ao segundo plano. Dou ênfase exclusivamente à assistência odontológica porque me sinto muito constrangido em ver que não há tratamento de canal.

Fiquei feliz por saber que, no Pará, existem algumas unidades. Em Roraima, nas unidades do Estado, fazemos obturação, prevenção. E o fazemos também nas unidades da Prefeitura – a Prefeita é, inclusive, a esposa do nosso companheiro Presidente. Fazemos tratamentos. No Dia Mundial da Saúde, em uma via pública, entrei em um carro em que estavam sendo feitas obturações. Muitas unidades já têm o gabinete odontológico. O que acontece é que os gestores da Saúde não dão a devida importância ao tratamento odontológico.

Essa lei é oportuna, devemos aprová-la. Concorde com o companheiro Romero Jucá no sentido de que isso seja proposto na presença do Ministro da Saúde. E já está bem claro que eles deveriam estar fazendo isso aqui. Devemos tentar criar meios para que isso ocorra, cobrar soluções, fazer com que o tratamento chegue ao povo.

É um crime não se fazer tratamento de canal no Sistema Público de Saúde deste País. Em Belém, algumas unidades têm o privilégio de fazerem esse tratamento. Dever-se-ia fazer o tratamento de canal como se faz um atendimento normal de Odontologia.

No meu Estado, a situação da saúde bucal já está melhor, bem diferente da que havia há oito anos, porque há uma política de educação sanitária, não só na área de Saúde, mas nas próprias escolas, que é onde se começa a prevenção contra a cárie. É muito mais fácil os professores ensinarem as crianças a escovarem os dentes e a aplicarem o flúor do que, posteriormente, ter de se fazer obturação ou tratamento de canal, o que é muito mais caro.

Creio que o impacto econômico não será tão grande, mesmo porque poucos serão os que terão condições de montar um gabinete odontológico. Em primeiro lugar, não há odontologista – no País, há um déficit de dentista muito grande. Mas, onde já existe, penso que deve funcionar. Devemos criar meios para isso por meio do SUS. Se tentarmos aumentar, no Orçamento do próximo ano, a verba do Ministério da Saúde, vamos conseguir atingir um maior número de pessoas que precisam de tratamento dentário. É triste perder um dente por não ter recursos para fazer um tratamento de canal.

Concordo com a posição do Sr. Presidente, no sentido de que devemos discutir ouvindo o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer que concordo com a proposta do

Senador Romero Jucá para sobrestar a aprovação dessa matéria até que ouçamos o Ministro da Saúde.

Manifesto também, na linha do Senador que me antecedeu, a importância da prevenção. Inclusive, faço referência a um Município de Mato Grosso que, se não é absolutamente pioneiro, é um dos poucos no Brasil que conseguiu atingir essa marca: em Nova Mutum, o prefeito, que é dentista, simplesmente eliminou a cárie dentária. Não existe cárie dentária naquele Município, exatamente por causa da fluoretação da água, inclusive na área rural, num tratamento preventivo.

A saúde deve ser vista como um todo, e a saúde bucal é fundamental. Portanto, da mesma forma que existe o programa Médico de Família, o Governo precisa alavancar o programa Dentista de Família, para que possamos prevenir a cárie dentária. E não é que o programa Dentista de Família não exista. Ele até existe hoje; já existia quando da gestão do Ministro José Serra. Mas existe na seguinte proporção: para cada cinco equipes de Médico de Família, há uma equipe de Dentista de Família. É preciso que haja uma paridade, que a proporção seja de um para um: para cada equipe de Médico de Família, deve haver uma equipe de Dentista de Família.

Portanto, concordo com a proposta do Presidente. E, preliminarmente, solicito do Relator, o Senador Edison Lobão, uma avaliação da diferença entre o seu substitutivo e a proposta da Câmara dos Deputados, porque entendo que esta trata da prevenção e do tratamento, e acredito que essa proposta ampla pode perfeitamente ser acolhida pelo Sistema Único de Saúde. O Congresso brasileiro acabou de aprovar uma mudança na Constituição, vinculando recursos na área da saúde. Os Municípios e os Estados terão que aplicar mais recursos na área da saúde. Portanto, não há motivos, na nossa opinião, para se excluir a questão do tratamento. É importante a prevenção? É, mas é importante também o acesso à saúde bucal, o acesso ao tratamento de saúde.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer essas ponderações. Creio que é importantíssimo ouvir o Ministro Humberto Costa, como também creio que são importantes esses esclarecimentos aqui colocados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, Relator da matéria.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, esse projeto não é de iniciativa do Senado Federal. É uma iniciativa meritória da Câmara dos Deputados. Pelas comissões técnicas da Câmara, ele tra-

mitou, inclusive pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Saúde. Chegou ao Senado e veio a esta Comissão, com uma recomendação do Presidente do Senado para que fosse examinado com este objetivo: primeiro, com rapidez; segundo, com a possibilidade de uma adaptação a uma melhor técnica legislativa no sentido de que se ampliasse no texto legal o atendimento à saúde.

Em verdade, o projeto apenas procura alterar um pouco e adaptar à Lei Orgânica da Saúde, que já trata dessa matéria. Por sua vez, o projeto em toda a sua estrutura se refere à assistência à saúde em geral. Porém, no texto da lei proposta, ele se refere à odontologia. Aí ele especifica. Ele diz, na estrutura geral e na sua justificação, que se trata de assistência à saúde em geral; mas, no artigo da lei, ele especifica: apenas odontológico. O que está fazendo o Relator? Exatamente aquilo a que ele se propôs, que é a assistência em geral. Ou seja, melhora-se a técnica legislativa, apenas isso, tornando, portanto, universal o atendimento à saúde, que é o que todos nós desejamos.

Compreendo as preocupações da Senadora Patrícia Gomes. Não quer S. Ex^a contribuir para a edificação de uma lei utópica; deseja que se faça uma lei realizável, objeto da prática diária, e não apenas uma hipótese, uma quimera. Compreendo perfeitamente. Mas estou certo de que, se essa lei tivesse, depois, na prática, o condão de alterar profundamente o sistema econômico nacional com despesas extraordinárias, o Presidente da República desde logo a vetaria. O Presidente pode vetar a lei integralmente. Então, a Sua Excelência incumbiria esse exame final.

De toda a maneira, entendo que a proposta de V. Ex^a, Sr. Presidente, é uma proposta intermediária e pode perfeitamente ser acolhida, uma vez que o Ministro da Saúde está para vir aqui sem demora, sem retardo. Então, poderemos aguardar e sobrestar realmente a votação final dessa matéria até a presença do Ministro. Mas louvo as preocupações da ilustre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Bom, então, parece-me que há quase que um consenso. Portanto, coloco em votação a proposta de sobrestarmos a matéria, ouvirmos o Ministro da Saúde quanto à questão do piso do SUS, os valores do PAB por região, enfim, as condições operacionais de efetivamente dar consequência de forma prática, preocupação essa levantada pela Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Em votação o sobrestamento da matéria até a audiência pública com o Ministro da Saúde.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 07 da pauta, relatado pelo Senador Teotônio Vilela Filho. Concessão de pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias.

Com a palavra o Senador Teotônio Vilela Filho, Relator da matéria.

Logo após, votaremos o Item 10, do qual é Relator o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, fui alertado pela Assessoria da Comissão de que, tendo caráter terminativo e estando a pauta trancada, esse projeto ficaria...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não está registrado aqui como terminativo. Pergunto à Secretaria da Comissão se o Item 7 da pauta é terminativo. (Pausa)

Não é terminativo. Irá ao Plenário.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, coube-me relatar e conceder parecer sobre uma questão que é, na verdade, um impeditivo de justiça.

De iniciativa do Poder Executivo, veio para esta Comissão esse projeto de lei, que visa a conceder uma pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias.

Na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, é esclarecido que o beneficiário da pensão é filho de Lida Monteiro da Silva, morta – a maioria aqui lembra – no atentado ocorrido em 27 de agosto de 1980, na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no Rio de Janeiro.

O ato concessivo que se pretende aprovar é assim justificado pelos Ministros proponentes:

O fato que vitimou D. Lida faz parte do passado recente do Brasil, o qual não deve voltar a repetir-se, pois hoje o compromisso de toda a Nação é no sentido de fortalecer a democracia presente no cotidiano de cada brasileiro.

No entanto, é necessário não olvidar a existência desse passado e, no caso do Governo, agir com o objetivo de tentar minorar os lamentáveis efeitos de episódios como o ora relatado, que, inegavelmente, constituiu-se em uma mácula na história do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição vem à revisão do Senado Federal, após ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer favorável.

Quanto ao mérito dessa questão, é uma matéria essencialmente política, na qual o Congresso Nacional é chamado a se manifestar e a dar o seu assenti-

mento à iniciativa do Poder Executivo, de forma a expressar a vontade inequívoca do Estado brasileiro no sentido de, por um lado, traduzir a responsabilidade simbólica do Poder Público por atos políticos de grande repercussão ocorridos no passado recente.

Em face do exposto, Sr. Presidente, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 87, de 2002, por considerá-lo justo e relevante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão o relatório do Senador Teotônio Vilela Filho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Senador Teotônio Vilela Filho, concordando com o relatório de V. Ex^a, fico preocupada com uma situação apenas. Até para não prejudicar a matéria, que é importante – e nós mesmos lutamos muito para que se formasse essa Comissão de Direitos Humanos, para que realmente fossem revistos esses casos -, gostaríamos apenas de saber do Senador Relator, para justificar, no caso, uma pensão para um cidadão, quem ele é, qual é a situação, que idade tem, já que na justificativa do Ministro S. Ex^a apenas cita que é filho de D. Lida. S. Ex^a não fala o que ele faz e se é um cidadão carente que, por conta desse atentado à sua mãe, a União tenha que dar pensão. Um atentado cometido naqueles tempos tristes da história do nosso País, com certeza, não deve passar incólume. Gostaria apenas de saber do que e de quem se trata, ou seja, gostaria de obter dados que me ajudem a compreender o projeto, para que não haja nenhum tipo de questionamento, porque todos os outros projetos desse tipo, pelo que sei, relatam quem são os beneficiados e qual é a situação, o que considero fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Senadora Ana Júlia, é muito procedente a sua preocupação. Há todo um procedimento institucional em que essas questões são analisadas por várias comissões do Executivo. Não tenho condições, no momento, de responder, com precisão, se se trata de um procedimento excepcional. Ele, certamente, é menor de idade ou excepcional, mas penso ser pertinente a sua questão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acho difícil ser menor de idade, pelo tempo passado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – É de 1980. Certamente, não. Considero pertinente o que foi exposto pela Senadora Ana Júlia. Peço ao Presidente que voltemos, na próxima reunião, com todas as informações, que realmente são muito importantes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Gostaria de buscar um entendimento. A Senadora Ana Júlia solicita a retirada de pauta da matéria, para obter mais informações.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Posso esclarecer, Senador? De um modo geral, esses processos vêm fartamente documentado de informações sobre os beneficiados. Esse, não; apenas diz que se trata do filho. Para preservar todos e esta Casa, seria interessante pedir mais informações, porque talvez tenha havido alguma falha.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – E se não tiver?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Acho importante ter informações.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Não sou contra a informação. Concordo com a juntada das informações necessárias, embora antecipe uma opinião; tomara, inclusive, que essa pessoa não seja deficiente ou tenha alguma incapacidade. Creio que seja o mesmo espírito com que o Governo fez uma indenização de uma série de famílias com relação a atos de um período, os quais não queremos que prosperem. É bom que se juntem documentos, embora eu não pretenda orientar meu voto com base na informação de que se trata de menor de idade ou de deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Senador Teotônio Vilela Filho, para esclarecimento.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Senadora Ana Júlia, Sr^s e Srs. Senadores, auxilia-me o decreto oriundo da Câmara dos Deputados, que versa sobre indenizações e pensões especiais de responsabilidade da União, uma vez que o beneficiário foi julgado prejudicado na sua vida em função da perda de sua mãe. Trata-se de uma indenização. É esse o caráter da questão que está sendo apresentada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, sendo assim, tendo entendido a situação, retiro meu pedido. Sinto-me esclarecida em relação a isso e voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com os esclarecimentos do Senador Teotônio Vilela Filho e com opiniões externadas pelos demais Senadores, coloco em votação o relatório que aprova a pensão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Item 10: Relator: Senador Eurípedes Camargo. Dispõe sobre a declaração de óbito e realização de estatística de óbito em hospitais públicos e privados.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço uma semana de prazo para concluir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por solicitação do Relator, vamos sobrestar a matéria para a próxima reunião.

A pauta está esgotada. A palavra está facultada às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para alguma observação. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço permissão ao Sr. Presidente e às Sr^{as} e Srs. Senadores para dizer que foram muito oportunas as preocupações quanto à assistência de saúde. Essas preocupações me tornaram médico e político. Estou aqui em nome da saúde, e é muito gratificante observar que essa preocupação não se limita aos profissionais da saúde aqui presentes. Nesta reunião, há três médicos. O cidadão vê essa preocupação com a saúde, que é totalmente importante.

O Ney Suassuna é uma pessoa muito especial. Há poucos dias, S. Ex^a lançou no Brasil um livro de poesias que nos enriquece, do qual li “Amizade” e “Amor”. Hoje, nesta oportunidade, S. Ex^a me mostra “Os Dentes do Brasil”. Quer dizer, isso já era uma preocupação do Ney Suassuna. Esses poetas têm o dom de inspiração. Quem não se lembra dos inspiradores Salmos de Davi? Que os versos do Senador Ney Suassuna, que passo a ler, inspirem o Ministro da Saúde e todos nós.

OS DENTES DO BRASIL

Muitos aos 25 anos já não os têm,
E há outros até que não convém
pois é a dentadura bem mais prática,
não dói e nem precisa lavar bem,
e sem uso, pode-se até guardar

pras ocasiões de gala e gula, em que é preciso usar.

Oitenta ou mais por cento dessa gente brasileira,

mesmo sendo jovem, não possui a dentição,

por não tomarem antes a devida precaução

que tira a dor e evita a extração.

Resta ao indivíduo um vazio sorriso, totalmente impreciso.

Também, pra que os ter, se não há o que comer?

Pra muitos dos banguelas, comida não passa na goela... há dias.

Aqui, até o sorriso a fome inibe.

Pobre Brasil, tão belo e desdentado, são milhões sem dentes, acostumados a mastigar mal, a perder... o que fa-

zer?

Educação não se tem, e odontologia, nem com magia.

Assim, os dentes servem para que, se não dá pra sorrir nem pra comer?

Pobre Brasil, que tem seus dentes permanentes arrancados dos jovens e adultos que desfigurados são sempre mastigados

por uma laja de embromadores e de safados

que tritura tudo e que possui bons dentes;

quando falam, até nos deixam crenças que buscam atos, que procuram soluções...

Na verdade são os ladrões de sempre, de esperanças vãs,

que tudo falam, espalham ilusões nas promessas que sabem nunca cumprir.

Pobre Brasil, tão belo e sem dentes...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Mão Santa. Registro que S. Ex^a inaugurou a prática do discurso **merchandising**, começando com o livro de Ney Suassuna, Senador que realmente é especial. O povo da Paraíba também pensa assim, tanto que o elegeu.

Encerro a reunião, registrando que, na próxima quinta-feira, não haverá reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 20 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 15 DE ABRIL DE 2003, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e oito minutos, do dia quinze de abril de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência dos Senhores Senadores **RAMEZ TEBET** e **ROMERO JUCÁ**, em sessão conjunta, para a realização de Audiência Pública, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores **GARIBALDI ALVES FILHO**, **PEDRO SIMON**, **EFRAIM MORAES**, **ROBERTO SATURNINO**, **MÃO SANTA**, **FERNANDO BEZERRA**, **GERALDO MESQUITA**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **CÉSAR BORGES**, **RODOLPHO TOURINHO**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **TASSO JEREISSATI**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **JOÃO ALBERTO DE SOUZA**, **EDUARDO SUPPLY**, **ALMEIDA LIMA**, **PAULO OCTÁVIO**, **NEY SUASSUNA**, **GILBERTO MESTRINHO**, **SÉRGIO GUERRA**, **MAGNO MALTA**, **AMIR LANDO**, **ÍRIS DE ARAÚJO**, **LÚCIA VÂNIA**, **REGINALDO DUARTE**, **JUNVÊNCIO DA FONSECA**, **EDUARDO AZEREDO**, **PAPALÉO PAES**, **RENILDO SANTANA**, **FLÁVIO ARNS**, **LUIZ OTÁVIO**, **OSMAR DIAS**, **ARTUR VIRGÍLIO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **DELCÍDIO AMARAL**, **SIBÁ MACHADO**, **JOÃO RIBEIRO**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **SÉRGIO CABARAL**, **EDISON LOBÃO** e **AUGUSTO BOTELHO**. A Senadora **ROSEANA SARNEY** justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **MINISTRO ROBERTO RODRIGUES**, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério. O Senhor Ministro faz uso da

palavra para a sua exposição inicial. Participam das interpelações ao Senhor Ministro, os Senhores Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **ROMERO JUCÁ**, **ARTUR VIRGÍLIO**, **ROBERTO SATURNINO**, **GARIBALDI ALVES FILHO**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **OSMAR DIAS**, **ÍRIS DE ARAÚJO** e **EDUARDO SUPPLY**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido, com muita alegria, o Senador Romero Jucá, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para tomar assento à mesa.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária e a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, para ouvirmos a exposição de S. Exª o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Roberto Rodrigues, com a finalidade de discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério, em atendimento aos Requerimentos nº 5 da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Romero Jucá e da Senadora Ana Júlia Carepa e nº 5 da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sua Excelência, o Ministro Roberto Rodrigues, já se encontra presente, sentado ao nosso lado e a nossa direita.

Assim, dando continuidade aos nossos trabalhos e à praxe dessas reuniões conjuntas, a Mesa concederá a palavra a S. Exª, o Sr. Ministro, que terá 30 minutos para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos.

A inscrição encontra-se aberta.

Antes, porém, de lhe conceder a palavra, Sr. Ministro, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais damos boas-vindas a V. Exª. Parabenizamos V. Exª pelo entusiasmo com que vem conduzindo sua pasta e desejamos pleno sucesso no seu trabalho, pessoalmente mesmo. Tenho plena convicção de que V. Exª à frente desse Ministério, com o conhecimento que tem da agricultura, da pecuária, dos assuntos referentes ao campo, vai dar uma grande contribuição a este País. Assim como V. Exª, estamos convencidos de que por

meio da agricultura e da pecuária e dos homens do campo, teremos oportunidade de melhorar a vida dos brasileiros.

Concedo a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República; Sr^{as} e Srs Senadores, é com muita honra e muita alegria que participo de um momento como este, em que podemos colocar à apreciação de V. Ex^{as} todos os programas, projetos e idéias que estão norteando as ações do Ministério da Agricultura, tendo em vista o desenvolvimento deste setor tão importante da economia brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei mostrar, nesses 30 minutos, um conjunto de idéias da seguinte direção: primeiro, a importância do setor do agronegócio para a economia brasileira. Em razão disso, quais são as potencialidades que temos por alcançar nesse setor, e o que deve ser feito para alcançá-las, dentro do período de tempo que a história nos reserva, para avançar sobre a economia mundial.

O agronegócio brasileiro, hoje, é o setor mais importante, social e economicamente falando, da economia brasileira. O agronegócio representa 27% do PIB nacional, é responsável pela geração de 37% do total dos empregos do País e por 41% do total das nossas exportações. É importante conceituar agronegócio. É um conceito que foi desenvolvido em Harvard, nos anos 50, por um conjunto de pesquisadores americanos, liderados por um grande economista rural, e que compreende as atividades que vão desde a pesquisa agrícola, a geração de variedades novas, a geração de formas de cultivo, até a gôndola do supermercado, passando, portanto, pela produção e suprimento de insumos agrícolas, fertilizantes, sementes, máquinas, defensivos agrícolas, corretivos de solo, etc; passando também pela produção propriamente dita, depois indo para o transporte da produção colhida, armazenagem, industrialização, embalagem e distribuição. Esse é o chamado agronegócio, conhecido como **agrobusiness** num conceito internacional. Vale, portanto, 27% do PIB, é um quarto do PIB, um terço dos empregos e quase a metade das importações, com uma característica, qual seja, é o único setor importante da agricultura nacional que tem um saldo comercial positivo, como veremos a seguir.

A segunda tabela, que demonstra a importância deste setor, é da maior relevância. Este quadro mostra, na linha verde mais escura, na segunda linha de baixo para cima, a área cultivada no Brasil, de 1990 a

2003. Em 13 anos, a área cultivada no Brasil cresceu 12%. Esse é o dado da maior relevância. Menos de 1% ao ano cresceu a área cultivada no Brasil.

No entanto, a linha vermelha é a que mostra o volume físico da produção agrícola brasileira em tonelagem. No mesmo período, o volume físico cresceu 93%; enquanto a área plantada cresceu 12%, o volume físico da produção cresceu 93%. Antes, nenhum setor da economia brasileira, e poucas vezes na história do mundo, foi capaz de incorporar tanta tecnologia e aumentar a produtividade, inclusive enfrentando diversos momentos complexos e antagônicos a esse crescimento, como veremos a seguir.

Isso se deveu ao aumento da produtividade agrícola, ou seja, à produção por área na ordem de 74% no mesmo período. O crescimento da área plantada foi de 12%, o da produtividade foi de 74% e o da produção, 93%. É um dado espetacular.

Aquela linha inferior, a da área preservada, linha verde mais clara, mostra que, mantida a produtividade de que havia em 1990, precisaríamos de 27 milhões de hectares a mais para atingir o mesmo número da produção que obtivemos sem ter aumentado a área plantada neste volume.

Então, é um dado extraordinariamente importante.

Eu chamo a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para um número neste quadro, que é muito relevante e que é o seguinte: em 1994, a produção foi de 81 milhões de toneladas e depois, em 2000, 82 milhões de toneladas. Então, podemos observar que, de 1994, ano do Plano Real, até 2000, o crescimento físico da produção foi praticamente inexistente, ou seja, foi um crescimento muito pequeno.

O que ocorreu em 2000? Por que o saldo de 2000 a 2003 foi quase 30%, tendo um aumento da produção de quase 30% ao ano nesse período? Porque houve uma série de ações importantes em decorrência de políticas públicas do Governo Federal, começando com o reajuste cambial em janeiro de 1999. Em 1999, houve o célebre “caminhãoço”, ocasião em que muitos dos senhores se aliaram à classe rural brasileira. Desse “caminhãoço” resultou a securitização da dívida dos produtores rurais, o Pesa, o Recoop, para as cooperativas, e um crédito rural definido com juros prefixados. Mais ainda, o Programa Modernização, por meio do programa de financiamento de máquinas agrícolas, permitiu aos agricultores renovarem o seu parque motomecanizado, nos últimos anos.

Esses pequenos empurrões, que custaram pouquíssimo aos cofres públicos brasileiros, permitiram a explosão de crescimento da agricultura brasileira, em função desses fatos que representaram, na verdade, ganhos financeiros aos reprodutores. O ajuste cambial e os preços favoráveis do mercado internacional foram dois fatores que permitiram ganhos, os quais, aliados a créditos com taxas prefixadas e ao Modernfrota, deram um salto gigantesco de produção, demonstrando que a agricultura, o agronegócio, com poucos empurrões e com poucas ações consistentes de políticas públicas, é capaz de conseguir aumento de produção próximo de 10% ao ano, ampliando a fronteira agrícola, gerando empregos, riqueza, renda e, sobretudo, excedentes exportáveis que permitem ao Brasil reduzir a sua dependência de capital externo.

Este gráfico é da maior relevância para a nossa história moderna.

Em seguida, veremos outro dado altamente interessante para todos nós. Aqueles quadros do lado direito mostram dados ligados à exportação e à importação do agronegócio brasileiro, comparando-se 1998 e 2002.

Em 1998, tivemos um saldo comercial, na última coluna, a coluna verde. Ou seja, a diferença entre o que o agronegócio exportou e importou foi, em 1998, de US\$13 bilhões, enquanto que no ano passado foi de US\$20 bilhões. Um crescimento espetacular também nas exportações. E foi esse saldo comercial do agronegócio que terminou salvando a balança comercial brasileira nos últimos dois ou três anos, permitindo que tivéssemos um superávit **vis-à-vis** do déficit nos anos anteriores.

É importante, também, que frisemos que, para este ano, que, como vimos no gráfico anterior, teremos um recorde absoluto na história moderna brasileira, com uma safra de 112 milhões de toneladas, deveremos chegar, ao fim deste ano, se tudo correr bem e se não houver nenhuma complicação comercial por causa da Guerra do Iraque e suas consequências, com um saldo do agronegócio da ordem de US\$22 bilhões, um crescimento, em dólares, de 10% em relação ao ano passado, números que mostram o espetáculo que tem sido o agronegócio brasileiro.

Um último número que vale a pena referir. Neste ano, estamos produzindo uma política de "safrinha". A "safrinha" é a safra cultivada a partir de fevereiro, no País, basicamente para o milho. Em função de uma escassez de milho observada na safra do ano passado, na colheita deste ano, fizemos um programa para a "safrinha" tão interessante, e a classe rural reagiu com tanto vigor, que devemos colher este ano uma

"safrinha" de milho da ordem de 10 milhões de toneladas. Hoje, temos segurança de que 9 milhões de toneladas serão colhidas. Dependendo do nosso ministro-chefe, que é São Pedro, poderemos chegar a 10 ou 11 milhões de toneladas na "safrinha" de milho, o que é um recorde absoluto. A maior safra de milho anterior foi de 6,9 milhões de toneladas, em 1999. Então, temos uma chance de produzir uma grande safra de milho.

E ainda na safra deste ano, de inverno, deveremos produzir uma safra de trigo de 4,5 milhões de toneladas, **vis-à-vis** de uma safra de trigo do ano passado de 2,9 milhões de toneladas. Ou seja, o trigo terá um crescimento de produção da ordem de 50% este ano em relação ao ano passado.

Um dado interessante, para que tenhamos uma visão disso. Estamos produzindo, este ano, 14 milhões de toneladas de grãos, mais do que no ano passado. E a "safrinha" de inverno e a "safrinha" de milho de março deste ano, trigo, milho mais sorgo e aveia, deverão chegar à produção total de 15 milhões de toneladas ou um pouco mais do que isso. Ora, se pusessemos a diferença da safra do ano passado ou a "safrinha" de inverno sobre caminhões e colocássemos um caminhão atrás do outro, isso daria uma fila de 6.200km de caminhões carregados de grãos ou um espaço que viria do Acre ao Espírito Santo lotado de caminhões de fora a fora. Isso dá uma idéia da expressão da safra agrícola brasileira.

Ora, se a agricultura brasileira vem apresentando esses crescimentos espetaculares, o agronegócio vem apresentando ganhos espetaculares de resultados em produção, e se a balança comercial tem sido, sistematicamente, crescente em favor do agronegócio brasileiro, o que isso significa? Que estamos tomando mercado de alguém; alguém está perdendo mercado para o Brasil. E, em geral, são os países desenvolvidos, que subsidiam fartamente seus produtores rurais, que estão perdendo mercado para o Brasil, porque ele é altamente competitivo no seu agronegócio. E é claro que esses países não estão satisfeitos com essa perda de mercado e que estão reagindo em relação a isso, por meio de ações permanentes nas negociações multilaterais, da OMC, da Alca ou mesmo nas negociações multilaterais representadas pela relação União Européia/Mercosul. Sempre colocando barreiras cada vez mais fortes de caráter "não-tarifário" – barreiras sanitárias, barreiras ambientais, barreiras sociais –, de forma crescente, para que isso iniba o avanço do agronegócio brasileiro sobre mercados, tirando mercados dos países que são concorrentes nossos.

Então, esse talvez seja o ponto relevante a considerar agora, levando-nos a um conjunto de desafios do agronegócio e do Governo, inclusive em relação ao que tem que ser tratado, para avançarmos sem perder esse pique de crescimento que temos, interna e externamente, avançando sobre mercados, no mundo todo.

Há um conjunto de desafios, hoje, que nos perturba: o Programa Fome Zero, que exigirá três milhões de hectares a mais de produção de alimentos; o aumento do consumo interno de alimentos, que está aliado à questão do Programa Fome Zero; o aumento da demanda externa de alimentos, também crescente; a idéia de proteção da cultura familiar, especialmente por meio de cooperativas, produzindo mais renda para o setor; a geração de novos empregos no campo; a questão ambiental com a sustentabilidade do processo produtivo. E isso tem que ser feito por meio do uso de tecnologias modernas adequadas ao que consumidores do mundo inteiro estão a exigir.

Então, esse conjunto de desafios acaba determinando, de certa forma, as ações que o Ministério da Agricultura está promovendo hoje. Essas ações serão desenvolvidas em três grandes blocos. Chamamos de três blocos, apenas para ter didática na explicação das ações que o Ministério pretende desenvolver. Na verdade, essas ações acabam se tocando, se transversalizando de uma forma ou de outra. O primeiro bloco de ações tem a ver com políticas públicas; o segundo, com organização das cadeias produtiva; e o terceiro, com negociações internacionais.

Políticas públicas – o primeiro bloco de ações.

É a ação do Ministério da Agricultura, somada aos demais órgãos do Governo brasileiro na direção das reformas principais perseguidas pelo País, em busca da melhoria da nossa competitividade. As ações estão centralizadas em questões macroeconômicas que afetam diretamente a produção rural, como afetam outros setores da economia. Então, a reforma tributária, a previdenciária, etc, são assuntos para os quais o Ministério da Agricultura está plenamente voltado.

Independentemente dessas questões macroeconômicas para a agricultura de agronegócio, existem também algumas políticas públicas específicas e setoriais. Entre elas, há três ou quatro de destaque relevante. A primeira é a do seguro rural. O Brasil é o único País agrícola importante do mundo que ainda não tem o seguro rural. Existe aqui, no Congresso brasileiro, um projeto de lei em discussão que coloca as vertentes básicas em relação a uma política de seguros rurais para o Brasil. Ela define as linhas bási-

cas, mas o que vai tratar do seguro rural efetivo será a regulamentação dessa legislação.

Estamos muito expectantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que esse projeto de lei possa ser aprovado rapidamente no Congresso brasileiro. Inclusive, estamos discutindo isso com a Casa Civil, tentando agilizá-lo para essa discussão, para que possamos ter o seguro rural regulamentado rapidamente no Brasil e dar um instrumento que será fundamental para a definição de novos papéis de comercialização da agricultura que aliviem a pressão sobre o crédito rural, como tem sido a CPR, já produzida pelo Banco do Brasil.

Por essa razão, embora não tenhamos ainda a lei aprovada, estamos confiantes no trabalho do Parlamento. Ontem mesmo reuni, em São Paulo, a Fenassec, a Febraban, a Susep, o IRB, algumas organizações de resseguros internacionais, alguns seguros estaduais do Rio Grande do Sul e de São Paulo que já existem, alguns organismos de seguro agrícola ligados à Previdência, representando o Ministério da Fazenda, e do MDA, para iniciarmos um grupo de trabalho que já estará em atividade para a regulamentação do processo. De tal maneira que, quando a lei for aprovada, estaremos já trabalhando na regulamentação dessa lei. Porém, não será possível haver o seguro rural para todos os setores do Brasil, um País com grande extensão territorial e variabilidade de produtores rurais. Então, a idéia é avançar de maneira parcial, por produtor e por região do País, já a partir deste ano.

O seguro rural é a prioridade zero do Ministério da Agricultura e deste Governo. Temos também uma preocupação candente quanto à agricultura familiar para o pequeno produtor brasileiro. Hoje, no mundo todo, o pequeno produtor só sobrevive em função de fartos subsídios concedidos pelos governos dos seus países.

Então, estamos propondo um programa de renda mínima para o pequeno produtor rural brasileiro. E esse estudo, Senador Eduardo Suplicy, vem sendo tratado em conjunto com algumas organizações internacionais ligadas à agricultura, como o IICA e a FAO, que nos estarão apoiando num programa para renda mínima para o pequeno produtor rural brasileiro, com ênfase para sua organização em cooperativas, de tal forma que, por meio do movimento cooperativista, tenhamos acesso a um programa que sustente a atividade produtiva do pequeno produtor rural brasileiro. Há, por trás disso, um conceito de diferenças entre país desenvolvido e não desenvolvido. Segundo este conceito, a diferença está no grau de organização da sua sociedade. Sendo a cooperativa o braço econô-

mico da organização da sociedade, esperamos avançar nessa direção rapidamente.

Ainda com relação a políticas públicas, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um programa que foi lançado ontem à noite, em Ribeirão Preto – vim de lá hoje de manhã –, ligado a biocombustíveis. Todos sabemos da questão da falibilidade das reservas de petróleo em algum período no mundo, e é forçoso buscar alternativas de combustíveis, se possível renováveis. Estamos trabalhando com isso. Todos conhecem o plano Pro-álcool, o maior programa de energia renovável que jamais foi produzido no mundo inteiro.

O mundo inteiro tem de alguma forma inveja do Pro-álcool que o Brasil gerou nos anos 70, mas agora estamos avançando sobre o biodiesel, uma nova hipótese de biocombustível que é muito mais importante ainda que o Pro-álcool.

No entanto, vale a pena listar dois ou três elementos em relação a essas questões que são relevantes. Fui procurado recentemente, Senador Romero Jucá, pelo Embaixador da Suíça no Brasil. A Suíça, que é um pequeno país com 7 milhões de habitantes apenas, para atender ao Protocolo de Kyoto, pretende misturar 20% de álcool à gasolina lá consumida. Isso significa uma demanda anual de 500 milhões de litros de álcool, que não é nada espetacular, porque o Brasil produz 12 bilhões de litros de álcool por ano. Mas produzimos 12 bilhões de litros de álcool em cerca de 3 milhões de hectares cultivados com cana-de-açúcar. Se o Japão misturasse 20% de álcool na sua gasolina, daria uma demanda de mais 10 bilhões de litros de álcool, quase o que produzimos. A Califórnia, outros 10 bilhões. A Suíça, 500 milhões. Mas se os demais países da União Européia fizessem o mesmo projeto, mais 10 bilhões de litros de álcool. Ou seja, podemos precisar incorporar à nossa atividade produtiva mais 5, 6, 7, quiçá 10 milhões de hectares de cana-de-açúcar, para que atendamos à demanda que todo o mundo tem em torno de um combustível mais limpo e menos poluente.

O biodiesel é mais espetacular ainda. Hoje, já existem ônibus funcionando em cidades européias, na Holanda, na Suécia, na Dinamarca, e experiências exitosas já no Brasil com algumas frotas de ônibus urbanos, mostrando que até 5% do óleo vegetal misturado ao óleo diesel não afeta em nada o funcionamento dos motores do ciclo diesel, e isso demandaria, na hipótese de se misturar 5% de óleo vegetal, pelo menos 10 milhões de hectares de soja a mais.

Ora, qual é o país do mundo que tem o potencial para isso? O Brasil cultiva hoje 56 bilhões de hectares agricultados e tem pelo menos mais 90 milhões de

hectares a serem cultivados, sobretudo no Centro-Oeste brasileiro, sem atingir uma única árvore da Amazônia.

E há mais um dado: o Brasil tem hoje 225 milhões de hectares cultivados como pastagens. Pesquisas recentes demonstram que técnicas modernas utilizadas em adubação de pastagens permitirão, nos próximos 10 anos, a redução da área de pastagem em pelo menos 15%, sem que isso reduza – ao contrário, aumente – a população bovina brasileira das pastagens, liberando pastagens no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, em Goiás, em São Paulo, no Paraná, no Tocantins, Estados em que a infra-estrutura para agricultura é mais consistente, gerando pelo menos, nos próximos 10 anos, mais 30 milhões de hectares de pastagens para serem ocupados pela agricultura brasileira.

O horizonte que existe para a agricultura brasileira é espetacular. O biodiesel, o seguro rural e a renda mínima são instrumentos centrais de políticas públicas específicas do Ministério. Há outras, ligadas à fruticultura, que têm menor relevo neste momento. O Brasil hoje exporta pouco mais de US\$200 milhões em frutas. O Chile exporta US\$1,6 bilhão em frutas. Só o Vale São Francisco dá para fazer três Chiles seguramente, desde que haja uma política e um programa adequados para a fruticultura brasileira.

Isso aqui somente para mostrar ligeiramente. – e fui instruído pelo Presidente que a idéia é falar pouco, para deixar mais tempo para os debates – o que, em políticas públicas, podemos produzir no Brasil, aumentando a produção agrícola e aumentando o acesso aos mercados do nosso agronegócio.

O segundo bloco de ações está ligado à organização da cadeia produtiva. De novo, é o conceito de **agrobusiness**, de agronegócio e de cadeia produtiva. Para isso, demos o **start** de maneira bastante consistente, por meio da criação do Consagro – Conselho Nacional do Agronegócio, já composto desde fevereiro, no Ministério da Agricultura, de forma paritária: metade dos participantes do Conselho são representantes do setor privado, e a outra metade, do setor público; inclusive, a Comissão da Agricultura da Câmara Federal está lá representada, dentro de uma orientação do Presidente da República de que é preciso governar com a sociedade e não para a sociedade. A idéia é que esse conselho, que tem caráter meramente consultivo, termine produzindo, no embate das questões entre o público e privado, as idéias de políticas públicas no longo prazo. Enquanto estivermos discutindo as questões de curto prazo, os incêndios que têm que ser apagados rapidamente por crises

que vão surgindo ao longo do caminho, o grande projeto, o grande negócio brasileiro será definido de maneira doutrinária pelo Consagro, somando o público e o privado. E, no privado, estão trabalhadores, consumidores, produtores rurais, agroindústria, setores da produção rural: cooperativas, sindicatos, todos estão representados para que toda a sociedade tenha voz ativa no Consagro.

Porém, o instrumento eficiente de funcionamento do Consagro, na verdade, serão as câmaras setoriais. Serão criadas tantas câmaras setoriais, quantas sejam necessárias. Cada uma delas representando uma cadeia produtiva.

Vou dar um exemplo importante a esse respeito. Criamos, na semana passada, na última reunião do Consagro, realizado na BM&F, em São Paulo, quatro câmaras setoriais: uma de açúcar e álcool; uma de carnes; uma de milho, de sorgo, de suínos e frangos; e outra de produtos de inverno.

A pergunta que pode surgir é: Por que uma câmara setorial da cadeia produtiva de milho, de sorgo, de suínos e de frangos?

Muito singela é a explicação. Há dois ou três anos atrás, o milho foi pago no Brasil na faixa de R\$7 por saca, para um custo de produção superior a isto, nas principais regiões do País. Este fato produziu uma ação de sinais trocados no Brasil: de um lado, o produtor de milho foi desestimulado, foi instado a sair da produção e buscar outros produtos, como soja, algodão; e o milho tão barato produziu uma brutal procura pela criação de frangos e suínos, porque ficou barata a produção de frangos e suínos nessa condição.

Então, o sinal trocado não poderia dar outro resultado do que deu esse ano: falta de milho e sobra de frangos e suínos. Com uma crise no setor de carnes de frangos e suínos, porque não há milho suficiente no Brasil para abastecer as granjas que temos hoje.

Então, essa é uma questão óbvia: se os setores privados da cadeia produtiva, suínos, frangos, rações, milho e sorgo se organizarem, sinalizando bandas de preços que permitam ao produtor de milho, rentabilidade, e ao produtor de suínos e frangos, custos compatíveis com o mercado internacional, está garantida a sustentabilidade da cadeia e o crescimento, portanto, de todos os elos da cadeia produtiva. Daí porque essa câmara tem importância nesse momento.

Assim como a câmara do setor sucroalcooleiro. Todos sabemos, fomos testemunhas no comecinho desse Governo, que fomos procurados pelos produtores de açúcar e de álcool, mostrando que em razão

de um crescimento exponencial do consumo de álcool nos últimos meses do ano passado, havia o risco eminente de faltar álcool combustível já em abril deste ano. Isso nos levou a uma ação que foi centrada em três ou quatro pontos. Primeiro, reduzimos a mistura de 25% do álcool para 20%, até junho; segundo, fizemos um acordo com o setor, para que aumentasse a produção, este ano, em um bilhão e meio de litros de álcool, o que implica na redução da produção de açúcar em 2 milhões de toneladas; e, terceiro, exportaremos dois milhões de toneladas a menos de açúcar esse ano e também uma firmeza do setor em não vender álcool, na usina, acima de R\$1 por litro, além de antecipação da safra. A safra que normalmente ocorre em maio, no centro sul, foi iniciada em março em alguns Estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná; e, em abril, em São Paulo, Minas Gerais. De modo que hoje, ainda 15 de abril, já temos absoluta confiança de que não faltará álcool, e o setor está solicitando a revisão do acordo, tendo em vista o aumento da mistura, porque estamos tranquilos quanto ao abastecimento deste ano.

Ora, não podemos ficar realizando ações ciclotímicas em função da existência ou não do álcool disponível. Então, é preciso haver uma política de longo prazo para a produção de açúcar e de álcool, que é o que faremos na câmara setorial; e, de novo, ouvindo os trabalhadores rurais, da indústria de alimentos, da indústria açucareira, misturadores, distribuidores, todos os interessados no processo, para que tenhamos uma política de longo prazo, do qual a própria indústria automobilística participe.

Esse é o segundo bloco de ações, ligado à questão de organização das cadeias produtivas, via câmaras setoriais por cadeia produtiva.

O terceiro e último bloco de ações – os senhores o conhecem perfeitamente bem – é aquele que diz respeito às negociações internacionais. Nesse caso, são quatro os principais cenários nos quais temos que nos mergulhar: o primeiro é a OMC – Organização Mundial do Comércio; o segundo, a Alca; o terceiro, as relações entre União Européia e Mercosul; e o quarto, as relações bilaterais que o Brasil deve desenvolver com países como China, Rússia, Índia, África do Sul, Estados Unidos. Enfim, é preciso buscar parceiros que tenham expressão de consumo capaz de produzir interesse ao nosso agronegócio, à nossa economia de maneira geral.

Sobre a OMC, todos observaram que, depois da Rodada de Doha, estabeleceu-se uma agenda de discussões que teria uma próxima rodada em setembro

próximo, em Cancun, para se discutir avanços sobre as negociações de todos os segmentos da economia.

Infelizmente, a reunião prévia a Cancun e que definiria as modalidades de negociações para o agronegócio terminou no último dia 31 de março. Lamentavelmente, depois da reunião que fizemos em Tóquio, há pouco mais de um mês, miniministerial, a União Européia, o Japão e a Coréia vetaram o papel produzido pelo gerente do complexo de agronegócio da OMC, um diplomata de Hong-Kong, chamado Stuart Harbinson. Ele produzia uma intenção intermediária de ações comerciais entre o protecionismo e o liberalismo, invocado pelo Grupo de Cairns, do qual o Brasil faz parte, e teve o documento rechaçado pela União Européia, Japão e Coréia, não permitindo que houvesse acordo sobre modalidades, o que coloca em risco severo a negociação da OMC, em setembro próximo, em Cancun. Particularmente, o Grupo de Cairns está firmemente disposto, assim como outros países asiáticos e europeus, a só negociar dentro do contexto de **single under taking**, ou seja, ou se negocia tudo, ou não se negocia nada. E o tudo é a agricultura como cabeça de ponte; ou se negocia a agricultura, ou não há negociação.

As nuvens colocadas sobre Cancun são plúmbeas, não são risonhas para negociação. No entanto, quero tomar a liberdade, Sr. Presidente, de abordar um tema que é absolutamente polêmico e inovador e que tem a ver com uma resultante da Guerra do Iraque. A Guerra do Iraque produziu – não vou dizer uma divisão na União Européia – uma diferença de comportamento. Países liderados pela França e Alemanha colocaram-se contra a guerra, e países liderados por Inglaterra, Espanha, Portugal e Itália se colocaram favoravelmente à Guerra do Iraque.

Essa colocação antagônica de grupos de países na Europa seguramente demandará uma ação pós-guerra de reordenamento da União Européia, até porque, a partir do ano que vem, a União Européia será agregada a novos países do leste europeu e da Europa central. É por essa razão que o comissário europeu para agricultura Franz Fischer está negociando com os países da União Européia uma mudança da PAC – Política Agrícola Comunitária –, tendo em vista manter os subsídios, mas redefinindo-os, ou seja, em vez dos subsídios gerarem mais produção, gerariam mais proteção ambiental, mais segurança do que produção. Por quê? Porque está preocupado com a entrada de novos países do leste europeu na União Européia.

Então, o tema que trago a debate, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, é o seguinte: é possível que

esse reordenamento no interior da União Européia se dê de alguma forma antagonizando os Estados Unidos. Pode ser o **"It's wish thinking"**, pode ser desejo, sonho, apenas, do agricultor brasileiro, mas talvez isso se traduza numa ação que flexibilize a negociação agrícola da União Européia com o Mercosul para que isso dificulte a negociação agrícola na Alca, que é de interesse americano.

É evidente que é uma idéia estrategicamente complexa, porém é possível trabalhar nesse mecanismo. E isso terminaria, de uma forma ou de outra, flexibilizando também a negociação na OMC, na medida em que a União Européia é o conjunto de países mais, digamos assim, adversários de uma abertura comercial na OMC. Também é absolutamente fundamental termos claro que não adianta nada haver boa política pública no Brasil, uma bela organização privada que garanta um cooperativismo eficiente e competitivo e um bom funcionamento da cadeia de negócios se as regras de comércio exterior mantiverem o briedão colocado sobre esse selvagem cavalo agrícola brasileiro, que tem tudo para galopar sobre as fronteiras de todos os países e ganhar mercados com vigor e com excelência.

Então, essas são as questões fundamentais que pretendemos discutir, ao longo dos próximos meses, no Ministério da Agricultura, com três grupos de ações específicas: políticas públicas, organização privada e negociação internacional.

Termino esta exposição, apenas tocando de leve nas questões centrais do nosso agronegócio, para que tenhamos mais tempo para o debate, com uma última observação, Sr. Presidente, numa reunião recente do Ministério, o Senador Aloizio Mercadante produziu uma frase da maior relevância para todos nós: "Que estamos buscando em conjunto programas e projetos estrategicamente estruturantes de ações governamentais, de ações públicas, de ações parlamentares de interesse nacional."

Ora, nada pode ser mais estruturante para a economia brasileira do que o agronegócio brasileiro. Hoje, estamos observando, por exemplo, uma safra de 50 milhões de toneladas de soja, a qual nos levará, pela primeira vez na história, a exportar mais do que os Estados Unidos – exportaremos US\$7,5 do complexo soja, e os americanos não chegarão aos US\$7 bilhões –, o que está produzindo um brutal congestionamento no porto de Paranaguá e em outros portos nacionais.

É evidente que o crescimento da agricultura brasileira e das nossas exportações implicarão uma vulgosa ação em logística e infra-estrutura de transpor-

tes, de portos, de armazenagem, e criação de portos alfandegados, no interior do País, para facilitar esse fluxo de comércio. Enfim, toda essa logística que se observa com a saída, pelo Maranhão, por Tubarão, por Pernambuco, pelo Amazonas e por outros Estados, tem que ser vigorosamente implementada, ou seja, a agricultura, como preestruturante, exigirá ações de Ministérios outros que não o da Agricultura, em busca da nossa melhor competitividade. Também exigirá ações firmes na área de Ciência e Tecnologia.

Estamos discutindo a polêmica questão da transgenia, que é infinitesimal quando comparada com o universo extraordinário da biotecnologia, aplicada à agricultura e a outros setores da economia como um todo, que exige, portanto, da Ciência e da Tecnologia, avanços expressivos.

Precisaremos incorporar, na medida em que a agricultura cresça e se torne mais competitiva, instrumentos e mecanismos de energia e comunicação também vigorosos. Precisaremos de uma nova visão nas relações de trabalho que existem no campo brasileiro, especialmente numa fortíssima ação do movimento cooperativista e sindical. Precisaremos trabalhar vigorosamente com ações ligadas à área ambiental para garantir sustentabilidade, que, hoje, é um elemento fundamental para o acesso a mercados de produtos agrícolas do mundo inteiro.

Na verdade, o agronegócio priorizado, dentro daquilo que observamos no começo, é o setor mais importante no PIB, nos empregos gerados e na exportação da balança comercial. Se implementarmos um pouco mais a agricultura, neste horizonte imenso de fronteira agrícola a ser conquistada no Brasil, ninguém segura o nosso País. E outros setores da economia serão forçosamente compelidos a investir nessa área.

Aliás, para terminar – desculpe-me o entusiasmo, Sr. Presidente –, sou produtor rural em São Paulo e, também, no sul do Maranhão. Estou cada vez mais impactado com a fremente vinda de agricultores e elementos do agronegócio de todos os países desenvolvidos querendo investir no Brasil. Porque é absolutamente fatal: a “Copa do Mundo” da comida vai ser jogada, no “Maracanã” do Centro-Oeste brasileiro, e ninguém vai ganhar de nós essa partida final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Louvo o entusiasmo de V. Ex^a

Como de praxe, primeiramente, com a palavra o Senador Romero Jucá, e, depois, o Senador Arthur Virgílio, tendo em vista serem S. Ex^{as} autores dos re-

querimentos que deram origem a honrosa presença, e muito gratificante para nós, de V. Ex^a.

Quero homenagear os autores do requerimento na pessoa da Senadora Ana Júlia.

Esta Presidência pede ao Senador Romero Jucá que ceda a sua inscrição à nobre Senadora Ana Júlia, que falará, em primeiro lugar, como uma das autoras do requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Com todo o prazer, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Muito obrigada.

Sr. Ministro, Roberto Rodrigues; Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Ministro, V. Ex^a traz, aqui, uma série de propostas, inclusive com resultados, na área da agricultura, que nos deixam, com certeza, mais esperançosos ainda. No entanto, também temos muitos desafios pela frente, sem dúvida nenhuma.

Sinto-me realmente satisfeita ao anunciar que o objetivo principal do meu requerimento é no sentido exatamente de expor o programa do Ministério, suas perspectivas e ações.

Eu gostaria de perguntar sobre a preocupação de V. Ex^a com essa situação do fechamento do comércio internacional, das barreiras aos nossos produtos, que foi abordada várias vezes – inclusive, segundo nos informa a mídia, na próxima semana, V. Ex^a estará viajando para os Estados Unidos.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – Exatamente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sabemos da eficiência do setor, que as safras vêm crescendo consideravelmente; que o saldo da balança é positivo, ocasionando um superávit; que há uma melhoria nos preços dos produtos; que houve uma melhora na produtividade entre a área e a produção agrícola – aliás, uma melhora, como V. Ex^a teve a oportunidade de dizer, talvez não conhecida no âmbito mundial. Portanto, com tudo isso, ou seja, com a receita da exportação da soja 71% maior; a da carne também; a do papel; a da celulose, 72% acima da registrada neste mesmo mês no ano passado, além de outros produtos, como café, couro, pele, calçados, algodão, fibras vegetais, a elevação dessa receita resultou principalmente no aumento do volume exportado. Mas considerando esses interesses – às vezes, acho interessante esses conflitos do mundo neoliberal – que afetam não só a entrada dos nossos produtos em mercados como o dos Estados Unidos, União

...no Japão, condições são mais amplas, porque os governos americano e europeu também dão grandes subsídios às suas exportações.

Pergunto como o nosso Governo pretende lutar contra essas barreiras. Ficaremos apenas contestando ou vamos aprofundar isso? Vamos ter uma política externa mais dura em relação, inclusive, à própria OMC?

É possível – há um setor também importante, o de serviços – limitar essa oferta brasileira para a abertura dos setores de serviços, como já é aberto inclusive na maioria do mundo?

Indago também sobre a safrinha do milho. Há condições de isso ser ampliado, inclusive para outros setores da agricultura, outros produtos agrícolas, não só o milho?

Uma coisa que interessa particularmente à minha Região, não é um papel apenas do Ministério da Agricultura, mas foi colocado, inclusive, como um dos desafios – até fiz questão de anotar –: geração de renda, agricultura familiar e cooperativas. Temos, no nosso Estado, a maior concentração de assentamentos, sendo que 80% deles não têm água, luz, acesso a estradas. Não é competência do seu Ministério, mas como está sendo realizado um trabalho em conjunto com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, para exatamente transformar esses cidadãos que foram favelizados nos assentamentos –, não foi feita uma reforma agrária, foi feita uma favelização agrária –, como transformá-los em produtores rurais, agregando, inclusive, tecnologia, assistência técnica, condições creditícias, principalmente para esses que estão mais distantes dessa realidade, mas que têm uma influência imensa na geração de emprego e na distribuição de renda, inclusive no cumprimento de um princípio constitucional, o da diminuição das imensas diferenças regionais que existem no nosso tão grande e diferente País?

Para concluir, eu queria que o senhor me respondesse exatamente como isso está sendo feito. Inclusive, vou dar uma informação do Consea, que é o Conselho de Segurança Alimentar, que houve uma alteração na própria distribuição, na própria concepção de como se distribui o Plano Safra, envolvendo o Conselho de Segurança Alimentar, que é mais um desafio, o Fome Zero, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente para incluir todos. Imaginem incluir pequenos e microprodutores, agricultores familiares, todos eles, na nossa produção agrícola. Vamos transformar esse País numa potência que causa espanto, que causa medo.

Fico feliz em saber dessa aproximação da União Européia com o Mercosul, porque, particularmente, acredito que a Alca não nos traz benefícios, porque os Estados Unidos são tão nacionalistas que gostariam que o mundo inteiro fosse Estados Unidos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Senadora, pelas questões abordadas; tentarei respondê-las no período de tempo que me cabe.

Em primeiro lugar, a primeira questão: como o Brasil vai agir junto à OMC nas negociações.

São várias as questões aqui a serem observadas. Existem três grupos de preocupações na OMC em relação à agricultura, que são: acesso ao mercado, política de apoio interno e estímulo às exportações. Cada um desses grupos exige ações diferentes do Governo brasileiro. A nossa posição tem sido mais forte na direção de trabalhar com vigor na redução dos estímulos às exportações que os países ricos dão aos seus produtores, porque esse é um fator que retira a nossa competitividade.

Além disso, estamos discutindo outra possibilidade, que eu, pessoalmente, defendo há muito tempo. Por que há protecionismo agrícola nos países desenvolvidos? Temos de entender as razões que levam às decisões nos países desenvolvidos. Várias razões levam a esse tipo de ação. Nos Estados Unidos, por exemplo, há sempre uma ação política muito forte por trás disso, até eleições. Por exemplo, a **farm bill** americana, que no ano passado teve um brutal incremento de protecionismo, foi centrada numa eleição para o Senado americano. Como era necessário eleger o maior número de senadores que apoiasse o presidente Bush, ele cedeu mais subsídios para ganhar a eleição para o Senado. Havia uma forte ação política por trás da ação econômica, que, aliás, é algo formidável, porque foi contraditória à posição americana de meses antes na Rodada de Doha. Meses antes, os americanos tinham assinado a Agenda de Doha comprometendo-se a reduzir a proteção. Em seguida, veio a **farm bill**, aumentando a proteção. Quer dizer, há uma motivação política.

Na Europa e no Japão, há outras motivações, de caráter social e até cultural. O caráter cultural é curioso. Quando determinada região da França, da Espanha ou da Itália produz certo vinho, certo presunto ou certo queijo que seja tão importante para a região, o produto se transforma em objeto de visitação. Então, incrementa-se o turismo de uma região da Espanha que produza um vinho, ainda que não seja algo formidável, mas que tenha fama – faz-se exposição da adega, que tem 200 anos, etc, surgindo um fluxo de turismo tão grande que mantém a renda

daquela região. Por isso, é preciso manter o vinho vivo. Então, criam-se subsídios para a uva, para que o vinho não vá embora. É uma coisa estranha, mas cultural. Como vamos evitar que isso aconteça?

Outro fator sociológico importante é que o açúcar de cana brasileiro pode ser vendido, na Europa, hoje, por US\$250 a tonelada métrica, ganhando dinheiro para o Brasil. No entanto, os europeus compram açúcar de beterraba a US\$700. É uma estupidez econômica? É, mas não é política e socialmente falando, porque quase 400 mil pequenos produtores de beterraba dependem de subsídio. Sem isso, dois ou três milhões de pessoas perdem os seus empregos na Europa. Agora, imaginem na Europa Ocidental três milhões de desempregados... Vira um caos social, e ninguém aguenta isso. Então, é preciso manter esse tipo de subsídio por questões sociais e culturais. E temos de reconhecer que é assim. Não adianta dizermos que se devem baixar os subsídios, senão... Senão o quê?

Davi ganhou de Golias uma vez só. E há controvérsia. Então, a minha tese, Senadora, é a seguinte: se os americanos, os europeus, os coreanos querem proteger os seus produtores por razões sociais, políticas ou qualquer outro tipo de razão que seja incontornável por questões internas, sobre as quais não temos nenhum arbítrio, tudo bem. Agora, essa proteção não pode gerar excedente exportável. Isso é **dumping**, porque se estará exportando para um país no qual não vou entrar, porque não tenho subsídio, e eles têm.

Esse mecanismo, Senadora, é compreendido, na linha de acesso a mercados, na chamada "caixa verde", que são estímulos de proteção que não geram distorção no mercado, e hoje acontece isso. Os americanos subsidiam a soja, inclusive com **target price**, um preço mínimo, independentemente do mercado. O sujeito vende a soja por um preço abaixo do mínimo estabelecido pelo governo e recebe pelo correio um cheque com a diferença, porque o Tesouro paga. Imagine que delícia esse tipo de coisa... Então, não importa o preço do mercado, a minha renda está garantida. Portanto, vou continuar produzindo soja nos Estados Unidos. O que quer dizer isso? Aumenta-se a produção, enche-se o mundo de soja, e nós, que não temos subsídio, ficamos fora do mercado. Felizmente, não está acontecendo neste ano, porque países extraordinários como a China estão comprando muita soja, e isso está levando o mercado para cima. Mas a regra é essa.

Então, a minha tese é essa, Senadora, de que pode proteger, mas sem gerar excedentes exportáveis.

is. Com essa tese, abrimos mão de alguns mercados. Eu abro mão do mercado europeu para o açúcar. Mas que mercado? Não há mercado nenhum lá. Então, eu não abro mão de nada; só estou ganhando outros mercados e apostando num fato importante: a Europa, cada vez mais, tem um envelhecimento dos produtores rurais. A idade média dos produtores europeus sobe ano por ano, porque não entram jovens na agricultura. E não entram jovens por duas razões: porque a renda está caindo e porque – uma razão prosaica – os agricultores europeus não encontram noivas que queiram se casar com eles, porque a mulher no campo tem que tirar leite da vaca, e a vaca não sabe se é Natal, Semana Santa, Carnaval, etc. É preciso ordenhá-la todos os dias. Esse negócio não funciona mais. Então, há uma tendência de envelhecimento na União Européia.

Há outros fatos sobre os quais eu gostaria de falar se eu tivesse tempo, porque esse é um assunto que me apaixona.

Vou perder um minuto aqui, mas preciso contar essa história para a Senadora Ana Júlia, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Conte para todos.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Sim, mas ela é a causa da questão.

Fiz uma viagem recentemente à Holanda. Era março, estava acabando o inverno e começando a primavera na Holanda. Fui visitar um pequeno agricultor que tinha em frente à sua casa um pequeno gramado, mais ou menos essa área aqui em frente. Ele tinha cortado a grama na véspera do dia em que fui visitá-lo. A grama estava cortadinha, aparadinha, mas havia três ou quatro estacas fincadas no gramado em torno das quais a grama não estava cortada. Perguntei-lhe, então, por que ele não havia cortado a grama ao redor daquelas estacas. Ele respondeu que ali havia um bulbo subterrâneo que produzia uma planta nativa naquela região, em extinção, e o órgão ambiental regional pagava a ele uma subvenção para que mantivesse a planta viva. Como era primavera, ele não cortou a grama, porque talvez tivesse uma folhinha já nascendo, e ele perderia a subvenção da planta que ele tinha que preservar.

Desse fato podemos tirar duas informações: a primeira, a diferença de comportamento deles em relação a nós. Lá existe um prêmio para quem preserva, aqui, uma multa para quem não preserva. Temos que ter essa visão mais afirmativa de estimular quem faz certo e não apenas de castigar quem faz errado. A segunda coisa diz respeito à diferença entre ricos e

pobres. O rico pode fazer isso, e o pobre nem sempre pode fazer a opção.

Então, Senadora, a resposta à sua pergunta é esta: vamos trabalhar dentro da linha de que ou se negocia a agricultura ou não se negocia nada. E ainda de uma forma mais agressiva: estamos inaugurando este ano dois painéis na história da OMC. Abrimos um painel na OMC contra os Estados Unidos pela proteção que dão ao seu algodão e estamos abrindo no próximo mês um painel contra a União Européia pela proteção que dão ao açúcar, que é subsidiado na Europa, alegando que esses dois mecanismos de proteção distorcem o mercado e perturbam países como o Brasil.

E a coisa é tão espetacular que alguns países, como a Tailândia e a Austrália, estão se associando ao Brasil no painel. É algo inédito e, se vencermos, criaremos uma nova jurisprudência que irá forçar a revisão do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos. Estamos trabalhando com vigor. O Itamaraty tem hoje um grupo de diplomatas de grande competência na área comercial, estamos trabalhando em conjunto com o Itamaraty.

A segunda pergunta que a senhora faz é sobre se é possível fazer safrinha com outros produtos que não o milho. Nem sempre, Senadora, porque aí é uma questão técnica de ciclo da cultura e de condições climáticas que permitam o crescimento da agricultura. No caso de safrinhas, temos hoje, basicamente, milho e sorgo – há safrinha de feijão, mas ela depende de irrigação; irrigando se pode fazer qualquer coisa, mas, sem irrigação, basicamente milho e sorgo.

Finalmente, quanto à agricultura familiar, esse é outro assunto sobre o qual gostaria de me debruçar, estou à disposição para conversar tanto quanto a senhora queira. Eu venho do cooperativismo, a minha, digamos, crença é no cooperativismo como instrumento de organização econômica da sociedade no mundo todo.

Eu fui Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, um órgão que tem sede em Genebra, na Suíça, e conta com 102 países filiados, e 800 milhões de associados. É a maior ONG do mundo, com 115 anos de idade, e eu fui o único não-europeu a presidir essa organização, e o único agricultor. Sempre foram pessoas de cooperativas urbanas que presidiram essa Aliança.

Nos últimos dez anos, andei por 79 países vendo o que é o cooperativismo, inclusive nos países desenvolvidos. Vou tentar ser sucinto nessa conversa, contando um fato à senhora. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão, por indução norte-ameri-

cana, foi obrigado a fazer uma reforma agrária, e cada produtor recebeu um hectare de terra. Todo mundo sabia, desde o primeiro instante, que com um hectare nem japonês sobrevive na sua atividade rural. É absolutamente impossível.

Então, o que o Governo fez de maneira articulada com as ações norte-americanas? Todo produtor filiado a uma cooperativa recebia assistência técnica, subsídios nos preços dos insumos e no crédito rural. Além disso, o governo comercializava sua produção, agregava valores por meio de indústrias que podiam verticalizar a atividade produtiva e garantia preços para a compra. Quem não era cooperado não tinha essas vantagens.

O que aconteceu? Todos os agricultores japoneses ficaram com suas cooperativas. Hoje, 60 anos depois, consideramos o povo japonês maravilhoso, porque tem espírito cooperativista. Não é bem assim. Houve uma indução para que isso acontecesse. Proponho, pois, alguma coisa similar no Brasil, Senador. É impossível um pequeno produtor sobreviver sem uma ação de planejamento, de crédito, assistência. V. Ex^a mesma colocou essa questão.

Estamos trabalhando em conjunto com o MDA, com o Ministro Grazziano, no Fome Zero; estamos trabalhando em conjunto com essas idéias. E como V. Ex^a bem disse, já formulamos em conjunto, e foi apresentado ao Consea, um plano de safra específica de agricultura familiar com renda garantida ao produtor assentado, ao pequeno agricultor da agricultura familiar.

A minha tese, no entanto, é no sentido de que será impossível que a Conab, que é o órgão do Ministério da Agricultura encarregado das ações do Programa Fome Zero, compre 10 sacas de um, 05 sacas de outro, 15, de outro, ou ainda, levar assistência técnica um por um, levar crédito um por um. Isso não é possível. Para tanto, devem ser organizadas cooperativas. E os que tiverem se organizados em cooperativas receberão crédito e terão o produto comprado pelo Programa Fome Zero, com uma renda mínima garantida.

Penso que se conseguirmos fazer isso, mataremos dois coelhos com uma cajadada só. Primeiro, daremos renda a quem não a tem, hoje em dia; segundo, estaremos organizando a sociedade. E este é um papel que o Estado moderno tem que ter. Qualquer Estado, por mais liberal que seja, deve organizar a sociedade, que é uma coisa relevante, porque quanto mais organizada a sociedade, mais transparente, mais democrática e menos sujeita a todo tipo de exploração ela será.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) –

Na verdade, quero agradecer o Ministro pela sua exposição, clara e precisa. Com isso, posso dizer que tenho mais esperança neste País e coloco o meu mandato à disposição para que este Brasil dê certo.

Estive recentemente em uma região do sul do Pará, em um assentamento, onde, por mais absurdo que possa parecer, há duas usinas de beneficiamento: uma de leite e outra de arroz. As duas usinas estão lá, mas os agricultores estão endividados e não conseguem produzir, porque não foi feito um planejamento adequado para que se levasse energia elétrica compatível com o funcionamento das usinas. Elas não funcionam. É isso que queremos mudar.

Não queremos favelização rural. Queremos que aqueles agricultores sejam produtores em cooperativas, porque sabemos da importância delas. Por isso, defendemos um Estado que tem que induzir, e não o mercado sozinho, que não funcionou. O mundo já nos deu essa prova. Não sou eu quem está dizendo isso, mas, sim, as estatísticas mundiais, que nos revelam isso de forma diferenciada.

Gostaria de agradecer e dizer que as minhas expectativas foram correspondidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Apenas usaria essa expressão final da Senadora para ratificar o que disse na minha exposição: a agricultura estrutura o restante. A eletrificação faz parte disso. Hoje, 40% da agricultura brasileira não têm eletrificação rural.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Ministro Roberto Rodrigues, em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de vê-lo à frente do Ministério da Agricultura. Tenho acompanhado o trabalho brilhante da sua vida e, sem dúvida alguma, tenho certeza de que o Ministério da Agricultura, que avançou mais na gestão do Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que fez um excelente trabalho, avançará ainda mais na sua administração. Temos plena confiança disso.

Vou inverter a ordem das minhas perguntas exatamente por conta de sua brilhante exposição. V. Ex^a demonstrou a importância do agronegócio para o Brasil: 27% do PIB, 41% de exportações, 37% de geração de emprego e outras questões mais.

Tenho falado no plenário do Senado que tenho me preocupado, porque entendo que o caminho Brasil é esse. Mas, ao mesmo tempo em que no Governo do Presidente Lula há um Ministério do Produtor – que é o Ministério de V. Ex^a, isso foi demonstrado cabalmente aqui –, existe um outro, que é o Ministério do Invasor, ou seja, o Ministério que apóia e aplaude as invasões de terras comandadas pelo MST, que transformam o campo num movimento de tensão que perturba o processo produtivo brasileiro. De um lado, são as invasões e, de outro lado, a formação de milícias armadas. Quer dizer, de um lado, propostas de diminuição da área privada de produção – o MST propõe até três mil hectares, ou seja, ninguém no Brasil poderia ter mais de três mil hectares para produção. Essa é uma dicotomia que terá que ser definida pelo Governo.

Pergunto, então, qual é a visão do Ministério da Agricultura, se há uma preocupação quanto a isso. A imprensa está ampliando essa questão da tensão no campo ou já é identificada nos setores produtivos nacionais uma preocupação concreta quanto a isso? Se há essa preocupação, que providências o Ministério da Agricultura está tomando?

A segunda questão diz respeito à pesquisa.

Nesta semana, li uma matéria no jornal **O Estado de SP** intitulada “Embrapa, com menos recursos, enfrenta crise”, que dizia que, desde janeiro, só foram liberados 3% do Orçamento da Embrapa e, conseqüentemente, muitas pesquisas estão sendo paralisadas. Os prejuízos são irreversíveis, por conta da não-transferência de recursos para a Embrapa. Como essa empresa é um patrimônio do Brasil, pois o que ela fez nesses últimos anos merece o aplauso de todos os brasileiros, pergunto a V. Ex^a se existe essa deficiência, se está havendo problema de contingenciamento no Ministério e na Embrapa – deve estar havendo – e de que forma nós, no Senado Federal, podemos ajudar. Existem cortes e cortes. Cortar uma obra não é um grande prejuízo, apesar de gerar desempregos e uma série de outras coisas, mas que podem ser recuperadas. Cortar uma pesquisa que está em andamento é jogar fora 10 a 15 anos de trabalho. E a matéria foi atestada por técnicos e chefes de setores da Embrapa, como os ligados ao Cerrado, que têm levantado essa questão.

Pergunto, ainda – um assunto que muito me interessa –, sobre a saída para o Pacífico para escoamento da produção do Centro-Oeste. A Região, como V. Ex^a disse, produzirá os grãos que parte do mundo vai precisar.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – E carne também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – E carne também.

Eu agregaria à questão do Centro-Oeste a do Norte. Roraima, hoje, é um Estado com uma fronteira agrícola com campos naturais nas mesmas condições do Centro-Oeste e com uma condição geográfica bastante diferenciada para exportações.

Pergunto se a saída para o Pacífico é uma prioridade do Ministério da Agricultura. O Ministério, de certa forma, vai influir junto ao Ministério dos Transportes e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para, rapidamente, termos uma saída estratégica para as duas regiões?

Por último, a questão dos transgênicos, que foi a motivação do meu requerimento.

Temos acompanhado a polêmica dos transgênicos. Não sou especialista nessa questão, mas entendo que a soja é uma **commodity** e que, efetivamente, o preço internacional será balizado pela soja transgênica produzida em outros países, se não houver nenhum tipo de problema detectado para a saúde, como me parece que até hoje não houve.

Há proibição no Brasil ou a decisão judicial sobre a soja transgênica é da Monsanto do Brasil? Hoje, no jornal **O Estado de S.Paulo**, por coincidência, foi publicada uma matéria sobre interdição de soja no Paraná. Quarenta e quatro hectares de soja foram bloqueados, hoje, naquele Estado, para esperar a regulamentação da medida provisória sobre a comercialização da safra. A safra de soja transgênica será somente exportada ou será comercializada também no Brasil, até porque outra matéria de profundidade do **Correio Braziliense** mostra, em tese, que muitos produtos hoje industrializados e consumidos pelos brasileiros teriam, em sua composição, produtos transgênicos, e não haveria nem como identificá-los.

Portanto, julgo esse assunto extremamente relevante para o futuro – a biotecnologia e a transgenia seriam o futuro da agricultura – e gostaria de ouvir a posição do Ministério e de V. Ex^a, que é tão experiente no assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, antes que V. Ex^a se pronuncie a respeito das indagações do Senador Romero Jucá, queria registrar a presença em nosso meio do Senador José Eduardo Dutra, que fez parte desta Casa e desta Comissão de Assuntos Econômicos, não sei se da Comissão de Assuntos Sociais também, e hoje preside a

Petrobras. Registramos com satisfação a presença de S. Ex^a e o convidamos para tomar assento à mesa, caso queira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – E que está vindo anunciar uma diminuição no preço da gasolina. Seja bem-vindo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, apenas para facilitar os trabalhos. Após ouvirmos os três autores do requerimento e a resposta do Sr. Ministro, sugiro que os demais oradores fizessem as suas perguntas e as respostas fossem **a posteriori**, como estão fazendo no plenário do Senado Federal, naturalmente com o apoio dos demais Senadores. Após a ouvida dos autores do requerimento, da resposta do Ministro, os demais oradores teriam sua resposta **a posteriori**, ou seja, depois que todos falassem, o que facilitaria as respostas do Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa vai deliberar sobre isso no momento oportuno, Senador Valadares.

V. Ex^a tem a palavra para responder as indagações do Senador Romero Jucá.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me faz um conjunto de indagações palpitantes e ao mesmo tempo polêmicas.

Em relação à tensão no campo, como V. Ex^a mesmo fez referência, trata-se de um assunto afeto a outro Ministério. Mas é uma questão que o Presidente da República tem tratado com muito cuidado. Ainda no final de semana estivemos juntos em Londrina e Maringá, e o Presidente foi muito enfático e muito claro no seu posicionamento. Vamos fazer uma reforma agrária no Brasil, com o que concordo. É necessário fazê-la porque erros sucessivos de políticas econômicas nos últimos 30 anos produziram uma exclusão social no campo, que tem que ser recuperada de alguma forma. Mas o Presidente tem reiterado que essa reforma agrária se dará sob o império da lei e sem que se estimulem invasões, enfim, violência no campo. Essa é a posição do Governo e obviamente a posição também desse Ministério.

Quanto a questões específicas abordadas por V. Ex^a, por exemplo, a limitação do tamarino da propriedade rural, realmente esse é um assunto que não consigo entender, pois não entendo por que há de se

limitar a propriedade rural e não se limita um banco, uma loja, uma rede de **fast food**. Não sei o porquê dessa limitação.

Se V. Ex^a me permite, eu contaria uma blague, uma história que ouvi já há muitos anos de um tio do ex-Senador Auro Moura Andrade, agricultor da região de Araçatuba, que foi visitado por um prelado pedindo uma contribuição para uma quermesse qualquer que haveria na igreja. Ele cedeu um boi ou algo parecido e na hora de ir embora o religioso disse: "Olha, o senhor lembre-se de que deve cuidar bem da terra, porque a terra tem função social. O senhor é sócio de Deus. A terra é uma criação divina, e o senhor é sócio de Deus". Ao que respondeu: "É verdade, mas quando ele era dono sozinho não produzia aqui nada, nem emprego, renda nenhuma nesse negócio aqui". Essa é uma blague, mas mostra que terra é algo que tem que ser coletivo; é um erro, pois a terra é apenas a base de um processo sobre o qual toda tecnologia e investimento têm que ser apostos para que haja produção. Os modelos de propriedade estatizada e fazendas coletivas, etc, no mundo todo, fracassaram redondamente, de modo que imagino que tenhamos que trabalhar com a agricultura reconhecendo a função social da terra. Ela tem uma função social diferente da de outros empreendimentos.

No entanto, ela tem que ser um fator de produção e de estímulo à produção rural. Sempre discuti com companheiros que têm outros pensamentos em relação ao assunto sobre essa questão de que é preciso estimular o pequeno produtor rural, protegê-lo, e o grande tem que ser desestimulado, que tem que dividir a fazenda dele, fazer reforma agrária etc...

E pergunto sempre: por que se quer estimular o pequeno produtor rural? Para ele crescer. Então, ele cresce e não presta mais? Não é consistente esse processo. Ninguém nasce grande. O grande é o pequeno que deu certo, em qualquer setor da atividade econômica. Chega uma hora em que é preciso premiar quem deu certo e usá-lo como exemplo, como estímulo, e não eliminá-lo ou castigá-lo porque funcionou bem.

Então, realmente, é uma preocupação do Presidente da República, do Governo todo, a questão da atenção no campo. E estamos convencidos de que o Presidente conduzirá o processo de reforma agrária como Sua Excelência tem reiteradamente afirmado, sob o império da lei e dentro da dignidade que o processo exigirá.

A segunda questão que V. Ex^a coloca é a da Embrapa. Realmente, é um assunto que está nos preocupando muito. V. Ex^a já apontou o caminho: é o

contingenciamento. O Ministério da Agricultura, hoje, por exemplo, lamentavelmente, tem três delegacias — em Pernambuco, no Acre e no Rio Grande do Sul — nas quais o telefone já foi cortado, e, em uma delas, a energia já foi cortada por falta de pagamento, porque não há orçamento.

Então, estamos trabalhando muito esperançosos. Tenho negociado bastante com o Ministro Antonio Palocci, que é um extraordinário conhecedor da questão do agronegócio, e ele tem sido solidário conosco nas discussões. Estou convencido de que vamos, em um curto espaço de tempo, recuperar essas perdas.

V. Ex^a tem toda razão: a Embrapa é um patrimônio nacional. O avanço da soja brasileira se deve à Embrapa, à fruticultura tropical. A Embrapa é, hoje, um centro de conhecimento respeitado no mundo inteiro, não apenas no Brasil.

Desse modo, estamos trabalhando em relação a essa questão, convencidos de que vamos vencê-la. V. Ex^a oferece a ajuda do Senado Federal para nos ajudar nessa questão. Eu peço a V. Ex^{as}, então, que, por favor, nos ajudem a conseguir uma flexibilização dos recursos que estão contingenciados, para que possamos avançar, não apenas na Embrapa, mas em outros órgãos também do Governo Federal.

Quanto à saída para o Pacífico, não há nenhuma dúvida, sou um defensor. Há muitos anos, muito antes de vir para o Governo, venho defendendo essa tese, que é combatida por algumas organizações não-governamentais, inclusive estrangeiras, alegando a agressão ao meio ambiente, defendendo, obviamente, interesses de concorrentes nossos. Mas agora, nessa reunião que tivemos como Presidente Toledo, do Peru, e seu Ministério todo, ficou muito claro que esse assunto está vencido e que vamos sair para o Pacífico, via Peru, terminando duas pontes, no Acre, e trechos de rodovias que falta serem acabados. Isso será, indiscutivelmente, um mecanismo de avanço para o Brasil. Mais do que isso, penso, Senador, que corresponderá ao velho sonho bolivariano de integração continental. Finalmente, conseguiremos um avanço nessa direção. Estamos convencidos de que isso também acontecerá.

Finalmente, a questão dos transgênicos, que demandaria um longo tempo. Eu até trouxe transparências para falar sobre transgênicos, pois eu estava convencido de que esse tema viria à baila, mas, dada a escassez de tempo, Sr. Presidente, vou tentar colocar três ou quatro pontos que indicam o que penso a respeito do assunto.

O que é transgenia, afinal de contas? Na origem dos tempos, havia dois tipos de variedades de cana-de-açúcar no mundo. Um chamado **saccharum spontanium** e outro chamado **saccharum officinarum**. O **saccharum officinarum** era uma cana riquíssima em açúcar e sem fibra. Qualquer brisa derrubava, e ela apodrecia. A **saccharum spontanium** era um bambu. Pura fibra, sem açúcar. O que fizeram os geneticistas do mundo inteiro, desde que Mendel encontrou, nas ervilhas, a questão dos cromossomos e dos genes? De 200 anos para cá, começaram a misturar as variedades, **spontanium** e **officinarum**, em busca de variedades de cana que tivessem resistência ao tombamento, com fibra suficiente para produzir bagaço para tocar caldeiras e usinas e com açúcar suficiente para dar riqueza à cadeia produtiva.

Como isso foi feito? Na natureza, fazendo o cruzamento de flores de uma com a outra, na expectativa de que fosse possível tirar o bom de uma e de outra e produzir uma variedade rica em açúcar e rica em fibras.

Obviamente, isso não acontece espontaneamente, porque são milhares de genes que se cruzam nos cromossomos, milhares de variáveis que se cruzam, produzindo milhares de diferenças genéticas nos filhos que surgem desse casamento, das variedades **spontanium** e **officinarum**. De cada milhão de **seedlings**, surge uma ou duas variedades que têm os padrões desejados, perseguidos pelo melhorador científico, pelo melhorador genético.

E aquela que tem um pouquinho mais de açúcar e de fibra será misturada em outro casamento, daqui a 15 ou 20 anos, com outra variedade que surgir também, que dê um pouquinho mais de açúcar e não floresça como aquela, porque o florescimento provoca a isoporização do colmo da cana, que não interessa à atividade produtiva.

Então, é um longo processo de transgenia, que se faz ao natural, na esperança de que os genes desejados acabem surgindo na variedade resultante do cruzamento natural entre variedades.

A biotecnologia permite apressar esse processo, tirando um gene de determinada variedade, com uma característica que se deseja e cuja função foi identificada cientificamente, colocando-a na variedade que já se tem, para que se enriqueça com aquele gene. Isso é transgenia, ou seja, é ganhar tempo em relação ao processo natural de melhoramento genético.

A questão que se apresenta, Senador, quando se trata de biotecnologia e o que preocupa nessa discussão é a desinformação ou a paixão com a qual o

assunto é tratado com desinformação. Paixão com desinformação.

O assunto a ser tratado é ética na ciência. Isso é que tem que ser tratado, e não a soja transgênica, ou o algodão transgênico, ou a batata, ou a maçã, até porque estamos ainda engatinhando nesse processo, no Brasil. Nós estamos na fase correspondente à primeira era da transgenia, que é produzir produtos que sejam resistentes a alguns herbicidas ou a alguns inseticidas, mas, em alguns países, a segunda era já está avançada, que é produzir uma variedade mais resistente à geada ou à seca, ou que tenha mais nutrientes protéicos. E alguns países já se debruçam sobre a terceira era, que é a de produtos agrícolas medicamentosos, nos quais se colocou um gene responsável pelo combate ao câncer ou ao tracoma ou a coisas dessa natureza.

Na verdade, a ciência da biotecnologia é um processo que tem um enorme horizonte a ser disputado no Brasil e no mundo inteiro. Recentemente, o ex-Presidente da Embrapa contou um caso, que me atrevo a reiterar aqui, que dá a dimensão da questão ética no processo. É o seguinte caso: cientistas canadenses procuraram isolar o gene responsável pela resistência da teia de aranha. Nada é mais resistente do que a teia de aranha; um filamento insignificante que prende animais pesadíssimos em relação àquele filamento. Conseguiram identificar o gene, separaram-no e o introduziram em glândulas mamárias de cabras, de tal forma de que o leite produzido o tivesse na sua proteína. Essa proteína foi texturizada e, com ela, construiu-se um fio, um cabo, que é testado em um porta-aviões canadense. Quando o avião pousa, um cabo o segura para não cair do outro lado. Esse fio é dez vezes mais resistente do que o cabo de aço.

Quando se poderia imaginar fazer um cruzamento de teia de aranha com teta de cabra? Essa é a questão que se apresenta: qual é o limite ético que o ser humano pode seguir, para que essas coisas não transcendam a ação humana, **vis-à-vis** a ação divina ou da natureza, se assim quiserem os célicos?

Em relação à transgenia, há poucos dias, a Comissão da União Européia determinou o fim da moratória imposta por seus países aos produtos transgênicos. Recentemente, veio ao Brasil o Sr. David Byrne, Comissário da União Européia para a Saúde e a Defesa do Consumidor. Questionei-o sobre a questão dos produtos transgênicos na Europa e obtive como resposta que o consumidor europeu quer saber se o produto é transgênico ou não. Mais de 70% dos consumidores não têm restrições aos alimentos transgênicos, desde que saibam que estão comendo alimen-

tos transgênicos. E há um percentual de 30% que não quer consumi-los. Esse assunto é polêmico.

Há uma frase pinçada de um documento produzido pela Organização Mundial de Saúde, veiculado em seu **site**, que diz o seguinte: "Os alimentos transgênicos atualmente disponíveis no mercado internacional passaram por rigorosa avaliação de risco (bem maior até do que os alimentos modificados na forma tradicional), sendo improvável a existência de qualquer perigo para a saúde humana. Jamais se evidenciou qualquer efeito danoso à população dos países onde eles têm sido consumidos há anos".

Em função desse fato e também pelo princípio de precaução que adoto, de que é preciso observar com cuidado, desde que isso não limite o avanço, como também em função da circunstância efetiva de que, neste ano, aproximadamente 10% da safra de soja brasileira, o equivalente a 5 ou 6 milhões de toneladas, será transgênica, o Governo brasileiro, discutindo longamente o assunto em comissão interministerial, decidiu, com aprovação plena do Presidente da República, pela edição de uma medida provisória que tivesse duas claras vertentes – e agora respondo às perguntas de V. Ex^a.

A primeira delas, reconhecendo a existência de um volume substancial de soja transgênica, criou as condições para o escoamento dessa safra, interna e externamente. A medida visou não apenas à exportação, mas também à importação, a partir de uma premissa óbvia: como separar os dois tipos de soja em armazéns e depósitos que já abrigam o produto desde o ano passado? Assim, a única coisa a fazer é a rotulagem correta do produto, para que o consumidor tenha, como na Europa, a condição de saber os tipos de soja e optar entre eles. A primeira condição: a safra será escoada.

A segunda decisão, relacionada à pergunta de V. Ex^a: atualmente, não há nenhuma lei proibindo o produto transgênico, mas apenas uma decisão judicial; pois bem, o Governo não afrontará essa decisão judicial; enquanto ela prevalecer, o Poder Executivo proibirá o plantio de soja transgênica na próxima safra. A medida provisória diz textualmente: "segundo a legislação em vigor".

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados, particularmente a Comissão de Agricultura, estão debruçados sobre o assunto, na expectativa de formular uma lei que defina a questão em termos permanentes. Reitero que, enquanto houver essa decisão judicial, o Governo proibirá a produção. Esperamos que surja alguma lei ou algum instrumento legal que defina a questão em termos permanentes, para que pos-

samos avançar. Porém, não é possível conter a pesquisa e a ciência por causa dessa questão. É preciso haver uma abertura que realmente viabilize a continuação da nossa pesquisa.

Finalizando, V. Ex^a referiu-se à notícia de que 44 hectares de soja teriam sido retidos. Li a mesma reportagem durante um voo. Ao chegar a Brasília, questionei o assunto com a minha equipe, que me comunicou haver um engano na informação. A soja retida apresentava impurezas ou produtos danosos e não transgênicos. Senador, essa foi a informação que recebi ao chegar a Brasília. Espero ter respondido as questões de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB-RR) – Ministro Roberto Rodrigues, agradeço a explicação de V. Ex^a e dou-me por satisfeito com a resposta. Quero apenas convidá-lo a visitar Roraima, o que nos daria imenso prazer. No Estado, há realmente três safras, e a condição de produção é extremamente facilitada.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Romero Jucá, Roraima é o único Estado que ainda não conheço, e estou louco para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Ministro Roberto Rodrigues, parabéns pela parte da sua fala que presenciei. Conhecendo V. Ex^a como conheço, imagino que também "gostei da explanação que não ouvi."

Sr. Ministro, inicialmente, solicito a V. Ex^a – diferentemente do que apresentou a área econômica, que, apesar dos elogios, não divulgou para os Srs. Senadores nem para a Internet o conteúdo da sua mensagem ao Congresso Nacional –, neste momento, o compromisso de enviar aos Senadores o **CD-Rom**, para que possamos analisar em mais profundidade aquilo que V. Ex^a acaba de expor.

Não serei redundante. O Senador Romero Jucá já falou sobre nossa preocupação com a Embrapa. Quero apenas saber qual é o montante de recursos liberado até o momento e a perspectiva de liberação a mais próxima possível dos 100% de que essa grande empresa brasileira precisa.

Também gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a a respeito das denúncias da revista **Veja** sobre pessoas alheias à pesquisa estarem sendo nomeadas para a Embrapa. Essa situação preocupa-me muito.

Fico feliz por saber que V. Ex^a é uma pessoa completamente racional, preparada e competente. Num discurso de transgênico, por exemplo, diz-se que quem é a favor de transgênico é pecador e vai

para o inferno; quem é contra transgênico vai para o céu. Imaginamos que se chega à conclusão de que, sem se deter ao espaço da ciência, será possível trabalhar o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Preocupo-me, de certa forma, com o pensamento das pessoas que entendem que, em três meses, não dá para fazer nada, mas, quando lhes interessa, nesse mesmo período, dá para fazer tudo. V. Ex^a sabe que essa safra de soja é resultado, em grande medida, do que se plantou em setembro. A safra não é de 2003, mas de 2002/2003. Posteriormente, a safra 2003/2004, que será de responsabilidade exclusiva de V. Ex^a, haverá de ser brilhante. A safra anterior contou com uma participação enorme do Governo passado, mas, sem dúvida, haverá competência neste Governo para fazer a colheita, com a qual me preocupo. Dos 50 milhões de toneladas de soja, diria que 20 milhões não estão podendo ser colhidos por causa das chuvas. Gostaria de que V. Ex^a esclarecesse esse assunto, pois estou preocupado com essa situação.

Se V. Ex^a quiser me desmoralizar, basta pegar uma semente de mamão e outra de laranja que ficarei embananado e não saberei diferenciá-las. Sou completamente urbano em todas as minhas neuroses.

Sr. Ministro, gostaria ainda de perguntar sobre agronegócio, que vai muito bem no meu Estado – exportação de grãos para o Oriente, agronegócio do Amazonas –, e sobre os planos do Governo brasileiro para o café. Pergunto-lhe se algo mudará em relação à política que V. Ex^a herdou e o que mudará. Considero essa política bem sucedida, haja vista que propiciou ao atual Governo, após vários recordes batidos sucessivamente, atingir a perspectiva de 112 milhões de grãos.

Além disso, V. Ex^a também falou sobre a relação com o Movimento dos Sem-Terra – MST. Na minha opinião, o MST exorbita. Não se trata de um movimento social; já foi. A meu ver, o Movimento dos Sem-Terra vive um delírio de revolução zapatista, condenado, portanto, ao fracasso até como movimento revolucionário, que nunca deu certo no México e não dará certo no Brasil não sei quantos anos depois. Creio que mais de um século depois.

E lhe digo que a minha preocupação é muito grande. Não é diretamente da sua alçada, mas indiretamente o é. É da alçada do Ministro Antonio Palocci, porque toda a saúde da economia brasileira depende do resultado do agronegócio. Neste ano, imaginamos que o saldo será, na balança comercial específica do setor, de US\$21 bilhões. Imaginem se, em dois ou três anos, a disputa em torno do conceito de propriedade, abalando, portanto, os alicerces da Constitui-

ção, influenciar negativamente os resultados do agronegócio e, portanto, os resultados gerais da economia brasileira, com todos os reflexos internacionais. Ou seja, imagino que seja preciso uma atuação muito clara em defesa da lei, da Constituição, uma atuação muito rígida. Eu, por exemplo, não gosto da posição do Ministro. S. Ex^a é dubio, e creio que o é porque não pode assumir claramente que é a favor do MST. Mas é dubio, porque não me tranquiliza, e percebi que intranquilizou setores do campo, e recomeça aquela história de milícia que já estava acabando, aquela tensão que não interessa a ninguém. Não interessa a violência. Interessa que a Reforma Agrária se desenvolva, que até seja capaz de produzir assentamentos com alguns excedentes. Não acredito na Reforma Agrária gerando muita produção, muita produtividade, grandes exportações. Não acredito! Acredito mais no resultado social do que no econômico. Esta é a minha posição. Portanto, se V. Ex^a um dia se sentir ajudado demais pelo MST, terá em mim também uma voz para ajudar ou desajudar o MST. Tenho um pouco de preocupação com a ajuda excessiva.

Digo-lhe, ainda, Sr. Ministro, que, finalmente, quando chegar a íntegra da sua palestra, poder-me-ei pronunciar da tribuna sobre ela, mas lhe digo da boa vontade que a Casa tem, como um todo – sejam os partidários do Governo a que V. Ex^a serve por dever de lealdade e por crença e que V. Ex^a defende, sejam aqueles outros que conhecem seu trabalho –, porque imagina que não vai haver o menor prejuízo a partir de sua ação competente; ao contrário, poderá haver lucro para a agricultura brasileira. Eu, como tucano, fico até lisonjeado. V. Ex^a é tão agradável e tão hábil que trouxe como assessor, para agradar a todos nós, talvez, uma figura que é a cara do José Serra. Então, já se cria um ambiente propício a ouvi-lo e a discutir com V. Ex^a em termos racionais, não dogmáticos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – É para desestabilizar a Oposição, Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não, ao contrário. A Oposição se estabiliza. Saddam Hussein tem sócias para sobreviver. O Ministro tem sócias para transitar no Congresso Nacional; melhor ainda, já é algo muito bom.

Ministro, digo-lhe de coração que deposito muita esperança em que a agricultura brasileira continue sendo o grande baluarte dos próximos anos quanto à manutenção da estabilidade, quanto à perspectiva de garantia dos superávits primários, de garantia de redução do déficit nominal. A agricultura brasileira é essencial hoje. É uma coisa que realmente tem dado

certo neste País. Tem dado certo e está em boas mãos.

Atitudes políticas como, por exemplo, a do MST, me preocupam, porque poderá significar desestímulo a investimentos, mais tensão e violência no campo, que prescinde da tensão e da violência. É preciso trabalho, organizar as coisas, como o social na Reforma Agrária e o produtivo, que cuida do País no agronegócio, que V. Ex^a representa muito bem. Esta é a primeira etapa da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, muito obrigado pelas questões suscitadas. Temos conosco outros assessores, alguns dos quais muito mais simpáticos. Por exemplo, a Cecília é muito mais simpática que o Rinaldo, que está aqui conosco. Mas não se trata de uma acusação de que o Serra não seria simpático, não.

Senador, não tenho nenhum texto escrito; trouxe lâminas, que posso deixar juntamente com o disquete para o conhecimento do Senado. Mas não tenho texto escrito sobre esta minha intervenção.

Em relação à Embrapa, a resposta no tocante à questão orçamentária já havia sido dada. Estamos trabalhando com isto. Estou convencido de que não vamos resolver esta questão rapidamente.

A questão política não é preocupante, não, Senador. A Embrapa apenas vai seguir a mesma linha de atuação que sempre seguiu em relação à pesquisa de desenvolvimento do agronegócio brasileiro e assume uma nova função, uma nova tarefa, a de se preocupar também com tecnologias para a agricultura familiar. Tem que ser desenvolvida na sua linha de raciocínio, dentro de um programa de assentamentos com visão liberal e até capitalista do processo.

Com relação aos transgênicos, um assunto que ficou faltando em minha resposta ao Senador Romero Jucá, e aproveito o seu questionamento para abordar, diz respeito ao fato de que o mercado, de certa forma, vai sinalizar sobre a transgenia.

Recebi recentemente a visita de um Senador italiano que representava um grupo de consumidores de seu país contrários a produtos transgênicos. Ele disse claramente que a Itália não comprará produtos transgênicos. Então, respondi que não haverá produtores do Brasil exportando para eles produtos transgênicos, se a transgenia vier a ser liberada no Brasil. Por enquanto, não está liberada, está proibida.

Então, penso que o mercado definirá o rumo. Se o mercado pagar mais pela soja não-transgênica,

plantemos soja não-transgênica. Para plantar a mesma coisa, se a transgênica tiver um custo de produção menor do que a não-transgênica, pode ser que o pessoal vá plantar a não-transgênica. Então, o mercado tem que sinalizar algo, para que o produtor se defina em relação ao que plantar.

Um fato é verdadeiro. Há uma tendência mundial de flexibilizar o consumo dos transgênicos, desde que rotulados. Portanto, se isso for uma tendência universal, a disposição será também, na outra mão, a flexibilização também do cultivo de transgênicos pelos países produtores. Pode ser que isso ocorra no Brasil. Se assim for, e se o mercado não definir linhas claras de prevalência de preços para esse ou aquele produto, e o Brasil quiser manter tanto a transgenia como os não-transgênicos, como os orgânicos, deverá criar políticas diferenciadas para esses produtos, estimulando tanto um como o outro produtor, desde que haja mercado para todos. Então, essa é um pouco a visão que tenho, Senador. A transgenia depende muito dos sinais que o mercado der num futuro de curto prazo.

Com relação à colheita de soja, realmente está havendo um problema de colheita em algumas regiões do País por causa do excesso de chuvas. Mas as notícias de hoje são de que o problema está mais ou menos superado, e a colheita vai se processar normalmente. Em algumas regiões do Centro-Oeste, houve perda de soja, porque ela estava seca demais e acabou germinando na vagem, perdendo qualidade, pois o grão não fica homogêneo, fica um grão manchado, de baixa qualidade, e, neste caso, perde preço, perde valor. Mas a safra é tão grande que, acredito, os prejuízos sejam insignificantes diante do volume da safra.

A questão do café é também complexa em relação a nossa atividade. Hoje mesmo haverá na Câmara dos Deputados uma discussão sobre o assunto na Comissão de Agricultura e Política Rural. O setor de café está solicitando basicamente três ações: a primeira, ligada a crédito para a colheita, e essa ação já foi liberada, já conseguimos apoio com o Ministro Antonio Palocci, e agentes financeiros já liberaram os recursos para a colheita.

A segunda ação diz respeito ao leilão de opções para o café. O ano passado houve. O preço estava muito baixo, e assim que começou o leilão de opções, o preço do café subiu, foi uma beleza, os produtores conseguiram realizar uma renda razoável e tocar para a frente essa atividade. Depois os preços caíram novamente, hoje estão muito baixos, e a idéia é retomar os leilões de opções.

Estamos estudando esse assunto, Senador, porque há uma diferença entre o ano passado e este ano. No ano passado, a safra foi muito grande, e o sinal para este ano era de uma safra bem menor. Agora, há uma safra pequena e o sinal para o ano que vem de uma safra menor, porque o café tem aqueles ciclos – um ano produz muito; no outro ano a árvore fica cansada, produz menos; e, no outro ano, produz muito, e assim por diante.

Então, estamos avaliando o impacto da próxima safra, estamos tentando fazer um estudo em relação a esse assunto e ver como o leilão de opções vai sinalizar para a próxima safra. Mas estamos convencidos até agora de que é preciso haver leilões de opções, estamos negociando com o Ministério da Fazenda para que possamos anunciar já no mês de abril o leilão de opções para o café.

A terceira ação que a cafeicultura deseja é o estabelecimento do café também como produto para Empréstimo do Governo Federal (EGF), com preços definidos. Está **sub judice**, e confiamos em também atender a essa demanda da cafeicultura brasileira.

De qualquer forma, V. Ex^a perdeu a primeira parte da nossa intervenção, Senador, na qual eu explicava que dentro do Consagro criamos câmaras setoriais por cadeia produtiva. E a próxima câmara setorial a ser criada é a da cafeicultura, colocando o trabalhador rural, o produtor de café com suas cooperativas e associações de classe, a indústria de torrefação e moagem, os exportadores, o solúvel e o supermercado, para que todo mundo encontre a definição de uma política de longo prazo.

Pessoalmente, Senador, estou convencido de que precisamos avançar celeremente na agregação de valor para o café brasileiro. Nós temos hoje, no mercado mundial, uma participação de café torrado e moído de menos de 1%. O Brasil que é, disparado, o maior produtor mundial de café e o maior exportador mundial de café tem menos de 1% do mercado mundial de torrado e moído. E a Alemanha, que não produz um pé de café, tem mais de 25% do mercado mundial do café torrado e moído: compra o nosso café, mistura com o africano e o colombiano, faz um **blend**, coloca um nome alemão no café e o exporta para o mundo inteiro torrado e moído. E precisamos avançar não apenas em café.

Na agricultura, V. Ex^a afirmou sua fé em relação ao futuro do agronegócio, de qual partilho inteiramente. E vamos trabalhar nessa direção, criar mecanismos que permitam a agregação de valor e, mais do que isso, ações comerciais, Senador, de **joint venture**, de composição com distribuidores na Europa, no

Japão, porque não adianta querer produzir um café torrado e moído e chegar ao supermercado europeu, se não houver já uma parceria desenhada previamente com eles; e isso obviamente implica em tomar mercado de alguém.

É uma luta que tem a ver com o processo industrial de agregação de valor, com o processo comercial de **marketing** e difusão do produto, e tem a ver com a ação, digamos, comercial, capitalista de inserção em organismos de distribuição dos países desenvolvidos. Vamos trabalhar com o café, criando os elementos necessários aqui para o mercado interno, mas também olhando essa possibilidade de agregação de valor lá fora.

A última questão que V. Ex^a abordou – estou terminando – é da tensão no campo produzida por ações ligadas a organismos ditos sociais defendendo a reforma agrária. Eu já havia feito aqui uma exposição a respeito. Temo que eu tenha já respondido a questão de V. Ex^a, mas a idéia é aquela. O Presidente da República tem reiterado que vai promover a reforma agrária, na qual todos acreditamos, e que deve ser feita para compensar erros passados de vários governos nos últimos 30 anos, que “desassentaram” populações no campo. Mas o Presidente da República tem reiterado o seu propósito de fazer uma reforma agrária sob o império da lei, não admitindo violência de qualquer espécie. Estamos convencidos de que o Governo conseguirá levar a cabo essa visão do nosso Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra para a réplica, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Ministro, faltou a referência ao agronegócio do Amazonas, que vai indo muito bem; aos grãos de Itaqui, a partir da hidrovía do Madeira.

E quanto à questão do MST, eu me sinto mais livre. Eu fico tranqüilo se V. Ex^a estiver tranqüilo. Eu tenho talvez mais liberdade para dizer que não estou tranqüilo. Imagino que esse é um tema que poderá dar muita dor de cabeça ao Presidente Lula, em quem eu deposito a maior confiança quanto ao equilíbrio com que S. Ex^a agirá na hora em que tiver de definir a questão.

Quanto ao “desassentamento”, eu queria excluir os últimos 8 anos, porque 600 mil famílias foram assentadas. Um recorde – foi mais do que em todo o restante da história republicana brasileira – no período do Presidente Fernando Henrique. Portanto, daqui para frente se imagina que se assentem mais e – se Deus quiser – melhor, conforme o desejo do Presidente Lula.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Aliás, o Presidente Lula não quer assentar mais, ele quer assentar melhor. V. Ex^a disse muito bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Vamos ver se consegue pelo menos uma das coisas. Se não conseguir as duas, que seja uma, senão fica ruim.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Tomara, tomara! Estamos confiando também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição e obedecendo ao critério de intercalar partidariamente...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Faltou uma questão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Faltou uma resposta que para mim é muito importante como representante do Amazonas.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – O Senador perguntou sobre a questão do agronegócio no Norte, aquela questão da logística do Norte do País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O escoamento de grãos pela hidrovia do Madeira, que atinge o Centro-Oeste, atinge bastante também o Estado de Rondônia e muito ainda do Estado do Amazonas, a partir de Itaqui. Já se ganha mercado expressivo no Oriente.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Também já falamos a respeito disso, Senador. Trata-se de questão importantíssima que implica pelo menos mais duas ações no mesmo sentido, com relação ao Maranhão, Piauí, até oeste da Bahia, saindo por Itaqui; com a Norte-Sul, um ramal passando por Balsas e sul do Piauí, com saída para o Pacífico. Com esse tripé colocado (as saídas por Itaqui, por Itaqui e pelo Pacífico), haverá uma logística indispensável para que todo o Centro-Oeste e o Norte do País sejam viabilizados, sobretudo perante a Ásia, grande comprador de nossa produção agrícola, agregando valor a milho, soja e carne. E o escoamento será por esses portos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – Sr. Ministro, meus cumprimentos, que acredito ser de todos, pela clareza e franqueza da exposição. Objetivamente, gostaria de apresentar três indagações. A primeira, com relação à transgenia. V. Ex^a disse muito bem, e estou de acordo, que o principal é a ética. Até que ponto é eticamente permissível e lícito manipular seres vivos? Penso que existe também uma questão igualmente ética, não tanto na permissi-

bilidade ou na manipulação, mas quanto à propriedade dos avanços obtidos. Uma coisa é o avanço da ciência no campo da produção industrial, que é meramente manipuladora, outra é a propriedade de uma descoberta em que a natureza também participa do processo – ética sobre a propriedade.

Em segundo lugar, no quadro que V. Ex^a nos apresentou, há um crescimento expressivo e muito animador do saldo comercial do setor de agronegócios entre 1998 e 2002. Porém, tal fato não se deve totalmente ao aumento de exportações. Há uma redução substancial de importações da ordem de 40%. O que isso significa? Há uma substituição de importações ou uma redução no consumo de alimentos importados? Há perspectivas de continuidade?

Finalmente, vamos falar do campo da ação sobre a logística e a infra-estrutura. Em primeiro lugar, o Brasil sofre uma sangria nos fretes internacionais. Com a expansão de nossas exportações dentro das perspectivas favoráveis, não é possível nos conformarmos com uma sangria que atualmente atinge a casa dos US\$5 bilhões, e logo irá a US\$10 bilhões, com fretes, muito especialmente o frete do agronegócio. O Brasil já possuiu uma frota importante. Não há possibilidade de melhorar? O Brasil já não possui empresas de navegação de longo curso? Pode melhorar um pouco na cabotagem? Não creio que esse seja um assunto da alçada direta do Ministério de V. Ex^a, mas, enfim, gostaria de ouvir uma palavra sobre essa matéria e também sobre a questão portuária. Pelo que estou informado, a grande oportunidade de um avanço qualitativo e quantitativo na manipulação portuária no Brasil está no porto de Sepetiba. Participei, na sexta-feira passada, de um seminário no BNDES e percebi que há também certa inibição, ou certa paralisia, no cuidado dos acessos ferroviários e rodoviários ao porto de Sepetiba, o que impede que essa oportunidade se realize plenamente, para a melhoria substancial também das nossas exportações, especialmente no agronegócio.

São essas as indagações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, V. Ex^a observa questões importantíssimas. A questão da propriedade intelectual, não apenas a transgenia, mas toda a pesquisa, tem sido debatida no Brasil intensamente, e conseguimos já uma lei sobre sementes que foi um grande avanço e que deu até um

sinal de mais modernidade ao Brasil do que outros países. Avançamos bastante nessa direção.

Na questão do transgênico, esse assunto ganha um colorido adicional, porque há uma multinacional, a Monsanto, que foi a primeira a conseguir avançar nessa direção, criando produtos interessantes para aumentar a resistência a defensivos agrícolas, que era o foco da atividade. E surge uma discussão sobre essa questão, sobre se vamos ceder ao transgênico.

Eu até quero aproveitar essa sua pergunta, Senador, para dizer que sou engenheiro agrônomo, de uma família de agrônomos. O meu pai era agrônomo; ele tinha um irmão agrônomo e uma irmã casada com um agrônomo; minha mãe era filha de um agrônomo, tinha três irmãos, os três eram agrônomos; tenho somente uma irmã, que é casada com um agrônomo e que tem dois filhos, os dois agrônomos; minha mulher é agrônoma, tenho dois filhos, os dois agrônomos e tenho uma nora agrônoma... É uma família um pouco sem imaginação, Senador. E também é uma família de agricultores. Tanto o pai da minha mãe como também o pai do meu pai eram agricultores. Então é uma longa história ligada à agricultura e, de alguma maneira, à ciência. Eu sou ligado à academia. Sou professor universitário desde 1967, ensinando economia rural na Unesp, em Jaboticabal. Então esse assunto sempre me preocupou muito, do ponto de vista nacionalista.

Por essa razão é que, em algum momento da minha exposição, em alguma resposta, talvez eu tenha dito que me preocupo que a pesquisa científica não seja rompida por causa da questão judicial da transgenia, porque, aí, sim, ficaremos dependentes da multinacional que a desenvolveu e não desenvolveremos na nossa ciência a propriedade intelectual que nos garanta uma independência nacionalista. Penso que V. Ex^a tem toda razão com a sua preocupação, que também é minha. É por isso que tenho uma posição difícil dentro do Governo. Ele não é favorável à transgenia e está expectante em relação à legislação que virá. Eu sou membro deste governo e tenho essa posição, esperando, porém, que a pesquisa e a ciência não sejam brecadas, para que não percamos uma independência nacional em relação ao conhecimento científico.

Esse é um assunto tão grave que propriedade intelectual é um dos itens negociados na OMC, na Alca, na União Européia e no Mercosul. Não é algo singelo. É um assunto tão grave e tão dramático que é negociado no mesmo grau de importância pelo setor do governo e da agricultura. É muito sério. V. Ex^a tem razão com a sua preocupação, à qual me alio.

Penso que, ao dizer isso, lutando para que a ciência não seja brecada no Brasil, estaremos trabalhando pela independência em relação a essa questão da propriedade intelectual.

No segundo assunto, V. Ex^a levanta um ponto interessante – aliás, eu agradeço pela atenção que teve em relação aos mapas aqui colocados – quando observou, com clareza, que as importações também caíram. V. Ex^a pergunta por quê? Por causa do câmbio, Senador. Quando o câmbio mudou, em 1999, desestimulou-se a importação de produtos alimentares no Brasil. Houve uma substituição de importações induzida pela questão cambial. Na medida em que haja, como está havendo hoje, um refluxo na questão cambial, pode ressurgir a demanda por produtos importados, inclusive supérfluos, como bebidas, refrigerantes, etc.

Finalmente, a questão dos fretes. De fato, não é um assunto que eu domine. Preocupo-me com Sepe-tiba, como me preocupo com Paranaguá e com Santos. São portos que se estão organizando modernamente com uma estrutura portuária, mas o gargalo não é mais o porto, é o acesso ao porto.

Essa preocupação reforma uma tese, que coloquei em algum momento também, de que a agricultura e o agronegócio acabam sendo instrumentos estruturantes de outros setores da economia, demandando investimentos para que possamos avançar. Imagino, por exemplo, este ano, com 50 mil toneladas de soja – uma boa parte ainda não colhida e aquela loucura que está em Paranaguá, no Norte do País, em Itaqui, no Maranhão –, se avançássemos na direção do biodiesel, por exemplo, com mais 10 milhões de hectares de soja plantada no País, ou com mais 20 milhões de toneladas de soja. Por onde esse negócio vai escoar? Então, indiscutivelmente, o Governo tem que se preocupar com isso.

Tomei as providências já nos primeiros dias de Governo, Senador. Preparei um mapa rodoviário do Brasil, que enviei ao Ministro dos Transportes, mostrando as principais rodovias ou ferrovias nacionais pelas quais passariam as safras brasileiras, determinando, inclusive, em cada uma dessas vias de escoamento, o volume em tonelagem de produção. Ficou visualmente claro nesse mapa qual rodovia tem que ser privilegiada e que portos serão mais vigorosamente afetados por um crescimento da safra. Isso já nos dá uma idéia de prioridades a serem tratadas na infra-estrutura e na logística, sem perder de vista, de nenhuma forma – reitero –, uma saída pelo Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, para suas indagações.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Ministro Roberto Rodrigues, também me mostro muito entusiasmado diante da exposição de V. Ex^a e das respostas que tem oferecido às nossas perguntas.

Vou procurar ser objetivo diante ainda daqueles que querem fazer perguntas e até em atenção a V. Ex^a, que deve estar já cansado ou pelo menos com fome, falando tanto em alimentos.

Tenho três preocupações e vou fazer as perguntas, como eu já disse, da forma mais rápida possível. Primeiro, é sobre cooperativismo. Não é propriamente uma pergunta, é só para pedir a V. Ex^a que fale mais um pouco sobre o cooperativismo, porque sei que V. Ex^a teria a falar muito mais até, já que foi Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, da organização internacional; é cooperativista, é agricultor, é engenheiro agrônomo.

Então, quero perguntar: V. Ex^a, como Ministro, vai procurar incentivar que modelo de cooperativismo? Já que V. Ex^a foi professor universitário e se dedicou ao cooperativismo também, agora na prática que modelo vai ser esse idealizado por V. Ex^a?

A segunda pergunta é sobre acesso ao crédito rural. Houve avanços com relação à securitização, com relação ao fato de o crédito rural não deixar mais aquelas seqüelas, agricultores tão endividados. Mas a agricultura continua como um fator de risco muito grande. Os bancos privados têm uma margem para emprestar, mas eles se retraem na hora de emprestar. Os bancos oficiais também se mostram tímidos e inibidos no que toca a emprestar aos agricultores.

A terceira pergunta é a respeito do Nordeste. Este é um País de contrastes. V. Ex^a sabe que eu poderia ficar aqui falando muito tempo sobre o Nordeste da agricultura irrigada, o Nordeste que exporta melão para a Europa. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, é o que mais exporta melão para aquele continente. Mas 90% do nosso território estão encravados no Polígono da Seca, onde a esperança é a caprinocultura, é o incentivo à pecuária, é a agricultura de sequeiro, que V. Ex^a sabe que, por causa do problema do regime de chuvas, é muito precária. Agora mesmo estamos tendo inverno em determinadas regiões.

Gostaria de saber de V. Ex^a o que pensa e o que pretende fazer, tendo em vista esses desafios.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, V. Ex^a pode responder às indagações.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a me coloca numa situação complicada, porque cooperativismo, para mim, é assunto para 20 minutos e 20 dias. Vou tentar expor alguns temas, e estou vendo o Senador Osmar Dias, outro entusiasta do assunto e um grande companheiro nosso do Estado do Paraná.

Em primeiro lugar, cooperativismo é um doutrina universal, cujo enunciado clássico diz “é uma doutrina que visa a corrigir o social por meio do econômico”. Portanto, é uma doutrina mágica. Busca a solução dos problemas sociais via acesso econômico das pessoas. É uma doutrina que objetiva o bem-estar do ser humano. É uma doutrina sócio-econômica tão vigorosa que a Aliança Mundial das Cooperativas tem 800 milhões de associados. Se imaginarmos que cada um tem três familiares, são 2,4 bilhões de pessoas ou 40% da humanidade que está ligada ao cooperativismo. Nenhuma religião tem tamanha expressão numérica no mundo contemporâneo.

No entanto, Senador, o Brasil tem cinco milhões de cooperativistas. Pelo mesmo critério, três pessoas por cooperativista, serão 15 milhões ou 8% da população brasileira. O que acontece no Brasil? Se o mundo inteiro, incluindo o Brasil, tem 40% da população ligada ao cooperativismo e, no Brasil, somente 8%, onde erramos, onde está o nosso defeito nessa questão? São alguns pontos fundamentais.

Para que o cooperativismo funcione, dê certo, algumas questões básicas se apresentam. Primeiro, a cooperativa tem que ser sentida como uma necessidade, ela jamais pode ser imposta de cima para baixo. Governos houve no mundo todo, Senador, que tentaram, como o do Raúl Alfonsín, na Argentina, que recentemente criou o Ministério do Cooperativismo, e fez nascer na Argentina centenas de cooperativas de cima para baixo e todas desapareceram, porque não eram consideradas necessárias pela base cooperativada.

Então, a primeira condição é que haja necessidade e seja conhecida. Às vezes, ela é necessária, mas a população a ser cooperativada nem sabe, porque não conhece. Então, é preciso que haja proselitismo, comunicação do que é cooperativismo, vender a idéia, a doutrina, a filosofia, para que a população se sinta atraída por ela e faça dela sua necessidade.

A segunda condição básica: a cooperativa tem que ser viável economicamente. Se em determinado local todos são miseráveis e decidem formar uma cooperativa, possivelmente ela não dará certo. Se a soma das misérias continuar uma miséria, não montem uma cooperativa, porque cooperativa é uma empresa, não é uma ação social entre amigos. É uma

empresa que tem uma clara vertente social, mas, por ser uma empresa, tem também uma clara vertente econômica. Portanto, não sendo economicamente viável, não se deve montar uma cooperativa. Isso é errado.

Então, havendo miséria, não acredite que será possível resolver esse problema. Se os miseráveis não dispuserem de capital, se a cooperativa não tiver uma dimensão potencial que permita agregar valor e avançar sobre o mercado, não faça.

Em terceiro, é necessário gente preparada para conduzir o processo. Isso implica treinamento, recursos humanos treinados, motivados, capacitados para enfrentar o desafio da dicotomia cooperativista. Cooperativismo é uma doutrina formidável, mas implica uma série de contradições curiosas. Por exemplo, por que preciso fazer uma cooperativa aqui? Porque, aqui, somos todos produtores de leite, não há nenhuma cooperativa, e há uma multinacional que compra o nosso leite e nos explora: desconta e faz um preço baixo, que não cobre nosso custo de produção. Portanto, somos espoliados pela empresa nacional ou multinacional que está ali. Juntamo-nos e façamos uma cooperativa, para enfrentarmos aquela agressão de uma empresa capitalista.

Onde está a contradição? Muitos acreditam que a cooperativa é uma resposta contrária ao capitalismo. É falso. Ela é uma empresa que usará os mesmos instrumentos do sistema para servir os seus sócios para que avancem no mercado e possam ganhar dinheiro também.

A cooperativa tem que ser um instrumento do regime. Se o regime for socialista, ela tem que ser um instrumento socialista; se o regime for capitalista, liberal, tem que ser um instrumento do regime. Ela minimiza os efeitos perversos da agressão do seu regime. Se o regime for capitalista, ela reage contra a perversidade capitalista e minimiza os seus efeitos, mas não é um antagonismo do regime.

Outra contradição: a cooperativa de leite vai investir para fazer uma fábrica de queijo, doce de leite ou de leite condensado para agregar valor à produção. Para isso, ela tem que melhorar o rebanho geneticamente, tem que fazer inseminação artificial, tem que melhorar a comida do rebanho, oferecer pasto diferente ou ração e tem que haver tratamento veterinário. A cooperativa vai crescendo e vira uma empresa. Seus dirigentes são pobres produtores de leite, que têm seu nível de imbecilidade para alcançarem o nível da empresa e não agüentam mais administrá-la, porque ela virou uma empresa complexa. Portanto, deve-se contratar administrador das empresas, conta-

dores, advogados, engenheiros de obras, engenheiros que saibam produzir queijo, tecnólogos. Devem-se buscar esses profissionais no mercado. Que mercado? O mercado capitalista, que mede o resultado do sucesso de uma cooperativa pelo seu lucro.

O objetivo de uma cooperativa não é gerar lucro, não é um fim em si, é um instrumento para beneficiar o seu associado; ela é um meio, um instrumento. Mas o profissional capitalista contratado tem a visão de que só o lucro da cooperativa valorizará seu esforço. Então, ele cria uma loja de perfumes, de bicicletas ou de eletrodomésticos, porque a venda do vídeo-cassete dá um lucro maior do que a venda de 150 pares de botas sete léguas, que é o que o produtor de leite precisa ter. Com isso, a profissionalização, se não for bem-feita, cria uma decapitação da cooperativa. A cabeça se afasta do corpo místico dos seus associados, buscando instrumentos e mecanismos que dêem resultados para a cooperativa, mas não para o cooperado. Ela deixou de ser um meio para ser um fim em si.

Por aí vão colégios de contradição. Outra contradição: a cabeça do diretor precisa ser dicotômica, porque, da porta da cooperativa para dentro, a cooperativa é um templo, porque tem que ser tratada sob a égide de princípios e valores doutrinários universais. Há princípios definidos no valor do cooperativismo. São sete princípios que o mundo inteiro conhece como a base do cooperativismo: o retorno das sobras, a gestão democrática, não pegar pelo capital, etc... Há uma série de princípios. Se os sócios têm 500 vacas ou uma vaca são tratados igualmente pela cooperativa. Da porta para fora, há um prostíbulo comercial. O mundo não é um templo. Então, essa vestal que vela e zela pelas lâmpadas votivas dos princípios tem que transitar por fora sem se deixar prostituir, sem se deixar consumir pelo mercado. Isso implica uma cabeça dicotômica e cultura cooperativista.

Só falei do cooperativismo, Senador. Nem falei das outras questões.

O SR. PRESENTE (Ramez Tebet) – Excelência, quero dar oportunidade a todos os Srs. Senadores presentes, a pelo menos um de cada Partido.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Vou terminar rapidamente. O cooperativismo é isso, Senador, é uma mágica que tem na sua força a sua fraqueza, ~~que é a democracia econômica~~. É a força e a sua fraqueza. **Só a cultura e a educação permitem superar esse processo.**

Quanto à segunda questão, acesso ao crédito rural, falarei rapidamente.

V. Ex^a pergunta sobre o acesso ao crédito rural, rapidamente. O seguro rural é a única saída. Por que os bancos americanos dão crédito aos seus agricultores e os brasileiros não dão? Porque eles não têm seguro de renda. Com seguro de renda, não há risco. O sistema financeiro não quer correr risco. Então, vamos fazer um seguro rural que garanta a renda ao produtor e todo mundo vai lhe emprestar dinheiro gostosamente, e o acesso será amplo, geral e irrestrito.

Estamos investindo em pesquisas no Nordeste, Senador. A Embrapa já tem vários programas voltados ao semi-árido, e a idéia é incorporar o Programa Fome Zero nesses projetos para criar produção local no Nordeste. Estamos trabalhando, inclusive, com **agrishow** para o semi-árido, que faremos já no ano que vem, para ir mostrando essas tecnologias, difundindo-as para todo o Nordeste, criando uma condição de rentabilidade organizada em cooperativas, também, naquela Região.

Desculpe-me a rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pediria ao Senador que se abstinhasse da réplica.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, Dr. Roberto Rodrigues, cada vez mais me convenço de que foi um grande acerto do Presidente da República escolher uma pessoa do ramo para dirigir uma Pasta tão importante quanto a da Agricultura, que está vinculada, sem dúvida alguma, ao desenvolvimento do nosso País e ao aumento do nosso superávit comercial. Enfim, V. Ex^a demonstra, com seu conhecimento pormenorizado da agricultura, que é o homem certo no lugar certo. Quanto a isso, estamos tranquilos.

Mas, sendo objetivo e voltando aos transgênicos, a única “vantagem” que se poderia apontar nesses produtos seria sua resistência às pragas, sem necessidade do uso de herbicidas artificiais. Então, está provado; por “a” mais “b”, que os produtos tradicionais, não geneticamente modificados, têm uma grande produtividade. Isso já foi, inclusive, evidenciado num estudo recente da Embrapa, que, por meio da pesquisa, houve um aumento da produtividade consistente, no Estado do Paraná. Por exemplo, a produção no Paraná chegou a 2.860kg por hectares, enquanto nos Estados Unidos, que produz soja transgênica, a produtividade alcançou 2.700kg. Então, em termos de produtividade, o produto transgênico não tem essa vantagem, abstraindo a questão ética e a da segurança alimentar.

Sendo assim, seria o caso, como V. Ex^a já assentou, de investir maciçamente na pesquisa, não apenas para demonstrar esse fato, mas para tornar viável a nossa agricultura, usando o produto tradicional.

No Estado de Sergipe, o milho alcançou índices excepcionais de produtividade, inclusive maiores do que os do Paraná e de Santa Catarina, graças à intervenção da Embrapa. Em Boquim, no Estado de Sergipe, que é um grande produtor de laranja brasileiro, descobriu-se que um determinado fungo pode coibir o ataque da ortízia na laranja. Usando um produto natural, sem necessidade de nenhum artificialismo ou uso de agrotóxico, estamos salvando a laranja no Estado do Sergipe.

Então, perguntaria a V. Ex^a o que o Ministério está fazendo com relação ao incentivo à pesquisa, não só para aumentar a produtividade daquilo que é tradicional no Brasil – os produtos não transgênicos –, como para combater as pragas.

Por último – o Presidente me pediu para que eu fosse bastante breve e vou atendê-lo –, eu gostaria de saber o que está sendo feito, neste momento, pelo Ministério da Agricultura – tenho certeza de que há a preocupação de V. Ex^a para com o que eu vou falar – com relação à seca, que é um fenômeno cíclico, totalmente previsível, mas que nos Estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Paraíba tem prejudicando substancialmente a produção agrícola deste ano.

Em termos objetivos, o que o Ministério da Agricultura está fazendo junto ao Banco do Brasil e aos demais órgãos, já que a produção está quase prejudicada?

Por estarmos em meados de abril, as chuvas já deveriam ter ocorrido – há previsibilidade de um inverno fraquíssimo no nosso Nordeste. No Piauí, está chovendo, mas no Rio Grande do Norte não, por exemplo. Então, a seca está prejudicando a nossa Região.

O que o Ministério está fazendo para minorar o sofrimento dos nossos produtores, principalmente o dos pequenos, que têm débitos contraídos junto às instituições financeiras? Eles terão que pagar! Mas como, se no momento não estão produzindo nada?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, em relação aos transgênicos, o que tem atraído os produtores é que a soja transgênica – de fato V. Ex^a tem toda a razão: não há praticamente diferença de produtividade – tem um custo de produção menor, tendo em

vista o uso de menos defensivos, o que ambientalmente também é interessante. Na verdade, não é a produtividade. V. Ex^a tem toda razão. É o lucro, o resultado que atrai para a transgenia. Por isso digo sempre que quem vai definir se tem espaço ou não para o transgênico, ao longo do tempo, é o mercado.

Quanto à pesquisa, em relação ao combate de pragas e moléstias, a Embrapa tem feito um esforço extraordinário nessa direção, e estamos incentivando permanentemente o trabalho da Embrapa, com técnicos de maior gabarito, enviando-os para o exterior para visitarem e aprenderem com outros laboratórios. Temos, atualmente, nos Estados Unidos e na França, no Labex, laboratórios no exterior, técnicos da Embrapa, criando um **know-how** para os nossos pesquisadores avançarem na pesquisa de resistência a pragas, moléstias, inclusive a seca, que é a última questão.

Quanto à seca, tenho recebido, no gabinete, vários representantes de produtores nordestinos traduzindo essa problemática que V. Ex^a apresenta, ou seja, a seca em algumas regiões. Hoje eu conversava com a Senadora Patrícia Gomes sobre Fortaleza. Lá, estão morrendo pessoas afogadas por chuvas demais. Portanto, é curioso o que está acontecendo com o fenômeno El Niño e La Niña neste ano no Nordeste. No sul do Maranhão, onde produzimos soja, choveu muito menos do que o normal, porém choveu na época necessária. Então, a produção está garantida naquela região e no sul do Piauí também.

O que estamos imaginando? São duas ações. A de curto prazo, essa que V. Ex^a já coloca, o endividamento, que não pode ser ressarcido porque o produtor não colheu. Isso implicará em uma negociação nossa com o Banco do Brasil. Temos, no nosso Gabinete, atualmente, um extraordinário técnico, Dr. Biramar Nunes de Lima, ex-gerente agrícola do Banco do Brasil, que veio trabalhar conosco e, certamente, irá nos ajudar a encontrar soluções ligadas a alguma forma de parcelamento, securitização ou postergação de débitos. Portanto, já há uma forma, ou seja, a negociação com o Banco do Brasil, que tem, hoje, muito boa vontade. O Banco do Brasil está muito voltado para esse assunto, até porque a inadimplência agrícola no Banco do Brasil é de menos de 1% dos empréstimos. É uma coisa formidável. Nenhum setor teve tão pequena inadimplência como a agricultura.

Na verdade, Senador, penso que a solução definitiva para essa questão seja o seguro rural. Só quando houver um seguro funcionando adequadamente é que o crédito, os instrumentos de comercialização e de acesso serão valorizados para todo o Nordeste. Com a

pesquisa gerada na Embrapa, com as ações que estamos desenvolvendo na área de seguro rural e mais os mecanismos de comercialização e, enfaticamente, o crescimento do cooperativismo é que resolveremos os problemas do Nordeste de forma definitiva: a fruticultura, no Rio Grande do Norte; a floricultura, como acontece no Ceará hoje; a soja e o milho crescendo no Piauí e no Maranhão. Levando a indústria de carnes para aquela área, vamos encontrar a saída definitiva para as agruras agrícolas do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, pelo PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Ministro Roberto Rodrigues, enquanto V. Ex^a falava lembrei-me das muitas oportunidades em que nos encontramos em eventos pelo interior do Paraná e de São Paulo, V. Ex^a como Secretário da Agricultura de São Paulo, e eu, do Paraná. Nós, então, sonhávamos com o dia em que o Brasil viesse a valorizar a agricultura e os agricultores.

Quero começar – e serei rápido, Sr. Presidente – dizendo que talvez a maior conquista dos agricultores brasileiros tenha sido exatamente a mudança de conceito, de imagem que a sociedade brasileira acabou por fazer sobre a categoria, que era encarada há 10 ou 15 anos, como chorões que reclamavam de barriga cheia. Esse era o termo utilizado.

Das lutas, aprendemos que essa doutrina, esse novo conceito que se faz do agricultor e da agricultura brasileira tem, como um dos responsáveis, sem dúvida alguma, V. Ex^a, pelas pregações e palestras técnicas que fez pelo Brasil inteiro, levando muito a sério o assunto, sobretudo por falar como profundo conhecedor de causa. E sou testemunha do que V. Ex^a acabou de dizer sobre o seguro rural, uma luta de décadas acerca da qual, inclusive, farei uma pergunta. Entendo, de fato, que V. Ex^a e algumas outras lideranças ligadas ao setor agropecuário brasileiro deram uma grande contribuição para que a agricultura fosse respeitada, para que se encarasse o agricultor como um agente também responsável pela segurança alimentar, como um agente responsável pela estabilidade da moeda, para o que o agronegócio contribuiu especialmente nos últimos dez anos.

É claro que ainda restam alguns desafios que temos de vencer. Acredito que o Presidente Lula, ao convidar V. Ex^a, escolheu a pessoa mais indicada no momento para enfrentar esses desafios. O Ministério da Agricultura já teve **mais poder no passado**. Com as divisões de tarefas e o surgimento de outros Ministérios, a Pasta acabou perdendo, mas adquire um poder muito grande de influenciar a vida do País, porque V.

Exª fala com conhecimento, com paixão e com muita confiança – V. Exª transmite essa confiança. Isso é importante para quem está apontando os destinos que a agricultura brasileira deve seguir.

Quando V. Exª falou do seguro – sei que V. Exª sabe disso – é preciso que aqueles que estão nos ouvindo saibam que parece um desafio pequeno a enfrentar, mas é enorme. E se V. Exª deixar o Ministério daqui a alguns anos – não sei quantos – tendo deixado instalado no País um seguro funcionando, V. Exª terá cumprido um papel de destaque na história da agricultura brasileira. Direi como penso isso.

Acredito que não é possível falar em um seguro rural só com o poder do Estado. É preciso criar mecanismos que possam atrair as seguradoras estrangeiras, que foram atraídas para fazer seguro rural nos Estados Unidos, na França e em outros países onde a agricultura é desenvolvida, exatamente porque o Estado criou esses mecanismos trazendo segurança às seguradoras.

Ninguém vai fazer seguro de produção ou de safra no Brasil se não tiver a segurança de que não quebrará com um ano de funcionamento. E isso acontece mesmo, se acontecer uma intempérie climática: geada no Sul, seca no Nordeste ou chuva excessiva no período da colheita. Se o fato abranger uma região ou um Estado, a seguradora, com o prêmio pago, não terá como indenizar aqueles produtores daquela região, Estado ou grande região.

Então, se o Estado brasileiro não criar um fundo de estabilidade do seguro, é sonho pensar que poderemos criar o seguro. Estou caminhando para fazer a pergunta a V. Exª exatamente porque sei que está em elaboração um projeto de seguro rural. Pergunto: está prevista, nesse projeto de seguro rural, à criação desse fundo de estabilidade, sem o qual não acredito que possamos colocar um seguro permanente em nosso País?

Sobre os transgênicos, concordo integralmente com a posição de V. Exª, que hoje não pode ser externalizada, como podia ser antes de V. Exª ser Ministro, mas ficou muito claro aqui que V. Exª defende uma posição técnica a respeito do assunto, tirando-se o grau elevado de ideologia que se impõe na discussão do tema.

Até digo o seguinte: lá no Paraná, o Iapar, instituto que trabalha em sintonia com a Embrapa, está criando uma variedade de **citrus**, por meio da biotecnologia e da transgenia, resistente ao cancro cítrico. V. Exª sabe o quanto isso é importante. São Paulo tem o mercado, praticamente cativo, do suco de laranja, com quase 40% do suco de laranja do mundo,

porque se livrou do cancro cítrico. Mas o Paraná, não. Ficamos 40 anos proibidos de plantar, e foi preciso, quando eu era Secretário, mostrarmos que éramos capazes de produzir variedades resistentes ou tolerantes ao cancro cítrico. Mas, se tivermos um transgênico de **citrus**, vamos proibi-lo também, com base nessa teoria que defendem aqueles que acham que devemos interromper o processo, o desenvolvimento científico do nosso País, exatamente porque a questão ideológica está sendo colocada acima da questão técnica?

Sr. Ministro, há uma questão aqui que parece não ter importância, mas que tem muita importância: é preciso preservar o poder de decisão da CTNBio. Já ouvi, até mesmo de alguns integrantes do atual Governo, o discurso de que a CTNBio deve ficar apenas como órgão consultivo, para dar opinião para o Governo, eu fico muito temeroso de que essa decisão acabe no campo ideológico e não no campo técnico. E aí o Brasil terá de arcar com muitos prejuízos por essa decisão. Acredito que a CTNBio tem de ser não só preservada, mas fortalecida.

Todos aqui falam da Embrapa e a elogiam, dizendo que a Embrapa faz tudo certo. Mas a Embrapa está dizendo que podemos cultivar os transgênicos; aí, a opinião da Embrapa também não serve. A Embrapa realmente é uma empresa muito simpática, talvez, das empresas públicas do Brasil, a mais respeitada. É respeitada, mas quando diz que dá para plantar transgênicos e que temos de avançar nisso, aí não serve a opinião da Embrapa.

Sr. Ministro, faço a pergunta do seguro, exponho a minha opinião sobre transgênicos e faço uma pergunta bem rápida a respeito de um assunto muito importante, que é a agricultura orgânica. Já que se discute tanto a agricultura de transgênicos, a agricultura convencional, qual é também a intenção do Governo em relação ao apoio à agricultura orgânica, que acho tem um mercado enorme, inclusive em crescimento?

De resto, Sr. Ministro, não farei a réplica, para deixar a oportunidade para outros falarem, mas eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela forma como tem conduzido o Ministério da Agricultura, e muito mais pela boa parte da vida que V. Exª dedicou aos agricultores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, Sr. Ministro Roberto Rodrigues.

Antes, lembro a todos que o Sr. Ministro tem somente mais 30 minutos conosco, porque S. Exª tem, logo a seguir, outro compromisso.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Um compromisso aqui na Câmara dos Deputados. Almoçar não é o importante. Sempre digo que comer e dormir não são relevantes; basta ficar vivo.

Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, agradeço as palavras amigas de V. Ex^a, que é meu amigo de muitos anos, e, na verdade, as suas barbas estão ficando brancas, porque a estrada da vida tem sido dura na defesa do agronegócio. Aquilo que V. Ex^a diz é um reflexo do trabalho de V. Ex^a. Temos estado sempre juntos, e os méritos que, por acaso, eu venha a ter são méritos compartilhados com V. Ex^a e outros companheiros de viagem.

Quanto ao seguro, vou falar rapidamente. Ontem, fizemos uma reunião em São Paulo, quando convoquei IRB, Susep, Fenaseg, Febraban, resseguradoras nacionais e multinacionais, empresas de seguros do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o MDA, o Ministério da Fazenda, técnicos do Ministério da Agricultura, especialistas acadêmicos em seguros. Essas pessoas criaram ontem um grupo de trabalho para regulamentar o projeto de lei – que deve ser aprovado no Congresso brevemente – cuja vertente principal é um fundo de resseguro, sob pena de fracassar o processo. Trata-se de um fundo que teria, entre outras responsabilidades, cobrir eventuais tragédias climáticas mas também parcela do prêmio do seguro para alguns segurados. Realmente, o fundo de estabilidade é elemento fundamental para que o seguro funcione adequadamente. Estamos preocupados com essa questão também.

Quanto à agricultura orgânica, eu a defendo. No período em que era presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, visitei vários países do mundo nos quais a agricultura orgânica estava crescendo exponencialmente. E há um dado relevante, Sr. Senador: nos países nórdicos particularmente, onde a sociedade rica defende a agricultura orgânica, encara-a como uma cultura mais pura e mais interessante, as curvas de crescimento mostram que há um mercado para produtos orgânicos que corresponde a aproximadamente 20% do total do mercado de frutas e legumes. Ou seja, 20% do total do mercado de frutas e legumes é de produtos orgânicos, sendo que se paga pelo produto orgânico 25%, em média, a mais do que o que se paga por produto não-orgânico. Então, esse é um nicho importante do mercado, pois o preço é um quarto maior. Acontece, porém, que, se a produção de produto orgânico atingir 21%, ninguém compra o 1% excedente, porque o nicho é de 20%.

O que precisamos fazer? No Brasil, ainda estamos engatinhando na agricultura orgânica. Há uma

parcela mínima de consumo dos produtos orgânicos no mercado brasileiro. Penso que há aqui um gigantesco espaço para o crescimento da agricultura orgânica, como há também para o da agricultura tradicional e de outras áreas da agricultura. É preciso investir em pesquisa nessa área, mas é preciso que comecemos a fazer especulações sobre o mercado, para saber qual é o tamanho do mercado, qual é o tamanho do nicho de mercado para a agricultura orgânica brasileira e qual seria o volume de exportação de produtos orgânicos adequado para o Brasil.

O Paraná, por exemplo, já produz soja orgânica hoje, com agregação de valor interessantíssima, mas é um nicho limitado, e não ilimitado. Esse não é um mercado elástico, é um mercado que tem uma certa inelasticidade.

O Ministério da Agricultura está preocupado com o assunto e está olhando essa questão por estas duas vertentes: a do desenvolvimento tecnológico e a da medição do mercado potencial para essa atividade, para avançar nessa direção.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Iris Rezende.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Agora, iris de Araújo, Senador. Nome parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Também!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Caro Ministro, nem poderia expressar aqui a minha alegria! Já o fiz, no passado, pessoalmente, quando de sua ascensão a Ministro da Agricultura. Em algum momento de nossas vidas, da sua e da minha, encontramos e caminhamos um bom pedaço por aí juntos.

O SR. MINISTRO ROBERTO RODRIGUES – O que muito me honra, Senadora!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Obrigada, Ministro!

Obedecendo à orientação do Presidente, que é do meu Partido – costumo obedecer plenamente às orientações partidárias, em quaisquer circunstâncias –, serei brevíssima.

A Senadora Anja Júlia já colocou parte do meu questionamento – ela se referiu à questão do assentamento. Refiro-me a essa questão, Sr. Ministro, porque há anos acompanho a luta das trabalhadoras rurais brasileiras, muito especialmente daquelas que se dedicam às tarefas sazonais, nas lavouras de laranja, cana-de-açúcar e algodão.

Tenho lido estudos que mostram os constantes agravos que sofre a saúde dessas mulheres que, no

mais das vezes, trabalham sem qualquer proteção contra os perigos dos defensivos.

O Sr. Ministro, que se notabilizou pela eficiência na área das cooperativas de trabalhadores, as mulheres gostariam de perguntar-lhe como elas poderiam se organizar para, além dessas atividades sazonais, contar com o trabalho alternativo que lhes garantisse renda o ano todo. Faço essa sugestão, porque sei, Sr. Ministro, que V. Ex^a certamente encontrará os caminhos e os meios de melhorar a vida de nossas mulheres do campo, um segmento que me diz respeito e para o qual trabalho e tenho defendido. É esta a minha indagação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senadora, muito obrigado pela referência. Há uma parte da vida em que trilhamos caminhos comuns. Tenho gratas lembranças desse período e, olhando para ele, desejo que no futuro isso volte a se repetir.

O assunto que V. Ex^a coloca é relevante. Dados da Organização Internacional do Trabalho e da FAO mostram que, nos países em desenvolvimento, a mulher trabalhadora do campo tem uma participação numérica maior do que o homem. E mais do que isto: ela tem sido sistematicamente a gestora da renda familiar e do trabalho de condução de formação da família. Pessoalmente, como agricultor, sou testemunha desse processo e tenho comentado sistematicamente a frase que é pouco elegante, mas que retrata a realidade do campo brasileiro: os trabalhadores casados com mulheres que percebem a importância da vida e da família têm muito mais êxito do que aqueles casados com mulheres que não percebem essa importância. Então, a mulher tem tido realmente um papel determinante no sucesso e na voz dos trabalhadores rurais.

Senadora, penso que alguns pontos poderiam ser considerados pelo Parlamento brasileiro. Um deles tem a ver com a legislação trabalhista no campo, que tem que ser modernizada e diferenciada, no sentido de cuidar da mulher com um pouco mais de atenção. Na verdade, não tem havido nenhum diferencial em questões de tratamento, o que tem permitido a discriminação. Então, o mecanismo adequado para evitar a discriminação talvez seja uma legislação que iniba esse tipo de coisa.

A segunda questão que V. Ex^a levantou em relação às cooperativas de trabalho. No mundo desenvolvido de hoje, se formos ao Japão, por exemplo, vamos observar que meios da metade da renda das famílias e trabalhadores rurais e mesmo do pequeno trabalhador rural vem do homem. Isto é, mais da me-

tade vem de trabalhos da mulher na área de artesanato, confecção, costura, cozinha, porção de compostas e receitas, que serão vendidos em mercados locais. E esse é um trabalho que deveríamos desenvolver. Aliás, estou chegando de uma feira em Londrina, onde havia uma exposição da Embrapa e da Emater, no Paraná, em relação a esse assunto, mostrando que as mulheres de trabalhadores rurais e as mulheres trabalhadoras rurais estão produzindo uma renda adicional à sua atividade, exatamente em atividades não-agrícolas, cozinha, móveis, utensílios domésticos e artesanato local. Isso já está sendo desenvolvido pela Embrapa.

Se fizéssemos um esforço de organizar essas mulheres em associações ou em cooperativas que facilitassem o acesso à tecnologia e também ao material básico do seu trabalho, poderíamos criar uma renda adicional significativa para a mulher trabalhadora no campo.

Na África, Senadora, visitei algumas cooperativas de mulheres cooperativas de mulheres. Em Benin, curiosamente, há uma região interessante no interior. Quando houve a colonização pelos franceses, um rei de uma tribo africana resistiu à invasão, dizendo que ali os franceses só entrariam passando por sobre o seu cadáver, como de fato acabou acontecendo. Mas antes que isso acontecesse, todos os homens da tribo foram dizimados pelos exércitos franceses, e ele montou um exército de mulheres, chamado "as amazonas" – isso há 400 anos. Hoje, naquela região, chamada Abomei, a noroeste de Benin, existe uma cooperativa de mulheres que só trabalham com artesanato no campo, chamada Cooperativa das Amazonas.

Então, penso que há exemplos e modelos de artesanato que países tanto desenvolvidos, como o Japão, como países muito menos desenvolvidos, como Benin, em relação ao Brasil, podem nos oferecer para o trabalho cooperativado de mulheres do campo.

Obrigado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ministro, antes de passar a palavra ao último orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy – e em seguida quero que V. Ex^a profira as últimas palavras –, quero cumprimentá-lo. Dificilmente, vemos uma exposição tão clara, tão concisa e com tanto entusiasmo como a exposição de V. Ex^a, que demonstra capacidade e conhecimento.

Esta foi uma das grandes reuniões das duas Comissões aqui reunidas, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais. De tudo que V. Ex^a falou, acho que só há uma coisa que pode impedir o avanço da agricultura, da pecuária, do agronegócio, que, em última análise, foram os responsáveis pela sustentação e estabilidade da moeda, pois o campo é o responsável pelo superávit da balança comercial de pagamento – os números demonstram. Mas há uma coisa que é preocupante, apesar de não estar afeta a V. Ex^a. A violência urbana está aumentando consideravelmente no Brasil e parece que, ao lado dela, a violência no campo também cresce assustadoramente. Cumpre tomar medidas enérgicas nesse sentido, a fim de que o País possa continuar a produzir e ter aumento da produtividade.

Sou daqueles que defende reforma agrária, desde os tempos em que era estudante, mas feita dentro da lei, na terra improdutiva. As invasões desestimulam aqueles que estão produzindo. Daí por que manifesto a minha convicção, a minha certeza. Tenho o mesmo entusiasmo de V. Ex^a de que realmente o setor que V. Ex^a representa tão bem no Governo do Presidente Lula deslanchará, caminhará à frente de outros setores da economia, ainda por muito tempo.

Cumprimento V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Até para descontrair o ambiente, quero parabenizar o Ministro Roberto Rodrigues e dizer que, no minuto em que estive na Presidência, bisbilhotei o bilhete do assessor ou assessora do Ministro, lembrando o compromisso que S. Ex^a tinha na Câmara dos Deputados. Graças a Deus não estamos numa CPI, porque o bilhete terminava dizendo: “Ministro, estamos providenciando a pizza”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Embora o Ministro tenha afirmado que quando está trabalhando não sente fome, a assessoria cuida bem de S. Ex^a. Nós deveríamos ter essa mesma preocupação.

Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, V. Ex^a tem a palavra. V. Ex^a é o último orador e, logo a seguir, o Ministro Roberto Rodrigues terá a palavra para o encerramento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Ministro Roberto Rodrigues, diante do que V. Ex^a falou sobre os homens europeus terem dificuldade de encontrar uma mulher no campo e, por isso, abandonarem a agricultura, feliz é o Brasil, por V. Ex^a ter encontrado uma agrônoma e ter continuado na agricultura, dando uma contribuição tão significativa como

agrônomo e como Ministro, que nos tem ensinado tanto e cooperado para que o Governo do Presidente Lula se saia tão bem, inclusive nessa área.

V. Ex^a se mostrou entusiasta das cooperativas e mencionou a garantia de uma renda aos agricultores. A flexibilidade de preços e de salários com maior interação entre trabalho e capital, sobretudo os trabalhadores contratados não apenas por salários, mas também por participação nos resultados, em especial as cooperativas com uma forma mais avançada e um instrumento da garantia de uma renda como um direito à cidadania, segundo o economista laureado com o Prêmio Nobel, James Eduard Meade, seriam três os instrumentos fundamentais que permitiriam uma sociedade alcançar simultaneamente os objetivos de liberdade, igualdade e eficiência. Portanto, precisamos caminhar nessa direção, pois tenho certeza de que são instrumentos saudáveis e que apenas necessitam de aperfeiçoamento.

As cooperativas, sobretudo no campo da agricultura, são muito significativas, e é importante o apoio que V. Ex^a entusiasticamente tem dado a elas. Como estamos estudando projetos que as regulamentam, um dos pontos polêmicos refere-se à liberdade, prevista na Constituição, de associação das cooperativas às entidades. Considera V. Ex^a que a lei deve obrigar todas as cooperativas a se filiarem a uma única organização, como a OCB, ou avalia que se pode flexibilizar, conforme permite e reza a Constituição sobre a liberdade de associação?

Outra questão, nas suas observações sobre o Programa Fome Zero, V. Ex^a tem dito que o Ministério da Agricultura tem procurado ajudar, apoiar, e nesse sentido saíram cooperativas à frente, fazendo doações ao Programa, mas relacionando a questão das cooperativas e do apoio ao Programa Fome Zero, tendo em vista que o próprio Governo tem dado mais ênfase não à doação de cestas básicas e sim às formas de transferência de renda para que as próprias pessoas ou famílias decidam como gastar, não será mais adequado que, em vez de o Governo adquirir diretamente grandes quantidades das cooperativas, ele possa prover a garantia de renda onde estiver a população para que ela então, tendo a garantia de renda, possa escolher o que gastar, e assim estar estimulando o agricultor familiar, as cooperativas, etc.?

Vou ler uma decisão importante do Juiz Antônio de Souza Prudente, um dos que mais tem estudado o assunto dos transgênicos, para pedir sua opinião.

O Dr. Antônio de Souza Prudente assim expressou:

"No eco de tantas vozes autorizadas no mundo da biotecnologia a exigir prudência e segurança no trato de organismos geneticamente modificados, com vistas a proteger a vida e a saúde do homem, dos animais, das plantas, dos seres vivos em geral e de todo o meio ambiente, impõe-se a observância rigorosa do princípio da precaução na espécie."

"Se é assim, como poderia dar efeito suspensivo ao recurso para evitar dano irreparável à União? Qual o dano que sofreria essa entidade? Perda de recursos, de divisas? E o cidadão? A saúde, a vida? Desses dois bens, qual o que vale mais e que precisa ser protegido? Evidentemente, a saúde e a vida."

Talvez V. Ex^a, que é tão entendido da questão dos transgênicos, possa responder a pergunta até como uma questão de caráter pessoal.

Em sua residência, com respeito aos alimentos que V. Ex^a e sua família adquirem e comem, V. Ex^a tem a preocupação de saber se são transgênicos? Se porventura o forem, normalmente sua orientação seria a de que todos podem comer alimentos transgênicos ou sua recomendação seria a de que, se for transgênico, vamos precisar ter certo cuidado, não vamos exagerar porque não se sabe exatamente que mal pode fazer à saúde? Qual é a sua recomendação em casa para si próprio e para seus queridos?

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, isso é sinuca de bico. Vou sair com três tabelas. Em relação ao cooperativismo, a primeira questão de V. Ex^a – muito obrigado pelas questões, que são interessantes e estimulantes ao exercício da razão –, cooperativismo é uma doutrina universal, tem valores e princípios básicos, dogmáticos, unos, universalmente. São valores ligados à ética, honestidade e democracia; são sete princípios universalmente aceitos. É óbvio que não se pode fazer uma comparação dessa natureza, mas é como se fosse uma doutrina religiosa. Façamos a comparação malfeita com a doutrina religiosa. Se a religião é una, deve haver apenas um Papa, porque isso é o cisma da igreja. Os inimigos do cooperativismo desejam dividi-lo. O sistema capitalista mais selvagem tem pavor do cooperativismo porque ele é um instrumento de ameaça de concorrência. Por que o sistema financeiro no Brasil, durante anos a fio, negou pedal ao cooperativismo de crédito rural? Porque sempre soube que os principais bancos do mundo são cooperativos: Crédit Agricole, francês; o DG Bank, alemão; o Rabobank, holandês; o Nosrin Cnunkin, japonês; nos Estados Unidos, 40% do crédito rural é dos bancos cooperativos. No Canadá, é muito mais do que isso. Então, o cooperativismo é uma

ameaça ao modelo capitalista centralizador preocupado apenas com renda. Por isso, esses inimigos tentam sempre dividir o cooperativismo, até usando a boa-vontade e a honestidade intelectual de pessoas que falam que a Constituição Federal dispõe que existe liberdade de associação. Então, façam como quiserem.

Eu, Senador, defendo a unicidade de representação do sistema como forma de manter uma a doutrina e inibir que o sistema se divida para servir interesses de terceiros que querem destruir o sistema. Sou a favor da união do sistema, da monolítica articulação dentro do sistema. Por mais diverso que ele seja, por maiores que sejam as diferenças dentro dele, prefiro a unidade.

Fui Presidente da OCB e sempre conto um fato formidável na minha vida: em uma determinada semana, fui procurado por uma cooperativa de produtores de milho, que se queixavam de que o Governo estava prejudicando a produção de milho e pediam um esforço para melhorar seu preço.

Na mesma semana, fui procurado por uma cooperativa de produtores de frango, que se queixavam que o milho era caro, de má qualidade, não estava chegando na hora boa e precisava melhorar a qualidade do milho. E, por uma questão de consumo, questionava-se que o frango brasileiro era muito caro.

Senti, naquela semana, as contradições do sistema cooperativista, que fazem a beleza dele. É preciso que encontremos soluções dentro da unidade, para que não sejamos amanhã divididos, retalhados, em um cisma doutrinário que iniba o avanço desse formidável mecanismo de organização da sociedade.

Portanto, sou a favor da unicidade de representação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) –

Eu gostaria apenas de registrar que ouvi muitas pessoas que elaboraram um dos projetos, mas que são legítimas representantes do cooperativismo e têm outra opinião. Continuaremos nosso diálogo sobre isso, mas considere interessante sua resposta, porque nunca tinha ouvido de V. Ex^a essa opinião tão forte a respeito. Na medida em que existe a Igreja Católica e o Papa, eu, que sou católico, também admito a existência das demais igrejas cristãs e de todas as religiões, e a nossa Constituição assim permite.

Mas esse é um diálogo que teremos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde estão tramitando os projetos.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Conheço a opinião de V. Ex^a a respeito do assunto. Tenho debatido isso com outros estudiosos do cooperativismo e reconheço – como V. Ex^a, também sou católico – que outras religiões existam, mas não são católicas. O meu Papa é do cooperativismo. É só um o Papa do cooperativismo. Pode haver outra igreja, o que não tem importância, mas o meu Papa é um só.

E mais, Senador: fui Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas. Direi a V. Ex^a com orgulho: o modelo brasileiro é invejado no mundo inteiro. Poucos são os países que têm uma ordenação uma de cooperativismo que garanta, inclusive, a posição de órgão consultivo do Governo, como a OCB hoje em dia. Sei que aqui não é o fórum para isso, mas gostaria muito de debater com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Já está prevista uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre esse tema.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Irei com enorme prazer. A minha convicção é doutrinária. Estou firme na doutrina. Prego essa unicidade, porque a doutrina assim o exige.

V. Ex^a menciona uma segunda questão sobre o Fome Zero e a organização dos produtores. Quando citei o mecanismo de compra, articular os produtores como forma de trabalhar no Fome Zero, essa avenida tem duas mãos, e uma é a garantia da renda. Estou convencido de que a fome no Brasil é um problema de renda, emprego, salário, remuneração, para que o consumidor tenha acesso ao alimento. Quanto aos mecanismos, V. Ex^a aponta um cartão que permite ao consumidor comprar o que quiser. Trata-se, obviamente, de um ótimo mecanismo, e o Fome Zero fará isso mesmo. Mas, ao mencionar essa posição, e fui enfático nisso, defendendo a organização do produtor como forma de garantia de renda e, portanto, também o cliente de um programa de combate à fome, que terá sua renda. Vendendo sua produção por um preço definido, num primeiro momento, atenderá populações mais carentes, via mecanismos governamentais, e, num segundo, terá sua sobrevivência e sustentabilidade produtiva garantidas num futuro de longo prazo. Concorro com V. Ex^a. Nossas idéias não são conflitantes, mas complementares; elas se somam.

Quanto à última questão, Senador, a transgenia, fico muito desconfortável, porque, como membro do Governo, não posso aqui nem defender nem ser contra a transgenia. Estou tentando relatar, de maneira isenta, uma visão técnica do processo. V. Ex^a emite uma frase do eminente e grande juiz Dr. Prudente, mas respondi com uma frase da Organização Mundi-

al da Saúde, que poderia voltar a citar. Não sou mais que o juiz Prudente – e não quero ser –, mas também não sou mais que a OMS. Está escrito lá: “Os alimentos transgênicos atualmente disponíveis no mercado internacional passaram por rigorosa avaliação de risco, sendo improvável a existência de qualquer perigo à saúde humana. Jamais se presenciou qualquer efeito danoso às populações dos países onde têm sido consumidos há anos”.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Portanto, em casa...

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Essa pergunta que V. Ex^a me fez, Senador, foi-me feita no **World Economic Forum**, em Davos, há dois anos, num debate que tive com o pessoal do Greenpeace. Thilo Bode era o Diretor Executivo do **Greenpeace**, e houve discussão ampla, em que o princípio de precaução foi mencionado, ao qual também sou favorável. Mas ando de avião, senão, não chegaria a Brasília para o debate hoje. Se tivesse precaução no limite do risco, não andaria de avião e talvez não saísse de casa, ficasse quietinho, deixando a vida passar em brancas nuvens, sem ter assistido... “Quem passou pela vida em brancas nuvens e em plácido repouso adormeceu”. A coisa é mais ou menos por aí, Senador. Acredito que temos de pôr o peito à guerra e ir à guerra.

Essa pergunta feita por V. Ex^a também me foi feita em Davos, por uma linda senhorita, representante do **Greenpeace**. E fiz um convite a ela. Tenho 60 anos hoje, 4 filhos e 5 netos, que espero se multipliquem. Convidei-a para o meu centenário, no qual espero servir um bolo de morango que, se for transgênico, será muito bem-vindo.

Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade. Agradeço a todos os Srs. Senadores que me fizeram os questionamentos. Eu penso que, realmente, esse é o setor que responderá às demandas de crescimento do País. E não posso imaginar que a ciência seja marginalizada nesse processo. Por essa razão, acredito que a biotecnologia – e não a transgenia – é uma ciência absolutamente indispensável para que a ciência avance.

Muito obrigado pelas palavras generosas, Senador, e estarei sempre à disposição de V. Ex^a no Ministério da Agricultura bem como à disposição de todos os seus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, damos por encerrada mais esta reunião das Comissões de Assuntos Econômicos e de

Assuntos Sociais, que contou com a honrosa presença do Exm^o Sr. Ministro da Agricultura.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h34min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA OITAVA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 24 DE ABRIL DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta minutos, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, EDISON LOBÃO, LEOMAR QUINTANILHA, RENILDO SANTANA, ROSEANA SARNEY, LÚCIA VÂNIA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, EFRAIM MORAES, EDUARDO AZEREDO, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTE**. O Senador Sibá Machado justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação dos itens da pauta cujos relatores estejam presentes. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2002. Lido o parecer, a Senadora Íris de Araújo pede vista à matéria. O pedido é concedido. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2002. A Senadora Patrícia Saboya Gomes apresenta requerimento para que a CCJ apresente um parecer preliminar sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria. O requerimento é aprovado. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2001. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002. A matéria é retirada de pauta a pedido do autor. Item 7 – Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 2003. Lido o parecer, a Senadora Patrícia Saboya Gomes pede vista à matéria. O pedido é concedido. Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999 tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 569, de 1999. Lido o rela-

tório, fazem uso da palavra durante a discussão os Senadores Flávio Arns, Sérgio Cabral e Augusto Botelho. A matéria é retirada de pauta pela presidência da comissão. Item 9 – Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000. A Senadora Patrícia Saboya Gomes apresenta requerimento de sobrestamento, para que o Senhor Ministro da Saúde, Ministro Humberto Sérgio Costa Lima, seja ouvido sobre a matéria. Em discussão o requerimento, fazem uso da palavra os Senadores Edison Lobão, Patrícia Saboya Gomes, Augusto Botelho, Flávio Arns e Sérgio Cabral. Em votação, o requerimento é aprovado. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Romero Jucá**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em discussão a proposta. (Pausa)

Aprovada.

Item 1 da pauta. Decisão terminativa. Relator, Senador Flávio Arns.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, solicito vista do item 1.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria ao Senador Flávio Arns se quer fazer alguma observação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Com todo o prazer. Não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos declarar lido o relatório, já que foi distribuído, e conceder vista à Senadora Iris de Araújo. Se algum outro Senador quiser solicitar vista também, ela poderá ser coletiva.

Concedida vista à Senadora Íris de Araújo.

Item 2: Altera o art. 143 da lei para dispor sobre concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais segurados.

O Senador Álvaro Dias é o autor e o Senador Demóstenes Torres, Relator. Como o Senador Demóstenes Torres não está presente, vamos momentaneamente suspender esse assunto até a chegada do Relator.

Item 3: altera o art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho. O autor é o Senador Osmar Dias e o Relator o Senador Demóstenes Torres.

Sobre a matéria, está sobre a mesa um requerimento da Senadora Patrícia Gomes, que solicita parecer pela constitucionalidade, juridicidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Não sei se a Senadora gostaria de justificar o requerimento agora.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, é um requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É um requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tem que ser votado. Como faz parte da matéria, perguntaria à Senadora Patrícia Gomes se quer justificar o requerimento.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, na verdade não somos contra o projeto. Como se trata de matéria processual, gostaríamos que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fosse ouvida.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, voto a favor do requerimento da Senadora Patrícia Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em votação o requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade, com o voto do autor do projeto, Senador Osmar Dias.

Item 4: o autor é o Senador Osmar Dias e o Relator, Senador Teotônio Vilela Filho.

O Senador Teotônio Vilela Filho manteve contato com a Presidência da Comissão solicitando a retirada de pauta desse item, assim como do item 6. Disse ainda que gostaria de ter um entendimento com o autor do projeto, inclusive para reformular seu voto como Relator.

Atendendo ao pedido do Relator, Senador Teotônio Vilela Filho, estamos retirando momentaneamente de pauta tanto o item 4 quanto o item 6, dos quais o Senador Teotônio Vilela Filho é autor e o Senador Osmar Dias, Relator. Parece que há certo entendimento entre as partes para buscar um atendimento maior à população.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o Senador Teotônio Vilela Filho realmente entrou em contato comigo, ontem e agora de manhã, e explicou-me que quer estudar melhor o projeto, já que

ofereceu um parecer pela rejeição do mesmo. É claro que eu concordo com que ele analise novamente o processo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estão retirados de pauta os itens 4 e 6.

Item 5: o autor é o Senador Carlos Bezerra e o Relator, Senador Ney Suassuana, que também não está presente.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não sei se o Senador Osmar Dias, como Relator, gostaria de relatar ou fazer algum comentário, mas será concedido a vista.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, apresento um relatório. Como suplente da Comissão, não é certeza de que estarei aqui em todas as reuniões. Como estou presente hoje, poderei fazer uma apresentação rápida do relatório, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para apresentar o relatório do item 7.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho. S. Exª propõe garantias para o exercício das atividades agrícolas de pesquisa de forma sustentável, oferecendo alterações ao art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 1967.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Esse é o item 6, que foi retirado de pauta. É no item 7 que estamos agora. V. Exª também é o relator.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não é o nº 6?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não, o de nº 6 foi retirado de pauta, segundo o pedido do Senador Teotônio Vilela também. É o item 7, do qual V. Exª também é relator.

Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 05, DE 2003, que concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias. É autora a Deputada Kátia Abreu e Relator o Senador Osmar Dias. O parecer é pela aprovação do projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, esse é um projeto de lei que fez parte de uma ampla negociação na Câmara dos Deputados e foi aprovado após um acordo entre o governo e a oposição na época, porque foi aprovado em 2002. Ele foi remetido ao Senado, e V. Exª me designou relator. Vou resumir o relatório, já que houve a manifestação

de pedido de vista. Embora o relatório seja bem resumido, vou explicar esse projeto, porque ele é de difícil compreensão.

Ocorre que até abril de 1994 os empresários da agroindústria recolhiam à Previdência 20% sobre a folha de pessoal. No entanto, a partir de abril de 1994, passaram a recolher através de uma lei que foi aprovada, a de nº 8.170, 2,5% sobre o valor da produção. Mas que produção? A produção própria. Por exemplo, as usinas de álcool e de açúcar passaram a recolher 2,5% sobre o valor de produção da lavoura. A indústria de fécula de mandioca, por exemplo, de farinha de mandioca, passou a recolher sobre a produção da lavoura própria. Portanto, houve uma mudança de regra. De 20% da folha passaram a recolher 2,5% do valor da produção. Isso aconteceu de 1994 a 1997. Em 1997, o Supremo Tribunal Federal julgou uma Adin e decidiu que essa lei era inconstitucional, resolveu pela inconstitucionalidade da Lei nº 8.870, do §2º daquela lei. O que aconteceu? A partir daí a previdência passou a cobrar da agroindústria o pagamento da diferença, que ficou entre o que a lei anterior determinava que se recolhesse, ou seja, os 20%, e o que a lei que vigorou de 94 a 97 determinava, ou seja, o recolhimento de 2,5% sobre o valor da produção.

A Constituição é clara quando diz que quem paga um tributo ou imposto deve saber o que vai pagar antecipadamente, até para planejar a sua atividade e pagar. Existia uma lei vigorando, a Lei nº 8.870, que determinava uma forma de pagamento e essa forma de pagamento foi obedecida por toda a agroindústria. Então, o que estamos aqui votando é um projeto de lei específico, porque a Constituição determina que seja feito isso, para anistiar – a palavra mais conhecida é essa, aqui estamos falando em remissão de débito – essa diferença que a Previdência está cobrando e que não é devida, porque existia uma lei. Como ela foi declarada inconstitucional, está-se cobrando dos empresários que eles paguem aquela diferença que eles não sabiam que tinham que recolher e, portanto, não planejaram. Além de ser injusto, considero ilegal e até inconstitucional que se faça essa cobrança.

Entendo o pedido de vista, mas acredito que esse processo já demorou demais para ser analisado, e o próprio Ministério da Previdência está gastando muito dinheiro para entrar na Justiça contra esses projetos, que, fatalmente, serão anistiados no Senado Federal, se votarmos favoravelmente, é claro, e haverá perda para o Erário com o ingresso na Justiça de ações que não terão consequência. Então, acho que esse projeto merece a atenção dos Srs. Senado-

res. Precisa ser votado com urgência. Além da Comissão de Assuntos Sociais, vai passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Até consulto se, por esse fato, não seria interessante que votássemos o mérito social desse projeto – essa é a incumbência dessa Comissão – e deixássemos que a Comissão de Assuntos Econômicos, onde haverá uma nova etapa, julgasse a questão econômica por parte do Governo.

Não há perda, Sr. Presidente. É preciso que fique bem claro aos Srs. Senadores, que não há perda. O Governo não está perdendo dinheiro. O Governo pode até julgar que deixou de arrecadar. No entanto, quando elaborou o orçamento, não fez um planejamento sobre o que ele não arrecadaria, mas sobre a lei que vigorava. Portanto, não há perda para o Governo ou para a União. Por isso mesmo, entendo que, além de justo, é legal, constitucional e deveríamos votar o mais rápido possível para tirarmos esse peso da agroindústria brasileira, que tem dado contribuição enorme para geração de empregos e para a formação de divisas de que o País necessita para manter a estabilidade da moeda.

Creio que seria muito importante votarmos o mais rápido possível esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com o parecer elucidativo do Senador Osmar Dias, a matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA GOMES (PPS – CE) – Eu gostaria de insistir no pedido de vista. Eu até lamento que seja eu, Senador Osmar Dias, que esteja pedindo vista da matéria. Compreendo que a matéria é bastante importante, mas V. Exª também reconhece que se trata de tema complexo que merece o nosso aprofundamento.

Recebemos essa pauta na terça-feira, e apenas peço que tenhamos a oportunidade de discutir com mais profundidade, como merece o projeto e o relatório de V. Exª, que foi tão bem feito e que procurei estudar. Apenas peço um pouco mais de tempo para discutir melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não sei se algum outro Senador gostaria de pedir vista da matéria, para um pedido coletivo. (Pausa)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, faço um apelo para que seja atendido o prazo

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Daremos vista à Senadora Patrícia Saboya Gomes e marcaremos para a próxima reunião da Comissão o retorno desse item à pauta, já para discussão, tendo em vista

a premência do assunto levantado pelo Senador Osmar Dias.

O Item nº 8 da pauta tem como relator o Senador Sérgio Cabral, que não está presente.

O Item nº 9 da pauta tem como relator o Senador Reginaldo Duarte.

Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre falsificação de remédios, em farmácias e drogarias, e dá outras providências. É autor o Deputado Enio Bacci e relator o Senador Reginaldo Duarte. O parecer é pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado.

Com a palavra o Relator, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório:

“Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000, (Projeto nº 279, de 1999, na origem), de autoria do ilustre Deputado Enio Bacci, torna obrigatória a fixação em farmácias e drogarias de cartazes esclarecedores sobre como detectar remédios falsificados. No parágrafo único do art. 1º, a proposição determina que o cartaz deverá conter nome e horário de trabalho do farmacêutico responsável pelo estabelecimento.

Pelo art. 2º o infrator das disposições propostas ficará sempre sujeito às penalidades previstas no art. 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Por fim, pelo seu art. 3º, prevê-se a vigência da norma para data de sua publicação.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável, com emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. O Projeto foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, onde, transcorrido o prazo regimental, não recebeu emendas.

Análise

A proposição legislativa em análise tem por intuito proteger o consumidor de uma prática lesiva que só recentemente chamou a atenção da população: a falsificação de medicamentos.

A apresentação desse projeto na Câmara dos Deputados foi precedida de uma enxurrada de denúncias estarem sobre a disseminação dessa prática no Brasil.

Conforme a argumentação do autor, é impossível para o Estado fiscalizar cada lote de cada medica-

mento comercializado no País. Portanto, torna-se imprescindível que o maior interessado no assunto – o próprio consumidor – auxilie na fiscalização.

Consideramos, ainda, que será oportuna a veiculação de advertência sobre a falsificação de medicamentos nos meios de comunicação de massa, nos jornais, revistas e televisão.

O projeto atende aos requisitos constitucionais, visto que o inciso XII do art. 24 da Carta Magna confere à União o poder para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

A despeito do mérito louvável, o projeto traz algumas impropriedades concernentes à técnica legislativa. O termo remédio deveria ser substituído por medicamento por ser este mais específico e mais adequado.

Para atender o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve-se sempre dar preferência à modificação das legislações vigentes sobre determinação matéria. Somente em caso excepcional e com sólida comprovação será elaborado projeto de lei extravagante.

Dessa forma, considerando que já existe legislação federal que disciplina o comércio de drogas, medicamentos e correlatos – Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 –, julgamos que o mais adequado seria alterar a referida lei, em vez de propor uma nova sobre o mesmo assunto.

Parece-nos razoável ainda modificar a cláusula de vigência para conferir prazo para que os estabelecimentos se adaptem às determinações legais.

Dessa forma, o nosso voto é favorável ao projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000, promovidas as alterações seguintes, acima sugeridas.

Voto

Em função do exposto e considerando que o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2000, possui inegável mérito e atende os requisitos de constitucionalidade, o voto é por sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei da Câmara nº 108, substitutivo de 2000, altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, ~~nsumos farmacêuticos~~ e correlatos e dá outras providências para determinar a obrigatoriedade da fixação de cartazes pelas farmácias e drogarias, orientando sobre a falsificação de medicamentos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Acrescente-se o 2º e 5º artigo à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

(.....)

Art. 56 – Ficam as farmácias e drogarias obrigadas a fixar, em local visível ao público, cartazes contendo advertências e esclarecimentos sobre como detectar medicamentos falsificados.

Parágrafo único – Os cartazes de que trata este artigo deverão conter o nome completo do farmacêutico responsável pelo estabelecimento, bem como o seu horário de trabalho.

(.....)

Art. 2º – Essa lei entra em vigor 120 dias após a sua publicação.”

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Reginaldo Duarte.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, sou favorável ao projeto. Se não me engano, há um requerimento da vinda do Ministro da Saúde a esta Comissão. Como esse é um assunto que tem preocupado a todos nós, inquiete-me se isso não pode ser repassado para os preços dos remédios.

Sou favorável à matéria. Não quero polemizar, de forma alguma. Se houver algum acordo, que seja ouvido o Ministro, senão o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, inscrevo-me ao pensamento da Senadora Patrícia Saboya Gomes, entendendo que, de fato, já que aqui virá o Ministro, nada custa ouvi-lo também sobre essa matéria. Se isso importa em elevação de preços dos remédios, então estaremos causando um dano e não um benefício aos consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, devemos considerar o custo benefício para o cliente. Se ele comprar um remédio falsificado,

vai gastar o dinheiro e não tomará remédio algum. Se houver um acréscimo pequeno de custo, justifica-se pela segurança do medicamento para o consumidor.

Sou favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só quero ressaltar também que não vejo como isso possa implicar os custos dos medicamentos porque, na verdade, são programas de esclarecimento que o Ministério da Saúde, sem dúvida, deve fazer para toda a população.

É obrigatório o fato de que deve haver na farmácia, em local bem visível, um cartaz alertando para que se tomem precauções em relação à data de vencimento dos medicamentos e à possibilidade de a caixa estar aberta. No cartaz, também deveria constar o nome do farmacêutico responsável, o que seria um grande benefício para a população. Sabemos que isso não acontece em muitas farmácias pelo Brasil, como também não acontece a permanência desse profissional na farmácia, o que deveria constar também no cartaz.

Na verdade, a implicação do custo não vai acontecer, porque o próprio Ministério e os próprios órgãos de saúde deveriam, em termos do código do consumidor, fazer com que isso acontecesse.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador, nem a Senadora Patrícia e nem eu, nenhum de nós coloca-se contrariamente à aprovação do projeto, apenas desejamos ouvir o pensamento técnico do Ministro da Saúde.

Há uma outra exigência legal, no que diz respeito às farmácias, no sentido de que cada farmácia deve ter um farmacêutico que responda por ela. A mim me parece uma exigência absolutamente necessária e, todavia, não se cumpre. Por quê? Porque isso importa elevar significativamente os custos de uma pequena farmácia do interior do Estado de cada um de nós.

Portanto, deveremos ter cuidado com as leis impraticáveis, com as leis que acabam caindo em desuso e essa poderia vir a ser uma delas. Mas eu não sou contrário ao projeto, apenas gostaria de ouvir, sim, tanto quanto a Senadora, o pensamento técnico do Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Senador Sérgio Cabral para discutir.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Creio que a intenção da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Edison Lobão é a de aperfeiçoar a implantação desse projeto. Acho que, no mérito, os Senadores não são contra, então, por que adiar a votação? Do ponto de vista técnico, concordo com os que defendem a tese da votação imediata, porque é um projeto que está na linha da defesa do consumidor, é um projeto de fácil implantação, na linha do esclarecimento ao cidadão, esclarecimento dos seus direitos, o que é um tema fundamental desse início do século XXI num País como o nosso, que ainda engatinha no processo de implantação de cidadania, de democracia.

Portanto, foi muito positivo, o Relator foi muito feliz no seu substitutivo e não devemos depender de uma palavra do Executivo para um projeto tão cidadão como esse.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Existe uma proposição colocada, da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Edison Lobão, no sentido de que se sobrestasse a matéria para discussão também com o Ministro da Saúde, na sua vinda aqui. Como é uma proposição formalizada, coloco em discussão e votação.

Temos duas opções: ou sobrestar a matéria para discussão com o Ministro, ou votá-la de imediato, que também é posição de alguns dos Srs. Senadores, inclusive de parte da Bancada médica da Comissão.

Em discussão o requerimento de sobrestamento. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento de sobrestamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Requerimento aprovado, contra os votos dos Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Iris de Araújo e Sérgio Cabral.

O Item 10 da pauta, apesar da presença do Senador Sérgio Cabral, Relator da matéria, é terminativo e não estamos com quorum para votação terminativa. O Item 8 é também terminativo e vamos retirá-lo de pauta. Também, a pedido da Senadora Ana Júlia Carepa, Relatora da matéria, vamos retirar de pauta o item 10, que também é decisão terminativa. A Senadora Ana Júlia Carepa não está presente, está em viagem ao Estado do Pará com a Subcomissão de Mineração da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, repito, essa matéria também fica sobrestada.

Há, sobre a mesa, dois requerimentos. O primeiro, do Senador Álvaro Dias, no sentido de que seja convidado o Presidente do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, Dr. Gilberto Linhares Teixeira, para uma oitiva perante a Comissão de Assuntos Sociais, em audiência pública realizada para subsidiar o Projeto de Lei nº 25, de 2002, que define o ato médico e outras providências.

Portanto, trata-se de um requerimento de aditamento ao convite de alguns segmentos para discutir a matéria. Como o Senador Álvaro Dias não está presente, também assinei o requerimento, como co-autor, para que possamos discuti-lo e votá-lo.

Em discussão o requerimento do Senador Álvaro Dias. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para uma questão de ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nos jornais de hoje há matérias acerca de uma reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores com a Ministra Benedita da Silva. Tal reunião deixou-me curioso. Então, para que não seja apenas um privilégio da Bancada do PT, eu, como membro da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de saber se já está marcada a vinda da Ministra Benedita da Silva a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nobre Senador, informo a V. Ex^a que o requerimento de convite formulado à Ministra para vir a esta Comissão já foi aprovado. No entanto, a ex-Senadora e Ministra Benedita da Silva pediu-nos um prazo para marcar a data de sua visita, porque S. Ex^a estaria estruturando alguns programas. Portanto, tendo em vista a colocação de V. Ex^a, ratificaremos o convite a S. Ex^a.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, formalizo um requerimento verbal para que esta Comissão delibere pela vinda da Ministra Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Comissão já deliberou, Excelência. A Ministra pediu-nos um prazo para marcar a data da visita de S. Ex^a.

Informo a V. Ex^a que reiteraremos a premência do convite, tendo em vista as notícias de atraso de

programas sociais, além de alguns problemas que vêm ocorrendo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Conheço a Ministra, e certamente S. Ex^a não vai se negar a comparecer a esta Comissão. Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com certeza.

Há um requerimento sobre a mesa do Senador Osmar Dias, que requer a realização de audiência pública, a fim de instruir o PL nºs 209, de 2002, que dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, do qual foi designado Relator. Sugere sejam convidados o Sindicato da Indústria de Produtos para a Saúde Animal, o Sindan, a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em discussão o requerimento do Senador Osmar Dias. (Pausa)

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, explicarei rapidamente o motivo do requerimento.

Sr. Presidente, o projeto propõe que, a exemplo dos medicamentos humanos, se faça também para a agricultura os genéricos. Só que há uma polêmica nesse assunto, já que muitos acusam o ingresso de insumos, defensivos agrícolas e agrotóxicos clandestinos no país, de fabricação duvidosa e que poderiam trazer prejuízo aos produtores rurais, que, ao comprar esses insumos pensando que estariam ganhando, em função do preço menor, poderiam estar perdendo. E como acho que temos que considerar os dois lados, ou seja, devemos reduzir o custo dos insumos aos produtores, mas oferecer-lhes segurança, estou solicitando uma audiência pública para que os dois lados possam, aqui, expor suas razões, e, a partir daí, posamos emitir o parecer sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão o requerimento do Senado Osmar Dias. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Informo a V. Ex^{as} que há número suficiente para votação terminativa.

Portanto, voltamos ao Item 8 da pauta.

O Relator é o Senador Sérgio Cabral, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 287, de 1999, do ilustre Senador Ramez Tebet, visa conceder aos maiores de 60 anos desconto de 30% no valor regular das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais, exceituando-se o serviço seletivo de transporte, assim compreendidos os que ofereçam condições excepcionas de conforto.

Posteriormente foi apresentado pelo ilustre Senador Luiz Estevão o Projeto de Lei nº 569, de 1999, que garante aos maiores de 60 anos o direito ao desconto de 50% sobre o valor da tarifa normal das passagens aéreas dos vôos domésticos, instituindo como requisito para obtenção do benefício apresentação da cédula de identidade e sancionando o descumprimento da Lei com multa correspondente a mil Ufir's.

Os projetos foram apensados por decisão do Plenário de 11 de abril de 2000.

O ilustre Senador Gilvam Borges, designado Relator nesta Comissão, apresentou o seu relatório no sentido de se aprovar um substitutivo. Posteriormente, houve pedido de inclusão na Ordem do Dia, em razão do decurso de prazo, apresentado pelos Senadores Ramez Tebet e Jonas Pinheiro, tendo o então Presidente do Senado Jader Barbalho solicitado pronunciamento desta Comissão para que a referida inclusão pudesse ocorrer.

É o relatório, Sr. Presidente.

Merecem aplausos as iniciativas dos ilustres Senadores autores dos Projetos de Lei ora em discussão.

Algumas considerações sobre os Projetos, no entanto, são necessárias a fim de que os aperfeiçemos.

Ambos pretendem oferecer descontos no transporte para maiores de 60 anos. Melhor seria, porém, para se manter o parâmetro da Constituição Federal, inserido no §2º do seu art. 230, que o benefício de desconto no transporte seja concedido aos maiores de 65 anos.

No que diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, a inclusão do desconto no transporte intermunicipal seria inconstitucional, tendo em vista que a Constituição Federal, no seu art. 21, inciso XII,

deferir à União apenas os serviços de transporte interestadual e internacional.

O desconto para transportes internacionais também não é juridicamente possível, pois dependeria de tratado ou convenção internacional, com a participação da IATA. Além disso, tal desconto traria enormes dificuldades para as empresas aéreas nacionais competirem com as internacionais, o que evidentemente não é de interesse nacional.

O substitutivo apresentado pelo Ilustre Senador Gilvam Borges desnatura, com a devida vênia, por completo os projetos, já que determina aplicação dos descontos somente nos novos contratos de concessão que vierem a ser formados.

Tal proposta tira completamente a efetividade da lei ora em discussão, além de gerar uma inconstitucionalidade, tendo em vista que haveria tratamento diferenciado para os novos concessionários, violando o princípio da isonomia, o que implicaria na impossibilidade de concorrerem em igualdade de condições com os concessionários titulares de contratos antigos.

Portanto, diante do exposto proponho, Sr^{as.} e Srs. Senadores, um substitutivo aos Projetos de Lei nºs 287, de 1999, e 579, de 1999.

Diz o Substitutivo:

“Dispõe sobre a concessão de desconto no transporte interestadual para maiores de 65 anos, e dá outras providências.

Art. 1º. Aos maiores de 65 anos fica assegurado o direito a desconto de 50% no valor das passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas para deslocamentos interestaduais.

§ 1º. Excetuam-se do disposto desse artigo os serviços seletivos de transporte assim compreendidos os que ofereçam condições excepcionais de conforto, tais como primeira classe, classe executiva e ônibus leito;

§ 2º. A cédula de identidade do interessado é o documento comprobatório exigível para o exercício do direito previsto do **caput** desse artigo.

Art. 2º. A inobservância do disposto no art. 1º implicará em multa para a empresa infratora nos valores correspondentes aos índices de um mil Ufir's a dez mil Ufir's a ser aplicada pelo Ministério dos Transportes”.

Sr. Presidente, creio que com esse dispositivo nós atendemos a essência do interesse dos dois projetos anteriores, índole de correta proposta, que é permitir que o cidadão da terceira idade neste País seja estimulado a sair de casa, a viajar, a conhecer novos destinos, novos lugares, o seu País. É assim em qualquer país civilizado do mundo. Na Europa,

nos Estados Unidos, no Canadá há uma política junto às transportadoras aéreas e ferroviárias para o cidadão da terceira idade.

Nós, aqui, não estamos fazendo nenhum favor; apenas, com muito atraso, permitindo que esse direito seja exercido. No meu Estado, o Rio de Janeiro, a legislação que apresentei em defesa da terceira idade tem sido cumprida com muita felicidade pelo setor privado, até se beneficiando economicamente do estímulo ao consumo pela terceira idade. Algumas companhias aéreas praticam descontos superiores, mas creio que, ao garantir o desconto de 50% nas tarifas interestaduais, nos transportes rodoviário, aéreo e ferroviário, com atraso, o Brasil e o Congresso Nacional se integram a um cenário já praticado no Primeiro Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em discussão o relatório do nobre Senador Sérgio Cabral, que apresenta substitutivo.

O nobre Senador Sérgio Cabral apresenta um relatório importante para a sociedade brasileira e, como **expert** do assunto – apesar da pouca idade –, coloca em debate questão extremamente importante.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, prestei bastante atenção ao relatório e às ponderações do Colega, o nobre Senador Sérgio Cabral, mas tenho dúvidas bastante grandes em relação ao projeto, em primeiro lugar, de ordem econômica. Não sei se houve uma audiência pública ou um debate com as empresas das redes ferroviária, rodoviária e aérea para se saber o impacto disso sobre um setor que anda extremamente combatido econômica e financeiramente. Fico pensando como esse impacto, do ponto de vista econômico, afetaria as atividades dessas empresas.

Concordo com o argumento da necessidade de uma política voltada para as pessoas da terceira idade, beneficiando-as na área do turismo e do lazer. Isso seria muito importante para o País também.

Do ponto de vista econômico, tenho dúvidas nesse sentido. Do ponto de vista social, tenho também muitas dúvidas, porque, na verdade, teríamos de privilegiar pessoas que tivessem menos recursos, facilitando o seu deslocamento para os diversos cantos do País. Dentro dessa legislação, não temos um mecanismo para separar quem tem condições de pagar por uma passagem aérea de quem, na verdade, teria mais dificuldades para esse pagamento.

Do ponto de vista das políticas, de maneira geral, as próprias empresas podem ter iniciativas voltadas para o incentivo das pessoas que porventura desejem viajar pelo País, oferecendo descontos, muitas vezes em horários e situações especiais, podendo chegar a 50% ou a percentuais até maiores.

Tenho muita dificuldade, em relação a esse projeto, antes de uma discussão maior com o setor e até com o próprio Ministério do Turismo. Seria interessante a presença do próprio Ministro para discutir o projeto, e S. Ex^a, talvez, já tenha até sido convidado pela Comissão. Poderíamos ter, assim, um pensamento mais consolidado e mais justificado, um posicionamento em relação ao projeto. Em função de todos esses aspectos, apesar de percebermos a importância e a necessidade de se incentivar a terceira idade, entendo ser necessária uma discussão maior.

Portanto, em princípio, sou contrário à sua aprovação hoje, buscando a possibilidade de discussão maior do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Cabral para discutir.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas observações ao nobre Senador Flávio Arns. A preocupação de S. Ex^a com o mercado foi também manifestada em outras situações, no meu Estado, Rio de Janeiro, quando da aplicação de leis que permitiram descontos para a terceira idade.

Lembro-me de que, numa discussão com os proprietários de salas de exibição de cinema no Estado do Rio, muitos deles levantavam argumentos como o de V. Ex^a no que se refere ao mercado. Eu lhes disse – lembro que usei o exemplo do transporte rodoviário ou aéreo – que era muito melhor para eles terem a poltrona ocupada com alguém pagando 50% do que tê-la vazia e que aquela sessão jamais seria recuperada por eles, na vida.

Senador, os setores aéreo e rodoviário vão mal porque faltam passageiros. Cabe ao Estado não intervir no mercado, mas estabelecer regras para o mercado. Estamos nos referindo a concessões públicas. O transporte aéreo e o transporte rodoviário interestadual são concessões públicas e o concessionário tem que ter compromissos com a cidadania e não apenas com o mercado. Há companhias aéreas que chegam a conceder, na baixa estação, até 70% de desconto, algo superior ao que estamos propondo.

A garantia que queremos estabelecer já é regra em muitos países de Primeiro Mundo. Certamente,

não promoveremos a falência de empresas. Ao contrário, estaremos estimulando mais brasileiros a viajarem, a conhecerem o seu país ou a visitarem os seus parentes, usando o transporte aéreo e o rodoviário. Penso até que deve haver uma regulamentação por parte do Ministério dos Transportes quanto a esse direito. Não cabe ao legislador fazê-lo, mas ao órgão do Poder Executivo concedente. De qualquer forma, estamos diante da possibilidade de avançar bastante, Senador.

Não estaremos resolvendo as questões sociais; estaremos apenas indicando e permitindo o que já é garantido em muitos países. Nenhuma empresa vai quebrar por conta dessa lei. Pelo contrário, as empresas estão quebrando, sobretudo as aéreas, por uma política tarifária incompetente, burra. Creio que é uma oportunidade que o Congresso tem de avançar, como eu disse, no exercício da cidadania, mas sem ferir as regras do mercado. Penso que no Brasil se confunde muito: ou o Estado é interventor, ou pratica-se o **laissez-faire, laissez-passer**. Não concordo com uma nem com outra posição.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passarei, em seguida, a palavra ao Senador Augusto Botelho.

Antes, porém, gostaria de informar que concederei vista coletiva da matéria para que na próxima semana possamos voltar a discuti-la.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Como todos sabem, sou Senador de primeiro mandato, é o primeiro mandato eletivo que estou exercendo. Estou acostumado a ler fórmulas de remédio, fórmulas químicas e tratados médicos. Tenho uma dúvida e gostaria de vê-la esclarecida pelo nobre Senador Sérgio Cabral.

Se eu fosse dono de uma empresa aérea e quisesse dar um desconto de 70%...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não está impedido.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas aqui embaixo, V. Ex^a disse que, se não cumprir o art. 1º, levo uma multa de um determinado valor. Leia bem o seu artigo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não, Senador, mas isso é para ir para baixo, não para cima. Vale para menos, não para mais.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Se der 70% não vou estar observando o previsto no artigo. “A inobservância do art. 1º implicará multa de...” Se o juiz resolver me multar, ele vai me multar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB - RJ) – Não. A lei se preocupa em garantir o direito. Se o concessionário desejar oferecer mais, não estará infringindo absolutamente nada. Penso que isso é óbvio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT - RR) – Talvez falte uma palavra nessa lei, como, por exemplo, “de, no mínimo, 50%” ou algo parecido para ficar bem claro. Penso que está faltando acrescentar isso e era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Secretaria da Mesa informa que já foi concedida vista dessa matéria na Legislatura passada e, portanto, isso não pode ocorrer novamente. Assim, retiro de pauta, até para que o Relator possa averiguar essa colocação feita pelo Senador Augusto Botelho, do ajuste de texto, e, na próxima reunião, recolocaremos a matéria para discussão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB - RJ) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por fim, requerimento da Senadora Lúcia Vânia, que também estou subscrevendo, tendo em vista a ausência de S. Ex^a, convidando o Ministro do Trabalho e o Ministro da Justiça, para discussão sobre tema de trabalho e segurança nas cidades.

Em discussão o requerimento da Senadora Lúcia Vânia, de convite aos dois Ministros. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras teriam mais alguma colocação?

O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) – Eu teria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, só a título de colaboração. Eu estava atentamente ouvindo a discussão sobre o problema da obrigatoriedade dos farmacêuticos na comercialização de medicamentos. Logo em seguida, surgiu o tema relativo a atos médicos. Então, eu queria lembrar que, em boa hora, surgiu nesta Comissão, tão bem presidida por V. Ex^a, a Subcomissão Temporária de Saúde, tão bem presidida pelo médico cardiologista Senador Papaléo Paes, cujo Vice-Presidente está presente também, o experimentado homem de saúde que é o nosso Senador Augusto Bote-

lho. Então, já que aquela Comissão é específica e para lá foram aqueles que tinham uma experiência maior no assunto, eu sugeriria que esses assuntos relativos à saúde – que serão muitos, agora e doravante –, como esse da presença de farmacêutico e de atos médicos, passassem por lá, para valorizar a Subcomissão e dar um encaminhamento melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a colaboração e as colocações do Senador Mão Santa. Quero registrar que faremos esse tipo de encaminhamento e que a audiência pública será uma audiência pública da Comissão, para que os outros Senadores que não façam parte da Subcomissão possam participar, mas, efetivamente, na tratativa de temas específicos, iremos fortalecer, com certeza, não só a Subcomissão de Saúde, mas todas as quatro Subcomissões, que já começaram a trabalhar e estão desempenhando um papel importante.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB - RJ) – A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos Senadores Aelton Freitas, Iris de Araújo e Leomar Quintanilha que permanecessem para uma rápida reunião da Subcomissão Temporária do Idoso, após o encerramento da CAS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, registrando que, na próxima quinta-feira, não haverá reunião, por se tratar de feriado. Portanto, pautaremos a próxima reunião da Comissão, na outra semana.

(Levanta-se a reunião às 11h e 20min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA NONA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 08 DE MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quinze minutos, do dia oito de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senhor Senador **ROMERO JUCÁ**, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **EURÍPEDES CAMARGO**,

FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, ÍRIS DE ARAÚJO, EDISON LOBÃO, RENILDO SANTANA, LÚCIA VÂNIA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DULCÍDO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAES, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, e OSMAR DIAS. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro da Saúde, **MINISTRO HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA**, com a finalidade de atender aos requerimentos nº 02-CAS/2003, de autoria do Senador Romero Jucá, para DISCORRER SOBRE AS PROPOSTAS concernentes à área de atuação do Ministério da Saúde DE Nº 05-CAS/2003, de autoria DOS SENADORES ROMERO JUCÁ E da ANA JÚLIA CAREPA, a fim de debater sobre os produtos denominados transgênicos DE Nº 15-CAS/2003, DE AUTORIA DO SENADOR ROMERO JUCÁ, a fim de subsidiar os trabalhos dessa Comissão sobre o PLC nº 03/2002 E O Nº 17-CAS/2003, DE AUTORIA DA SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES a fim subsidiar os trabalhos dessa Comissão sobre o PLC nº 108/2000. O Senhor Ministro faz uso da palavra para a sua exposição inicial. Participam das interpelações ao Senhor Ministro, os Senhores Senadores **ANA JÚLIA CAREPA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, MÃO SANTA, ANTERO PAES DE BARROS, ROMERO JUCÁ, OSMAR DIAS, ALOÍZIO MERCADANTES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ÍRIS DE ARAÚJO, AUGUSTO BOTELHO, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE, EURÍPEDES CAMARGO E EDUARDO SUPPLY.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Romero Jucá**, Presidente da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) — Declaro aberta reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, que se realiza hoje, dia 8 de maio de 2003.

O item inicial desta reunião é a exposição do Ministro da Saúde, Sr. Humberto Sérgio Costa Lima, atendendo a requerimento dos Senadores Romero Jucá e Ana Júlia Carepa.

Solicito ao vice-Presidente da Comissão, Senador Papaléo Paes, à Senadora Patrícia Gomes e ao Senador Tião Viana que conduzam o Ministro até este plenário. (Pausa.)

(É introduzido no plenário o Sr. Ministro Humberto Costa.)

Convido o Vice-Presidente da Comissão, Senador Papaléo Paes, para tomar assento à mesa dos trabalhos.

Sr. Ministro Humberto Costa, V. Exª foi convidado para esta audiência na Comissão de Assuntos Sociais tendo em vista a série de assuntos relevantes que comanda no Ministério, assuntos que têm correlação direta com a atuação desta Comissão.

Quando convidamos V. Exª havíamos pautado inicialmente apenas as questões da política de medicamentos, do controle de preços, da ampliação do teto do SUS, enfim, questões estruturais da atuação do próprio Ministério da Saúde e desta Comissão de Assuntos Sociais. Entretanto, com o decorrer do tempo, surgiram também questões conjunturais extremamente graves e que têm preocupado todo o País, como a utilização das UTIs — lembro o que está ocorrendo na cidade de Fortaleza, onde V. Exª esteve — e também, mais do que isso, a pneumonia asiática, que, efetivamente, é um drama que se transforma em desafio a ser enfrentado por todos os países.

Espero que, nessa apresentação e em seguida no debate, possamos discorrer sobre todas as questões, para que não só as Senadoras e os Senadores, mas também o público que acompanha esta reunião pela **TV Senado** possa conhecer a atuação do Governo nessas diversas áreas.

V. Exª dispõe de trinta minutos para sua exposição. Posteriormente, iremos abrir a palavra ao plenário.

Estão inscritos, como autores do requerimento, além de mim, as Senadoras Ana Júlia Carepa e Patrícia Saboya Gomes e os Senadores Mão Santa e Papaléo Paes.

Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA — Sr. Presidente, Senador Romero Jucá, demais Senadores aqui presentes, quero inicialmente agradecer a oportunidade de estar aqui para discorrer um pouco sobre o Sistema Único de Saúde, as propostas de nossa gestão à frente do Ministério e também para

abordar os temas relevantes a que se referiu o Senador Romeo Jucá.

Utilizarei esse tempo que me foi disponibilizado para rapidamente apresentar um pouco do panorama do Sistema Único de Saúde no nosso País, o que entendemos como os problemas que o sistema tem, os desafios e as proposições para o enfrentamento dos problemas e a superação desses desafios.

Peço licença para ficar em pé.

O Sistema Único de Saúde neste ano completa 15 anos da sua criação. Na verdade, o processo de implantação ocorreu dois anos depois, com a Lei Orgânica da Saúde.

Repetirei algumas coisas de que temos conhecimento: a saúde, na Constituição brasileira, é definida como um direito de cidadania, um dever do Estado e resulta de políticas públicas que elevam a qualidade de vida, um conceito amplo de saúde. O arcabouço jurídico legal é adequado, temos basicamente três grandes referências legais que dão esse arcabouço ao SUS: a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Saúde, que é a Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142, que definiu processos de participação social e de descentralização.

A organização do Sistema Único de Saúde é orientada pelos princípios da universalidade, ou seja, todos têm direito ao acesso e o Poder Público tem a garantia de viabilizar pela integralidade, ou seja, o indivíduo deve ser visto como um todo e as ações de saúde devem contemplar tanto a promoção em saúde, com o estímulo à adoção de hábitos saudáveis e comportamentos ou atitudes que favoreçam a manutenção ou a elevação dos níveis de saúde; a equidade, que é justamente a tentativa de se dar uma atenção diferenciada aos diferentes, fazendo com que o Poder Público atue principalmente no sentido de atender aos mais pobres; a descentralização, que é o processo que permite que Estados, Municípios Governo Federal tenham funções específicas e que caiba a execução das ações ao Município, em parte aos Governos estaduais, com papel de articulação entre os Municípios e o Ministério da Saúde com o papel de co-financiar o sistema, normatizar e garantir apoio técnico aos outros níveis de atenção. O controle social, com a participação da população, mediante os conselhos municipais, estaduais e o Conselho Nacional de Saúde é onde isso está mais avançado das políticas sociais todas.

Temos instrumentos normativos suficientes. As normas operacionais básicas de 1991, 1993, de 1996 e a norma operacional de assistência à saúde de 2001 e 2002 definem os papéis dos Estados e Municípios, do

Governo Federal, definem ~~galeria~~ níveis de gestão diferenciada para cada um desses Municípios, o que garante uma maior ou menor execução das ações de saúde no Município, as transferências de recursos fundo a fundo, enfim, toda uma normatização.

Uma pesquisa recente que fizemos, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde traz alguns dados importantes, até para perdemos essa visão de que o SUS é um sistema que atende somente os mais pobres. Noventa por cento da população brasileira é, de algum modo, usuária do SUS, ou seja, é um sistema que atinge uma parcela significativa da população, seja utilizando uma campanha de vacina contra a gripe para os idosos, seja utilizando os serviços ambulatoriais ou numa área de alta complexidade; 28,6% usam exclusivamente o SUS; 61,5% usam o SUS e algum outro sistema de atenção à saúde e só 8,7% da população afirmam que não usam o Sistema Único de Saúde.

Qual é a complexidade do contexto desse sistema? Um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com um processo de urbanização intenso, que tem uma relação paradoxal entre as Unidades federadas, apesar da existência de uma autonomia formal. Na prática, temos políticas administrativas centralizadas, paternalistas e uma estrutura econômica e social heterogenia; no quadro sanitário, uma convivência de doenças típicas do desenvolvimento: tuberculose, hanseníase, malária, dengue e outras, com demandas crescentes por serviços de ponta, como transplantes de órgãos.

Para que V. Ex^{as} tenham idéia da dimensão e do papel que o SUS exerce na sociedade brasileira, vou apresentar alguns dados gerais.

O SUS tem 63.650 unidades ambulatoriais que, em média, realizam 153 milhões de procedimentos por ano. Isso é relativo a 2.002.

Temos 5.794 unidades hospitalares, com um total de 441.045 leitos, que são responsáveis por mais de 900 internações por mês, e um total de 11.700 milhões de internações por ano, no Brasil.

Ainda sobre a assistência ambulatorial, o Brasil é um dos poucos países do mundo que garante assistência integral, envolvendo promoção, prevenção – totalmente gratuita a assistência para portadores de HIV, principalmente o chamado coquetel formado pelos medicamentos anti-retrovirais –, para os pacientes renais crônicos e pacientes com câncer. Isso é algo que poucos países no mundo garantem.

Realizamos, por ano, um bilhão de procedimentos de atenção básica, desde vacinas, passando por

consultas, por ações educativas, e 251 milhões de exames laboratoriais clínicos. Exames de ultra-sonografia, o SUS realiza 8.100 milhões por ano. São 132,5 milhões de atendimentos de alta complexidade, entre tomografias, exames hemodinâmicos – aqueles que detectam as doenças coronarianas, cardiovasculares –, a ressonância magnética, sessões de hemodiálise, quimioterapia e radioterapia, sendo importante ressaltar que essas três últimas, apenas o Sistema Único de Saúde garante. Apesar de estar na legislação que regulamentou os planos de saúde, dificilmente eles oferecem esses serviços, e o SUS é quem de fato proporciona esses serviços.

Além disso, temos o Programa de Saúde da Família, que dispõe de 17.610 equipes, que cobrem 55 milhões de pessoas no Brasil, e abrangem 90% dos Municípios no País. É um Programa que já tem demonstrado resultados importantes na melhoria dos indicadores de saúde da população.

Vou apresentar agora alguns dados gerais sobre a assistência hospitalar no SUS.

O SUS realiza, por ano, 2.600 milhões partos; 83 mil cirurgias cardíacas; 60 mil cirurgias oncológicas; 92.900 cirurgias de varizes e 23.400 transplantes de órgãos, sendo que só o Sistema Único de Saúde realiza transplantes de órgãos no País.

Toda essa área é de alta complexidade. A tabela de pagamento do SUS é uma tabela bastante razoável para quem realiza essas ações.

Quanto ao processo da descentralização, o Brasil possui 5.561 Municípios; 73% deles têm menos de 20 mil habitantes, e o processo de municipalização é avançado. Esse processo é hoje motivo de discussão, de estudo, de interesse de outros países para conhecê-lo e implementar coisas semelhantes. Temos 23 Municípios apenas que não são habilitados, porque nunca quiseram se habilitar; 586, estão em gestão plena do sistema, ou seja, eles administram todo o sistema, gerenciam todo o sistema municipal de saúde, desde a área da atenção básica até a área da alta complexidade. Estão em gestão plena da atenção básica 4.952 Municípios, ou seja, esses já gerenciam desde toda a área de atenção básica até o exame pré-natal, o Programa de Saúde da Família, partos, cirurgias ambulatoriais. Estados em gestão plena são 16 no Brasil.

O País tem um sistema com uma heterogeneidade e uma complexidade muito grande de problemas. Era um sistema marcado por um papel excessivamente normatizador do Ministério da Saúde, com caráter punitivo. Tentamos mudar um pouco, para dar mais liberdade aos Estados e Municípios na aplica-

ção dos recursos, sem tanta normatização. A nossa intervenção é mais no sentido de ajudarmos as condições a cumprir o seu papel.

Como funciona o financiamento? As Sras e os Srs. Senadores têm total conhecimento disso, mas falarei apenas para reforçar. Os impostos e contribuições são direcionados ao orçamento do Ministério da Saúde. Temos o Fundo Nacional de Saúde que congrega todas essas verbas. Além dessas, há algumas outras que não estão dentro do orçamento do Ministério da Saúde, como a cota-parte do seguro contra acidente de veículos e outros.

A transferência desses recursos é feita de três formas. A transferência fundo a fundo, que consome 73% do nosso orçamento. Isso é feito automaticamente para Estados e Municípios e foi um grande avanço do nosso sistema de saúde, porque, por exemplo, o Prefeito do PFL no interior do Piauí recebe os recursos regularmente, independentemente de o Presidente da República ser do PT, do PMDB, do PSDB. É um avanço importante na autonomia dos entes federativos.

Além disso, trabalhamos com convênios. É uma parte menor que queremos progressivamente reduzir cada vez mais. Queremos concentrar as transferências no fundo a fundo. O convênio é feito com Estados e Municípios, mas pode ser feito também com estabelecimentos de saúde.

A outra forma de transferência de recursos é pela remuneração por prestação de serviços. Isso diz respeito aos estabelecimentos de saúde. Estamos estudando uma mudança desse processo, porque, quando pagamos por procedimentos feitos, a tendência das unidades é querer concentrar as suas atividades nos procedimentos que remuneram melhor, relegando a um segundo plano outros que são menos bem remunerados, mas que são vitais para o sistema de saúde.

Quais são os problemas do SUS? Recursos financeiros insuficientes. É verdade que ainda temos poucos recursos.

Gastos irracionais. Penso que se deve concentrar aqui a nossa atenção hoje. Temos absoluta convicção de que é verdade que os recursos são poucos, mas eles são muito mal aplicados. Eles precisam ser melhor fiscalizados e acompanhados. Estamos desenvolvendo um trabalho com a Controladoria-Geral da União, com o Ministério Público Federal, com os Ministérios Públicos Estaduais, para ampliar a fiscalização dos gastos do Sistema Único de Saúde.

Além disso, um outro problema é que os Estados participam modestamente no financiamento do sistema. Boa parte deles não cumpre a Emenda Constitucional nº 29.

Temos uma deficiência de recursos humanos qualitativa, ou seja, as pessoas são formadas para um modelo centrado no hospital, com incorporação de tecnologia sofisticada, e dirigido à especialização. Queremos mudar esse modelo para um modelo fundamentado na atenção básica, com profissionais generalistas. Temos também uma deficiência de recursos humanos quantitativa. O Ministério da Saúde, por exemplo, com o processo de descentralização, transferiu para os Municípios vários dos seus profissionais, que hoje estão se aposentando e não há uma reposição desse pessoal. Além disso, tem havido um aumento significativo da expansão de novos serviços, que exigem novos recursos humanos. Temos dificuldade para tratar essa questão.

Uma coisa sobre a qual, mais cedo ou mais tarde, o Congresso Nacional e o Poder Executivo terão de se debruçar sobre a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao comprometimento da receita.

A idéia com que se inicia o debate – aliás, já houve um início de debate no Governo passado – é a possibilidade de excepcionalizar esse item da reforma para a contratação de profissionais nas áreas de saúde, educação e segurança pública, políticas públicas que não se desenvolvem sem o componente humano. Essa é, contudo, uma discussão que desejamos fazer mais adiante.

Outro componente importante é a precarização das relações de trabalho. O programa Saúde da Família é montado assim: o agente comunitário de saúde não tem ainda a regulamentação da sua profissão; cada Município utiliza cooperativa, Ocip, organizações sociais, entidades filantrópicas para contratar. E essas incertezas geram problemas importantes no que diz respeito à utilização da mão-de-obra e uma baixa resolutividade, limitação no acesso aos serviços: as filas enormes, o atraso.

Essa mesma pesquisa a que me referi no início, feita com a população brasileira, é muito interessante. Primeiro, mostra que quem não usa o SUS condena-o mais do que quem o usa. Quem o usa tem uma visão positiva. É aquela idéia: “não conheço e não gosto”. Quem usa o SUS tem uma imagem positiva do sistema. No entanto, a maior queixa da população concentra-se no mau atendimento – filas, dificuldade de obtenção do medicamento, maus-tratos dispensados pelo funcionário.

Quais são os nossos desafios? Primeiro, definir claramente quais são as responsabilidades da União, dos Estados e Municípios. Estamos avançando neste aspecto. Havia e ainda há conflitos entre Municípios e Estados sobre a gestão do sistema, o que é o comando único e quem deve comandar. Mas estamos avançando na linha de entender que o comando único deve ser municipal; que o Estado tem um papel fundamental na articulação; a União tem um papel fundamental no financiamento e na normatização.

Outro desafio é integrar os sistemas municipais. As Sr^{as} e os Srs., com certeza, nos Municípios de que participam politicamente, sabem que, quando o sistema municipal de determinada cidade melhora, ela passa a ser prejudicada, porque começa a haver uma demanda de outros Municípios onde o sistema de saúde não é tão bom. Isso termina por apenas quem fez o trabalho de melhorar o sistema de saúde.

Não temos hoje mecanismos de compensação. Portanto, precisamos melhorar a integração entre esses sistemas, garantindo que alguns possam ser referência para algum tipo de serviço e outros, para outro tipo.

Implantação de uma política de recursos humanos em saúde. Queremos fazer isso.

Financiamento e critérios de alocação de recursos. Que haja orientação pelas necessidades da população. Adotar critérios semelhantes ao Fundo de Participação de Estados e Municípios, em que o recurso transferido é inversamente proporcional à renda que a população tem.

Isso é construção de equidade. Queremos começar a trabalhar com essa linha de garantir maior equidade na distribuição dos recursos e também viabilizar resolutividade e acesso aos serviços. O programa Saúde da Família, por exemplo, em condições normais, é capaz de resolver 80% a 90% das demandas de saúde que surgem na comunidade e encaminhar apenas 10% a 20%.

Precisamos também melhorar a resolutividade dos sistemas das unidades de especialidade, dos serviços de urgência e garantir mais acesso da população a esses serviços.

Qual é a situação do Ministério da Saúde, hoje, em termos de Orçamento? O Congresso Nacional aprovou um Orçamento de R\$30,5 bilhões. Foram contingenciados R\$1,6 bilhão, que serão integralmente liberados, ao menos a parte que garanta o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, na interpretação dada pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal.

Temos disponíveis hoje R\$28,9 bilhões. Desses recursos, 74% decorrem de transferências a Estados e Municípios; 20% gastamos com o pessoal do Ministério da Saúde. Seis por cento, apenas, serão utilizados para projetos prioritários e para o pagamento de restos. Ficamos com 2,9 bilhões em restos a pagar – é realmente um peso muito grande para as nossas finanças.

Pagamos, até agora, R\$650 milhões, com prioridade para projetos como o Alvorada. Temos dificuldades na área do custeio de média e alta complexidades, que foram muito comprometidos pela gestão anterior.

Quais são as nossas diretrizes para 2003, para os quatro anos de governo? Em primeiro lugar, está a ampliação do acesso aos serviços de saúde. Queremos ampliar a atenção básica, duplicar o número de equipes de saúde da família em quatro anos. Este ano vamos criar quatro mil novas equipes do PSF, três mil equipes dessas incluindo dentistas e auxiliares de consultório dentário – a partir de agora, necessariamente, dentistas e auxiliares de consultório dentário farão parte da equipe do PSF.

Queremos garantir o acesso à assistência farmacêutica. Vamos criar a farmácia popular até o mês de julho, o que vai proporcionar medicamentos mais baratos para a população. Vamos aumentar as compras do Ministério da Saúde para distribuição gratuita no SUS. Queremos melhorar, também, a qualidade do atendimento.

Vamos intensificar as ações de controle de endemias – dengue, malária, hanseníase e tuberculose – e fortalecer as ações de vigilância em saúde.

Vamos formular e implantar uma política de recursos humanos – depois vou destrinchar essa questão –, fortalecer a gestão democrática do SUS, melhorar a capacidade de fiscalização dos conselhos municipais, do conselho estadual.

O Ministério, hoje, cumpre todas as decisões globais do Conselho Nacional de Saúde. Vamos fazer este ano, inclusive, a nossa Conferência Nacional de Saúde.

Para atender essas prioridades, fizemos mudanças na estrutura do Ministério da Saúde. Transformamos a antiga Secretaria de Assistência à Saúde, juntamente com a Secretaria de Políticas de Saúde, na Secretaria de Atenção à Saúde. O Secretário é o Dr. Jorge Sola, que foi secretário municipal de Vitória da Conquista.

Criamos a Secretaria de Gestão do Trabalho, Educação e Saúde para trabalhar a política de recursos humanos. A Secretária é Maria Luiza Jaeger, que foi Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul.

Criamos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, pois cremos que saúde é uma área estratégica onde temos que ter auto-suficiência em vários componentes de insumos. Podemos produzir tecnologia e conhecimento para vendê-lo. Nosso Secretário é o Dr. José Hermógenes, que foi Secretário-Geral do Ministério na gestão Jamil Haddad.

Criamos a Secretaria de Gestão participativa para ampliar o processo de participação, fortalecer conselhos, organizar conferências. É dirigida pelo ex-deputado e ex-Secretário de Saúde do Rio e Janeiro Sérgio Arouca.

Criamos a Secretaria de Vigilância em Saúde para trabalhar as questões de endemias, situações de saúde enfim. É dirigida pelo Dr. Jarbas Barbosa, que foi diretor do Senep.

Criamos a Secretaria Executiva, que é dirigida pelo Dr. Gastão Wagner, que foi secretário municipal de Campinas.

Quais são as nossas metas? Para 2003, já falei, 4.500 novas equipes do PSF com três mil dentistas e auxiliares de consultório dentário. Isso é um quarto do que queremos aumentar em quatro anos.

O Projeto de Apoio à Expansão do Programa de Saúde da Família nos grandes centros urbanos: são 231 municípios até o final do ano. A grande dificuldade de ampliação do Programa de Saúde da Família está nos municípios com mais de 100 mil habitantes porque se torna muito caro. Não é por acaso que, por exemplo, Salvador deve ter uma cobertura de 5% e o Rio de Janeiro também. São Paulo, a muito custo, está superando os 20%. É muito caro. Esse projeto possui o financiamento do Banco Mundial: US\$500 milhões para seis anos – metade é contrapartida do governo brasileiro, do Ministério da Saúde. Seu objetivo é apoiar as grandes cidades para que estas possam ampliar o Programa de Saúde da Família. Isso inclui equipamentos, treinamentos e contratação de pessoal, reforma de prédios, aluguel de unidades de saúde, construção de unidades de emergência.

Além disso, começamos a corrigir defasagens históricas nos recursos transferidos a Estados e Municípios. Na área da atenção básica, como já disse, programa de saúde da família, vacinação, pré-natal, parto etc, aumentamos o valor do piso da atenção básica ampliado, que era de R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos), na verdade, de 1998 até o ano passado; ano passado, aumentou para R\$10,50 (dez reais e cinquenta centavos); e agora ampliamos para R\$12,50 (doze reais e cinquenta centavos) por habitante/ano.

Também corrigimos a base populacional, porque esse valor era calculado pela população do ano 2000, e corrigimos para a população de 2002. Então, foi dado um aumento razoável.

Corrigimos os incentivos da vigilância sanitária, do teto, para o controle de doenças transmissíveis, como dengue e outras mais, e ampliamos a transferência de recursos para a farmácia básica.

Aumentamos em 20% os valores de incentivos do Programa da Saúde da Família, de saúde bucal e de agentes comunitários de saúde. Na verdade, o PSF é um programa arcado, na sua maior parte, pelo Município. Antes desse aumento, em média, o Governo Federal patrocinava 30% no máximo. Estamos ampliando, com esse aumento, para alguma coisa em torno de 40% de cada equipe. E a nossa meta é, no final de quatro anos, financiarmos 50% do valor de cada equipe, os Estados financiarem 25% e os Municípios arcarem com os outros 25%.

Garantimos já o repasse para o pagamento do 13º salário dos agentes comunitários de saúde e mudamos as faixas de cobertura para cálculo dos incentivos do PSF dos grandes Municípios. Como funcionava? A medida em que um Município ia aumentando a cobertura, colocando mais equipes, ele tinha um aumento no valor do incentivo do Ministério da Saúde. Eram nove faixas. Reduzimos para sete faixas; portanto, ficou mais fácil para o grande Município atingir aquele valor máximo que repassamos por equipe.

Aumentamos o repasse da farmácia básica, dobramos de R\$1 (um real) por habitante/ano, para R\$2 (dois reais), nos Municípios que fazem parte do Programa Fome Zero.

Estamos implantando o serviço de resgate e atendimento pré-hospitalar. Um dos grandes problemas que temos no SUS é a rede de atendimento de emergência. Muitas pessoas, no Brasil, morrem antes de receberem um atendimento emergencial. Certamente, muitas daquelas que sofrem acidentes ou têm um mal súbito, ou são inadequadamente assistidas, nos primeiros momentos, ou simplesmente não recebem assistência. Então, no Brasil, já existem alguns serviços com essa filosofia. Há o Samuc em Porto Alegre, em alguns Municípios do interior de São Paulo, em Curitiba, parece-me que em Florianópolis, em Recife. A filosofia será esta: nos Municípios com mais de cem mil habitantes, vamos implantar 800 equipes em 2003, 650 equipes de suporte básico, com profissionais não-médicos, mas preparados para o atendimento de emergência e 150 equipes de suporte avançado com a presença do médico.

Esse modelo que estamos adotando no Brasil é inspirado no modelo francês, diferente do modelo americano. O modelo de atendimento de emergência americano atende e leva ao hospital, onde se faz o atendimento. No modelo francês, que estamos adotando, essas equipes têm capacidade de resolatividade. Uma UTI móvel destas aqui tem desfibrilador, tem possibilidade de entubação, tem tudo necessário para um atendimento imediato, para que seja feita a remoção para o hospital.

Implantaremos, também, uma coisa que será muito importante, a Central de Regulação, que permitirá organizar o sistema municipal. Por exemplo, no caso das UTIs no Ceará, temos um sistema de regulação ruim lá. Então, com um sistema de regulação perfeito, por exemplo, quando houver um pedido para o 192, o médico regulador definirá se aquele é um caso que precisa da presença do médico ou não, se é necessária a equipe de suporte avançado e a UTI móvel, enfim, ele vai orientando para onde aquele paciente será encaminhado, a partir de informações diárias proporcionadas pelas diversas unidades de saúde e de hospitais. Vamos fornecer 800 viaturas, fazer licitação para adquirir 800 equipes e repassá-las para os Municípios, custear boa parte dessas equipes, pelo menos metade de cada equipe. Isso vai gerar, este ano, 7 mil empregos aproximadamente.

Bom, ainda na parte de requalificação da atenção hospitalar, nós vamos reorientar os hospitais que têm menos de 20 leitos em pequenos Municípios. Esses hospitais hoje são inviáveis. Nós vamos transformá-los ou em unidades especializadas para o Programa de Saúde da Família, ou em pronto-atendimento com possibilidade de realização de cirurgia ambulatorial, ou em centro de atenção psicossocial, e vamos repassar um recurso global para esses hospitais. Eles não vão precisar correr atrás de AIH para poder sobreviver. Vamos redefinir o que são os hospitais estratégicos para o SUS. Estamos revisando os incentivos para os hospitais filantrópicos – nós queremos uma relação mais próxima com os hospitais filantrópicos. Estamos reorientando o papel dos hospitais universitários. Há uma comissão formada por MEC, Ministério da Saúde, Abraue – Associação dos Hospitais Universitários, Conselho Nacional, Conselho de Secretários Estaduais e Municipais a fim de resolver a situação financeira dos hospitais universitários. Este ano, teremos um incremento no repasse. De 60 milhões, do ano passado, nós vamos para 100 milhões de repasse. O Ministério da Educação já abriu concurso, vez que boa parte da crise dos hospitais universitários é porque eles são obrigados a contratar

pessoal e utilizam o recurso do SUS, que deveria ser utilizado para investimento e para custeio das ações desses hospitais universitários. Além disso, nós vamos integrá-lo na rede para que eles façam parte do Sistema Único de Saúde e não sejam ilhas, como eles são hoje, e vamos passar a regulamentar a implantação de novos serviços. Nós queremos fazer isso ao longo de quatro anos. Já temos um grupo de trabalho que está sendo montado com os hospitais privados no Brasil para discutir a incorporação de tecnologia, a fim de que não aconteça o que temos hoje. Há cidades, no Brasil – vou dar um exemplo muito grotesco – que tem mais equipamentos de tomografia do que o Canadá, por exemplo. Então, nós também temos que definir essa incorporação de tecnologia.

Implementação da reforma psiquiátrica. Incentivo à desospitalização. Estamos lançando um programa para dar sustentação às famílias que queiram tirar pacientes de hospitais onde eles estão a mais de um ano ali internados. É feito todo um trabalho de readaptação da pessoa à vida social e eles terão o incentivo financeiro. Isso vai valer tanto para as famílias que quiserem reintegrar seus pacientes, quanto para as residências terapêuticas que já existem hoje e têm dois mil pacientes atendidos por elas.

Ampliação dos serviços ambulatoriais. Vamos incorporar as ações de saúde mental no PSF, treinar os profissionais para eles identificarem, diagnosticarem e darem um acompanhamento mais elementar a pessoas que tenham transtornos psíquicos. Vamos implantar o atendimento especializado ambulatorial para servir de referência ao pessoal do PSF que acompanha ou identifica problemas de saúde mental. Estamos ampliando, este ano, as Caps para cem caps globais, algumas para adolescentes e mais 78 Caps para o tratamento de álcool e drogas, e vamos discutir com as chamadas comunidades terapêuticas o papel que elas podem desempenhar na luta pelo controle do álcool e outras drogas. E vamos ampliar as residências terapêuticas, também.

Paralelamente, à medida que forem criados novos serviços, iremos reduzir gradativamente os leitos psiquiátricos no Brasil.

Fortalecimento da gestão democrática.

Fortalecimento do papel dos Conselhos de Saúde.

Realização da XII Conferência Nacional de Saúde, para avaliar o SUS nesses 15 anos e pensar o futuro.

Projeto de lei criando o Código de Direito dos Usuários dos SUS. Já há algumas iniciativas aqui no Congresso e estamos procurando nos entender com

os Presidentes das Casas para que eles possam agilizar a votação dessa legislação.

Efetivação da Ouvidoria Nacional do SUS.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria.

Controle de endemias. Criamos a Secretaria de Vigilância e Saúde, que é responsável, agora, pelas ações de controle de DST e Aids. Aliás, esse programa continua a ser uma referência internacional. O Brasil, no próximo dia 30, vai receber um prêmio da Fundação Gates, no valor de um milhão de dólares, por esse programa. Estamos avançando este ano na busca para ampliar a detecção de novos casos. O Brasil tem, aproximadamente, 600 mil casos de pessoas convivendo com a Aids, sendo que apenas 200 mil foram efetivamente diagnosticados. Queremos e temos condições de fazer uma ampliação da testagem, a grande meta deste ano.

Hepatite. Um grande inquérito epidemiológico sobre hepatite vai ser feito agora. O Ministério da Saúde, o Poder Público garante medicamentos excepcionais para o caso das hepatites, principalmente no caso da hepatite C.

O Brasil vai reafirmar os seus compromissos de redução significativa da tuberculose. Estamos reestruturando o programa e vamos apresentar incentivos de vinculação do paciente ao programa. Como as senhoras e os senhores sabem, o tratamento da tuberculose é longo, de seis meses, e há muito abandono. Estamos pensando em implantar a bolsa-alimentação para que aqueles pacientes diagnosticados comecem o tratamento e tenham direito à bolsa-alimentação até seis meses após sua alta, para vermos se conseguimos reduzir isso, que envergonha o Brasil.

A maior vergonha de todas é a hanseníase, uma doença perfeitamente curável. E o nosso País é o segundo do mundo em prevalência e incidência da hanseníase. Perdemos apenas para a Índia. O Brasil tem o compromisso de eliminar a doença até 2005. Estamos reafirmando esse compromisso.

Estamos consolidando a área de vigilância ambiental, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a análise de situação em saúde, ampliando as ações de controle de dengue. Tivemos, este ano, uma redução de 80% no número de casos novos, em relação ao ano passado, o que foi resultado do programa que começou em junho do ano passado, que está tendo continuidade e vai se tornar um programa definitivo. Então, este ano, tivemos um bom controle da dengue. Não quer dizer que não possam ocorrer novas epide-

mias, mas, se continuarmos com essas ações, a probabilidade de isso acontecer é bem menor.

Política de recursos humanos. Queremos criar, ao longo dos quatro anos, a carreira SUS. A idéia seria funcionar um pouco como no Poder Judiciário. O profissional se submeteria a um concurso. De acordo com sua classificação, ele seria lotado numa área do Estado e, a partir da promoção, progressivamente, não só melhoraria na carreira como poderia optar por outras localidades.

Queremos criar o que estamos chamando de serviço civil para que aquelas pessoas que foram formadas por escolas públicas tenham a obrigação de oferecer um ano de serviço remunerado ao setor público. Da mesma forma, para quem queira se especializar, com cursos de especialização pagos pelo Poder Público federal, que tenham, como pré-requisito, um ano no Programa de Saúde da Família, por exemplo.

Regulação da formação na graduação, na pós-graduação e no mercado de trabalho de saúde. Estamos incentivando mudanças curriculares para que o profissional seja formado para esse novo modelo fundamentado na atenção básica, organizado, e não meramente a formação de especialistas que incorporam alta tecnologia.

Reorientação da capacitação e educação permanente do SUS. Retomamos a Mesa de Negociação Nacional do SUS e queremos reduzir a precarização das relações de trabalho.

Construção de um novo pacto de gestão; fortalecimento das comissões intermunicipais, Estados e Governo Federal; revisão dos tetos financeiros de Estados e Municípios. Este mês estamos revendo esses tetos, haverá um incremento razoável de recursos para os Estados e também para os Municípios. O Governo, este ano, cumprirá integralmente, pela primeira vez, a Emenda Constitucional nº 29, diferentemente do que alguns Parlamentares levantaram.

Efetivaremos o comando único na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), no sentido de realmente municipalizar; construir sistemas regionalizados e hierarquizados; definir adequadamente o papel de Estados e municípios, e construir instrumentos de avaliação, planejamento e acompanhamento. Esse é um dos grandes problemas. Hoje, não temos capacidade de avaliar os impactos das ações de saúde no Brasil, é uma área muito deficiente.

Isso é um pouco do que é o Sistema Único de Saúde (SUS) hoje. Como V. Ex^{as} podem ver, temos uma jóia rara, que a população brasileira e muitos de nós não conhecemos. Infelizmente, quando o Siste-

ma Único de Saúde (SUS) vai para a mídia é para identificar um problema emergencial, mas todas essas ações, que têm trazido melhorias significativas para a saúde da população brasileira, precisam ser conhecidas, identificadas e apoiadas para que possamos avançar.

É fundamental dizer que isso é uma construção de muitos anos, cada um dos Governos que passou colocou uma pedra na construção desse edifício, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), e queremos colocar algumas pedras a mais para que ele continue a ser como é hoje. Talvez muitas das senhoras e senhores não saibam, mas somos hoje uma grande referência de sistema de saúde no mundo, inclusive esse sistema foi a verdadeira reforma do Estado.

A orientação do Banco Mundial – que já não é mais a mesma hoje – e de instituições internacionais, inclusive para o Brasil, era o modelo da focalização, de um sistema dirigido para os pobres, apenas com ações básicas, que foi implantado em vários países. O Sistema Único de Saúde (SUS) resistiu a isso. Hoje, temos um sistema que está de pé. Enquanto isso, quem seguiu aquela cartilha, como a Bolívia, o Chile e outros mais, estão querendo implantar coisas semelhantes a essa.

Era um pouco disso que eu queria apresentar. Estou à disposição para responder às perguntas. Acima de tudo, tenho certeza de que contaremos com o apoio do Senado Federal para que esse sistema avance ainda mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Após essa exposição esclarecedora, eu...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, sugiro apenas a V. Ex^a, pelo prestígio e importância que a Comissão está dando ao debate e ao tema da saúde e pela exposição densa que o Ministro fez, que pudéssemos aproveitar da melhor forma possível o debate dos Senadores com o Ministro, abrindo em duas ou três falas para que S. Ex^a possa responder em bloco, de modo que todos possam ser atendidos.

É a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não. Alguém se contrapõe à sugestão? (Pausa.)

Então, aceitamos a sugestão de que um bloco de três Senadores, com as perguntas...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero apenas complementar a sugestão, com a qual concordamos, no sentido de que, após a resposta do Ministro, se alguém do bloco dos três quiser fazer algum contraditório, isso também seja oportunizado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – De acordo. Considerando as Sr^{as} Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Ana Júlia Carepa e o Senador Romero Jucá como autores dos requerimentos, passo a palavra à Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa para fazer sua interpeleção e, posteriormente, à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro amigo Humberto Costa, nosso Ministro da Saúde, quero, em primeiro lugar, parabenizar a sua exposição. Na verdade, dois motivos trouxeram-no a esta Casa: num primeiro momento, a discussão relativa aos transgênicos, para a qual vários Ministros foram convidados; posteriormente, o discorrer sobre um projeto que estava sendo debatido nesta Comissão de Assuntos Sociais, oriundo da Câmara dos Deputados, que torna obrigatório o atendimento à saúde bucal pela rede única de saúde, principalmente o desenvolvimento de ações preventivas.

Também desejávamos ouvir da nova Administração esclarecimento sobre a situação em que se encontrava o Ministério da Saúde, sobre seus atuais objetivos e diretrizes. E V. Ex^a o fez muito bem. Parabéns.

Parabenizo-o pela definição – no meu entendimento, absolutamente justa e adequada – das diretrizes para o Sistema Único de Saúde para os próximos quatro anos.

Ouvir um Ministro nos ajuda, quando vamos discutir projetos, porque fazemos leis para que sejam eficazes. Fazer constar da lei que o atendimento odontológico passará a ser obrigatório no SUS não adianta, se, posteriormente, ele não se efetivar.

A sua vinda foi muito produtiva, Sr. Ministro. V. Ex^a pôde expor as diretrizes do Ministério para ampliar o número de equipes do Programa Família Saudável, com a criação de três mil novos grupos, visando exatamente ao tratamento bucal, os quais contam com dentistas auxiliares. Ficamos mais tranquilos, ao saber que o Ministério já está pensando no assunto.

Sr. Ministro, gostaríamos de saber o impacto de tornar obrigatório o atendimento da saúde bucal nas diretrizes já traçadas pelo Ministério. Sabemos que não se trata apenas de incluir tal medida na lei. Inclu-

sive, consta da Lei de Responsabilidade Fiscal que não podemos simplesmente criar despesas; devemos prever de onde virá o recurso – porque recurso não nasce, precisa vir de algum lugar. Como poderíamos adequar essa legislação para torná-la eficiente?

Tive o prazer de ser Deputada Federal na mesma época em que V. Ex^a o foi, por isso sei que conhece a importância da existência de leis adequadas à realidade do País. O projeto foi suspenso, mas queremos saber do Ministério da Saúde que impactos isso poderia causar e qual a melhor forma de elaborar essa legislação.

Fico feliz ao saber da preocupação do Ministério com a equidade, demonstrada por V. Ex^a, principalmente quando fala em cumprir aquilo que é constitucional e que consta da própria legislação do SUS: tratar os diferentes de forma diferenciada. Sou de uma região onde esse desequilíbrio é muito forte, acreditamos que é o momento de cumprirmos à risca o que está na Constituição, que é diminuir as diferenças regionais neste País. E essas diferenças existem em todos os aspectos: saúde, habitação, saneamento.

Mais uma vez, parabeno o Ministro da Saúde, pois o setor da Saúde está em boas mãos. Parabeno também a equipe ministerial ao expor as diretrizes para 2003 e as ações concretas em relação a aumento de valores.

Aproveito a oportunidade para tocar em outro ponto, Sr. Ministro. Em geral, temos recebido muitas reclamações – e isso é natural – em relação aos valores pagos não pelos procedimentos de alta complexidade, pois sei que são valores razoáveis, mas por outros serviços de saúde do SUS. Qual é a perspectiva? Acredito que esse valor muito baixo acaba incentivando também a fraude. A verdade é que ela existe.

Outra preocupação minha é com referência à vontade do Ministério de fazer o Município gestor da saúde, enquanto a União discute o Orçamento, repassa-o e estabelece as ações gerais, os programas. Tenho uma preocupação imensa com a importância do controle social. Ando por vários Municípios do meu Estado e vejo os escândalos de prefeitos que utilizam indevidamente recursos, desviam recursos da educação de crianças de forma tão descarada. Então, pergunto: como podemos aperfeiçoar os mecanismos de controle social? Tenho plena certeza de que somente haverá serviços públicos melhores se houver o controle da sociedade sobre os serviços públicos. O controle social é fundamental. Como essa questão está sendo pensada, para que agilizemos e sensibilizemos a sociedade para fazer esse controle? O controle dos prefeitos de muitos Municípios sobre a sociedade

e sobre os funcionários é muito grande. Os prefeitos não querem fazer concurso, porque não lhes interessa. Sem concurso, eles ficam com o controle dos funcionários, e os desvios são muito grandes.

A idéia sobre os hospitais interessou-me bastante, Sr. Ministro. A realidade, em nosso Estado, é a seguinte: há apenas dois CTI's de urgência e emergência. Um foi construído pela nova administração municipal, quando eu era vice-Prefeita do Município de Belém; outro, que já existe há muitos anos, mas também é mantido pelo SUS, via Município. Num Estado imenso como o Pará, não existe nenhuma unidade de urgência e emergência. Então, eu gostaria de saber se existe a possibilidade de descentralizar essas atenções.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Quero definir aqui a questão do tempo. Para melhor aproveitamento da presença do Ministro da Saúde, fica estabelecida a seguinte regra: faremos grupos de três Senadores, em que cada interpelante terá cinco minutos para fazer a interpelação, ou seja, serão quinze minutos no total para que os três Senadores façam a interpelação. O Sr. Ministro terá dez minutos para responder a pergunta dos três. Cada Senador do grupo de três terá dois minutos para a réplica, e o Sr. Ministro terá também dois minutos para a tréplica, caso necessário.

Passamos a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, cumprimento V. Ex^a e o Ministro Humberto Costa. Antecipadamente, agradeço a V. Ex^a a presença, pela avaliação e pelos ensinamentos que nos trouxe. Meus parabéns pela presteza, decisão e firmeza com que tem discutido e levado adiante os graves desafios da saúde no País. O Ministro falou – e tive oportunidade de lhe falar antes – a respeito do problema do Ceará divulgado nacionalmente: 36 mortes em 37 dias por falta de UTI. S. Ex^a já foi ao Ceará por duas ocasiões e determinou, com muita veemência, que se formasse uma comissão para avaliar, investigar e tomar as providências cabíveis. Há a preocupação de que isso não aconteça mais no Ceará nem em outros Estados do Brasil, porque a afirmação dos técnicos do Ministério da Saúde é a de que o problema não está apenas a falta de leitos, mas, como o próprio Ministro reafirmou aqui, está também na gestão e na regulação desses leitos.

Sabemos – e também tive oportunidade de falar com o Ministro – que os problemas relacionados às

UTIs, muitas vezes, poderiam ser resolvidos com a prevenção, como é o caso, por exemplo, dos acidentes de trânsito. A cidade onde nasci, Sobral, conseguiu reduzir significativamente o número de vítimas nos acidentes de trânsito, fazendo uma fiscalização, por exemplo, na obrigatoriedade do uso de capacetes. Em algum momento, podemos pensar que isso não é tão relevante, mas é significativo na redução das mortes. Quero que o Ministro fale um pouco mais sobre as providências que estão sendo tomadas no Ceará e elogio a firmeza com que, imediatamente, tomou as providências necessárias.

Também gostaria de falar sobre a prioridade do Presidente Lula em relação à diminuição das diferenças regionais. Um dos problemas no sistema de saúde é a defasagem **per capita** entre os Estados do Nordeste e os do Centro-Sul. Por exemplo, enquanto, no Nordeste, o SUS paga R\$35,00 por habitante/ano, em São Paulo, esse valor é de R\$68,00. Quero saber que ações o Ministério está prevendo nesse sentido para tentar diminuir essas diferenças.

Há um terceiro questionamento. Tenho procurado me dedicar muito à causa dos direitos da criança e do adolescente. O Brasil dispõe de um sistema de notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os profissionais de saúde têm obrigação de comunicar aos conselhos tutelares maus tratos contra crianças e adolescentes. Também sei que isso é uma questão cultural, que é preciso mobilizar a comunidade e os profissionais de saúde porque, muitas vezes, ou os profissionais de saúde não estão capacitados para fazer esse tipo de notificação, ou há um certo descaso por parte da sociedade em relação aos maus tratos cometidos contra crianças e adolescentes. Quando há essas notificações, fica muito mais fácil fazer o trabalho de prevenção e aconselhamento às famílias. O sistema de notificação é muito importante. Ministro, eu também gostaria de saber o que o Ministério pretende fazer para fortalecer o trabalho que vem sendo desenvolvido por organizações não-governamentais e pela sociedade civil organizada. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Ministro da Saúde, Humberto Costa, é uma enorme alegria participar deste momento democrático da Comissão, na relação entre Governo e Parlamento. Na verdade, o atual Governo tem marcado seu respeito ao Senado, principalmente pela presença constante e intensa de Mi-

nistros de Estado e autoridades do Estado brasileiro, na mais absoluta transparência no relacionamento entre o Governo e o Parlamento. Trata-se de um gesto democrático admirável e digno do reconhecimento de todos.

Julgo muito oportuna a exposição que o Ministro fez, um diagnóstico situacional claro, objetivo e denso sobre a realidade e os desafios da saúde pública brasileira, hoje. A exposição de S. Ex^a marcou, sobretudo, um compromisso moral do Governo e da sua pasta com a saúde do povo brasileiro, com princípios fundamentais conquistados na história da evolução sanitária brasileira, que remonta Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e tantas outras figuras que marcaram a história da epidemiologia no Brasil.

Acredito que temos desafios claros e fortes. Um deles, que julgo fundamental, é o entendimento de que precisamos inserir uma nova equação na gestão pública em saúde brasileira. O sistema de financiamento, no meu entendimento, é condenável, que foi necessário em seu surgimento, quando o Ministro Adib Jatene pegou uma Pasta desorganizada, com profundas dificuldades, e o inseriu por procedimento, mas ele tem de ser revisto. Precisamos achar uma nova equação no financiamento. Temos de trabalhar pela necessidade das regiões.

É bem verdade que o nosso orçamento herdado é um orçamento precário. O Governo americano gasta US\$10 bilhões, Senador Mão Santa, apenas com as Unidades de Terapia Intensiva, que se constituem na primeira causa de morte naquele país – é mais do que o orçamento do nosso Ministério da Saúde. Vamos ter de construir, recuperar a transferência orçamentária. A luta política dos operadores da saúde já trouxe recuperação desse déficit de financiamento da saúde, mas a dívida ainda é muito grande. Entendo que o Ministro está integralmente comprometido com isso.

Preocupa-me muito o modelo de relação política construído ao longo do tempo no Ministério em relação à gestão do belíssimo, imprescindível e talvez único sistema fantástico que temos neste Planeta, o Sistema Único de Saúde. É uma conquista da história democrática do Brasil, da evolução sanitária. Ainda não é representativo das reais necessidades da sociedade ainda talvez, porque o processo histórico que estamos vivendo ainda seja breve em relação ao tema.

Quando vejo hoje 40 mil mortes todos os anos no trânsito, 500 mil feridos e não vejo exceção de uma diretriz fundamental e vertical em relação a isso, percebo que, nesses anos passados, a sensibilidade não foi efetiva para a gravidade desse problema de

saúde pública. É claro que não é um problema restrito ao Ministério da Saúde, mas é claro que tínhamos de estar inseridos com o Conselho Nacional de Trânsito e com o Ministério da Justiça para achar soluções que vão desde o que a Senadora Patrícia aborda a outras soluções.

Quarenta mil mortes por ano pelo trânsito e 500 mil feridos é algo dramático para entendermos. Quando vejo que morrem mais de 120 mil pessoas pela morte súbita por ano no Brasil, percebo não temos uma política forte ainda, consolidada no Ministério da Saúde, porque a herança que o Ministro Humberto Costa pegou é uma herança de equívocos também, embora de alguns esforços.

Temos de debater mais com a sociedade. Quando vejo o programa de Aids, belíssimo, inquestionável no seu mérito, concluo que ele é fruto de uma presença da sociedade, dos movimentos populares que fizeram o Poder Público entender. Esse programa mostrou-se um modelo que gerou economia para o Estado brasileiro, que gerou qualidade de vida, respeito à dignidade humana. E quem estava por trás dele? O movimento social. A conquista da reforma psiquiátrica no Brasil deve-se ao movimento social e ao Parlamento brasileiro, que nela estavam inseridos.

Portanto, tenho a mais alta confiança de que o Ministro Humberto Costa, por ser da Casa, por ter, na sua matriz de vida, o espírito democrático, ouvirá a sociedade, dividirá suas responsabilidades com o Parlamento e traçará diretrizes a partir desse debate.

O Samuc, por exemplo, uma conquista do Rio Grande do Sul, não é, no meu entendimento, o melhor programa, porque ele é caro, oneroso. Questiono hoje, inclusive, se é melhor, de fato, o programa de Saúde da Família como eficiência ou se podemos começar a pensar no bem conquistado que ele já é para nós, em alternativas mais baratas com o mesmo resultado.

A Itália, por exemplo, usa um modelo diferente, que tem de ser pensado, tem de ser estudado. Temos de chegar à base da sociedade, mas com uma relação inserida no debate, construída com a sociedade.

Então, confesso a minha total confiança. Tenho certeza de que a equipe é de alta qualificação, pois vejo o Dr. Sola, que veio de Vitória da Conquista, Bahia, e Maria Luísa, que veio do Rio Grande do Sul. São pessoas fantásticas na história da saúde pública brasileira, bem como outras que estão aqui, completando uma equipe brilhante que ajudará a mudar a história do Brasil.

Inserida essa nova equação do financiamento, pensado o investimento nas regiões do Brasil pelo inverso da capacidade instalada, não somente sob a ótica de que quem tem mais ganhará mais alta complexidade, mudaremos a fila do Brasil que vai a São Paulo para tratar as doenças, pensaremos que Estados como o Piauí, que consolidou uma política de doenças cardiovasculares e outras, podem ser mais valorizados e estimulados e outros, pensando no inverso da capacidade instalada como estímulo à quebra das desigualdades regionais.

Então, a minha confiança é total e a minha expectativa é a melhor possível na Pasta que o Ministro da Saúde, Humberto Costa, ocupa hoje.

Muita sorte para V. Ex^a, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sr. Ministro, após a pergunta dos três Srs. Senadores, V. Ex^a dispõe de dez minutos para respondê-las.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Inicialmente, agradeço as palavras dos três Srs. Senadores; das duas Sr^{as} Senadoras e do Senador Tião Viana.

Eu gostaria de responder às questões. Em relação à pergunta da Senadora Ana Júlia, companheira, no que diz respeito ao projeto de lei que define essa obrigatoriedade de que haja profissionais de saúde bucal em todas as unidades, primeiro, já há sensibilidade do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios quanto à necessidade de uma política de saúde bucal.

Estamos elaborando essa política no âmbito do Ministério. Nos próximos dias, deveremos divulgá-la. Desejamos trabalhar de forma integral, ou seja, com a promoção em saúde, com a prevenção em saúde bucal, com a assistência, inclusive, integral.

Se existe uma política pobre para pobre no Sistema Único de Saúde, é a política de saúde bucal. Ela não dá conta da média e da alta complexidades na área de saúde bucal, bem como da reabilitação. É uma vergonha que, no Brasil, as pessoas ainda troquem votos por dentadura. Isso deveria ser uma obrigação do Poder Público garantir. Queremos discutir o tema globalmente.

Em que pese o mérito da proposta ser o melhor possível, ela, em vez de ajudar a organizar, ela ajuda a desorganizar, quando instituímos um sistema. Suponha que, em uma mesma região, haja uma unidade especializada e um hospital, com uma complexidade maior ou um hospital de urgência. Essa unidade especializada, certamente, terá um dentista, não somente de formação geral, mas poderá ter especialis-

tas em Odontologia. Então, qual o sentido que isso faz? Na mesma região, eu tenho um serviço com essa característica. Não há por que ter essa característica, a não ser que seja para um tratamento de emergência em Odontologia, em que se é obrigado a fazer isso.

Então, apesar do mérito e da boa intenção, acredito que seja complicado, pois não ajuda a organizar o sistema.

Em relação às tabelas, reconhecemos que as tabelas de pagamentos dos procedimentos dos SUS são defasadas em algumas áreas. Na área da alta complexidade, ao contrário. Darei um exemplo a V. Ex^{as}. Algumas pessoas estiveram no Ceará. Quando vamos para esses eventos, começamos a saber de muitas coisas que não sabemos. Por exemplo, no que diz respeito à prótese, existem planos de saúde que pagam uma tabela de prótese, que é a tabela do SUS, menos cinco por cento.

Na área de transplante, paga-se muito bem, bem como em outras áreas. Na área da hemodiálise, há uma grita geral de que a tabela é baixa. Reconhecemos que ela é baixa. No entanto, a quantidade de clínicas pedindo o credenciamento para fazer hemodiálise é grande. Será que elas estão pedindo para trabalhar de graça, para atender às pessoas de graça ou para ter prejuízo? Então, precisamos ver isso. Onde estão os estrangulamentos? Estão em algumas áreas de alta complexidade, mas, principalmente, na área da média complexidade e na da consulta especializada na atenção básica para o setor público. Isso nós corrigiremos. Isso melhorará bastante nos tetos municipais e estaduais.

Na área da média. É justamente o atendimento que quebra as Santas Casas e os hospitais que fazem a internação do paciente de clínica médica, do de pediatria, da paciente de obstetrícia.

Então, vamos promover essa correção. Começamos, primeiro, com a atenção básica aos municípios; estamos agora na etapa de discutir os estados; depois, vamos discutir as desigualdades no financiamento, para tentar resolver estrangulamentos. Quem foi muito bem tratado ao longo desses anos precisa deixar que outros que não foram sejam bem tratados a partir de agora. Já estamos nos debruçando, e vamos nos debruçar, sobre essa questão das tabelas.

Com relação ao Ceará, ao qual se referiu a Senadora Patrícia Gomes, o diagnóstico da situação daquele Estado em termos de UTIs se baseia em três ou quatro pontos. Há déficit de leitos? Há. Reconhecemos que há, tanto que estamos financiando, juntamente com o Governo do Estado, a abertura de 50

novos leitos de UTIs e de tratamento semi-intensivo no espaço de 30 a 120 dias. O Ministério da Saúde está entrando com R\$3,2 milhões.

Há também a má utilização do sistema de UTIs. É inadmissível que uma pessoa passe três anos em uma UTI. Se isso ocorre, é muito mais lógico que se crie o sistema de um cuidado mais intensivo que garanta um respirador, um acompanhante, às vezes, até o internamento domiciliar, que pode propiciar à pessoa uma situação de melhor acolhimento.

UTI é, por definição, algo de alta rotatividade. Mas a rotatividade lá é baixa. Por exemplo, apesar de haver mais UTI no Ceará do que em Pernambuco ou Bahia, esses dois últimos internam muito mais pessoas em UTI do que o Estado do Ceará. Então, existe um problema gerencial.

Existe um outro problema gerencial: quem ofereceu leito de UTI para o SUS, no segmento privado, necessariamente não está ofertando esses leitos. Então, na Central de Regulação ou aqui no Ministério da Saúde está registrado: Hospital "Tal": quatro leitos de UTI. Na prática, ele somente está oferecendo dois; os outros dois estão sendo ocupados com plano de saúde, com particular ou o que quer que seja.

Também foi feito um trabalho para disponibilizar todos os leitos de UTI. O resultado disso é que além desses 50, de curto e médio prazos, até sexta-feira, disponibilizaremos 24 novos leitos de UTI, no Ceará: cinco no Instituto Dr. José Frota; três, no Prontocárdio; dois, no Neurocentro; dois, no Hospital Batista Memorial; dois, na Santa Casa; dez, no SOS. Além desses, abrimos, ontem, dez leitos – e possivelmente hoje mais 12 – de cuidados intermediários, exatamente para aquelas pessoas que já se beneficiaram da UTI e necessitam de um cuidado que não é o mesmo da UTI e nem de um hospital simplesmente com atendimento médio. Então, tais pacientes estariam monitorados, acompanhados intensivamente.

É importante dizer que até agora, das investigações que fizemos, ninguém morreu desassistido. Não houve morte nessas condições. Todos estavam assistidos, com respiradores, com médico, enfim. Mas reconhecemos que há esse déficit. Estamos fazendo um estudo sobre a situação das UTIs, no Brasil.

A Senadora também tem razão quando diz que precisamos trabalhar, embora no médio prazo, para que tantos casos que chegam às UTIs não precisem chegar até lá, porque muitas vezes tratam-se de pessoas hipertensas, diabéticas, fumantes, portadoras de câncer, que chegaram em uma fase quase terminal. Precisamos trabalhar para evitar que isso aconteça.

No que diz respeito à notificação de maus tratos às crianças, a política do Ministério sobre saúde da criança, há muitos anos, prevê a instalação de centros de atenção de atendimento a crianças vítimas de violência, prevê a formação do agente comunitário de saúde e do pessoal do Programa de Saúde da Família para identificar situações de violência dentro do lar, não somente com relação à criança, mas também à mulher. Penso que é incentivando ações como essas que vamos poder atuar preventivamente.

Existem centros onde é feito o atendimento médico, mas, ao mesmo tempo, tem-se ali uma orientação para que a pessoa procure a Justiça a fim de resolver aquela situação. No caso da mulher, que ela possa ser encaminhada para uma oportunidade de emprego e autonomia financeira.

Com relação ao que falou o Senador, concordo plenamente no que diz respeito a essa lógica do financiamento: precisamos mudar. Mas, nesse momento, temos que tirar os Estados e Municípios da UTI, repassar algum recurso e, depois, começar a discutir novos critérios. Por exemplo, definimos que para ter acesso aos recursos do teto, os Estados deverão entrar na gestão plena. Então, isso é um avanço. Quem quiser receber o dinheiro precisa apressar o processo de regionalização, de hierarquização, de organização. O Estado que estiver financiando o Programa Saúde da Família vai ter muito mais facilmente acesso ao Ministério da Saúde para obter recursos. Assim, vamos induzindo as políticas as quais desejamos que sejam efetivamente implementadas.

Com relação ao Programa de Aids, acho importante ressaltar que houve avanços importantes na gestão passada, mas é um programa que tem 17 anos, ele é de 1986; aliás, de 1982, quando foi aplicado no Estado de São Paulo. A primeira experiência é dessa data. E não é de ninguém, é do povo brasileiro, da população brasileira. Cada Governo que aqui esteve avançou na política de Aids. O Senado Federal deu uma contribuição importantíssima com o projeto do Presidente José Sarney, que garantiu medicamento gratuito a todas as pessoas acometidas pela Aids. Avanços fundamentais foram construídos ao longo desse tempo.

Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Como o Senador Antero Paes de Barros sugeriu o direito a um comentário, usarei dez segundos. O Ministro falou na hanseníase. O Brasil tem 500 anos com essa herança maldita que nos envergonha como Nação. Mas há o compromisso com a eliminação. O Estado do Acre tinha a maior prevalência do mundo nos anos 70 – 110

casos, em cada 10 mil habitantes. Este ano, estará entregando ao Ministro da Saúde, como prêmio de um esforço de Governo e sociedade, a eliminação da hanseníase no nosso Estado. Esse é um motivo de orgulho para nós. Ontem mesmo, havia uma equipe em mutirão examinando cinco mil pessoas no Município na tentativa de se obter sucesso na eliminação da doença ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Parabéns!

Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Somente um segundo, Sr. Ministro.

Na reunião passada, discutimos aqui um projeto, certamente de muito mérito, que tratava da fixação de cartazes. E também já tive a oportunidade de conversar com o Ministro a respeito de remédios falsificados. Eu queria, se possível, rapidamente, que o Ministro nos falasse um pouco sobre o que já foi feito nesse sentido. Pedi vistas do projeto, tendo em vista a vinda de V. Ex^a a esta Comissão.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Em relação a esse projeto, é importante analisar o contexto em que esse projeto foi apresentado: foi exatamente naquele período em que houve uma grande denúncia de falsificação de determinado anti-concepcional. Nessa época, foi apresentado esse projeto que pede a colocação de um cartaz em cada farmácia, ensinando como se identificam medicamentos falsificados. Acontece que, da mesma maneira que aquele projeto gerou um projeto de lei, ele gerou também um conjunto de alterações de leis e de resoluções tanto do Ministério da Saúde quanto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então, por exemplo, houve alteração da legislação penal para quem falsifica medicamento. Foram editadas várias portarias, no Ministério da Saúde, na gestão passada, exigindo notificação imediata de falsificação de medicamentos pelas indústrias; regulação de licitações públicas e laudos técnicos; obrigatoriedade de cadastramento de medicamentos registrados; divulgação de informações por meio de cartilhas e cartazes para que as pessoas possam se prevenir; implantação no disque-saúde do esclarecimento quanto à possibilidade de medicamentos falsificados; regulamentação dos critérios de segurança das embalagens, lacre de segurança e a tinta, que é removível, a chamada “raspadinha”; instalação do sistema nacional de notificações de reações adversas; convênio com o Ministério da Fazenda para combate à sonegação fiscal e fraude; criação da Anvisa, que surgiu como consequência disso; criação de delegacias especializadas de lote-

ção à saúde em alguns Estados; criação de uma relação de medicamentos falsificados, adulterados ou fraudados à disposição de quem consultar a página, na **Internet**, da Anvisa; e um plano de ação para prevenção e combate à falsificação de medicamentos no Brasil, que está em fase de conclusão.

Então, veja: creio que é desnecessário, embora a intenção seja a mais nobre e a melhor possível.

Eu queria só esclarecer às senhoras e aos senhores que a orientação do Presidente Lula e a nossa orientação, no Ministério, é o máximo possível poder prestigiar os projetos que são apresentados, no Senado e na Câmara Federal. Queremos o mínimo possível apresentar pareceres contrários, mas em alguns momentos realmente fica muito difícil, porque vamos gerando um conjunto de leis. O Brasil é um País com muitas leis, e elas muitas vezes não são implementadas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Vamos ao próximo bloco de perguntas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer a sua pergunta.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cinco minutos é muito pouco para só elogiar o Ministro.

Ministro, sou médico há 37 anos, mais do que a idade da Senadora Patrícia, que já vai saindo. Conheci muitos médicos, como Christian Barnard – Deus deu-me esse privilégio –, o autor da Microcirculação, Zerbini, Adib Jatene, operei com ele e é meu amigo pessoal; Raimundo de Brito, também operei com ele, foi Ministro; um Ministro piauiense, Waldir Arcoverde, mas o senhor me impressionou muito, então estão de parabéns o Lula e o Nordeste. Deus escreve certo por linha torta: o senhor dispensou o Governo de Pernambuco, mas Deus o queria na Saúde.

Então, eu queria dar a minha colaboração. Esses 37 anos foram vividos mesmos, praticados. Ministro, o maior instrumento que o senhor tem é o material humano. Entendo que a Ciência Médica é a mais humana das Ciências, e o médico é o grande benfeitor da humanidade. O senhor vai liderar esses médicos que são idealistas; eles se desdobram. E eu queria dizer o seguinte, do longo da minha experiência: o SUS foi assim como o sol, igual para todos, e a oportunidade é muito boa. E quero lhe dizer que os médicos – julgo os outros por mim – operam igual, tanto faz ser milionário, particular, ser do SUS, que é pouco, mas existe, ou ser indigente. Ao longo da minha vida, trabalhei em Santa Casa. Então, os doentes do SUS são bem atendidos. E sou muito mais o SUS do que a experiência buscada em Cuba. Conheço

Cuba e conheço-a bem. Apenas vou levar o meu Estado, o Piauí, não sei se o senhor o conhece todo – mas vai de Floriano à Praia, Cuba; é muito pequeno. Este Brasil é muito grande. Então você adaptar aquele médico de família, sou mais o SUS, primeiro pelo seguinte: vou-lhe dar um quadro para ajudar. O médico de família está recebendo honorários razoavelmente bem. Vou-lhe dar um exemplo: sou aposentado como médico-cirurgião, e recebo R\$1.200.00. Então, isso está causando um problema. O médico é idealista, mas ele tem que manter a sua família. Muitos médicos profissionais especializados estão indo buscar o PSF, que remunera mais. Não me apaixonei por Cuba, porque sou do Piauí, que tem 66 quilômetros de praia e o delta.

Quanto à Medicina, vou fazer uma análise. Cuba só tem um hospital de grande resolatividade – Hermanos –, que era um banco que tomaram e fizeram um hospital. Um só hospital. Esse Brasilão é muito complexo. Por analogia, equivale a apoiar, em cada Estado, um grande hospital. No meu Estado, por exemplo, tem o Hospital Getúlio Vargas. Por isso que Teresina é um ícone na saúde regional, porque Vargas, na ditadura, saiu nomeando tenentes em todos os Estados. Somos diferentes. Recusamos o tenente, no Piauí, e buscamos um médico. E ele encravou, naquele regime da ditadura Vargas, um grande hospital, que se tornou um ícone. Por isso, hoje, Teresina entrou na era dos transplantes e faz transplantes cardíacos com êxito. O Piauí não é só Guariba e Acauã, para se fazer **marketing** de caridade.

Então, acho que seria muito oportuno o senhor estar atento a cada Estado que, como Cuba, tem praticamente apenas um hospital de grande resolatividade. Aqui, há o Hospital de Base; em São Paulo, o Hospital das Clínicas; no Rio de Janeiro, o Miguel Couto e assim por diante. A ditadura trouxe uma coisa boa: aqueles medicamentos da Ceme. O senhor foi muito puro quando disse que isso era uma conquista. Passei mais de 30 anos da minha vida não com uma carteira de dinheiro e um talão de cheque no bolso, mas com um memento da Ceme. O pobre não tem dinheiro para comprar remédio, principalmente agora – e o senhor sabe disso melhor que eu que o diagnóstico já foi feito – que a maior doença do Brasil é o desemprego, que gera a violência, e a terceira desgraça são os problemas de saúde. Porque, na própria definição, saúde não é a ausência de enfermidade ou de doença, mas o mais perfeito bem-estar físico, social e mental – o social é o pauperismo. O senhor não tem culpa.

Então, o medicamento popular, como o senhor frisou, tem que merecer uma atenção especial. A Ceme distribuía muito bem aqueles medicamentos básicos. Se havia corrupção, é outro problema. Mas aquilo salvou muitas vidas, minimizou muito sofrimento. Há falta de dinheiro para o medicamento. O senhor, que é psiquiatra, vê que haverá uma revolta contra o Governo, pois o médico descobre a doença e lhe dá um papel que não poderá curá-lo. Isso será motivo de revolta para aquele que não pode adquirir um medicamento.

Então, a Emenda 29 foi fundamental. Se se conseguiu na Educação, acho a Saúde até mais importante. Acho que o medicamento gratuito para quem precisa é mais importante até que o alimento. A pessoa com saúde vai buscar o alimento. Vejam os índios, com saúde, arrumavam alimento. Agora, doente, sem medicamento, não se consegue nada. Nunca receitei um remédio caro. Sempre procurei receitar meus pacientes com medicamentos da Ceme.

A Emenda 29 é aquela que obriga cada Governo Estadual ou Municipal a investir 11% do seu orçamento. Acho que com isso teremos recursos para fazer uma boa saúde em todo o Brasil.

A descentralização é fundamental. É barato, é econômico fazer funcionar uma pequena maternidade. Para uma cesariana, não tem complexidade, se faz uma anestesia raquidiana com uma ampola. Um posto de urgência resolveria a grande maioria dos problemas dos Municípios. Todas as prefeituras, com essa emenda, têm condições de fazer. Fui prefeito e fiz na minha cidade um pronto-socorro, num hospital-geral. Priorizar, como eu disse, em cada Estado, um grande hospital de resolatividade. É como tem em Cuba.

Sou mais pelo SUS, pela experiência e a resolatividade, pela grandeza territorial e populacional e pelo desenvolvimento do alto nível do profissional médico do Brasil, do especialista. Temos que estruturar e dividir esses hospitais em terciários, secundários e aqueles de grande resolatividade.

Ernest Hemingway, autor de "O Velho e o Mar", escreveu na Bodeguita del Medio, em Cuba, o seguinte: "Meu daiquiri no Floridita; meu mojito na Bodeguita del Médico." Então, vamos ficar com o nosso sistema. Não sei quem o criou, mas sei que avançou muito. Vou-lhe dar só um testemunho, porque um quadro vale por dez mil palavras. Cheguei a operar um filho de um gerente do Banco do Brasil, na cidade onde nasci, a mais importante do Piauí, com uma obstrução intestinal. Aliás, fui chamado por um psiquiatra, Dr. Abreu, porque a mãe do garoto tinha problemas. Eu disse que ti-

nha que operar; naquele tempo não tinha essa sofisticação de exame. Aprendi com meu Professor Mariano de Andrade, Raimundo de Brito: barriga eu abro, depois digo o que é. Abro e vou resolver. Para minha surpresa, Sr. Ministro, era uma obstrução intestinal com 500 vermes – contei quantos, por curiosidade. Isso aconteceu há 30 anos, com um filho do gerente do Banco do Brasil. Como melhorou a Medicina, neste País! Hoje, não tem mais essa possibilidade, de uma obstrução intestinal com 500 vermes.

Outro dia, operei uma doente do abdômen. Era tão volumoso o abdômen que eu operei, uma cirurgia banal. Era um cisto de ovário, fiz alargada incisão porque quis tirá-lo inteiro. E deu muito mais de 20 quilos. Hoje, é impossível isso. Tanto que, no dia seguinte, tive que recorrer ao psiquiatra. Essa doente vinha do Maranhão – o apelido Mão Santa foi posto por maranhenses. Recorri ao psiquiatra, porque aquela senhora tinha, há uns trinta anos, aquela barriga tão grande e, no dia seguinte, ela não aceitou aquela condição. Essas cenas não existem mais. Por quê? Porque o SUS foi como o Sol – até o esse – igual para todos. Foi um grande avanço.

Então, quero dizer que o SUS tem um grande comandante, o nosso Ministro Humberto Costa. Cumprimento o Lula. Se o PMDB quisesse de saúde não vai levar não, porque defendendo o nome do nosso Ministro do Nordeste. Meus parabéns!

Agora, tenho um pedido. O Senador Tião Viana é o nosso Líder, e o senhor aí vai dizer que o Mercadante pode aí ir para o Planejamento ou a Fazenda, e o Tião está apto a ser o nosso Líder.

Então, no Piauí, em 1989, começaram a construção de 40 ambulatórios universitários. Foram R\$ 22 milhões de investimento e agora faltam R\$60 mil de custeio. Quero ajudar Cirineu. Como Governador, eu arrumaria esse dinheiro até com os camelôs e colocaria para funcionar, pois R\$60 mil não é valor para um Governo. E mais, trata-se de hospital universitário.

Como aliado do PT, do PT do Tião Viana, e como o ambulatório é universitário, V. Ex^a, Tião Viana, dividiria R\$30 mil para o nosso Humberto, do Nordeste, e o restante para o Cristovam, dando o maior presente para o Piauí. Não esse negócio de “fome”, já estamos cheios daquele negócio. Vamos festejar de Guaribas a Acauã, pois o povo do Piauí quer isso. Teresina tem se revelado como referência e excelência em saúde. Faltam R\$60 mil para um investimento de R\$22 milhões. Estão aqui os pedidos, e esse o senhor leva para o Cristovam, porque o meu horóscopo não dá com o dele. Agora, o do Ministro entrego pessoalmente, para ele resolver.

Muito obrigado. Posso anunciar, no Piauí, e esperar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O Senador Mão Santa usou da palavra durante 14 minutos. Então, acredito que é muito interessante termos a transmissão dessa experiência de vida, na área da saúde, que o Senador Mão Santa nos dá.

Mas peço aos próximos Senadores e Senadoras que sejam obedientes ao tempo de cinco minutos para as perguntas.

Então, continuando no bloco de três, concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por cinco minutos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria, inicialmente, de dizer que, na exposição de V. Ex^a, ficamos um pouco mais tranquilos quando V. Ex^a assegurou que os recursos contingenciados da saúde serão liberados.

Entendo que não deve haver contingenciamento de recursos nem da Saúde, da Educação ou da área social do Governo. Aliás a Saúde faz parte da área social. Mas há uma tendência de toda a Equipe Econômica do Governo de fazer isso e que quase toda a equipe econômica do PT faz, em que pesem todas as informações de que haveria prioridade para a área social, há um contingenciamento enorme desses recursos.

Quero citar aqui, até por solicitação do nosso querido Senador Teotônio Vilela Filho, o que ocorre em Alagoas, no meu Estado de Mato Grosso e no Brasil inteiro a respeito das obras iniciadas na área de água e de saneamento, e que estão paralisadas. Recentemente, o Unicef reconheceu que o resultado da diminuição em 50% da mortalidade infantil no Estado deveu-se a essa política do Projeto Alvorada, voltada exatamente para essa questão do saneamento. Mas, infelizmente, esses recursos estão paralisados. Portanto, a minha primeira indagação é saber se esses recursos serão liberados e quando serão liberados. Não apenas com relação a Alagoas, mas com relação a todo o Brasil.

Creio que investir em saneamento, investir em água, no instante em que a Senadora Ana Júlia fala em saúde bucal, e que V. Ex^a diz que vai montar três mil equipes para 2003, na área de saúde bucal, se isso nos tranquiliza, queremos a equipe, mas queremos também a prevenção.

No meu Estado, Ministro, há um Município que é exemplo para o Brasil e para o mundo, chamado Nova Mutum, que teve a sorte de ter tido um Prefeito

que era dentista. Ele fez uma política extraordinária na questão da água. A água, na zona rural, é tratada e fluoretada. O Município erradicou a cárie dentária. As crianças de lá não têm cárie dentária.

É um investimento necessário a área da prevenção. O Brasil tem que investir em água e em saneamento básico.

Um ex-Desembargador do meu Estado dizia que, antigamente, as pessoas não faziam investimento em saneamento básico, porque ainda não inventaram, tecnologicamente falando, o esgoto aéreo, para colocar o nome do político. Felizmente, essa mentalidade está mudando, e as pessoas reconhecem, hoje, a importância de uma política de saneamento básico.

Portanto, Ministro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da ampliação da equipe do médico da família, da saúde da família e do dentista da família. Reconheço, inclusive, a resposta de V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, que já tratou de um problema importante.

Não pode haver, como grande assistência aos mais carentes na área da saúde bucal, a extração dentária. É preciso que, da mesma forma que se tem, no programa de saúde do corpo humano, o atendimento de alta complexidade, que o sistema único passe a tratar de canal, para que a extração dentária não seja a grande solução da saúde bucal brasileira.

Nesse sentido, gostaríamos de conhecer mais algum detalhe na opinião de V. Ex^a.

Gostaríamos também, Ministro, de cumprimentá-lo. Defendemos isso aqui desde quando assumimos o nosso mandato no Senado.

Creio que o Brasil involuiu ao não dar continuidade à sua Central de Medicamentos. Creio que o Brasil tem que investir na produção de medicamentos. Já avançamos muito na questão dos genéricos, já avançamos muito em relação aos enfrentamentos que temos feito na questão da Aids, mas é importante que tenhamos uma popularização realmente no sentido de possibilitar esses investimentos na área da produção de medicamentos, e que isso seja feito de forma regionalizada, que os Estados sejam incentivados a isso.

Aliás, o Sistema Único de Saúde, na minha avaliação pessoal, deve ser exemplo para os serviços públicos. Não temos que lutar apenas pela municipalização dos serviços públicos na área de saúde. A grande solução brasileira é a municipalização dos serviços públicos, porque o problema ocorre exatamente no Município.

Eu gostaria de conhecer mais sobre a política com relação ao tratamento de drogados. Se um cidadão da

classe média tem um filho dependente de drogas, ele tem recursos suficientes – ou, pelo menos, um montante adquirido com o esforço de toda família – para tentar recuperar esse jovem, esse adolescente, essa pessoa que, infelizmente, enveredou pelo caminho da droga. Quero saber quando é que o Estado vai começar a atuar para oferecer um tratamento de dignidade àqueles que estão sendo levados, que estão sendo adotados pelos traficantes. Quando é que o Estado vai ter uma política para evitar que os nossos filhos e os nossos netos sejam adotados pelos traficantes. E isso acontece, majoritariamente, na população mais carente, mais pobre e, infelizmente, não temos nos Estados, nos Municípios, uma política para que haja assistência. Tenho conversado muito com Promotores da Infância e da Adolescência e é preciso, enfim, que o Brasil entenda que a droga é um dos grandes males deste século e que traz com ela outros males, não apenas os da dependência, destruição e saúde, mas também o da violência e uma série de outros.

Então, gostaríamos de conhecer, Ministro, concretamente, qual é a política que V. Ex^a pretende implementar no sentido de dotar os Estados e os Municípios de centros que sejam excelência, para que tenham um tratamento melhor do que aqueles oferecidos pela iniciativa privada, ou até se haverá uma política conveniada. Como é que se pretende fazer isso, já que há uma emergência nessa área no Brasil? É impossível, realmente, que os nossos jovens continuem assim.

Agora, Ministro, V. Ex^a tocou na questão da Emenda Complementar nº 29, inclusive com a afirmação, na sua exposição inicial, de que boa parte dos Estados não a cumprem. Quero saber quais as providências que o Ministério vai tomar junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal, no sentido de denunciar os Estados que não a estão cumprindo. Inclusive, quero alertá-lo, já disse isso na Comissão de Fiscalização e Controle, de que há um truque aritmético contra a saúde brasileira. Qual é esse truque, Ministro?

Em muitos Estados, está ocorrendo o seguinte: tem lá a evolução até 12% dos recursos vinculados constitucionalmente por essa emenda complementar para a área da Saúde. E o que tem sido feito em muitos Estados que têm 100% dos recursos? Subtraem-se 25% para a Educação e, sobre o valor restante, calculam-se os recursos orçamentários, vinculados constitucionalmente, da Saúde. Isso é truque aritmético contra a Saúde pública brasileira, como seria truque aritmético contra a Educação se se descontassem os 12% da Saúde e, depois, fosse feito o cálculo,

sobre aquele valor líquido, dos recursos constitucionais da Educação.

Então, eu gostaria de alertá-lo e de sugerir que V. Ex^a, como Líder do processo do SUS no Brasil inteiro, adote providências no sentido de que os Estados e os Municípios cumpram com esse dever constitucional.

Também gostaria de conhecer a opinião de V. Ex^a sobre essa vinculação de recursos, se V. Ex^a é favorável à continuidade da vinculação dos recursos constitucionais à área da saúde e da educação. É a isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Sr. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sou autor do requerimento e ia falar primeiro, mas tive que me ausentar para uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – Quero fazer o esclarecimento de que o Senador Romero Jucá é autor do requerimento. Então, teria...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, quero aproveitar que o Senador Romero Jucá vai falar, porque esqueci de fazer uma colocação. Como a fila foi recuperada dessa forma, com a presença do Senador Jucá, eu gostaria de perguntar ao Ministro sobre a questão do atendimento, esqueci de fazer esta pergunta, está anotada, porque um dos principais compromissos da campanha do Presidente Lula é o de que não haverá mudança da Saúde, e concordo com isso, se não houver uma mudança na qualidade do atendimento. Ou seja, o paciente do Sistema Único de Saúde tem que ser visto pelo médico, que é contratado pelo Sistema Único de Saúde, não como paciente, mas como cliente. Ele tem que ser visto do mesmo modo como se ele tivesse ido a um consultório particular.

Essa era a indagação que eu gostaria de fazer, para saber quando vai começar a melhorar a questão do atendimento na área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Para que este bloco se complete, faço um reparo: após a fala do Senador Romero Jucá, falará o Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ministro Humberto Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Como autor do requerimento, tive que me ausentar no início da reunião, mas agora estou de volta,

por considerar extremamente importante a presença de V. Ex^a nesta Comissão, na manhã de hoje.

Portanto, tendo em vista o meu atraso, certamente V. Ex^a já fez a sua apresentação, e creio que já discutiram aqui questões importantes. Mas eu gostaria de complementar alguns pontos.

O primeiro deles é sobre a pneumonia asiática. Dados alarmantes cada vez mais são veiculados pela imprensa, como, por exemplo, a respeito de pacientes com mais de 60 anos, em que a mortalidade fica entre 43% e 55%, portanto, um índice elevadíssimo – e esse processo está se disseminando. A China, além de outros países da Ásia não conseguiram deter o crescimento dessa contaminação.

Portanto, gostaríamos de saber, em nível de Governo brasileiro, quais as providências tomadas. O que está sendo esperado e que tipo de expectativa tem o Ministério da Saúde. Porque, provavelmente – vamos torcer para que não aconteça –, a tendência é que talvez chegue aqui alguém contaminado com a doença. Enfim, eu gostaria de saber, realmente, as ações, na sua inteireza, tomadas ou mesmo coordenadas pelo Ministério da Saúde junto a outros Ministérios em ações complementares.

Uma segunda questão diz respeito à solicitação da visão do Ministério quanto à questão específica da política de aumento do preço dos remédios. Mês passado, tivemos aumentos de produtos que variaram em até 30%. Com o surgimento dos genéricos, a questão preço tem sido discutida, houve um avanço considerável. Mas, com tudo isso, ainda hoje o preço do remédio pesa bastante na vida das pessoas, principalmente os idosos. É por isso que a questão da taxa dos aposentados ganha relevo, porque, na verdade, o aposentado, hoje, não tem gordura, não tem sobra, não tem poupança para pagar ou começar a pagar uma despesa que não estava prevista. Na verdade, a tendência é que, segundo conversa que mantive com os aposentados, aqueles que tiverem que pagar algo, terão que cortar dos remédios. Por isso, entendo que essa questão da política do preço de remédios é muito importante. Assim, eu gostaria de saber se a visão do Ministério é pelo tabelamento ou não, se pela liberação, se pelo controle, via Ministério da Fazenda, ou se pelo entendimento com os laboratórios. Resumindo: que linha o Ministério seguirá quanto a essa questão?

Uma outra questão – não sei se foi ferida aqui – é a do piso pago pela saúde dos Municípios. O Presidente Lula teve uma reunião no encontro dos Prefeitos aqui e sinalizou concretamente com a ampliação do piso de remuneração para atendimento básico no

Municípios. Eu queria saber se há algum estudo e qual é a proposição. Todo ano, isso é uma briga na Comissão de Orçamento. Todo ano, conseguimos ampliar esse piso. Mas, na verdade, ainda é pouco pelo tipo de atendimento que se faz.

Sr. Ministro, não sei se essa questão foi levantada, mas, qual a visão do Ministério da Saúde – acredito que o tema é polêmico e que não diz respeito especificamente ao Ministério, mas o Ministério vai ter uma palavra abalizada e importante – em relação aos transgênicos. Existe, hoje, no Ministério, um posicionamento com relação aos transgênicos? Ele faz mal ou não? Há dados testados nesse sentido? Porque, internacionalmente, a posição é que não se tem nada. Portanto, qual a posição do Governo brasileiro em relação à pesquisa? A Agência de Vigilância Sanitária está acompanhando isso? Enfim, o Ministério está participando de algum grupo de estudo e pesquisa? Qual a posição do Ministério, hoje, se a soja transgênica, especificamente a plantada no Rio Grande do Sul, faz ou não mal à saúde? Há algum indício notificado pelo Ministério? Qual a política do Ministério com relação à questão do combate ao fumo? Porque avançamos bastante no Governo passado; o Governo brasileiro e o Congresso foram bastante rígidos, enfrentando pressões muito fortes da indústria de fumo. Mas, no início do Governo Lula, infelizmente, houve um recuo quando da realização do Grande Prêmio Brasil, pois foi editada uma medida provisória permitindo a propaganda de fumo durante aquela corrida. Apesar de ter sido um caso pontual, isso preocupa a todos aqueles que combatem essa prática. Gostaria de saber qual a visão do Ministério, se vai ampliar ações mais preventivas.

Por último, gostaria de saber se já está funcionando, em plenas condições, o ressarcimento dos planos de saúde para a rede do SUS. Trata-se de uma questão importante. Mudamos as regras dos planos de saúde e implantamos uma sistemática diferenciada. O Ministério estava se aparelhando, mas não sei se hoje está fluindo da forma que poderia essa cobrança de atendimento, que seria um reforço para o caixa do Sistema Único de Saúde.

Agradeço. São essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou direto ao ponto.

Sr. Ministro, qual é a participação da CPMF no Orçamento do Ministério da Saúde? Há, com o ingresso dos recursos da CPMF, substituição de recur-

sos que eram originários do Orçamento da Saúde ou a CPMF está somando no Orçamento da Saúde?

A segunda pergunta diz respeito ao Hospital das Clínicas de Curitiba, da Universidade Federal do Paraná. V. Ex^a deve conhecer e saber que esse hospital é referência no transplante de medula e atende pessoas de todo o Brasil. Até agora não se encontrou uma solução para equilibrar as contas do Hospital das Clínicas. Nós, Parlamentares, sempre somos chamados a colocar emendas ao Orçamento para quebrar o galho. V. Ex^a tem conhecimento da situação que vive o Hospital das Clínicas de Curitiba, que atende o Brasil inteiro e até o exterior e que não vem recebendo o devido apoio do Governo? Não recebeu no governo passado e continua não recebendo agora. Sempre há aquela divisão de responsabilidade. Quando se cobra do Ministério da Saúde, esse remete para o Ministério da Educação; quando se cobra do Ministério da Educação, esse remete para o Ministério da Saúde. E o Hospital das Clínicas de Curitiba continua improvisando inclusive equipamentos, para atender à demanda que cresce exatamente pela qualidade do atendimento. Eu queria saber se V. Ex^a tem uma solução para o problema financeiro do Hospital das Clínicas de Curitiba, que deve ser igual à de muitos outros no País.

E a terceira pergunta, recuperando um pouco do tempo do Senador Romero Jucá: V. Ex^a apoiaria um projeto de lei que já foi aprovado no Senado em 1998? Trata-se de um projeto de minha autoria, inspirado numa proposta que me foi entregue pela Associação Médica do Paraná. Não sou do ramo, mas o apresentei e defendi. Esse projeto, que foi aprovado no Senado e está na Câmara, propõe duas coisas ao mesmo tempo: primeiro, que se dê mais liberdade ao médico na administração de medicamentos à base de tóxicos no caso de doentes portadores de neoplasias, de cânceres. Ocorre que o Brasil é o País que menos liberdade dá ao médico, que, em muitos casos, é considerado traficante pela legislação quando socorre um doente de câncer com morfina e outros medicamentos, que não vou descrever porque não os conheço, não sou do ramo, como disse, mas apresentei o projeto e os médicos estão cobrando da Câmara dos Deputados a sua aprovação. Também, copiando aquele projeto que V. Ex^a elogiou, aquela lei que V. Ex^a elogiou, do Senador Sarney, em que o Poder Público se responsabiliza pela oferta de medicamentos para portadores de Aids, se também não seria o caso de aprovarmos o projeto de lei que está lá e que também autoriza o portador de câncer, no caso de comprovada incapacidade financeira, a receber do Estado seus medicamentos de forma gratuita.

Alcançar os portadores de câncer seria uma questão igualmente justa. Esse é um projeto de minha autoria, que está na Câmara há seis anos, e não consigo fazer com que saia da gaveta.

Desejo saber se V. Ex^a apóia essa idéia e se apoiaria o projeto que está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – O Senador Mão Santa fez uma série de comentários muito interessantes. Concorde com várias colocações suas e vou comentar algumas delas. A primeira diz respeito à política de recursos humanos. Temos a convicção de que os profissionais de saúde no Brasil, pelo menos no serviço público, são mal remunerados. O programa Saúde da Família é uma exceção, mas o normal, até em prefeituras de grande porte, é termos profissionais mal remunerados. A política de recursos humanos precisa ser debatida, discutida. É isso que pretendemos fazer, discutindo alternativas. Temos uma secretaria especificamente para isso.

Eu imaginei – estou dizendo que imaginei, porque a imprensa amanhã pode publicar isso em primeira página como um fato – alguma coisa semelhante ao Fundef, que pudesse garantir recursos mínimos para a implementação de melhoria das condições de profissionais da área de saúde nos Municípios, Estados. Essa é apenas uma idéia, e a discussão está aberta. Nós estamos fazendo e creio que vamos ter propostas para isso ao longo desses quatro anos.

No que diz respeito à questão dos medicamentos, de fato o Brasil precisa enfrentar esse debate. No início desta semana, um seminário promovido pelo BNDES, com participação do Ministério da Saúde, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Educação, discutiu esse assunto. Aliás, na área de saúde, nossa dependência externa é enorme. A nossa balança comercial, pelas informações que tenho, oscila negativamente entre US\$3,5 e US\$4 bilhões/ano, em relação a medicamentos, a outros insumos, a equipamentos. Além disso, o Sistema Único de Saúde, fornece medicamentos e tratamentos também na área da alta complexidade, de medicamentos excepcionais e caros, sem necessidade de uma lei.

Para que tenham V. Ex^{as} tenham uma idéia, o Ministério da Saúde gasta diretamente, fora o repasse para Estados e Municípios, em suas compras diretas de medicamentos, algo em torno de R\$1 bilhão, R\$1,1 bilhão. Quase metade disso é gasto com medicamentos de alto custo, que atendem uma parcela ínfima da população.

Assim, o que estamos fazendo? Estamos montando uma rede de laboratórios oficiais, porque os laboratórios existem, mas são completamente desarticulados entre si e não têm uma política. Na política que estamos propondo, queremos identificar os laboratórios com maior capacidade de desenvolvimento de medicamentos, para que eles possam se especializar na produção de determinados medicamentos, principalmente os de alto custo, e nós termos sob a responsabilidade deles uma parte da produção de medicamentos no Brasil. Isso para nós é uma preocupação significativa. Não só medicamentos, mas também outros insumos, como hemoderivados. Vamos construir, ao longo desses quatro anos, uma ou duas plantas de hemoderivados. Trata-se de uma área onde o SUS tem um papel fundamental. Por exemplo, o SUS garante o tratamento com os fatores sanguíneos para os hemofílicos. Esse é um avanço significativo, que representa US\$150 milhões de aquisições, por ano, de hemoderivados. Queremos implantar uma ou duas fábricas de hemoderivados no Brasil. No Estado do Acre – o nosso companheiro Tião estava aqui, mas saiu –, no sábado, o Presidente Lula vai lançar a fábrica de preservativos do Acre, que vai atender a uma demanda do Sistema Único de Saúde, uma vez que hoje compramos no exterior as camisinhas, os preservativos, para distribuir para a população. Ou seja, estamos querendo implementar uma política de auto-suficiência do Brasil em algumas áreas fundamentais na saúde, uma política de substituição de importações e de ampliação do acesso da população a esses insumos.

Em relação ao que disse o Senador Antero Paes de Barros, que as equipes econômicas pensam sempre da mesma forma, eu discordo, pois a equipe econômica do Governo Lula tem profunda sensibilidade em relação às questões sociais. Tanto que temos o compromisso de cumprimento da Emenda 29 – pela primeira vez o Governo Federal vai cumprir a Emenda 29 – e temos autorização do Ministério da Fazenda e do Planejamento para homologar uma resolução do Conselho Nacional de Saúde que dá a interpretação adequada à Emenda 29 no âmbito do Governo Federal. Não tenho dúvidas de que vamos ter os recursos de que a saúde precisa para fazer a nossa política nessa área.

Aliás, o que distingue esta equipe econômica das anteriores é que as outras trabalhavam com a economia como fim, e nós trabalhamos com a economia como meio. Queremos a estabilidade e queremos o controle da inflação, mas não para reafirmar a nossa responsabilidade junto ao mercado ou ao Fun-

do Monetário Internacional, mas para que o País possa voltar a crescer, para que ele possa ampliar a sua capacidade de arrecadação, para que ele possa investir em políticas sociais. A política que o Governo Lula desenvolve na área econômica é uma política que favorece a área social, e na área saúde, em que pese eu reconhecer que o Brasil, de um modo global, precisa aplicar mais recursos em saúde, eu diria que, se aplicássemos melhor o que temos, já teríamos resultados importantes.

Gostaria de falar algo sobre a questão levantada aqui sobre o Projeto Alvorada. Todos sabem que o Projeto Alvorada terminou. O Governo Fernando Henrique Cardoso, quando mandou o Orçamento do ano passado para o Congresso Nacional, não previu recursos para o Projeto Alvorada. O que há do Projeto Alvorada são os restos a pagar. Herdamos R\$1,1 bilhão de restos a pagar de um projeto que, no total, tinha R\$2,1 bilhões para dois anos. Uma parte das obras foi feita, uma grande parte iniciada e a conta ficou para nós, que, dentro de um cronograma, estamos honrando religiosamente os restos a pagar.

No caso, por exemplo, de Alagoas, que tem R\$601 milhões de restos a pagar do Alvorada, esses recursos serão liberados ao longo do ano. Todos os recursos do Alvorada serão liberados. Estamos fazendo o pagamento parcelado dos R\$601 milhões. Isso foi acordado com os Estados e com os Municípios conveniados com o Ministério da Saúde, e esperamos, até o final do ano, cumprir toda essa agenda de pagamentos do Projeto Alvorada.

Quanto à nossa política de saúde bucal, queremos que o Ministério da Saúde exerça um papel importante na política de saneamento no Brasil para que, entre outros critérios, capacidade de endividamento, condições ambientais etc., a realidade sanitária, epidemiológica, também seja um critério para definir a aplicação de recursos na área de saneamento. Com relação à política de saúde bucal, a nossa preocupação é uma política integrada, integral. Por que o Sistema Único de Saúde faz transplante e não faz tratamento de canal, não faz tratamento ortodôntico? Deveria garantir isso também. Temos uma visão integral em termos de saúde bucal.

Em relação aos dependentes de álcool e drogas, o Ministério da Saúde, o sistema de saúde de modo geral, nos últimos anos, assumiu uma posição de espectador. Queremos assumir um papel de protagonistas nesta política. Temos uma proposição e queremos trabalhar principalmente na área do tratamento e prevenção, mas também temos uma visão de que tipo de política deve ser implementada. O Go-

verno está definindo esta política. Vamos trabalhar com redução de danos ou vamos trabalhar somente com a política de abstinência? Vamos trabalhar com a descriminalização ou com a despenalização? Temos uma opinião e vamos construir uma política. Este ano, vamos criar 78 centros de atenção psicossocial na área de álcool e drogas. Na linha que o Senador Antero colocou, é uma responsabilidade do sistema de saúde oferecer atenção a droga-adictos. O mesmo com relação ao álcool. Os pais estão preocupados com que seus filhos de treze, quatorze anos, tenham acesso à maconha e outras drogas mais pesadas, mas a juventude, cada vez mais cedo, está tendo acesso ao álcool. O Congresso Nacional e o Ministério da Saúde precisam fazer um esforço para coibir a propaganda do álcool. Ontem eu recebi representação de produtores de bebida alcoólica desesperados, porque há no Congresso e há no nosso sentimento a idéia de que cerveja é bebida alcoólica. É pela cerveja que as pessoas entram no processo de alcoolismo. A propaganda de cerveja no Brasil não se pauta pelo respeito à ética. É propaganda de cerveja com tartaruga ninja para cativar a criança, utilizando o corpo da mulher, utilizando artistas bonitos para as mulheres talvez imaginarem que bebendo cerveja vão ter possibilidade de acesso a eles. Temos que garantir que a publicidade de cerveja tenha um controle tão forte quanto a publicidade de cigarro tem hoje. Precisamos avançar nessa área.

Em relação à PEC 29, quem tem o rabo preso não pode ficar olhando ou tomando conta do dos outros. O Ministério da Saúde, até o ano passado, não havia cumprido a Emenda Constitucional 29. Então, não tinha autoridade política para exigir que os outros cumprissem.

O nosso sistema de avaliação do cumprimento é muito questionado, tem muitas imperfeições. Estamos tentando resolver isso e, a partir deste ano, vamos fazer um monitoramento. Queremos o cumprimento da Emenda do ponto de vista da exigência da utilização dos mecanismos legais, mas queremos também o cumprimento pela indução. Governo estadual que quiser dinheiro tem que ter Programa de Saúde da Família, tem que cumprir a Emenda 29 ou pelo menos demonstrar que está fazendo um esforço para cumprir. Há Estados que tem de sair de 4% para chegar a 10% ou 12%. E governador que assumiu agora não tem culpa disso. Então, tenho que ter pelo menos o reconhecimento do esforço que ele faz. É desta maneira, combinando o instrumento legal com a indução, que queremos garantir o cumprimento da Emenda.

Quanto à qualidade do atendimento, que é a grande queixa da população, temos que melhorar. E isso passa por vários pontos. Passa pela melhoria do atendimento básico. Tem muito lugar que tem fila, porque a população não tem o Programa de Saúde da Família ali. Então vai direto para aquela fila para ser atendida, porque sabe que vai ser atendida, mesmo que demore. Por isso temos que organizar a atenção básica, organizar o sistema para que tenhamos resolutividade. O Programa de Saúde da Família funciona de manhã e à tarde, tem uma clientela cadastrada, são de setecentas a mil famílias aproximadamente. A pessoa tem o seu médico, tem a sua enfermeira, tem o seu agente comunitário. Não existe fila, ou pelo menos não deveria existir se ele funcionasse adequadamente. Temos que trabalhar também outras questões na qualidade do atendimento. Humanizar! Nas profissões da área da saúde, o componente humanístico e a vocação são fundamentais. Eu uso um exemplo. Quando pego um ônibus para um determinado local, não me interessa se o motorista está ganhando bem ou mal, se está satisfeito ou insatisfeito; ele tem que me deixar lá, me tratar bem, e eu tenho que chegar aonde eu quero.

Por que na área da saúde se utiliza o pretexto do salário ruim, da condição de trabalho não ser a melhor para não tratar bem as pessoas? Temos que mudar essa mentalidade. É preciso melhorar as condições de trabalho, os salários, mas também garantir que o cidadão seja tratado dignamente.

O cidadão precisa saber que isso que eu mostrei não é uma benesse do governo federal, nem do governo estadual, nem do município. É um direito que ele tem. Direta ou indiretamente ele paga com os seus impostos para que aquilo aconteça. Só o cidadão que tem ciência do seu direito vai cobrar, vai exigir.

A idéia de criar um código de defesa do usuário do SUS – que é muito mais uma compilação de direitos do que estabelecimento de novos direitos – é uma coisa avançada. Queremos que o Congresso Nacional aprove isso, para que quando um paciente estiver internado, se ele quiser saber o diagnóstico da doença, o médico terá que dizer; se ele quiser saber qual o medicamento que está tomando, terá direito de saber; se quiser saber se aquele exame que vai fazer vai levar a algum tipo de sofrimento, ele terá o direito de saber. Ele tem o direito de ser chamado por João, José, Maria e não pelo leito 8, leito 9, leito 10.

São coisas simples assim que representam humanização, acolhimento. E sabemos que em saúde o acolhimento já é o primeiro passo. Quando estamos doentes e chegamos a uma emergência e não tem

ninguém para nos atender, temos um determinado tipo de sentimento. Quando chega ali uma pessoa que nos toca, mede a pressão, isso vai contribuindo para a nossa melhora.

Então, temos compromisso com a melhoria da qualidade de atendimento.

Com relação, Senador Romero Jucá, à pneumonia asiática, o Brasil está fazendo e cumprindo todas as orientações e determinações da Organização Mundial de Saúde e das boas práticas na área de saúde pública.

É verdade, Senador, principalmente para um País como o nosso, que tem tantas fronteiras – fronteira úmida, fronteira seca –, é praticamente impossível que não chegue algum caso da doença. O que podemos fazer e está sendo feito em outros países e está dando resultados é o bloqueio. Isso foi feito no Vietnã e esse país saiu da lista de transmissão. Também nos Estados Unidos, que, apesar de ter tido muitos casos importados da doença, não teve transmissão interna. É o que estamos fazendo. Quem vem do exterior recebe uma mensagem do comandante do avião orientando que, se esteve nesses países, se teve contato com alguém com aqueles sintomas, se apresentou aqueles sintomas, se dirija ao serviço de saúde. Essa mensagem está sendo veiculada nos vôos domésticos também. Há um formulário para ser preenchido dentro dos aviões. As companhias aéreas, juntamente com a Anvisa, estão fazendo isso. Estamos cadastrando e acompanhando essas pessoas por aproximadamente dez a doze dias, porque depois de dez dias, se não apresentou sintomas, não é a Sars. Portanto, estamos trabalhando na idéia do bloqueio.

As pessoas, às vezes, dizem que a situação no Brasil está ruim. Tem um suspeito no Pará, um em Pernambuco, outro no Rio Grande do Sul, outro em São Paulo. Ao contrário, isso é uma boa coisa. Significa que o médico que estava lá no Ceará, numa cidade do interior, que atendeu aquele cidadão que veio da China, que teve tosse e falta de ar, está antenado para a doença. E, na medida em que ele comunica imediatamente, podemos isolar a pessoa, fazer a identificação dos contactantes e acompanhá-los. É isso que estamos fazendo e é isso que tem que ser feito. Todas as inovações tecnológicas nessa área – exame novo, vacina, o que aparecer – o Brasil buscará, de imediato, ter acesso para garantir à população. Entretanto, o exame demora três semanas para confirmar. Não temos uma vacina, um medicamento que possa ser utilizado. Mas se essas ações de saúde pública forem levadas a sério, como queremos, vamos conseguir.

Com relação a preço de medicamento, temos a Camed, que está discutindo a nova regulação de medicamentos. Esse é um mercado imperfeito, monopolizado, que não pode ser livre. A indústria farmacêutica quer liberdade de preços, mas não vamos dar liberdade de preços a eles.

Precisamos ter uma política que estabeleça prioridades. A farmácia popular, por exemplo, será um fator importante nessa regulação, porque vai oferecer um conjunto de medicamentos por um determinado preço tabelado, que vai atingir um conjunto de pessoas que são acometidas pelas doenças mais comuns, que fazem tratamento com medicamento de uso contínuo etc. O restante, como vamos fazer? Estamos debatendo. A idéia é que possamos controlar o máximo possível.

Determinadas coisas precisam ser ditas em sua inteireza. Por exemplo, um cidadão aqui no Distrito Federal, do conselho não sei do quê, vai à farmácia e depois de 30 dias diz que aumentou em 30% o preço do medicamento. Só que ele não está preocupado em saber se esse era o medicamento que antes tinha uma tabela "x", que era fornecido um desconto, porque senão a indústria farmacêutica não vendia, e agora aproveitou o aumento para recuperar o preço inicial e colocar alguma coisa ali em cima. Então, tem que trabalhar com honestidade intelectual de passar as informações da forma como acontecem. Se não tivéssemos feito o acordo com o governo passado, nós e a indústria farmacêutica, os medicamentos teriam subido, no final do ano, entre 16% a 18%, porque era a fórmula que a medida provisória garantia. E nós conseguimos congelamento até o mês de março. Foram dados 8,5% até agora, e liberamos alguns medicamentos em que há concorrência no mercado. Estamos acompanhando os preços, alguns se excederam, só que estamos numa mesa de negociação. Isso será parte da negociação. Vocês querem liberdade de preço para fazer isso? Não vamos dar. Então, faz parte também dos nossos trunfos neste debate, nesta discussão.

No que diz respeito ao PAB, Senador, expliquei que o aumentamos. Desde 1998, havia uma reivindicação de subir de R\$10,00 **per capita**/ano para R\$12,00 **per capita**/ano, calculado com base na população de 2001. No ano passado, houve um aumento para R\$10,50, com base na população de 2000. E agora ampliamos de R\$10,50 para R\$12,00/ano; corrigimos a população para 2001 e 2002, e ampliamos o financiamento do Programa de Saúde da Família. Posso dizer a V. Ex^a, com certeza, que prefeito não tem o que reclamar de repasse de recursos do atual

Ministério da Saúde. E terão mais! Não foi só na área da assistência, foi também na área de vigilância sanitária, de controle de doenças. Fizemos essas correções e queremos fazer mais. Agora, também vamos apertar; vamos tentar e precisamos garantir que cada centavo que sai daqui chegue lá na ponta, chegue na cidade mais distante do Estado do Amazonas. Disto eu, pelo menos, estou convencido: de que Conselho Municipal de Saúde não é suficiente para fiscalizar a aplicação do recurso.

No que diz respeito aos transgênicos, não há nada conclusivo em relação a se fazem mal à saúde ou não. Os estudos existentes são contraditórios. Dependendo de quem o faz, a confirmação é uma; para outros, a confirmação é outra. Os sintomas são limitados. Enfim, não temos nenhuma certeza de que não faça mal. Em saúde pública, é importante adotarmos o princípio da precaução. Até que tenhamos uma absoluta comprovação de que esses produtos não causam mal à saúde, não devemos deixar que sejam plantados e comercializados livremente. Na pior das hipóteses, as pessoas têm o direito de optar por consumir ou não. A rotulagem é algo que tem que ser garantido, dizendo qual é, se for aprovado, se for não. Essa é uma posição minha. A posição da Anvisa é diferente. Vamos chegar ainda chegar a um acordo. A minha posição é igual à do Ministério do Meio Ambiente, ou seja, a de que devemos, por precaução, aguardar mais tempo para comercializar livremente alimentos transgênicos no Brasil.

Com relação ao ressarcimento, a política de planos de saúde é extremamente complexa em nosso País. Há uma parcela significativa da população que os utilizam. Hoje, entre 33 e 36 milhões de pessoas têm planos de saúde. Portanto, se hoje quebrarmos esse setor, se ele entrar em situação falimentar, o Sistema Único de Saúde não tem condição de absorver essa clientela. Razão por que devemos tratar esse tema com absoluta tranquilidade, sem bravatas, sem componentes ideológicos. A Constituição brasileira garante a liberdade de escolha do serviço de saúde privado, que temos de regular, porque também é um sistema imperfeito. A lei aprovada, de cujo processo de elaboração participei, é um grande avanço, não tenham dúvida. Mas há um grande problema: ela não resolveu a questão dos planos antigos. Hoje, o grande nó, pelo menos na minha opinião, em relação aos planos de saúde, é que a maioria dos que existem no Brasil, tanto os coletivos quanto os individuais, são contratos antigos. Por exemplo, aqui foi perguntado sobre o ressarcimento. Sai no jornal: foram identificados 300 milhões, que os planos de saúde deveriam

ressarcir. No entanto, quando se vai procurar o plano de saúde daquelas pessoas, verifica-se que são antigos. O problema é que o ressarcimento só é feito por aquilo que o plano prevê; o novo garante o ressarcimento por hemodiálise; o antigo, não. Essa situação precisa ser resolvida. Por isso estamos querendo montar um grande fórum para estabelecer um novo pacto. Em vez de disputa por interesse, tem que haver pacto. As empresas de plano de saúde têm que perder um pouco para ganhar, e o sistema deve ter saúde financeira. Os consumidores vão ter que abrir mão de algumas coisas, como a exigência de que se garantam, para os planos antigos, os mesmos direitos estabelecidos pela legislação para os novos.

Sabemos, em princípio, que a migração coletiva fere o Código de Defesa do Consumidor, mas o custo para passar do plano antigo para o novo seria muito mais reduzido. Enquanto o custo hoje é 25%, 30%, 35%, com a transferência coletiva de um plano para outro, seria 7%. Nesse caso, haveria todas as coberturas, o SUS faria o ressarcimento, e os profissionais seriam bem remunerados.

Antes, os planos de saúde tinham total liberdade de fixação de preços, de coberturas, praticamente. Quando a lei passou a controlar mensalidades e definir coberturas, para manter sua lucratividade, eles foram para o elo mais fraco: os hospitais, que estão em crise, e os profissionais de saúde, que não têm aumento de remuneração há alguns anos. Então, tem que haver um grande pacto. O profissional também tem que se comprometer a aceitar protocolos, não pode pedir todos os exames ou passar todos os remédios e tratamentos que julgar convenientes. Tem que haver padronização. Então, todos precisam perder um pouquinho, para manter esse sistema.

O nível de satisfação dos usuários é bom, não é ruim. Existem insatisfações. Tanto a pesquisa feita pela ANS, quanto a que mencionei, feita pelo Conass e Ministério da Saúde, mostram mais de 70% de satisfação das pessoas com seus planos de saúde, algo que é importante levar em conta. Esse fórum deve começar agora e vai até setembro.

No final, o que queremos? Se chegarmos à conclusão de que é preciso mudar a lei, discutiremos com o Congresso Nacional uma proposta de mudança. Se a lei é boa, todos terão que respeitá-la, porque não pode haver uma lei que ninguém cumpre. Hoje, quando se cobra o ressarcimento, entram na Justiça, fazem um recurso administrativo. Quando o paciente tem um plano antigo, que não cobre determinado procedimento, entra na Justiça e ganha o direito ao pro-

cedimento. Então, tem que haver uma regra aceita por todos.

Com relação ao fumo, em nenhum momento, o Governo Lula pretende arrefecer a política de combate ao tabagismo. Pelo contrário, queremos ampliá-la. Efetivamente, estávamos diante de uma grande contradição da lei. Aliás, é importante dizer que se avançou muito na área da publicidade, da legislação, mas em outras não se avançou. Na área, por exemplo, da venda e do comércio de cigarros não se avançou. Na área de garantia de recursos para reduzir os danos causados pelo cigarro à saúde da população, também não. Queremos avançar nesses pontos a partir de agora.

A nova lei tinha uma grande contradição: dizia que era proibido corrida de Fórmula 1 no Brasil porque havia propaganda de cigarro. É isso que estava dito lá. Mas não é proibido transmitir a corrida de Fórmula 1 da Espanha, da Alemanha, em que existe a propaganda de cigarro do mesmo jeito, na mesma condição, às vezes, até mais.

Então, o que fizemos? Tínhamos diante de nós uma situação crítica, que era um contrato assinado, desde o ano passado, entre o Governo de São Paulo e a FIA, a Federação Internacional de Automobilismo. O tempo era pouco para se tomar uma decisão, e o prejuízo causado à imagem do Brasil seria muito complicado. Então, fizemos uma flexibilização na realização da atividade, mas, por outro lado, apertamos com a política antitabagista. Agora, continuará sendo permitido transmitir corridas de Fórmula 1, só que, antes da corrida, ao longo dela e depois, serão veiculadas mensagens antitabagistas.

Anteriormente, a proibição da realização da corrida terminava valendo para a Fórmula 1. Agora, vale para a Fórmula Indy, para a Fórmula Mundial, para os campeonatos de motocicleta. Vale para a televisão aberta e para a televisão fechada. E agora o Congresso Nacional votará essa medida provisória. Se julgar inadequado o que foi feito, o Congresso tem total autonomia de fazer algo diferente, e nós vamos respeitar o contrário.

Vamos agregar mais algumas coisas, que vou apresentar como posição do Ministério da Saúde ao Relator da matéria. Por exemplo – não é uma coisa simples, mas temos que tentar fazer –, queremos obrigar os locais que vendem cigarro a colocar, de um lado, a marca do cigarro e, do outro, aquela fotografia, diante do indivíduo que vai comprar o cigarro. Na verdade, quem compra mesmo pega o maço de cigarro e nem olha a foto; só fica abrindo o maço desse lado de cá, para não ver aquela coisa grotesca que está do

outro lado. Queremos avançar para proibir a utilização e venda de cigarros em espaços de permissionários ou concessionários do serviço público. Não se trata de proibir apenas o fumo em avião. É não fumar no aeroporto, não fumar na rodoviária, não fumar na estação ferroviária, não vender cigarros nesses lugares. E o meu desejo é que, futuramente, façamos como em alguns países, onde só se vende cigarro em tabacaria. Há uma emenda do Deputado Luiz Carlos Hauly nesse sentido que estamos apoiando. Queremos também definir uma forma mais adequada para a publicidade. Ela está sendo limitada nos grandes prêmios, mas queremos aumentar isso. E pensamos em uma série de outras coisas que são para apertar essa política. Então, eu queria somente reforçar isso.

Por último, respondendo ao Senador Osmar Dias, hoje, 53% da CPMF complementa o orçamento da Saúde. O restante vem de outras contribuições da Seguridade Social. A própria CPMF é usada para outras áreas da Seguridade Social. Como Ministro da Saúde, naturalmente, participo do debate da reforma tributária no que diz respeito à CPMF, como integrante do Governo; mas tenho a absoluta convicção de que, se ela vier a ser extinta ou substituída, o Ministério da Saúde não sofrerá nenhum tipo de redução de seus recursos. Esse é o compromisso do Governo, e a Emenda Constitucional garante isso.

Com relação ao Hospital de Clínicas do Paraná, é uma situação que ocorre em todo o Brasil. Não sei se o Senador estava no início, mas eu disse que nós montamos um grupo de trabalho para estudar os hospitais universitários de modo geral. Esses hospitais têm problema de financiamento que, em grande parte, acontecem pelo fato de que eles ampliaram os serviços e não houve, nos últimos anos, por parte do Ministério da Educação, a contratação de pessoal para suprir essa necessidade. Aí, o que os hospitais universitários vinham e ainda estão fazendo – e nós estamos querendo que eles parem de fazer: montam uma fundação de apoio para contratar pessoas precariamente, utilizando recursos do SUS que são recursos para investimento e custeio. Então, é uma crise interminável. Além disso, há o problema de gestão. Em qualquer avaliação de custo de serviços, verifica-se que o hospital universitário, comparado com a rede privada, com a rede filantrópica ou mesmo a rede pública, é mais caro – não é meu, não é seu e nós gastamos de qualquer jeito. Então, tem que haver mudança de gestão. Nós, por exemplo, estamos fazendo um piloto em três hospitais universitários – o Hospital de Santa Maria, o Hospital de São Luiz e o Hospital da Bahia. São três modelos diferentes: um é

excelente; o outro é de referência e o outro está falido – é a situação mais precária. Queremos exercitar nesses hospitais um programa piloto, para vermos como a gestão deve ser feita, como ela deve ser realizada, como se racionaliza recursos, para que o hospital universitário, como disse, deixe de ser uma “ilha” no sistema de saúde – como outras ilhas também existem. A Rede Sara é um exemplo: é financiada pelo setor público, mas que não tem nenhuma vinculação com o Sistema Único de Saúde.

Os hospitais universitários estão hoje numa situação semelhante. Eles têm que ser referência para uma série de coisas, sem perder sua vocação de formador, para o que precisa de casos de altíssima complexidade e equipamentos sofisticados, mas precisa também ser referência na assistência. Neste aspecto, qual seja, o de recursos, como eu disse, estamos aumentando os recursos para eles. Este ano será de R\$100 milhões – R\$50 milhões do Ministério da Saúde e R\$50 milhões do Ministério da Educação. Nós já estamos liberando essa parcela de R\$50 milhões agora no meio do ano.

Com relação ao Projeto de Lei, nobre Senador, eu me disponho a estudar e pedir ao pessoal técnico que faça uma avaliação. Este é um tema muito delicado, porque sabemos que, entre os profissionais de saúde, há um significativo percentual de droga adictos, dependentes, exatamente pela utilização de medicamentos, não apenas a morfina e seus derivados, mas também outros que geram dependência. Sabemos que, hoje, no Brasil, hospitais são assaltados para que se possa obter esse tipo de droga. Então, é importante combinar um sistema que controle sem, naturalmente, impedir a autonomia do profissional em fazer a prescrição.

Com relação a pagar – vejam – há uma outra coisa que não fiz referência ali, mas que é fundamental: o Brasil distribui medicamentos caríssimos para todo mundo. Há um protocolo onde as doenças estão catalogadas e nós pagamos para quem tem plano de saúde, para quem não tem plano de saúde, para quem é rico e para quem é pobre. A propósito, a Justiça e o Congresso Nacional precisam discutir a questão. Nós estamos começando a entabular conversas com o Poder Judiciário. Não se pauta pelo princípio da equidade, mas se pauta apenas pelo princípio da universalidade, ou seja: fulano de tal tem uma doença “x” e está usando esse medicamento em tal lugar. Não se discute se ele tem ou não o direito de ter esse medicamento, tem resultado. Ninguém comprovou que aquilo não vai causar mal. O juiz, onde estiver, dá a sentença: “Que o Sistema Único de Saúde dê esse medicamento...” Não sei

se V. Ex^{as}. sabem, mas há uma empresa de produção de medicamentos – ela produz um medicamento caríssimo para uma doença raríssima que pouquíssimas pessoas tem no Brasil – que faz rastreamento de doentes para incitá-los a entrar na Justiça contra o Sistema Único de Saúde para receber o medicamento. Ora, tudo bem; todo mundo tem direito. Cada vida é importante. Cada vida é fundamental. Mas, no momento em que dou aquele medicamento e não tenho comprovação de que ele funcione, eu estou deixando de dar medicamentos para muita gente que, sem medicamentos, vai terminar batendo numa UTI e não encontrando vaga. Então, tem que haver o princípio da equidade. O juiz precisa ter acesso a esse protocolo para que, no momento de decidir, possa dizer que, no protocolo do ano anterior, o Ministério da Saúde dizia que esse medicamento não servia para o que é especificado. Então, por que vou garantir isso? Portanto, tem de se trabalhar com o princípio da equidade. No caso desses medicamentos, é perfeitamente possível discutirmos, e creio que já sejam distribuídos porque, como disse, quem paga medicamento caro no Brasil hoje somos nós, o sistema público, e não o sistema privado.

Acredito que respondi aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu indagaria ao Senador Antero Paes de Barros se deseja usar o direito da réplica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Gostaria de fazer algumas considerações.

Embora seja o Ministro da Saúde, V. Ex^a fez uma análise da política econômica que eu não fiz. Eu apenas disse que há uma eterna guerra entre a área econômica de qualquer governo e a área social de qualquer governo. Mas ficaria muito feliz se, no futuro, o discurso de V. Ex^a se revelasse verdadeiro. No presente, atribuo esse discurso mais a um problema genético. O poder tem um gene. V. Ex^a é da área da saúde, e há um gene do poder que nos mostra uma realidade diferente da existente. Quando foi feito o anúncio do contingenciamento, foi dito à imprensa brasileira – está registrado em todos os jornais – que não havia contingenciamento na área social. No outro dia, a imprensa brasileira registrou o contingenciamento de R\$1,6 bilhão na área da saúde.

Sou um aliado de V. Ex^a., não quero contingenciamento na área da saúde. Mas as universidades estão paradas. O Governo está com o discurso de que não está contingenciando os recursos da área social, e isso não é verdadeiro. As universidades estão paradas. Tenho conversado com reitores, tenho recebido visitas de reitores de universidades e sei que estão

paradas com recursos para o custeio. O FAT está com os recursos contingenciados. O programa Fome Zero está conseguindo a proeza de ser o melhor programa do Governo e ao mesmo tempo o pior programa do Governo, enfim, uma proeza fantástica. Como o Fome Zero só se justifica como um projeto emergencial, dever-se-ia casar o Fome Zero com o FAT. A clientela do Fome Zero teria de ser a clientela preferencial do programa qualificado, do Proger, do Programa de Geração de Emprego. E isso está contingenciado. Não foi gasto absolutamente nada.

Participei de uma reunião com os secretários de Trabalho do Brasil inteiro na Câmara dos Deputados. Estou dizendo isso com a expectativa de que, no futuro, se confirme o discurso de V. Ex^a e não quero que V. Ex^a veja na Comissão de Assuntos Sociais do Senado uma posição de oposição à área social do Governo. Ao contrário, esta Comissão presta-se a apoiar os investimentos na área social. Porém, infelizmente, muitos pontos estão sem desdobramentos.

Para mim, não ficou claro o Projeto Alvorada, que teve início e término, mas as obras que foram iniciadas na área de saneamento, na área de água serão complementadas ou não?

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Todas. Não vai ficar uma obra inacabada no Projeto Alvorada. Só o que não foi licitado, o que não começou é que entrou no decreto de cancelamento, mas tudo o que começou vai ser concluído.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É importante essa declaração, porque, se hoje há uma ação do Ministério da Saúde com relação ao acompanhamento referente à pneumonia asiática, no futuro, quanto melhor a nossa política de saneamento, mais protegidos estaremos com relação a qualquer tipo de problemas.

Ministro, sinceramente, a Emenda que aprovamos, de nº 29, de iniciativa do Deputado Eduardo Jorge, do PT de São Paulo, representou uma luta no Senado da República para que aprovássemos a vinculação de recursos na área da saúde, uma conquista da sociedade. Na reforma tributária, há um debate sobre a DRO, Desvinculação de Recursos Orçamentários, e somos contra a Desvinculação dos Recursos Orçamentários, que é uma proposta do Governo, porque entendemos que temos que proteger a área social, temos que dar condições à área social para que possa funcionar. Mas, na Emenda nº 29, não havia a obrigatoriedade da União; a Emenda estabelecia apenas a obrigatoriedade em relação a Estados e Municípios, o que considero incorreto. Hoje, há um caminho melhor a ser percorrido com relação à União.

No entanto, Sr. Ministro, creio que não temos que ter compreensão nenhuma com governadores ou prefeitos que não estejam aplicando os recursos orçamentários constitucionais da área da saúde. Temos que estabelecer uma outra prática. A lei tem que ser cumprida, principalmente quando se destina a beneficiar a população mais pobre deste País, que é especificamente o caso da área da saúde.

Sinceramente, quero manifestar publicamente minha preocupação quanto à questão dos transgênicos. Acredito que o Governo brasileiro errou ao liberá-los. Não sou contra essa questão, mas quero uma posição da ciência: alimento transgênico faz mal ou não? Existe uma proibição, mas, por problemas econômicos de alguns poucos produtores, liberou-se o uso do transgênico. Logo após a liberação, assisti a um debate no Canal Rural, do Rio Grande do Sul, em que os produtores diziam: "Vamos plantar no ano que vem". E vão plantar, porque essa, sim, é uma lógica econômica perversa, de que, enquanto não está liberado... Então, que o Governo estabeleça uma prioridade. Vamos esgotar, vamos pesquisar, estabelecer a linha e definir o uso do transgênico. Pode ser que seja até melhor para a economia e para a saúde do povo brasileiro, e pode ser que não seja também, mas, enquanto não estiver liberado, creio que ninguém tem o direito de estar acima da lei.

Sr. Ministro, sobre a questão ética da cerveja, concordo com V. Ex^a, mas considero que foi pouco ética a medida provisória do Governo em relação ao fumo. Essa medida provisória tem nome e sobrenome; ela não foi editada porque o Brasil tinha risco. Não vi nenhuma represália ao Canadá, onde é proibido também, e lá não tem. No treinamento da Fórmula 1, que foi transmitido pela Rede Globo de Televisão – eles transmitem o treino e depois transmitem também a corrida oficial –, os carros tamparam, eles não expuseram as publicidades dos cigarros. Nós fomos mais realistas que o rei, fizemos uma medida provisória não para atender ao interesse nacional, não para atender ao risco do País, mas para atender à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, e o fizemos em uma relação pouco ética. Foi uma luta para que o Congresso brasileiro enfrentasse o **lobby** da indústria tabagista para que pudéssemos aprovar aquela questão ética com relação ao fumo, que V. Ex^a cobra, e com razão.

Sou o relator do projeto de lei do Deputado Airtton Dipp, e vamos, na próxima semana, apresentar o relatório sobre a questão da cerveja nesta Comissão de Assuntos Sociais. Vou fazer questão, antes de apresentar o relatório, de encaminhá-lo à assessoria parlamentar de V. Ex^a para saber se V. Ex^a tem algu-

ma contribuição a fazer com relação àquilo que vamos estabelecer acerca da propaganda da bebida, na mesma linha ética defendida por V. Ex^a.

Eram os registros que gostaria de fazer, Sr. Ministro. Com muita sinceridade, estamos na expectativa, na torcida. Queremos que V. Ex^a, que substituiu o melhor Ministro da Saúde que o Brasil teve até agora, seja melhor que ele, porque assim, cada dia mais, o nosso País estará atendendo melhor a população.

Quero cumprimentá-lo pela preocupação no que diz respeito às drogas. Considero muito importante essa posição de V. Ex^a, essa visão do Ministério sobre o problema das drogas. Quero cumprimentá-lo ainda em relação à questão da saúde bucal, porque é importante o Brasil evoluir nessa área.

Esta Comissão vai se ombrear com V. Ex^a na luta pela área social do Governo, especificamente do Ministério da Saúde.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Creio que o debate que se abriu sobre a questão da Fórmula 1, eu esclareci aqui. De um lado, houve uma flexibilização para a realização de um grande prêmio, mas, por outro lado, houve, como falei, uma inovação, a de garantir que, não em um, mas em quinze, tenhamos agora a propaganda antitabagista.

Por que ninguém propôs que não se transmitisse a Fórmula 1 de outros países para cá? Só se discutiu a realização no Brasil. Mas ninguém determinou na lei que ficava proibido transmitir qualquer evento internacional que tivesse propaganda de cigarro. É ou não uma contradição da lei?

Como iríamos agir diante de um problema que não fomos nós que criamos?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ministro, também ninguém propôs a proibição da fabricação do fumo, nem a proibição da fabricação da cerveja.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço um aparte, Sr. Ministro.

Eu estava no plenário da Câmara dos Deputados quando a lei foi votada. Essa solicitação de excluir a transmissão internacional foi feita pelo Ministro José Serra pessoalmente a mim e encaminhada na ocasião pelo Presidente da Casa, o Deputado Aécio Neves. Não só queriam excluir a transmissão das competições esportivas internacionais, como também propunham incluir os espetáculos culturais.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA –

Que estamos incluindo agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E não tínhamos concordância da forma como estava sendo proposto. Mas todos os parlamentares, já na ocasião, entendiam que eventos de caráter internacional – o Brasil era uma plataforma local – teriam que ser tratados de forma específica, porque essas competições têm a opção de escolherem outros países. E o Brasil ia perder uma fonte de turismo, de renda, de transmissão da imagem, que é algo importante para o País. É um prestígio para o País a realização desses eventos. Então, poderíamos corrigir isso numa negociação futura, na forma como está sendo discutida, entre outras coisas, a possibilidade de se fazer uma contrapropaganda e usar o espaço como espaço educativo.

Não podemos apegar a discussão. Houve um grande esforço suprapartidário, e isso não foi nem do governo anterior. Parlamentares do próprio PSDB, durante dez anos... O Deputado José Elias Murad, por exemplo, todo dia, no microfone, lutava por essa medida.

Eu queria esclarecer esse episódio e dizer que o que foi feito naquela ocasião e o que hoje temos já vinha sendo acordado há muito tempo pela direção, na época, do Ministério da Saúde, pelo Presidente da Casa, que era o Deputado Aécio Neves. Eu era, na ocasião, Líder da Bancada do PT.

Era o esclarecimento que eu queria dar sobre que está sendo feito agora. Isso foi discutido no passado na oportunidade da votação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro Humberto Costa, em primeiro lugar, gostaria de felicitá-lo pelo trabalho empreendedor e inovador que V. Ex^a está realizando à frente do Ministério da Saúde. É um trabalho delicado porque lida com uma das áreas mais sensíveis das instituições. Notadamente porque, ao longo dos anos, o problema do financiamento público da saúde foi procrastinado, deixado para um segundo plano. Só no ano de 1996, sob pressão dos acontecimentos, da crise reinante no setor, inclusive com a incidência de mortes no seu Estado, em Pernambuco, a famosa Clínica Genoveva, de Caruaru, onde morreram mais de quarenta pessoas, é que as autoridades, diante da comoção nacional, mobilizaram-se para arranjar recursos emergenciais para atender o setor.

Daí que surgiu a famosa CPMF, por iniciativa do Ministro Adib Jatene, que veio aqui ao Senado e fez um relatório candente, que nos sensibilizou a todos. Tomei a frente desse movimento, passando a ser o autor da famosa CPMF, que era transitória, para vigorar por dois anos. A CPMF tem sido um tormento para mim, Sr. Ministro, e vou dizer por quê. Sabemos que a emenda da CPMF era conhecida como Emenda Jatene, mas no Estado de Sergipe ela é conhecida como Emenda Valadares; conseqüentemente, em todas as eleições os meus adversários se aproveitam disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sempre de forma ineficiente, porque com o currículo e a história de V. Ex^a, com a contribuição que deu ao País, está sempre nas urnas sendo referendado pelo povo de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Obrigado, meu Líder.

Não valeu a propaganda negativa dos meus adversários, tanto que fui o Senador mais votado de Sergipe pela segunda vez.

Veio a Constituição de 1988 e, sabiamente, colocaram-se no capítulo da Seguridade Social os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Previram-se os direitos, mas não se previu o financiamento, não se apresentaram de forma clara as saídas para garantir o atendimento à saúde no Brasil, de forma que a criação da CPMF foi uma situação de emergência para que o Governo Federal, o Executivo, naqueles dois anos, providenciasse uma saída que, infelizmente, não veio.

Apresentei uma emenda constitucional aqui, paralelamente à que já existia na Câmara dos Deputados, com a mesma finalidade, ou seja, garantir recursos públicos para a saúde. E não é que a minha emenda foi derrubada aqui no Senado? Havia uma resistência enorme ao financiamento. Quando a emenda da Câmara – que teve uma participação intensa do Partido dos Trabalhadores, do partido de V. Ex^a, do meu partido, o PSB, e de todos os partidos, de um modo geral – chegou aqui praticamente ficou dormindo na mesa do Senado. Foi preciso a interferência da Igreja. D. Arns veio aqui; todas as comunidades do Brasil ligadas à saúde, as ONGs, todas vieram pressionar porque já estava aqui há seis meses e na Câmara dos Deputados, há sete anos. Já tinham derrubado aquela que, com a mesma finalidade, eu havia apresentado. Finalmente, a emenda foi aprovada com apenas dois votos contra. Designado pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fui o relator dessa emenda que resultou na Emenda à Constituição nº 29. Houve apenas dois votos contra,

de dois Senadores da Bahia, porque o que se alegava naquela época é que iria fortalecer a candidatura de José Serra. Imagine! Recursos para a saúde não são recursos para o Ministro, mas para a comunidade do Brasil, que estava precisando dos recursos.

Resumindo, Sr. Ministro, a Emenda nº 29 foi aprovada, o Senador Antero já teve a oportunidade de falar neste assunto, e o Governo federal, por intermédio da Advocacia Geral da União, criou uma fórmula sibilina de arrancar recursos da saúde. Até o ano de 2003, a saúde perdeu mais de cinco bilhões de reais em face desse parecer. Essa a razão do meu um requerimento a V. Exª: saber se o Ministério da Saúde... Neste ponto, quero fazer justiça ao Ministro José Serra, que lutou para que essa interpretação fosse derrubada, mas não conseguiu fazê-lo. Como falou o Senador Antero Paes de Barros, há uma briga eterna entre a equipe econômica do Governo e o Ministério da Saúde.

Fiz o requerimento, mas não sei se V. Exª já respondeu. No entanto, V. Exª disse a esta Comissão que dará a interpretação verdadeira. Estamos prevendo na Proposta de Emenda à Constituição nº 29 que, além da variação do PIB, prevaleça o empenho realizado no ano anterior e não no ano de 1999. Praticamente congelaram os recursos da saúde e não obedeceram ao previsto na Constituição. A nossa Carta Magna prevê que a União contribuirá com o setor de saúde com um percentual a ser definido em lei complementar. Enquanto isso, o percentual será de acordo com a variação do PIB e com aquilo que foi empenhado no exercício anterior. Porém, o Governo disse que seria no exercício de 1999. Imaginem V. Exªs, já estamos no ano de 2003!

Portanto, quero saber se V. Exª cobrirá esse rombo deixado pelo Governo anterior de mais de R\$5 bilhões.

Sr. Ministro, V. Exª sabe que há resistência de alguns governadores em permitir a descentralização ou a municipalização do SUS. Essa situação tem acarretado brigas enormes. No governo anterior, o Prefeito Marcelo Deda precisou lutar bravamente para conseguir a municipalização da capital de Sergipe. Os governos querem concentrar os recursos em suas mãos. Ora, os Estados serão obrigados a aplicar, no ano de 2004, 12%; os Municípios, 15%, e os Estados ainda querem prender os recursos que o Ministério da Saúde destina aos Municípios por meio do SUS. Essa atitude não tem cabimento.

Em que ritmo, Sr. Ministro, essa municipalização ocorrerá no Governo do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, para terminar a minha participação, farei alguns questionamentos sobre a CPMF. Quando o Ministro Adib Jatene estava lutando para a aprovação temporária dessa contribuição no Congresso Nacional, o então Ministro da Fazenda dizia que era impossível se aprovar a CPMF, pois desencadearia a cumulatividade e poderia contribuir para a inflação e para o aumento do custo Brasil. Contudo, a CPMF foi aprovada. E, após a sua aprovação, o Ministro da Fazenda gostou e passou a fazer prorrogações sucessivas da CPMF, que estará em vigor até dezembro de 2004.

Pergunto ao Sr. Ministro se há outra maneira de substituir a CPMF na reforma tributária ou se essa contribuição deve ser permanente, como já definiu o Governo na reforma tributária.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento o Ministro da Saúde pela palestra objetiva e clara e pela sua disposição de vir a esta Comissão, aberto ao debate, para responder às intervenções dos Srs. Senadores, alguns médicos como S. Exª, outros técnicos.

Sr. Ministro, como agente social que sou – estou hoje como Senadora –, realizando um trabalho de campo permanente, as minhas perguntas referem-se muito mais ao que vejo praticamente todos os dias do que ao que leio nos jornais.

V. Exª citou que o SUS tem dado tratamento privilegiado à Aids, tendo o Brasil o reconhecimento internacional pela forma cuidadosa com que vem tratando essa doença. Mas existe um aspecto, Sr. Ministro, que pretendo abordar aqui e que não foi mencionado. Trata-se da saúde da mulher e de um ponto que considero importantíssimo, que é a incidência de Aids na mulher casada.

Disponho de dados alarmantes que me foram passados por um especialista da área. No início da epidemia, em meados de 1984 e 1985, para cada 60 homens, havia uma mulher contaminada; hoje, para cada homem, há uma mulher. E a projeção, a partir do próximo ano, é de mais mulheres contaminadas pela Aids do que homens. Pergunto: o que o Ministério da Saúde tem feito para reverter essa situação? Não seria o caso, Sr. Ministro, de o Ministério promover campanhas publicitárias para esclarecer a mulher, principalmente a de baixa renda, sobre como se proteger? Não faria aqui nenhuma sugestão, pois não seria per-

tinente, mas julgo importante que o Ministério promova campanhas nessa direção.

A outra pergunta diz respeito à área psiquiátrica. V. Exª fez alusão aos centros de assistência psicossociais e residências terapêuticas. Seria interessante se V. Exª pudesse detalhar um pouco mais a esse respeito, porque há uma expressiva população que perambula principalmente pelas grandes cidades que precisa de assistência médica. Nem precisamos ser assistentes sociais para perceber essa necessidade. Isso também ocorre nas cidades pequenas, onde, de alguma forma, toda a população gerencia ou cuida dessas pessoas. Eu gostaria que V. Exª detalhasse um pouco mais essa questão.

Finalmente, Sr. Ministro, desejo que V. Exª tenha muito sucesso durante a sua gestão, para que, no futuro, a troca de dentadura pelo voto seja pelo menos amenizada pelo trabalho que V. Exª vai exercer na área de prevenção odontológica.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Primeiramente, cumprimento e parabenizo o Sr. Ministro, que, creio, já colocou uma pedra no SUS ao incluir o dentista e o auxiliar no PSF. Espero que S. Exª ponha mais uma pedra fazendo com que o tratamento de canal seja acessível aos menos favorecidos. Não sei como irá fazer isso, mas vamos trabalhar juntos para conseguir alcançar esse objetivo.

Eu gostaria de fazer algumas sugestões e depois duas perguntas. Eu sugeriria ao Ministro que encontrasse um meio de promover mais treinamento para o atendimento pré-hospitalar e no ATLS, por exemplo, porque sabemos que o trânsito é uma das causas principais de morte no País. Sugeriria também que promovesse um trabalho visando a fortalecer o controle social junto aos Conselhos de Saúde, prestigiando-os mais, e que houvesse maior entrosamento com o Ministro da Educação, a fim de que trabalharmos juntos para diminuir o número de acidentes, inclusive promovendo educação no trânsito, nas escolas, juntamente com o Ministério da Saúde.

As perguntas que eu queria fazer a V. Exª, Sr. Ministro, são as seguintes. Ouvi V. Exª dizer que os hospitais de menos de 20 leitos são inviáveis. No meu Estado, apenas a capital e um município têm hospitais com mais de 20 leitos. Eu gostaria que V. Exª não tivesse essa visão, porque me sentirei imensamente prejudicado no meu Estado, porque nossos hospitais são pequenos, mas são hospitais que ajudam a população pobre, atendem agricultores, índios, e funcionam razoavelmente bem.

Outra pergunta é em relação à malária. Mas, primeiro, gostaria de parabenizá-lo, porque a malária continua em baixa; V. Exª tem conseguido manter a queda na infecção malárica na Amazônia – é um mérito ter mantido essa política que está conseguindo baixar os níveis.

Quais as medidas tomadas com o foco de malária que surgiu em Belo Horizonte, por parte do Ministério da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, primeiro, gostaria de me justificar por não estar presente no início da reunião mas estava participando de um evento da Unesco e, por essa razão, não pude assistir a toda a audiência. Creio que a repercussão que pude ter nesta Comissão foi a melhor possível.

V. Exª, Ministro Humberto Costa, companheiro e amigo, tem, ao longo da vida pública, demonstrado uma competência política, uma militância e uma vivência na área da saúde, que trazem, eu diria, uma perspectiva extremamente promissora para o novo Governo. A consistência das respostas, a transparência, a profundidade de análise não fazem jus a alguns ataques, eu diria, açodados e apressados, por parte daqueles que ficaram oito anos no Governo e nem sempre conseguiram equacionar não só a política econômica, mas também as finanças públicas, herança extremamente perversa que nos foi deixada.

Quero lembrar que, em 1994, a nossa dívida pública era de R\$64 bilhões e, quando assumimos, era de R\$627 bilhões. O IGPDPI estava em 60% ao ano. Quer dizer, inflação alta e em aceleração, taxa de juros elevadíssima, de 25%, a dívida pública numa aceleração que chegou a 63% do PIB, restringindo e muito a margem de manobra do Orçamento.

Nesses três meses, a taxa de câmbio cedeu, a dívida pública caiu de 63% para 54%, a inflação está caindo de forma consistente, pelo câmbio e pela redução dos preços de petróleo que chegou ao consumidor, abrindo possibilidade no Orçamento de ampliarmos os investimentos nas áreas sociais, sobretudo pela queda progressiva, futura e consistente da taxa de juros, porque todos os elementos estão sendo dados para que isso venha a ocorrer.

Por isso, acredito que é um papel, sim, do Ministro da Saúde lutar por verba para sua Pasta. Creio que a nossa área econômica terá sensibilidade de dar prioridade e consolidar o SUS, que é um dos instru-

mentos mais modernos que a Constituição deixou, para termos uma política social universal como essa.

Herdamos também uma situação de dengue, epidemia, febre amarela, malária, enfim, tantas mazelas, as UTIs lotadas, e estamos assistindo a situações dramáticas. Esse é um trabalho de longo prazo, um trabalho que tem que ser prioridade nas políticas públicas. A escolha de V. Ex^a já demonstra a importância que tem essa área para o Presidente Lula e para o novo Governo.

Por tudo isso, pela consistência do debate, pela seriedade das respostas, tenho certeza de que esta Comissão sai muito satisfeita. Teremos aqui uma interlocução importante e suprapartidária em defesa da política de saúde, numa parceria entre o Legislativo e o Executivo. Esse é o sentimento predominante, é o que vai prevalecer. A presença de V. Ex^a só dá mais segurança a esta Comissão de construir essa parceria e as necessárias mudanças que temos que fazer no Brasil na política de saúde pública.

Então, parabéns pela gestão, boa sorte. O povo brasileiro, nosso Governo, nosso Partido, eu diria esta Casa, têm uma confiança imensa na sua competência, na sua seriedade, na sua capacidade de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Com relação às indagações do Senador Antonio Carlos Valadares, entendo que a minha opinião sobre a CPMF sempre foi positiva, não apenas quando se discutia sobre os recursos serem alocados para a saúde. Isso, por si só, já era um motivo do meu apoio individual, muito embora eu tenha votado com a Bancada do PT contra a CPMF na época em que foi instituída na Câmara dos Deputados, aqui no Congresso Nacional. Vejo esse imposto como um imposto, primeiro, de fácil arrecadação; segundo, um imposto que permite outras coisas além da arrecadação, que é o fato de se poder ter acesso e tributar recursos que, em condições outras, não seriam tributados; tributar os recursos da informalidade, tributar os recursos da contravenção também. Em todos os debates que ouvi, nunca concordei com a idéia de que esse fosse um imposto regressivo. A minha avaliação sempre foi a de que ele permite que aqueles que ganham mais sejam obrigados a contribuir com mais. Naturalmente, trata-se de um imposto que cumpre um papel importante.

Concordo com a estratégia do Governo de reduzir o valor da alíquota progressivamente, à medida que outras receitas possam ser criadas para substi-

tuí-lo. O ideal é que tenhamos, de fato, uma alíquota pequena que nos permita identificar aqueles recursos que não são tributados, até para que, por outras vias, possamos conseguir que haja essa tributação.

Temos que resgatar o passado, em relação à Emenda Constitucional nº 29. Quando estávamos no período de transição, conversamos com o atual Ministro Antonio Palocci, que era o coordenador, sobre a questão da Emenda nº 29. E o acordo que fizemos, quando o Congresso estava votando o Orçamento no ano passado, foi o de que iríamos discutir a nossa parte. Teríamos de cumprir a Emenda nº 29 desde a elaboração do Orçamento, o que aconteceu, com a interpretação a que V. Ex^a se referiu.

Depois, veremos como poderemos resgatar, progressivamente, o recurso que ficou para trás, e isso, naturalmente, vai depender da retomada do crescimento do País, do aumento da capacidade de arrecadação, da estabilidade.

O importante para nós, o compromisso que tenho com o Governo, com o Ministro e com o Presidente Lula, é que, com certeza, na nossa gestão, vamos cumprir. Discutiremos os meios para que aqueles recursos que foram retirados da saúde, ou pelo não cumprimento da legislação, sejam incorporados mais à frente progressivamente.

Com relação à permanência ou substituição – creio que já respondi à Senadora Iris de Araújo. De fato, o problema da Aids...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Ministro, desculpe-me. Falei sobre o problema da descentralização, da municipalização.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – De fato, descentralizar é também perder poder dos recursos que se têm à mão, perder poder político, o que não significa que o Estado deixa de ter um papel.

Temos exemplos de Estados que estão sabendo muito bem exercer esse papel. O Governo do Acre é um deles; o Governo do Rio Grande do Sul, o passado e o atual também. Esses entenderam que o papel do Estado como co-financiador, como articulador do sistema entre os Municípios, como facilitador do processo de implementação da descentralização já interfere, na área de saúde, de forma muito positiva. Muitas vezes, as pessoas acham que uma boa gestão se faz quando há um hospital no local, se houver gerenciamento desse hospital. Ou seja, há necessidade de se mostrar que a obra foi feita. Creio que não é assim, e sinto uma mudança de postura dos secretários estaduais em relação a essa questão. Tenho

...Estados profundamente interessados em fazer a municipalização, e, às vezes, o Município nem quer.

No Estado da Bahia, por exemplo, o atual Secretário de Saúde segue uma linha completamente diferente da dos últimos anos, que era de muita centralização. Creio que conseguiremos fazer essa descentralização.

Todos os três têm um papel fundamental. Sem a concorrência dos três, não podemos fazer com que o sistema funcione bem.

Voltando à resposta à Senadora Iris, é um grande motivo de preocupação a questão da Aids em relação às mulheres, principalmente as jovens. V. Exª citou a campanha publicitária e, certamente, acompanhou o debate ocorrido na campanha do Carnaval.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas um minuto, Ministro. Esqueci de me referir às mulheres casadas.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Certo. Mas vou me referir às mulheres de modo geral. Em seguida, tratarei especificamente de mulheres casadas.

Hoje, nossa principal preocupação é dirigida às adolescentes, entre as quais essa razão, inclusive, se inverteu em termos de novos casos. Há mais meninas do que meninos apresentando novos casos de Aids.

Na pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde a fim de tentar entender o porquê disso, existem razões culturais importantes. As meninas estão sendo introduzidas na vida sexual mais cedo, geralmente com parceiros mais velhos, com os quais têm dificuldades de negociar a utilização do preservativo. O sentido da campanha do Carnaval foi justamente tentar atingir esse segmento da população. Houve questionamentos, pois foi utilizado um artista que não possuía o protótipo feminista, mas, na verdade, era alguém com uma fala para aquele segmento e a idéia de se fazerem campanhas publicitárias dirigidas a determinados segmentos é um avanço na política de prevenção.

Atualmente, por exemplo, se tomarmos a população homossexual masculina, a quantidade de pessoas testadas e a prática do sexo seguro são bastante grandes. Portanto, devemos atingir aqueles que ainda não têm consciência do fato.

No que diz respeito à mulher casada, também é grave a situação. São contaminadas pelos próprios maridos, que adquirem a doença ou por uma conduta bissexual ou mesmo por contato com mulheres já contaminadas. Às vezes ouvimos dizer que pelo fato

de a pessoa ser casada, não é necessário usar preservativo. Não sei se essa é uma boa conduta.

Além disso, um grande facilitador é a introdução do preservativo feminino, porque a mulher não precisará estabelecer uma negociação para que o outro use, já que, ela própria utilizando, está se protegendo. O Ministério tem adquirido o preservativo feminino a fim de tentar construir uma cultura de utilização do preservativo. E a idéia é ampliar. Portanto, estamos atentos para a questão.

Com relação aos Centros de Atenção Psicossocial e às residências terapêuticas, os Centros de Atenção Psicossocial são espaços para o atendimento da pessoa portadora de transtorno psíquico não apenas na situação de crise, mas no próprio segmento, no próprio acompanhamento, procurando oferecer um atendimento integral, com promoção de saúde mental, prevenção, assistência, recuperação, procurando integrar a família ao tratamento, seja para receber um suporte, seja para que possa compreender e aprender a conviver com aquela diferença. Além disso, o Centro de Atenção Psicossocial pode servir como espaço para o internamento de curto prazo. A política de reforma na atenção à saúde mental não rejeita o internamento. Em alguns momentos, o internamento pode ser feito. Mas por que ser feito em uma instituição que exclui? Por que não pode, em alguns casos, ser feito em um hospital geral? Por que a internação não pode ser de curto prazo? Uma das tarefas do Centro de Atenção Psicossocial é treinar os profissionais a fim de que possam agir na situação de crise sem utilizar mecanismos anteriores como internamento compulsório, contenção mecânica da pessoa, como amarrar e colocar camisa de força. Orienta a utilização da medicação, que tem o papel de conter aquele sintoma de forma adequada. E ainda um grande papel, talvez o mais importante do Caps: poder ser o espaço ou a alternativa para se evitar a primeira internação em hospital psiquiátrico.

Existe um projeto de reforma em saúde mental que é referência internacional. A Itália, a Inglaterra e outros países fizeram reformas radicais, e, talvez pelo conteúdo radical e profundamente ideológico da reforma, houve retrocesso nesses países, posteriormente. O Brasil está fazendo diferente. Os leitos psiquiátricos estão sendo desativados à medida que eu ofereço um serviço como esse. Eu não posso substituir exclusão pela desassistência. E, infelizmente, pelo modelo existente no Brasil, em muitos lugares, só há um hospital psiquiátrico. O Ministério da Saúde vem estabelecendo, há anos, exigências que devem ser cumpridas: o número de profissionais em relação

ao número de pacientes, atividades terapêuticas que têm que ser feitas, acesso ao medicamento, etc., mas, como espaço de atendimento, o hospital psiquiátrico é inadequado. Então, os Caps têm esse papel. As residências terapêuticas seguem uma outra linha, que é em relação àquele paciente que está cronicado, internado numa instituição de longa permanência, que perdeu vínculos familiares ou que pertencem a uma família sem estrutura para atendê-lo. Propõe-se àquela pessoa que tem a mínima condição de autonomia que promova a sua reinserção social. Como? Um grupo de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras vai tirar a pessoa do hospital para ela começar a recuperar determinados aspectos da vida cotidiana. Primeiramente, é necessário perder o medo de sair do hospital. Muita gente tem medo de quem está dentro do hospital, mas quem está dentro do hospital tem medo do mundo, pois só conhece aquele mundo. É preciso tirá-lo do hospital e ensiná-lo a ir a uma padaria, a uma farmácia, a pegar um ônibus. Quando isso se constrói, depois de oito ou nove meses, um grupo de pacientes recebe uma casa, paga pela Secretaria Municipal de Saúde com recursos do Ministério da Saúde. É mantida aquela "república" com o acompanhamento de um cuidador permanente, com o apoio de equipes de atenção psicossocial: psiquiatras, assistentes sociais, psicólogos. Trata-se de um novo modelo que se está criando, que não se vai impor hegemonicamente da noite para o dia, porque temos 55 mil pessoas internadas em hospitais psiquiátricos. Há uma parte de agudos, mas há uma parte significativa de pessoas cronicadas. Estamos lançando este mês o programa De Volta para Casa, cujo objetivo é dar apoio às residências terapêuticas e à família que quer trazer o seu paciente. Muitas vezes a família quer trazer, mas não tem condições. O ambiente em que ela vive não é adequado; não há quem fique com aquela pessoa; não há condição financeira para mantê-la. Esse programa dará condição para que a família receba um recurso para acolher o seu paciente, ganhe o medicamento gratuitamente do serviço público, tenha o acompanhamento dos profissionais. Isso tem feito do Brasil uma referência na área da saúde mental.

Com referência à saúde bucal, não penso que seja tão difícil, como disse o Senador Augusto Botelho. Não pagamos transplante? Por que não podemos pagar um tratamento ortodôntico, que não é somente um problema estético, mas também da fisiologia, da possibilidade da alimentação das pessoas? Por que não podemos pagar um tratamento de canal? Por que não podemos oferecer vários outros tipos de

tratamento? Podemos, sim! É uma questão de decisão política. É uma questão de prioridade – só que saúde bucal nunca foi prioridade no Brasil. Então, eu penso que é possível. Teremos que arrumar o dinheiro e faremos.

Ainda em relação à questão dos hospitais inviáveis, eu não falei inviáveis do ponto de vista do atendimento, não. O modelo atual de pagamento é que inviabiliza. O Município que tem 20 ou 30 pacientes não consegue ter escala para garantir a sua sobrevivência. Nós estamos querendo dar um papel a ele. Não adianta ter um hospital com 20 leitos e querer atender à alta complexidade; será difícil. Mas eu posso atender muito bem à cirurgia ambulatorial, em que a pessoa se interna, faz a cirurgia, passa 24 horas lá e sai no dia seguinte. Posso fazer um parto, atender a uma emergência simples. Se eu tiver um raio X, posso reduzir uma fratura. Esse é o mínimo de complexidade que dá sobrevivência e papel àquele hospital. E é isso que estamos querendo fazer. Não queremos acabar com os hospitais, mas, sim, dar-lhes um outro papel. E isso está sendo muito bem recebido, principalmente pelas instituições filantrópicas, que têm um maior número de hospitais nessa condição.

Com relação à questão da malária, de fato o Brasil vem reduzindo a incidência, a prevalência da malária. Alguns lugares não se preocupam, como é o caso de Belo Horizonte. E vou colocar aqui para V. Ex^a o que está sendo feito lá. Mas também uma preocupação grande é Manaus, que, neste momento, está vivendo uma situação que exige interferência. Estive ontem com o Governador e vamos dar um apoio, a fim de que a epidemia possa ser controlada. Lá já houve epidemia combinada de dengue com malária, o que é extremamente complicado.

No caso de Belo Horizonte, houve um registro de 12 casos de malária, numa área que é de preservação ambiental, porque é um manancial. Provavelmente, alguém que veio da Amazônia ou de alguma área onde existe a febre amarela silvestre foi contaminado; havia sido tratado, mas certamente não houve o controle posterior. Esse procedimento, que deve ser feito em todos os casos importados, não foi feito nesse caso. Então, a Secretaria de Saúde de Minas Gerais está fazendo a busca de casos suspeitos e o tratamento dos diagnosticados. E o Ministério da Saúde está acompanhando esse surto, que, na avaliação da nossa Secretaria, é pequeno. Tem que se preocupar, mas não é nada com uma dimensão tão grande.

Em relação ao Senador Aloizio Mercadante, só tenho que agradecer as suas palavras e dizer que tenho por V. Ex^a mais admiração ainda – V. Ex^a sabe

disso. V. Ex^a é uma pessoa com a sensibilidade de entender que o Congresso Nacional pode fazer muito pela melhoria do Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não sei se a Senadora Iris gostaria de fazer alguma colocação como réplica.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Gostaria de insistir um pouco mais, Sr. Ministro, quanto à questão da prevenção da Aids em mulheres casadas, pois, a meu ver, essa é a forma de contaminação mais injusta que tem ocorrido. E como não tenho visto nenhuma campanha nessa direção – e há uma falta de esclarecimento por parte das mulheres com quem tenho convivido, da grande maioria de mulheres que trabalham e que não têm o esclarecimento necessário –, penso que seria oportuno que o Ministério promovesse essas campanhas, principalmente no que diz respeito ao uso do preservativo feminino – não sei se seria essa a colocação –, a camisinha feminina, que ainda é de difícil acesso. Parece-me que seu preço não é acessível, mas vejo, pelo menos até o momento, como a única forma de se estabelecer uma prevenção para esse segmento que está crescendo cada vez mais, e a estatística tem nos mostrado isso. Teria que ser uma preocupação não só nossa como Parlamentar, mas também do Governo como promotor das políticas públicas que dizem respeito às mulheres.

Eu apenas queria fazer essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, gostaria de cumprimentá-lo pela sua exposição e dizer da nossa confiança de que V. Ex^a haverá de exercer essa função com brilho.

Em primeiro lugar, associo-me aos Parlamentares que falaram sobre os hospitais universitários. No meu Estado, Goiás, a situação não é diferente. Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a uma atenção especial, para que os recursos contingenciados dessa área fossem liberados.

A segunda questão diz respeito ao Hospital do Câncer de Goiânia. Esse hospital presta um grande serviço à Região Centro-Oeste e recentemente teve alguns equipamentos retirados pelas empresas por falta de pagamento. Neste ano, há uma emenda da Deputada Lídia Quinan no valor de R\$300 mil, que, se liberada, poderia socorrer emergencialmente o hospital, gerando um resultado positivo para os pacientes que estão à espera de atendimento.

Em terceiro lugar, gostaria de referir-me ao Projeto Alvorada, que V. Ex^a disse que acabou. Esclareço que esse projeto nunca dispôs de recursos próprios e tinha como objetivo coordenar as ações sociais de todos os Ministérios, para os Municípios com baixo IDH. Portanto, cumpriu a sua função como projeto de coordenação. Agora, acabando o Projeto Alvorada, está agora a LDO sendo encaminhada a este Congresso pelo Governo de V. Ex^a, com a troca do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado como critério para distribuição de recursos da área social, pelo antigo índice, que levava em conta população, área e o inverso da renda **per capita**. Ai, sim, vamos eliminar inteiramente a idéia do Projeto Alvorada, que tinha como objetivo, como disse, a coordenação de todos os projetos sociais, para os Municípios menores e mais pobres.

Foi exatamente o Projeto Alvorada, voltando as ações sociais para os Municípios de baixo IDH, que possibilitou uma movimentação nesses índices, positivamente, ocasionando o prêmio que o Presidente Fernando Henrique recebeu na ONU este ano. Portanto, gostaria de merecer V. Ex^a uma atenção especial.

O PSDB, como Bancada, vai apresentar uma emenda para a retomada do critério IDH. Ontem, levamos essa situação ao conhecimento do Ministro José Dirceu, falamos com o Ministro do Planejamento, que se sensibilizou com a nossa argumentação, e gostaria de que V. Ex^a pudesse também sensibilizar-se, tornando-se um aliado nosso nessa causa.

Lembro também a questão da UTI de Fortaleza. Tenho acompanhado pela imprensa as notícias sobre as medidas tomadas pelo Ministério. Essa inércia noticiada pela mídia em relação ao Ministério tem deixado chocados os brasileiros. É grande o número de mortes ocorridas diariamente, e a nós nos parece, olhando de fora, que as ações estão muito lentas ou não são suficientemente enérgicas para impedir que aquele quadro deprimente seja repassado diariamente à opinião pública, à sociedade brasileira.

V. Ex^a mencionou **en passant** o Hospital Sara Kubitschek, dizendo que ele não pertence à rede do SUS de atendimento. Na verdade, não pertence, mas, para todos que conhecemos bem aquele hospital, trata-se de um modelo de gestão que deve ser seguido por todo o sistema. Acredito que qualquer intromissão na sua gestão ou mesmo nos seus recursos orçamentários traria um grande prejuízo para a sociedade brasileira.

Posteriormente, foi mencionada a propaganda de cigarro. O nosso Líder Aloizio Mercadante foi efici-

ente na resposta. Como sempre, a lógica da sua argumentação foi bastante interessante, mas isso não deixa de confirmar que aquele gesto agrediu o esforço do Congresso Nacional, interpretando o desejo da sociedade no sentido de combater o tabagismo. O Líder disse que naquele momento era a negociação possível, e acredito que o gesto do Governo de V. Exª arranhou, sem dúvida nenhuma, a nossa conquista, arranhou o estágio possível que conseguimos nessa área.

No mais, eu gostaria de desejar a V. Exª sucesso à frente do ministério e reafirmar aqui o que disse o Senador Antero Paes de Barros: esse ministério teve, recentemente, um grande Ministro da Saúde, responsável pela grande conquista que tivemos em relação aos genéricos e ao combate à Aids. Tenho certeza de que V. Exª, com suas propostas e com seu dinamismo, com sua crença e com seus sonhos, haverá de fazer com que o ministério avance cada vez mais. Isso será, sem dúvida alguma, uma grande conquista para o povo brasileiro, povo tão sofrido e tão necessitado de saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Ministro, quero, inicialmente, parabenizá-lo por vir a esta Comissão e expressar a minha confiança de que V. Exª será o melhor Ministro da Saúde deste País. Sei do seu compromisso com a saúde pública e, por isso, faço este registro.

Em função do adiantado da hora, serei breve e farei apenas uma colocação com relação ao planejamento familiar.

Segundo o § 7º do art. 226 da Constituição, compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício do planejamento familiar. Pergunto: de que forma o Ministério da Saúde pretende viabilizar ações preventivas e educativas e garantir acesso igualitário a informações, meios e técnicas disponíveis para fazer valer o planejamento familiar, especialmente em regiões carentes, como o norte do País?

Faço esse questionamento, Sr. Ministro, porque, no Estado de Rondônia, desde novembro do ano passado, o Ministério da Saúde parou de fornecer métodos contraceptivos. Entendo que, quando não trabalhamos com planejamento familiar, estamos criando problemas futuros, ou seja, teremos que ter mais escolas, mais hospitais, sem falar no aumento dos abortos que a rede pública terá que atender ou então dos nascimentos.

Gostaria ainda de registrar o que considero uma iniciativa muito boa do Estado de Rondônia: a criação do Hospital Regional de Cacoal. Essa é uma das obras que constam do rol do escândalo denominado “Anões do Orçamento”, do início dos anos 90. Há o interesse de uma ONG chamada Engenheiros do Além de concluir a obra daquele hospital e, durante dez anos, mantê-lo com pessoal, com equipamento e com material de consumo – será um hospital de clínicas. Neste momento, peço o apoio do Ministério da Saúde para essa iniciativa, porque ela em muito contribuiria para a interiorização da saúde no Estado de Rondônia, que hoje depende basicamente do Hospital de Base na capital.

Acredito que V. Exª já saiba, mas quero registrar que houve um recrudescimento da malária muito forte no Estado de Rondônia. No ano de 2002, o índice foi de 5%. A continuar o descaso com a saúde pública, como está ocorrendo no Estado, temos receio de que neste ano esse percentual suba para 10%. Estive na cidade de Machadinho d'Oeste, centro do Estado, na semana passada e todas as pessoas que conversaram comigo pediram a nossa atenção para essa questão da malária.

Quero mais uma vez parabenizá-lo e expressar minha confiança no seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, a importância deste debate nos mantém até agora em reunião – daqui a pouco teremos que estar no plenário –, com a presença de V. Exª. Isso mostra que o tema da saúde empolgou todos nós.

Tenho somente duas indagações.

V. Exª falou sobre o estatuto do usuário ou do paciente e, também, dos efeitos colaterais, assim como do desconforto que o paciente ou usuário teria como forma de, a partir desse estatuto, ver regulamentada a sua participação na discussão, com amparo legal nas suas cobranças.

Nesse sentido, há uma questão que eu gostaria de esclarecer. Tive oportunidade de presidir uma associação de moradores e percebi que, quanto aos problemas da saúde, há quebra de confiança nas informações quando há doenças epidemiológicas. Existe a preocupação de não passar as informações ou de pedir sigilo, para que não haja pânico.

Gostaria de saber o que V. Exª pensa disso, pois, a meu ver, a informação evita o pânico e faz com que as

peessoas colaborem e somem-se a isso. Mas essa é uma situação com que me deparo como usuário.

A outra indagação diz respeito a um fato que ocorreu recentemente no Distrito Federal: uma criança teve um problema, a mãe levou-a ao hospital, ela precisou de UTI e não havia vaga ali nem ambulância para levá-la a outro hospital. O Promotor público foi acionado e acabou tendo de pagar, do próprio bolso, a ambulância para levar a criança a uma UTI. Há um processo de um pedido de intervenção. Isso seria resolvido de outra forma? Essa é uma questão relativa ao contingenciamento dos recursos, ou é má aplicação dos recursos? Como V. Ex^a analisa essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Romero Jucá, prezado Ministro Humberto Costa, desejo cumprimentá-lo pela excepcional condução do Ministério da Saúde. Não compareci à primeira parte desta reunião porque estava presidindo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não assisti à sua exposição inicial tendo em vista outra responsabilidade aqui no Senado. Gostaria de ponderar relativamente ao que mencionou a Senadora Lúcia Vânia que o Governo do Presidente Lula tem considerado o índice de desenvolvimento humano. Por exemplo, para o início do Programa Fome Zero, os Municípios de Guaribas e Acauã foram escolhidos justamente por terem os menores índices de IDH e na região de menor IDH no Brasil. A ponderação de S. Ex^a guarda relação com isso e o próprio Governo poderá ter sensibilidade para a cominação – quem sabe? – dos índices colocados na LDO, considerando também o índice de desenvolvimento humano, que teve a colaboração, entre outros, do economista Amartya Sean como algo muito relevante.

Estive, na semana passada, no Piauí e recebi uma comunicação relativa à incidência de dengue no interior do Estado, em cidades como Picos. Gostaria de chamar a atenção para esse fato. Provavelmente, V. Ex^a foi informado e está tomando as providências adequadas.

Penso que será muito importante que V. Ex^a possa contribuir na reflexão que atualmente está ocorrendo na chamada Câmara Social dos Ministros da área social sobre os projetos de transferência de renda, até porque o Ministério da Saúde tem no programa Bolsa-Alimentação um importante projeto nessa área. Pediria a V. Ex^a uma breve informação da sua visão sobre esse assunto.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Inicialmente, em relação à questão da Senadora Lúcia Vânia, vou inteirar-me sobre essa emenda referente ao hospital de Goiás. Farei uma avaliação e conversarei com o Secretário Estadual de Saúde, a fim de trabalharmos essa questão. Muito provavelmente, não foi contingenciado, está nos restos a pagar. Aí, vamos viabilizar para que isso ocorra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ela é emenda do Orçamento deste ano.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Para 2003. Vamos analisar a situação, com certeza.

Em relação à questão do Projeto Alvorada, primeiramente, é importante que se diga que, ainda que o critério do IDH possa vir a ser mais ou menos sensível que outros utilizados na implementação de programas em busca da equidade, esse Projeto tinha uma falha: a definição de um IDH médio para que se pudessem realizar as ações, principalmente de saneamento básico. O que acontecia? Muitas cidades do interior que tinham um IDH médio baixo entraram no programa, mas áreas em grandes cidades, talvez muito mais pobres, foram alijadas dele. Por exemplo, na cidade de Recife, o bairro de Boa Viagem compensa, do ponto de vista de IDH médio, uma favela que está a duzentos metros do limite do bairro com os demais. Talvez a comunidade daquela favela tenha um IDH mais baixo que uma cidade do interior.

Esse é um projeto arrojado e importante. Nós não só estamos dando continuidade a ele como estamos começando a fazer as primeiras avaliações dos resultados. Pesquisas estão sendo feitas nesse sentido. Não tenho nenhuma dúvida de que os indicadores de saúde vão melhorar significativamente. Também estamos tentando fazer com que muitos projetos que não chegaram a ser aprovados possam ser utilizados, tanto que estamos montando uma articulação com o Ministério das Cidades, para que um recurso do Banco Mundial a fundo perdido, que existe para ações de saneamento, possa incluir na Funasa alguns desses projetos que já estão prontos.

O fato de o projeto não ter tido continuidade no aspecto dos recursos para saneamento básico não significa que o Governo atual não tenha uma política para isso. Nós, junto com o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal, temos um fórum para discussão dessa política de saneamento básico que será implementada. Agora, o que encontramos foi um orçamento em que os recursos do Fundo de Combate à Pobreza para o

Projeto Alvorada não constavam mais. Então, obviamente, o Governo Lula atribuiu a sua prioridade na utilização desses recursos que é, em grande parte, o Programa Fome Zero – e todos nós temos plena convicção de que se trata de uma situação tão grave quanto a situação do saneamento básico no Brasil.

Portanto, tranquilizo V. Ex^a: a política de saneamento básico não está esquecida neste Governo. Também estamos procurando fazer a coordenação dos projetos sociais, mas indo até um pouco mais a fundo, para discutir os programas sociais existentes, os seus componentes de fragmentação, os seus componentes de superposição, os seus componentes de dificuldade de avaliação concreta dos seus resultados. Enfim, estamos discutindo isso tudo. Da mesma forma que o Projeto Alvorada funcionou como um espaço de coordenação dos programas sociais. A nossa Câmara Social funciona disso.

No caso das UTIs, por parte do Ministério da Saúde, não houve nenhum tipo de negligência ou morosidade, muito pelo contrário. Primeiro, é importante dizer que o sistema de saúde tem as responsabilidades definidas de cada ente da Federação. Eu não posso, por exemplo, por uma decisão minha, atuar dentro de um determinado Município. Em situações extremas, posso fazer uma intervenção, mesmo assim as que aconteceram até hoje foram todas definidas pela Justiça. O caso do Acre, em determinado período, e o de Rondônia foram intervenções que o Ministério fez por conta de uma decisão judicial, solicitada pelo Ministério Público.

Tenho de tentar fazer com que a minha posição junto ao Município prevaleça, mas tenho de respeitar as suas razões. Quando lá fui – e não fui muito tempo depois que havia começado; estava no auge a questão –, ofereci uma solução, apoio e ajuda. Oferecemos recursos financeiros, credenciamos UTIs que funcionavam pagas pelo Governo do Estado e que não eram remuneradas antes pelos SUS. Estabelecemos com o Governo do Estado um acordo para a criação de 50 novas UTIs, e já estamos repassando os recursos na sexta-feira, amanhã, R\$3,2 milhões. Está tudo preparado para esses recursos serem repassados.

Na reunião com o Governador do Ceará e com o Prefeito de Fortaleza, defendi e, à noite concordamos, que faríamos um pedido de requisição de UTIs aos hospitais privados, mas credenciados ao SUS – filantrópicos também. Se os hospitais não fornecessem, iríamos intervir. Essa foi a decisão que tomamos à noite. No dia seguinte, quando fomos à entrevista com a imprensa, o Prefeito da capital – S. Ex^a é quem

teria de fazer a intervenção, pelo papel de cada ente federativo – ponderou que talvez não fosse aquela a melhor medida. Se o apoiássemos financeiramente, S. Ex^a iria comprar novos leitos de UTI. Não restava, nem a mim nem ao Governador do Estado, nenhuma alternativa a não ser dizer que daríamos as condições para que o Prefeito fizesse aquilo. Porém, se não funcionasse, teríamos de interceder.

O Ministério da Saúde está com uma equipe permanentemente lá, composta por dois intensivistas, com integrantes da Secretaria de Atenção à Saúde, que estão lá ajudando no processo de regulação.

A fila diminuiu já no primeiro dia. Todos devem lembrar que a fila era de 23 e hoje tem fechado em nove ou onze. Não estou dizendo que isso é justo e correto. É errado. Há falta de UTIs, mas estamos há apenas quatro meses no Governo. No Ministério da Saúde, há 560 pedidos de abertura de novas UTIs, há muito tempo, e que não foram credenciadas. Essa situação não começou agora. Ela advém de um processo de desorganização que precisa ser resolvido. E vamos resolvê-lo.

Conseguimos, com essas equipes que estão lá, pela via que o Governador colocou, mais de 20 leitos de UTI. Contudo, o problema também é o seguinte: do mesmo jeito que o paciente do SUS precisa da UTI, o paciente do privado também precisa. Assim, eu não posso, mesmo tendo sido o leito credenciado pelo SUS, dizer para que seja retirado dele o paciente. Temos de esperar a vaga.

Estamos conseguindo. Eu disse no início que, até amanhã, teremos 24 novos leitos – inclusive, mencionei quais seriam. Estou estudando e espero que, na próxima semana, possamos fazer o anúncio do credenciamento de centenas de leitos de UTI no Brasil, porque o que está acontecendo no Ceará pode acontecer em outro lugar também. O Ministério não está pouco sensível a essa questão.

Quando mencionei a Rede Sarah, não falei em cortar recursos dela. Eu disse que é uma rede mantida pelo setor público. São R\$245 milhões por ano para a manutenção de seis unidades no Brasil. Isso é muito mais do que repassamos para alguns Estados importantes do Brasil com o objetivo de atender uma população de cinco ou seis milhões de pessoas. E disse que se trata de uma estrutura que, embora financiada pelo setor público, está fora do sistema de saúde. O Secretário de Saúde de Salvador não tem como referenciar um paciente para o Hospital Sarah de Salvador, a não que esse o receba e defina que quer atendê-lo, se é um caso que interessa. Então, ele não exerce um papel dentro do sistema. Quere-

mos que o faça, que exerça um papel naquilo que tem excelência, ou seja, formar profissionais.

Estamos gastando R\$245 milhões, mas queremos uma contraparte. Queremos formar profissionais com o nível do Sarah, para que, no Brasil inteiro, possa haver centros de reabilitação. É essa a questão que estamos apresentando. Creio que é justo que o sistema de saúde o reivindicue, afinal de contas é a mesma fonte, o mesmo recurso. Trata-se de um recurso caríssimo. Temos que pensar sob esse ponto de vista. E vamos resgatar outros pontos positivos do Sarah.

A Rede Sarah tem uma fábrica de unidades hospitalares maravilhosa. É possível construir uma unidade de saúde pela metade do preço. Não sei por que não estava sendo utilizada, no entanto agora o será. Vamos fazer o programa de saúde da família, hospitais. O Ministro Gilberto Gil vai fazer as casas de cultura, usando aquela tecnologia: custarão a metade do preço de um obra comum. Mas há que haver uma contrapartida. V. Ex^a não acha justo que haja uma contrapartida para o sistema público?

Senadora Fátima Cleide, o planejamento familiar é uma preocupação. O Programa de Saúde da Mulher já tem o componente do planejamento familiar. Não tinha a informação de que o fornecimento de métodos anticoncepcionais para o Estado de Rondônia havia sido interrompido. Procurarei saber. Verificarei a questão do Hospital Regional de Capoeira e a da malária. Creio que é importante, também, termos um pouco de paciência.

A magnitude do sistema foi mostrada, bem como as coisas positivas que ele gera. No entanto, essa é uma construção recente, de 15 anos. Antes da Constituição de 1988, tinha direito a tratamento quem tinha um emprego formal, carteira profissional. Quem não tinha era atendido por caridade, nas Santas Casas, nos hospitais universitários, pelas Prefeituras. Então, esse é um processo de construção. A reforma está sendo construída na contramão do que foi feito nos últimos anos. Enquanto, em muitos países da América Latina, da América Central, a reforma foi feita para reduzir a universalidade, no Brasil, o foi para aumentar, para atender pobres e ricos. Ontem, estávamos em uma reunião do Conselho Nacional, e uma pessoa disse que o SUS é um sistema que atende os pobres. Isso não é verdade. O SUS atende a área de alta complexidade, a área da saúde pública; atende rico, pobre, jovem, idoso, homem, mulher, branco, negro, sem estabelecer qualquer nível de discriminação. É uma construção. Temos problemas para tentar resolver, para enfrentar. São problemas que não po-

dem ser resolvidos em quatro meses, conforme disse. De 1988 para cá, cada Governo que passou colocou uma pedra. Queremos colocar várias pedras, o que vai exigir um pouco de tempo. Precisamos, ao mesmo tempo em que lidamos com o emergencial, trabalhar com o planejamento. É o que estamos tentando fazer com aquele conjunto de proposições que apresentei.

Não sei se posso despedir-me ou se há mais alguém inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Falta, ainda, uma questão apresentada.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É sobre o Programa Bolsa-Alimentação e o Programa de Garantia de Renda Mínima.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se da reflexão ocorrida na Câmara Social sobre essa experiência.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – A opinião, dentro da Câmara Social, é a de que procuremos fazer uma integração entre esses programas, uma agregação.

Existe uma proposição para que possamos agregar pela similitude do tipo de benefício. Por exemplo, foi proposto que o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Renda fossem um programa único e que os outros fossem agrupados em outro conjunto de critérios, de **modus operandi** e de exigências feitas para o acesso. Tenho uma posição parecida com a de V. Ex^a: acredito que o ideal é fazermos uma transferência de recursos usando critérios de equidade e dando maior liberdade para o gasto das pessoas. Mas essa é uma opinião. Creio que vamos construir o melhor caminho pela troca de opiniões e pela tentativa de se construir um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Ministro Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA – Sr. Presidente, a Senadora deseja falar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É rapidinho. Não serei redundante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, acredito que V. Ex^a precisa ficar atento quanto à questão do saneamento básico, também no Ministério das Cidades, porque o da Funasa é específica-

mente para os Municípios de IDH baixo. Para as periferias das grandes capitais, o recurso está no Ministério das Cidades, o do Desenvolvimento antigo.

Quanto ao Sarah, acredito que V. Ex^a tem toda razão ao dizer que há necessidade de uma contrapartida. Mas continuo afirmando que o recurso que vai para o Sarah é o que deveria ir para todos os hospitais deste País, a fim de que tenham aquele padrão de qualidade. E é importante que se diga que ali é o único lugar neste País em que um pobre entra e é tratado com dignidade.

A respeito da questão da UTI de Fortaleza, gostaria de dizer a V. Ex^a, como contribuição de uma pessoa ligada à área social, que o que se passa lá é chocante! Não importa se isso foi herdado do Governo passado, se a culpa é o Prefeito, do Ministério Público, ou de quem quer que seja. O que importa é que o Poder Público e o Congresso Nacional têm que se mobilizar para dar um basta nas mortes que têm acontecido todos os dias naquela cidade.

No mais, parabeno V. Ex^a e agradeço-lhe pela paciência de estar aqui conosco até esta hora.

O SR. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA –

Gostaria de mencionar que o meu sonho é que, um dia, possamos dar a todos os hospitais do País a quantidade de recursos que se dá à rede Sarah, para que se tenha uma grande gestão. Espero que isso possa acontecer um dia. Não tenho dúvidas de que há lições ali para serem tiradas. Mas volto a insistir: é preciso haver integração entre a rede e o sistema público. E permita-me discordar: creio que, em muitos lugares do Brasil, dá-se atendimento digno às pessoas no Sistema Único de Saúde. A própria pesquisa a que me referi no início mostra isso claramente. Mostra três dados importantes: o primeiro dado é que quem não usa o SUS tem mais críticas a ele; o segundo, quem faz uso dele o aprova; o terceiro dado, a posição das pessoas é uma antes do atendimento e outra depois do atendimento. Antes do atendimento, o que marca é a demora em se conseguir a consulta, a demora na fila; mas, depois do atendimento, os pacientes o consideram bom. Sei que há muitos problemas, mas, como eu disse, essa é uma construção que temos que fazer, e acredito que há muitos lugares onde as pessoas são tratadas com dignidade.

Em relação à questão do Ceará, já deixei clara a minha posição. Dizia um poeta americano, John Donne – e isso está no prefácio do livro **Por quem os sinos dobram** – que a morte de qualquer ser humano me diminui e diminui a todos nós. Não existe uma vida que valha mais ou valha menos do que outra. Isso angustia V. Ex^a; imagine como me angustia, como tam-

bém angustia o Governador, as famílias, as pessoas todas que lá estão.

Estamos em busca de uma solução. Continuamos a envidar esforços, possíveis e os impossíveis. E tenho absoluta esperança, por tudo que acompanho de manhã, de tarde e de noite e também pelos telefonemas ao pessoal da equipe que está lá, de que vamos conseguir resolver a questão de hoje para amanhã, no fim de semana, o mais rápido possível. Reafirmo que vamos enfrentar e resolver os problemas das UTIs em Fortaleza e no Brasil inteiro. Analisaremos essas que estão solicitando credenciamento e tentar minimizar significativamente o problema. Mandei fazer um estudo sobre a viabilidade financeira do credenciamento. Existem problemas, porque a legislação que define UTI tem exigências corretas, mas para as quais o Brasil ainda não está bem preparado. Por exemplo, há a exigência de médico intensivista com formação específica. Não existem médicos intensivistas no Brasil para atender a todas as UTIs. Nós queremos agora induzir os programas de residência médica a formarem também médico intensivistas para esse tipo de atividade. Temos que trabalhar em vários flancos e em vários momentos diferenciados.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer do meu prazer e da minha satisfação diante do nível elevado do debate. Espero ter conseguido responder a maioria das angústias e questionamento dos Senadores. Iniciei minha vida de mandato como parlamentar. Sou ainda parlamentar (sou vereador) e conheço o papel que o Parlamento tem, assim como conheço a importância e o peso que ele tem na implementação de políticas. E eu conto com o apoio do Senado Federal para melhorar o sistema de saúde no Brasil. Muito obrigado pela atenção de todos e de todas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Ministro Humberto Costa e oferecer-lhe meus parabéns pela segurança e compromisso demonstrado na sua exposição. Já o conheço – e S. Ex^a sabe disso há muito tempo. Somos conterrâneos – ambos de Pernambuco. Quero também registrar que a Comissão de Assuntos Sociais é Comissão de Assuntos Sociais do Senado brasileiro e é, portanto, do povo brasileiro.

E nós estaremos à disposição para contribuir, para ampliar o debate, para lutar ao lado do Ministério, para reivindicar quando necessário, para que efetivamente o Ministério da Saúde e o Ministro tenham condição operacional e política de fazer o que pretendem fazer.

Eu quero dizer ao Ministro que conte com a Comissão de Assuntos Sociais, com a Presidência, com o meu empenho pessoal, porque efetivamente a tarefa dele é muito grande e há muito por fazer na saúde pública brasileira.

E conhecendo o Ministro como eu o conheço, sei que S. Ex^a vai dar conta do recado e vai fazer um grande do trabalho.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h33min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 15 DE MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta minutos, do dia quinze de maio de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência do Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, JOÃO CAPIBERIBE, AELTON FREITAS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPINO, LEOMAR QUINTANILHA, LÚCIA VÂNIA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, SERYS SHLESSARENKO, TIÃO VIANA, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAES E JOÃO RIBEIRO**. A Senadora Roseana Sarney justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente propõe a inversão da pauta dando prioridade para a segunda parte da pauta, a Mensagem nº 84, de 2003. A inversão de pauta é aprovada. O Presidente informa ao plenário que em virtude da sua mudança de partido, motivada por questões regionais, enviou carta ao líder do PSDB no Senado, Senador **Artur Virgílio**, com a finalidade de informá-lo de seu afastamento da presidência da comissão. Os Senadores **Ney Suassuna, Patrícia Saboya Gomes, Eurípedes Camargo, Mão Santa, Íris de Araújo, Lúcia Vânia**,

Antero Paes de Barros, Papaléo Paes e Reginaldo Duarte fazem uso da palavra para enaltecer a atuação do Senador **Romero Jucá** na presidência da Comissão de Assuntos Sociais e lamentar o seu afastamento. O Senador **Romero Jucá** deixa a presidência. O Senador **Papaléo Paes** assume a condução dos trabalhos. **Segunda Parte – Mensagem nº 84, de 2003.** O Senador **Papaléo Paes** convida os Senadores **Antero Paes de Barros** e **Serys Shlessarenko** para acompanhar o Senhor **José Leôncio de Andrade Feitosa** à mesa. O Vice-Presidente convida, ainda, o Senhor **Januário Montone**, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para compor a mesa. Com a palavra a relatora, Senadora **Íris de Araújo**. Lido o relatório, o Senador **Papaléo Paes** passa a palavra para o Senhor **José Leôncio de Andrade Feitosa** proferir sua exposição inicial. Fazem uso da palavra para interpelar o indicado os Senadores **Patrícia Saboya Gomes, Mão Santa, Sérgio Cabral, Íris de Araújo, Augusto Botelho, João Capiberibe, Reginaldo Duarte, Lúcia Vânia e Aelton Freitas**. Não havendo mais quem quisesse interpelar, a matéria é posta em votação secreta. O Senador **Papaléo Paes** convida os Senadores **Augusto Botelho** e **Sérgio Cabral** para servirem de escrutinadores. Foram verificados vinte e quatro votos a favor, nenhum voto contra e duas abstenções. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes**, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo aos Srs. Parlamentares que, em virtude da obstrução da pauta do Senado por medida provisória, os itens nºs 4 e 8, que são terminativos, ficam retirados da pauta, exatamente por conta da não possibilidade de deliberação.

Vamos inverter a ordem da pauta e iniciar esta reunião ouvindo o indicado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar, José Leôncio de Andrade Feitosa.

Antes, porém, queria fazer uma observação e um agradecimento. Fui designado pelo PSDB para presidir uma Comissão e coube ao Partido a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Fui eleito pela unanimidade dos Membros, junto com o Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente. Apesar de essa eleição dar um mandato aos detentores do cargo, tanto na Mesa quanto na Presidência das Comissões, eu, por ter mudado de partido, vou renunciar a esta Presidência. Todos sabem que ontem me filei ao PMDB, por uma questão regional e também pela possibilidade de poder ampliar o debate e participar de um Partido tão importante quanto o PSDB, que é o PMDB, Partido que tem raízes históricas na resistência do País. Ontem, filiei-me ao PMDB e acho que não seria ético de minha parte continuar, mesmo tendo mandato, a presidir a Comissão de Assuntos Sociais. Entendo que, se esta era uma vaga do PSDB, é importante que a Bancada do PSDB indique um novo nome para compor a Presidência da Comissão. Por conta disso, encaminhei carta ao Senador Arthur Virgílio registrando essa minha posição e pedindo que S. Ex^a indicasse um novo membro do PSDB para presidir a Comissão de Assuntos Sociais.

Quero dizer que para mim foi muito gratificante presidir esta Comissão durante esses poucos meses. Entendo que conseguimos avançar bastante, criamos quatro subcomissões, os Senadores e as Senadoras estão fazendo um excelente trabalho e tenho certeza de que a Comissão de Assuntos Sociais será um instrumento importante na ação que precisa ser empreendida no País em favor, principalmente, das pessoas mais carentes.

Quero agradecer ao Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, a amizade, a lealdade, a forma como trabalhamos juntos nesse curto período de tempo. Quero agradecer ao PSDB a indicação do meu nome para presidir a Comissão. Disse ontem, no momento da filiação, e quero reafirmar aqui, que fui Líder do Governo Fernando Henrique com muita honra, ajudei este País a avançar muito, aprovamos matérias fundamentais e, portanto, para mim não há nenhum demérito ou nenhum tipo de renegação de qualquer atitude que eu tenha tido no passado. Entendo que o Governo Fernando Henrique avançou e espero que o Governo do Presidente Lula possa também avançar no sentido de melhorar ainda mais as condições de vida do povo brasileiro.

Portanto, sinto-me muito cômodo no PMDB, onde continuarei defendendo, votando e aprovando reformas, modernidade, avanços, controle da inflação, estabilidade fiscal, enfim, tudo aquilo que é importante para um país desenvolvido, para um país que quer ter uma posição no mundo da forma que o Brasil precisa ter.

Agradeço a todos.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Romero Jucá, quero aqui externar dois sentimentos que me tomam neste momento. O primeiro é o de tristeza. Tristeza pelo afastamento de V. Ex^a, que, pela ética, toma a decisão de abandonar um cargo para o qual V. Ex^a foi eleito. Esta Comissão, com certeza, terá outro presidente, que poderá ser igual a V. Ex^a no brilho, mas jamais superará o de V. Ex^a. E digo isso com muita tranquilidade, porque a nossa amizade e a minha admiração são de longo tempo. Os nossos caminhos já se cruzaram em muitas Comissões. Eu substituí V. Ex^a na Comissão de Fiscalização e Controle no mandato passado e conheço o trabalho que V. Ex^a realizou naquela Comissão. Como Vice-Líder do PMDB, tive a oportunidade de ver o trabalho que V. Ex^a fez dentro do PSDB e como Vice-Líder do Governo no Senado. V. Ex^a é um homem extremamente preparado, conhece todas as áreas econômicas do Governo, tem debatido num alto nível todos os problemas, sem sectarismo, sem partidatismo, sempre a favor do Brasil. Então, causa-me uma tristeza muito grande essa perda, mas faço o apelo a V. Ex^a para que permaneça como membro da Comissão, para que, juntos, possamos trabalhar por um País que depende da área social.

A alegria, que é o segundo sentimento, é por recebê-lo no PMDB, meu único Partido desde que me entendo por gente. Tenho certeza de que, no PMDB, V. Ex^a pontificará, pois mal entrou já foi nomeado Vice-Líder. Seremos companheiros, pois também sou Vice-Líder, e trabalharemos pelo Brasil e faremos todo o possível para dar continuidade a tudo que vem sendo reformulado no País, porque é necessário.

Esse são os dois sentimentos que me tomam no momento: o da tristeza e o da alegria. Mas, como peemedebista, sei que ontem tivemos um **upgrade** no nosso Partido, com a entrada de V. Ex^a.

Seja bem-vindo! Se Deus quiser, V. Ex^a permanecerá nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Ney Suassuna as palavras de carinho e de amizade, na verdade, muito mais de amizade,

portanto um pouco suspeitas no que diz respeito aos elogios. Continuarei membro da Comissão de Assuntos Sociais, pois de todas as discussões que nós teremos, a mais focada na realidade, na necessidade de mudança do povo brasileiro é a que travaremos nesta Comissão. Portanto, quero estar aqui junto com todos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, participando do debate e ajudando o País a avançar.

Concedo a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Romero Jucá, faz pouco tempo que conheço V. Ex^a, mas não poderia deixar de dar o meu testemunho da admiração, do respeito que tenho por V. Ex^a pela forma que vem conduzindo, não só o seu mandato, representando o seu povo, mas também a Presidência desta Comissão, com sensibilidade e muita habilidade.

Em vários momentos em que houve matérias polêmicas nesta Casa, recorri a V. Ex^a para que pudessemos discutir um pouco mais o assunto, até porque estou chegando agora ao Senado, e V. Ex^a nunca se negou a nos ajudar, a nos orientar, a buscar o debate democrático.

Parabenizo V. Ex^a por esta atitude tão ética de colocar à disposição do PSDB a presidência desta Comissão. Ao mesmo tempo, lamento a sua possível saída desta Comissão. Acho que temos conseguido um ambiente de harmonia, debate e muita transparência. V. Ex^a, certamente, é responsável por tudo isso que está acontecendo aqui.

Portanto, minha admiração cresce cada vez mais pela sua atitude, pelo seu posicionamento. Tenho certeza de que V. Ex^a muda de partido, por uma decisão regional ou por qualquer outra, com o coração. V. Ex^a vai buscar, como tem feito ao longo de sua vida, ajudar este País a se desenvolver e a se tornar mais justo e melhor para todos os brasileiros.

Parabenizo V. Ex^a por essa atitude tão ética e essa seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a Senadora Patrícia Gomes por suas palavras.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, não há um impedimento, do ponto de vista legal, para que V. Ex^a continue na Presidência, mas, por uma questão ética, V. Ex^a toma essa posição, que o dignifica cada vez mais nesse

processo. Na sua trajetória política, V. Ex^a tem-se mostrado uma pessoa combativa e construtiva.

Parabéns a V. Ex^a! Sua decisão de continuar conosco nesta Comissão qualifica-a ainda mais em função do acúmulo de experiência que V. Ex^a adquiriu ao longo de sua trajetória, em vários mandatos e em várias instâncias da vida pública, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Parabenizo V. Ex^a e reafirmo que estou aqui para contribuir com o esforço que vem fazendo pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Eurípedes Camargo pelas palavras de amizade, e passo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Romero Jucá, Deus me permitiu estar neste momento com o livro que Lincoln deixou escrito sobre a maneira de governar: “Caridade para todos, malícia nenhuma e firmeza no direito”. Ele também mudou de partido. Ele começou num pequeno, pelo qual foi deputado estadual, e depois passou para o Partido Republicano.

Faço aqui minhas palavras as do maior estadista do Estado do Piauí dos últimos tempos, Petrônio Portella. Para rememorar, ele morreu aos 54 anos. Com certeza, ainda seria Presidente da República. No Colégio Eleitoral, ele, que era do PDS, seria candidato a Presidente, e o Tancredo, que era do PP, seria o Vice. Eles ganhariam no Colégio Eleitoral, e o MDB ficaria na Oposição. Mas ele falou uma coisa muito importante: “Só não muda quem abdica do direito de pensar”. Isso é natural, o que não mudará nunca é o seu perfil, que vou traçar aqui. Aliás, foi traçado pelos seus adversários. Antes de conhecê-lo, estive no Estado de V. Ex^a, Roraima, em Boa Vista, onde recebi uma comenda do então Governador Neudo, que governou na mesma época que eu. Senti, então, o respeito com que seus adversários traçaram o seu perfil, de homem de coragem, lutador, irrequieto, trabalhador, amante do Estado.

Fiquem com o que disse Ortega y Gasset...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas um aparte para dizer que a nossa alegria, dos peemedebistas, é dobrada, porque não é só o Senador Romero Jucá que está no PMDB, mas também o Vice-Presidente Papaléo Paes. Após ter falado foi que me lembrei de que também **devemos louvar o ingresso** do Senador Papaléo Paes, pois é uma honra muito grande termos os dois, o Presidente e o Vice-Presidente, integrando as fileiras do PMDB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, não mude de religião, fique com a nossa mesmo, que teve um grande orador, Padre Antonio Vieira, que disse que um bem nunca vem só, ele sempre é acompanhado de outro bem, e esse grande bem foi a vinda deste grande líder do Amapá, o extraordinário médico Papaléo Paes.

Ortega y Gasset disse que o homem é o homem e suas circunstâncias. Disse também que o que fomos ou o que somos não importa; o que importa é o vir a ser, o porvir. O passado é soldado, o futuro é capitão. Então, V. Exª será o capitão desse grande exército da liberdade e da redemocratização do País, que é o nosso Partido, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de, após os agradecimentos de V. Exª, fazer uso da palavra para tecer alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Mão Santa as palavras elogiosas e a referência a Lincoln. Espero não ter o mesmo fim, mas, sim, a mesma trajetória política, tendo-o como referência. Agradeço o carinho e as palavras do Senador Mão Santa.

Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Romero Jucá, ouvindo as palavras dos companheiros Senadores da Comissão, eu gostaria, como a Senadora Patrícia Saboya Gomes, de colocar-me como uma novata, pois pouco tempo tenho de convivência não só com o nobre Senador que é nosso Presidente, mas com os outros Senadores aqui. Mas o tempo tem pouco a ver com aquilo que se sente, que é muito mais importante até do que aquilo que se vê. E meu sentimento aqui, nesta Comissão, nas poucas vezes em que aqui estivemos – a se contar, logicamente, do período que estou aqui –, é o da presença de um homem público qualificado, consciente do seu papel, da sua representação. Sinto-me duplamente recompensada por estar sob sua liderança nesta Comissão e por, neste momento, saber que S. Exª passa a fazer parte desse grande Partido, que nos causa grande orgulho de longa data. O mesmo vale para o Senador Papaléo Paes, que já integra os nossos quadros. Deixo aqui externada a minha alegria, a minha consideração e quero dizer que, interrompida aqui a nossa convivência neste momento, nesta Comissão, certamente será muito produtiva dentro do Partido, em outras ocasiões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a Senadora Iris também as palavras de amizade e de reconhecimento.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.) – Sr. Romero Jucá, diferentemente dos outros, tenho que lamentar e dizer da nossa angústia e da nossa tristeza de vê-lo fora do Partido, mas sei que questões de foro íntimo o levaram a fazer isso. Durante o curto período que pudemos conviver nesta Casa, mas no longo período que convivemos na Comissão de Orçamento, pude avaliar a grandeza do seu trabalho, o dinamismo e a euforia com que V. Exª veste a camisa em defesa do País. Portanto, acredito que a sua ida para outro partido, sem dúvida nenhuma, vai enriquecer aquele partido e nos deixar muito, muito tristes pela sua ausência. Presidiu V. Exª esta Comissão com muita eficiência e competência, dando agilidade aos projetos, entendendo o espírito das Comissões, a dificuldade dos Senadores em frequentar várias ao mesmo tempo. Sempre procurou entender isso, dirigindo os trabalhos de forma a que nos desse conforto e pudessemos analisar com propriedade os projetos, sem reboço.

Portanto, quero cumprimentá-lo. Sei que, seja qual for a função que V. Exª venha a exercer no novo partido, será brilhante, como foi dentro no PSDB. Sinto mais uma vez a sua partida, mas ainda há tempo para refletir e voltar.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia, grande amiga, e dizer que os nossos ideais são os mesmos e estaremos juntos em muitas questões, em muitos avanços. Tenho certeza de que a responsabilidade que o PSDB tem com o País vai levá-lo a ter a mesma postura que sempre teve, e que teremos também no PMDB. Não tenho dúvida de que o País está amadurecendo politicamente e chegaremos a construir aqui uma grande Nação, com a participação de todos. Só assim faremos isso.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senador Jucá, como peessedebista, como seu colega, lamento sua saída do nosso Partido. Considero V. Exª um dos mais competentes Senadores da República, um dos que têm realmente conhecimento do funcionamento do Senado, com muita eficiência. V. Exª foi de uma lealdade extrema ao nosso Gover-

no, ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Muitas das conquistas que tivemos no Parlamento aconteceram aqui no Senado, com todas as suas impressões digitais. Creio que é importante fazer esse registro. V. Exª agora vai para o PMDB, uma instituição pela qual temos o mais profundo respeito. É uma opção de V. Exª e também um desejo do PMDB, que formulou um convite a V. Exª. Quero dizer que, como Presidente da Comissão, V. Exª sempre teve uma atuação destacada – e quero cumprimentá-lo também por isso –, não tenho dúvida, portanto, de que na maior bancada desta Casa V. Exª continuará tendo um papel relevante no Senado da República.

Deixarei de fazer outras considerações, porque deixariam de ser pessoais, seriam temáticas. Quanto a elas, vou reservá-las para outra oportunidade.

Quero, enfim, cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso. Penso até que é um pleonasmo desejar sucesso na sua atuação aqui no Senado, mas desejamos sucesso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Antero Paes e Barros, companheiro e amigo, e passo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer uma prévia, lembrando a todos que, como sou médico, tenho uma vida de convivência hospitalar de cerca de 26, 27 anos, mas a minha militância política partidária é muito curta. A minha primeira filiação foi em 1990.

Então, sempre digo às pessoas que a minha presença na política deu-se exatamente devido à minha profissão, ao meu relacionamento com as pessoas, à minha dedicação ao serviço público. Eu e minha esposa chegamos ao Amapá quando lá só havia apenas um cardiologista. Logicamente, hoje, se tivéssemos enveredado pela medicina privada, estaríamos bem colocados financeiramente, mas fizemos uma opção pelo serviço público. E no serviço público você lida com as pessoas mais carentes. E essa convivência no dia-a-dia, tentando ouvir e conversar com os nossos pacientes, fez com que despertasse dentro de nós aquele sentimento muito forte de respeito ao próximo, da afetividade muito mais reforçada, de saber que um vive na dependência do outro, que temos que seguir os bons exemplos, as boas referências, e que temos que acreditar no próximo.

Digo isso porque, no meu pouco tempo de convivência política, ouvi de políticos de muitos anos que, na política, temos que ser puramente profissionais, não podemos acreditar em ninguém, temos que salvar nossa pele e viver nossa vida. Não acredito nisso. Dou minha palavra que não acredito. E por quê? Por-

que vim para esta Casa confiando que ela é composta por pessoas de bem, que lutam pelos seus partidos políticos e, por conseguinte, pelo nosso País. É nisso que acredito. E vim para cá com algumas referências.

Da mesma forma que existem pacientes dos quais não me lembro e que se referem a mim positivamente, quero fazer o mesmo com V. Exª, Sr. Presidente. Sempre acompanhei a sua vida política nacional, o seu desempenho como homem público. E V. Exª é um exemplo que procurei seguir, de bravura, de determinação, de agilidade, de procurar lutar por nosso País. Nesse sentido, quero deixar registrados os meus respeitos a V. Exª como homem público, como Presidente desta Comissão, tomando uma atitude extremamente ética de renunciar, de entregar esta Presidência. Da mesma forma, eu, que fui indicado pelo Bloco como Vice-Presidente, e votado por unanimidade, acompanhando a chapa do Presidente, vou colocar à disposição do Bloco esta indicação de Vice-Presidente, lembrando que a Subcomissão de Saúde, da qual sou o Presidente – nessa, sim, permanecerei, pois independe da determinação do Bloco de apoio ao Governo – irá iniciar, no próximo dia 20, suas funções.

Quero deixar, neste momento, o registro aqui da nossa admiração pelo seu trabalho e, por via de consequência, tudo que foi externado aqui serve como um exemplo de reconhecimento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente da Comissão, as palavras de amizade e de reconhecimento.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao nobre Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, eu lamento profundamente a ausência no nosso convívio partidário do nobre Senador Romero Jucá. Considero isso como se o nosso Partido tivesse perdido um órgão, tivesse perdido uma mão. Essa perda foi irreparável para o PSDB.

V. Exª, talvez, tenha sido, como eu, um histórico desse Partido, porque eu o vi nascer, fui seu fundador no Ceará, juntamente com o grupo Jereissati. E, hoje, sinto-me até um pouco debilitado ao ver um amigo, um companheiro partir para outras jornadas, para outros partidos. Mas acredito que o espírito de amizade vai perdurar entre todos nós.

Assisti hoje à entrevista de V. Exª no **Bom Dia, Brasil**, na qual V. Exª se expressava de uma maneira

ética, dizendo que iria para um outro partido, que vai dar, naturalmente, sustentação ao Governo, mas com uma certa independência, levando consigo aqueles mesmos ideais e aquelas mesmas propostas que defendeu dentro do PSDB. De qualquer maneira, não poderia ser diferente, quando sabemos do caráter de V. Ex^a. Nesta Casa, eu já tive grandes líderes, tais como Mário Covas, Romero Jucá e, agora, o nosso Líder Arthur Virgílio, sempre amparado na sabedoria e na experiência do Senador Romero Jucá.

De forma que esta Comissão, que V. Ex^a dirige com tanta parcimônia e justiça, com tanta sabedoria também, vai perder muito.

Senador Romero Jucá, são essas as palavras de reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua liderança nesta Casa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Senador Reginaldo Duarte, um grande amigo, parceiro do PSDB. Tenho a certeza de que nós vamos continuar no mesmo rumo e vamos juntos trabalhar pelo Brasil.

Encerrada esta fase de informações e agradecimentos, nós vamos inverter a pauta.

Convido o nobre Senador Antero Paes de Barros e a Senadora Serys Slhessarenko para conduzirem até a Mesa o Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa, indicado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Da mesma forma, convido a Senadora Iris de Araújo para fazer parte da Mesa, como Relatora da matéria.

Convido o Senador Papaléo Paes para assumir a Presidência, já que já fiz as minhas despedidas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Convido o Dr. Januário Montone, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para fazer parte da Mesa. (Pausa.)

Vamos dar continuidade à nossa reunião,

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Iris de Araújo, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado ao cargo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, encaminhando para tanto a Mensagem nº 84, de 2003 (Mensagem nº 133, de

09/04/2003, na origem), na qual está incluído o **currículo vitae** do indicado.

O Dr. José Leôncio de Andrade Feitosa é médico, graduado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense no ano de 1974. Exerce o cargo de médico-cirurgião cardiovascular no Hospital da Lagoa, do Ministério da Saúde, desde 1976. Foi chefe do Serviço de Cirurgia Cardiovascular desse hospital no período de 1988 a 1992. Também é médico cardiovascular no Hospital do Fundão, do Ministério da Educação, desde 1985, tendo exercido a chefia do Serviço de Cirurgia Cardiorráxica no período de 1997 a 1998. É ainda membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Estado do Rio de Janeiro e das Sociedades Brasileiras de Cardiologia e de Cirurgia Cardiovascular, e Vice-Presidente dessa última no biênio 2002/2003.

Foi também eleito presidente da Associação dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, na gestão 2000 e 2001. Ocupou o cargo de Subsecretário de Estado de Saúde, do Estado do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 1999 a março de 2001, na gestão do Governador Anthony Garotinho; e, de abril a dezembro de 2003, exerceu o cargo de Secretário de Estado da Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Face aos históricos pessoal e profissional apresentados, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a condução do Sr. José Leôncio de Andrade Feitosa ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Finda a leitura, a Presidência passa a palavra ao Dr. José Leôncio de Andrade Feitosa para que faça sua exposição.

Antes, porém, a Presidência quer fazer o registro da presença do Dr. João Luiz Barroca de Andréa, Diretor de Normas e Habilitação de Produtos, e do Dr. Cláudio Henriques, Presidente interino da Anvisa, além de outros assessores da Agência Nacional de Saúde.

Assim, é com muita honra que recebemos os senhores e as senhoras em nossa Casa.

Concedo a palavra ao Dr. José Leôncio.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Senador Papaléo Paes; Sr^a Senadora Iris de Araújo, Relatora; Sr. Januário, Presidente da Agência Nacional de Saúde; Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, quero agradecer ao Ministro da Saúde e ao Senhor Presidente da República a lembrança e a

remessa do meu nome para ocupar esse cargo junto à Agência Nacional de Saúde, indicação essa que será submetida hoje à apreciação de V. Ex^{as}, Srs. Senadores.

Quero dizer também da honra que é, para um nordestino como eu, estar aqui, falando para um grupo de Senadores. Isso é, sem dúvida nenhuma, uma honra. Esta é a maior Comissão do Senado por tratar de assuntos de relevância e pertinência.

Pretendo ser breve nas minhas colocações. Trata-se de uma radiografia do que é a Agência. No fim, citaremos alguns pontos que imaginamos devem crescer e devem ser mudados na Agência Nacional de Saúde e na sua diretoria, para a qual estou me candidatando.

O que é a Agência Nacional de Saúde? Na verdade, é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde, com atuação em todo o território nacional. Seu marco legal se deu, inicialmente, em 1998, com a aprovação da Lei nº 9.656, alterada, em seguida, pela Medida Provisória nº 217.744, que definiu as regras de funcionamento do setor, que definiu a questão da regulação no setor saúde. Porém, a criação propriamente dita da Agência só ocorreu em 2000, com a Lei nº 9.961, tornando-se, então, a Agência uma entidade, um instrumento de regulação, responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que envolvam a assistência suplementar à saúde e o interesse público.

Por determinação legal, o fórum e a sede da Agência Nacional estão localizados no Município do Rio de Janeiro, no bairro da Glória. Ocupam seis andares de um prédio próprio do Banco do Brasil, onde ficam instaladas as suas cinco diretorias. A Agência Nacional possui ainda escritório administrativo em Brasília e em São Paulo e oito escritórios estaduais de fiscalização.

Este é mais ou menos um mapa do Brasil, em vários setores, incluindo questões como a exclusão e a distribuição de renda. Ele é muito semelhante a outros estudos nesse campo da economia.

Aqui estão os dois Estados que possuem o maior número de usuários do Sistema Suplementar de Saúde: São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo tem 46% da sua população assistida por esse setor.

O estranho é que o Rio Grande do Sul, um Estado rico, não está incluído nesse patamar. Isso se explica pelo fato de que o sistema público de saúde nesse Estado de há muito vem se organizando e é um sistema forte. Portanto, o Rio Grande do Sul não está nesse mesmo patamar dos outros por conta de um

sistema bem montado do SUS, já há algum tempo, não só dos Municípios como do próprio Estado e do Governo Federal.

Esta é a forma como se organiza a Agência Nacional, uma das últimas a serem criadas. Portanto, ela difere em vários pontos das outras agências. Ela tem autonomia administrativa, financeira, patrimonial, de gestão de recursos humanos, em suas decisões técnicas e tem uma mandato fixo de seus dirigentes. Divide-se em cinco diretorias.

A Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras cuida das empresas e sua titular é a Dr^a Solange Beatriz Palheiro Mendes. Ela tem como função a normatização, o registro e o monitoramento das operadoras; como ação, o processo de intervenção e liquidação, quando for necessário.

A Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos, cujo titular é o Dr. João Luís Barroca de Andréa, aqui presente, cuida da normatização, registro e monitoramento dos produtos, ou seja, dos planos de saúde, e cuida do reajuste de preços dos planos de saúde contratados por pessoas físicas, além de outras coisas.

A Diretoria de Gestão, cujo titular é o Dr. Januário Montone, que é o atual Diretor-Presidente, também aqui presente, cuida não só dos recursos financeiros, recursos humanos, suprimento, administração da Agência, como também da sua representação nos vários fóruns onde for necessário ela se localizar, ela se fazer representar.

A Diretoria de Fiscalização, cuja titular é a Dr^a Maria Stella Gregori, cuida da fiscalização dos aspectos médico, assistencial e econômico-financeiro, e a articulação com órgãos de defesa do consumidor.

A Diretoria de Desenvolvimento Setorial, que está vaga, cuida da relação com o SUS, inclusive das questões do ressarcimento, da melhoria da qualidade de serviço de assistência, da pesquisa e do estudo de formas de estímulo à competição no setor de planos privados e de assistência à saúde. É a essa que me submeto como candidato, para que V. Ex^{as} examinem a indicação do Senhor Presidente.

O modelo de decisão da Agência é de diretoria colegiada. Trata-se de um órgão vinculado ao Ministério da Saúde e temos um Conselho de Saúde Suplementar, formado por quatro Ministros de Estado, sob a presidência do Ministro da Justiça. Esse Conselho cuida do estudo da questão do reajuste a avalia o contrato de gestão, a respeito do qual falarei em seguida.

Na Diretoria Colegiada, as decisões são tomadas de forma colegiada, asseguradas, portanto, por voto entre os diretores. O Diretor-Presidente tem um voto de Minerva no caso em que haja empate a respeito das questões não só administrativas internas, como das questões externas, tipo liquidação ou reajuste de preços. Todo o conjunto de definições e decisões da Agência passa pela Diretoria Colegiada.

O controle externo se dá pelo Poder Executivo, por meio do Conselho de Saúde Suplementar, o Consu, e o Ministério da Saúde, na formulação do contrato de gestão, que é o instrumento de controle da atuação administrativa da Agência Nacional de Saúde. Ele é negociado com o Ministro de Estado da Saúde pela Agência, na pessoa do seu Presidente, e é aprovado pelo Conselho de Saúde Suplementar, o Consu. Depois, todos os Diretores têm que assinar. Portanto, é um contrato em que o Poder Executivo e o Ministério da Saúde, junto com a Agência, negociam e estabelecem normas e regras da Administração para o ano.

O Poder Legislativo, por intermédio do Senado Federal, tem a aprovação dos dirigentes e a aprovação de um relatório anual; e o TCU faz a sua ação específica, normal, de fiscalização. A sociedade – isto é importante – também se insere junto à Agência Nacional de Saúde, por meio da Câmara de Saúde Suplementar, que é um órgão de participação institucionalizada da sociedade, de caráter permanente e consultivo, e o Conselho Nacional de Saúde.

A composição da Câmara de Saúde Suplementar é bastante democrática e ampla, com representação da Agência, do Governo e de entidades de saúde da área pública e privada: Conas, Conasems, Conselho Nacional, Federação Brasileira de Hospitais; das operadoras: Fenasec, Sinange; dos sindicatos patronais, Confederação Nacional das Indústrias, Confederação Nacional do Comércio, as Centrais Sindicais, as três estão aqui representadas; e órgãos de defesa do consumidor, também com três representantes.

Esta é a forma como a Agência funciona sob o aspecto financeiro, a forma como ela sobrevive financeiramente. Por lei, foi criada uma taxa de saúde suplementar, que é calculada desta forma: são R\$ 2,00 anuais, por pessoa, por plano, com alguns descontos. Por exemplo: no plano que inclui pessoas acima de 60 anos, elas não pagam essa taxa. Isso para estimular a atenção ao usuário dessa faixa etária, dentre outros fatores de descontos. A taxa de registro de operadoras – quando elas querem iniciar no mercado –, o registro dos produtos ou dos planos e solicitação de reajuste. Há, ainda, a arrecadação de multas aplicadas às operadoras e outras fontes possíveis, por con-

vênios, e até a possibilidade de recursos do Tesouro, por meio do orçamento do Ministério da Saúde.

Este foi o orçamento do ano de 2002, em que recursos próprios desse setor foram de R\$ 51 milhões, e recursos do Tesouro Nacional previstos no orçamento, R\$ 19 milhões. Portanto, são R\$ 71 milhões e 642 mil, tendo sido executados R\$ 60 milhões e 969 mil. Portanto, a execução do orçamento proposto para o ano de 2002 foi de 85%.

Esta é uma análise de como era e de como ficou. É importante nos determos um pouco neste **slide** para vermos que mesmo a Agência sendo nova, com apenas três anos existência, em um setor em que o Brasil está iniciando e aprendendo a discutir e a funcionar, já teve, no meu entendimento e ao meu juízo, uma atuação extremamente forte, ajudando e regulando, efetivamente, esse setor. Se não, vejamos: as operadoras, até então, eram livres de atuação. Elas podiam fazer o que queriam, na hora em que queriam e quando queriam, exceto as seguradoras que tinham a Susep para fazer um certo controle. Após a regulação e a criação da Agência, elas, agora, precisam de autorização para funcionamento, precisam publicar o seu balanço para exame da Agência – exame público – e, para as empresas menores, pequenas, que não podem publicar esses dados em jornal, eles estão disponibilizados no **site** da Agência Nacional de Saúde. Elas, hoje, estão sujeitas à intervenção e à liquidação e também a um auxílio de gestão da própria Agência. Para identificar uma empresa em situação ruim, a Agência pode prestar serviços no campo da gestão da administração. E, a partir de agora, desde o final do ano passado e neste ano, está havendo a exigência de reservas financeiras – seria um tipo de resseguro – para que o usuário fique seguro caso aquela empresa a que ele está ligado vá à falência.

Em relação aos produtos, os planos de saúde, o mesmo ocorria: era livre a definição de cobertura; eles faziam seleção de risco e só aceitavam quem eles achavam que podia dar lucro, quem não usava muito os serviços; e, a seu bel-prazer, podiam excluir o usuário. Além disso, havia livre definição de carências e livre definição de reajuste. Após a regulação, após reuniões da Agência com a Câmara de Saúde e discussões internas e técnicas, isso foi modificado. Hoje, portanto, a sociedade brasileira que usa esse setor tem assistência obrigatória integral à saúde, nos novos planos; é proibida a seleção de risco pelo lado das operadoras, das empresas; foi abolida a rescisão unilateral, que só pode ocorrer caso as duas partes estejam de acordo; há claras definições e limitações da carência dos planos de saúde; e o reajuste é con-

trolado pela Agência, pela Fazenda e pelo Ministério da Saúde.

Aqui estão algumas informações gerais – talvez alguns dos senhores não tivessem essa noção –, mas há um número muito grande de operadoras espalhadas por todo o País. São 2.406 empresas que operam com plano de saúde, atingindo 35 milhões e 500 mil pessoas nesse setor. Portanto, é um universo grande, são 35 milhões de pessoas, e a Agência tem que fazer a regulação entre os usuários e os prestadores de serviço.

O recurso que movimentam – esta é uma estimativa das próprias empresas – fica em torno de R\$ 23 bilhões ao ano. É quase igual ao orçamento do Ministério da Saúde, que é em torno de R\$ 29 bilhões.

Foi criado um Serviço de Atendimento ao Consumidor. E é importante também analisarmos que, das 60 mil ligações, 55 mil foram para solicitação de informação – a sociedade, portanto, está cada vez mais solicitando informações e sabendo comprar os produtos ao obter essas informações – e 6 mil por reclamações. Para dar uma pequena dimensão do volume de trabalho que a Agência tem, apenas no ano de 2002 foram realizadas 8.380 diligências, analisados 4.500 processos e realizadas 1.224 autuações.

Este é um índice comparativo do reajuste concedido às empresas ao longo dos últimos três anos, acumulando em três anos o reajuste de 25,36% concedido pela Agência Nacional de Saúde. O IGPM foi 36,14% nesse período, e o ICDV/Dieese, nesse mesmo período, foi de 26,71%.

Esta é a Diretoria à qual estou me candidatando. Ela é formada por um diretor, um diretor-adjunto e dois gerentes. A estrutura da Agência é realmente enxuta.

Principais ações em relação ao SUS: ressarcimento ao SUS, incentivo à melhoria da qualidade de assistência, desenvolvimento de sistemas de informações epidemiológicas do setor e gestão de informação da informática. É importante avaliar esse sub-setor, porque, para esse grupo de população de 35 milhões de pessoas, o Ministério tem acesso a poucas informações. Portanto, quando a Agência cria, obriga e tem estudos epidemiológicos desse setor, de 35 milhões de pessoas, poderá fornecer isso, conversar e discutir com o Ministério. Dessa forma, o País todo será analisado e visto sob o aspecto epidemiológico; conheceremos a situação real de todo o País, e não apenas de uma parte dele. Esse é um dos momentos importantes de interação da Agência Nacional de Saúde com o SUS.

Quanto ao ressarcimento do SUS: em 2001, foram cobrados R\$ 11,8 milhões e recebidos R\$ 4 milhões; em 2002, já foram cobrados R\$ 139 milhões, sendo recebidos pela Agência R\$ 24 milhões. Esse dinheiro é repassado ao SUS, pelo Fundo Nacional de Saúde, aos prestadores públicos, hospitais públicos municipais e estaduais, aos prestadores privados e às universidades que receberam pacientes do SUS que possuíam planos de saúde. Portanto, estamos cobrando dos planos de saúde o pagamento desse serviço realizado.

Com a agenda para 2003 da Diretoria, é possível criar uma nova sistemática de cobrança, com redução dos prazos – os prazos estão muito alargados, tendo muita questão jurídica nesse meio. É preciso discutir a cobrança de setores de alta complexidade, com ações de alta complexidade; implantar um novo cadastro mais moderno, mais atualizado, de todos os beneficiários; e operacionalizar a cobrança dos retro-ativos, dos devidos. A Agência está colocando no Cadin, em dívida ativa, algumas operadoras que resistem em fazer seus pagamentos, pagar suas multas ou até aquelas que não querem pagar o ressarcimento ao SUS.

Como ponto geral da Agência, para finalizar, ainda 65% dos contratos são antigos, ou seja, não estão sujeitos totalmente às novas regras, leis e regulamentações da Agência Nacional de Saúde. É necessário que os contratos antigos migrem para os novos, ficando os usuários sob a proteção da lei.

A expansão do setor é uma questão para discussão. Trata-se, na verdade, de política de governo, porque pensamos que esse setor deve estar estabilizado e quem deve expandir-se é o Sistema Único de Saúde, ofertando melhor qualidade, com maior abrangência e mais acesso à população do Brasil.

É necessária a criação de um quadro de servidores. É preciso ter um quadro de cargos e carreiras na Agência, pessoas da casa, o que não há ainda. O quadro de servidores é composto por alguns funcionários temporários, outros cedidos pelo Ministério da Saúde e outros ainda cedidos por estatais. É necessário que se crie um quadro próprio da Agência Nacional de Saúde. É importante também que a Agência Nacional de Saúde possa dar maior visibilidade às suas ações e funções, informando mais à sociedade e tendo maior presença na mídia e na sociedade, para que, com isso, possa ter mais poder nas suas decisões, cobranças e regulações.

Em resumo, era isso o que gostaria de apresentar aos senhores. Procurei ser sucinto e apresen-

tar-lhes uma radiografia do que é a Agência Nacional sob o nosso ponto de vista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Encerrada a exposição, vamos passar às perguntas, que serão feitas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores.

Lembro que cada Membro desta Comissão poderá fazer uso de três minutos para fazer a sua pergunta. A primeira a fazê-lo será a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Sr. José Leônicio, na verdade não vou fazer nenhum questionamento, o que quero, neste momento, é ressaltar o orgulho, a satisfação e a emoção de tê-lo aqui. V. S^a é meu conterrâneo, da minha querida Sobral, uma terra que tem conseguido, ao longo dos anos, oferecer os seus filhos, como é o seu caso, a tarefas importantes dentro da nossa sociedade, na defesa de uma população ainda pobre, sofrida, carente, num país ainda marcado por tantas desigualdades.

Quero aqui dar o meu testemunho da competência, da transparência, da seriedade e do compromisso do Sr. José Leônicio, filho de um casal que muito respeito e admiro – o Sr. Joaquim e a D^a Dolores –, pessoas que também têm dado uma grande contribuição na batalha diária por uma sociedade muito mais justa.

Sei que V. S^a terá pela frente – tenho certeza de que será aprovado por esta Comissão – uma tarefa bastante árdua, tendo em vista as dificuldades da saúde no nosso País, a necessidade de se melhorar cada vez mais o atendimento e de se ampliar o acesso para que se possa acabar, de uma vez por todas, com essa humilhação que é tão forte na porta dos hospitais – humilhação de pessoas que muitas vezes morrem à míngua e juntam o pouquinho daquilo que ganham para pagar um plano de saúde.

V. S^a tem uma tarefa muito difícil pela frente, mas, pela sua história e pelo seu compromisso, tenho a certeza de que irá cumprir mais essa missão na sua vida com muito êxito e com muita dignidade.

Neste momento, quero apenas parabenizá-lo e desejar-lhe muito sucesso. Tenho certeza de que este filho de Sobral irá, como já tem feito, dar muito orgulho a este País.

O SR. JOSÉ LEÔNICIO DE ANDRADE FEITOSA – Exm^a Senadora Patrícia, conterrânea não só do Ceará mas também da minha pequena cidade de Sobral, agradeço emocionado as palavras e a referência aos meus pais.

Não foi em vão que a população cearense votou e elegeu a Senadora para representar o nosso Estado: foi em razão de sua grande competência, já demonstrada, e do amor que tem e dedica ao Estado do Ceará.

Agradeço muito as suas palavras, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Fará uso da palavra, para fazer sua pergunta, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente Papaléo Paes, é com muita alegria e satisfação que usamos da palavra neste auspicioso instante em que apreciamos a indicação deste homem do Nordeste, José Leônicio de Andrade Feitosa. Um quadro vale por dez mil palavras, e este é bem diferente daquele imaginado pelo Ministro Graziano. Este é o Nordeste que faz a grandeza do Brasil, as inteligências.

Com muita tranquilidade, uso da palavra, porque dediquei a minha vida, como José Leônicio, a servir à Ciência Médica, que acredito ser a mais humana das ciências, e o médico um grande benfeitor da comunidade.

Formei-me no Ceará, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, depois fui fazer pós-graduação no Rio de Janeiro, no Hospital do Servidor do Estado, Ipase, em cirurgia geral e tive o privilégio de ser discípulo do Professor Mariano de Andrade. E vendo o currículo de V. Ex^a, cirurgião cardiovascular, tive também o privilégio de conviver com Christian Barnard, com o Zerbini e Jatene, o grande Ministro da Saúde do Brasil.

Quero manifestar o meu contentamento com a indicação. Primeiro, o senhor é um cirurgião; de repente, fui eleito prefeito de minha cidade. Aí, eu disse: e agora? A minha vida, meu tempo de trabalho era a sala de cirurgia, onde, guiado por Deus, estas mãos tentavam salvar um aqui, outro acolá, numa Santa Casa. A sua cidade natal tem uma das Santas Casas mais importantes deste País – a Santa Casa de Sobral, presidida pelo Deputado Padre José Linhares. E, de repente, fui eleito prefeito. Eu disse: e agora? Meu mundo era o mundo encantado de uma sala de cirurgia. Então, comecei a estudar. O médico, o cirurgião que acredita em Deus, dizia: nós os tratamos, Deus os cura. Comecei a estudar. Estudava e com medo de assumir a Prefeitura. Tinha sido tão boa a cirurgia; eu tinha sido tão feliz numa Santa Casa, fazendo o bem sem olhar a quem, estudando muito e com medo. A gente tem medo; vou enfrentar essa Prefeitura, e o destino não pode ser tão abençoado como fui como cirurgião. Mas, nas caladas da madrugada, estudando, depois de estudar Henry Fayol, Penteado, veio um livro de capa amarela, intitulado: “O mago

da administração". Eu estava com medo. Estudamos muito, varamos as noites e as madrugadas lendo vários autores e, nessa confusão toda, aprendemos a coadunar. E, de repente, companheiro Papaléo, Presidente, tomei coragem. Num livro, Taylor dizia: "olha, administrar é fácil. Tenha, por exemplo, o cirurgião". Aí, eu disse: está comigo mesmo. Então, tomei coragem, porque até então eu estava... Tem que ter decisão, tem que ter coragem, trabalhar em equipe, saber começar e saber terminar, ninguém mais do que o cirurgião sabe disso. A gente vai operar, uma raqui em 45 minutos. Então, tem que ter noção, o cirurgião está com planejamento dentro de si, aquilo que o Henry Fayol disse: Planejar, ensinar, orientar, coordenar e fazer o controle – o pré-operatório é o planejamento. Você nunca fez um ato sem planejar, porque é automático. Para onde se vai, leva-se a formação profissional. Então, o cirurgião o tem, é o pré. Em qualquer ato que faz, o ato mesmo é o transoperatório, e o controle que o Henry Fayol diz é o pós-operatório.

Então, vejo isso com uma tranquilidade porque bastaria para aqueles os São Tomés eu reviver Juscelino, que nos fez isso tudo. Cirurgião como nós e não muito do passado, ex-Governador do Pará.

Então, V. Ex^a vai se sair muito bem pela formação que tem e mais ainda pela bênção de ter sido abençoado pelo Padre Palhano lá do Ceará. É o exemplo de um médico extraordinário, que é um dos maiores cirurgiões da história do mundo. Dr. Guarany, que já naquele tempo nos encantava com sua maneira de desenvolver, com competência e coragem, a cirurgia em nossa região. A instituição é muito importante, não porque os médicos precisam de controle, acho que não. Penso que o médico é quase um franciscano e o é mesmo. Lembro-me, nos anos 60, quando estudava no Rio de Janeiro, daqueles profissionais trabalhando durante o dia todo, com níveis salariais relativamente pequenos. Ontem mesmo, tive oportunidade de ver os altos salários neste Brasil. O Presidente Lula já pagou R\$30 mil a alguns, e um médico, sabemos, não ganha isso. Vi o sacerdócio, porque é como o Apóstolo Paulo diz: "a fé que nasce sem obra já nasce morta", e a do cirurgião não é com obras, mas com construção e realização. O pessoal era extraordinário, mas, de repente, as instituições não caíram nas mãos dos cirurgiões; passaram às dos empresários, para quem Deus é o lucro, o dinheiro. Então, tem de haver essa instituição regulamentadora. Há bons nomes, e queria dizer que, ao lado do voto, deveria haver uma nota. Eu lhe daria, por antecipação, nota dez, porque V. S^a representa aquele que foi o símbolo maior do desenvolvimento, do otimismo

e da realização neste País. V. Ex^a revive o compromisso de Juscelino Kubitschek no órgão que vai dirigir. Seja feliz e que Deus o abençoe.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Muito obrigado, Senador Mão Santa, cirurgião conhecido e de boa formação. Tendo obtido formação com o Professor Mariano de Andrade, no Rio de Janeiro, criou fama no Nordeste como bom cirurgião e defensor de seus pacientes. V. Ex^a fez uma comparação muito interessante entre o ato médico e o ato de administrar. É isto mesmo: o ato do médico, principalmente o ato cirúrgico, é de planejamento prévio, até interior, medular; é o que deve acontecer nas administrações, nos setores de gestão.

Agradeço muito aos Senadores as palavras elogiosas; sinto-me honrado em ouvi-las. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente em exercício, Senador Papaléo Paes, Sr^a Senadora Iris de Araújo, Relatora desta matéria, querido Dr. José Leônicio Feitosa, vou tentar superar a dificuldade com a garganta inflamada, para não deixar de expressar minha satisfação, como titular desta Comissão, de estar neste debate com o futuro membro da Agência Nacional de Saúde.

Fico feliz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ter sido antecedido por dois Senadores do Nordeste, que aqui fizeram referências elogiosas ao Dr. Leônicio. A Senadora Patrícia Saboya Gomes, da mesma origem do Dr. Leônicio – Sobral, Ceará –, deu depoimento de sua formação profissional, da tradição de sua família nessa importante cidade, com a legitimidade, como disse o Dr. Leônicio, de ter sido escolhida pelo povo daquele Estado. Em seguida, o Senador Mão Santa, cujo nome político demonstra a eficiência do médico e cirurgião – ninguém seria assim chamado pelo povo, se não fosse um grande cirurgião –, homem público com o respaldo das urnas do Piauí, ofereceu também uma retrospectiva de sua trajetória profissional e de sua vocação pública, ao homenagear o Dr. Leônicio.

Sendo do Rio de Janeiro, posso assegurar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a reputação e a qualificação técnica, profissional e ética do Dr. José Leônicio de Andrade. O Dr. José Leônicio de Andrade é um militante da saúde pública no Rio de Janeiro, Estado que escolheu para desenvolver a sua carreira profissional e a sua carreira pública.

O Dr. José Leônicio de Andrade, recentemente ocupou a Secretaria de Saúde do Estado, que passa

va por grave crise administrativa e financeira, e se saiu muito bem. É um militante da causa pública da saúde e, por isso, também me sinto emocionado e satisfeito. Tenho até um pouco de ciúmes da nobre Senadora Iris de Araújo – em que pese o processo estar em boas mãos – por S. Ex^a ser a Relatora do nome de S. S^a para a Agência Nacional de Saúde.

Após a exposição do Dr. Leôncio, gostaria de ressaltar um fato muito importante: a criação das agências no Brasil. Nesse processo de redemocratização do País, que vem de 1985, da escolha indireta no Colégio Eleitoral de Tancredo Neves e José Sarney, ou, como outros cientistas políticos gostam de apontar, em 1982, com a eleição de grandes Governadores do PMDB, como o Senador e Governador Iris Rezende, a criação das agências, do ponto de vista da estrutura do exercício da cidadania por parte dos brasileiros, foi um dos grandes momentos da afirmação democrática do nosso País. Elas têm dificuldades e distorções que precisam ser superadas e corrigidas, mas são, sem dúvida, no mundo moderno e democrático, referência não só para o exercício da cidadania do consumidor, mas da própria regulação dos entes que participam daquela atividade econômica, seja pelo setor público, seja pelo setor privado.

Quero parabenizar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro da Saúde pela escolha do Dr. José Leôncio para um órgão tão importante e necessário neste momento, que foi criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. É hora da afirmação dessas agências, com o novo Presidente da República demonstrando a maturidade do Brasil e a compreensão dos avanços democráticos conquistados ao longo dessas quase duas décadas de anos em nosso País.

Dr. Leôncio, concordo, também, com essa filosofia da expansão pública da saúde **versus** a expansão privada da saúde. No Brasil, após a queda e o fracasso do milagre econômico, a classe média, principalmente, deixou de usufruir os serviços públicos de saúde e educação e correu para as escolas particulares, para os hospitais particulares, para os serviços particulares de saúde, e foi o caos. Sabemos que, infelizmente, o serviço público, sem que a classe média usufrua, sem um formador de opinião utilizando-o, é fadado ao fracasso. No Rio de Janeiro, os escassos serviços públicos de saúde que funcionam bem são aqueles utilizados pela classe média, como, por exemplo, o Hospital Miguel Couto, na Zona Sul. Poderíamos citar outros centros de referência pública que ainda funcionam razoavelmente bem em função da pressão da classe média. E foi isso que aconteceu

ao final da década de 70 e na década de 80, quando, de fato, houve uma depressão do serviço público de saúde, de educação, enfim, daqueles serviços que o Estado tem que oferecer à população.

Então, concordo com essa nova filosofia que tem que ser afirmativa. Mas é evidente, Dr. Leôncio, que ela não pode ficar apenas no discurso. O Ministério da Saúde, graças a Deus, tem aumentado a sua participação no Orçamento da União e precisa aumentar mais. A retórica é importante, mas a prática também. Tem-se de fortalecer o Ministério da Saúde, fortalecer as relações de saúde pública, melhorar a qualidade do sistema, qualificar melhor os médicos que ali ingressam, bem como os enfermeiros e o pessoal de apoio, dar salários dignos e comprar equipamentos modernos. Dessa forma, o cidadão poderá dizer: “Eu vou optar pelo Sistema Único de Saúde, porque sei que vou encontrar aparelhagens modernas, poderei fazer uma ressonância magnética ou um exame de raios X em qualquer hospital, encontrarei médicos qualificados em todas as áreas, encontrarei uma emergência digna, um posto de saúde funcionando 24 horas no meu bairro ou na minha cidade”. Isso porque o hospital público normalmente fica distante. Por isso, é importante ressaltar que, junto com a afirmação política da expansão pública de saúde, há de se ter investimentos maiores na saúde pública do Brasil e nas parcerias com Estados e Municípios, punindo os administradores corruptos, os que desviam dinheiro público e prestigiando o bom serviço público de saúde.

A questão das autuações, que tem a ver com o número, a qualificação, o preparo e a reciclagem dos funcionários nas agências, é importante para que tenhamos um quadro nas agências longe do cabide de emprego e do cabide político, com profissionais qualificados que possam prestar bons serviços públicos na Agência Nacional de Saúde. E, na questão das autuações, pergunto sobre a parceria com o Ministério Público no que tange a acusar por improbidade ou qualquer incorreção, bem como a parceria com a Defensoria Pública nos Estados, ou seja, como se dá a parceria entre a assessoria jurídica da Agência e esses dois entes públicos, também fundamentais na democracia moderna.

A questão, por último, do ressarcimento em relação àquele que tem direito ao serviço do seguro-saúde e é atendido por um hospital público. Essa nova modalidade, importantíssima, tem que ser feita, é claro, de maneira correta. Não sou daqueles que defendem a quebradeira do serviço de saúde particular, pois isso não serve a ninguém. Ao contrário, penso que é importante garantir a saúde dessas empresas

sérias e que prestam bons serviços, mas se um cidadão que tem o serviço de saúde particular e que, por uma situação de emergência, pára num hospital público e é atendido, o hospital gasta recursos no atendimento àquele cidadão que teria o direito a estar num hospital particular, que seria remunerado pela seguradora pelo serviço que prestou, por que quando esse cidadão é atendido no hospital público a seguradora também não ressarcir o hospital público? Essa questão do ressarcimento é muito importante.

V. S^a trouxe números muito importantes, mostrando que isso já avançou. Mas ainda é muito pouco. Volto a dizer que não quero quebrar o serviço do seguro de saúde particular, pois penso que isso não interessa a ninguém, são 35 milhões, segundo os dados de V. S^a, de usuários diretos (dependentes e titulares). Todavia, é importante avançar nessa possibilidade de o serviço público ser restituído do que presta de serviço àqueles que têm o seguro de saúde particular.

Termino como comecei: parabenizando o Presidente Lula e o Ministro da Saúde pela escolha de V. S^a, pela sua qualificação técnica e ética e o seu compromisso com a saúde do País. Parabéns!

O SR. JOSÉ LEÔNIO DE ANDRADE FEITOSA – Obrigado, Senador Sérgio Cabral. Acompanho a carreira de V. Ex^a já há muito tempo, uma carreira vitoriosa no Estado do Rio de Janeiro. Foi um dos mais representativos Presidentes da Assembléia de nosso Estado e devo reconhecer de público que, quando eu era Secretário, mesmo sendo de partidos diferenciados, socorri-me do auxílio e da opinião do Presidente da Assembléia, que, sempre solícito, ajudou-me em diversas oportunidades, a quem faço um agradecimento público aqui.

Estamos de acordo em tudo, Sr. Senador, em todas as colocações que V. Ex^a fez. E devo dizer que o Presidente Lula ao escolher uma equipe para o Ministério da Saúde foi exatamente visando isso. É uma equipe extremamente bem formada, com pessoas com experiência, que conheço há longo tempo e sei das suas opiniões, dos seus procedimentos. Certamente, o Ministério que vai caminhar no sentido de melhorar a saúde fortemente não apenas no discurso, mas com as questões reais, concretas, espalhando para todos esse bem importante que é o serviço de saúde.

Em relação às autuações, Senador, a Agência permite o contraditório em vários níveis do processo de autuação. Isso é feito pela Diretoria de Fiscalização, que permite o contraditório, a impugnação, e encaminha para uma câmara técnica de revisão. Por-

tanto, existe uma relação não só com o Ministério Público, como também com os Procons. Há uma relação estreita com eles. Então, é um modelo extremamente democratizado. A Agência tem a função de polícia, mas não quer exercê-la. Sua função principal é de educação e estabilização do setor, mas, em caso de necessidade, há a atuação.

No caso do ressarcimento, não há dúvida. Essa é uma luta da Agência que cresceu muito no último ano. Há resistência por parte do Poder Judiciário, em alguns casos, e há resistência por parte das cooperativas principalmente, mas o crescimento já foi muito, e a agenda para 2003 é não apenas reforçar, como receber os atrasados, retroativos, que já foram cobrados e que as empresas não nos pagaram. Esse dinheiro é distribuído para o SUS como um todo – o Ministro da Saúde vai fazer um fórum sobre a Agência Nacional de Saúde, sobre essa questão da regulação na área da saúde –, mas até acredito que parte desse recurso, já que a Agência tem o trabalho enorme, gigantesco, de cruzar todas as AIHs com os beneficiários do sistema suplementar, uma taxa de 2% ou 3% deveria ficar de administração para a própria Agência, para que possa crescer.

Portanto, mais uma vez, Senador Sérgio Cabral, muito obrigado pelas palavras. Estamos juntos em várias lutas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Comunico às Sr^{as} e Srs. Senadores que as cédulas de votação encontram-se sobre a mesa. V. Ex^{as} já podem votar.

Fará uso da palavra agora a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Tenho duas perguntas para dirigir a V. S^a, mas, pelo fato de ter-me ausentado para cumprir um compromisso em outra Comissão, sintam-se à vontade se já tiver respondido a outro Parlamentar.

Trata-se da adoção dos cartões de desconto pelos profissionais e serviços de saúde. Cartões de desconto constituem instrumentos de uma estratégia mercadológica segundo a qual determinada empresa contrata ou acorda com um conjunto de outras para que concedam aos clientes da primeira – aos quais fornecem um cartão de desconto – descontos ou preços diferenciados na aquisição de bens ou serviços. Nos últimos anos, surgiu uma nova forma de promoção e intermediação de serviços, no setor privado, de assistência à saúde: os cartões de desconto. Tenho informações de que o Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução CFM nº 1.649/2002, posicionou-se contrariamente a essa prática, proibindo os médicos de participarem desse tipo de promoção por

considerá-la lesiva à ética profissional. A ANS, por sua vez, demonstrou que a considera legítima ao conclamar as empresas fornecedoras dos cartões a se registrarem na Agência. Eu gostaria de saber se o uso desses cartões pode trazer riscos aos usuários e quais as vantagens que podem proporcionar; se já existe uma legislação que regulamenta essa prática; e quais as responsabilidades das empresas fornecedoras dos cartões para com os clientes. Gostaria que V. S^a comentasse as razões para essas posições antagônicas entre o CFM e a ANS a respeito dos cartões de desconto.

A minha outra pergunta diz respeito à questão que o Senador Sérgio Cabral acabou de abordar, do ressarcimento aos hospitais da rede assistencial do Sistema Único de Saúde, a que V. S^a já teria respondido.

Então, deixo à sua consideração essa primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Dr. Leôncio.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Senadora Iris de Araújo, em relação à segunda pergunta, já houve um comentário.

A questão do cartão é uma discussão nova, que tem que ser travada mais demoradamente em alguns fóruns. Um deles vai ser o próprio fórum da Agência Nacional de Saúde, que o Ministério da Saúde está criando para que se discuta como é que avança a Agência, que instrumentos legais poderemos ter para tratar de casos como esse, por exemplo.

Não estou na Agência ainda, não participei das discussões, mas, pelo que conheço dela, a discussão é feita democraticamente e, por lei, a Agência tem o dever e a obrigação de cuidar de tudo o que for apartado do SUS, ou seja, tudo o que for suplementar na questão de saúde é de interveniência da Agência Nacional de Saúde.

Creio que essa discussão será levada para o fórum para que se firme uma posição da Agência. No entanto, penso que tudo o que se relacionar com saúde suplementar é de regulação da Agência Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr^a Relatora, Senadora Iris de Araújo; companheiros Senadores, quero dizer ao Dr. Feitosa que é um prazer conhecê-lo, ainda mais depois de ouvir elogios de colegas seus, como o Senador Mão Santa, de sua conterrânea a

Senadora Patrícia Gomes, e ao saber que, além de ser um profissional da área, o senhor é de uma cidade pequena e de uma região que sabe a dor sentida pelo brasileiro.

Sou ex-Prefeito de uma cidade pequena, municipalista, e estou aqui na vaga do ex-Senador e hoje Vice-Presidente da República José Alencar. Sou novo nesta Casa – creio que seja o mais novo nesta Legislatura –, mas estou numa pós-graduação. Cada discurso que ouço, cada Senador que me antecede, para mim, é uma lição. Nessa condição, quero lhe desejar boa sorte. Acabei de votar em V. Ex^a e tenho certeza de que desempenhará um bom trabalho.

Há duas perguntas que deixam a mim e à maioria dos brasileiros curiosos. A primeira: quais são os aperfeiçoamentos a realizar na atual legislação dos planos de seguro de saúde para ampliar a cobertura e a elegibilidade? A segunda: em que consiste a regulação dos preços dos planos de seguro de saúde? Há mudanças a propor?

É um prazer conhecê-lo e desejo-lhe boa sorte e muitas felicidades.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Dr. Leôncio.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Gostaria de acrescentar à pergunta do Senador Aelton Freitas a questão da terceira idade. Há muitos planos de saúde que aumentam barbaramente os preços, de maneira absolutamente impressionante, quando o segurado atinge determinada idade. Trabalho desde os meus 18 ou 19 anos, contribuindo para plano de saúde particular, pagando e, graças a Deus, demandando pouco. Será que não estou, nesse cálculo atuarial, compensando aqueles mais velhos que demandam mais o serviço? Qual é o limite? O que tem ocorrido historicamente, na experiência da Agência, quanto a atitudes arbitrárias dos planos de saúde?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, ficam as perguntas dos nobres Senadores para V. S^a responder.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Senador Aelton, obrigado pela declaração de voto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Só mais uma pequena observação, Sr. Presidente e Sr. Leôncio: a bem da verdade, o Senador Aelton é bem

jovem, mas o mais jovem do Senado sou eu. De espírito, ele é muito mais jovem do que eu; de idade, não.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Senador Aelton Freitas, em relação à legislação, a primeira mudança real que precisa ser feita é transformar a medida provisória, já muito antiga, em lei. O mercado é dinâmico, e a Agência também é muito dinâmica. Portanto, a cada momento, discutem-se na Agência as transformações necessárias para que se apresente uma legislação mais afinada, mais eficaz, mais eficiente, que controle e regule melhor esse setor. O Ministério da Saúde está criando esse fórum exatamente no momento em que houve a mudança de política de governo, em que a Agência está em crescimento e as operadoras se dizem em dificuldades. Portanto, é neste momento, num fórum como esse, que os temas todos serão discutidos, visando ao futuro.

A Agência já fez muito nesse sentido. Proibiu, por exemplo, a exclusão do idoso. Simultaneamente à proibição, regulou o reajuste. O indivíduo completava 60 anos e o preço do seu plano de saúde dobrava. Isso não ocorre mais: a agência já tem o controle sobre isso e chama a atenção das operadoras quando há a tendência de ocorrer alguma coisa nesse sentido. Portanto, nesse campo e em vários outros, a agência tem encaminhado muito bem.

Na regulação de preços, é feito um acordo. Após uma discussão longa junto com o Ministério da Fazenda, é combinado o melhor preço: que causaria menos impacto na inflação e, ao mesmo tempo, que não deixaria as operadoras irem à falência, pois não é interesse de nenhum Governo desempregar ninguém nesse setor. Portanto, há uma discussão mais técnica e econômico-financeira com a participação de vários atores nesse campo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Exm^o Sr. Presidente Papaléo Paes, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustre colega José Feitosa, gostaria de fazer minhas as palavras elogiosas e pedir licença aos Senadores que me antecederam para reafirmar as palavras que lhe dirigiram. Gostara de parabenizá-lo, porque as suas principais ações tocaram na ferida da nossa saúde suplementar. Primeiramente, há o incentivo da melhoria da qualidade, que é algo que o Ministério da Saúde tem que estar supervisionando. Outro fato importante é o sistema de informações epidemiológicas. Nossas informações do Ministério da Saúde têm um buraco de praticamente 30%, porque

nenhum plano de saúde era obrigado a nos passar informações. Trabalhávamos com a base defeituosa na origem, portanto. Por isso, fiquei seu fã a partir de agora, quando o senhor focalizou esse ponto. Eu o conheci ontem; depois ouvi as palavras de todos os colegas; quando vi o seu plano, percebi que a escolha fora correta. Sei que o Presidente Lula e o Ministério da Saúde vão avançar muito nesta gestão.

O companheiro carioca falou a respeito do ressarcimento. É uma ferida grave, porque, quando o doente fica complicado e caro, os planos dão um jeito de jogá-lo na rede pública, que, então, não tem como recuperar o gasto. Gostaria que o senhor colocasse a sua equipe para criar meios para facilitar o ressarcimento, porque o senhor sabe que os hospitais públicos e universitários têm uma estrutura difícil e não têm facilidades para fazer isso – a maioria deles não tem nem um assessor jurídico no seu quadro. Poder-se-ia criar um meio de, talvez por intermédio da nossa agência, pedir o ressarcimento, para não ter que meter um advogado no meio, que seria mais um custo num hospital como o do meu Estado, que é pobre, e no hospital das universidades que estão sucateadas. Gostaria que o senhor olhasse com especial carinho a questão do ressarcimento das nossas entidades públicas e filantrópicas junto aos planos de saúde.

Meus parabéns e felicidades. Que Deus abençoe o seu mandato!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Dr. Leônicio.

O SR. JOSÉ LEÔNCIO DE ANDRADE FEITOSA – Obrigado ao nosso colega, Senador Augusto Botelho, que é médico e conhece a realidade deste País sofrido. S Ex^a tocou realmente num ponto muito importante, que é a busca da qualidade, quer seja do SUS, quer seja da saúde suplementar, porque, a partir da busca da qualidade, identifica-se todo um outro conjunto de necessidade de atuação da agência ou do poder público. E essa é uma função fundamental da agência. A outra função, na qual já há uma melhora, como falei, é o ressarcimento. E a distribuição é feita de forma extremamente democratizada: parte para o Fundo Nacional de Saúde; parte para os hospitais privados conveniados com o SUS, que atendem pelo SUS mas o paciente tem plano de saúde; parte para os hospitais universitários e filantrópicos que, em sua maioria, têm relação com o SUS e que, no momento, passam por um grau de necessidade de muito grande. É um setor para o qual o Ministério e o Governo Lula terão que dar uma atenção especial: o setor de Santas Casas e de entidades filantrópicas.

Agradeço as palavras de V. Ex^a. Estamos à disposição no Rio de Janeiro para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Leônicio, futuro Presidente da Agência Nacional de Saúde, eu estava aqui meditando, tentando separar o público do privado no nosso País, porque, numa sociedade patrimonialista, clientelista e oligárquica como a nossa, cada vez mais sobra menos para o público.

Eu estava com este papel na mão, imaginando a situação do Presidente Lula, que elegemos, depois de tantas lutas, para conduzir os destinos do Brasil e para elaborar o Orçamento Público, instrumento fundamental da política. O Senador Mão Santa, que foi Governador, sabe bem disso. No Orçamento, encontra-se a contribuição de cada homem, de cada mulher deste País. Peguei esta folha de papel e imaginei como seria o orçamento do Governo do Presidente Lula. Se rasgarmos essa folha ao meio, poderíamos pensar na destinação de 50% do orçamento para pagar juros e serviços da dívida – talvez eu esteja exagerando, pode ser um pouco menos ou um pouco mais. Sobrariam 50% para o Presidente administrar. Se fizermos um balanço nos gastos com os servidores públicos ativos e inativos, poderemos rasgar o papel em três quartos para imaginar o que o Presidente da República gasta com ativos e inativos. Vejam V. Ex^{as} o que sobrou para o Presidente administrar: apenas uma tira de papel que corresponde a 12,5% do Orçamento. Desse percentual, antes de destinar o montante para a saúde, Sua Excelência ainda deverá formar o superávit primário, que é de 4,25%. Então, o Presidente já não governa, ou melhor, administra, sim, porque sobraram alguns ativos da fúria privatista neoliberal que assolou o País durante 12 anos. Contudo, ninguém fala dessa questão. Se nós do Senado ou da Câmara, se as forças políticas, se a representação política popular deste País não estabelecer esse debate, nunca conseguiremos administrar o Brasil com os 12% restantes do orçamento.

Fui Governador e sei a tragédia que é receber um Estado que arrecada infinitamente menos do que gasta para prover a sociedade de saúde, de educação e de infra-estrutura. Estamos num beco sem saída. Portanto, justificam-se as reformas tributária e previdenciária. Pela primeira vez, abordou-se uma questão fundamental. Quando se fala em taxar o lucro líquido das empresas, em aumentar alíquotas de Imposto de Renda para os que ganham mais, pensamos nos países em que há exclusivamente saúde pú-

blica, como Canadá e França. No Canadá, não existe saúde privada. Lá, a saúde é pública e universal. No Brasil, ninguém sabe o que é público ou privado na área de saúde.

O nosso Presidente é o homem da saúde pública. Nunca ouvi falar, no Amapá, que o Senador Papaléo Paes tenha cobrado uma consulta de alguém. S. Ex^a é um homem dedicado à saúde pública, mas é uma exceção. Por isso, a população o elegeu Senador. Duvido que elessem um médico que cobrasse consulta de todos. S. Ex^a é um homem dedicado à saúde pública, e sabe separar a saúde pública da saúde privada. No Brasil, é impossível separá-las. Não há agência no mundo que separe a saúde pública da saúde privada, porque o mesmo profissional trabalha nas áreas de saúde pública e privada. Essa situação é exatamente o que nos impede de separá-las.

O País foi conduzido a esta situação de dificuldade, em que faltam recursos mínimos, porque precisa pagar uma dívida atroz, cruel, que promove e amplia a exclusão social no País e nos impede de dar assistência mínima de saúde à nossa sociedade.

Na Casa, discutimos diversas vezes e voltamos sempre ao mesmo ponto. Daqui a pouco, o Brasil com tão pouco já para administrar, não precisará eleger Presidente da República, bastará que contratemos um gerente. Isso porque não há mais nada, está tudo privatizado.

A contribuição do cidadão, os impostos e a carga tributária aumentaram muitíssimo. Tenho estudo do Bndes sobre a carga tributária, Senadores. Até 1999, todo o aumento da carga tributária foi destinado a manter as novas Prefeituras, as novas Câmaras, os Legislativos estaduais e o Judiciário. Não sobrou nada para investir, um centavo sequer para comprar uma partida de vacina para atender à população.

Este País precisa discutir seus problemas estruturais, essas brutais desigualdades sociais. Precisa taxar os que têm mais, fazer com que eles paguem a fim de aliviar a carga dos que têm menos. A evasão e a elisão fazem com que falem recursos e, assim, o cidadão deixa de acreditar na saúde pública.

No meu Estado, minha filha foi dar à luz o meu neto no hospital público, porque o colocamos para funcionar. O meu neto nasceu no hospital público porque confio na saúde pública. Fui Governador, como seria se não confiasse na saúde pública do meu Estado? A saúde pública será de qualidade se conseguirmos fazer com que seja assim. Nós destinamos investimentos de 13% a 14% ao ano para a saúde, só o Estado. Depois, com mais os parques investimentos da União, poderemos recuperar a saúde pública, mas

teremos de rever uma forma de aliviar a carga de dívidas existente.

Preocupa-me um fato. As agências não podem ser totalmente independentes da orientação política, porque senão, mais uma vez, não precisaremos eleger Presidente. Se as agências, como a Anatel e a Aneel, forem autônomas, não precisaremos mais de Presidente. Bastará contratarmos um grande gerente para gerenciar este imenso País, detentor de grande diversidade, que somos nós.

Então, temos de rever e rediscutir algumas questões e dar condução política a este País. Foi para isso que elegemos um Presidente que, pela primeira vez na história, corresponde à alternância de poder. Mas o Presidente está amarrado com essa "tírinha" de papel para administrar. As dificuldades, então, avolumam-se e ficamos discutindo tentativas de milagre, mas milagre não ocorre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Dr. Leônicio.

O SR. JOSÉ LEÔNICIO DE ANDRADE FEITOSA – O Senador travou uma discussão extremamente ampla, que já vem ocorrendo há muito tempo em vários partidos e setores. Sem dúvida, a saúde pública, no nosso entendimento, precisa de três pilares importantes: um é o orçamento, o segundo é a sua gestão e o terceiro é a vontade de fazer. Não adianta dinheiro se for desviado para um chafariz, em vez de ser destinado a um posto de saúde. Portanto, com esses três pilares, tenho certeza absoluta de que, mais do que esperança, todos nós temos confiança, eu, o senhor e os companheiros presentes, de que este Governo veio para fazer isso. Neste ano, será impossível, dado o engessamento do orçamento. Contudo, a partir do próximo ano, devem-se vislumbrar algumas melhoras importantes e sensíveis, tendo em vista a busca por um tratamento igual – que, no caso, inicialmente terá de ser desequilibrado para poder mais tarde equilibrar-se.

Portanto, estamos de acordo com isso e temos esperança, confiança, quase certeza de que este Governo, com o auxílio das Casas parlamentares, vai fazer as mudanças de que o País precisa e que espera.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Dr. Leônicio, quanto à gestão, considero que essa é uma tragédia nacional. A gestão pública no Brasil é um caso de polícia. Ontem, mataram um Vereador do Município de Tucumã porque ele denunciou atos de corrupção do Prefeito. Minimamente, deve ter sido

com dinheiro do SUS ou do Fundef, áreas fundamentais para a saúde da população.

Temos um projeto tramitando nesta Casa que vai dar uma contribuição enorme. É um projeto de controle social do orçamento público, que é o instrumento fundamental da política. Nós, que somos políticos, temos que entender isso. A disputa por uma prefeitura se dá em função de quê? Do orçamento dessa prefeitura. No Governo do Estado, é a mesma coisa; na Presidência da República, a mesma coisa. Então, temos um projeto que está tramitando aqui que torna obrigatória a prestação de contas diária de receitas e despesas de todos os entes públicos. E isso pode ser feito já sem lei, inclusive. Os órgãos executivos, os Ministérios, as agências, podem adotar o seguinte: "A minha agência vai tornar público". Como fez agora o Ministério da Previdência, que, pela primeira vez na história, tornou pública a lista de devedores. Uma coisa muito engraçada, vou até olhar se meu nome está por lá, mas eu acho que não, não devo nada para a Previdência. Nem a isto tive direito até hoje na vida: de dever, porque quem deve está bem no Brasil. O País está todo endividado, todo mundo está endividado. Quando fui Governador, não conseguia nada, porque o Amapá não tinha dívida – eu paguei tudo nos três primeiros anos – e só levava vantagem quem devia. Quem devia tinha uma série de vantagens, como tem até hoje. Há até o Refis, que é para os devedores.

Enfim, era isso o que eu queira colocar sobre gestão. Esse projeto pode melhorar enormemente a gestão, porque o povo vai controlar. Se o dinheiro do SUS vai lá para o Município do Oiapoque ou então lá para o Município do Chuí, tem que estar na Internet, para o cidadão saber se chegou o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Dr. José Leônicio de Andrade Feitosa.

O SR. JOSÉ LEÔNICIO DE ANDRADE FEITOSA – É real, é real. E eu lembro a V. Ex^a, Senador, que há mais de dez anos, havia uma prefeitura no interior do Ceará, numa região muito bonita, de praia, chamada Icapuí, cujo prefeito era do Partido dos Trabalhadores. Esse prefeito prestava conta mensalmente do quanto tinha entrado, de quanto era o salário dele, dos auxiliares, dos assessores, mês a mês, no próprio muro de sua casa. Ele se antecipou um pouco a essa lei, que, imagino – e tenho esperança – será aprovada nesta Casa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu fazia isso em 1989, quando fui prefeito. Eu colocava lá, porque acho que o problema é este: se as pessoas entram com uma contribuição, querem saber em

que foi aplicada. E o povo brasileiro não sabe, ninguém sabe. É esse o problema.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^a Relatora Iris de Araújo, Dr. José Leônicio de Andrade Feitosa, primeiramente, não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex.^a, da mesma maneira que a Senadora Patrícia Saboya Gomes não o fez. Reservei esse direito aos senhores médicos presentes e aos que já estão ausentes e também ao quase médico Sérgio Cabral. De modo que é um prazer imenso tê-lo aqui nesta reunião desta Subcomissão Temporária da Saúde, de que faço parte também, para ser argüido pelos Srs. Senadores. Fico feliz em ver à minha frente um ilustre conterrâneo, cearense também, que saiu não da pequenina Sobral, mas da grande Sobral, para fazer história neste País. Somos egressos de duas regiões distintas. O senhor saiu do Vale do Acaraú, que tem como cidade líder Sobral, a princesa do norte, e eu saí de outro grande vale, que é o Vale do Cariri, mais precisamente de Juazeiro do Norte, uma cidade também grande como Sobral. Temos uma população hoje já de 220 mil habitantes, que, somada à população flutuante que ocorre a nossa cidade, chega a mais de um milhão de pessoas por ano.

Eu me sinto muito feliz em encontrá-lo aqui. Não tenho perguntas. Acredito também que seu currículo, descrito tão propriamente pela Senadora Iris de Araújo e consubstanciado pelas palavras da Senadora Patrícia Saboya Gomes, por si só dá perfeitamente o seu perfil e o seu mérito de ser indicado pelo Senhor Presidente da República e confirmado por esta Comissão, eu espero, para ocupar a Agência Nacional de Saúde. Meus parabéns, meu conterrâneo ilustre.

O SR. JOSÉ LEÔNICIO DE ANDRADE FEITOSA – Nobre Senador Reginaldo Duarte, V. Ex.^a é do outro lado do meu Estado, o lado mais rico, que é o vale do Cariri. Fico muito emocionado e agradecido pelas palavras de V. Ex.^a e me coloco, no Rio de Janeiro, não só como conterrâneo, mas no caso de ser aprovado como Diretor da Agência, ao seu dispor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Lembro aos senhores membros titulares desta Comissão que já podem votar.

Com a palavra a Senadora Lucia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. José Leônicio, eu o cumprimento pela sua investidura e quero dizer da nossa satisfação em

vê-lo aqui fazer a sua exposição. Acredito que pela euforia e pela alegria do cearense, V. Ex.^a, sem dúvida alguma, representa o grupo de homens e mulheres criativos, determinados e que fizeram daquele Estado um exemplo na área social.

Eu desejo que a Comissão de Orçamento deste ano bata com força, com energia, em favor da Emenda nº 29, para que os recursos da saúde sejam implementados como determina aquela emenda. Fiz parte da Comissão de Seguridade e tivemos grandes dificuldades em sensibilizar a área econômica para esse atendimento que é vital para o bom desenvolvimento das ações do Sistema Único de Saúde.

V. Ex.^a terá, na presença desta Senadora na Comissão de Orçamento, todo o apoio no que diz respeito a esse orçamento. Saiba V. Ex.^a que nos orgulha, como Parlamentar do PSDB, saber que o Ministério da Saúde foi ocupado por um grande Ministro que deixa um legado de uma gestão pública séria, honesta e com bons resultados. O Senador João Capiberibe disse que foi um bom governador mesmo no governo neoliberal, e eu o parabeno por isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Dr. José Leônicio.

O SR. JOSÉ LEÔNICIO DE ANDRADE FEITOSA – Senadora Lúcia Vânia, muito obrigado.

V. Ex.^a tocou em um assunto muito importante, o da Emenda nº 29; é fundamental se criarem e se responsabilizarem os Municípios, os Estados e o Governo Federal com fontes permanentes e estáveis de financiamento da saúde pública. Sem dúvida é fundamental essa emenda. Agradeço suas palavras e estamos ao seu dispor.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Lembro que os Senadores titulares já podem votar.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito para argüir o Dr. José Leônicio, peço para os Senadores que ainda não fizeram uso do seu direito de voto que o façam, porque queremos encerrar a presente reunião. (Pausa.)

Encerrada a arguição, a Presidência solicita ao indicado que aguarde na Secretaria da Comissão enquanto é processada a votação secreta utilizando o sistema de cédulas.

(Procede-se à votação secreta.)

Senadores José Leônicio de Andrade Feitosa e Sérgio Cabral para que atuem como escrutinadores.

(Pausa.)

Considero encerrado o processo de votação.

Nobres Senadores Sérgio Cabral e Augusto Botelho, V. Ex^{as} podem dar início ao processo de escrutínio.

(Pausa.)

Vou anunciar o resultado.

Votaram Sim 24 Srs. Senadores. Houve duas abstenções e nenhum voto contrário.

Total: 26 votos.

A Comissão aprova a indicação do Dr. José Leônicio de Andrade Feitosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Parabenizamos o Dr. José Leônicio de Andrade Feitosa e lhe desejamos êxito.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h31min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO
(extraordinária) DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª
LEGISLATURA REALIZADA DIA 22 DE
MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00
HORAS.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e dois de maio de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Educação sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, RENILDO SANTANA, LÚCIA VÂNIA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, SERYS SHLESSARENKO, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROMERO JUCÁ, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAES, JOÃO RIBEIRO, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN, OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI**. O Senador Sibá Machado e a Senadora Roseana Sarney justificam ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anteri-

or, que é dada como aprovada. O Senador Osmar Dias propõe a inversão da pauta dando prioridade para o item 2, Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 2003. A inversão de pauta é aprovada. Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 2003. É feita a exposição sobre parecer. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Jonas Pinheiro, Demóstenes Torres, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia. Em votação, o parecer do relator é aprovado. Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002. Feita a leitura do parecer, o Senador Juvêncio da Fonseca pede vista da matéria. O pedido é concedido. A Senadora Lúcia Vânia apresenta requerimento de sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2002, até que a ministra da Assistência e Promoção Social seja ouvida sobre a matéria, tendo em vista que a senhora Ministra esta sendo convidada a comparecer perante esta comissão em virtude do requerimento nº 04-CAS, de 13 de março de 2003. Não havendo quem quisesse discutir, o requerimento é posto em votação. O requerimento é aprovado. O Senador Flávio Arns apresenta requerimento de audiência pública com a finalidade de analisar o atendimento psicológico para as pessoas com necessidades psicológicas especiais. Não havendo quem quisesse discutir, o requerimento é posto em votação. O requerimento é aprovado. Pauta extra – Eleição do Presidente da Comissão. O Senador Papaléo Paes esclarece que até o presente momento somente a Senadora Lúcia Vânia se candidatou ao cargo. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente em exercício convida os Senadores Osmar Dias e Demóstenes Torres para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: eleita a Senadora Lúcia Vânia por unanimidade, com vinte e cinco votos. A Senadora Lúcia Vânia é declarada Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Papaléo Paes convida a Presidenta eleita para assumir a presidência da Comissão. A Senadora Lúcia Vânia agradece a honra com que foi distinguida pelos seus pares para presidir tão importante Comissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos desta. Fazem uso da palavra, com o intuito de congratular a Senadora eleita, os Senadores Osmar Dias, Juvêncio da Fonseca, Patrícia Saboya Gomes, Demóstenes Torres, César Borges, Antero Paes de Barros, Íris de Araújo, Leonel Pavan, Flávio Arns, Teotônio Vilela Filho, Renildo Santana, Augusto Botelho e Papaléo Paes. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata

que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senador **Papaléo Paes**, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis à proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. OSMAR DIAS (PDT — PR) — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Tem a palavra pela ordem, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT — PR) — Presidente, vejo que o item 1 da pauta tem como relator o Senador Leomar Quintanilha, que ainda não chegou. Portanto, proponho a inversão da pauta, para que possamos apreciar o item 2, do qual sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Pois não. Entendida a sua reivindicação.

Informo aos Srs. Parlamentares que, em virtude de termos medida provisória obstruindo a pauta do Senado Federal, os itens de nºs 4 a 8 da nossa pauta estão com suas apreciações sobrestadas por terem decisão terminativa nesta Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes itens constantes da pauta:

- Item 1. Aviso nº 34, de 2002;
- Item 2. Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 2003;
- Item 3. Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002;
- Item 9. Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001;
- Pauta extra: eleição do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 88, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL — GO) — Pela ordem, Sr. Presidente.

As decisões terminativas não estão na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Não estão na pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL — GO) — Ontem, com a desobstrução dos trabalhos do Plenário,...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Não, temos medida provisória obstruindo a pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL — GO) — Defluo do meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) — Em votação, a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores favoráveis à proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Atendendo a solicitação do Senador Osmar Dias, vamos começar invertendo a ordem da pauta pelo item 2.

Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 2003, não-terminativo.

Concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias.

Autoria: Deputada Kátia Abreu; relatoria: Senador Osmar Dias.

O parecer é pela aprovação do projeto no texto original, com rejeição das emendas a ele oferecidas.

Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT — PR) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou explicar o meu relatório, que julgo mais interessante do que fazer a sua leitura, já que se trata de um projeto de lei um pouco complexo e necessita da atenção das Srªs. e Srs. Senadores.

Fiz um quadro para explicar esse projeto.

Ocorre que a Lei nº 8.212, de 1991, determinava que as todas as empresas — agroindústrias e outras — recolhessem para a seguridade social o correspondente a 20% sobre a folha de salários.

Em abril de 1994 foi sancionada a Lei nº 8.870, alterando a base de cálculo e fixando em 2,5% sobre o valor estimado da produção agrícola própria para pessoas jurídicas que se dediquem à produção agroindustrial.

Vou explicar o que significa. A lei, em 1994, substituiu o recolhimento à seguridade social, que era de 20% sobre a folha de salários, por 2,5% sobre a produção agrícola própria. E aí é bom frisar: produção agrícola própria. Então, uma usina de açúcar, por exemplo, recolhia sobre a produção estimada de cana-de-açúcar. Uma fecularia de mandioca recolhia 2,5% sobre a produção estimada da mandioca, da lavoura própria daquela pessoa jurídica.

Isso persistiu até fevereiro de 1997. Então, de abril de 1994 a fevereiro de 1997, as agroindústrias recolheram, de acordo com a lei em vigor — é bom fri-

sar isso —, que determinava que elas recolhessem 2,5% sobre a produção agrícola. E elas fizeram isso cumprindo a lei em vigor.

Mas, em fevereiro de 1997, foi julgada uma Adin pelo Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional o §2º da Lei nº 8.870, que é exatamente aquele que mudou o cálculo, ou seja, que deixou de exigir o recolhimento de 20% sobre a folha de salários para exigir o recolhimento de 2,5% sobre a produção agrícola própria.

Julgada a ADIN, em fevereiro de 1997, começou a tentativa da Previdência de receber a diferença que ficou entre o critério de 20% sobre folha de salários e aquilo que as agroindústrias recolheram. Aí surge a primeira pergunta: é justo que uma agroindústria, uma empresa seja obrigada a adivinhar que aquela lei em vigor vai ser considerada inconstitucional? O princípio constitucional da anterioridade é o de que as empresas devem conhecer sobre qual lei elas devem praticar o recolhimento de tributos, da taxa de previdência, exatamente para que elas possam fazer o planejamento tributário. Entretanto, se elas não conhecem a lei, não podem fazer o planejamento tributário e recolher conforme aquela lei que não existe. Porque o que existia era uma lei que determinava que as agroindústrias deveriam recolher sobre 2,5% do faturamento da produção agrícola.

O que se pretende, então, com esse projeto de lei? A Constituição diz que essa matéria deve ser regulada por lei específica, A Câmara aprovou e estamos propondo a aprovação na Comissão de Assuntos Sociais — lembro que essa matéria ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, ao Plenário — a remissão daquela diferença. A remissão ou a anistia daquela diferença, porque é injusto cobrá-la dessas empresas — que pagaram sob regime de uma lei, que, posteriormente, foi considerada inconstitucional —, que estão sendo agora chamadas a pagar a diferença que restou. Se é inconstitucional a lei, ela vigorou durante aquele período, no qual as empresas cumpriram a sua obrigação, sob a luz daquela lei.

Então, o projeto que a Câmara enviou ao Senado diz exatamente: “A remissão dos débitos previdenciários que estão sendo cobrados, entre abril de 1994 e fevereiro de 1997, resultantes da diferença dos dois critérios de cobrança”.

Fiz essa explicação, que é o meu relatório, para dizer o seguinte: a Senadora Patrícia Saboya Gomes apresentou duas emendas, que realmente melhoram o texto, mas quero justificar por que as rejeitei. Imagino que interpretação poderia dar a Mesa do Senado se eu aprovasse essas emendas. E não sou daqueles

que aprovam um projeto aqui para ele não voltar para a Câmara, não. Mas, neste caso, não há necessidade, porque nenhum professor de português vai censurar a forma como o texto está escrito. É lógico que a forma proposta pela Senadora Patrícia ficou mais bonita, de linguagem mais elegante, mas a linguagem que usei ou que a lei utilizou não comete nenhuma agressão à língua portuguesa e também não torna o texto menos inteligível.

Por isso, rejeitei as duas emendas, para que possamos aprovar, o mais rápido possível, este projeto, porque esse peso sobre a agroindústria não pode persistir.

De outro lado, a Senadora Ana Júlia apresentou duas emendas: as de nº 3 e nº 4.

Tenho em mão inclusive um **fax**, encaminhado pelo Presidente da Associação Brasileira de Papel e Celulose, que diz o seguinte: “A Associação Brasileira de Papel e Celulose concorda com a forma que está o projeto aprovado na Câmara”. Mas quem discorda? Duas ou três empresas, que não contribuíram com nada e se utilizaram do benefício de uma lei anterior ou de uma emenda anterior, da Emenda nº 29, que dizia que as empresas exportadoras de celulose estavam isentas da contribuição previdenciária. E o que pretendem? Que esta lei não acabe com aquela isenção, o que consideramos injusto, porque não podemos criar uma lei que beneficie duas ou três empresas. E a emenda apresentada pela Senadora Ana Júlia atende exatamente a esse interesse. Por isso eu a rejeitei, porque a lei deve tratar não apenas do interesse de duas ou três empresas, mas do interesse nacional. E o interesse nacional, neste caso, é manter o texto que veio da Câmara, até porque a própria Associação Brasileira de Papel e Celulose, que poderia se pronunciar contrariamente, está de acordo.

A outra emenda também rejeitei, porque a Senadora Ana Júlia, que é do PT — chamo a atenção para este fato — não concorda que o Executivo possa regulamentar essa matéria.

Vou ler: “Esse dispositivo faculta ao regulamento dispor sobre qual regime será aplicado à empresa agroindustrial que desenvolva atividade rural tão-somente na produção de matéria-prima para aplicação no processo industrial, cujo custo represente menos de 10% da receita bruta total”.

Quer dizer, estamos deixando a atribuição de regulamentar a matéria em relação a essas empresas para o Executivo. Inclusive isso está disposto na Medida Provisória nº 107, que aprovamos ontem.

Peço, inclusive, ao Senador Tião Viana, que é o Líder do Bloco – se estiver presente –, que apoie a rejeição da emenda, porque, ontem, votamos a Medida Provisória nº 107 e, a pedido de S. Ex^a, votei na Medida Provisória nº 107. Então, seriam duas incoerências: primeiro, o PT não confiar no próprio Governo, porque estamos dizendo que o Executivo é quem vai regulamentar, e quem está no Governo é o PT. Segundo, que o PT, que pediu voto ontem para aprovar a Medida Provisória nº 107, seja contra o meu parecer, que rejeita algo que contraria a Medida Provisória nº 107.

Por essa razão, peço o voto e a aprovação do meu parecer por inteiro, ou seja, com a rejeição às quatro emendas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias foi muito claro ao explicar o seu parecer, e esse assunto causou uma celeuma muito grande àqueles que pagam o tributo, pagam a contribuição previdenciária. A confusão foi feita por meio das leis. O Supremo Tribunal Federal julgou uma das leis como inconstitucional e, tanto quanto o Senador Osmar Dias, tanto quanto quem propôs esse projeto, que é a Deputada Kátia Abreu, entendemos que os industriais estão fora desse julgamento que está sendo proposto o pagamento da diferença, exatamente porque cumpriram uma lei. Portanto, quero parabenizar o Senador Osmar Dias e também a Deputada Kátia Abreu por terem proposto o projeto, relatado nessas condições, uma vez que se trata de um assunto que o Congresso tem que resolver urgentemente, já que ainda traz aborrecimento para aqueles homens e empresas que estão gerando empregos no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, antes de me manifestar, gostaria de fazer uma pergunta ao Relator Osmar Dias em relação à Emenda nº 3, da Senadora Ana Júlia Carepa.

Se bem entendi o que V. Ex^a argumentou, a Senadora propõe, nessa emenda, que não se faça a remissão, ou seja, que o espírito da lei seja destruído.

V. Ex^a argumentou que não a acolhe porque, na realidade, ela acaba com a remissão.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Exatamente. Ela acabaria com a essência do projeto, exatamente como V. Ex^a interpretou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. Para argumentar, quero concordar, em gênero, número e grau, com o parecer do Senador Osmar Dias. Acho que é de extrema relevância e, como S. Ex^a bem argumentou, toda lei, quando entra em vigor, tem em si a presunção de constitucionalidade. Todos entendem que uma lei é constitucional. Se tínhamos o sistema de recolhimento para a Previdência baseado em 20% da folha de pagamento e passamos a tê-lo com base na produção agrícola própria, é óbvio que aquele que tinha o dever de recolher cumpriu a lei. Se, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal declarar que aquela lei é inconstitucional, a declaração de inconstitucionalidade é uma exceção e, na realidade, opera a modificação a partir do momento da edição da lei, isto é, é inconstitucional desde seus primeiros efeitos. Nesse caso, qual é a realidade prática? Muitas dessas pequenas empresas não terão condição alguma de promover o pagamento da diferença da lei que foi considerada inconstitucional. Cumpriram, primeiro, uma lei; depois, cumpriram uma lei subsequente, que foi declarada inconstitucional.

Parece-me que a proposta é a mais absoluta justiça, guarda consonância com a realidade e beneficia aqueles que cumpriram uma lei que entendiam ser constitucional. Repito que todas as leis guardam em si a presunção de constitucionalidade, daí por que vou acompanhar, **in totum**, o parecer do Senador Osmar Dias, votando com S. Ex^a, já que se trata de uma medida de extrema grandeza, que beneficia aqueles que cumpriram a lei, embora ela tenha sido declarada inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela explicação completa dada pelo Relator, Senador Osmar Dias, compreendemos perfeitamente o objetivo da rejeição das emendas e a aprovação do projeto, mas é preciso, também, que se exalte a vigilância do Senado com referência à necessidade da proteção da produção.

É fundamental para este País que cresçamos, por meio da produção, e não seria justo que, durante três anos atendendo à legislação vigente, o produtor recolhesse todas as suas obrigações sociais e, depois desse tempo – que poderia ser vinte, dez ou sete anos –, visse a ser apenas com novos recolhimentos.

Portanto, louvo o parecer do Relator, Senador Osmar Dias, e solicito ao companheiros que demonstrem, principalmente nessa hora de tanta ansiedade pela produção e pelo crescimento, que estamos com os produtores, para que tenham condições materiais e fiscais tranqüilas para alavancar o desenvolvimento deste País.

Voto favoravelmente ao parecer, integralmente, do relator, Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, queria, antes de mais nada, agradecer ao Senador Osmar Dias, pela especial atenção a mim. Em diversas ocasiões, tivemos oportunidade de discutir o projeto. E, certamente, como é do seu feitio, procurou minuciosamente compreender o assunto e dar o seu parecer.

Não somos absolutamente contrários ao projeto, que inclusive corrige uma distorção que poderia prejudicar esse setor. Em virtude das duas emendas serem da Senadora Ana Júlia Carepa, que está ausente por motivo de viagem oficial, não quero, de forma alguma, prejudicar o projeto. Compreendo o entendimento de V. Ex^a, mas lamento que as emendas não tenham sido acatadas, inclusive as duas emendas de redação que fiz. Entendo ainda que poderia haver uma demora no retorno do projeto à Câmara dos Deputados em razão das emendas, mas como esse assunto também diz respeito à Comissão de Assuntos Econômicos, de que também sou titular, não quero, em hipótese alguma, criar polêmica.

Creio que haverá outras oportunidades para discutirmos o projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Osmar Dias e eu já conversamos, e dei a minha opinião sobre o assunto. Apenas faço, mais uma vez, um apelo em relação a essas duas emendas, que corrigem uma expressão do texto. V. Ex^a inclusive concorda que não haveria tanto prejuízo, mas, como deu parecer contrário às outras duas, apresentou duas outras emendas.

Portanto, o meu voto também é favorável, com restrição à não-aprovação das quatro emendas. Certamente haverá outras oportunidades de discutirmos a matéria mais detalhadamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o Senador Osmar Dias e a Deputada Kátia Abreu pela iniciativa.

Acredito que o Relatório do Senador Osmar Dias foi elaborado com muita cautela, fazendo justiça a um setor que tem colaborado muito para o desenvolvimento do nosso País, principalmente garantindo a nossa balança comercial.

Portanto, cumprimento, em nome do meu Estado, o Estado de Goiás, um Estado produtor, o Senador Osmar Dias pelo seu relatório, pela sua eficiência, fazendo justiça a um setor – repito – muito importante para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum Senador ainda deseja discutir a matéria? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o parecer favorável à aprovação do projeto no texto original, com a rejeição das emendas a ele oferecidas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passa-se ao item 2.

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 – não-terminativo –, que dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatística de óbitos em hospitais públicos e privados, de autoria do Deputado Dr. Hélio. O Relator é o Senador Eurípedes Camargo. O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a elaboração do relatório do projeto, tive a oportunidade de conversar com os técnicos do Ministério da Saúde para sanarmos algumas dúvidas durante a discussão.

Início o relatório a partir da análise do voto e não da discussão do projeto como um todo.

O Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002, constitui-se de sete artigos, sendo o último a cláusula de vigência que assinala quanto à publicação da lei.

O art. 1º, define:

Art. 1º. Como documento oficial do Sistema Único de Saúde para atestar a morte de indivíduos, pacientes e não-pacientes, a declaração de óbito, no artigo subsequente, determina que os serviços de saúde e seus profissionais são obrigados a preencher as declarações de óbito referentes às mortes ocorridas em suas dependências.

Os quatro parágrafos seguintes do art. 2º especificam a quantidade de vias e documentos, o envio de uma via ao Cartório de Registro Civil da circunscrição e outra à Secretaria de Saúde estadual ou municipal onde se deu o óbito, indicando o código da causa, a classificação estatística internacional de doenças (CID) como procedimento prioritário à identificação da patologia causadora do falecimento.

O art. 3º trata do óbito não-hospitalar e das situações em que não haja médico no local, circunstância em que a declaração poderá ser preenchida pelo cartório, delegacia de Polícia ou outros órgãos oficiais da área da Justiça ou da saúde.

Os cartórios deverão remeter uma cópia do documento atestador do óbito à Secretaria de Saúde estadual ou municipal e, concomitantemente, executar as ações efetivas no sentido de evitar as subnotificações do registro a ser encaminhado ao Sistema de Informação de Mortalidade – SIM – do Sistema Único de Saúde.

Os arts. 4º e 5º dispõem que os serviços de saúde deverão realizar estudos estatísticos dos óbitos e suas causas.

Determina às secretarias estaduais e municipais a resolução de casos de morte relacionada a causas mal definidas, buscando-se o pleno esclarecimento, no sentido de prover adequadamente o sistema de informações na área de saúde.

O art. 6º comina as penalidades pelas infrações aos dispositivos da lei, preservadas as de natureza civil e penal. Apenas os autores com advertência, multa pecuniária, suspensão do exercício profissional, recebimento de verbas federais, conforme o caso concreto e, por fim, o cancelamento da licença de funcionamento do serviço.

Pelo exposto, pode-se verificar a notoriedade do mérito da proposição, que visa indubitavelmente à melhoria da qualidade das informações sobre mortalidade em nosso País.

Voto. Em vista das razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Peço vista, Sr. Presidente, porque me parece que a matéria é complexa. Declaração de óbito creio que só o médico pode fazer, inclusive com referência à doença específica que causou a morte. Preocupa-me, então, este projeto. Gostaria de analisá-lo com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nos termos regimentais, concedida vista ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Requerimentos apresentados:

Requerimento de autoria da Senadora Lúcia Vânia, pedindo o sobrestamento do PLS nº 64, de 2002, até que a Ministra da Assistência e Promoção Social seja ouvida sobre a matéria, tendo em vista que A SRA. Ministra está sendo convidada a comparecer perante esta Comissão, em virtude do Requerimento nº 04, CAS, de 13 de março de 2003.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de audiência pública no âmbito desta Comissão, de autoria do Senador Flávio Arns, com a finalidade de analisar o atendimento psicológico para as pessoas com necessidades psicológicas especiais.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pauta extra: eleição do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 88, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal. Foi registrada, até o presente momento, a candidatura da Senadora Lúcia Vânia para presidente.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Eurípedes Camargo, Senadora Fátima Cleide, Senador Flávio Arns, Senador Sibá Machado, Senador João Capiberibe, Senador Aelton Freitas, Senador Mão Santa, Senador Juvêncio da Fonseca, Senadora Iris de Araújo, Senador Sérgio Cabral, Senador Ney Suassuna, Senador Amir Lando, Senador Edison Lobão, Senador Jonas Pinheiro, Senador José Agripino, Senador Leomar Quintanilha, Senador Renildo Santana, Senadora Roseana Sarney, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Lúcia Vânia, Senador Teotônio Vilela Filho, Senador Antero Paes de Barrôs, Senador Reginaldo Duarte, Senador Augusto Botelho, Senador Álvaro Dias, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Todos os membros titulares já votaram?

(Pausa.)

Do PSDB votaram. Senadora Lúcia Vânia, titular; Senador Antero Paes de Barros, suplente; Senador Leonel Pavan. PSDB são cinco.

Em deferência ao Senador Osmar Dias, faremos a chamada do PSDB: Senadores Eduardo Azevedo, Lúcia Vânia, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte e a dos seus Suplentes: Senadores Tasso Jereissati, Leonel Pavan, Sérgio Guerra. Temos dois espaços vagos na suplência.

Vamos à chamada dos Suplentes que já fizeram o uso de seu direito a voto na ausência dos titulares. Senadores Tião Viana (PT), Antonio Carlos Valadares (PSB), Romero Jucá (PMDB), Antonio Carlos Magalhães (PFL), César Borges (PFL), Demóstenes Torres (PFL), Efraim Morais (PFL), Leonel Pavan (PSDB), Senador Osmar Dias (PDT).

Se todos os Srs. Senadores já fizeram uso do direito ao voto, declaramos encerrada a votação, convidando os Srs. Senadores Osmar Dias e Demóstenes Torres para a escrutinação.

(Procede-se à escrutinação.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Nos termos regimentais, é reaberta a votação pelo tempo de dois minutos.

(Reaberta a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Está encerrada a votação.

Foram apurados 25 votos.

Concluída a apuração, foi verificado o seguinte resultado: a Senadora Lúcia Vânia obteve 25 votos dentre os 25 votantes.

(Palmas!)

A Senadora está eleita para a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Neste momento, convido S. Exª para ocupar o lugar à Mesa e, em seguida, fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Senador Papaléo Paes, que dirigi esta reunião, neste momento, gostaria de agradecer a todos os companheiros, a todos os Senadores e Senadoras que me deram a responsabilidade enorme de presidir esta Comissão.

Espero que minha atuação aqui conte com a colaboração de todos os companheiros. Procurarei, na Presidência da Comissão, dar agilidade aos processos de votação e abrir a Comissão a fim de que as Subcomissões de Saúde, da Juventude, da Criança e do Adolescente e do Idoso possam para cá trazer o debate a respeito de temas importantes. Espero que a Comissão também seja a porta de entrada para a discussão de questões relativas à prevenção na área

social. Estamos no Congresso Nacional tratando da questão da segurança, principalmente no que diz respeito à repressão. Espero, portanto, que esta Comissão esteja aberta também para chamar a atenção da sociedade para a importância da prevenção. Por essa razão, coloco-me à disposição de meus Pares. Agradeço a confiança em mim depositada neste momento importante da minha carreira política.

Muito obrigada.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Lúcia Vânia, como ex-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de desejar a V. Exª todo sucesso, pois esta é uma Comissão importante. Há algum tempo, era até deixada em segundo plano, mas, com o esforço dos Senadores, foi-se transformando em uma das mais importantes da Casa. V. Exª é a primeira mulher a assumir a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, mas não apenas por esse motivo, mas pela pauta, pela agenda de que teremos que tratar, não apenas os projetos de lei e emendas que para cá são encaminhados, mas, sobretudo, os debates da área social do País. Desejo a V. Exª todo sucesso na Presidência da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Osmar Dias, e digo que a passagem de V. Exª pela Comissão ainda faz com que minha responsabilidade se torne maior, uma vez que V. Exª é um dos mais brilhantes Parlamentares da Casa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, tenho a tranquilidade de dizer que falo pela Bancada do PMDB, dando as boas-vindas a V. Exª. A história de V. Exª recomenda e demonstra um trabalho excelente já prestado à Nação e aos mais necessitados na área social. Portanto, não apenas o meu Partido, mas todos os outros Partidos, e até a Nação brasileira, temos certeza, aplaudem a presença de V. Exª na Comissão. Temos segurança absoluta de que encontraremos melhores dias ainda sob a direção de V. Exª. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca. As palavras de V. Exª me encorajam. São palavras importantes realmente. Tenho uma carreira de 25 anos na vida pública, dedicada às causas sociais. Fui Secretária Nacio-

nal de Assistência Social no primeiro Governo Fernando Henrique e assumir esta Presidência, sem dúvida alguma, vem coroar a minha carreira parlamentar. Muito obrigada pelo estímulo e pelas palavras.

Com a palavra, a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Senadora Lúcia Vânia, também quero parabenizar V. Ex^a, desejando-lhe muito sucesso à frente desta Comissão, que considero uma das mais importantes, tendo em vista um País ainda cheio de injustiças, onde tantos brasileiros ainda têm uma vida tão sacrificada, com tantas dificuldades. E esta Comissão tem prestado um serviço bastante relevante a toda a sociedade brasileira, discutindo projetos, idéias, debates, que têm contribuído para melhorar a condição de vida de toda a nossa população. Com a sua trajetória política, vida pessoal e profissional, V. Ex^a tem dado uma grande contribuição na área social, na luta por políticas que beneficiem um segmento muito significativo da nossa sociedade, que vive na pobreza e até na miséria absoluta. V. Ex^a é uma pessoa que tem, com a sua inteligência, com o seu carisma, brilho e entusiasmo pelas causas políticas, contagiado certamente muitos de nós nesta Casa.

Portanto, manifesto a minha alegria e felicidade de poder, ao seu lado, dar um pouco da minha contribuição, daquilo que também pude aprender na área das políticas sociais. Tenho certeza do seu desempenho, sucesso e dinamismo nesta Comissão.

Parabéns e boa sorte.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Patrícia Gomes. Quero dizer a V. Ex^a do meu entusiasmo de tê-la como companheira nesta Comissão, principalmente pelo período em que convivemos, quando presidi a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude. Tenho certeza, Senadora Patrícia, de que a presença de V. Ex^a enriquecerá enormemente os nossos trabalhos.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senadora Lúcia Vânia, felicito V. Ex^a por assumir a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, mas parabenizo também todos os Senadores por terem eleito V. Ex^a por unanimidade. V. Ex^a realizou um trabalho brilhantíssimo nessa área. Como Ministra, ajudou muito o País, criando ou implementando diversas medidas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a Bolsa-Escola, a ocupação de áreas de risco por meio de práticas sociais, culturais, esportivas. Então, penso que fizemos um reconhecimento. A

Presidência está em grandes mãos, nas mãos de V. Ex^a. Tive orgulho de ser candidato ao seu lado na campanha, fizemos uma dupla que saiu vitoriosa no Estado de Goiás. O que eu dizia no palanque faço questão de repetir. V. Ex^a é uma pessoa vocacionada para servir e serviu sempre, como Primeira-Dama, como Deputada Federal, como Ministra, e continuará servindo agora ao Brasil como Senadora. É uma expectativa que tínhamos e que se viu confirmada já nos seus primeiros momentos no Senado.

Daí por que, como amigo pessoal, admirador, como uma pessoa que foi lançada na política por V. Ex^a, quando foi candidata à Prefeitura de Goiânia e me conferiu, quando era Secretário de Segurança Pública, a coordenação de uma região de Goiânia. Fico muito feliz e faço esse reconhecimento público, porque sei que V. Ex^a fará um grande trabalho na Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns a V. Ex^a e parabéns a todos nós, Senadores, por termos feito essa eleição por unanimidade, como reconhecimento do trabalho que V. Ex^a já prestou e prestará ao Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Demóstenes Torres, meu conterrâneo. Quero dizer, Senador Demóstenes, que as suas palavras me deixam lisonjeada, mas são frutos, não tenho dúvidas, da amizade que nutrimos um pelo outro, principalmente pelo desafio que tivemos de enfrentar uma campanha juntos no nosso Estado.

Muito obrigada pelas suas palavras e pela sua presença nesta Comissão. Sei que a sua presença hoje aqui se deve muito a essa votação, portanto, agradeço-lhe e fico, sem dúvida alguma, muito emocionada com as suas palavras.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senadora Lúcia Vânia, em nome do meu partido, Partido da Frente Liberal, quero me congratular com V. Ex^a pela sua eleição para presidir esta Comissão de Assuntos Sociais, dizendo que podemos resumir, que é a pessoa certa no lugar certo. Porque V. Ex^a tem uma vida vocacionada para a assistência social, que num país como o Brasil de tantas desigualdades sociais a pessoa que dedica sua vida a esta questão está atendendo o reclamo nacional. Então, como membro do PFL, acho que o PFL está muito presente aqui hoje, honrado em poder sufragar seu nome. Inclusive, os suplentes do PFL, eu, o Demóstenes Torres e o Efraim Moraes, estamos ocorrendo aqui para participar e de certa forma também nos sentindo honrados, sufragando seu nome para ser Presidente desta Comissão.

Quero lhe desejar muito sucesso e não tenho dúvidas de que, além da sua dedicação à assistência social, há também o fato de uma Senadora que chega, como diz o Senador Osmar Dias, pela primeira vez vir a presidir esta Comissão. Penso que isso é muito importante neste momento em que as mulheres estão se afirmando cada vez mais na política nacional.

É um prazer e uma satisfação desejar-lhe sucesso como Presidente desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Ex^a, Senador César Borges. Quero dizer da minha alegria de tê-lo aqui como companheiro e também agradecer ao PFL pela sua presença maciça. Quero dizer que tive oportunidade de, como Secretária Nacional de Assistência Social, ter um convívio com V. Ex^a na Bahia, como Governador. Orgulha-me dizer que o programa social da Bahia implementado naquela ocasião foi exemplo, modelo e premiado pela Unicef, graças à dedicação de V. Ex^a. Sei que sua presença nesta Comissão irá enriquecer sobremaneira os nossos trabalhos.

Muito obrigada.

Com a palavra, o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de, inicialmente, ratificando aqui o que já disse o Senador Osmar Dias, reafirmar a importância desta Comissão, principalmente no momento em que o Brasil vive. Mas eu gostaria também de fazer um agradecimento, em nome do nosso partido, o PSDB, a todas as Lideranças desta Casa, a todos os integrantes desta Comissão, de forma muito especial à forma cavalheiresca como o Senador Papaléo Paes conduziu o processo da eleição de V. Ex^a. Isso reforça realmente a idéia de que, no Parlamento, todos os compromissos são cumpridos.

Quero dizer da enorme confiança da certeza que temos de que V. Ex^a desempenhará um papel importantíssimo na Comissão de Assuntos Sociais. Esta Comissão é sinônimo da vida política de V. Ex^a. Quer no Legislativo, quer no Executivo, V. Ex^a sempre se dedicou às causas sociais. E os problemas sociais do Brasil passarão por esta Comissão e pela Presidência de V. Ex^a. Acho que o nosso partido está extraordinariamente bem representado, as mulheres ~~estão bem representadas~~, Goiás está bem representado e o Brasil está bem representado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros. Quero dizer, Senador, que sou imensamente grata porque foi V.

Ex^a que levantou na bancada o meu nome para presidir esta Comissão e que teve naturalmente a aquiescência de todos os membros. Aproveito a oportunidade para agradecer a confiança do meu partido, por intermédio do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, e agradecer a todos os partidos que nos apoiaram nesta manhã.

Tenha certeza, Senador Antero, que procurarei nesta Comissão representar o desejo sintetizado de todos os partidos, mas estarei aqui trazendo também a forte marca do nosso partido, o PSDB.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senadora, gostaria de cumprimentar V. Ex^a duplamente, porque nós duas temos uma responsabilidade muito grande com o nosso Estado, por sermos as duas primeiras mulheres de Goiás a se tornarem Senadoras da República.

De certa forma, em caminhos diversos, como já tive ocasião de dizer a V. Ex^a, estivemos sempre muito ligadas. Iniciei minha carreira antes de V. Ex^a e, num determinado momento, quase juntamos nossos caminhos e depois nos separamos – isso faz parte da democracia, do jogo político. E eu não poderia deixar de, neste momento, cumprimentá-la em nome de todas as mulheres, não só as goianas, mas de todas as que têm procurado alcançar um espaço, que têm lutado por ele e se conduzido em um processo político que nos tem cobrado muito e que tem feito com que, muitas vezes, trabalhemos em dobro.

A presença de V. Ex^a como Presidente desta Comissão só pode trazer benefícios, uma vez que sua experiência na área social diz respeito, muito de perto, ao sofrimento de uma população, que só nós, mulheres, pela nossa sensibilidade, pelo nosso trato, podemos enxergar. A nossa maneira de sentir as desigualdades e diferenças sociais existentes pelo País afora só poderá trazer benefícios.

Cumprimento-a, portanto, como goiana e como mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Senadora Iris. Sem dúvida nenhuma, o que nos une é a nossa trajetória, nosso compromisso com o Estado de Goiás.

Temos percorrido um longo caminho de afirmação da mulher num Estado até então tido como machista, mas demos a demonstração, aqui no Congresso Nacional, de que Goiás é o único Estado da

Federação que oferece ao Brasil duas mulheres como Senadoras.

Agradeço as suas palavras e tenho certeza de que sua passagem aqui pelo Senado da República marcará a história do nosso Estado e do nosso País.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr^a Presidente, para nós, é uma honra muito grande poderemos participar deste momento histórico da sua vida e desta Comissão. V. Ex^a já demonstrou, pelo seu trabalho, pela sua luta, a sua competência para todo o Brasil.

O PSDB escolheu um dos seus melhores quadros. Escolheu uma pessoa querida não apenas por nós, tucanos, mas querida certamente por todos os Senadores e Senadoras. E a demonstração disso foi a unanimidade na escolha de seu nome: foram 25 votos.

A sua transparência, a sua forma sincera de ser certamente enriquecerá muito os trabalhos desta Casa. Aliás, quando já integrante do grupo de Fernando Henrique Cardoso, foi uma das responsáveis pelas grandes conquistas sociais alcançadas pelo Brasil. O Governo passado, que tinha à frente vários Partidos, ideologicamente, caminhando juntos, com um compromisso muito grande com o País, principalmente na área social, avançou muito. Tanto que o Brasil hoje é reconhecido nacionalmente e no Exterior pela diminuição do índice de mortalidade infantil, diminuição da evasão escolar, projetos de saúde. E V. Ex^a faz parte dessas conquistas. Hoje, a ONU e o mundo reconhecem a importância do projeto feito no Governo Fernando Henrique Cardoso para combater a Aids e querem usá-lo como exemplo. Há também os trabalhos feitos com as mulheres, com os idosos, com os adolescentes. Portanto, sem dúvida alguma, foi o melhor Governo experimentado pelo Brasil nessa área. E V. Ex^a fez parte desse programa.

Então, hoje, ao ser conduzida como Presidenta, certamente levará sua experiência e todas suas conquistas do Governo passado e, nesta nova Legislatura do Senado, fará história por sua experiência, por sua capacidade e, certamente, pelo apoio que todos Senadores lhe darão.

Parabéns. Muito sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Leonel Pavan. Quero falar da minha satisfação de ter participado do Governo do Presidente Fernando Henrique e ter participado da construção da rede de proteção social implementada neste País que, como V. Ex^a bem colocou, é exemplo para o mundo. O programa de erradicação do trabalho infan-

til implementado pela Pasta que eu dirigia naquela ocasião é responsável pela redução do trabalho infantil, principalmente o trabalho degradante. A experiência foi levada para Oslo e copiada por toda América Latina. Portanto, com muito orgulho, trago comigo essa experiência que, tenho certeza, será compartilhada com todos aqueles que aqui estão com grandes experiências a oferecer nessa área.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero me associar a todas as manifestações já externadas e que demonstram um sentimento de amizade, de reconhecimento pela competência e pela dedicação de V. Ex^a a todas as áreas que compõem esta Comissão de Assuntos Sociais.

V. Ex^a tem uma vida dedicada a esse conjunto de áreas e, de uma maneira muito especial, à assistência social. Foi inclusive Secretária Nacional de Assistência Social, hoje o Ministério da Assistência e Promoção Social, já aquela época com **status** de Ministério.

Concordo com o Senador Leonel Pavan em que a rede de proteção social instituída a partir daquele período é uma referência no Brasil. Deve ser aprimorada e ampliada, mas é uma caminhada, um processo que ocorre no País, com boas sementes plantadas na sua gestão.

A área de assuntos sociais engloba saúde, Previdência, trabalho e a própria assistência que essenciais e muito importantes para a inserção do ser humano como cidadão. Queremos cidadãos no Brasil e nossa Comissão está muito ligada a isso. Nas suas primeiras palavras, de V. Ex^a disse que procuraria prestigiar as quatro Subcomissões e fazer desta uma Comissão aberta para os anseios e expectativas da sociedade. Este é um grande momento e deve ser uma das marcas, como V. Ex^a apontou, desta Comissão, e que a comunidade sinta o apoio, a participação e a solidariedade da Comissão com todos os pleitos que a sociedade apresenta. Aliás, tivemos ontem no plenário uma discussão sobre os problemas que o Conselho Nacional de Assistência Social enfrenta em função da aprovação da Medida Provisória nº 107. Acredito que deveria ter havido um envolvimento maior da própria Comissão de Assuntos Sociais, porque é algo que diz respeito à sociedade, mas diz respeito também à Comissão de Assuntos Sociais. Essa abertura, esse dinamismo com a sociedade são fundamentais.

Falo em meu nome e em nome do Partido dos Trabalhadores, a pedido do Líder Tião Viana, para desejar felicidades e dizer que V. Ex^a também conte com o Partido dos Trabalhadores para que sua direção, seu período de Presidência, juntamente com o caro amigo Senador Papaléo Paes, possa ser um período bom, com muitos resultados, fruto de um envolvimento. Inclusão social é um desafio suprapartidário.

Felicidades.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Flávio Arns. Tive, por parte de V. Ex^a, enquanto no Ministério, um apoio irrestrito. Podemos juntos trabalhar e discutir a Lei Orgânica da pessoa portadora de necessidades especiais, área em que V. Ex^a é um estudioso e uma presença constante nos debates.

Em relação à medida provisória de ontem, fomos surpreendidos. Acredito que a Comissão não teve oportunidade de ver anteriormente o assunto. Comunico a V. Ex^a que estamos solicitando, com um requerimento já aprovado, à Ministra Benedita da Silva para que venha aqui discutir a questão do Conselho para que possamos dar prosseguimento à questão. Acredito que a palavra do Líder ontem foi fundamental para que possamos abrir caminho para um novo momento em relação ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Agradeço a V. Ex^a as palavras elogiosas.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) --

Senadora Lúcia Vânia, uma das passagens que muito me orgulha durante o período em que presidi nosso Partido PSDB foi ter tido a honra de avaliar a sua ficha de filiação ao PSDB ao lado do Governador Pirilo no meu gabinete no Senado Federal. Àquela altura, tanto eu quanto a Executiva Nacional do PSDB e o Governador Pirilo sabíamos da excelência do quadro que o partido estava ganhando naquele momento, porque conhecíamos sua trajetória, sua história como Deputada, como militante, sempre marcada pela vertente da preocupação com a questão social, que, afinal de contas, é uma questão que envolve a todos nós, brasileiros, que temos compromisso com o mandato que o povo nos confiou. Sua trajetória sempre foi dedicada, combativa e como Deputada, sempre muito presente em defesa da questão das mulheres, das minorias, V. Ex^a sempre esteve na defesa apaixonada e intransigente do seu Estado de Goiás. Isso reunia uma série de pontos que nos dava essa confiança do quadro de inegáveis méritos que o PSDB ganhava naquele momento. Evidentemente que o tempo veio mostrar que estávamos cobertos de razão.

O trabalho de V. Ex^a como Ministra nessa área social, a sua participação na elaboração da rede de proteção social tem tido e terá um papel importantíssimo para a redução de indicadores perversos nessa área. No meu Estado de Alagoas, são visíveis os resultados da ação dessa rede de proteção social com os programas bolsa-escola, bolsa-alimentação, o PET, em todos esses programas V. Ex^a teve uma participação importante.

O programa saúde da família trouxe resultados que nos permitiram, a exemplo do que ocorreu na semana passada, ir a Alagoas uma representante da UNICEF, que é a instituição mais respeitada e mais reconhecida em todo o mundo, na área de trabalho com as crianças, para registrar a redução da mortalidade infantil em Alagoas, que ainda é alta, mas que caiu nos últimos quatro anos de 68/1000 para 34/1000, ou seja, uma queda de 50% em quatro anos. Hoje ainda não é um número que possa nos alegrar, mas nos alegra que a trajetória está correta.

Tenho certeza, Senadora Lúcia Vânia, de que sua participação na Presidência desta Comissão irá, como aqui foi dito por todos os Senadores – quero fazer minhas as palavras de todos eles – no sentido da confiança de que esta Comissão, presidida por V. Ex^a, dará a sua contribuição a fim de que o Congresso Nacional, o Senado da República e a Comissão de Assuntos Sociais tenham uma participação para que, a cada dia, possamos, por meio do nosso trabalho, reduzir indicadores que não nos deixam sossegar enquanto persistirem.

Parabéns a V. Ex^a. Como seu companheiro de Partido e de Senado, estou muito feliz com a sua ascensão à Presidência desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Teotônio Vilela Filho. Naquele gesto simples da minha filiação no gabinete de V. Ex^a, eu guardava ali o maior sonho da minha vida. Desde a Constituinte, convivendo com o então Senador Fernando Henrique Cardoso e com o então Senador Mário Covas, pudemos marcar o nosso compromisso com o social. Ali, surgiu um grupo realmente interessado em formar um novo Partido que fosse comprometido com as conquistas sociais no nosso País. Por razões regionais e locais, não pude filiar-me ao Partido de imediato. Uma vez deixando o Ministério da Previdência e Assistência Social, tive oportunidade de fazer a minha filiação no Partido dos meus sonhos.

Portanto, hoje, sinto-me perfeitamente à vontade em um Partido que representa tudo aquilo que

acredito para o nosso País e, principalmente, para a inclusão social.

Muito obrigada, Senador, por essa oportunidade e pela sua fala.

Concedo a palavra ao Senador Renildo Santana.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, ouvi os Senadores elogiarem V. Exª. Quando fui Prefeito e nomeei uma mulher para assumir a ação social, vi o valor que a ação social tem junto à sociedade. Então, penso que nada foi mais justo que o fato de V. Exª ter assumido a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Desejo-lhe muita sorte e estarei aqui para dar a minha contribuição.

É só o que tenho a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Renildo Santana. Como V. Exª, os mais de cinco mil Prefeitos deste País estão esperando muito do nosso trabalho. Tenho certeza de que não iremos decepcioná-los.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, esse pouco tempo em que tenho convivido com V. Exª foi suficiente para sentir a sua vibração, o seu entusiasmo e a sua sinceridade quando defende as causas sociais. Por isso, fiquei muito feliz de ouvir essa cachoeira de palavras elogiosas e merecidas por parte do Senador Demóstenes Torres, que V. Exª quis desmerecer. Tenho certeza de que S. Exª falou simplesmente a verdade.

Então, junto-me aos que me antecederam na quilo que desejaram a V. Exª e digo da minha esperança. Vim para cá por causa dos pobres, pela causa social. É com eles que tenho o maior compromisso. Tenho certeza também de que V. Exª, acima dos seus compromissos partidários, tem um compromisso com a causa social, pela sua luta que já vem desenvolvendo há muitos anos, há vinte e cinco anos.

Eu, como médico no interior, estava junto com as pessoas, ombro a ombro, nas casas dos pobres. Eu também vinha lutando. Sei que vou conseguir mais coisas com V. Exª na Presidência, porque V. Exª, além de ter todo esse conhecimento, tem, como todas as mulheres, algo que nós homens não temos: a sensibilidade e o instinto maternal de proteger as crias e os mais fracos.

Tenho confiança em V. Exª e peço a Deus que a ilumine para conseguir os seus objetivos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho. Não concordo com essa sensibilidade exclusivamente feminina. V. Exª

demonstrou, na sua fala, uma grande sensibilidade, ao perceber, durante esse curto espaço de tempo em que convivemos, meu entusiasmo em relação a essa causa.

Trabalho realmente com carinho, com amor, como V. Exª já demonstrou na Casa todas as vezes que defende, com tanta angústia e com tanta força, a questão da saúde.

Muito obrigada.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Exª Srª Senadora, eu aqui ouvi de todos os Srs. Senadores referências sobre a sua atuação parlamentar, como gerenciadora de um grande Ministério e sua atuação como Senadora e pessoa extremamente ligada à área social. Testemunharam aqui pessoas representadas, como o Senador Demóstenes Torres e como a Senadora Íris de Araújo, que são do seu Estado. Mesmo com diferenças partidárias prestaram o reconhecimento do seu trabalho.

Diante de tudo isso, todos temos o hábito de dizer “Deus a abençoe”. Deus abençoa a todos nós. Todos nós somos abençoados por Deus. Assim, o que eu quero desejar a V. Exª é muito sucesso, muita determinação, diante desta Comissão, que é extremamente importante para o andamento dos trabalhos desta Casa. Quero dizer que, com certeza, todos nós aqui temos consciência de nossas obrigações e, por conseguinte, tenho certeza absoluta de que, ao encerrar o seu mandato, V. Exª estará com a consciência tranqüila por ter cumprido a sua obrigação, como todos nós todos cumprimos com as nossas.

Muito sucesso a V. Exª. Todos nós aqui desejamos que a nossa Comissão se sobressaia em seus trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes. Quero dizer, Senador, que V. Exª será o meu companheiro aqui na Mesa. Vamos revezar e trabalhar juntos.

Tenho certeza de que V. Exª, que presidiu tão bem esta Comissão, na interinidade, não vai se negar a estar do meu lado, fortalecendo a nossa posição, trabalhando em parceria. Esse é o nosso objetivo.

Quero, finalmente, agradecer a todos e dizer que esta Comissão tem um compromisso com a seguridade social. Vamos trabalhar a saúde, a educação, a assistência social. Vamos acompanhar de perto a Emenda nº 29, da Saúde, e a sua implantação, que é a nossa luta constante.

Vamos acompanhar a reforma da Previdência com todo o esforço. Tenho certeza de que, paralela-

mente à Câmara, esta Casa estará aberta ao debate, para que possamos encontrar um texto que seja a síntese da vontade nacional.

Deixo a todos o meu muito obrigada por esse apoio e, principalmente, pelas palavras elogiosas que recebi nesta manhã. Deixo também a certeza de que estarei aqui, firmemente trabalhando pelo nosso País e pela nossa área social.

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h05min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 29 DE MAIO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e nove de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, em sessão conjunta, para a realização de Audiência Pública, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **FLÁVIO ARNS**, **SIBÁ MACHADO**, **JOÃO CAPIBERIBE**, **AELTON FREITAS**, **MÃO SANTA**, **SÉRGIO CABRAL**, **NEY SUASSUNA**, **PAPALÉO PAES**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **JOSÉ AGRIPINO**, **RENILDO SANTANA**, **EDUARDO AZEREDO**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **SERYS SLHESARENKO**, **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **CÉSAR BORGES**, **DEMÓSTENES TORRES**, **EFRAIM MORAES**, **TASSO JEREISSATI**, **LEONAL PAVAN** e **OSMAR DIAS**. A Senadora **ROSEANA SARNEY** justifica ausência. Registram-se as presenças dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY**, **ALOÍSIO MERCADANTE** e **RODOLPHO TOURINHO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e da Subcomissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos,

propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, **MINISTRO JAKES WAGNER**, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério; e do jornalista, Senhor **GILBERTO DIMENSTAIN**, para discorrer sobre a situação da criança, do adolescente e da juventude no país e no mercado de trabalho. O Senhor Ministro faz uso da palavra para a sua exposição inicial. O senhor jornalista faz uso da palavra para a sua exposição inicial. Participam das interpelações ao Senhor Ministro e ao jornalista, os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **DEMÓSTENES TORRES**, **JOÃO CAPIBERIBE**, **TASSO JEREISSATI**, **OSMAR DIAS**, **MÃO SANTA**, **EDUARDO SUPPLY**, **CÉSAR BORGES** e **EURÍPEDES CAMARGO**. Registram-se as presenças dos senhores, Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego; Alceu José Hauy, Representante da União da Juventude Brasileira; Denise Paiva, Subsecretária da Criança e Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Celina Leão Hizim, Representante da Juventude Organizada para Integração e Ação; Marilda Marfan, Representante do Ministério da Educação; Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Raymundo Rabelo de Mesquita, Secretário Executivo do Salesianos do Brasil; Miguel Pereira Neto, Presidente da Cidade Escola Aprendiz; Laura Brasileiro de Melo, Fundação BankBoston; Narciso pereira de Carvalho, Presidente do Conselho Tutelar do Município do Novo Gama – GO; Miguel Salaberry, Secretário Geral da Social Democracia Brasileira; Maria de Fátima Carneiro de Mendonça; Nelma Azevedo, Secretária Nacional de Políticas de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social; e Wilma Virgínia Ribeiro Assunção, Representante da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está aberta a 12ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, extraordinária, e a 5ª reunião da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, extraordi-

nária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 29 de maio de 2003, às 10 horas, no plenário nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria de passar a V. Ex^{as} a pauta desta audiência pública. Audiência do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Jacques Wagner, com a finalidade de atender ao Requerimento nº 19, da Comissão de Assuntos Sociais, de 2003, aprovado em 24 de abril de 2003, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Luca Vânia, para discutir sobre temas relacionados ao trabalho, com enfoque especial na questão da criança, da adolescência e da juventude, e exposição do Jornalista Gilberto Dimenstein, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude.

O Ministro Jacques Wagner já se encontra na Secretaria da Comissão.

Solicito aos Srs. Senadores Leonel Pavan e Demóstenes Torres que façam introduzir S. Ex^a no plenário desta Comissão. (Pausa.)

Comunico aos presentes a presença da SRA. Marilda Mafan, representante do Ministério da Educação, e também da SRA. Nelma Azeredo, da Secretaria de Política e Assistência Social do Ministério de Assistência e Promoção Social, a quem agradecemos a presença. (Pausa.)

Solicito às Senadoras Patrícia Gomes e Ana Júlia Carepa que façam introduzir no plenário o Jornalista Gilberto Dimenstein. (Pausa.)

Convido a Senadora Patrícia Saboya Gomes para tomar assento à Mesa como Relatora da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar a presença do Exm^o Sr. Ministro do Trabalho, que acolheu o nosso convite e está aqui hoje fazendo um enorme esforço, abrindo um espaço na sua agenda. Agradeço ao Ministro, sei dos compromissos de V. Ex^a, mas sei também que V. Ex^a, como foi um membro desta Casa, sabe a importância deste debate. Portanto, muito obrigada pela sua presença.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Jornalista Gilberto Dimenstein, que nos dá o prazer de sua visita aqui hoje, para dizer das suas experiências em relação aos trabalhos com a infância e a juventude.

Agradeço ao Jornalista Gilberto Dimenstein, por ter acolhido o convite desta Comissão.

De acordo com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Ministro, terá até trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido ou bloco com preferência para os autores dos requerimentos. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Adotaremos os mesmos critérios para a exposição do Jornalista Gilberto Dimenstein.

Antes de passar a palavra ao Ministro, solicito aos Srs. Parlamentares que sejam breves nos seus questionamentos, para que possamos agilizar os nossos trabalhos e o Ministro possa, ainda hoje, cumprir uma agenda em São Paulo. Portanto, pediria a compreensão de todos, para que possamos aproveitar ao máximo o debate, mas reduzindo o tempo, acatando as dificuldades do Ministro nesta oportunidade.

Quero aqui justificar a ausência do Ministro da Justiça, que não pôde estar presente, em função da dificuldade de conciliar a agenda dos dois Ministros. S. Ex^a se coloca à disposição para nova audiência pública, a ser marcada por esta Comissão.

Com a palavra o Sr. Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar as Senadoras Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes, o jornalista Gilberto Dimenstein, todos os Senadores e Senadoras, a juventude que está aqui acompanhando esta reunião. Para nós é um prazer estar aqui debatendo um tema que, no Ministério do Trabalho e na Presidência da República, é tratado com um carinho muito especial, que é a questão da nossa juventude, particularmente, a questão do programa do primeiro emprego para a juventude.

Para quem foi Parlamentar durante doze anos, é sempre bom voltar ao Congresso Nacional, não só para matar um pouquinho da saudade da convivência, como também porque o Presidente da República e sua equipe entendem que só conseguiremos concretizar a travessia proposta, se tivermos a cumplicidade e o envolvimento do conjunto da sociedade. Portanto, a parcela significativa e importante da sociedade é a sua representação na Câmara e no Senado. Então, se a agenda, às vezes, é complicada, é

com muito prazer e com muito carinho que estou na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República para debatermos este tema.

Eu preferiria não gastar parte da exposição no diagnóstico. É óbvio que a questão do desemprego no Brasil é a nossa maior preocupação e é o compromisso prioritário do Presidente da República é a superação do desemprego. Na minha opinião, a política de emprego é a melhor política social de qualquer governo: fazer com que cada cidadão ou cidadã jovem, adulto ou idoso possa sobreviver a partir da remuneração do seu trabalho. Todas as outras políticas compensatórias são bem-vindas, mas elas são compensatórias. Eu entendo que o compromisso e o dever do nosso Governo é fazer uma política de trabalho, de emprego e renda, para que cada brasileiro ou brasileira possa ter orgulho ao sustentar sua família a partir do seu próprio trabalho.

Nós, como compromisso de campanha do Presidente da República, desde janeiro, estamos debruçados, trabalhando e preparando o lançamento do Programa Primeiro Emprego para a juventude. Sempre nos perguntam o que faremos com os que têm mais de 40 anos de idade e que também estão desempregados. É óbvio que o problema central é o desemprego. O foco na questão da juventude é exatamente porque os números são claros: temos um índice de desemprego na juventude que chega a ser o dobro da média nacional. E nós sabemos que uma parcela dessa juventude, que não encontra uma expectativa de se realizar no mundo do trabalho, muitas vezes, serve de exército de reserva para o crime organizado. Portanto, a preocupação primeira é não descuidar da questão do emprego como um todo por causa desses indicadores.

A idéia do primeiro emprego para a juventude não é uma criação do Governo Federal. Ela já foi aplicada dentro e fora do País, e em alguns Estados. E nesse período de trabalho no Ministério, temos procurado beber na fonte daqueles que já fizeram programas semelhantes, tentando não reincidir em erros e buscando dar início a esse programa da forma mais eficiente possível.

A concepção do programa, apesar de quase todos perguntarem se o primeiro emprego para a juventude está focado na parceria entre Governo e empresa, no sentido da contrapartida do Governo, não se restringe só a isso. Na área da geração do primeiro emprego para a juventude, a idéia é: ou uma transferência de renda ou renúncia fiscal para as empresas que aderirem ao programa e que abrirem a possibilidade de um novo posto de emprego para o jovem en-

tre 18 e 24 anos. Eu digo que são duas formas, porque para as empresas que hoje estão cadastradas no Simples seria difícil trabalhar com renúncia fiscal. Então, nesse caso, nós pretendemos trabalhar com transferência de renda para aquelas empresas que empregarem um jovem a partir de um cadastro.

A porta de entrada do Programa serão os nossos postos do Sine. Os postos que hoje são mais de mil em parceria com os governos estaduais, com centrais sindicais e entidades da sociedade civil, são postos que fazem o trabalho da chamada intermediação de mão-de-obra. São aqueles que cadastram desempregados, buscam requalificá-los e reorientá-los para a busca de um novo posto de emprego. O posto do Sine vai ser usado exatamente pela nossa capilaridade e porque ele já tem hoje um volume de informações, ao longo dos anos, que nos ajudará nesse processo. O próprio posto do Sine, hoje, já capta empresas que ofertam postos de trabalho e já tem o registro daqueles que estão em busca de emprego.

Temos, por exemplo, o registro de jovens que, nos últimos seis meses, procuraram os postos do Sine e não obtiveram sucesso como uma base de dados para que possamos começar a trabalhar.

É óbvio que esse primeiro emprego tem que estar vinculado à qualificação e à preocupação da escolaridade. O foco inicial do programa estará voltado para os jovens de maior fragilidade social, aqueles que estão em famílias de renda **per capita** de até meio salário mínimo e aqueles que têm um grau de escolaridade baixo e não têm nenhuma experiência profissional.

Estamos discutindo no Governo Federal, eu diria que o programa está pronto. Será lançado ainda neste mês de junho, com data ainda não marcada. A idéia e a demora também desse processo é que, evidentemente, no lançamento, é nossa pretensão já termos uma listagem de empresas comprometidas com a adesão ao programa. O programa é lançado pelo Governo Federal e, se não houver a parceria da iniciativa privada e do empresariado na criação desses postos, evidentemente que não haverá eficiência do programa.

Temos feito um trabalho de sensibilização com as confederações e os empresários. Quero, inclusive, relatar que a resposta é extremamente positiva. O número de empresários, de segmentos que nos têm procurado, colocando-se à disposição para, já no lançamento do **emprego, assinarem termos de adesão** ao programa, considero bastante positivo.

Esta é uma parte do programa: a idéia é se dar uma contrapartida às empresas por um período de

seis meses e o compromisso delas para que o posto seja mantido por um ano. Não há previsão de um contrato especial; seria um contrato normal, até porque o que nos interessa é que o jovem ingresse no mundo do trabalho e acumule experiência. Portanto, não há uma carteira especial ou um contrato específico. O contrato será da empresa com o Governo no sentido, não da estabilidade daquele jovem, o que seria um elemento dificultador, mas da manutenção do posto de trabalho.

O contrato de trabalho assinado será um contrato normal por tempo indeterminado, como são os outros contratos de trabalho. O compromisso da empresa, repito, é a manutenção daquele posto em função da contrapartida que recebeu.

Ainda não está decidido pelo Governo o volume de dinheiro que teremos para a aplicação no primeiro ano do programa. Essa é uma decisão que será tomada antes, evidentemente, do lançamento, que dará a dimensão do volume de novos postos que poderemos atingir no primeiro ano do programa.

Além dessa parte do programa Primeiro Emprego, também estamos trabalhando com uma resposta extremamente positiva no estímulo às empresas ao cumprimento da Lei do Aprendiz. Pode parecer contraditório falar em estímulo ao cumprimento da lei, mas sabemos que ou há uma sensibilização ou a fiscalização por si só não é suficiente para cumprir essa tarefa.

Também nessa área – eu que visitei a Febraban, a CNI e outros segmentos empresariais – eu diria que a resposta é extremamente positiva de segmentos empresariais que estão comprometendo-se a aplicar nos seus estabelecimentos a Lei do Aprendiz, que atinge jovens a partir de 14 anos. É uma modelagem particular, mas que também estamos incluindo no sistema do Primeiro Emprego.

A outra formatação do programa são jovens que serão contratados na forma de Bolsa-Trabalho para um trabalho comunitário e não para o emprego tradicional.

Chamo a atenção, inclusive, para o fato de que não é só a questão salarial que motivará essa parcela da juventude a ter um sentimento de reintegração na comunidade. Tenho a convicção de que é preciso trabalhar com a questão da auto-estima. Por isso, estamos em discussão com o Ministério dos Esportes para verificar a possibilidade de os agentes comunitários desenvolverem esse trabalho de organização de esportes em bolsões das grandes cidades, onde é identificada a fragilidade da juventude. Pessoalmente, acredito muito nessa parte do programa, porque

entendo que, além de o jovem ser contemplado com a renda, ele passa a ter um papel de destaque perante a sua comunidade, o que, na minha opinião, é fundamental para que esse jovem se sinta integrado.

Estamos também em um processo de discussão com o Ministério da Defesa sobre a possibilidade de lançarmos um programa de qualificação para aqueles que estão no serviço militar. Esse programa atingiria aproximadamente 11 mil jovens, com duração prolongada, e não limitada. A idéia seria exatamente que essa juventude que está no serviço militar obrigatório pudesse sair com algum grau de qualificação profissional para enfrentar o mundo do trabalho.

Finalmente, o Presidente da República tem insistido – por isso é que considero importante estarmos aqui neste momento – no fato de que a questão do emprego para a juventude brasileira, além de todas as questões relativas à escolaridade e à qualificação profissional, é uma tarefa de parceira do Governo Federal com os governos estaduais. Não iremos concorrer com os programas que já existem em nível estadual. A idéia é um processo de parceria para que não haja superposição de programas. Nesse sentido, todos os Governadores de Estado já receberam uma minuta de convênio de adesão ao programa do Primeiro Emprego do Governo Federal.

Insisto na idéia de que não se trata de o Governo Federal ser isoladamente o pai do programa. O que queremos é, a partir do Governo Federal, motivar empresários, governos estaduais e governos municipais no sentido de que possamos dar uma resposta à questão do desemprego da juventude, com o objetivo, é claro, de diminuir a taxa de exposição da nossa juventude ao mundo do crime organizado.

Temos a expectativa – a depender do volume de orçamento que for oferecido para o início do programa – de atingir a meta de 200 mil novos postos. Quero insistir no fato de que essa meta só se realizará se houver a parceria da iniciativa privada. Não é um programa em que o Governo Federal trabalhará sozinho. Vamos ofertar um barateamento da contratação desse jovem, mas a decisão de contratar, evidentemente, será da empresa.

É claro que existem preocupações do tipo: “Será que a empresa demitirá o pai para contratar o filho”? Eu disse – e tenho dito – na Federação das Indústrias do Estado da Bahia, esta semana, que o Governo Federal está fazendo um programa para empresários. Perdoem-me a expressão, mas, com os malandros, é impossível dialogar. Queremos fazer um programa que contribua com os empresários que entendem da sua responsabilidade social, que têm di-

ficuldade e que, portanto, entendem o gesto do Governo Federal no barateamento da contratação desse jovem, que façam isso com o objetivo de vencer essa questão social.

Para aqueles que quiserem usar o programa como forma de aumento de algum tipo de ganho, evidentemente, teremos a fiscalização, mas prefiro partir, para quem está com essa expectativa, para esse programa entendendo que, hoje, há uma sensibilidade, em nível nacional, à importância de um programa dessa natureza, e acreditar que a ampla maioria do empresariado brasileiro está disposta a construir essa parceria, e não disposta a usar um programa desse para um eventual ganho indevido.

Basicamente, o que estamos montando é esse programa.

As pessoas, às vezes, me perguntam se houve adiamento. Na verdade, não houve adiamento. O meu compromisso com o Presidente da República era o lançamento desse programa no primeiro semestre deste primeiro ano de Governo, mas a cautela no lançamento do programa é porque estamos trabalhando, inclusive com o apoio do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho, e aprendendo com as experiências fora do País.

É claro que não queremos vender nenhum tipo de ilusão, pois quem vai gerar emprego com solidez será o crescimento econômico. Estamos atacando um foco do problema, repito, que é mais fragilizado, que é a juventude brasileira, e temos a preocupação, no lançamento do programa, de estabelecer metas concretas para que não haja a geração de uma expectativa com a qual não podemos brincar, que é a da juventude.

Portanto, quero deixar perante as Sr^{as} e os Srs. Senadores muito clara a posição do Governo Federal. Não vamos vender a ilusão de que um programa desse será a solução do problema do desemprego da juventude. O que estamos fazendo é dar um passo para estender a mão a essa parcela da população, ao empresariado, que tem se mostrado sensível à adesão desse programa.

Quero deixar muito claro que essa preocupação nós temos, de no ato do lançamento do programa, que será feito pelo presidente da República, deixar muito claras quais são as suas dimensões. Esse é um processo, acredito muito também na parte do programa dos aprendizes, porque estamos sendo visitados por vários empresários se dispondo a participar, na verdade no cumprimento da lei, desse programa e também de empresas que já têm se colocado à disposição para fazer a contratação de jovens para o traba-

lho comunitário, não necessariamente para o trabalho em suas empresas.

Acredito que a parcela das empresas que mais participará do programa na forma da geração do primeiro emprego será a das pequenas e médias empresas, principalmente porque para essas empresas o contratar mais um ou mais dois funcionários muitas vezes representa 10 ou 20% da sua mão-de-obra atual e, na minha opinião, essas empresas terão uma atração maior para a participação no programa. As empresas maiores têm se mostrado mais dispostas a participar, como responsabilidade social, na contratação dos jovens para o trabalho comunitário.

Preferi fazer uma coisa mais sucinta nesta abertura para que, a partir do debate, possamos fazer um processo de esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Ministro Jaques Wagner pela sua exposição, cumprimentando-o. Quero, antes de passar a palavra ao jornalista Gilberto Dimenstein, dar o aviso de que está montado um telão na sala 3 para aqueles que não tiverem a oportunidade de ouvir e que estão no fundo do plenário.

Gostaria de cumprimentar Denise Paiva, Subsecretária da Criança e Adolescente, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Maria Célia Leão, Juventude Organizada para Integração e Ação; Alceu José, Representante da União da Juventude Brasileira, autor da criação da Secretaria da Juventude do Estado de São Paulo; Marilda Marfan, representante MEC/SEF, MEC/Conanda, MEC/Conad; Vilma Virgínia Ribeiro Assunção, representante da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins.

Passo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, que disporá de trinta minutos para a sua exposição.

O SR. GILBERTO DIMENSTAIN – Bom-dia.

Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

Gostaria de pegar um trecho da preocupação do Ministro Jacques Wagner, que é a preocupação maior dos brasileiros. Refiro-me à questão da criminalidade e da violência.

Será que, de fato, um programa de primeiro emprego conseguiria combater esse grau de violência? E esse dado está hoje nos jornais, está estampado no relatório da anistia, mostrando que áreas conflagradas no mundo não têm tanta violência como no Rio e São Paulo.

Infelizmente, tenho uma resposta negativa a dar. Por mais que eu gostasse de acreditar numa re-

lação direta entre melhoria de emprego e queda da violência, essa relação infelizmente, não é automática – e posso dizê-lo tendo em vista as minhas observações em várias partes do mundo, em vários projetos, em várias circunstâncias –, que, na verdade, é um mito, eu diria até um desconhecimento da situação da violência achar que há uma relação direta entre violência e pobreza. Este mito perdura, e as pessoas continuam a repeti-lo, inclusive acabam orientando políticas públicas e nações muitas mais pobres do que o Brasil, como a Índia, Bangladesh, Sirilanka, onde os níveis de pobreza são inferiores aos das nações muito ricas como a Alemanha, a França e os Estados Unidos. Para se ter uma idéia, o índice de homicídio na Índia é inferior ao índice de homicídio em Florianópolis, a capital de menor índice de criminalidade no Brasil. Quer dizer que o emprego não tem uma relação com a violência? É evidente que tem uma relação. Mas, infelizmente, a relação é mais complexa. Há estudos realizados por faculdades de economia nos Estados Unidos que tentaram justamente trabalhar essa questão. Eles colocaram em um programa de computador várias cidades americanas e os seus respectivos índices de criminalidade, um ao lado do outro, e depois estabeleceram todas as variáveis possíveis daquela cidade: emprego, renda, casas separados, enfim, todas as possibilidades iguais. E eles perceberam que não dava para estabelecer uma relação de renda e de desemprego com a relação de violência. Cidades em que a renda era maior, a violência era maior; cidades em que a renda era menor, a violência era menor. Então, por conta desses estudos mais complexos desmontou-se essa visão de que a pobreza produz necessariamente a violência. Eles descobriram uma coisa que já vemos aqui no Brasil: o que explica a delinquência e a violência é um único conceito: chama-se capital social. E aí, sim, os testes matemáticos deram certo. O que é o capital social? É a rede de relações que uma sociedade permite ao indivíduo ter. É a família, o clube, a escola, a igreja, ou seja, a sensação de pertencimento. Isso que o Ministro Wagner colocou, que muito que se tem por trás do desemprego é a questão da auto-estima.

É interessante notar, e aqui não vai nenhum juízo de valor, como as igrejas evangélicas conseguem, na região em que se instalam, gerar uma situação de ordem? Eu já tinha visto essa mesma experiência nos Estados Unidos. Por que eles geram ordem? Porque, de alguma forma, eles dão àquele indivíduo, naquela pequena cidade, alguma sensação de pertencimento.

Queria traduzir no seguinte: o que provoca violência, o que provoca delinquência é uma sensação

de não pertencer a nada. Não pertencer a uma família, a uma escola, a um clube ou a uma igreja. É isso que dinamita esse conceito fundamental, que é da auto-estima.

Então, se você dá o emprego, mas ele já foi contaminado, anos e anos, por uma sensação de não pertencimento, é o mesmo que administrar aspirina para quem está com câncer. Já foi contaminado desde a pré-escola.

Tive a possibilidade de ler uma série de estudos sobre o que acontece com uma criança que não é estimulada durante o período do zero aos três anos e depois do zero aos seis anos. O germe da violência começa ali. Quando a criança não é estimulada ela sequer faz conexões cerebrais – isso é provado em documentos e fotos – que vão habilitá-la a ter um processo de aprendizado durante a vida.

Note-se que no Brasil a grande deficiência – a Senadora Lúcia Vânia acompanhou isso – é a questão da pré-escola. É nessa fase que se vai determinar até que ponto o indivíduo ficará comprometido.

Existem vários estudos sobre isso. Se pegarmos o olho de uma criança e tampar na fase do zero a um ano, por seis meses, a criança não vai enxergar, porque não gerou as conexões necessárias.

Onde estou querendo chegar, na verdade? Quando pensamos em política de emprego, política da violência, a matriz não é a renda. A matriz é o capital social que, por sinal, é a matriz da sensação de pertencimento ou não.

Estou vendo aqui vários parlamentares que são do Nordeste. Para não ir para uma abstração, vai-se numa ilha de pescador – a minha família é da Amazônia, então acompanho isso desde pequeno, e passei as minhas férias em Mosqueiro – onde se vê que o nível de pobreza é muito maior do que se tem na periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro ou daqui de Brasília, mas o nível de violência é inexistente. Alguém já se perguntou por quê? Numa ilha de pescador no Ceará, onde na minha juventude passávamos de mochila, não há violência – tem pobreza, aliás, o nível de pobreza registrado é muito maior – porque há uma sensação de pertencimento.

É daí, Srs. Senadores, que só existe uma solução para essa questão. Evidentemente, ela não é simples. A única solução, em poucas palavras, é um Plano Marshall para as regiões de gueto do Brasil. O que é um Plano Marshall? Tem que se escolher as áreas que estão conflagradas. E assim como nasceu na guerra mundial, os americanos fizeram um plano para evitar que a Europa caísse nas mãos do comu-

nismo, esses lugares têm que ser trabalhados de forma transversal, unificados – Estados, Governo, Municípios, ONGs, empresas. Do contrário, lamento informar que não vai funcionar, como não tem funcionado.

O mal das políticas públicas no Brasil, como todo mundo sabe e repete, é a fragmentação dessas políticas. Ou bem se consegue fazer uma política articulada: educação, saúde, esporte, que se entre nesses lugares e se acoplem programas como esse, o índice de fracasso vai ser muito grande. O que quero dizer com isso é que essas experiências já existem e mostram como funcionam. No Ceará a Edisca, uma escola que trabalha com dança, vai ensinar isso. A experiência que se faz com o Projeto Axé e com o Olodum, na Bahia do Ministro Jacques Wagner, também é semelhante. É interessante procurarmos soluções externas quando, no Brasil, essas soluções já existem. A Senadora Patrícia Gomes deve conhecer o que uma menina cearense, abandonada, consegue fazer com o balé erudito. É algo fantástico! Então, não é preciso buscar novos padrões. No Candeal, na Bahia, trabalhou-se o bairro, a comunidade. Em São Paulo, há exemplo concreto disso. Em alguns lugares, em alguns bairros contaminados pela violência, em que se trabalhou de forma mais ou menos coordenada, pois o ambiente era improvisado, a violência caiu – 25% a taxa de homicídio no Jardim Ângela. Por quê? Porque a Prefeitura, o Governo Estadual e o Governo Federal fizeram um ajunte de bolsas junto com a ação comunitária. Ou bem se pega esse tipo de modelo e se reproduz naturalmente em cima dos guetos, para tentar prevenir, ou vamos trabalhar permanentemente atrás do prejuízo.

Na questão do emprego, por exemplo, o que já notamos? – e até tive a oportunidade de falar diretamente para o Ministro. Quando conseguimos o primeiro emprego para alguém, se não houver uma base anterior, vai ser o primeiro e último emprego dele. No primeiro, o indivíduo vai levar os R\$200,00; se não tiver uma base educacional que permita uma capacidade de abstração, de linguagem, de poder entender e negociar, ele não vai conseguir manter-se empregado. Perguntem às pessoas aqui que trabalhem com jovens em estado de carência sobre a dificuldade de se trabalhar anos e anos com esses jovens. Quando empregados, eles não conseguem manter-se nos empregos por falta de conhecimentos de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia e por doenças que trazem da infância e que os obrigam a ir permanentemente ao médico.

Então, é importante a lei do primeiro emprego, a lei dos aprendizes. É importante. No entanto, se não

partirmos desse tipo de iniciativa para tentar montar políticas públicas organizadas e chegar no cerne da questão – que a rede social é que faz o capital de uma comunidade –, infelizmente, vamos repetir, ano após ano, políticas fracassadas e desconectadas.

O meu tempo está se esgotando e não queria evidentemente ser pessimista – muito pelo contrário. Não quero desanimar essa proposta que entendo favorável. Particularmente, acho que melhor do que o primeiro emprego é colocar em prática a lei dos aprendizes, que pode implicar neste País dois milhões de empregos – alguns dizem um milhão e meio de empregos. Basta que as pessoas obedeçam à lei, porque também nos cansa criarmos leis que depois não são fiscalizadas. Se criamos um programa de primeiro emprego que não conseguimos fiscalizar, imagine uma lei de aprendizes que não conseguimos fiscalizar...

Se eu tivesse de falar uma única questão seria: a juventude não pode ser uma política do Ministério do Trabalho, nem uma política do Ministério da Justiça, ou do Ministério da Educação. Ou bem é um eixo transversal que passa a ser uma prioridade ou sempre será uma política frágil. Não estamos acostumados no Brasil a trabalhar com eixos transversais e políticas públicas.

Para encerrar, como levo hoje uma vida de educador e ao mesmo tempo de jornalista – já não sei mais o que faço exatamente –, estamos tentando reproduzir esse conceito em São Paulo, numa experiência chamada Cidade Escola Aprendiz, onde estamos criando um conceito, justamente nesse princípio do capital social de bairro e escola, em que o bairro inteiro vira uma escola. Trata-se da experiência na Vila Madalena, em que se transforma um beco em atelier. Esse beco era um ponto ocupado por traficantes de drogas e passou a ser um atelier a céu aberto, em que grafiteiros se tornam agentes comunitários da cidade, ou seja, ganham dinheiro para poder intervir nas comunidades. O Ministro Jacques sugeriu a criação de uma bolsa de trabalho para a ação comunitária.

Aqui se vê como era esse beco antes e, agora, os adolescentes trabalhando. Cada pontinho do bairro vai se transformando numa grande escola acoplada às escolas públicas. Aqui estão crianças que podiam estar na rua ou em casa, mas estão fazendo atividades artísticas.

Para ser sincero é preciso dizer que essa idéia parte do maior educador brasileiro, que é Anísio Teixeira, que criou o conceito de escola-parque que todos conhecem. Criamos, na verdade, o conceito de escola-parque estendido a toda a Cidade de São Pa-

ulo, no caso mais específico, a todo o bairro da Vila Madalena. Incorporamos as bibliotecas num processo de aprendizado; a praça, que era um ponto abandonado, passa a ser uma praça-escola, onde se trabalha com arte, com dança, com música, com esportes. Há um bufê na rua, um ateliê de velas no bairro que passa a dar aula para crianças ensinando princípios da vela, tem um circo no bairro que também passa a incorporar os meninos – estou tirando só um pedaço aqui: esse bufê faz com que as crianças participem do aprendizado da alimentação, até para melhorar a alimentação em casa. Havia uma outra praça abandonada que virou uma praça para as crianças usarem.

O que notamos nessa experiência, primeiro, foi o aumento da produtividade escolar de forma bem acentuada e, ao mesmo tempo, uma redução enorme da violência no bairro. Essa rua, que era a mais violenta, passou a ser uma rua calma.

Antes de encerrar a minha participação, gostaria, primeiro, de agradecer-lhe, Senadora, e também parabenizá-la pela criação da Subcomissão de Adolescentes. É bom saber que a Patrícia está lá no meio, brigando – vocês já brigam no Ceará há um tempo!

De qualquer forma, quero deixar esta única colocação: infelizmente, a situação do emprego e da violência é complexa demais para ficar na mão de um único ministério, de um único governo, de um único estado e um único município. Ou bem se faz disso um grande pilar que concentra esses esforços todos ou estaremos condenados a ver manchetes como a de hoje da **Folha de SPaulo**, que fala do aumento do desemprego combinado com o aumento da violência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Jornalista Gilberto Dimenstein por sua exposição, que nos deu realmente uma visão bem ampla a respeito dos problemas da juventude.

Comunico a presença de Celina Leão, Presidente da Joia – Juventude Organizada para Integração e Ação. Comunico também a presença de Esmeralda do Carmo Ortiz, que é autora, juntamente com Gilberto Dimenstein, do livro **Esmeralda. Por que não dancei**, cujo lançamento será feito hoje na Biblioteca do Senado às 18 horas. Comunico também a presença de Elvanita Batista de Mesquita, coordenadora do programa Sentinela do Município do Novo Gama.

Gostaria, neste momento, de agradecer as palavras do Ministro Jacques Wagner e do Jornalista

Gilberto Dimenstein e dizer que esta audiência pública foi fruto de um requerimento proposto pelo Senador Romero Jucá e por esta Presidência, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão da Juventude.

O objetivo desta audiência pública é abrir, nesta Casa, um debate propositivo a respeito das políticas públicas preventivas e integradas, tanto no âmbito do Poder Público quanto no do Terceiro Setor, uma política pública que pudesse integrar as diversas ações nos diversos ministérios, seja educação, saúde, trabalho, previdência, cultura ou participação.

Acredito que o Ministro colocou bem uma proposta setorial do Governo. E pelo que tenho conversado com toda a área social do Governo do Presidente Lula, tenho certeza que está existindo um esforço enorme de integração entre as diversas áreas para que possamos atingir os objetivos aqui propostos pelo jornalista Gilberto Dimenstein, mostrando que a juventude não é apenas educação e trabalho, mas, acima de tudo, é se sentir protagonista do seu próprio destino. Para isso, é preciso que respeitemos essa especificidade da idade, oferecendo a eles a oportunidade integral em todas as áreas que possam possibilitar uma vida melhor para cada um.

Quero passar a palavra agora para o autor do requerimento, o Senador Romero Jucá, que terá dois minutos para fazer os seus questionamentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Terei que ser mais rápido do que o Enéas. Mas vou tentar, Srª Presidente.

Quero saudar o Ministro Jacques Wagner, o Jornalista Gilberto Dimenstein e ser rápido. Portanto, vou fazer apenas uma pergunta ao Ministro. Antes, porém, vou fazer uma constatação.

Considero o Programa Primeiro Emprego muito importante, mas sou obrigado a concordar com as colocações do jornalista Gilberto Dimenstein. Penso que é um programa formal e vai suprir determinadas carências. No entanto, não ataca o foco principal em relação à juventude: a questão da violência. Os jovens, na verdade, já estão marginalizados. E vou dar um exemplo concreto. Sou de Roraima, a Capital é Boa Vista, e quando Teresa assumiu a Prefeitura há dois anos, ela encontrou uma cidade conflagrada. Existia uma população de 230 mil habitantes e mais de 50 galeras, 50 gangues. Cada uma tomava conta de um bairro e se matavam semanalmente. Havia três, quatro, cinco mortes de jovens e, eventualmente, de trabalhadores ou de pessoas que ousassem a sair à noite para circular nas ruas. E isso foi mapeado.

Criou-se, então, um programa que está crescendo e ampliando.

Mapearam-se os jovens mais problemáticos, enfim, mapearam-se as lideranças, começando-se a fazer um trabalho de chegar junto e agir, puxar, treinar, remunerar, enfim, dar uma atenção, suprir um pouco essa questão do capital social que o jornalista Gilberto Dimenstein falou. Por quê? Porque, na verdade, como a sociedade agredia esses jovens e eles estavam marginalizados, a resposta deles era agredir de volta essa sociedade. Isto é, estava havendo um campeonato de agressão: quando a polícia via os meninos, já partia para bater, isso porque já havia uma relação de conflito. E ao bater nesses meninos e prendê-los, isso causava uma revolta maior e, assim, quando saíam, esses menores faziam mais ainda. A situação que a sociedade estava vivendo era de extrema dificuldade.

Pelos dados da Polícia Militar a violência caiu 75%. Setenta e cinco por cento! Ainda há violência? Sim. Ainda há galeras? Sim. Havia 50; hoje, só existem cinco na cidade.

Esse programa, no entanto, não é um programa formal. Há apenas uma atenção toda especial. Se fosse implantado o Programa de Primeiro Emprego e fosse dito àqueles jovens que procurassem os empresários que lhes seriam dados empregos, talvez uma pequena parte desses jovens pudesse ser atendida, mas, com certeza, a grande maioria estaria fora. E por quê? Porque a rede institucional formal do serviço público atende de uma determinada faixa da população para cima, não para baixo. Na verdade, a base da pirâmide não é atendida nem nos programas sociais, porque não demanda, nem em um programa de saúde, com exceção do médico da família que vai a casa.

Também tenho minhas dúvidas em relação à formalização do emprego. Por esse motivo, concordo com as colocações do jornalista Gilberto Dimenstein e digo que realmente o Plano Marshal, quer dizer, atenção focada, uma prioridade total do Governo é fundamental para isso. E a violência entre os jovens é o mais grave. O emprego formal para o jovem que está estudando é importante? É. Mas se não resolvermos essa questão, não vai haver trabalhador na rua porque não vai haver segurança, ou seja, as mães e pais de família não terão tranquilidade para viver. Temos acompanhado o sofrimento da família desses jovens, a forma como se desagrega e a situação que fica.

Pergunto ao Sr. Ministro se há algum programa específico nessa questão da violência, se há alguma

integração com o Ministério da SRA. Benedita da Silva e com o Ministério da Justiça. Quando analisamos o Orçamento do Ministério da Justiça para tratar a violência juvenil, constatamos que ele é ridículo. Hoje, tem R\$3 milhões ou R\$4 milhões, menos do que a Prefeitura de Boa Vista gasta, e isso é para cuidar de todo o País.

Entendo que o Ministério do Trabalho tem uma parcela fundamental nessa solução, porque ele administra os recursos do FAT, que, na minha visão de Orçamento, são os recursos disponíveis, hoje, para um programa maciço dessa dimensão, com treinamento, com capacitação e até com segurança para o trabalhador. Creio que esse é o canal, se for feita uma análise da viabilidade operacional do programa. Não adianta termos muitas idéias e não termos recursos no Orçamento para implementá-las. A questão é macro.

Então, gostaria de saber se existe algum tipo de programa sendo discutido, especificamente, para o problema da violência e qual é a visão do Ministro sobre a atuação conjunta dos Ministérios e o Plano Marshal, colocado pelo Jornalista Gilberto Dimenstein?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Agradeço a intervenção e o questionamento do Senador Romero Jucá e aproveito para fazer um comentário sobre a fala do Sr. Gilberto Dimenstein.

Eu diria que a palavra mais usada, hoje, dentro da equipe ministerial é transversalidade. Temos absoluta consciência de que o partilhamento e a tentativa de cada Ministro patrimonializar programas sociais é um absurdo – esse erro já foi cometido no passado. O Presidente da República constituiu uma Câmara Social e deverá indicar um dos Ministros, provavelmente A SRA. Benedita da Silva, para coordená-la. Foi feito um diagnóstico do erro estrutural do Governo passado, que fez uma superposição de programas sobre a mesma área, trazidos por Ministérios diferentes.

Quero deixar claro tanto ao Sr. Gilberto Dimenstein quanto ao nobre Senador que temos essa consciência e, na verdade, estamos em marcha. E dou um exemplo: já fiz duas reuniões sobre o Primeiro Emprego e a equipe com, praticamente, todos os Ministérios. O Presidente da República, antes do lançamento do programa, fará uma reunião, convocando todos os Governadores e Prefeitos de capitais para o lançamento.

Temos consciência de que o drama da juventude não pode se transformar em palanque eleitoral. Quero tranquilizá-los quanto a isso.

Creio também que absolutizar qualquer um dos programas não é a melhor medida. As coisas são um somatório. Evidentemente, que não serão R\$240 que o jovem ganhará que garantirá que ele não entre para o mundo do crime ou da violência. Essa é uma parte que contribui para melhorar o padrão de vida da família do jovem.

Eu disse que o programa dos aprendizes está dentro desse sistema do Primeiro Emprego e que estamos fazendo um esforço muito grande de sensibilização, porque, se não houver -- repito -- parceria e responsabilidade social, não irá resolver a questão.

Na área do trabalho comunitário, os jovens serão contratados para o trabalho comunitário. É um posicionamento diferente, pois o menino não vai trabalhar numa empresa, mas na comunidade dele, onde ele passará a ser uma referência. A aposta é muito grande nessa parte do programa. O foco, inclusive, será os meninos egressos ou que já tiveram ocorrências anteriores.

Na combinação com o Ministério dos Esportes, estamos trabalhando o programa Segundo Tempo: o primeiro tempo na escola e o segundo tempo no treinamento de esportes. Fizemos, inclusive, parcerias com áreas da Marinha e do Exército.

Ainda relacionado a essa preocupação, o Ministério do Trabalho, com verbas do seu próprio Orçamento, está contratando com o Ministério dos Esportes mais cinco fábricas de equipamentos esportivos para serem produzidos dentro de penitenciárias ou ao lado destas, gerando emprego com material que, depois, não será vendido, mas transferido exatamente para programas na área de esportes.

Tenho claro, e por isso desde o começo disse, não tenho a pretensão como ministro e tampouco o Governo a tem, de dizer que encontramos a solução. Estamos, como disse, bebendo em todas as experiências e em experiências como a feita pela Governadora Roseana Sarney, no Maranhão, pelo Governador Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, experiências que estão sendo iniciadas em Salvador, Bahia. Vamos convidar, antes do lançamento, os vinte e sete governadores e os prefeitos e prefeitas das vinte e sete capitais para estabelecermos um processo de parceria e entrarmos com esse programa. É claro que os números, repito, nos assustam: dois terços da população carcerária do Brasil, hoje, são de jovens entre dezoito e vinte e quatro anos.

Diante dessa realidade, insisto que temos essa preocupação e ratifico o conceito que Gilberto mencionou, e com o qual concordo plenamente: a sensação de pertencimento. Nessa direção, estamos discutin-

do, por exemplo, com o Ministério da Defesa a possibilidade de, no âmbito do programa, ampliar a possibilidade de um número maior de jovens dentro do serviço militar. Hoje, dos jovens que querem prestar serviço militar são aproveitados apenas 8% por questões orçamentárias e penso que as Forças Armadas, pela sua própria estruturação, também dão essa dimensão de pertencimento ao jovem. Concordo que o emprego por si só, no sentido da relação trabalhar e ter uma remuneração, não vai solucionar o problema. Penso até -- e não quero fazer muita digressão e filosofia -- que teremos que repensar a própria estrutura de modelo. Tenho convicção de que parte da violência é a banalização da vida adotada no modelo atual. Vou citar, por exemplo, os programas de televisão do tipo **Big Brother** e outros que não sei se ajudam ou atrapalham porque, na verdade, o que apostam é que é preciso eliminar o vizinho para poder chegar a algum lugar. Penso, pois, que se trata de concepções que transmitimos à juventude e que ajudam no processo de violência.

Sobre o FAT -- Fundo de Amparo ao Trabalhador, é verdade que poderá ser um dos financiadores do Programa Primeiro Emprego. Essa é uma decisão que o Presidente da República terá que tomar. E, de fato, hoje, dos ingressos do dinheiro do FAT 40%, constitucionalmente, vão ao BNDES para financiar empreendimentos e daquilo que entra sob a administração do Ministério do Trabalho aproximadamente de 7 a 8 bilhões são gastos com seguro-desemprego e o restante com programas de qualificação e intermediação e programas outros, por exemplo, o empreendedorismo na juventude está dentro do próprio sistema do Primeiro Emprego. Só quero concordar...

Estamos trabalhando na transversalidade. Com esse fim, a equipe visitou todos os ministérios e, por exemplo, com o Ministro da Educação determinou-se que parte dos contratados trabalharão num programa de alfabetização. Acredito que ou fazemos um trabalho integrado ou não concordo que encontremos solução para essa problemática.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) -- Obrigada, Ministro.

Com a palavra o Sr. Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN -- Só queria contar algo que vi, e não que li, em várias partes do mundo: na Europa, na Índia, no Brasil. Esta possibilidade de habilitar jovens a interferir na sua comunidade de forma produtiva é, disparado, a melhor solução individual contra a violência.

O Senador Romero Jucá falou da experiência da Boa Vista, que, posso lhes assegurar tratar-se da

experiência mais completa que vi numa cidade, não obstante tratar-se de uma cidade limitada. Só lamento que Boa Vista esteja tão longe dos formadores de opinião, pois seria ótimo que pudéssemos reproduzir a experiência daquela cidade para o Brasil, uma vez lá se chega a ponto de saber quem está em cada casa. Se fosse possível colocar jovens da periferia recebendo um valor para poder ter uma experiência comunitária, alfabetizando, grafitando, paisagismo, narração de histórias, meio ambiente e esporte. Essa, sim, acredito que seja a grande solução para a questão da violência, porque, além de o jovem complementar o estudo e ter uma renda, passa a ser uma referência comunitária. Em todos os lugares do mundo, dos que visitei, em que se conseguiu colocar o jovem – como comentou a Senadora Lúcia Vânia – em uma situação de protagonista, ele conseguiu dar saltos gigantes. Se conseguirmos pensar em um plano Marshal, em que se gastem recursos com NGs e jovens, para que eles sejam habilitados a trabalhar o bairro, a comunidade, a cidade, isso, sim, pode ser uma idéia poderosa. É uma pena que eu não tenha mais filmes para mostrar para os senhores: o que acontece com um grafiteiro, quando ele passa a ser um agente comunitário; o que acontece com um menino que passa a trabalhar como contador de histórias na periferia; o que acontece, no Rio de Janeiro, quando se pega um garoto para trabalhar em uma escola de samba, como monitor, para ensinar fantasias.

Se conseguirmos, em um plano como esse, de primeiro emprego, ter essa vertente forte de aprendizado, certamente teremos criado um grande início de tecnologia social para combater a questão da violência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, jornalista Gilberto Dimenstein. Indago ao Senador Romero Jucá se deseja usar da palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço as colocações do Ministro. Realmente, concordo com o que disse, também, o jornalista Gilberto Dimenstein sobre a participação dos jovens. Em Boa Vista, por exemplo, os carros param na faixa para os pedestres passarem – como em Brasília –, e isso foi trabalhado, ensinado por esses meninos, egressos, na verdade, até do sistema penal. Nas festas de carnaval, por exemplo, ou de São João – que é muito importante lá –, toda a decoração da cidade é feita por esses meninos. Então, cada ação dessas vai mudando a cabeça deles e a relação deles com a sociedade. ~~Creio que esse seja um caminho fundamental.~~

Sei que Boa Vista é longe, mas eu gostaria de convidar tanto o jornalista Gilberto Dimenstein quanto o Ministro Jacques Wagner para que pudessem co-

nhecer aquela cidade. Realmente vale a pena ver a experiência que está sendo realizada lá.

O SR. JACQUES WAGNER – Irei com prazer. Não prometo ir para a festa de São João, porque sair do São João, na Bahia, é pecado original quase.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de comunicar as presenças de Laura Brasileiro de Melo, da Fundação Bank Boston, de Narcísio Pereira de Carvalho, Presidente do Conselho Tutelar do Município do Novo Gama.

Antes de passar a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, consulto o Plenário sobre fazermos um bloco de três Senadores, por vez, para depois passar a palavra ao Ministro e ao jornalista, para que possamos agilizar os trabalhos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra a Relatora da Subcomissão da Juventude, Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Antes de tudo, parabeno a Senadora Lúcia Vânia, por mais essa iniciativa, e o Senador Romero Jucá, por convidarem duas pessoas ilustres que, certamente, já estão dando uma grande contribuição a esta Casa.

Cumprimento o Ministro Jacques Wagner e o Jornalista Gilberto Dimenstein. Na verdade, pensei muito em formular algumas perguntas diretamente relacionadas à questão do primeiro emprego, mas V. Ex^a já expôs muito bem o programa.

Quanto ao Jornalista Gilberto Dimenstein, tenho tido o privilégio de acompanhar suas teses, a busca que tem feito à procura de soluções para um problema que, certamente, afeta não só toda a juventude, mas as nossas famílias. E, se me permitem as Sr^{as} e Srs. Senadores, prefiro repartir uma angústia, na verdade, fazer um desabafo.

Falava, agora há pouco, com o jornalista Gilberto Dimenstein, que hoje acordei com o coração muito apertado e um nó na garganta. Abri o jornal e vi, em **O Globo**, em letras bem grandes, a notícia de uma família que foi assassinada pelo próprio pai. O pai, um empresário rico, matou sua mulher e duas filhas, uma de 19 anos e outra de 16, e, logo em seguida, matou-se. Era um homem que tinha uma história. Em 1995, foi seqüestrado por ser um grande empresário. Para pagar seu resgate, utilizou o dinheiro de sua empresa, o que o colocou em graves dificuldades financeiras. De lá para cá, sua vida desmantelou-se, na busca de garantir às suas filhas, à sua mulher, à sua família o padrão de vida que tinham.

Esse crime me tocou profundamente, não como Parlamentar. De manhã cedo, a primeira coisa que fiz foi ligar para os meus filhos, devido à sensação de insegurança que surgiu pela impossibilidade de resolver o problema. Afinal de contas, era uma família com uma boa condição de vida, os filhos estavam na escola, tinham oportunidade de acesso a tantas coisas, e, de repente, um ato de desespero, de loucura. Ninguém sabe e nunca saberá o que aconteceu, porque já morreram todos.

Queria tomar a liberdade, neste desabafo, de ler uma carta, publicada no jornal **O Globo** de hoje, de uma mãe que convivia com adolescentes. Chama-se **A Carta de uma Mãe** e diz o seguinte:

“Estamos, ainda, todos perplexos com o trágico acontecimento de ontem, em que uma família inteira foi assassinada pelo próprio pai, que, por sua vez, deu cabo da própria vida logo depois. Tudo aconteceu de uma forma brutal e inexplicável, dentro da própria casa, dentro dos próprios quartos, sobre as próprias camas.”

Desde a manhã de ontem, quando tomei conhecimento do fato e me vi envolvida na tragédia por tratar-se de uma família conhecida minha, meninas que freqüentavam a minha casa há vários anos, companheiras de colégio de minhas filhas, não páro de me perguntar: Por quê? Por quê? Por quê?

As verdadeiras razões, nunca as saberemos, partiram com eles. Mas ficaram especulações e, sobretudo, muitas razões para uma reflexão.

Exponho aqui, em parte, as palavras que Padre Jorjão, na missa de ontem, celebrada pela família, dirigiu a uma multidão de jovens inconsolados, que estariam, talvez, vivendo a sua primeira perda trágica: preocupem-se menos com o ter e mais com o ser. Vão para casa e abracem as suas famílias. Abracem seus pais, suas mães e entendam que o grande valor da vida está na família. Cerquem-se de amor e não de valores materiais.

Estamos assistindo a uma juventude que não consegue, muitas vezes, resistir aos apelos do consumo, que não sabe dizer “não” ao dinheiro. O que é seu precisa ser melhor que o do vizinho. Não sobrevivem sem grifes, sem viagens, sem compras em restaurantes caros. Não são capazes, muitas vezes, de estar sozinhos, com um bom livro, com a sua consciência, com a sua família. Vivem em bando. Não convivem com o silêncio, com a solidão, e cobram, e cobram sempre, e querem mais dos pais.

Filhos nossos, adolescentes, jovens, por favor, reflitam enquanto é tempo. Dividam com seus pais as dificuldades.

Pais, partilhem com seus filhos seus momentos bons e maus. Unam-se, somem em vez de dividir. Encurtem as distâncias. O dinheiro ou a falta dele não pode mais, de jeito algum, tirar as vidas, e pais desesperados devem saber que, junto com suas famílias, sempre encontrarão uma luz no fim do túnel”.

Essas são as palavras de um padre que, tocado pela tragédia, nos chama a uma reflexão. Evidentemente, essa situação ocorre praticamente todos os dias em diversas famílias, e nenhum de nós pode estar livre de um momento trágico como esse. Por isso, há a necessidade de estarmos juntos, de refletir, de debater e de tratar essa questão dos jovens e das nossas crianças não só como estatísticas, que são tão perversas, tão cruéis, num mundo tão desmantelado, num mundo em que, às vezes, não sabemos por onde começar e em que vai dar. O resultado pode ser até mesmo uma insegurança no modo de criar os nossos filhos, nesse mundo de consumismo, em que o ter é muito mais do que o ser.

Então, hoje, Ministro, faço esse desabafo não uma pergunta, concordando com tudo o que foi dito: que toda a iniciativa, todo o passo que dermos na direção de resgatar as nossas crianças e os nossos jovens será muito importante. Mas, antes de qualquer coisa, é preciso dar condição de se viver numa sociedade com mais justiça, com oportunidade de trabalho, com geração de emprego, para que este País cresça, desenvolva suas potencialidades e seja capaz de dar, dessa vez, uma demonstração muito segura e muito firme para os nossos jovens de que podem continuar tendo esperança.

Falo isso porque essa matéria de hoje mexe um pouco com o problema da insegurança, da violência e do desemprego, mostrando a proximidade desses três fatores. Talvez, como disse o Jornalista Gilberto Dimenstein, um não justifica o outro, mas é preciso dar condição às famílias brasileiras, porque eu, por exemplo, que venho do Nordeste, e o Senador Tasso Jereissati, que governou o Ceará durante três mandatos, sabemos de perto o que é o sofrimento, a miséria, a pobreza e, mais do que isso, a humilhação de um pai de família e de uma dona de casa por não terem condição de sustentar sua família. Isso acaba desmantelando a família, as crianças envolvem-se com a droga e com o mundo do crime organizado, muitas vezes não tendo mais como escapar. Começam com pequeno furto, numa brincadeira, numa maneira de querer experimentar o que é novidade, o que

é bom, cheios de adrenalina, de energia. Daqui a pouco, estão furtando, roubando, matando e morrendo.

Para concluir as minhas palavras, lembro um trecho de uma música do Gonzaguinha que me toca muito o coração: "Um homem se humilha se castram seus sonhos; seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho; e sem o seu trabalho, um homem não tem honra; e sem a sua honra, se morre, se mata; não dá para ser feliz".

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) — Muito obrigada, Senadora Patrícia.

Antes de conceder a palavra ao Ministro Jacques Wagner, registro a presença do Sr. Miguel Pereira Neto, Presidente da Cidade Escola Aprendiz, e do Sr. Romário Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Concedo a palavra ao Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER — Além do trabalho comunitário, também faz parte do programa a instalação de espaços de convivência da juventude, que é exatamente o ambiente onde se poderia ter uma interface direta com esses jovens, por essa compreensão que temos de que a questão não se resume, evidentemente, ao trabalho, apesar de que não podemos desprezar a renda familiar no Brasil, que é um problema grave e que, muitas vezes, empurra o jovem para a delinquência. Repito também que estamos trabalhando fortemente com essa área do trabalho comunitário, porque acreditamos, efetivamente, que isso dá ao jovem uma posição perante a sua comunidade e a sua família que merece destaque.

Comentando as palavras da Senadora Patrícia, claro que penso que as palavras do padre estão corretíssimas, e é uma reflexão, para todos nós, o tipo de modelo patrimonial que estamos construindo. Na verdade, sou crítico e creio que estamos numa sociedade de banalização da vida. O exemplo ocorrido é bem claro. Reforçando as palavras do Gilberto, ali não se tratava de uma família de pessoas com dificuldades no sentido tradicional do termo, que estavam passando fome, etc. No fundo, o não poder ter impede a pessoa de ser, e ela se mata. Sei que não é o tema aqui e nem caberia ao Ministro do Trabalho, mas o Ministério do Trabalho está fazendo essa coordenação do primeiro emprego com a visão de ser um trabalho integrado, e, insisto, a abertura de postos de trabalho, a partir da contrapartida do Governo federal, não está reduzida ao primeiro emprego, como quase todo mundo conhece.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) — Obrigada, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN — Queria falar da complexidade da questão da violência. O Ministro falou do esporte. Vi uma experiência que me marcou muito, num dos bairros mais deteriorados de Nova York. Mediram em que horário as pessoas se matavam ou brigavam. Fizeram uma escala com várias questões: o horário em que as pessoas se matavam, a idade delas, onde elas se encontravam. Fizeram uma experiência e viram que se matavam mais no final de semana, a partir de quinta-feira, e o horário era das 11 horas às 4 horas da manhã. Aí tiveram a idéia de fazer campeonatos de basquete naquele horário em que as pessoas se matavam, para ver o que acontecia. Só isso. A criminalidade caiu 70% nesses locais. Isso mostra a influência do esporte, como disse o Ministro Jacques.

Vi programas em que professores de caratê — vejam a força disso — davam aulas para gangues armadas de delinquentes. Todos consideraram um absurdo dar aulas de caratê para gangues. Ocorre que os professores começaram a ensinar o que significava a força, o que era ser forte. Depois de dois anos desse programa, o resultado foi que esses mesmos jovens de quadrilhas foram convidados a ser **peacemakers** (fazedores de paz). Eles eram pagos pela prefeitura para separarem briga na periferia.

Conto outra experiência. Em alguns bairros deteriorados, contrataram jovens para recuperar prédios abandonados. Novamente, eram gangues envolvidas em tráfico e guerras de rua. Foi aí que vi — e é isso que o Ministro está mencionando — a importância que é para o jovem de uma região periférica ter a chance de olhar o resultado do seu trabalho. Isso é fundamental. A verdade é que a escola pública, como é colocada, é quase um estímulo à violência, não querendo ofender ninguém aqui. Na escola pública, o jovem é chamado de burro, repete o ano, está numa sala com 50 alunos, o professor é mal remunerado, é mal treinado. O que a escola diz para ele? "Você não tem valor". O que acontece é que a escola começa a ser pichada, a ser um espaço de violência, e o aluno sai. É por isso que se começou a pensar, em determinado ano, que não poderia haver repetição. Por mais que isso não seja uma boa solução, é melhor que algum garoto não repita e fique na escola do que saia da escola e vá para a rua. Vejam a importância de se transformar a comunidade num sol e num elemento que leve o indivíduo ao sentimento de pertencer.

Há um estudo magnífico, feito pela Unesco, mostrando que as escolas abertas no final de semana, em que a família entra no processo – porque também se sabe, e a Senadora Lúcia acompanhou isso. Quando a família não incorpora o processo comunitário, ela não gera capital social. A escola aberta no fim de semana tem índices de quedas expressivas de violência.

Uma experiência também notável que se iniciou em Goiás permite que o jovem de faculdade privada não pague mensalidade em troca de trabalhos escolares. A mesma experiência ocorre aqui e começa a reproduzir-se na cidade de São Paulo e em todo o Estado.

Qual é o papel da cultura nesse processo? Novamente cito que, para mim, o melhor exemplo brasileiro de uso da cultura para resgatar o jovem é o Projeto Axé, na Bahia, que tem o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado há muitos anos. Em nenhum lugar do Brasil, houve um projeto que mostrasse ao jovem a possibilidade de trabalhar com capoeira, com dança, com arte e ver o fruto do seu trabalho. Por isso, insisto nessa matriz. Ou bem se usam os mecanismos possíveis de pertencimento, como faz a Escola da Mangueira que incentiva o esporte, ou ficaremos repetindo essa matriz errada da falta de capital social.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Jornalista.

Concederei a palavra aos Senadores, revezando por Partidos.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, percebi que a lista dos inscritos é grande, e já são 12 horas. Seria possível ouvirmos três Senadores?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já houve essa votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou atrasado. Desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr^a Presidente, cumprimento o amigo Ministro Jacques Wagner e o Jornalista Gilberto Dimenstein. Fiquei orgulhosa ao saber que a família do Jornalista é

da minha terra. V. S^a também precisa conhecer Salinas, para ver como a cidade é bonita.

Parabenizo os Srs. Senadores que subscreveram o requerimento propondo a discussão de tema tão importante. O assunto não é novo; não é a primeira e nem será a última vez em que se discute o tema, extremamente atual e importante. A cada momento estamos aprendendo com as experiências e, com isso, podendo ter políticas públicas e atuações em parceria, porque, na minha concepção, não é possível combater a violência na juventude, por exemplo, sem o envolvimento de toda a sociedade. Não é suficiente uma ação do Poder Público, que tem um papel determinante e fundamental. É necessário o envolvimento da sociedade.

O Ministro Jacques Wagner falou que ainda definirão o montante dos recursos para o programa. Pergunto se a idéia é de que o montante seja maior do que os valores dos governos anteriores.

Também gostaria de falar sobre a importância do primeiro emprego. Quando fui Vereadora, apresentei um projeto de primeiro emprego para a juventude. E compartilhava da importante preocupação que têm os jovens que enfrentam o mercado de trabalho: a falta de experiência. A falta de experiência não os deixa conseguir trabalho. Então, forma-se um círculo: como eles não têm experiência, não conseguem trabalho, e ninguém dá oportunidade para que tenham a primeira experiência.

Pergunto ao Ministro se há algum projeto voltado para atender à necessidade daquele jovem que se forma ou que está fazendo um curso superior e que precisa de experiência profissional.

Também quero confirmar o que o Ministro Jacques Wagner disse em relação à transversalidade. Sei que isso tem sido uma marca: o meio ambiente é transversalidade, a questão da juventude é transversalidade neste Governo, em todos os níveis, em todos os Ministérios. Somos testemunhas disso.

Gostaria de abordar algumas experiências interessantes de grafiteiros. Fui Vice-Prefeita de Belém e fizemos uma série de programas que hoje continuam, porque o Prefeito foi reeleito, com outro vice obviamente. Por exemplo, quanto à Escola Circum, a nossa bolsa-escola é separada. Há a bolsa-escola com uma bolsa-renda destinada às famílias, mas há também uma bolsa-escola que é, às vezes, não só para as famílias, mas para as instituições envolvidas com aquelas crianças que precisam do retorno à família.

Concluindo meu raciocínio, ressalto que isso vai ao encontro da nossa expectativa do retorno à família

como um combate importante à violência. Não é possível combater a violência se não houver experiências como essa junto à comunidade e a grafiteiros. Temos essa experiência e tenho o orgulho de dizer que utilizei isto na minha campanha: contratei grafiteiros para pintar vários locais. Pergunto ao jornalista uma questão de que sempre tratou, que é a violência doméstica, que afeta principalmente os jovens. Como poderíamos resolver isso, porque esbarramos num problema sério, que é o silêncio das próprias famílias, pois o abuso sexual geralmente é doméstico, ocorre mesmo no âmbito familiar, próximo da família. Como poderíamos, inclusive com o envolvimento da sociedade e dos meios de comunicação, ajudar a combater isso?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de solicitar mais uma vez aos Srs. Senadores que fossem bem objetivos nas perguntas, uma vez que o Ministro e o Jornalista têm agenda firmada para logo após esta reunião, que pretendemos encerrar por volta das 13 horas.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senadora, terei que contrariá-la. Primeiro, gostaria de saudar V. Ex^a, o nosso Ministro, o jornalista Gilberto Dimenstein e a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e dizer que concordo com o jornalista Gilberto Dimenstein. Venho dizendo isso há muito tempo. Fui e sou do Ministério Público. Fui Secretário de Segurança Pública em Goiás. É um preconceito muito grande e extraordinário querer vincular delinquência à pobreza e à miséria. Os exemplos que o senhor deu são os que costumeiramente cito aqui. São os exemplos da Índia, do Paquistão, de Bangladesh. São países paupérrimos e com criminalidade inexpressiva, digamos assim, enquanto outros, extremamente ricos, como os Estados Unidos, têm Estados e localidades em que a criminalidade se afirma e muito.

Há um estudo de um promotor de justiça, chamado Paulo Sérgio Prata Resende, que demonstra que a época em que o Brasil, modernamente, da década de oitenta para cá, teve menos criminalidade foi no chamado Plano Cruzado. Neste Plano, houve o aumento do nível de emprego, mas houve também o de confiança da população.

Então, lembro que, quando eu era promotor de justiça, havia entrado naquele dia, em uma cidade do interior de Goiás, hoje, Estado de Tocantins, e era entusiasmado, porque todos estavam entusiasmados: “O Governo está fazendo isto. Vamos crescer! É um plano que vai resgatar as dívidas sociais.” Pena que

durou pouco. Foi mais uma chicana do que propriamente um plano.

Mas, efetivamente, acredito que temos de resgatar esse capital social. Fico imaginando esses inúmeros projetos e planos que temos na área social. Por exemplo: o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, que a Senadora Lúcia Vânia teve, como Secretária Nacional de Assistência Social, a oportunidade de implantar. É um projeto importante, mas apanha apenas parcela da sociedade. A Bolsa Escola, por sua vez, apanha apenas outra parcela, e uma parcela diminuta. Verifico que, em alguns casos, o ensino tem sido feito, mas tem sido desperdiçado. Em minha cidade, por exemplo, Goiânia, paramos hoje nos sinais e imediatamente descem aqueles meninos com tochas de fogo, bolas etc. Quer dizer, eles aprenderam aquilo. Certamente foi o Governo que ofereceu. É importante, é um espetáculo. Só que eles estão utilizando aquilo para quê? Para pedir esmola. Então, é importante que tenhamos projetos consistentes, que tentem açambarcar todos.

O Ministro da Educação esteve na Comissão falando a respeito do projeto de implantação da escola em tempo integral. S. Ex^a considera tal projeto – e eu também – uma redenção para o País, porque o menor vai entrar às sete horas da manhã na escola e vai sair às cinco horas da tarde. A escola será um espaço importante, o menor pára de estudar ao meio-dia, alimenta-se e dorme na escola, faz as tarefas, pratica esportes e desenvolve um senso cultural na escola. Seria muito importante que fosse adotada a escola em tempo integral, e o Ministro quer fazê-lo até o ano de 2011 em todas as escolas do Brasil, mas falta-lhe R\$1 bilhão por ano para que possa antecipar esse projeto até o ano de 2007. E é um projeto que naturalmente apanhará todas as crianças. Creio que, sim, temos de fazer isso.

Quanto ao projeto citado por V. Ex^a e existente no Estado de Goiás, tive o prazer de pioneiramente implantá-lo no Disque-Denúncia, pegando os universitários que recebem a bolsa universitária e colocando-os para trabalhar nas delegacias de polícia, porque o atendimento ali feito é terrível. Quando a pessoa vai à delegacia, vítima de uma violência, quem vai atendê-la? O universitário. É assim. Precisamos dar crédito às instituições no Brasil. Por que a polícia não é acreditada? Porque temos uma massa de corrupção e violência muito grande nas polícias. Por que o Poder Judiciário não é acreditado? Porque demora demais a julgar, e o seu julgamento é submetido a recursos intermináveis. A Justiça não tem crédito. Ninguém sabe se o que o juiz decidiu é o que o Supremo

Tribunal Federal vai confirmar. E há necessidade da prisão apenas para os crimes mais graves, com penas alternativas, com suspensão etc, devendo haver a recuperação do delinquente, efetivamente, pelo trabalho.

Então, quero concordar com V. Ex^a. Temos de investir principalmente na prevenção da delinquência. E a prevenção não é aquilo que nossos filósofos imaginam, que é o Brasil crescer, desenvolver, enriquecer, e, daqui a 200 anos, não termos violência. Não. Temos de atacar guetos, atacar desigualdades e fazer projetos que açambarquem todos. Não podem ser, efetivamente, projetos parcimoniosos.

Ministro, sobre o que V. Ex^a disse, ontem o **Jornal da Globo** trazia uma pesquisa em que o Estado de São Paulo alcançou um recorde de desemprego e o Brasil também. São, só no Estado de São Paulo, 1.980.000 desempregados, segundo os dados que verifiquei nessa madrugada. Sei que temos um grave problema em relação aos jovens. Em primeiro lugar, não vamos conseguir empregar todo mundo; em segundo, temos outro grande problema, que é principalmente em relação às pessoas de 25 a 39 anos de idade, que são, geralmente, pais de família. O desemprego não significa apenas perder um posto, mas significa criar um certo – e grave – trauma até para a família: não dar conta de pagar as contas e transformar-se num pária em vez de ser, efetivamente, o chefe da família.

Indagaria a V. Ex^a, então: como V. Ex^a diz que esse problema vai-se resolver com a consolidação econômica efetiva do Brasil, V. Ex^a não entende que estejamos vivendo um momento de contramão, com a elevação das taxas de juros, para fazer essa consolidação e abrir novos postos de emprego? Pergunto-lhe também: V. Ex^a chegou a defender, logo que entrou, a chamada flexibilização das leis trabalhistas, para que pudéssemos abrir novos postos de emprego, como a retirada dos 40%, quando houvesse demissão imotivada. V. Ex^a considera importante o mecanismo de flexibilização das leis trabalhistas para que possamos abrir novos postos de serviço no Brasil? Concordando, quais pontos V. Ex^a apontaria como necessários para que possamos começar a discussão no Congresso Nacional. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Srs. Senadores, peço, mais uma vez, a compreensão de todos.

O tema é empolgante, mas lembro que ainda há nove inscritos. Para que isso aconteça, é necessário que haja objetividade nas perguntas.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr.^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Ministro, caro jornalista Gilberto Dimenstein, minha primeira pergunta diz respeito a quantos programas o Governo Federal tem destinados à juventude; qual a interface desses programas com essa imensa máquina pública federal e, se for possível, com Estados e Municípios.

É evidente que a baixa estima desvaloriza a vida e a baixa estima da imensa sociedade brasileira se dá exatamente por esse sentimento de não pertencer a nada. A exclusão é social e, sobretudo, política – que vem da palavra relação.

Nas periferias urbanas, a relação política é de clientelismo. Não há uma relação de cidadania na questão política, e a participação do cidadão, no máximo, é como contribuinte, pagando sem receber.

Temos um cipoal, um emaranhado de políticas públicas que não se comunicam. Confesso que passei a minha vida como animador social. Minha primeira experiência, aos quatorze anos, foi de organização do meu bairro. Se fosse no Rio de Janeiro, diria que venho da favela, mas, como sou da Amazônia, venho da baixada, área insalubre que cerca as grandes, médias e pequenas cidades da Amazônia, sem urbanização – acredito que o dinheiro para urbanização deve estar nos bancos das Ilhas Cayman, porque ele sempre existiu.

Estamos desenvolvendo essa última experiência exatamente com a visão de aproveitamento do capital social. Estou colocando o meu mandato e o de uma Deputada Federal a serviço do aproveitamento do capital social dos bairros periféricos que não têm conexão política, não têm comunicação, não têm idéia da organização do Poder Público nem do municipal, pois muitas das vezes nessas localidades não há coleta de lixo, e quando ocorre é muito precária. Lá, o que existe, entre os serviços públicos brasileiros, é o mais universalizado, a escola.

E a escola poderia ser uma base fundamental. Minha experiência de oito anos como Governo do Amapá, permitiu transformar um Estado isolado, na margem esquerda do Amazonas – quase sem repercussão no Brasil, mas com muita repercussão na Europa, fora do País –, em um laboratório de políticas públicas.

Desenvolvemos inúmeras políticas e pudemos observar que uma questão pareceu muito clara, que hoje, com a alternância de poder, podemos comparar. Quando programas, voltados para as gangues de ruas, de capacitação, política de primeiro emprego, arte, foram seccionados, paralisados, o que havia de-

saparecido, a pichação voltou, e já havia desaparecido, que é a pichação de prédios. E voltou com grande intensidade. Prédios públicos e privados voltaram a ser pichados porque paralisaram os programas.

Outra questão que considero fundamental diz respeito à contribuição política do Senado no sentido de integrar todas essas políticas. Não basta um programa de primeiro emprego sem o Ministério das Cidades, sem o Ministério da Educação, sem o Ministério de Assistência Social, ou seja, sem o crédito, sem o microcrédito. O programa deve estar integrado. Talvez possamos criar uma comissão de integração e de acompanhamento de políticas públicas a fim de, em primeiro lugar, entender as políticas públicas federais, e, em seguida, como interagem com as estaduais e municipais. Imagino que há recursos. O Brasil é a décima economia do mundo e possui uma carga tributária próxima a 36% do PIB. Onde está o dinheiro? Será que não está extremamente pulverizado? Portanto, deveríamos criar uma comissão de acompanhamento no Senado Federal, uma comissão que se preocupasse apenas com a integração das políticas públicas. E gostaria, exatamente para poupar tempo, de ouvi-los a esse respeito.

Por último, temos uma experiência com a Febem. Estabelecemos que cumpriríamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que recuperaríamos o adolescente para a vida social. O resultado é que obtivemos um baixíssimo índice de reincidência. Principalmente quando passamos a utilizar mais, após convencer o Poder Judiciário, o que não é fácil, a semi-liberdade. A semi-liberdade realmente recupera. Com meninos reclusos, trabalhamos com cultura, lazer, esporte. E houve uma incompreensão muito forte por parte da sociedade. A sociedade rejeita a tolerância. Mas é uma rejeição velada. Tive a oportunidade, inclusive, de ser retaliado em função de construir a possibilidade para que o jovem volte ao convívio social. Fui retaliado por pelo menos duas vezes, quando colheram depoimentos de adolescentes me acusando de ser o comandante do tráfico organizado no Amapá. Por duas vezes. Dois jovens prestaram depoimentos. E ainda tomaram os depoimentos como se fossem sigilo de Justiça, mas no outro dia todos sabiam. Estavam com o carimbo: "Sigilo de Justiça", mas no outro dia os jornais noticiavam. E ainda se exige de nós, senadores e deputados, uma ação integrada com as políticas públicas federais, estaduais e municipais.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras da Senadora Ana Júlia Carepa. Em seu questionamento, seguramente o montante será superior. Não tenho a definição, é um debate que estamos realizando com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e com a Presidência da República. Se depender da vontade do Ministro, que o volume seja o maior possível a fim de que possamos ampliar o alcance do programa. Mas ainda não está definido. Estamos discutindo e procurando a fonte de financiamento. Eventualmente, parte orçamentária e parte do FAT. E será apresentado oportunamente.

Senador Demóstenes Torres, como já disse, temos a clareza de que nenhum programa por si só solucionará a questão. São problemas de várias naturezas, de muitas magnitudes. Por essa razão, o trabalho do Ministério tem sido o de buscar outros ministérios. Essa é uma determinação do Presidente da República no aspecto da transversalidade. Por exemplo, experiências como a que o Ministro da Educação tenta introduzir, do tempo integral, diria que, se não for tempo da escola, é tempo integral do aluno em programas como esse do segundo tempo no esporte, ou seja, dar ocupação no segundo turno, não necessariamente dentro do próprio ambiente escolar. São programas que nós vamos somar.

Sobre o desemprego em São Paulo, evidentemente o número preocupa. De qualquer forma, eu gostaria de trazer um dado – embora a pesquisa Dieese esteja focada em São Paulo – para reflexão das Sras e dos Srs. Senadores. No controle que nós temos do Ministério do Trabalho, por meio do Caged, que analisa demissões e contratações, portanto emprego formal, nós tivemos um saldo líquido, nos primeiros quatro meses do ano, de 295 mil postos, ou seja, assinaram-se 295 mil carteiras de trabalho a mais, abatendo aqueles que foram demitidos. Poderia parecer incongruente. E como é que o desemprego aumenta? É porque, na verdade, nós estamos com um volume maior de pessoas demandando emprego pela queda da massa salarial, que foi da ordem de 6% nos primeiros quatro meses. A situação é de ampliação do emprego formal e, ao mesmo tempo, de ampliação do desemprego. Eu falo em âmbito nacional. Evidentemente, em Municípios ou Estados específicos, dependendo do grau de investimento ou de algum programa *ele pode reduzir*. Mas é claro que a situação nos preocupa. Evidente que entendemos que é fundamental o rebaixamento do custo de capital para o investimento produtivo. Eu só insisto em di-

zer que, do Presidente da República ao Ministro da Fazenda, todos estão perseguindo esse objetivo.

Sobre a taxa de juros, onde eu vou, gosto de dizer que, se nós estamos usando uma imagem da economia na UTI, a boa notícia seria de que saímos da UTI para o quarto; a má notícia seria que nós tivemos uma recaída e voltamos para a UTI. Então, é evidente que as variáveis que incluem a taxa de juros são outras. A equipe está monitorando isso no dia-a-dia.

É claro que a subida da taxa do desemprego no mês de abril preocupa. Portanto, o que nós queremos é saber o momento exato de dar esse passo para podermos fazer um processo de crescimento da economia que, ao fim e ao cabo, é o que trará um volume com mais densidade de empregos. Eu insisto que não passa pela cabeça do Ministro que o Programa do Primeiro Emprego possa vir a ser a solução para o desemprego da juventude; sabemos que numa economia de mercado há crescimento econômico ou não há musculatura de criação de emprego.

Sobre a flexibilização para geração de emprego, confesso que fui eu que fiz a exposição de motivos pedindo ao Presidente da República o arquivamento do antigo projeto de flexibilização. Eu não conheço, sinceramente, nenhum texto de estudo que comprove essa lógica de que flexibilização é igual à geração de emprego. Na verdade, como eu tenho falado muito, nós estamos preparando o Fórum Nacional do Trabalho, que vai exatamente ser uma grande mesa de negociação nacional entre empresários e trabalhadores, mediada pelo Governo, para fazer um processo de atualização da legislação trabalhista, que evidentemente precisa ser reciclada, atualizada. Nós estamos fazendo um trabalho no Ministério, que apresentaremos ao fórum, de aproximadamente 11% do texto legal da CLT que hoje não tem mais nenhum significado, nenhuma eficiência ou eficácia para que venha ao Congresso Nacional para a sua revogação.

Estamos debatendo, evidentemente, situações como a informalidade. E aí eu entendo que é preciso pensar qual é o estágio intermediário entre a informalidade que temos e a formalidade que conhecemos, criá-la no Brasil, debatendo o assunto e atraindo parte da informalidade. Mas eu confesso que a lógica só do barateamento da mão-de-obra – e eu acabei de dizer que a massa salarial caiu em 6% – não me parece que seja solução para o desenvolvimento. Eu entendo que as pessoas até confundem. Fala-se muito de encargos sobre a folha da ordem de 104%. Nós temos 31% de encargos no sentido de imposto que é apropriado pelo Governo. O restante, na verdade, pode-se chamar de custo do trabalho, mas é salário

indireto. Portanto, se a forma de pagamento será modificada para uma transparência maior na relação empregador X empregado, o que considero positivo. Não sou defensor desse barateamento. Insisto em que baratear mão-de-obra significa, muitas vezes, diminuir massa salarial. Se diminuirmos a massa salarial, estaremos fazendo a conta da recessão e não a do crescimento. Penso que transparência e modernização, sim, mas eu não falaria em barateamento do custo da mão-de-obra.

Nobre Senador João Capiberibe, confesso que não tenho esse dado – quantos programas do Governo Federal são focados no segmento juventude. É óbvio que existe o PET, que paga parte da infância. Há grupos de trabalho em todas as delegacias regionais de trabalho do País dedicados, especificamente, à fiscalização dos direitos do trabalho do adolescente. Há também o Programa Bolsa-Escola que, de certa forma, atinge a família e, por consequência, atinge a juventude. Quero insistir em um tema que introduzi. O Presidente da República criou a Câmara Social, que tem, exatamente, a tarefa, que já está sendo executada, de fazer a convergência dos diversos programas. Temos a convicção de que ou nós trabalhamos somando os Ministérios numa política de Governo, ou se nós formos aplicar políticas de Ministro e de Ministérios, nós, evidentemente, não teremos êxito em nossa tarefa. Eu diria, então, que o objetivo é concentrar programas para que a sua eficiência seja otimizada.

Fico devendo a V. Ex^a a resposta – posso enviá-la depois – à pergunta: quais são os programas e qual o volume de dinheiro investido nesses programas. Nós estamos debruçados sobre a tarefa de combater a pulverização a que V. Ex^a se referiu. É óbvio. Eu estava – fora do microfone – conversando com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre a possibilidade de, no primeiro emprego da juventude, no trabalho comunitário, incentivarmos o jovem a aprender fabricar instrumentos musicais, trabalhar na área de sonografia, na montagem de iluminação. Esse trabalho é importante porque o jovem, além de ganhar dinheiro para agregá-lo à renda familiar, irá posicionar-se perante a comunidade como elemento de impacto sobre essa comunidade – o elemento orientador dessa comunidade. E, insisto, esse trabalho é diferente daquele executado no num supermercado, ensacando produtos, e também daquele realizado num processo desses de grafiteiros ou de trabalho cultural. Nós, então, temos de associar essas duas coisas. Foi essa a tarefa que o Presidente nos deu e sobre a qual nós nos debruçamos para cumpri-la.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, quero dar uma sugestão ao Plenário: fazemos o trabalho de quatro em quatro porque teremos dois grupos e terminaremos a audiência. Dessa forma, nós iremos acelerar os trabalhos.

Os Srs. Senadores que aprovam a sugestão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o Jornalista Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Falando de violência doméstica, gostaria de dizer que há uma tarefa básica, que não é realizada. Refiro-me à educação de valores a partir da escola. Educação de valores significa também trabalhar a auto-estima. As experiências que têm enfrentado essa questão, têm trabalhado, desde o início, no sistema escolar a questão da auto-estima para poder, inclusive, denunciar.

Há outra questão que é complexa. Eu estava conversando com a Patrícia, ali, ao lado, sobre a violência contra a menina na rua. Nesse caso também há um gigantesco grau de impunidade. Felizmente, a importância do debate do tema da prostituição infantil está crescendo no Brasil. Os vários níveis do Poder já começam a se preocupar com isso, apesar de as medidas serem paliativas.

Quero registrar esta preocupação: como tirar a menina prostituída da situação de violência, que também é doméstica. Eu fui aprendendo, entrevistando essas meninas que entraram na prostituição infantil, que elas não estavam nas ruas por causa de miséria. Na maioria dos casos, estavam nas ruas por causa da violência doméstica. Assim como eu fui aprendendo, entrevistando meninos de rua, que eles não estavam nas ruas por uma questão de miséria, mas, às vezes, por não conseguirem suportar a violência doméstica. Esse ponto, que me pareceu, Senadora Ana Júlia, a princípio, uma simples impressão, depois vi isso em números bem científicos, que a principal causa de saída de uma criança para a rua não era nem o desemprego nem a miséria, mas a insuportabilidade da violência doméstica. Isso é complexo, porque é necessário trabalhar a família por inteiro. Não adianta apenas punir a pessoa, porque se pune o pai, que fica preso, pune-se também a criança, que fica sem o pai.

Sobre a prostituição infantil, quero fazer uma sugestão que não vai agradar às pessoas. É necessário criar-se uma bolsa-prostituição. Ou se cria uma bolsa para a menina prostituída deixar de vender o corpo e ter uma renda, ou não se vai conseguir tirar uma criança da rua.

Tenho informações de que, em São Paulo, uma universitária – e já não falamos mais em prostituição infantil, mas apenas para termos um padrão – chega a ganhar, por mês, R\$ 20 mil a R\$ 25 mil sendo prostituta de luxo e que há meninas que chegam a ganhar por mês, de forma mais clandestina, até R\$ 5 mil ou R\$ 6 mil, porque elas passaram a ser objeto de desejo nesse mercado de trabalho da prostituição.

Ou bem se cria algum tipo de bolsa para evitar que a pessoa entre nesse mercado, ou não vai funcionar. É a mesma preocupação que houve quando se falou em bolsa-tráfico, em dar para o menino uma renda para ele não trabalhar com o tráfico de drogas. Um garoto no começo desse tipo de trabalho ganha R\$ 1.200,00, R\$ 1.500,00. Será que o Governo Federal tem condição de pagar esse valor? Então, é muito melhor trabalhar no momento em que ele está na fase de entrar nesse processo do que quando já está ganhando esse dinheiro, porque R\$ 1.200,00 é o salário de uma professora de ensino fundamental bem remunerada no Estado de São Paulo. Daí pode-se ver o que significa esse valor para o Poder Público.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente Lúcia Vânia, Ministro Jacques Wagner, Jornalista Gilberto Dimenstein, serei breve e farei apenas duas colocações ao Ministro.

Os jornais noticiam, hoje, que estamos vivendo a maior taxa de desemprego da história de registro do Dieese, de 20,9%, se não me engano, que está na **Folha de SPaulo**, e, desde que esse estudo começou a ser feito por essa instituição, nunca se alcançou nível tão alto. Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre o assunto. Não gostaria de ouvir a resposta que tenho ouvido na televisão: que é culpa do Governo anterior. O Governo anterior durou oito anos e nunca apresentou essa taxa. Quando estamos no Governo não é possível mais fazer oposição aos governos que passaram ou que virão. Tenho certeza de que essa é a prioridade número um do Governo Lula. Sinceramente, acredito que o Governo quer isso, mas, na verdade, está acontecendo o contrário.

Ao jornalista Gilberto Dimenstein, uma pergunta sobre um assunto que também me preocupa, a questão regional. O jornalista fez uma exposição brilhante, como sempre, e disse que a violência não está diretamente relacionada com a renda. Concordo com 99,99% do que ouvi de S. S^ª, mas sobre o que disse a respeito da renda concordo em parte, porque se a pobreza não está diretamente relacionada com a violência, parece-me que as grandes cidades sim. Por

exemplo, no meu Estado, Ceará, a cidade com maior renda **per capita** é Fortaleza, onde estão os maiores índices de violência. Alguns Municípios mais pobres talvez tenham os menores índices de violência. Em Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro estão os maiores contrastes de renda. Talvez a realidade explique melhor a questão da violência – indiretamente à renda –, porque lá convivem o extremo luxo, o extremo apelo de consumo, com a extrema necessidade de consumo. É nas grandes cidades que se mata por um ténis que está na moda.

Queria chegar a uma discussão que defendo minha vida toda. A concentração e o contraste de renda começam pela concentração de renda regional. Enquanto não resolvermos a questão de concentração de renda entre as regiões, não resolveremos a questão dos contrastes de renda entre as pessoas.

Eram essas duas questões que eu queria assinalar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, Sr. Ministro Jacques Wagner e Jornalista Gilberto Dimenstein, ao meu lado está o Senador Eduardo Suplicy, que foi Relator de um projeto de minha autoria, que apresentei no Senado em 1995, aprovado aqui em 1998 exatamente com o nome Primeiro Emprego. Minha proposta era que se transformasse em lei o programa que o Governo Lula está propondo agora. Tramitou por três anos aqui e ficou numa daquelas gavetas da Câmara que guardam costumeiramente os projetos aprovados no Senado e que de lá não saem nunca mais. Então, desde 1998 está numa dessas gavetas meu projeto de lei.

O Senador Eduardo Suplicy, que foi o Relator do meu projeto, nesses dias deu uma entrevista à **Folha de SPaulo**, que li com atenção, fazendo algumas críticas ao projeto do Governo. Pena que S. Ex^a não lembrou que o meu projeto que S. Ex^a relatou corrige algumas falhas do projeto do Governo.

Primeiramente, estabelecemos, em conjunto com o Senador Eduardo Suplicy, que apenas 10% das vagas de determinada empresa fossem contempladas dentro do Programa Primeiro Emprego. Por quê? Para não desempregar trabalhadores de outra faixa etária. Então, o limite é de 10%. A empresa teria que ser cadastrada no Ministério do Trabalho, para que não houvesse exatamente aquilo que o Senador Eduardo Suplicy disse, de uma empresa começar a contratar parentes, registrar, ganhar o subsídio do Governo. Dessa forma, um programa para gerar empregos, combater a violência juvenil e resolver proble-

mas inclusive de educação nessa faixa de idade, poderia acabar sendo objeto de desonestidade, que é um dos problemas que o Senador Eduardo Suplicy levanta.

Outro ponto do meu projeto aprovado no Senado – que nunca será votado na Câmara, tenho certeza disso, porque a Câmara não vota projeto aprovado no Senado – diz o seguinte: como a empresa recebe como subsídio a isenção no Imposto de Renda e no Finsocial até o valor correspondente aos encargos sociais daquele contrato de trabalho, ou seja, este é o incentivo que estou propondo, que os encargos sociais sejam descontados por ocasião do pagamento do Imposto de Renda e do Finsocial, então, que ele tenha esse benefício para ser estimulado a contratar, mas que tenha duas obrigações – nesse ponto, o projeto do Governo me parece falhar –: primeiramente, ele seja obrigado a matricular esse trabalhador num curso profissionalizante, à escolha do trabalhador, oferecido pelo Sistema S, que tem disponibilidade de curso para o Brasil inteiro, desde que mais recursos sejam disponibilizados também. Como há necessidade de ele fazer o curso profissionalizante, o meu projeto prevê que ele tenha uma jornada de trabalho reduzida para quatro ou seis horas, dependendo da dimensão do curso que ele vai fazer. Esse é o outro ponto. Seria obrigatório por parte do empresário matricular o trabalhador num curso profissionalizando.

A terceira exigência – falei dos 10%, do curso profissionalizante –, o ponto fundamental do projeto que o diferencia do projeto do Governo, é para que seja obrigado que aquele trabalhador esteja cursando o ensino regular – ou fundamental ou o ensino médio. Com isso estaríamos cumprindo três objetivos. Primeiro, dar emprego; segundo, profissionalizar e o terceiro, educar, combater o analfabetismo, que é uma das metas do atual Governo.

O meu projeto está à disposição de V. Ex^a. Terei de sair, porque tenho um compromisso, mas estarei assistindo V. Ex^a pela televisão, do meu gabinete. Eu gostaria que V. Ex^a comentasse esses três pontos que coloquei como fundamentais, para o Projeto Primeiro Emprego que o Governo lançou.

O meu projeto está à disposição de V. Ex^a como esteve à disposição da Câmara dos Deputados nos últimos cinco anos e vai continuar pelo resto da vida, porque ele não será votado mesmo. Como já perdi a esperança de ver esse projeto sendo votado. Senadora Serys Slhessarenko, espero que V. Ex^a possa tirar proveito de algumas idéias que estão contidas nele.

Na França, existe esse projeto do primeiro emprego, que foi implantado logo após a Segunda Guerra Mundial, pois se constatou, contrariando um pouco o que o jornalista Gilberto Dimenstein disse, que aqueles que tinham saído da guerra estavam tão desanimados da vida, estavam tão desestimulados, desesperançados, que caíram na droga e na criminalidade. Esse projeto foi implantado exatamente para combater a violência e o desemprego. O Estado francês ainda hoje não dá como subsídio o desconto dos impostos; ele subsidia diretamente, ele dá dinheiro. Tanto é que, no último ano que eu tinha visto, por volta de 1988, a França tinha colocado no Orçamento US\$1,6 bilhão de subsídio direto aos empresários para que eles contratassem jovens.

Ministro, deixo essas informações a V. Ex^a e quero dizer que apresentei o projeto que reduz a multa de 8% a.a. em cinco anos o FGTS. V. Ex^a fez um comentário, que, posteriormente, não foi bem interpretado, como não o foi o projeto que apresentei, e o meu Partido hoje é o PDT, que é do tempo do Getúlio Vargas. Lá, é meio que proibido falar em reforma da legislação trabalhista. Então, eu fui admoestado pelo meu Partido quando apresentei o projeto, e retirei. Mas acredito que temos de remover alguns entraves que existem entre o empregador e o trabalhador, porque a legislação trabalhista deve ser estimuladora do emprego e não do desemprego.

É isso que eu gostaria que V. Ex^a considerasse, porque não estarei aqui presente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr^a Presidenta Lúcia Vânia e nosso ilustre convidado Ministro Jacques Wagner e o grande Jornalista Gilberto Dimenstein. Primeiramente, em homenagem ao baiano César Borges, eu queria dizer que aprendi e revivi nos conceitos do jornalista Gilberto Dimenstein, Rui Barbosa, que sintetizou tudo isso. A família é a pátria amplificada. Então, a família que vai buscar os valores que o senhor sabiamente está buscando – e não vai sem a família. Deus quando colocou o Filho dele no mundo não o colocou desgarrado mas numa família. Temos que buscar isso.

Ministro, emprego e trabalho. Também com Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” Essa é uma mensagem também para os governadores fomentarem a busca do trabalho. Mais adiante, o Apóstolo Paulo diz que “quem não trabalha não merece ganhar para comer”.

Tenho uma preocupação. Sou médico-cirurgião e, como tal, busco o diagnóstico. O diagnóstico está

feito e está claro. Não tem confusão. Foram feitos os exames, as pesquisas. Qualquer político aqui sabe que é o desemprego a mais grave doença deste País. Fui Prefeito e Governador e sei que o primeiro mal é o desemprego.

Então, para mim, V. Ex^a é o Ministro mais importante. Dos 37, V. Ex^a é quem tem a missão de fomentar o emprego.

Vou apresentar-lhe um quadro que vale por dez mil palavras. Falou-se muito em Estado e eu sou do Piauí, onde há uma praia a 66km da capital, entre o Ceará, dos Senadores Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes, e o Maranhão, do Senador José Sarney. A virtude está no meio. Nessa campanha agora – em que até eu estava desempregado, pois me tiraram do Governo do Estado –, cheguei ao litoral. Fui atrás de um Vereador, querendo arrumar uns votos, e disse: “Amigo, candidate-se a Deputado”. Ele disse: “Mas não dá, Mão Santa. Quero ser Deputado Estadual”. Ele era meu amigo e eu o convenci a mudar de idéia. Eu disse: “Vamos ganhar. O Lula vai ganhar”. Ele disse: “Vai, nada”. E “O PT também vai ganhar no Piauí”. Ele disse: “Você é doido? Como o PT vai ganhar no Piauí? Não tem nenhum Vereador, nenhum Prefeito”. Eu disse: “Vai ganhar”. Então, ficamos conversando por ali. Chegaram uns rapazes de um time de futebol. Comecei a convencer o líder do povoado, mas era difícil convencer que o candidato do PT, que não tinha uma Prefeitura, iria ganhar.

Em política, tudo é momento. Foi a queda da inflação que deu a vitória a Fernando Henrique Cardoso. Agora, a questão é o desemprego. Fui à mesa dos acompanhantes do Vereador, os rapazes do time de futebol. Havia uns doze ou quatorze rapazes. Falei: “Você quer ver quantos estão desempregados”. Ministro, eu me espantei. Parecia que tinham ensaiado um coro. Levantaram e, como se conheciam, disseram: “Todos”. Fiquei a imaginar como vivem pescadores e as mulheres fazem artesanato, que são puros. O Tasso tem 366km de praia ou mais.

Saí dali e fiquei pensando naqueles rapazes do time de futebol, que são fortes, bons, idealistas. Fiquei imaginando que todos eles vão encontrar uma mulher, vão casar e vão ter filhos. E aí? Estão desempregados, formados naquele ambiente puro. Então, a circunstância muda. O homem é o homem e sua circunstância. A circunstância está levando para isso.

Então queria falar da minha vivência. No Rio de Janeiro, nos anos 60, vivi lá como estudante de cirurgia no Hospital do Servidor do Estado, na Praça Mauá. Conheci o Rio de Janeiro, a Praça Mauá, Rio

Branco, Aterro do Flamengo. Assisti carnaval na Rio Branco. Vivi ali nos anos 60. Que felicidade!

Quero lhe dizer o seguinte: nós, do Hospital do Servidor do Estado, saíamos para jogar futebol aos sábados na Casa do Pequeno Jornaleiro. Assim, existiam homens como Getúlio Vargas, que elaborou as leis trabalhistas, e como Alberto Pasqualine.

Eu quero dizer, então, a V. S^a, que dirige o maior jornal do País, que a mulher de Getúlio pegava todos os meninos de rua e os colocava como pequenos jornaleiros. Eram gente boa! Jogávamos futebol com eles; convivíamos com eles; fomos amigos, e eles se sentiam, como o senhor disse, úteis. Tinham uma função pela qual recebiam.

Quero crer que isso tudo passa pela implementação de serviço social, que não dá o peixe, e, sim, ensina a pescar. Essa é a transformação que quero ver no Brasil.

Quanto a minha experiência – e quero ajudar V. S^a, porque foi longo e sinuoso o caminho para chegar até aqui. No Piauí, conseguimos fazer o Banco do Povo – aquele que foi citado aqui, em Bangladesh, o Professor Lunos. Exemplificando, para facilitar: um carro de pipoca custa R\$300 – eu me lembro que financiávamos esse serviço. Então, a pessoa ganhava dois salários no fim do mês; ela podia pagar 10 ao mês. Era assim que se dava. Quero dizer que essa é a contribuição.

Mas o senhor irá colher no deserto. Como é que V. Ex^a vai dar o primeiro emprego se não há emprego algum?

É preciso atentar bem para a questão do trabalho infantil. Eu me lembro que a minha esposa dirigia o serviço social, e recrutavam-se esses meninos de rua com êxito. Não havia nenhum em Parnaíba, onde fui Prefeito e, depois, em Teresina. A dificuldade era o Ministério do Trabalho, porque as leis trabalhistas não o permitem.

Quanto a essas bolsas, a Ministra acompanhou o nosso trabalho e o está apoiando.

Quero dizer que quanto ao trabalho infantil temos de ter, como disse Montesquieu, o espírito da lei, porque vi o maior brasileiro começar a trabalhar com 09 anos de idade, o Barão de Mauá – nem Tasso produziu em suas indústrias tanto quanto Mauá! E no Brasil também: o maior dos brasileiros foi o Ministro piauiense João Paulo dos Reis Velloso. Com 09 anos, ele abriu a fábrica do meu avô.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Senadora Patrícia Gomes; Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Matoso, que está nos visitando; prezado Ministro Jacques Wagner, Jornalista Gilberto Dimenstein, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é tal o sentimento que tenho para V. Ex^a acertar, Ministro Jacques Wagner, que qualquer que for a decisão que V. Ex^a, juntamente com o Presidente Lula, vier a tomar, ela terá o meu apoio nesta Casa, do ponto de vista da legislação.

Eu, que tive a oportunidade de visitá-lo e de encaminhar ao Presidente Lula um ofício sobre a questão do primeiro emprego, gostaria de trazer aqui uma reflexão. Praticamente, em toda a semana, nesta sala, que é da Comissão de Assuntos Econômicos, examinamos projetos de lei de parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, para incentivos fiscais e/ou creditícios ao capital, a empresas para produzir tal ou qual tipo de produto, para investir aqui ou acolá.

Há ocasiões em que, como nesta semana, examinamos dois a três projetos por reunião. Os Senadores aqui presentes sabem que isso é da natureza do sistema político brasileiro, porque Deputados e Senadores são instados, pelos mais diversos setores da economia: “Ah, vamos propor isenção de IPI para tal ou qual setor; isenção de ICMS para tal e qual setor; isenção dos encargos sociais para tal ou qual setor, ou para tal ou qual região.” Não passa semana sem aqui votarmos isso.

V. Ex^a sabe que procurei pedir-lhe, bem como às pessoas com quem tem trabalhado – inclusive ao próprio Remígio Todeschini, que se encontra presente –, para refletir se seria melhor estimular o primeiro emprego, abrindo mão da obrigação de serem pagos os encargos trabalhistas, ou transferir à empresa – e, portanto, ao proprietário do capital – cerca de um salário mínimo – R\$240 –, desde que essa empresa esteja contratando um trabalhador na faixa de 16 a 24 anos, que receba até dois salários mínimos e tenha algumas obrigações. Além disso, a empresa teria que garantir que, no período, não demitiria pessoas.

Procurei assinalar que esse é um procedimento, primeiro, que encontra respaldo na literatura. Inclusive, quero encaminhar a V. Ex^a o livro **Remunerando o Trabalho**, de autoria do eminente e brilhante economista Edmond Phelps, da Universidade de Harvard, que defende a instituição de subsídios fiscais às empresas como forma de contratar mais trabalhadores. Ele argumenta que isso pode ter sentido porque o custo, para a empresa, de contratar trabalhadores é um, mas o benefício para a sociedade é até maior,

tendo em vista que, contratando mais pessoas, haveria, por exemplo, menos pessoas envolvidas com a criminalidade e assim por diante. Então, até justifica que caberia, sim, à sociedade pagar a mais. Portanto, há fundamento no argumento.

Também quero encaminhar a V. Exª o livro de Guy Stening, Diretor de Seguridade sócio-econômica da Organização Internacional do Trabalho, que tem recomendado, como muitos outros, que, ao invés de termos o subsídio fiscal transferido à empresa, o benefício seja concedido diretamente ao ser humano, ao trabalhador, àquele que está sendo empregado, sendo que a melhor forma de fazer essa transferência seria, inclusive, da maneira incondicional, por meio da renda básica de cidadania.

Não vou estender-me, apenas quero trazer, mais uma vez, essa preocupação.

Estou certo de que à medida que cada família – como aquelas famílias que tanto preocupam o jornalista Gilberto Dimenstein, retratadas no **Cidade de Deus**, da Cidade Alta, onde as crianças e os jovens já não têm outra alternativa senão a criminalidade e a marginalidade – tiver direito a uma renda, como um direito à cidadania, sem qualquer condição; se todo pai e mãe, digamos que de uma família de seis pessoas, souberem que sua família terá direito de receber, começando, modestamente, com R\$40,00 por mês, R\$240,00 por família, esta família já teria um outro grau de liberdade de escolha tal que, provavelmente, não estariam as suas crianças e jovens sendo instadas à prostituição, ao narcotráfico, ou como aviõezinhos.

Como já tive a oportunidade até de me estender mais sobre esse tema junto a V. Exª, quero, aqui, dizer que continuo me colocando inteiramente à disposição junto a V. Exª e ao Presidente Lula, para aprofundar o nosso diálogo a respeito.

Cumprimento-o confiante nos acertos que fará V. Exª.

Concluo, e lhe dou uma sugestão: no Copom, que V. Exª possa ter o direito à voz. Aqui, examinando a Ata do Copom, tudo o que é considerado nela: Evolução Recente da Inflação – há, depois, outro capítulo: a Variação Prospectiva de Tendência da Inflação, a Implementação da Política Monetária; daí, já na quarta página, começa o Sumário dos Dados Analisados pelo Copom da Conjuntura, Mercado de Trabalho –, ora, estão lá dois itens em 55. Gostaria de assinalar que seria importante V. Exª dizer ao Ministro Antonio Palocci e ao Presidente Henrique Meirelles que, dos 55 itens analisados na última reunião do Copom, há dois pequenos itens sobre a questão do desemprego. Então, a voz de quem esteja mais preocupado com a

questão do emprego precisa ter maior peso na reunião do Copom. É a sugestão que deixo, além de encaminhar a V. Exª os dois livros, que lhe deixo emprestados, pelo tempo que precisar, porque só tenho essas duas cópias. Mas a Ata do Copom fica para a reflexão de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria-mos de ressaltar a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Patrícia Gomes, quero parabenizá-las por essa iniciativa, além de saudar a presença do Ministro Jacques Wagner, com quem tenho a satisfação de, aqui, debater, saúdo também a presença do jornalista Gilberto Dimenstein.

Sr. Ministro, tenho algumas preocupações, porque, efetivamente, o problema do emprego, hoje, no País, é o que mais preocupa os brasileiros.

Em recente pesquisa, mais de 60% dos brasileiros estão preocupados com o problema do desemprego.

Durante o período eleitoral houve um compromisso de criação de dez milhões de empregos. Isso passa por uma série de medidas que deverão ser tomadas pelo Governo Federal. Entretanto, até o momento, efetivamente, não temos conseguido vislumbrar essas políticas de geração de emprego. Se, por um lado, a economia tem dificuldades – e há um caminho que está sendo seguido, como V. Exª acha que a economia saiu da UTI e foi para o quarto, mas ainda está bastante enferma, numa situação instável –, por outro, a população continua na UTI. A população pobre, desempregada, se estava na UTI, permanece lá, porque não vemos perspectivas.

No entanto, existiam programas que estavam, de alguma maneira, aliviando o problema social brasileiro e cujas dotações, infelizmente, neste período de Governo, pelo que sei, foram reduzidas de forma drástica. Uma delas é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. V. Exª poderia me confirmar isso? Porque a informação que tenho é a de que foi reduzido, e que, na verdade, foram aplicados apenas 4,7% do que estava autorizado no Orçamento, até o mês de março, apenas 4,7% do que estava permitido. E esse é um programa de grande sucesso na Bahia. V. Exª sabe que conseguimos retirar mais de 117 mil crianças na região do sisal e hoje já abrange outras regiões e que se destina prioritariamente às famílias atingidas por pobreza, pela exclusão social, com ren-

da **per capita** de até meio salário mínimo, sendo que na Bahia implantamos, com a ajuda da Universidade Federal da Bahia, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; criamos as unidades de jornada ampliada. Tive a satisfação de, como Governador, participar dessa parceria que fazíamos com o Governo, parceria muito importante. Essa unidade de jornada ampliada permitia que a criança que estudava pela manhã e que a família deixava na escola para receber uma bolsa, não a mandasse para o trabalho no período da tarde. No entanto, pelo que sei, Sr. Ministro, este programa está sem recursos. Aqui recentemente houve um discurso no Senado, do Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina, trazendo um pleito dramático do Governador de Santa Catarina, inclusive da base aliada do Governo, o Governador Luiz Henrique, com relação àqueles trabalhos que realizamos com tanto sucesso, de qualificação e de treinamento dos nossos trabalhadores e de intermediação de mão-de-obra. Todos eles geradores de emprego e de qualificação do nosso trabalhador. As reduções foram drásticas. De 184 milhões que estavam previstos para 2003, o Governo reduziu para este ano para 52 milhões; de 119 milhões que seriam utilizados por intermediação, foram reduzidos para 69 milhões.

Então gostaria que V. Ex^a pudesse me confirmar se realmente isso está acontecendo, porque tudo isso está no bojo de trabalhar para combater o desemprego que traz tantas seqüelas sociais ao nosso País.

Acredito que o seu desafio é imenso, porque se eram 10 milhões, a essa altura nós andamos para trás, não andamos para frente, não diminuimos o passivo, aumentamos esse passivo, com o dado do Dieese que nos foi fornecido ontem de que a população economicamente ativa alcançou em São Paulo 20,6%. Nós, na verdade, ampliamos um pouco esse desafio seu e do Partido dos Trabalhadores para resolver esse problema.

Sei, pelas suas palavras, inclusive ouvi V. Ex^a ontem pela televisão, que V. Ex^a deve estar muito mais com o Vice-Presidente José Alencar do que com o Ministro Antonio Palocci com relação à questão dos juros, porque se realmente não for resolvida essa questão rapidamente a economia vai parar. Estamos entrando em um período de recessão. Isso está existindo no comércio, na indústria, e tudo isso gerando mais desemprego e mais desafio para V. Ex^a.

Mas uma das questões que V. Ex^a tocou desde que assumiu o cargo de Ministro do Trabalho e do emprego, foi com relação a modernizar a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. E V. Ex^a colocou com

muita coragem, a meu ver, – eu não teria coragem de forma nenhuma de ter feito isso – uma proposta de extinguir a multa de 40% para demissão sem justa causa do trabalhador brasileiro. Depois houve uma discussão, muita polêmica sobre o assunto e, na verdade, V. Ex^a mudou um pouco a posição, ou não. Eu gostaria de saber com relação a esse problema.

Ainda com relação à flexibilização da CLT, que o partido de V. Ex^a foi contra nesta Casa, contra o Projeto 5.483 – greves, protestos naquele período. Também recentemente V. Ex^a trouxe como assunto fatiar o 13%, fazer com que fosse distribuído ao longo dos meses do ano, proposta se não me engano lançada por V. Ex^a. Não entendi direito, porque logo em seguida não era bem assim, o comércio protestou, os trabalhadores não aceitaram, isso é uma conquista do trabalhador.

Pergunto a V. Ex^a, Sr. Ministro: tendo V. Ex^a, como Deputado aqui no Congresso Nacional, defendido o direito dos trabalhadores, V. Ex^a veio do meio sindicalista, é um sindicalista, pelo menos de forma originária, não teria V. Ex^a outra alternativa para resolver a questão dos encargos trabalhistas sem retirar as conquistas que já foram asseguradas aos trabalhadores brasileiros, conquistas estas que são, a meu ver, impossível de serem retiradas? Por exemplo, com relação à multa dos 40%, imagine uma família desempregada e sequer recebe essa multa dos 40% para manter seus filhos, para manter a sua família, como disse aqui a Senadora Patrícia Gomes, o drama de um pai de família, de uma mãe de família em não poder trazer comida nem pagar a escola de seus filhos, porque o desemprego e a demissão imotivada existem – as empresas a praticam e V. Ex^a sabe disso.

Essas são as questões que trago, mais uma vez, a V. Ex^a, Sr. Ministro, pautando esta posição: se a política econômica – ou seja, a fase 2 deste Governo – não for implantada imediatamente, vamos ter uma grave crise social neste País, além da que já temos.

Recentemente, o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, que V. Ex^a deve conhecer, disse que este é o terceiro ano seguido de baixo crescimento. É como se um time que estivesse perdendo de quatro a zero levasse o quinto gol. Então, se o Governo do Partido dos Trabalhadores não tem responsabilidade por quatro gols, pelo menos por um gol contra ele já tem.

Esses são os esclarecimentos que peço a V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Ministro, desejando-lhe todo o axé possível à frente do seu trabalho e lembrando, como disse aqui o nosso jornalista Gilberto Dimenstein-

in, o sucesso do Projeto Axé, da Bahia. Esse projeto, Sr. Ministro, estava sendo sustentado pelo Governo do Estado. Sustentei esse projeto como Governador, durante o meu período de governo, porque nenhuma entidade, nem o Governo Federal estavam ajudando no projeto.

Creio que V. Ex^a deve empenhar-se em manter essas organizações não-governamentais, que fazem um excelente trabalho em todo o País. A Bahia tem o exemplo do Axé, mas também tem o exemplo da Organização de Auxílio Fraterno – OAF, do Padre Piazza, em que o Estado sempre foi parceiro, e o Governo Federal não foi. Espero que V. Ex^a possa fazer parcerias com essas organizações sociais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Ministro Jacques Wagner, nosso convidado Gilberto Dimenstein, Senadora Patrícia Gomes, autora do requerimento e Relatora, tenho apenas duas questões a fazer, diante de todas as que foram levantadas, para não repetir. Concorro com várias indagações e com algumas respostas dadas pelos componentes da Mesa.

Indago ao Ministro Jacques Wagner sobre as questões da auto-estima, da qualificação e da auto-estima dos filhos. No meu ponto de vista, a principal questão em relação aos filhos diz respeito à alfabetização de seus pais, e aqui entra a questão da educação de jovens e adultos. Que possível parceria se está estabelecendo entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho no que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos, para colocar esse contingente de jovens a serviço da alfabetização?

A transversalização, questão já levantada, é uma proposta que está em voga e que não pode acontecer apenas nos Ministérios. O que se pensa para fazer esse trabalho chegar à ponta, por exemplo, sem a gestão democrática nas escolas? Um dos problemas é que a escola não pertence à comunidade e, sim, aos professores. A relação da escola com a comunidade não chega aos espaços físicos. Não me refiro a essa discussão do ponto de vista didático, que é uma questão mais técnica, mas do uso do espaço da escola. Creio que isso gera a depredação da escola, a violência contra a escola, que nem sempre pertence à comunidade. Essa dificuldade existe e só pode ser resolvida, a meu ver, com a gestão democrática nas escolas. E as escolas têm capilaridade.

Em todos os bairros, há uma escola. É a instituição governamental que tem a maior penetração física nas cidades. Como usar esse espaço, o que, a meu ver, passaria pela gestão democrática? Do contrário, fica a intenção, sem que a proposta chegue até à participação da transversalização feita na ponta, aonde devem chegar as ações do dia-a-dia, da participação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Início a minha fala respondendo a pergunta feita pelo Senador Tasso Jereissati, apesar de S. Ex^a não estar presente. Refiro-me à taxa de desemprego. Vou precisar os números: a taxa de desemprego em São Paulo medida pelo Dieese em abril deste ano foi de 20,6%; a de abril de 2002 foi de 20,4%.

Ainda que não ache correto justificar a atual situação do desemprego apenas com as políticas do governo anterior, é preciso lembrar que o andamento de uma economia não se interrompe porque se inaugurou um novo governo: é um processo. O trabalho realizado por este governo, nesses primeiros quatro meses, de rearranjar os indicadores macroeconômicos foi hercúleo. Evidentemente, há um preço político, porque medidas duras foram tomadas, inclusive de contingenciamento. Insisto em dizer, porém – dizia isso no dia 1º de maio –, que, além de comemorar o dia 1º de maio pela primeira vez como membro da equipe de governo do presidente Lula, comemorava o fato de termos conseguido recolocar a economia em condições de crescimento. Precisamos agora fazê-la crescer.

Voltando ao assunto: a taxa de desemprego foi de 20,6% contra 20,4% em abril de 2002. Evidentemente, isso nos preocupa. O desafio maior deste governo, como já disse, é criar uma política eficaz de geração de emprego, que é a melhor política social que existe.

No entanto, insisto em um dado que posso colocar à disposição de todos os Senadores: o saldo líquido de carteiras assinadas, nos quatro primeiros meses do ano, foi de 295 mil. Não vamos misturar duas coisas: pode-se, efetivamente, estar criando postos, mas se o volume de pessoas buscando o mercado de trabalho for maior do que o número de postos criados, a taxa de desemprego será crescente.

O caso de São Paulo é real. Apesar do esforço feito pelo governo estadual e pela prefeita Marta Suplicy no sentido de estabelecer programas compensatórios – a prefeitura fez um investimento da ordem de 400 milhões –, temos essa alta taxa de desemprego.

Insisto em dizer que não conheço, dentro do governo federal, ninguém que defenda taxa de juros alta. Não reconheço a existência de dois grupos em nenhuma reunião ministerial. O fato que justifica a manutenção dessa taxa de juros, insisto, é o diagnóstico feito – errar e acertar em economia é possível – de que, dentro da composição de algumas variáveis, a diminuição não seria a medida mais correta.

O nosso compromisso maior é a geração de emprego, mas sabemos que, se o custo do capital não cair, haverá dificuldade de investimento, principalmente para o setor produtivo. A decisão de buscar a solução desse problema é de todos. O momento de resolvê-lo, é preciso analisar. Evidentemente, assim como na medicina, que não é uma ciência exata, na economia, cada junta econômica tem uma opinião. E as opiniões são controversas, até mesmo no próprio partido, sobre se a análise da junta econômica está ou não precisa. Insisto em dizer que essa busca é de todos.

Sobre o que disse o Senador Osmar Dias, que também não está mais conosco – S. Ex^a nos informou que nos assistiria pela televisão –, informo que o projeto de lei do Senador foi uma das fontes de consulta para a elaboração do nosso projeto. Também consultamos as propostas de outros parlamentares, como a do Senador Renan Calheiros. Reafirmo que não temos nenhuma pretensão de reinventar a roda.

O Senador Osmar Dias falou do limite de 10%. O projeto do governo estabelece um limite de 20%, mas a matéria será discutida nesta Casa. Se depender da opinião do ministro, prefiro enviar a proposta à Casa sob a forma de projeto de lei, mas, evidentemente, pedindo a celeridade necessária, que, nesse caso, penso que até caberia, porque considero urgente e relevante um projeto como esse que vem atender à juventude, mas, como tive 12 anos de Casa, prefiro que ele seja remetido para cá como projeto de lei, sendo apensado ao do Senador Osmar Dias para ser debatido. Essa é a minha vontade. A decisão será da Casa Civil e do Governo. Se depender da vontade do Ministro, prefiro que ele seja remetido na forma de projeto de lei, respeitando também toda a reflexão que as duas Casas já fizeram sobre o tema. Temos aqui Governadores e ex-Governadores que aplicaram programas semelhantes, que, com certeza, contribuirão para o aperfeiçoamento.

O cadastramento que está no projeto de lei do Senador Osmar Dias, que cita Ministério do Trabalho, eu já havia citado aqui. O cadastramento dos jovens e das empresas que vão aderir será feito no Sine. Este é uma parceria do Governo Federal com os Governos

Estaduais por meio de nossos postos de intermediação de mão-de-obra. Lá será feito esse cadastro, até porque temos um banco de dados excepcionais, que mostra todos os jovens que procuraram emprego nos últimos seis meses ou no último ano e todas as empresas que estão fazendo oferta de emprego. Nesse aspecto, diria que está atendido.

Também há a obrigatoriedade da elevação da escolaridade. É claro que no programa está introduzida a questão da qualificação profissional. Esses aspectos da aprendizagem, do aumento da escolaridade estão garantidos dentro do projeto de lei. Porém insisto que se for vencedora, vencedora não, porque não há disputa, mas se for decisão do Governo enviar na forma de projeto de lei, evidentemente que os Senadores e Deputados terão oportunidade de aprimorar o projeto, inclusive introduzindo o debate do Senador Eduardo Suplicy sobre a questão da forma mais eficiente de se buscar o desenvolvimento econômico e a cobertura daqueles que não têm renda.

Senador Mão Santa, sobre a questão do espírito empreendedor, dentro do Projeto do Primeiro Emprego, que prefiro chamar de Sistema do Primeiro Emprego, porque há o estímulo ao chamado espírito empreendedor da juventude. Sou daqueles, vou repetir, não vou vender a mentira de que o Programa do Primeiro Emprego será a nossa redenção. Isso não é verdade. É um programa que vai contribuir para que possamos enfrentar melhor o drama que estamos vivendo.

Sou, por exemplo, altamente favorável – vim do trabalho na indústria, trabalhei com 20 mil, e, hoje, só trabalham cinco mil, isso do ponto de vista do desemprego estrutural – à busca de formas alternativas. Finalmente, ontem, foi sancionada a nova lei no sentido da organização da estrutura do Ministério. Vamos poder inaugurar a Secretaria de Economia Solidária. O Professor e Economista Paul Singer será o Secretário. Nessa área, estaremos estudando exatamente alternativas buscadas pela própria população e estaremos contribuindo com suporte tecnológico para novas cooperativas, para esse espírito empreendedor, para organização de aldeias de pescadores, abrindo suporte tanto do ponto de vista de apoio técnico quanto do microcrédito que será dado.

Por decisão do Presidente da República, instituiu-se uma câmara entre o Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e BNB, que estão trabalhando em uma linha, não diria nem na questão dos juros, que evidentemente é importante, mas na linha da desburocratização do acesso. O BNDES já lançou o cartão para médios empresários, para que tenham créditos mais facilitados. Estamos trabalhando na desburo-

cratização do primeiro crédito ao primeiro negócio, em que a pessoa praticamente, a depender do valor, não teria que dar garantia nenhuma. E, ao se transformar em um bom pagador, iria realimentando esse crédito. São medidas que estamos tomando.

Concordo, pois, com V. Exª: é muito mais importante organizar quem queira produzir para que possa ter a sua renda e melhorar a sua qualificação.

Na Bahia, o Senador César Borges citou, estive em um debate na Assembléia Legislativa, em que o Secretário do Combate à Pobreza, Padre Piazza, tem um trabalho meritório por intermédio da sua organização. Às vezes, aportam-se R\$500 para um pescador organizar melhor a sua produção e ele, rapidamente, eleva sua renda em R\$100 ou R\$200. É óbvio que não vamos trabalhar apenas no foco do emprego formal. Temos que buscar outras formas, e o projeto brinda essas outras formas para que possamos alcançar o nosso objetivo.

Sobre o trabalho infantil – o Senador colocou as questões para o Ministério do Trabalho –, evidentemente, o Ministério, na área que lhe compete, fiscaliza o cumprimento da lei.

Também trabalhei aos 13 anos, mas, evidentemente, lugar de criança é na escola. Esse é nosso desejo, tanto que é o que fazemos com nossos filhos: nós os mantemos na escola para que possam ter uma formação mais completa. É óbvio que o que estou formulando se choca com uma realidade social muito mais dramática. Para isso, temos o Programa do Aprendiz, que possibilita o adolescente, a partir dos 14 anos, estar num processo de aprendizagem e, ao mesmo tempo, garantir o aumento da sua escolaridade.

Sou daqueles que acha que não devemos legalizar a crueldade da realidade social brasileira. Apesar de haver crianças que vão trabalhar com nove, dez anos, não porque o pai quer ensinar seu ofício, mas pela absoluta necessidade de complementação de renda familiar, não seria uma boa medida se regulamentar ou se admitir isso como algo com que iríamos conviver.

Portanto, sou favorável à nossa lei. Na verdade, os auditores do Ministério estão orientados muito mais para um trabalho educativo do que punitivo. Foi o que eu disse em relação ao trabalho do aprendiz. Na verdade, é uma lei, mas, se não houver sensibilização dos empresários, não terei capacidade de fiscalizar todos para saber se estão cumprindo a lei.

Senador Eduardo Suplicy, quero ser recíproco no carinho e no afeto em relação às suas formulações. Afinal, quando V. Exª começava como Sena-

dor, eu começava como Deputado Federal. Portanto, acompanhei toda sua convicção e obstinação na defesa de programas de renda mínima para nossa população. Dentro do Programa do Sistema do Primeiro Emprego, o chamado trabalho comunitário está muito mais próximo da sua formulação, na medida em que o jovem receberá uma renda ou uma bolsa – o nome pode ser bolsa-trabalho – para desenvolver trabalho comunitário na comunidade. Portanto, não estaria no foco do chamado emprego formal. É claro que, neste debate, as opiniões de V. Exª foram levadas em consideração. Acabei de dizer que a economia não é ciência exata. V. Exª me mostrou a bibliografia controversa, que é a sua característica de respeitar o pensamento diferente. Estamos discutindo o projeto. Insisto que, quando ele vier à Casa, terá mais um momento de aprimoramento. Acho até que se pode, por exemplo, estabelecer que, daquele estoque de dinheiro para investir no projeto, quanto vai pra trabalho comunitário e quanto vai para subsídio da empresa.

Inclusive, quero dizer minha posição: pessoalmente, creio muito mais no trabalho comunitário do que no primeiro emprego formal. Quer dizer, acho que nos dará mais retorno do que o emprego formal, mas, na verdade, estamos trabalhando com *mix* e estamos nos esforçando. Até quero registrar que minha esposa Maria de Fátima está assistindo à reunião. Ela mora na Bahia, veio me acompanhar e está aqui para uma reunião que vamos fazer amanhã sobre o programa do primeiro emprego no estímulo ao voluntariado. Não estamos abordando apenas um assunto. As pessoas me perguntam por que está demorando tanto. Porque estamos tentando cercar erros, aprimorar e dar mais solidez ao projeto. Não prometo que vou ler os livros, mas vou pedir para alguém da assessoria lê-los e depois me fazer um **brief**.

Senador César Borges...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT– SP) –

Permita-me apenas registrar que, em 1991, após ter feito inúmeras apresentações à direção nacional e à Bancada do Partido dos Trabalhadores, no Congresso Nacional, houve um dia em que nós dois tivemos um diálogo, e V. Exª me disse: “Eduardo, não precisa mais fazer apresentações. Entre com o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima”, e entrei, em abril de 1991, porque V. Exª acreditava que era melhor eu entrar, porque, já que fora tão divulgado, outra pessoa acabaria entrando. Mas que eu deveria fazê-lo, já que acreditava tanto e já havia feito as apresentações necessárias para o Partido. Eu, inclusive, registro, no meu livro **Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta**, essa passagem. De

fato, V. Ex^a foi um dos que me estimularam muito na batalha pela renda mínima, até mesmo no formato da renda básica de cidadania.

Aproveitarei a oportunidade para passar-lhe às mãos o ofício que encaminhei a Sérgio Vieira de Mello, que está indo para o Iraque, propondo que ele lá institua, como no Alasca, o sistema do Fundo Permanente do Alasca, com os respectivos dividendos, mas para que V. Ex^a, mais uma vez, testemunhe que a luta continua.

Obrigado.

O SR. JACQUES WAGNER – Esqueci de comentar sua sugestão sobre a questão do Copom. Quero deixar a posição muito clara do Ministério. O Ministério do Trabalho, nesta nossa gestão, pretende participar das decisões sobre as escolhas dos caminhos de desenvolvimento econômico. Temos o problema da má distribuição de renda permanente há 30 anos e é evidente que, nas destinações das verbas do FAT para alavancar novos investimentos, estamos introduzindo a presença do Ministério na discussão de qual é a taxa de retorno que cada investimento dará do ponto de vista da geração de emprego, o foco do Ministério.

Portanto, se o Presidente entender que o Ministério do Trabalho deve ter assento no Copom, eu o farei com muita garra, na defesa duma política de desenvolvimento centrada na geração de emprego e de renda. Esse é o compromisso do Presidente da República, esse é o nosso compromisso e, se não o cumprirmos, teremos falhado na missão principal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No mínimo, que V. Ex^a apresente ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na véspera de cada reunião do Copom, como se encontra o estado de desemprego na visão do Ministério do Trabalho. Essa é a sugestão que formulo.

O SR. JACQUES WAGNER – Senador César Borges, o compromisso dos 10 milhões de empregos é evidente que está mantido. Eu não diria que estamos devendo mais porque, insisto, a taxa de desemprego cresceu, mas não houve um saldo negativo de postos. O que está havendo é uma busca maior, porque aqueles que estão trabalhando estão com uma remuneração mais baixa, com uma queda de 6% na média da massa salarial brasileira.

O compromisso está mantido. É claro, vou repetir que, se não tivermos uma redução de custo de capital, estaremos dificultando o investimento produtivo e, portanto, a geração de emprego. Estamos traba-

lhando com outras políticas, como algumas que citei, no sentido de tentar fazer frente a essa questão.

O PET, na verdade, estava localizado no Ministério da Previdência, quando era Previdência e Ação Social, e hoje está localizado no Ministério da Ministra Benedita da Silva, da Promoção Social. Temos uma interface com o PET no sentido de que, quando fiscalizam e detectam crianças trabalhando irregularmente, os auditores formam um banco de dados, remetido ao Ministério da Promoção Social exatamente para cumprir a aplicação do programa em termos do suporte àquela família para que aquela criança não volte ao mundo do trabalho. Sinceramente, não tenho informação aqui se houve corte no volume de verba do PET.

Quanto à utilização, efetivamente está havendo um processo de reformatação e, como eu disse, o Presidente da República está preocupado com a não-pulverização do programa, o que não justificaria paralisar nenhum programa antes que se colocasse algo no lugar. Mas eu não teria um diagnóstico mais preciso do porquê de a aplicação estar restrita aos 4,7% que V. Ex^a mencionou.

Sobre a questão da qualificação e intermediação, realmente houve um corte muito severo no primeiro contingenciamento. Temos um organismo que reúne todos os Secretários Estaduais do Trabalho. Já promovi três reuniões com esse fórum – duas aqui no Ministério do Trabalho uma numa reunião que eles fizeram em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Fizemos uma ação de parceria, evidentemente com pressão. É o jogo normal dentro da democracia. E, do corte inicial, nós conseguimos recolocar as verbas da ordem de noventa milhões, o que não chegou aos padrões anteriores, mas de qualquer forma os números são, mais ou menos, o que V. Ex^a deu. Ele tinha caído para sessenta e dois, e nós conseguimos retomá-lo a noventa milhões. Cento e dezenove era o original.

De qualquer forma, insisto. Obviamente, está havendo um esforço de otimização do uso do dinheiro público. Estou construindo esse diálogo com todos os Secretários do Trabalho. Com o Secretário do Trabalho e Ação Social do Governo da Bahia, Eduardo Oliveira Santos, tivemos dois encontros. E considero possível otimizar esse procedimento de tal forma que o gasto seja menor.

O Governo anterior fazia uma espécie de convênio em que não havia um acompanhamento. Nós estamos negociando com os vinte e sete Governadores e também com as centrais sindicais a otimização. O Codefat, no mês passado, tomou uma decisão que até beneficia os Governos Estaduais na proporção do dinheiro que eles recebem na intermediação de

mão-de-obra, reduzindo um pouco o de outros parceiros privados, porque a minha crença é a de que esse trabalho precisa ser o mais público possível, o mais controlado socialmente, e havia uma eficiência maior dos Governos Estaduais do que dos parceiros privados. O Codefat, acatando a avaliação realizada por nós, fez uma modelagem diferente. Acredito que, mesmo com um pouco menos de dinheiro, conseguiremos fazer frente a essa questão.

Na qualificação, houve um corte duro. Nessa área, ainda não conseguimos repor. Na discussão com o Presidente da República sobre o programa do primeiro emprego, que inevitavelmente passa tanto pela intermediação quanto pela qualificação, acredito que vamos conseguir – eu não diria retornar ao original – ganhar em termos de volume, no programa de qualificação.

A afirmação é correta: quem deseja enfrentar o desemprego, obviamente precisa trabalhar na área de qualificação. Apesar de – coloco uma posição pessoal – a qualificação dar maior empregabilidade àquele cidadão que a recebe. Mas não vamos também fazer colocações que são uma forma de desqualificar a mão-de-obra brasileira, reconhecida no mundo inteiro como de excelente capacidade criativa.

Terei orgulho, como Ministro do Trabalho, amanhã, ao acompanhar o Presidente da República na ida que Sua Excelência fará à Organização Internacional do Trabalho para abrir a sessão deste ano, de visitar, no norte da França, uma siderúrgica que estava fechada e foi reaberta quando a Companhia Vale do Rio Doce a adquiriu.

Acabamos de adquirir a Companhia Vale do Rio Doce novamente. Eu digo “acabamos”, apesar de ela ser privada, porque nós brasileiros acabamos de adquirir uma na Noruega. E há duas empresas, uma já em funcionamento. A da França é colocada como excelência em produção de ferro com a combinação de liga de manganês.

Então, aumenta-se a empregabilidade. Mas não vamos dizer que quem está desempregado é só porque não tem qualificação. Há muitos jovens formados nas universidades, com boa qualificação, e o problema do desemprego é o problema do crescimento da economia. É claro que a qualificação é importante, mas não vamos supervalorizá-la. De repente se tenta colocar que há o desemprego porque não temos uma mão-de-obra qualificada. Isso não é verdade. Desconheço qual a empresa que tem na porta a placa: procura-se e não se encontra, porque não há pessoas qualificadas.

Evidentemente, estamos absorvendo alguns segmentos de nova tecnologia. Mas tenho esse depoimento de todos os empresários, inclusive de empresas multinacionais que aqui operam, de que a excelência e a competitividade do trabalhador brasileiro supera, e muito, as dos países ditos de Primeiro Mundo.

Como o Presidente da República insiste em que nós somente faremos a travessia se a nossa auto-estima também for abolida, quero dizer que 100% diz respeito à qualificação profissional. Mas não vamos ficar absorvendo que há desemprego porque não existe trabalhador qualificado. Isso não é verdade.

Sobre as duas polêmicas – uma, inclusive, foi a partir de uma conversa com o Jornalista Gilberto Dimenstein, que está aqui do meu lado. Só quero deixar clara minha posição: sou favorável à modernização da legislação trabalhista, não trabalho com nenhum preconceito ou dogma na minha cabeça, não mudei minhas convicções e tenho insistido – e digo isso aqui, na Febraban, na CNI ou para os trabalhadores – em que precarização de mão-de-obra não é sinal de país desenvolvido, nem aponta para crescimento econômico.

Então, vou ao Fórum Nacional do Trabalho para mediar o diálogo entre os principais protagonistas desta relação, que são os empresários e trabalhadores, com o objetivo de ter uma legislação mais transparente, simples, que demande menos ao Judiciário, porque hoje há 2,5 milhões de ações na Justiça do Trabalho, que não ajudam trabalhadores, que, às vezes, levam 8 a 10 anos para verem seus direitos respeitados, nem as empresas, que fazem estoque de passivo trabalhista e não têm, portanto, uma boa administração. Agora, o foco não é precarizar ou baratear a mão-de-obra brasileira, que já é muito barata. Temos que escolher que país queremos construir. Olhando para frente, quero construir um país moderno, forte economicamente, justo socialmente, democraticamente consolidado, que aponte para empresas modernas, com trabalhadores em boas condições. Como se apregoa no Primeiro Mundo, trabalho decente, emprego decente.

Não adianta a discussão de que a fábrica vai para as Filipinas, porque lá se oferece mão-de-obra praticamente de graça e sem nenhuma proteção. Se esse é o projeto de país, não será assinada com a minha caneta essa modernização da legislação trabalhista, porque não acredito nisso. Essa é a conta do “andar para trás”. Vai-se cortando e, no final, mingua. Queremos um mercado interno forte, para isso, precisamos aumentar a massa salarial.

Agora, insisto: o Brasil paga salários como se fossem uma árvore de Natal. Há um caule, que é a remuneração, e uma série de adereços, que são os chamados custos e salários indiretos. Se empresários e trabalhadores quiserem discutir e pactuar, em uma mesa de negociação, mediada pelo Governo Federal, para ser remetida ao Congresso Nacional, a mudança da legislação, terão o total apoio do Governo Federal.

Vou repetir, porque as pessoas se angustiam, perguntando qual é a posição do Governo. Sua posição é a de que a melhor legislação trabalhista será fruto da negociação entre capital e trabalho. Essa é a boa lei, e não a que sair da cabeça do Ministro.

Com relação aos 40%, relato como a coisa aconteceu. A jornalista me perguntou se eu sabia que estava havendo corrupção em relação aos 40%, combinação entre empregadores e empregados, para demitir, devolver os 40%, etc. Eu disse: se há, é preciso fiscalizar. E se não se superar o problema até mesmo com a fiscalização? Eu respondi: se o instrumento não se mostra eficiente, vamos repensá-lo. A notícia foi a de que eu queria terminá-lo. Quero somente trazer à memória os 40%.

O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva tentou introduzir um conceito mais moderno, existente em países mais desenvolvidos, que são as regras contra a demissão imotivada, porque, quando se fala em flexibilização no País, esquece-se de que a grande flexibilização, que é o direito sobre o emprego, é total no Brasil. O empregador dispõe do emprego como quer; basta pagar uma multa e pode mandar embora. Essa é a grande flexibilização da legislação trabalhista, porque tudo que se quer do ponto de vista de proteção ao trabalho são regras que reconheçam o emprego com a sua função social e, portanto, digam que não se pode dispor disso, por causar impacto na sociedade como um todo. Não estou falando de estabilidade, mas de regras preconizadas pela Organização Internacional do Trabalho. Naquela época, os chamados segmentos mais conservadores foram contra a proposta, repito, do então Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, a qual ficou no Texto Constitucional, dependendo de regulamentação por projeto de lei complementar. E a contrapartida que os segmentos conservadores ofereceram foi colocar, nas Disposições Transitórias, a quadruplicação da multa, que, à época, era de 10% no ato da demissão. E isso está mantido até hoje.

Para mim, a possibilidade de rediscutir o tema é total, até porque, insisto, ela faz parte das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Se, na

mesa de negociação, houver um pacto, entre empresários e trabalhadores, sobre regras de proteção que é o que mais interessa a todos – do estoque de empregos existente, discutindo-se os 40%, se se puderem de acordo, terão o aplauso do Governo Federal. Contudo, não se pode querer tirar a regra, mas não regulamentar. Aí digo que lei boa, na área de relação trabalhista, é a lei pactuada. Se quiserem, então a minha posição é clara: é essa.

Sobre o décimo terceiro – estou aqui do lado do Gilberto, e ele sabe –, eu já disse a minha posição claramente e não tenho medo de introduzir o debate, apesar de que ele será feito no fórum nacional. Discutimos a dificuldade de algumas pequenas e microempresas ou, eventualmente, até organizações não-governamentais com o pagamento do décimo terceiro. Eu digo que, se julgam mais fácil pagar parcelado, vamos debater isso. O que estou insistindo em dizer é o seguinte: quando os empresários dizem que o custo do emprego no Brasil é 104%, essa frase não é transparente. Imposto sobre folha de pagamento, que estamos propondo reduzir para baratear o custo da contratação, é da ordem de 31%; 60 a 63% são custos indiretos: décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado e outros. Se as pessoas querem pegar esse bolo, que é o que entra como remuneração, e organizá-lo de outra forma, a discussão está aberta, vamos fazê-la no fórum nacional do trabalho – não vejo problema –, mas não defendi o fim do décimo terceiro.

Sobre a questão mencionada por V. Ex^a, relativa a alguns programas, quero-lhe dizer, até porque é orientação do Presidente da República, que as boas bandeiras e as boas causas não passarão pelo crivo da questão político-partidária. Recebi o Secretário Municipal de Trabalho, e um dos programas apresentados por ele, a criação de ostras em cativeiro na Baía de Todos os Santos, já está na mão da direção da Petrobras para se tentar efetivá-lo, assim como estamos tentando dar o apoio federal a outros programas. É óbvio que há restrição de verbas, mas ajudaremos naquilo que pudermos. Como existe o drama do desemprego forte na nossa capital, Salvador, teremos que levar também para lá programas como esse. Isso, evidentemente, não é porque o Ministro é baiano, mas pelos indicadores.

Senador Eurípedes Camargo, essa parceria com o Ministério da Educação já está sendo construída nessa área que, conforme eu disse, brinda o conceito do Senador Eduardo Suplicy, a do trabalho comunitário, por meio de bolsas de trabalho em vez do emprego formal. Essa medida ocorre até porque, vou repetir, volume grande de emprego vai-se criar com

crescimento econômico. Estamos fazendo uma oferta de baratear um tipo de emprego, o destinado à juventude, para tentar atender a essa população. Nós já estamos discutindo o tema. Como o Ministro da Educação é um apaixonado, eu diria quase obsessivo, pela questão da alfabetização, pelo menos uma vez por semana, conversamos para que ele saiba o número de pessoas do primeiro emprego que também serão alfabetizados. Estamos fazendo essa construção.

Repito ainda que a transversalidade é determinação do Presidente da República. Em toda a reunião, Sua Excelência diz que não temos política de Ministros ou de Ministérios; temos política de Governo, e os Ministérios, na sua especificidade, participam. Mas a política é total. Por isso, costumo dizer que não há Ministro "bonzinho" ou "mauzinho". Portanto, a decisão assumida pelo Governo, inclusive na área de política econômica, é discutida no Ministério e é assumida inclusive por mim, quando é mantida. E sempre teremos de reavaliar as discussões para acertar no momento da mudança.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao jornalista Gilberto Dimenstein, gostaria de agradecer a presença dos jovens universitários de Goiás e dos jovens da Universidade de Brasília. Agradeço, com muito carinho, a presença de Maria de Fátima Carneiro de Mendonça, esposa do nosso Ministro, que nos deu a honra de estar conosco nesta manhã. Quero cumprimentar Miguel Salaberry, Secretário-Geral da Social Democracia Sindical.

Concedo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, para encerrarmos esta reunião.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Senadora, queria agradecer a chance de expor experiências de uma juventude mais protagonista, mais articulada e de tentar ao mesmo tempo tornar a discussão mais complexa – infelizmente ela é mais complexa. Faço votos de que V. Ex^a, que ajudou a criar o PET, mas antes moldou a forma como deveria ser tratada a política social para a infância e a juventude a partir da assistência social, também faça desta Comissão quase que um espaço de passagem para que quem produza tecnologia social possa compartilhar com quem possa replicar.

O Sr. Jacques Wagner mencionava o anseio dele em ouvir as pessoas que estão articulando, que estão fazendo. O Senador César Borges contou a experiência maravilhosa do Axé, do nosso amigo padre no Afro e há tantas outras que poderíamos citar da Bahia. São pessoas que estão repensando o Brasil, seja em Boa Vista, seja em Porto Alegre, e que às ve-

zes não tem capacidade de transmitir tecnologia e, por causa disso, o Poder Público fica carente de soluções que já foram criadas. Portanto, não seria necessário ficar reinventando.

Parabenizo V. Ex^a por este gesto. Espero estar sempre aqui aprendendo o que é preciso fazer por um Brasil em que o jovem seja um ser central e protagonista.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Patrícia Gomes, Relatora da Subcomissão da Juventude; agradeço ao Ministro Jacques Wagner; agradeço ao Gilberto Dimenstein e quero dizer da nossa satisfação em poder recebê-los aqui nesta manhã; agradeço aos Senadores. A Comissão continua aberta para o debate.

Mais uma vez pedindo desculpas à Senadora Patrícia, quero dizer que ela é uma Relatora competente e vai demonstrar à frente da Subcomissão da Infância e da Juventude o seu trabalho, o seu carinho, a sua determinação e aquilo que ela já fez no Ceará com tanta propriedade.

Ao Ministro peço desculpas pelo horário. Abusamos um pouquinho de V. Ex^a, mas foi uma manhã produtiva, assim como o foi a exposição do jornalista Gilberto Dimenstein que trouxe muita alegria e muito alento para todos nós.

Um bom dia e muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 14h06min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 05 DE JUNHO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos, do dia cinco de junho de dois mil e três, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, JOÃO CAPIBERIBE, MÃO SANTA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPINO, LEOMAR QUINTANILHA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL,**

HÉLIO COSTA, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN e MOZARILDO CAVALCANTI. A Senadora Ana Júlia Carepa justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos itens não terminativos da pauta, em virtude do trancamento da pauta devido a não apreciação de medidas provisórias na ordem do dia, conforme a presença dos relatores. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001.** O Senador Hélio Costa pede vista à matéria. O pedido é concedido nos termos regimentais. **Item 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2001.** A matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Eurípedes Camargo. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001.** É feita a leitura do parecer. Na discussão, o Senador Eurípedes Camargo pede vista ao processo. O pedido é concedido nos termos regimentais. **Item 1 – Aviso nº 34, de 2002.** Lido o parecer, discutiram a matéria os Senadores Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha e Teotônio Vilela Filho. Em votação, o parecer é aprovado. **Item 2 – Aviso nº 199, de 2001.** É lido o parecer. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O parecer é aprovado. O Senador Eurípedes Camargo apresenta requerimento de audiência pública para discutir a questão fundiária no Distrito Federal. Não havendo quem quisesse discutir, o requerimento é posto em votação. O requerimento é aprovado. O Senador Flávio Arns apresenta requerimento de audiência preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos para examinar os aspectos econômicos dos Projetos de Lei do Senado nºs 287 e 569, de 1999, que tramitam em conjunto e tratam de concessão de desconto no valor de passagens para maiores de sessenta anos. Não havendo quem quisesse discutir, o requerimento é posto em votação. O requerimento é aprovado. Os Senhores Senadores Sérgio Cabral e Efraim Morais, usam a palavra para argumentar com o Senador Flávio Arns para que seu requerimento seja alterado no sentido de se realizar uma audiência pública para instruir o processo em questão, ao invés de enviá-los à Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Flávio Arns acata os argumentos dos seus pares e apresenta requerimento desistindo do requerimento apresentado e aprovado anteriormente, e requisitando a realização de audiência pública para subsidiar os Projetos de Lei do Senado nºs 287 e 569, de 1999, que tramitam em conjunto e tratam de concessão de desconto no valor de passagens para maiores de

sessenta anos. Não havendo quem quisesse discutir, o requerimento é posto em votação. O requerimento é aprovado. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que, em virtude de termos medida provisória obstruindo a pauta do Senado Federal, os Itens 7 a 11 de nossa pauta estão com sua apreciação sobrestada, por terem decisão terminativa nesta Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes itens constantes da pauta: Aviso nº 34, de 2002; Aviso nº 199, de 2001; Ofício “S” nº 9, de 2002; Projetos de Lei da Câmara nº 21, de 2001; 97, de 2001 e 127, de 2001.

Não estando presentes os Srs. Senadores que vão relatar os Itens 1, 2 e 3, passamos ao Item 4 da pauta.

Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr^a Presidente, eu gostaria de pedir vistas a esse projeto para uma melhor apreciação, em razão de uma informação que obtive, de que ainda não existe um programa capaz de, realmente, fazer funcionar esse programa voluntário de vacinação, que poderia ficar prejudicado. Eu gostaria de pedir vistas, para uma melhor observação da proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A relatoria é do Senador Augusto Botelho. Se S. Ex^a não tiver nada a opor, concederemos vista ao Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não tenho nada a opor, mas poderia fazer algumas considerações. Não existe um programa de vacinação voluntária, mas esse projeto não tira do Poder Público a

responsabilidade pela execução das campanhas de vacinação. Ele apenas autoriza as empresas que estabeleçam seus programas de vacinação. Essa é uma reivindicação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, formada pelos médicos que trabalham dentro das empresas.

Esse programa de vacinação não visa só a prevenir doença, mas reduz muito os custos hospitalares. Se eu indagar, nesta sala que tem umas trinta pessoas, quem está em dia com a sua vacina de toxóide tetânico (tétano), poucas pessoas vão levantar o dedo. Eu levanto, porque estou em dia com a vacina para tétano. Vejo que temos três pessoas entre trinta, ou seja, dez por cento vacinadas contra o tétano. O paciente com tétano é caro para o Estado, porque vai terminar na UTI por quatro a seis dias. A mortalidade também é elevada: se demorar a fazer o diagnóstico ou se o paciente tiver tétano numa cidade pequena, por exemplo, ele vai morrer.

Então, esse programa tira o ônus da vacinação do Governo, mas não o transfere – aqui está bem claro – para o trabalhador. A empresa será responsável pelo custo. E diminui custo hospitalar no futuro. Mas é bom que se peça vista porque estamos aqui para discutir. Somos um Parlamento para conversar as coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Vamos assumir que V. Exª fez um relatório inteligente e muito bem apresentado. Apenas faço a ressalva, porque há uma informação de que a Anvisa entende que deveríamos fazer um melhor estudo da proposta, não em detrimento de seu relatório, mas apenas para, talvez, até contribuir com sua proposta.

Imagino que em duas semanas, Srª Presidente, poderíamos decidir a questão e voltar com o assunto.

Se V. Exª concorda, Senador, em duas semanas teremos condições de retornar com o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Item 5 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2001, não-terminativo. Estende aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A. e da Companhia de Trens Urbanos o benefício de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que dispõe sobre a complementação da aposentadoria de ferroviários. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Eurípedes Camargo. Seu parecer é pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo para proferir o seu relatório.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª. Presidente, meu relatório é favorável. No entanto, estamos discutindo a viabilidade junto ao Ministério dos Transportes já que implica despesas. Estou pedindo a retirada para que possamos fazer uma modificação no sentido de viabilizar a possibilidade de previsão orçamentária para o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedido.

Passamos ao requerimento de 2003.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II e V, combinado com o art. 100, inciso IV, do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a aplicabilidade da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União no que se refere a imóveis de propriedade da União e da Companhia Imobiliária de Brasília, localizados no Distrito Federal, resultantes de procedimentos de regularização de ocupações para fins de moradia.

Cumpra observar que a mencionada empresa pública, embora integre o complexo administrativo do Distrito Federal, detém participação acionária da União equivalente a 49% do seu capital, razão por que tem prevalecido no âmbito do Poder Legislativo Federal o entendimento de que sobre ela incide a competência fiscalizadora reservada constitucionalmente ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista sobre a matéria o Sr. Pedro Celso, Secretário do Patrimônio da União; o Sr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto do Tribunal de Contas da União; o Sr. Jorge Ulisses Jacoby, Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal; o Sr. Eri Varela, Presidente da Terracap; a Sr. Ana Luísa Osório, Promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, A SRA. Tânia Batela, Coordenadora da Comissão de Política Urbana do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Em votação, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2001, não-terminativo. Dispõe sobre a gestão de área de proteção ambiental de Jericoacoara e dá outras providências. É autor o Deputado Adolfo Marinho. O Relator é o Senador Reginaldo Duarte. O Parecer foi pela aprovação e foram aprovadas duas emendas. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Srª. Presidente, tenho que ler o relatório *in totum* porque ele é muito questionável para algumas das pessoas presentes. Então, preciso lê-lo para que as pessoas possam compreender seu conteúdo.

O projeto de lei em exame, apresentado em 1999 pelo Deputado Adolfo Marinho, dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental – APA, de Jericoacoara, localizada no Estado do Ceará.

A matéria em pauta, em sua essência, propõe a transferência da gestão da referida APA da União para o Estado do Ceará. Incluem-se nessas atividades de gestão o custeio, a administração, a fiscalização e a aplicação de sanções administrativas.

Na sua essência, a proposição dispõe sobre os objetivos da APA de Jericoacoara: proteger e preservar os ecossistemas de praias, mangues, restingas, dunas e formações geológicas de grande potencial paisagístico, científico e a biodiversidade local. E enuncia uma delimitação geográfica.

O projeto estabelece ainda as medidas a serem adotadas na gestão dessa unidade de conservação, entre elas a realização do zoneamento, que deverá indicar os empreendimentos e as atividades que poderão ser implantadas em cada área e fixar as respectivas proibições e restrições.

Poderão ser proibidos ou restringidos na APA, ou em suas zonas, o uso de veículos automotores; o parcelamento do solo urbano; a movimentação de terra; a construção e ampliação em reformas de edificações para quaisquer finalidades; a retirada de areia, argila ou qualquer tipo de substância mineral; o uso de agrotóxicos; as atividades de recreação e a instalação, ampliação e funcionamento de atividades econômicas ou empreendimentos potencialmente causadores de poluição ou degradação ambiental; a utilização de incentivos financeiros governamentais para assegurar o uso racional dos recursos naturais; a implantação de um programa permanente de educação ambiental. Ainda de acordo com a proposta, a fiscalização dos serviços públicos de abastecimento

de água, coleta e tratamento de esgotos e coletas de exposição final de resíduos sólidos ficarão a cargo do órgão responsável pela gestão da APA.

Por fim, a proposição determina que as infrações às normas de funcionamento da APA serão punidas, nos termos da legislação ambiental vigente.

Conforme as normas regimentais, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto sob exame.

Com o término da legislatura, e em virtude do disposto no inciso II do art. 322 da Resolução Interna do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, a proposição permaneceu em tramitação e nos coube relatar a matéria.

A área de proteção ambiental de Jericoacoara foi criada pelo Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e localiza-se integralmente no Estado do Ceará. Inicialmente administrada pela então Secretaria Especial do Meio Ambiente, Sema, passou a ser gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, Ibama, a partir de 1991.

No período de 1989 a 1990, por meio de convênio, a gestão da APA ficou sob a responsabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará, Semace.

As APAs são unidades de conservação de uso sustentável, e estão previstas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, SNUC. Conforme dispõe o §2º do art. 7º da Norma, o objetivo básico das unidades de conservação de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais.

O art. 15 da mencionada Lei define as áreas de proteção ambiental como uma área, em geral, extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidades biológicas, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Por conseguinte, as APAs permitem a coexistência entre a conservação ambiental e o desenvolvimento, uma vez que, nessas áreas, não há rígidas restrições à ocupação humana e às atividades econômicas, respeitados os limites do zoneamento ambiental. Tais áreas podem ser constituídas por terras pú-

blicas e privadas, sendo possível, observados os limites constitucionais, estabelecer normas e restrições para a autorização de uma propriedade privada nelas localizadas, exatamente porque essas características, essas unidades devem ser criadas e administradas com a participação das comunidades diretamente envolvidas.

Na justificativa da proposta em análise, o autor considera que a iniciativa de assegurar uma ação governamental mais eficiente no que se refere ao controle ambiental da APA de Jericoacoara, uma vez que um dos principais problemas verificados decorre do fato de o Governo Federal não possuir os recursos e a estrutura institucional para dotar a Vila de Jericoacoara de condições mínimas de habitabilidade, como energia, água, comunicações, saúde, educação, segurança e transporte, entre outras, viabilizando-se o acesso da comunidade a elementos básicos da cidadania.

Muitas APAs federais, de fato, acabam relegadas ao segundo plano pelos órgãos gestores, ainda que de forma não-intencional. Em grande parte das vezes, os poucos recursos financeiros e humanos disponíveis são direcionados para as unidades de conservação e de proteção integral, no caso dos parques nacionais, das reservas biológicas e das estações ecológicas, por exemplo, que pelas suas características exigem maior rigidez no seu controle.

Com a finalidade de contornar esse tipo de problema já houve no passado iniciativa similar à proposta atualmente em análise. O Congresso Nacional aprovou em 1996 a Lei nº 9.262 que transferiu da União para o Distrito Federal a gestão da APA da Baía do Rio São Bartolomeu. Não restam dúvidas, portanto, quanto ao mérito do PLC nº 21 de 2001. A transferência da gestão da APA para a esfera estadual possibilitaria ao Governo local ações mais condizentes com as necessidades de proteção ambiental da área e com os anseios da população cearense.

É essencial, no entanto, adequar a proposta à luz do Decreto nº 4 de fevereiro de 2002, editado nos termos dos arts. nºs 11, 15 e 22, da Lei nº 9.985, de 2000, que criou o Parque Nacional de Jericoacoara nos Municípios de Cruz, Jijoca e Jericoacoara.

O referido decreto transformou parte da APA existente em parque nacional e definiu os limites geográficos da APA com a exclusão do território do novo parque mantendo-a, no entanto, como APA federal.

É com o objetivo de corrigir esses limites geográficos fundamentalmente modificados e tendo por referência o mencionado decreto que apresentamos as emendas aos arts. 1º e 4º, do Projeto de Lei da Câ-

mara de nº 21, de 2001, que transfere, da União para o Estado do Ceará, a administração da APA de Jericoacoara.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2002, com as alterações decorrentes das emendas que apresentamos a seguir.

Emenda CAS. Dê-se ao art. 1º, do PLC nº 21, de 2001, a seguinte redação:

Art. 1º. Esta lei transfere a gestão da área de proteção ambiental APA Jericoacoara da União para o Estado do Ceará, nos termos que especificamos.

Emenda CAS. Dá-se ao art. 4º, do PLC nº 21, de 2001, a seguinte redação: Os limites da área de proteção ambiental de Jericoacoara ficam definidos pelo seguinte memorial descritivo, iniciando-se no ponto de coordenadas geográficas, aproximadamente de latitude 2º47'30" sul e longitude de 40º31'11" oeste, Vértice 1, que é o início.

Não lerei o restante, apenas o final, em que ele retorna ao ponto V1, início deste período, perfazendo uma área de 207 hectares. É onde está situada a cidade de Jericoacoara. Espero que todos os presentes já conheçam as belas praias do meu Ceará, principalmente as de Jericoacoara.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, apesar do relatório do Senador Reginaldo Duarte, que faz um relato muito competente, como é da sua lavra, sempre com esse primor, peço vista para ter uma compreensão melhor da matéria. Peço vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida, nos termos regimentais.

Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 97, de 2001 – não terminativo. Institui o Programa Voluntário de Vacinação (PVV). Foi concedida vista desse projeto, nos termos regimentais, ao Senador Hélio Costa.

Item nº 1. Aviso nº 34, de 2002 – não terminativo. Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 414, de 2002 – TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), no âmbito do período de extensão da fase 1 do projeto de cooperação técnica entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido, firmado em 1998. Autoria: Presidente do Tri-

bunal de Contas da União. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

O parecer é para que a Comissão de Assuntos Sociais tome conhecimento, com subsequente encaminhamento à Comissão de Fiscalização e Controle. Observação: a matéria será apreciada pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para proferir o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um relatório de auditoria de natureza operacional, realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), pelo Tribunal de Contas da União. O trabalho teve por objetivo contribuir para melhorar o desempenho do Peti a partir da identificação e disseminação de boas práticas, bem como identificar pontos nos quais o programa apresenta oportunidades de melhoria. Para tanto, delimitaram-se como escopo os seguintes pontos críticos: o controle dos recursos, a qualidade das atividades oferecidas pela jornada escolar ampliada e a gestão do programa.

Temos um relatório extenso dos prepostos do Tribunal de Contas da União, enumerando algumas falhas encontradas na implementação do programa.

O trabalho objetivava identificar e disseminar boas práticas administrativas, bem como apontar as áreas nas quais o Peti poderia ser aprimorado, contribuindo, portanto, para a melhoria do desempenho do programa. Baseado no relatório da equipe de auditoria, o Relator, Ministro Adylson Motta, concluiu, respaldado pelo Plenário, que o Peti apresentava inúmeras deficiências, destacadamente:

1 – ausência de dados precisos sobre a quantidade de crianças exercendo atividades laborais;

2 – inexistência de critérios uniformes entre os municípios para a inclusão das crianças no programa, dificultando a identificação e seleção de um público alvo;

3 – atraso na liberação dos recursos para pagamento da Bolsa Criança-Cidadã.

Diante desse quadro, foram feitas várias determinações de cunho administrativo à Secretaria de Estado de Ação Social.

Ademais, recomendou-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social a criação de grupos de contato de auditoria no intuito de atuar como canal de comunicação entre o TCU e os vários órgãos do Ministério, facilitando o acompanhamento da implementação das recomendações da Corte de Contas, a evo-

lução dos indicadores de desempenho e o atendimento das metas fixadas.

O próprio processo de auditoria foi transformado em processo de acompanhamento, determinando-se o seu encaminhamento para uma das unidades técnicas executivas do TCU, para que se proceda ao monitoramento da implementação das determinações efetuadas.

O plenário da Corte de Contas também determinou o encaminhamento de cópias da decisão em questão e dos respectivos relatórios e voto a órgãos de entidades dos Poderes Executivo Federal e estaduais, ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, à Organização Internacional do Trabalho, OIT, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. O relatório veio a esta Comissão para que tomássemos conhecimento dessas irregularidades e ineficiências na aplicação do programa identificadas pelos técnicos do TCU.

Portanto, Sr^a. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, por se tratar de matéria situada no âmbito de competência do TCU, o voto é para que a Comissão de Assuntos Sociais tome conhecimento e encaminhe o processo à Comissão de Fiscalização e Controle.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, proponho ao Relator, Senador Leomar Quintanilha, que esse “tomar conhecimento” seja tomar conhecimento do inteiro teor da decisão do Tribunal de Contas da União, porque é uma praxe na Comissão de Fiscalização e Controle que o Tribunal de Contas encaminhe apenas a ementa, apenas um tópico relativo à decisão do assunto. Nós gostaríamos que a Comissão de Fiscalização e Controle tomasse conhecimento do inteiro teor da decisão e, de posse dela, se houver necessidade, traga novamente o assunto à Comissão de Assuntos Sociais. Concorro com o relator, mas sugiro que fique explicitado ao TCU que deverá enviar todas as informações que dispuser sobre essa importante auditoria.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Concorro com o eminente Senador Antero Paes de Barros, mas informo que, no processado, já dispomos de parte do relatório apresentado pelos técnicos designados pelo TCU para fazer esse trabalho.

De qualquer sorte, o assunto é do maior relevo e da maior importância. O Brasil realmente deve se preocupar com a exploração de crianças no trabalho in-

fantil. Nada mais pertinente do que a Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle, tomar conhecimento e acompanhar os trabalhos que a Secretaria de Estado de Ação Social desenvolve, no sentido da erradicação do trabalho infantil visando ao aprimoramento das ações que estão sendo praticadas tendo em vista as ineficiências apresentadas pelo TCU, para que realmente consigamos alcançar o objetivo proposto, qual seja, evitar a exploração do trabalho infantil.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria... **(interrupção na gravação)**

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, concordo com o parecer do eminente Senador Leomar Quintanilha. Acrescento também o que foi posto pelo Senador Antero no sentido de que as informações e as solicitações do Tribunal de Contas da União venham por inteiro para que não tenhamos uma visão e não possamos dar uma opinião a respeito de um fragmento de uma auditoria, que é muito mais ampla, mais abrangente.

É necessário registrar a importância desse programa. Todos os programas precisam e devem ser fiscalizados e, com certeza, em um País imenso como o nosso, haverão de ser encontradas irregularidades que têm que ser identificadas, corrigidas, os responsáveis alertados ou punidos, dependendo da gravidade das irregularidades. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, como um todo na sua proposta e na eficácia de seus resultados, merece o registro.

Na minha pequenina Alagoas, Sr. Presidente, são aproximadamente 80 mil crianças atendidas por esse Programa, que tem modificado o destino de crianças e jovens que têm sido retirados do trabalho infantil penoso e integradas à sociedade, participando de programas culturais. Foi emocionante assistir, no Teatro Deodoro, em Maceió, a crianças do sertão, da Zona da Mata, participando de vários eventos na área cultural, que era um segmento das atividades humanas que elas mal imaginavam que existia. Sentimos que aquilo estava modificando o destino daquelas crianças, pela capacidade de aprender e apreender a respeito da vida, do futuro, a participação nas escolas. É importante que toda a irregularidade seja atentemente cuidada para que não se repita, mas programas da natureza do Peti têm realmente um papel importantíssimo e precisam ser fortalecidos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

Antes de passarmos para o próximo item da pauta, informo ao Plenário que está sobre a mesa o seguinte requerimento, do Senador Flávio Arns:

Requerimento de 2003: Requeiro, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, audiência preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos para que examine os aspectos econômicos e financeiros na hipótese de acolhimento do disposto no PLS nº 287/99, que tramita em conjunto com PLS nº 569/99, dispondo sobre a concessão de desconto no valor de passagem para maiores de 60 anos.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último item da pauta, Item 2. Não terminativo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quem é o autor do requerimento que V. Ex^a acabou de ler?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O autor é o Senador Flávio Arns.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E o que ele solicita? Sei que já é matéria superada, mas, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requer, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, audiência preliminar na Comissão de Assuntos Econômicos. Naturalmente quer sentir o impacto econômico, por ser uma medida que tem um mérito positivo, e quer que a matéria vá à Comissão de Assuntos Econômicos para sentir o impacto econômico que ela pode provocar antes da votação final.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Esse é um requerimento do próprio Senador Flávio Arns?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – É um requerimento do Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Posso explicar. Trata-se de um procedimento – até diria – comum, mas quero me posicionar. Fizemos um pe-

queno debate em relação ao mérito da matéria. Fiz alguns questionamentos em relação ao mérito, mas, na essência, manifesto-me favoravelmente à matéria em análise dentro dos projetos de lei mencionados no requerimento. Em relação ao mérito, posiciono-me favoravelmente. Para não haver dificuldades na análise do mérito da matéria por esta Comissão de Assuntos Sociais, fiz o requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos opinasse sobre o assunto e emitisse parecer sobre o impacto financeiro dos projetos de lei. Dessa forma, poderemos dirimir quaisquer dúvidas. O projeto viria para a Comissão de Assuntos Sociais com mais peso e força para que pudessemos aprová-lo, na seqüência, nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Matéria vencida.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Srª Presidente, gostaria de fazer uma ponderação ao Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – V. Exª leu o requerimento e não tínhamos a cópia. V. Exª leu, anunciou, mas, evidentemente, não tive condições de fazer as ponderações que gostaria ao Senador Flávio Arns, a esta Comissão e a V. Exª sobre as preocupações do Senador Flávio Arns a respeito do impacto econômico-financeiro nas companhias aéreas, rodoviárias etc. nesse projeto. Em vez de enviar para a Comissão de Assuntos Econômicos, seria mais razoável que convidássemos para vir a esta Comissão autoridades ligadas à matéria no setor de transportes e até mesmo econômico. Não há sentido enviar para a CAE um assunto que está na CAS. Se a preocupação do Senador Flávio Arns é o impacto financeiro desses benefícios – e, no mérito, S. Exª concorda em beneficiar os idosos, mas teme pelo impacto financeiro –, creio que o fórum adequado para ouvirmos as autoridades que S. Exª acha razoável serem convocadas, porque não estão especificadas no requerimento, é a CAS e não a CAE. Não vejo razão para esse envio à CAE se aqui podemos...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador, a matéria é vencida, e o requerimento foi apresentado à Mesa neste instante.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sra. Presidente, uma questão de ordem. Isso é uma questão de entendimento em que o próprio Senador Flávio Arns poderia aceitar a proposta feita pelo Senador. É o mesmo objetivo. Só queremos prestigiar esta Comissão. Não haverá alteração alguma, mesmo aprovado o requerimento, com o entendimento de todas

as Bancadas. O PFL é favorável a esse entendimento para que seja discutido nesta Comissão já que aqui se encontra o processo, para que não se vá lotar a CAE com uma matéria que pode ser trabalhada aqui. Vai ter que ser nomeado novo Relator. Entendo que é uma forma de desprestigiarmos a nossa Comissão uma vez que podemos discutir essa matéria. Concorro com o Senador. O Senador Flávio Arns há de convir que há uma vontade de se discutir a matéria a fundo. Peço a V. Exª essa compreensão e dentro do entendimento de lideranças.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não só tem minha compreensão como meu apoio irrestrito à demanda feita. Considero esse assunto muito importante até na discussão que tivemos na Comissão de Assuntos Sociais. Havia feito a sugestão de que ouvíssemos as autoridades na Comissão de Assuntos Sociais. O outro caminho era o envio para a Comissão de Assuntos Econômicos também para essa manifestação, mas não tenho nada a objetar. Pelo contrário, endosso as palavras dos Senadores Efraim Morais e Sérgio Cabral para que possamos perfeitamente fazer na Comissão de Assuntos Sociais. Endosso cem por cento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicito ao Senador Flávio Arns que faça a solicitação por escrito da retirada do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, farei isso.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Agradeço à Presidente pela tolerância e sobretudo aos Senadores Flávio Arns e Efraim Morais. Quero dizer que a preocupação de S. Exª é o equilíbrio econômico-financeiro, que é a nossa preocupação, como manifestou o Senador Efraim Morais.

Assim, vamos ouvir aqui a Secretaria de Direito Econômico e aqueles que podem se manifestar de maneira técnica sobre esse benefício que o Senado poderá consagrar aos cidadãos da terceira idade.

Por falar em cidadãos da terceira idade, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, membros desta Comissão, em especial membros da Subcomissão do Idoso, ontem foi um dia muito especial para esta Comissão de Assuntos Sociais. Na novela das oito da **TV Globo**, a novela de maior audiência do País, os personagens Leopoldo e Flória, interpretações magistralmente pelos atores Oswaldo Louzada e Carmem Silva, que estiveram aqui no Senado na semana passada, divulgaram o serviço do nosso **call center**, do 0800 do Se-

nado Federal, num diálogo com o personagem neto do casal, quando o neto informa esse benefício. A atriz Carmem Silva se manifesta positivamente e ressalta o trabalho do **call center**, dos benefícios que pode levar para os cidadãos da terceira idade.

Quero parabenizar aqui a equipe do Senado que cuidou desse assunto. Foram mais de 5 mil ligações apenas ontem à noite e me parece que a novela continuará divulgando o 0800. Acho que todos estamos de parabéns, porque há uma integração entre a sociedade e a Casa maior do Legislativo brasileiro, uma integração que dá modernidade, que dá facilidade, que preencherá a todos nós membros da Comissão de Assuntos Sociais de informações, de demandas. É um veículo muito importante, moderno, que a **TV Globo**, por intermédio da novela **Mulheres Apaixonadas**, por intermédio do autor da novela, Manoel Carlos, e dos autores Carmem Silva e Oswaldo Louzada, tem permitido divulgar os direitos desse segmento tão importante da população brasileira que, graças a Deus, cresce no nosso País – a terceira idade. Queremos que o nosso povo viva mais e melhor. Esse é o nosso objetivo.

△ **SRA. PRESIDENTE** (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Sérgio Cabral pela iniciativa. Sem dúvida alguma, o evento ontem registrado na novela das oito, **Mulheres Apaixonadas**, reforçou o papel positivo desta Casa, especialmente da Subcomissão do Idoso e, naturalmente, da Comissão de Assuntos Sociais.

Parabenizo o Senador pela iniciativa. Tenho certeza de que outras virão para dar a proteção efetiva à terceira idade.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Já fiz o requerimento, que passo a ler para submetê-lo a V. Ex^a, Sr^a Presidente, e ao Plenário: “Através do presente documento, requeiro a desistência de que o PLS nº 287/99 seja enviado à CAE. Ao mesmo tempo, requeiro que a audiência pública seja realizada na CAS, com a participação de entidades representativas, para discussão dos aspectos sociais e econômicos, envolvendo o assunto em tela. Sala de Comissões, 5 de junho de 2003.”

A SR.^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento do Senador Flávio Arns.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último item da pauta, não-terminativo, encaminhado ao Senado Federal cópia da Decisão nº 861,

de 2001, TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre representação formulada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, arguindo a ilegalidade e a inconstitucionalidade da Recomendação nº 13, de 29/09/98, da Comissão de Controle e Gestão Fiscal, aprovada pelo Sr. Ministro da Fazenda. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer. Para que se informe ao Relator e aos demais membros da Comissão Mista encarregada da apreciação da Medida Provisória nº 2.170-36, de 2001, quanto ao conteúdo de recomendação constante do subitem 8.2, da Decisão nº 861/2001 – TCU, e que se archive o aviso, após concluída a sua tramitação na Comissão de Fiscalização e Controle.

Observação.

A matéria vai à Comissão de Fiscalização e Controle, após a deliberação da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para proferir o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da apreciação de uma nova decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento desta Casa, relacionada à uma arguição feita pelo eminente Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá sobre a inconstitucionalidade dos arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.170, de 2001, e que até agora não foi decidida e não foi reeditada.

Tendo em vista que essa Medida Provisória nº 2.170-36, de 2001, que se refere ao subitem 8.2, da decisão do TCU, não mais foi reeditada e se encontra em fase final de tramitação no Congresso Nacional, cabe ao próprio Congresso Nacional, quando de sua apreciação, responder pelo atendimento à recomendação contida naquele subitem de que se promova um estudo sobre a possibilidade de alteração da redação dos arts. 1º e 3º, do instrumento legal, de forma a contemplar expressamente que, primeiro, no art. 1º, “as fontes de receitas das autarquias e fundações públicas, inclusive seus fundos, sejam depositados e movimentadas exclusivamente por intermédio dos mecanismos da conta única do Tesouro Nacional, em subconta distinta da que acolhe os recursos do Tesouro Nacional, porque há uma recomendação de que todas as receitas sejam colocadas em uma conta única”.

A propositura em tela se refere à distinção, nessa conta única, com o estabelecimento de uma subconta para a identificação dos recursos relativos aos recolhimentos do INSS.

No art. 3º, a autorização para antecipar recursos provenientes de quaisquer receitas, para a execução das despesas, restringe-se às receitas da União e às disponibilidades de caixa da União. Pretendia o Deputado Arnaldo Faria de Sá que os recursos do INSS fossem destinados exclusivamente aos compromissos do INSS, como pagamento de pensões e de aposentadorias.

Com base no exposto, manifesto-me favoravelmente a que se determine à Secretaria das Comissões Mistas do Senado Federal que informe ao Relator e aos demais membros da Comissão Mista encarregada da apreciação da Medida Provisória nº 2.170, de 2001, o conteúdo da recomendação constante do subitem 8.2 da decisão do Tribunal de Contas da União, e que, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno desta casa, se encaminhe ao arquivamento o aviso em tela, após concluída a sua tramitação na Comissão de Fiscalização e Controle, para a qual a matéria foi também distribuída.

É esse o voto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Foi aprovado um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais já há algum tempo – há três ou quatro semanas – para a realização de uma audiência pública sobre as pessoas portadoras de necessidades psicológicas especiais – psicológicas no sentido da área da saúde mental, com esquizofrenia, psicoses, neuroses ou os chamados distúrbios de comportamento severos. Essa audiência pública seria preparatória para o congresso internacional que vai acontecer na cidade, promovido pela Universidade de Brasília, no início do mês de julho.

Então, gostaria de propor a V. Exª e aos colegas Parlamentares da Comissão que fizéssemos, naquela semana que antecede a realização do congresso internacional, essa audiência pública, chamando, inclusive, as pessoas que estão organizando essa conferência na Universidade, o coordenador de saúde mental, Dr.

Pedro Delgado, talvez um usuário para mostrar o drama dos medicamentos, do atendimento e do apoio à família, alguém da área pedagógica, porque isso valorizaria a iniciativa. É um desafio, no Brasil, o atendimento de pessoas que tenham distúrbios de comportamento. Na Febem, há os que se dedicam à criança e ao adolescente infratores com distúrbio de comportamento social, que é um problema muito sério.

Faria esse apelo, para que, talvez na última semana do mês de junho, em data sugerida por V. Exª e pela Secretaria da Mesa, fizéssemos essa audiência, que contribuiria não só para o referido congresso, mas para a discussão de um tema que é fundamental em nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Flávio Arns, todas as providências serão tomadas, para que seja realizada a audiência na data oportuna.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h47min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 12 DE JUNHO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia doze de junho de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, ÍRIS DE ARAÚJO, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, HÉLIO COSTA, LEONEL PAVAN e SÉRGIO GUERRA**. Os Senadores Augusto Botelho e Serys Slhessarenko justificam ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação

ção dos itens não terminativos da pauta, em virtude do trancamento da pauta devido a não apreciação de medidas provisórias na ordem do dia, conforme a presença dos relatores. **Item 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.** É lido o parecer. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O parecer é aprovado. **Item 6 – Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002.** É feita a leitura do parecer. Na discussão, a Senadora Fátima Cleide pede vista ao processo. O pedido é concedido nos termos regimentais. **Item 1 – Ofício “S” nº 09, de 2002.** É lido o parecer. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O parecer é aprovado. **Item 2 – Ofício “S” nº 42, de 2001.** É lido o parecer. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria é posta em votação. O parecer é aprovado. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Bom dia a todos, bom dia, Vice-Presidente Paléo Paes.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à apreciação de V. Ex^{as} o pedido de dispensa da leitura da Ata.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo aos Srs. Parlamentares que, em virtude de termos medida provisória obstruindo a pauta do Senado Federal, os Itens de nº 7 a 12 da nossa pauta estão com a apreciação sobrestada por serem de decisão terminativa nesta Comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes itens constantes da Ata: Ofício S nº 42, de 2001; Ofício S/N nº 9, de 2002; Aviso nº 50, de 2002; Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002; Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2002; Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002.

Os Itens de nº 1, 2, 3 e 4 estão prejudicados, em função da ausência dos Relatores.

Item nº 5, não-terminativo:

Dispõe sobre a prevenção de câncer de mama e ginecológico, de autoria do Deputado Enio Bacci. É Relatora no Senado a Senadora Fátima Cleide. O parecer é pela oitiva preliminar da CCJ quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide para proferir o relatório.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, vem ao exame do Senado Federal como Casa Revisora, nos termos constitucionais.

Trata-se de projeto de lei que institui, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde – um programa de prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

O mérito do projeto é indiscutível. Adotar medidas que, efetivamente, reduzam a mortalidade pelos cânceres de mama e de colo uterino, que ceifam anualmente milhares de vidas de mulheres brasileiras, merece o aplauso de qualquer pessoa sensata.

No entanto, a proposição apresenta alguns dispositivos que geram dúvidas relativas à sua constitucionalidade e técnica legislativa.

A proposição tem seu objeto definido de maneira clara: estabelecer um programa, no âmbito do SUS, para o combate de determinadas doenças de natureza crônico-degenerativa que afetam parcela significativa da população feminina adulta.

Os deveres e a obrigação do Parlamento em um regime democrático, entretanto, nos impõem a consciência dos limites da ação legislativa, tendo em vista, sobretudo, o sistema de governo presidencial adotado em nosso País pela Assembléia Nacional Constituinte e, assim, os princípios e normas constitucionais pertinentes à separação dos Poderes. Dessa forma, consideramos imperiosa a necessidade de ser ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes da deliberação final sobre o projeto.

Em vista do exposto e com base no que dispõe o inciso I, do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, antes que esta Comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria.

É o voto, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Fátima Cleide, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 6, não-terminativo:

Dispõe sobre a agricultura orgânica. Altera os dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências. Autoria do Deputado Murilo Domingos. Relatoria, Aelton Freitas. Parecer pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para proferir o seu relatório.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Vice-Presidente, Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLC nº 14, de 2002, de autoria do Deputado Murilo Domingos, dispõe sobre agricultura orgânica e altera os dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências.

Em seu artigo, define como sistema orgânico de agropecuária aquele em que se adotam técnicas específicas mediante a otimização de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização por objetivo de sustentabilidade, de benefícios sociais, a minimização e eliminação da dependência de energia não renovável de insumos sintéticos e a proteção do meio ambiente.

Esse sistema tem por objetivo garantir a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes. A conservação do solo e da água também é bem levada em consideração como a manutenção ou o incremento da fertilidade do solo e a reciclagem de resíduos de origem orgânica para o solo.

O art. 2º define como produto da agricultura orgânica aquele que é obtido em sistema orgânico de produção agropecuário, devidamente certificado e rotulado.

Os arts. 3º e 4º tratam em detalhe do processo de certificação dos produtos da agricultura orgânica, inclusive dos produtos industrializados que utilizarem exclusivamente matérias-primas originadas do sistema orgânico de produção vegetal ou animal. A certificação dos produtos de extrativismo vegetal ou animal é tratada nos arts. 5º e 6º, que proíbem o uso de expressões, títulos, marcas, gravuras e publicidade que

induzam o consumidor a confundir a garantia, a qualidade do produto da agricultura orgânica.

Sobre a responsabilidade relativa à qualidade do produto da agricultura orgânica, que é tratada no art. 7º, determina que a mesma será de responsabilidade do produtor e do certificador e do comerciante, segundo o nível de participação de cada um deles.

O art. 8º dispõe sobre as disposições de legislação cível e penal, especialmente as do Código de Defesa do Consumidor, além das sanções administrativas aplicáveis aos infratores de normas relativas aos produtos de agricultura orgânica.

Conforme o estabelecido no art. 9º, as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Público ou Privado que produzam, que comercializem embalagem, envasem, armazenem ou processem em produtos da agricultura orgânica ficam também obrigados a promover o registro de seus estabelecimentos junto a uma instituição do Poder Público, a ser definida no regulamento da lei.

O art. 10, Sr^a Presidente, permite a utilização de extratos vegetais elaborados a partir de plantas não transgênicas e oriundas do sistema orgânico de produção, em tratamentos fitossanitários.

No art. 11, altera os arts. 2º e 3º, da 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, incluindo também o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação e o destino final dos resíduos e embalagens, o registro e a classificação, além do controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins, e dá outras providências.

O art. 12 atribui ao Poder Executivo a regulamentação dessa lei. O art. 13 estabelece que a mesma entra em vigor em noventa dias após a sua publicação.

Sr^a. Presidente, não foram apresentadas emendas.

O projeto de lei em análise foi apreciado na Câmara dos Deputados, nas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias*, de Agricultura e Política Rural* e de Constituição e Justiça e de Redação*. Na Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e Minorias, recebeu parecer favorável com dez emendas adotadas pela Comissão.

Na Comissão de Agricultura e Política Rural, o projeto foi aprovado na forma de um Substitutivo que incorporou e aperfeiçoou as emendas da Comissão

de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e Minorias.

Destaca-se, nessa etapa, a inclusão de nova emenda, permitindo o uso de alguns extratos vegetais para tratamento fitossanitário desde que elaborados com plantas não-transgênicas e provenientes do sistema orgânico de produção. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, o projeto foi aprovado em termos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Foi efetuada a supressão de uma emenda julgada inconstitucional pela Comissão de Defesa do Consumidor dos arts. 3º, 9º e 11 e criaram, por atribuição, o órgão do Poder Executivo.

No Senado Federal, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos com uma emenda do Relator sobre a possibilidade de utilização do produto de origem mineral desde que não obtidos do processo de transformação química. Cabe observar, então, que os produtos da agricultura orgânica estão em grande expansão, tanto no Brasil quanto no mercado internacional, o que justifica o mérito e a urgência da legislação adequada para esse setor.

Foram apresentadas contribuições de especialistas e interessados de todas as áreas, dentre as quais julgamos oportuno destacar aquelas apresentadas ao Relator pelo Grupo da Agricultura Orgânica – GAO*.

Voto: “Do exposto e objetivando o aprimoramento da iniciativa, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 14, de 2002, nos termos do substitutivo a seguir”.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o relatório do Senador Aelton Freitas.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, em que pese a importância da discussão da agricultura orgânica, peço vistas porque gostaria de analisar o projeto com maior profundidade e, na semana que vem, ele retornaria à pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida. (Pausa.)

Item nº 1, não-terminativo:

Encaminho ao Senado Federal exemplar do Requerimento nº 326, de 2002, aprovado pela Câmara Municipal de Mauá, São Paulo, no dia 05 de março de 2002, através do qual, solicito instauração de sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital das Clínicas Dr. Nardini daquele Município. Autoria: Câmara Municipal de Mauá. Relatoria: Senador Juvêncio da Fonseca.

Parecer: sugere que seja dado conhecimento à Comissão de Assuntos Sociais sobre o teor da matéria e o arquivamento do processo. Observação: a matéria será apreciada pela Comissão de Finanças e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a Câmara Municipal de Mauá, por meio do Ofício nº 392, de 2002, encaminha à Presidência do Senado Federal, para ciência, o Requerimento nº 326, de 2002, que solicita ao Ministério da Saúde a instauração de sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital das Clínicas Dr. Nardini, no Município de Mauá.

Voto.

Tendo em vista o estabelecido no Regimento Interno do Senado Federal, sugerimos seja dado conhecimento a esta Comissão sobre o teor da matéria e o arquivamento do processo.

Esse é o nosso voto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa.)

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2:

Ofício “S” nº 42, de 2001. Não terminativo. Encaminha ao Senado Federal cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinado a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.

Autoria: Presidência da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Parecer.

Pelo arquivamento do processo e encaminhamento de um requerimento ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando a preferência para a apreciação do PLC nº 104, de 2002.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes para proferir o seu relatório.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega à Comissão de Assuntos Sociais o Ofício “S”, nº 42, de 2001, de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de 18 de outubro de 2001.

Trata-se de documento que encaminha ao Presidente do Senado Federal, para conhecimento e providências porventura cabíveis, cópia do relatório final

da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instituída naquela Casa legislativa para investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.

O Ofício solicita especial atenção na recomendação contida na página 214 do citado relatório. Integram também o processado cópias dos ofícios "SF" nºs 1.366 e 1.367, de 2001, ambos de autoria do Presidente do Senado Federal.

O primeiro deles, datado de 23 de outubro, dirigido ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Ramez Tebet, informa que, na citada página 214, o relatório da CPI recomenda à Mesa do Senado Federal que conceda urgência na apreciação do PLC nº 104, de 2000, que institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais. O mesmo ofício, ao assinalar que o projeto mencionado encontra-se na CAS, solicita ao Presidente desta Comissão, Senador Romeu Tuma, que adote as providências que julgar cabíveis no sentido de agilizar a tramitação do projeto de modo que, em breve, a matéria possa ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

As comissões parlamentares de inquérito têm representado papel fundamental no processo de condução do nosso País para um cenário de justiça social e maior credibilidade interna e externa. Entretanto, a sociedade sente-se muitas vezes frustrada diante das notícias veiculadas na imprensa que dão conta de que as recomendações da CPIs ou acabam ignoradas pelas instâncias responsáveis, ou levam muito tempo para serem atendidas.

Por essa razão, é grande o mérito da Lei nº 10.001, de 04 de setembro de 2000, que busca tornar prioritárias as ações necessárias para o cumprimento daquelas determinações, no âmbito dos diferentes órgãos da Administração Pública, especialmente quando o objetivo da investigação constitui tema de tamanho alcance social, como a mortalidade materna; maior é a importância de se fazerem cumprir as determinações resultantes de uma CPI.

No caso em análise, louvemos a presteza e a rapidez com que o Presidente do Senado Federal vem encaminhando as providências necessárias para o pronto cumprimento da determinação dirigida a esta Casa, não somente solicitando a esta Comissão uma decisão urgente sobre o PLC nº 104, de 2000, mas também respondendo imediatamente ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O art. 2º dispõe que a autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente, no prazo de trinta dias, as providências adotadas (**falha na gravação**) a justificativa pela omissão.

Voto.

Uma vez conhecido o conteúdo do relatório e suas recomendações, paralelamente ao fato de encaminharmos requerimento ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a solicitar preferência para a apreciação do PL nº 104, de 2000, o voto é pelo arquivamento do Ofício "S", nº 42, de 2001.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de colocar o relatório da Senadora Patrícia Saboya em discussão, comunico à Casa que o PLC nº 104, de 2000, já foi encaminhado para a própria Senadora Patrícia Saboya Gomes relatar, em função do seu conhecimento em relação ao assunto.

Em discussão, o relatório da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo os Senadores responsáveis pelos relatórios dos Itens nºs 3 e 4 da pauta, nós vamos encerrar a presente reunião.

Antes, eu gostaria de comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, em decorrência do feriado da quinta-feira, nós iremos promover a próxima reunião na quarta-feira, às 10h da manhã.

O segundo comunicado que eu quero fazer à Comissão é que na reunião seguinte, após a de quarta-feira, teremos uma audiência pública, quando iremos tratar da questão da saúde mental, por solicitação do requerimento aprovado do Senador Flávio Arns.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – A próxima semana a que V. Ex^a está se referindo é a do dia 27?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Do dia 26.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Dia 26. Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – No dia 26 será a audiência pública.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Logicamente, na quinta-feira, dia 19, não haverá reunião, claro, por ser feriado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – No dia 19 teria uma reunião extraordinária, mas nós a estamos antecipando para quarta-feira, dia 18. E no dia 26 haverá audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h58min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 18 DE JUNHO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e dezesseis minutos, do dia dezoito de junho de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JUVÊNCIO DA FONSECA, ÍRIS DE ARAÚJO, SÉRGIO CABRAL, PAPALÉO PAES, LEOMAR QUINTANILHA, ANTERO PAES DE BARROS, AUGUSTO BOTELHO, SERGIO SLHESANRENKO, ROMERO JUCÁ, TASSO JEREISSATI, LEONEL PAVAN e OSMAR DIAS.** O Senador Sibá Machado justifica ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos itens não terminativos da pauta, em virtude do trancamento da pauta devido a não apreciação de medidas provisórias na ordem do dia. **Item 1 – Aviso nº 50, de 2002.** É lido o parecer. O Senador Geraldo Mesquita faz uso da palavra durante a discussão. A matéria é posta em votação. O parecer pela apresentação de requerimento de informação sobre as providências adotadas pelo Ministro da Saúde para dar cumprimento às recomendações do TCU referentes às decisões nº 955, de 1999; e 649, de 2002, e resultados alcançados é aprovado. **Item 2 – Diversos nº 42, de 1997.** É feita a leitura do parecer. Na discussão, o Senador Geraldo Mesquita faz uso da palavra. A matéria é posta em votação. O parecer é aprovado. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 03, de 2002.** O Senador Leomar Quintanilha é designado relator ad hoc da matéria pela presidência. É lido o parecer. Na discussão, o Senador Geraldo Mesquita faz uso da palavra e pede vista à matéria. O pedido é concedido. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002.**

Em virtude da ausência momentânea do relator, Senador Eurípedes Camargo, a presidência indica o Senador Geraldo Mesquita para ler o parecer do relator. É lido o parecer. Na discussão fazem uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Geraldo Mesquita e Eurípedes Camargo. O Senador Augusto Botelho apresenta emenda ao projeto. A matéria é retirada de pauta para o exame da emenda apresentada pelo relator. Os demais itens constantes da pauta ficam adiados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo aos Senhores Parlamentares que, em virtude de termos medida provisória obstruindo a pauta do Senado Federal, os itens 5 a 12 da nossa pauta estão com sua apreciação sobrestada, por terem decisão terminativa nesta comissão.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes itens constantes da pauta: Aviso nº 50, de 2002; Diverso nº 42, de 1997; Projetos de Lei da Câmara nº 3, de 2002, e nº 35, de 2002; Aviso nº 50, de 2002, não terminativo.

Encaminho ao Senado Federal cópia da Decisão nº 649/202, de 2002, TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família – PSF –, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre profissionais de saúde junto ao SUS e aos usuários do Programa de Saúde da Família. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela apresentação do requerimento para convocação do Ministro de Estado da Saúde perante esta comissão, para informar sobre as providências adotadas por sua pasta, para dar cumprimento

mento às recomendações do TCU referentes às Decisões nº 955, de 1999, nº 649, de 2002, e resultados alcançados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, para proferir seu relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, sobre apreciação desta comissão, o Aviso nº 50, de 2002, do Tribunal de Contas da União, com seus respectivos relatórios, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde, junto ao Sistema Único de Saúde, e aos usuários do Programa.

O objetivo da auditoria era o de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde, junto ao Sistema Único de Saúde, e aos usuários do programa.

A metodologia empregada foi a de estudo de caso, implementada por meio de observação direta e questionários aplicados a coordenadores estaduais e municipais, membros das equipes e usuários do programa, onde se analisaram, no total, 444 questionários. Foram selecionados para o estudo 4 Estados da Região Nordeste: Ceará, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, em razão desta região possuir o maior número de equipes implantadas do programa e de ser destinatária de 47% dos recursos do mesmo.

Para escolha dos municípios, adotaram-se critérios de tempo de implantação do programa, priorizando os mais antigos, o que permitiria mensuração de resultados e cobertura, selecionando-se os de maior relação entre os números de equipe e o tamanho da população, o que permitiria melhor atribuir alterações de indicadores à intervenção representada pelo programa.

Vários problemas foram constatados, o que, segundo o Tribunal de Contas, prejudica o desempenho do programa e os elencou:

1º – dificuldade para contratação de médicos para as equipes do programa e elevada rotatividade desses profissionais;

2º – a falta sistemática de medicamentos, principalmente os destinados ao tratamento do diabetes e da hipertensão;

3º – número excessivo de famílias por equipe;

4º – expansão acelerada do programa sem desenvolvimento adequado de infra-estrutura;

5º – desinformação da população sobre o programa;

6º – desconhecimento da filosofia do programa pelos componentes das equipes;

7º – sobrecarga de trabalho dos agentes comunitários de saúde;

8º – insuficiência dos serviços e mecanismos de referência e contra-referência;

9º – supervisão, monitoramento e avaliação insuficientes;

10º – ausência de treinamento para gestores do programa;

11º – inconsistência dos dados do sistema de informação de atenção básica.

Ressalta, no entanto, o relatório que esses programas não são generalizados, existindo alguns Municípios que isoladamente mantêm equipes que conhecem e praticam a filosofia do programa, desenvolvem a adequada infra-estrutura nas unidades do programa e possuem coordenações bem estruturadas. Nesses casos, as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças são exitosas, resultando em melhoria dos seus indicadores de saúde.

Diante das razões expostas pelo Relator, o Tribunal Pleno faz um conjunto de recomendações ao Ministro de Estado da Saúde, ao Departamento de Atenção Básica, à Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica do Departamento de Atenção Básica, à Diretoria de Programas Estratégicos da Secretaria Executiva e ao DATASUS do Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais de Saúde, e também aos Presidentes dos Conselhos Estaduais de Saúde.

Entre as recomendações, Srª Presidente, destacam-se, ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde:

I – realizar estudos para o estabelecimento de novos parâmetros de cobertura das equipes e encaminhamento à apreciação da Comissão de Intergestores Tripartite, com vistas à implementação;

II – realizar estudos de viabilidade da instituição de adicional na parte variável do piso de atenção básica, para implementação de equipes de suporte nos Municípios com PSF implantado, e encaminhamento à apreciação da Comissão de Intergestores Tripartite, com vistas à implementação;

III – realizar estudos de viabilidade de modificar a forma de incentivo financeiro federal, para que leve em consideração não

apenas critérios quantitativos de cobertura, mas também aspectos qualitativos, em especial adicionais por tempo de permanência do médico na equipe, pela existência de unidade de saúde da família e por desempenho técnico da equipe;

IV – implementar ações educativas de reforço da filosofia do programa dirigidas às equipes, com ênfase na supressão da marcação de consultas, mediante fichas, e ampla divulgação das boas práticas adotadas no programa;

V – estabelecer e regulamentar novos critérios e requisitos para a qualificação de Municípios ao incentivo do programa que contemplem e assegurem a existência de infra-estrutura adequada às unidades do programa e a qualidade do atendimento;

VI – elaborar e distribuir às Secretarias Municipais de Saúde manual contendo sistemática de supervisão e monitoramento.

A recomendação ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde, são as seguintes:

I – elaborar material ilustrativo sobre a filosofia do programa destinado a seus usuários para ser utilizado pelos agentes comunitários de saúde;

II – adotar providências para que sejam fornecidos uniforme, crachá e meios de proteção contra o sol aos agentes comunitários de saúde;

III – redimensionar as áreas de cobertura das unidades do programa e número de famílias atendidas, para evitar sobrecarga das equipes;

IV – incorporar um servidor da área administrativa ao quadro das unidades do programa com população adstrita superior a 3.500 pessoas;

V – uniformizar a sistemática de referência e contra-referência;

VI – identificar meios legais que possibilitem a contratação de profissionais para as equipes do programa, em especial de agentes comunitários de saúde;

VII – adotar as providências necessárias para a promoção de cursos de capacitação de coordenadores estaduais do programa.

À Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais de Saúde, recomenda adotar providências para que não falem nas unidades do programa medicamentos utilizados na atenção básica, em especial aos destinados ao tratamento de hipertensos e diabéticos.

Ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, em conjunto com o DATASUS, as recomendações são as seguintes:

I – promover a conscientização dos gestores municipais e estaduais sobre a importância da informatização das unidades do programa, da capacitação do pessoal para a utilização de equipamentos e programas e de manutenção do Sistema de Informação de Atenção Básica, SIAB.

II – Produzir rotinas padronizadas de análise dos dados do Seade para uso de unidades do programa e de suas coordenações estaduais e municipais.

Aos presidentes dos conselhos estaduais de saúde, a recomendação é de acompanhar e fiscalizar as transferências dos recursos dos Estados aos Municípios, em atenção ao disposto no § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Transitórias, adicionado à Constituição pela Emenda nº 29, de 2000.

Além disso, reitera à Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde a orientação expedida na Decisão nº 955, de 1999, do Plenário, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos programas de agentes comunitários de saúde e de saúde da família.

Por fim, determina que o departamento de atenção básica do Ministério da Saúde remeta ao TCU, no prazo de 60 dias, plano de ação contendo as medidas necessárias à implementação das recomendações contidas na decisão em apreciação.

Em vista da importância estratégica do Programa de Saúde da Família para a conformação e consolidação do Sistema Único de Saúde e do aqui exposto, o voto é pela apresentação de requerimento para convocação do Ministro de Estado da Saúde perante esta Comissão de Assuntos Sociais, para informar sobre as providências adotadas por sua pasta para dar cumprimento às recomendações do Tribunal de Contas da União referentes às Decisões nº 955, de 1999, nº 649, de 2002, e os resultados alcançados.

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, Senador Leomar Quintanilha, o atual Governo, por meio dos seus ministros e autoridades, tem marcado presença constante no Congresso, notadamente no Senado Federal, para travar com os parlamentares debates, com o propósito de aprofundar o conhecimento acerca da atuação de cada Ministro em suas áreas respectivas. O Ministro da Saúde esteve recentemente inclusive nesta Comissão, mostrando aos Senadores que a compõem o quadro geral de atuação do Ministério.

Nesse sentido, eu proporia ao Senador Leomar Quintanilha que, em vez de requerer a presença mais uma vez do Ministro para tratar de um assunto que é técnico e é bastante específico, pois se refere a um programa do Ministério da Saúde, fosse encaminhado ao Ministro um requerimento de informações. Tenho certeza absoluta de que S. Ex^a atenderia com a maior presteza, fornecendo os dados necessários para todo e qualquer esclarecimento.

Então, fica aqui a minha sugestão ao Senador Leomar Quintanilha.

Consulto o nobre Senador se, ao invés de trazer mais uma vez o Ministro, não poderíamos dirigir a S. Ex^a um requerimento de informações, com a certeza de que ele será prontamente atendido.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Compreendo as ponderações do eminente Senador e as considero pertinentes, embora entenda serem questões do maior interesse da população brasileira as relativas ao atendimento das demandas de um serviço básico, que é o atendimento à saúde. De forma que concordo com a sua sugestão de elaborarmos, se a Comissão assim concordar e a Mesa também, esse requerimento de informações. Aí sim, se não julgarmos satisfatórias as informações do Ministério da Saúde, adotaremos outra providência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordarem com o relatório queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, nos termos aceitos pelo Senador, com a substituição?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim. Nos termos da sugestão do Senador Geraldo Mesquita, solicitando informações a respeito do assunto e posteriormente analisando-as aqui na Comissão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Nesses termos, meu voto é favorável. Agradeço a compreensão do Senador Leomar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – *(lacuna na gravação)* Diversos, nº 42, de 1997. Encaminho ao Senado Federal cópia da Decisão nº 429, de 1997, adotada pelo Tribunal de Contas da União, referente a atos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais Casas Geriátricas do Rio de Janeiro.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

O parecer conclui por um requerimento de informações ao Ministro da Saúde.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para proferir o seu relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta matéria por si só se justifica e se explica. Essa tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro da Santa Tereza no Rio de Janeiro, provocou verdadeira comoção nacional. É importante que possamos acompanhar, efetivamente, a forma como o Governo tem procurado conhecer, fiscalizar, para que negligências e falhas não ocorram no atendimento às demandas de saúde da população brasileira. Portanto, o nosso voto é pela apresentação de um requerimento de informações à S. Ex^a o Sr. Ministro da Saúde.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Sr.s Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB – AC) – Meu voto é favorável ao envio do requerimento ao Sr. Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 03/2002.

Solicito ao Senador Leomar Quintanilha que faça o relato em função da ausência, repetidas vezes, do Senador Edison Lobão, que por presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não tem po-

dido comparecer. Nomeio o Senador Leomar Quintanilha relator *ad hoc* deste projeto.

Este projeto dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Autoria: Ricardo Ferraz.

Relatoria: Edison Lobão.

Parecer: pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado.

Observação: em 10 de abril de 2003, foi aprovado o Requerimento nº 15, de 2003, da Comissão de Assunto Sociais, sobrestando o projeto, até que o Sr. Ministro da Saúde, Ministro Humberto Sérgio Costa Lima, seja ouvido sobre a matéria perante a comissão, em audiência pública já aprovada por esta Comissão.

Requerimento nº 2, da Comissão de Assuntos Sociais, de 13 de março de 2003. Realizada a audiência pública em 8 de maio de 2003, conforme requerimento nº 15/2003, para a instrução da matéria. Devolvido ao Sr. Relator Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para proferir o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as ações de serviços públicos da saúde, efetuados pelo SUS, devem se voltar para o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. Isso é tratado no inciso II do art. 198 da Constituição Federal.

A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, também enfatiza o caráter integral que deve nortear as ações do SUS. A lei sempre se refere à assistência à saúde do indivíduo, sem priorizar a assistência médica.

Infelizmente, o cumprimento dessa diretriz é a exceção e não a regra nas unidades que compõem a rede do SUS. Se a assistência médica já é insatisfatória, em grande parte das unidades o atendimento oferecido por outras áreas da saúde é praticamente inexistente.

O objetivo do ilustre autor do projeto de lei em análise é louvável. Compartilhamos do seu desejo de fazer com que o SUS se torne verdadeiramente um modelo de atenção integral à saúde. No entanto, consideramos que alguns tópicos da proposição merecem reparo.

A recomendação feita pela Presidência desta Casa legislativa de que o objeto da proposição tem relação com a Lei Orgânica da Saúde é pertinente. Com efeito, em atendimento às regras da boa técnica legislativa, deve-se promover a alteração da referida

lei e não propor lei extravagante. Da mesma forma, o texto do projeto deve adquirir caráter mais genérico.

A lei a ser alterada não se refere especificamente à assistência médica em nenhum momento, mas à assistência à saúde em geral. Portanto, a proposição não deve mencionar uma profissão de saúde específica como a odontologia. O mais indicado é que proponha a atuação de todas as profissões de saúde reconhecidas na execução integrada das ações assistenciais e preventivas.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos um substitutivo ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

E voto da seguinte forma. Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002, na forma do seguinte substitutivo:

Projeto de Lei que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões da saúde reconhecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O inciso III do art. 5º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Peço vista da matéria para melhor exame.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, de acordo com o Regimento.

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002, não terminativo. Dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatística de óbito em hospitais públicos e privados. Autor, Deputado Dr. Hélio. Relator, Senador Eurípedes Camargo.

Em virtude da ausência do Senador por três sessões, peço ao Senador Geraldo Mesquita que relate o presente projeto.

Em 22/05/03, foi concedida vista ao Senador Juvenício da Fonseca, que devolveu sem manifestação escrita.

A matéria vai à CCJ após a deliberação da CAS.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 35 objetiva regulamentar a emissão de declarações de óbito, de modo a documentar efetivamente as causas de morte e seus determinantes na sociedade brasileira, por intermédio do registro sistemático das informações advindas das reais condições em que ocorreu a morte dos pacientes submetidos a tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde ou mesmo daqueles acontecidos no espaço extra-hospitalar.

O projeto de lei da Câmara constitui-se de 7 artigos, sendo o último a cláusula de vigência, que assinala quando da publicação da lei.

O art. 1º define como documento oficial do Sistema Único de Saúde, para atestar a morte de indivíduos, pacientes e não pacientes, a declaração de óbito. No artigo subsequente, determina que os serviços de saúde e seus profissionais são obrigados a preencher as declarações de óbito referentes às mortes ocorridas em suas dependências.

Os 4 parágrafos seguintes do art. 2º especificam a quantidade de vias do documento, com o envio de uma via ao cartório de registro civil da circunscrição e de outra à Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal onde se deu o óbito, indicando o código da causa, a classificação estatística internacional de doenças, como procedimento prioritário à identificação da patologia causadora do falecimento.

O art. 3º trata do óbito não-hospitalar e das situações em que não haja profissional médico no local, circunstância em que a declaração poderá ser preenchida pelo cartório, delegacia de polícia ou outros órgãos oficiais da área de Justiça ou da Saúde.

Os cartórios deverão remeter uma cópia do documento atestador do óbito à Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal e, concomitantemente, executar as ações efetivas no sentido de se evitarem as subnotificações de registro a serem encaminhadas ao sistema de informação de mortalidade do Sistema Único de Saúde.

Os arts. 4º e 5º dispõem que os serviços de saúde deverão realizar estudos estatísticos dos óbitos e suas causas, determinam às Secretarias Estaduais e Municipais a resolução de casos de morte relaciona-

dos a causas mal definidas, buscando seu pleno esclarecimento no sentido de prover adequadamente o sistema de informações na área de saúde.

O art. 6º comina as penalidades às infrações aos dispositivos da lei, preservadas as de natureza civil e penal, apenas os autores com advertência, multa pecuniária, suspensão do exercício profissional ou recebimento de verbas federais, conforme o caso concreto, e, por fim, o cancelamento da licença de funcionamento do serviço.

Pelo exposto, pode-se constatar a notoriedade do mérito da proposição, que visa, indubitavelmente, a melhoria da qualidade das informações sobre mortalidade em nosso País.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Augusto Botelho, de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Conversei com o pessoal do Ministério da Saúde e do Serviço de Informações de Mortalidade a respeito desse projeto e eles acham que ele está se adequando às necessidades do serviço de epidemiologia do Ministério.

Eu só tinha um pouco de dúvida em relação à expressão do art. 4º, “deve ser usada a Classificação Internacional de Doenças”. Sou médico e a CID nem sempre está disponível quando vamos preencher o atestado. Como é “deve”, a pessoa pode usar ou não.

O médico geralmente não tem a CID na hora em que está preenchendo o atestado de óbito. Entendo como obrigatório, mas não que seja obrigatório o preenchimento: “deve ser usado”. Está impositivo e acho que não pode ser assim, porque vai criar um problema. A finalidade do atestado de óbito é fazer estatística a respeito das mortes para se fazer o planejamento da saúde sabendo-se qual a causa de morte que mais está afetando o indivíduo.

Se o médico for obrigado a preencher no lugar onde ele não tem a CID, ele vai colocar uma CID que ele sabe de cabeça e que pode não corresponder à realidade – porque ele tem que sepultar o paciente. Por isso faço restrições a essa palavra “deve”. Poderia ser a palavra “pode”. É lógico que para a estatística era melhor colocar a CID. Mas estou falando de lugares onde não se tem a CID, de ocasiões em que não se tem a CID. Às vezes, no pronto-socorro, a CID

cai dentro do lixo ou dentro de algo com sangue e é estragada.

Acho que a proposição merecia uma correção nisso aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Essa ressalva, Senador, só por (inaudível) definição alternativa na análise do sistema, que não contemplaria uma solução,...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O Senador poderia apresentar uma emenda para mudar, se assim ele achar por bem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – O esclarecimento que trago é de que, ao final, o § 4º ressalva uma definição alternativa emanada pelo Sistema Único de Saúde, que talvez contemplasse o questionamento levantado pelo Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O HIV, por exemplo, é uma doença nova. Quando surgir outra doença, o Ministério lhe dará nova definição, antes de ser ela enquadrada na classificação internacional de doenças. Mas a proposta não deixa o médico livre. Pedi que vários médicos analisassem esta lei, e todos batiam logo na CID, que é a única reclamação. Sabemos que, na prática, não há CID em todo lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria que o Senador Eurípedes Camargo opinasse sobre a matéria.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, estávamos em sessão, que foi interrompida por falta de quórum. A apreciação da pauta foi adiada. Eu gostaria de, primeiro, pedir verificação de quórum. Em seguida damos continuidade a nossa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de verificar o quórum, eu pediria licença ao Senador Eurípedes Camargo para que o Senador Geraldo Mesquita Júnior concluísse a sua sugestão a respeito do projeto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Parece-me que a matéria em discussão não é terminativa. Então, seria muito interessante, até para que a Comissão ganhasse tempo, que continuássemos a discuti-la e não fizéssemos a verificação do quórum, sob pena de cair a reunião e interrompermos uma

oportunidade de avançar na discussão de tantas matérias importantes que temos na Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não podemos colocá-la em votação, mas podemos discuti-la. Penso que é oportuna a sugestão do Senador Leomar Quintanilha. Podemos ganhar tempo, discutindo a matéria, uma vez que aqui há médicos e pessoas da área que podem apresentar alguma sugestão.

Na próxima reunião, poderemos dar andamento a este projeto, que tem sido grande reivindicação de toda a sociedade. Temos recebido na Comissão vários e-mails que solicitam agilidade para este projeto. Portanto, eu pediria ao Senador Eurípedes Camargo que permitisse a discussão, para ganharmos tempo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, a matéria realmente é relevante, já tramita na Câmara Federal há algum tempo e foi trazida a esta Casa. Conversei com técnicos do Ministério da Saúde. Esta Casa tem vários Senadores médicos, que avalizam a importância do projeto. É claro que há alguns acertos a serem feitos, mas o Ministério da Saúde entende que a falta desse instrumento seria pior.

Continuo insistindo que precisamos ter quórum qualificado para votar a matéria. Quanto à discussão, não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A minha preocupação é só em relação a esse ponto. Isso não vai proibir o médico de fazer um atestado de óbito, escrevendo o nome da doença, a **causa mortis** – por exemplo, insuficiência cardíaca congestiva, edema agudo de pulmão. Essa é a minha preocupação, porque, nesse caso, passará a haver um erro estatístico. Se meu paciente está morto, ele deve ser enterrado. Não vou deixar de enterrá-lo, porque não tenho o CID. Se o paciente morreu de infarto agudo de miocárdio e se não sei o CID, coloco um CID parecido. A minha preocupação é essa.

Não sei se ainda há tempo para se alterar o verbo “deve” por “pode”. Não sei se, de acordo com o Regimento, cabe fazê-lo. Se pudesse, eu gostaria de acrescentar uma emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita. Posteriormente, falará o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sugiro que o Senador Eurípedes Camargo retire o projeto até a próxima reunião.

V. Ex^a vai pedir vistas?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vou colocar essa alteração...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Em face do pedido de vista do Senador Augusto Botelho, fica prejudicado o que eu ia sugerir.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não é mais possível pedir vista desse processo, porque já foi feito esse pedido uma vez.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Então, sugiro que o Senador Eurípedes Camargo retire o projeto, para que, em contato com o Senador Augusto Botelho, possa ser feita alguma retificação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o nobre Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Agradeço a preocupação com esse importante projeto e a proposta de emenda do Senador que é médico.

Com vistas a aperfeiçoar o projeto, peço a sua retirada de pauta, para que possamos fazer a modificação necessária.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Atenderemos a solicitação do Senador Eurípedes Camargo, para que seja feita a emenda e possamos votar um projeto de tão grande interesse da sociedade.

Agradeço a compreensão do Senador Eurípedes Camargo e a atenção do Senador Geraldo Mesquita Júnior, no sentido de ler esse relatório para que pudessemos agilizar os trabalhos desta Comissão.

Não havendo mais nenhum projeto a tratar, uma vez que os outros projetos em pauta são terminativos e a pauta está obstruída, vamos encerrar a reunião. Mas antes gostaria de convidar os Parlamentares aqui presentes, os Assessores e a Imprensa para a audiência pública que será realizada no dia 26 de junho de 2003, às 10 horas, com a presença das maiores autoridades nas áreas de Filosofia, Psicologia e Psiquiatria. Gostaria de lembrar a V. Ex^{as} que será realizado, nesta Capital, um congresso de nível internacional sobre saúde mental.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h54min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 26 DE JUNHO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e seis de junho de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **FLÁVIO ARNS**, **SIBÁ MACHADO**, **AELTON FREITAS**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **MÃO SANTA**, **JUVÊNCIO DA FONSECA**, **ÍRIS DE ARAÚJO**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **JOSÉ AGRIPINO**, **RENILDO SANTANA**, **EDUARDO AZEREDO**, **LÚCIA VÂNIA**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **ÁLVARO DIAS**, **DELCÍDIO AMARAL**, **TIÃO VIANA**, **ROMERO JUCÁ**, **CÉSAR BORGES**, **LEONAL PAVAN**, **SÉRGIO GUERRA** e **OSMAR DIAS**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Vice-Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com as presenças do Professor Doutor **ILENO IZÍDIO DA COSTA**, Secretário da Associação Brasileira Para o Avanço Conjunto da Filosofia, da Psicopatologia e Psicoterapia; Doutor **ALFREDO SCHECHTMAN**, Coordenador Adjunto da Saúde Mental do Ministério da Saúde; Professora Mestra **ÂNGELA GOMES**; Especialista em Educação Especial e Consultora na Área de Prevenção e Atendimentos a Pessoas com Distúrbios Graves de Comportamento; e Senhora **GISMAIR ANA DE CASTRO**, usuária do sistema de saúde mental. Todos os convidados fazem uso da palavra para a sua exposição inicial. A Senadora Lúcia Vânia assume a presidência. Participam das intermediações aos convidados, os Senhores Senadores **FLÁVIO ARNS**, **PAPALÉO PAES**, **EDUARDO AZEREDO**, **MÃO SANTA** e **ÍRIS DE ARAÚJO**. Registra-se a presença do Professor

Doutor Francisco Martins, Professor Titular da Universidade Federal de Brasília e Presidente da Associação Brasileira Para o Avanço Conjunto da Filosofia, da Psicopatologia e Psicoterapia. São aprovados os **requerimentos de nº 26** – Para a realização de duas audiências públicas com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2003, que “Dispõe sobre a propaganda comercial de alimentos”; **nº 27** – Requerendo a oitiva preliminar da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002, que “Regulamenta o exercício das atividades profissionais de yoga e cria os conselhos Federal e regionais de yoga”; e o **aditamento ao requerimento nº 16**, aprovado em 10 de abril de 2003 – Acrescentando um representante da Caixa Econômica Federal à lista de convidados para a audiência pública que será realizada em virtude do requerimento nº 16, supracitado. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Comunico ao Plenário que os Avisos nºs 773 e 883 do Tribunal Contas da União encontram-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Antes de relacionar nossa pauta, faço uma saudação a todos os presentes, destacando o Sr. Rafael Miranda, representante do Conad; Delsina Lopes da Cruz, do Ministério da Assistência Social; Josenilda Saraiva de Aquino, do CNPq; Linair Moura Barros Martins, da Apada – Distrito Federal; Dr. Elpídio de Araújo Neres, membro do Conselho Consultivo e Fiscal da Federação Nacional das APAEs; Drª. Eliane Oliveira, Associação Espinha Bífida – Distrito Federal; Marlene Moura, do Movimento Pró-Saúde Mental – Distrito Federal; Ivo Nascimento, da Federação Brasileira de Hospitais; Cristina Costa Martins, psicóloga, APAE – Distrito Federal; Luciana Madureira, psicóloga da APAE – Distrito Federal; Adalberto Lassance,

Presidente do Conselho Administrativo da APAE do Distrito Federal; Marília Elza Borges, Conselho de Psicologia de Goiânia.

Quero saudar essas pessoas aqui presentes e dizer que suas presenças são importantes para a nossa audiência pública.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 21 – CAS/2003, de autoria do Senador Flávio Arns, convidando os seguintes palestrantes para discorrer sobre Saúde Mental, Desafios no Governo, no Congresso e na Sociedade: Dr. Alfredo Schechtman, Coordenador Adjunto da Saúde Mental do Ministério da Saúde; Professor Dr. Ileno Izídio da Costa, Secretário da Associação Brasileira para o Avanço do Conjunto da Filosofia, da Psicopatologia e Psicoterapia; Professora Mestre Ângela Gomes, especialista em educação especial e consultora na área de prevenção e atendimento a pessoas com distúrbios graves de comportamento; Srª Gismair Ana de Castro, usuária do sistema de saúde mental.

Os palestrantes já se encontram na Comissão.

O primeiro relacionado ainda não se encontra na Casa, mas vamos tê-lo como palestrante hoje.

Convido o autor do requerimento, Senador Flávio Arns, para compor a Mesa.

De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o primeiro palestrante, Professor Dr. Ileno Izídio da Costa, Secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, da Psicopatologia e Psicoterapia, para ocupar um lugar à Mesa. (Pausa)

Quero dizer ao Dr. Ileno Izídio da Costa que V. Sª terá vinte minutos para fazer a sua exposição.

Quanto à palavra aos senadores e senadoras: será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido ou bloco, com preferência para o autor do requerimento.

De acordo com o art. 93, combinado com o art. 94, §§ 2º e 3º, o interpelante dispõe de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Dr. Ileno.

O SR. ILENO IZÍDIO DA COSTA – Cumprimento o Excelentíssimo Senador Papaléo Paes, vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais; o Excelentíssimo Senador Flávio Arns, sensível requerente dessa audiência pública; o Dr. Pedro Gabriel, que deve estar representado em breve, **Coordenador Nacional da Saúde Mental do Ministério da Saúde**; A SRA. Ângela Gomes, consultora da área de **Prevenção e Atendimento de Pessoas com Distúrbios Gra-**

ves de Comportamento e A SRA. Gismair Ana de Castro, usuária do Sistema de Saúde Mental Especial, doutora na vivência da saúde mental em Brasília. Bom-dia a todos e sejam todos bem-vindos.

Eu não poderia começar essa exposição sem me conectar, como professor e psicólogo relacional que sou, à importância ímpar que este momento significa, particularmente por termos, neste exato momento, cruciais segmentos da sociedade brasileira, senadores, representantes do governo federal, profissionais, acadêmicos, usuários, familiares, inclusive alunos da universidade que trouxemos. A importância desta audiência, em particular, para além dos valores individuais e do poder que cada segmento representa, está na conjugação de forças, de expectativas, desejos e sonhos que o tema proposto ensina e atrai, a saúde mental.

Assim, dessa química relacional particular, pode-se esperar não só o compromisso com o nosso tema, que é a saúde mental do brasileiro, mas – e talvez principalmente –, com o dia-a-dia, com o cotidiano, com a particularidade existencial, com o abandono e com a solidão dos que são chamados de loucos, seja a loucura pessoal, relacional, comportamental ou social.

A loucura não pode mais ser apenas um rótulo, um diagnóstico, algo estranho, diferente, distante: deve ser, antes, um tema da nossa reflexão, da nossa existência, do nosso dia-a-dia, algo inerente a qualquer ser humano. Assim, quero crer que nenhum dos participantes aqui presentes tem mais o direito de sair dessa discussão, inquietação ou crítica como se nada tivesse acontecido nessa discussão sobre a saúde mental. Tentarei expressar porque penso assim.

Eu gostaria de não empreender a discussão acadêmica, por inadequada neste exato momento, do que seja a doença mental, do que seja loucura, psicose, esquizofrenia, alcoolismo, droga-adicção, violência, distúrbios de comportamento e assim por diante, mas não gostaria de perder a oportunidade de poder refletir sobre algumas posturas, necessidades e exigências dessa realidade que diz respeito à saúde mental.

Para ser breve, eu gostaria de comentar três pontos básicos. O primeiro é sobre a necessidade urgente e compromisso de todos nós com a nossa saúde mental e a da nossa população. O segundo é sobre o nosso momento histórico e social, pois estamos em condições agora de buscar uma transformação de ações, de atitudes e de consciências na área. O terceiro, é de que estamos no exato momento de conjugar forças, saberes e ações em prol dessa causa.

Nesse sentido, em função das experiências pioneiras da luta antimanicomial no Brasil, tais como as empreendidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; das propostas da Lei Paulo Delgado de saúde mental; dos estudos e da avaliação das experiências nacionais e internacionais na área, em especial, o papel da universidade; das pesquisas e novas propostas para o atendimento da saúde mental, eu diria que estamos agora em condições de dialogar – Governo, Legislativo, Judiciário, universidade e sociedade – sobre as mais adequadas ações conjuntas nessa área.

Minimamente, a saúde mental deve ser aqui entendida em duas de suas principais vertentes: a da modificação da situação atual e a da promoção da saúde, mais do que a do tratamento das doenças instaladas.

Eu gostaria de falar da necessidade de toda essa complexidade de reflexões, sentimentos e necessidade de intervenção com um breve caso atendido na universidade há quinze anos. Um jovem de 17 anos teve um surto, teve uma experiência chamada de louca. A família procurou ajuda, não quis que ele fosse internado no sistema tradicional, porque esse sistema, em geral, significa medicação e encarceramento. Tirou o rapaz de lá. Alugou um apartamento, mobilizou a família e profissionais da área para lidar com ele. O rapaz teve vários outros surtos. Houve vários outros trabalhos e podemos acompanhar seu desenvolvimento no sentido de tirá-lo do sofrimento – não só a ele, mas a família também – com a devida adequação profissional, com a devida indicação. Foram envolvidos profissionais de várias categorias: psiquiatra, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional. Foi criada uma equipe que pudesse, de fato, dar uma atenção diferenciada a esse rapaz que, aos 17 anos, teve uma primeira crise. Esse tipo de intervenção precoce e multidisciplinar, para a saúde mental, é fundamental.

No exato momento de uma crise, de uma dificuldade, temos que fazer intervenções precisas e não utilizar modelos manicomiais tradicionais e tratamentos que não surtem efeito. Essa foi a questão fundamental para a virada na saúde mental desse rapaz. Se ele entra no sistema tradicional de manicômio, no sistema tradicional de tratamentos arcaicos, provavelmente iria seguir o que chamam, hoje, de “carreira do louco”. Várias internações, em vários hospitais, terminando a vida com um rótulo de esquizofrênico, de louco, de psicótico. A intervenção no momento exato, com o devido serviço, é papel nosso. E falo não só dos profissionais que trabalham na área, mas

da sociedade, das famílias, dos legisladores e do Estado.

Creio que é preciso levantar várias questões. É necessário que haja uma série de mudanças conceituais sobre o que é esse sofrimento, que é inerente a qualquer pessoa, ao ser humano. Não é só uma determinada classe de pessoas que sofrem de doenças mentais. Há de haver uma mudança de posturas profissionais, mudanças sociais e na conscientização. Não se pode estigmatizar a doença e temos que entender os direitos do paciente, respeitá-lo como qualquer outra pessoa, bem como a mudança na legislação.

Nesse sentido, coloco o importante papel dessa audiência pública. Temos que pensar, junto aos nossos representantes máximos do Legislativo brasileiro, nas ações, na legislação e na modificação que devemos sugerir por meio das leis e das propostas de novos serviços. Isso envolve todos: eu, enquanto indivíduo, e a família. Trabalho especificamente com famílias de pacientes tidos como psicóticos. Quando falo em "tidos como psicóticos", crio uma briga com alguns profissionais da área, que se interessam muito pelo rótulo. Eu não me interesso pelo rótulo, mas pela pessoa. Quando me falam "estou-lhe encaminhando um psicótico", digo que "uma pessoa" está sendo encaminhada. Se ele tem psicose ou não é um problema médico. Quero saber o que ele sofre, o que tem e no que posso ajudar. Não me interessa tratar a doença, mas o homem que a tem. É uma diferença de postura. É exatamente o que estou dizendo: que é preciso mudar posturas profissionais, sociais e acadêmicas. Foucault dizia que a psiquiatria trata a doença do homem e a psicologia devia tratar o homem que tem a doença.

O papel é do indivíduo, da família, dos profissionais, dos serviços públicos. De fato, estamos em uma batalha grande. Estamos aguardando um representante do Ministério da Saúde para falar um pouco sobre a luta antimanicomial. É preciso acabar com os hospitais tradicionais, com os hospitais que simplesmente internam. É preciso propor, paulatinamente, serviços de atendimento diferenciado: lares abrigados, oficinas protegidas, centros de atendimento de crise. Tudo isso é serviço público, papel do Estado, é a proposta de modificação da área de saúde mental que está muito descuidada.

É preciso parar para pensarmos a respeito da área de saúde mental como um compromisso de todo mundo e não só de uma categoria profissional ou outra. Efetivamente, temos que propor serviços que dêem conta da cidadania, da humanização e, em especial, do respeito ao sofrimento do outro. Sofrer, to-

dos sofremos, só que uns mais do que outros. Alguns são chamados de loucos e internados. Por que os que sofrem menos ficam soltos para falar do sofrimento dos outros? Temos que começar a falar de sofrimento como categoria humana. Aí, vem o papel da universidade, da comunidade. Nesse sentido, como representante da Universidade de Brasília, como Professor da Universidade de Brasília que trabalha na área de saúde mental e como coordenador da Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, a idéia é a de que a universidade se engaje no seu papel específico. Que diga, que estude, que mude, que pesquise e que divulgue o conhecimento de como fazer, da melhor forma possível, o tratamento da saúde mental, e não só da doença mental. Um dos enfoques fundamentais da transformação da postura em relação à saúde mental é que não fiquemos pensando sempre na loucura ou na doença, mas no que temos de fazer para promover a saúde, e não efetivamente só ficar no papel terciário de medicar e de intervir em crises.

Nesse sentido, há questões que precisamos analisar, tais como, a prevenção, a crise, a promoção da saúde, os serviços que têm que ser regulamentados. Há a Lei Paulo Delgado, do Deputado Paulo Delgado, que dá um panorama geral dessa transformação de postura.

Na década de 70, Itália, França, Estados Unidos e Inglaterra fizeram uma revolução nos serviços de atendimento aos pacientes, considerando, em especial, a humanização.

Estamos, ainda em 2003, iniciando uma tentativa de implantação dessa diferença. Então, está na hora de começarmos a fazer essa ação conjunta, assim, como propõe o título desta audiência pública, o Governo, o Parlamento e a sociedade devem fazer essa transformação de serviços de consideração da saúde mental.

Não estou preocupado somente em cuidar da saúde mental de quem é "louco". Estou preocupado com a minha saúde mental. Se precisar, onde vou procurar? Do que disponho, enquanto o serviço de saúde é uma obrigação do Estado brasileiro? Se tenho uma dificuldade, se sou um cidadão e um contribuinte, preciso ser bem cuidado, inclusive na saúde mental.

Isso posto, há alguns papéis específicos a desempenhar. Avalio como sendo do Executivo o papel de propor e implementar política e ações firmes e efetivas, porque envolverá uma série de poderes, torças e resistências. O papel do Legislativo é propor e aprovar procedimentos que concretizem as necessidades

do nosso povo, na área de saúde mental. O papel do Judiciário é fazer cumprir o que de melhor existe e de transformar essa ação. O papel da universidade é produzir, disseminar e atualizar o conhecimento na área. E o papel da sociedade é atualizar-se, conscientizar-se, construir e fazer valer direitos inalienáveis.

Nesse sentido, é necessário apoiarmos, propormos e cobrarmos políticas fortes por parte do governo central; propormos, discutirmos e fazermos valer leis específicas do setor; acompanharmos e modificarmos aplicação das leis, de acordo com as nossas mudanças psicossociais. As leis têm que se adaptar à realidade social. Não podemos mais ter leis, como, por exemplo, sobre o que é o doente mental, da década de 40, quando temos toda uma transformação psicossocial no Brasil. Devemos pesquisar, questionar e transformar práticas – diria que esse é o papel da sociedade.

Obviamente, esta minha fala tem sentido ao considerarmos a questão da cidadania, da interdisciplinaridade, que é fundamental, da solidariedade, do esforço comum, do resgate e do respeito ao sofrimento do outro, resgatando – e aí dentro da minha área específica – a sensibilidade de ouvir o outro, o sofrimento do outro, de forma diferenciada. E essa sensibilidade não é apenas de clínico, de psicólogo, é de qualquer ser humano.

Isso vai envolver todo um trabalho de conscientização. As famílias precisam se conscientizar e ser ajudadas, porque, quando há uma pessoa com algum problema mental, não sofre só aquele indivíduo, mas a família inteira. Esta precisa de suporte, de ajuda, da melhor consideração possível, e não meramente de serviços que tiram, por exemplo, um membro familiar da sua convivência, como é o caso das pessoas tidas como loucas. Elas são isoladas da família, que só a verão trinta dias depois ou de mês em mês, tirando toda a possibilidade de, em estando com a família, ter modificada sua situação.

No Brasil, felizmente, a luta antimanicomial é muito promissora. Essa luta existe desde quando comecei a trabalhar com alunos em hospitais psiquiátricos de Brasília e está desembocando nessa nossa reforma psiquiátrica.

O atual governo está propondo a reforma por meio do Ministro, que propôs, recentemente, uma lei de ajuda aos pacientes internados há mais de dois anos, para que as famílias possam recuperar esses pacientes e sejam ajudadas a tratá-los de melhor forma.

Há experiências no Brasil inteiro de CAPS, de NAPS, de serviços diferenciados e de descentralização dos hospitais psiquiátricos que estão sendo real-

mente bem-sucedidas. Porém, estamos num momento de consolidação, de ampliação e de reforço a toda essa postura que está vindo nessa construção da reforma psiquiátrica.

E, nesse sentido, aproveitando a oportunidade, agradeço o apoio do Senador quanto à divulgação e realização da conferência internacional. Ela acontecerá do dia 2 ao dia 5 de julho, no Blue Tree Park. Na abertura dos trabalhos, estará presente o Ministro da Saúde. Nos dias 3, 4 e 5, haverá mesas, conferências e simpósios sobre os mais diferentes enfoques, juntando a filosofia com a psiquiatria e a filosofia com a psicologia.

Teremos a participação de 20 países, entre os quais, Inglaterra, Bélgica, França, Irã, Finlândia, Nova Zelândia, enfim, várias experiências internacionais de ponta, no sentido de se discutir o que está sendo e o que poderia ser feito para divulgar e dividir esse conhecimento.

Existe a idéia de que, nessa conferência, possamos fazer publicações, apresentar propostas de legislação, de serviços e alternativas para que, nesse esforço conjunto do Governo com o Parlamento e com a sociedade, possamos, de fato, implementar novos serviços.

Então, para não me alongar muito, quero finalizar pedindo a reflexão de todos os presentes e, em especial, dos nossos principais representantes políticos, os Srs. Senadores, sobre o que realmente podemos fazer e modificar pensando no sofrimento psíquico não só da nossa população, mas da nossa própria pessoa, de nossos filhos, de nossos pais, de nossos irmãos, enfim, de todos nós.

Fica o desafio de resgatar a empatia, não só política, mas humana, como instrumento de modificação social da realidade da saúde mental. Ou seja, entendendo que nós temos que nos colocar não só politicamente, mas sobretudo afetiva e emocionalmente, ao lado do nosso semelhante, esse a quem chamamos de louco e que, por excelência, é um ser humano e um brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Dr. Ileno Izídio da Costa, que é Secretário da Associação Brasileira para o avanço conjunto da filosofia, da psicopatologia e da psicoterapia.

Muito obrigado, Dr. Ileno.

Lembro às Srs e aos Srs. Senadores que a palavra será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada Partido ou bloco com preferência para o autor do requerimento.

De acordo com art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o segundo palestrante, a professora mestre, Ângela Gomes, especialista em educação especial e consultora na área de prevenção e atendimentos a pessoas com distúrbios graves de comportamento.

Convido V. S^a a compor a Mesa, ocupando o lugar para fazer a sua exposição. V. S^a terá 20 minutos para a sua exposição.

Dada a importância deste assunto, o Senado Federal tomou a devida providência de instalar um telão na sala nº 3.

Também registrar que se encontra presente o Dr. Marcos Ferraz, da Associação Brasileira de Psiquiatria. Muito obrigado pela sua presença, Doutor.

A SRA. ÂNGELA GOMES – Bom-dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos da Federação, pessoal da área de educação especial, agradeço a oportunidade de estar aqui representando as pessoas que apresentam distúrbios graves de comportamento e de poder tomar a palavra em seu lugar, porque, na realidade, estou representando cada uma delas.

Preparei um quadro para procurar sistematizar e tentar pensarmos juntos algumas necessidades e alguns desafios com relação à mudança da realidade dessas pessoas.

Esclareço que em cada uma das pastas há cópia deste quadro. Pessoas com distúrbios graves de comportamento são aquelas que apresentam doença mental ou em nível de psicose, ou de neuroses graves ou de autismo; enfim, pessoas que têm um desvio considerável no seu comportamento.

Neste quadro, pensando as necessidades e desafios, procurei elencar, inicialmente, os aspectos de prevenção, aquilo que poderemos fazer e, com isso, estaremos garantindo ou o não-aparecimento ou a “não-cronificação” da doença nesses seres.

Aquela flecha no quadro indica que devemos realizar intervenções durante todo o curso de vida desse ser: antes do nascimento, quando bebê, criança pequena, um pouco maior, adolescente, jovem, adulto e idoso. Sempre deveremos realizar intervenções em cada ser nos diferentes momentos de sua vida.

Também neste quadro, lemos que devemos pensar procedimentos que promovam atendimento dentro de uma concepção de humanização. Ao citar humanização, quero dizer que não devemos estruturar atendimentos com muitos recursos físicos, muitos materiais, muito aparato logístico. Não se trata disso; mas de estruturarmos atendimentos, estratégias que venham ao encontro do ser com o ser, pois, não te-

nho dúvida, o único caminho para que possamos reverter esse quadro é proporcionar o nosso encontro, ou seja, o encontro de pessoas, de suas histórias, possibilitando, então, o surgimento de algo.

Este é o melhor recurso: o ser humano. Por isso, precisamos de cada um dos presentes, para que esses encontros sejam possíveis, para que a legislação, a habilitação de cada ocorra e possibilite esses encontros. Dessa forma, proporcionarmos prevenção em todos os níveis.

Doença mental tem prevenção. Alguém pode perguntar: como prevenir a loucura? Há como preveni-la, fazer com que ela não apareça, ou seja crônica, ou não se estenda.

Dando seguimento aos quadros, este foi constituído por um grupo de profissionais e pela comunidade.

Não estou aqui representando nenhum órgão público, mas a comunidade. Digo mais: estou atendendo a um chamamento do Ministério da Saúde, que diz que é hora de a comunidade auxiliar, “arregaçar as mangas” e se organizar para reverter essa situação. Então, neste momento, represento a comunidade.

Para prevenir, precisamos informar sinais de sofrimento em bebês. Existem sinais aparentes de conduta que devemos divulgar, para que a intervenção se dê o mais rápido possível, em bebês, adultos, idosos. É necessário que operacionalizemos uma campanha nacional de detecção precoce dos distúrbios do desenvolvimento. Os estigmas da doença mental, que historicamente nos acompanham, devem ser trabalhados de imediato. Que o louco fique separado – nem digo que ocupe seu lugar, porque a questão é justamente não ter lugar –, que ocupe aquele espaço, e não o meu espaço. Não querem encontros. Precisamos trabalhar pelo fim dos estigmas de exclusão e conscientizar todos os segmentos da sociedade da importância da inclusão, respeitando o limite e a possibilidade de cada pessoa. Posteriormente, posso contar a todos como aprendi a respeitar esses limites – por sinal, foi com uma criança bem pequena.

Precisamos democratizar os exames clínicos e estruturar nossas instituições de saúde para poder efetivar atendimentos metabólicos, funcionais, genéticos, enfim, identificar causas de ordem orgânica e prevenir estruturas desorganizadoras que levem à delinquência, ao alcoolismo, à droga, freando as estruturas da sociedade que impelem os seres à desestruturação. Devemos prevenir isso.

Precisamos conscientizar as pessoas das alternativas de procedimentos. O que quero dizer com isso? Que os profissionais das áreas de saúde e edu-

cação sejam conscientizados de que existem procedimentos e pesquisas sobre o que fazer. Muitos imaginam que nada mais há a fazer. Mas isso não é verdade. Precisamos conscientizá-los desse trabalho.

Também precisamos estruturar equipes itinerantes que referenciem e supervisionem esses programas. Penso que o meio científico tem um papel importantíssimo. Há uma tendência de instituições e de os próprios programas se apropriarem dos sintomas do doente. De repente, percebemos que a própria instituição já não está tão saudável, nem gerando saúde. Então, é preciso que alguém de fora supervisione, que o meio científico se incumba disso a fim de referendar os programas existentes e os que serão estruturados.

Precisamos incentivar as pesquisas e a divulgação de resultados, apoiar estratégias bem sucedidas que envolvam toda a comunidade e proporcionar ações que levem as comunidades à saúde mental. Que ações levam à saúde? Devemos estimulá-las.

Precisamos trabalhar pelo resgate da cidadania, da história e dos papéis individuais de membro da comunidade de cada pessoa que apresenta uma psicopatologia, uma doença, resgatando a sua história. Esse é o momento de construir laços. Quando institucionalizamos ou segregamos um doente, estamos reforçando a quebra de laços. A pessoa já é doente por ter perdido referências, não sabe quem é, onde está no tempo e no espaço, não tem consciência do seu corpo, está com uma perda total de referência, e o que fazemos nós? Nós a isolamos. Assim, ela perde mais ainda suas referências históricas: "quem sou eu, quem é minha comunidade, a qual cultura pertencço?". Esse é o momento de resgatar esse aspecto da cidadania.

Concluo dizendo que a cada ação que nos propusermos a fazer, deveremos ter em vista o futuro. Se estou organizando um programa, devo pensar se será importante para a pessoa amanhã. Isso é prevenção. O que estou fazendo hoje para que uma pessoa possa melhorar amanhã? É sob essa filosofia que devemos calcar nossos pressupostos.

Caminhei na linha da vida: o atendimento à gestante, à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso.

Vamos pensar um pouco na mamãe e no bebê. O que precisamos fazer? Promover o acompanhamento da gestante de alto risco; estruturar programas para atender essa mamãe que tem na sua história grandes possibilidades de não dar condições para que essa criança venha a se estruturar; operacionalizar intervenções terapêuticas para as mães, para os bebês; promover intervenções clínicas; estruturar

centros de atendimento; incentivar programas de acompanhamento terapêutico às mães e aos bebês prematuros ou que estão hospitalizados.

Estudos mostram-nos que a quebra de relação entre a mãe e o bebê desencadeia distúrbios graves de comportamento ou pode desencadear doenças mentais. Que algo se faça para que se previna isso.

Para a criança, que possamos estruturar programas educacionais no ensino comum das escolas regulares, quando possível; quando não, nas escolas especiais. Enfim, que a educação se organize em termos de atendimento. E aí vejo um papel importantíssimo na divulgação de estratégias, de possibilidades. Devem-se formar, habilitar profissionais, para que tenham consistência no momento de estar com essas crianças, para que se sintam seguros, referendados. Que os recursos possam garantir que consigam se colocar de forma mais tranqüila em relação a essas crianças. Como disse no início: é somente por meio da estruturação dessa relação que se possibilitará o trabalho.

É preciso incentivar a operacionalização de centros de apoio psicossociais aos moldes propostos pelo Ministério da Saúde. O trabalho é belíssimo. As portarias, a legislação atual contempla. Vamos fazê-la ocorrer no âmbito dos CAPS, que são centros de apoio psicossociais para crianças, contra álcool e drogas ou em nível de laboratório, de acordo com os recursos que tem cada comunidade.

Deve-se acompanhar o uso de medicamentos, quando são indispensáveis. Temos de viabilizar o acesso à questão das intervenções médicas, das intervenções neuropsiquiátricas, para que possamos sustentar essa questão. Existe algo do corpo a ser visto. Não vamos denegar isso.

É preciso prover formação para promover para as crianças a internalização das habilidades básicas. Temos de garantir que a criança, participando de programas, possa estruturar-se em termos das habilidades básicas, possíveis para ela. Que ela aprenda ler; mas, se não consegue aprender a ler, pode conseguir aprender a tornar-se independente na vida diária ou a se locomover, a se comunicar. Precisamos prover o máximo possível da formação, porque, quanto mais estivermos estruturando hoje, estaremos prevenindo para amanhã. É preciso enfatizar programas que possam sedimentar essas habilidades básicas.

Pensando no adolescente, é preciso estruturar programas tanto de ordem educacional quanto de ordem de atendimentos pedagógicos. Hoje estamos caminhando para uma solicitação no sentido de que os atendimentos tenham um cunho terapêutico, que res-

... a história do ser que está ali, que resgatem a sua subjetividade, que saibam quem é ele. É necessário procurar encaminhar esses procedimentos clínicos, terapêuticos.

Precisamos incentivar a operacionalização dos centros de apoio. A educação tem algo a fazer, a saúde tem algo a fazer, a comunidade tem algo a fazer.

Devemos informar por meio de material didático, ilustrativo, audiovisual, de material que comunique realmente, que conscientize sobre as consequências de ações auto e heterodestrutivas. Temos que estar orientando e educando os nossos jovens para que entendam que condutas de autodestruição e heterodestruição têm consequências para eles e para o outros. Esse objetivo pode ser alcançado por meio dos programas da droga-adicção, álcool, delinquência etc. Que se case tudo, pois isso previne.

Depois: sistematizar e divulgar material didático e informativo sobre o desenvolvimento de doenças da sexualidade, que também aferem a nossa área, a área da saúde mental.

Por ultimo, pensando no adulto e no idoso, o que precisamos fazer? Precisamos operacionalizar suporte para que os familiares da pessoa com transtornos mentais tenham condição de permanecer com ela na família. Depois: auxiliar na estruturação de casas-lares – estou denominando as residências terapêuticas de casas-lares – para que essas pessoas possam estar em situações mais humanizadas e não em grandes instituições. Depois: organizar programas em centros de apoio psicossociais, onde possamos inserir essas pessoas.

Esqueci-me de falar algo importante. Se, para a criança, trabalhamos as habilidades básicas, para o adolescente, temos que fazer com que a habilidade básica se transforme em específica, uma atividade ocupacional e elaborativa, de acordo com suas condições. E que se efetive a capacidade de gestão disso, que ele possa, com suas condições, estar se autogereenciando. É isso que fala este parágrafo.

Outro item: viabilizar atendimento médico para o acompanhamento da saúde física e mental, prevenindo o aparecimento ou o agravamento das doenças da própria idade.

O último tópico que desenvolvi é: promover trabalho independente ou supervisionado, enfim, atividades ocupacionais em que as habilidades – como disse há pouco – básicas, específicas e de gestão efetivem-se, resguardando os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e espirituais dessas pessoas.

Para concluir, gostaria de dizer que, na realidade, o que precisamos fazer é dar condições a essas pessoas de começar a sonhar, porque, por meio dos sonhos, alimentamos nossas esperanças – ou vice-versa! Às vezes, pensamos que psicóticos não sonham ou não podem sonhar. Não é assim! Que tenhamos a oportunidade de dizer: você pode sonhar. Sonhar com uma casa, sonhar estar com a família, ter medicamento, ter uma professora, mudar sua realidade. Cabe a cada um de nós possibilitar esses encontros. É esse o convite que fiz para mim e estou deixando para vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, professora Ângela – a professora Ângela é especialista em educação especial e consultora na área de prevenção e atendimentos a pessoas com distúrbios graves de comportamento.

Registro a presença, compondo a Mesa, da Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que me concede a honra de presidir esta reunião tão importante sobre saúde mental. Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Também registro a presença do professor Francisco Martins, professor titular da Universidade de Brasília e presidente da Abrafip.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos.

Com muito prazer, passo a presidência ao Senador Papaléo Paes, por ser médico e por ser uma pessoa extremamente ligada à questão da saúde mental. Também quero cumprimentar o Senador Flávio Arns pela oportunidade desse requerimento, no momento em que Brasília sedia a VI Conferência Internacional de Filosofia, Psicologia e Psiquiatria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao terceiro expositor, Dr. Alfredo Schechtman, Coordenador-Adjunto de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

V. Sª terá 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Bom-dia, Srªs e Srs. Senadores, público presente. Agradeço pelo convite e me desculpo pelo atraso, por uma questão de última hora. É com prazer que estou aqui.

Tentei resumir em alguns quadros – não passarei todos – uma idéia da atual política de saúde mental que tem sido construída num processo paralelo ao de construção do Sistema Único de Saúde. Portanto, trata-se de um percurso de um pouco mais de uma

década, decorrente da nova organização do setor de saúde, propiciada pela Constituição de 1988, que unificou, num sistema público, os sistemas até então assistenciais.

Os Srs. Senadores, de um modo geral, conhecem essa linha por conta dos debates realizados na área nesses últimos anos e da existência de uma nova legislação, que também percorreu uma longa trajetória de debates até alcançar um consenso na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com a criação da Lei nº 10.216, de 2001. Essa lei tem nos propiciado trabalhar na linha de extensão da cobertura de assistência à saúde mental, de mudança de um modelo que, historicamente, esteve centrado na referência de assistência hospitalar para um modelo que se constitua numa base comunitária de assistência, em que o hospital tem um papel complementar e não central, como até então. Estamos nesse processo de transição.

Apresentarei algumas de nossas linhas, procurando me ater ao tempo. As transparências de **data-show** ajudam a organizar isso.

A visão de conjunto da área é que temos um grupo de transtornos de alta e crescente prevalência. Ainda com uma baixa cobertura assistencial, temos um modelo de assistência em transição, do hospitalar para o comunitário, refletindo graves distorções do chamado modelo asilar, que prevaleceu por muito tempo, e uma política pública que tem de ser intersectorial, com interfaces fundamentais com áreas como as de assistência social, direitos humanos, justiça, trabalho, habitação, entre outras.

Vou lhe dar uma idéia da prevalência de transtornos mentais na população em geral, considerando uma série de pesquisas nacionais e internacionais, bem como o material publicado em 2001 pela Organização Mundial da Saúde que se encontra disponível no **site** do Ministério da Saúde e no da Organização Mundial da Saúde, mostrando um panorama da atenção em saúde mental no mundo. Temos trabalhado com a idéia de considerarmos em torno de 3% da população como portadora de transtornos mentais severos e persistentes, que necessitam de um atendimento continuado em suas diversas formas. Se considerarmos a população brasileira, em torno de 5 milhões de cidadãos brasileiros necessitariam de um cuidado continuado; 6% da população com transtornos psiquiátricos graves, decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas; 12% como um percentual estimado da população que necessita de um atendimento – evidentemente, englobando os números anteriores – contínuo e eventual, pois, nesse

caso, estamos considerando variadas intensidades de acometimento, ainda em torno de 1% a 1,5% da população com quadros neurológicos de epilepsia. Esse segmento também precisa de atenção, de que pensemos o combate ao estigma e o acesso ao tratamento.

O último dado é sobre o percentual de suicídio, que, na verdade, no conjunto internacional, não é dos mais altos, mas, de qualquer modo, é quatro por cem mil habitantes.

O quadro seguinte representa os atuais gastos anuais do Sistema Único de Saúde. No ano de 2002, tivemos um gasto com saúde mental de 579 milhões, valor que corresponde a algo em torno de 2,5% do gasto total, sendo que algo próximo a 80% desse total foi ainda com pagamento de atendimento hospitalar.

Evidentemente, ainda é um gasto elevado proporcionalmente, mas, considerando-se que há dez anos era de 100%, há claramente uma tendência de reversão desse para um modelo de atendimento extra-hospitalar ambulatorial de base comunitária.

A Organização Mundial da Saúde, no referido relatório de 2001, aponta como uma meta a ser alcançada pelo menos 5% do gasto total em saúde com atenção em saúde mental. Portanto, temos de trabalhar com uma meta de ampliação, em médio prazo, dos nossos recursos para, pelo menos, dobrarmos esses gastos.

A tendência mundial, como sabemos, é de crescimento dos quadros de sofrimento psíquico, principalmente se considerarmos a crise urbana, a violência, o desemprego e outros fatores culturais e socioeconômicos que contribuem para, na verdade, agravar o quadro desse sofrimento de todos e, é claro, de algumas parcelas mais debilitadas, em especial. Assim, temos de levar em conta que toda a evolução da clínica desses quadros depende bastante do modelo de tratamento montado de suporte psicossocial. Quer dizer, se trabalharmos para que nossa cidade seja mais inclusiva, que reduza os estigmas e que busque dar o suporte àqueles que, em um determinado momento, estejam mais fragilizados, evidentemente, isso é favorecedor de uma possibilidade de re-inserção, de reabilitação, diferente de um modelo que favoreça a exclusão, o estigma e que não privilegie esse cuidado a essa parcela da população.

Esse material certamente estará à disposição de V. Ex^{as}.

Este quadro nos dá uma idéia da evolução dos gastos na rede hospitalar e na rede substitutiva e dá essa substituição gradual, com o aumento do gasto

extra-hospitalar e o aumento menor – mas ainda aumento – do gasto hospitalar, proporcionalmente menor do que o gasto extra-hospitalar.

Este outro quadro mostra nosso cuidado, no decorrer desta década – digamos – com o que chamamos “a via de mão dupla da reforma”. Entendemos que o declínio dos leitos psiquiátricos tem de estar acompanhado da ampliação do serviço de atenção diária. É certo que, em um panorama geral, isso tem sido feito. Seguramente, a velocidade da redução de leitos – não é a que todos desejamos, mas é a que temos conseguido alcançar – e de construção em paralelo, buscando, inclusive, que a expansão se dê naqueles locais em que haja uma menor cobertura.

Na expansão dos Capes, como V. Ex^{as} podem ver, houve um crescimento acentuado a partir do ano passado. Para este ano, também temos metas bastante significativas de expansão dos centros de atenção psicossociais.

Nossas metas para 2003/2004: a redução progressiva dos veículos psiquiátricos, nessa linha da desinstitucionalização; a expansão dos Capes; a inclusão das ações de saúde mental na atenção básica. Temos tido uma certa dificuldade, da qual somos parte também, de integrar essas ações no Ministério, nos programas de saúde da família, devido à sobrecarga existente nesses programas, porque eles têm que cuidar de uma série de áreas. Há experiências isoladas, e pretendemos, no decorrer deste ano, construir essa parceria, para que a área de saúde mental esteja incluída na atenção básica de saúde. Isso é fundamental, porque, evidentemente, com o quadro epidemiológico dessa monta, não será apenas com serviços especializados que conseguiremos aumentar a cobertura para a população.

É fundamental que não só capacitemos e preparemos o pessoal da atenção básica para esse cuidado, como estruturamos também equipes especializadas de suporte a essa atenção.

O próximo ponto está encaminhado para o Programa De Volta para Casa. V. Ex^{as} sabem da cerimônia que o Presidente Lula organizou, no último mês de maio, de lançamento desse Programa, no sentido de um encaminhamento de um projeto de lei, que hoje será submetido à análise da Câmara dos Deputados e, em seguida, será encaminhado ao Senado Federal.

Reputamos o Programa De Volta para Casa de grande importância no processo de reabilitação para um segmento da população, que estimamos entre 20 mil a 30 mil pessoas, que se encontram internada por um longo tempo em hospitais psiquiátricos, que já não

têm um quadro clínico que demande essa internação, mas que, no decorrer do tempo, perderam seus vínculos, e por isso lhes faltam alternativas. Esse programa, evidentemente, será voluntário, quer dizer, ninguém será forçado a sair do hospital, mas pretendemos oferecer uma bolsa que permita a reinserção dessa pessoa na sociedade. Os Municípios sempre terão programas de saúde mental para que essas pessoas possam voltar a dispor do tratamento, do acompanhamento, mas num ambiente mais inclusivo socialmente.

Os Srs. Senadores deverão examinar essa matéria. A nossa expectativa é de que possamos, brevemente, dispor desse instrumento legal para a implantação desse programa.

Paralelamente e casado a ele, dispomos das chamadas “residências terapêuticas”, que são justamente estruturas que permitem, no âmbito do Sistema Único de Saúde, acolhe essas pessoas em pequenas estruturas residenciais. Em vários Municípios no País, já existem experiências bastante bem-sucedidas – ainda não no número que gostaríamos, mas já com uma experiência bastante significativa –, em que as pessoas com longo tempo de internação puderam retomar suas vidas ou recriá-las. Muitas vezes não se trata mais de voltar às suas origens, pois esses laços já estão desfeitos, mas de reconstruir laços de sociabilidade, às vezes até com colegas de infortúnio – chamemos assim –, pelo longo tempo de internação, e que podem resgatar sua cidadania.

Há depoimentos muito comoventes, dessas próprias pessoas e da comunidade em volta, do que significou ter essas experiências de inclusão. Isso enriquece a vida não só daqueles que voltam, mas também a nossa, que não passamos por esse processo, mas que passamos a conviver com pessoas com uma experiência de vida diferente da nossa.

Outras metas: a qualificação de recursos humanos, a promoção dos direitos de usuários e familiares, o incentivo à participação no cuidado. Esse processo de reforma de assistência da saúde mental, de reforma psiquiátrica se dá em várias partes do mundo ocidental e, até a partir da Segunda Guerra, mas com mais intensificação a partir das décadas de 60 e 70, no Brasil. Como política de governo, a partir da década de 90, é um ponto que tem sido...

Este ano, em novembro, haverá um encontro importante, promovido pela Organização Mundial da Saúde, de usuários do mundo todo com parlamentares. O Brasil tem sido mencionado e tem tido destaque específico pela participação nesse processo, não só na área de saúde mental no SUS como um todo, como também na política social, que busca mecanis-

mos de controle social de participação por meio dos conselhos de saúde. Especificamente no caso da saúde mental, a representação dos segmentos de usuários e de familiares tem sido de extrema relevância. O Brasil se destaca no cenário internacional como um país que tem tido um crescimento significativo.

As conferências de saúde mental, as conferências nacionais de saúde – a última ocorreu em 2001 – têm participação significativa e importante dos usuários e dos familiares. A participação deles na formulação e no controle social das políticas, no próprio tratamento e no autocuidado é fundamental.

Há uma questão também delicada e importante. Temos tido uma parceria com o Ministério da Justiça numa questão dramática – acho que vale a pena chamar a atenção para ela –, seguramente mais dramática do que o problema dos hospitais psiquiátricos do SUS, que é a situação dos manicômios judiciais. Na verdade, eles reúnem o pior do mundo carcerário e do mundo hospitalar. As pessoas que lá estão não têm nenhuma pena a qual poderiam cumprir e, depois, ganhar a liberdade, nem têm a possibilidade de retornar, porque habitualmente elas ficam vinte, trinta anos na situação de um limbo social. As situações são as mais dramáticas possíveis. Os manicômios são prisões pioradas, se isso é possível. Estamos trabalhando junto com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça. O Dr. Pedro teve de declinar do convite para vir aqui, porque já havíamos agendado um seminário, em conjunto com o Ministério da Justiça, hoje na Bahia, onde há um manicômio judicial numa situação grave. Nesse manicômio há cerca de quatrocentos internados. Neste ano já morreram cerca de vinte. As condições assistenciais são as piores possíveis.

Chamamos a atenção para essa área porque seguramente precisamos nos deter no exame dela. A qualificação do atendimento hospitalar e ambulatorial no SUS é algo que também merece atenção.

(Projeção)

Temos pensado em uma redução de leitos neste ano e uma expansão da rede extra-hospitalar. Estão previstos 178 novos centros de atenção psicossocial. A idéia é a de que eles se expandam em áreas de maior densidade populacional, áreas em que haja esse processo de substituição do modelo hospitalar pelo extra-hospitalar. Prevemos também a implantação de serviços residenciais terapêuticos. Quer dizer, foi previsto orçamentariamente um recurso para apoiar a expansão dessa rede.

(Projeção)

Esse eslaide lhes dá uma idéia da distribuição dos hospitais psiquiátricos por Estado. É flagrantíssimo não só na área de saúde mental, mas nessa área com certeza se percebe isso –, especificidade e a carência de assistência notada na Região Norte, que não dispõe nem da assistência tradicional, hospitalar, que existe nas outras regiões.

(Projeção)

O total de hospitais no País é de 252.

(Projeção)

Não podemos deter-nos nesse quadro agora.

(Projeção)

Esse eslaide mostra a distribuição dos atuais Centros de Atenção Psicossocial (Capes), em funcionamento. Alguns estão entrando já – deve sair uma portaria na semana que vem. Há inclusão de novos este ano, mas esse era o quadro no final de 2002. Como podem perceber, no Pará, na verdade, esses 12 ficam na região de Belém e Grande Belém, digamos assim. Excluindo isso, há uma situação grave de desassistência na Região Norte, que tem essas características de população espalhada, de dificuldade de acesso. Esse é um ponto crítico da política de saúde como um todo e da política de saúde mental também.

Não dá para nos determos nesse ponto, mas isso ficará à disposição para se ter uma idéia da cobertura, porque estamos trabalhando, em termos de planejamento por Capes, por 10 mil habitantes por unidade federada.

Este é o detalhamento do nosso conjunto de portarias, dos vários tipos de serviços Capes que estarão voltados para a questão, conforme o porte populacional, e alguns que têm características específicas, que é a questão do Capes para a área de infância e adolescente, na qual pretendemos também ter um enfoque maior, pois temos uma dívida histórica com ela. A pessoa que me antecedeu, a Professora Ângela Gomes, já ressaltou a importância da área, do cuidado para a área materno-infantil, para a área infantil e de adolescentes. Temos um conjunto de serviços, em que apenas 10% dessa rede institucional está voltada para essa questão da criança e do adolescente. Sabemos que é preciso acelerar essa implantação, e o mesmo na área de álcool e drogas. O Ministério está tomando para si também a necessidade de impulsionar a questão da política de prevenção e tratamento, na qual, historicamente, não tivemos o papel que deveríamos ter tido – mas estamos buscando recuperar isso no SUS.

Termino por aqui, para não ultrapassar meu tempo, a fim de termos tempo para os debates, e agradeço o convite e a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradecemos ao Dr. Alfredo, Coordenador-Adjunto da Saúde Mental, do Ministério da Saúde.

De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido a palestrante Sr^a Gis-mair Ana de Castro, usuária do Sistema de Saúde Mental, para ocupar um lugar à Mesa.

Informo que V. S^a terá vinte minutos para fazer a sua exposição.

A SRA. GISMAIR ANA DE CASTRO – Bom-dia a todos.

Venho aqui, hoje, mais para prestar o meu depoimento, porque sou usuária do Sistema, tendo passado pelos dois sistemas, o aberto e o fechado. Estou aproveitando este momento para dizer que tenho história sobre os dois sistemas por que passei. Digo o seguinte: o fechado não é sistema adequado a ninguém. Levei tempo para descobrir o aberto, e o sistema fechado me trouxe danos, causou-me perdas terríveis. Por isso defendo o sistema aberto.

Quanto ao sistema fechado, ninguém era preparado para ele, nem a minha família, nem a comunidade, nem mesmo as pessoas a quem me dirigia para procurar tratamento. Elas não sabiam exatamente onde me colocar, onde colocar uma pessoa que vivia tentando suicídio, desesperada, que era internada a todo momento. E, internada, eu era contida, ficava amarrada. Mas, dessa forma, o meu problema ia ser solucionado? Não, o desespero aumentava cada vez mais.

O médico falava: "Hoje você está de alta". Mas os meus problemas continuavam os mesmos no mundo lá fora. O meu problema estava lá fora, pois o meio em que eu vivia, as pessoas com quem convivia, minha família, a população, ninguém estava preparado para lidar comigo. Então, esse sistema não é o adequado. Basta ver que tentei suicídio lá dentro, mesmo amarrada, contida, dentro do sistema fechado. Eu fumava e lá conseguia o cigarro, o isqueiro, com outro paciente, e, como já disse, lá mesmo tentei suicídio. Então, aquilo não era tratamento.

Por que hoje não consigo mais pensar em suicídio? Essa idéia nem passa mais pela minha cabeça. Suicídio, para mim, é passado. Hoje tenho um tratamento adequado, que é o tratamento no sistema aberto. Quando percebo que estou entrando em depressão, procuro a pessoa que está preparada para me atender. Nesse tratamento, recebo o controle do serviço substitutivo, que procuro quando estou ocio-

sa. Às vezes, estou em casa sem fazer nada, então vou para uma oficina terapêutica do Caps, do sistema aberto, e desenvolvo a minha mente. Retiro o pensamento de depressão, de suicídio, e volto mais tranqüila, suportando a noite sozinha dentro de casa. Porque sofro o abandono da minha família, que não foi preparada até hoje para lidar comigo.

Com ou sem eles, agora eu já consigo controlar esse pesadelo na minha cabeça. Assim eu agüento passar um final de semana, um feriado ou um Dia das Mães sozinha dentro de casa. Sei procurar um atendimento, um CVV ou um terapeuta com quem já me relacionei para pedir uma palavra amiga no momento. Essa pessoa permite-me desabafar e me tira desse estado.

Então, o problema do doente mental está relacionado com a maneira como a sociedade trata a questão e cuida dele. Não adianta ir para um hospital e ficar fechada, medicada pelo psiquiatra, sem outro tratamento, porque o indispensável, nesse caso, é a pessoa que está disposta e preparada para me ouvir. Todo o grupo que convive com o paciente – terapeuta, assistente social, faxineiro, psiquiatra – deve estar preparado para lidar com essa situação.

A família também deve estar preparada, porque ela é a primeira a discriminar dentro da casa. Ela tem vergonha de levar o doente para um bar ou um shopping. O doente não escolheu essa situação; a pressão que o levou a isso.

Eu digo que a doença mental não tem cura, mas tem controle, que depende de leis e modificações no sistema de atendimento. É preciso criar mais serviços como o Caps ou o hospital-dia, que é o primeiro momento para o paciente. Ele não passará o tempo todo no hospital-dia, mas obterá o controle ao exercer uma atividade. Eu entendo como controle o fato de estar inserido no meio social.

Por isso, venho aqui para dar o meu depoimento e pedir que se criem mais serviços. Com certeza, quem já passou por um hospital-dia sabe o que diz.

Quero dizer também que, além da sociedade, os bombeiros e os policiais deveriam ser preparados, porque são os primeiros a agredir o doente em crise, quando são chamados para levá-lo ao hospital. Eles não estão bem preparados. Eu tenho uma péssima experiência nesse sentido, quando sempre era internada. Certa vez, um policial foi o primeiro a me dar o que eu estava procurando: o suicídio. Ele pegou o veneno e me entregou, perguntando se era o que eu queria. Então, a comunidade precisa ser preparada para lidar com as pessoas.

Por isso eu digo que também a família é doente, porque, se ela não aceita a pessoa, ela também é doente. Para mim, uma pessoa que discrimina a outra também é doente. Gostaríamos que esse atendimento fosse para todos, o paciente e a família.

Com relação ao álcool, às drogas, quantas pessoas estão com a família adoecida, com problema mental? Não só o usuário, mas a própria família. Há muitas mães em estado de depressão, mães que já estão procurando tratamento com um psiquiatra ou nessas terapias comunitárias, tentando uma solução para o seu problema, porque ela também foi vítima do meio social em que vive.

Quando ouço dizerem que as escolas devem ser preparadas, os Ministérios também devem estar envolvidos, o da Educação, da Saúde, do Trabalho – e por que não o da Justiça?. Todos têm que estar envolvidos. Cito o Ministério da Justiça porque ele tem que combater as drogas, o álcool, que causam muitos crimes. Os outros Ministérios também têm que estar envolvidos, inclusive o do Trabalho, porque todo esse sistema envolve uma pessoa até chegar a um estado de depressão, stress, a doença mental, que é o último estágio.

Então, ao pensar em cura e tratamento do doente, deve-se envolver todos os Ministérios, na minha opinião de usuária.

Estou aqui hoje para dizer a vocês que, se depender de mim, não existe mais manicômio. Vou continuar lutando, lutando mesmo para, enquanto força eu tiver, acabar com esse sistema, corrupto.

Lá dentro, os próprios usuários ficam tentando dar um carinho um para o outro, nas horas de desespero. Quantas vezes eu estava chorando e um usuário perguntava para mim: “Por que você está chorando? Vem aqui”. Mas por que esse papel não pode ser feito por um funcionário, um técnico, uma pessoa da área, um terapeuta? Não se poderia fazer esse tipo de atendimento, destinar um horário para isso? Só medicação, só remédio?

O remédio que eles passam para nós não é esse, é o remédio químico. Mas o remédio de que precisamos, nesses momentos, é apoio, aconchego, amor, carinho, uma palavra de muito amor e carinho. Isso, sim, muitas vezes, resolve muitos suicídios.

Tentei suicídio várias e várias vezes, exatamente porque, naqueles momentos, não tinha uma pessoa para conversar, para desabafar. Ficava trancada em casa, ia de casa para o trabalho, do trabalho para casa. Chegava do trabalho, não tinha mais paciência com as pessoas, agredia todo mundo no trabalho, na

rua. Por quê? Porque eu não tinha o tratamento de que precisava. O tratamento era ir à sala do médico e pegar uma receita de um remédio, que, às vezes, era a única saída para mim. Eu tomava 20, 30, 40 comprimidos de uma vez, como aconteceu, e ficava dormindo de 15 a 20 dias na emergência do hospital. Então, o remédio era o próprio veneno para mim.

Se depender de mim, vou continuar lutando, porque, dentro do manicômio, eu sofri muitas e muitas agressões, que estão marcadas no meu corpo.

Era o que tinha a dizer e muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos, sensibilizados, o depoimento da SRA. Gismair.

Vamos agora abrir os debates.

Como autor do requerimento, falará em primeiro lugar o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Em primeiro lugar, quero saudar a Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Lúcia Vânia, que, na apresentação do requerimento para esta audiência pública, procurou imediatamente agilizar os procedimentos para que ela acontecesse o mais rapidamente possível, em função, como já foi ressaltado, da importância do tema.

Estamos às vésperas da realização da 6ª Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, que acontecerá na semana que vem, em Brasília, e esta audiência pública tem como objetivo destacar esse tema para o Senado Federal, para a comunidade, para o Brasil, que acompanha os debates pela **TV Senado**.

Procurou-se também convidar para esta audiência pública a Universidade de Brasília, até pela importância da pesquisa acadêmica para o desenvolvimento de todas as áreas e desta, de uma maneira especial; o próprio Ministério da Saúde, a abordagem do ponto de vista social, não só educacional, mas social, por intermédio da Professora Ângela e por intermédio do belo depoimento da Gismair, também o ponto de vista do usuário. São depoimentos que sempre chamamos de auto-advocacia, que a própria pessoa também fale sobre aquilo que considera importante.

Eu gostaria de enfatizar que concordo amplamente com as abordagens feitas e creio que ficou bastante evidente a necessidade de uma abordagem multisetorial e intersetorial da parte da justiça, da assistência, da saúde, da educação, do trabalho, do es-

porte, da cultura, a abordagem do ser humano na sua globalidade.

Nesse sentido, eu gostaria que o Dr. Alfredo, como representante do Ministério da Saúde – inclusive justificando a ausência do Dr. Pedro Delgado, que não pôde estar presente porque está participando de outros eventos e, desde o início, justificou a sua ausência – dissesse quais as iniciativas, qual o esforço que vem sendo tomado no sentido dessa abordagem interministerial para o atendimento a pessoas com algum problema de saúde mental.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer ao Dr. Alfredo é no sentido de, olhando os mapas do Brasil, em termos da organização dos Capes, como é que a comunidade, a sociedade do Brasil pode pensar, em termos de recursos, destinação de recursos. É um teto extra-orçamentário, ou seja, vai além daquele teto do orçamento para os Estados ou está incluído no orçamento do Estado? Como é que a sociedade organizada que quer participar, quer colaborar, pode, na verdade, interagir, em termos da organização desses serviços nos diversos Estados, como a Professora Ângela ressaltou, desde a gestante até o idoso, em toda caminhada do cidadão pela vida? De que forma esses recursos e a comunidade podem atingir esses objetivos?

Eu gostaria de enfatizar um terceiro aspecto. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados já esteve, há cerca de dois anos, participando de visitas à Febem, em São Paulo. Sabemos que uma dificuldade bastante acentuada são crianças e adolescentes infratores e, ao mesmo tempo, portadores de distúrbios graves de comportamento. É uma questão também, no geral, em relação à criança e ao adolescente, de direitos humanos, mas, nesses casos, que pensamentos o Governo Federal pode implantar em termos do atendimento a essa população?

Essas são as três questões básicas, mas quero ressaltar que todas as exposições foram bastante elucidativas, claras, com propostas concretas e penso que esta audiência pública é um momento importante para que os desdobramentos decorrentes dela possam ser levados a cabo, concretizados em termos de Executivo, de Legislativo e de comunidade, como é a proposta desta audiência pública. Considero importante também que este seja apenas o primeiro momento, que haja um segundo momento em que nós possamos, inclusive, novamente discutir essa caminhada, com a participação de outros setores que são fundamentais.

Destaco a presença da Associação Brasileira de Psiquiatria, do Ministério da Educação, do Ministé-

rio da Assistência Social e de outros setores que também têm muito a dizer e a contribuir para o atendimento adequado do cidadão portador de algum distúrbio de comportamento, severo ou não.

Então, são essas as três perguntas que eu, basicamente, faria ao Dr. Alfredo Schechtman.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes da resposta, gostaria de convidar para tomar assento à Mesa o Dr. Alfredo Schechtman, o Professor Ileno Izídio da Costa, a Professora Ângela Gomes e A SRA. Gismair Ana de Castro. (Pausa)

Com a palavra, o Dr. Alfredo Schechtman.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Gostaria de comunicar a esta Presidência que estou com um problema que está me afligindo. Impreterivelmente às 11 horas e 15 minutos, devo ausentar-me dos trabalhos desta Comissão porque tenho uma viagem marcada para as 13 horas. Vou responder as perguntas e, evidentemente, estarei à disposição para continuar a discussão em outra ocasião. Peço desculpas, pois não sei bem como me comportar protocolarmente, mas estou com essa dificuldade porque, de última hora, o Ministro não pôde comparecer a um evento que está sendo realizado no Espírito Santo, da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil. O Congresso será aberto hoje à tarde e essa é justamente uma das áreas em que temos interesse e carência de ações, por isso reputamos importante.

Vou tentar responder as três interrogações do Senador Flávio Arns, todas de extrema relevância.

A primeira: sem dúvida, há uma questão intersectorial de ações concretas. No momento, nós temos essa com o Ministério da Justiça e temos canais, por intermédio do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Intersetorial de Saúde Mental que, como o nome indica, busca essa articulação com outras áreas de Governo.

Sem dúvida, acho que esse é um chamado que o Senador nos faz da importância de buscarmos reforçar e construir essas parcerias; quer dizer, nós temos a certeza da importância delas no plano teórico, mas nem sempre estamos com elas construídas no plano da prática cotidiana de ação de Governo.

Na questão dos Capes, a partir do ano passado, nós conseguimos ter um redirecionamento, daí que se percebe o aumento significativo desse número de unidades porque, dentro das limitações orçamentárias da área de saúde, conseguiu-se que o recurso para a implantação dos Capes fosse o chamado extrateto. Este é, obviamente, um recurso do Orçamento do Ministério, mas foi retirado. Havia um pequeno

recurso já nos tetos, mas como esses tetos de composição dos Orçamentos dos Estados e Municípios, via de regra, estão normalmente estrangulados, ao se retirar e ao se colocar como uma política estratégica do Ministério a destinação desses recursos, permitiu-se que Estados e Municípios se habilitassem, se candidatassem, disputassem esses recursos, porque isso os aliviou e eles entram hoje como um recurso extrateto, que é o chamado Faec, um Fundo que faz a transferência de recursos extratetos.

Há um recurso hoje destinado, no Orçamento, a essa expansão dos 178. Na medida em que Estados e Municípios, em que Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, em que Comissões bipartites e tripartites, que são os mecanismos colegiados de gestão do SUS, participem dessa discussão, que não seja só uma demanda da área técnica e dos técnicos de saúde mental, mas também dos gestores, dos secretários municipais e estaduais de saúde, trazendo isso como pleito, evidentemente, esses recursos podem ser ampliados.

Do mesmo modo, quanto à terceira questão, sem dúvida, é de extrema relevância – eu ressaltaria não só as visitas às Febem's, mas também o papel do Parlamento. Nunca é de mais registrar esse crédito. Na verdade, mudou o olhar do Ministério da Saúde quanto a essa questão; ele passou a ter uma retomada. Tivemos um certo momento de estagnação, mas, após a visita que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara fez a diversas instituições psiquiátricas, às Febem's, o Ministério retomou a questão da assistência em saúde mental e criou um programa permanente de avaliação dos hospitais psiquiátricos, o que permitiu uma entrada mais organizada, mais sistemática de vistoria desses hospitais. Isso tudo decorreu de um relatório e de uma exposição sobre a situação feitos a partir de 2000. Depois de um momento de nova arrumação, por uma certa decaída – digamos – momentânea da vigilância, havia uma situação de piora desse quadro assistencial. Sem dúvida, essa intervenção da Comissão de Direitos Humanos foi fundamental para que o próprio Ministério tomasse a si a retomada desse olhar sobre esse parque hospitalar.

Eu diria então – e aí tomando como exemplo a portaria interministerial que temos desde o ano passado e que está permitindo essa atuação conjunta na questão dos manicômios judiciários, que é a portaria de cuidados de inclusão no SUS da população penitenciária, não só para a área de saúde mental –, que eu levaria esse pleito e essa recomendação – tomo como uma recomendação do Senador, porque, sem dúvida, é muito pertinente –, de tentarmos pensar, no âmbito do Execu-

tivo, uma articulação semelhante para o cuidado inter-setorial à população que está hoje em instituições do tipo Febem. Sem dúvida, poderíamos pensar num mecanismo semelhante ao que está sendo hoje trabalhado para a área das penitenciárias.

Penso que isso é de fundamental importância. Comprometo-me a levar isso a nossa área, que também está presente no Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Temos a Dr^a Cristina Fernandes, que está cuidando dessa inter-relação com a Justiça.

Tomaríamos isso a peito, digamos. Agradeço as questões que me permitiram esse esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Perguntamos ao Senador Flávio Arns se S. Ex^a está satisfeito. (Pausa)

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Quero, primeiro, ressaltar a importância desta audiência pública e parabenizar o Senador Flávio Arns pela iniciativa do tema; parabenizar a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lucia Vânia, por ter possibilitado que esta audiência pública ocorresse no dia de hoje. Logicamente, trata-se de tema extremamente importante, muito discutido na atualidade, principalmente com a proposta de mudança de condutas, visto que, no tempo que éramos estudante de Medicina, fazíamos Psiquiatria dentro de um hospital que parecia mais um velho castelo, uma antiga prisão, onde os porões eram usados para abrigar as pessoas que precisavam de tratamento, tratamento de ser humano – como bem frisou o Dr. Ileno na sua exposição.

A realidade do Estado do Amapá, de que sou representante, é a seguinte: oficialmente, no quadro do governo, no serviço público, a saúde pública funciona de maneira muito ampliada, pelo fato de termos sido Território, quando o Governo Federal bancava toda a área social. Assim, temos muitas escolas e hospitais muito bons. Em 1990, após a eleição do primeiro governador, já na condição de Estado, começamos a administrá-lo de uma maneira muito conflituosa em relação à anterior. Os governadores eram nomeados, mas tinham todo o apoio do Governo Federal.

Na época, havia uma preocupação direta do Ministério da Saúde com a saúde mental. Conseguimos destacar isso bastante. Hoje, temos alguns leitos no Hospital Geral de Macapá – aqui está caracterizado como não tendo hospital no Estado –, e apenas três psiquiatras no serviço público.

Queremos perguntar ao Dr. Alfredo qual seria a grande preocupação do Ministério da Saúde hoje, di-

ante de um quadro como esse que falei, considerando que a morbidade das doenças mentais tem os mesmos percentuais do restante do Brasil, sendo as dificuldades sociais diferenciadas de Estado para Estado? Digo isso, mesmo considerando que no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, há problemas sociais tão grandes – e o Estado do Rio é rico economicamente – quanto no Estado do Amapá. O novo objetivo é a convivência, a integração ou a reintegração com a família, e isso gera muitos problemas consequentes à falta de condição socioeconômica da família. Como o Ministério da Saúde poderia solucionar essas questões socioeconômicas em uma família que tem no seu seio uma pessoa que precisa desse tratamento tão importante?

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Senador, evidentemente que o Ministério pode procurar, por meio do SUS – Sistema Único de Saúde, ampliar a cobertura e a assistência, procurando assessorar Estados e Municípios. Vejo a sua pergunta como um desafio, porque os problemas sociais são de tal monta que, seguramente, o Ministério sozinho não conseguirá fazer tudo, mas, em conjunto com ações inter-setoriais e com a participação da sociedade, poderá pelo menos minorar essa situação, paliar essa situação e ampliar a assistência. Acho que são passos que têm que ser dados.

Nesse sentido, acredito que, especificamente para a situação da Região Norte, a situação dos ex-territórios, a expansão do Programa Saúde da Família é uma estratégia fundamental para que possamos pensar na possibilidade de assistência, até pela escassez de recursos humanos especializados – três psiquiatras; de dois eu sei o nome, mas estou me esquecendo do terceiro. Nos outros Estados, naturalmente, não posso repetir essa façanha, mas, evidentemente, temos que pensar em saídas para essa situação, trabalhos de base comunitária envolvendo outros setores, envolvendo educação, envolvendo assistência social, para encontrarmos mecanismos para, pelo menos, aliviarmos essa situação e tentarmos mudar um pouco esse quadro, que é bastante dramático.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigado, Dr. Alfredo. Perguntaria ao Senador Papaléo se está satisfeito.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Jamais levaria o tema para debate, mas gostaria de fazer um apelo – faço-o por causa da ansiedade que nos acomete diante das medidas adotadas, dos programas adotados pelo Ministério da Saúde, onde o que percebemos é que aqueles que mais se impõem são os

que mais conseguem, dentro das suas especialidades, consequências positivas. Apelo a todos os envolvidos com essa questão da saúde mental para que realmente se imponham diante do poder público para que possamos dar assistência a essas pessoas, assistência digna. Não podemos incluir só a medicina de alta especialização, de alta complexidade como importante para o nosso país. Temos que incluir a saúde mental como fundamental para que tenhamos um povo saudável, um povo bem assistido, principalmente nos dias de hoje, quando sabemos que mais difícil fica enfrentarmos essas questões que têm muito a ver com a questão social do nosso país.

Não tive oportunidade de ouvir A SRA. Gismair – peço até desculpas à senhora, mas estava em uma audiência com o presidente do Congresso; tentei voltar a tempo, mas não pude -, mas tenho certeza de que a sua fala foi muito importante para todos os que a ouviram, porque o tema é muito sério, o tema tem que envolver os prestadores de serviços, os usuários e, fundamentalmente, o Ministério da Saúde. Acreditamos que o Ministro da Saúde esteja dotado de boas intenções, mas se os senhores, se nós todos aqui não tomarmos as nossas providências e alertá-lo sobre a necessidade imediata de implementarmos os programas que os senhores, especialistas, conhecem muito bem, vamos nos atrasar muito e talvez aqui estejamos, em dois, três, quatro ou cinco anos, lamentando a não-observância imediata das nossas necessidades.

Quero parabenizá-los pela exposição, parabenizar o Senador Flávio Arns pela iniciativa e parabenizar esta comissão extremamente importante para esta Casa, que é muito bem presidida pela Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Dr. Alfredo, também estava em outras comissões – são várias comissões simultâneas às vezes – e não me ficou clara a questão do PSF, do Programa Saúde da Família. Eu queria saber se existe algum plano do Ministério no sentido não de dotar, evidentemente, cada equipe com um psiquiatra – o que seria ideal, mas, infelizmente, essa não é a nossa realidade -, mas de haver em cada grupo seis PSFs. Se pudéssemos ter um psiquiatra, evidentemente, aquele grupo que detectasse o caso pudesse levar, então, para a central. Esse é um ponto. O outro diz respeito à questão de recursos como um todo, para apoio ainda aos hospitais psiquiá-

tricos, mesmo com o projeto de desospitalização. Evidentemente que os hospitais continuam existindo, continuam sendo necessários. Em Minas Gerais, o senhor sabe bem, existem vários deles, que continuam sob orientação do Governo do Estado e da Fundação Hospitalar. Preocupa-me muito porque não só os recursos federais têm sido insuficientes, mas também tenho dito aqui, em vários momentos, do descumprimento do preceito constitucional de percentual mínimo para saúde.

Os dados que temos – estou fazendo um pedido oficial ao Ministério – mas, pelos últimos dados, apenas 80% dos Municípios cumpriram a exigência constitucional. E nos Estados é muito pior: dos 27 Estados brasileiros, 17 Estados não cumpriram, lamentavelmente o meu Estado, Minas Gerais, está incluído, o percentual mínimo que a Constituição prevê para a saúde.

Parece-me que todos temos que nos envolver nessa questão, para buscarmos alternativas no sentido de que os Estados e Municípios cumpram sua obrigação e o Governo Federal possa continuar incrementando a participação nesse setor.

A terceira questão seria ainda com relação ao projeto aprovado aqui pela Câmara e depois pelo Senado. Tive a honra de ser o responsável pela inclusão da emenda que possibilitou que as pessoas portadoras de deficiência mental pudessem adquirir automóveis para o uso de sua família, no caso quando tivesse uma lesão grave. Queria saber se existe mais alguma sugestão, já que esse projeto já foi aprovado, sancionado pelo Presidente. Agora, ainda vai à fase de regulamentação para a sua utilização.

O Senador Flávio Arns nos orientou com relação a esse projeto, inclusive deixando claro que é apenas no caso de lesões graves que poderá haver essa utilização.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Alfredo Schechtman.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Senador, é extremamente relevante o que o senhor aponta na questão do Programa Saúde da Família. Para discussão, fizemos dois seminários nesses últimos dois anos. A idéia é que se tenha de fato não um especialista nas equipes de PSFs, mas temos discutido que para um “x”, haja seis. Na verdade, trabalhamos com a idéia de que, a cada nove equipes do Programa Saúde da Família, pode ser mais ou menos, conforme a situação epidemiológica, tenhamos o apoio a partir de uma equipe especializada que apoie essa equipe, no seu trabalho, supervisionando, eventualmente recebendo aquelas situações que não foi possível deslinhar, equacionar, apenas no âmbito do Programa Saú-

de da Família. Isso é, com certeza, necessário e bem lembrado pelo senhor.

Quanto à questão dos hospitais psiquiátricos, peço desculpas porque cheguei um pouquinho atrasado aqui, já que estávamos – o Dr. Pedro não está hoje – numa reunião na Secretaria da Saúde com os representantes do segmento hospitalar privado conveniado ao SUS, que tem relatado uma situação de dificuldade com os valores de tabela. Nessa reunião decidimos constituir um pequeno grupo de trabalho e já na próxima semana estaremos fazendo a primeira reunião, para buscarmos equacionar a situação.

De fato a política é basicamente centrada na substituição desse modelo, mas não há nenhum interesse do Ministério da Saúde em trabalharmos sob pressão, em crise, com fechamentos abruptos. A idéia é que isso seja um processo pactuado de substituição. O diálogo está sempre aberto com os distintos segmentos nesse sentido.

De fato, há uma dificuldade, nesse momento, em relação aos hospitais. A notícia que temos é que vários setores, e o Ministério tem buscado equacionar, na medida do possível do Orçamento, essa questão. Vamos tentar encaminhá-la.

Na terceira questão, confesso que não estou totalmente inteirado sobre ela, mas me parece, evidentemente, de alta relevância o projeto apresentado, já em vias de sanção. Mas desculpe-me, mas eu não estava....

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não é só na questão da regulamentação. Estou pedindo que haja uma atenção especial, da parte do Ministério, para a regulamentação, se não corremos o risco de uma sanção do Presidente. Na verdade, o benefício não poder ser utilizado se não houver uma regulamentação rápida.

Quanto aos recursos, volto a dizer, é necessária uma pressão do Ministério para o cumprimento do preceito constitucional de percentual mínimo para a saúde tanto dos Estados quanto dos Municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Dr. Alfredo.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, minhas primeiras palavras são de cumprimentos à sensibilidade do Senador Flávio Arns em trazer a esta Casa e para o Brasil um tema de muita importância.

Cumprimento os expositores, em especial A SRA. Gismar Ana de Castro, que só sofre as consequências. Sou muito otimista. Nos meus 37 anos

como médico, vi muitos doentes amarrados. E vou contar um fato, no qual acho que eu deveria ter merecido até a cadeia.

Eu trabalhava no pronto-socorro, Senador Papaléo Paes – V. Ex^a é cardiologista e já deu muito plantão no pronto-socorro -, quando chegou um doente mental. Contactaram um psiquiatra no serviço de urgência, onde eu era plantonista. Eu era acadêmico interno e levei o psiquiatra para ver o doente. Ele trouxe um aparelho e perguntou onde tinha uma tomada. Eu lhe mostrei onde havia uma. Ele meteu o fio na tomada, tomou um choque e morreu ali. Quer dizer, essa era a medicina. Vi muitos choques elétricos como esse. Acho que eu merecia a cadeia por ter apontado a tomada.

Mas tem havido uma grande evolução. Os hospitais tinham um sino para chamar os caboclos para amarrar os doentes. E o Piauí é um ícone da medicina, porque lá surgiu um dos maiores especialistas da psiquiatria do Brasil, o Dr. Clidenor Freitas, responsável pelo primeiro hospital psiquiátrico da região, o Meduna, onde foram retiradas as correntes dos dentes. O Dr. Clidenor Freitas era um filósofo, lia o Dom Quixote de La Mancha.

Sou cirurgião, mas, naquele tempo, cirurgião era um clínico que operava. Então, chegavam muitos doentes, e eu tinha preocupação em encaminhá-los aos especialistas, para não entrarem numa linha de medicamentos que aprisionam doentes adolescentes que apenas precisam de uma orientação. Isso é cultural. Hoje, conheço muitos deles, pessoas boas, de família. No livro Dale Carnegie fala-se em como evitar preocupações e começar a viver, dando uma orientação. E há livros mais complexos como o de Frank Caprio, **Ajuda-te pela Psiquiatria**. Existem, também, os tranqüilizantes de maracujá, como o Passiflorine, que nos ajudavam. Mas essa área evoluiu muito. É difícil o exercício da psiquiatria.

Dr. Flávio Arns, o que me preocupa é que conheço esses problemas. Na minha cidade, Parnaíba do Piauí, há um médico – e está gravado –, Dr. Manoel Abreu, que é um São Francisco. Outro dia, analisando os médicos que tinham menos recursos, percebi que só conhecia um que tinha menos do que eu: o Dr. Abreu. Os psiquiatras são devotados e o sistema faz com que eles ganhem pouquíssimo. Há poucos especialistas psiquiatras. Tem que ter ideal, sonho, tem que ser um sacerdócio, mas tem que haver ganhos. E por que tem poucos? Porque o doente mental tem pouca capacidade de ganhar muito dinheiro, pois ele vive como a Gismair, que teve pouca oportunidade de ser rica, de exercer uma profissão,

não é verdade? Desculpe-me citá-la como exemplo, mas um quadro vale mais que dez mil palavras. Então, nas outras especialidades, está aí um cardiologista, o Papaléo, renomado e rico também, porque a especialidade é boa; os cardiopatas estão dirigindo seus negócios, suas atividades com todo o vigor da sua inteligência e relações humanas para ter sustento. Então, a outra clínica tem mais como custear o profissional. Um obstetra ganha muito dinheiro, por quê? Porque durante nove meses o pai está pensando naquele ato e acaba arrumando o dinheiro para pagar. Mas o psiquiatra tem uma menor renda.

Tem mais: essa tabela do SUS, como a inteligência privilegiada do nosso Papaléo analisou, nesses últimos oito anos, só se atualizou – que no meu tempo era unidade de serviço – para as grandes complexidades: cirurgias cardiovasculares, neurológicas etc. As pequenas não. E o psiquiatra? Olha a dificuldade: eu sou cirurgião e o diagnóstico, em uma consulta de cirurgião, é banal, é feito em um minuto. Uma hérnia, uma apendicite, um tumor. Mas o diagnóstico psiquiátrico é demorado, é complicado e a consulta vale menos do que uma graxa, que eu paguei cinco reais lá no aeroporto para engraxar meu sapato. Então, a consulta psiquiátrica é demorada, é complicada.

Senador Flávio Arns, eu perguntaria se V. Ex^a é parente do Arcebispo Arns? Um bem nunca vem só, como disse Padre Antônio Vieira. Então, está explicada a generosidade dele. Esse tema terá que ser visto pelo Ministro. É agora ou nunca, porque ele é psiquiatra. O médico psiquiatra da minha cidade é igual a São Francisco – e sou devoto de São Francisco: ele é um homem dedicado como poucos.

Perguntava ao Senador Papaléo – sempre consulto S. Ex^a, porque é o Presidente da Comissão de Saúde –, e S. Ex^a disse-me que em seu Estado, que tem 660 mil habitantes, há três psiquiatras, ou seja, um especialista para 220 mil pessoas. E na minha região é mais ou menos isso. E esse a que me refiro é o pioneiro. Imaginem!

Portanto, queria dizer que tem que haver uma maneira de prender. O médico de família tem suas razões. Sou muito mais o Ministro apoiar esses serviços, porque o médico de família foi um modelo errado buscado em Cuba. Eu conheço, e tive o privilégio de conhecer o autor do primeiro livro. Cuba é pobrezinha, Senador Papaléo, parece um caderno velho. Mostrou-me o primeiro. Cuba só tem um hospital especializado para resolver as grandes resoluções. Então, não podemos adaptar o nosso programa ao de uma ilha que é menor do que o Piauí, a metade do Pi-

auí, e tem 10 milhões de habitantes, enquanto nós, que temos 180 milhões de brasileiros, e somos o centro, pois a América do Sul vem buscar aqui serviços especializados.

Eu, o Senador Papaléo e o Ministro visitávamos, com o Senador Tião Viana sendo o nosso líder, uma boa cabeça, a área de experimentação do Incor. Estavam ali presentes estagiários do Canadá. Então, essa é a medicina avançada, ninguém pode retroceder. Esse médico de família está sendo... temos que olhar o outro aspecto. Shakespeare disse que não há nada bom e nada mau, tem que se analisar. O lado mau desse programa é que os especialistas estão acabando, porque eles estão pagando melhor, não tem nenhum psiquiatra que está ganhando como médico de família e ninguém está mais querendo fazer especialização e residência médica; sai direto da faculdade. A Inglaterra implantou isso e viu que a cultura inglesa passou a ter uma das pediatrias mais atrasadas do mundo, porque há um médico para fazer tudo. Isso não existe. E no mundo globalização, com transporte, em poucos instantes, de qualquer recanto do Brasil, do Oiapoque ao Chuí, como disse o Presidente, chega-se a um grande hospital. Tem-se que rever essas coisas. Rever os franciscanos psiquiatras que estão se dedicando, porque aquilo ali não é... Conhecimento de próximo.

Então, queria dar essas contribuições aqui ao nosso Dr. Alfredo, que representa o Governo nessa área. Cumprimento o Presidente da República por aquele programa. Quero ressaltar também que deve haver muito amor no tratamento da psicanálise.

Lembro a Dr^a Lúcia Vânia que o Senador João Alberto fez um projeto bem interessante, do qual sou Relator.

As coisas evoluíram. Quando estudei não era psiquiatria, mas neuropsiquiatria, que ainda se juntava à neurologia. Quer dizer, está avançando. Eles estão pouco estimulados porque não estão ganhando. Eles ganham mal. Eles não ganham bem em relação às outras especialidades. Estão ganhando muito menos do que um médico de família que sai direto.

Há essa evolução e as outras ações. A psicologia, que queria fazer no meu consultório, é, vamos dizer, um grande cirineu para os que estão carregando a cruz de trazer melhores dias e dar um rumo de felicidade e reintegração aos nossos doentes mentais.

Então, o projeto a que a senhora se referiu, previa que cada hospital tivesse um psicólogo, justamente para atender esses casos incipientes, o que diminuiria o trabalho, que seria mais educacional. E todo hospital contrataria um psicólogo.

São essas as nossas palavras. No gráfico do Piauí tem dois. Chamo leito/dia. É cheio de sigla, parece partido político, né? Só aprendi a do PMDB. Mas é hospital/dia. Aquilo é um avanço extraordinário. Eu vi. Governava o Estado do Piauí. Sou, vamos dizer, vamos dizer, um fã desses abnegados especialistas que são os psiquiatras.

Então, eu vi e acompanhei. Coincidia, eu Governador e médico, e via a felicidade, a reintegração, a maneira a que eles chegavam, em kombi, dançavam, faziam terapia ocupacional, o trabalho, o lazer. Vi um ambiente muito diferente daqueles das correntes e dos choques elétricos.

Então, foi muito oportuno. O Flávio Arns é de fato abençoado por Deus e pelo tio dele.

São essas as minhas palavras.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Pergunto aos senhores expositores se têm algum comentário a fazer.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Na verdade, não podia deixar de ouvir o depoimento do Senador Mão Santa. Conheci o Dr. Clidenor que, creio, tinha mais de trezentas edições diferentes de Dom Quixote. Realmente era um intelectual de primeira monta e pioneiro. Enfim, tivemos um contato na Coordenação. Foi muito estimulante ouvir esse depoimento.

Realmente estou até com receio, não sei se consigo ainda pegar o avião, mas me coloco à disposição para qualquer outro momento. Peço licença aos senhores para me ausentar. Claro, vou levar todas essas questões à Coordenação e vamos trabalhá-las.

Obrigado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Pela ordem a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quero me inscrever. Estou inscrita?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a é a próxima.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Gostaria de aproveitar, antes que o senhor deixasse...

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – O problema que eu estava... Bom, desculpe, porque eu tinha...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Vou lhe fazer rapidamente duas perguntas que considero importantíssimas.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Está bem.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Dr. Alfredo, em primeiro lugar, perguntarei ao senhor para liberá-lo.

Com a crescente instalação dos serviços comunitários de assistência psicossocial que privilegia o tratamento extra-hospitalar, com experiências bem sucedidas em diversas regiões do País, como será possível ao Governo e à sociedade civil encontrarem fórmulas de financiamentos sustentáveis que sejam capazes de assegurar a continuidade e a expansão desse novo modelo assistencial, mormente quando o nosso País é obrigado a promover um rigoroso ajuste fiscal nas contas públicas, restando, portanto, exíguos recursos para a implementação de políticas sociais, especificamente a de atenção à saúde mental?

Eu teria outras perguntas a fazer, mas vou procurar respeitar o seu tempo. Farei apenas mais uma pergunta. Dr. Alfredo, tem havido a formação e capacitação de trabalhadores e prestadores de serviços na área de saúde mental, na proporção adequada para fazer frente à demanda reprimida e ao permanente aumento da procura por esses novos serviços, colocados à disposição do paciente e de sua família?

Depois, farei as outras perguntas, mas gostaria de ouvi-lo a respeito.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Pois não. Desculpe-me a minha pressa.

Em relação ao financiamento, é claro que temos uma série de restrições orçamentárias, mas, desde o ano passado, assegurou-se bastante o orçamento para a expansão dessa rede extra-hospitalar, que, evidentemente, ainda é insuficiente, mas, à medida que consigamos ir remanejando aos poucos o recurso que hoje está destinado à assistência à saúde mental, é possível assegurarmos essa expansão. É claro que essa é uma luta permanente. O ponto de vista para o qual a senhora alerta é relevante para estarmos atentos à continuidade dessa garantia de financiamento.

Quanto aos recursos humanos, vastas regiões do País têm uma grande insuficiência. À medida que, hoje, as universidades se abrem para promover uma formação que não está só concentrada – como os Srs. Senadores lembraram – num modelo de tratamento que não estimulava o estudante, à medida que hoje temos vários tipos e modalidades de serviços e de tratamentos disponíveis, acredito que seja possível estimular mais estudantes a se voltarem para essa área, com todas as dificuldades relacionadas à remuneração sobre a qual o Sr. Senador Mão Santa se referiu. Há também o lado vocacional, e é claro que é preciso pensar na sobrevivência. Enfim, temos buscado estimular esse debate

com as universidades para tentarmos atrair mais o interesse por esta área sobre a qual somos suspeitos para falar da relevância.

Agradeço a lembrança de V. Ex^a por essas questões extremamente relevantes.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Dando continuidade, eu teria outras perguntas a fazer – a não ser que A SRA. Presidente tenha que fazer alguma observação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Nobre Senadora Íris de Araújo, vou permitir um intervalo devido à ausência do Dr. Alfredo, que se encontra atrasado.

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Obrigado e desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes, Dr. Alfredo, eu gostaria de agradecer-lhe como Coordenador Adjunto da Saúde Mental do Ministério da Saúde e dizer da nossa satisfação em tê-lo aqui presente. Agradeço-lhe principalmente os esclarecimentos, o projeto aqui apresentado e o compromisso do Ministério da Saúde com a saúde mental.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. ALFREDO SCHECHTMAN – Obrigado a V. Ex^a também.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a nobre Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agora, mais tranquilamente, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Senador Flávio Arns, que S. Ex^a teve que se ausentar e pela iniciativa proposta da presença de V. S^a. nesta Comissão.

Considero que este é um assunto tão importante e tão complexo que mereceria uma outra reunião e uma outra discussão. Como nós Senadores que estamos nessas comissões somos acostumados a receber diversos convidados que discorrem sobre os mais variados temas que dizem respeito à pessoa humana, considero que essa é uma questão que devemos levar em consideração por relacionar-se com uma população cada vez mais crescente e que está nas ruas. Isso é importante, e chamou-me muito a atenção.

Chamou-me atenção também, Mestre Ângela, o que V. S^a disse não apenas pelo conteúdo, mas por ter colocado o coração nas palavras. E respeito muito as pessoas que aqui vêm e que conseguem, de maneira didática, fugindo muitas vezes desse tecnicismo com que convivemos no Senado, transmitir uma realidade para a qual temos de estar atentos.

Dirigiria, então, a V. S^a algumas considerações, algumas perguntas para que eu pudesse ser esclare-

cida. Chamou-me muito a atenção quando V. S^a nos disse que pode haver uma prevenção por meio de um atendimento direcionado às mães, às crianças, aos bebês, enfim. Isso tocou-me muito porque, se já convivemos com um quadro social extremamente adverso, que já está instalado, talvez não tenhamos muito a fazer a não ser oferecer um atendimento, que pode ser precário ou bom, dependendo do tipo de trabalho que se possa fazer.

Essa prevenção passaria por campanhas de esclarecimento. Tenho opinião formada a esse respeito. Praticamente tudo o que vivemos no Brasil é uma questão de educação, e teríamos de estar atentos para que campanhas de esclarecimento em todos os setores sobre todos os problemas com que convivemos fossem implementadas. Gostaria que V. S^a pudesse nos dizer um pouquinho mais sobre isso.

V. S^a se referiu também ao estigma da exclusão, a pessoas de que nos afastamos, que muitas vezes se acercam dos nossos carros ou se acercam de nós, e ao fato de não sabermos diferenciar se são pessoas com transtornos mentais ou se são marginais diante da situação de violência que vivemos no Brasil.

Uma outra questão que considero importantíssima e que ao que parece faz parte das metas do Ministério para 2003-2004 refere-se à expansão de residências terapêuticas, às equipes itinerantes, que julgo fundamentais, pois, ao detectarem problemas de ordem social que estão à nossa vista, podem tomar atitudes principalmente no diz respeito a essas residências terapêuticas para onde essas pessoas pudessem ser encaminhadas.

Tenho muito mais a dizer, mas vou ter de me ater ao tempo. Deixo à Sr^a Ângela essas perguntas, pois gostaria de ouvir as respostas.

Teria depois algo a perguntar A SRA. Gismair Ana de Castro, que também se colocou à nossa disposição.

Eu gostaria de ouvir V. S^a, Sr^a Ângela Gomes.

A SRA. ÂNGELA GOMES – Muito obrigada. Obrigada pela oportunidade.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Meu nome é Senadora Iris de Araújo. Tive de sair e voltei para ouvi-la.

A SRA. ÂNGELA GOMES – Vou tentar discorrer um pouco sobre o que pensei acerca dessas questões tão importantes e relevantes que a senhora aponta.

Em relação à prevenção da doença mental, é possível, sim, fazer prevenção. A criança, o bebezinho, nos primeiros dois anos de vida, estrutura a sua

personalidade, e existem indicativos no comportamento dessa criança, nesses primeiros dois anos de vida, que nos apontam, nos alertam de que algo não vai bem nessa organização interna. E são indicativos muito simples de serem observados. Existem pesquisas e alguns trabalhos o nesse sentido. Muito simples, porque um pediatra ou a enfermeira que faz o atendimento, o acompanhamento sistemático do bebê, pode identificar. São bebês que não se aninham no colo, que rejeitam a amamentação materna, choram compulsivamente ou não choram, são bebês que não demonstram as suas necessidades básicas, parecem tabuazinhas que não demonstram onde está a vida ali, que não colocam o seu olhar, que não interagem.

Então, existe uma série de indicativos e, se tivermos a possibilidade de informar – das faculdades, das habilitações que são feitas – sobre esses indicativos, poderemos oportunizar intervenções precoces, para que não se sustente ou não se desencadeie uma estrutura autística ou psicótica.

Digo que temos que dar um passo além. Em uma das primeiras vezes que, em minha análise pessoal, conversava com a analista sobre isso, eu dizia: “Puxa, como eu gostaria de estar fazendo algo pela prevenção”. Ela me disse: “Ângela, atenta, não adianta alertar a todos, se não estivermos constituindo as possibilidades, porque maior dor ainda é saber que algo pode ser feito.” A mamãe sabe que pode, a comunidade sabe que é possível fazer, mas, efetivamente, nunca acontece nada. É como se dizer assim: “Existe um lugar ali, mas você não pode sentar”.

Então, cada coisa ao seu tempo. Penso que temos que ter consciência de que há necessidade dessa prevenção, há necessidade de campanhas, há necessidade de que as universidades parem e pensem sobre procedimentos, e há necessidade de que a comunidade, em todos os sentidos, viabilize esses recursos, para que, aí, sim, o sofrimento dessa mamãe e o sofrimento dessa criança possam ser acolhidos e tratados.

Com relação à segunda questão, sobre estigma, digo que o estigma de exclusão é histórico. E a minha compreensão por esse estigma passa pelo seguinte: não nos aproximamos, porque temos medo. E a pergunta fica: por que temos medo? Por que temos medo de até tentar pensar “ele é doente” ou, enfim, “ele tem outra configuração”? Temos medo porque as questões da pessoa com doença mental são as mesmas questões que nós, como neuróticos, temos. Só que, de alguma forma, por razões externas e também por mecanismos internos, nós conseguimos elaborar.

Então, diante da situação, nós conseguimos nos sustentar; temos referências internas e conseguimos nos sustentar, no dia-a-dia. E a pessoa com doença mental não teve essa possibilidade. Só que, quando ela se aproxima, ela nos espeta, ela nos diz: "Será que está bem resolvida essa sua questão de ser mulher?" "Será que está bem resolvida essa sua relação com o seu companheiro?" Ela nos espeta nas nossas questões, e nós sentimos medo.

Então, parece-me que, se perguntarmos qual a forma para reverter essas questões dos estigmas, eu diria que a melhor forma é colocar palavras, é poderemos falar sobre tudo isso. Quanto mais falarmos sobre essas questões e nos colocarmos na nossa pessoalidade, mais teremos condições de sedimentar as nossas estruturas e, aí, sim, nos colocarmos na relação. Então, o convite é a palavra que vem de dentro. Palavras vazias não fazem nada.

Com relação à terceira questão, a expansão das residências, trouxe algo escrito sobre a qual conversava com a minha mãe hoje cedo: repare que tudo tem seu tempo e sua oportunidade. No meio da dificuldade, encontramos as oportunidades. As dificuldades estão aí, e porque conseguimos encontrar as dificuldades, conseguimos também pinçar as possibilidades, as oportunidades. Este é um grande momento. Tenho comigo isso, porque, quando estou passando pelas escolas especiais ou estou passando na convivência das pessoas leigas na área de educação e de saúde, escuto as pessoas falando isto: inclusão. Essa palavra não fazia parte do nosso vocabulário, quanto mais das nossas vivências e, hoje, escutamos as criancinhas falando sobre isso. Uma criança de cinco anos me disse: "Tenho um colega que está acontecendo uma coisa de inclusão, ele é um pouco diferente de mim, porque ele tem 'síndrome de dália'". E eu digo: "Ótimo! Que bom! Estamos falando disso."

Fico pensando que temos que aproveitar essas oportunidades, sim, porque as casas vão possibilitar a inclusão de casas e casas, moradores e moradores que formam uma comunidade. Fica para mim essa situação de possibilidade.

Com relação às equipes itinerantes, estejamos atentos que, se temos uma carência de profissionais para trabalhar na área, imagine que delírio será pensar que ainda tenhamos profissionais que estarão cuidando de profissionais, mas, sem sombra de dúvidas, se não estivermos possibilitando supervisão aos nossos profissionais, estaremos sintomatizando a doença mental nas nossas instituições.

É imprescindível que estejamos atentos

Muito obrigada.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada. A minha terceira pergunta seria para Gis-mair. Antes de fazer a terceira pergunta, ressalto a emblemática declaração da Dr^a Harlem Brundtland, Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde, quando do lançamento de um relatório. Ela dizia algo muito importante: "As doenças mentais não são um fracasso pessoal. Na verdade, se existe um fracasso, este consiste na maneira como temos cuidado das pessoas com doenças do cérebro e da mente".

Ana de Castro, gostaria, de, primeiro, cumprimentá-la por sua disposição de estar aqui prestando o seu esclarecimento. E talvez o melhor esclarecimento, o melhor depoimento tenha sido o seu porque você, usuária do sistema de saúde, é que sentiu na pele um problema da doença. Você é que pode falar bem ou mal sobre ela, de como funciona. A família certamente não está preparada para o doente com transtorno mental. Ninguém está. Família alguma está preparada para enfrentar determinadas situações. E, muitas vezes, ela discrimina não porque quer, mas porque não sabe lidar com a situação, não sabe como agir. E muitos doentes que são encaminhados para hospitais psiquiátricos sofrem, como você relatou aqui, as mais diversas situações como serem amarrados, presos, ou dopados, ou de não serem entendidos pelos profissionais que lá estão com o dever, a obrigação de saber entender. Mas, muitas vezes, esses pacientes ficam ainda mais doentes, pela falta de oportunidade e de compreensão. V. S^a retratou muito bem isso no seu depoimento.

Gostaria de destacar alguns fatos para os quais devemos estar atentos. A Gis-mair conseguiu se encontrar de alguma forma. Ela se encontrou e encontra, em determinados momentos de crise – se entendi bem –, locais de acolhimento, a fim de que não agrave esse quadro que pode levá-la à dolorosa situação de nova internação, da qual fugiu.

Ao dar o meu reconhecimento pela sua presença, gostaria de relatar o caso do escritor Paulo Coelho, um dos mais vendidos no Brasil e no mundo, que foi internado duas ou três vezes. Chegou a ser amarrado, sofreu todos esses procedimentos; e, como a Gis-mair, se encontrou.

Talvez as pessoas não tenham ainda observado, mas gostaria de destacar que as Igrejas Evangélica, Católica e grupos espíritas desempenham um papel importante ao prestar serviços até utilidade pública e de auxílio aos Governos.

Agradeço a sua presença e também gostaria de cumprimentá-la pela disposição. Seu depoimento foi de muito acréscimo para esta Comissão.

Eram essas as minhas palavras.

A SRA. GISMAIR ANA DE CASTRO – Posso fazer uma ressalva?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não.

A SRA. GISMAIR ANA DE CASTRO – Nem todas essas igrejas estão preparadas para lidar com a doença mental. É preciso tomar muito cuidado com relação a isso, porque existem pessoas que voltam o problema do doente mental apenas para a questão espiritual, o que pode agravar a sua saúde mental. Nem todas essas pessoas de igrejas estão preparadas para trabalhar com o doente mental. Por isso a necessidade de distinção do serviço. A família tem que estar atenta quanto ao serviço, que deve ser de qualidade e capaz de proporcionar, fazer bem ao doente mental.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Excelente consideração, penso que V. S^a tem toda razão. Apenas fiz referência àquelas que conseguem, assim como o serviço público, e outras instituições, o lado bom. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Senadora Iris.

Dr. Ileno Izídio, V. S^a gostaria de fazer algum comentário?

O SR. ILENO IZÍDIO DA COSTA – Gostaria apenas de ressaltar o que já foi tratado aqui pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores aqui presentes, que realmente precisamos trabalhar por uma interdisciplinaridade, utilizar todos os profissionais possíveis no trabalho na área de saúde mental, porque a complexidade dessa existência humana demanda vários conhecimentos, não um só.

Portanto, creio que este é o momento de trabalharmos em conjunto: os profissionais, a sociedade, a comunidade. A Senadora Iris de Araújo destacou que esse também é o papel da comunidade. De fato, a Igreja precisa estar junto, mas aquelas, como a Gis-mair ressaltou, que possam ajudar na saúde mental e não complicá-la. E, da mesma forma, os profissionais devem se preparar para isso. Como disse a colega, o papel da universidade é preparar, supervisionar e estar junto.

Nesse sentido, colocamos a Universidade à disposição, porque trabalhamos com a preparação dos cursos. Eu, particularmente, coordeno um centro de atendimento e estudos psicológicos da UnB, em que

há 600 clientes. Do ponto de vista da Universidade, já é uma experiência, como o Capes, que existe na sociedade. Nesse centro, preparamos as pessoas, os alunos e os estudantes para lidar com essa realidade complexa.

Portanto, está na hora de unirmos forças. Devemos nos unir à comunidade, ao Parlamento, ao Ministério da Saúde, aos usuários, para tentarmos resolver a questão de todos os modos e não mais de forma arcaica.

Sr^a Presidente, agradeço a V. Ex^a a iniciativa de realizar essa audiência pública, em apoio à conferência e ao assunto, e também ao Senador Flávio Arns, que infelizmente não está presente neste momento, a grande sensibilidade em relação ao tema.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Dr. Ileno Izídio da Costa.

Pergunto à Dr^a Ângela Gomes se deseja fazer algumas considerações finais.

A SRA. ÂNGELA GOMES – Sr^a Presidente, a consideração que faço neste momento é de que estamos aqui para levarmos às nossas casas, às nossas comunidades, à nossa cidade, ao nosso Estado, enfim, instigarmos a população a fazer algo por essa área. Cada um de nós tem possibilidade de fazê-lo. Esse é o nosso papel e não vamos nos destituir disso. Portanto, vamos sair dessa reunião com o desejo de instigar as pessoas, a fim de que algo aconteça.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Dr^a Ângela Gomes.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr^a Presidente, o Dr. Ileno Izídio já fez uma referência, mas quero reafirmá-la.

Referi-me aos psiquiatras que trabalham no Amapá, pois são os profissionais em menor quantidade naquele Estado. Sabemos da importância dos demais profissionais que compõem uma equipe multidisciplinar – grupo que precisamos formar com muita sabedoria – e que fazem o atendimento. Fiz referência aos psiquiatras exatamente pelo número desses profissionais.

No Amapá, há uma equipe muito boa de psicólogos, terapeutas ocupacionais, sociólogos e especialistas em educação especial, que também fazem parte dessa equipe multidisciplinar. V. S^a foi muito feliz ao incluir, na sua exposição, a questão preventiva, da atenção à origem da nossa vida.

Agradeço a V. S^a e também aos demais expositores.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos.

Agradeço, de forma especial, aos debatedores; ao Dr. Alfredo Schechtman, Coordenador-Adjunto de Saúde Mental do Ministério da Saúde; ao Professor Ileno Izídio da Costa, Secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, da Psicoterapia e Psicoterapia; à Professora Mestra Ângela Gomes, especialista em educação especial e consultora na área de prevenção e atendimentos a pessoas com distúrbios graves de comportamento; à Srª Gis-mair Ana de Castro, usuária do Sistema de Saúde Mental; e a todas as entidades representadas nesta reunião.

Manifesto a nossa alegria em recebê-los. Falo em meu nome e em nome do Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente para as despedidas finais. Agradeço a todas as entidades representadas.

O debate de hoje foi profundamente importante para avaliarmos a Lei nº 10.216, votada no Congresso Nacional, numa ampla discussão, envolvendo a comunidade científica, os profissionais de saúde, os usuários do sistema e os organismos internacionais. Essa lei deixou muito claro que tem como fundamento os direitos do paciente e apontou rumos para o financiamento dos Governos, no sentido de privilegiar ou de fortalecer o sistema ambulatorial, fortalecer os recursos comunitários e, sobretudo, gradativamente acabar com as clínicas asilares, as clínicas psiquiátricas de forma asilar. O Dr. Alfredo mostrou-nos que o Governo muda, mas a política da saúde continua perseguindo aqueles objetivos. A Drª Ângela, bem como o Prof. Izídio, citou aqui, de modo muito claro, formas operacionais de cumprir essa lei, mostrando com muita sensibilidade que é possível mudar o tratamento da saúde mental neste País e, principalmente, a política pública voltada para esse segmento.

Para finalizar, Prof.ª Ângela, gostaria de externar aqui o meu entusiasmo com sua fala. É a fala da emoção, que transmitiu o sentimento da mãe, da mulher, do pai que convive diariamente com a criança portadora de necessidades especiais, da família que tem um filho, um parente nessas condições. Nada mais bonito. Tudo é importante: o recurso, a operacionalização eficiente, a gestão competente, mas nada substitui o amor na recuperação da pessoa portadora de necessidades especiais, que precisa, acima de tudo, de carinho, de atenção, de dedicação. Que passe esse segmento tão sofrido a ocupar o centro da agenda política do nosso País. Esta Comissão constituiu-se em um centro de debate, para consolidarmos e transmitirmos aqui a agenda clamada e exigida pela

sociedade, a fim de construirmos, juntos, um país mais humano, mais justo.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de encerrar a reunião, solicito aos Senadores que apreciemos alguns requerimentos, que são importantes para a agilização dos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Este requerimento, de acordo com o Regimento, pode ser oral. Há interesse da Subcomissão de Saúde no sentido de que o projeto de lei que regulamenta o ato médico vá à citada Subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de discutirmos esse assunto, gostaria de liberar os nossos convidados, para que possam naturalmente cumprir seus compromissos. (Pausa)

Há requerimento sobre a mesa.

Nos termos do inciso II do art. 90, combinado com o inciso II do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam realizadas duas audiências públicas nesta Comissão, para um amplo debate sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 25 de 2003, que dispõe sobre a propaganda comercial de alimentos, o qual ficará sobrestado até que haja a realização das mesmas.

Gostaria que fossem convidadas a se manifestar as entidades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser igualmente chamadas a se pronunciarem sobre o tema neste plenário. São elas as que se seguem:

1ª audiência: Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (Abeso); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde; Sociedade Brasileira de Endocrinologia; Sociedade Brasileira de Clínica Médica e Fundação Interamericana do Coração;

2ª audiência: Associação Brasileira de Anunciantes; Associação Brasileira de Agências de Propaganda; Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária; Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Associação Brasileira da Indústria de Alimentação; Associação Nacional de Editores de Revistas; Associação Nacional dos Jornais.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura da justificativa. Se houver concordância, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordarem com a proposição de dispensa da leitura da justificativa, que posteriormente será distribuída aos Srs. Senadores, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em apreciação o Requerimento nº 2.003, da Comissão de Assuntos Sociais.

Para se pronunciarem, faculto a palavra aos Senadores que quiserem fazê-lo. (Pausa)

Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Segundo requerimento, o de nº 2003, da Comissão de Assuntos Sociais. Adendo ao Requerimento nº 16, de 2003, à Comissão de Assuntos Sociais, de minha autoria e dos Senadores Romero Jucá, Ney Suassuna e Sibá Machado, aprovado em 10/04/2003, para que a audiência pública proposta conte com a presença de um representante da Caixa Econômica Federal. Assinado: Senador Tasso Jereissati e subscrito por esta Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h15min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 07 DE AGOSTO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e sete minutos, do dia sete de agosto de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA**, **FÁTIMA CLEIDE**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES** e dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO**, **FLÁVIO ARNS**, **AELTON**

FREITAS, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **MÃO SANTA**, **JUVÊNCIO DA FONSECA**, **NEY SUASSUNA**, **PAPALÉO PAES**, **EDISON LOBÃO**, **EDUARDO AZEREDO**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **DELCÍDIO AMARAL**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **SERYS SLHESSANRENKO**, **PEDRO SIMON**, **CÉSAR BORGES**, **DEMÓSTENES TORRES**, **EFRAIM MORAES** e **SÉRGIO GUERRA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A presidência apresenta relatório sobre os trabalhos da Comissão no primeiro semestre do ano corrente. O Senador Flávio Arns faz uso da palavra, sugerindo que a Comissão faça um acompanhamento dos projetos sociais desenvolvidos pelo governo. A sugestão foi aceita pela presidência. Passa-se à apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002**, que “Dispõe sobre o controle e comercialização do produto *soda cáustica*”, de autoria do Deputado Agnelo Queiroz. Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002**, que “Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências”, de autoria da Deputada Maria do Carmo Lara. Foi feita a leitura do parecer pela Relatora, Senadora Ana Júlia Carepa. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria foi aprovado. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002**, que “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)”, de autoria do Deputado Geraldo Magela, tramitando em conjunto aos Projetos de Lei do Senado: nº 245, de 2000, que “Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias”, de autoria do Senador Osmar Dias; nº 101, de 2001, que “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expansão de negócio próprio”, de autoria do Senador Ricardo Santos; nº 185, de 2001, que “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para quitação de

prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais”, **de autoria do Senador Waldeck Ornélas; nº 281, de 2001**, que “Altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990 que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”, **de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti; nº 95, de 2002**, que “Acrescenta o inciso XI ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”, **de autoria do Senador Ricardo Santos e nº 113, de 2002**, que “Altera a Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador”, **de autoria do Senador Waldeck Ornélas**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Eurípedes Camargo**. Durante a discussão fazem uso da palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes e o Senador Eduardo Azeredo. As Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Fátima Cleide e o Senador Eurípedes Camargo apresentam o **Requerimento nº 31 – CAS**, para a realização de audiência pública para instrução da matéria. Em votação, o requerimento foi aprovado. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000**, que “Determina a obrigatoriedade da embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências”, **de autoria do Deputado Ailton Dipp. Relator, Senador Antero Paes de Barros**. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 5 – Ofício “S” nº 14, de 2003**, que “Encaminha ao Senado Federal documento contendo o conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da Previdência Social”, **de autoria do Ministério da Previdência Social**. A matéria foi retirada de pauta para reexame do **Relator, Senador Antônio Carlos Valadares**. **Item 6 – Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2003**, que “Concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel”, **de autoria da Presidência da República**. Após a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Edison Lobão** e não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer favorável foi aprovado. **Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2002**, que “Institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol, e dá outras providências”, **de autoria do Senador Benício Sampaio**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Augusto Botelho**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Edu-

ardo Azeredo e Papaléo Paes. A matéria foi posta em votação nominal e o projeto com a emenda nº 01 – CAS foi aprovado por dezessete votos “sim”. **Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2002**, que “Modifica o § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), que regulamenta o inciso V do artigo 203, da Constituição Federal”, **de autoria do Senador Carlos Bezerra**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Juvêncio da Fonseca**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Juvêncio da Fonseca e Eduardo Azeredo. A apreciação da matéria foi adiada a pedido do relator. **Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999**, que “Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais”, **de autoria do Senador Geraldo Cândido. Relator, Senador Leomar Quintanilha**. A apreciação da matéria foi adiada. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento oral de autoria dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo** para que a Comissão adote o procedimento de designar relatores “Ad Hoc” sempre que os relatores de itens constantes da pauta se ausentem por duas reuniões consecutivas; **Requerimento nº 28 – CAS de autoria da Senadora Fátima Cleide** para realização de audiência pública para subsidiar a discussão e proposições legislativas referentes ao registro de marcas e patentes de bens da natureza brasileira; **Requerimento nº 29 – CAS de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Paulo Paim** para realização de audiência pública com vistas a debater a iminente fusão entre as companhias aéreas Varig e TAM; **Requerimento nº 30 – CAS de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes** para realização de audiência pública visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003, que “Concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde” e o **Requerimento nº 31 – CAS**, para a realização de audiência pública para instruir o **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002**, que “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado)” e demais projetos que tramitam em conjunto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta:

Projeto de Lei nº 35, de 2000; Projetos de Lei nºs 42 e 33, de 2002; Projeto de Lei nº 39, de 2003; Projeto de Lei nº 18, de 2002, tramitando conjuntamente com os Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 2000; 101, 185 e 281, de 2001; 95 e 113, de 2002; Projetos de Lei do Senado nºs 313, de 1999; 197 e 175, de 2000; e o Ofício S nº 14, de 2003.

Srs. Senadores, gostaria de apresentar um levantamento do que fizemos durante o período de recesso e uma proposta de trabalho para esta Comissão, para que, futuramente, possamos dar maior dinamismo às nossas ações. Então, fizemos um sucinto balanço do que foi realizado no primeiro semestre e uma proposta de trabalho para o segundo semestre.

Inicialmente, demonstro a competência da Comissão, para que esteja bem claro o que devemos fazer e o que podemos propor. O conhecimento da competência da Comissão nos possibilitará elaborar alguns projetos em algumas áreas em que há deficiência, principalmente em relação ao meio ambiente, matéria sobre a qual existem poucos projetos, como perceberemos adiante.

É de competência da Comissão deliberar, votar e acompanhar projetos na área de previdência e seguridade social, saúde, meio ambiente, assistência social, trabalho, emprego, infância, adolescência, idoso, população indígena e assuntos correlatos. Essa determinação está assegurada no art. 100 do Regimento Interno.

A Comissão de Assuntos Sociais tem por objetivo a vigilância, o monitoramento, a transparência, o adensamento da interlocução nacional, o acompanhamento de programas de seguridade social e de meio ambiente, entre outros. Por isso, propusemos um acompanhamento diário e semanal das políticas

sociais e comunicações na mídia, no plenário ou na própria Comissão.

Há subcomissões temporárias, que têm por objetivo aprofundar os temas e os debates relativos a cada uma. Entre elas, a Subcomissão do Idoso, a Subcomissão da Saúde, a Subcomissão da Criança e do Adolescente e a Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

Outras formas de trabalho da Comissão seriam as audiências públicas, convocações e convites a Ministros.

Existe uma proposta para o **site** da Comissão de Assuntos Sociais, contendo informações com resumos sobre projetos em tramitação e sobre os programas da área social do Governo, trabalho que faremos em parceria com o TCU. Estamos estreitando um relacionamento com o TCU para que realmente façamos um acompanhamento objetivo, dando uma resposta efetiva ao Tribunal de Contas da União, que, muitas vezes, se encontra sem eco na Comissão. Estabeleçamos uma parceria mais direta com o Tribunal.

O estudo sobre os projetos em tramitação é um trabalho em parceria com a Consultoria do Senado da República, que é de alto nível e que se colocou à nossa disposição. Cerca de 36 consultores especialistas na área social têm-nos prestado excelente trabalho, visando à condução dos nossos projetos.

Links relacionados aos temas da Comissão trabalham em parceria com o Prodasen. Estamos também estreitando esse relacionamento com o Prodasen, para que o serviço de informatização seja o mais adequado possível.

Sumários executivos das audiências públicas trabalham em parceria com a Consultoria. Isso será entregue a cada Parlamentar da Comissão, para que possamos, realmente, fazer uma avaliação do que está sendo feito nas audiências públicas.

Criação de um banco de manifestações, solicitações e denúncias. Temos recebido várias denúncias, mas estamos nos aprofundando na análise de algumas delas. Então, vamos criar esse banco, tendo em vista maior participação da sociedade e o **feedback** para essas questões suscitadas na Comissão, como determina o art. 90, inciso IV, do Regimento Interno.

Balanço do primeiro semestre. Matérias apreciadas no primeiro semestre. Houve cerca de dez reuniões, duas conjuntas com outras comissões e quatro audiências públicas.

Reuniões das Subcomissões Temporárias. A Subcomissão da área da saúde representou 29% dos

trabalhos, que foram, sem dúvida nenhuma, extremamente produtivos. Cumprimento o Presidente da Subcomissão, Senador Papaléo Paes, e todos os membros pela atuação de cada um. A Subcomissão da Juventude representou 24% dos nossos trabalhos; a do Idoso, 12%; e a de Pessoas Portadoras de Deficiência, 29%.

Projetos apreciados, por assunto. Houve maior volume de projetos apreciados na área de trabalho; em segundo lugar, na de saúde; em terceiro, assistência social; em quarto, previdência social; em quinto, meio ambiente; em sexto, saneamento básico; em sétimo, FGTS, requerimentos e assuntos correlatos. Essa é a proporção dos assuntos apreciados na Comissão.

A mesma coisa se aplica aos projetos em termos do percentual, que representa todo o trabalho feito por área que discutimos. Então, esse foi, sucintamente, o nosso trabalho, envolvendo todas as áreas.

Reafirmo aos Srs. Senadores a necessidade de ampliarmos o nosso debate na Comissão no setor de meio ambiente. Proponho que, concluída uma das Subcomissões, criemos a Subcomissão de Meio Ambiente nesta Comissão, já que há várias denúncias e demandas nesse campo. Acredito, pois, que o Senado da República precisa ter participação mais efetiva no assunto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, parabéns V. S^a pela organização dos dados, pelo retrato do que vem acontecendo e das necessidades. Está bastante clara a exposição e, na minha ótica, é um rumo correto a ser desenvolvido pela Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, parabéns a assessoria pela apresentação deste trabalho.

Eu gostaria de fazer uma solicitação deste trabalho.

Eu gostaria de fazer uma solicitação em relação ao item, qual seja, a de termos uma idéia clara dos programas sociais desenvolvidos pelo Governo. Nesse sentido, sugiro que a própria Comissão já solicite isso aos Ministérios. Faço essa solicitação porque, no fundo, gostaríamos de saber quais os recursos existentes, como estão sendo gastos, quais os recursos que podem ser acessíveis a Estados, a Municípios, quais outros recursos que podem ser acessíveis para entidades sociais, comunitárias, por exemplo, na área da criança, do idoso, do portador de deficiência.

Isso poderia representar um auxílio muito grande não só para esta Comissão, mas nos nossos rela-

cionamentos com todos esses setores da sociedade, porque muitas entidades perguntam, por exemplo, na área do meio ambiente, quais projetos o Estado e o Município podem pleitear. E isso, certamente, está organizado no Ministério. Assim, se tivéssemos essa relação dos Ministérios com os quais esta Comissão interage já seria um avanço extraordinário.

A solicitação, portanto, é que V. Ex^a, a Comissão, solicite os programas de cada Ministério, para podermos ter acesso a projetos, formulários, discussões, o que nos vai auxiliar em nossa interação com a sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Senador Flávio Arns, principalmente por sua sugestão. Vamos colocar isto no **site** da Comissão: a funcional programática de cada Ministério, o volume de recursos despendido para cada programa e projeto, e vamos fazer o acompanhamento diário desse trabalho, aqui na Comissão, através de nossa assessoria, e fazer um balanço mensal a respeito da liberação de recursos, do número, da demanda em cada área.

Também acredito que isso vá facilitar não só o trabalho dos Senadores, como também o trabalho dos Prefeitos, Governadores, enfim, de todos aqueles que têm interesse em acompanhar o desembolso dos recursos e o Orçamento da União.

O item 1 da pauta vai ser sobrestado em função da ausência do Senador Mozarildo Cavalcanti, que precisou sair para uma outra atividade.

Item 2:

Projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a descentralização de recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências. A autora é a Deputada Maria do Carmo Lara; a Relatora é a Senadora Ana Júlia Carepa. O parecer é pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa, para proferir o seu relatório.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vou ler o relatório para, depois, comentar.

O Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002 (PL nº 809, de 1999, na origem), de autoria da nobre Deputada Maria do Carmo Lara, determina que recursos consignados no Orçamento da União destinados a programas de atendimento a desnutridos e gestantes

em risco nutricional sejam repassados aos Municípios que, para se habilitarem a recebê-los, deverão atender às normas técnicas do Ministério da Saúde e dispor de Conselho Municipal de Saúde em funcionamento, do Fundo Municipal de Saúde constituído e unidades de saúde em que esteja implantado um conjunto de ações de assistência nutricional e à saúde de mulheres e crianças.

A proposta define, ainda, em que deverá consistir esse atendimento, que a suplementação nutricional preconizada incluirá o leite integral e que, na aquisição de insumos, serão priorizados os produtos de cada região. O projeto determina, por fim, que o Poder Executivo regulamente a lei em que se transformar o projeto, com vigência prevista para a data de sua publicação.

No Senado, na qualidade de Casa revisora, a proposta deverá ser analisada por esta Comissão, onde, vencido o prazo regimental, não recebeu emendas.

Ressalte-se que o projeto em análise já foi distribuído e redistribuído três vezes na legislatura passada sem ter recebido parecer. Nesta legislatura, volta a tramitar em razão do disposto no inciso I do art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

Importa salientar que, sobre essa matéria, existe outro projeto de lei em tramitação no Senado Federal. Trata-se de Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2002, que torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde. O PLC em tela já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e encontra-se agora nesta Comissão, onde aguarda designação de Relator.

O Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002, como se viu, dispõe sobre a organização e o funcionamento do serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, em relação à execução de programa de atendimento a desnutridos e gestantes em risco nutricional, detalhando as formas de financiamento e as ações a serem implementadas.

Ora, segundo estabelece a alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal, a organização e funcionamento da Administração Federal não constitui matéria de lei e são objeto de disposição mediante decreto cuja iniciativa legiferante é competência privativa do Presidente da República.

Considerando ainda que a maior parte das ações de que trata o projeto em apreciação se executa em serviços de saúde próprio de Estados e Municípios, mais ainda se nos configura sua inconstitucionalidade,

pois a proposta legisla sobre a organização e funcionamento dos serviços, não apenas da Administração Federal, mas também dos três níveis de Governo.

Solicitei outro parecer porque o primeiro simplesmente colocava a inconstitucionalidade, entendendo que o mérito do projeto é extremamente positivo por se tratar de programas de atendimento a desnutridos e a gestantes em risco nutricional.

Trata-se também de determinação de recursos da União, que é matéria privativa do Poder Executivo. Solicitamos que fosse submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pois acreditamos que essa Comissão pode nos dar um parecer mais segurança sobre a sua constitucionalidade, uma vez que o projeto, por três vezes, não recebeu nenhum,

Essa é a proposta que faço aos Senadores para que possamos dar o encaminhamento a uma proposta que pode ser boa. Estamos tentando aproveitá-la da forma mais concreta, mas não podemos esbarrar na questão da constitucionalidade. O meu voto é para que seja enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, dependendo da posição, avaliaremos o mérito e talvez as propostas que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possa fazer para resguardar a idéia do projeto. Esse é o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o parecer pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2002

Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (possibilita a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado). Autor: Deputado Geraldo Magela. Relator: Senador Eurípedes Camargo.

Parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, na forma de

um substitutivo, e pela rejeição dos projetos de lei do Senado que tramitam em conjunto.

O projeto está tramitando conjuntamente com os Projetos de Lei do Senado nº 245, de 2002; nº 101, nº 185 e nº 281, de 2001; nº 95 e nº 113, de 2002.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo para proferir o seu Relatório.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projetos com vários pedidos de suplementação por meio do FGTS, e de interesse de vários Senadores. Portanto, é matéria complexa. As Senadoras Patrícia Saboya e Fátima Cleide manifestaram preocupação em transformar em discutir a matéria em audiência pública, pois há interesse em utilizar esses recursos para várias finalidades. Como ainda estão chegando informações a esta Casa de outras intenções na utilização desses recursos, pensamos que precisamos nos aprofundar nessa questão.

Por isso, apresento um requerimento para audiência pública, assinado pelas Senadoras Patrícia Saboya e Fátima Cleide, que submeto à apreciação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Peço a V. Exª que coloque em votação meu requerimento para que haja uma inversão da pauta, de tal sorte que possamos apreciar agora o Item 6. Como não se trata de matéria polêmica, creio que poderíamos apreciá-lo com rapidez.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sr. Senador, vamos apenas colocar em votação o requerimento e, posteriormente, apreciaremos a sua solicitação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Obrigado a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Apreciação de requerimento de 2003:

Nos termos regimentais, requeremos a realização de audiência pública para instruir a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, e de outros correlatos em tramitação nesta Comissão que versem sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas modalidades não previstas na sua regulamentação.

Sugerimos os seguintes convidados: Paulo Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; Joaquim Lima, Diretor do FGTS, da Caixa Econômica

Federal; Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Ministério das Cidades.

Sala da sessão.

Senador Eurípedes Camargo e Senadoras Fátima Cleide e Patrícia Saboya.

Em discussão, o requerimento.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Eu gostaria apenas de reforçar as palavras do Senador Eurípedes Camargo e parabenizá-lo por seu projeto substitutivo.

Como S. Exª disse, existem vários projetos tramitando nas duas Casas a respeito do FGTS. Pensamos que era mais conveniente, até para termos mais segurança, ouvir essas pessoas que V. Exª acaba de citar no requerimento.

Eu não poderia deixar de ressaltar o trabalho do Senador Eurípedes Camargo, feito com muito zelo, cuidado e atenção. No seu substitutivo, S. Exª destina o FGTS à sua função primeira: a habitação.

Portanto, parabenizo-o mais uma vez, agradecendo-lhe pela sensibilidade de ter concordado com o fato de fazermos essa audiência pública para aprofundarmos um pouco mais esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em discussão a matéria.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora, concordo com o requerimento. Entretanto eu gostaria que houvesse um pouco mais de celeridade na marcação dessa audiência. Estamos vivendo, seguramente – os jornais de hoje trazem dados do IBGE – uma recessão, não há dúvida disso. E um dos recursos que pode ser utilizado sem afetar o endividamento dos Estados, do País, dos Municípios é o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Portanto, esses recursos precisam ser discutidos de maneira adequada e rápida.

Sou autor de um projeto que ainda está em tramitação – não está na pauta porque está ainda em fase de relatoria – que visa que o Fundo de Garantia seja utilizado para pagar as anuidades de faculdades, que é outro problema crítico que está crescendo no País. Hoje, podemos ver, existe o dobro do número de inscrição para o crédito educativo do ano passado. Há pressão de alunos para cursar uma faculdade, portanto, milhares e milhares deles em todo o Brasil

estão a essa altura se sentindo frustrados no seu desejo legítimo de se aprimorar, de se qualificar.

Considero que esse projeto por mim apresentado tem o objetivo de qualificar melhor o trabalhador, o Fundo de Garantia para o trabalhador. É válido que parte desses recursos sejam utilizados para que ele se qualifique e possa enfrentar o mercado de trabalho. A minha observação é para que essa audiência pública não seja uma procrastinação, mas, sim, seja marcada com a maior brevidade possível.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Eduardo Azeredo, tomaremos as devidas providências, vamos fazer os convites e, no menor tempo possível, promoveremos essa audiência pública.

Em votação, a matéria.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, a proposta do Senador Edison Lobão de inversão de pauta. S. Ex^a solicita inversão de pauta para o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2002, que concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel.

Em discussão o requerimento do Senador Edison Lobão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 6:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2003

Concede pensão especial a Mário Kozel e Terezinha Kozel.

Autor: Presidência da República.

Relator: Senador **Edison Lobão**.

Parecer: pela aprovação do projeto, com emenda ao *caput* do artigo 1º da proposição *sub judice*.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão para preferir o relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição legislativa que ora apreciamos, de iniciativa do Poder Executivo, tem por objeto a concessão de pensão especial ao Sr. Mário Kozel e Sr^a Terezinha Kozel, pais do soldado Mário Kozel Filho, morto em 26 de julho de 1968 em decorrência da explosão de um carro-bomba no portão de entrada do quartel onde estava de sentinela.

Essa proposição foi aprovada na Câmara e enviada ao Senado. Aqui eu havia emitido um parecer com uma emenda. Agora substituo o meu parecer por um novo, retirando a emenda, para que o projeto possa ser aprovado tal qual veio da Câmara. Com isso estaremos dando um passo adiante, por economia processual, evitando que um novo procedimento legislativo ocorra também na Câmara, ao receber o projeto com essa alteração.

Portanto, repito, o que proponho é a aprovação do projeto da Câmara tal qual chegou as nossas mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está em discussão o Projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Edison Lobão queiram permanecer sentados (Pausa).

Aprovado.

Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2000.

Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências.

Autor: Deputado Aírton Dipp.

Relator: Senador Antero Paes de Barros.

Parecer: pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo.

Parecer: pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo.

Estando ausente S. Ex^a, o Senador Antero Paes de Barros, passaremos ao item seguinte da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr^a Presidente, solicito a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – O Senador Antero Paes de Barros vem presidindo, como todos sabemos, a CPI que apura a evasão de divisas do País. Tenho a impressão de que, pela sobrecarga de trabalhos, será bastante difícil para S. Ex^a estar presente em outras reuniões, em função da necessi-

dade de presidir os trabalhos nesse mesmo horário, inclusive.

Não sei se o procedimento desta Comissão é colocar a matéria em pauta mesmo na ausência do relator, indicando um outro caso o relator não esteja presente na segunda vez em que a matéria constar da pauta. Não sei se é o mesmo procedimento. Pelo menos na Comissão de Educação este procedimento é adotado: coloca-se uma vez na pauta o projeto e, na segunda vez, outro relator é indicado pela Presidência na própria reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador Flávio Arns, também estabeleceremos como norma, nesta Comissão, que a ausência por três vezes do Relator nos daria condições – naturalmente, ouvindo o Plenário – de transferir o relatório para outro Senador, uma vez que isso facilitará enormemente o andamento e agilidade dos nossos trabalhos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Consultarei o Senador Paes de Barros e, posteriormente, na próxima reunião, faremos essa distribuição.

Eu gostaria de fazer a solicitação a V. Ex^{as}, para que fizessem um requerimento nesse sentido. Eu mesma o farei na próxima semana, para que, após três reuniões em que for constatada a ausência do Relator, pudéssemos transferir a relatoria para outro Senador, visando à agilidade dos nossos trabalhos.

Item 5:

OFÍCIO “S” Nº 14, DE 2003.

Encaminha ao senado federal documento contendo o conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da previdência social.

Autor: Ministério da Previdência Social.

Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

Parecer: pela aprovação do documento que especifica as ações a serem implementadas.

Também por solicitação do Senador, colocaremos na próxima pauta esse parecer, uma vez que há dúvidas sobre a parte regimental desta Comissão no sentido de que tenha poderes para avaliar matéria dessa natureza. Então, aprofundaremos um pouco mais o estudo acerca dessa matéria para colocá-la em votação na próxima reunião.

Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2002 Decisão Terminativa

Institui o dia nacional de controle do colesterol, e dá outras providências.

Autor: Senador Benício Sampaio.

Relator: Senador Augusto Botelho.

Parecer: pela aprovação do projeto, com uma emenda.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o relatório.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 197, de 2002, de autoria do ilustre Senador Benício Sampaio, que tem como proposta instituir o Dia Nacional de Controle do Colesterol, a ser celebrado anualmente no dia 08 de agosto, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância do controle do colesterol sanguíneo, conforme determina o art. 1º do projeto.

Pelo seu art. 2º, o Sistema Único de Saúde fica autorizado a desenvolver campanhas educativas de abrangência nacional para orientar a população sobre as doenças decorrentes da elevada taxa de colesterol sanguíneo e de seu tratamento e controle.

A vigência da lei que se originará do projeto encontra-se definida para a data e sua publicação, como explicita o art. 3º do PLS nº 197, de 2002.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão de Assuntos Sociais para decisão em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental da análise.

Tem plena razão o proponente da medida, pois a instituição do Dia Nacional do Colesterol poderá apresentar uma excelente oportunidade para inculcar na população brasileira a necessária consciência sobre os malefícios do colesterol elevado e a necessidade de seu controle e tratamento. Também consideramos muito adequada a definição do dia 8 de agosto, de forma a apoiar e otimizar os esforços que já vêm sendo desenvolvidos pela Sociedade Brasileira de Cardiologia no âmbito da Campanha Nacional Contra o Colesterol Elevado.

Somente dois pontos do texto do art. 2º do Projeto merecem alguma ressalva e necessitam ser corrigidos. O primeiro decorre certamente de uma falha

de redação na parte final do artigo, pois estamos convencidos de que o autor do projeto desejou explicitar que as campanhas educativas se destinam a orientar sobre as “doenças decorrentes do teor elevado de colesterol e sobre o seu tratamento e controle” e não sobre as “doenças decorrentes do colesterol e seu tratamento e controle” como se encontra redigido no texto.

O outro ponto, no mesmo artigo, diz respeito ao fato de ser mais apropriado autorizar os gestores do SUS e não ao próprio sistema a desenvolverem as campanhas educativas ali mencionadas.

Cabe explicitar, por fim, tendo em vista a competência terminativa desta Comissão, que não existem impedimentos jurídicos ou constitucionais à aprovação da matéria.

Voto

Em vista do exposto, e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2002, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o nosso voto é por sua aprovação com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1, DA CAS

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 197, de 2002, a seguinte redação:

Art. 2º – Na semana que antecede o dia fixado no art. 1º, os gestores do Sistema Único de Saúde ficam autorizados a desenvolver, em todo o Estado nacional, campanhas educativas como forma de orientar a população sobre as doenças decorrentes da elevada taxa de colesterol sanguíneo e sobre seu tratamento e controle.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, eu gostaria de perguntar ao colega médico, Dr. Augusto, se a palavra “tratamento” não deveria ser suprimida, porque não sei se nos referimos ao tratamento do colesterol ou ao seu controle. “Tratamento”, penso eu, seria em relação às doenças. Nesse caso, não estamos falando das doenças, mas, sim, das altas taxas de colesterol, seus prejuízos e doenças dele derivadas e o controle das altas taxas de colesterol.

... que a palavra “tratamento” ... também é médico – relaciona-se mais às doenças e não ao colesterol.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A campanha quer orientar, fazer uma prevenção e um tratamento, já que a taxa elevada de colesterol provoca doenças. Ocorre que na campanha não podemos falar apenas em prevenção, temos também de orientar as pessoas, que querem saber sobre tais doenças. Então, o tratamento também deve ser abordado em campanhas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Então o objetivo é não só o colesterol mas também as doenças dele decorrentes. Trata-se de algo mais amplo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – No caso específico dessa doença, há uma certa confusão. Por exemplo, o exercício físico previne a doença do colesterol elevado e ajuda a abaixar a taxa de colesterol. Ele previne e trata; portanto, faz as duas coisas. Por isso não podemos separar, nesse caso específico, visto que não se trata de uma doença causada por um vírus ou por uma bactéria. É uma doença característica do ser humano, da ingestão excessiva de gorduras.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – A minha dúvida era restrita ao fato de falarmos da questão do colesterol como tratamento ou do controle do colesterol.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Aqui, o tratamento refere-se a doenças decorrentes do colesterol elevado. Mais à frente do texto, está escrito: “Sobre as doenças decorrentes da elevada taxa de colesterol sanguíneo e sobre o seu tratamento e controle”. Controle das doenças.

O colesterol é uma substância que existe no nosso corpo. As nossas vitaminas são praticamente feitas com colesterol. Por isso não podemos suprimir o colesterol da nossa dieta. Ele faz parte do funcionamento do nosso organismo. Entretanto, o seu excesso começa a ser depositado nas artérias, e daí decorrem as inúmeras doenças de que nós, homens da civilização dita moderna, somos portadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Quanto à referência de tratamento e controle do colesterol, o tratamento referido aqui ocorre nos processos de hipercolesterolemia, ou seja, a pessoa pode ter colesterol elevado sem ter ainda outra doença consequente desse colesterol elevado. Então, não deixa de ser uma doença a hipercolesterolemia. As doenças consequentes, como a aterosclerose, o infarto, o acidente vascular cerebral, o estágio de apenas hipercolesterolemia, faz-se um tratamento para baixar o colesterol. O controle é exatamente a

possibilidade, por meios laboratoriais, de verificar os níveis de colesterol e de analisar se eles estão dentro da normalidade ou não. Esse é o controle. Estando acima da normalidade, trata-se. Não estando, faz-se recomendação de exercícios físicos e dietas. Então, seria correto se falar em tratamento e controle.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, vamos fazer a chamada nominal para a votação, uma vez que esta matéria é terminativa nesta Comissão.

O parecer do relator é pela aprovação do projeto, com uma emenda. Primeiro, vamos votar o projeto e, em seguida, a emenda.

(Procede-se à votação nominal.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto foi aprovado com 16 votos “sim”, portanto, por unanimidade.

Eu indago das Sr^{as}. e dos Srs. Senadores se há necessidade de se proceder à chamada nominal para a emenda ou se todos concordam com a sua aprovação. (Pausa.)

Aprovada a emenda por unanimidade.

Solicito aos Srs. Senadores que permaneçam na sala de reuniões, porque temos outra votação nominal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Retornando à questão levantada pelo Senador Flávio Arns, quanto à agilidade na tramitação dos processos aqui, indago se é possível, em vez de aguardar três ausências do Relator, quem sabe seria possível esperar duas apenas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu agradeço a sugestão do Senador Eduardo Azeredo. Eu, como Presidente desta Comissão, ficaria extremamente satisfeita se pudéssemos fazer isso com duas reuniões. Imaginei que, se partisse de mim, a iniciativa seria um tanto arbitrária, mas considero justa, uma vez que estamos com cerca de 200 projetos para serem relatados e votados neste semestre.

Vamos colocar em votação esse requerimento oral do Senador Eduardo Azeredo, que posteriormente será encaminhado por escrito por S. Ex^a.

As Sr^{as} e os Srs. que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8:

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2002, em decisão terminativa. Modifica o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, que regulamenta o inciso V do art. 203 da Constituição Federal. Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ilustre Senador Carlos Bezerra ingressou com projeto pedindo a modificação da redação do § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, que dispõe sobre a organização da assistência social.

O objetivo da modificação da redação do § 3º é justamente ampliar, de um quarto para metade do salário-mínimo da família cuja renda mensal **per capita** seja considerada deficiente financeiramente.

O projeto aumenta o benefício de prestação continuada da assistência social, e é de inegável alcance social o conteúdo da proposição.

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 55, de 1996, de autoria do Senador Casildo Maldaner, cujo texto é idêntico ao da proposição em análise.

Remetida à Câmara dos Deputados, aquela proposta tornou-se o Projeto de Lei nº 3.055, de 1997, que, após ter sido analisado pela Comissão de Seguridade Social e Família, encontra-se atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara Federal.

O Regimento Interno do Senado Federal determina, em seu art. 334, que, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário, em outra deliberação, há prejudicialidade da apreciação do projeto. Assim sendo, em virtude de a matéria já ter sido apreciada pelo Senado Federal, o projeto em exame deverá ser objeto de declaração de prejudicialidade.

É o nosso voto, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O parecer está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os procedimentos na Câmara dos Deputados – não sei como é o Regimento no Senado Federal – são no sentido de que o mesmo projeto, com igual teor, não pode ser apresentado no mesmo ano. Pode ser reapresentado no ano seguinte. Então, tenho uma dúvida, que peço a Mesa que esclareça, em termos de

ano. Isso em relação ao aspecto no qual o Senador Juvêncio da Fonseca baseou-se essencialmente.

Em relação ao mérito, é uma mudança das mais justas para uma pessoa portadora de deficiência e para o idoso. É uma ponderação que toda a sociedade brasileira vem fazendo. V. Ex^a sabe bem, como Secretária Nacional de Assistência Social. Toda a sociedade vem fazendo ponderações no sentido de aumentar a renda **per capita** exigida de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Observemos uma família que tem um filho portador de deficiência. Se essa família receber mais do que R\$240 e tiver 4 membros, a pessoa portadora de deficiência não tem direito ao benefício do salário mínimo, sendo incapaz para o trabalho. Há um conjunto de injustiças nessa lei. Em uma família que tenha dois filhos portadores de deficiência, se o primeiro filho recebe o benefício do salário mínimo, isso passa a constituir renda da família, ao invés de ser considerado um benefício para o atendimento. É o único caso, em todos os programas sociais do Governo, em que se exige $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Para todos, sem exceção, a exigência é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda **per capita** ou mais, podendo, às vezes, ser até de um salário mínimo. O único programa social do Governo que só admite o critério, diria, da miserabilidade é justamente o benefício da prestação continuada para o idoso, sem renda, sem aposentadoria e para pessoa portadora de deficiência. Fico imaginando uma pessoa portadora de deficiência física que seja definitivamente incapaz para o trabalho, não é para qualquer pessoa portadora de deficiência. A pessoa dever ser carente, segundo o critério de miserabilidade, e incapaz para o trabalho. É um pleito. Os pais, as famílias que têm um filho com deficiência mental, paralisia cerebral, autismo, distúrbio de comportamento severo vêm pleiteando essa mudança há muito tempo. São movimentações nacionais.

Seria uma pena que nós negássemos essa possibilidade, a não ser que haja uma questão regimental. Peço até o esclarecimento de V. Ex^a. Creio que na Câmara do Deputados, ao menos, o Regimento Interno não é desse teor.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– A matéria é importante e verifico que meu parecer é de 2002, mesmo ano do ingresso do projeto nesta Casa. Como de 2002 para 2003 houve mudança de Legislatura, sugeriria à Mesa que sobrestássemos a apreciação deste projeto que, na próxima semana, entraria na pauta outra vez para que concluíssemos a discussão e a votação. Neste período de uma sema-

na, solicitaríamos informações à Câmara dos Deputados para saber do destino deste projeto naquela Casa, porque pode ter acontecido o arquivamento por falta de iniciativa, não tendo chegado o projeto ao final da legislatura com a tramitação completa. Seria interessante o seu aproveitamento, porque é fundamentalmente social; talvez seja uma medida de cautela muito preciosa para nós. É a proposta que faço.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo com as ponderações do Senador Juvêncio da Fonseca, que é uma pessoa sempre solícita e preocupada com as questões sociais. Quero ressaltar que esta questão, de fato, envolve muitas pessoas que estão ansiosas por um posicionamento do Congresso Nacional.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Flávio Arns, um grande batalhador pela modificação da Lei Orgânica da Assistência Social no que diz respeito a esse item. Quero cumprimentar também o Senador Juvêncio da Fonseca pela prudência em pedir o sobrestamento desta matéria de extrema importância para a área social, um projeto que precisa realmente de uma revisão profunda para que possamos fazer justiça às pessoas portadoras de deficiência, com deficiência severa e profunda, totalmente incapacitadas para o trabalho. Acredito que esta Casa tem todas as condições de levar avante essa modificação necessária.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Quero me somar a essa preocupação do Senador Flávio Arns e cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca.

Acredito que esta seja a melhor alternativa: discutir de maneira mais cautelosa um tema tão importante. Realmente carecem de justiça aqueles que têm necessidade de tratamento especial.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está sobrestada para novas informações e constará da pauta oportunamente.

Item 9:

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999. Decisão terminativa. Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. Autor: Senador Geraldo Cândido. Relator: Sena-

dor Leomar Quintanilha. O parecer é pelo arquivamento do projeto.

Não estando presente o relator, passaremos ao próximo item da pauta.

Colocaremos em votação os requerimentos que se encontram sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, para subsidiar a discussão e proposição legislativa referente ao registro de marcas e patentes de bens de natureza brasileira.

Pesquisas recentes revelam que há mais de cinquenta registros de marcas e patentes feitos por empresas internacionais sobre produtos tipicamente brasileiros, como o cupuaçu, o açaí, a andiroba, a copaíba, entre outros, devido à precariedade da legislação nacional e internacional no sentido de assegurar direitos a comunidades e países detentores de recursos biológicos e de conhecimento tradicional associado.

Assim sendo, indicamos a participação de representantes dos seguintes órgãos na requerida audiência pública: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético, Ministério do Meio Ambiente, grupo interministerial que estuda mudanças na legislação da propriedade intelectual, coordenado pelo Ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Instituto Brasileiro de Direito e Comércio Internacional e de Tecnologia.”

Em discussão. (Pausa.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Gostaria de justificar a apresentação do requerimento. Essa é uma preocupação nossa, uma vez que pesquisas recentes dão conta de que mais de cinquenta produtos brasileiros, muitos deles oriundos da nossa riqueza natural, da biodiversidade amazônica principalmente, estão patenteados por empresas internacionais.

É urgente que esta Casa promova uma discussão e tome um posicionamento a respeito, porque pouca coisa tem sido feita. Gostaríamos inclusive de saber o que o Governo Federal está fazendo em relação à proteção da nossa biodiversidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento da Senadora Fátima Cleide.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento dos Senadores Paulo Paim e Lúcia Vânia, subscrito por mim.

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeremos a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais com vistas a debater a iminente fusão entre as companhias aéreas Varig e Tam.

Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes autoridades: Vice-Presidente do BNDES, Sr. Darc Costa, Coordenador da proposta dos trabalhadores para a fusão das empresas, Professor Paulo Rebelo de Castro, Coordenador da proposta de fusão das empresas, Professor Luciano Coutinho, Ministro de Estado da Defesa, Sr. José Viegas Filho.

Justificação

O setor de transporte aéreo é peça fundamental não só para o impulsionamento da promissora indústria do turismo brasileiro, mas também como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da integração nacional.

A solução pretendida para a crise que assola as duas maiores empresas aéreas do País – Varig e TAM – tem levado ao encaminhamento de uma forte consolidação no setor, com a criação de uma grande empresa que deterá, aproximadamente, 70% desse mercado, provocando enormes reflexos nos campos econômico e social em nossa Nação.

Como é do conhecimento que existem outras propostas sendo defendidas para a solução de tão importante questão, é primordial para esta Casa que esteja acompanhando tal processo mais detalhadamente, no intuito de cumprir o seu papel de colaboração e fiscalização constitucional. Por tudo isso, entendemos fundamental que o Senado Federal, particularmente a Comissão de Assuntos Sociais, debata este tema com o requerido cunho técnico necessário.

Nestes termos pedimos deferimento.

Senador Paulo Paim.

O requerimento é subscrito por mim, Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais visando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2003, que concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, no âmbito do SUS, com a participação dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Marcos Leite dos Santos, Obstetra do Hospital Universitário da UFSC, integrante da rede pela humanização do parto e do nascimento; Dr^a Silvana Pereira, Enfermeira integrante da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento; Dr^a Isabela Regis, Psicóloga do Hospital Universitário da UFSC, integrante da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento; Dr. Carlos Eduardo Pinheiro, Pediatra do Hospital Universitário da UFSC, também integrante da Rede pela Humanização do Parto e do Nascimento.

Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr^a Presidente, quero apenas justificar este requerimento. Este é um projeto de autoria da Senadora Ideli Salvatti, a meu ver, de grande mérito, porque trata da questão da humanização de mulheres que estão para ter seus filhos.

Todas nós, mulheres que já tivemos filhos, sabemos da importância de estarmos, nesse momento de tanta alegria, na hora de ter um filho, de dar à luz, acompanhadas de uma pessoa da família, de um companheiro, um filho, enfim, de alguém que possa estar a nosso lado nesse momento. Ao mesmo tempo, há uma preocupação de que este projeto, de tanto mérito, da Senadora Ideli Salvatti, possa esbarrar em algumas coisas que possam prejudicá-lo.

Então, em acordo com a própria Senadora, autora do projeto, decidimos que seria importante uma audiência pública onde pudéssemos ouvir, inclusive a experiência do seu Estado, que tem sido espalhada por todo Brasil e que tem dado essa condição a milhares de mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Eu falarei depois, pela ordem, quando se encerrar este assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Sr^a. Presidente, minha assessoria já diligenciou com muita eficiência junto à Câmara Federal, e o projeto que relatamos há pouco, do qual pedimos sobrestamento, continua na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa. Não foi arquivado, não foi decidido, não foi votado. Portanto, está em aberto o meu relatório para ser apreciado, pela prejudicialidade. Creio que devíamos apelar para aquela Comissão no sentido de que agilizasse a tramitação da matéria, cujo parecer é pela aprovação, dependendo apenas de ser levado ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca pela agilidade da resposta, mas vamos colocar o projeto em pauta na próxima semana, uma vez que não temos **quorum** para a votação nominal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem novamente.

Apreciei muito a proposta de V. Ex^a de criação da Subcomissão do Meio Ambiente. No entanto, fui informado de que já existem quatro subcomissões, o que impede a instalação de mais uma, o que é uma pena, porque o meio ambiente até mereceria uma comissão autônoma. Fala-se tanto nisso, temos tantos problemas para serem solucionados, projetos a serem feitos, legislação para ser consolidada, e estamos um tanto amarrados justamente por falta de uma comissão ou de uma subcomissão que pudesse trabalhar especificamente com este assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Juvêncio da Fonseca, as subcomissões são temporárias e têm prazo de seis meses. Então, encerrados os trabalhos de uma das subcomissões, se V. Ex^a assim

entender, poderá requerer a criação da subcomissão do meio ambiente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

– Perfeito. Farei o requerimento, aguardando a oportunidade para ser aprovado.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) –

Peço a palavra pela ordem, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PTB – AP) – So-

licito a V. Ex^a que seja incluído na pauta da próxima reunião o nosso relatório sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, que foi consequência de uma série de audiências públicas que fizemos na Subcomissão Temporária da Saúde, e esse relatório já foi aprovado naquela Subcomissão. Então, para o cumprimento regimental, solicito a V. Ex^a que o inclua na pauta da próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão Temporária da Saúde, que, com muita eficiência, juntamente com seus pares, fez um trabalho excelente, colaborando enormemente para a agilidade da tramitação da matéria. Pode ter certeza, Senador, de que na próxima pauta colocaremos o relatório em votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo aos Senadores pela presença.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO
(extraordinária) DA COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LE-
GISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGIS-
LATURA REALIZADA DIA 14 DE AGOSTO
DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e vinte e oito minutos, do dia quatorze de agosto de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, SERYS SLHESSARENKO** e os Senadores **EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, LEOMAR QUINTANILHA,**

EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, MARCELO CRIVELLA, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS e MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002**, que “Dispõe sobre o controle e comercialização do produto *soda cáustica*”, **de autoria do Deputado Agnelo Queiroz.** Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator (ad hoc), Senador Leomar Quintanilha.** Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer pela rejeição foi aprovado. **Item 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000**, que “Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências”, **de autoria do Deputado Airtton Dipp.** Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Antero Paes de Barros.** Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Patrícia Saboya Gomes, Antero Paes de Barros (Relator) e Geraldo Mesquita Júnior. O parecer favorável ao projeto na forma do substitutivo foi aprovado. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2002**, que “Modifica o § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), que regulamenta o inciso V do artigo 203, da Constituição Federal”, **de autoria do Senador Carlos Bezerra.** A leitura do parecer foi feita na reunião anterior pelo **Relator, Senador Juvêncio da Fonseca.** Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação nominal. A Senhora Presidenta alerta que os Senhores Senadores que **concordarem** com o Relator, votam **NÃO.** O parecer pela prejudicialidade da matéria foi aprovado por quatorze votos “não”. **Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999**, que “Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais”, **de autoria do Senador Geraldo Cândido.** Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Leomar Quintanilha.** Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns e Leomar Quintanilha. A matéria foi

retirada de pauta para reexame do relator. **Item 5 – Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Tião Viana, oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002, de autoria do Deputado Valdemar Costa Neto**, que “Proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível”. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Mão Santa**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Tião Viana, Augusto Botelho, Mão Santa e Leomar Quintanilha. O parecer favorável às emendas nºs 1 e 2, na forma de subemendas foi aprovado. A Senadora Lúcia Vânia passa a presidência para o Senador Papaléo Paes para relatar o próximo item da pauta. **Item 6 – Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata, e dá outras providências”, **de autoria do Deputado Barbosa Neto tramitando em conjunto ao Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2001**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama na fabricação e comercialização de sutiãs”, **de autoria do Deputado Jaques Wagner**. Foi feita a leitura do parecer pela **Relatora, Senadora Lúcia Vânia**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Leomar Quintanilha, Augusto Botelho e Flávio Arns. Em votação, o parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 2001 e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 na forma do substitutivo foi aprovado. **Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002**, que “Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais”, **de autoria do Senador Lauro Campos**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator (ad hoc), Senador Eurípedes Camargo**. Não havendo quem quisesse discutir, a votação da matéria fica adiada por falta de *quorum* qualificado. **Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002**, que “Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue”, **de autoria do Senador Vasco Furlan**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Papaléo Paes e Augusto Botelho. Encerrada a discussão, a votação da matéria foi adiada por falta de *quorum* qualificado. **Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 05, de 2002**,

que “Altera os artigos 2º e 23 da Lei nº 7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo a partir do qual não serão concedidos novos registros de atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e de parteiras, assegurar aos profissionais existentes acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem e dá outras providências”, **de autoria do Senador Carlos Bezerra**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator (ad hoc), Senador Reginaldo Duarte**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca, Reginaldo Duarte (relator “Ad Hoc”), Leomar Quintanilha, Mão Santa, Mozarildo Cavalcante e Papaléo Paes. O Senador Augusto Botelho solicita vista da matéria. **Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002**, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que ‘Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências’”, **de autoria do Senador Tião Viana**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador César Borges**. Durante a discussão faz uso da palavra o Senador Tião Viana. A matéria foi posta em votação nominal e o projeto foi aprovado por quinze votos “sim”. **Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2002**, que “Altera o artigo 1º da Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, para obrigar o funcionamento de serviços de saúde existente nas regiões afetadas, nos fins-de-semana, durante a vigência de epidemias”, **de autoria do Senador Moreira Mendes. Relator, Senador Demóstenes Torres**. A apreciação da matéria foi adiada. A presidência informa que o **Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003 – Complementar**, que “Dispõe sobre a confecção das cédulas de papel-moeda em dimensões diferenciadas, para permitir sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual”, **de autoria do Senador Paulo Octávio**, foi retirado de pauta para atender leitura de requerimento de audiência de outra comissão. **Item 13 – Relatório da Subcomissão Temporária da Saúde**, que “Submete à Comissão de Assuntos Sociais o relatório da audiência pública sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos”, **de autoria da Subcomissão Temporária da Saúde**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Mão Santa**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Sena-

José Papaléo Paes, Mão Santa e Augusto Botelho. O parecer pelo encaminhamento do relatório ao Presidente da República e ao Ministério Público Federal foi aprovado. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento oral de autoria do Senador Leomar Quintanilha** para que a Comissão de Assuntos Sociais envie ao Ministério da Saúde uma comissão representativa, composta pelos Senadores Leomar Quintanilha, Mão Santa e Augusto Botelho, que irá discutir com o Ministro a situação do Sistema Nacional de Transplantes; **Requerimento nº 32 – CAS de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e Senador Papaléo Paes** de aditamento ao requerimento nº 07, de 2003 – CAS, para a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002, que “Define o ato médico”; **Requerimento nº 33 – CAS de autoria do Senador Papaléo Paes** para realização de audiência pública com vistas a debater idéias, opiniões, estudos e propostas acerca do controle das doenças tropicais no país; e **Requerimento nº 34 – CAS de autoria do Senador Papaléo Paes** para realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal em relação ao aprimoramento da política de medicamentos genéricos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a submeta à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e aprovação da seguinte pauta:

Projetos de Lei da Câmara nºs 35, de 2000; 42, de 2002; 88, de 2000; e 6, de 2001, que estão tramitando conjuntamente;

Projetos de Lei do Senado nºs 313, de 1999; 05, 23, 32, 34, 36 e 175, de 2002;

Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, oferecidas ao substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002;

Relatório da Subcomissão Temporária da Saúde que submete à Comissão de Assuntos Sociais o relatório de audiência pública sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos.

A Presidência comunica a retirada de pauta do Item 12, Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003, complementar, para atender leitura de requerimento de audiência pública em outra comissão.

Antes de iniciar nossos trabalhos propriamente ditos, quero dar ciência a esta Comissão da visita que fizemos hoje ao Tribunal de Contas da União, onde fomos conversar com o Presidente, para que aquela Corte faça o acompanhamento dos projetos da área social em parceria com esta Comissão.

Atendendo solicitação do Senador Flávio Arns, iniciamos o trabalho, que já está quase concluído, de inserir no **site** da Comissão todas as funcionais programáticas dos Ministérios, os valores de cada programa e projeto relativos à área social. Isso deverá estar pronto no **site** da Comissão dentro de uma semana no máximo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2002

Dispõe Sobre o Controle e Comercialização do Produto “Soda Cáustica”.

Autor: Deputado Agnelo Queiroz.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parecer: Pela Rejeição Do Projeto.

Observação: Na Reunião do dia 07/08/2003 a apreciação da matéria foi adiada vamos nomear como Relator **ad hoc** o Senador Leomar Quintanilha, a quem concedo a palavra para ler o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto em exame dispõe sobre o controle e comercialização do produto soda cáustica.

Algumas observações foram feitas pelo Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O art. 1º estabelece que a rotulagem e a venda da substância soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, serão reguladas pela lei em que se transformar o projeto.

De acordo com o art. 2º, as embalagens e os rótulos de todos os produtos referidos no art. 1º deverão

conter advertências escritas em caracteres facilmente legíveis sobre os riscos decorrentes da manipulação e ingestão desses produtos.

O § 1º do art. 2º determina o uso de sinais gráficos nas embalagens e nos rótulos para indicar a natureza do produto.

Pelo art. 3º, propõe-se vedar a exposição à venda desse produto em local de altura inferior a 1,5m do solo.

O art. 4º determina a proibição da venda de soda cáustica para menores de 16 anos.

No art. 5º, define-se o cadastramento junto à autoridade sanitária competente das pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem os produtos indicados no art. 1º.

Esse projeto foi aprovado na Câmara quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e também na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa Legislativa.

O substitutivo apresentado destinou-se a corrigir o vício da proposição quanto à técnica legislativa, conformando a exigência da Lei Complementar 9598, destinou-se também a expurgar a mácula de inconstitucionalidade presente em seu art. 7º ao determinar o prazo de noventa dias para que o Poder Executivo regulamentasse a lei dela resultante, visto que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito da matéria, coibindo a consagração de tal prazo dirigido a outro Poder.

O mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 42 é incontestado, vez que se dirige à ampliação da proteção ao consumidor em geral, estabelecendo normas que, segundo a autora em sua justificação, previne os acidentes domésticos nos locais de trabalho com os produtos que contenham a soda cáustica em sua composição. Veda a exposição à venda dos produtos contendo soda cáustica em local de altura inferior a um metro e meio do solo e, ao mesmo tempo, proíbe a compra do produto por menores de 16 anos de idade.

A Lei 9.782, de 1999, que instituiu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dispôs como sua finalidade institucional promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à Vigilância Sanitária inclusive dos ambientes, dos processos, insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras.

Essa mesma Lei, em seu art. 8º, comete à Anvisa incumbência de regulamentar, controlar e fiscali-

zar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde pública.

Adicionalmente, o inc. III do art. 2º da Lei 9.782, combinado com o seu art. 7º, inclui no âmbito da competência da Anvisa normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde. Esse poder normativo e fiscalizatório da Anvisa consubstancia-se, entre outros instrumentos, por intermédio da resolução da diretoria colegiada, nos precisos termos do art. 15, incs. III e IV da Lei 9.782, de 1999, com a redação a ela conferida pela Medida Provisória nº 2.190, de 23 de agosto de 2001.

Essa resolução tem por objetivo estabelecer as definições, classificações e características de composição a serem atendidas pelos detergentes e demais produtos destinados à higienização e limpeza de superfícies inanimadas e ambientais. O citado art. 44 da Lei 6.370, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, a quem ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos, os correlatos, os cosméticos, os saneantes e outros produtos e dá outras providências declara que, para fins desta lei, são equiparados aos produtos domissanitários os detergentes, os desinfetantes e respectivos congêneres destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro à industrialização, entrega e consumo de fiscalização.

A Resolução Normativa nº 1 define quanto à facilidade de emprego o detergente ou congênere comum como aquele detergente, sabão ou congênere destinado à limpeza, higienização ou alvejamento de objetos animados e/ou ambientes de uso comum ou coletivo de fácil manuseio e destinado a ser aplicado por qualquer pessoa.

Quanto à finalidade, tal detergente ou congênere é produto destinado à limpeza e conservação de pisos, paredes, assoalhos e semelhantes, bem como de tanques, aparelhos sanitários, pias, caixas de gordura e semelhantes.

Dessa maneira, como resultou demonstrado acima, ao ter sua matéria inteiramente regulada em normas infralegais que exibem eficácia e cogência, pois que arriadas em leis autorizadas de sua edição, compreendemos que o objeto e mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, quedam prejudicados em vista de já serem contemplados inteiramente no contexto do ordenamento jurídico pátrio; tal fato também lhe confere caráter de injurídico, pois assim

como não há palavras inúteis na lei, esta igualmente não pode repetir-se inocuamente dando azo a interpretações conflitantes sobre o mesmo objeto, o que contraria o princípio da unidade lógica do sistema jurídico brasileiro.

Em vista das considerações expendidas, somos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002.

É o voto, Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{es} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2000

Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências.

Autor: Deputado Ailton Dipp.

Relator: Senador Antero Paes De Barros.

Parecer: Pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo.

Observação: Na reunião do dia 07/08/2003 a apreciação da matéria foi adiada

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros para proferir seu relatório.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, vem para o Senado da República projeto do Deputado Ailton Dipp que pretende tornar obrigatória a inscrição das frases “Venda proibida a menores de 18 anos” e “Bebida alcoólica é prejudicial à saúde” nas embalagens e nos rótulos e na propaganda de bebida alcoólica e também, em seu art. 1º, parágrafo único, define o conceito de bebida alcoólica como bebidas potáveis com qualquer teor alcoólico.

Na análise que fizemos com o auxílio da assessoria da Casa, tal proibição já existe de fato no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Parlamentar, entretanto, argumenta que de nada vale a lei se ela for

escrita, mas desconhecida ou esquecida pelo povo. Nesse caso, há amplo amparo ao objetivo pretendido pelo autor do projeto, embora os meios com os quais ele pretenda alcançar esse objetivo mereçam uma análise mais aprofundada.

A questão do teor alcoólico, inclusive, já passou por uma profunda discussão com técnicos que se encontram, hoje, inclusive, atuando no Ministério da Saúde, onde debatem a necessidade dessa classificação. Alguns sucos, inclusive, têm teor alcoólico. É necessário que se estabeleçam diferenças, como a própria Organização Mundial de Saúde prega, entre o teor alcoólico de bebidas destiladas, que chegam a até 45% e de uma cerveja, que chega a quase 0,5%.

Diante disso, incorporamos ao relatório alguns pronunciamentos já feitos nesta Casa pelos técnicos José Kougut e o Sr. José Rosemberg, que participaram estabelecendo cientificamente as diferenças entre uma situação e a outra.

Assim sendo, creio que, lendo o substitutivo, chegaremos a uma compreensão pelo Plenário, porque tomamos as providências de acordo com as intenções do Deputado Ailton Dipp.

O Substitutivo que ora apresentamos ao PLC nº 35, de 2000, além de promover a adequação do referido projeto à Lei Complementar nº 95, de 1998, e de estabelecer um critério único de penalidade com base na Lei nº 9.294, de 1996, caracterizar-se-á pela introdução, dentre outras, das seguintes modificações na legislação atual: restrições para propaganda de bebidas graduadas de acordo com o teor de álcool nelas contido; obrigação de os pontos de venda conterem publicidade, informando sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos; proibição à publicidade de bebidas alcoólicas dirigidas às crianças e aos adolescentes; proibição à publicidade de bebidas alcoólicas cujo conteúdo, intencionalmente, direcione à associação entre consumo de bebidas alcoólicas e a sexualidade, o êxito profissional, social ou sexual, bem como ao desempenho saudável de qualquer outra atividade; proibição à publicidade de bebidas alcoólicas que associem de maneira positiva essas bebidas à condução de veículos automotores; proibição à publicidade de bebidas alcoólicas que encorajem o consumo excessivo ou que incentivem o consumo em locais ou situações ilegais perigosas, impróprias ou socialmente condenáveis; inclusão na propaganda, nas embalagens ou rótulos de mensagens e frases que recomendem o consumo moderado e responsável de bebidas alcoólicas; restrições à publicidade e à comercialização de bebidas alcoólicas em estabelecimento de ensino; determinação

para que a publicidade estática em estádios e locais similares não contenha recomendação de consumo.

No Substitutivo, essas questões estão incluídas e nós colocamos no art. 2º:

Art. 2º – Os locais e vendas de produtos de que trata o art. 4º, a, devem conter interna e externamente painel ou cartaz informando que a venda de bebida alcoólica é proibida para menores de 18 anos.

Incluimos também o art. 4º, c, porque consideramos que é importante não apenas proibir, avisar, mas criar um mecanismo que iniba, que o dono do estabelecimento tenha interesse em vender a bebida para menores de 18 anos. cremos que esse artigo resolve plenamente o problema. As empresas que forem flagradas vendendo bebidas alcoólicas a menores de 18 anos terão suas atividades suspensas por 15 dias.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, serão fechadas, ficando seus proprietários impedidos de abrir novas empresas com atividades semelhantes.

Quer dizer, estabelece claramente a penalidade. Dessa forma, entendemos que estabeleceremos uma regulamentação em consonância com a legislação já existente, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente e poderemos caminhar no sentido de oferecer uma condição mais saudável à sociedade brasileira. É esse o relatório que apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o Substitutivo do Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria de, em primeiro lugar, parabenizar o Relator pelo Substitutivo apresentado, pela inclusão de todos os aspectos já mencionados e, de uma maneira especial, a punição para as empresas que por ventura violarem o que está previsto na Legislação, porque temos que ter a pena e pena severa, eu diria, para os estabelecimentos comerciais que vendam entre outros produtos a bebida alcoólica para crianças e adolescentes, o que realmente causa um prejuízo extraordinário à saúde.

Eu gostaria também de uma explicação em relação ao art. 4º, a, propaganda comercial de toda e qualquer bebida potável cujo teor alcoólico supere um grau obedecerá a determinados princípios.

No projeto original, havia a observação de ‘qualquer teor alcoólico’, pensando no caso de crianças e adolescentes. Considera-se bebida alcoólica, no projeto original, para efeitos dessa lei, ‘líquido potável

com qualquer teor alcoólico’ e aqui se admite a possibilidade de se ter ‘algum teor alcoólico’. Não seria caso de adotarmos a redação do projeto original.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sugerimos não adotar a redação do projeto original porque, na análise que faço do relatório, digo claramente que “em primeiro lugar, registre-se que a confusão jurídica a que fizemos menção não é um mero exercício de retórica. Saibam meus nobres Pares que mesmo alguns sucos de frutas e refrigerantes possuem teor alcoólico superior a 0,15%”. E há um pronunciamento mundial de que não faz mal à saúde.

Então, acredito que estabeleceríamos, se adotássemos a redação do Deputado Aírton Dipp, uma insegurança no sentido de criar problemas porque então se teria de cumprir a questão do ‘qualquer teor alcoólico’. Exatamente por isso e valendo-nos de um debate aqui realizado, com participações de técnicos inclusive da área da saúde, adotamos, adotamos esse critério.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim, era justamente isso que eu queria saber. Há, então, o parecer de técnicos e profissionais da área da saúde nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está V. Exª satisfeito, Senador Flávio Arns?

Concedo a palavra à nobre Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, parabenizo o Senador Antero Paes de Barros pelo minucioso substitutivo que apresentou. S. Exª procurou ouvir aquelas pessoas que têm um conhecimento mais aprofundado sobre essa questão. Certamente essa era uma lacuna que faltava para que pudéssemos trabalhar sobre a questão.

Represento aqui no Senado a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes e felicito o Senador por esse substitutivo que, certamente, vem nos ajudar nesta causa. Hoje há um número enorme, crescente de jovens que se envolvem cedo com bebidas alcoólicas, criando um problema gigantesco dentro das famílias. Jovens com potencial de se desenvolver e de crescer, de ter condição de uma vida melhor, acabam, jovens, se entregando à bebida.

Portanto, acho que esse projeto vem ajudar a todos aqueles que fazem trabalho com crianças e

adolescentes. Parabéns, Senador Antero Paes de Barros, por esta iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, Sr^{as}.e Srs. Senadores, eu não só parabenizo o Senador Antero Paes de Barros como festejo com S. Ex^a a preocupação em disciplinar este assunto e esta matéria.

De minha parte, procurei tratar da mesma forma o assunto, mas sob outra ótica. Apresentei projeto, que também vai ser apreciado na Comissão de Educação, semana que vem, já com o parecer favorável. Procurei abordar o assunto sob outra ótica.

A televisão e o rádio são instrumentos públicos cedidos à iniciativa privada na forma de concessão. Tanto assim é que o Senado Federal outorga essas concessões. Entendo que é inadmissível que comerciais, publicidades e propagandas de bebidas alcoólicas infestem os rádios e as propagandas brasileiras, alcançando principalmente a nossa juventude.

Antecipo logo que não sou moralista nem falsa moralista. Acho que o consumo de bebida, de forma responsável, é algo que talvez seja intocável não só no País como no mundo. É um contra-senso a televisão e o rádio brasileiros permitirem comerciais e anúncios de bebidas, que muitas vezes se transformam em verdadeiras armadilhas, principalmente para a população mais jovem do nosso País, e, na outra ponta, o Estado brasileiro tenha que se responsabilizar pelos danos causados em razão da ingestão de bebidas alcoólicas.

O Estado brasileiro gasta uma fábula de dinheiro anualmente nos hospitais, na recuperação de pessoas lesadas em razão de ingestão de bebidas alcoólicas.

Procurei abordar neste projeto que será apreciado futuramente pela Comissão de Educação por essa outra ótica. Agora acho que esse projeto relatado pelo eminente Senador Antero Paes de Barros avança nesse sentido, por tratar com seriedade essa questão. Acho que a sociedade brasileira precisa, de uma vez por todas – e eu seria um pouco contundente ao clamar que deixemos a hipocrisia de lado e abordemos essa questão com seriedade.

O Senado acaba de aprovar a lei do desarmamento, que tramita na Câmara neste momento. Acho que se não tratarmos dessa questão do consumo, da propaganda da bebida alcoólica, de forma a complementar àquela proposição, aquela proposição também será inócua, porque o estímulo ao consumo da

bebida alcoólica é a correia de transmissão mais próxima do estímulo ao cometimento do crime em razão da utilização de armas. Acredito nisso. Então, a hipocrisia tem de ser deixada de lado; temos de entender que esse assunto é muito sério, que desagrega a família brasileira, atraindo a juventude brasileira para uma verdadeira armadilha. A meninada hoje começa a consumir essas bebidas **Ice** e, daqui a pouco, sentem-se compelidos a consumir bebida de teor alcoólico cada vez maior. E, aí, a porta do consumo de outras drogas se escancara, fica aberta, e os males causados à população brasileira são de tamanha monta que precisamos ver isso com a maior seriedade.

Então, quero parabenizar o Senador Antero Paes de Barros pela relatoria desse projeto e por sua preocupação em dar um tratamento sério a uma questão tão preocupante para a sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Mesa se associa aos Parlamentares que aqui se manifestaram, cumprimentando o Senador Antero Paes Barros pelo substitutivo.

Em votação o substitutivo do Senador Antero Paes de Barros.

Os Srs. e Sr^{as} Senadores que concordam com a matéria queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2002, decisão terminativa. Modifica o §3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta o inciso V do art. 203 da Constituição Federal. O autor é o Senador Carlos Bezerra; Relator, Senador Juvêncio da Fonseca. Parecer pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, já na reunião anterior desta Comissão, chegamos a ler o parecer pela prejudicialidade do projeto, em razão de matéria idêntica já ter tramitado pelo Senado Federal e encontrar-se na Câmara Federal para apreciação. Ficaram sustados a votação e o final da discussão em razão de informações que poderiam ser obtidas na Câmara sobre o andamento do projeto que está lá. A informação veio em seguida, e o projeto anterior está na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara Federal para apreciação, sendo que já mereceu parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família, e está em tramitação.

Portanto, o meu parecer – reafirmo aqui – é pela rejudicialidade, reconhecendo que a iniciativa do

ilustre Senador Carlos Bezerra é socialmente importantíssima, mas regimentalmente não podemos dar prosseguimento ao projeto em razão de dispositivo regimental.

Esse é o nosso parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa)

Vamos suspender a votação da matéria até obtermos o **quorum** necessário – precisamos de quinze Parlamentares para votar essa matéria, que é terminativa na Comissão.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1999. Decisão terminativa. Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência física, sensoriais ou mentais. O autor é o Senador Geraldo Cândido e Relator, Senador Leomar Quintanilha. O parecer é pelo arquivamento do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para proferir o relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr.^a Presidente, Sr.^s. e Srs. Senadores, seguramente, o propósito que moveu o eminente Senador Geraldo Cândido em apresentar esse projeto de lei, que visa dispensar um atendimento especial aos pais ou aos efetivamente responsáveis por pessoas portadoras de condições especiais – deficientes físicos, deficientes mentais, surdos-mudos –, seguramente é em razão de não se colocar em prática a legislação já existente. Na verdade, já existe instrumento legal que confere essas condições aos servidores públicos das fundações, das autarquias, da administração direta, indireta e fundacional, de terem condição de dispensarem atendimento especial às pessoas que estão sob sua custódia, sua guarda.

Por essa razão, por já existir instrumento legal que atenda ao proposto no pleito, nós o consideramos prejudicado e somos pelo arquivamento da proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr.^a Presidente, eu gostaria de fazer algumas ponderações com o Relator, Senador Leomar Quintanilha, no sentido de dizer que existem realmente muitas leis municipais e estaduais que permitem que o funcionário público, pai ou responsável por uma pessoa portadora de deficiência que exija atendimento terapêutico em função da severidade, da dificuldade, sempre sendo analisado o caso, tenha algum ajuste ou ade-

quação da carga horária. Entretanto, não existe que eu saiba, com exceção do documento interno, da portaria do Ministério da Administração, alguma legislação que preveja a abordagem de situações idênticas no âmbito federal.

Trata-se de pleito sem dúvida antigo dos pais e dos responsáveis por pessoas portadoras de deficiência a possibilidade de haver, na discussão com o local em que a pessoa exerce seu trabalho, alguma forma de se adequar isso. E eu acharia muito interessante que a portaria do Ministério da Administração, portaria que pode ser modificada porque não tem o peso de uma legislação – lembro-me de que, em 1995, eu próprio promovi uma discussão sobre essa portaria com o Ministro à época, Bresser Pereira, que foi solícito em fazer a portaria. Acho que poderíamos avançar em termos não só da portaria, mas também da legislação.

Já ocorreu a possibilidade de portadores de deficiência fazerem estágio. À época, também o Ministério do Trabalho tinha uma legislação que permitia que o estágio se estendesse para alunos de Apaes, de escolas especiais, o que, posteriormente, foi transformado em legislação. Assim, pelo fato de já haver nos Municípios, nos Estados a portaria, consolidarmos isso em termos de legislação seria um pleito, Senador Leomar Quintanilha, a favor do qual toda a comunidade vem debatendo. Seria o atendimento de um debate que já vem ocorrendo nos Municípios e Estados.

A minha sugestão, Sr.^a Senadora, é que pensássemos sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr.^a Presidente, considero relevantes as ponderações do eminente Senador Flávio Arns, mas eu gostaria de remeter também a sua observação ao Decreto-Lei nº 1.590, de agosto de 1995, que trata do assunto e culminou com a expedição da Portaria nº 2.561, a qual certamente é a que se refere o eminente Sr. Senador.

Por outro lado, essa matéria voltou à discussão nesta Casa posteriormente, por meio do Projeto de Lei nº 4.526, foi aprovado no Senado e está pendente de solução na Câmara.

Na verdade, V. Ex.^a tem razão, a legislação brasileira se transforma em letra morta quando não é efetivamente cumprida ou quando se encontram obstáculos ou dificultadores na sua implementação nos diversos órgãos que deveriam respeitar o estrito teor da lei.

Entendo que, mesmo sendo uma portaria e sendo embasada num decreto presidencial, essa lei tem força e deve ser respeitada em todos os órgãos sobre os quais ela tem influência. Portanto, imagino que estaríamos sendo redundantes em votar novamente um projeto de lei cujo mérito já é atendido em outros instrumentos legais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Srª Presidente, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Srª Presidente, gostaria de indagar a V. Exª se este projeto que estamos discutindo é terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – É terminativo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, eu gostaria de fazer uma questão de ordem a V. Exª: para que colocássemos esses projetos terminativos em votação quando houvesse **quorum**. Não havendo, suspenderíamos a discussão e passaríamos a tratar de outros itens para os quais não há exigência de **quorum** qualificado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Antero Paes de Barros. Vamos proceder desta forma: analisar matérias que não precisam de **quorum** qualificado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Se o Senador Leomar Quintanilha permitir, poderíamos fazer o que foi feito na semana passada com o Senador Juvêncio da Fonseca, que até se certificou de que o projeto estava em tramitação na Câmara dos Deputados, inclusive para ver se era de igual teor. Poderíamos, talvez, retirar de pauta esse assunto e apreciá-lo na semana que vem já com essas informações mais precisas sobre o assunto. Porque, de fato, se já está lá na Câmara dos Deputados, só nos resta ver se o teor é igual, se existe algo que possa ser feito ainda. Então, se o Senador Leomar Quintanilha permitisse, isso ajudaria também.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Acolho a solicitação do eminente Senador Flávio Arns. Manifesto a minha concordância com a retirada de pauta do projeto e me comprometo a examinar o andamento do projeto de lei que trata do mesmo assunto na Câmara Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está sobrestada.

Item 5:

EMENDAS NºS 1 E 2, DE PLENÁRIO, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2002

Proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na lista única de transplantes do sistema nacional de transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível.

Autor do Projeto: Deputado Valdemar Costa Neto.

Autor das Emendas: Senador Tião Viana.

Relator: Senador Mão Santa.

Parecer. Pela aprovação das emendas nºs 1 e 2-plen. na forma de subemendas.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para proferir o seu relatório.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Srª Presidente, este assunto já foi trazido ao Senado pelo Senador Sebastião Rocha, médico do Amapá. Qual é a especialidade dele?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Ginecologista.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – S. Exª é ginecologista. Depois, debruçou-se sobre a matéria o nosso grande Líder político, também da classe médica, Senador Tião Viana. E agora o projeto caiu em nossas mãos.

Aqui está o Ministro da Justiça do nosso Partido, PMDB. Sonhar é preciso! (Risos)

Os fatos vêm antes; depois, vem a lei. Não é verdade? Um homem e uma mulher gostam um do outro, depois vem o casamento. Primeiro, há o fato. Então, o transplante é algo muito oportuno, recente, novo. Eu queria dizer que o primeiro transplante realizado com êxito no Brasil foi feito no Hospital Silvestre, um hospital Adventista do Sétimo Dia, lá no Rio de Janeiro perto do Cristo Redentor. O cirurgião foi Dr. José Hilário.

Todo mundo se lembra do Christian Barnard. Eu o conheci pessoalmente. Foi ele quem fez o transplante nos fins de 1967, 1968, quando fez conferências, e eu estava presente no Rio de Janeiro. Então, é muito recente.

Recentemente, ouvimos Globo notícia sobre transplante de pâncreas. Eu operei pâncreas. É difí-

cil! Tirar um câncer é complicado. Um transplante envolve coisas complicadas, mas é um fato.

Hoje, por exemplo, nós vamos terminar esta reunião com preocupações da Subcomissão de Saúde sobre doente renal crônico. Há um tratamento disponível à massa, que é a hemodiálise. Muitos poucos chegam ao transplante, mas o fato é que está tendo êxito. O transplante renal é exitoso, é a saída, bem como o transplante de córnea, assim como outros que vão avançando, com grandes riscos e dificuldades.

Mas a preocupação do Senador Sebastião Rocha e depois as preocupações do nosso médico, Senador Tião Viana, é o fato de que só está fazendo quem tem dinheiro, porque as taxas pagas pelo nosso sistema único de saúde são vergonhosas. O valor da consulta, Senador Juvêncio da Fonseca, está em dois reais e poucos. As outras cirurgias custam mais, mas também nas devidas proporções. Essa é a realidade.

Meus companheiros médicos, hoje é melhor sermos carregador em aeroporto internacional de qualquer País, porque é de praxe de dar um dólar por volume. Então, um volume que se carrega é mais que uma consulta médica.

Então, a realidade é que só está fazendo transplante quem tem muito dinheiro e consegue furar a fila. Então, essa preocupação de que a saúde seja como o sol, igual para todos, foi apreendida por esses que me antecederam, mas depois foi modificada com uma emenda. Farei o relatório aqui. É oportuno, porque existe o fato hoje que ela está cada vez se desenvolvendo mais.

Teresina, no Piauí, que vai fazer 150 anos no dia 16 de agosto, faz transplante cardíaco com êxito. O fato é novo, mas tem que ter a lei, que vem depois. Está certo, Senador Juvêncio da Fonseca?

O histórico é esse que fiz, utilizando a minha vivência médica, mas há saída. Transplante renal é êxito total, mas só muitos poucos têm conseguido, só aqueles que têm dinheiro para pagar o doador e os serviços médicos também.

Então, ele procura dar uma seriedade, uma oportunidade, uma igualdade para todos.

O meu voto é:

Em vista do exposto o voto é pela aprovação das Emendas um e dois de Plenário, na forma das seguintes subemendas:

“Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 de Plenário: art. 1º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte...”

Sr.Presidente, Srsª e Srs. Senadores, vejam que a lei é de 1997, trata de um fato novo, que tem que ter uma legislação. Não é esse o preceito da sociedade de direito?

“Art. 10.

É proibida a alteração da ordem dos nomes constantes da lista única se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar pública ou particular acessível em prazo propício à realização do transplante, exceto nos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica e se houver pessoa necessitada de transplante que se encontre na iminência de óbito, segundo a avaliação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de órgãos, observados os critérios estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Transplante.

§ 1º Sempre que se fizer indispensável, o Poder Público deverá providenciar transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível para os casos de transplante, a fim de que a ordem da lista única de espera seja respeitada.

§ 2º Todas as unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes deverão fornecer leitos, equipes médicas e demais recursos, desde que disponíveis para a realização de transplantes, sempre que houver órgão ou tecido para doação ao paciente melhor colocado na lista única de espera.

§ 3º Os gastos decorrentes de transplante realizado em condições excepcionais serão ressarcidos pelo Poder Público, podendo ser estabelecido sistema de compensação de número de leitos entre os hospitais e o gestor do Sistema Único de Saúde.”

Enfim, se o doente é pobre, mas é o hospital privado que está em condições, aquela diferença exigida pelo hospital na rede privada será ressarcida pelo Governo Federal, pelo Sistema SUS.

Subemenda nº 2 à Emenda nº 2 do Plenário:

O artigo 2º dispõe que a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 20, “a”:

Art. 20 (...)

não observar, estritamente, a ordem dos receptores inscritos na Lista Única de Espera, ressalvadas as situações previstas no art. 10, "a";

Pena: detenção de 2 a 4 anos. Senador Tião Viana

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o nosso Relator, Senador Mão Santa, que, em sua fantástica travessia de vida profissional, teve uma formação médica, é bom que se registre, excelente, no Hospital do Servidor, do Estado do Rio de Janeiro, quando pôde operar junto ao Dr. Adib Jatene e outras grandes figuras da Medicina brasileira, e tem uma compreensão clara do que se passa o Brasil, no sentido do acesso ao transplante de órgãos. Por isso teve sensibilidade para acolher a minha emenda e a do Senador Sebastião Rocha em uma matéria oriunda da Câmara dos Deputados que tem o Deputado Valdemar Costa Neto como autor inicial.

Entendo que se trata de matéria relevante para o País, porque atualiza as responsabilidades do Estado em coordenar, fiscalizar e estimular esse tipo de prática. Basta lembrar que, a cada vinte pessoas que procuram um transplante de fígado no Brasil, hoje, apenas três conseguem. E, quando se fala em outros órgãos, a situação não é diferente. O transplante de pulmão ainda é de uma dificuldade extrema, bem como o transplante de pâncreas.

Conseguimos ter um avanço na remuneração de transplantes, hoje uma atividade lucrativa para o Poder Público, pois qualquer hospital que realize transplante tem lucro com a atividade. Portanto, não seria difícil acolher as emendas que tentam determinar o acesso em qualquer unidade executora da prática profissional do transplante.

Penso que há um avanço, há uma certa sintonia com a ABTO – Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. Cumprimento o Relator. Esse é mais um passo que o Senado Federal e a Comissão de Assuntos Sociais dão a favor da saúde pública brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Foi muito oportuna a experiência do Senador Tião Viana. Essas tabelas do SUS são velhas. Citei a consulta básica, elementar, do clínico geral, que está vigorando há quase uma dezena de anos. Mas, o último Governo houve por bem atualizar as altas complexidades. Então, como disse o Senador Tião Viana, é relativamente melhor do que as cirurgias clássicas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dirigir uma reclamação à população em geral do País. Existem filas de pessoas aguardando transplantes – chegam a três mil pessoas -, mas todos os dias são jogados fora órgãos que poderiam ser transplantados. Mudar essa situação dependeria apenas da disposição das famílias para ajudar uma outra pessoa que teria condições de sobreviver com uma doação.

As causas mais frequentes de morte no Brasil são: violência no trânsito e agressões físicas. Em sua maioria, essas pessoas têm dois rins e muitos outros órgãos bons, mas a população não está disposta a doá-los – não existe essa filosofia nem disposição nesse sentido. Se houvesse mais doações de órgãos de entes queridos mortos – e é possível fazer isso acontecer –, muito sofrimento seria poupado no Brasil. Condições técnicas para fazer transplantes temos e bastantes; o que ainda não temos são órgãos suficientes. Se os hospitais que fazem transplantes tivessem órgãos disponíveis, muito mais pessoas seriam ajudadas neste País.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Srª Presidente, chamaram-me bastante a atenção as considerações do Senador Augusto Botelho. Seria importante que esta Comissão fizesse um alerta ao Ministério da Saúde a fim de que o governo realizasse uma campanha nacional buscando conscientizar a sociedade brasileira para a importância da doação de órgãos de pessoas que faleceram por questões inusitadas, como acidentes ou assassinatos. Os órgãos úteis deveriam poder ser utilizados para salvar outras vidas. Seria interessante que esta Comissão não só formalizasse essa sugestão, mas que também constituísse uma Comissão para visitar o Ministro e sugerir a S. Exª que realize uma campanha nacional de conscientização da população sobre a importância de a família autorizar a doação de órgãos a fim de salvar outras vidas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Mesa considera a matéria extremamente relevante e deseja se associar aos cumprimentos de todos senadores ao relator, Senador Mão Santa, e ao autor das emendas, Senador Tião Viana.

Posteriormente, Senador Leomar Quintanilha, colocaremos em votação a criação dessa Comissão para visitar **(falha na gravação)** de motivação em relação à doação de órgãos junto ao Ministério da Saúde.

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável às Emendas de Plenário nº 1 e 2, na forma de subemendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o parecer do relator.

Em votação a solicitação do Senador Leomar Quintanilha.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a formação de uma comissão para mobilizar o Ministério no sentido da realização de uma campanha de doação de órgãos queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Esta Comissão será constituída dos Senadores Leomar Quintanilha, Mão Santa e Augusto Botelho.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – **Item 3.** Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002. Decisão terminativa. Trata-se de projeto do Senador Carlos Bezerra, relatado pelo Senador Juvêncio da Fonseca. O parecer é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem V.Ex^a a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr^a Presidente, gostaria apenas de esclarecer àqueles Senadores que não estavam presentes quando discutimos o projeto, a razão de ser da prejudicialidade.

Em rápidas palavras. O projeto do Senador Carlos Bezerra tem por objetivo modificar a redação do § 3º do art. 20 da Lei 8.742, com referência ao benefício de prestação continuada às famílias de baixa renda, elevando a renda por família, incapaz de prover a manutenção da pessoa por deficiência ou idosa da família, cuja renda mensal **per capita** passaria de um quarto para meio salário mínimo. Porém, projeto idêntico já tramitou pelo Senado Federal e, no momento, encontra-se na Câmara dos Deputados.

Na semana passada, em razão do nosso pedido de prejudicialidade, foi sustada a votação e a discussão, justamente para obtermos informações da Câmara dos Deputados se projeto ainda está em tramitação naquela Casa. E a informação que temos – e estamos com a sinopse na mão –, é de que se encon-

tra, sim, em tramitação junto à Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa.

Portanto, o meu parecer pela prejudicialidade prevalece em razão de já ter sido apreciada idêntica matéria pelo Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2002, com parecer pela prejudicialidade da matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Relator votam Não.

(Procede-se à votação.)

Tendo em vista que a matéria ficou prejudicada, vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela Ordem, com a palavra o Senador César Borges

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer uma solicitação de inversão de pauta para o Projeto de nº 10, tendo em vista que tenho uma reunião do meu Partido com os prefeitos de todo o País, mas gostaria de relatar o referido projeto do Senador Tião Viana para não prejudicá-lo.

Em votação a inversão de pauta solicitada pelo Senador César Borges.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com a inversão permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002. Decisão terminativa. Chamo a atenção dos Parlamentares pela presença. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador César Borges. Parecer pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador César Borges para proferir o seu relatório.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002, de iniciativa do Senador Tião Viana, acrescenta dispositivo ao art. 35 da Lei Orgânica da Saúde, acrescentando mais um à relação de critérios com os quais já são estabelecidos os valores a serem transferidos pela União a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o financiamento de ações e serviços de saúde. O critério acrescido é o da aplicação de índice de cobertura vacinal contra doen-

ças redutíveis por imunização e objetos de vigilância epidemiológica.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto, cuja apreciação por esta Comissão tem caráter terminativo. Na legislatura passada, recebeu parecer pela rejeição do Senador Benício Sampaio, designado Relator da matéria nesta Comissão, que, no entanto, não chegou a se manifestar sobre este relatório. Sua tramitação continua agora, em atenção ao disposto no inciso III do art. 332, do Regimento Interno, e ao Ato nº 97, de 2002, do Presidente da Casa.

A matéria que está sendo regulada, como já se viu, é o conjunto de critérios segundo os quais se determinam os valores a serem transferidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios para o financiamento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O art. 7º da Lei Orgânica da Saúde fixa como princípio a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades à alocação de recursos e orientação programática, e o art. 35, cuja alteração é objeto da proposição sob análise, define os critérios segundo os quais se estabelecerão aqueles valores.

A utilização de índices de cobertura vacinal, na intenção do autor do projeto, Senador Tião Viana, é introduzida como critério de repartição com o objetivo de estimular a busca de taxas crescentes de imunização das populações tanto dos Estados como dos Municípios.

O Relator que me antecedeu, por julgar tal critério ambíguo e operacionalmente difícil de utilizar, opinou que ele não favorecerá o atingimento daquele objetivo.

Foi contrária, ainda, a sua inclusão pelo fato de que atrapalharia o processo em curso de descentralização que passa o Sistema Único de Saúde – SUS, que prioriza, cada vez mais, as transferências fundo a fundo, não dependentes de acordos e convênios e calculados em base populacional. Entretanto, é preciso considerar que, não obstante o trabalho de combate às doenças redutíveis por imunização realizada, ainda não se alcançou, em todos os Municípios do Brasil, a cobertura vacinal plena, registrando-se o recrudescimento de doenças que já poderíamos ter controlado ou até mesmo erradicado.

Entendemos, portanto, que esse novo critério desse projeto do Senador Tião Viana, que propõe a repartição dos recursos federais, poderá, sim, ser um estímulo às administrações municipais no sentido de

produzir maiores coberturas vacinais em suas populações.

Diante disso, nosso voto e nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2002. Esse é o relato.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas também para agradecer o relatório do Senador César Borges e dizer do meu respeito pela sensibilidade de S. Exª com a matéria. Não tenho dúvidas de que, quando olharmos para a aviação, ficamos entusiasmados com o significado de sua descoberta, quando olhamos para os antibióticos, vemos a tecnologia, mas, se refletirmos, talvez, as vacinas se constituem na grande descoberta da humanidade, no impacto da redução das chamadas mortes evitáveis. Nenhuma outra atividade humana preveniu tantas mortes quanto as vacinas. O Brasil paga um preço elevadíssimo ainda por não ter boa cobertura vacinal, como pagam os países africanos, os países da América Latina e alguns países asiáticos. Se pudermos dirigir ações de Governo, especialmente no que diz respeito ao financiamento público, a Municípios que estejam vinculados à responsabilidade de ter melhor cobertura vacinal poderemos fazer muito.

Há mais de 100 mil vítimas da tuberculose em nosso País todos os anos. Há milhares de vítimas de viroses que poderiam ser protegidas por vacinas. Infelizmente, nos descuidamos. Há indicadores de cobertura vacinal que não chegam a 3% das crianças de alguns Municípios brasileiros. Se vincularmos o financiamento público a uma responsabilidade estimulada, estaremos ajudando a salvar milhares de vidas neste País e, ao mesmo tempo, a elevar a qualidade de vida de famílias com precárias condições econômicas.

Essa foi a razão do projeto. Entendo que este será incorporado à nova equação de financiamento que o Sistema Único de Saúde deverá apresentar por meio da pasta do Ministro Humberto Costa.

Agradeço e parabenizar o Relator pela sensibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. Tendo em vista a importância do tema e a não havendo **quorum** qualificado, vamos sobrestar a matéria.

Passo a Presidência ao Senador Papaléo Paes para que eu possa relatar a matéria seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – **Item 6.**

**PROJETOS DE LEI DA CÂMARA NºS 88,
de 2000 e 6, de 2001 – Tramitação Conjunta**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata e dá outras providências; dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama na fabricação e comercialização de sutiãs.

Autores do Projeto: Deputados Barbosa Neto E Jaques Wagner.

Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Parecer: Pela Rejeição Do Projeto De Lei Da Câmara Nº 6, De 2001 E Pela Aprovação Do Projeto De Lei Da Câmara Nº 88, De 2000, Na Forma De Um Substitutivo

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir o seu relatório.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Da Comissão de Assuntos Sociais sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 088/2002 e nº 06/2001, em regime de tramitação conjunta, que tratam da obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações sobre a prevenção de doenças.

Análise

O conhecimento médico e científico atual só permite identificar a causa de uma das formas de câncer contempladas nas proposições em análise. A prevenção do câncer de útero, por exemplo, não é obtida pela realização de exames, mas pelo uso de preservativos, uma vez que é causado por agente infeccioso de transmissão sexual.

Em relação aos cânceres de mama e de próstata, os grandes investimentos em pesquisa não resultaram, até agora, na identificação de suas causas. Não se sabendo a causa do aparecimento dessas doenças, não há como identificar mecanismos para a sua prevenção, mas para reduzir a sua incidência. Não se podendo prevenir pode-se, no entanto, facilmente, detectar naquelas localizações anatômicas lesões cancerosas em seus estágios iniciais e tratá-las. A tecnologia médica disponível em nosso País é perfeitamente efetiva e eficaz para isso.

Para que tal ocorra, no entanto, é necessário que as pessoas passem, a partir de uma certa idade, a fazer periodicamente exames para a detecção precoce e, se for o caso, tratamento oportuno. Com isso,

consegue-se reduzir o impacto clínico e psicológico, social e econômico dessas doenças. Em estágios iniciais, a intervenção terapêutica é eficaz na grande maioria dos casos. Podemos, assim, reduzir a letalidade desses cânceres e, com isso, a mortalidade a eles associada.

Voto

Em vista do exposto, somos pela rejeição do Projeto da Câmara nº 06/2001 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 088/2000, na seguinte forma:

Projeto de Lei da Câmara nº 088/2002. O Congresso Nacional decreta que é obrigatória a fixação em cuecas de tamanhos para adultos, produzidos e comercializados no País, de etiquetas com advertência sobre a importância de os homens com mais de 40 anos de idade realizarem periodicamente exames para a detecção precoce do câncer de próstata.

É obrigatória a fixação, em calcinhas de tamanho adulto, produzidas e comercializadas no País, da etiqueta com a advertência sobre a importância do uso de preservativos, como forma de prevenção de câncer do cólon do útero e da realização periódica por todas as mulheres com vida sexual ativa de exames de detecção precoce desta doença.

É obrigatória a fixação em sutiãs, produzidos ou comercializados no País, de etiqueta com advertência sobre a importância e a orientação da realização de auto-exame de seios, com vistas à detecção precoce de sinais indicativos de câncer de mama.

O Ministério da Saúde deverá estabelecer condições para a aplicação desta Lei e a fiscalização do cumprimento de sua determinação.

Art. 5º, inciso XXIX, do art. 10, da Lei nº 6.437, de agosto de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 – Inobservância das disposições legais relativas à promoção, proteção e recuperação da saúde e a prevenção de doenças.

Pena: advertência, apreensão e interdição do produto. Suspensão de venda ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de automatização, para o funcionamento da empresa; cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento; proibição de propaganda.

Art. 6º A inobservância à disposição desta Lei configura infração sanitária, nos termos do inciso XXIX, do art. 10, da Lei nº 6.434, de 20 de agosto de

1977, sujeitando o infrator às penalidades previstas neste diploma legal.

Art. 7º Respondem solidariamente pelo descumprimento das disposições desta Lei o fabricante, o importador, o distribuidor e o comerciante, para o que produzir, fabricar e importar, embalar e distribuir, expor ou colocar à venda cuecas, calcinhas e sutiãs, sem as etiquetas de que tratam, respectivamente, os arts. 1º 2º e 3º desta Lei.

Art. 8º É conferida às autoridades sanitárias competentes do Ministério da Saúde e dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atribuição para fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei, bem como, para a apuração de infração sanitária correspondente, a instauração do devido processo administrativo e a aplicação das penalidades cabíveis, segundo dispõe a Lei nº 6.437, de 20 e agosto de 1977.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 180 dias, a contar da data de sua publicação.

Sala das Comissões. . – Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria. (Pausa)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concede a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Faço apenas um pequeno comentário. A intenção do projeto é a melhor possível, porque visa estimular as pessoas, principalmente os usuários desses bens, a se prevenir e cuidar da saúde. Acredito que isso somente ocorre no Brasil. Aqui fazemos lei para garantir a nossa segurança; por exemplo, fazemos lei para o uso do cinto de segurança, quando essa deveria ser a disposição natural de cada usuário de veículo. Precisamos de um instrumento legal que nos obrigue a usar o cinto de segurança para nos proteger.

Então, entendo que o espírito e o propósito da lei, talvez, tenham essa intenção. Agora, chama-me a atenção a preocupação com relação às exportações. O País tem se revelado cada vez mais aberto à interação com outros Estados, com vistas à comercialização dos seus produtos. No caso, os produtores estrangeiros teriam de ajustar-se à nossa legislação e fazer constar, nas etiquetas dos produtos que pretendessem exportar para o Brasil, as advertências sugeridas pela eminente Senadora.

Considero a idéia e o seu espírito interessantes. No entanto, a lei fica impositiva, quase interferindo

nos direitos individuais, como ocorre no caso do cinto de segurança.

Era o comentário que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concede a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora pelo seu parecer e o Deputado Aguiar também pela elaboração do projeto. Faço somente duas observações em relação ao comentário da Senadora, quando S. Exª fala que o exame colpocitológico preventivo de câncer, feito pelas mulheres. Na realidade, ele é preventivo, porque detecta precocemente o HPV, o vírus que pode levar ao câncer do colo do útero. Então, em saúde pública, é considerado um exame preventivo do câncer por causa da detecção do vírus antes que se transforme em câncer – ele é o microorganismo responsável pela doença.

Em relação ao câncer de próstata – isso é para todos os homens aqui presentes –, o PSA, o exame que é feito no sangue, que também não dispensa o toque, está sendo considerado um detector precoce. Fiz um curso de Urologia em São Paulo há um ano e pouco e, segundo o professor Travassos, o PSA pode ser considerado um detector precoce. Em virtude de mostrar alterações, em alguns casos, opera-se e o patologista não consegue detectar o câncer. É claro que, quando o PSA está muito alto, provavelmente a pessoa tem câncer. Mas o fato é que ele já pode ser considerado também como detecção precoce. Ainda não está bem comprovado, porque não há um número total de casos para ser considerado.

Eu gostaria somente de fazer estas observações: que o preventivo de câncer que as mulheres fazem, se for de dois em dois anos, no máximo, é considerado um exame preventivo de câncer, porque se detectam precocemente as alterações celulares e a presença do HPV, principalmente. Se a mulher apresenta HPV, precisa ter cuidado maior do que as outras mulheres – mulheres e homens também.

Muito obrigado. Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum Senador quer fazer uso da palavra?

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Parabenizo a relatora pelo substitutivo, pelo relatório. Considero o assunto importante e necessário. Há até uma frase que diz que é mil vezes mais barato prevenir do que remediar. Penso que esse alerta para a população feminina e masculina é muito importante. Basta olharmos os números de pessoas afetadas por doen-

ças que podem ser prevenidas, além de todos os problemas pessoais, familiares e econômicos. É preciso pensar que poderíamos ter medidas preventivas. Alertar a população é algo bastante interessante.

Parabenizo, portanto, a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Não havendo mais Senador ou Senadora que queira discutir, a matéria vai ser submetida à votação. Antes, porém, aproveito a referência feita pelo Senador Augusto Botelho à questão do preventivo do câncer de próstata.

Hoje nós estamos vendo, na sociedade, um número significativo de homens que acham que já realizaram o seu exame preventivo porque fizeram a dosagem de PSA. Lembro que, realmente, o PSA não dispensa o toque prostático – faço essa observação para lembrar da minha área da saúde. É preciso deixar de comodidade e partir para o exame real.

A matéria está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com a relatora queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada de acordo com o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Eu retorno a presidência da Mesa à titular, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para o próximo item, há exigência de **quorum** qualificado. Vamos, então, fazer a chamada nominal.

Item 10:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2002 (Decisão terminativa)

Acrescenta dispositivos à lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Autor: Senador Tião Viana.

Relator: Senador César Borges.

Parecer: pela aprovação do projeto

Em votação o Projeto de Lei nº 34, de 2002, com parecer pela aprovação.

(**Procede-se à votação.**)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Senadora, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) –

O Senador Aelton Freitas não está, mas eu estou como seu suplente: eu voto com o relator.

(**Procede-se à votação.**)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria aprovada será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 13. Relatório da Subcomissão Temporária de Saúde que submete à Comissão de Assuntos Sociais a deliberação de se enviar ao Presidente da República um relatório das audiências públicas realizadas, sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos.

A Presidência gostaria de fazer algumas observações. Nos termos do art. 76, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, as decisões das subcomissões são submetidas ao plenário da respectiva comissão, e a decisão final é proferida em nome desta. As audiências da subcomissão foram realizadas para abordar interesse público relevante, de acordo com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno.

A Subcomissão aprovou o relatório com duas sugestões: que se encaminhe o requerimento ao Ministério Público Federal; que a Comissão de Assuntos Sociais delibere sobre o envio do relatório ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva para as providências que o setor de hemodiálise necessita para regular o funcionamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, com uma grande inspiração, o Senador Papaléo Paes achou por bem criar uma Subcomissão de Saúde da CAS. E muitos assuntos vieram à baila. Mas entre os muitos e graves problemas de saúde, sobressaiu-se este do doente renal crônico.

O doente renal crônico é um doente cujo diagnóstico é muito fácil tanto clinicamente quanto por simples exames de laboratório: dosagem de uréia e creatinina. Mas o seu tratamento é muito complexo e muito difícil, principalmente por motivos financeiros. É praticamente irreversível, quando entra em insuficiência renal. E o que o mundo moderno científico dispõe, hoje, são os tratamentos de hemodiálise. Em duas audiências públicas, ouvimos os pacientes que se submetem à hemodiálise e os poucos que chegam ao transplante renal, os médicos, as enfermeiras, os empresários. O Governo brasileiro só tem capacidade de atender a 5% dos 60 mil pacientes que dependem da hemodiálise. As clínicas ligadas ao Governo são os hospitais filantrópicos e os hospitais de ensi-

no; o resto do atendimento é feito pelos hospitais privados. E os pacientes passam por um sufoco financeiro extraordinário.

Anos atrás, todo o País ficou perplexo com as quase 100 mortes ocorridas em Caruaru, Pernambuco, devido à contaminação da água necessária para o tratamento. E, como quase todos os tratamentos são financiados pelo Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Saúde não atualizou as taxas. Então, o doente renal crônico é submetido a três, quatro aplicações por semana, depende da gravidade. E para cada aplicação são gastas quatro horas diárias. A grande média são três aplicações por semana durante quatro horas cada uma. E as empresas tiveram aumento nos seus custos: a energia necessária para o funcionamento das máquinas aumentou, a água que passa por um tratamento especializado aumentou, o salário de médicos, enfermeiros e funcionários aumentou, os medicamentos originários em sua maioria de multinacionais aumentaram. Logo, essas estruturas entraram num desequilíbrio financeiro, comprometendo seu bom funcionamento.

Dessa forma, como é muito desagradável as empresas dizerem que não atendem, pois sofrem muita pressão – até do Ministério Público, que tem de saber o motivo desse problema –, elas estão atendendo, mas com deficiência. Se o paciente precisa de três sessões por semana, passa a receber só duas. Se são gastas quatro horas, eles dão duas horas e meia. Estão dando aquele jeitinho brasileiro. Se é necessária uma enfermeira para cada sete pacientes, há clínica que tem uma para cada 21. Portanto, o atendimento está caindo de padrão e, conseqüentemente, pondo em risco os pacientes e pouquíssimos conseguem transplante renal.

Esse é um problema extremamente grave, o tratamento é caro, necessita de investimento. Portanto, tem que se tomar uma medida. O ex-Ministro da Saúde, por quem não tenho simpatia, foi muito feliz quando encarou o problema da Aids e conseguiu baratear os medicamentos. O Governo tem que tomar conhecimento dessa situação. Durante esse trabalho – houve o recesso –, despontaram novos casos de mortes devido ao descaso com a situação. A culpa não é dos médicos nem das enfermeiras. Eles são vítimas. O Governo está surdo, não quer ouvir, não quer assumir a responsabilidade, mas está diminuindo o padrão.

Os relatórios da Comissão presidida pelo Senador Papaléo foram tão benn-feitos que, constatamos praticamente isto: enquanto todos os países, toda a América Latina paga cada aplicação, um pelo outro, US\$100, US\$150, nós pagamos US\$30,00. Então, o

problema é financeiro. Precisamos encontrar uma maneira de o Governo intervir, vamos dizer, oferecendo a essas clínicas, como foi oferecido no tratamento da Aids, os medicamentos a custo mais baixo, ou subsidiar, porque tudo subiu para manutenção financeira dessas instituições, que são privadas. Elas não estão deixando de assistir, mas estão assistindo com deficiência; portanto, o padrão está caindo. Sabemos que é realmente caro, sabemos o custo, então, é necessária uma solução, o Governo precisa intervir.

Penso que essas questões precisam ser levadas ao conhecimento do Presidente da República, já que vivemos em uma república presidencialista. Há unidade de comando e de direção. Então, Sua Excelência precisa ter conhecimento dessa situação. Na minha opinião, dentre os muitos dramas que a saúde brasileira sofre, este é o mais agudo.

Quero externar os meus cumprimentos, os meus parabéns aos Membros da Subcomissão. Ela é formada de três médicos: o Presidente, o Relator e o Vice-Presidente e de outros companheiros, como Juvenício da Fonseca, Reginaldo Duarte, do Padre Cícero, o nosso Líder de Brasília, Senador Eurípedes Camargo. Foi um trabalho extraordinário.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está em discussão a matéria. (Pausa)

Esta Presidência cumprimenta o Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Papaléo Paes, juntamente com os Membros da Subcomissão. Quero dizer da nossa alegria de ver um relatório dessa natureza exposto hoje aqui na Comissão de Assuntos Sociais. Acredito que a Comissão, dessa forma, está colaborando para resolver um grave problema que afligiu toda a população brasileira, acontecido recentemente no Estado de Pernambuco.

Portanto, cumprimento o Senador Papaléo, a quem concedo a palavra, para que S. Ex^a possa também falar alguma coisa sobre a Subcomissão de Saúde e sobre esse projeto.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Quero parabenizar o Senador Mão Santa, que é o Relator da Subcomissão de Saúde, e dizer da participação de todos os Membros da nossa Subcomissão – Senador Reginaldo Duarte, que está aqui presente, Senador Eurípedes Camargo; Senador Augusto Botelho, Senador Serys Slhessarenko e Senador Renildo Santana.

Nossa Subcomissão realizou esse trabalho, depois de ouvirmos todas as partes envolvidas, e surgiu

esse relatório extremamente importante. Desejamos que esta Comissão aprove o andamento da conclusão dos nossos trabalhos exatamente para chamarmos mais ainda a atenção do Governo Federal para a gravidade do problema que estamos passando. Complementando esses artifícios que o Senador Mão Santa citou aqui de tentar, aquele prestador de serviço, se arrumar diante da quantia quase que insignificante que é repassada a ele, quero dizer que ainda hoje escutei numa rádio muito bem ouvida em todo o Brasil da preocupação do Poder Público, principalmente do poder fiscalizador, quanto ao reaproveitamento de materiais descartáveis. Isso está ocorrendo. Aquele material descartável está sendo reaproveitado exatamente para tentar fazer com que os custos sejam diminuídos, ou seja, mais baixos, e que o pagamento seja o suficiente para que aquelas clínicas mantenham esses serviços. Além desses artifícios, de diminuir o número de horas do diário, diminuir a qualidade do atendimento, por meio de profissionais, existe o reaproveitamento de materiais descartáveis – denúncias já foram feitas.

Então, solicito a todos os membros da CAS que aprovem esse documento para darmos o devido encaminhamento a esse problema, que existe há muito tempo e agravou-se neste momento, e que as autoridades públicas possam tomar conhecimento dele.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, cada médico leva consigo, para aonde for, a sua formação profissional. A causa do problema é o investimento. Um quadro vale por dez mil palavras. Vejam: enquanto o Uruguai investe US\$60 por cada sessão, o Brasil investe US\$34. O Equador, que é um país pobre, investe US\$75. O Brasil faz o menor investimento em hemodiálise, caindo o padrão. O Panamá, na América Central, investe, por cada aplicação, US\$200, quase seis vezes mais que o Brasil. Daí a causa do caos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de aproveitar o gancho para fazer uma composição.

Estragamos órgãos neste País, jogando-os fora. Desse pessoal todo que está fazendo hemodiálise, poucos não teriam seu problema resolvido com um transplante de um rim. E o custo de uma hemodiálise, por ano, para o Brasil, se pagar US\$60, são

US\$9.360 por cada paciente. Como eles ficam seis, oito, dez anos fazendo hemodiálise, são US\$90 mil, no total. Não sei o valor em dólares de um transplante de rim, mas acredito que seria uma economia para o País na área de saúde se houvesse mais transplantes. A hemodiálise é uma espécie de fila enquanto o paciente aguarda o transplante.

Isso é só para ressaltar como maltratamos as pessoas, porque a sessão de hemodiálise – o Senador Mão Santa explicou bem – são duas furadinhas com uma agulha bem grande no braço, três vezes por semana. E a pessoa fica presa àquela máquina, com uma dieta rigorosíssima. Se o transplante for feito, o indivíduo passará a trabalhar, a ter uma vida normal.

Será uma economia para o País, se começarmos a fazer mais transplantes de rins.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Augusto Botelho pelo seu apelo veemente, sistemático em favor dos transplantes e da doação de órgãos. Isso é muito importante. Sem dúvida alguma, colaborará para que, futuramente, as doações sejam feitas com muito mais frequência.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Mão Santa.

Em votação o Requerimento nº 5 da Subcomissão de Saúde, de envio do relatório ao Senhor Presidente da República e ao Ministério Público.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 08. Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002. Decisão terminativa que institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue. Autor: Senador Vasco Furlan. Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O parecer é pela aprovação do projeto com uma emenda.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002, de autoria do Senador Vasco Furlan, institui o Dia Nacional do Combate ao Dengue, tendo sido apresentado em plenário no dia 27 de fevereiro de 2002. Foi enviado à Comissão de Educação, onde, em 16 de abril, teve aprovado o relatório favorável do Senador Geraldo Althoff. Em seguida, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento de sua tramitação, cabendo à CAS decisão terminativa, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senador Benício Sampaio foi então designado para relatar a matéria e emitiu, em 03 de julho passado, o parecer concluindo pela aprovação do projeto. Em janeiro de 2003, o projeto foi novamente encaminhado à CAS para continuar tramitando à vista do disposto nos incisos III e IV do art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, e das instruções da Secretaria-Geral da Mesa – Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado em tela institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue, com o objetivo de mobilizar o Poder Público e a população para o combate ao vetor da doença. O art. 1º da proposição autoriza os gestores do Sistema Único do Ministério da Saúde a desenvolver campanhas educativas e de comunicação social durante a semana em que ocorra o dia 23 de julho, data escolhida para abrigar o referido dia nacional.

No prazo regimental, a proposta não recebeu emendas.

Análise

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, jurisdição e regimentalidade da matéria, como bem expôs o ilustre Senador Geraldo Althoff, em seu parecer, na Comissão de Educação.

Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta para a saúde pública do Brasil, pois já sabemos que o engajamento de toda a população, associada à mobilização de recursos pelo Poder Público, é essencial para o sucesso do combate ao *Aedes aegypti* e, portanto, para que se evite a ocorrência de surto de dengue como os que acometeram tantas pessoas no Rio de Janeiro e em outras regiões do País nos últimos anos.

Ficam assim caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002. Portanto, a nossa posição é favorável à proposição.

No entanto, parece não mais se justificar a data usualmente estabelecida na proposta em tela, sendo oportuna a sua alteração em razão de o Ministério da Saúde ter realizado no dia 23 de novembro, o penúltimo sábado do mês de novembro do ano passado, o primeiro Dia Nacional contra o Dengue e estabelecido que, a partir de então, todos os anos acontecerá um Dia Nacional contra essa doença no penúltimo sábado do mês de novembro.

Em razão do assim exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 23, com a seguinte emenda:

Art. 1º. É instituído com Dia Nacional de Combate ao Dengue o penúltimo sábado do mês de novembro, com o objetivo de mobilizar a iniciativa do Poder Público e a participação da população para a realização de ações destinadas ao combate do vetor da doença.

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o Relator desse projeto de autoria do Senador Vasco Furlan.

Ao mesmo tempo em que a importância do tema faz com que se destaque um dia anual para que não possamos nos esquecer dessa doença, o estabelecimento desse dia faz com que haja uma grande preocupação entre nós. Da feita que estabelecemos um dia para ser o Dia Nacional de Combate ao Dengue nos dá a impressão de que não conseguiremos exterminar o *Aedes aegypti*, teremos, então, o Dia Nacional de Combate ao Dengue estabelecido como um dia eterno. Logicamente que a intenção é exatamente essa, não nos esquecermos da gravidade da doença que deve ser combatida, mas, ao mesmo tempo, nos alerta para o fato de que não podemos perder a esperança de que o Governo, as ações em saúde pública façam com que possamos exterminar esse transmissor, visto que se passaram anos e anos sem que houvesse a presença desse transmissor tanto transmitindo o dengue como a febre amarela.

Então, era apenas essa ressalva. Considero muito importante essa lembrança, ao mesmo tempo em que acredito que isso serve para chamar a atenção das autoridades públicas na área da saúde para que possamos intensificar cada vez mais as ações de Governo para exterminar o *Aedes aegypti* e, futuramente, se Deus quiser, esse Dia de Combate ao Dengue.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria só de parabenizar a criação desse dia, que é destinado a chamar atenção sobre o dengue. Felizmente, temos conseguido diminuir a quantidade de infecção por dengue, principalmente porque há qua-

tro tipos de vírus causadores dessa doença. No Brasil, já circulam os tipos de vírus em várias localidades diferentes. Quando a pessoa tem uma infecção por um vírus do dengue seguida de outra provavelmente desenvolve o tipo problemático. O dengue em si é uma doença que maltrata muito, mas a primeira ocorrência não mata as pessoas; somente da segunda ou da terceira em diante, começa a haver complicação hemorrágica, que é grave.

O Ministério da Saúde e o Governo têm que trabalhar bastante para combater o dengue, mas quem é o principal responsável pelo combate é o cidadão, quando pára de jogar copos descartáveis e tampas de garrafa no quintal, quando passa a combater as águas paradas, por exemplo, substituindo a água do jarro por areia. Isso é o mais importante no combate à dengue. É isso que o Ministério da Saúde tem feito, porque a epidemia tem diminuído. Infelizmente, em Roraima, no mês passado, houve um recrudescimento da epidemia, que dobrou. Houve, no mês retrasado, pouco mais de 200 casos e, neste, 400, por causa das chuvas.

Gostaria de parabenizar o Senador Mozarildo, que é do meu Estado também, por sua proposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não havendo **quorum** qualificado, vamos deixar a votação desta matéria para a reunião seguinte.

Para agilizar os trabalhos, vamos também nomear o Relator **ad hoc** para o próximo projeto, a fim de discutirmos e colocarmos em votação na reunião seguinte, uma vez que também é uma matéria terminativa na Comissão.

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002, decisão terminativa, que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais e interestaduais. Autor, Senador Lauro Campos, Relatora, Senadora Íris de Araújo, que será substituída neste ato pelo Senador Eurípedes Camargo.

O parecer é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo, para proferir seu relatório.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Srª Presidente, o relatório é complexo, coloca vários itens em apreciação, a análise é extensa, mas eu me proporia a ler a partir do voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. V. Exª tem a palavra, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Em decorrência do voto da exposição acima, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002, sala das Comissões.

Vou me reportar aqui ao art. 21, inc. XII:

“(...) Explorar diretamente ou mediante autorização concessão ou permissão (...)”

c. a navegação aérea aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária.

e. o serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.”

Sem dúvida, a introdução da Lei nº 8.899, de 1994, no sistema jurídico brasileiro é a prova mais segura de que a proposição e a análise contêm matéria perfeitamente compatível com tal sistema. Além disso, somos da opinião de que o projeto contribui para tornar efetivos os direitos constitucionalmente assegurados às pessoas portadoras de deficiência.

O projeto em exame é constitucional, jurídico e elaborado de acordo com a boa técnica legislativa.

Com respeito ao mérito, apresenta contribuição significativa para a integração das pessoas portadoras de deficiência.

Voto

Em decorrência da exposição acima, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto está em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, vamos transferir a sua votação para a próxima reunião.

Item 09. Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2002 (decisão terminativa), que altera os arts. 2º e 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de Enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo a partir do qual não serão concedidos novos registros de atendentes, auxiliares e técnicos de Enfermagem, de parteiras, assegurar aos profissionais existentes acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em Enfermagem e dá outras providências. A Relatora é a Senadora Íris de Araújo.

Nomeio o Senador Reginaldo Duarte para relatar a matéria.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, este relatório da Senadora Íris de Araújo e o projeto, em si, é de suma importância. Eu pediria permissão para que lesse esse relatório **in totum**.

Ao justificar sua iniciativa, a autora da proposição alega:

Justificação

É inquestionável que, se quisermos ver empreendida uma profunda mudança na estrutura ao atendimento público de saúde no Brasil, nosso foco de atenção deve se centrar na qualidade dos profissionais de Enfermagem, pois eles formam a base de todo o sistema. Ademais, há que se reconhecer que não basta que nos preocupemos com a formação dos futuros profissionais. Nossa realidade demonstra ser impossível ignorarmos a improcedência de assegurar a qualificação do trabalhador que atua e que carece da devida escolarização.

Na sua parte substancial, o projeto determina que, aos auxiliares e técnicos de Enfermagem e às parteiras em exercício na data de entrada em vigor da lei, seja assegurado acesso diferenciado aos cursos de graduação em Enfermagem. O prazo para a inscrição de auxiliares e técnicos de Enfermagem e parteiras nos Conselhos Regionais de Enfermagem será até 30 de dezembro de 2012, ficando assegurado a esses inscritos o exercício das atividades de que dispõe o art. 12 e 13 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Aos atendentes de Enfermagem admitidos antes da vigência da lei, é assegurado o exercício das atividades elementares da Enfermagem, observando o disposto no art. 15 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.

A partir de 31 de dezembro de 2012, não será mais autorizado a exercer atividades elementares de Enfermagem o pessoal que se encontra executando essas tarefas em virtude de carência de recursos humanos de nível médio nessa área, sem possuir formação específica regulada em lei.

Análise

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 87, institui a década da educação, a iniciar-se em 20 de dezembro de 1997.

Entre as providências estabelecidas na lei, destaca-se a obrigatoriedade da realização de programas de capacitação para todos os professores em exercício, para que, até o fim da década da educação, somente sejam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

A experiência, que já vem dando certo em diversas unidades da Federação, com os programas de capacitação para todos os professores é estendida, por meio do presente projeto, também para auxiliares e técnicos em Enfermagem. Como se sabe, esses profissionais – que, segundo o Ministério da Saúde, não possuem qualificação técnica adequada às ati-

dades que exercem e somam um contingente de quase 500 mil em todo o Brasil – dão um extraordinário apoio ao serviço de saúde, que, para atingir uma maior excelência de qualidade, depende, por sua vez, de uma melhoria da qualificação desses profissionais de nível médio. Atualmente, a grande maioria dos procedimentos de enfermagem e dos contatos da equipe com o paciente são feitos por um técnico ou auxiliar e não por um enfermeiro.

Consideramos meritória a presente iniciativa, uma vez que também estamos convencidos de que a melhoria do atendimento público de saúde no Brasil só se tornará possível quando proporcionarmos aos profissionais de enfermagem já atualmente uma qualificação mais abrangente, eis que, como muito bem assinalou o autor da proposta, em sua justificação, sabiamente carecem da devida escolarização.

Julgamos, outrossim, bastante razoável o prazo de dez anos, estabelecido pela proposição, para que os auxiliares, técnicos de enfermagem e parteiras venham a se adequar às exigências de frequentarem os cursos de graduação em enfermagem e terão acesso diferenciado a esses cursos.

Voto

Feitas essas considerações, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2002.

Esse é o Voto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa)

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Gostaria de fazer uma pergunta aos Senadores.

Todos os Estados do Brasil têm escola de enfermagem superior? Em Roraima não temos.

Creio que, em dez anos, não vamos conseguir fazer uma escola e formar todos os nossos auxiliares de enfermagem.

Penso que é uma idéia muito boa que todas as pessoas que trabalhem com pacientes sejam de nível superior. Espero ver o Brasil ainda assim. Mas, se colocarmos só dez anos, alguns Estados não vão ter tempo de treinar seu pessoal.

Em Roraima, há 320 mil habitantes e devemos ter uns 3 mil auxiliares de enfermagem, mais ou menos.

Quer dizer, se fizéssemos uma faculdade hoje, para formarmos cinquenta ou cem por ano, não conseguiríamos formar os três mil auxiliares e atendentes.

Não sei se ele está se referindo só a atendente de enfermagem ou se está incluindo outros. Entendi que atendente de enfermagem é um nível; auxiliar de

enfermagem é outro nível; técnico de enfermagem é outro nível; e enfermeiro é o nível superior.

Creio que terei que votar contra esta lei, porque ela vai colocar o meu Estado, o meu pessoal da saúde, que são as pessoas que me colocaram aqui dentro deste Senado, em situação muito complexa.

Gostaria de pedir vista do processo, para poder discutir melhor com o Senador Tião e com os outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida, nos termos do Regimento.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidenta, já fui prefeito municipal e presidente de santa casa. Essa figura de atendente de enfermagem não se inclui no quadro da enfermagem. Pelo menos na minha prática, àquela época, eram pessoas arregimentadas que freqüentavam um curso interno na santa casa. Em razão da ausência dos auxiliares de enfermagem e das enfermeiras de nível superior em número suficiente para tocar a santa casa, buscavam-se pessoas leigas e se lhes oferecia um curso interno, no sentido de qualificá-las minimamente para atender o serviço hospitalar.

Então, a figura do atendente de enfermagem, tecnicamente, não existe. Gostaria de ter uma informação melhor de um médico que trate desse assunto especificamente, para nos orientar para a votação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Veja, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, que o assunto requer um aprofundamento no seu exame e na sua análise.

O Senador Botelho considera restrito o prazo de dez anos para a necessária e inevitável qualificação dos profissionais que cuidam da vida e da saúde das pessoas.

Imagino que, nesse particular, o elastecimento do prazo pode provocar uma folga, uma certa acomodação para as pessoas que não têm a qualificação de enfermagem e fazem esse serviço.

Quem sabe, a manutenção desse período estimulasse as pessoas que ainda não têm essa qualificação a procurar a sua forma de fazer. No Estado de S. Ex^a, onde não há curso de enfermagem, seria o caso de estimular as unidades de ensino superior existentes nesse Estado, para que se voltassem para uma necessidade premente da sociedade. Experi-

mentamos situação semelhante na educação. Tive a oportunidade de ser o primeiro secretário de educação no meu Estado no período de sua implantação. Fiquei estupefato com o quadro com que me deparei, pois tínhamos inúmeras pessoas que não tinham o Primeiro Grau completo e estavam na sala de aula ministrando o curso fundamental. Nossa grande preocupação foi realmente criar, com urgência, uma universidade multicampi, com vista a formar os professores da rede de ensino do Estado, como forma de solucionar o problema.

Digo, com grande alegria, que o Tocantins hoje experimenta uma situação extremamente gratificante, se comparada ao quadro existente há pouco mais de dez anos. Nós universalizamos o atendimento ao Ensino Fundamental. Não há uma só criança, no Estado do Tocantins, com idade escolar, que esteja fora da sala de aula. Todas elas estão recebendo ensino de qualidade.

A área da saúde, Sr^a Presidente, é muito importante, pois é responsável pela vida das pessoas. É importante que as pessoas que cuidam das prescrições médicas, dos atos e dos procedimentos, que vão cuidar da vida e da saúde das pessoas tenham uma qualificação adequada e necessária para isso. Acho que não podemos, em que pese as considerações do eminente Senador, que é médico – eu não sou. A preocupação com a questão da saúde do cidadão faz-me acreditar que o prazo não pode ser estabelecido. Ao contrário, devemos desenvolver ações vigorosas, urgentes, com vista a fazer com que as pessoas que atuam na área da saúde, cuidando da saúde de terceiros, tenham a necessária qualificação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, companheiros e companheiras de Senado, isso aqui faz parte da civilização, da humanidade. Abraham Lincoln fez a sua própria biografia. Aquela conversa de que ele só foi para a escola com 21 anos é uma farsa, foi um **marketing** político.

O Senador Juvêncio simboliza um homem como Abraham Lincoln, que disse o seguinte: caridade para todos, malícia para nenhum. Ele mesmo quis omitir informações quando disse que foi para a escola com 21 anos. Por quê? O pai dele também não era letrado. O pai dele tinha, vamos dizer, uma marcenaria. Ele teve dois professores leigos que ensinavam em sua casa. Quando ele foi disputar a política, havia essa briga: professores leigos contra professores formados. Ele não queria ficar contra a lei, contra os pro-

fessores formados, sindicalizados. Assim, ele preferiu omitir esses professores privados que ele tinha. O pai dele nunca foi lenhador. O pai dele tinha uma serraria, um negócio relativamente bom, porque naquela época se faziam casas de madeira, parque de madeira e estradas de ferro.

O conflito que ele teve com o pai ocorreu porque o pai queria que ele continuasse o negócio. Nenhum pai quer um negócio ruim para o filho. Essa é a psicologia. Havia esse conflito.

Há também a questão dos dentistas práticos. Houve um grande dentista prático, o **libertas, quae sera tamen**, o Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier.

Senador, hoje uma das profissões que têm maior mercado e utilidade é a enfermagem. Isso já foi detectado pelo Presidente Humberto Castelo Branco. Olhem as leis brasileiras e verificarão que o piso salarial do médico é de três salários mínimos, e o da enfermeira é seis. Foi o Presidente Castelo Branco que estabeleceu esse piso. Elas estão amparadas hoje por esse programa de saúde familiar. São poucas as profissões que têm mercado. No PSF, a equipe tem um médico, uma enfermeira, um dentista.

Assim, o que temos de fazer urgente? Aliás, devia ter saído ontem. É o nosso grande Senador Augusto Botelho começar a faculdade de enfermagem lá. A nossa Roraima, Boa Vista, que significa boa visão para o progresso, não pode, tem que acelerar.

Congratulo-me com o nosso Ministro Juvêncio por essa dedicação que teve à Santa Casa. Eu sou de Santa Casa, a minha formação é de Santa Casa. Tenho trinta anos na Santa Casa de Misericórdia, na minha Cidade. Tenho muitas comendas e medalhas, fui prefeito, governador, mas a mais honrosa que carregou foi quando a minha Santa Casa fez cem anos e me outorgou não como governador, mas como médico. Nada mais sábio do que a sabedoria popular que diz: quem não tem cão caça com o gato. Na Santa Casa, quando não tinha enfermeira formada, eles praticamente faziam isso que o Juvêncio disse, cursos rápidos, sem legislação. Os próprios médicos ensinavam as parteiras e as instrumentadoras. Agora, têm cursos de auxiliar de enfermagem, dois anos por lei, isso tudo registrado pelos conselhos regionais de enfermagem. Essa solução tem que ser estimulada. A enfermeira Ana Nery está na história do Brasil. Essa classe tem que aparecer fortalecida, profissionalizada pelo avarço pelo avanço científico da ciência médica. Acho que as enfermeiras merecem todo esse apoio, todo esse estímulo. A elas a sociedade nunca presta homenagens, festa, só lembra delas no desespero da dor, da calamidade.

Quero estar presente para ver Boa Vista como nome correspondente, tem que ter uma faculdade de enfermagem de imediato. Primeiro porque é simples, eu digo porque já formei alguma, eu fiz, eu tive, é a mais simples faculdade de se formar, porque os médicos poderão fazer parte do corpo docente, as enfermeiras e a unidade de ensino são os hospitais. É tempo de o Brasil avançar, como acabamos com as professoras leigas, os médicos práticos, vamos acabar com essa agradecendo à figura histórica da enfermeira leiga parteira.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho, posteriormente Senador Mozarildo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Só gostaria de deixar bem claro aqui que fiz uma conta do meu estado rapidamente, é claro que quero todas as enfermeiras com curso superior. Lá em Roraima, no ano de 2007, os nossos professores até os indígenas, ou estarão com curso superior, os que não estiverem com curso superior estarão cursando, mas é uma conta matemática que eu tenho que fazer aqui. Se eu tiver em Roraima três mil auxiliares de enfermagem e começar a funcionar ano que vem em janeiro, em 2008 é que tiro a primeira fornada de enfermeiras. Se forem cem enfermeiras tenho só 700 até 2014. Tenho que fazer uma conta para defender o meu Estado e o pessoal, porque aí se suspende o exercício deles em 2014 como vão ficar os meus trabalhadores da saúde lá? Isso que quero colocar em relação aos meus trabalhadores da saúde de Roraima, aos meus colegas lá de hospital. Por isso, vou ter de estudar esse projeto para ampliar o prazo de acordo com as minhas necessidades. Acho que o único que não tem escola, eu não estou falando auxiliar de enfermagem, que temos escola em Boa Vista, escola de enfermeira é outra coisa, são quatro anos, tem que ser por universidade, é uma coisa mais complexa, que angaria muito mais recursos e mais difícil. Então, é isso que vou fazer, vou tentar estudar e ampliar, vou colocar na minha realidade, adaptar o projeto para que satisfaça o meu Estado. É só isso. Não sou contra todas as enfermeiras terem curso superior, não, eu quero que todas tenham, como nossos professores terão em 2007, se já não tiverem concluído o curso estarão cursando o curso superior. Foi fundado o Instituto Superior de Educação em Roraima especificamente para resolver esse problema.

Está bom. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr^a Presidente, embora o Senador Augusto Botelho já tenha pedido vista do projeto, considero válido que estejamos antecipando a sua discussão.

Não gostaria de deixar passar a observação do Senador Mão Santa quanto à Boa Vista, já que eu também sou um Senador de Roraima. Nós temos o curso de Medicina lá, Senador Mão Santa. Portanto, fazer o curso de Enfermagem é só uma questão de decisão acadêmica, não é nem política. Entendo que a nossa Universidade Federal tem toda a condição de fazê-lo. O nosso curso de Medicina, inclusive, já formou várias turmas e todos os estudantes lá formados fizeram seleção para pós-graduação e passaram com tranquilidade. Portanto, Roraima tem um curso de Medicina, e sou um dos professores da Universidade, cuja criação vim defender no Conselho Nacional de Saúde. Houve uma reação inicial muito grande à criação do nosso curso porque a história dizia: não se pode mais criar curso de Medicina no Brasil. Não se pode criar no Sul e no Sudeste, onde estão concentrados 80% dos cursos de Medicina. O mesmo acontece com o curso de Enfermagem: não tem em Roraima, no Amapá, no Acre, em Rondônia e não deve ter em outros Estados do Centro-Oeste. Então, o que falta é redistribuir esses cursos.

Portanto, esse projeto merece ser aprofundado. É evidente que tem muitos méritos, mas precisamos olhar para as desigualdades regionais, a fim de procurar suprir aqueles que mais necessitam desse tipo de atividade, muito importante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE)

Quero dizer ao Senador Augusto Botelho que esta é a oportunidade para que os Estados que ainda não possuem a sua escola de Enfermagem possam requerê-la ao Ministério da Saúde. O prazo não é tão exíguo, é um prazo muito longo, muito alongado, portanto, será a oportunidade para que se crie, em cada Estado, uma, duas ou três escolas de Enfermagem.

No meu Estado, há várias escolas de Enfermagem. Nos Estados vizinhos, no interior, confinantes com o nosso também, como Cajazeiras, têm escolas de Enfermagem. O Ceará deve ter umas três ou quatro escolas de Enfermagem. Acredito que é muito fácil para o Senador Mozarildo Cavalcanti e para o Senador Augusto Botelho conseguirem duas escolas de Enfermagem. Que se coloque uma no norte, outra no sul e outra no centro de Boa Vista.

Esse é mais um alerta para que os representantes daquele valoroso Estado consigam logo as suas escolas de Enfermagem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bem, a matéria vai à votação.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Eu peço a V. Ex^a...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr^a Presidente, nós vamos prestar atenção neste último parágrafo aqui antes do voto:

“Julgamos, outrossim, bastante razoável o prazo de dez anos estabelecido pela proposição para que os auxiliares, técnicos em enfermagem e parteiras venham a se adequar às exigências de frequentar os cursos de graduação em enfermagem, já que terão o acesso diferenciado a esses cursos.”

Se nós fôssemos entender essa proposta como sendo todos os auxiliares, parteiras ou técnicos terem que fazer o Curso Superior de Enfermagem, o que nós chamamos de Ana Nery, nós estaríamos distinguindo a hierarquia das ações médicas. Ou seja, vamos fazer uma comparação: na área de Engenharia Civil temos o engenheiro que faz a sua ação, o mestre-de-obras, o pedreiro, o carpinteiro, o encanador, o eletricitista... Então, nós não podemos pegar o carpinteiro, o encanador, o eletricitista e mandar fazer curso para serem engenheiros, porque jamais irão fazer o trabalho de ponta que esses outros fazem.

Então, eu não entendi que os técnicos, os auxiliares e os parteiros tenham que fazer curso de nível superior para serem graduados em enfermeiros, em Ana Nery; não. Eu entendi que os parteiros, os leigos, comparando com o professor leigo, o técnico de enfermagem leigo, assim intitulado pelo patrão ou por si mesmo, e o auxiliar de enfermagem chamado para ser auxiliar têm dez anos para se qualificarem tecnicamente em um desses cursos de Enfermagem, para continuarem a ser técnicos de nível médio. E, na área de enfermagem, acredito que temos hoje, em todo o Brasil, cursos técnicos de nível médio, ministrados por entidades particulares ou outras. Cito um de alta qualificação, que é promovido pelo Senac – acredito que seja de âmbito nacional. Para discutirmos, pensando dessa forma, e não acabarmos votando contrariamente ao projeto, pensando que todos esses teriam que se qualificar em terceiro grau.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – RJ)

– Estou entendendo que o projeto está estendendo um prazo maior para que essas pessoas não qualifi-

cadás se qualifiquem, mas que fiquem inscritas num Conselho Regional de Enfermagem. Penso que essa inscrição seja complicada, porque, para se inscrever, tem que haver qualificação. Ou você não está qualificado e se inscreve... Porque pode-se qualificar durante a vida inteira. Não precisa colocar prazo.

Essa é a minha dúvida sobre o projeto.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Essa qualificação vou chamar de escolaridade, de diploma, para poder comprovar junto ao Conselho de Enfermagem, reafirmando que cheguei até a entender, durante a discussão, que nós extinguiríamos todo esse quadro de auxiliares para passarem a enfermeira. Não, não é o caso. É duvidoso esse parágrafo, mas ao analisá-lo, verifica-se que está escrito o seguinte: "...freqüentarem os cursos de graduação de enfermagem...". Deveriam colocar: "...correspondentes a parteras, a auxiliares, ou a técnico." A discussão é nesse sentido.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – À matéria foi concedida vista. Mas, de qualquer forma, agradeço. Aproveitamos a oportunidade para abrir essa discussão em função da presença de vários médicos aqui na Comissão. Penso que foi oportuno e pode ser uma colaboração grande ao Senador que solicitou a vista.

Sobre a mesa, aditamento ao Requerimento nº 7, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Nos termos do inciso II do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regulamento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, para, com a participação das autoridades relacionadas, subsidiar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002, que define o ato médico e dá outras providências, e trata da atuação de médicos estrangeiros no País.

As autoridades das quais se pede a participação são: Dr. Mauro Brandão Carneiro, Membro do Conselho Federal de Medicina; Dr. Eleuzes Vieira de Paiva, Presidente da Associação Médica Brasileira; Dr. Edson de Oliveira Andrade, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Em discussão. (Pausa)

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr^a Presidente, desejo aditar, verbalmente, ao requerimento que as audiências sejam feitas na Subcomissão de Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordarem com o aditamento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Papaléo Paes.

Nos termos do inciso XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de um seminário no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para, com a participação das autoridades relacionadas, debater idéias, opiniões, estudos e propostas acerca do controle de doenças tropicais no País e, particularmente, do papel da indústria farmacêutica nesse setor.

As autoridades das quais se pede a participação são: Ricardo Young(?), Presidente do Instituto Etos de Empresas de Responsabilidade Social; Professor Klaus Leising, da Universidade Basiléia Suíça e Presidente da Fundação Norvart, para o Desenvolvimento Sustentável; Dr. Ivis Champei, Diretor da Organização de Médicos de Fronteiras; Dr. Jarbas Barbosa, Diretor do Centro Nacional de Epidemiologia; Professor Marcos Boulo, Diretor do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Dr. José Fernandes Peres, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Dr. Paulo Realing, da Universidade Basiléia, Suíça e Diretor de Pesquisas Corporativas da Novartis AG; e representantes da ONU.

Esse requerimento é de autoria do Senador Papaléo Paes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento de 2003:

Nos termos dos incisos II e V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito

bito da Subcomissão, para, com a participação das autoridades relacionadas, obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal em relação ao aprimoramento da política de medicamentos genéricos com o objetivo de facilitar o acesso da população à assistência farmacêutica de qualidade.

As autoridades das quais se pede a participação são: Dr. Cláudio Peçanha Henriques, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr^a Vera Valente, Diretora Executiva da Associação Brasileira de Indústria de Medicamentos Genéricos; Professor Gerson Antônio Pianetti, Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, Dr. Jaldo de Souza Santos, Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Esse requerimento é de autoria do Senador Papaléo Paes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam sentados (Pausa) Aprovado.

O item 11 da pauta será adiado para a próxima reunião, em função da ausência do Senador Demóstenes Torres, Relator do Projeto.

Seguindo determinação aprovada aqui nesta Comissão, o Senador que não comparecer a duas reuniões será substituído.

Portanto, nada havendo mais a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 21 DE AGOSTO DE 2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora LÚCIA VÂNIA reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença das Senadoras PATRÍCIA SABOYA GOMES, SERYS SLHESSARENKO e dos Senadores EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, RENILDO SANTANA,

EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HÉLIO COSTA, ROMERO JUCÁ, DEMÓSTENES TORRES, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA e MOZARILDO CAVALCANTI.

As Senadoras Roseana Sarney, Ana Júlia Carepa e o Senador Augusto Botelho justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002**, que “Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais”, **de autoria do Senador Lauro Campos. O Relator (ad hoc), Senador Eurípedes Camargo** apresentou o relatório na reunião anterior. A votação da matéria fica adiada em virtude da retirada de pauta da matéria a pedido do relator “Ad Hoc”. **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002**, que “Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue”, **de autoria do Senador Vasco Furlan. O Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti** apresentou seu relatório na reunião anterior. Procedida à votação nominal, o projeto foi aprovado por 16 votos “sim”. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2002**, que “Altera o artigo 1º da Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, para obrigar o funcionamento de serviços de saúde existente nas regiões afetadas, nos fins-de-semana, durante a vigência de epidemias”, **de autoria do Senador Moreira Mendes**, foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Demóstenes Torres**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Maguito Vilela, Mão Santa, Demóstenes Torres (Relator), Sérgio Cabral, Papaléo Paes, Ney Suassuna, Antônio Carlos Valadares e Hélio Costa. O Senador Maguito Vilela apresenta uma emenda. O relator, Senador Demóstenes Torres, acata a emenda apresentada. Em votação nominal, o projeto e a emenda nº 01 – CAS foram aprovados por 16 votos “sim”. **Item 4 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995**, que “Altera a lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, **de autoria da Senadora Júnia Marise**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Papaléo Paes**. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer

pela aprovação da matéria foi aprovado. **Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 664, de 1999**, que “Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências”, **de autoria do Senador Álvaro Dias tramitando em conjunto ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 1999**, que “Altera dispositivos da Lei 9871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira”, **de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca**. A matéria foi retirada de pauta a pedido do **Relator, Senador Jonas Pinheiro**. **Item 6 – Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira**, que “Dispõe sobre acordos judiciais trabalhistas que tratam da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências”. **Relator, Senador Eduardo Azeredo**. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 391, de 1999**, que “Altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)”, **de autoria do Senador Maguito Vilela tramitando em conjunto ao Projeto de Lei do Senado nº 399, de 1999**, que “Altera os artigos 21 e 232 da Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o § 2º do artigo 2º da Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996”, **de autoria do Senador Pedro Piva**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Delcídio Amaral**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Geraldo Mesquita, Flávio Arns, Delcídio Amaral, Juvêncio da Fonseca, Sérgio Cabral e Antônio Carlos Valadares. Em votação, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 391, de 1999 e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 399, de 1999, foi rejeitado e o Senador Geraldo Mesquita designado o relator do vencido. **Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 630, de 1999**, que “Altera a Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública”, **de autoria do Senador Lúcio Alcântara**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Edison Lobão**. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer pela aprovação foi aprovado e a matéria encaminhada à decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº**

516, de 1999, que “Altera os arts. 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõem sobre o trabalho do adolescente”, **de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. A matéria foi retirada de pauta em virtude da apresentação do **Requerimento nº 35 – CAS de autoria das Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia** para a realização de audiência pública com a finalidade de se obter subsídios para apreciação do projeto. **Item 10 – Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001**, que “Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde”, **de autoria da Deputada Laura Carneiro. Relator, Senador Leomar Quintanilha**. A apreciação da matéria foi adiada. **Item 11 – Ofício “S” nº 14, de 2003**, que “Encaminha ao Senado Federal documento contendo o conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da Previdência Social”, **de autoria do Ministério da Previdência Social**. É feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Antônio Carlos Valadares**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Sérgio Cabral e Flávio Arns. A matéria foi retirada de pauta a pedido do Relator. **Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2002**, que “Dispõe sobre a profissão de Artesão”, **de autoria do Senador Francelino Pereira**. A apreciação da matéria fica adiada em face da ausência de *quorum* para deliberação. **Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2002**, que “Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências”, **de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho**. A apreciação da matéria fica adiada em face da ausência de *quorum* para deliberação. **Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002**, que “Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”, **de autoria do Senador Ademir de Andrade**. A apreciação da matéria fica adiada em face da ausência de *quorum* para deliberação. Foi aprovado o requerimento: **Requerimento nº 35 – CAS de autoria das Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia** para a realização de audiência pública com a finalidade de subsidiar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 516, de 1999, que “Altera os arts. 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõem sobre o trabalho do adolescente”. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, la-

vrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. — Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) — Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado nºs 630 e 516, de 1999; Projetos de Lei do Senado nºs 23, 32, 36, 57, 126 e 145, de 2002; 664 e 688, de 1999, que estão tramitando conjuntamente; 391 e 399, de 1999, que estão tramitando conjuntamente; Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995; Emendas nºs 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997; Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001; Ofício “S” nº 14, de 2003.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, gostaria de registrar a realização, a partir de hoje, do 1º Congresso das APAEs no Estado de Goiás, com a presença do nobre Senador Flávio Arns, para discutir o tema “Educação Especial Garantindo Direito e Cidadania desde o Nascimento”.

Gostaria também de comunicar a esta Casa que já recebemos o relatório do TCU em relação ao programa Fome Zero e, a partir de amanhã, esse relatório estará no **site** da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 0583/2003

Brasília, 20 de agosto de 2003

Sr. Secretário, com os cordiais cumprimentos e de ordem da Exmª Srª Senadora Roseana Sarney, encaminho a V. Sª cópia do requerimento da Parlamentar, nos termos do art. 13, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, que informa a impossibilidade de participar das atividades legislativas no período de 26 e 28 de agosto corrente. Contanto com especial atenção de V. Exª para o assunto, agradeço, manifestando expressão de consideração e apreço.”

Ofício nº 150/03

Brasília 19 de agosto de 2003

Sr. Secretário, de ordem do Sr. Senador Augusto Botelho, do PDT, e nos termos do art. 13 do Regimento Interno, informo que S. Exª ausentar-se-á dos trabalhos do Senado Federal nos dias 19, 20 e 21 de agosto do corrente ano, quando estará em Boa Vista, Roraima, tratando de assuntos político-partidários.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) — Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) — Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) — Srª Presidente, V. Exª mencionou a realização do Congresso Estadual das APAEs, no Estado de Goiás. Gostaria de lembrar que, de hoje, 21 de agosto, a 28 de agosto, realiza-se anualmente, no Brasil, a Semana Nacional do Excepcional. É uma semana de sensibilização da sociedade, de conscientização, discussão dos temas, palestras, visitas, milhares de atividades em todo o Brasil. No Estado de Goiás, realizar-se-á o Congresso das APAEs, mas, em todo o Brasil, haverá competições, olimpíadas. Tudo isso visa mostrar o potencial, a realidade, as dificuldades, as perspectivas, a luta por direitos, por cidadania da pessoa deficiente. Repito a data: de 21 a 28 de agosto.

A iniciativa desse evento começou em 1964 e, portanto, nos últimos 39 anos, tem-se comemorado no Brasil a Semana Nacional do Excepcional.

Muitos dos avanços obtidos nessa área se devem aos esforços de pais e amigos, de pessoas que lutam, trabalham e se dedicam a essa causa, e também das próprias pessoas portadoras de deficiência.

Gostaria de fazer uma segunda observação, Srª Presidente, se V. Exª me permite.

Recebi da Secretaria da nossa Comissão as ações sociais do Governo Federal, execução orçamentária 2003, acompanhamento, de acordo com a discussão que havíamos feito aqui, na Comissão. Em primeiro lugar, quero parabenizar pelo trabalho. É uma proposta que considero fundamental. Todas as Comissões do Senado deveriam ter um trabalho assim. Está, realmente, muito objetivo, muito claro. Tra-

ta-se de um avanço extraordinário para a nossa Comissão.

Eu faria apenas três sugestões: que tivéssemos uma coluna que indicasse como a Prefeitura, o Estado ou a entidade filantrópica pode se habilitar a esse programa – algumas Prefeituras, por exemplo, perguntam como se habilitar ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; que a legislação pertinente seja colocada na Internet para consulta; e que a assessoria – e o elogio vale também para o gabinete da Comissão de Assuntos Sociais -, que em um prazo curtíssimo fez um trabalho tão bom, pudesse, com o tempo, completá-lo com programas que ainda nele não constam.

Tivemos uma audiência pública muito boa sobre os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. V. Ex^a inclusive presidiu a reunião.

Seria muito importante que constasse no trabalho, por exemplo, inclusive agora com a não-hospitalização dos pacientes psiquiátricos, como o Município ou o Estado pode se habilitar ao CAPS. Dessa forma, estaríamos aprimorando o trabalho. O mais difícil já foi feito: a sua elaboração. Li o trabalho com toda a atenção e o considerei extraordinário. Ter esse trabalho aprimorado seria a concretização do sonho de muitas pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Feito o comunicado, através do Senador Flávio Arns, sobre a semana dedicada à pessoa portadora de deficiência, gostaria de dizer que esta Comissão se solidariza com todos aqueles que trabalham nessa área e vamos fazer um esforço no sentido de colocar em pauta todos os projetos de lei relativos à pessoa portadora de deficiência, que estiverem nesta Comissão, para serem votados ainda neste mês e na próxima semana do mês vindouro. Portanto, isso é o mínimo que esta Comissão pode fazer, agilizando os trabalhos na área dos portadores de necessidades especiais. Em relação ao trabalho, ao site da CAS, quero agradecer ao Senador Flávio Arns a sugestão. Vamos acatar mais essas novas três sugestões e vamos procurar aprimorar cada vez mais esse site que, tenho certeza, será de grande valia para todo o país.

Os itens 1 e 2 da pauta precisam de votação nominal. Vamos aguardar a chegada dos Srs. Senadores para iniciar essa votação.

Vamos ao Item 3 da pauta. Relator: Senador Demóstenes Torres, que não está presente.

Item 4. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências. Autora do Projeto: Senadora Júnia Marise. Relator: Senador Papaléo Paes. Parecer favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para proferir seu parecer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Considerando, Sr^a. Presidente, que todos dispõem da matéria em mão, vou aqui para a análise.

As alterações de mérito feitas na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias consistiram, em primeiro lugar, na exclusão de duas das exigências propostas para rotulagem dos produtos dietéticos: a de que contivessem obrigatoriamente informação sobre o limite máximo de tolerância à ingestão diária dos componentes químicos do produto e advertência sobre necessidade de consulta médica prévia, caso o consumidor seja portador de condições patológicas passível de interferência com qualquer dos componentes do produto.

Essas exclusões foram justificadas, no primeiro caso, por ser desnecessária e passível de induzir o consumidor a erro e confusão. No segundo, por excessiva ao considerar o ambiente de consumo dos alimentos inadequado para fazer sugestão de consulta médica.

Em segundo lugar, aprovou-se naquela Comissão uma emenda alterando o grau de destaque a ser exigido para os dizeres que devem conter os rótulos daqueles produtos, alertando para o fato de que se trata de produto dietético. O Projeto previa que esses dizeres ocupassem área equivalente a utilizada para o nome do produto.

Os Deputados da Comissão de Direitos do Consumidor consideraram excessivas essas dimensões e acharam por bem que o aviso esteja presente em tipo não inferior a um quinto do tipo de letra de maior tamanho e da mesma cor da marca; as alterações de técnica legislativa, numeração do artigo introduzido como 57, “a”, ao invés de renumerar os demais; a exclusão da cláusula de revogação implícita, da mesma forma, ajustam o texto às normas vigentes.

Como fica evidente do relatório as alterações promovidas no Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995, na sua revisão pela Câmara dos Deputados, realmente aprimoram a proposição e devem ser aca-
tadas.

Então, o nosso voto é, em vista do exposto, pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca) – Em discussão o parecer do ilustre Senador Papaléo Paes.

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentado. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 5. Relator: Senador Jonas Pinheiro, que não se encontra presente, e justificou sua ausência em razão do falecimento do administrador da sua fazenda, lá em Mato Grosso. Portanto, adiamos a apreciação desse projeto para a próxima reunião.

Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1977. Relator: Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra presente. A apreciação deste item fica adiada para a próxima reunião.

Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 391 e 399, de 1999. Parecer do ilustre Senador Delcídio Amaral, a quem concedemos a palavra para proferir o seu parecer.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, este parecer refere-se a dois Projetos de Lei, nºs 391 e 399, dos Senadores Maguito Vilela e Pedro Piva, alterando os artigos 21 e 232 do Código Brasileiro de Aeronáutica. É importante registrar que esses dois projetos, inicialmente, passaram pela análise do Senador Antero Paes de Barros, em setembro de 1999, que concluiu pela aprovação do PLS 391 e pela prejudicialidade do PLS 399.

Ele não chegou a ser votado porque foi feito um requerimento solicitando apensamento ao Projeto de Lei do Senado nº 630, de 1999 também, que fazia alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica. Esse apensamento obrigou a um reexame pelo próprio relator, que exarou um parecer pela aprovação do PLS 391, na forma de substitutivo, abrigando dispositivos dos demais projetos apensados, no caso o PLS 399 e o PLS 630.

Antes de ser votado, através de requerimento oral, foi sobrestada a apreciação da matéria até que a Câmara dos Deputados se pronunciasse sobre matéria similar. Nessa época, em abril de 2002, portanto, dois anos depois, um novo relatório foi apresentado a esta comissão por um novo relator, o Deputado Chico Sartori, que concluía pela rejeição dos PLS 391 e 399, com base no ordenamento jurídico nacional, isto é, a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e pela aprovação do PLS 630.

Em março do corrente, estudando a matéria que foi distribuída para relatar, concluímos que os três projetos tratam de alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica, porém têm finalidades distintas. Consequentemente, foi solicitado o desapensamento do PLS 630 e analisada a questão dos PLS 391 e 399 novamente.

Vou partir para a análise rápida porque é um projeto simples. A restrição a fumar tabaco em aviões é objeto de recomendação da Organização Mundial de Saúde desde de 1991, aprovada por unanimidade na 44ª Assembléia Mundial de Saúde da Organização da Aviação Civil Internacional, desde 1995.

É crescente o número de países que adotaram leis proibindo o cigarro nos aviões e de empresas de transporte aéreo que, por conta própria, adotaram essa mesma política, com grande aceitação por parte dos seus passageiros e tripulantes. Em nosso País, a proibição de fumar em aviões é vigente por força de lei federal desde 1996. A matéria é regulada pelo § 2º, do art. 2º, da Lei 9.294, de 15 de julho, que dispõe ser vedado o uso dos produtos mencionados no **caput**: cigarros, cigarrilhas, charutos.

Duas importantes novidades, no entanto, são introduzidas pelas proposições em apreciação. Em primeiro lugar, o entendimento de que o ato de fumar a bordo de aeronaves constitui uma situação que põe em risco a segurança pública da aeronave e dos seus ocupantes, o que é demonstrado pelo fato do dispositivo alterado, art. 21 do Código, tratar do transporte de objetos e substâncias consideradas perigosas para a segurança pública da própria aeronave ou dos seus ocupantes.

Em segundo lugar, está o reconhecimento de que a proibição de fumar a bordo, medida cada vez mais adotada no País e no exterior, ao mesmo tempo em que reduziu os riscos à saúde e ao bem-estar de passageiros e tripulantes, decorrentes da exposição à poluição tabáquica ambiental, criou novos problemas de segurança, uma vez que os tabaquistas, premidos pela síndrome de abstinência – e é bom lembrar que a nicotina é uma das drogas de maior poder

de adição, e o tabaquismo a toxomania de mais elevada prevalência no mundo todo – buscaram burlar a norma, fumando furtivamente em lavatórios ou escondendo cigarros acessos em contato com materiais inflamáveis, do que têm decorrido vários incidentes de incêndio a bordo de aviões nacionais, desde que a proibição foi implementada em nosso País.

A grande inovação dos projetos consiste assim na adoção de uma estratégia complementar de redução de danos, uma vez que a pura e simples proibição resolveu um problema de saúde, mas agravou outro: o de segurança.

Acresça-se a isso o fato de que a experiência demonstrou ser muito difícil implementar o apelo do ilícito. A medida aqui proposta, o fornecimento de adesivos de liberação transdérmica ou goma de mascar com nicotina aos passageiros tabaquistas, para diminuir efeitos da síndrome de abstinência durante o voo, tem sido adotada com êxito e boa aceitação por empresas de transporte aéreo de passageiros na Europa e nos Estados Unidos.

Dessa forma, os projetos acrescentam a nossa legislação um elemento inovador em relação ao aspecto que melhor pode contribuir para o objetivo da proposição, qual seja, o de reduzir os riscos à segurança das aeronaves, uma vez que as pessoas supridas de nicotina por um meio seguro não precisarão fumar escondidas, e à saúde dos demais passageiros e tripulantes, já que não se terá a bordo poluição decorrente de queima de tabaco.

O impacto da aquisição dos medicamentos sobre o aumento de custos operacionais da empresa não foi estimado, mas é provavelmente desprezível, sendo importante lembrar que, depois do incêndio a bordo e do avião despedaçado no solo, será impossível identificar e apenar o tabaquista que o causou, e que as perdas decorrentes de um único acidente dessa natureza e do pagamento de indenização a vítimas terão um custo infinitamente superior ao de décadas de fornecimento de adesivos ou gomas com nicotina aos passageiros.

Ressalte-se, portanto, o caráter inovador e eficiente dos projetos, na medida em que, pela primeira vez, se propõe uma perspectiva de redução de danos na legislação federal sobre drogas tradicionalmente proibicionista e ineficaz.

Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 99, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 399, de 1999, de igual teor.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, Srs. Senadores, ouvi aqui com absoluta atenção o parecer do Senador Delcídio Amaral e preocupa-me um aspecto nesta questão, o do precedente.

No momento em que as companhias aéreas sejam obrigadas a suprir os viciados em nicotina com esses adesivos, temo que isso gere um precedente sério, porque, hoje, em vários ambientes, há a proibição expressa da não utilização de cigarros, como em hospitais e nos próprios aeroportos. Daqui a pouco, a Infraero será obrigada, talvez, a fornecer o adesivo ou os hospitais.

Peço que o Senador Delcídio me perdoe, mas não concordo, porque penso que esse é um precedente muito sério. Quem quiser fumar que sustente seu vício e compre seu adesivo, leve para o avião, ainda mais na atual situação, quando as empresas estão em situação de penúria, quebrando, atribuir a elas mais esse ônus.

Quanto a essa determinação, creio que os viciados, os fumantes devem assumir pessoalmente, e não podemos transferir esse ônus para as empresas aéreas, porque, daqui a pouco, teremos que transferir para os hospitais, para a Infraero, para as escolas e outros estabelecimentos, o ônus de estar alimentando os nossos viciados em nicotina.

O Senador Delcídio que me perdoe, mas vou votar contra o seu parecer pela primeira vez.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Já me sinto contemplado com a linha de argumentação do meu colega Senador Geraldo Mesquita.

Concordo também com o conteúdo do projeto quanto à proibição do fumo, mas, quanto ao precedente, penso também que a pessoa deve, caso tenha essa dificuldade de ser viciado em nicotina, levar os produtos que desejar para dentro do avião. Do ponto de vista econômico, nós colocarmos esse ônus para as empresas aéreas é uma grande dificuldade. As dificuldades econômicas das empresas são grandes e isso causaria mais ônus para essas empresas.

Eu até sugeriria, se fosse possível, a supressão desse artigo para que nós, eventualmente, pudéssemos

mos aproveitar o restante do Projeto. Então, com toda a amizade e respeito ao colega, o nobre Senador Delcídio Amaral, que é o Relator, eu também votarei contra o Projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Relator, o nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, eu só gostaria de registrar que esse Projeto já se arrasta aqui há quase dois anos. Ele foi apensado a um projeto maior relativo a um projeto mais amplo, abordando a questão do Código da Aeronáutica no País. Já foi e voltou da Câmara dos Deputados e está no Senado Federal, propriamente. Respeito a opinião dos caros Senadores. Acho que é um projeto moderno, ataca uma questão complicada que já tem ocorrido em vários países do mundo, em função da proibição do uso do tabaco – pessoas fumam escondidas nos aviões, provocando incidentes em vôos. Isso é comprovado. As estatísticas estão aí. Essa é uma medida para mitigar esses efeitos e evitar os prejuízos que, às vezes, são absolutamente dramáticos, principalmente em função de incêndios a bordo – fumar escondido em aeronaves junto ou próximo a substâncias inflamáveis.

Eu respeito a opinião dos Srs. Senadores. É um projeto que avança bastante nessa questão. Quero aqui me posicionar contrariamente à responsabilidade das pessoas que usam o tabaco, porque é exatamente por causa dessas ações inadvertidas que nós temos enfrentado esse problema. Essa foi a razão do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria continua em discussão.

Tem a palavra o nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, acho que a advertência do nobre Senador Geraldo Mesquita foi boa para que possamos aprofundar um pouco mais na análise do projeto, que tem uma intenção muito importante, inclusive de preservação de vida no transporte aéreo. No entanto, eu percebo que, nas viagens de avião, a aeromoça informa que nos lavatórios existe detector de fumaça para, justamente, advertir as pessoas que forem ao lavatório que não tentem fumar furtivamente. Então, tecnologicamente, nós já temos uma saída para essa questão de fumar furtivamente no lavatório. Em qualquer outro lugar do avião é muito difícil se fumar furtivamente. No canto da sua poltrona, entre um passageiro e outro, a fumaça vai sempre aparecer e ela será visível. Eu acho que, entre uma vantagem e outra, ou seja, a de proibição absoluta

para evitar justamente que o fumo seja um vício constante, permanente, **ad eternum**, porque ele é prejudicial à saúde, e do outro lado, evitar acidentes aéreos, eu fico com a primeira parte, ou seja: proibição absoluta do fumo nos aviões, mesmo porque eu não vejo, publicamente, a estatística de que tenha um índice muito forte de acidentes aéreos em razão do uso de cigarros em aeronaves.

Portanto, eu voto contra o projeto e contra o parecer, apesar de elogiar o trabalho intenso, preocupante, cauteloso e inteligente do nosso ilustre Relator, Senador Delcídio Amaral.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o nobre Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exatamente, nobre Senadora Lúcia Vânia, creio que o nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior chamou a atenção para um aspecto que tem que ser levado em consideração. A preocupação é louvável do querido Senador Maguito Vilela e do Senador Delcídio Amaral também, no seu relatório, pois foi ao encontro dessa intenção genuína do Senador Maguito Vilela.

Creio que a idéia é boa, mas a aplicação é que invalida o projeto nesse sentido, no seu mérito.

Há programas para usuários de drogas em países civilizados, inclusive com fornecimento de seringas. Quer dizer, a intenção de permitir que aquele cidadão possa, ao mesmo tempo, seguir uma terapia, seguir uma atenção médica, uma assistência social e possa ser contemplado de imediato com o objeto do vício em outras circunstâncias, mas não no avião.

No avião, penso que foi um avanço internacional. Hoje, está consagrado em todos os vôos internacionais. A proibição é em todo mundo e não conheço nenhuma experiência, nem nos países da Europa, nem América do Norte, nem na Ásia, de alguma companhia aérea, de algum país que tenha implantado esse tipo de serviço, sobretudo as companhias aéreas brasileiras, como bem disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que vive um momento tão difícil, e é tão importante para o País ter companhias aéreas fortes, companhias aéreas que possam ser instrumento estratégico do desenvolvimento nacional.

Portanto, acho que, apesar da boa idéia do Senador Maguito Vilela e do relatório do Senador Delcídio Amaral indo ao encontro dessa boa intenção, o projeto não deve ser aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, não quero ser considerado defensor dos usuários apenas dos aviões, das companhias aéreas. Gostaria também de ser, como tenho certeza todos os Senadores o são, defensor daqueles usuários do transporte coletivo interestadual rodoviário.

Sabemos que, em ambientes fechados, a fumaça do cigarro pode causar não apenas o transtorno da viagem, como também consequências imprevisíveis quanto à saúde dos passageiros.

Quero louvar o parecer do Senador Delcídio Amaral, pela magnitude de seu trabalho, pela eficiência do seu estudo, principalmente levando em consideração que é a própria Organização Mundial de Saúde que aconselha, que aprova medidas coercitivas visando a não utilização do fumo no transporte aéreo.

Portanto, gostaria de sugerir, até porque tenho certeza de que o Senador Delcídio Amaral entende a importância desse fato, já que 90% dos passageiros brasileiros que percorrem este País por meio de coletivos, no transporte rodoviário, que incluía essa sugestão de que os usuários do transporte coletivo rodoviário possam se utilizar dessa prerrogativa que se utilizam os passageiros dos meios aéreos.

É uma sugestão que quero dar ao Relator, para colocar em discussão na Comissão, se possível ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Relator.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Gostei do Senador Antônio Carlos Valadares, pois ampliou a discussão, proibindo o fumo em todos os transportes, principalmente os interestaduais, e exigindo abstinência.

Fico feliz com a preocupação do Senador Antônio Carlos Valadares. Acho que a questão do fumo é uma questão séria e, por isso, hoje, é uma das prioridades da Organização Mundial da Saúde. Evidentemente, essas questões, agora, surgirão até em função do sucesso das medidas que hoje têm validade para a aviação comercial e que têm trazido benefícios não só à saúde, mas também ao sistema de condicionamento de ar das aeronaves.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Delcídio Amaral, apesar do parecer, votei favorável a V. Ex^a, elogiando sua proposta.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr^a Presidente, ressalto sempre a cordialidade e o companheirismo do nosso amigo Senador Antônio Carlos Valadares. Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Designo Relator do vencido o Senador Geraldo Mesquita Júnior para relatar a matéria.

Projeto de Lei do Senado nº 516, de 1999, que altera os artigos 402 e 411 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o trabalho do adolescente. Autora: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Retiro o projeto de lei a pedido da Senadora Patrícia Saboya Gomes com meu aval.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr^a Presidente, agradeço a V. Ex^a a consideração. Sei da sua luta em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes, assim como minha responsabilidade sobre a coordenação da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Como o projeto é bastante antigo, muito do que consta dele já foi contemplado. Essa audiência pública tem o objetivo muito mais de enriquecer o projeto e de colocar dentro dele algumas normas que ainda não foram atendidas em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Portanto, agradeço a V. Ex^a e espero que essa audiência pública seja bastante rica para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Patrícia Saboya Gomes. Tenho certeza de que essa audiência pública irá enriquecer o projeto. Juntos faremos um trabalho bem mais eficiente.

Item 11. Ofício S nº 14, de 2003, que encaminha ao Senado Federal documento contendo conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da Previdência Social. Autoria: Ministério da Previdência Social. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Parecer pela aprovação do documento que especifica as ações a serem implementadas.

Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para proferir relatório.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, este parecer, no final, sofreu pequena alteração. Passo a ler o conteúdo do relatório.

Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Previdência Social encaminhou ao Senado Federal, em 8 de maio de 2003, documento elaborado pela Secretaria Executiva do Ministério, que contém conjunto de ações a serem implementadas no decorrer de 2003, no âmbito da Previdência Social.

De acordo com o art. 90, inciso IX, e os arts. 97 e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão estudar e emitir parecer sobre o documento. Trata-se da apresentação do conjunto de ações a serem implementadas, no decorrer de 2003, nas diversas áreas de atuação da Previdência Social, aprovadas pelo Ministério da Previdência Social em reunião com seus dirigentes, em 27/02/2003.

Em linhas gerais, Sr^{as} e Srs. Senadores, as principais ações mencionadas referem-se às ações do INSS, por meio da Diretoria de Benefícios, da Diretoria de Receitas Previdenciárias, da Procuradoria Geral, da Secretaria de Previdência Social. Estou fazendo isso, Sr^a Presidente, para abreviar o relatório, uma vez que o mesmo foi distribuído a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

Como disse, com relação à Diretoria de Receitas Previdenciárias, as prioridades são recuperação de créditos, controle de evasão e combate à sonegação, sendo meta básica a arrecadação de R\$79 bilhões em contribuições previdenciárias. É uma atitude louvável do Ministério da Previdência, em face do grande déficit que atravessa essa instituição, como é do conhecimento de todos.

A Procuradoria Geral, por exemplo, tem como meta aumentar a arrecadação da Procuradoria em 5%, controle da evasão, com foco nos grandes devedores, agilização de processo de cobrança e incremento da arrecadação de Procuradoria a curto prazo, pacificação de tese nos Tribunais Superiores e respectiva encampação administrativa, preparação para ampliação de competência dos juizados especiais federais, dotando as procuradorias de condições efetivas de atuação junto a esses juizados, melhoria do sistema de controle de ações judiciais da União.

Análise

Inicialmente, cabe elogiar a iniciativa do senhor Ministro de Estado da Previdência Social de enviar a esta Casa o documento objeto do presente parecer. Tal iniciativa deixa clara a sua preocupação com a transparência da ação pública perante a sociedade civil que este Parlamento representa.

O documento traz as diversas questões afetas à gestão da Previdência Social, consubstanciando as metas do INSS, do CRPS, do MPS, para 2003. Várias des-

sas são de cunho eminentemente administrativo, não havendo, em princípio, óbices à respectiva consecução. Outras se revestem de cunho legal, na medida em que representam estudos e propostas que deverão redundar em projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, a serem encaminhados a este Parlamento. Estas últimas são também variadas e deverão exigir profundas análises no decorrer do processo legislativo, que será desencadeado a partir do encaminhamento formal à Câmara dos Deputados.

Embora entendamos que as análises específicas e aprofundadas de tais proposições legislativas serão aqui posteriormente empreendidas, o início da reflexão sobre essas matérias é oportuno e útil. Nesse sentido, analisam-se superficialmente os contextos primordiais que norteiam as propostas mais relevantes.

No que diz respeito às principais propostas, as justificativas básicas são as seguintes:

a) Com relação às entidades beneficentes da assistência social, a intenção é transferir atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social para outros órgãos, de forma que os quesitos para efeito de imunidade passem a ser comprovados pelo órgãos arrecadadores das contribuições isentadas e análise da contabilidade fica a cargo dos auditores fiscais ou do Tribunal de Contas da União;

b) No que diz respeito às Comissões de Conciliação Prévia, o que se busca é coibir a prática usual de considerar a quase totalidade dos valores acordados como parcela indenizatória e, com isso, fugir da contribuição devida.

Assim por diante, Sr. Presidente.

j) O encontro de contas na liquidação de precatórios judiciais visa evitar o pagamento a quem deve ao próprio Tesouro Nacional e ao INSS.

Conforme pode ser observado, é realmente extensa a pauta legislativa da atuação do Governo na área da Previdência Social. Ao que parece, o Governo está apenas esperando a aprovação da reforma da Previdência para iniciar outra etapa, qual seja: aperfeiçoamento da legislação infraconstitucional.

Resta-nos, pois, aguardar e iniciar estudos, análises, debates e reflexões que nos auxiliem efetivamente a somar esforços em prol do estabelecimento de uma Previdência Social justa, solidária e financeiramente equilibrada.

No Item 3, em vez de votos, consideramos que, não sendo um projeto, deve ser conclusão. As considerações apresentadas evidenciam que a iniciativa do Ministério da Previdência Social de encaminhar

para a ciência e a análise do documento Metas 2003 é digna de louvor.

Nesses termos, a conclusão é pela ciência e pelo arquivamento do documento.

Sr^a Presidente, apesar de eu não ter lido na totalidade o conteúdo deste parecer, solicito que ele seja inserido nos Anais desta Comissão, conforme foi apresentado inicialmente, e recomendo, como eu disse, a sua ciência e o seu arquivamento.

Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O documento será registrado em Ata e colocado no **site** da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr^a Presidente.

O Senador Antônio Carlos Valadares fez um relatório de resumo, de análise dos principais pontos apresentados pelo Ministério da Previdência Social no ano de 2003.

O documento é da maior importância para nós, Senadores, para esta Comissão e para o acompanhamento do trabalho desse ministério tão precioso para os brasileiros.

No meu Estado, o serviço do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social – é o pior ou um dos piores do Brasil. No meu Estado, o grau de corrupção, envolvendo até alguns políticos do meu Estado, o grau de barbaridade no atendimento a um número significativo de aposentados e pensionistas da Previdência Social é impressionante.

Percebo que, no relatório, há uma grande preocupação com a moralização, com a busca dos créditos, com o aumento da arrecadação e com o enfrentamento da corrupção, da incompetência e dos desmandos que ocorrem na Previdência Social deste País há muitos anos. Por outro lado, não vejo uma preocupação com a prestação do serviço. Senti a ausência neste relatório, apresentado pelo Ministério da Previdência Social, da prestação do serviço ao segurado, na modernização dessa relação, na humanização e na eficiência dessa relação e também na agilização do pagamento devido a muitos segurados que o Ministério da Previdência Social não providencia. Matérias que transitam em julgado, não há mais como recorrer e não são pagas.

Também não noto uma preocupação com a correção desse poder aquisitivo. Esse é um tema que está sendo debatido na reforma da Previdência, com uma discussão mais ampla. Mas há um outro assunto

que me parece não chamar a atenção de muitos setores do Governo, assim como da Oposição, e que me impressiona: o Presidente Collor conseguiu fazer – a meu ver, uma enorme covardia –, com o aceite do Congresso Nacional, a desvinculação do salário mínimo do reajuste dos aposentados e pensionistas do INSS. Essa atitude foi uma barbaridade.

A Previdência Social, ao longo de sua história, foi assaltada para construir Brasília, a Transamazônica, a ponte Rio/Niterói e a usina nuclear. Os recursos da Previdência Social foram “assaltados” ao longo da sua história.

Vejo, com muito bons olhos, o interesse do atual Governo em tentar aumentar a arrecadação da Previdência – eficiência na arrecadação, combate às fraudes. Porém, não percebo uma preocupação com o atendimento ao segurado, com a eficiência das agências, com a eficiência dos serviços, com a prestação dos serviços aos segurados, e lamento por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria também de ratificar o que o Senador Sérgio Cabral já disse, ou seja, as dificuldades pelas quais o povo passa em termos de acesso aos benefícios previdenciários. Os problemas são extraordinários. Há rede de agências pelo Brasil, e não vi nada nesse sentido aqui também. Há Estados em que as unidades da Previdência, do INSS são totalmente insuficientes. Basta dizer que o Estado do Paraná, por exemplo, se comparado com o Estado do Rio Grande do Sul, recebe, por ano, dois bilhões a menos em benefícios e, na verdade, a população é parecida. Esse quadro teríamos que discutir até em termos federativos e não vejo nada no documento nesse sentido, também. Então, é uma ênfase muito fiscalista e insuficiente em termos do relacionamento mais intenso e mais social com sociedade.

Mas quero destacar um outro item, pois o Ministério da Previdência vem insistindo num erro que considero incrível. Apesar de todas as explicações dadas, o Ministério da Previdência, mais precisamente o INSS, não consegue entender o espírito da LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social. E V. Ex^a, inclusive, foi Secretária Nacional de Assistência Social. Uma coisa é Previdência; outra coisa, que qualquer país do mundo sério tem, é um Ministério forte, bom, com recursos, com orçamento, com dignidade de assistência social. E o Ministério da Previdência insiste em interferir nas ações da assistência, em mudar a LOAS. O Ministério da Previdência quer mudar a LOAS, quando deveria dizer: “Vamos interagir, vamos discutir

com a Ministra da Assistência Social, para verificarmos como isso pode ser aprimorado." Entretanto, redigem "alteração da LOAS", o que deveríamos repudiar. Todos que trabalham na área da assistência, com movimento social, tem que repudiá-lo definitivamente.

O que já aconteceu no Senado, quando foi aprovada aquela Medida Provisória do Pis/Pasep, do Cofins? Uma coisa tributária foi inserida lá no meio, na surdina, para ninguém perceber um artigo que modificava a LOAS, a Lei Orgânica da Assistência. Eu até afirmei, naquela ocasião, que, se fosse Ministro da Assistência, diria: "Quem manda aqui sou eu. Eu sou o Ministro da Assistência. Eu sou o Ministro da Assistência". A política de assistência social compete ao Ministério da Assistência, que agora é Ministério. Talvez eles tenham a visão anterior de quando era Ministério da Previdência e Assistência, mas a partir do Governo de Lula, todas as atribuições do Ministério da Assistência que estavam na Previdência foram repassadas para a Assistência.

Diz o seguinte a proposta da Previdência: "Com relação às entidades beneficentes de assistência social, a intenção é transferir atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social". E é o Conselho Nacional de Assistência Social que tem toda a sociedade representada. Na alteração daquela medida provisória, o que fez o Ministro da Previdência? Redigiu: "O Conselho Nacional de Assistência se reúne, discute, verifica se a entidade é séria, se possui controle social, se aplica bem o recurso". E o fiscal do INSS, que está sentado no Conselho, fica tranquilo: "Se decidirem de um jeito, apelarei para o meu Ministro". O grau de recurso das decisões do Conselho Nacional de Assistência não é a Ministra Benedita da Silva. O grau de recurso das decisões do Conselho Nacional de Assistência é o Ministro da Previdência. É o mesmo que o fiscal, nos Estados, se não gostar dos programas de assistência, recorrer ao Secretário da Fazenda. Não tem cabimento pensar-se numa coisa dessas!

Então, lá está escrito: "Com relação às entidades beneficentes de assistência social, a intenção é transferir atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social para outros órgãos". Foi discutido isso com o Conselho? Em sendo assim, os quesitos para efeito de imunidade passam a ser comprovados pelos órgãos arrecadadores das contribuições ... a análise da contabilidade fique a cargo de auditores fiscais e do Tribunal de Contas da União.

O Ministério da Previdência e Assistência Social acha – e já foi dito que não é assim, mas o pessoal não entende – que o Conselho Nacional de Assis-

tência Social seja responsável pela concessão de isenção do pagamento da cota patronal, quando não é verdade. Quer dizer, o Conselho Nacional de Assistência Social delibera sobre filantropia, sobre a importância da área, e tal, e a entidade que tem esses documentos tem que requerer para o Ministério da Previdência e Assistência Social a isenção do pagamento da cota patronal. Quem vai fiscalizar tudo isso é o Ministério da Previdência e Assistência Social, já é assim hoje. Se eles não estão cumprindo a obrigação deles, que passem a cumprir, mas que não fiquem interferindo numa área que é essencial para o Brasil, que é a assistência social. A população nossa está marginalizada: não tem comida, não tem habitação, não tem saúde, não tem acesso a uma dignidade mínima de cidadania. Quem tem que trabalhar nisso é o Ministério da Previdência e Assistência Social para dizer quem é sério, quem não é, e não o fiscal do INSS. Essa ótica "fiscalista" é que impregna esse documento, quando tínhamos que ter uma ótica também de atendimento do cidadão. Então, sou extremamente crítico.

Em função de todos esses aspectos, voto contra esse documento do Ministério da Previdência e Assistência Social. Não sei se é possível pedir vista de um documento desses, mas eu pediria vista para, pelo menos, fazer um voto em separado e mostrar ao Conselho Nacional de Assistência Social, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, e pedir uma manifestação desses órgãos. Se eu fosse Ministro, eu diria: "Ou eu mando, ou eu saio". A assistência é minha área: mando, então, fico; não mando – estão tirando a minha autoridade –, saio.

Peço vista, se for possível regimentalmente, para que esse posicionamento fique extremamente claro, inclusive seja mandado para o Conselho Nacional, para que ele se manifeste também.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vista concedida ao Senador Flávio Arns.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente, gostaria de obter um esclarecimento do Senador Flávio Arns, se, junto com esse questionamento dessa interferência do Ministério da Previdência e Assistência Social em questões da assistência social, o Senador irá incluir, também, em seu relatório, essa questão da prestação de serviço ao seguro, que abordei.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Eu acho fundamental. Até poderíamos, Senador, pedir vista conjunta.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Poderíamos pedir vista em conjunto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, apesar de ser o Relator, achei que as sugestões apresentadas aqui tanto pelo Senador Sérgio Cabral, como pelo Senador Flávio Arns, têm consistência, e, como Relator, entro também neste pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Vista concedida aos Senadores Sérgio Cabral, Flávio Arns e Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É a primeira vez que um Relator pede vista.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Essa é a prova da inteligência do Senador Antônio Carlos Valadares. Por isso que o povo de Sergipe o respeita tanto, e nós também. Inclusive poderíamos deixar a cargo do próprio Senador Relator a incumbência da redação, já que S. Ex^a incorporou todas as nossas observações com muita sapiência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – RS) – Concordo. Tenho toda a confiança no Senador Antônio Carlos Valadares, pessoa solidária e sensível. Então, ao invés de pedir vista, talvez fosse o caso de retirar a matéria de pauta para melhor análise.

Retiro a minha solicitação de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está retirada de pauta.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a retirada da matéria de pauta, Sr^a Presidente, é possível que o Ministério possa fazer a inclusão das sugestões aqui discutidas e mandar um ofício, um relato, que incorpore o pensamento desta Comissão.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Prefiro que o Senador Antônio Carlos Valadares faça o relatório e que seja uma contribuição do Senado Federal a essa obrigação do Ministério de enviar o relatório. Infelizmente, estamos analisando já de agosto para setembro. Creio que poderíamos votar, já na próxima reunião, o novo relatório do Senador Antônio Carlos Valadares. Seria bom se colaborássemos com o Ministério. É importante que o Ministério saiba que, na Comissão de Assuntos Sociais, os Senadores estão interessados e que acompanham as intenções do Ministério, chamando a atenção para os pontos que, infelizmente, estão omissos ou são pontos de interferência, como bem disse o Senador Flávio Arns, em termos de assistência social.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aceito a sugestão, de tal forma que as notas taquigráficas estão sendo anotadas, e nosso gabinete providenciará, sem dúvida, as sugestões aqui apresentadas, as quais eu louvo, dos Senadores Sérgio Cabral e Flávio Arns. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria, portanto, será retirada de pauta.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2002, decisão terminativa. Altera o art. 1º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, para obrigar o funcionamento de serviços de saúde existentes nas regiões afetadas nos fins de semana durante a vigência de epidemias. Autor: Senador Moreira Mendes. Relator: Senador Demóstenes Torres. Parecer pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o projeto é extremamente simples. O Relator deseja que, no caso de epidemias, como da dengue, por exemplo, que o Ministério da Saúde assuma a coordenação não apenas ideológica de combate à epidemia, mas de execução, a fim de que haja um combate efetivo. Devemos centralizar as informações em um órgão que realmente possa realizar o combate. Durante a epidemia de dengue no Brasil, as entidades públicas e privadas, como se não tivesse acontecido nada, cerravam suas portas principalmente nos fins de semana e a partir das 18 horas. Portanto, qualquer entidade pública ou privada terá que abrir suas portas nos fins de semana. Daí porque sou completamente favorável ao projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é sem dúvida um projeto simples, mas importantíssimo. Gostaria apenas de questionar se não é importante também delegar essa competência às secretarias de saúde dos Municípios. Aqui delega apenas aos Estados e ao Distrito Federal. Não seria importante também delegar às secretarias municipais? Levanto a discussão e penso que seria importante, talvez, inserir uma emenda nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Creio, Senador, que, se o trabalho de coordenação fosse repassado para os Municípios, o espírito da lei seria invertido, e haveria a pulverização. Ou seja, se ocorre uma epidemia em um Estado, o fato pode ser delegado ao Estado e ao Distrito Federal. Se ocorre uma epidemia no Brasil, o Ministério da Saúde controla. Se a coordenação é repassada também para os Municípios, ao invés de coordenação, haverá uma pulverização das ações. Daí porque considero, nesse aspecto, a redação dada pelo ilustre Senador, que não se encontra mais no Senado Federal, efetivamente meritória.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sim, mas quando a epidemia ocorre no Município, o secretário de saúde municipal é quem mais conhece seu município, suas características, inclusive da zona rural. Acho que ele deveria ser inserido. É uma forma de prestigiar o município também.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, quero dar minha contribuição, porque fui prefeito, sou médico e enfrentei uma epidemia de cólera. O Piauí é cumprido na sua forma. Essa epidemia foi muito mais intensa no Maranhão e no Ceará. E a cidade maior é a minha nessa região do delta, Parnaíba, da qual eu era prefeito. Então, isso é variável. Vou dizer a realidade.

Não sei o que foi feito. Sabemos que o Relatório caiu em boas mãos, na maior lucidez do Direito, no momento atual, que é o Senador Demóstenes. Mas, como médico, digo que isso é variável. Primeiro, porque numa cidade pequena não pode ser o município, porque ele não tem estrutura. Há municípios no Brasil que não têm nem médico. Então, isso é variável.

No meu caso, é a cidade maior do Piauí. Assumi o município, e quero dizer que é um dos orgulhos que tenho, talvez eu esteja aqui por isso: nenhuma morte. Vinha do Ceará e do Maranhão. Fiz logo uma UTI, para tratar aquela (?).

Lembro-me de um dia em que eu estava num estádio de futebol, que eu havia inaugurado, o Mão Santa, próximo à rodoviária. Eu estava assistindo ao jogo, chega um doente, o hospital é próximo, coloquei

ele lá. Era cólera, vinda do Ceará. Mas esse município, Parnaíba, tinha condição de assumir. Lógico buscamos outros parceiros: o antigo FCESP(?), a Funasa, que funcionava bem, uma organização que nunca deveria ter acabado, mas acabou, era um exemplo de saúde pública; e a Secretaria do Estado.

Acho, Senador Demóstenes – ninguém é melhor do que V. Exª para entender isso –, que tem que ter uma alternância: uma unidade de comando e uma unidade de direção, de acordo com Henry Fayol*, em qualquer administração. Isso é velho.

Agora, é uma alternativa dependendo das circunstâncias. Assumi porque era médico e prefeito e a cidade tinha estrutura.

Portanto, o fato é que os três têm que ser como o dogma católico: Pai, Filho e Espírito Santo, uma pessoa só. Os três têm que estar unidos o dia todo, sábado, domingo, dia santo e feriado, para evitar epidemia. Nesse caso, era um domingo, eu estava no jogo e, quando vi, coloquei a pessoa no carro e levei para o hospital. E era cólera. Ele entrou no meu carro mesmo, eu guiava o próprio carro. Saí do estádio, fui ver e ele tinha vindo do Ceará.

O fato é que os três têm que estar lá e estar alerta. Sobre quem vai comandar, a liderança é aceita naturalmente pela força do saber, principalmente porque na hierarquia médica – sou oficial militar, e não é hierarquia militar, é hierarquia médica –, curva-se naturalmente pelo saber.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Srª Presidente, quero apresentar essa emenda, porque, na realidade, aqui diz: "...podendo delegar essa competência às Secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Porque conheço secretário de saúde municipal que, às vezes, é melhor do que o estadual. Por exemplo, na minha cidade tem um secretário de saúde do município que é um primor, extremamente competente.

Então, como não obriga delegar, é facultativo, "podendo delegar", quer dizer, pode ou não delegar, vou apresentar essa emenda para que se inclua também "podendo delegar essa competência às Secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Precisamos aprender a valorizar o município brasileiro.

Faço um apelo ao Relator, Senador Demóstenes Torres, que é extremamente competente – antes de ser Senador, S. Exª foi um extraordinário procurador-geral de justiça no meu Estado, um exímio pro-

motor público –, para que acate nossa emenda, porque na realidade é uma valorização também dos Municípios brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, a discussão é pertinente, é própria. Parece-me – e o Senador Mão Santa já lembrou essa questão – que os esforços deverão ser despendidos pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

Quase sempre uma epidemia não tem o seu foco apenas no Município, daí por que concordei com o Relator. Porém, pode ser, hipoteticamente, que isso aconteça, por exemplo, em Municípios como o Rio de Janeiro, São Paulo, que são muito grandes.

Concordo com o Senador Maguito Vilela e apresentarei, se S. Ex^a me permitir, a emenda com a seguinte redação – crio um parágrafo segundo e o segundo passa a ser enumerado como terceiro: “Na hipótese de ser a epidemia localizada em um único Município, poderá a coordenação ser a ele delegada”.

Pode ser assim?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Maguito Vilela. (Pausa)

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente, o Senador Mão Santa, pelo seu conhecimento, sua experiência, narrou com muita competência essa vivência de um momento de adversidade da sua querida Parnaíba. Já que o piauiense Mão Santa entrou na discussão, o carioca aqui vai colaborar como esse trio goiano – V. Ex^a, como Presidente, e os dois Senadores de Goiás – tentando aperfeiçoar esse bom projeto.

Creio que apenas a inclusão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios permite exatamente essa flexibilidade, já que é facultada ao Ministério da Saúde a possibilidade da descentralização nessa parceira no combate à epidemia. Lendo a justificativa, percebe-se que foi um momento grave no País a epidemia da dengue.

A inclusão de dois Municípios dá essa flexibilidade, o que não ocorre com a especificação de um único Município.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PMDB – GO) – Nesse aspecto, discordo do meu querido Senador por um motivo simples: dois Municípios não é mais apenas uma coordenação. Se está havendo uma epi-

demia no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, não podemos delegar a coordenação do combate aos dois Municípios.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador, hoje uma das formas mais modernas de se otimizar os recursos dos SUS é por meio dos consórcios. Eles têm viabilizado em vários locais a otimização dos recursos do SUS.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PMDB – GO) – Mas, Senador, a palavra é “coordenação”. Coordenar é naturalmente centralizar. Certo? Então, se a epidemia acontece na União, quem coordena é o Ministério; no Estado, pode ser delegado; no Município, se forem três, quatro, cinco, naturalmente que a coordenação será da secretaria de saúde do Estado. Então isso que me parece.

De qualquer forma, se também incluirmos “e dos Municípios” não afasta efetivamente... E a palavra coordenação é centralizadora, o que não impede que os Municípios despendam seus esforços nesse sentido. Então, quem coordena? Naturalmente, é o Município.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Gostaria apenas de elucidar a questão que o Senador Demóstenes Torres está evidenciando, ou seja, a coordenação e não a execução. No caso de uma epidemia em vários Municípios, logicamente, por se tratar de uma ação imediata, sem dar tempo para a burocracia, a Secretaria de Estado, por ter uma estrutura maior de todos os Municípios, ter conhecimento e dados epidemiológicos, poderia ser, como é, a coordenadora; e o Município, o executor. Então, a responsabilidade do prefeito por meio do seu secretário de saúde. Isso não tira o poder de autonomia do Município. Se, no caso, foi um ou dois ou três Municípios, o que a coordenação do Estado poderia fazer? Dizer que cada um coordena seu Município, a coordenação fica centralizada nos Municípios em casos esporádicos. Então, o Estado pode delegar essa coordenação para os municípios.

Senador Mão Santa, V. Ex^a declarou muito bem sua experiência como executor de uma ação da qual tomou as rédeas e fez independentemente de Estado. Aqui estamos discutindo a coordenação de uns Municípios que poderiam ser em número suficiente para o Estado coordenar sozinho, centralizadamente, ou repassar a coordenação para esse Município, dependendo do bom-senso desse governante.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou médico nem especialista no assunto, sou até ignorante, mas tenho a ligeira impressão de que quando falamos que está havendo surto de determinada doença no Município é ele que tem que tomar conta. Se se tratar de mais de um Município – uma coisa ampla – tem que haver uma coordenação estadual, senão haverá uma guerra de vaidade entre os Municípios, cada um querendo coordenar o outro e terminará virando uma epidemia não mais localizada num surto localizado. Quem coordena, coordena alguma coisa, que deve ser mais de um, se tiver mais de um deverá ser o Estado. Quanto à execução, estou de acordo com o Senador Papaléo Paes, tem que com os esforços juntos. No território do Município, ele que cuide. Mas a coordenação de esforços tem que ser estadual quando houver mais de um Município envolvido, assim como se tiver mais de um Estado, deve ser federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acredito que a argumentação apresentada pelos Senadores que defendem a inclusão dos Municípios nas ações integradas de combate às epidemias tem inteira procedência e tem cabimento, até porque em muitos Municípios já existe a descentralização, já existe a coordenação natural que é conferida ao Município pelo SUS.

O objetivo da Constituição é justamente descentralizar o máximo possível as ações de saúde por meio do SUS. Se em um determinado Município, ocorre um determinado fenômeno de saúde e esse Município que já foi descentralizado – inclusive, com o apoio do Ministério da Saúde – não participa do combate a esse fenômeno, é algo inteiramente disforme, sem nenhum sentido.

Acredito que o Senador Demóstenes Torres, que tem esse sentimento de abertura e do entendimento dos problemas nacionais, certamente, incluirá o Município no § 1º do art. 1º

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr^a Presidenta, quero parabenizar o Senador Demóstenes Torres pelo entendimento dessa proposta. Existe

uma situação que precisa ser lembrada aqui e que será corrigida com essa proposta.

Em algumas cidades – e, notadamente no meu Estado, que tem 853 Municípios –, as cidades-pólo normalmente têm o que se chama de gestão plena da saúde, ou seja, o Estado passa à cidade-pólo o direito de coordenar as ações de saúde em todas as cidades que fazem parte do seu pólo. Então, uma cidade de aproximadamente 100 mil habitantes comanda o sistema de saúde em outras 20 ou 30 cidades com menor população. Evidentemente, cabe a esse gestor da saúde, que é um representante do Estado e não do Município, coordenar as ações de saúde, não só na cidade pólo como também nessas cidades todas, que são as cidades satélites da cidade pólo.

No momento em que incluímos como um dispositivo de lei que isso tem que ser seguido por aqueles que fazem o comando da saúde pública, entendo que isso vem resolver essa questão da disputa entre o Município e o Estado, porque, quando for do Estado ou quando for do Município, ou mesmo sendo do Município, sob a orientação do Estado, esta lei vai vigorar. É perfeita a posição do autor da lei, principalmente do relatório feito pelo Senador Demóstenes Torres.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Acredito e sou favorável a que os Municípios também tenham a coordenação na hipótese de a epidemia estar circunscrita ao Município. Quem é a coordenadora desta reunião? A Senadora Lúcia Vânia. Por quê? Porque ela foi escolhida para isso. Tudo tem que ter uma coordenação. É óbvio que, se houver dois Municípios com epidemia, os dois não podem ser os coordenadores da política e da execução – eles podem até ser delegados. Coordenar, portanto, é a palavra. Temos que nos ater a isso. Coordenar, de certa forma, é chefiar a política tanto ideológica quanto a de execução.

Diante do impasse criado, melhor optar pela redação proposta pelo Senador Maguito Vilela, porque, se colocarmos a coordenação em mais de dois Municípios, não teremos coordenação, teremos pulverização. Como é uma faculdade, fica a critério do Ministério da Saúde. Realmente, nesse aspecto, se entendermos que dois, três, quatro, cinco ou dez Municípios podem coordenar é melhor deixar mais ou menos sem definição.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Mas acredito que o Senador entendeu. A proposta é exatamente igual à do Senador Maguito Vilela. Não tem o “e” no meio, não. Parece que V. Ex^a entendeu que

fossem dois ou três ou quatro. Não. Estou rigorosamente com a proposta do Senador Maguito Vilela. E dos Municípios, no sentido do plural, não “dois”. Estou querendo entender o raciocínio de V. Ex^a. Mas quando V. Ex^a disse que vai atender a proposta do Senador Maguito Vilela, compreendi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perdoe-me, mas quando V. Ex^a falou “dos”, no sotaque que é seu, imediatamente esse “dos”, para mim, eram dois mesmo, um mais um.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra o Senador Maguito Vilela para encerrarmos a discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quero, então, concordar. Penso que é a melhor maneira, em decorrência dessa discussão, que me pareceu acadiana, vamos colocar “Secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Acato a emenda do Senador Maguito Vilela.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de acrescentar “de forma integrada”, se possível, Sr^a Presidente. A redação poderia ser assim: existentes nas áreas afetadas, podendo delegar essa competência às Secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que atuarão de forma integrada. Ninguém sentirá ciúme um do outro.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Melhor assim: na execução das ações integradas de que trata esse artigo. Pode ser? (Pausa) Vamos apresentar por escrito, oportunamente, Sr^a Presidente, mas fica da seguinte forma: para o controle de epidemias e na ocorrência de caso de agravo à saúde, decorrentes de calamidades públicas, o Ministério da Saúde, na execução das ações integradas de que trata esse artigo, coordenará a utilização de todos os recursos médicos e hospitalares necessários, públicos e privados, existentes nas áreas afetadas, podendo delegar essa competência às Secretarias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Eu concordo plenamente. Entendo que foi um avanço; por ser facultativo, é importante até para a própria economia do Ministério. No Município pode haver um problema que pode ser resolvido lá, sendo necessário apenas o apoio logístico. Prestando o Ministério

esse apoio, o Município resolve esse problema até de forma mais econômica.

Agradeço ao Relator o assentimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos colocar em votação a matéria, com a emenda do Senador Maguito Vilela, acolhida pelo Relator, Senador Demóstenes Torres.

Essa votação é terminativa na Comissão, portanto demanda votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Aprova da por unanimidade.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2002, decisão terminativa. Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais. Autor: Senador Lauro Campos; Relatora: Senadora Íris de Araújo; Relator *ad hoc*: Senador Eurípedes Camargo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, anuncio que pretendo pedir vista deste projeto, se isso for possível regimentalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Geraldo Mesquita, a discussão desse projeto já foi encerrada; falta apenas a votação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Eu voto contra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O parecer é pela aprovação do projeto.

Esclareço que, na reunião do dia 14 de agosto, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, em razão de não ter havido quorum quando ocorreu a discussão, sugiro que o Relator faça um resumo do projeto, para que deste tenham noção inteira os que não participaram da discussão. Assim, evita-se uma votação, às vezes, inconsciente.

É a minha proposta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não sou Relator, mas pedi a palavra para fazer um resumo, dizendo que ia fazer caridade com o chapéu alheio. Com as empresas quebradas, vão agravar ainda mais a quebraadeira das nossas aerovias.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Fiz o relatório como Relator *ad hoc* e não teria como atender ao pedido de fazer uma breve explanação. Eu precisaria de tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Exª gostaria de fazer um esclarecimento?

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Poderíamos conversar com o Relator oficial. Talvez tenhamos um prazo de alguns minutos, se S. Exª concordar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Gerado Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Gostaria de sugerir ao Senador Eurípedes Camargo que, se fosse possível, S. Exª solicitasse a retirada do projeto de pauta, para que possamos tratar do assunto em outra reunião. Assim, discutiremos melhor o tema. Há questões que precisamos apreciar com mais cuidado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, gostaria de fazer uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Gostaria de sugerir, tendo em vista que a Senadora Iris de Araújo já foi substituída pelo Senador Maguito Vilela, que fosse designado outro Relator. Nesse ínterim, estaremos em melhores condições para votar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Havendo o entendimento de que podemos pedir a retirada do projeto da pauta, eu concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria foi retirada da pauta.

Designo, como Relator da matéria, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Muito obrigado pela deferência, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passamos ao **Item 2** da pauta. A matéria já foi discutida e é terminativa na Comissão. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2002 – decisão terminativa. Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue. O autor é o Senador Vasco Furlan, sendo Relator o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O parecer foi pela aprovação do projeto, com uma emenda. Esclareço que, na reunião do dia 14 de agosto, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, passo à votação do projeto de lei.

Não estando presente o Relator, pediria ao Senador Geraldo Mesquita que lesse novamente o relatório, para que a Comissão possa tomar conhecimento do assunto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, acatando sugestão dos colegas, peço vênica para dispensar a leitura do relatório e sugerir a aprovação do projeto. O que ele propõe? A instituição do Dia Nacional de Combate ao Dengue. É uma causa meritória, que, creio, terá a aprovação de todos os Srs. Senadores aqui presentes, acredito até que seja dispensável a leitura do relatório. O meu voto é pela aprovação do projeto. Acredito que ocorrerá o mesmo em relação aos demais Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos à votação.

(Procede-se à votação.)

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Gostaria não apenas de votar com o Relator, mas também de deixar aqui registrados os meus cumprimentos ao autor do Projeto, ex-Senador Vasco Furlan, que é um catarinense, um grande homem público que muito beneficiou o seu Estado e o Brasil. Mesmo Santa Catarina não tendo maiores problemas com a dengue, até porque lá está controlada, o Senador Vasco Furlan, nosso amigo, preocupou-se justamente em combater o mosquito, que tem trazido inúmeros problemas ao nosso País.

Meus cumprimentos ao Vasco Furlan.

Voto com o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Serão registrados os cumprimentos ao Senador Vasco Furlan.

(Prossegue a votação.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Gostaria de pedir a aquiescência da Presidência da Comissão, para que apreciássemos agora o item 5. Já antecipo que, com relação a ele, pretendo pedir vista ao projeto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Trata-se apenas de um pedido de retificação da listagem dos Senadores do PDT. O Senador Álvaro Dias já anunciou à Casa, ao Plenário, que se inscreveu no PSDB. Infelizmente!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Antônio Carlos Valadares, só podemos retirar o nome do Senador Álvaro Dias com um ofício da Presidência.

Em votação a sugestão do Senador Geraldo Mesquita, inversão da pauta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Srª Presidente, não tinha percebido que o Senador Jonas Pinheiro não se encontra no recinto. Pela retirada, então, do projeto de pauta, para que possamos...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim, já havia uma solicitação do Senador Jonas Pinheiro, para que fosse retirado de pauta, em função da ausência dele.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Muito obrigado, Srª Presidente!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Srª Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Gostaria, a pedido do Senador Jonas Pinheiro, de justificar sua ausência. S. Exª foi chamado, com urgência, a Cuiabá, porque faleceu o administrador de sua fazenda. S. Exª teria que estar lá para dar assistência a seus funcionários. Essa foi a razão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Será registrado.

Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 630, de 1999, decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os bene-

fícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para Administração Pública. Autor Senador Lúcio Alcântara. Relator, Senador Edison Lobão.

Parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Srª Presidente, as companhias aéreas instituíram um sistema de incentivo à fidelidade de passageiros a essas siglas aéreas. A Varig, por exemplo, criou o Smiles*. Com isso, cada passageiro que viaja passa a ter um direito acumulado de 10% da sua passagem para a utilização no passo seguinte. O que propõe o Senador Lúcio Alcântara é que no setor público, que compra intensivamente bilhetes aéreos, tais benefícios não sejam canalizados às autoridades que utilizam passagens aéreas e sim ao próprio setor público, a repartição de origem dos recursos.

O meu parecer, Srª Presidente, é pela aprovação no mérito deste projeto que, de fato, tem efetivas qualidades para sanear uma situação que, ao meu ver, se configurava composta de irregularidades.

Opino, portanto, pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001.

O Relator do projeto é o Senador Leomar Quintanilha. Não estando presente S. Exª, aguardaremos a próxima reunião para colocá-lo em votação.

As demais matérias são terminativas. Vamos adiá-las para a próxima reunião, uma vez que não **quorum** qualificado para apreciá-las.

Antes de encerrar a reunião, coloco em votação o seguinte requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir os Srs. Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 516, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista **Veja**, do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e

adolescentes no Brasil, com a participação dos seguintes convidados: Dr^ª Eliana Arak dos Santos, Sub-procuradora-Geral do Trabalho e Coordenadora Nacional de Combate e Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente; Dr^ª Isa Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Dr. Pedro Américo de Oliveira, coordenador nacional do programa internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho.”

Assina o requerimento as Senadoras Patrícia Gomes e Lúcia Vânia.

As Sr^ªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO (extraordinária) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA REALIZADA DIA 27 DE AGOSTO DE 2003, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte e nove minutos, do dia vinte e sete de agosto de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE, PATRÍCIA SABOYA GOMES** e dos Senadores **FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JUVÊNCIO DA FONSECA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, OSMAR DIAS, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAES e TASSO JEREISSATI**. Registram-se as presenças dos Senhores Senadores **Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Paulo Octávio, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Marcelo Crivella e Eduardo Siqueira Campos**. O Senador **Eduardo Azeredo** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os traba-

lhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. A reunião destina-se a Audiência Pública com a finalidade de atender ao Requerimento nº 29-CAS/2003, de autoria da senadora **Lúcia Vânia** e do senador **Paulo Paim**, para debater a iminente fusão entre as companhias aéreas **VARIG** e **TAM** com a presença do Senhor **DARC COSTA**, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Professor **PAULO RABELLO**, Coordenador da Proposta dos Trabalhadores para a Fusão das Empresas; Professor **LUCIANO COUTINHO**; Coordenador da Proposta de Fusão das Empresas e do Senhor **ALEX CASTALDI ROMERA**, Diretor do Departamento de Gestão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa. Após as explicações fazem uso da palavra os Senhores Senadores **PAULO PAIM, PEDRO SIMON, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO SUPPLY, AELTON FREITAS, NEY SUASSUNA, SÉRGIO CABRAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES e PAULO OCTÁVIO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o vice-Presidente do Congresso Nacional, Senador **Paulo Paim**. (Palmas)

Pediria à platéia que não se manifestasse, regimentalmente estamos impedidos de qualquer manifestação da platéia.

A presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de combater a fusão das companhias aéreas **Varig** e **Tam**, resultado da aprovação, na reunião do dia 7 de agosto, do Requerimento nº 29, de 2003, de minha autoria e do Senador **Paulo Paim**.

Contamos com a presença dos Srs. **Alex Castaldi Romera**, diretor do Departamento de Gestão de

Políticas Setoriais do Ministério da Defesa, representando neste ato o Sr. Ministro José Viegas; Darc Antônio da Luz, vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, acompanhado da SRA. Fátima Regina França e dos Srs. Sérgio Bittencourt Varela Gomes e Dalmo dos Santos Manchete; Professor Paulo Rabelo de Castro, coordenador da proposta dos trabalhadores para a fusão. A presença ainda do Sr. Luciano Coutinho, coordenador da proposta das empresas para a fusão.

Esta audiência pública atende a um requerimento do Senador Paulo Paim, vice-Presidente do Senado, subscrito por esta Presidência.

O objetivo que se pretende alcançar aqui é tomar conhecimento pelos esclarecimentos das ilustres autoridades convidadas das gestões em andamento envolvendo a fusão de duas empresas aéreas Varig e Tam. O foco que interesse especialmente a esta Comissão diz respeito a questões trabalhistas, uma vez que se especula que a fusão resultará numa expressiva quantidade de perdas de postos de trabalho. Dada a gravidade do momento em que o desemprego atinge o mais alto índice dos últimos anos e é sabido que ambas as empresas detêm um número expressivo de trabalho, bem como seus fornecedores, gostaríamos de obter aqui uma visão clara desse processo em discussão, daí por que a presença dos senhores convidados já mencionados aqui.

Para dar início aos trabalhos, vamos procurar ser ágeis porque há vários oradores; vamos definir 15 minutos para cada orador, para que os Srs. Senadores possam dispor de tempo para as suas perguntas.

Com a palavra o Sr. Alex Castaldi Romera, diretor do Departamento de Gestão de Políticas Setoriais do Ministério da Defesa. V. S^a terá quinze minutos para sua exposição.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – Senadora Lúcia Viana, agradeço a oportunidade de, em nome do Ministério da Defesa, me pronunciar sobre este tema. Minha intervenção será breve. Gostaria de solicitar aos presentes, em função da própria ausência do Ministro de Estado aqui – S. Ex^a, na realidade, neste exato momento, está acompanhando o Presidente da República a São Paulo, participando de um culto ecumênico celebrado na intenção de nossos companheiros do Centro Tecnológico da Aeronáutica falecidos em Alcântara -, um momento de reflexão sobre essa desgraça que se abateu sobre o Brasil e um minuto de silêncio numa rápida homenagem aos que tomaram em Alcântara, desenvolvendo ciência e tecnologia aplicada ao tema aeroespacial.

(Faz-se um minuto de silêncio em homenagem aos técnicos falecidos em Alcântara.)

Exm.^{os} Sr.^{as} e Srs. Senadores e demais autoridades presentes, senhoras e senhores, em nome do Exm.^o Sr. Ministro de Estado da Defesa, Embaixador José Viegas Filho, dirijo-me a V. Ex.^{as} para apresentar a posição do Ministério da Defesa com relação ao assunto alvo dessa audiência.

Na realidade, estarei aqui reafirmando uma posição bastante conhecida por boa parte dos presentes. Para que o posicionamento institucional fique claro, considero fundamental explicitar os objetivos preferenciais do Ministério da Defesa no assunto em tela.

Primeiro objetivo: preservar ao máximo o emprego no setor ou, na pior hipótese, minimizar o desemprego e preservar as condições de exercício dos direitos trabalhistas daqueles que, eventualmente, venham a ser prejudicados.

Segundo, prestar o suporte possível, dentro dos limites legais, à manutenção das operações da Varig, para que se possa, no decorrer do tempo, entre outras medidas, continuar criando alternativas para uma solução corporativa.

Terceiro, criar condições de estabilidade setorial para que não tenhamos no futuro a repetição dos problemas que ocorrem no presente. Refiro-me à política setorial explicitada e ao marco regulatório, claro e estável, de forma a preservar a continuidade do serviço de transporte aéreo no Brasil e da presença da bandeira brasileira no mercado internacional.

Para atingir esses três objetivos, que são os objetivos que movem o Ministério da Defesa, estamos trabalhando também em três frentes convergentes, porém a cargo de atores diferenciados e que trabalham em ritmos diferenciados.

Naturalmente, enfatizarei mais a frente em que o Ministério da Defesa está mais diretamente envolvido, que é o estabelecimento de um marco regulatório e de uma política setorial.

Enfim, a primeira frente de ação envolve várias instâncias de governo, sendo ação de natureza absolutamente emergencial que se propõe manter a Varig voando e nada mais. O objetivo é este: manter a Varig voando para que se obtenha soluções, sejam quais forem.

Essa é a ação muito objetiva e muito direta. Não vou descer a detalhes.

Estou à disposição para responder às perguntas que julgarem necessárias.

A segunda ação é no campo maior da política setorial. Estamos trabalhando pelo estabelecimento

de diretrizes de uma política nacional de aviação civil. As diretrizes estabelecidas correspondem a um documento, se não engano, de 1991 ou 1992. Cumpre que se estabeleça novo ordenamento nesse segmento.

Esse estabelecimento de política foi feito como resultado do trabalho de um comitê técnico, chamado Comitê Técnico de Políticas Públicas, instituído por meio de uma resolução do Conselho de Aviação Civil (Conac), a qual consolida a proposta de diretrizes estratégicas, medidas estruturais, implementação de programas e algumas ações governamentais específicas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado dos quatro pilares básicos do setor de aviação civil: indústria de transporte aéreo, indústria de aeronáutica, infra-estrutura aeroportuária e infra-estrutura de controle de espaço aéreo. Essa é a dimensão e o enfoque que se dá ao problema. Essa audiência está verificando um aspecto de uma parte da indústria do transporte aéreo.

A definição dessa política ganha relevância em face da crise que atinge o setor no mundo, exigindo do governo ações capazes de preservar a indústria de transporte aéreo nacional, bem como os demais segmentos da aviação civil, contemplando não apenas as soluções emergenciais de curto prazo, mas um reordenamento do setor que venha a assegurar a competitividade do País diante de um novo contexto mundial setorial e a viabilização dessa atividade num ambiente de liberdade econômica.

O Comitê Técnico de Políticas Públicas, instituído sob a coordenação do Ministério da Defesa, é formado por representantes do setor de transporte aéreo, tivemos a participação institucional do SNEA, com a participação dos trabalhadores, representados por dois sindicatos, o sindicato dos aeronautas e o sindicato dos aeroviários, e também por representantes do Governo, mais especificamente daqueles integrantes do Governo que participam do Conac, contando ainda com significativas contribuições de diversos segmentos interessados, bem como de técnicos e especialistas e, inclusive, acadêmicos do setor.

Inserido dentro dessa atividade desse Comitê, que foi se estabelecer diretrizes de uma política maior, é óbvio, como parte natural de uma política, que existe a análise do marco regulatório do transporte aéreo regular.

Essa política virá a se propor a ordenar a atuação do Governo visando dar à aviação civil brasileira as condições para o pleno cumprimento do seu papel estratégico, como forma de atingir o objetivo maior de promover o desenvolvimento social econômico e soberano do País.

O transporte aéreo brasileiro está em crise. As origens das crises são bastante conhecidas. E temos a expectativa de podermos agir a tempo para evitar a simplista solução de mercado.

Dado ser a crise grave e urgente, temos que nos precaver contra soluções miraculosas e às vezes mirabolantes que se apresentam em situações dessa natureza, e que é uma grande tentação para que se aproveite para dar uma solução rápida para um problema que se repete há décadas.

A situação atual é consequência de diversos fatores: retração do mercado, associada à significativa alta dos preços dos principais componentes dos custos do transporte aéreo, em especial do QAV, do queirose de aviação, e de despesas as mais diversas associadas ao câmbio, que produziram efeitos cumulativos que se refletem hoje num endividamento brutal ou monumental das empresas aéreas.

Aos antecedentes já mencionados somam-se dificuldades de gestão corporativa, principalmente a dificuldade de as empresas adaptarem-se às condições de mercado competitivas, à qual foram submetidas sem o devido preparo e prudência.

A imposição a essas condições produziu uma desorientação no mercado, com um danoso efeito da guerra pela ocupação do mercado. Fala-se muito em guerra de preço, mas a guerra que houve foi uma guerra pela ocupação do mercado, a guerra pelo **marketier**. Guerra de preço foi uma mera consequência da primeira guerra.

A estratégia corporativa que se observou nos dois últimos anos é que cada empresa considerou como sua estratégia que a outra ou as outras iriam falir, e todas se prepararam para ser a única no mercado. Como a hipótese, infelizmente, e tem que se dizer, apenas uma quebrou, a hipótese não se realizou. E ficamos com uma super-oferta. Super-oferta pede guerra de preço, e guerra de preço foi o que tivemos. Ou seja, tivemos aquilo que pedimos.

Essa é a razão por que se considera fundamental o estabelecimento de uma política de aviação civil e um marco regulatório adequado para promover o desenvolvimento sustentado do setor.

O Governo acompanha, apreensivo, o desenvolver dessa situação, apreensivo mas não inerte, pois está ciente da importância estratégica do setor para o desenvolvimento nacional, sendo que a presença de empresas aéreas brasileiras no mercado internacional representa uma importante economia de divisas, além de considerar o aspecto humano e social e a ne-

cessidade de envidar todos os esforços na preservação de empregos no setor.

A terceira ação em curso é o alvo dessa convocação e também, por determinação do Conac, tem a sua coordenação no âmbito do Governo. Assim como existiu um Comitê de Políticas Públicas, que teve o ônus e a honra de coordenar, existiu um comitê, chamado Comitê de Conjuntura, cuja coordenação ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, aqui representado, e com certeza poderá, com maior propriedade, subsidiar os Srs. Senadores com maior relevância de detalhes que fogem à área de mais direta gestão do Ministério da Defesa.

De qualquer forma, para que servisse como uma transparência a posição do Ministério da Defesa – repito – o que pessoalmente aqui tenho ouvido o Sr. Ministro José Viegas, em sem-número de oportunidades e para um sem-número de pessoas, tem dito que a proposta de fusão entre a Varig e a Tam apresentou-se, até no momento, como uma alternativa no campo real para se encontrar uma solução num prazo disponível, considerada a gravidade da situação enfrentada pela Varig. Cabe, no entanto, ressaltar que se trata de uma questão de âmbito empresarial sobre a qual o Governo Federal não tem e nem deve ter ingerência direta.

O fato de vermos com simpatia o movimento empresarial que aponta a fusão como uma das soluções não significa que o Ministério se furta a considerar qualquer outra alternativa, dentro da racionalidade econômica e da viabilidade empresarial, para viabilizar esse patrimônio nacional que é a Varig e que tem que ser mantido.

A experiência e a vivência que tive nesses meses apontaram que todos os seguimentos foram recebidos – e tive o prazer de acompanhar algumas dessas audiências com o Ministro José Viegas – e todas as propostas foram consideradas nessas audiências.

O Governo, por sua vez, declarou reiteradas vezes que está pronto a cumprir o seu papel institucional por intermédio dos órgãos competentes e dos instrumentos de financiamento e fomento de que dispõe, sempre na defesa do interesse público. A atuação desses órgãos foge às competências diretas do Ministério da Defesa, cabendo a eles avaliar as condições específicas da proposta de fusão quando for apresentada. Há que se ressaltar esse aspecto, e imagino que alguém deve mencionar, mas especificamente a proposta de fusão não está dentro do Governo. O Governo tem a expectativa e a simpatia de recebê-la, mas nós não temos a proposta dentro do Governo. É difícil falar sobre algo que você não conhece em nível

de detalhamento. O nosso objetivo nessa alternativa, que nos parece interessante, é principalmente zelar pela preservação de um maior número de empregos possível – estimular uma maior participação possível no setor privado é uma solução – e assegurar que existem garantias e viabilidade de retorno dos eventuais aportes que serão feitos com recursos públicos e que esses aportes tenham garantia de retorno, ou então vamos ter que discutir o que é prioritário.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – Obrigado.

Mais que a recuperação econômica de empresas, compete ao Governo promover o reordenamento do setor de forma sustentável e criar as condições para a sua recuperação e para o seu desenvolvimento futuro, em bases rentáveis, atendendo as necessidades do País com qualidade, com condições competitivas, com um regime de liberdade e praticando, obviamente, tarifas módicas.

No âmbito institucional, que compete ao Ministério da Defesa, encontra-se em fase de conclusão o processo de elaboração, em conjunto com representantes do setor, das diretrizes para o novo marco regulatório e para o estabelecimento de uma política nacional de aviação civil, a ser submetido ao Conselho de Aviação Civil – Conac.

Trata-se de uma discussão abrangente que aborda temas absolutamente polêmicos como o modelo de regulação econômica, a desoneração fiscal, o financiamento de longo prazo ao setor, sendo que os estudos encontram-se em fase de discussão entre e dentro dos diversos Ministérios participantes do Conac.

Enfatizamos, por fim, que os esforços emergenciais que o Governo vem fazendo para assegurar, durante essa fase de transição, o funcionamento das empresas, dando suporte para que elas continuem operando, até que se consiga viabilizar uma solução adequada e de longo prazo, obviamente, são limitados pelos aspectos legais que envolvem a questão.

São esses esforços que esperamos levar a bom termo na certeza que vem ao encontro dos anseios desta Casa, dos cidadãos brasileiros, dos trabalhadores do setor, que esperam ver uma aviação nacional forte, eficiente, competitiva e sustentável. Ao mesmo tempo, exigem um uso criterioso e responsável dos recursos públicos e, legitimamente, demandam pela preservação dos recursos e dos empregos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos o Dr. Alex.

Nesta oportunidade, registramos, com muito prazer, a presença dos trabalhadores da Varig, da imprensa, enfim, dos convidados que estão nos honrando com suas presenças.

Passo a palavra ao Dr. Darc Antônio da Luz, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. V. S^a dispõe de 15 minutos.

O SR. DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA – Bom-dia! Em primeiro lugar, agradeço o honroso convite formulado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na minha pessoa, pela Comissão de Assuntos Sociais, para falar sobre a possível fusão entre a TAM e a Varig, como consta do requerimento encaminhado a esta Comissão pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Paulo Paim, a quem cumprimento, cumprimentando as demais autoridades aqui presentes.

Quando chegamos ao Governo Federal, o setor aéreo pareceu-nos passar por uma situação grave, que vinha já, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, causando uma série de problemas já que a questão é do marco regulatório. É, em cima do marco regulatório, que se estrutura o setor de aviação civil. Foi-me pedido, então, que eu fizesse uma pequena nota ao Governo tratando o tema e como o BNDES poderia participar da questão.

O BNDES, como V. Ex^{as} sabem, é uma entidade que foi criada, no segundo Governo Getúlio Vargas, com o objetivo de ser um agente de transformação. É a agência de desenvolvimento do Brasil. Na verdade, dentro dessa ótica, o BNDES está sendo gerido. O BNDES voltou à sua posição inicial e não é mais um banco de desenvolvimento, mas, sim, uma agência de desenvolvimento. Como objetivo central de um banco de desenvolvimento, ele procura gerar ativos e, conseqüentemente, gerar empregos porque a prioridade econômica número um de um país, como o Brasil, é a geração de empregos. Todo ano, temos 1.800.000 pessoas para colocar no mercado de trabalho.

O setor de aviação civil é responsável hoje, diretamente, por mais de 40 mil postos de trabalho e, indiretamente, por mais 60 mil ou 80 mil postos de trabalho. Então, é um setor representativo da economia nacional e, como tal, tem de ser olhado.

Quando me foi pedido para montar essa pequena nota, comecei-a, dizendo o seguinte: o setor aéreo é estratégico do ponto de vista político, e a sua manutenção em mãos nacionais se trata de uma questão de segurança nacional. O setor aéreo é uma questão de segurança nacional antes de tudo.

Além de tudo, a disponibilidade de aviação civil não é **commodity**. Trata-se de um bem público. Um indivíduo que mora em Rio Branco e tem um problema cardíaco tem de ter um avião para se deslocar para São Paulo e poder ter atendimento médico lá. Ele não pode ser tratado como se fosse uma **commodity**. Tem de ser tratado de forma diferente. Além disso, exigimos que não podemos intervir, pontualmente, no socorro de uma empresa do setor aéreo sem provocar maior desequilíbrio já existente nas demais empresas do setor. Não havia condição de o BNDES fazer uma intervenção pontual porque a fragmentação a que o setor havia sido conduzido era de tal monta que qualquer intervenção numa empresa desequilibraria mais as outras.

A minha segunda observação era que, assim, a solução ainda existia fora do setor. A solução do setor aéreo deve ser um programa setorial, não deve ser voltado para a empresa A, B ou C.

Observávamos também que essa solução tem que apresentar resultados e ser sustentável a longo prazo. Não adianta resolver o problema agora e a questão reaparecer daqui a seis meses ou daqui a um ano.

A sociedade brasileira deve estar comprometida com essa solução, e não somente o setor público. Esta é uma solução da sociedade brasileira, porque ela, efetivamente, é que será amparada e garantirá o setor de aviação civil. Portanto, não é uma solução do setor público. As pessoas pensam que o setor público resolve. Não é verdade. Esse é um processo em que a sociedade brasileira deve se engajar para buscar uma solução.

Um outro aspecto é que a proposta de solução deve vir do setor, e não ser imposta pelo Governo. Além disso, a questão não se solucionava com meras operações financeiras, o problema era muito mais profundo. Contudo, vimos também que era importante eliminar o passivo histórico e possibilitar operações superavitárias. Essas medidas, claramente, apresentam fortes componentes financeiros.

Entretanto, eliminar o passivo histórico e operações superavitárias exigiria uma intervenção direta no marco regulatório. A questão central, para nós, antes de analisar as empresas, era a questão do marco regulatório. Para obter operações superavitárias, portanto, torna-se necessário extinguir o clima de concorrência predatória que vicejava no setor, substituindo a fragmentação ora observada por uma nova estrutura mais consistente, que podia ser elaborada pela reserva de linhas e por uma série de outras medidas que deveriam ser estudadas.

O que temos feito, desde então, é procurado auxiliar o Ministério da Defesa na criação de um marco regulatório consistente e que entenda que a aviação não é uma **commodity**, não pode ser tratada de forma desregulamentada, como muitos propõem, porque há setores em que a intervenção precede o mercado, caso contrário, o mercado leva à intervenção, como estamos observando atualmente. Temos que ter uma visão clara dessa questão. Na verdade, o que é o Estado senão a pactuação que fazemos para ter uma vida melhor? Essa idéia de que o Estado deve ser afastado de todas as coisas também tem seus limites. O Estado tem um papel a exercer em determinados processos, principalmente naqueles onde os monopólios se explicitam pelas condições próprias da natureza do serviço. Assim como no meu edifício não posso ter duas caixas d'água com diferentes redes hidráulicas fazendo concorrência, em determinados setores também não posso ter duas empresas de aviação fazendo concorrência predatória, quando só cabe uma linha. É necessária uma regulamentação, porque é fundamental que os senhores entendam que o capitalismo se estrutura pela cooperação e não pela competição, como o discurso corrente.

Das três modalidades de contato que os seres racionais têm, a cooperação, quando juntos buscamos o mesmo objetivo, ou a competição, quando separados, mas seguindo regras pré-acordadas, buscamos o mesmo objetivo, ou o conflito, quando separados, sem seguir regra alguma, buscamos o mesmo objetivo, a cooperação é muito melhor do que a competição. É fundamental entendermos que o setor de aviação no mundo, assim como o próprio capitalismo, estruturou-se na cooperação entre fornecedores, clientes e empresas que vicejam no setor, e não por um processo de competição em setores onde isso não é possível, a não ser que queiramos destruir o que construímos durante 50, 60 ou 70 anos.

Essa é a questão. Eu percebo, por exemplo, os esforços daqueles que estão sentados à mesa, no sentido de conjugar esse processo.

Vivemos sob um discurso enganoso e falacioso. Há determinados setores em que precisamos da regulação do Estado e da presença da sociedade como instrumento de estruturação de processos.

Agora, passemos à análise do posicionamento do BNDES no problema. O que o BNDES tem feito? O BNDES tem acompanhado as diversas tentativas que estão ocorrendo no setor privado, mas efetivamente não se inseriu no processo por ser uma agência de fomento e também um banco. Sendo assim, há normas que regem a sua atuação. E somente poderão nos

inserir em determinado contexto quando recebemos uma carta-consulta formal que elucide determinadas questões centrais, para que haja uma análise de projeto. Até hoje, não recebemos qualquer solicitação de nenhuma das partes envolvidas no processo. Como eu disse no início, para avançarmos é preciso um marco regulatório que defina efetivamente como se deve operar esse setor.

Recebemos essa idéia de um setor fragmentado decorrente de um discurso que privilegia a desregulamentação e a concorrência predatória. Precisamos mexer nesse ponto. A visão desregulamentatória conduziu à fragmentação e a uma situação econômico-financeira insustentável para o setor. Vivemos, nos últimos doze anos, uma progressiva perda dos ativos construídos nos anos anteriores no setor de aviação civil. Cerca de 600 cidades eram atendidas pela aviação no Brasil. Atualmente, são apenas 180. Havia um fluxo de transporte de passageiros profundamente adequado às características nacionais, mas o perdemos. Existiam empresas razoavelmente sadias, mas também as perdemos.

V. Ex^{as} pensam que esse é um fenômeno brasileiro? Não! Esse é fenômeno mundial, porque o discurso da desregulamentação atingiu a aviação civil como um todo. O Governo americano destinou US\$10 bilhões para sustentar suas empresas, mas não conseguiu manter muitas delas, como, por exemplo, V. Ex^{as} conhecem o caso, a Pan America. Na Europa, os governos estão destinando uma massa de recursos enorme, como fizeram na Air France e nas fusões ocorridas na aviação suíça. Qual é a razão disso? Prever é melhor que remediar. Se não há prevenção, resta-nos apenas tentar remediar situações que são catastróficas.

Registro, na presença dos funcionários da Varig, que não procuramos o Governo para tirar postos de trabalho, mas, sim, para criar empregos. Esse é o nosso objetivo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Darc Antônio da Luz Costa.

Passo a palavra ao Professor Paulo Rabelo de Castro, que dispõe de 15 minutos para proferir seu pronunciamento.

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Bom-dia a todos. Sr^a Presidente desta Comissão, **Senador Paulo Paim**, demais Parlamentares presentes, saúdo a todos, representantes da imprensa, hoje tenho a honra de representar respectivamente a Associação de Comissários da Varig; a Associação dos Mecânicos de Vôo da

Varig; a Associação de Pilotos da Nordeste; a Associação dos Tripulantes da Rio-Sul; a Associação de Pilotos da Varig; a Associação de Pensionistas e Beneficiários do Aeros – Apros; a Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – Anapar –; e indiretamente, conforme me informaram, mediante decisões de assembleias, o Sindicato Nacional dos Aeronautas e dos Aeroviários e as respectivas centrais sindicais que acompanham o processo e apóiam esse trabalho que vem sendo desenvolvido diretamente, suportado pelas associações.

Aproveito a oportunidade para dar um breve depoimento. Tenho acompanhado esse trabalho há um ano e meio, quase dois. Com o convite da Senadora Lúcia Vânia, chegamos a um ponto culminante: tudo que nos motivou até o presente momento foi a força de trabalho. Portanto, nada mais oportuno do que estar na Comissão de Assuntos Sociais para discutir esse assunto, como já foi dito pelo Vice-Presidente do BNDES, sob a ótica do trabalho.

Sempre me mobilizei por causa desse motivo, até porque a minha mobilização inicial encontrou respaldo na Diretoria da Pivar, que me procurou para dar uma solução técnica para uma questão, quando descobri que toda a diretoria havia sido demitida pela direção da empresa, o que considerei, no mínimo, curioso. A partir desse instante, a situação despertou-me uma grande atenção para esse tema extremamente candente, como V. Ex^{as} vêem e verão, é extremamente candente.

Eu me sinto hoje, posso lhes asseverar, como um modesto abolicionista em pleno século XXI.

E quanto às associações, que, às vezes, têm-me cumulado com generosos agradecimentos, porque me tenho mobilizado para isso, eu gostaria de a elas agradecer pela oportunidade de me sentir como abolicionista. Embora um pouco tardio, sinto-me como um abolicionista, porque há várias abolições, Senador Paulo Paim, que precisamos fazer ainda no Brasil. Uma das principais é a abolição da escravatura do trabalho em relação ao capital. Precisamos modernizar as relações do trabalho, e a principal modernização, a principal abolição que tem que ser feita se deve ao fato de que o trabalho não pode participar do capital.

Sou da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e posso dizer que há o ponto culminante em que um Presidente trabalhador diz que o trabalhador tem que ter também uma beirada do capital nacional e participar intensamente da governança corporativa das empresas.

Peço ao Comandante Mauro Borges para apresentar rapidamente as principais premissas sobre as quais se baseia o plano de reestruturação ampla que esse grupo de associações tem discutido. Trata-se de novo marco regulatório, como já foi dito aqui pelo Diretor Catalde. Não voltaremos a esse assunto, porque também foi reinfatizado com muito brilhantismo pelo Vice-Presidente Darc Costa.

A nova governança corporativa é algo que eu gostaria de já ressaltar como tema central. Apesar de termos uma crise internacional e também nacional, como já foi ressaltado, do transporte aéreo, nenhuma crise é tão importante como a de governança corporativa da organização, hoje sob a égide da Fundação Ruben Berta. E como está na moda, inclusive, a discussão da governança corporativa nas empresas, é ponto focal, a ética nas empresas, o risco de ética, a transparência e a responsabilidade social são temas extremamente importantes. Por quê? Além do novo marco regulatório – pode passar para o segundo, que se refere à governança corporativa –, eu gostaria de ressaltar que esta governança corporativa é que vai determinar as vantagens comparativas de cada empresa.

Não deixa de ser curioso que, em pleno momento em que temos duas empresas aéreas consideradas maduras, em plena crise econômico-financeira, temos uma pujante quarta empresa entrando no mercado, ganhando fatias de mercado, não tendo eventualmente os benefícios de escala, apresentado lucro, conta com alta empatia com o público e, obviamente, aproveitando o guarda-chuva de preços e até a própria desestruturação do setor, para fazer sua própria incursão no mercado.

Então, temos que ser inteligentes, antes de mais nada, quando nos defrontamos com a proposta de que um é melhor do que dois; de que dois é melhor do que três e, portanto, menos empresas é melhor do que mais empresas. É preciso que tenhamos a égide da cooperação, com bem disse o Vice-Presidente Darc Costa, e, ao mesmo tempo, a emulação do processo competitivo para gerar a economia de recursos escassos. Isso só é bem feito quando as empresas têm governanças corporativas razoáveis.

Posso dizer, modestamente, que falta um marco regulatório. As empresas aéreas no Brasil não têm responsabilidade de governança corporativa que hoje seja checada, a exemplo da segurança de voo. Temos uma outra segurança que é fazer voar a empresa, não voar o equipamento, que é mais importante e até precedente a voar o equipamento, e nós simplesmente não temos um órgão – e desafio que alguém me prove que órgão é esse – que faça a análise da

adequada governança corporativa de cada empresa concessionária de um serviço público e que tem características de bem público. Portanto, essa nova governança corporativa é extremamente importante.

Passemos ao item central do Plano de Reestruturação, que é um tratamento equitativo dos credores.

Na administração anterior, encontramos um sistema fechado. Como foi informado no ano passado – V. Ex^{as} vão lembrar pela imprensa que muito divulgou –, é um comitê de credores que, inclusive, já se dissolveu, que tinha uma presidência informal de um dos bancos e que simplesmente não existe mais, para a qual nunca foi convocado nenhum grupo representante dos trabalhadores, nem tampouco a presença do Aeros, que é o fundo de pensão credor dos trabalhadores.

Portanto, prosseguindo, temos também uma quarta premissa importantíssima dentro do equilíbrio futuro da Varig, dessa nova empresa Varig, que é um encontro de contas fiscal. Todo mundo se impressiona muito com o patrimônio expressivo, com o patrimônio líquido negativo das empresas Varig, o patrimônio consolidado de 4,5 bilhões, mas nos esquecemos, frequentemente, de que existem ações em que a empresa Varig já é ganhadora de causa, ou em instância final, transitada em julgado, ou em segunda instância, que lhe dão alguns bilhões de créditos, que poderiam ser perfeitamente compensados, como já foram em vários encontros de contas muito bem planejados. O último deles foi o encontro de contas do FGTS, para o qual, inclusive, temos experiência prévia, porque a reestruturação preliminar, por exemplo, do setor elétrico, já no passado ano de 1993, começou por meio de um encontro de contas entre ativos e passivos setoriais.

Portanto, com uma mera medida provisória, apenas sugestivamente, poderíamos, por intermédio dessa decisão de Governo, permitir o acerto de débitos e créditos, que deixariam o panorama patrimonial do Grupo Varig bem distinto daquele que estaticamente aparece nas demonstrações financeiras. E o âmago da nossa proposta, sem dúvida nenhuma, é a participação acionária dos trabalhadores. É esse “ebulicionismo” da visão bipartite do capital, de um lado, o capital padrão, e do trabalho subserviente, ainda que abençoado pelas conquistas trabalhistas e pelos direitos dos trabalhadores, que a eles foge, esse principal direito que precisa ser incursionado na legislação brasileira, que é a participação não só no resultado como também na gestão compartilhada, principalmente de atividades complexas como essa,

em que sabemos que é importantíssimo que o trabalhador vista a camisa.

Portanto, temos uma situação particularmente favorável, até para transformar esse problema numa bela solução – e digo isso até provocando o Relator da nova Lei de Falências, que, na realidade, deveria ser uma lei de recuperação de empresas, pois esse é seu verdadeiro nome. Estamos diante de um caso prático que reproduz, como um caso teste, um caso piloto, aquilo que a futura Lei de Falências vai permitir: um concurso de credores com ampla participação do setor trabalho e com a incursão e garantia desses créditos trabalhistas. Aí, vem o detalhe técnico que a hora não permite aprofundar, que é a conversão desses créditos, principalmente previdenciários, por meio de um processo voluntário de adesão de cada funcionário da ativa – obviamente, não os já inativos – ao processo de investimento acionário.

Portanto, esse seria, e quando o BNDES puder ser provocado, o programa de financiamento desses créditos previdenciários, que seriam aportados por cada trabalhador do Grupo Varig, da ativa, para a participação na ação, no patrimônio e na gestão do processo.

Eu diria que o teste ácido, então, não é só esse, mas a participação do público e dos investidores corporativos. Falou-se aqui, e o BNDES insiste muito nisso, com toda a razão, que essa nova empresa tem que ser boa para todos, e o teste ácido é saber se ela é boa para os investidores que não estão participando do processo, mas que podem vir a participar. Portanto, uma reestruturação setorial deveria ser boa o suficiente para, por exemplo, conseguirmos – e o BNDES já fez isso em relação à Petrobras e à Vale do Rio Doce – ter uma empresa aérea que suscite a atenção do público para o investimento do seu FGTS. Aliás, um projeto de lei que o Senador Sérgio Zambiasi, pelo que estou informado, acaba de apresentar tem exatamente esse conteúdo do uso do FGTS, não só pelo próprio trabalhador da empresa em que opera, como também para o conjunto dos trabalhadores.

Acabo de mencionar o Senador Sérgio Zambiasi, o seu projeto do FGTS e, obviamente, o convite ao investidor privado para compor o bloco de controle. Têm me cobrado muito o tal do investidor externo. Eu gostaria de deixar claro que o investidor externo não é apenas um. São “os investidores externos”, pois há vários interessados. São interessados, entretanto, que põem dois condicionamentos fundamentais.

Um foi mencionado pelo vice-presidente do BNDES: sem um marco regulatório adequado, como um investidor externo, que não tenha orelhas de bur-

ro, e bem peludas, vai colocar seu dinheiro numa situação em que não sabe qual vai ser o dia de amanhã?

Há uma segunda coisa mais importante ainda: nenhum investidor externo vai participar de um projeto em que investidores internos não participem também com o seu próprio recurso. Ou seja, o teste da solidez da nova estrutura é a participação de nós mesmos, trabalhadores das empresas, que hoje deverão aportar também o seu capital de risco dentro do processo e aí, então, minoritariamente, haverá, sem dúvida alguma, participantes interessados no bloco de controle externo.

Para concluir, gostaria apenas de mencionar a preservação dos empregos e dos investimentos regionais. Há uma grande mobilização dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A Varig, em particular, é uma empresa que serve ao Brasil inteiro e, portanto, há um interesse muito grande no equilíbrio da decisão para a preservação dos empregos também no plano regional.

O Brasil não é somente um pólo. Podemos até, aeronauticamente, funcionar na base de **Hub and Spoke**, mas não podemos tratar a nossa federação como um **Hub and Spoke**, muito menos em inglês. Portanto, temos que preservar o aspecto do equilíbrio regional. E a racionalização dos empregos, obviamente, demonstrará, categoricamente, que temos menos empregos a destruir do que a construir, a abrir, por intermédio de programas de incentivo.

Gostaria de dizer que essas associações que hoje representamos estão inteiramente abertas e flexíveis a discutir qualquer plano que seja o de racionalização de empregos, mesmo com o sacrifício temporário de salários e dos seus ganhos já adquiridos e com eventuais descontos sobre os créditos trabalhistas e previdenciários mais do que são devidos.

Ao concluir quero dizer que a única diferença que me parece existir entre a solução que hoje está sendo contemplada indiretamente pelo Ministério da Defesa é que vejo a ênfase muito no terceiro andar desta Casa, no plano de negócios, na reequiparação operacional e financeira e, daí, a idéia do **cold chair**. Quando, na realidade, toda a nossa análise, de dois anos para cá, tem nos apontado, insistentemente, para a governança corporativa e para as questões regulatórias e tributárias que não foram mencionadas aqui (o Brasil é o País de mais extensa e gravosa tributação sobre o setor aéreo no mundo). Portanto, tudo isso tem que ser construído; e a construção da casa começa pela fundação, que é o entendimento entre o capital e o trabalho.

Já falamos do **Bent Mark** e das contingências ativas, que trariam ao BNDES um fundo garantidor de créditos. Gostaria de apenas apresentar a parte previdenciária, em que as contingências trabalhistas são da ordem de R\$900 milhões, e atrasados da ordem de R\$65 milhões para apenas acentuar os R\$2 bilhões e, com isso, concluir que estes R\$2 bilhões estão no último balanço do grupo Varig, mostrando, categoricamente, que o valor presente das obrigações atuariais a descoberto cresceu, evoluindo de R\$1,1 bilhão para R\$1,750 bilhão, ou seja, quase R\$2 bilhões já devidamente admitidos, dos quais aqueles itens que estão ali lançados: 214, 253 e 305 são os itens reconhecidos em balanço pela controladora e pela VPTA e VPSC, que são subordinadas.

O débito líquido ainda a reconhecer é de R\$976 milhões, ou seja, aproxima-se de R\$1 bilhão. É este débito que precisamos transformar em partes acionárias. E o débito já reconhecido da ordem de R\$ 774 milhões é o que, embora reconhecido, precisa ser lastreado em bens tangíveis para a segurança daqueles participantes aposentados e pensionistas do Aeros.

Se não fizermos isso, estaremos colocando em risco a vida das pessoas que, durante os últimos 40 anos trabalharam na empresa e a tornaram o que já foi aqui mencionado, um patrimônio do Brasil e dos brasileiros.

Passo, enfim, sem mais delongas, ao plano de reestruturação formulado pelas associações, pedindo à Senadora, que, ao recebê-lo, o veja com os olhos de quem o elaborou, sem o benefício de ter os livros abertos pela empresa. Trata-se de um plano de reestruturação ampla, que visa não apenas a Varig como o reequilíbrio setorial. Estamos absolutamente certos de que o fluxo de caixa operacional da Varig, sendo positivo, trata-se de uma empresa solvente. Se admitirmos um encontro de contas na linha da reestruturação, inclusive da futura Lei de Falências, trata-se de uma empresa perfeitamente equacionável do ponto de vista financeiro. Fica aqui minha proposta final.

Se não pudermos reestruturar a governança corporativa hoje situada sob a égide da Fundação Rubem Berta, permaneceremos no mesmo lugar, "Esperando Godot". Precisamos ter coragem política nesse serviço concedido e fazer um exame de consciência da governança corporativa da melhor e da maior empresa brasileira de aviação civil e ter coragem política de empreender uma governança interina – e aí está a proposta que fecha o documento – uma governança interina que, numa faixa de 24 a no máximo 48 meses, produza uma gestão profissionalizada que dê início a entendimentos com o BNDES, incor-

pore os créditos trabalhadores como parte acionária da nova empresa, e, assim, reestruture, com ou sem fusão, a qualquer outra empresa o conjunto da Varig.

Muito obrigado, com minhas escusas pelo horário.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos o Professor Paulo Rebelo de Castro e passamos a palavra ao Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Gostaria de saudar a Exm^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, o Exm^o Senador Paulo Paim, os Exm^{os} Senadores aqui presentes e demais Parlamentares, o Exm^o Sr. Alex Castaldi, que aqui representa o Exm^o Sr. Ministro da Defesa, José Viegas, o Exm^o Dr. Darc Costa, vice-Presidente do BNDES, meu prezado colega, Economista Paulo Rebelo de Castro, e demais presentes.

Os objetivos da proposta de associação entre as empresas Varig e Tam têm como pressuposto fundamental encontrar um caminho de garantia da continuidade das operações da aviação comercial das empresas, especialmente da Varig, mantendo a marca e a excelência de seus serviços. Pretendem também minimizar o impacto sobre os empregos e sobre os benefícios propiciados pelas empresas. Prevê, ainda, a preservação de ativos e negócios da Fundação Rubem Berta, criando condições para a sua auto-sustentação de forma a que uma eventual deterioração da fundação não venha, por sucessão, a contaminar a nova empresa. E pretendem a criação de uma nova sociedade econômica e financeiramente sustentável a longo prazo e que contribua para a reestruturação do setor aéreo brasileiro. Portanto, a nova sociedade deverá operar com eficiência máxima, gestão profissional e excelência em matéria de governança corporativa.

Vou, de maneira muito rápida, discorrer a respeito da necessidade de que a solução para o setor aéreo brasileiro busque uma configuração sustentável e eficiente. Parece-me que a proposta de associação entre a Varig e a TAM viabilizará a criação de uma empresa brasileira com pouco mais de 60% do mercado doméstico e com expressiva e crescente participação na operação internacional da aviação civil brasileira, interconectando o País com todo o Planeta.

Essa associação evidentemente não prescinde de um marco regulatório que estabeleça condições estruturais sustentáveis de médio e longo prazo para o setor de aviação civil, como alternativa às desastrosas guerras de preço e outras formas predatórias de concorrência provocadas pelo excesso de oferta e

pela desregulamentação que vêm caracterizando o setor nos últimos anos.

Observando-se as séries de preços de tarifas, é impressionante como a guerra de preços tem-se sucedido com grande frequência e como isso tem contribuído para erodir de forma muito violenta a rentabilidade de todas as empresas.

O projeto de associação entre a Varig e a TAM permitirá manter a possibilidade de que a concorrência com as demais empresas seja eficiente e, ao mesmo tempo, que os órgãos públicos de defesa da concorrência e do consumidor e os órgãos de regulamentação do setor aéreo possam tratar essa questão com a seriedade que ela exige, qual seja, a de conciliar a sustentabilidade empresarial com a oferta em condições tarifárias módicas e adequadas ao mercado brasileiro. E isso é possível – argumentarei depois – em função das fortes eficiências que podem ser geradas pela operação de associação.

A proposta de associação das duas empresas decorre da minha convicção de que não é viável uma solução individual para o Grupo Varig, e isso resulta de uma avaliação de sua situação financeira, que apresenta déficits de caixa recorrentes e uma situação patrimonial negativa de grande escala, o que impossibilita uma solução individual.

Sucessivas negociações no passado desgastaram e levaram ao descrédito os atuais representantes de gestão do grupo e impedem que esses sejam interlocutores reconhecidos por instituições financeiras, credores privados, credores públicos, fornecedores nacionais e estrangeiros, **lessors** de equipamentos, etc.

A ameaça que vejo se materializar – e não a vejo distante – é, sim, a de destruição de dezenas de milhares de empregos e a de destruição de planos de poupança e aposentadoria de milhares de funcionários que trabalharam e deram sua vida às empresas durante longos anos.

A Varig – sabemos – é uma empresa que ostenta um patrimônio líquido negativo de grande escala. Ainda que fosse possível considerar a hipótese que implicaria medidas extraordinárias de legalidade difícil, de recebimento das causas fiscais contra a União e contra os Estados – aliás, já existem Estados que têm simpatia pela solução individual –, mas, ainda que fosse possível, esses valores cancelariam parte dos volumosos passivos da empresa **sem garantir a sua** continuidade.

Tenho lutado, nos últimos meses, sem economia de sacrifícios, sem nenhuma reserva de sacrifício

os, pela preservação da Varig, porque entendo que este é um assunto de interesse do País. Um colapso da Varig não interessaria ao País, que perderia a sua empresa de escala internacional, que gera divisas de cerca de US\$1 bilhão ao ano para o balanço de pagamentos do País, na conta de transporte aéreos.

Então, pouco interessa à sociedade brasileira e aos seus usuários uma situação de colapso que seria criada nos serviços de transporte aéreo durante um período não definido. Portanto, a preservação da operação aérea do Grupo Varig, da grande maioria dos seus empregos, da sua marca, dos seus ativos é de interesse público. Porém, a salvação da Varig não deve ser confundida com o resgate do seu acionista controlador, hipótese que não tem sido aceita por nenhum dos agentes credores e outros fornecedores, apesar das reiteradas tentativas de negociação.

Dessa forma, a salvação da Varig transita inarredavelmente por uma mudança de gestão, por uma mudança no bloco de controle e pela introdução de novas regras de excelência em matéria de governança. O modelo que se propõe de associação, entretanto, prevê uma posição acionária para o atual Grupo Varig de 5% no capital da nova empresa com direito a assento no conselho de administração. Esse percentual me parece razoável, considerando a escala do patrimônio negativo que o Grupo Varig ostenta e considerando que os credores terão que efetuar substanciais concessões.

O projeto de fusão ou de associação, por outro lado, busca o encaminhamento prático para os passivos e obrigações da Fundação Rubem Berta. O projeto resolve US\$1,2 a US\$1,3 bilhão de dívidas do Grupo, ou seja, praticamente absorve a totalidade da dívida financeira das empresas do Grupo Varig para, obtido um desconto, aportar essa dívida à nova empresa em condições de sustentabilidade. Não implica, portanto, o esvaziamento da Fundação Rubem Berta; ao contrário. O projeto busca viabilizar a sobrevivência dos ativos que restam à Fundação Rubem Berta de modo compatível com as obrigações assumidas para com seus participantes, beneficiários e credores. Para isso, o projeto da nova sociedade assinará contratos específicos com a VEM, a Varig Log, a Sata, garantindo a essas empresas condições comerciais vantajosas, de modo que faturem cerca de US\$ 600 milhões por ano com rentabilidade adequada para fazer frente aos seus passivos e compromissos.

Portanto, o projeto de associação incorpora as seguintes premissas:

- salvação da operação aérea da Varig, com manutenção da sua marca e da sua excelência;

- constituição de uma nova empresa, que reunirá os ativos operacionais da Varig e da Tam sob um novo CNPJ;

- preservação de ativos operacionais livres da dívida para a Fundação Rubem Berta, de forma que ela possa fazer frente aos seus passivos;

- gestão profissional da nova empresa, com elevado padrão de governança corporativa.

A nova empresa terá, portanto, que buscar o máximo de eficiência operacional, com regras razoáveis para investir, honrar o empréstimo – se puder fazer jus – do BNDES e de demais investidores, honrar suas dívidas e remunerar dividendos sem aumentar as tarifas cobradas aos usuários. O plano de negócios da nova empresa não prevê aumento de tarifas aos usuários. É da realização de significativas economias de custo propiciadas pelas sinergias que o processo de fusão permite que se conciliem estes dois objetivos.

Do ponto de vista do interesse dos trabalhadores do emprego e dos direitos trabalhistas, que é o objetivo central desta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto prevê um tratamento correto e negociado de todos os direitos trabalhistas. Será contratada uma empresa especializada em recursos humanos e em estruturação organizacional para definir a estrutura da nova empresa, seu plano de cargos e salário.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. S^a dispõe de mais um minuto.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Esta assessoria visará manter um critério de proporcionalidade, na futura empresa, dos participantes originários das duas empresas, do grupo Varig e do grupo TAM.

Todo e qualquer processo relativo a recursos humanos, como não poderia deixar de ser, será feito com ampla negociação com os funcionários e seus sindicatos.

O projeto protege a Fundação Aéros e assegura seu futuro na medida em que reconhece a sua dívida financeira e a transfere para a nova empresa, onde ela será honrada sem desconto.

A implementação deste projeto assegurará que os compromissos de aposentadoria e todos os direitos dos segurados sejam honrados e atendidos.

Estou convencido que esta é a única alternativa realista para preservar a Varig. É o único caminho possível e realista. É um projeto correto para com os funcionários, preserva a marca e a excelência da empresa e sua operação e busca criar uma nova empresa eficiente que, espero, possa vir a prestar valiosos serviços à sociedade brasileira e ao País.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Sr. Luciano Coutinho e, em meu nome e em nome do Vice-Presidente Papaléo Paes, agradecemos a todos os expositores. Passamos a palavra ao autor do requerimento, Senador Paulo Paim, grande batalhador das causas trabalhistas e responsável por esta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente, representantes aqui na Mesa, do Ministério da Defesa, do BNDES, representantes dos trabalhadores e do setor favorável à fusão.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a nobre Senadora Lúcia Vânia pela sensibilidade pelo assunto. Quando procurado pelos representantes dos trabalhadores, de imediato ela se prontificou a liderar esta audiência. É uma alegria ver que é uma audiência que está sendo disputadíssima, pelo número de Deputados e Senadores e setores da sociedade organizada para participar desse debate.

O que nos moveu, num primeiro momento, sem sombra de dúvida, foi a preocupação com os empregos, com a situação dos aposentados e daqueles que estão para se aposentar, que pertencem ao grupo Varig. Não dá para negar que a questão de fundo é o grande debate que teremos de fazer sobre a importância do transporte aéreo em nosso País. Nesse aspecto, ao mesmo tempo em que cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar também à Câmara dos Deputados que, no dia 2, fará uma audiência pública no Plenário da Câmara dos Deputados para, com a presença dos Deputados e Senadores e os setores da sociedade envolvidos, fazer um grande debate sobre a questão do transporte aéreo no País. Mas como há uma série de Senadores inscritos – são oito comigo –, vou diretamente às perguntas.

A primeira, acredito, facilita no segundo momento do debate. Não sei se é o BNDES que poderia nos responder em que estágio está a fusão. Eu poderia usar o termo fusão ou não? Até porque sabemos que há uma luta no campo da justiça com liminares que não deixa claro, até o momento, que espaço estamos a caminhar.

A segunda pergunta refere-se ao BNDES. O BNDES já recebeu do Banco Fator algum plano concreto sobre a fusão da Varig/TAM? Os trabalhadores apresentaram um programa, recentemente ou não?

Professor Luciano Coutinho, foi-nos informado que o BNDES estaria concedendo o chamado empréstimo-ponte na ordem de R\$120 milhões nesse período. Essa afirmação é verdadeira ou não? Quem

do BNDES afirmou que esse empréstimo de R\$120 milhões estaria assegurado?

Finalmente, pergunto ao representante do Ministro José Viegas. O ex-Senador Carlos Wilson, por quem tenho maior carinho e respeito e com o qual tive a alegria de participar na discussão da Mesa da própria Câmara e do Senado, fez uma declaração sobre uma provável intervenção na Varig. A pergunta que faço é: qual seria o objetivo? Ou foi uma declaração espontânea no momento do embate?

A última pergunta é dirigida ao Professor Paulo Roberto de Castro. Tenho participado de algumas reuniões sobre a questão da Varig, e uma que me surpreendeu, na reunião do Bloco convocada pelo Líder Tião Viana, foi quando o representante da Varig – e tenho repetido essa frase – disse que a fusão não resolveria sem que houvesse a regulamentação. A pergunta que faço: o novo marco regulatório deveria anteceder qualquer caminho na linha da fusão? E por quê?

Como não posso cumprimentar todos, cumprimento Luiz Roberto Pontes, ex-Deputado Federal, Secretário de Estado do Governo do Rio Grande do Sul e que foi um brilhante Deputado, que esta Casa se orgulha de receber neste momento.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra o Dr. Darc Antonio da Luz Costa para a resposta.

O SR. DARC ANTONIO DA LUZ COSTA – Como havia assinalado na minha exposição, o BNDES é um banco que segue normas. Qualquer atividade de análise pressupõe uma carta consulta entregue, formatada, estruturada de acordo com os trâmites normais de uma instituição bancária. O BNDES não recebeu formalmente nenhum pleito, seja um pleito da Apivar, seja um pleito da fusão.

Como havíamos colocado em nossa inserção nessa questão, entendemos que só devemos entrar no processo depois que o mercado estructure uma proposta. Não temos em nossas mãos proposta alguma concreta, efetiva, que resulte de uma carta-consulta. Isso não quer dizer que não estejamos acompanhando os trâmites que estão havendo.

Estamos acompanhando, mas o nosso foco central é o marco regulatório, porque esposamos a idéia de que só com o marco regulatório estruturado é que temos condição de fazer uma análise fundamentada da viabilidade ou não de uma empresa. Essa é a primeira parte.

Com relação ao empréstimo, é falso que o BNDES tenha se comprometido com qualquer tipo de

empréstimo-ponte para o setor. Volto a repetir, o BNDES é uma instituição que analisa projetos e, em função da análise de projetos e de sua própria conclusão sobre a viabilidade ou não de um empreendimento, aportamos ou não recursos financeiros, sempre tendo em vista que esses recursos pertencem ao povo brasileiro e, por isso, têm de ser garantidos e têm de voltar para garantir o desenvolvimento deste País.

Não temos compromisso algum com qualquer proposta. Nós a analisaremos em função dessa proposta e dos nossos possíveis arranjos dessa proposta que viabilizem o empreendimento é que o apoiaremos. Contudo, o nosso compromisso é com o setor aéreo, não é com empresas.

Como eu disse em minha exposição inicial, o setor aéreo é o setor estratégico e de segurança nacional e o BNDES tem visão clara com respeito a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Eu penso que a pergunta que me foi dirigida diz respeito a um apoio transitório que V. Ex^a, Senador, denominou de empréstimo-ponte.

A configuração de empréstimo-ponte não é tecnicamente correta no caso do BNDES, porque ele não opera crédito de curto prazo, na forma de empréstimo-ponte, salvo em condições muito específicas de determinados projetos, em que certas garantias estão plenamente estabelecidas.

Assim, não se cogita de um empréstimo-ponte, e, sim, no contexto de um projeto estruturado, analisado pelo banco e por ele considerado consistente no sentido de um projeto que tenha sustentabilidade, um plano de negócios confiável, o atendimento de todas as condições de **rating**, todas as condições técnicas que a tramitação técnica dentro do banco prevê permitam ao BNDES, dentro de um entendimento com um conjunto de credores; no contexto de um memorando de entendimentos com os credores, assegurar garantias para que os credores suportem a empresa até que se conclua o projeto de operação. Isso porque os desequilíbrios de caixa da empresa são elevados, preocupantes e ameaçadores da continuidade da empresa e, portanto, é indispensável que ocorra um suporte transitório à empresa para que ela possa chegar a uma solução.

Aliás, para qualquer solução que venha a ser aventada, é indispensável um suporte transitório. Porém, como bem disse o Vice-Presidente do Banco, a obtenção desse suporte transitório, por meio de outros mecanismos que não o empréstimo-ponte, só poderá

ser examinada pelo banco quando este estiver de posse de condições estruturadas sob a forma de um projeto apresentado pelas duas empresas que pretendem associar-se. Como o contrato de associação entre as empresas ainda não foi apresentado, não será possível ao banco examinar essa possibilidade.

Quero deixar claro que, pelas conversações informais mantidas, tenho a expectativa fundada de que esse suporte transitório indispensável venha a ser oferecido à empresa para assegurar a sobrevivência até uma solução definitiva.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Sr. Alex Castaldi.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – Como a minha resposta é muito curta, vou apropriar-me de uma pergunta.

A relevância do marco regulatório é fundamental. Creio que, há seis meses, ainda passava na televisão uma propaganda em que o Guga jogava tênis com alguém que jogava futebol do outro lado da rede. Lá pelas tantas, o jogador de futebol, cujo nome não lembro, jogou a bola na rede. E o Guga começou a festejar a vitória. O jogador, então, diz: "Bola na rede é gol". Se não soubermos qual é o jogo que queremos jogar não há como ganhá-lo.

Essa não era minha pergunta. Ela é em relação à intervenção. O Ministério da Defesa nunca cogitou a hipótese de intervenção na Varig?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Professor Paulo Rabelo de Castro. V. S^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Gostaria de abordar o tema da pergunta do Senador Paulo Paim, ou seja, se o novo marco regulatório deve anteceder a fusão. S. Ex^a também teve uma lembrança de um dos depoentes do Fórum Nacional do Trabalho que afirmava, peremptoriamente, que a fusão não lhe parecia um método eficiente, principalmente no casamento entre essas duas empresas.

Em primeiro lugar, essa não é a minha opinião, mas a que tenho colhido de diversos especialistas setoriais. Na semana passada, inclusive – apenas por deferência à fonte não vou citá-la diretamente –, conversei com um dos maiores especialistas em reestruturação de setor aéreo no mundo. Neste momento, S. S^a tem sob sua orientação 12 reestruturações em diversas partes do mundo. Tem-se dedicado, nos últimos meses, muitíssimo, a também participar do processo Varig, afirmando que está desalentado com a governança corporativa que encontra. Como foi mencionado pelo Professor Luciano Coutinho, disse-me

que nunca entendeu a fusão Varig/Tam desde o dia em que foi anunciada. Fiquei curioso, porque nós, acadêmicos, ficamos curiosos para saber qual é a outra razão. Tomei a liberdade de perguntar-lhe o porquê, crendo que era algum aspecto financeiro, já que nós o temos, mais do que nunca, abordado por cacete – dizem os economistas. S. S^a disse-me que o problema das culturas empresariais, dos equipamentos totalmente distintos e do “retreinamento” na segurança de voo, de todo o **merger** cultural dessas empresas custará caríssimo e, portanto, trará não só uma diminuição sensível da qualidade da operação, como também problemas de administração que reputa quase incalculáveis.

O que faço aqui, apenas não declinando o nome, é dar um depoimento indireto que dá suporte ao que o Senador Paulo Paim ouviu no sentido de que esse método não parece eficiente. Parece-me muito mais eficiente – e até registro isso com tristeza – que estejamos aqui falando, em uma audiência como esta, dos números da Varig e da empresa que se propõe a participar desse casamento, sem a demonstração inequívoca dos números. Continuamos com a devida liberdade, pode-se dizer assim, patinando em informações vagas. Existem aqui informações não vagas trazidas pelo PRA, mas não há os números aduzidos pela parte que propõe a fusão. Por exemplo, supõe-se um patrimônio líquido imenso e negativo, da ordem de R\$4,5 bilhões, da Varig. Contudo, quando é feita toda a reanálise do patrimônio, com todos os lançamentos de variações monetárias e cambiais que não deveriam estar lá, quando se lançam a logomarca e o todo o intangível da Varig – que, conforme aqui anunciado, será a base da nova empresa – como uma avaliação que precisa ser feita, chega-se a, no mínimo, só por aí, R\$700 milhões, por conta desse intangível.

Como exemplo, recentemente, o Banco do Brasil fez a análise de que supera os R\$2 bilhões o valor da sua marca, se ela fosse alienada hoje, pelo valor **top of mind** que ela tem. Nada disso foi avaliado em relação à Varig.

E quando, por fim, é colocada a proposta dos trabalhadores, pelo menos dos trabalhadores ativos, que é de tirar pelo menos R\$1 bilhão – nas nossas contas, R\$1,25 bilhão – de créditos previdenciários da parte que vai onerar o passivo da nova empresa e transformar tal montante em partes acionárias, há um silêncio que teima em gritar e que é o centro da nossa divergência.

Portanto, Senador, gostaria de dizer que estamos, sim, diante de uma discussão ideológica. Ela

não é financeira! Queremos a ideologia do capital e do trabalho comungados neste País do amanhã que vemos! Queremos a abolição da escravatura do trabalho! Queremos os trabalhadores ostentando, cada vez mais, ações das empresas em que trabalham. Essa, aliás, é uma bandeira suprapartidária, dos partidos desde os mais à direita até os mais à esquerda **versus** aqueles ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Aí V. Ex^a tem que perguntar aos outros, Senador. Desculpe-me pelo excesso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de registrar aqui a presença do ex-Deputado Luís Roberto Ponte, que muito nos alegra!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr^a Presidente, apesar do interesse imenso que me fez estar presente nesta Comissão, temos muitas agendas que me impedem agora de continuar nesta reunião. Sou membro titular da CPMI que apura a exploração sexual das crianças e adolescentes, e há uma reunião às 11h30min, quando acompanharemos inclusive o julgamento dos réus no processo das crianças que foram emasculadas lá em Altamira, no meu Estado do Pará. E vou representar a CPMI. Então, diante dessa reunião da CPMI – é Comissão Parlamentar Mista de Inquérito mesmo, pois é formada por deputados e senadores -, peço licença.

Creio que este tema é importantíssimo para o País, não só pelo setor aéreo brasileiro, mas também porque se trata não só da manutenção do setor, mas também de trabalhadoras e trabalhadores, que são, com certeza, o maior patrimônio nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada!

Como o Dr. Luciano Coutinho foi citado, terá cinco minutos para sua resposta. Logo em seguida, consultaria os Srs. Senadores e Deputados se poderíamos fazer a chamada de três em três para agilizar o trabalho e, depois, obtermos as respostas dos expositores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com essa posição permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, não tomei conhecimento da lista de inscrição. Gostaria de saber como está sendo procedida.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) -- Por ordem de chegada, está sendo. Já há nove inscritos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Consta o meu nome?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não, porque V. Ex^a não solicitou.

Gostaria de se inscrever, Senador? (Pausa)

Concedo a palavra ao Dr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Gostaria de registrar aqui que, às vezes, o meu querido amigo colega Paulo Rabelo no arroubo das suas manifestações cobra coisas que ele sabe perfeitamente como profissional que não poderiam ser apresentáveis.

Eu tenho o mandato e a confiança das suas empresas, tenho o dever de confidencialidade, não posso apresentar número sobre as duas empresas. As empresas, uma cessão pública, tanto ou mais, o consórcio que presta serviços às duas empresas compreende uma auditora de padrão internacional que é a CPMG, que auditou todas as contas, contingências ativas e passivas das duas empresas. Contamos com a assessoria de uma empresa internacional de planejamento previdenciário, que é a Towers, contamos com o Demarest Almeida para analisar todas as contingências trabalhistas, jurídicas, etc. Temos ainda uma empresa internacional de consultoria que fez um número tão grande quanto os doze que ele mencionou de planos de negócios de reestruturação em um setor aéreo que é Ben Company. Pretendemos engajar um ou dois bancos internacionais para negociar com os credores no exterior, e são muitos e vários ao longo do processo. Portanto, trata-se de uma operação internacional de grande envergadura.

Todos esses dados, todas essas apurações serão devidas e corretamente depositadas juntas, a quem de direito que é o BNDS, a quem caberá examinar detalhadamente, verificar detalhadamente a consistência de todo esse processo.

Portanto, eu não posso, por dever e confiança, profissional e até por prudência que há uma empresa envolvida, mencionar números, mas apenas mencionar a minha preocupação quanto ao processo.

Quero dizer ao Paulo o seguinte: tenho recebido inúmeras empresas de consultoria em gestão com relação à questão do choque de culturas. Diversamente do que ele tem dito várias dessas empresas vêm

como possível o processo de aproximação e de recomposição, não só de um processo de gestão, mas de um processo de ingestão entre as empresas. Nada é impossível quando se tem como pedra de toque que a futura empresa que se pretende criar pela associação seja a empresa plenamente profissional, tratada em todos os seus aspectos com profissionalidade e com o suporte a racionalidade a que deve presidir esse tipo de empreendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Como co-autora do requerimento eu cedo a minha palavra ao nobre Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A elegância de V. Ex^a me emociona. Mas realmente eu tenho um compromisso e não posso fugir, e em nome do Rio Grande do Sul eu não poderia deixar de falar aqui.

Quero dizer com todas as letras que nós achamos que essa é uma questão que está se alastrando porque não há uma decisão política de interesse do Governo de decidir. Se o Governo quisesse decidir ele, ao lado da reunião de um homem igual ao Professor Luciano Coutinho, reuniria e tomaria a decisão de decidir. Eu sinto – até Deus me perdoe – uma certa simpatia pela outra companhia. A Varig, pela soberba dos anos que ela dominou por todo o tempo, São Paulo nunca...Embora Varig signifique Viação Aérea Rio-Grandense, o nome “Rio-Grandense” é pequeninho, não se enxerga.

Quando quiseram resolver o problema da Vasp, resolveram, e aconteceu algo inédito – como sempre tenho dito –, uma empresa de ônibus comprou uma empresa de aviação. E o Governo deu todas as facilidades, deu petróleo, **en passant** etc. e tal.

Não consigo entender por que, no caso da Varig, na hora das negociações, não se discute algo que se sabe, que já é líquido e certo, que as ações que a Varig tem na Justiça e que dão a ela três bilhões, três bilhões e meio. Se esses dados de que a Varig já tem assegurado essa importância e mais os créditos em ICMS, cobrados em exagero, a que ela também tem direito, fossem colocados na mesa, na hora de se discutir – e basta a intenção do Governo de querer fazê-lo –, mudava tudo, mudava completamente, até a análise passava a ser de uma empresa em dados normais.

Volto a repetir que tudo começou quando o Sr. Fernando Collor de Mello resolveu criar uma série de companhias internacionais. Todas as brasileiras puderam atuar nas linhas internacionais e a Varig tinha, não só, que enfrentar essas, mas a cada nacional que Java a nível internacional abria a possibilidade para

que uma empresa daquele País viesse ao Brasil. Foi aí que começou tudo. E não é por dizer que a Varig tinha o monopólio, que a Varig tinha vantagens; mas a Varig tinha uma, como a Inglaterra, a França, a Espanha, a Itália tinha uma. O normal é uma grande empresa fazendo porte internacional.

A Varig, quando estava naquela posição, tinha serviços considerados até como os melhores do mundo e praticava os excessos de quem estava numa situação importante: a melhor comida de avião, a melhor primeira classe e o melhor atendimento. Quando íamos à França, à Alemanha e à Itália não procurávamos a Embaixada, nem o Consulado, mas íamos à Varig. A Varig era o consulado do Brasil, tinha o jornal, a revista, as notícias, tinha praticamente todo o atendimento. Conheço casos em que a criança viajava e era esperada na agência da Varig no País, tal o trabalho que era prestado.

Isso mudou tudo. Uma empresa como a Transbrasil, na época – a Varig tinha o vôo que dava mais lucro, que era de Nova York a São Paulo – pegou um vôo, São Paulo – Brasília – Washington – Nova York, quase que pela metade do preço. Claro que era uma concorrência tremendamente desleal. E veio essa gangorra.

Uma outra coisa que, na época, eu ainda jovem achava que deveria ser uma medida para discussão internacional de Direito do Trabalho e da relação entre trabalho e empresa, era uma associação de trabalhadores presidir e ter o comando da empresa e funcionar, e funcionou muito bem no sistema capitalista internacional, a tal ponto que ela foi uma das melhores do mundo.

Infelizmente, na hora da crise acontece tudo. Aconteceu a crise e não apareceu um novo Rubem Berta, nem ninguém parecido, que tivesse coragem de chegar ali e fazer o enfrentamento.

Então, estamos nessa situação. Em primeiro lugar, me machuca quando ouço dizer: Não, vai ficar o nome da Varig; agora, a empresa vai ser a Real. Quer dizer, a Varig vai ficar cuidando dos hotéis – sei lá o que se tem de bugiganga por aí –, as bugigangas que sobram por aí ficam para a Varig, agora quem vai comandar a nova empresa é a TAM. E deixarão o nome Varig, também não sei por quanto tempo, porque já está na televisão a propaganda nova da TAM, onde ela aparece como a grande empresa aérea internacional do Brasil circulando nesse sentido.

Então, o que penso, com toda sinceridade, é que o Governo tinha condições de dizer: Esse assunto tem que ser resolvido e vai ser resolvido, tem que ser equacionado. Quando o Governo quiser, estará

decidido. Basta querer decidir. Sinceramente, penso que a questão é querer decidir.

Parece-me – Deus me perdoe! – que o Governo quer decidir de qualquer maneira. Quer dizer, a TAM vai postergando o assunto, pensando que, assim, dentro em pouco, a Varig explodirá e a solução chegará ao natural. Deus me perdoe, espero que não seja isso. Mas que sentimos que isso está no ar, sentimos.

O Governo tem condições de impor à Varig as condições. E é isso que está faltando. Sinceramente, falta decisão política ao Governo, falta querer fazer.

O Dr. Luciano Coutinho, com grande capacidade e competência, e o Vice-Presidente do BNDES dizem a verdade. Se analisarmos o que é preciso fazer e os entraves burocráticos, constataremos que a questão poderá levar a vida inteira para ser decidida.

Ontem, no Rio Grande do Sul, novamente o Tribunal decidiu suspender o processo. Até quando levarão a questão dessa maneira, não sei. Espero que o Governo diga que decidirá.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sra Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores expositores e convidados, após ouvir a todos – ouvi com bastante atenção o Prof. Luciano Coutinho –, ocorreu-me que não estamos em face de uma fusão de duas empresas. Da forma como o assunto está sendo encaminhado – compartilho da ansiedade e das preocupações do Senador Pedro Simon –, parece-me que se trata não de uma fusão, mas da incorporação de uma empresa por outra.

O curioso é que a empresa incorporaria o que a outra tem de melhor: seu prestígio junto à sociedade brasileira, sua marca internacionalmente consagrada e – assunto da maior importância que diz respeito àqueles que consagraram a marca, ou seja, ao corpo funcional da Varig –, prestígio traduzido na segurança dos vôos, na qualidade do serviço prestado. E isso não surgiu do nada; é fruto da qualificação dos profissionais de uma empresa que presta serviços há dezenas de anos neste País e que se encontra circunstancialmente numa situação que merece a atenção de todos, notadamente do Senado, até porque esse assunto está sendo debatido nesta Casa, pois se trata de um serviço público concedido à iniciativa privada.

É bom trisar que temos, sim, o dever não só de nos preocuparmos com a questão como de participarmos efetivamente da discussão e da decisão. Fico apreensivo. Respeito a posição do Prof. Luciano Cou-

tinho, que falou do dever de sigilo em relação às informações fiscais e financeiras que detém como pessoa contratada para elaborar um plano de reestruturação. Mas algo me deixou preocupado, Professor: parece-me, salvo engano, posso estar equivocado, que, de todos os expositores, Prof. Paulo, Dr. Darc, Dr. Alex, insistem que o estabelecimento e a construção do marco regulatório é fator fundamental e condição, inclusive, para que se avance no sentido da busca de solução não para a Varig, para a TAM, e sim para a aviação brasileira, porque a solução que possa vir resultar de uma composição dessas duas empresas representa uma solução ampla da aviação nacional.

A pergunta que gostaria de fazer particularmente ao Professor Coutinho, por quem tenho maior admiração e respeito, é se realmente o plano que está em suas mãos sendo construído, arquitetado, elaborado, não teria o marco regulatório como condição para que se avance na solução dessas questões? Veja, professor, quando V. S^a fala em participação da Varig nessa composição de 5%, vem a idéia de que não se trata de uma fusão e sim de uma incorporação. E isso me preocupa profundamente porque, em que pese ao fato de V. S^a não poder revelar informações financeiras, fiscais, temos outras, como bem lembrou o Senador Pedro Simon, de ações judiciais já transitadas em julgado na Justiça brasileira que favorecem a empresa Varig. São informações que já estão à disposição; outras, não como V. S^a menciona a impossibilidade de revelar, o que nos torna ainda a questão mais complicada porque como participar da discussão de um problema desse quando não temos a possibilidade de acesso a informações que poderiam orientar a nossa preocupação em um sentido ou em outro? Para concluir, gostaria que o professor explicasse melhor essa participação da Varig, porque não entendo. Logicamente pode existir uma explicação razoável para isso, tendo em vista tudo o que representa a Varig na aviação nacional. Para mim causa uma estranheza muito grande caber a essa empresa um percentual de 5% em um processo de fusão que, para mim, na verdade – sendo assim – trata-se de uma incorporação. Seriam essas duas questões que faria ao Professor Luciano Coutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador, gostaria de solicitar a colaboração dos Srs. Senadores com relação ao tempo, porque temos 13 inscritos.

Com a palavra o Sr. Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr^a Presidente, o Professor Luciano Coutinho não vai responder as perguntas feitas a ele?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Após o terceiro inscrito.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não. Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, professores, a verdade é a seguinte: em um primeiro momento, o Governo, do qual sou Vice-líder, analisou que a fusão era realmente a maneira menos sofrida de participarmos num setor que está combalido. A questão se encaminhou nessa direção. Em segundo momento, veio uma reação parlamentar extraordinária e popular também de que essa não era a vontade do Parlamento e do povo brasileiro.

Professor Luciano Coutinho, tenho certeza de que V. S^a, com toda a sua assessoria, não estava preparado para o debate de duas empresas que não são apenas empresas com problemas financeiros, mas concessionárias de serviço público. Neste caso, a matemática financeira não é tão relevante. Trata-se, realmente, de algo que mexe com todos os brasileiros.

Estamos tentando construir uma solução que preserve a Varig e a TAM. À noite, vou viajar para o Rio de Janeiro. Às 18 horas sai um avião da Varig, cuja passagem é R\$650,00; às 20 horas sai um da Gol, R\$300,00; mas vou pela Varig. É algo que, muitas vezes, nem sabemos explicar. Será que essa confiança, esse prestígio, isso que está em nossa alma – e não apenas na minha; tenho certeza de que meu companheiro aqui ao lado também vai de Varig –, não tem valor no encontro de contas? Isso pode ser dimensionado? Parece que não o foi. A Varig tem apenas 5%.

Também estou um pouco frustrado com o meu companheiro porque eu tinha tantas perguntas para fazer, mas, devido à confidencialidade do negócio, V. S^a não vai me responder e eu não vou saber, mas queria saber, por exemplo, quantos funcionários serão demitidos. Saber, por exemplo, se essa nova companhia vai sair do meu Estado, Rio de Janeiro. O Senador Sérgio Cabral e eu estamos preocupadíssimos porque o maior parque que temos de manutenção de aviões está na Ilha do Governador. Será que a nova companhia vai para São Paulo? Meu Estado está precisando de recursos. Já temos muitos desempregados.

Senadora Lúcia Vânia, o que gostaria de deixar registrado é que existe, realmente, aqui incorporado pelo Senador Paulo Paim, esse espírito do Parlamento. O líder do nosso Bloco também acabou de se manifestar sobre essa nossa preocupação. O Governo e todos nós precisamos construir uma solução que preserve essa empresa que nos é tão cara: a Varig. Muito obrigado.

A SR.^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para responder aos Senadores Pedro Simon, Geraldo Mesquita e Marcelo Crivella, com a palavra o Sr. Darc Antônio.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr.^a Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA – As perguntas não foram formuladas diretamente ao BNDES, mas concordo que temos de preservar a Varig, a TAM e o setor aéreo do Brasil. A nossa missão é preservar o setor aéreo do Brasil, e qualquer decisão nossa deve estar conjugada com esse objetivo.

Observamos que no Brasil esse processo de concorrência, no preço, que V. Ex.^a mencionou, envolve busca de mercado. O empresário pressupõe que praticando preços mais baixos vai conquistar mais clientes. Isso está conduzindo todo o setor a um processo de desgaste progressivo e a uma situação financeira e econômica gravíssima. Essa é a questão. Por isso, digo que é de fundamental importância olharmos o marco regulatório e chegarmos ao entendimento claro de que o capitalismo se constituiu pela cooperação entre empresas, clientes e fornecedores, e não pela concorrência. O que move o sistema capitalista é a inovação e a cooperação. A concorrência é o resultado de um processo em que a inovação está presente. Olhando em termos nacionais, a cooperação no setor aéreo é a base sobre a qual se estrutura o processo, porque, na verdade, o mundo é uma selva, não um pomar. Quando mandamos a nossa bandeira voar para o mundo, temos de dar garantia de que ela voará bem. Os outros fazem isso lá fora, e aqui estamos preocupados em dividir, em fragmentar, em destruir o nosso mercado interno, um mercado forte. É com isso que temos de nos preocupar. O resto é consequência.

Se tivermos uma estruturação, uma base legal, como tivemos no passado... O sucesso do Brasil decorreu do sucesso que tivemos no nosso marco regulatório, até que apareceu, como disse o Senador Pedro Simon, a idéia de que era possível se colocar todas as bandeiras do Brasil voando no mundo. Qual a consequência disso? Hoje, devemos ter 156 vôos internacionais: 16 por bandeira nacional e 140 por bandeira internacional. O que estou querendo dizer é que esse processo levou ao nosso enfraquecimento.

O que precisamos entender é que o grande objetivo de um governo é nacionalizar a economia internacional, e não deixar que internacionalizem a sua economia.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Alex Castaldi.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – Concedendo as palavras do Vice-Presidente do BNDES, é extremamente fundamental a tônica do marco regulatório. O mercado internacional tem de ser enxergado, no âmbito da aviação civil, como ponte de integração. Todo mundo sabe, e quem já fez gestão – como a maioria de V. Ex.^{as} em seus Estados – sabe que as pontes são investimentos pesados, de retorno muito lento, de retorno no tempo, que normalmente não se dá sobre a ponte, mas sobre as economias que ela unificou. Setor de transporte aéreo e mercado internacional são exatamente isto: são pontes da economia brasileira para integrar a nossa economia ao mundo.

No mercado doméstico, o marco regulatório também é fundamental. Existem, grosseiramente falando, três concepções: uma seria o determinismo de governo, em que se diz para o empresário como voar, para onde voar, a que preço voar; existe um outro posto, que se praticou até 31 de dezembro, em que se diz para se voar para onde quiser, cobrar o que quiser, ser feliz, destruindo os outros ou quebrando. Entre esses dois limites absolutamente, pelo menos desde o meu ponto de vista, desprezáveis existe algo que se chama mercado regulado. Só que, entre 8 e 80, a verdade não necessariamente é 40. O mercado regulado pode ser 75, 60 ou 8, 9, 15. Entre os dois extremos, tudo predeterminado e tudo liberado, 40 não é, necessariamente, o ideal, mas alguma coisa no meio do caminho. E é essa alguma coisa que estamos tentando fixar no esforço que estamos fazendo com empresários, com trabalhadores e com o Governo. É o marco regulatório que se pretende obter.

Qual o problema adicional? Se, no mercado interno, isso me parece absolutamente verdade, no mercado internacional temos de partir, sim, para quase um determinismo. Só que há um problema: há um vaso comunicante entre o mercado internacional e o interno. Este é o outro problema da equação: como combinar um mercado absolutamente determinado com um mercado que temos de graduar. Por isso não é fácil, mas estamos caminhando e vamos fazer.

Obrigado.

A SR.^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Prof. Paulo Rabelo de Castro.

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Senadora, tenho pouco a acrescentar. Eu gostaria mais de ouvir os Srs. Senadores, porque temos sempre... Prefiro economizar um pouco de tempo para ouvir. Mas eu gostaria de ressaltar um aspecto, já que tenho a honra de representar aqui o lado do trabalho, do tra-

balhador. Em uma palavra, eu vou resumir: o trabalhador tem pressa. Quando ele volta para casa e a família o questiona como está o caso Varig e qual a perspectiva do seu emprego, ele nunca tem uma resposta para isso, apesar de haver voado bem, com segurança, e de haver trazido os Srs. Senadores para casa como eles gostariam de se sentir, seguros. Essa segurança não se transfere para o campo familiar. Essa pressa tem de ser atendida, de uma certa forma, pois esses trabalhadores têm tudo sofrido: demissões injustificadas, reintegrados pela justiça depois; e uma série de outras fricções com o formulador dessa política, que hoje é a Fundação Ruben Berta. Estamos diante de um limbo. Já foi dito aqui pelo estruturador do plano, que se chama de fusão, que a Fundação Ruben Berta será minoritária.

Daí surge o limbo jurídico, porque já estamos em uma situação que já foi detectada, como o Senador Geraldo Mesquita assinalou muito bem, ou seja, uma posição em que já foram feitas todas as análises, ainda que sigilosas, e que levam a Fundação Ruben Berta a deter apenas 5% das ações da futura empresa. Aliás, não se sabe por quê, por resíduo não se tem a posição dos demais participantes desse processo, o que jamais ficou muito bem entendido por mim.

Portanto, a Fundação Ruben Berta já se deslegitima desde hoje, pois ela passa a ser um controlador capenga e que está em processo de ser incorporada. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que são hoje geridos por esse desincorporado, por assim dizer, não têm dele o apoio necessário para buscar o seu rumo, embora tenham créditos previdenciários, repito, da ordem de R\$2 bilhões. Constituem os trabalhadores, neste caso específico, o principal credor. Então, temos de aplicar a lei, neste caso.

Trata-se de uma Fundação. Existe um curador de Fundações, ou seja, existe uma curadoria que precisa ser acionada para verificar se esta Fundação tem se desempenhado corretamente no trato adequado daquilo que é uma coisa de todos. Trata-se de um patrimônio que precisa ser preservado. Já o sabemos, ele foi, por vários motivos, depauperado. Por outro lado, temos uma situação do trabalhador, que a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Paulo Paim, em boa hora, suscitaram aqui, que precisa ser também amparado por créditos previdenciários, mais do que reconhecidos.

A Empresa Varig costumava dizer, no início do processo, que não existiam créditos a reconhecer de mais de R\$ 500 milhões. Hoje, a própria empresa reconhece, pelo Instituto Aeros, que esses créditos são da ordem de 1,8 bilhão, aproximando-se da nossa es-

timativa dos 2 bilhões. Isso é motivo de tranquilidade para os trabalhadores? Eu devo dizer ao Prof. Luciano Coutinho que, infelizmente, não é, por esse detalhe. Quem quer que começou dizendo que os créditos reconhecidos eram, sem dúvida nenhuma, de 500 milhões, e nada mais do que isso, e meses depois de uma ação política, de uma ação da sociedade, de uma ação dos supostos prejudicados, passa a reconhecer 1,8 bilhão, ou não estava fazendo as contas corretamente ou não estava tomando conta daquilo que deveria tomar conta. Não estamos falando de milhares de reais, mas de milhões de reais e da segurança de cada brasileiro que pisa nessas aeronaves.

Portanto, estamos diante de um setor que é regulado, em que o serviço é concedido, em que o Poder Público não somente deve atuar e em que o novo marco regulatório precisa ser estabelecido. Mas temos pressa. Ainda que o marco regulatório demore um pouco, nós podemos começar a consertar o processo de gestão da própria Varig, se chamarmos os principais credores dela para compartilhar a atual gestão. Não se diga que os dados são sigilosos e que, portanto, em um serviço concedido, nada podemos discutir porque não temos as informações e elas não são disponíveis. As informações que usamos estão no **site** da CVM e dizem respeito à posição e às notas explicativas das demonstrações financeiras da Varig, para quem quiser consultá-las.

Eu também convido V. Ex^{as} a analisarem profundamente, pelas suas assessorias, as demonstrações financeiras da Empresa TAM, a quem tanto admiramos – eu deixo isso registrado aqui. V. Ex^{as} verificarão, com muita curiosidade, algumas das razões e dos porquês de essa fusão ser tão adocicada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra...

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Infelizmente, Senador, eu não posso usar mais a palavra no momento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu pediria, Senador Sérgio Cabral, que o professor Paulo Rabelo completasse a sua argumentação após o questionamento dos outros Parlamentares. São treze Parlamentares inscritos. Então, nós teremos que agilizar o tempo. Ele poderá retomar, na próxima resposta, a sua linha de raciocínio.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sim, Senadora. É apenas uma conclusão de raciocínio.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom, se o professor Paulo quiser concluir...

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Para que não haja nenhum mal-estar, é apenas uma linha e não há nenhum grande segredo. É somente uma provocação técnica e eu vejo aqui vários Senadores que têm formação técnica.

Basicamente, uma das coisas que me suscita mais estranheza é que a Tam, nos seus dados de balanço de dezembro, reavalia em aproximadamente R\$700 milhões os Fokkers que estão saindo de linha. Portanto, é assim que hoje o patrimônio líquido dessa empresa que tanto admiramos e sofre dificuldades se toma positivo. Caso contrário, hoje estaria negativado.

Por outro lado, nós não vemos o acionamento, por exemplo, do valor da marca do Godwil, como o Senador Marcelo Crivella e o Senador Geraldo Mesquita Júnior mencionaram, sendo atribuído, por exemplo, ao balanço da Varig.

Portanto, eu não vejo um equilíbrio, uma equidistância no tratamento técnico, Senador Sérgio Cabral, desse trabalho que é, por último, uma análise da efetiva contribuição na margem de cada uma dessas empresas à nova empresa. Essa é a maneira correta de calcular.

Eu repito que quando a nova lei de falências, se Deus quiser, for promulgada, essa será a maneira dos comitês técnicos elaborarem o processo de recuperação: por meio da margem de contribuição de cada empresa e não por intermédio do PL estático em dado momento, como, por exemplo, em 31/12 uma fotografia parada de um número eventualmente negativo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos pela ordem.

Com a palavra o professor Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Os arroubos do meu colega Sr. Paulo Rabelo levam às vezes a sugerir coisas absolutamente inaceitáveis.

Jamais será possível realizar um cálculo de apuração de valores e de participações por métodos incorretos. O senhor sabe perfeitamente que existe, pela Lei das Sociedades Anônimas, três formas de calcular valor de ativos de empresa: o balanço auditado, o valor de mercado ou por fluxo de caixa descontado, que é aquilo que economicamente faz sentido. Ninguém vai usar critério estático, Sr. Paulo.

O senhor, por favor, não faça afirmações que criem uma impressão equivocada a respeito das condições sob as quais serão executados esses aspectos levados adiante, até porque nós estaremos lidando com os profissionais do Banco Nacional de Desen-

volvimento Econômico e Social, que têm larga experiência comprovada de avaliação e o farão corretamente. Eu estou absolutamente tranquilo a esse respeito.

Eu queria, então, responder ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador, eu tenho a compreensão absolutamente convergente com o que V. Ex^a expôs aqui e foi reiterado talvez com maior ênfase pelo Dr. Darc Costa a respeito da relevância do marco regulatório, que foi depois complementado pelo Dr. Alex, aqui representando o Ministro José Viegas Filho.

Eu tenho absoluta convicção que sem um marco regulatório muito eficiente nenhuma reestruturação individual ou geral terá assegurada a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Esse de fato é um setor de concessão do serviço público, ele tem certa lógica e economicidade, mas tem, também, outros aspectos e missões que precisam ser muito bem equilibrados.

O Brasil é um país continental, possui determinadas áreas do seu território com baixa densidade, que precisam estar servidas pela aviação comercial. Nessas áreas de baixa densidade, a concorrência por várias empresas, por vários serviços, nem sempre é sustentável, do ponto de vista da sua economicidade. Rotas de alta densidade são desejáveis, sim.

Não quero me aventurar nesta tarefa, porque as enormes dificuldades no processo ao qual tenho me dedicado, lamentavelmente, não me têm deixado tempo suficiente para me dedicar mais a fundo às questões do marco regulatório. Mas tenho confiança de que a determinação do Conselho Nacional de Aviação Civil e um projeto que já existe de uma agência serão avaliados conjuntamente. Estou convicto de que somente um processo de associação do setor não resolve a situação e precisa ser acompanhado por uma revisão do marco regulatório. Eu abordei o assunto na minha apresentação, mas talvez não tenha sido suficientemente enfático.

Com relação à questão da participação, se observarmos o critério contábil, o patrimônio líquido da Varig é negativo. Trata-se de um dado do balanço: R\$4,5 bilhões. Se multiplicarmos o valor de mercado das ações, que é muito pequeno comparado à dívida da empresa, resultará também em número negativo. Se fizermos um cálculo de fluxo de caixa descontado da empresa, sob hipóteses bastante razoáveis, favoráveis, considerando um longo período de dez anos, e atualizarmos esse valor, confrontando-o com o valor da dívida da empresa, teremos um patrimônio negativo. Tudo isso será examinado detalhadamente.

Vejam que estamos tentando salvar essa operação associando-a a um contexto de uma nova em-

presa. Para que ela seja viável, os credores – aproximadamente US\$1,3 bilhão – terão que fazer um substancial sacrifício e aceitar uma combinação ou de perdão de parte da dívida, o chamado “write-off”, ou de alongamento de dívida com redução de taxa, ou de conversão de dívida em capital. Seria um processo de negociação muito difícil. É bem verdade que eles são credores de uma empresa sem perspectivas e poderão se tornar acionistas ou credores de uma nova empresa sólida. Esta operação porém exigirá grandes sacrifícios.

Coloque-se na posição de um credor ou de um fornecedor que, sendo dele exigido um grande sacrifício, migra para uma nova empresa e ainda supõe que essa empresa tem como acionista aquele acionista original que o levou a essa situação.

Na verdade, do ponto de vista técnico, se fôssemos fazer a conta na ponta do lápis, a participação do controlador da empresa deveria ser zero, porque ela tem um patrimônio, por todos os métodos de avaliação, chegaria a um número negativo. Porém, para assegurar que a empresa Varig e inclusive os seus acionistas minoritários terão uma voz, um lugar no Conselho de Administração, reconhecendo a excelência da empresa, se lhe está atribuído negocialmente essa porcentagem.

Vou concluir e também aproveitar e responder.

Suponha que as duas empresas não tivessem dívida, as duas fossem limpas de dívidas, e eu atribuisse às duas a mesma eficiência e a mesma rentabilidade, fizesse o fluxo futuro e trouxesse para valor presente; e eu digo: uma é mais ou menos duas a outra; ou uma pesasse 65% e a outra 35% – Varig, 65%; Tam, 35%. Porém, esses 65%, em tese, pertencem aos credores, que são os titulares desse pedaço. Uma parte está sendo atribuída, remanesce; a outra parte dependerá da negociação pela qual esses credores quererão converter e dependerá também de novos investidores.

Não posso responder, porque não é essa a minha função, será determinado tecnicamente pelo BNDES, se o banco aportará em parte como debenturista, em parte como acionista, de que forma o fará, e com isso se podem diluir mais essas participações.

E é por isso, Paulo, que não é possível eu designar desde já com que frações cada um participará, inclusive a TAM, na futura empresa porque será resultado de um processo negocial.

Perdoe-me, Senadora, estou me alongando, mas, do contrário, seria impossível explicar um ponto muito difícil. Eu concluirei.

Então, Senador, é um processo que será feito de uma maneira absolutamente técnica e correta e dele resultará não uma incorporação, mas, sim, uma associação em que credores, investidores, entre eles TAM, compartilharão na forma de um modelo de gestão profissional e com uma governância séria e correta a nova empresa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Professor, desculpe-me, o principal credor é o Governo é a BR Distribuidora?

O SR. LUCIANO COUTINHO – Não é. Dentre os credores públicos, há o Banco do Brasil, a BR e a Infraero.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – São os maiores?

O SR. LUCIANO COUTINHO – São.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de solicitar aos expositores atenção ao tempo, uma vez que eles voltarão várias vezes para responder aos Senadores, porque há vários inscritos, e eu gostaria de dar oportunidade a todos de participar.

Solicitaria aos Srs. Senadores a gentileza de ceder, por ordem de inscrição, a palavra ao Deputado Osvaldo Biolchi.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (PMDB – RS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados Federais, senhores convidados, ilustres funcionários da Varig, vou fazer algumas colocações que nunca fiz. Eu disse ao meu amigo Senador Sérgio Zambiasi: “hoje vou ser sincero”.

Fiquei atento a todas as colocações, a do professor Coutinho, a do Dr. Rabelo e, especialmente, a do nosso Vice-Presidente do BNDES. Creio que há um equívoco em relação às propostas, tanto por parte dos funcionários como – com todo o respeito e vênias – por parte do professor Coutinho. Esquecemos que nós, no Brasil, temos uma terceira via, que é a justiça.

Justamente em 1993, quando entrou aqui um projeto do então Presidente Itamar Franco, do Poder Executivo, do qual sou hoje relator – quando cheguei em 1995, estava parado – vi, naquele projeto, a extrema importância de que precisávamos aprová-lo. Tanto é verdade – não sei se o Senador Paim se lembra – que, muitas vezes, quando o Senador defendia o salário mínimo, eu puxava o assunto do projeto, no sentido de restabelecer o emprego no País.

Por isso, sempre fui adepto do projeto em si, excluindo, logicamente, algumas empresas, as empresas públicas, e não concessionário do serviço público. Especialmente o art. 50, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre alguns meios de recuperação da empresa, vejo com muita atenção que já descrevemos o trabalho

eminente e profundo que o professor Coutinho tem feito, falando em fusão. E defendo ainda hoje, especialmente lendo o art. 5º da Constituição, a liberdade e a necessidade de se fazer justiça social, abrangendo todas as pessoas jurídicas e físicas nessa mesma igualdade.

Quero dizer aos senhores que, nos últimos meses, estou sofrendo certa pressão, Senador Paim, não por parte do Governo em si. Como Deputado Federal, com certa experiência – há nove anos que estou na Casa –, sei quem é o governo; são os ministros que o representam. Não são os ministros, são os assessores do ministro que estão pedindo a este parlamentar, e não sei se é por isso que o processo está na Mesa da Câmara dos Deputados. Já expus o meu voto, não o mudarei de jeito algum. Pediram-me para eu fazer algumas mudanças, entre as quais o art. 224. Querem que este Relator tire de lá... Vejam bem, em 1993, a proposta era a de que todas as empresas aéreas, todos os brasileiros, pessoas físicas e jurídicas, que tivessem uma atividade econômica, são as fundações, inclusive agropecuárias e pessoas civis, fossem compreendidos pela lei.

Admiro muito, de público quero dizer – depois vou me congratular com ele –, o meu amigo Beto Albuquerque, que é Vice-Líder do Governo. Ele diz o seguinte: “A fusão Varig/Tam deve ser aprovada? Não”. Insiste com este parlamentar para retirar o art. 224, que não permite às empresas aéreas se recuperarem. Vou deixar muito claro: nos Estados Unidos, há, no mínimo, hoje, algumas empresas em regime de concordata.

Vou concluir. Creio que a preocupação de todos os senhores, dos funcionários da Varig e, especialmente, a do Governo é nossa também, é da comunidade. Dizia um Senador há pouco que cerveja, se eu quisesse, eu bebo; mas avião, preciso apanhar para vir a Brasília.

Truste não podemos admitir no País. E entre as medidas previstas no art. 50, a fusão e a incorporação são um dos meios para se recuperar empresas. Quem vai resolver isso é a sociedade dos credores.

Portanto, desculpem-me, mas não é a regulamentação do sistema aéreo, são os credores juntamente com o juiz. Então, precisamos votar o quanto antes, vir para esta Casa, por isso estou aqui fazendo um apelo aos Srs. Senadores por esse estudo, para que se debrucem sobre a legislação. Precisamos recuperar essas empresas.

Quero dizer mais: sou amigo do pessoal da TAM, já adquiri alguns aviões lá dentro, no passado, quando era Deputado, e conheço bem o Daniel Man-

delli. Em fevereiro, encontrei-me com ele no aeroporto de Brasília e senti nele a não vontade de fazer fusão. Se ele pegou o chapéu e foi para casa agora, desistiu da presidência, deve ter motivos familiares e razões profundas para não aceitar essa fusão.

Por isso, penso que é mais interessante, antes, um pássaro voando que dois caindo, mas não vamos derrubar os dois pássaros juntos. Vamos trabalhar com a Justiça, vamos abrir esse projeto para que, juntamente, com os senhores técnicos, profissionais, com o comitê de recuperação, possa a Justiça recuperar a Varig e, se um dia for necessário, a TAM também, dando liberdade para que todo brasileiro que tenha uma atividade econômica exerça esse direito.

Para concluir, quero dizer mais: que o art. 12 da minha proposta, que não é desse Parlamentar, mas da sociedade de Brasília, diz que as instituições financeiras que aportam novos recursos terão supremacia e prioridade numa eventual falência das empresas socorridas.

Então, os senhores vão ter total garantia de todas essas novas apólices para a recuperação das empresas do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de solicitar aos Srs. Senadores, mais uma vez, que observassem o tempo, pois os expositores têm horário marcado para encerrar esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente do Senado, senhores expositores, vou me ater a um aspecto que me parece muito interessante e consoante com os propósitos do Presidente Lula.

Conforme o economista Paulo Rabelo de Castro mencionou, trata-se de um objetivo que, certamente, o Professor Luciano Coutinho muitas vezes teve, ao longo de sua vida, como economista que esteve sempre ligado às questões de como se realizar justiça e se criarem instituições nessa direção, e que, na verdade, são objetivos de muitos Partidos. Refiro-me à proposição de se terem os trabalhadores participando mais e mais da gestão, da responsabilidade financeira das empresas.

O grande economista James Eduard Mead, laureado com o prêmio Nobel e cujos trabalhos eu procurei acompanhar bastante, falecido em 1995, propunha, como uma das principais instituições que deveria haver numa sociedade onde pudesse haver maior liberdade, maior igualdade e eficiência, que pudessem os traba-

lhadores ser contratados por cota de participação nos resultados e não apenas por salários.

O Professor Paul Singer, Secretário de Economia Solidária junto ao Ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, é uma das pessoas que acompanharam de perto, com a sua incubadora de estímulo a formas cooperativas de produção, o acompanhamento de empresas que, muitas vezes, estiveram em condições de concordata ou falência. Algumas dessas empresas foram ao BNDES – o Dr. Darc Antônio da Luz Costa saberá alguns exemplos disso – e acabaram constituindo empresas que, ainda que tivessem grandes obrigações junto aos credores, foram viabilizadas e ficaram novamente em pé. De início, os trabalhadores como que enxugaram todas as suas despesas e os seus salários, mas passaram a assumir as responsabilidades.

Então, talvez estejamos diante de uma situação de natureza semelhante.

Portanto, peço aos expositores, e em especial ambos os Economistas e Professores Luciano e Rabelo, que detalhem um pouco mais da possibilidade e viabilidade, de, no caso, permanecer a Varig, ou da fusão entre a Varig e a Tam, ou seja, haver um mecanismo tal para que, efetivamente, os trabalhadores participem das decisões.

Quero lembrar, Sr^a Presidente, que, durante algum tempo quando a Varig funcionava muito bem, diziam que na Fundação Ruben Berta trabalhadores participavam da gestão e dos resultados. Mas, parece-me que, ali – não sou um grande conhecedor da história da Fundação – a partir de certos momentos, houve, ali, certas distorções na forma de administrar, findando uma experiência positiva, resultando em problemas. Ocorre que a citada Fundação não deve ser considerada padrão. Pode-se constituir uma nova forma de gestão no sentido de se pensar melhor, digamos, em qual é a participação do capital, e, de outro lado, também a participação dos trabalhadores, seja com quotas como trabalhadores ou resultados, onde a sua remuneração seja parte em salários e parte em resultados, e que levem em conta eventualmente crédito que tem em conjunto dos trabalhadores e cada um por dívidas.

Então, em que medida isto é viável?

A SRA. PRESIDENTA (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia; Sr. Vice-Presidente do Senado Paulo Paim; Srs. Convidados.

Serei breve e sucinto. Farei apenas duas perguntas objetivas ao Dr. Alex Castaldi.

A aviação civil brasileira, sem dúvida está enfrentando problemas e as dificuldades decorrem do aumento dos custos e da redução da demanda. De acordo com o DAC, entre janeiro e junho, deste ano, houve uma queda na demanda das passagens do mercado de 9,1%. Só no mês passado, pelo que sabemos, a retração chegou a 19,1%, em comparação com o mesmo período de 2002. Os dados revelam que a Varig e a Tam reduziram a oferta em 28%, e a empresa concorrente, a Gol, aumentou a oferta em 48,5%. Isso nos leva a um questionamento: como a Gol consegue se manter apesar de toda a crise que envolve o setor, e ainda oferece preços abaixo da tabela praticada pelas concorrentes aqui citadas? Até que ponto os preços da Gol podem ter ingerência no projeto de fusão da Varig e da Tam?

Não está caracterizando aí o chamado **dumping**?

Falando na Gol, ela iniciou suas atividades com as linhas altamente comerciais, ocasionando aparentemente prejuízos diretos à Varig, à Tam e à Vasp. A Gol foi beneficiada em detrimento a essas outras?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou propor, consultando à nossa Presidente, que chamemos os outros três para que respondam em bloco.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente; Sr^s e Srs. Senadores; nossos convidados.

Este é o meu segundo mandato nesta Casa. Portanto, de há muito assisto à crise e, a cada retorno dela, cai um. Já vimos, aqui, caírem várias empresas. Nós, do Governo, nós, Parlamentares, fazemos de conta que não a estamos vendo. Somos o único País da América do Sul que ainda tem uma aviação própria.

Desta vez, a bola da vez é a Varig. Pergunto: até quando a culpa é da Varig? Ela teve, sim, uma má administração – deveriam estar na cadeia os diretores que agiram mal e levaram um patrimônio de 2 bilhões positivos para 2 bilhões negativos.

Continuamos com o problema do câmbio – ninguém fala no câmbio. Custava um a um, passamos para três, as dívidas explodiram. Culpa do Governo, não é culpa da Varig. As empresas em geral não tiveram culpa.

Os nossos aeroportos são um dos mais caros e nós não modificamos, permanecemos. A nossa escala de compra é pequena, todas as nossas empresas juntas são menos de 10% da **American Air Lines**, por exemplo.

A fúria arrecadadora do nosso Governo – estadual ou municipal. Não cobrávamos impostos sobre gasolina, sobre os alimentos. Passamos a cobrar tudo. É mais barato sair da Paraíba e ir para Miami do que vir da Paraíba para o Rio de Janeiro porque se cobra imposto de tudo. Fazemos de conta que não é culpa nossa. Se colocar Jesus Cristo para ser o Presidente de uma empresa aérea, dentro de pouco tempo Ele estará aqui pedindo ajuda porque os milagres são serão suficientes.

No mundo, todas as empresas que voam com bandeira são subsidiadas, a Swisse Air, faz isso, a TAP, faz isso, e nós no Brasil não queremos subsidiar. Está bem, mas quando discutimos esse assunto aqui na Comissão de Economia, quando chamamos o CADE, ele não queria porque era formação de truste e ia ser monopólio e era ruim para a população. Agora, estamos vendo o contrário, o Governo empurra para que haja uma concentração, e eu não estou entendendo.

Não entendo por que não fazemos o encontro de contas com a Varig, por exemplo, que resolveria. Por que não fazemos, por exemplo, uma desoneração da indústria como um todo, seja estadual, seja municipal. É um poder nacional. Num país continental, se houver uma invasão na Amazônia, se não tiver avião, não leva soldado. Não vai ser a Aeronáutica que o fará. E digo isso na frente do Diretor do Ministério da Defesa, porque dos 750 aviões que a Aeronáutica tem, 700 e tantos estão no chão – não tem dinheiro, porque para pagar o Sivam tivemos que gastar o dinheiro todo e não fizemos mais recuperação em avião. Como vamos defender nosso poder nacional?

Não entendo essa frieza. Porque aqui estamos discutindo uma empresa maior que tem tradição e tudo mais sendo incorporada por uma menor. Não consigo entender isso. É como se pegássemos o Presidente Lula, com toda sua tradição de sindicalista, toda sua experiência, todas as suas campanhas, toda sua experiência adquirida e quiséssemos trocar por um outro sindicalista porque está com um pouco de dinheiro no bolso. Então, vamos trocar o homem que tem toda experiência, que tem esse vulto gigantesco que todos nós respeitamos, e trocamos por um sindicalista porque ele está com alguns trocados no bolso e vamos engolir, dessa forma, o maior com o menor porque não é só a estatura do dinheiro que estamos jogando.

Sei que o Professor Luciano Coutinho não tem o menor problema porque ele está olhando o fenômeno em si e eu estou olhando o geral. Acho que é responsabilidade nossa, do Senado da República, de nós

Parlamentares e do Governo de resolver um ambiente que hoje é hostil a qualquer empresa.

Vamos fazer essa fusão, se for o caso. Vão ganhar, vão perder, terá perdedor e ganhador. Daqui a cinco anos estará aqui a TAM gritando que está falindo. Podem colocar Jesus Cristo para gerir. A área não é fácil no mundo, mas aqui na nossa área, no nosso Brasil, país continental que precisa de empresa aérea, estamos pior. Estamos pior porque estamos fechando os olhos e fazendo de conta que o problema é das empresas. Não, não é das empresas, o problema é nosso – Governo.

Nos Estados Unidos, quando uma empresa vai comprar um avião, o Ministério da Defesa vai lá e diz: bota mais isso e isso, e paga 30% da aeronave. É subsidiado. No restante do mundo todo não há governo que não tenha colocado dinheiro. A França colocou uma fortuna, Portugal colocou outro tanto, a Suíça colocou outro tanto, a Alemanha colocou outro tanto. Nós aqui, não. Resolvam vocês e podemos fazer essa figura, um exemplo pálido, mas é o que digo, estamos trocando um vulto gigantesco por um outro porque tem uns trocados no bolso, como diz o Professor Rabelo, até meio duvidosos esses cruzeiros que estão no bolso.

Não sei se isso é o certo. Devíamos pensar mais antes de cometermos isso que pode ser o fim de uma grande empresa e uma solução paliativa que daqui a algum tempo não será de maneira nenhuma vitoriosa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Paulo Paim que agilizou os trabalhos, com a concordância do plenário.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia, Senador Paulo Paim, Vice-Presidente do Senado, que em boa hora tomou essa iniciativa para esta audiência pública, Srs. da Mesa, Srs. Senadores, eu poderia resumir as minhas preocupações, as minhas observações na fala experiente e emotiva do Senador Pedro Simon e na praticidade do Senador Ney Suassuna, que foi muito feliz nas suas observações. Mas também corroboro com as palavras dos Senadores Marcelo Crivella e Geraldo Mesquita Júnior.

Acredito que, se a Varig fosse um banco, já teria quebrado. Nunca vi uma campanha tão nefasta, tão agressiva, tão impiedosa como essa contra a Varig. Esse marketing indireto, nefasto, negativo, de deterioração da empresa, de diminuição do seu valor, francamente, é um **case** a ser estudado pelas futuras ge-

rações. Não sei de onde veio, mas é um **case** a ser estudado. Setenta e seis anos de história, sete bilhões e meio de faturamento no ano passado... Com a tradição que tem, com o ganho tecnológico que obteve, com a qualidade dos seus funcionários, dos seus comandantes, dos seus comissários, do seu pessoal de terra, do seu centro de manutenção, e o País tratando a empresa dessa maneira. Isso é uma vergonha para o País!

Acho que houve – claro – desmandos. Fui diretor de uma empresa de turismo do Estado no início da minha vida pública e vi a Fundação Rubem Berta, a direção da companhia muitas vezes estava preocupada com si mesma e não com a companhia. Comportamentos absolutamente aviltantes, gente fazendo casamento de filha com o serviço da Varig. A empresa quebrando, mandando embora gente; capitânias hereditárias dentro da empresa – um cuida da compra de combustível, outro da compra de aeronave; um terceiro, da compra desse segmento; outro, daquele. Era capitania hereditária, uma vergonha. Mas a empresa sobreviveu a tudo isso.

Não tenho nada contra a TAM, mas tenho, sim, contra esse modelo **laissez-faire, laissez-passer** que foi instituído no País, que é impossível ser viabilizado, como disse muito bem o Senador Ney Suassuna.

Entendo que aí, sim, o Governo e o BNDES têm de entrar junto com os credores da Varig, junto com a fundação e os seus funcionários, tão bem assessorados pelo professor Paulo Rabelo. E aqueles que desejam essa incorporação também não foram bobos e contrataram um grande profissional da área econômica, um homem com credibilidade, com a respeitabilidade que tem o professor Luciano Coutinho, mas me desculpem: sou absolutamente contra. E não é uma posição, um jogo político não; não é um jogo menor, ou o oportunismo de defender uma corporação, os “x” mil funcionários da Varig. Eu, francamente, nunca me preocupei com isso na minha vida pública, fazer esse jogo menor. É por conta do País mesmo.

Vamos encontrar uma solução, vamos trazer os credores. Isso não é um supermercado que a gente deixa quebrar, um armário da esquina. Essa empresa tem história, tem **know-how**, tem serviços. E essa empresa fatura R\$7,5 bilhões por ano. Vamos levar em consideração as regras modificadas pelo ex-Presidente Fernando Collor e que continuam até hoje; vamos levar em consideração a desvalorização cambial; vamos levar em consideração tudo isso e recuperar essa empresa.

Se o mercado permitir – e permite – a presença de outras empresas, como a TAM... Parabéns ao Co-

mandante Rolim pela sua eficiência, parabéns àqueles empresários que vieram do setor rodoviário de Minas Gerais e que construíram a GOL, mas, espera lá! Mais respeito com o País, não é com os funcionários da Varig não, mas com o País.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, Sr. Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, todos nós, que acompanhamos ao longo dos anos o desenvolvimento do transporte aéreo brasileiro, que notadamente víamos com orgulho o funcionamento da Varig, não só no plano nacional como no plano internacional, estamos verificando que essa nossa auto-estima em função do crescimento a que me referi está no mais baixo grau, neste momento, uma vez que a nossa maior empresa está em situação falimentar e as autoridades do Governo, como também o setor empresarial da aviação civil, estão procurando uma solução condizente para resolver essa situação tão grave.

O que me preocupa neste momento, somando-me aos pronunciamentos que foram feitos anteriormente pelos Senadores Ney Suassuna, Geraldo Mesquita e Sérgio Cabral, é que o envolvimento de recursos ponderáveis do BNDES numa operação que pode se tornar ruína no futuro poderá, sem dúvida alguma, comprometer programas sociais do Governo para geração de emprego e renda para as Regiões mais pobres, como o Nordeste, Região sofridora que, em outros períodos, sofreu discriminação do BNDES de mais de 70% dos recursos liberados, que eram direcionados para as Regiões mais ricas, a exemplo da Região Sudeste.

Gostaria, então, de fazer a seguinte ponderação: que os funcionários não ficassem fora das negociações em torno da construção de uma nova empresa. Eles ajudaram a construir esse empreendimento, esse orgulho para o Brasil e, de repente, tudo indica que por má gestão, por má administração dessa empresa, esses funcionários estão prestes a serem jogados no olho da rua pela imprevidência, pela incompetência de uma administração que não soube aproveitar o mercado da aviação civil no momento em que ele foi mais propício, foi mais generoso não só na área nacional, como também no plano internacional.

Ora, pelos dados que foram fornecidos e distribuídos pelo gabinete da Senadora Lúcia Vânia – aliás, eu parabenizo a Presidente pela presteza, pela eficiência da informação aos Srs. Senadores e, também, por informações que foram trazidos por funcionários da empre-

sa – está demonstrado que um novo empreendimento é possível sem o avanço, sem a penetração, sem a introdução, vamos dizer, tão importante de recursos públicos. A introdução, por exemplo, dos funcionários na gestão da nova empresa implicaria uma economia de, no mínimo, R\$3 bilhões, resultantes de direitos previdenciários e trabalhistas que estão postergados e que não foram pagos pela Varig. Esse é um capital importante: o capital financeiro dos funcionários e o capital humano – a experiência, a dedicação, o amor que eles têm pela empresa e pela bandeira que a empresa carrega por este mundo afora.

De sorte que os débitos do Governo estão em torno, se não me engano, de R\$3,5 bilhões. Com mais R\$3 bilhões dos funcionários, isso representa nada menos do que R\$6,5 bilhões.

Pergunto: qual a empresa aérea que começou a sua vida com R\$6,5 bilhões? O patrimônio líquido da TAM é de R\$118 milhões. Uma empresa de R\$6,5 bilhões, em plena crise em que vive este País? Seria uma empresa com a gestão compartilhada – funcionários e demais acionistas -, altamente rentável, com repercussões favoráveis, inclusive à nossa balança de pagamentos e ao nosso endividamento interno. E o que é mais importante, ter-se-ia a manutenção de empregos num país de desempregados. Chegamos a 13% este mês e poderemos aumentar esse contingente de desempregados, colocando o Brasil numa situação ímpar na sua história de um país injusto.

Portanto, o meu dever como Senador, ao lado de tantos que falaram mais ou menos dessa forma, é salvar o emprego acima de tudo. A empresa é algo que não conseguimos tocar, é algo que não conseguimos colocar no coração, se dentro dela não tiver funcionário. E empresa nenhuma resolve a sua vida sem funcionário.

É isso que eu gostaria de ponderar a todos aqueles que estão participando desta organização, visando a reestruturação de uma nova empresa no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador César Borges. Em seguida, o último orador, Senador Paulo Octávio.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr^a Presidente. Saúdo os expositores, o Vice-Presidente da Casa, Senador Paulo Paim, e os Srs. Senadores aqui presentes.

Realmente, é muito salutar essa discussão. Fico gratificado por ter sido um dos últimos, porque ouvi tantas contribuições valiosas sobre esse assun-

to, sobre o qual já me debrucei um pouco aqui, fiz pronunciamento, cheguei a fazer um artigo também. Há uma preocupação muito grande. A minha posição será menos emocional, mais realista.

Temos um grave problema no País, de dimensão continental, com essa crise na aviação brasileira.

Sem sombra de dúvida, o Governo Federal tem uma responsabilidade muito grande. Não quero imputar sobre este Governo, de forma específica, absolutamente nenhuma culpa, mas os governos vieram jogando nas costas dessas empresas uma altíssima taxa de carga tributária – chega a 35% -, que não se paga em lugar nenhum do mundo sobre o transporte aéreo. Soma-se a isso, o alto custo do querosene que, no ano passado, teve um aumento de 107%, e as passagens não podem acompanhar de forma alguma esse aumento. Essa é uma realidade que veio do Governo passado.

Deste Governo que cobramos hoje, quero falar com muito respeito aos senhores, principalmente ao Darc Antônio da Luz Costa, Vice-Presidente do BNDES, e também ao Dr. Alex Castaldi, que temos que agilizar providências, porque o assunto já está mais do que diagnosticado, a imprensa já se debruçou, são artigos em cima de artigos.

O que estamos verificando agora são avanços e recuos, avanços e recuos.

Se a economia às vezes é perversa, ela é realista, ela trabalha com os números. Então, confiamos nos economistas que estão debruçados sobre o assunto, e o Governo tem que tomar uma posição rápida sobre esse assunto, porque isso é estratégico para o País. Não se trata de uma questão meramente emocional, mexe com todos nós também, mas mexe, essencialmente, com um setor muito estratégico. Isso não é um bem de consumo como qualquer outro. Isso é fundamental para o desenvolvimento do País.

Então, o Ministério da Defesa e o BNDES têm que ser os árbitros dessa questão, dentro dos maiores interesses e mais legítimos interesses da Nação brasileira. Não deve contar se é TAM, se é Varig, quais são os interesses. O interesse é do Brasil nesse momento, que deve estar acima de tudo.

Venho acompanhando esse assunto e, às vezes, fico entusiasmado quando vejo o seguinte: nos próximos dias, o Ministério da Defesa submeterá ao Conselho de Aviação Civil proposta de marco regulatório para o setor, definindo regras, com a possibilidade de o Governo fixar preços máximos e mínimos para a passagem aérea.

Pergunto ao Dr. Alex Gastaldi se realmente isso que foi veiculado no **Estado de S. Paulo** pelo jornalista Demétrio Weber tem realmente fundamento. É preciso esse marco regulatório. Acho que ele está na base de tudo. Nós já tivemos aqui, na Subcomissão de Turismo, a presença do diretor do DAC, que afirmou que há um novo marco regulatório que daria tranquilidade com relação à distribuição das linhas, não iria mais existir este **laissez-faire**, para viabilizar. O que nós pretendemos, como disse o Senador Ney Suassuna, é tranquilidade para o futuro. O que foi feito está feito. Temos que tentar reparar o malfeito e, principalmente, preparar uma base segura para o futuro.

Por outro lado, li que o BNDES tem um documento de dezesseis páginas intitulado "Estruturação do Mercado de Transporte Aéreo". O título do artigo do **Estado de S. Paulo** é: "Novo modelo do setor aéreo já causa mal-estar no Governo." O artigo, assinado por René Pereira, diz, inclusive, que será criado um modelo com quatro níveis de classificação das empresas: internacional, doméstico de âmbito nacional, doméstico de âmbito regional, doméstico suplementar.

Perguntaria ao Dr. Darc se isso é real, se há esse documento e se o Governo vai avalizar esse documento. O que nós queremos é o aval do BNDES para o empréstimo para salvar as empresas. O Governo é que vai analisar se a Varig tem condições. O Governo é que vai decidir se quer aportar recursos ou não, pois são recursos públicos. É preciso discutir isso com a sociedade. Pode-se salvar a Varig, mas também é preciso dar condições de concorrência com as demais. O Governo não pode subsidiar uma empresa e pretender que as outras, que estão pagando em dia suas obrigações, o combustível, a taxa aéreo-portuária, o aluguel dos aviões, possam competir com uma que está subsidiada pelo Governo. Isso seria impraticável. O Dr. Paulo Rabelo, que é economista, sabe que é preciso haver condições idênticas. O Governo tem que resolver o que deve fazer com o setor aéreo. Acho que é com isso que devemos nos ocupar neste momento.

Com relação à fusão das empresas, tenho uma notícia, do dia 27 de agosto, que diz que a negociação deve ser ratificada no dia 26. Ou seja, foi ontem. Já deveria ter sido ratificada. Há, inclusive, o nome do Dr. Luciano Coutinho, que coordena o processo, representante dos bancos. A negociação deveria ser ratificada por conta de que haveria um entendimento, com aceitação da Fundação Ruben Berta, da TAM e do BNDES. Assim, voltamos à discussão inicial ou existe efetivamente esse espaço que a imprensa, a

mídia nacional... Novamente o **Estado de S. Paulo** em artigo de Nilson Brandão Júnior, está noticiando isso, que já deveria ter um acordo para que isso fosse ratificado no dia 26.

Para encerrar minha participação, esses são os meus questionamentos. Espero que o Governo agilize essas providências. Acho que este é o momento. Este Governo já tem oito meses, já está senhor de todos os assuntos, em todos os setores. O BNDES tem um corpo técnico altamente capacitado e que pode se debruçar sobre essa questão e tomar a melhor posição para o País. Essa não será uma posição emocional, mas uma posição que vise, acima de tudo, os interesses da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, meus companheiros Senadores e Senadoras, esse assunto das companhias aéreas brasileiras está-se tornando comum, tanto na Câmara dos Deputados como aqui no Senado. Eu me lembro de que nos últimos anos, como Deputado Federal, participando da Comissão de Turismo, em vários momentos chegamos a discutir o problema da aviação civil brasileira. Eu me lembro também de que por dois anos ficamos trabalhando num projeto da Agência Nacional de Aviação Civil. Não sei se a Senadora Lúcia Vânia fazia parte da nossa Comissão. Trabalhamos assiduamente e não chegamos a uma conclusão. O Governo, no último momento, deixou de ter interesse na criação da agência, que acho importante para o futuro do País.

O que quero registrar aqui hoje é que a Fundação Ruben Berta, a maior acionista da Varig, é o exemplo dentro do capitalismo brasileiro de um modelo que deu certo. Nós temos que ver que esses funcionários da Varig – não sei o número exato hoje, vinte mil ou trinta mil – foram muito bem assistidos por muitos anos. A maioria desses funcionários ficou na empresa por vinte, trinta anos. São funcionários que têm amor à empresa. É comum a Varig ser uma verdadeira Embaixada do Brasil em vários países. Quantas vezes, viajando pelo mundo afora, uma agência da Varig servia como ponto de encontro dos brasileiros? É motivo de orgulho nacional, assim como a Air France, da França, assim como a Alitalia, da Itália. Então, é uma referência no mundo todo, o mundo conhece a Varig.

Quero registrar que o trabalho que foi prestado aos funcionários, que ainda é prestado, de assistên-

cia à saúde, retrata uma filosofia diferente. Quando vejo o trabalho da fusão das duas empresas, fico imaginando qual será a filosofia, até porque, Senadora Lúcia Vânia, cada empresa tem sua filosofia. A filosofia de trabalho da Varig é totalmente diferente da filosofia de trabalho da TAM. Não vou discutir aqui qual é a certa, qual é a apropriada, qual deve ser a ideal para o futuro se houver a fusão, mas não tenho dúvida de que vai haver um choque de comportamento, porque os funcionários da Varig não vão deixar de ter aqueles assessorios que têm no dia-a-dia como trabalhadores de uma empresa. Por isso, essa é uma questão que deve ser muito bem colocada, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, porque se trata de um assunto que deverá ser discutido com muita propriedade no futuro. Acredito que teremos de debater se a fusão realmente ocorrer. Antes de a fusão se tornar efetiva, pergunto-me: o Brasil é um País continental, sem estradas; aqui se fala muito em desenvolver o turismo, e não estou vendo como. Na semana passada – até fiz um pronunciamento nesta Casa sobre o assunto –, constataram que perdemos dois mil turistas europeus porque não havia avião, não só da Varig, mas de outras companhias para trazê-los para o Brasil. Eles foram para Cancun. O Brasil tem aeroportos, hoje, maravilhosos, cujas taxas aeroportuárias são altíssimas, inviabilizando as empresas. Como colocaram aqui, muito bem, o Senador César Borges e o Senador Ney Suassuna, que falaram no mesmo sentido que estou aqui me pronunciando, que o aumento do combustível para a aviação foi extraordinário. Imaginem 107% de aumento para quatro empresas que estão com dificuldades... Aqui se fala muito também que a Gol é um sucesso. Não é sucesso, não. Veja a lucratividade da empresa: é pequena, e a crise da aviação civil é internacional. Se a Fundação Rubem Berta fosse dona de uma empresa americana, estaria com o mesmo problema, com a mesma dificuldade, como várias grandes empresas americanas foram à bancarrota, quebraram, faliram. E lá, colocou bem o Senador Ney Suassuna, existe uma ajuda governamental que foi, no ano passado, de US\$7 bilhões, para as empresas de transporte de aviação civil nos Estados Unidos. Então, sinceramente, penso que nós, Senadores, Deputados, vamos debater esse assunto por mais alguns anos enquanto o governo realmente não tiver a vontade política, e essa vontade política é do Presidente da República. O assunto é tão sério que somente quando o Palácio do Planalto assumir a determinação de tirar a carga tributária das companhias aéreas – porque elas não conseguem sobreviver com essa carga tributária –, de diminuir todas as taxas em

cima dessas companhias, ajudar financeiramente, resolver a questão de uma ação transitada em julgado em que o governo tem que indenizar a Varig. Essa indenização seria um acerto de contas fantástico para a sobrevivência da empresa. No entanto, falta vontade política. Então, que vontade política o Governo tem de ajudar uma empresa se deve a essa empresa e não paga? Por que não faz um encontro de contas se a empresa também deve impostos? Por que, se a empresa também deve a bancos oficiais? Tem que haver vontade política, e essa vontade política, com certeza, o Senado tem, a Câmara dos Deputados tem, a classe política do Brasil, em geral, tem. Está faltando dar maior autoridade a este País. A solução para o problema dessa fusão e para o futuro das companhias aéreas passa pela vontade política do Presidente da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Infelizmente, terei que me ausentar, uma vez que o professor Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, estará iniciando a sua palestra às 14h15min, na sala 2, Ala Nilo Coelho. Todos estão convidados. Ele já está no Senado e preciso recebê-lo. Então, peço licença.

Depois, ficarei sabendo das respostas às minhas indagações. Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Encerradas as inscrições, concedo a palavra o Dr. Darc Antônio.

O SR. DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA – Quero aproveitar para agradecer a oportunidade de estar aqui com V. Ex^{as}, Senadores da República, que têm grande responsabilidade de constituir o corpo jurídico que lastreará nosso Estado nacional nos próximos anos, daqui para a frente.

Gostaria de iniciar minha exposição, dizendo que o mundo mudou. Como já dizia o velho Heráclito, há 2.500 anos, tudo flui, tudo muda, tudo se transforma. Estamos em outro Governo, não mais naquele que manteve a fragmentação; essa questão é fundamental. Na verdade, o que traz esse novo Governo? Uma idéia que não é só dele, mas que está transformando o mundo.

Durante muito tempo, vivemos submetidos a um discurso falso. Qualquer intervenção que façamos está submetida a um triângulo indissolúvel, que une o que fazer – a política – a como fazer – a estratégia –

aos meios com que fazer – o poder. E, nesse triângulo, a política sempre esteve acima – ou deveria ter estado – da estratégia e do poder ou da economia. O que fazer – a política – é mais importante do que como fazer e com que meios fazer, porque é determinando o que fazer que nós, homens, mudamos o mundo. Essa questão é importante, porque hoje não vivemos mais sob a égide de que é o como fazer que constrói os processos. Não é verdadeira a idéia de que, se deixarmos tudo ocorrer, cruzarmos o braço, alguma coisa vai construir o que fazer. Somos nós que decidimos o que fazer, quando pactuamos a idéia do Estado nacional, que V. Ex^{as} tão bem representam.

Nessa questão, o que está acima de tudo é o interesse nacional. O BNDES existe para defender o interesse nacional, que significa, numa economia como a nossa, gerar empregos. O objetivo central de qualquer política econômica neste País tem que ser gerar empregos. Todo o resto é meio – moeda, por exemplo. E, com base nesse discurso, que me parece correto, temos que fazer o quê? Temos que estruturar um setor que é estratégico, fundamental para um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e com cerca de 70 milhões de pessoas, que pensam em viajar, em transitar de um espaço a outro.

Não há país como o Brasil, ou seja, com o nível de migração interna que detemos. As pessoas precisam visitar seus familiares.

Tenho uma filha que mora em Brasília, que gosta de ir ao Rio, para me ver e precisa de aviação, porque, de carro ou ônibus, levará um dia e meio.

Então, aviação é um negócio fundamental, meus amigos. Além de ser estratégico, como alguém falou, é instrumento de defesa nacional, por isso está no Ministério da Defesa. Aviação é um instrumento de defesa nacional.

E o que fizemos? É verdade, propusemos um documento, porque consideramos que não devemos cruzar os braços. O BNDES não é o responsável pela política do setor aéreo no Brasil, mas tem uma responsabilidade com este País, por isso propôs uma mudança regulatória. Trata-se de uma proposição. Fizemos uma mudança regulatória, que está sendo analisada. O documento vazou. A mídia pega tantas informações no Governo, que, às vezes, fico pensando no que há dentro dele; se há uma mídia dentro do Governo ou um Governo dentro da mídia. É verdade, fizemos uma proposição, sim, regulatória, intervencionista. Não temos vergonha de dizer isso. Sabemos que temos responsabilidade como Estado nacional e não achamos que devemos cruzar os braços e ver o mundo passar. Se estamos no Governo é para, efeti-

vamente, exercitar o que ele necessita, que são pessoas que façam propostas e as encaminhem.

Dentro disso, queria também observar que, nesse projeto, não estamos olhando com os olhos só do Brasil. Olhamos o mundo e vemos que a América do Sul é um espaço periférico, que não está nas rotas centrais nem do comércio nem do trânsito de pessoas. E podemos montar um projeto de uma aviação que incorpore outros, como os argentinos nos pediram, porque a aviação argentina perdeu-se. Venderam-na para a Ibéria, que a vendeu para outros espanhóis. E eles perguntaram-nos claramente se não era possível estudar um projeto conjunto. Estudar um projeto conjunto é possível, mas, antes de tudo, temos que analisar o interesse nacional. Essa é a questão que precede.

Posto isso, queria dizer que não nos furtamos a responsabilidades. E há mais outra coisa que quero deixar claro: como disse no meu discurso, somos adeptos da cooperação entre Estado e a iniciativa privada, porque não são seres antagônicos. Aliás, os capitalistas que deram certo trataram o Estado e a iniciativa privada como uma coisa só. É assim que os americanos tratam hoje, é assim que os alemães e os japoneses ainda tratam. Não são coisas que devem ser separadas e tratadas como se fossem espaços em conflito. Não são espaços em conflito, são espaços em cooperação.

No âmbito dessa idéia da cooperação, privilegiaremos também a idéia da cooperação entre capital e trabalho. É por isso que fizemos alguns projetos exitosos, já neste Governo, da Uniforte – pena que o Senador não esteja aqui. Tínhamos a maior forjaria deste Brasil, chamada Conforj, que faliu. Os trabalhadores pegaram o negócio. Por que não vamos ajudar esses trabalhadores a reconstruírem a empresa? Vamos, sim. Vamos fazê-los proprietários, porque o capitalismo é a noção da propriedade. Se dermos a cada trabalhador a idéia de que ele é proprietário, construiremos, com isso, um capitalismo real, não um capitalismo de fachada, onde só meia dúzia de pessoas detêm o capital.

Somos adeptos da cooperação entre trabalho e capital e pensamos que, nesse processo, temos que dar uma participação aos trabalhadores, sim. Pensamos isso. Quero dizer a V. Ex^{as} que não temos compromisso com nenhuma proposta. O que chegar ao BNDES analisaremos, de acordo com os nossos critérios. Não recebemos “prato feito” – quero dizer isso para V. Ex^{as}. Senão, coloca-se lá alguém... Não faço isso, nem o Prof. Carlos Lessa faz, nem a diretoria. Falo em nome deles.

Queria dizer também ao Senador Valadares – não sei se está presente – que o Nordeste está nas nossas prioridades. Sabemos da dívida deste País com o Nordeste, conhecemos a posição deprimida daquela região, cuja configuração demográfica permite a geração de um pólo industrial. Lá existem mais de 50 habitantes/km². Ora, espaços assim proporcionam uma condição necessária – não suficiente – para se constituir um espaço industrial. E sabemos que a indústria é o motor de desenvolvimento. Temos consciência disso.

Então, quero que o Senador Antonio Carlos Valadares saiba que, na proposta que encaminhamos de infra-estrutura para o Brasil, privilegiamos o Nordeste. Quero deixar claro que isso também foi consagrado pelo Governo. E, neste PPA, V. Ex^{as} constatarão que o Nordeste foi agraciado com obras de infra-estrutura, fundamentais para o desenvolvimento daquele espaço, porque infra-estrutura é a base sobre a qual é estruturado qualquer processo.

Ao terminar, relembro a V. Ex^{as} o seguinte: setor aéreo, aviação civil é bem público! Não é **commodity**! Não pode ser tratado como se fosse **commodity**, exposto à idéia de que a concorrência resolve o processo. É bem público! Uma moça de Teresina que está tendo problemas para ter um filho, porque a gravidez é de alto risco, precisa ter condições de se deslocar para Recife. É preciso haver aviação comercial que faça isso. Mesmo que essas linhas sejam deficitárias, terão que ser sustentadas por espaços superavitários. Por isso, é necessária a presença do Estado.

Era isso o que eu tinha a dizer a V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Senadora e Srs. Senadores, pela oportunidade dada ao BNDES, na minha pessoa – que não é a mais representativa, pois a mais representativa é a do Prof. Carlos Lessa -, de vir aqui expor suas posições perante V. Ex^{as}.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos, Dr. Darc, por suas palavras. Pode ter a certeza de que sua presença engrandece e honra esta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Alex Castaldi Romera.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – Tomei nota de três folhas de perguntas. Senador, poderíamos recomendar?

Vou aproveitar a minha última intervenção para fazer algumas intervenções que talvez não tenha feito no momento adequado. Uma delas é em relação... Começa a se falar muito, e é óbvio que na medida que tive um mandato para coordenar o Comitê de Políticas Públicas que tem a missão de fazer, de elaborar

uma proposta de política pública para o segmento aéreo, e dentro dela o marco regulatório, a gente fica muito direcionado a isso e corre o risco de perder o contato com a realidade. As providências que fizemos para não perder esse contato com a realidade foi colocar dentro do comitê os empresários e os trabalhadores de setor, que nos puxavam a todo o momento para o mundo real.

Mas, ao falar muito no marco regulatório e em política, acabei não citando e parece que pode ser mal interpretado, que o governo está estudando, estudando e estudando e nada está acontecendo. Então, tem duas coisas muito práticas e objetivas que estão acontecendo sim. Com base no art. 193 do Código Brasileiro de Aeronáutica, o órgão regulador, que é o DAC, procedeu já em março deste ano intervenções sobre o mercado, de maneira que fez uma redução apreciável na oferta. Lembre-se que foi mencionado que o primeiro problema foi uma briga por **marketier**, que gerou uma super-oferta. Então, essa ação já existiu. E, respondendo, em parte, a uma das intervenções, houve retração na demanda sim e houve uma retração na oferta. Desse conjunto já temos alguns reflexos positivos, e acho que ninguém se lembrou de mencionar, temos três meses que todas as empresas aéreas de grande porte deste país estão operando no azul. Menciono resultado operacional. Com a barriga de dívida que elas têm, não existe resultado positivo possível nesse momento, mas o resultado operacional é azul, graças a uma intervenção direta do DAC sobre o mercado. E se as empresas ainda estão voando é porque houve intervenções do governo sobre credores, inclusive internacionais, de maneira que não houve a tal corrida aos bancos, porque senão teria havido uma corrida aos bancos. Então, duas ações bem pragmáticas foram tomadas.

O professor Darc mencionou uma coisa essencial: Política é o quê? O como é um problema do regulador. Quando estamos traçando uma política, estamos traçando é o quê. O que é que queremos para a aviação comercial brasileira. Não há nenhuma divergência em governo em relação ao que queremos para a aviação comercial brasileira. Porque, felizmente, as pessoas têm se manifestado fortemente pela existência de uma visão regulatória no setor. A visão regulatória tem aquelas nuances que mencionei, pode estar muito próxima do zero e muito próxima do oitenta. E não existe a verdade dos quarenta não, vai depender de uma análise do momento etc. Essa análise que vai delimitar esse parâmetro de intervenção será feita pelo órgão regulador, dentro de diretrizes políticas. Então, li a reportagem mencionada, conhe-

ço o estudo que o BNDES apresentou, é excelente e quero antecipar algumas coisas: Por exemplo, ...

O SR. DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA – Posso pedir pela ordem? Por dever de justiça, o trabalho não foi feito só pelo BNDES, foi feito por técnicos do BNDES e técnicos do DAC. Por dever de justiça.

O SR. ALEX CASTALDI ROMERA – E V. S^a me cortou bem no momento em que eu ia mencionar uma coincidência, que foi que no Comitê de Políticas Públicas tivemos o assessoramento do DAC. No âmbito do BNDES, o comitê lá formado, também tiveram o assessoramento do DAC. Então, no momento que terminar, quer dizer, como disse, a questão de governo, que de repente não sabe se a imprensa está dentro ou fora, às vezes, mas quando a situação se completar, vocês vão observar que existem várias políticas, nos dois documentos ou nos dois encaminhamentos, que são absolutamente homogêneas. Algumas importantes, inclusive. Porque quando a gente fica falando, foi mencionado aqui, houve problemas de combustível sim, um absurdo, problemas cambiais, volta e meia surgem aquelas idéias, vamos fazer **head** cambial, proteger as empresas nas suas remessas de recursos para o exterior por causa do **leasing** financeiro, operacional.

Senhores, ninguém parou para pensar que a melhor maneira de se fazer **head** cambial é operar no Brasil com empresas e aeronaves brasileiras? Essas são as soluções estruturais de que estamos falando. Não adianta dizer que o câmbio vai subir; então, teremos que mandar mais dinheiro. Esperem um pouco! Temos a terceira ou quarta maior indústria aeronáutica do mundo. Por que não voamos com aeronaves brasileiras? Assim não será preciso mandar dólares para o exterior. Essa é uma das soluções que, por coincidência, está no estudo do BNDES, no estudo do Comitê de Políticas Públicas. Existem outras formas de desoneração tributária.

As empresas não pagam 35%, pagam bem menos que isso; mas pagam uma quantia talvez excessiva, na medida em que a história da viação mundial aponta, como seus maiores momentos de rentabilidade, para valor que não chega a 5%.

Então, fico preocupado quando me dizem que estão pagando 30% de ICMS sobre o combustível. Os senhores sabem quanto custa o combustível no peso da operação de uma companhia aérea? Pode chegar a 27%. Coloquem 30% de ICMS. Não dá. Aí, é a tal solução que a sociedade tem que compartilhar – Governo Federal, Estadual e Municipal.

Fiquei sabendo que existe a importante iniciativa, aqui, de cobrar IPVA de aeronave. Meu Deus do

céu! Se conseguirmos a desoneração que vínhamos tentando a duras penas, porque não há dinheiro nas burras do Tesouro, cobrar IPVA é liquidar todo o esforço que estamos fazendo.

Então, devemos ter essa visão.

Esqueci-me de dar uma informação para os senhores, principalmente para o pessoal da Varig. Eu sou gaúcho e cinquentão. Portanto, tenho convicção de que sou dono da Varig. Pertencço à faixa etária de cinquenta anos em que todo gaúcho acima dessa idade pensa que é dono da Varig.

O Governo me surpreendeu – porque eu estava no Ministério da Defesa e me chamaram assim: “Convoque uma reunião do Conac, porque o Presidente Lula mandou.” E eu indaguei: “Mas quando?” Eu fiquei imaginando – no mês que vem, daqui há dois meses... “Para amanhã, às quinze horas.” Assim foram constituídos dois grupos de trabalho. Um liderado pelo Medic – leia-se, na parte mais operacional, BNDES – e outro liderado pelo Ministério da Defesa, que já começou a trabalhar e já há resultados concretos em operação real.

Agora, adianta atuar no marco regulatório? Adianta atuar com essa antipatia? Cá entre nós, Dr. Darc, cortar oferta dói! Mas não é tudo. Quando há superoferta, tem que se fazer isto. E o outro lado? E o estímulo à demanda?

O nobre Senador Paulo Octávio mencionou que estamos trabalhando junto com o Ministro do Turismo em um programa de estímulo à demanda, porque deve haver atuação dos dois lados, e não só a tesoura. Temos que fazer com que a demanda cresça, o que é possível e estamos trabalhando o projeto dentro de uma política integrada.

Para encerrar a minha intervenção, gostaria de falar o por que da política integrada.

Ao dizer: vamos ao mercado, alguém se esqueceu de alguns detalhes. Para que um avião voe – e não é preciso ser especialista para entender isto –, precisamos de um aeroporto, de um avião, das estradas aéreas – que são feitas com radar, com Sívam, com coisas tantas vezes observadas pelos senhores e que, tecnicamente, se chama de controle do espaço aéreo – e com empresas aéreas.

Os aeroportos são monopólios naturais. A pessoa vai a Porto Alegre, desce no Salgado Filho. É monopólio natural. Além de ser monopólio natural, no Brasil, é um monopólio estatal. As estradas aéreas são feitas pelo comando da Aeronáutica, portanto, há um monopólio de Estado e de Governo. As aeronaves, neste momento histórico do Brasil – apesar de

termos a quarta maior indústria do mundo –, são importadas. E importadas de quem? Importadas de três ou quatro lesoreis – acho que estou exagerando no número –, que controlam o suprimento de aeronaves para todo o mundo, ou seja, o monopólio privado internacional. Aí, pegamos as empresas aéreas, aumentamos o preço dos combustíveis, liberamos as tarifas e, depois de 60 anos, quando dizíamos para onde voar e por que preço, dizemos: “Vão ao mercado e compitam.” Podia dar certo? É questão de bom-senso.

Esse mercado é circulado por monopólios e tem uma forte tendência a formar oligopólios. Oligopólios e monopólios têm de ser bem regulados. Podem ser e aposto nisso. Algum dia, daqui a 20 ou 10 anos, quando o Estado tiver capacidade de regulação perfeita sobre o monopólio natural, chamado aeroporto; sobre um dos grandes supridores, que o monopólio do combustível; sobre o espaço aéreo, ou seja, quando o poder regulador do Estado estiver absolutamente equacionado, vamos ser otimistas, daqui a 20 anos, poderemos chegar para a aviação e dizer: “Vão competir”. Antes, porém, é contra-senso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Várias perguntas foram feitas. Tentarei sintetizar. Gostaria de prestar algumas informações importantes.

Não é verdadeira a informação de que transitou em julgado a diferença tarifária. A Varig tem, efetivamente, transitada em julgado a causa do ICMS, porém os Estados não a reconhecem. A causa realmente transitou no STJ e no STF. Ela tem direito líquido e certo, mas os Estados resistem, para eles, é uma causa não-líquida.

A diferença tarifária – uma causa a qual se atribui R\$3 bilhões, obviamente – está, no TRF 1ª Região, 3ª Seção, e sequer ingressou no STJ. Tenho informações do próprio advogado patrono da causa, que é um advogado de primeira categoria. Contra ela, obviamente, bate o Ministério Público, a Fazenda Nacional, por dever de ofício e têm de fazê-lo.

É muito fácil se falar em encontro de contas, o que exigiria à União se omitir de defender. Aos responsáveis legais será imputado porque o fizeram. Ou, dentro de uma lei ou de um outro processo, mudem-se as regras normais pelas quais transitam os interesses da sociedade, entre eles a defesa do Erário Público. Eram essas as informações. Às vezes, pen-

sa-se que está na mão, que se trata de uma questão de vontade e etc.

A Varig não tem tempo para esperar isso. Já fiz reuniões com o Paulo e com a Pivar. Desta última, infelizmente, tive de sair de antes por outras razões. Era a única que encaixava no horário do Paulo. Poderia ter outras. Quando vejo a solução proposta pelo Paulo, prevê-se um conjunto de créditos previdenciários. Deveríamos distinguir muito bem o que é déficit atuarial e o que é dívida financeira da empresa para com o fundo de pensão. Não posso tratar isso da mesma forma. O déficit atuarial é virtual, dependerá do número de participantes, do número de beneficiários que se desliguem ou não do processo. Não posso consagrar e dizer que isso é um direito e vou convertê-lo. É um tratamento distinto da dívida financeira. Não posso pegar a dívida financeira do Aeros, desagiá-la e transformar. Claro que isso pode ser feito opcionalmente. Cada trabalhador, se assim o quiser, faz de uma forma. Mas não posso dar um tratamento de atacado, desagiar uma dívida e depois inviabilizar a aposentadoria de sete mil, quase oito mil pessoas que dependem desse benefício, sem consultá-los. Não estou atribuindo esse desejo aos senhores; ao contrário. Temos que zelar para que, em qualquer solução, a lei seja observada, para que as leis que regem o sistema de previdência complementar sejam observadas.

Dentro desses limites de lei, de como são regidos os fundos de pensão, de como são regidos os direitos trabalhistas, é possível examinar. O Presidente Darc disse aqui que, em tese, o BNDES vê com simpatia a participação, mas isso tem que ser feito rigorosamente dentro da lei. Oferecemos, em conversas com o Dr. Paulo Rabelo, oportunidades de aprofundar isso. Vamos verificar dentro da lei. Mas é fundamental, por outro lado, reconhecer que existe um conjunto amplo de credores e que, gostemos ou não, são credores – vou usar aqui um adjetivo – eficazes, são credores que podem, ou não, parar a empresa. O crédito dos trabalhadores existe, e os trabalhadores, obviamente, se fossem suicidas, também poderiam parar a empresa. São dois ou três grandes fornecedores de equipamentos, mas são centenas de **lessores**, que têm hoje um estado de trégua, com relação à empresa, precário, na expectativa de um projeto que venha solucionar a situação.

Sinto-me inibido... O Senador Sérgio Cabral disse coisas aqui que nos deixam... Não me sinto à vontade para descrever a precariedade da situação da empresa porque isso é ruim e não quero contribuir com nada. Nos últimos meses, a minha vida tem se

dedicado, em várias oportunidades críticas, a assegurar a sobrevivência dessa empresa em diversas das suas crises. Mas a empresa, forçosamente, ou não, devolveu a aeronave, porque os **lessores**(?) tomaram. Não posso, numa solução, ignorar esse conjunto de credores que têm força efetiva. Tenho que considerá-los na solução porque sem eles não haverá solução. Preciso criar um projeto que reúna todos esses interesses. E um projeto que reúna todos esses interesses não será um paliativo, como disse o Senador Ney Suassuna.

Terá que ser uma empresa sólida, sustentável, com uma perspectiva de rentabilidade minimamente assegurada. Terá que ter regras muito eficientes de gestão, Senador. Talvez seja uma empresa que não possa fazer benemerência ou assistência. Terá que ser muito eficiente, muito enxuta na sua gestão, para conseguir chegar, num setor muito difícil, a níveis de rentabilidade aceitáveis; terá que reunir o apoio de todas essas forças. Os credores financeiros, os fornecedores de equipamento, os **lessores**, os credores na área pública...Terá que resultar de um concurso desses esforços. Poderá ter, opcionalmente, um processo de participação dos trabalhadores. É compatível com o projeto. Mas é fundamental que se crie, nesse projeto, uma nova empresa que tenha o suporte de um grupo de controle, novo, porque esse conjunto de forças não aceita mais que o controle permaneça com a antiga fundação. E que esse processo seja estritamente profissional de gestão.

Devemos inaugurar uma era de empresas profissionalmente gerenciadas em todos os seus aspectos e não apenas na auto-gestão, mas no tratamento dos seus recursos humanos e dos seus ativos comerciais, e com expectativa de sustentabilidade.

Concordo com o ponto fundamental de que isso não soluciona os problemas. É necessária uma política estratégica para o setor de aviação comercial. Essa política estratégica advém de um marco regulatório, de empresas bem gerenciadas, de um conjunto de situações, de uma estratégia de longo prazo. Acredito que, com a nova família de aeronaves da Embraer – haverá aeronaves de grande porte com até 107 lugares –, um bom pedaço da futura frota aérea deverá usar equipamento nacional com **leasing** em reais para suprir parte do desequilíbrio cambial intrínseco à atividade. Obviamente, os aviões de grande porte serão fabricados com **leasing** no exterior, mas poderemos avançar.

Com essa discussão, conseguimos compreender que os fatos são muito mais complicados. É necessário um ato de vontade e de firmeza? Sim! É ne-

cessário tomar decisões? Sim! Porém, é preciso consultar um conjunto complexo de forças e de interesses sobre os quais pesam restrições jurídicas ou negociais que não são trivialmente solucionáveis.

Respondendo ao nobre Senador César Borges, que me perguntou diretamente sobre a procrastinação, ressalto a minha opinião acerca do assunto. Senador, há um contrato negociado entre as duas controladoras das duas empresas. A assinatura desse contrato tem sido obstada por ações na Justiça e a procrastinação cria sérias dificuldades. No entanto, eu pessoalmente tenho a consciência tranquila, porque, nos últimos meses, tenho empenhado o melhor dos meus esforços para chegar a uma solução que permita a preservação de uma grande empresa, de uma grande operação aérea, de um grande ativo aéreo nacional chamado Varig, por meio da manutenção da sua excelência, da sua marca, das suas operações e da manutenção da VEM, que, no Rio de Janeiro, não desaparecerá.

Sr.^a Presidente, já me estendi demasiadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Professor Luciano, V. S.^a poderá concluir.

Peço apenas um tempo para que o Dr. Alex Castaldi Romera possa retirar-se da reunião em razão de compromissos inadiáveis. Agradecemos a presença de S. S.^a.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Sr.^a Presidente, agradeço a atenção. Declaro-me disposto a esclarecer qualquer dúvida, disposto a dialogar e a ouvir. Não estamos fechados nem somos dogmáticos.

Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr.^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. S.^a.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Foi abordado o problema das ações a favor da Varig. E realmente o Professor tem razão: a ação cuja sentença transitou em julgado é do ICMS.

Atualmente, existe a ação do congelamento tarifário. É importante o que ele disse: é fundamental que o Governo não interfira nas empresas, como o fez anteriormente, impondo tarifas reduzidas. Essa ação atinge o valor de R\$3 bilhões, e a Varig será vitoriosa, a Transbrasil já ganhou a ação desse tipo. Portanto, o Estado sabe que perderá a ação, que já foi julgada pelo Tribunal Regional Federal e está no Superior Tribunal de Justiça aguardando julgamento.

A crise é atual. O Estado pode, sim. O Governo, se quiser, pode interferir e fazer acordo. A Varig gostaria de fazê-lo, porque sabe que vai ganhar a ação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O Dr. Darc também pede licença para se retirar, por compromissos assumidos.

O SR. DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA – Eu gostaria de aproveitar o ensejo para me despedir dos Senadores presentes e colocar o BNDES e seu corpo técnico à disposição de todos os Senadores, nestas e em outras questões, e, mais uma vez, reiterar o meu agradecimento à Senadora pelo convite e pelo brilhantismo com que desempenhou a condução dos trabalhos. Muito obrigado.

Boa tarde!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada.

Concedo a palavra ao Prof. Paulo Rabelo de Castro.

O SR. PAULO RABELO DE CASTRO – Senadora, eu gostaria de utilizar esta última oportunidade para registrar algumas anotações muito breves e começar consignando aqui, em nome das associações que neste momento representamos, o ensejo que tivemos, pela iniciativa de V. Ex^a e do Senador Paulo Paim.

É a primeira vez que nossa palavra chega a um nível tão alto de decisão política. E este assunto é eminentemente político, antes de ser técnico-financeiro. Esta sempre tem sido a posição das associações que representamos hoje. Portanto, saímos daqui hoje, Senadora, reconfortados e muito otimistas com os prospectos de uma negociação realmente séria em que os trabalhadores desse valoroso grupo de 76 anos de idade possam mostrar realmente o que têm a oferecer.

Entregamos a V. Ex^a um alentado trabalho, o Plano de Reestruturação Ampla, já informalmente encaminhado ao BNDES, é bom que se diga, e que apenas não foi registrado pelo Vice-Presidente Darc porque os trabalhadores, por enquanto, não têm o mandato para fazer a consulta formal que gostariam de fazer ao início de uma gestão compartilhada da empresa Varig, com ou sem a possibilidade de fusão, porque precisamos – e isso ficou claro nessas horas de trabalho que fizemos – que a Varig, como empresa, como grupo de empresas, tem perfeitas condições, se for reestruturado seu passivo histórico, de estabelecer um novo começo, desde que tenha uma governança corporativa da qual façam parte, sim, do bloco de controle os trabalhadores que velam diariamente pelas operações efetivas da empresa.

Esta é a nossa proposta, que não sido confrontada, infelizmente, por nenhuma outra proposta, embora tenhamos saído daqui também esclarecidos ou um pouco mais esclarecidos sobre as posições que se antagonizam, porque o espírito das associações que aqui temos a honra de representar é de conciliação. Queremos resolver esse problema e nós e nossas famílias temos pressa disso.

Os Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e mesmo de São Paulo se encontram mobilizados no sentido de encontrar soluções. Tem-nos auxiliado muitíssimo o Secretário Roberto Ponte, entre outros. Tais Estados também gostariam que houvesse uma solução que pacificasse o estado de ânimo em que hoje nós todos nos encontramos.

Vou encerrar minha exposição simplesmente falando de uma boa notícia e de uma má notícia. A boa notícia nisso tudo, que podemos captar desta reunião, é que a Varig, como as demais empresas, segundo informações que não podem ser retorcidas, do próprio representante do Ministério da Defesa, já opera no azul. Sabíamos disso, mas não tínhamos as informações internas. Elas, obviamente, contraditam um pouco, mas isso não chega a ser objeto de polêmica, que, neste momento, não podemos fazer com o Prof. e querido colega de trabalho Luciano Coutinho, que a Varig, daqui para a frente, continuará, na projeção do fluxo de caixa, sendo negativa, quando ela, mesmo sem uma governança corporativa, já opera no azul. Então, é muito importante que fique registrado aqui nesta Comissão que a Varig tem solução operacional se houver uma reestruturação, um reescalonamento de seus principais débitos.

A boa notícia, portanto – é uma pena que o Senador Sérgio Cabral, principalmente o Senador Antonio Carlos Valadares, que esteve aqui presente, o Senador César Borges e o Senador Paulo Octávio, todos eles, mencionando o fato de que não podemos subsidiar umas empresas em benefício de outras – é que essa proposta que trazemos a sua Comissão hoje tem o condão de resolver o problema sem ter esse aporte de recursos formidável de que se cogita; inclusive, para propiciar, segundo foi noticiado, a demissão de funcionários da Varig. Portanto, estamos aqui, trazendo, antes de mais nada, uma solução econômica para o processo.

É muito importante notar que essa reunião aqui se passou, e não foi feita uma reivindicação de manutenção de empregos, apenas porque os representantes da força de trabalho que estão aí, no fundo da sala, são hoje empregados. Não se falou de aumento salarial, se cogitou de redução salarial, de participa-

ção e de vestir a camisa da empresa. Portanto, o Brasil mudou muito. Temos hoje uma força de trabalho que está disposta a ir fundo no sacrifício, desde que tenha como bônus a recuperação dos seus créditos. Aí entra a parte para a qual não vou polemizar, mas eu pediria que o Sr. Luciano Coutinho, realmente, acrescentasse às várias assessorias que mencionou, embora todas de resultado sigiloso, que consultasse também uma tremenda assessoria previdenciária, porque temos que discutir mais sobre esse assunto.

O crédito total previdenciário de que estamos falando aqui é de 2 bilhões de reais. O Aeros negava isso, falando em 500 milhões de reais ao início de nossa jornada. Esse crédito já está hoje em R\$1,8 bilhão. Portanto, significa dizer que quem antes fazia essas contas, as fazia muito mal. O que significa dizer que tínhamos uma presunção de razão que está sendo confirmada no tempo. Esses R\$2 bilhões se dividem, basicamente, em dois blocos: aqueles que dão suporte e são na base de R\$800 milhões, aos funcionários já aposentados e pensionistas, e que é lançado na contabilidade do Aeros como “reservas a amortizar”, porque, de fato, os ativos que compõem hoje o patrimônio líquido do Aeros não atingem esse valor. Eles deviam ser da ordem dos R\$500 milhões existentes como ativos considerados justos, mais os R\$800 milhões que não estão lá, portanto de R\$1,3 bilhão. Devíamos deva estar vendo um patrimônio de R\$1,3 bilhão para dar suporte aos atuais aposentados, e não temos esses R\$800 milhões. Portanto, é fundamental que a nova empresa assuma esse compromisso de fundear o patrimônio, a reserva a amortizar, que não está lá. Não queremos que os funcionários pensionistas e aposentados participem acionariamente, porque eles já participaram com seu trabalho no passado, já fizeram o suficiente. O que precisam é de certeza de recebimento de suas pensões, coisa que hoje não têm.

A nossa proposta simplesmente dá a garantia que hoje falta para o Aeros, porque ela hoje está garantida a partir apenas de ações da Varig Log cedidas e notas promissórias a pagar até 2022. Se a Varig não tiver sobrevivência, esses pensionistas estarão simplesmente vendendo hortênsias na frente da catedral de Canela. Então, esse é o drama que temos que enfrentar.

Quanto ao complemento desses R\$2 bilhões, que é R\$1,2 bilhão, queremos fazer a recuperação atual desses créditos. Isso não é invenção nossa, está lançado no balanço da Varig como “débito líquido a reconhecer”. E aí me perdoe, Luciano Coutinho, falha um pouco o seu conhecimento jurídico na área

previdenciária, sim, quando propõe fazer a junção de duas empresas, como afirmou aqui, com um novo CNPJ. Essa ação jurídica de criar um novo CNPJ exige que seja feito um balanço definitivo a título de liquidação de todas as posições devedoras do velho Aeros para que esses valores sejam colecionados, esses créditos serão efetivados, e surge o problema que queremos resolver. O velho Aeros não tem 1,2 bilhão para os funcionários da ativa e o novo CNPJ não tem condição de partir no seu balanço de um débito de 1,2 bilhão.

A proposta dos trabalhadores é a proposta moderna que o Senador Eduardo Suplicy lembrou em muito boa hora, que resgata a união do capital ao trabalho, como mencionava o economista **Midki**. Estamos ainda no século XIX dessas relações e precisamos partir rápido para o século XXI.

Não há o que cogitar apenas de uma boa vontade de, em determinada hora, fazermos essas contas. Elas têm que ser feitas agora por causa da lei, uma vez que o Aeros está despojado desses recursos, e é por isso que o Aeros não tem razão quando afirma: “não sei ainda como serão as contas no futuro e vou correr atrás desse débito atuarial ao longo dos anos”. Não. A nova empresa deve partir da liquidação prévia, porque o CNPJ é distinto. Outra seria a situação se estivéssemos fazendo a reestruturação apenas da Varig com o mesmo Aeros, e poderíamos cogitar de desonerar a nova Varig com o mesmo CNPJ, através de participações acionárias.

Essa é parte da lição previdenciária para dizer que a proposta dos trabalhadores é a mais econômica, e desafio quem vá apresentar uma proposta que seja mais econômica para o erário público, para o desenvolvimento dos futuros negócios dessa empresa que essa proposta dos trabalhadores.

Eu diria um pouco mais: infelizmente tenho uma má notícia para dar. Se formos realizar esse casamento na roça que estamos propostos a fazer, teremos um gasto excepcionalmente elevado, não só pelos choques culturais e empresariais que vão de fato ocorrer, mas principalmente por causa da sucessão trabalhista e previdenciária que inviabilizará essa empresa no seu nascedouro.

Desculpem-me, mas não vejo no balanço publicado da TAM – somente podemos dar essa modesta colaboração até agora com os dados da CVM publicados –, não vejo a mínima possibilidade de a noiva desse casamento na roça vir aportar recursos de alguma forma relevantes para poder fazer face a essa sucessão trabalhista e previdenciária.

Assim, vamos “baixar a bola”, ser práticos e dizer que nenhuma nova empresa tem condição de respeitar os créditos previdenciários e trabalhistas que estão aqui hoje nesta Comissão, Senadora, se não for feita uma negociação prévia com esses cidadãos que têm, pelo menos, dois bilhões a negociar. Portanto, são os principais credores. Muito mais do que os públicos, são eles os principais credores que já deveriam estar sentados à mesa de qualquer comitê sério de credores, e esses empregados serão um dia acionistas da nova empresa.

Posso dizer, para encerrar e agradecer muitíssimo a sua notável colaboração à causa desses cidadãos, que saímos daqui reconfortados, porque agora temos certeza que nos ouviram e que também ouviram a nossa verdadeira mensagem. Não queremos apenas o conforto da assecuração de que esses créditos serão totalmente garantidos pela nova empresa, e possivelmente pelo Ministro Palocci. Não. Os trabalhadores preferem o risco. Eu gostaria de dizer que os trabalhadores preferem dar desconto à nova empresa. Eles vestiam a camisa da velha Varig e vestirão a da nova Varig com o mesmo denodo, amor e afeto. Queremos o risco, porque vivemos no risco.

O risco financeiro, para nós, desde que a governança corporativa tenha o nosso suporte, a nossa adesão e o nosso compartilhamento é um bom risco, e é esse risco que queremos vivenciar no futuro e haveremos de fazê-lo, porque temos a certeza de que aqueles que hoje comandam essas negociações, tendo a frente o caro Luciano Coutinho, serão sensíveis a transformar esse País do século XIX em um verdadeiro país do século XXI, e se fará a abolição da escravidão do trabalho no País.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Ouviremos a palavra do Sr. Luciano Coutinho que foi mencionado durante a fala do Prof. Paulo Rabelo.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Quero concluir, reiterando o que havia dito.

É preciso separar a natureza dos créditos previdenciários e trabalhistas. Evidentemente, a dívida financeira da Varig com a AEROS terá que ser honrada em qualquer projeto de inovação ou de criação de empresa a fim de assegurar o pagamento regular das pessoas já aposentadas. Os outros créditos precisam ser analisados dentro da lei. Não entrarei em um debate jurídico com o Dr. Paulo Rabelo, até porque nenhum dos dois é jurista. Eu até atribuiria a ele mais conhecimentos jurídicos do que a mim. Sou um simples economista e, modestamente, acredito que todos esses assuntos deverão ser examinados à luz dos instrumentos da lei. Obviamente, se os trabalha-

dores optarem por converter direitos em ações, sem que haja interferência na constituição do fundo, o fato deve ser examinado. Isso tem pouco a ver com o processo de associação ou não. É outra questão.

O segundo ponto que gostaria de deixar claro diz respeito à questão dos números novos e antigos do CNPJ. Os antigos continuarão. As coisas não são tão simples, Dr. Paulo Rabelo, nem determinadas contas feitas e veiculadas por vocês são as únicas. Elas se baseiam em uma determinada hipótese. Existem outras engenharias.

Ganharemos muito se não tratarmos a questão com excesso de emoção. Conheço a história da República Farroupilha. Como pernambucano – embora muitos acreditem que sou paulista – e estudioso de História, sei que o Estado de Pernambuco e o Estado do Rio Grande do Sul, ao longo do Século XIX, realizaram revoluções de independência e possuem uma cultura política muito arraigada. Compreendam a delicadeza e a dificuldade da situação a fim de que possamos chegar, com serenidade, a uma convergência que nos permita solucionar a situação da empresa.

Não obstante meu querido amigo Paulo Rebelo tenha dito que no operacional, no mês de julho, a empresa esteja bem, todos sabem que é alta estação e que depois a situação piora. Isso não desconta o fato de que, infelizmente, a empresa, em sucessivas negociações anteriores, cedeu recebíveis, e que seu caixa foi, digamos, diminuído pelo acesso aos recebíveis por parte de credores aos quais já foram, no passado, fornecidas garantias.

A situação da empresa inspira sérios cuidados no fluxo de caixa, o que interessa efetivamente. Assim sendo, com toda tranquilidade e sinceridade de quem nos últimos meses tem se dedicado a uma operação que no meu entendimento é a melhor, a mais racional e a que permite viabilizar a sobrevivência da empresa, e que tem lutado pela sobrevivência da empresa, em não raras ocasiões, faria um apelo à racionalidade e à redução da fervura das paixões. Precisamos não frieza, mas pelo menos serenidade, sem a qual a racionalidade não se instala.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço aos professores Paulo Rabelo de Castro e Luciano, pela riqueza do debate travado nesta reunião. Sem dúvida nenhuma, ambos grandes professores puderam mostrar conhecimento, sensibilidade, o que enriqueceu enormemente este debate e a Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço a presença dos trabalhadores da Vargem, que também deram o tom sensível, o tom do ser humano na sua essência, desejando aquilo que todos queremos, que é o debate, a democracia.

Hoje, nesta Comissão, ganhou o Brasil.

Muito obrigada. (Palmas)

(Levanta-se a reunião às 14h30min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 28 de agosto de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JUVÊNCIO DA FONSECA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPINO, LEOMAR QUINTANILHA, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, HÉLIO COSTA, JOSÉ MARANHÃO, ROMERO JUCÁ, CÉSAR BORGES, DEMÓSTENES TORRES e EFARIM MORAES**. A Senadora **Ana Júlia Carepa** e o Senador **Eduardo Azeredo** justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que foi dada como aprovada. Passa-se à apreciação dos itens não terminativos, em virtude do sobrestamento da pauta do Plenário. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 664, de 1999**, que “Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências”, **de autoria do Senador Álvaro Dias, tramitando em conjunto ao Projeto de Lei do Senado nº 688, de 1999**, que “Altera dispositivos da Lei 9871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira”, **de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca**. Após a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Jonas Pinheiro**,

foi concedida vista da matéria à Senadora **Fátima Cleide** e ao Senador **Juvêncio da Fonseca**. **Item 7 – Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira**, que “Dispõe sobre acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências”. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator (ad hoc), Senador Reginaldo Duarte**. Não havendo quem quisesse discutir, a matéria foi posta em votação e o parecer pela aprovação da emenda nº 1, pela rejeição das emendas nºs 2 e 3, e pela apresentação de uma emenda de redação para atender dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 1998 foi aprovado. **Item 8 – Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001**, que “Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde”, **de autoria da Deputada Laura Carneiro**. Foi feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Leomar Quintanilha**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores **Flávio Arns** e **Leomar Quintanilha**. Em votação, o parecer pela prejudicialidade foi aprovado. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 36 – CAS de autoria do Senador Tião Viana** para a realização de audiência pública, para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2001, que “Regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências”, em aditamento ao requerimento nº 06, de 2003, de autoria dos Senadores **Romero Jucá** e **Tião Viana**, aprovado na reunião realizada dia treze de março de dois mil e três; **Requerimento nº 37 – CAS de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares** para a realização de audiência pública, para subsidiar a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, que “Dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, sendo discutido pelos Senadores **Flávio Arns, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado** e **Juvêncio da Fonseca**; **Requerimento nº 38 – CAS de autoria da Senadora Lúcia Vânia** para a realização de audiência pública, sobre o tema “A Prevenção da Obesidade”; **Requerimento nº 39 – CAS de autoria do Senador Tasso Jereissati** para retirada, em caráter definitivo, do requerimento nº 16 – CAS, de 2003, de autoria do Senador **Tasso Jereissati**; **Requerimento nº 40 – CAS de autoria dos Senadores Flávio Arns e Sibá Machado** para a reali-

zação de audiência pública, destinada a debater o impacto da Reforma Tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: trabalho e emprego, assistência e promoção social, previdência e seguridade social, meio ambiente, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências, proteção à infância, à juventude e ao idosos e o **Requerimento nº 41 – CAS de autoria do Senador Sibá Machado** propondo voto de aplauso pelo aniversário da Central Única dos Trabalhadores – CUT e pela posse da sua nova diretoria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da primeira sessão Legislativa Ordinária, da 52ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 3, 7, 8, 16 e 17, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Vamos ao primeiro item da pauta.

Item 3:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664/99 E 668/99

Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ratifica os títulos de alienação ou de concessões de terras, feitos pelos Estados na faixa da fronteira e dá outras providências.

Altera o dispositivo da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira.

Autores: Senadores Álvaro Dias e Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Jonas Pinheiro

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 664/99. Pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 688/99.

Em virtude de o Senador Jonas Pinheiro estar ausente, vamos retirar da pauta.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, sugeriria a V. Exª e solicitaria a alteração de pauta para que apreciássemos o Item 8, que me parece não ser de decisão terminativa, projeto do qual sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Esta proposta levo aos Senadores presentes.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Então, vamos iniciar a pauta de hoje pelo **Item nº 8**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31. DE 2001

Que dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiências e crianças de primeira idade para a marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde.

Autora: Senadora Laura Carneiro. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer pela prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para proferir seu relatório.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bem sabe V. Exª e os nobres pares que integram esta comissão o interesse com o qual a Comissão de Assuntos Sociais e, particularmente, a Subcomissão do Idoso tem se dedicado à causa das pessoas envelhecidas neste País.

Temos buscado acompanhar a prática das políticas públicas hoje existentes no apoio às pessoas envelhecidas; e, sobretudo, Sr. Presidente, numa visão um pouco mais moderna e mais ampla, devemos conscientizar a sociedade brasileira da importância de se ter o respeito e o acatamento devido às pessoas envelhecidas, que não são mais um peso morto na famí-

lia, que não são mais um peso morto na sociedade. A pessoa envelhecida é, acima de tudo, uma pessoa com muita experiência; experiência que pode ser revertida em benefício da sociedade brasileira.

Por isso temos nos dedicado muito a esta matéria e nos deparamos com algumas incongruências como, por exemplo, a inexistência, em número compatível com a demanda hoje existente, de geriatras, Sr. Presidente. Temos no Brasil hoje cerca de 500 geriatras para uma população, com mais de 60 anos, superior a 15 milhões de pessoas. E se analisarmos a distribuição geográfica desses profissionais que têm a qualificação específica para tratar das pessoas envelhecidas, verificaremos que eles estão localizados nas principais cidades do País ou nas capitais ou nas maiores cidades. Isso vale dizer que, nas menores cidades, nas cidades interioranas, não temos o profissional devidamente qualificado, o geriatra, para atendimento às demandas de saúde da nossa população, que é distribuída de forma harmônica e democrática em todos os Municípios brasileiros. É importante que façamos um trabalho de divulgação e estimulemos as nossas universidades a abrirem mais vagas para formação de profissionais qualificados para o atendimento às pessoas envelhecidas.

O projeto sob enfoque procura ampliar a rede de suporte de apoio às pessoas envelhecidas, já que se propõem que as unidades do serviço único de saúde destinem, nos próprios hospitais e clínicas, locais exclusivos para marcação de consultas ambulatoriais e exames complementares para atendimento de idosos, portadores de deficiências, gestantes e crianças da primeira idade.

Embora o objeto seja do maior relevo e da maior importância, o nosso voto é pela prejudicialidade da proposição apresentada, uma vez que o seu objeto já é atendido em legislação existente, particularmente a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, já contempla esse tipo de assistência proposto pela eminente Deputada.

Portanto, o nosso voto é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Concordo com a abordagem dada pelo colega Senador Leomar Quintanilha em relação a esses aspectos. Lamento que, na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, conste a expressão “as pessoas portadoras de deficiências físicas”, porque, na verdade, a expressão adequada seria as pessoas portadoras de deficiências porque o cego, o surdo, o deficiente mental, o altis-

ta, a pessoa com deficiência múltipla, todos deveriam ser contemplados nesse aspecto. Concordo também com a argumentação de que não podemos repetir, num novo projeto de lei, aquilo que já vem previsto na Lei nº 10.048.

Seria necessário fazer uma proposta de alteração da Lei nº 10.048 para se retirar a palavra “física”. Acredito que o Senador Leomar Quintanilha concorde comigo. Assim, todas as pessoas portadoras de deficiências teriam esse atendimento preferencial. Também os idosos, a que o Senador se referiu – o Estatuto do Idoso já prevê isso –, gestantes, pessoas acompanhadas de crianças de colo. Na verdade, é um drama. Todo o cidadão brasileiro deveria ter atendimento prioritário na sua busca pelos recursos da saúde. Lastimamos ver essas filas extraordinárias. Há pessoas que levam 8 meses para fazer um exame especializado. O direito fundamental à saúde está deixando muito a desejar a toda a população. Mas, dentro desse quadro de dificuldades, estão priorizando aqueles que, de alguma forma, precisam de atenção especial.

Concordo com o Relator. Podemos nos debruçar na sequência em aprimorar a legislação existente a respeito desse mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO) – Cumprimento o eminente Senador Flávio Arns pela observação que faz a respeito da Lei nº 10.048 e, quem sabe, poderíamos formular um projeto que assinaríamos conjuntamente, buscando aprimorar os objetos dessa lei. Assim, ampliaríamos o atendimento e teríamos uma lei mais abrangente.

Portanto, reitero os cumprimentos ao eminente Senador Flávio Arns e proponho que apresentemos um projeto de lei para aprimorar a Lei nº 10.048, atendendo aos aspectos que o eminente Senador abordou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Encerrada a discussão.

Em votação o parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2001.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Passa-se ao segundo item da pauta.

Emendas nº 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, que dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, e dá outras providências.

Autor do projeto: Senador José Ignácio Ferreira. Relator **ad hoc**: Senador Reginaldo Duarte. Parecer favorável à Emenda nº 1, pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, apresentando uma emenda de redação a fim de atender dispositivos legais constantes na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Qual é o item da pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Corresponde ao **Item 7** da pauta distribuída aos Srs. Senadores.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Na qualidade de Relator **ad hoc**, vou lê-lo pelo Senador Eduardo Azeredo, que se encontra em missão diplomática no exterior.

Por força do disposto no inciso I do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada à Resolução nº 17, de 2002, retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997, de autoria do ilustre Senador José Ignácio Ferreira, para análise das Emendas nº 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

O projeto visa a estabelecer normas para concessão de seguro-desemprego e movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, na ocorrência de acordos judiciais trabalhistas. Após ter sido aprovado por esta Comissão em setembro de 1977, recebeu três emendas da Câmara dos Deputados, objetos de análise do parecer.

A Emenda nº 1 modifica a ementa do projeto de forma a eliminar a expressão “e dá outras providências” e alterar a grafia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A Emenda nº 2 suprime o §4º, acrescido do art. 846 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, constante do art. 1º do projeto, o qual determina que “a movimentação da conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em decorrência de acordo, será autorizada somente mediante alvará judicial expedido e se o empregador, na conciliação, concordar com o pagamento da multa de 40% do valor dos depósitos em benefício do empregado.”

Finalmente a Emenda nº 3 decorre da alteração da Proposta de Emenda nº 2, suprimida da ementa do Projeto de referência ao FGTS.

Análise

A Emenda nº 1 é pertinente na medida em que a ementa trata de forma exaustiva dos temas que são objeto da proposição, não havendo necessidade de se manter a expressão “e dá outras providências”.

A correção da grafia, por extenso, do FGTS, de fato, corrige um equívoco na redação da ementa do Projeto.

Já a eliminação do §4º, do art. 846, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, proposta pela Emenda nº 2, não nos parece adequada, tendo em vista que contraria o objetivo do Projeto, que é a desestimulação à utilização precipitada da poupança do trabalhador, representada pelo FGTS.

Da forma como são feitos atualmente os acordos judiciais trabalhistas, não há incentivo ao saque do FGTS, porque contraria o espírito deste Fundo, que é o de prover uma reserva para a aposentadoria, casamento, aquisição da casa própria, etc.

Como a Emenda nº 3 decorre da alteração da Proposta da Emenda nº 2, somos também contrário à sua aprovação, de forma a adequar a proposição em tela ao disposto no art. 9 da Lei Complementar nº 95, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Propomos emenda de redação suprimindo o art. 3º do Projeto, por tratar-se de causa revogatória genérica, vedada pelas referidas leis.

Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1997 e pela apresentação de uma emenda de redação, a fim de adequar o texto aos dispositivos da Lei Complementar nº 5, de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 7, de 2003. (Emendas nºs CAS, suprimidas no art. 3º do PLS nº 11, de 1997.)

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que são favoráveis ao parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Voltamos ao **Item 3** da pauta:

Projetos de Lei do Senado nºs 664 e 688, ambos de 1999. Trata-se de decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ratifica os títulos de alienação ou de concessões de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências.

Altera dispositivos da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira.

Autores: Senadores Álvaro Dias e Juvêncio da Fonseca.

Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 664, de 1999 e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 688, de 1999.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro para proferir seu relatório.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estes dois projetos de lei, tanto do Senador Juvêncio da Fonseca como do Senador Álvaro Dias, nasceram de uma tremenda confusão que se abateu na faixa de fronteira do Brasil.

Os treze Estados que compõem a faixa de fronteira brasileira com os nossos países vizinhos sofreram um golpe muito grande, quando em 1997, um procurador do Incra entendeu que todas as terras na faixa de fronteira – portanto, no limite de 150km adentro da nossa fronteira – tendo sido legalizadas pelos Estados, careciam de legalidade. Isso fez com que todas as propriedades, de todos os Estados, na faixa de fronteira, viessem a não ter legalidade. Foi um apavoreamento de todos os proprietários, milhares e milhares de proprietários, sobretudo no Paraná, Estado que legalizou grande parte das áreas, na sua faixa de fronteira, bem como no Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, alguma coisa em Rondônia, onde o Incra fez a legalização de muitas áreas.

E, para que não houvesse invasão da propriedade, para que as terras que estavam em garantia de financiamento não viessem a imediatamente pôr fim a todos aqueles direitos que tinham os agentes financeiros com base naquelas garantias, vindo a perecer, saiu uma medida provisória que dava o prazo de um ano para todos os proprietários legalizarem a sua área.

Muito bem! Sr^a Presidente, essa medida provisória veio como salvadora, mas deu ao Incra a res-

pensabilidade de fazer essas análises. Passou-se um ano da lei advinda da medida provisória. Tivemos, já por três anos, de prorrogar aquela lei porque o Incra não consegue fazer a legalização dessas áreas. Então, o Senador Juvêncio da Fonseca, que acaba de chegar, e o Senador Álvaro Dias propuseram projeto de lei no sentido de extinguir este assunto.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, só para contar a história de Mato Grosso. Em Mato Grosso, há muitos anos, os produtores da faixa de fronteira entraram com o pedido de legalização dessas áreas, e não estão legalizadas; não há condições de legalizá-las.

E aproveitando os dois projetos – repito – do Senador Juvêncio da Fonseca e do Senador Álvaro Dias, em estudo nesta Casa, junto com a consultoria desta Casa – por sinal um trabalho muito bem feito –, foi apresentado um substitutivo. Quanto ao projeto do senador Álvaro Dias, optou-se pelo arquivamento; quanto ao outro, do Senador Juvêncio da Fonseca, optou-se por, através dele, constituir esse substitutivo, que acredito venha resolver esse problema, baseado, Sr^a Presidente, em estudos perfeitos – repito – que esta Casa fez, que o Senado fez, desde os primórdios das legislações que tratam de medidas provisórias.

Vou ler o Voto depois de feito o histórico do assunto, para que discutamos o substitutivo, que é terminativo na CCJ. Temos aqui um estudo jurídico, um estudo constitucional. E penso que isso deve ser discutido de fato lá.

Voto (página 58)

Como vimos do relatório inicialmente esboçado, o PLS nº 664, de 1999, de autoria do ilustre Senador Álvaro Dias, objetiva ratificar todos os títulos de alienação e de concessão de terras outorgadas pelos Estados na faixa de fronteira, desde que esses títulos tenham sido emitidos de acordo com as normas legais vigentes à época.

Nada que os Governadores desses Estados fizeram foi ilegal, porque havia as normas vigentes à época.

A ratificação pretendida – segundo o autor – tem como escopo trazer tranquilidade aos proprietários e concessionários de imóveis rurais, que, apesar de terem a posse legítima desses imóveis, vivem hoje em permanente insegurança para investirem e produzirem.

Já o PLS nº 688, também de 1999, de autoria do ilustre Senador Juvêncio da Fonseca, sob justificativa assemelhada, busca, essencialmente, ampliar para três anos o prazo estabelecido na Lei nº 9.881, de 1999 – que é a lei que veio da medida provisória –

para a ratificação dos títulos de terra concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira.

Senador Juvêncio, mesmo que V. Ex^a tivesse aprovado esse projeto, os três anos seriam pouco, porque até hoje não foi consolidada a legalização dessas áreas e já venceu o prazo de três anos que V. Ex^a propôs.

Não obstante o seu indiscutível mérito, parece-nos, **concessa venia**, que as iniciativas em referência, mercê do estrito alcance de suas formulações, muito pouco efetivamente poderão ajudar a minimizar as situações de conflitos e insegurança dos proprietários na faixa de fronteira.

É isso que ainda resta daquela famigerada determinação do Procurador do Incra.

Em verdade, é imperiosa tanto a atualização do modelo previsto no Decreto-Lei nº 1414, de 1966, quanto a revisão de todo o procedimento estruturado na recente Lei nº 9.881, de 1999, até porque, como pensamos ter demonstrado, a declaração de nulidade dos títulos de propriedade compete ao Poder Judiciário, em ação própria, respeitados os princípios de ampla defesa e do devido processo legal.

Outrossim, ficou também patente que a ação de desapropriação só cabe contra aquele que é proprietário e, caso não o seja, a ação será imprópria, merecendo a lei modificação e adequação condizente com os princípios basilares das normas de processo civil.

Há necessidade, ainda, de se fixar prazo para a providência a cargo do órgão governamental incumbido da ratificação, posto que a situação de insegurança da propriedade merece ser tratada de forma a não penalizar o proprietário e a produção do imóvel.

Por outro lado, entendemos que devem ficar isentos de ratificação os títulos de proprietários de duas, ou mais, pequenas propriedades, que, uma vez somadas as respectivas áreas, não ultrapassem os limites fixados para a média propriedade.

Caso o proprietário tivesse três áreas, mesmo somando as três áreas, não atingisse a média propriedade, que não pode ser desapropriada, ia ser desapropriada na faixa de fronteira, porque ele tinha três propriedades. Ora, se as três somadas não fossem maior do que a média propriedade, por que desapropriar?

Portanto, há aqui também uma inconstitucionalidade enorme.

Finalmente, parece-nos de tudo recomendável que, reconhecendo o juiz que o título outorgado pelo Estado-membro não atendeu às prescrições legais impostas à época da outorga, muito embora a propri-

idade atenda às suas funções sociais, o Estado-membro deve responder perante a União pela violação da lei, cabendo-lhe indenizá-la ou doar suas terras devolutas até perfazer a quantidade de terra alienada em desconformidade com a legislação. Isso porque foram os Estados-membros da Federação que venderam essas propriedades na faixa de fronteira – nada contra a lei; tudo de forma legal, porque a legislação permitia.

Nesse caso, o particular que detém o título e cumpriu as obrigações impostas pelo art. 4º, inciso I, alínea “a”, “b” e “c” do Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, deverá obter do juiz a ratificação devida.

Diante de todo o exposto, eleito como proposição principal o PLS nº 664, de 1999, por ser o mais antigo, e prejudicado o PFS nº 668, o nosso voto é pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo a seguir oferecido.

Portanto, apresentamos um substitutivo que, como disse, deve merecer a atenção da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque é lá que esse projeto deve merecer uma análise mais profunda. A constitucionalidade, a juridicidade e a legalidade de tudo aquilo que nós fizemos neste relatório devem ser discutidos na CCJ.

Se quiserem a leitura do substitutivo, estamos às ordens.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Peço a palavra, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr^a Presidente, quero parabenizar o Senador Jonas Pinheiro pelo relatório, mas em virtude da importância e da complexidade desses projetos, gostaria de pedir vista, até para que possamos aprimorá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedido o pedido de vista nos termos regimentais.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Quero pedir vista coletiva para que possamos analisar melhor esses projetos, exaltando o trabalho minucioso, detalhado e inteligente do Senador Jonas Pinheiro como Relator.

Acho que o projeto merece ainda algum aperfeiçoamento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedido o pedido de vista coletiva solicitado pela Senadora Fátima Cleide e pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Item 16 da pauta: Requerimento nº 36, de 2003, para a realização de audiência pública com a finalidade de instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2001, que regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências. Em aditamento ao Requerimento nº 6, de 2003, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Tião Viana, aprovado na reunião do dia 13/03/2003.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 17: Requerimento nº 37, de 2003, para a realização de audiência pública com a finalidade de instrução do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, dispõe sobre a exigência de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, autor do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, se possível, gostaria de ouvir primeiro o autor do projeto, o Senador Flávio Arns. Ele pode ter alguma sugestão adicional, o que seria aceito com muito prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero, em primeiro lugar, ressaltar a importância de termos a audiência pública. É um assunto que merece um debate. Na verdade, o objetivo do meu projeto de lei, o projeto de minha autoria, é no sentido de protegermos o meio ambiente e, ao mesmo tempo, regulamentarmos a questão que, com frequência, aparece nos meios de comunicação, seja a televisão ou os jornais, sobre a questão dos pneus. O projeto tem por objetivo tanto regulamentar para pneus importados como para pneus novos. Só para lembrar: se for, por exemplo, importação de um pneu usado. Como usado, tem uma contrapartida de, na verdade, prover a liquidação, vamos dizer assim, de dez pneus usados no Brasil. Então, a pessoa importa um, mas tem que, como contrapartida de exigência na área ambiental, fazer com que haja a destruição de dez pneus usados no Brasil. Alguém importa um carro Mercedes. No carro Mercedes vem cinco pneus novos. Logo, essa pessoa que importa o carro Mercedes, esses pneus vêm do exterior, também tem que ter a loja, a fábrica

ou quem quer que seja que venda esse carro Mercedes tem também que prever a destruição de pneus no Brasil, ou vamos comprar pneus remoldados. Inclusive, lá, em Curitiba, temos uma fábrica de pneus remoldados, que têm uma vida útil equivalente à vida de um pneu novo, com um preço 50% praticamente menor do que um pneu novo. Então, essa pessoa, ou importando pneu remoldado ou fazendo a fabricação, a produção, da mesma forma, há a necessidade de destruição de pneus. E a mesma coisa em relação aos pneus novos, seja importados ou produzidos no Brasil. Quem produz tem que também, nesse sentido de discussão, prever a destruição de pneus usados, para que não fiquemos com aquelas montanhas de pneus, como às vezes aparece nos jornais, nas rádios, inclusive com problemas de saúde. A dengue, por exemplo. Lá, no Paraná, temos o projeto Rodando Limpo justamente com a destruição de todos os pneus, prevenindo-se contra a doença transmitida pelo mosquito.

Nesse sentido, considero muito importante o debate, a tentativa é de fazer uma regulamentação nesse sentido, mas, no fundo, sempre está a questão do meio ambiente. Quer dizer, é preciso termos normas claras. Até imagino que, se alguém quiser importar pneu usado, pode fazê-lo, mas tem que destruir dez pneus no Brasil. Isso praticamente resolve toda a questão, pois tornaria inviável, do ponto de vista comercial, porque ninguém quer ter pneus usados sendo importados e vendidos como pneus usados no Brasil e sempre com aquela característica de ter a comprovação disso antes do processo de importação ou de produção. Se alguém quiser importar mil pneus, antes de importar, tem que demonstrar que, na verdade, destruiu aquela quantidade de pneus que será estabelecida nessa discussão, nesse projeto, fruto desse debate que vai acontecer. Considero esse projeto importante e polêmico, em muitos aspectos. Temos que ouvir todos os lados também. Trata-se de uma questão bem interessante para o Brasil, a de regulamentarmos por meio de lei também.

Até o Presidente Lula teve algumas dificuldades no começo deste ano, em função dos aspectos do Mercosul, que autorizou, por intermédio de medida provisória, a importação de pneus remoldados, porque existem entendimentos no Mercosul, em que restrições, em certos aspectos, não podem acontecer.

Considero louvável o pedido de audiência pública do Colega Senador Antonio Carlos Valadares e discutirmos esse assunto em mais detalhes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a minha inscrição para usar da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, trata-se de uma matéria, como ficou bastante evidenciado pelo esclarecimento do autor, da maior importância, que tem seus benefícios e vantagens e também suas preocupações, notadamente aquelas relacionadas com o meio ambiente. Por essa razão, visando a instruir a tramitação deste projeto, antes do parecer, eu o faço de forma democrática, apresentando este requerimento, para aprovação desta Comissão, visando a ouvida de autoridades ligadas ao assunto, de instituições e segmentos da sociedade envolvidos na industrialização de pneus pré-moldados, na utilização de pneus usados e pneus novos, etc., para que possamos atingir, nesta Comissão, aquilo que sempre buscamos no Senado Federal – o consenso. Que todos sejam ouvidos e o debate seja o mais amplo possível e, afinal, eu possa apresentar um parecer que seja o retrato vivo do pensamento desta Casa.

Gostaria de fazer um adendo a V. Ex^a: além das pessoas relacionadas nesse requerimento, que possamos ouvir também a Dr^a Marijã Lisboa, Secretária da Qualidade Ambiental, cuja presença será da maior utilidade para um debate nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Flávio Arns pela salutar preocupação com essa matéria. Depois, lembro que o Brasil foi sentenciado a comprar esses pneus pelo Tribunal Arbitrário do Mercosul. É claro que estamos cumprindo uma determinação, mas, mesmo assim, é preciso ter a preocupação com o destino disso. Já existem várias tecnologias de aproveitamento de resíduos. No caso, também já ouvi falar de várias formas de aproveitamento para o caso de pneus usados. No caso aqui, além do nome já sugerido pelo Senador Valadares, não tive conhecimento das pessoas que estão sendo convidadas, mas considero importante colocarmos um ponto de vista externo, digamos assim, alguém da sociedade civil. Não tenho aqui nenhum nome, mas poderíamos conversar com a Ministra do Meio Ambiente para a sugestão de algum nome que considere importante para opinar sobre isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – PE) – Senador Sibá Machado, na verdade, por exemplo, o nome que estou sugerindo está sendo

acrescentado àquela relação, em que várias pessoas do Ministério do Meio Ambiente estão relacionadas.

Aproveito a sugestão de V. Ex^a para pedir que A SRA. Presidente leia a relação que apresentei, que está no requerimento para conhecimento de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A relação das autoridades e representantes da sociedade civil a serem convidados a participar, na condição de expositores na audiência pública, junto à CAS, visando a instruir o PL nº 216, de 2003. A Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Marina Silva; Presidente do Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ibama, Sr. Marcos Luiz Barros; Secretário-Geral das Relações Exteriores, Sr. Samuel Pinheiro Guimarães Neto; Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Daniel Goldenberg; Secretário do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Ivan Ramalho; Governador do Estado do Paraná, ex-Senador da República, Sr. Roberto Requião; representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, a ser indicado pelo próprio Conselho; Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Pneus Remoldados – Abip, Sr. Francisco Simeão; Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – Anip, Sr. Geraldo Tommasini.

Esses são os nomes, acrescidos do último nome oferecido pelo Senador Antonio Carlos Valadares, neste momento. Não disponho aqui do nome, e S. Ex^a vai-me passar oportunamente. Pediria a S. Ex^a que lesse o nome acrescido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dr^a Marijane Vieira Lisboa, Secretária da Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Penso que está muito bem representado, mas queria sugerir alguém do Greenpeace.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr^a Presidente, quero até ponderar com o Senador Sibá Machado que V. Ex^a mencionou o Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente, em que todas as organizações da sociedade civil estão representadas.

Também tenho um relacionamento muito bom com várias pessoas do Greenpeace, mas seria bom que eles próprios deliberassem, dissessem que entidade vai representá-los nessa audiência, em vez de indicarmos uma entidade, o que até poderia pegar mal no sentido de certo direcionamento.

Então, o Conama tem a parte governamental, que virá por meio das sugestões, e, quanto à parte da sociedade civil, esta pode decidir quem representa melhor o ponto de vista da sociedade organizada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acredito que a sugestão é louvável. Concorro plenamente com o Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, preocupa-me muito, nas audiências públicas, o excesso de pessoas que precisam ser ouvidas. Geralmente, começa-se cedo, acaba-se muito tarde, e não temos a síntese do pensamento de todos.

Se fosse possível, gostaria de reduzir a lista, em vez de ampliá-la. Cito, por exemplo, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. O Ministério das Relações Exteriores é, na verdade, o que trata, externamente, de todas as questões comerciais, diplomáticas, etc. e também poderá trazer informações sobre comércio exterior, relativas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Assim, o Sr. Ivan Ramalho pode ser dispensado em razão da presença do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Se o assunto é diplomacia exterior e envolve a questão econômica, penso que o Secretário tem condição de fazer esse relato. Também quanto à questão ambiental, o Conama é importantíssimo, assim como a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Ser-nos-ia útil reunir os representantes de um setor em uma única pessoa, em vez de duas ou três, até para podermos apreender as idéias que nos trazem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, penso que o Senador Juvêncio da Fonseca tem toda a razão. Como quero fazer a coisa da forma mais democrática possível, apresentei essa relação, a mais ampla possível. Entretanto, a Comissão, por sugestão de seus integrantes, pode mudá-la; estou aberto às pretensões daqueles que querem reduzi-la.

Por exemplo, a Dr^a Marijane, cujo nome apresentei, poderia substituir a Ministra tranquilamente. S. S^a é a Secretária da Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, dispensamos a

presença da Ministra, que poderá não vir e será representada pela Dr^a Gilvânia. Se a Comissão aceitar essa sugestão do Senador Juvêncio, que acato, a Ministra poderá ser substituída por esse nome que indiquei há poucos instantes. Quanto aos demais, depende da forma como o assunto for conduzido de agora em diante.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – O Senador atendeu perfeitamente bem a minha sugestão. Não há nada que impeça a substituição da Ministra por outra pessoa que tenha, na verdade, trânsito nessa área. Agora, a grande substituição que deveria existir, não a substituição, mas o enxugamento, seria em relação ao Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Também dispensaria o Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e o Secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, porque tudo é uma coisa só. É a política do País com referência ao desenvolvimento, levando em consideração a importação ou não de pneus. Só o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores já supriria essa necessidade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desculpe-me, Sr^a Presidente, mas o nome correto da Secretária de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente, é Marijane Vieira Lisboa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O nome será corrigido.

A matéria vai à votação com a sugestão oferecida pelo Senador Juvêncio. Vou repetir a sugestão: que seja convidado o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Samuel Pinheiro Guimarães Neto; o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Ivan Ramalho; o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, a ser indicado pelo próprio Conselho; a Secretária de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente, Sr^a Marijane.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr^a Presidente, a minha sugestão era que, vindo o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, seriam dispensáveis o Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e o Secretário de

Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento. Todos têm a visão de Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento acrescido da sugestão do Senador Juvêncio permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, quantos ficariam na audiência pública?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos repetir: o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Samuel Pinheiro; o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama; A SRA. Marijane, representando a Ministra, no caso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E os demais nomes?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Os demais nomes, segundo foi aprovado aqui, seriam dispensáveis.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PMDB – MS) – A minha proposta é que, vindo o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, seriam dispensáveis o Secretário de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento. O resto permaneceria como está.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Exatamente. Vamos repetir a sugestão, para não ficar dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, posso esclarecer um ponto?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador; pode falar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Em se tratando de relacionamento comercial que implica a aquisição de pneus no exterior, seria factível ouvirmos o Secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sr. Ivan Ramalho. Quanto ao de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, não há problema nenhum, pode ser dispensável. Está certo, Sr. Senador Juvêncio?

Quanto ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, seria importante ouvi-lo, porque, segundo todos conhecemos, quando ele defende uma causa, defende com todo ardor; quando não defende, faz do mesmo jeito. E há uma fábrica no Estado do Paraná. Então, é lógico que teremos que ouvir

a autoridade do Executivo para que ele diga qual a vantagem dessa fábrica para o Estado do Paraná.

Igualmente, deveríamos ouvir o representante do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, a ser indicado pelo próprio Conselho; o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, Sr. Francisco Simeão; o Presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, quer dizer, aqueles que são responsáveis pela fabricação de pneus novos no Brasil, como a Goodyear, todas essas fábricas de pneus aqui no Brasil.

E, por último, a Dr^a Marijane Lisboa, na qualidade de Secretária de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, do Ministério do Meio Ambiente, e, por último, a Dr^a Mary Jane Lisboa, Secretária da Qualidade do Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Dr^a Mary Jane Lisboa substituindo A SRA. Ministra Marina Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exato – substituindo A SRA. Ministra Marina Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Creio que agora todos estão de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos, então, à lista, conforme foi acertado aqui.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre a mesa, Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos que passo a ler:

“Requerimento:

Nos termos do Inciso II, §2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com Inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para debater a prevenção da obesidade, convidando as seguintes autoridades: Dr. Alfredo Raupen, Sr. Nuno Cobra, Dr. Valéria Guimarães e Dr. Valmir Coutinho.

Em discussão o Requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Requerimento é de minha autoria.

Sobre a mesa, Requerimento de 2003, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati que passo a ler:

“Requerimento

Sr. Presidente, nos termos do art. 256, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 16, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos de minha autoria. Sr. Senador Tasso Jereissati.”

Em discussão o Requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Sobre mesa, Ofício nº 314, de 2003, que passo a ler:

“Ofício

Sirvo-me do presente expediente para manifestar o meu apreço bem como consolidar a V. Ex^a a gentileza de considerar como licença autorizada a minha ausência dos trabalhos desta ilustre Comissão de Assuntos Sociais no dia 28 de agosto próximo, quinta-feira, na forma do art. 55, Inciso III, da Constituição Federal, conjugado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista que estarei integrando a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Sobre a Exploração Sexual da Criança e do Adolescente no Brasil, em diligência no meu Estado, o Estado do Paraná.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a as expressões da mais elevada estima e consideração. Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa.”

Sobre a mesa, Ofício nº 018, de 26 de agosto de 2003, que passo a ler:

“Ofício

Sr^a Presidente, ao cumprimentá-la, informamos que no período de 22 a 31 do corrente o nobre Senador Eduardo Azeredo estará em visita a Taiwan como membro da Frente Parlamentar Brasil-Taiwan, a convite daquele país, conforme Requerimento.

Assim, solicitamos a adoção das providências cabíveis, no âmbito desta Comissão, em relação a ausência de S. Ex^a nesse período”.

Sobre a mesa, Ofício nº 121, de 2003, que passo a ler:

“Ofício

Sr^a Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que foi designado para compor a Comissão de Assuntos Sociais, como Titular, o nobre Senador Osmar Dias em substituição ao nobre Senador Álvaro Dias.

Ao ensejo, renovamos a V. Ex^a os protestos de elevada estima e consideração. Sr. Senador Jefferson Peres, Líder do PDT”.

Eu gostaria de comunicar esta Comissão que, hoje, nós iríamos comemorar o último dia relativo à semana da pessoa portadora de deficiência com a votação de vários projetos de interesse deste grupo. No entanto, como esses Projetos são terminativos, aqui, na Comissão, eles não poderão ser votados em virtude da pauta do Senado da República estar travada. Portanto, ficará para a próxima reunião da Comissão que será na quinta-feira.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em primeiro lugar, quero enaltecer o esforço e a solidariedade de V. Ex^a em relação à questão da semana nacional da pessoa portadora de deficiência, lembrada, todos os anos, no dia 21 a 28 de agosto. É uma iniciativa importante, inclusive pelo esforço, como mencionei, de V. Ex^a e até pelo fato desta Comissão de Assuntos Sociais ter uma Subcomissão que trata especificamente da questão da pessoa com deficiência – e isso pode ter um impacto bastante grande nessa área –, e com a solidariedade de todos os demais Senadores, de todos os partidos políticos, com outras áreas também, já que isso é uma questão suprapartidária, o esforço de todos é no sentido de dar para essas pessoas a cidadania plena, garantir o pleno exercício da cidadania. Então, quero parabenizar nesse sentido.

Sr^a Presidente, aproveito a ocasião para perguntar quanto à possibilidade de ser votado um requerimento, porque estamos às vésperas da discussão da reforma tributária também pelo Senado Federal, solicitando a presença dos Ministérios das áreas

de atuação desta Comissão: Saúde, Previdência, Assistência, Trabalho, enfim, para que cada área pudesse explicar o impacto da reforma tributária nas ações, programas, projetos de cada Ministério.

Ficamos imaginando, por exemplo, que há um debate muito grande a respeito da cultura, porque quanto ao ICMS, no decorrer dos anos, foi previsto a sua aplicação na área cultural, como na preservação do patrimônio histórico. Apesar de a cultura não ser objeto desta Comissão, alguma alteração na reforma tributária implicará problemas para a área, como inclusive já levantado pelo Senador Eduardo Azeredo, em manifestação no plenário. O mesmo ocorre nesta Comissão.

Ficamos imaginando como o Ministro da Assistência está se posicionando, vamos supor, em relação à reforma tributária. Que impacto positivo ou negativo haverá, para que nós, como Senadores, possamos nos dedicar à análise da reforma tributária com mais propriedade.

Portanto, aqui apresentamos requerimento nesse sentido, elaborado por mim e o Senador Sibá Machado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Requerimento de autoria dos Senadores Flávio Arns e Sibá Machado. Requerem, nos termos do disposto no art. 52, § 2º, incisos II e V, da Carta Magna, a realização de audiências públicas destinadas a debater o impacto da reforma tributária nas áreas de competência desta Comissão, a saber: trabalho, emprego, saúde, assistência e promoção social, Previdência e seguridade social, meio ambiente, proteção integral e integração social das pessoas portadoras de deficiência, proteção à infância, à juventude e aos idosos.

Propõem também a participação das Subcomissões Temporárias da Criança, do Adolescente e da Juventude, dos Idosos, das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e da Saúde.

Sugerem, por fim, sejam convidados setores públicos e privados envolvidos na reforma tributária, assim como o relator da matéria a ser designado no Senado Federal.

O requerimento está em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a

Presidente, como houve um lapso de minha parte, deixei de fazer por escrito um requerimento. Mas, devido ao adiantado da hora, desejo fazê-lo verbalmente. Se possível, gostaria de solicitar uma Moção de Aplauso pelo 20º aniversário da Central Única dos Trabalhadores, hoje, dia 28, e também pela posse da sua nova diretoria, presidida pelo metalúrgico Luiz Marinho.

Para que essa data possa ser registrada, eu gostaria de saber de V. Ex^a se é possível. Apresentarei o requerimento por escrito ainda no decorrer do dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a poderá fazer o requerimento por escrito. Vamos colocá-lo em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Sibá Machado queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Será feito o comunicado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Vigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão De Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 04 de setembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia nove de setembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senhor Senador Papaléo Paes reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, JONAS PINHEIRO, LEOMAR QUINTANILHA, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, DELCÍDIO AMARAL, DUCIOMAR COSTA, RAMEZ TEBET, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, LEONEL PAVAN e MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senador Papaléo Paes declara abertos os trabalhos, propondo a

dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e comunica aos senhores senadores que, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, não poderão ser analisados os projetos de decisão terminativa. **Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2003**, que “Dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e de encarregado, determinando registros no CREA como auxiliares técnicos”, **de autoria do Senador Eurípedes Camargo**. É feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Reginaldo Duarte**. É aprovado o **Requerimento nº 44 – CAS de autoria do Senador Reginaldo Duarte** de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto. **Item 11 – Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002**, que “Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados”, **de autoria do Deputado Dr. Hélio**. É feita a leitura do parecer pelo **Relator, Senador Eurípedes Camargo**. Durante a discussão fazem uso da palavra os Senadores Augusto Botelho e Flávio Arns. Em votação, o parecer favorável à matéria é aprovado. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 42 – CAS de autoria do Senador Papaléo Paes** para a realização de audiência pública com a presença do Doutor Adib Jatene, em aditamento ao requerimento nº 34, de 2003, aprovado na reunião realizada dia quatorze de agosto de dois mil e três, sendo discutido pelo Senador Flávio Arns; **Requerimento nº 43 – CAS de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Flávio Arns, Sibá Machado e Ana Júlia Carepa** de realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença do Ministro de Estado da Saúde destinada a analisar os episódios que ocorreram no Instituto Nacional do Câncer e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo discutido pelos Senadores Flávio Arns, Sibá Machado e Reginaldo Duarte, e aprovado com o voto contrário do Senador Reginaldo Duarte; **Requerimento nº 44 – CAS de autoria do Senador Reginaldo Duarte** de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2003, que “Dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e de encarregado, determinando registros no CREA como auxiliares técnicos”; **Requerimento nº 45 – CAS de autoria da Senadora Lúcia Vânia** para a realização de audiência pública com a presença do Doutor Éder Quintão, em aditamento ao requerimento nº 34, de 2003, aprovado na reunião realizada dia vinte e oito

de agosto de dois mil e três; e **Requerimento nº 46 – CAS de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho** de realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Ministro Extraordinário de Estado da Segurança Alimentar para prestar esclarecimentos acerca das medidas emergenciais do Governo Federal para atender os flagelados da seca no sertão alagoano, tendo em vista a extrema necessidade da população, carente de água e alimentos básicos, devido à seca que assola a região, foi também constituída uma Comissão Representativa composta pelos Senadores Teotônio Vilela Filho, Flávio Arns, Lúcia Vânia, Augusto Botelho, Sérgio Cabral, Heloísa Helena e Renan Calheiros para, em audiência com o Ministro, expor os problemas da população daquela parte do país. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **Papaléo Paes**, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2000; Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2001; Projetos de Lei do Senado nºs 3.257, 7.585, 126 e 145 de 2002; Projetos de Lei do Senado nºs 18, 19 e 164, de 2003; Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002; e Requerimentos nºs 42 e 43, de 2003.

Comunico aos Srs. Senadores que poderemos apreciar apenas os Itens nºs 9, 11, 13 e 14, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, solicito a inversão da pauta, considerando que os itens são não-terminativos, o que não quer dizer que sejam menos importantes. Como há requerimentos importantes, pediria que iniciássemos

a reunião votando-os, pois são de importância conjuntural.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – São os itens nºs 13 e 14 da pauta, Srª Senadora?

Iniciaremos pelo requerimento do Senador Reginaldo Duarte, referente ao **Item nº 9** da pauta. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2003. Decisão terminativa. Dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e encarregado, determinando registro no CREA como auxiliares técnicos. Autor: Senador Eurípedes Camargo. Relator: Senador Reginaldo Duarte.

O parecer é pela aprovação do requerimento de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte para proferir seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, esse projeto é de extrema complexidade. Por isso, penso que deveríamos encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que verifique a juridicidade e a constitucionalidade do projeto. Depois de analisado na CCJ, voltará a esta Comissão para que possamos discutir a matéria.

Apenso a esse requerimento, enviarei o parecer que recebi da Associação Brasileira de Engenheiros Civis.

Primeiramente lerei o voto e, depois, o requerimento.

Voto

Em face do exposto, solicitamos à Presidência que submeta à deliberação da Comissão o nosso requerimento, a fim de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifeste-se preliminarmente sobre a constitucionalidade e juridicidade da presente proposição, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a ler o requerimento:

“Requeremos, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifeste preliminarmente sobre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que dispõe sobre o exercício das profissões de mestre de obras e encarregado, determinando registros no CREA como auxiliares técnicos”.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a intenção do projeto, dentro da visão que tenho, são as categorias profissionais do nosso País que não têm a visibilidade que têm outras categorias, que conseguiram se colocar enquanto profissão.

No caso de uma das cadeias importantes de profissionais do nosso País, encontra-se a construção civil, em que arquitetos, engenheiros, que possuem nível superior, são categorias consideradas profissões. Mas não é o caso de um mestre-de-obras, cuja profissão é tão importante quanto as outras. Portanto, há uma discriminação em relação ao tratamento dado às diferentes categorias do mesmo tema, que eu diria, da construção civil.

Como sou serralheiro, e a serralharia é parte também da construção civil, estou tentando resgatar essas categorias no cenário profissional do nosso País. Não é possível entender a importância da profissão como sendo de ofício, e o projeto resgata todos esses parâmetros.

Quanto à questão da constitucionalidade, quero dizer ao Relator que é importante ter esses cuidados, porque há o amparo legal das profissões, mas é bom que haja fundamentação.

Espero que esse estudo se aprofunde. É essa a intenção do debate.

Na próxima plenária, vou trazer um requerimento para fazermos também uma audiência pública sobre o tema; trarei várias categorias interessadas nessa discussão, para que possamos dar um tratamento aprofundado a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Há algum outro Senador que queira discutir a matéria? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento, solicitando audiência da CCJ para manifestação sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Atendendo à solicitação da Senadora Ana Júlia Carepa para inversão de pauta, vamos agora passar para os outros dois requerimentos que acompanham a pauta.

Requerimento nº 42, de 2003. **Item 13** da pauta. Aditamento ao Requerimento nº 34, de 2003, Comis-

são de Assuntos Sociais, aprovado na reunião do dia 14 de agosto de 2003, para realização de audiência pública com o Dr. Adib Jatene, com a finalidade de se obter subsídios que orientem a atuação do Senado Federal em relação ao aprimoramento da política de medicamentos genéricos, com o objetivo de facilitar o acesso da população a uma assistência farmacêutica de qualidade.

Autor: Senador Papaléo Paes.

Quero pôr em discussão esse requerimento.

Dou uma explicação: no dia 14, fiz um requerimento à Mesa, solicitando uma audiência pública para debatermos a questão dos genéricos. Foram relacionados vários convidados. Queremos fazer esse aditamento com o Dr. Adib Jatene.

Coloco em discussão a possibilidade de termos mais um para discutirmos o assunto.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo requerimento. Esse assunto é fundamental. Existem dúvidas que vêm sendo levantadas inclusive nas polêmicas em relação a procedimentos no Ministério da Saúde.

A questão dos genéricos merece ser abordada nesta Comissão. Particularmente, sempre é uma satisfação contarmos com a participação do Dr. Adib Jatene, Ministro que se empenhou ao máximo, enquanto Ministro, para que a área da saúde tivesse recursos e importância reconhecida, e, como profissional, dos mais conceituados do Brasil, com credibilidade incontestável e, ao mesmo tempo, com o compromisso social muito evidente.

Parabenizo V. Ex^a.

Sem dúvida alguma, será uma das mais importantes audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradeço ao nobre Senador pelo reconhecimento da importância do tema. Algum Senador deseja discutir sobre o requerimento? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento nº 42, de 2003.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que corresponde ao **Item 14**: Requerimento nº 43, de 2003, para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle, com a presença do Ministro de Estado da Saúde, destinada a analisar procedimentos administrativos que ocorreram no Instituto

Nacional do Câncer, levando diretores a se demitirem e a falta de medicamentos.

O requerimento é de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Não estando presente o autor do requerimento – S. Ex^a deveria estar presente inclusive para fazer sua exposição de motivos sobre o requerimento –, pergunto a V. Ex^{as}, se podemos retirar esse requerimento de pauta. (Pausa.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, o Ministro da Saúde é do Partido dos Trabalhadores, assim como vários Senadores que aqui estão. O Senador Arthur Virgílio é Líder da Oposição – é importante que se diga –, do PSDB. Nós, do Partido dos Trabalhadores e da base de sustentação do Governo, desejamos que o Ministro da Saúde venha à Comissão, porque não há nada a temer ou a esconder. Será uma importante oportunidade para os esclarecimentos à sociedade, inclusive para mostrar a lisura, a correção, o empenho e o compromisso do Ministro da Saúde com a saúde do povo brasileiro. Inclusive, o requerimento até poderia ser ampliado para que abordasse não apenas a questão do Inca, mas também a dos episódios levantados pelos meios de comunicação, nesta semana, em relação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então, ampliar-se-ia esse requerimento – inclusive se, regimentalmente, for possível assiná-lo em conjunto – para mostrar que o Governo não teme, que o Ministro é correto. S. Ex^a está no Conselho Nacional de Saúde, onde toda a sociedade está representada, inclusive com o apoio de todas as entidades. Os membros do Conselho estão dizendo que há um novo clima de entendimento com a sociedade. Acho que há toda a possibilidade. Diria para fazermos essa audiência o mais rapidamente possível, já que também é o assunto do momento em boa parte das notícias, para que tudo isso seja esclarecido. Será uma grande oportunidade – além de toda a referência que todos estamos dando ao Ministro – para que S. Ex^a mostre para a sociedade esse grande compromisso que todos devemos ter, e não apenas o PT, porque desejamos que a saúde funcione bem e que a população tenha acesso, com qualidade cada vez melhor e com transparência, aos recursos oferecidos a ela.

Da minha parte, e tenho certeza de que vários Colegas compartilham com esse posicionamento, desejo que isso ocorra. E que esses esclarecimentos

sejam dados até para mostrar, ao contrário de anos anteriores, quando tinha de haver todo um processo de diálogo, de entendimento para ver se a autoridade viria ou não ao Congresso Nacional, achamos que o Ministro deve vir, deve esclarecer e confiamos 100% na lisura, na competência do Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Sibá Machado e, posteriormente, a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, nessa mesma linha de raciocínio do Senador Flávio Arns, só queremos lembrar que o requerimento leva a acreditar que, sendo aprovada a forma como está escrito, é como se houvesse uma unanimidade nesta Casa de uma relação pouca amistosa com o Ministro e com o Governo como um todo.

Compreendemos a natureza do requerimento, que já está exposta na idéia do Senador em todos os seus pronunciamentos nesta Casa, que também foi autor do pedido de CPI, a favor da qual muitos de nós assinamos, já que não temos absolutamente nenhuma preocupação quanto a isso, pois achamos que é um dever da Casa fiscalizar quando achar importante. Poderíamos trabalhar para votar contra o requerimento ou coisa parecida, mas não queremos fazer isso, até mesmo porque o Ministro deixou claro o seu interesse de vir até a Comissão para trabalhar, para fazer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A nossa vontade seria aprovar o requerimento, mas queríamos fazer um aditamento desse requerimento, mudando uma palavra que, no nosso entendimento, parece muito forte – de “convocação” para “convite” –, mantendo mais ou menos a natureza do requerimento, que ficaria com a seguinte redação, a qual gostaríamos de propor a V. Exª:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Ministro da Saúde para participar de audiência pública conjunta entre a CAS e a Comissão de Fiscalização e Controle, a fim de discutir questões relativas ao Ministério da Saúde, inclusive os recentes procedimentos administrativos ocorridos no Instituto Nacional do Câncer – Inca.”

Com essa redação, somos favoráveis à aprovação do requerimento de convite ao Ministro, que está disposto a vir até aqui. Só que a forma usada realmente não ajuda muito no debate da Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, concordo com os Senadores no senti-

do de que devemos convidar o Ministro. Aliás, tem sido uma praxe na Casa, não só desta legislatura do Senado, mas também de outras legislaturas, o cuidado de se fazer convite, mesmo que possamos convocar. Há esse cuidado, até porque, no governo anterior, o próprio Líder do Governo à época, hoje Líder da Oposição, fazia questão que fosse convite.

Não nos negamos, muito pelo contrário, concordamos que o termo deva ser “convite” e que seja apenas aditado que a vinda do Ministro é para expor aqui as questões alusivas ao Ministério, em especial às situações já mencionadas. Particularmente, estou extremamente esclarecida, mas é importante esclarecer ainda mais, porque a Oposição às vezes tem dificuldade de entender. Por isso, é importante haver mais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, foi gerada a seguinte situação: primeiramente, pergunto ao Senador Flávio Arns se S. Exª subscreve o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

Explico-lhe por que é importante: se V. Exª subscrever esse requerimento, V. Exª pode aceitar a alteração de “convocação” para “convite”, para que, em vez de o Ministro ser convocado, seja convidado. Eu gostaria de saber se V. Exª subscreve esse requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Subscrevemos. Agora, eu até colocaria só...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – E o termo de aditamento, de permissão, poderá ser feito por requerimento verbal. O Senador Sibá Machado nos informa os termos do requerimento, para que o coloquemos em apreciação, aprovando-o ou não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, concordo amplamente com a argumentação suscitada. Ressalto que, apesar de, regimentalmente, ser convocação, nós sempre temos adotado, até para o bom entendimento, no governo passado e neste Governo, a palavra “convite”. Agora, para discutir a situação do Ministério da Saúde, sugiro ao Senador Sibá Machado, em especial, ênfase em relação à situação do Inca e também da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Os procedimentos também – conforme a Senadora Ana Júlia Carepa registrou, e nós já debatemos bastante – estão extremamente claros, transparentes. Trata-se de mudanças importantes na cultura farmacêutica brasileira, que é dominada, na verdade, pelo grande poder econômico também. Em qualquer mudança que se faça, haverá repercussões econômicas extraordinárias. Precisamos mostrar que o gran-

de objetivo, atrás de tudo isso, é realmente a segurança, o bem-estar e o acesso ao direito à saúde para a população brasileira.

Então, Senador Sibá Machado, eu somente faria um aditamento, em especial, à situação do Inca, como V. Ex^a já mencionou, e, também, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, tendo em vista que o nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, não se encontra presente para discutir esse problema, eu, liderado por S. Ex^a, endosso o seu requerimento, na íntegra, como chegou à Casa.

Esse é o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu acato a sugestão do Senador Flávio Arns, de acrescentar, neste aditamento, a questão da vigilância sanitária.

Gostaríamos que V. Ex^a o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Fazemos um procedimento, para sermos corretos com todos. Primeiro, regimentalmente, o Senador Flávio Arns, como um dos que assinaram o documento, pode concordar com a mudança do texto.

Votamos, agora, na íntegra, o requerimento do Senador Arthur Virgílio.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Então, na íntegra, o requerimento está rejeitado, considerando a palavra “convocado”. Vamos manter o mesmo requerimento, substituindo o termo “convocado” por “convidado”.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento, da seguinte forma:

“Requeiro, nos termos regimentais, que seja [não “convocado”, e, sim,] “convidado” o Senhor Ministro da Saúde, para participar de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscalização e Controle, destinada a analisar procedimentos administrativos que ocorreram no Instituto Nacional do Câncer, levando diretores a se demitirem e à falta de medicamentos.”

Esses são os termos do requerimento aprovado neste momento.

O aditamento ao requerimento é este que eu tenho em mãos:

“Requeiro, nos termos regimentais que seja convidado o Sr. Ministro da Saúde [já está sendo na primeira parte], para participar de audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Fiscalização e Controle, a fim de discutir questões relativas ao Ministério da Saúde, inclusive, referentes a procedimentos administrativos ocorridos no Instituto Nacional do Câncer, bem como relativo aos episódios envolvendo a Anvisa.”

Esse é o termo do requerimento.

Em discussão o termo de aditamento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam aprovados os requerimentos, com voto contrário do Senador Reginaldo Duarte.

Vamos ao último item da pauta.

Item 11:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2002

Que dispõe sobre a declaração de óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados. Autor: Deputado Dr. Hélio. Relator: Senador Eurípedes Camargo. Parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Eurípedes Camargo para proferir o relatório.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto foi amplamente discutido com o Ministério da Saúde, como também com o Senador Tião Viana e os Senadores da Casa e chegamos a uma conclusão favorável ao projeto. Somos pela sua aprovação. Mas eu lerei a justificativa.

Como é um projeto complexo e foi discutido tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal por várias vezes, lerei o projeto como está proposto na íntegra.

Relatório. O Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 (Projeto de Lei nº 1.043, de 1999, na Casa de origem), objetiva regulamentar a emissão de declarações de óbito, de modo a documentar efetivamente

as causas de morte e seus determinantes na sociedade brasileira.

Por intermédio do registro sistemático das informações advindas das reais condições em que ocorrem as mortes dos pacientes submetidos a tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde, ou mesmo daqueles acontecidos no espaço extra-hospitalar.

Foi apresentado pelo Deputado Dr. Hélio, no plenário da Câmara, no dia 27 de maio de 1999, tendo sido encaminhado à apreciação das Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação.

Na primeira, teve por Relator o Deputado Jorge Alberto, que ofereceu substitutivo, sanando inconstitucionalidades e ampliando o mérito da proposição, aprovado por unanimidade.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, sob a Relatoria do Deputado Custódio Mattos, que apresentou subemendas ao substitutivo, sanando inconstitucionalidade, o projeto foi igualmente aprovado por unanimidade, sendo, então, encaminhado ao Senado Federal.

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais examinar o projeto quanto ao mérito, cumprindo o fundamento regimental.

Análise. O Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002, constitui-se de sete artigos, sendo o último a cláusula de vigência que assinala quando da publicação da lei. O art. 1º define como documento oficial do Sistema Único de Saúde, para atestar morte de indivíduos pacientes e não-pacientes, a declaração de óbito.

No artigo subsequente, determina que os serviços de saúde e seus profissionais são obrigados a preencher as declarações de óbito referentes às mortes ocorridas em suas dependências.

Os quatro parágrafos seguintes do art. 2º especificam a quantidade de vias e documentos, e o envio de uma via ao cartório de registro civil da circunscrição e outro à secretaria de saúde estadual ou municipal onde se deu o óbito, indicando o código da causa, a Classificação Estatística e Internacional de Doenças – CID, como procedimento prioritário à identificação da patologia causadora do falecimento.

O art. 3º trata do óbito não hospitalar e das situações em que não haja profissional médico no local, circunstâncias em que a declaração poderá ser preenchida no cartório, delegacia de polícia ou outros órgãos oficiais da área da Justiça ou da Saúde. Os cartórios deverão remeter uma cópia do documento atestador do óbito à secretaria de saúde estadual ou municipal e, concomitantemente, executar as ações

efetivas, no sentido de se evitar a subnotificação de registros a ser encaminhada ao Sistema de Informação de uma autoridade do Sistema Único de Saúde.

Os arts. 4º e 5º dispõem que os serviços de saúde deverão realizar estudos estatísticos e os óbitos e suas causas. Determinam as Secretarias Estaduais e Municipais a resolução de casos de morte, relacionados a causas mal-definidas, buscando seu pleno esclarecimento, no sentido de prover adequadamente o sistema de informações na área de saúde.

O art. 6º comina as penalidades e as infrações aos dispositivos da lei, preservadas as de natureza civil e penal. Há penas aos autores, com advertência, multa pecuniária, suspensão do exercício profissional ou recebimento de verbas federais, conforme o caso concreto e, por fim, o cancelamento da licença de funcionamento do serviço.

Pelo exposto, pode-se constatar a notoriedade do mérito da proposição, que visa indubitavelmente a melhoria da qualidade das informações sobre mortalidade, no nosso País.

Voto

Em vista das razões expostas, sou pela aprovação do Projeto da Câmara nº 35, de 2002.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu disse, anteriormente, que queria fazer uma emenda ao projeto, mas retiro a minha emenda para fazê-la posteriormente, depois que for promulgada a lei, porque o Ministério da Saúde tem urgência que saia da forma que está, para depois podermos corrigir alguma distorção que possa haver no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Gostaria de perguntar ao Dr. Augusto Botelho, colega, Senador e médico, também, se não existe uma espécie de incoerência entre o art. 3º e os arts. 4º e 5º? Por que, no art. 3º, a declaração de óbito poderá ser fornecida, quando não houver autoridade médica, e até entendemos isso, pelo cartório, pela delegacia de polícia, por uma autoridade ou outros órgãos oficiais, da área da justiça ou da saúde.

Não sei em quantas regiões do Brasil, em quantos municípios, qual é a prevalência dessa situação, em termos de Brasil, porque os arts. 4º e 5º dispõem

que os serviços de saúde deverão realizar estudos estatísticos dos óbitos e suas causas. Então, não sei, porque, naturalmente, se uma declaração de óbito é fornecida por um cartório ou por uma delegacia de polícia, nada poderá ser dito em relação à causa daquela morte, e isso prejudicará, sem dúvida alguma, estudos que devam ser feitos, em termos de levantamentos estatísticos, para determinar o número de óbitos, as causas, o que é um estudo, também, interessante.

Então, não sei como V. Ex^a vê essa situação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Os óbitos só são registrados no cartório depois que têm o atestado de óbito onde está registrado a **causa mortis**. Então, quando eles emitem esse documento, colocam a **causa mortis** na certidão de óbito. Os óbitos só podem ser registrados na polícia; quando ocorrem no interior, numa casa, uma pessoa que morre dentro de uma casa, perante duas testemunhas. E tem um item, no atestado de óbito, que diz: óbito de causa não definida e indeterminada, ou óbito sem assistência médica, por testemunhas. São duas pessoas idôneas, que vão à delegacia e dizem que a pessoa morreu. Quando tem delegacia, vai um delegado ou um policial e olha. Quando não tem, quando morre num lugar bem ermo, bem distante, morre, enterra a pessoa, e não dá tempo. Eles declaram na delegacia, e a delegacia registra esse óbito.

O que o Ministério da Saúde quer é ter o controle de todas as pessoas que morrem no País. Os hospitais devem informar os óbitos, também, para evitar haver, por exemplo: um hospital registra mil óbitos, mas, no cartório, só registram novecentos. Entendeu? Por que há hospitais em cidades do interior onde não existem cartórios, então, os óbitos dos hospitais não são registrados no cartório. Tem o atestado, tem tudo, mas a pessoa é sepultada sem registro do óbito. Só registra em cartório quando tem pensão. Então, a família leva para registrar na cidade. Mas, quando não tem pensão ou bens, sendo um jovem da família, uma criança, não sendo o pai ou a mãe ou o aposentado, não registram.

Então, a maior dificuldade que vejo nessa lei é o dever de usar o CID, que vai levar alguns médicos de cidades pequenas ou de locais onde não se tenha acesso ao CID a colocarem algo que não seja o real. Se o médico não souber o CID de leucemia, não vai colocá-lo. Mas, neste caso, segundo o nosso jurista, o “deve” não é muito inquisitivo, e o costume é escrever a doença do paciente. Por isso, se começar a haver esse entrave, vamos alterar esse artigo.

As delegacias só registram óbitos de mortes ocorridas em locais ermos; morte violenta tem que ir

para o IML em qualquer lugar do interior. Quando uma pessoa leva um tiro em um lote, todos já sabem que têm de chamar a Polícia, a não ser que a morte seja criminosa, caso em que o assassino dá o tiro e enterra, e ninguém fica sabendo. Se for uma morte accidental ou decorrente de uma briga, a Polícia sempre é informada, o corpo é removido para o IML ou os legistas vão ao local e fazem a necropsia, o exame cadavérico. Não há, portanto, contradição nesses artigos em relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Senador Flávio Arns, entendi o seu apelo ao Senador Augusto Botelho. Quero só exemplificar pela nossa experiência.

Cheguei a um Município que não tinha médico, na última campanha, e, de repente, um rapaz de 19 anos se enforcou. Eu, como médico, não dei nenhuma declaração de óbito. Tomamos as providências para que esse cidadão fosse para o Instituto Médico Legal para ser necropsiado. Muito bem, esse é um caso. Se, no mesmo local, esse cidadão tivesse falecido de uma causa aparentemente natural, em frente a duas testemunhas, sem a presença de nenhum médico, essas duas testemunhas poderiam procurar o juiz da localidade; não havendo juiz, a delegacia ou qualquer autoridade da cidade, para fazerem, a declaração de óbito, ou seja, de que aquele cidadão aparentemente faleceu de morte natural. O atestado de óbito só é dado pelo cartório; dessa forma, seria necessário o deslocamento para outro Município.

No caso, a estatística será com base no óbito, e não na **causa mortis**. A **causa mortis** seria determinada por uma necropsia. Então, ficaria a hipótese de causa indeterminada e provável morte natural, e as outras possibilidades, consideradas questões de polícia, como envenenamento, por exemplo, ficariam abafadas em um acontecimento como esse. De repente, as testemunhas são as únicas que estão declarando que aquela pessoa morreu de morte natural.

Há muitos casos no interior. No próprio Amapá, descobri, quando era Secretário de Saúde, em 1994, que não havia registro de óbito de centenas e centenas de pessoas. No interior, morria-se, cavava-se um buraco – nem havia cemitério na localidade –, enterrava-se, e não se dizia para ninguém; até parentes não tomavam conhecimento. Isso é muito difícil. A finalidade é o registro do número de óbito, principalmente onde não existe nenhum recurso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Eurípedes Camargo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Faço um aditamento a nossa pauta de hoje. Trata-se de um termo de aditamento ao Requerimento nº 38, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, assinado pela Senadora Lúcia Vânia.

O documento diz o seguinte:

Nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que seja solicitada a participação do Dr. Éder Quintão*, professor titular de Endocrinologia, na audiência pública proposta para o debate sobre a prevenção da obesidade, sem prejuízo das autoridades relacionadas no referido requerimento.

Sala de sessões. Senadora **Lúcia Vânia**.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento da Senadora Lúcia Vânia.

Quero comunicar aos nobres Senadores que a ausência da Senadora Patrícia em nossa reunião se dá por problemas de saúde.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho usado a tribuna do Senado ao longo dos últimos 20 dias e com frequência para com tristeza e indignação manifestar à Casa e ao Brasil o clamor dos sertanejos alagoanos que estão passando por um momento de extrema dificuldade.

Estranhamente é assim, às vezes são os desígnios da natureza. O Estado de Alagoas foi vítima neste inverno de uma estiagem sem precedentes. Aliás, só no ano de 1957, segundo consta nos arquivos de índice pluviométrico da Universidade Federal de Alagoas, aconteceu uma estiagem semelhante, onde no início do mês de agosto todo o sertão já estava desfolhado, a terra seca, esturricada, os açudes completamente vazios, toda a safra de milho e de feijão foi perdida, 100% de perda da safra de milho e de feijão. Por conta de atropelos na burocracia governamental não foi feito seguro safra para os pequenos produtores, então não houve nenhum reparo em relação a isso.

E isso venho dizendo aqui no Senado há 20 dias. A verdade é que lá em Alagoas os sertanejos es-

tão passando sede, estão passando fome. A chuva que caiu, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mal deu para assentar a poeira. Então, numa ocasião excepcional como esta, medidas de políticas públicas são fundamentais para minorar o drama daquela gente. Medidas no sentido de programas emergenciais de alimento, de água, e de ações que possam priorizar, por exemplo, no caso do Programa Fome Zero, que se priorize o cadastramento nessa região, onde o drama é incomum, de forma a que diminua o sofrimento dos sertanejos. Por outro lado, as ações que chamaríamos estruturantes, ações de obras hídricas que vêm sendo feitas ao longo do tempo para levar a água de uma forma permanente para que um dia se livre desse desconforto, às vezes tão mal utilizado como o chamado carro-pipa. Mas no momento em que existe sede é preciso carro-pipa sim; no momento em que existe fome, é preciso uma ação emergencial sim. E, Sr. Presidente, até agora não houve um só gesto do Governo Federal para com os alagoanos que estão sendo vitimados pela seca. Tantos já foram os reclamos feitos da tribuna do Senado por mim e na Câmara dos Deputados por outros parlamentares.

Então gostaria de, nesta Comissão, que tem como finalidade primordial a preocupação com a questão social, solicitar a presença do Ministro Graziano. Formulei um requerimento que gostaria de submeter a esta Comissão para que S. Ex^a informasse aos Senadores as medidas que estão sendo formuladas, porque na prática é absolutamente nenhuma, a não ser o cadastramento das pessoas que entrarão no Programa Fome Zero, mesmo assim de forma morosa e que não atende sequer metade daqueles que estão precisando.

Gostaria de encaminhar à apreciação desta Comissão o requerimento que passo a ler Sr. Presidente, dentro da forma regimental:

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o inciso V, § 2º do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, para que, perante esta Comissão de Assuntos Sociais, preste esclarecimentos acerca das medidas emergenciais do Governo Federal para atender os flagelados da seca no sertão alagoano, tendo em vista que agora, nesses dias, recrudescer a extrema necessidade das populações daquela parte do nosso País quanto ao suprimento de água e alimentos básicos. Essa providência é urgentíssima, uma vez que o Governo Federal suspendeu

todas as ações dessa natureza, vitais neste momento de absoluta necessidade e urgência.

É esse o requerimento que faço e ao qual gostaria que os Srs. Senadores dessem o apoio necessário.

Sr. Presidente, ao tomar posse o Presidente Lula, que é um nordestino, homem de extrema sensibilidade com a questão da seca e da fome, ele que veio de Pernambuco num momento dramático como esse que os alagoanos estão vivendo, assegurou que é preocupação permanente e esforço que o Brasil inteiro aplaude que até o final do seu Governo todos os brasileiros tenham pelo menos três refeições por dia. Então é importante que esta Comissão tome uma providência no sentido de ajudar aos sertanejos alagoanos neste momento de extrema dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A Mesa atende ao apelo de V. Ex^a e considera lido o requerimento, colocando-o em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco PT – PR) – Sr. Presidente, quero me solidarizar com o Senador Teotônio Vilela, uma pessoa preocupada com as questões sociais. Já fomos colegas de Partido durante vários anos e temos uma amizade bastante grande.

Creio que deveríamos, na Comissão, nos interessar pelo assunto, porque mais importante que trazer o Ministro aqui para dizer o que está fazendo. Em vez de debatermos e discutirmos, devemos verificar e acompanhar, como Comissão, as iniciativas do Ministro, do Governo, para o encaminhamento dos problemas.

Então, sugeriria, se o Senador Teotônio Vilela concordar, que mandássemos um ofício para o Ministro, como Comissão, que tenhamos, inclusive, um grupo de parlamentares – até me disponho a participar desse grupo para irmos ao Ministro antes da próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais –, para que definitivamente as medidas que devam ser tomadas assim o sejam. Se for necessário, inclusive, na sequência, poderíamos convidar, em vez de convocar, o Ministro para explicar para a Comissão o que, na verdade, aquele Ministério especial para a fome vem fazendo.

Deveríamos ter a preocupação de pensar que alguma coisa tem de ocorrer de imediato, que as medidas têm de ser tomadas hoje ou amanhã, porque o pessoal também não pode esperar. Poderíamos ir, inclusive, ao Ministério, como Comissão, portanto, dois ou três Senadores, para ver o que pode ser feito nessa emergência, mas imediatamente. Se isso não for suficiente ainda, daí o Ministro poderá, sem dúvida alguma, vir à Comissão para debater com as pessoas.

Mas penso que esse é um processo muito moroso, pois há debate, e considero que as coisas têm de ocorrer de uma semana para outra, porque aquele Ministério é o Ministério adequado para essa discussão.

Então, sugeriria, nesse sentido de encaminhamento, que o Ministro fosse convidado em vez de convocado. Não tenho problema nenhum em aprovar o requerimento só com essa alteração da expressão. Mas, ao mesmo tempo, antes de fazer isso, poderíamos deixar sobrestado o requerimento para, assim, tomarmos as medidas práticas e cabíveis antes da vinda do Ministro. Se for possível, essa é a minha sugestão para o amigo Senador Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Essa é, então, a proposta do Senador Flávio Arns.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Senador Papaléo Paes, gostaria de acrescentar a essas observações feitas pelo Senador Flávio Arns sobre a alteração do requerimento uma outra sugestão. Em função do que o Senador Teotônio Vilela expôs ontem no plenário e hoje aqui na Comissão, trata-se de uma situação dramática. Estamos falando de vidas, não é nada que possa ser prorrogado.

Sugiro que esta Comissão, no prazo mais rápido possível, promova, sim, uma ida de membros desta Comissão, capitaneados pelo Senador Teotônio Vilela – disponho-me a ir e tenho certeza de que o Senador Flávio Arns também o faz –, à região de Alagoas, onde se enfrenta esse problema. Poderíamos reunir os Prefeitos da região, e o Ministro poderia ouvir de viva voz daqueles que moram na região, dos seus representantes, das associações de moradores locais, do movimento organizado local, do Prefeito, dos Vereadores, dados sobre a situação real, porque quem tem fome tem pressa. Esse não é um assunto para ser discutido lentamente ou de uma maneira absolutamente normal e convencional, como a ida de uma Comissão ao Ministro ou a vinda do Ministro a esta Comissão. Isso precisa de uma ação mais imediata, mais eficaz, como o encontro do Ministro com os Prefeitos da região e com membros desta Comissão de Assuntos Sociais. Essa atitude mostra ao País que esta Comissão trabalha também extra-muros e não apenas intra-muros.

É uma ação importante do Parlamento, se ele se fizer presente de maneira rápida, e creio que colaborará e muito para a eficiência do programa, porque penso que isso não tem coloração partidária, não é uma iniciativa de cobrança oposição **versus** situação, não se deve dar essa coloração ao tema, e acredito que a Comissão pode colaborar e muito se organizar, no mais breve tempo possível, uma ida da Comissão

com o Ministro e sua equipe, junto com Prefeitos, para ouvir a realidade, para ver a realidade da situação no Estado abandonado do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR.) – Creio que todos aqui estamos procurando uma solução proposta pelo Senador Teotônio para a sede do pessoal, para a falta de água imediata. Há 4 meses não chove lá, não é Senador?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.) – Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, a média histórica dos últimos cinquenta anos é de uma precipitação pluviométrica, nos primeiros seis meses do ano, de 450mm na chamada região sertaneja. Este ano, não chegou a chover 250mm no mesmo período. Então, houve perda total da safra.

Realmente, esse é um fenômeno inusitado que requer uma atenção excepcional, uma atenção diferenciada, porque é dramática a situação, e as ações não estão chegando. Um outro fator também que poderia ajudar, neste momento, e que, infelizmente, não está acontecendo, é que todas as obras hídricas na região, as adutoras, o programa de cisternas da Agência Nacional de Águas, muito bem concebido, que previa um milhão de cisternas ao longo dos próximos anos, está com suas obras todas paralisadas, porque os recursos para a Agência Nacional de Águas estão totalmente contingenciados. As obras das adutoras estão paradas, as do canal do sertão também. Algumas dessas obras não resolveriam de imediato o problema da seca, mas empregaria mais pessoas, geraria renda na região, melhorando a situação, mas as obras estão totalmente paradas.

Por um lado, as ações chamadas estruturantes estão com as obras todas paralisadas. Por outro lado, as ações emergenciais. Então, há várias ações que poderiam ser imediatas, porque, como disse aqui o Senador Sérgio, a fome não espera, a fome não espera, e a sede, muito menos.

Eu gostaria de ouvir o nobre Senador e, por fim, procurar aqui tirar, juntamente com V. Ex^{as}, uma posição em relação a este momento, quando Alagoas realmente precisa do Senado Federal e, sobretudo, desta Comissão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR.) – Temos que fazer uma medida imediata que supra a fome. Quem tem fome tem pressa, e talvez a nossa visita ao Ministro Graziano, para solicitar uma ação imediata, seja o meio mais rápido de se obter algo.

Porque, até irmos aos Prefeitos, reuni-los, iremos levar muito mais tempo.

Primeiramente, iniciáramos com o Ministro. Fariamos a solicitação de uma ação imediata, em solidariedade ao Senador, todos nós, e ao povo de Alagoas. Tentaremos buscar uma solução, seja reativando os programas de cisternas, ou as soluções que S. Ex^a já conhece. Sou de Roraima, portanto, não sei quais são.

Lá, uma chuva compreende 100mm, mas, em compensação, a minha terra não é tão boa quanto a sua, Senador, a nossa terra exige mais trabalho, mais cuidado. Deus faz as coisas bem equilibradas, se chovesse assim no seu Estado, ele estaria na frente de todos.

Então, temos que achar solução para quem está com fome e com pressa, quem está com sede, não sei nem qual seria a palavra para completar a frase. Então, temos que fazer essa visita ao Ministro Graziano, como sugeriu o Senador Flávio, para buscarmos uma ação para evitar que aconteça isso de novo. Não é justo contingenciar verba de obras de seca, de obras de fome, de obras de pesquisa, de obras de escola. Nós temos que tentar criar um mecanismo dentro do Senado para que essas verbas não sejam contingenciadas. As primeiras verbas que se contingenciam, infelizmente, essas são verbas de programas sociais. São as verbas que chegam às pessoas mais fracas, menos protegidas. E nosso dever aqui é trabalhar por todos, principalmente por elas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o problema do Nordeste sempre é emergencial porque geralmente o nosso inverno termina no mês de junho. Mas este ano as chuvas lá foram escassas. Eu ressalvo a minha região, que foi privilegiada e teve uma das grandes safras de grãos desses últimos anos. Mas nós sabemos que nos sertões de Alagoas, nos sertões de Pernambuco, as chuvas foram escassas. Tenho gerência no sertão de Pernambuco porque eu tenho uma propriedade e tenho conhecimento de causa própria.

Mas o problema de Alagoas é um problema específico; todos nós devemos ter uma solidariedade muito grande com aquele valoroso Estado nordestino que está passando por dificuldades imensas. E os problemas só se podem resolver de imediato com ações positivas, ações imediatas. Como bem disse aqui o nosso Senador Sérgio Cabral e também o próprio Senador Teotônio Vilela, que é das Alagoas, as ações primárias

devem ser construções, obras, para que dê emprego aos sertanejos, para que eles possam conviver com essa seca. Porque se lhe derem obras que estão paralisadas naquele Estado, naturalmente, isso vai gerar renda para as famílias de Alagoas.

O abastecimento de água é um dos problemas que aflige mais as populações do Nordeste. É a reativação dos carros-pipas que por causa da seca cortam a paisagem do Nordeste levando água àqueles mais longínquos Municípios e recantos de todos os Estados do Nordeste, principalmente os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, e o próprio oeste do Ceará. De forma que as medidas devem ser emergenciais, e estou de acordo com os Senadores Flávio Arns e Sérgio Cabral para que sejam tópicas. Que se vá ao Ministério e o Ministro se reúna com os prefeitos e as lideranças daqueles Municípios mais afligidos pela seca para que se tome de imediato todas as providências cabíveis para resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Srs. Senadores, diante das suas palavras, ficou aqui designado o seguinte: primeiro, o Senador Flávio Arns fez uma proposta de alteração de uma palavra em seu requerimento, Senador Teotônio Vilela, que seria substituir convocado por convidado. V.Exª concorda?

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB-AL) – Claro. Concorde, plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então colocamos em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A segunda proposta foi do Senador Flávio Arns que sugere uma comissão de Senadores desta Comissão de Assuntos Sociais, para que compareçam até o Ministro José Graziano para, nesta visita, expor a situação de Alagoas e, a partir daí, se tomarem outras providências.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

V. Exª tem sugestão para o número de membros desta Comissão, para que o Presidente possa designá-los?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Creio que duas ou três pessoas. E o Senador Teotônio Vilela, sem dúvida alguma. Eu me disponho a ir também...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então, o Senador Flávio Arns, pelo PT; Senador Teotônio Vilela, pelo PSDB; Senador Sérgio Cabral, pelo PMDB;

Senador Augusto Botelho, pelo PDT. Os demais Senadores já foram contemplados pelos partidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE)

Sr. Presidente, seria de bom alvitre que se inserisse nessa Comissão a Presidente da CAS, porque daria mais ênfase e prestígio aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A Senadora Lúcia Vânia como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Pelo PMDB também o Líder, Senador Renan Calheiros, que é de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – O Senador Renan Calheiros, que é de Alagoas, e a Senadora Heloísa Helena, que não é da Comissão...

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a presença dos dois outros Senadores de Alagoas, Heloísa Helena e Renan Calheiros, pois ambos conhecem bem essa situação e sem dúvida nenhuma nos ajudarão na argumentação e na presença política durante a conversa com o Ministro Graziano.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A composição da Comissão será a seguinte: os três Senadores de Alagoas – Senador Renan Calheiros, Teotônio Vilela e Heloísa Helena –; Senador Flávio Arns, autor da proposta da Comissão; Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Senador Augusto Botelho, pelo PDT; Senador Sérgio Cabral, pelo PMDB.

Os Senadores que concordam com a Comissão proposta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a Comissão.

Quanto à outra sugestão do Senador Sérgio Cabral, pergunto a S. Exª se quer que ela seja colocada em discussão e votação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – É importante que o Senador Teotônio Vilela se pronuncie, mas vamos colocar isso como segundo **round** da luta. Oxalá não precisemos dessa iniciativa!

O SR. TEOTÔNIO VILELA (PSDB – AL) – Permita-me, Sr. Presidente, dizer que a proposta do Senador Flávio Arns foi oportuna. Poderemos ganhar tempo com esse cronograma estabelecido de uma primeira interlocução com o Ministro. A partir daí, verificaríamos a necessidade da vinda dele a esta Comissão e de nossa ida ao Estado de Alagoas. Seguiríamos esse cronograma. Esse roteiro está ordenado e a Comissão se fará presente nessa situação de emergência que vive Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A vinda do Sr. Ministro fica a critério autor do requerimento, que já está aprovado.

O SR. TEOTONIO VILELA (PSDB – AL) – O requerimento fica mantido. Após a interlocução com o Ministro, avaliaremos a necessidade ou não da presença de S. Ex^a na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – De acordo.

O SR. TEOTONIO VILELA – (PSDB – AL) – O que nós pretendemos, na verdade, é que medidas sejam tomadas. A presença do Ministro aqui seria justamente para acelerar esse processo. Depois da visita e da conversa com o Ministro, tomaremos essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A audiência será marcada pela Presidência desta Comissão, provavelmente para terça-feira. Essa data é oportuna?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, eu pedi à assessoria do Ministério que fizesse todo o levantamento necessário para que na terça-feira o assunto já tivesse sido estudado no âmbito do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum Senador ainda pretende fazer uso da palavra? (Pausa.)

Não havendo mais o que discutir, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h53min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Vigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 10 de setembro de 2003, quarta-feira, às 10:00 Horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia dez de setembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA, FLÁVIO ARNS, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, LEOMAR QUINTANILHA, RENILDO SANTANA, ROSEANA SARNEY, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, OSMAR DIAS, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, DUCIOMAR COSTA, EFRAIM**

MORAES, JORGE BORNHAUSEN, LEONEL PAVAN e MOZARILDO CAVALCANTI. Registra-se a presença da Senadora **IDELI SALVATTI.** O Senador **Demóstenes Torres** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com as presenças da Senhora **MARIA JOSÉ OLIVEIRA ARAÚJO**, Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; senhora **SILVANA MARIA FERREIRA**, Enfermeira de Tocoginecologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento – REHUMA; doutor **MARCOS LEITE DOS SANTOS**, Obstetra do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina; senhora **MARIA ISABEL RÉGIS**, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento – REHUMA; e doutor **CARLOS EDUARDO PINHEIRO**, Professor do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de Santa Catarina. Todos os convidados fazem uso da palavra para a sua exposição inicial. Registra-se a presença do doutor Fernando Osni Machado, Diretor Geral do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Participam das interpelações aos convidados, os Senhores Senadores **IDELI SALVATTI, PATRÍCIA SABOYA GOMES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR e PAPALÉO PAES.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esta audiência pública atende a uma solicitação feita pelo requerimento da Senadora Patrícia Gomes, subscrito pela Senadora Ideli Salvatti, e tem por obje-

tivo coletar subsídios para o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, para assegurar à parturiente, no âmbito dos serviços do Sistema Único de Saúde, próprios ou contratados, o direito à presença de um acompanhante por ela indicado no transcurso do parto e do pós-parto imediato. Dispõe ainda que, somente nos casos em que o caso seja considerado de alto risco, a critério médico, poderá ser vedada a presença desse acompanhante.

A nobre Senadora Ideli Salvatti justifica seu projeto assegurando que, em Santa Catarina, por sua iniciativa, já se encontra em vigor numa lei estadual que garante esse direito cujo substrato material consistiu na adoção deste programa em diversas instituições de saúde. Desse procedimento resultou uma redução do número de partos cesarianos e do tempo de internação, assim como a redução das complicações materno-infantis no puerpério imediato e da necessidade de analgesia durante o parto.

Para falar deste assunto, convidamos Maria José de Oliveira Araújo, representante da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; Maria Isabel Régis, Professora do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento; Silvana Maria Pereira, enfermeira de tocoginecologia do hospital universitário, da Universidade Federal de Santa Catarina; Dr. Marcos Leite dos Santos, obstetra do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenador Nacional da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento; Dr. Carlos Eduardo Pinheiro, Professor do Departamento de Pediatria da Universidade Federal de Santa Catarina.

Gostaria de frisar aqui uma deferência especial ao Presidente José Sarney, que gentilmente concedeu a esta Comissão as condições para o deslocamento das pessoas aqui referidas. Portanto, meus agradecimentos ao Presidente da Casa, que tem se empenhado de forma intensa no sentido de fazer com que esta instituição seja realmente representativa do desejo e dos anseios da sociedade brasileira.

Um programa dessa envergadura e dessa importância naturalmente utilizará a experiência exitosa de Santa Catarina, que servirá de exemplo para todo o País e esperamos que venha subsidiar a nossa Relatora, Senadora Patrícia Gomes, no sentido de fazer com que a saúde no nosso País seja cada vez mais justa e humana.

Passo a palavra para A SRA. Maria José de Oliveira Araújo, representando a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Gostaria de justificar a ausência do Senador Demóstenes Torres, que encaminhou ofício a esta Presidência solicitando a gentileza no sentido de incluir na pauta as proposições das quais ele foi designado Relator nesta Comissão. Ele solicita substituição em virtude de sua ausência do País do período de 7 de setembro a 14 de setembro, conforme requerimento em anexo. O Senador Demóstenes Torres assina o documento.

Eu gostaria de comunicar a presença, na Mesa, do Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, que é médico, e que nos acompanha nesta audiência pública.

Concedo a palavra à Sra. Maria José de Oliveira Araújo, que terá 15 minutos para sua exposição.

A SRA. MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO

– Muito obrigada, Senadora.

Bom dia, ilustres Senadoras e Senadores aqui presentes; sociedade civil, vejo aqui as mulheres lutadoras pelos direitos das mulheres; também as pessoas da Mesa, com um a história de luta pelo parto humanizado.

Em nome do Ministério da Saúde, eu gostaria de parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pela importância do projeto de lei que garante acompanhante às mulheres durante o período do pré-parto e do parto.

Eu gostaria de dizer que esse projeto representa um passo extremamente importante na garantia dos direitos das mulheres, porque ele já é do conhecimento de todos. Está provado cientificamente, por todas as experiências realizadas não só no Brasil, mas também no exterior, que as mulheres têm esse direito.

Eu diria, primeiramente, o seguinte: sabemos que as crianças internadas nos hospitais que têm direito à presença da mãe se curam muito mais rapidamente. Elas sofrem menos intervenções, do ponto de vista da sua saúde, o mesmo ocorre com as pessoas idosas. Enfim, todas as pessoas que, no momento, se encontram internadas por qualquer tipo de problema de saúde, fragilizadas, fora do seu **habitat** e que têm direito a acompanhante – isso para todas as doenças e todos os procedimentos que lhe são aplicados – se curam muito mais rapidamente. A alta é mais precoce.

Nesse sentido, creio que esse projeto de lei vem exatamente potencializar essa garantia do direito das mulheres e reduzir todas as intervenções desnecessárias que são realizadas ainda neste País no corpo das mulheres no momento do pré-natal, do parto e do puerpério.

Já está provado, por experiências diversas, como já coloquei aqui, não só pela experiência de Santa Catarina, mas também por experiências já rea-

lizadas em outros Estados brasileiros, em outros Municípios, São Paulo, onde há também uma lei estadual que garante acompanhante a todas as pessoas, que todos os procedimentos desnecessários, como as cesáreas desnecessárias, todos os outros procedimentos são reduzidos quando as mulheres têm direito a acompanhante.

O tempo de trabalho de parto e as cesarianas são causas importantes de mortalidade materna e neonatal neste País. Sabemos que, no Brasil, os índices de cesária ainda são bastante altos; que a causa mais importante de morte, no primeiro ano de vida, são as mortes precoces das crianças até 30 dias de vida, causadas exatamente por questões relacionadas ao parto.

O Ministério da Saúde entende que esse é um período fundamental na vida das mulheres. Mas, dependendo do tipo de profissional que a atenda, se ela tiver um acompanhante da sua escolha ou não, esse momento pode se tornar dramático.

Portanto, entendemos que esse projeto é do nosso interesse. A área técnica de saúde da mulher do Ministério da Saúde já elaborou a sua política nacional de atenção integral à saúde da mulher, em que a questão do(a) acompanhante para as mulheres, nessa fase da sua vida, nesse momento, está colocado como uma questão importante.

Outras medidas também estão sendo adotadas, para que essas mulheres passem por esse momento de uma forma mais humana, menos agressiva, em que as intervenções que são feitas até esse momento, ainda no Brasil, como a raspagem de pêlos, como uma outra série de medidas que, sabemos, já são desnecessárias, não sejam realizadas.

O Ministério da Saúde está trabalhando no sentido de realizar um pacto nacional que contemple todos os setores sociais, não só a sociedade civil, mas também as sociedades de enfermagem, a de medicina, a de psicologia, a dos congressistas e a todas as pessoas interessadas em reduzir a questão da morte materna neste País e a assumir esse pacto, que tenta reduzir as questões relativas às doenças, quer dizer, à morbidade e à mortalidade das mulheres nessa faixa etária. Sabemos que a mulher que tem direito a ter um acompanhante de sua escolha – pode ser o esposo, o companheiro, a mãe, a irmã ou qualquer pessoa de sua escolha –, sente-se mais segura, tem menos dor, tem menos cesáreas. Então, este projeto vem exatamente potencializar todas as medidas que o Ministério da Saúde está tentando implantar no sentido de apoiar os Estados e os Municípios a também implantá-la para que o parto se torne realmente um mo-

mento importante, não estressante e de participação da família, do pai, durante o processo.

Gostaríamos, mais uma vez, de dizer da importância deste projeto, que já passou pelo Ministério da Saúde, oportunidade em que foi dado um parecer positivo, muito positivo, com algumas pequenas sugestões. Então, penso que discutir isso é avançar na cidadania das mulheres em idade reprodutiva.

O Brasil possui, em média, 56 milhões de mulheres em idade reprodutiva de 10 a 49 anos, mulheres que engravidam querendo ou não, mulheres que, muitas vezes, não têm acesso a um parto humanizado. Penso que o Poder Público tem o dever de regulamentar e apoiar os Estados, os Municípios e as universidades que têm hospitais universitários a implementar projetos que venham realmente a melhorar essa situação, que é a saúde sexual e reprodutiva das mulheres nessa faixa etária.

Então, mais uma vez, parabeno a todos os Senadores e Senadoras envolvidos com esta questão. Realmente o Ministério da Saúde apoiará todas as medidas que vierem a resolver e melhorar a situação da saúde das mulheres no Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos A SRA. Maria José de Oliveira Araújo, representando a Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, pela sua exposição.

Passamos a palavra, a Maria Isabel Régis, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento.

V. S^a terá 15 minutos para a sua exposição.

A SRA. MARIA ISABEL RÉGIS – Sr^a Presidente, combinamos que a nossa exposição seria seqüenciada. Ou seja, primeiro, a Silvana; depois, o Marcos Leite; depois, eu, e depois, o Carlos Eduardo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra A SRA. Silvana Maria Pereira, Enfermeira de Tocoginecologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

A SRA. SILVANA MARIA PEREIRA – Bom dia, Sr^{as} e Srs. Senadores e a todos os presentes.

Agradeço à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que aquiesceu ao requerimento da Senadora Patrícia Gomes. Também agradeço o convite para nossa participação, em especial, à Senadora Ideli Salvatti, que subscreveu este projeto em Santa Catarina, enquanto Deputada Estadual, de quem temos muito orgulho de ser nossa representante aqui, e também ao Deputado Volney Morastoni,

Deputado Estadual do PT de Santa Catarina, que, juntamente com a Deputada Ideli Salvatti assinou a Lei Estadual e subscreveu a Lei que já é aprovada em Santa Catarina. Gostaria de registrar também a presença do Dr. Fernando Osni Machado, Diretor-Geral do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, que aqui está a nos prestigiar.

Coube a mim, para defender este projeto de lei, falar acerca da perspectiva dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, se quisermos garantir o direito à acompanhante como um direito das mulheres. E aí vou resgatar, se pensarmos que a filosofia determina os valores que fundamentam a nossa vida, a filósofa Agnes Heller, em cujo livro **O Quotidiano e a História** afirma que é justamente na vida cotidiana que surgem os maiores espaços de transformação da nossa vida. É a possibilidade do encontro conosco novo, do exercício da liberdade, da possibilidade de nos transformarmos. E fala mais ainda sobre nós, seres humanos, que somos seres únicos e "irrepetíveis".

Então, quando tratamos dessas questões que dizem respeito ao conjunto das mulheres, ao mesmo tempo em que temos essa especificidade enquanto ser humano único, podemos desenvolver o que ela chama da consciência de nós, que é o nosso compromisso com o gênero humano, o compromisso com a humanidade. Início a minha fala resgatando Agnes Heller por isso, porque esse projeto de lei garante o direito a cada mulher única de ter o seu acompanhante, mas nesse compromisso com a humanidade como um todo de promover a saúde e a vida.

E se nós formos pegar a história das mulheres nem sempre foi assim. O sistema médico acabou tendo um papel importante numa estratégia de opressão à mulher, de discriminação sexual que se espalhou, surgindo do que justamente diferencia mulheres e homens que é o seu corpo. Neste sentido, se formos pensar nessa história que a ideologia descobriu os hormônios, os médicos, muitas vezes, anunciavam que os desequilíbrios hormonais fazem com que as mulheres não sejam capazes de assumir tarefas públicas. Então, a concepção da mulher surge como um sujeito enfermo, ou como uma versão defeituosa do homem.

Hipócrates tratava das eternas enfermidades da mulher. E a Medicina acabou fazendo eco a essas idéias sectárias dominantes. Muitas vezes, tratava a menstruação e a gravidez como enfermidades e o parto como um sucesso cirúrgico.

Neste sentido, o movimento das mulheres tem tido muita luta para garantir, principalmente, começar

a defesa da luta das mulheres pelo controle, pelo gestão do nosso próprio corpo, para que nós, mulheres, não tivéssemos que depender do sistema médico para controlar fatos da nossa vida sexual e reprodutiva. E nessa luta das mulheres, muitas vezes, o movimento feminista ficou ambivalente, porque esse sentimento do parto pode surgir como uma coisa perigosa. Então, tem que ver como evitar, como colocar medidas que amenizem esse sofrimento. Mas muitas mulheres consideram que a gravidez e o parto são tão saudáveis e gratificantes! Podem ser a experiência mais transcendental e única na vida de uma mulher. Então, como exigir que o sistema de saúde não nos trate como enfermas, mas que nos trate com a qualidade e a atenção necessárias à nossa especificidade e ao nosso direito.

Agora, vou entrar um pouco no direito das mulheres na ótica dos direitos humanos. A Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão, surgida em 1793, garantia que, ao nascer, todos têm direitos humanos. Só que foi necessário uma mulher, Olímpia de Gouges, escrever sua própria declaração para denunciar que as mulheres estavam excluídas do projeto de cidadania da revolução francesa.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu art. 2º, garante os direitos e liberdades sem distinção de raça, cor, sexo, idioma ou religião. Mas foi necessário que Eleanor Roosevelt e outras mulheres latino-americanas incluíssem a palavra sexo que, no momento inicial, não estava neste texto.

Mais recentemente, as conquistas feministas colocam, em 1993, quando houve a primeira Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, que, pela primeira vez, os direitos das mulheres foram reconhecidos internacionalmente como direitos humanos. Faz apenas dez anos na nossa história da humanidade.

Em 1994, a Conferência do Cairo reconhece e reforça isso. E, finalmente, em 1995, a Conferência de Beijin, na sua declaração e plataforma de ação, tem pela primeira vez o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos.

E vou tomar a liberdade de ler que reconhece os direitos humanos da mulher e inclui o seu direito a ter o controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive à sua saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a essas questões, livres de coerção, discriminação e violência. As relações igualitárias entre o homem e a mulher, o respeito das relações sexuais e a reprodução, incluindo o pleno respeito à integridade pessoal, exigem o respeito e

o consentimento recíproco e a vontade de assumir conjuntamente a responsabilidade e as consequências do comportamento sexual. Garantem também o reconhecimento das mulheres aos direitos sexuais e reprodutivos. Não se trata mais de ver as mulheres apenas do ponto de vista da óptica e da saúde materno-infantil ou do planejamento familiar, que nos vê como corpos reprodutores, mas como mulheres que têm direito à saúde e a uma assistência digna durante todo o seu ciclo de vida, do nascimento à morte.

Nesse aspecto está incluída a assistência à saúde durante a gravidez e o parto.

Quando a Declaração dos Direitos Humanos completou cinquenta anos, o Cladem – Comitê Latino-Americano do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher – elaborou uma proposta, que foi entregue à Organização das Nações Unidas sobre a Declaração dos Direitos Humanos, numa perspectiva de gênero. Mais recentemente, coloca cinco eixos de direito: identidade, cidadania, paz – uma vida livre de violência, não apenas no aspecto público mas também no aspecto privado –, direitos sexuais e reprodutivos, direito ao desenvolvimento e direitos ambientais.

Nesse sentido, resgatando a Conferência de Beijing, coloca que as complicações da gravidez e do parto são um grande agravo à saúde, à integridade e à vida das mulheres.

Assim, a Organização Mundial da Saúde, em seu livro **Maternidade Segura e Assistência ao Parto, um guia prático**, publicado em 1996, já garante, em sua página 13, o apoio ao parto, a importância de as mulheres terem durante o parto o direito a um acompanhante da sua confiança afetiva.

Então, existe esse reconhecimento e o direito de nós, mulheres, exercermos com liberdade a nossa vida sexual e reprodutiva, assumirmos as consequências e termos direito a uma assistência digna.

Aí, resgatar de novo as palavras de Heller, quando fala que somos seres humanos únicos e irrepetíveis, cada um de acordo com a sua unicidade. Nós, mulheres, além de termos uma assistência digna para cada mulher, precisamos saber que nós, profissionais da saúde, quando atendemos uma mulher, é mais uma mulher que está ali, grávida ou que está tendo o seu parto. No entanto, para a mulher que vivencia aquele momento, aquela é a sua gravidez, **aquele é o seu parto. Ela deve ser atendida com todo respeito, independentemente das diferenças culturais, raciais, religiosas.**

Para encerrar a minha fala, cito Frei Beto, sobre sermos seres vocacionados para o amor. Entendo

que precisamos ter sempre a utopia à nossa frente. Além de garantir que as mulheres possam ter direito ao acompanhante no momento do parto, pensando que o nascimento começa ali, quem sabe, no futuro, possamos vislumbrar uma sociedade onde todos os bebês possam ter sido concebidos em grandes momentos de amor entre homens e mulheres e, em nenhum momento, como fluxo de uma situação de violência ou coerção.

Muitas vezes, nos acomodamos em nossas vidas. Por exemplo, assistimos ao **Jornal Nacional**, estamos absolutamente saciados em nossa fome e achamos que tudo é natural. Eu digo que não podemos nos acomodar. Natural é o sol nascer todos os dias e iluminar a nossa cidade. Natural é a lua cheia crescer no céu e encantar os nossos olhos. Natural é uma criança nascer e ser feliz.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento A SRA. Silvana Maria Pereira pela sua fala, que nos encantou, pela sua sensibilidade e pela sua forma de expressão.

Passo a palavra ao Dr. Marcos Leite dos Santos, obstetra do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenador Nacional da Rede para a Humanização do Parto e do Nascimento.

O SR. MARCOS LEITE DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Faço minhas as palavras da Silvana tanto no que diz respeito ao conteúdo da sua fala quanto aos agradecimentos, etc.

Começo a minha fala também prestando um depoimento. Nesse sábado foram as bodas de ouro dos meus pais e em seu discurso, que evidentemente nessas ocasiões sempre ocorre, o momento em que meu pai mais se emocionou foi ao descrever o meu parto, onde ele foi proibido de entrar na maternidade, teve que ficar sentado em uma sala de espera, praticamente na rua, sem saber o que estava acontecendo, em um dos momentos que poderia, seguramente, ter sido um dos mais felizes na vida dele. Isso até hoje me emociona. Isso, sem dúvida alguma, não foi a primeira vez que ouvi e, certamente, serviu para nortear toda uma trajetória profissional desde o início da minha formação acadêmica, voltada para uma ânsia, uma necessidade, uma premência de mudar o modelo de assistência neste País, que prima pela desumanização, pelo preconceito, pela implementação de rotinas, como a nossa colega do Ministério já falou, absolutamente desprovida de qualquer significado científico e que, sem dúvida alguma, vem onerando o Estado e, particularmente, a saúde da nossa popula-

ção, porque hoje em dia sabemos que a maneira como um ser humano nasce marca definitivamente toda a sua trajetória até a morte.

Gostaria de ressaltar que quando falamos em parto e nascimento estamos falando de dois milhões de anos, onde as mulheres vêm parindo sem qualquer tipo de ajuda, sem qualquer tipo de assistência, mais particularmente há 200 mil anos, com o início do homem enquanto **Homo Sapiens**, e, há dez mil anos, com a implementação da agricultura, onde, então, o parto sempre foi considerado uma coisa de mulheres. Antigamente, as mulheres que moravam no campo contavam com uma rede de solidariedade. Ao parir, uma parteira ou uma mulher mais experiente auxiliava, outra mulher cuidava de suas crianças; uma outra, da alimentação; e, uma outra, dos afazeres domésticos.

Com o advento da indústria, particularmente há 200 anos, incluindo aí a questão da urbanização, que foi muito acelerada nos países do Ocidente, houve paralelamente uma industrialização da assistência ao parto, com a construção de grandes maternidades, com mais de mil partos/mês, com a necessidade de uma organização praticamente industrial, como se fosse uma linha de montagem, necessidade também de grandes berçários, de grandes depósitos de bebês para que se descesse conta do volume, da quantidade de nascimentos que ocorria em cada lugar desses.

Hoje em dia, contamos com maternidades cada vez mais modernas, com centros cirúrgicos extremamente aparelhados, contando com tecnologia de ponta, mas que, infelizmente, são utilizados nos hospitais privados, aproximadamente 90% das vezes, para a realização de cirurgias, de operações cesarianas em sua grande maioria completamente desnecessárias.

Os berçários, por sua vez, foram implementados, houve a ajuda de arquitetos de peso e ficaram muito bonitos. Hoje em dia, contamos inclusive com berçário virtual, onde a separação entre a mãe e o bebê foi resolvida ao ser colocada, em cima do berço desse bebê, uma câmara de vídeo ligada diretamente ao aparelho de televisão no quarto da paciente. Isso em vários hospitais do Brasil, que resolveram dessa forma a separação entre a mãe e o bebê.

Hoje em dia, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, há uma verdadeira mudança de paradigma no que diz respeito à assistência ao parto. Busca-se hoje uma assistência ao parto e ao nascimento mais humanizada, reconhecendo-se como protagonista a mulher, estando o profissional de saúde, seja ele médico, enfermeiro ou parteira, de forma secundária, respeitando-se profundamente os direitos dessa mu-

lher. E, particularmente, no que me cabe falar, a manutenção ou da introdução de rotinas baseadas em evidências científicas. Essa mudança de paradigma no mundo inteiro vem sendo traduzida por partos cada vez mais periféricos. As grandes maternidades estão acabando; estão surgindo maternidades cada vez menores, casas de parto e um retorno ao parto domiciliar. Isso no mundo inteiro. No Brasil, já há várias experiências muito bem sucedidas. Para não citar todas, posso aqui citar a Casa de Maria, em São Paulo, que vem tendo um papel fundamental na divulgação desse novo modelo, na implementação de um modelo muito mais humanizado, muito mais eficiente do que o hegemônico em nosso País.

Esse El Toro Enking é considerado um dos maiores epidemiologistas do mundo, que estuda exatamente o modelo de assistência ao parto e ele coloca já há bastante tempo que a exclusão do companheiro e pai do bebê no processo de nascimento tem se tornado uma verdadeira incongruência. Quando falamos na presença do acompanhante, no que diz respeito à sua relação com a mulher, temos que pensar muito em que tipo de apoio será prestado à mulher. A característica central desse apoio seria a promessa de que essa parturiente não será deixada, em momento algum, sem a possibilidade desse suporte. Essa afirmação é encontrada em documentos do Ministério da Saúde, em documentos da Organização Mundial da Saúde e de várias outras entidades internacionais voltadas à mudança desse paradigma. Essas atividades devem compreender tanto o apoio físico quanto emocional, devem estar de acordo com os desejos da mulher, voltando à questão do protagonismo dela, e variam de cultura para cultura e indivíduo para indivíduo.

No HU, há pouco tempo, atendemos uma mulher, que teve como principal desejo na sua atenção ao parto que nenhum homem permanecesse ao lado dela durante todo o processo. Isso foi respeitado. Nenhum homem entrou na sala de parto, nenhum homem examinou essa mulher e a gratidão que ela apresentou no final de seu trabalho de parto foi uma coisa que emocionou a todos.

Toda mulher deve ter o direito de escolher sua fonte primária de suporte para o parto. Pode ser seu companheiro, sua mãe, outro membro da família, um amigo ou até mesmo uma doula, que seria uma pessoa da comunidade, leiga, que se disporia, de forma voluntária, a acompanhar essa mulher na ausência de uma outra pessoa da família. E nós, profissionais de saúde, temos que estar muito atentos, muito envolvidos nisso para que possamos respeitar essa es-

colha profundamente. E uma parturiente deve ser acompanhada por uma pessoa em quem confia e com quem se sinta à vontade.

O parto, do ponto de vista fisiológico, do ponto de vista do controle neurológico e endocrinológico comporta-se exatamente como o orgasmo. Tudo aquilo que atrapalharia o orgasmo atrapalha o parto. Então, a falta de privacidade, a invasão de ambientes e, principalmente, a falta daquela pessoa com quem ela se relaciona de forma mais profunda tende a complicar o parto e, sem dúvida alguma, é um dos fatores que contribuem para os nossos resultados, considerados extremamente negativos quando comparados com o restante do mundo. Para referenciar o que estou falando, existem pelo menos 14 trabalhos muito bem controlados, randomizados, perfeitos do ponto de vista epidemiológico, que mostram que a presença de um acompanhante da escolha dessa mulher diminui a duração do trabalho de parto; seria um trabalho de parto mais curto. Ela propicia o uso de uma quantidade significativamente menor de analgesia e uso de outras medicações. Sem dúvida alguma, contribui para bebês mais saudáveis ao nascer. Há uma diminuição acentuada no número de cesarianas, na taxa de cesarianas, e uma menor necessidade na utilização de fórceps ou de qualquer outro tipo de parto operatório. Além disso, se temos um trabalho de parto mais curto, se vamos utilizar menos medicamentos, se vamos receber bebês mais saudáveis e se vamos ter uma diminuição na taxa de cesarianas e de partos operatórios, evidentemente isso terá um reflexo muito grande na diminuição de custos. Então, não somente do ponto de vista científico, mas também do ponto de vista de gestão, já que estamos falando no Brasil com as dimensões que conhecemos, isso se torna um dos argumentos mais importantes para os senhores e as senhoras.

Tenho o orgulho e o prazer de trabalhar numa maternidade da Universidade Federal de Santa Catarina onde, desde a sua origem, desde a sua fundação, nos baseamos em rotinas e em uma filosofia, entre elas a presença do acompanhante, que é incentivado a participar de todo o processo, desde a hora da admissão, passando pelo trabalho de parto e pelo parto. Vejam que não somente o acompanhante é estimulado, mas também a mulher tem o direito de optar pela postura que julgar melhor na hora do parto; 70% optam pela postura vertical.

Esse pai – ou qualquer que seja o acompanhante – é estimulado a participar ativamente do nascimento, prestando apoio físico e emocional, cortando o cordão umbilical, o que inclusive leva a uma melho-

ra na relação desse casal. Uma cena como essa não seria vista numa maternidade tradicional, onde a mulher, o bebê e o acompanhante demonstram-nos, de forma extremamente clara, a razão pela qual brigamos tanto por esse momento.

Trago, rapidamente, alguns depoimentos para ilustrar.

Achei ótimo poder ter um acompanhante. Quando descobri que estava grávida, logo procurei pelo HU para fazer o pré-natal, porque me parece o mais natural [ela sabe que, no HU, tem esse direito]. Importantíssimo, é um momento que não dá para ficar sozinha. Senti bem melhor do que com a primeira filha – fiquei sozinha e senti-me desamparada. Não tem coisa melhor. Acho que a presença do acompanhante facilita a passagem do tempo, alivia a ansiedade, abrevia o período do parto. Sempre quis ganhar no HU para ter um acompanhante.

Termino, prestando outro depoimento:

No início, prestei um depoimento como filho, agora presto um depoimento como homem e como pai. Não recordo, na minha vida, um momento mais emocionante, um momento mais forte do que ter presenciado a vinda de meus dois filhos. E, como depoimento, fica aqui registrada a minha admiração, o meu orgulho por ter o privilégio de estar ali com aquela companheira. Ele foi muito reforçado, ao ver o desempenho, a forma como uma mulher demonstra toda a sua potencialidade, toda a sua força, toda a sua intuição.

Enfim, é um momento em que é impossível que nós, profissionais de saúde, tenhamos um papel negativo, impedindo que casais possam viver isso de forma plena.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Dr. Marcos Leite dos Santos, obstetra do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

Passo a palavra à Professora Maria Isabel Régis, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e membro da Rede para Humanização do Parto e do Nascimento.

A SRA. MARIA ISABEL RÉGIS – Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar neste recinto e de defender o que chamo de a causa das parturientes, a necessidade da mulher de um acompanhante durante esse momento tão especial de sua vida.

Vou falar um pouco, tentando explicar, do ponto de vista da Psicanálise e da Psicologia, por que,

quando a mulher está acompanhada, o trabalho de parto transcorre de maneira mais natural, sem intercorrências, sem interrupção, sem paralisação do trabalho de parto.

Do ponto de vista da Psicanálise, a mulher, durante a gestação e o período de trabalho de parto e nas primeiras semanas após o nascimento do bebê, vive transformações no seu psiquismo extremamente profundas. Vou falar de dois aspectos dessas transformações psíquicas. Uma delas é que uma parte da personalidade da mulher se torna semelhante à personalidade de uma criança. Ela regride à vida infantil, e os conteúdos da sua relação com a sua mãe vêm à tona, e, nas últimas semanas, durante o parto e nas semanas seguintes ao parto, se intensifica essa experiência regressiva. Então, a mulher se sente como um bebê, se identifica com o seu próprio feto. É uma necessidade da própria sobrevivência da nossa espécie que a mulher seja capaz de se sentir como um bebê para poder compreender esse bebê que ela terá que cuidar, compreender a multiplicidade e a sutileza das suas necessidades e responder adequadamente à necessidade de cada momento.

O desenvolvimento de uma personalidade saudável exige, nesses primeiros momentos, que a criança seja atendida na sua especificidade, na sua singularidade de cada momento. Então, na medida em que a mulher regride à experiência infantil, é capaz de sentir e compreender o que o bebê precisa. Por outro lado, essa experiência regressiva dá à mulher um sentimento de extrema fragilidade. Então, é necessário que ela seja “maternada”. Uma psicóloga norte-americana que trabalha com parturientes, Philes Klaus, cunhou a expressão “é necessário maternar a mãe”, quer dizer, é preciso dar uma mãe para a mãe, para poder contemplar essa dimensão dela que está regredida.

O período do trabalho de parto e o pós-parto é um momento, digamos, mais crítico desse período regressivo e de maior fragilidade, onde ela, de certa maneira, inconscientemente, revive a sua experiência de nascimento, no que diz respeito a esse momento de separação, revive a experiência da sua separação de quando ela era bebê e ao nascer foi separada da sua mãe. Durante o trabalho de parto, a mulher tem um sofrimento psíquico, porque vai haver uma separação dessa experiência de intimidade entre um feto e uma mãe que existe na gravidez, essa experiência será rompida, vai cessar. Então, há um reviver daquela experiência de quando ela era um bebê e foi separada de dentro da sua mãe. Ela necessita, para que o trabalho de parto transcorra bem,

consentir nessa separação, e para que ela consinta nessa separação, para que o seu corpo se abra, para que haja a dilatação cervical, para que ela consinta nas contrações, ela precisa se sentir apoiada, sentir que essa separação não significa um desamparo. Se ela está apoiada, se ela tem alguém que faz esse papel de “maternar”, de apoiar, vai sentir que pode consentir na separação porque não vai viver o desamparo da separação em bebê.

Então, essa “maternagem” da mãe não pode ser feita por um médico ou por uma enfermeira. É preciso que haja uma intimidade, uma disponibilidade afetiva, uma dedicação exclusiva para contemplar a necessidade emocional dessa parturiente. O preenchimento dessa necessidade emocional só pode ser feito por alguém que esteja inteiramente dedicado a ela, exclusivamente dedicado a ela, e isso é feito pelo acompanhante que ela vai escolher. Ela sabe quem lhe inspira essa experiência de intimidade, de conforto e de segurança emocional. Então, muitas vezes, é a sua própria mãe, às vezes é a sogra e, freqüentemente, o seu parceiro. Lá no Hospital Universitário, quando a gestante chega para o trabalho de parto sem acompanhante, nós colocamos estudantes de Psicologia que fazem esse trabalho de “doula” – esse trabalho de dar esse suporte emocional, contínuo, exclusivo e permanente para a mulher.

O outro aspecto dessas transformações psíquicas que a mulher está vivendo durante a gestação e, particularmente, durante o trabalho de parto é que ela, simultaneamente a essa identificação com o bebê, está construindo uma mãe, uma identidade de mãe. Ela, também, está gestando uma mãe. E qual é o modelo que ela tem para se tornar mãe? Os estudos de Psicologia, então, nos mostram que o modo como essa mãe vai cuidar do bebê depende de três fatores principais. Primeiro, o modelo de mãe que ela tem, ou seja, como ela foi cuidada quando ela era bebê. A tendência é ela reproduzir com o seu bebê o modo como ela foi cuidada quando ela era bebê. Segundo, a qualidade da relação com o bebê vai ser bastante influenciada pelo fato de, nas horas seguintes ao parto, ela ter o bebê junto dela ou ter sido separada e, em terceiro lugar, a qualidade do cuidado que ela tem. Então, o modo como ela é cuidada durante esse período de pré-parto e parto, vai-se refletir na qualidade do cuidado que ela vai ter com o bebê, ou seja, nesse momento desse ápice de experiência regressiva, ela, por assim dizer, assimila essa matriz de cuidados maternos que ela está tendo e ela vai reproduzir o modo de como ela está sendo cuidada na qualidade da sua disponibilidade da atenção e do cuida-

do com o bebê. Então, há “n” pesquisas mostrando que, quando a mãe é adequadamente cuidada por uma pessoa que tem esse cuidado de dedicação afetiva com ela, durante o trabalho de parto, vai se refletir no tempo de amamentação que ela vai dedicar à criança, no tempo de amamentação exclusiva. Já foi observado que essa mãe sorri mais com o bebê, conversa mais com o bebê, ela acaricia mais ao bebê. Ela dá resposta pronta ao choro do bebê, quando ela, durante o seu trabalho de parto e parto, teve alguém que, sobre ela, fez esse cuidado de disponibilidade e de maternagem.

Eu estou aguardando a imagem. (Pausa)

É uma lastima que não a tenhamos.

Aquelas duas...

A SRA. MARIA ISABEL RÉGIS – O que eu queria colocar é o seguinte: ao longo da década de 90, vem sendo feita uma série de pesquisas que vêm indicando que o trabalho de parto é um momento regressivo e de abertura psíquica da mulher, em que ela tem a possibilidade...

O meu tempo está esgotado. Vou terminar rapidamente.

As pesquisas, ao longo da década de 90, têm mostrado que, no momento vulnerável do trabalho de parto e parto, a mulher tem uma espécie de abertura psíquica que faz com que, se ela recebeu adequadamente o cuidado, o suporte, o apoio emocional de que necessita, ela possa mudar a matriz de cuidados maternos que ela tem. Se essa mulher, quando nasceu, não foi cuidada adequadamente e não tem um bom registro de cuidado materno e nesse momento ela adequadamente materno, é como se ela transformasse, mudasse o registro dessa matriz de cuidados maternos. Então, é como se a gestante apoiada ao parir pudesse refazer, de certo modo, o seu próprio nascimento.

Essa mudança tem implicações na auto-estima da mulher, na sua auto-imagem, na sua capacidade de cuidar de si mesma e do bebê. Então, esse é um momento crítico, sensível, e uma grande oportunidade para a vida da mulher. E, se ela tiver um acompanhante, terá maiores possibilidades de viver esse nascimento também como um renascimento dela própria.

Eu queria comentar sobre a presença do acompanhante é que ele, ao dar apoio, ao dar um abraço físico mesmo para a mulher, dá um incentivo a que ela adote, durante o trabalho de parto, posições verticais que facilitam o trabalho de parto. Então, na imagem, como a mulher pode ficar em pé e se apoiar no companheiro ou no acompanhante, adotando e variando

suas posições verticais, o acompanhante serve como um suporte físico para a permanência em posições verticais.

Um outro fator é que ela, ao ser acariciada, tocada, massageada ou abraçada pelo acompanhante, produz endorfinas, libera o fluxo de endorfinas, o que faz com que ela diminua as sensações dolorosas e tenha até sensações agradáveis, de bem-estar, durante o período de pré-parto e parto.

Era isso que eu queira compartilhar com V. Ex^{as}.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Maria Isabel pela sua fala e passo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Pinheiro, professor do departamento de pediatria da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. CARLOS EDUARDO PINHEIRO – Bom dia para todos. É uma honra estar aqui. Quero cumprimentar as Sr^{as} e os Senadores e demais autoridades e presentes.

Cabe-me, como pediatra, entender isso sob a ótica da criança. O que historicamente aconteceu na pediatria, quando começou a era da chamada medicina moderna, criaram-se os grandes berçários e se começaram a criar berçários para prematuros, começou-se a perceber um fato que deixou todo mundo estupefato, na época, que era a criança permanecer meses, às vezes, no berçário – uma criança que nascia com 1,9 kg –, e, quando a criança tinha alta, a família simplesmente não ia buscar essa criança.

Na sequência disso, nos Estados Unidos – país que tem algumas estatísticas interessantes –, mostrou-se que, nas crianças que tinham síndrome de espancamento, crianças que davam entrada em hospitais por espancamento. Quando se faziam as avaliações estatísticas, via-se que grande parte dessas crianças eram crianças que, por um motivo qualquer, tinham sido separadas do pai e da mãe imediatamente depois do parto. Então, se os prematuros são de 10% da população, cerca de 30% das crianças espancadas, por algum motivo, estavam separadas da mãe, depois do parto.

Começou-se, então, a estudar o motivo por que acontece, por que esse período depois do parto é tão importante. Não vou precisar de imagem alguma, Marcos. Prefiro que desligue. Não quero imagem!

Então, começou-se a tentar entender os motivos dessa **mágica que acontece no parto em relação ao vínculo afetivo da mãe com a criança**. E aí se começa a ver, primeiro, sob a ótica de animais já que você não pode fazer experimentos com bebês recém-nascidos. E observa-se o quê? Que todos os animais

têm um comportamento clássico e totalmente específico, espécie, específico. Por exemplo, se você colocar um ovo de galinha embaixo de uma avestruz, e se essa avestruz chocar aquele ovo de galinha, ela vai criar essa galinha como filho depois que nasce. A recíproca é verdadeira! Se se colocar um ovo de avestruz embaixo da galinha, a galinha vai criar aquela avestruz como filha. Agora, se a galinha chocar o ovo durante todo o tempo, na hora de eclodir o ovo, você separar e colocar numa chocadeira, não há possibilidade alguma de essa galinha adotar esse pinto, seja a ave que for. Ou seja, há um momento específico que, se não for respeitado, não há vínculo.

Assim como há nas aves, começou-se, então, a aprofundar com as ovelhas, cavalos, foi-se aprofundando até os estudos chegarem na espécie humana. E o que se observa na espécie humana é que existe exatamente a mesma coisa. Se você tirar as outras pessoas da sala de parto e deixar somente a mulher, o seu acompanhante e uma pessoa que dê suporte, uma parteira, um médico, independente da geografia e do local, há um comportamento muito específico na espécie humana. Nasce a criança, a criança é colocada na mãe, e esta aborda a criança de uma maneira fantasticamente igual, seja na China, seja no Brasil, seja na União Soviética, seja no México. Ela aborda a criança de uma maneira característica, primeiro, pegando na mãozinha, depois, acariciando o corpinho da criança, para, depois, aninhar. Então, o que isso significa para nós? Significa que, assim como todos os outros animais, na espécie humana, também há um comportamento próprio. E o que aconteceu na medicina moderna? Houve uma expropriação desse comportamento próprio, com uma criação do modelo médico de medicamentarizar, vamos chamar assim, na hora do parto. E, só para vocês perceberem o absurdo, vou dar um exemplo que acontece em qualquer maternidade, na maioria das maternidades do Brasil, que é: chega uma mulher grávida, e a gravidez acontece numa fase da vida de plenitude de saúde. Então, chega essa mulher à maternidade, na sua exuberância, com barrigão, com batom, com pintura, e a primeira coisa que se faz é o quê? Tiram-se todos os adereços, o batom, tudo, porque é um modelo médico, vai à U.T.I., tem que ver se tem cianose. Ela simplesmente se transforma. Até aí já é um absurdo. Mas o que acontece na sequência? Pega-se essa mulher, tira-se toda a roupa dela e se dá uma batinha que, em geral, desculpe-me o termo, mas é uma bata sem-vergonha, porque é abertinha aqui atrás. Então, a mulher normalmente anda e fica numa situação completamente constrangedora. E olhem que absur-

do: pegam essa mulher e a colocam numa cadeira de roda. E aquela mulher que chegou feliz, maravilhada, linda ao pré-parto, na triagem, é transformada num bichinho, numa coisa, numa cadeira de rodas, paradinha, quando vem uma pessoa e tem que levá-la para o centro obstétrico. O que é isso, pessoal? É o modelo de doença implantado numa coisa que não tem nada a ver com a doença, muito pelo contrário, é a plenitude da saúde.

Então, o que aconteceu no nosso modelo? Uma transformação, então, daquele modelo natural em que a mulher ganhava ou em casa ou à beira do rio, isso varia de cultura para cultura, mas sempre a mulher acompanhada por alguma pessoa da sua confiança. E, em geral, no nosso meio, no ocidente, parto era coisa de mulher, era compartilhado por um grupo de parteiras, comadres, que seria o que chamamos de rede de suporte da criança, daí para frente.

Voltando, então, àquela questão do abandono e do espancamento, o que se sabe, hoje, na medicina moderna ocidental? É que existe na espécie humana também esse momento inicial que é um facilitador do desencadeamento do vínculo. Então, se você não atrapalhar, se tirar as pessoas que dão palpite e deixar a mãe só com a criança, ela vai conseguir relacionar-se com essa criança e vincular-se a ela. Não é uma garantia, mas, pelo menos, não se está atrapalhando, mas permitindo que se desenvolva esse vínculo.

Essa ótica não é uma invenção nossa e já está muito bem escrita por autores do mundo inteiro, como Klaus e Kennel. Quando criamos a maternidade do hospital universitário, seguimos essa ótica.

Quero falar, então, sobre a experiência prática da criação de um modelo de assistência baseado nessa idéia. Trata-se de um modelo de assistência em que o centro da atenção tem de ser a mulher. Normalmente, no serviço de saúde, tudo é voltado para quem presta o serviço. Assim, a temperatura da sala está de acordo com o profissional, que está com guarda-pó, jaleco etc. A sala fica refrigerada. O que ocorre? Como a mulher está? Ela está nua. A iluminação da sala dá-se em função do médico, da auxiliar, da atendente. Quer dizer, a mulher, que deveria ser o centro do atendimento, passa a estar em segundo plano. Sempre se pergunta para a mulher quem fez o seu parto. A mulher se estrebucha, tem as dores, ganha o nenê, e o mérito vai para quem a assistiu.

Percebe-se, então, que, mesmo sem se dar conta, perpetua-se um modelo em que não pensamos. Não foi feito um trabalho para provar que é melhor levar a mulher para o hospital, colocá-la deitada e transformá-la num objeto.

Existe, hoje, uma retomada das posturas e atitudes que se faziam antigamente, como o parto domiciliar. Não defendo o parto domiciliar, mas deve-se tentar, em qualquer estrutura que seja, recuperar os aspectos da humanização, que permitam à mulher ser o agente central, decidir como quer ganhar – deitada, de pé, ajoelhada, de cócoras, seja como for – e quem estará presente nesse momento. Ou seja, deve-se facilitar que a mãe se vincule, afetivamente, à criança.

No hospital universitário, houve a liberação de uma área física – V. Ex^{as} conhecem bem o Brasil – na década de 80, mas não houve a liberação de pessoal. Então, construiu-se a maternidade, que ficou dez anos fechada, porque não havia pessoal para fazê-la funcionar. Na década de 90, houve a mudança da diretoria, e a nova diretoria entrou com o objetivo de implementar a maternidade. A maternidade tem centro obstétrico, alojamento conjunto e berçário. São três unidades. É quase um hospital dentro do hospital. É caro por esse motivo. Foi o último passo no HU.

O que fizemos de positivo que quero trazer ao conhecimento de V. Ex^{as} e mostrar para quem quiser trabalhar nessa ótica que terá as nossas mesmas dificuldades? Como fizemos? Primeiro, tomou-se uma decisão central de fazer a implementação, ou seja, houve apoio da alta administração. Isso é algo que facilita bastante qualquer tipo de trabalho.

Foi constituído, no hospital universitário, uma equipe multiprofissional – médicos, enfermeiras auxiliares, assistentes sociais, psicólogas, nutricionistas, profissionais de todas as áreas –, tentando sempre, como se tratava de um hospital universitário, alocar um médico da área docente, um médico da área assistencial, uma enfermeira professora do Departamento de Enfermagem, uma enfermeira do HU e assim por diante. Em todas as áreas, então, fizemos uma equipe multiprofissional. Aí, ousamos mudar os paradigmas. Começaram-se as discussões, como acerca do motivo por que a criança nascia e ia para o berçário. Para que a criança tem de ir para o berçário? A mãe ia para o alojamento conjunto e a criança ia para o berçário, onde deveria ficar quatro horas. Mas essas quatro horas, se o médico estivesse ocupado, transformavam-se em seis horas. Se fosse a hora de troca do plantão de enfermagem, elas se transformariam em oito horas. Se se somassem os dois fatos, seriam 12 horas. E a mãe ganhava seu nenê, e eles eram separados. Isso vem de 1800, quando havia muita infecção puerperal. A criança ia para um lado e a mãe para outro. Essa era a prática dos hospitais em 1800. Nascia a criança, mandava-se a mãe para um lado e a criança ia para outro.

Como havia muita infecção puerperal, não se podiam juntar os dois. Utilizamos os mesmos procedimentos 200 anos depois, sem perceber as causas históricas.

Quase todos os hospitais do Brasil faziam isto: nascia criança, mandavam-na para o berçário e mãe ia para outro lugar. O motivo disso é algo completamente ultrapassado. Propusemos, então, que a criança fosse direto do centro obstétrico, junto com a mãe, para o alojamento conjunto, sem passar pelo berçário. Qual é o custo disso? É absolutamente zero. Qual é a vantagem do economismo impessoal, do facilito vínculo? A criança vai junto com a mãe, que está cuidando do seu próprio filho.

Centrando na questão do acompanhante. Quando fizemos a proposta da equipe multiprofissional, começou-se primeiramente pensando o seguinte “não, não poderíamos deixar os acompanhantes, porque, no Brasil, temos muitas pessoas de baixa renda, que são ignorantes. Então, eles vão atrapalhar. Somente deixaremos entrar quem tenha feito, com a mãe, o pré-natal.” Depois de algum tempo, essa equipe multiprofissional ficou, durante dois anos, definindo a filosofia da maternidade. Percebemos “bom, será difícil, chegarmos na porta e dizer “você entra; você não entra.” Então, estamos evoluindo. Mas, somente para V. Ex^{as} entenderem que, mesmo um grupo, imbuído desse espírito, começa sempre com a negativa: “não vai dar certo. Eles vão atrapalhar.” Há outra desculpa que sempre surge, a de que não há área física própria. Essa é a desculpa mais forte, porque envolve dinheiro. É a grande desculpa, em geral, dos hospitais públicos. É engraçado, pois, nos hospitais privados, se houver o pagamento, sempre deixarão entrar. Mas, nos públicos, então, há essa desculpa. São questões extremamente fáceis de se resolver. Se for o caso, resolve-se com uma cortina. Mas passamos pelo mesmo problema. Eu pensava que ele iria atrapalhar, depois que não houvesse área física adequada. Evoluímos, pois colocamos uma divisão com eucatex, de baixíssimo custo, e percebemos que deveríamos permitir toda e qualquer pessoa a entrar. Inicialmente, nós pensamos que tinha de ser o pai. Depois, percebemos que também não estava reproduzindo o modelo, impondo quem. Na verdade, quem tem de escolher é a mãe. É ela o ponto central; é ela que tem de decidir quem irá acompanhar.

Então, passamos por essa dificuldade. O que ocorreu? A comissão se reuniu, durante dois anos; depois de dois ou três anos de reunião da comissão, conseguimos pessoal para implementar a maternidade. E, já decidida a rotina, toda a mulher tem o direito a acompanhante, à escolha. Quer dizer, o grupo evoluiu.

luiu, em termos de pensamento. Quando contratamos os médicos para o hospital – principalmente os obstetras – e explicamos para eles “olha, tentaremos fazer com que a mulher tenha o direito a escolher o tipo de parto – se na vertical ou na horizontal – e que ela tem o direito de escolher o acompanhante. Quando nós comentamos com o corpo dos obstetras, a reação foi imediata. “Não pode, porque não dará certo.” Foi uma briga. Bom, na época eu era o Diretor clínico do hospital. Eu estava respaldado por uma comissão multiprofissional, composta por figuras de todas as áreas. Há horas em que tem de ser um pouco mais enfático. “Olhe, aqui, pessoal, não estamos perguntando a opinião de vocês. Estamos comunicando que essa é a nova rotina que será feita aqui, no hospital.” Houve uma requisição absolutamente forte, inicialmente, que é o que todos terão quando for aprovada essa lei, e eu espero que ela seja. Há a desculpa. Mas, por que há a desculpa? As pessoas são contra somente porque ela contraria a rotina. Quer dizer, sempre que se mudar a rotina, haverá uma reação contrária. O que ocorreu, na prática? Eles foram contratados, já com essa rotina implementada, e começaram a praticar.

Então, ocorreu algo muito interessante. Três anos depois de implementada essa rotina, a mesma pessoa que mais brigou comigo – era uma obstetra – chegou e disse “Olha, eu tenho de reconhecer que você tinha razão.” Por que, Dr. Fulana?” Ela, então, contou-me um caso: “Ah, porque nesse dia eu estava de plantão e nasceram três mulheres ao mesmo tempo. Não tinha ninguém para ajudar. Eu comecei a gritar e a chamar a atendente, que não existia. Então, o marido bateu em meu ombro e perguntou: “Drª, do que a senhora está precisando?” Ela disse “tenho de levar essa mulher para a sala de parto”. Ele disse “somente um momento.” O marido a pegou no colo, levou-a para a sala de parto e a mulher pariu, linda e maravilhosa. Então o que ocorre? A prática demonstra que o acompanhante é um aliado. Nós temos no HU mais de dez mil partos realizados; mais de oito anos, na prática, não é na teoria, realizados, em oito anos, em mais de dez mil partos, nós tivemos, pelo menos, um único caso, em oito anos de prática.

Então, eu registro para V. Ex^{as} que esta Lei, sob a ótica da medicina moderna, beneficia essa questão do vínculo. Ela nada mais é do que a quebra de uma rotina. Fazíamos as coisas sem entender o porquê. Hoje, já há uma fundamentação do por que temos de mudar. A única questão é a resistência natural a qualquer mudança.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu agradeço e cumprimento os palestrantes. Registro a nossa satisfação de poder oferecer, pela **TV Senado**, essa oportunidade, para que o Brasil possa conhecer esse trabalho de Santa Catarina. A Senadora Ideli Salvatti tem toda a razão em solicitar o deslocamento da equipe para essa audiência pública. Esta reunião foi de uma riqueza enorme, pois passamos a conhecer profissionais multidisciplinares que fazem um trabalho fantástico, diferente, humano e muito bonito.

Portanto, agradeço a todos e passo a palavra, inicialmente, à autora do projeto, Senadora Ideli Salvatti, para fazer suas considerações.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr^a Presidente, inicialmente, cumprimento os participantes e agradeço a todos os que atenderam ao nosso convite.

A SRA. Maria José, representante do Ministério da Saúde, manifestou uma posição muito clara. Preocupei-me com o entendimento do Ministério em relação à proposta, mas fiquei muito satisfeita, porque as palavras foram de apoio, demonstrando a importância de mudar o atendimento à mulher neste momento tão delicado e tão bonito como é hora do parto.

Agradeço à rapaziada boa do HU – Hospital Universitário – que, há muitos anos, faz um trabalho maravilhoso, como disse a Senadora Lúcia Vânia, e que me inspirou, de forma muito forte, quando eu era Deputada, juntamente com o Deputado Volnei Morastoni, a apresentar um projeto e a convencer todos. O projeto foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa, apesar de ter havido muita resistência num primeiro momento, em razão de todas aquelas desculpas relatadas aqui. Dizia-se: “Não dará certo. O parceiro vai desmaiar. Vai atrapalhar. Será preciso mudar o espaço físico. Não é conveniente. Não dará bom resultado. E os hospitais terão gastos.” Deram todas aquelas desculpas.

A exposição da Silvana, tanto quanto da Maria Isabel, do Dr. Marcos e do Dr. Maninho – vou chamá-lo de Maninho, porque é assim que o conhecemos em Santa Catarina –, foi também bastante elucidativa, ao abordar diversos aspectos e sob as óticas necessárias: da mulher, da criança, o aspecto médico e o psicológico.

Ressalto que, se eu não tivesse o conhecimento da experiência muito bem sucedida do Hospital Universitário e da Maternidade Darcy Vargas, em Joinville, que também foi uma das precursoras do processo do parto acompanhado, a minha experiência como parturiente seria suficiente para convencer-me de que é impossível continuar mantendo as práticas

adotadas, infelizmente, na grande maioria das maternidades.

No momento do parto, a mulher está mais fragilizada. Reconhecemos que há situações em que a mulher está com problemas – não queria a criança ou a concepção foi fruto de um ato de violência –, mas, para a grande maioria das mulheres, a hora do parto é um grande momento. É um momento bonito, em que normalmente vivemos uma situação de muita felicidade, e também de fragilidade.

É realmente difícil, para uma parturiente, entrar numa maternidade, deparar-se com os equipamentos e ser atendida por várias pessoas que nunca viu. É raro ouvir a voz doce de uma enfermeira, como a da Silvana, ou a de um obstetra, como a do Dr. Marcos. Normalmente as vozes não são muito doces, até porque a rotina de um hospital faz com que, muitas vezes, haja atropelos.

A experiência que vivenciei nos meus dois partos – um natural e outro que precisou transformar-se numa cesariana, apesar da forte resistência – foi suficiente para me tornar adepta de carteirinha do parto acompanhado. Esforcei-me para que essa prática se transformasse em lei no meu Estado e fosse efetivamente um direito das mulheres, porque, juntamente com a filosofia, com a mentalidade do parto acompanhado, surge tudo que foi exposto aqui: a necessidade de modificar os procedimentos, a relação mãe-criança, naquele momento, também um comportamento diferenciado. É impossível ter a implantação do parto acompanhado com o desacompanhamento da mãe e da criança; tudo isso está conjugado. Tenho a convicção, como mulher e mãe de dois filhos, de que é algo muito importante e devemos ter condição de transformar em direito através da aprovação da lei para que possa ser implantado em todo o Brasil, em toda a rede do Sistema Único de Saúde porque, como disse o Maninho, “quem paga, pode acompanhar”. Nós sabemos que em todos os hospitais onde há o pagamento, em que há uma solicitação da família, do marido, do acompanhante, é feito o acompanhamento. Só não tem direito dentro do Sistema Único de Saúde. Então vamos estender esse direito a todas as mulheres.

Eu queria aqui deixar, mais uma vez, meus parabéns a toda a equipe da maternidade do Hospital Universitário. Quero parabenizar também o Diretor do Hospital Universitário, que está presente. Sei que tenho que estender esses cumprimentos para diversas outras maternidades que aplicam também a metodologia em todo o País, mas fico muito orgulhosa de ter na maternidade do Hospital Universitário de meu Estado uma equipe tão boa, que presta um trabalho

tão relevante para a saúde da mulher, possibilitando que consigamos também ser vistas como seres humanos no momento mais importante da humanidade, que é o momento da reprodução da espécie.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Relatora do projeto.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Bem, cumprimento todos que vieram hoje aqui nos brindar com informações tão preciosas sobre algo que, ao lado da Senadora Ideli Salvatti e de nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, me dispus a ouvir um pouco mais até para que possamos compreender ainda mais e provavelmente levar para o resto das pessoas a importância da humanização dos partos.

Considero este projeto da Senadora Ideli Salvatti de muito mérito, de um mérito extraordinário, e fico me sentindo privilegiada de poder, a seu lado, relatar matéria que, desde o início, antes mesmo de recebê-lo em minhas mãos, eu já sabia muito importante e já me posicionava favoravelmente a este assunto que estamos tratando agora. Por tudo o que pudemos ouvir, este projeto vai muito na direção do novo pensamento do mundo, principalmente, de respeito ao ser humano, especialmente às mulheres e crianças. Não sou profissional de saúde, mas sou mãe de três filhos. É essa experiência que nos leva a acreditar que este projeto vai ajudar milhões de mulheres em nosso País, já com a experiência tão bem-sucedida de Santa Catarina e de outros Estados, inclusive de minha terra.

Eu falava agora há pouco com o Secretário Municipal da pequena cidade de Sobral, no interior do Ceará, onde nasci. Esse Secretário se chama Odorico e hoje é presidente da Associação Nacional dos Secretários Municipais em nosso País. O Secretário me disse da importância da humanização dos partos, inclusive porque essa pequena cidade hoje está buscando recursos junto com a Organização Mundial da Família para instalar um hospital no modelo do Canadá que já vem praticamente construído, pré-moldado. O Sr. Odorico me dizia, inclusive, das suítes, dos apartamentos onde as parturientes ficam, em que a própria cama se divide em duas – se não me engano chama-se PPP, pré-parto, parto, pós-parto – que evita, inclusive, todo esse transtorno e às vezes até a humilhação de nós, mulheres, de ter que transitar com muitas dores na hora do parto. Mas falo disso pela experiência mesmo de ter sido mãe ainda muito jovem – a inexperiência, aliás –, de como é importante nessa hora que tenhamos a nosso lado pessoas queridas,

peessoas que convivam conosco, seja o companheiro, a mãe, um amigo ou uma amiga, que possa nos ajudar nessa hora que talvez seja um momento mais delicado, o momento mais precioso e mais maravilhoso da vida de uma mulher que é gerar um filho, que é dar a luz a uma criança.

Fico cheia de alegria em saber que em nosso País com o projeto da Senadora Ideli Salvatti conseguiremos reproduzir esse novo modelo e essa nova concepção que leva em conta, em primeiro lugar, o ser humano, a mulher e os nossos filhos. Isso para mim é de fundamental importância.

Preocupa-me um pouco ainda a sensibilidade dos profissionais de saúde em relação a isso. Não me refiro só à humanização dos partos, mas acho necessário que iniciemos algo que possa sensibilizá-los. Vim de uma cidade do interior e, há pouco, conversei com o Senador Augusto Botelho que me disse que isso realmente acontece.

Às vezes, há falta de sensibilidade do médico na hora do parto. Quantas vezes ouvimos falar da mulher estar sentindo muitas dores e, com muita grosseria no tratamento, o médico diz que não doeu para fazer e pergunta de quem está reclamando. Costumamos ouvir essas coisas, que são um desrespeito muito grande com as mulheres. É preciso que iniciemos um debate buscando sensibilizar os profissionais de saúde para esse momento de fundamental importância para todas nós.

Deixo aqui a minha palavra. Fiz questão de pedir essa audiência pública para aprender um pouco mais. E certamente saio daqui cheia de novos conhecimentos a respeito do assunto e com a convicção e a certeza de que estamos no caminho certo, de que essa iniciativa será aplaudida por todos os Senadores, homens e as mulheres, desta Casa. A propósito, sou coordenadora da Frente Nacional em Defesa de Crianças e Adolescentes pelo Senado que conta com as Senadoras Lúcia Vânia, Ideli Salvatti e outros companheiros e companheiras desta Casa.

Certamente, Senadora Ideli Salvatti, esse é um passo importante que será anunciado pela Frente Parlamentar, porque defende os direitos fundamentais das nossas crianças. Tenho dito que o Brasil ainda é um País tão injusto, tão perverso, que maltrata tanto nossos filhos, que as injustiças começam dentro do ventre da mãe e que seus direitos são violentados dentro do ventre.

Quero somente celebrar mais uma vez, de todo o coração, a alegria de ser a Relatora desse projeto da Senadora Ideli Salvatti, tendo a certeza do seu êxito. E espero que, se for o caso, se alguma sugestão

puder ser agregada ao projeto, disponho-me evidentemente acrescentar, em nosso relato, em nosso parecer, essas idéias que foram aqui tão bem discutidas por profissionais que têm, pela história e por tudo aquilo que a Senadora havia colocado, feito dessa luta uma bandeira muito forte na atuação de cada qual dos senhores e das senhoras.

A cada um dos senhores e senhoras que aqui estão parabéns. Quero também agradecer a agilidade e a rapidez com que a Senadora Lúcia Vânia tem presidido tão bem esta Comissão e tem se prontificado em todos os assuntos dessa natureza a imediatamente nos convocar e aqui discutirmos assuntos tão importantes e tão relevantes para o nosso País e para o futuro das próximas gerações. Parabéns a todos e principalmente à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA (Bloco/PSB – AC) – Sr^a Presidente, Sr. Senador Papaléo Paes, minhas caras companheiras Ideli Salvatti e Patrícia Saboya Gomes, Dr. Marcos, Dr^a Isabel, Maria José, Carlos Eduardo e Silvana, vou dizer uma coisa particularmente e que é uma pequena reprimenda a minhas companheiras Ideli e Patrícia porque não me alertaram que eu iria hoje me emocionar.

Para essas coisas temos que preparar os companheiros. O Senado Federal é uma Casa importante, mas que – revelo apenas a V. Ex^{as} – algumas vezes se ocupa da “birimbela da parafuseta”, tristemente. Hoje é um dia especial para mim, como parlamentar. É aquele momento que dá prazer em ser parlamentar. Quando podemos assistir a uma audiência como esta e podemos participar de uma decisão tão importante.

Gostaria de parabenizar – e é pouco – a Senadora Ideli Salvatti, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela relatoria e a Senadora Lúcia Vânia pela sensibilidade ao promover audiência como esta. O Dr. Marcos Leite, contando a experiência de seu pai, na verdade, falava de mim. Passei por uma experiência semelhante. Ao nascer meu primeiro filho, passei pela mesma situação. Ele lá, as coisas acontecendo, e eu aqui. Uma emoção tão contida que, quando me mostraram o nenê, através do vidro, caí no berreiro. Fui afastado de um momento especial, um momento meu, dele e da minha esposa. O choro decorreu da *emoção contida, da repressão. Eu estava aqui pensando: nós os homens somos, imemorialmente, doídos.* Prestamos absoluta solidariedade no momento da morte. Quando as pessoas morrem, há aquela solidariedade toda, os familiares, os amigos, aquele ritu-

al, mas, no momento da manifestação da vida, somos impedidos de participar. O testemunho dos senhores diz exatamente isso. No momento da vida, no momento mais importante da raça humana, ainda estamos cercados de limitações. O parto é algo maravilhoso e quando acontece fora dos hospitais até revela alguma condição melhorada. Minhas companheiras do Acre, certamente, quando têm seus filhos no mato, encontram um aconchego bem maior do que as mulheres que têm seus filhos em hospitais e maternidades, com honrosas exceções, como as que os senhores aqui descreveram.

Falo do parto como leigo. Nós nos habituamos a encará-lo como um ato cirúrgico porque acontece em uma sala cirúrgica. Penso que todo hospital, toda maternidade, deveria ter a sala da vida e não o centro cirúrgico. Deveríamos instituir a "sala da vida", local onde se celebra a coisa mais bonita, a fertilidade, o surgimento da vida, a perpetuação da raça humana.

Ao encerrar, gostaria de dizer que ganhei o dia, talvez o mês, talvez o ano, talvez meu próprio mandato ao testemunhar a proposição da Senadora Ideli Salvatti, a relatoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, a sensibilidade da Senadora Lúcia Vânia e de todos esses profissionais de extrema sensibilidade, que trazem para dentro do Senado Federal a emoção. Precisamos muito disso. Às vezes tratamos das coisas com frieza e distância nesta Casa. Acredito que aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a emoção que os senhores nos trouxe hoje se faz necessária e indispensável. Portanto, declaro, antecipadamente, meu voto. E digo que sairei daqui cabalando votos para que esse projeto signifique a celebração da nossa atividade como parlamentares, porque – repito e faço questão de frisar – foi um dos momentos mais gratificantes da minha passagem pelo Senado ter tido a oportunidade de ouvi-los, de debruçar-me e de dedicar-me à análise de um assunto de tamanha importância.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita, que pode ter certeza de que as suas palavras emocionaram o Brasil. São as palavras de um homem sensível, de um homem que soube entender a grandeza desse momento que estamos vivendo no Senado. Parabenizo V. Ex^a, e naturalmente as suas palavras servirão de exemplo para todos os homens deste País.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr^a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, peço sua permissão para parabenizar os expositores, fazendo

questão de citar o nome de todos: Dr. Carlos Alberto Pinheiro, Dr. Carlos Marcos Leite dos Santos, Dr^a Silvana Maria Pereira, Sr^a Maria Isabel Régis, Sr^a Maria de Oliveira Araújo bem como registrar a presença do Dr. Fernando Osni Machado, diretor do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina.

Deixo o registro de reconhecimento da grande idéia que teve a Senadora Ideli Salvatti de transformar em lei em seu Estado matéria que deverá ser aprovada nesta Casa, se Deus quiser.

Parabenizo a Senadora Patrícia Saboya Gomes pela iniciativa de trazer profissionais que lidam na área, que têm a experiência, a vivência, a sensibilidade e o coração envolvido nesse processo, para que pudessem testemunhar a importância dessa matéria.

Reconheço no Senador Geraldo Mesquita um representante do rigor de determinadas normas hospitalares que impendem o ente querido de estar presente num momento de tanta necessidade do doente e de seu acompanhante, que normalmente é afastado quando os dois precisam de aproximação e de carinho mútuo.

Moro no Estado do Amapá e dele sou representante. Lá cheguei para assumir a minha profissão de médico há 24 anos. Posso servir de testemunha dessa matéria, porque sempre exerci, até dezembro do ano passado – mais propriamente até o dia 25 de janeiro deste ano –, a minha profissão de médico, cumprindo rigorosamente o meu horário – sou funcionário público –, dando bons exemplos de profissionalismo, como médico, e não fazendo politicagem na área da saúde.

Deixo bem claro, já que podem pensar que, como Senador, eu teria um consultório onde consultava. Não! Sempre fiz meu trabalho no serviço público, nem sequer tive consultório particular na minha vida, por uma dedicação pessoal, por uma questão pessoal, por uma opção de vida.

Cada Estado tem a sua cultura. A estrutura hospitalar e educacional do Amapá é consequência da visão do nosso primeiro Governador nomeado para o Estado. Então, não me venham dizer que se construíram hospitais hoje ou que se fizeram outras obras, porque não foi ninguém dos nossos contemporâneos, mas, sim, o primeiro Governador – coincidentemente um de seus filhos está presente. É uma coincidência. Trata-se do **ex-Governador Janary Nunes**.

Temos lá hospitais com uma boa estrutura física e um grupo de profissionais altamente qualificados em todas as áreas da saúde.

A cultura era a seguinte naquele início: o cidadão era internado e sempre se facilitava ao acompanhante. Essa facilitação era por nossa própria cultura, pela dificuldade em ter alguém ao lado do paciente e pela exigência do próprio acompanhante de se sentir naquele direito, porque havia um paternalismo total no Estado do Amapá. O ex-Governador Janary dizia: "Não se pode namorar mais de uma. Eu lhe vi namorando ali com uma e no outro dia com outra". O povo sentiu que sempre tinha um grande pai ali e aquela cultura permaneceu. Isso foi quebrado há alguns anos. Logicamente, a cabeça das pessoas foi mudando e, de seis anos para cá, tivemos, imposto nas portarias de todos os hospitais, o impedimento de entrar qualquer pessoa que não fosse paciente. Então, o paciente já passou a ficar isolado, e eu vivendo dentro do hospital. Se a pessoa não tivesse consulta marcada, ela não poderia entrar nem no ambulatório. Graças a Deus, esse regime acabou no ano passado. O que temos hoje? Eu estava dizendo que hoje nosso hospital de pediatria permite acompanhante. O ambiente é outro, mudou completamente. O Hospital Geral permite acompanhante. Pergunto: quem trata melhor o paciente: aquele que trata por obrigação ou aquele que trata pela devoção? Claro. Os auxiliares de enfermagem, os médicos, os enfermeiros, todos já aprovaram completamente o novo sistema de atendimento ao paciente. Isso é importante. Eu jamais permitiria que um parente meu ficasse isolado de mim. O bom julgador por si julga o próximo.

Quero parabenizá-los, parabenizar a Senadora Ideli Salvatti. Sei que o Senador Geraldo Mesquita se responsabilizou por seu principal cabo eleitoral. Quero ser um eleitor desse projeto e ajudar V. Ex^a a aprová-lo, o mais rapidamente possível, essa intenção. Se Deus quiser!

Quero que este meu depoimento sirva como o depoimento de alguém que pertence à área da saúde. Tive a felicidade de acompanhar a doença da minha mãe em pleno período de eleição, não deixei minha mãe para nada e nenhuma enfermeira ou auxiliar de enfermagem tocou na minha mãe para lhe dar os cuidados que ela deveria ter. Responsabilizei-me por tudo isso e, depois que minha mãe faleceu, senti-me feliz por ter participado daqueles momentos do final da vida da minha mãe. São momentos a que estamos todos sujeitos.

Parabéns, Senadora, pela presença desses profissionais que vão enriquecer ainda mais nossas experiências.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra para as considerações dos expositores, agradeço à Maria José de Oliveira Araújo, representando a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, e digo que suas palavras nos deixaram bastante otimistas e alegres com a política do atual Governo. Mesmo sendo uma Parlamentar da oposição, tenho de fazer esse registro e dizer que o apoio do Ministério da Saúde a esse projeto revela a sensibilidade de um Governo que veio com o apoio popular, levando consigo as esperanças do povo brasileiro de um país mais justo e mais humano.

Tenha a certeza de que todos nós, da oposição e da situação, todos nós brasileiros estamos aplaudindo o Ministério da Saúde pela sua posição clara, definida, concreta a respeito desse projeto, não deixando que as dificuldades econômicas e financeiras do País abalem um projeto de tamanha sensibilidade.

Com a palavra A SRA. Maria José de Oliveira Araújo, para suas considerações.

A SRA. MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia, pelas suas palavras. Obrigada, Senadora Ideli Salvatti, pelo excelente projeto. Eu já tinha falado que o Ministério da Saúde já deu o seu parecer positivo. Obrigada, Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela relatoria.

Reafirmo a posição do Ministério da Saúde de que os projetos que contribuem com a melhoria da qualidade da vida da população brasileira na área da saúde serão sempre bem-vindos. Essa lei contribui exatamente com uma das propostas que o Ministério da Saúde já está apresentando em relação ao parto das mulheres atendidas pelo SUS. Esse projeto expande a proposta para todos os outros hospitais.

Agradeço a todas e a todos. Realmente, para nós, também foi muito importante ter tido essa oportunidade de apresentar publicamente a posição do Ministério da Saúde.

Sabemos que essa não é uma questão tranquila. Vamos ter de fazer um amplo debate. As coisas mudam e avançam. Todas as boas práticas não saíram da cabeça das pessoas isoladamente, já têm todo um respaldo de organizações, como a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde; elas vêm também das próprias práticas que vêm das pessoas que realmente conseguem mudar a realidade. Esse grupo de Santa Catarina presente faz exatamente isso.

Mais uma vez, obrigada por terem dado oportunidade ao Ministério da Saúde de apresentar publicamente a sua posição.

Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Dr^a Silvana.

A SRA. SILVANA MARIA PEREIRA – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder ter expressado aqui a minha posição, que não é somente minha – ela é minha por convicção pessoal e política, como mulher e como enfermeira -, de que esse projeto de lei não é uma concessão, mas é uma garantia dos direitos das mulheres. É com esse enfoque que eu gostaria que ele fosse defendido.

A nossa vida tem sido feita de desafios. Encaramos os desafios com muita coragem e com muita ousadia. Sabemos que mudar coisas que estão estabelecidas não é fácil, mas nos dispomos a ter essa coragem e a defender aquilo em que acreditamos. Aquilo em que acreditamos é a defesa da vida de uma forma inquestionável. A vida é um valor universal e vamos defendê-la em todas as instâncias, na nossa vida cotidiana, como enfermeira, ou em qualquer posição em que esteja.

Eu gostaria apenas de ressaltar que, no momento do nascimento, não é apenas um bebê que nasce. Costumamos dizer que são quatro nascimentos: nasce um bebê, nasce uma mãe – uma mulher que se transforma em mãe -, nasce um pai e nasce uma família. Por isso, um nascimento tem um significado muito maior que individual, do ponto de vista da mulher; tem um significado social.

Então, com esse enfoque, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Estou muito feliz de estar aqui, ocupando este espaço nesta Casa legislativa, compartilhando também este momento com mais do que meus colegas, e sim amigos, que têm essa trajetória de luta junto comigo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Marcos.

O SR. MARCOS LEITE DOS SANTOS – Quando vinha para cá, tinha uma dúvida muito grande. Como é a primeira vez que falo para esse tipo de plateia, fiquei em dúvida se traria um discurso absolutamente técnico e científico ou se optaria em mesclar o discurso técnico e científico com a emoção.

Preconceito. Preconceito de achar que nesta Casa as pessoas não se emocionam e não dão importância para esse tipo de coisa. Sou muito emotivo por natureza. No que diz respeito ao nascimento e parto, considero-me um militante dessa causa desde

1975, quando tive o grande privilégio de ver a primeira criança nascendo e fiquei muito surpreso, particularmente, com a sua colocação, com o acolhimento que tivemos aqui, com o acolhimento da idéia. E me coloco como médico, membro do hospital universitário, como integrante da Rede de Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento para contribuir com esta Casa, não só no que diz respeito a este projeto de lei, mas em tudo o que possamos unir esforços para realmente mudar esse modelo, que é por demais agressivo; mudar esse modelo que desrespeita a todos, inclusive o profissional de saúde, porque eu, enquanto profissional, se pudesse optar por trabalhar em uma maternidade tradicional, com tudo o que conhecemos em termos de violência à mulher e à família, e trabalhar em uma maternidade como a do HU, o retorno que tenho, a satisfação de estar sendo alimentado o tempo inteiro, de estar vendo resultados todo o tempo, é um privilégio.

Então, eu gostaria de compartilhar esse privilégio com vocês e auxiliar enquanto médico e membro da Rehuna, naquilo que for preciso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Dr^a Maria Isabel Régis.

A SRA. MARIA ISABEL RÉGIS – Eu também gostaria de agradecer a receptividade e manifestar a minha alegria em ter encontrado essa ressonância e sensibilidade. Eu também temia em como falar, pois falo com gestantes, acompanhantes e estudantes de psicologia. Eu não sabia o que calaria no coração de um Senador. Estou satisfeita em encontrar pessoas como todos nós.

Eu gostaria de responder a preocupação da Senadora Ideli Salvatti e da Senadora Patrícia Saboya Gomes quando referem a questão de que nem sempre, ou raramente a voz de quem está atendendo dentro da maternidade é suave, agradável aos ouvidos da parturiente e como muitas vezes há realmente situações de agressão e humilhação que os profissionais da saúde fazem em relação à parturiente.

A presença do acompanhante serve também como um limite para essas manifestações dos maus profissionais. A simples presença do acompanhante serve como proteção e defesa da parturiente e colocam um limite ao mal cuidado.

Eu gostaria também de colocar à disposição dos que necessitarem, principalmente o Ministério da Saúde, a experiência que temos com grupos de gestan-

tes e profissionais da saúde, no sentido de sensibilizar para essas práticas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO PINHEIRO – Como pessoa, como médico, professor universitário, a aprovação de uma lei como essa me dá a consciência da plenitude do meu exercício como cidadão e profissional. Então, para mim é muito gratificante poder estar aqui e poder fazer parte desse processo, dessa corrente, que espero cada vez cresça mais em direção ao respeito dos direitos da mulher e do cidadão como um todo. Tecnologia, sim, mas com amor e bem usada a serviço do humano, e não do lucro ou de outras quaisquer intenções.

Muito obrigado.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos a todos os palestrantes. Quero falar de nossa satisfação, Senadora Ideli Salvatti, pelo prêmio que V. Ex^a nos ofereceu hoje.

Sem dúvida alguma, na próxima reunião da Comissão submeteremos o projeto à votação. Creio que hoje, nesta audiência pública, ficaram esclarecidas todas as dúvidas que ainda tínhamos a respeito do projeto.

Aproveito a oportunidade para relatar à Comissão que ontem tivemos uma audiência pública com o Ministro José Graziano para tratar da questão da seca em Alagoas, atendendo um requerimento do Senador Teotônio Vilela. Contamos com a presença, naquela ocasião, do Senador Renan Calheiros, da Senadora Heloísa Helena, do Senador Augusto Botelho e da Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas. Ficou estabelecida a adoção de uma ação emergencial para o problema da seca naquele Estado.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 12h36min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Vigésima Quarta Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 11 de setembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos, do dia onze de setembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presen-

ça dos Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, FLÁVIO ARNS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, JUVÊNCIO DA FONSECA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, EDISON LOBÃO, JOSÉ AGRIPINO, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, ROMERO JUCÁ, EFRAIM MORAES, TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO e MAZARILDO CAVALCANTI.** O Senador Demóstenes Torres justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência informa que os itens 1 e 2 foram retirados de pauta para atender leitura de requerimento de sobrestamento e de audiência de outra comissão, respectivamente. Passa-se à apreciação da pauta. **Item três: Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2002** – decisão terminativa, que “cria a profissão de agente comunitário de saúde e dá outras providências”. **Autor:** senador Teotônio Vilela Filho. **Relator:** senador Romero Jucá. **Relator “Ad Hoc”:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer:** pelo arquivamento do Projeto. **Observação:** na reunião do dia 21/08, a análise do Projeto foi adiada; nas reuniões dos dias 28/08 e 04/09, foi sobrestada a apreciação da matéria (Constituição Federal, art. 62, § 6º). **Resultado:** encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado. **Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2001**, que “Acréscima dispositivo à Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”. **Autor:** senador Álvaro Dias. **Relator:** senador Tasso Jereissati. **Parecer:** pela aprovação do projeto. **Observação:** nas reuniões dos dias 28/08 e 04/09, foi sobrestada a apreciação da matéria (constituição federal, art. 62, § 6º). **Resultado:** retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002**, que “Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único

de Saúde". **Autor:** senador Ademir de Andrade. **Relator:** senador Tião Viana. **Parecer:** pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo. **Observação:** sendo aprovado o substitutivo, a matéria irá a turno complementar na próxima reunião (arts. 92 e 282 – RISF). Nas reuniões dos dias 28/08 e 04/09, foi sobrestada a apreciação da matéria (Constituição Federal, art. 62, § 6º). **Resultado:** encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado.

Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2000, que “Dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria, dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio”. **Autor:** senador Mozarildo Cavalcanti. **Relator,** senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer:** pela rejeição do Projeto. **Observação:** nas reuniões dos dias 28/08 e 04/09, foi sobrestada a apreciação da matéria (Constituição Federal, art. 62, § 6º). **Resultado:** encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de quorum qualificado. **Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2001,** que “Altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990 que “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências”.

Autor: senador Edison Lobão. **Relator:** senador Tasso Jereissati. **Resultado:** retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002,** que “Altera o artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito”.

Autor: senador Carlos Bezerra. **Relator:** senador Efraim Moraes. **Resultado:** concedida vista à Senadora Ana Júlia Carepa (art. 132, § 1º – RISF). **Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002,** que “Altera o artigo 4º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses”.

Autor: senador Lauro Campos. **Relator:** senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** pela rejeição do Projeto. **Resultado:** retirado de Pauta, a pedido do relator, para reexame. Foi aprovado o **Requerimento nº 47 – CAS,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia, para a realização de audiência pública, com a presença do Ministro de Estado da Previdência Social destinada à debater a reforma da previdência. Foram adiados os demais itens da Pauta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz,** a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado nº 313, de 1999; 134, de 2000; 231 e 285, de 2001; 32, 54, 85, 111, 124, 126 e 145, de 2002; e 19, de 2003.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores a retirada de pauta dos itens 1 e 2 para atender à leitura de requerimento de sobrestamento e de audiência em outra comissão.

Ainda antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de comunicar à Comissão que os projetos em votação hoje são terminativos, daí por que o atraso hoje do início desta reunião. Gostaria também de aproveitar a oportunidade para comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores de uma audiência que tivemos com o Ministro José Graziano, atendendo a um requerimento do Senador Teotônio Vilela que solicitava essa audiência para tratar da questão da seca no Estado do Alagoas. Estiveram presentes, naquela reunião, os Senadores Teotônio Vilela, Flávio Arns, Augusto Botelho, Renan Calheiros, a Senadora Heloísa Helena e esta Presidente.

Nessa audiência, foram definidas uma série de ações emergenciais que serão implementadas no Estado de Alagoas para atender àquele Estado, neste momento de grave seca na Região Nordeste. Também estiveram presentes o Secretário Executivo do Ministério de Integração Nacional, o representante da Defesa Civil e o Ministério da Defesa. Naquela ocasião, tivemos oportunidade de ver que o Programa Fome Zero, na parte emergencial – pelo menos pareceu a nós, Senadores e Senadoras –, já conta com uma coordenação eficaz por intermédio da pessoa do Sr. Ministro José Graziano. Tivemos uma boa impressão e saímos de lá com a certeza de que o problema seria solucionado de forma emergencial.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Eu gostaria de uma informação. V. Ex^a disse que o Item 2 também está sobrestado e que seria encaminhado a outra Comissão. Gostaria de saber para qual Comissão e o que, de fato, aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Por solicitação do Senador Tião Viana, foi pedida uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero parabenizar V. Ex^a e a Comissão por esta reunião, no Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, com o Ministro Graziano e com as pessoas que V. Ex^a mencionou, pois a metodologia me pareceu bem adequada, tendo em vista que o problema é emergencial e, assim, demanda uma solução rápida, sem muitos debates e discussões.

Portanto, essa iniciativa da Comissão de se dirigir ao Ministério e fazer essa discussão me pareceu bem interessante. Além disso, como resultado dessa reunião, os próprios Ministérios vão se deslocar – talvez até já se tenham deslocado para o Estado de Alagoas – para fazer as reuniões, a coleta de dados, enfim, tudo o que for necessário no próprio Estado. Os três Senadores do Estado de Alagoas estavam presentes e me pareceram satisfeitos com o encaminhamento dado. Isso me parece bastante importante. Foi um aspecto muito positivo para esta Comissão de Assuntos Sociais, em termos de resultados concretos, práticos e imediatos.

Quero levantar uma situação. Parece que o prazo para apreciação do Plano Plurianual foi prorrogado para apresentação de emendas. E não sei qual é a opinião de V. Ex^a, mas seria interessante fazermos um debate, uma apreciação para apresentarmos não só emendas individuais em relação às áreas da Comissão de Assuntos Sociais, mas emendas até mais fortes, eu diria, emendas de Comissão, quer dizer, nas áreas pertinentes a esta Comissão. Assim, poderíamos influir de uma maneira mais incisiva na aprovação do PPA. A própria Comissão pode levar para o

Relator as sugestões. Não sei se V. Ex^a está fazendo algum tipo de encaminhamento.

Outro ponto é que V. Ex^a levantou a situação ontem na apreciação da reforma da Previdência, mas considero inconcebível, inimaginável que chegue uma reforma constitucional aqui e que unicamente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecie o mérito. Inclusive, deveria apreciar a constitucionalidade, a juridicidade e outros aspectos pertinentes àquela Comissão. Mas a Previdência, na análise do mérito, é um assunto desta Comissão. O mesmo ocorre na Comissão de Assuntos Econômicos, que não vai apreciar a reforma tributária.

Esse é um problema muito sério do nosso Regimento. Nós, como Comissão, deveríamos mostrar isso ao Presidente da Casa, ao Plenário, porque Previdência é assunto nosso. A constitucionalidade da Previdência é assunto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, é uma diminuição das Comissões do Senado Federal.

Considero muito estranho esse procedimento do nosso Regimento que dificulta um debate maior, com a convocação de algumas entidades. A discussão desse assunto deveria ocorrer dentro desta Comissão.

Sei que V. Ex^a já tem essa preocupação, já se manifestou sobre isso, mas poderíamos mostrar esta incoerência e ver o que pode dar de tudo isso.

Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns. Comunico a V. Ex^a que a Comissão já está fazendo um estudo de todo o orçamento da área social do Governo Lula, que deverá ser concluído pela Assessoria até sexta-feira. Uma vez tendo o estudo já detalhado, iremos colocá-lo no site da CAS e repassá-lo a todos os Srs. Senadores Membros desta Comissão.

Posteriormente, vamos nos reunir para definirmos quais emendas que a Comissão gostaria de fazer para o PPA e o Orçamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Só apreciação do Plano Plurianual?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Exatamente. O PPA...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – E o Orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Estamos na dependência de uma definição no Orçamento, porque há um entendimento do Relator e da Presidência daquela Comissão de que só poderiam ser feitas emendas contidas no PPA, o que dispensaria aque-

las emendas individuais. E a gente não sabe direito como é que ficariam as emendas de Comissão. Então, estamos acompanhando as discussões de criação do regimento de elaboração do Orçamento para, posteriormente, decidirmos, junto com os Membros da Comissão, como iremos fazer essas emendas.

Em relação à discussão da reforma da Previdência na CAS, V. Exª mencionou bem ontem. Levei a nossa indignação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando da presença do Exmº Sr. Ministro da Previdência e, junto com a Assessoria da Casa, estamos estudando uma forma de procedermos a essa discussão, aqui, na CAS. Posteriormente, já havendo uma decisão da Assessoria, eu a passarei a todos os membros para que possamos tomar uma decisão conjunta.

Com a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, congratulo-me com a Comissão e com a Liderança de V. Exª a respeito do êxito da incursão a Alagoas. Os comentários são os melhores e esse método de viajar pelo Brasil, de auscultar o sentimento do povo, de estar presente junto aos problemas e, portanto, com condição moral e empírica, já que temos todas as condições científicas de enfrentar os problemas, equacioná-los e vencê-los. Isso faz uma marca que, ao meu ver, consagra a administração, a gestão de bom êxito, vitoriosa e sensível de V. Exª, à frente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Outro ponto, quero dizer a V. Exª da minha inteira solidariedade e, portanto, da solidariedade do Partido de V. Exª, em relação ao pleito de se trazer, ao longo desse processo de votação da Reforma da Previdência, o Sr. Ministro Ricardo Berzoini, aqui, também. Não sei se já poderíamos agilizar, hoje, o convite ao Sr. Ministro, a partir de um requerimento de V. Exª, mesmo – que, ontem, já comunicou ao Sr. Ministro que o faria – e que, certamente, seria aprovado por unanimidade. Eu imagino isso. O Ministro se expõe e é um quadro muito valioso, muito inteligente e muito preparado. Certamente, S. Exª se disporá a vir debater e, por outro lado, com isso, lavramos um protesto muito sutil, com a matéria. O Regimento é muito duro e insensível. É preciso ser mudado. Uma matéria tão importante quanto a Previdência – é claro que tem os aspectos fiscal e econômico, é claro que tem tudo isso, ~~mas não se pode negar o aspecto social evidente. O aspecto social do ponto de vista do alcance dela para o País, com um todo, inclusive no que ela repercute para as pessoas que são atingidas por suas medidas – os servidores públicos, os aposenta-~~

dos e pensionistas. Volto a dizer, a repercussão para fora também é muito grande e muito significativa. Então, esse aspecto social poderia, muito especificamente, ser trabalhado aqui. Se houve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fisionomia de uma Comissão que examinou a técnica, aqui poderemos dar a cor do debate social, e se esqueceria tudo o mais ou, pelo menos, se colocaria em segundo plano o tudo o mais e se debateria a questão social, envolvendo a Previdência.

Portanto, não só me solidarizo com a iniciativa de V. Exª, como insisto até em que ela hoje se processe, para que o Ministro, certamente, diga sim à idéia da vinda à Comissão de Assuntos Sociais. E mais ainda: penso que devemos trabalhar a mudança do Regimento, que poderá ser feita, com muita rapidez, por acordo de Líderes, porque não tem cabimento que não se coloque, no centro da discussão de uma matéria tão importante, do ponto de vista social e com repercussões tão forte sobre a vida das pessoas, a própria Caixa, presidida hoje também por V. Exª.

Portanto, é a sugestão que faço, além de reafirmar as congratulações da Bancada de V. Exª e creio que do Senado inteiro em relação à vitoriosa incursão às Alagoas e o método de viajar no Brasil, que me parece dinâmico, sensível, correto e, portanto, casado com a competência e com o espírito público de V. Exª.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao nobre Líder do meu Partido, o Senador Arthur Virgílio, pela sua presença aqui e, principalmente, pela sua sugestão e pelo seu apoio. Quero dizer a V. Exª que temos procurado dar a esta Comissão a maior transparência possível e o maior dinamismo, fazendo com que ela, realmente, seja uma Comissão que traduza os anseios dos Parlamentares que estão aqui comprometidos não apenas com o desenvolvimento e com o crescimento econômico do País, mas também com o desenvolvimento social.

Portanto, agradeço também a V. Exª o apoio ao requerimento que faço, neste momento, verbalmente, para, posteriormente, formalizá-lo, ao Sr. Ministro da Previdência, convidando S. Exª para estar nesta Comissão, onde, acredito, traduz o pensamento de todos aqueles que a compõem. Sem dúvida, a presença do Ministro para discutir um tema de mais alta importância para este País, ~~engrandece esta Comissão e, ao mesmo tempo, faz com que cumpra o seu papel.~~

Portanto, coloco em votação o requerimento de minha autoria, para que o Sr. Ministro da Previdência seja convidado a vir a esta Comissão, em data a ser

marcada por S. Ex^a, para discutir a reforma previdenciária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à proposição queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Gostaria de pedir a retirada de pauta do Item 14, do qual sou Relator, o último item previsto, para que possa fazer uma reavaliação, tendo em vista que esse parecer foi dado há quatro meses, e muitas mudanças aconteceram na situação econômica do País. Por isso, gostaria de rever esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está retirado de pauta o item mencionado, por decisão do Relator. Comunico a V. Ex^a que, a respeito de seu projeto anterior...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A profissão de turismo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim. Quando se trata de carreiras, em geral, é solicitada a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Solicito a V. Ex^a que acompanhe a tramitação naquela Comissão, para que haja certa agilidade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Também peço a retirada do Item 11, matéria de autoria do Senador Edison Lobão, para reexame e maior discussão, em função de solicitação do autor. Peço, também, a retirada do Item 5, a pedido do Senador Flávio Arns, que vai discutir comigo e apresentar sugestões que me pareceram extremamente pertinentes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a aquiescência do Relator, estão retirados da pauta os Itens 5 e 11.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2000, decisão terminativa, que dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas, a título de está-

gio. Autor: Senador Mozarildo Cavalcanti; Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

O parecer pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido a exame terminativo, nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2000, que tem por finalidade dispor sobre a contagem de tempo, para fins de aposentadoria, dos serviços prestados por estagiários em órgãos públicos e empresas privadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

“É muito comum, nos dias de hoje, estudantes prestarem serviços, paralelamente ao estudo, a órgãos públicos e empresas privadas, com o propósito de ganho de uma renda adicional aliado à experiência profissional. Nada mais justo que, nos casos devidamente comprovados por meio de certidões de tempo de serviço, com a consignação de carga horária semanal reconhecida por autoridade competente, esse tempo de serviço venha a ser contados para sua aposentadoria.

Voto do Relator.

A figura do estagiário, aluno de faculdade e escola técnica, foi criada nas empresas pela Portaria nº 1.002, de 29 de dezembro de 1967, do Ministério do Trabalho. Segundo esta portaria, os estagiários podem ser admitidos de acordo com as condições acordadas com as faculdades ou escolas intervenientes e fixadas em contratos-padrão de bolsa de complementação educacional, dos quais deverão constar a duração e o objeto da bolsa, o respectivo valor oferecido pela empresa, a obrigação de a empresa fazer para os bolsistas seguro de acidentes pessoais ocorridos no local do estágio, assim como a duração deste e o horário do bolsista.

Nos termos do art. 3º da referida portaria, entre o estagiário e a empresa não existe vínculo empregatício. É importante ressaltar que, durante o período do estágio, não se caracteriza a prestação de serviços à empresa, ainda que o estagiário desempenhe suas funções, executando tarefas iguais às dos empregados.

Atualmente, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social, há os beneficiários, gênero do qual são extraídas duas espécies: segurados e dependentes. Entre os primeiros, encontram-se os segurados obrigatórios e os segurados facultativos. Desde que a pessoa não se enquadre juridicamente na condição de empregado, trabalhador temporário, empregado

doméstico, empresário, contribuinte individual, trabalhador avulso ou segurado especial, bem assim seja maior de 14 anos, pode filiar-se ao sistema de Seguridade Social, como segurado facultativo.

No art. 13, parágrafo único, do Decreto nº 20.612, de 1992, que dá nova redação ao regulamento da organização e do custeio da Seguridade Social, está inscrita a regra de que podem filiar-se facultativamente ao Regime Geral de Previdência Social, entre outros, a dona de casa, o síndico de condomínio, o estudante e aquele que deixou de ser segurado obrigatório do sistema. Em verdade, o segurado facultativo é figura que substitui o chamado "contribuinte em dobro", espécie prevista na legislação anterior.

A Constituição Federal de 1988 determinou a possibilidade de desistência de segurado da Previdência Social, independentemente do fator trabalho. O segurado facultativo contribui para o sistema por intermédio de carnê. O valor da contribuição é equivalente a 20%, que incide sobre o salário de contribuição previsto na tabela de salário-base. O prazo de recolhimento dessa contribuição é aquele estipulado pela Lei nº 8.212, de 1991, ou seja, por iniciativa própria, o segurado facultativo providenciará o recolhimento de sua contribuição, até o dia 15 de cada mês seguinte ao da competência.

Em conclusão, o estagiário já dispõe de instrumento para contribuir para a Previdência Social e, assim, contar tempo para a aposentadoria, se o quiser.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2000, embora tenha seu grande significado social. Já seria, também, um grande contingente de futuros aposentados sem contribuição, apesar de já haver previsão em lei de que se podem enquadrar perfeitamente os estagiários nos segurados facultativos.

É esse o nosso parecer, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, vamos passar ao Item 3, porque essa matéria depende de quórum qualificado, e há 12 Senadores presentes.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Talvez até ferindo o Regimento Interno da Casa, creio que vale a pena registrar a nossa alegria de ver presente a Senadora Fátima Cleide, que foi vítima, junto

com o Senador Sibá Machado, de um quase acidente, na verdade, um acidente de lancha, de barco. É um alegria vê-la bem, conosco, apesar de um pouquinho machucada, mas pronta para a luta, com certeza.

Eu gostaria de fazer esse registro, mesmo ferindo o Regimento, pois considero essa uma causa justa e nobre.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tenho certeza, Senadora Ana Júlia, de que V. Exª transmite o sentimento de toda esta Comissão. Estou convicta de que, acima do Regimento, está o nosso sentimento de solidariedade a uma colega atuante e participante, como a nossa Senadora Fátima Cleide.

Não havendo quórum qualificado, vamos passar ao Item nº 3 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2002.

Solicitaria ao Senador Juvêncio da Fonseca que fosse o Relator **ad hoc** dessa matéria.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Srª Presidente, o projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Senador Teotônio Vilela Filho, pretende criar a profissão de agente comunitário de saúde.

Nesta Comissão, foi inicialmente atribuído ao ex-Senador Ricardo Santos, que concluiu pelo seu arquivamento, por ser de idêntico teor de outro projeto do Poder Executivo aprovado nas duas Casas.

De fato, procede o argumento do ex-Relator, uma vez que a matéria foi regulamentada, tendo se transformado na Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

Assim, deve a proposição ser arquivada, tendo em vista que seus objetivos já foram plenamente atingidos.

É o nosso parecer, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Esse projeto de lei é idêntico ao que foi apresentado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, no PL nº 6.035, de 2002, do qual fui Relatora na Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados.

Essa proposição tramitou também no Senado, onde foi aprovada e transformada em Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

O Senador Romero Jucá, atual Relator da matéria, vota pelo arquivamento, como relatou o nosso Relator **ad hoc**, Juvêncio da Fonseca, e concordamos com a sua posição. Porém, gostaria de fazer algumas observações acerca do tema.

A Lei nº 10.507, de 2002, embora tenha sido um grande passo para agentes comunitários de saúde, pois

a profissão passou a existir no mundo jurídico, exige regulamentação, pois muitos dos agentes comunitários da saúde continuam às margens do sistema.

Regulamentar o cargo de agente comunitário de saúde é transformar o programa em política permanente, por meio da vinculação direta com o Poder Público, já que as agentes comunitárias exercem uma função pública. Transferir o encargo de triagem de contratação para organizações não governamentais é abstrair o seu valor, não os reconhecendo como parte integrante da equipe do programa Saúde da Família.

Portanto, gostaria de chamar a atenção principalmente dos médicos desta Comissão, pois essa carreira precisa de atenção especial, acompanhamento por parte desta Comissão, no sentido de fazer valer o projeto de lei que já foi aprovado por esta Casa e pela Câmara dos Deputados.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passemos ao outro item da pauta, uma vez que também demanda aqui **quorum** qualificado, e não há um número suficiente para votação.

Estamos esperando para mais dois itens a presença dos Srs. Senadores e, se não tivermos essa presença, teremos que suspender a reunião e convocá-la para a próxima semana.

Mas, para agilizar os trabalhos, vamos ler mais dois itens da pauta, colocá-los em discussão, para que, na próxima semana, possamos votar com mais agilidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Srº Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sugiro que a assessoria da Comissão dê uma olhada nas Comissões ao lado, para ver se consegue trazer mais dois ou três Senadores para o processo de votação, como as outras Comissões fazem conosco aqui, sendo suplentes das outras Comissões.

Assim, já votaríamos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Solicitamos à assessoria da Casa para buscar ainda dois ou três Senadores para que possamos votar.

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, decisão terminativa, que inclui parágrafos no art. 2º da Lei nº 9.334, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento da retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Uni-

co de Saúde. Autor: Senador Ademir Andrade. Relator: Senador Tião Viana. O parecer é pela aprovação do projeto, na forma de um substitutivo. Nomeamos como relatora **ad hoc** a Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa para proferir seu relatório.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srº Presidente, Srºs e Srs. Senadores, começarei pela análise, para que as pessoas entendam por que o Senador Tião Viana está fazendo substitutivo com o qual concordo.

Primeiro, é importante a iniciativa do Senador Ademir Andrade, ex-Senador desta Casa e do Pará, meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Ana Júlia Carepa, com licença. Gostaria de pedir a atenção das Srºs e Srs. Senadores, uma vez que essa matéria é de extrema importância. É preciso que a analisemos com muito cuidado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É inegável a grande relevância da proposição em análise, pois o Sistema Nacional de Transplante, previsto no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a citada Lei nº 9.434, de 1997, necessita de um arcabouço jurídico claro e organizado de forma a favorecer o aumento do número de doações e de transplantes de órgãos e, assim, poder atender à enorme demanda reprimida. Porém, fazem-se necessárias algumas ressalvas ao texto do projeto.

Em primeiro lugar, verificamos que a alteração proposta no art. 2º da lei origina uma situação em que os parágrafos 1º e 2º do dispositivo dispõem sobre assunto bastante diverso daquele de que trata seu outro parágrafo, o antigo parágrafo único, renumerado como parágrafo 3º, o que contraria os princípios da boa técnica legislativa. Assim, consideramos mais apropriado, em vez de incluir parágrafos no art. 2º, acrescentar um parágrafo único ao art. 13 da lei, que dispõe “é obrigatório para todos os estabelecimentos de saúde notificar as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos”.

O segundo ponto é que deve ser dada aos estabelecimentos de saúde a opção de autorizar a imediata remoção do paciente, tendo em vista a possibilidade de eles não terem a estrutura apropriada para abrigar as equipes e os procedimentos necessários à remoção dos órgãos.

A terceira observação a ser feita é que o projeto não deveria determinar que o custeio do procedimento será feito pelo SUS, como o faz no parágrafo 2º, que pretende incluir no art. 2º da lei. Um dos aspectos é que o SUS arca com a maior parte dos custos derivados da captação e remoção de órgãos e tecidos para transplante, o que torna imprecisa a expressão "em caráter excepcional" ali utilizada.

Outro aspecto é que a regulamentação da Lei nº 9.656, de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, repassou para aqueles planos a obrigação de custear os transplantes de córnea e rim, inclusive as despesas com a remoção e a captação desses órgãos, mediante ressarcimento ao SUS.

Assim, optamos por determinar apenas que os estabelecimentos serão ressarcidos na forma da lei.

Srº Presidente, peço que aumentem o som. O som está baixo, o que nos prejudica.

A quarta e última observação diz respeito ao fato de o projeto não prever qualquer punição para os estabelecimentos que se recusarem a franquear suas instalações e as equipes de transplantes. Solucionamos esse problema adicionando tal determinação ao final do parágrafo 1º do art. 22 da lei, que trata da sanção administrativa a que está sujeito o estabelecimento que deixar de fazer a notificação de morte encefálica prevista no art. 13.

Tendo analisado o mérito do projeto, ressaltamos que não há nada a se lhe opor quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, tendo em vista a competência constitucional da União para legislar sobre saúde de forma geral. E também a determinação contida no § 4º do art. 199 da Carta Magna, segundo a qual a Lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento.

Saliente-se que essa determinação constitucional se consubstancia na Lei nº 9434, de 1997, objeto de alteração da proposição em análise.

Assim sendo, nosso voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, promovida a correção das falhas acima apontadas. Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é por sua aprovação na forma do seguinte:

É feito um substitutivo.

No art 1º, acrescente-se o seguinte parágrafo único no art. 13 da Lei nº 9434.

Parágrafo único – Após a notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei.

Art. 2º, § 1º do art. 22 da Lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22, § 1º – Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único.

Esse é o voto do Relator, Senador Tião Viana, com o qual nós particularmente concordamos, até porque só faz uma correção.

Gostaria registrar que o ex-Senador do Estado do Pará Ademir Andrade, que não se encontra mais nesta Casa, sem dúvida nenhuma, nos traz uma proposição muito interessante quanto ao transplante.

O voto do parecer é pela aprovação desse substitutivo.

É o voto do Relator, com o qual concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srº Presidente, quero apenas concordar com a Relatora. Trata-se de assunto importante, pois sabemos que existem milhares de brasileiros nas filas, esperando poder, por meio de um transplante, ter uma nova vida.

Recentemente, em Minas Gerais, uma revista regional editou matéria mostrando várias e várias pessoas que ganharam uma nova vida após o transplante. Hoje, o sistema é utilizado com muita segurança em vários pontos do País, e realmente precisamos facilitar ao máximo a disponibilização de órgãos.

No passado, tivemos, na carteira de identidade, a identificação de doador, mas a legislação fixava que aquele que não determinasse seria doador potencial. Isso acabou gerando muita confusão, e houve alteração. Lamento, pois acredito que a situação ideal era a anterior, em que todos, **a priori**, seriam doadores, e, caso não quisesse, deveria declarar.

Esse é um fato passado que podemos rediscutir no futuro, mas não é o caso em tela. O que se está

discutindo merece todo o apoio e a minha posição é favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocá-la em votação assim que tivermos um **quorum** qualificado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) Srª Presidente, gostaria de solicitar a inversão de pauta, para que fosse discutido primeiro o Projeto de Lei do Senado nº 124.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já está aqui para ser lido o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002, que altera o art. 20, da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em caso de destruição de casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito. Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Efraim Morais. O parecer é pela aprovação do projeto com emenda de redação.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais para proferir seu relatório.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Srª Presidente, primeiramente agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa pela solicitação de inversão de pauta para a discussão e votação do projeto de que sou Relator.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu pedirei vista do projeto.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Srª Presidente, é submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002, que tem por finalidade permitir ao trabalhador sacar o FGTS em casos de destruição da casa própria em razão de calamidade pública ou caso fortuito, nos termos que o Conselho Curador vier a regulamentar.

Na justificativa de sua iniciativa, o autor da proposição alega: “Tal iniciativa coaduna-se com a finalidade social do FGTS, que, além de disponibilizar recursos para a aquisição da casa própria, visa a conferir proteção financeira mínima ao trabalhador em casos de emergência, conforme hoje se verifica nas situações de desemprego involuntário e doença grave”.

Com efeito, não há que se questionar que a utilização dos recursos para a reconstrução do lar destruído em virtude de situação fortuita uma simultaneamente o direito à moradia com a consecução do objetivo de disponibilizar recursos para os casos emergenciais.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise

Instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, o FGTS veio a se constituir como alternativa para o direito de indenização e de estabilidade para o empregado, bem como para uma poupança compulsória a ser formada pelo trabalhador e utilizada em determinadas ocasiões. O FGTS é uma conta bancária, formada pelos depósitos efetuados pelo empregador e utilizados pelo trabalhador nas ocasiões em que se verificam as hipóteses previstas na legislação para o seu levantamento.

A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que substitui o diploma legal supracitado, determina que os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. Além disso, o trabalhador pode sacar do FGTS para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional para liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário e, por fim, para pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria sob certas condições. Como se vê, entre as modalidades de liberação de recursos do FGTS ao trabalhador não está incluída a possibilidade de sua utilização em casos de destruição da casa própria do trabalhador em razão da calamidade pública ou caso fortuito.

Vale lembrar que muitas iniciativas foram tomadas por Parlamentares, a fim de permitir o saque do FGTS para objetivos que não se coadunam com a finalidade para a qual o fundo foi criado. Felizmente, nenhuma delas chegou a termo. Entretanto, o projeto em apreço não pode ser arrolado entre aquelas proposições que desvirtuam os propósitos do FGTS. Na verdade, o presente projeto, sem fugir dos objetivos do FGTS, busca possibilitar ao trabalhador a reconstrução da sua casa própria, eis que, como sabemos, na maioria das vezes, o Estado que deveria socorrer o cidadão não dispõe de recursos para fazer os reparos nas casas atingidas por calamidades públicas. Sem dúvida alguma, a proposição é meritória e de grande alcance social, tendo em vista que os depósitos do FGTS representam, para a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, a única fonte de recursos para reconstruir e preservar o patrimônio. Por último, tendo em vista que o art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, já contém 15 incisos, cabe-nos apresentar emenda de redação ao projeto, eis que o seu autor não enumerou adequadamente o dispositivo que pretende acrescentar.

Eis o voto, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação total do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2002, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA

Renuncie-se o inciso XIII do art. 20 para XVI, constante no art. 1º.

É o nosso relatório, Sr.^a Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr.^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra a V. Ex.^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr.^a Presidente, não vou entrar no mérito da matéria. Estou pedindo vista do projeto e justifico meu pedido. Mesmo considerando realmente meritório o projeto, pelo fato de haver no Senado várias proposições apensadas e como se realizará uma audiência pública à qual comparecerá inclusive representante do Conselho Curador do FGTS, que nos deverá ajudar a definir nossa posição, julgo conveniente pedir vista apenas para que possamos posteriormente apresentar o requerimento solicitando a apensação das matérias, visando facilitar nossa definição. Solicito, pois, vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedida vista, na forma regimental.

Não havendo **quorum** qualificado para a votação de matérias de ordem terminativa, vou encerrar a reunião. Antes, porém, faço um apelo aos Srs. Senadores no sentido de que compareçam à próxima reunião, pois há vários projetos de lei prontos para serem apreciados. Precisamos dar agilidade aos nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h40min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

Ata da Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) Da Comissão De Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 17 de setembro de 2003, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, do dia dezoito de setembro de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, sob a presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA** e do Senhor Senador **PAPALÉO PAES**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA**, **MARIA DO CARMO ALVES**, **PATRÍCIA**

SABOYA GOMES, **SERYS SLHESSARENKO**, **FÁTIMA CLEIDE** e **HELOÍSA HELENA** e dos Senadores **EURÍPEDES CAMARGO**, **AELTON FREITAS**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **MAGUITO VILELA**, **AMIR LANDO**, **NEY SUASSUNA**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **LEOMAR QUINTANILHA**, **EDUARDO AZEREDO**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **OSMAR DIAS**, **DELCÍDIO AMARAL**, **TIÃO VIANA**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **HÉLIO COSTA**, **ROMERO JUCÁ**, **CÉSAR BORGES**, **DEMÓSTENES TORRES**, **JOÃO RIBERIO**, **TASSO JEREISSATI**, **LEONEL PAVAN**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **ALMEIDA LIMA**, **PAULO OCTÁVIO**, **PAULO PAIM**, **EDUARDO SUPPLY**, **ROMEU TUMA** e **LUÍZ OTÁVIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Vice-Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a audiência pública sobre A reforma da Previdência, com a presença do Ministro de Estado da Previdência Social, **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**. Após a explanação, interpelam o Senhor Ministro as Senadoras **FÁTIMA CLEIDE**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **MARIA DO CARMO ALVES** e **SERYS SLHESSARENKO** e os Senadores **MÃO SANTA**, **GARIBALDI ALVES FILHO**, **EDUARDO SUPPLY**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **EDUARDO AZEREDO**, **ROMEU TUMA**, **DEMÓSTENES TORRES**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **CÉSAR BORGES** e **PAULO PAIM**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta. **Notas Taquigráficas da Reunião da CAS do dia 17-9-03**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata anterior.

As Sr.^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem sentados. (Pausa).

A presente reunião destina-se à audiência pública sobre a Reforma da Previdência com a presença dos seguintes convidados: Ministro de Estado da Previdência Social, Ricardo José Ribeiro Berzoini; foram convidados alguns Governadores que não confirma-

ram presença em razão do adiantado da hora do convite. Portanto, até agora não tivemos nenhuma confirmação.

Sr. Ministro, gostaria de externar a nossa satisfação com a presença de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais. Sua presença nesta Comissão, mesmo não sendo uma exigência regimental, demonstra a capacidade de diálogo que V. Ex^a demonstrou ao longo das discussões sobre a Reforma da Previdência.

Muitos dos que ouviram podem não concordar com a proposta inspirada por V. Ex^a, porém, é inegável – e isso foi testemunhado aqui até mesmo pela Oposição – o seu domínio numérico e conceitual da matéria, bem como a sua sensibilidade.

Queremos deixar registrado que o esforço desta Comissão para cumprir suas funções e marcar nesta Casa que o compromisso assumido por todos nós que representamos os nossos Estados é com a retomada do crescimento econômico do País, tendo como centralidade a inclusão de milhares de brasileiros que estão à margem do desenvolvimento do País.

Sabemos que a maioria dos Senadores aqui presentes deseja que V. Ex^a faça, aqui, hoje, uma análise do projeto dentro do enfoque social. Dentre as propostas que ainda inquietam os Srs. Senadores está a inclusão dos 40 milhões de brasileiros que estão à margem do sistema previdenciário.

A questão da taxação dos inativos divide as opiniões, sendo que alguns defendem a extinção dessa taxação; outros, porém, buscam atenuar a proposta excluindo dessa taxação aqueles que são portadores de doenças crônicas degenerativas e que estejam acima dos 70 anos; e outros ainda expressam a necessidade de humanizar a transição, questão que angustia aqueles que não percebem um sinal ainda do Relator. Quanto à aposentadoria das donas de casas, das empregadas domésticas que hoje movimentam e mobilizam as ruas do País, naturalmente, a proposta não acena ainda nessa direção. A previdência privada de caráter privado e natureza pública gera ainda uma desconfiança.

Essas e outras preocupações de natureza social serão, sem dúvida, enriquecidas com os questionamentos das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Portanto, passo a palavra a V. Ex^a para que possa fazer a sua exposição.

Eu gostaria de dizer que, a meu lado, encontra-se o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão de Saúde.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra V. Ex^a.

ASRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT-AL) – Sr^a Presidente, saúdo a iniciativa de V. Ex^a e dos Parlamentares em trazer esse debate a esta Comissão que, de fato, trata da seguridade social.

Tenho um questionamento, porque havíamos sido informados de que alguns governadores viriam participar do debate. Eu gostaria de ser informada se S. Ex^{as} vão estar presentes na Comissão ou se não foi possível em razão do momento em que foi feita a proposta de que estivessem aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Heloísa Helena, o convite foi feito ontem por volta das três horas da tarde e, naturalmente, os governadores, com as agendas bem comprometidas, dificilmente poderiam estar presentes nesta audiência pública. Entendemos que não deveríamos estendê-la ou adiá-la, uma vez que existe um cronograma, e esta Presidência entendeu que não deveríamos alterá-lo.

Passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Ricardo José Ribeiro Berzoini.

O SR. RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI – Excelentíssima Presidente da Comissão, Senadora Lúcia Vânia; Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente; nobre Relator, Senador Tião Viana; Sr^{as} e Srs. Senadores, é um prazer estar, mais uma vez, em uma Comissão do Senado Federal, neste caso, uma Comissão que tem diretamente a ver com o assunto, do ponto de vista da preocupação da relação da Previdência com a questão social, que é prioritária. E prazer maior ainda é prosseguir com um debate decisivo para o País, pois representa uma discussão fundamentalmente social, em que a visão de Justiça orçamentária está combinada com a visão de proteção social e também com a dimensão fiscal que o debate pressupõe, até porque, quando se fala em dimensão fiscal, não estamos tratando apenas de números ou de impactos financeiros, mas basicamente de impactos econômicos, que têm forte apelo social e que, com certeza, merecem nossa maior atenção. Digo isso porque todos debatemos, no mundo político, qual a melhor política econômica, qual a melhor estratégia macroeconômica, que ações microeconômicas um governo deve empreender a fim de viabilizar metas que são orientações do nosso próprio texto constitucional, como, por exemplo, a busca de uma economia solidária, de um nível de emprego adequado, de um sistema tributário que possa gerenciar e proces-

sar a atividade econômica e a geração de riquezas em benefício da maior parte da população.

Não é segredo para ninguém que a questão previdenciária se insere nesse grande debate econômico e social estratégico de duas maneiras: de um lado, é necessário debater que custo tem o sistema previdenciário para o País, como esse custo é distribuído e como, na geração dos benefícios, se garante que o princípio de alocação dos benefícios será o da Justiça social e da proteção social.

A Previdência Social surgiu, na história da humanidade, como instrumento de proteção àqueles que têm qualquer dificuldade para se manter no mercado de trabalho. Originalmente, com uma característica vinculada às questões de acidente de trabalho e de aposentadoria por idade, ou seja, a lógica de proteger o cidadão trabalhador quando atinge uma idade em que tem dificuldade para permanecer em sua atividade laboral, e a lógica da proteção, quando esse mesmo cidadão sofre qualquer tipo de infortúnio que pode provocar sua incapacidade para o trabalho e, em alguns casos, a sua ausência, quando morre em um acidente de trabalho.

Portanto, essa é a origem da Previdência Social, em termos históricos. Ao longo do Século XX, diversos países organizaram sua previdência social em torno desses objetivos. Evidentemente, com acertos e erros, com equívocos históricos, com falta de previsão, em alguns casos, de qual seria a evolução demográfica de cada país. Mas o fato é que os sistemas se constituíram dessa maneira.

No Brasil há, hoje, a partir da Constituição Federal de 1988, a definição de dois grandes sistemas de previdência. Há um terceiro, que é a previdência complementar, que existe há muito tempo em nosso País. Mas os dois grandes sistemas são: a Previdência do INSS, o Regime Geral de Previdência Social, previsto no art. 201 da Constituição Federal, dentro da seguridade social, que está na Constituição Federal, do art. 194 ao art. 202, e que inclui também a saúde e a assistência; e, na outra ponta, no art. 40, um sistema previdenciário específico para servidores públicos da União, Estados e Municípios, obviamente com a exceção daqueles municípios que optaram por permanecer no regime geral, que são a maioria. Hoje, dos municípios brasileiros, apenas 38,5% têm regimes próprios de previdência social, a maioria está vinculada ao INSS. Há um movimento crescente de municípios com regime próprio encerrarem essa atividade e aderirem à Previdência do INSS.

Então, temos esses dois grandes sistemas de previdência social. No caso do INSS, como tenho

dito, é a grande previdência dos brasileiros, o INSS é a previdência geral, por isso tem o nome de regime geral. Ele tem a característica de uma cobertura limitada a um teto, um teto que já foi de 20 salários mínimos, foi de 15, de dez e atualmente está em 7,6 salários mínimos aproximadamente e, aprovada a PEC nº 67, voltará, ainda que sem vinculação de indexação ao salário mínimo, mas indexado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, a dez salários mínimos, chegando a R\$2.400. Por que não vincular? Porque seria uma amarra a mais para a política de retomada de valor do salário mínimo que, com certeza, já está indexado pelo piso, que já é um fator de restrição e constrangimento, mas que acreditamos um fator correto de indexação – seria incorreto indexar também pelo teto –, pois há uma recomposição como forma de recuperar a credibilidade do INSS.

O INSS tem outras características importantes, ele tem a média, ou seja, o benefício é concedido de acordo com a média de contribuições, não pela última remuneração, não por meio de uma visão de que é possível sustentar um sistema previdenciário que conceda benefícios pela última remuneração do trabalhador.

O INSS também tem uma característica muito específica, que é abrigar no seu interior – por decisão dos Constituintes de 1986, que trabalharam em 1987 e 1988 para gerar a Constituição – a previsão do sistema rural de previdência, a aposentadoria dos segurados especiais, que tem hoje um papel social fundamental no nosso País. São 6.9 milhões de pessoas, podemos até dizer que são 6.9 milhões de famílias que dependem, para sua sobrevivência, da Previdência Rural dos segurados especiais, um sistema que merece aperfeiçoamento. Ontem mesmo assinei um decreto que aperfeiçoa esse sistema que vai ser divulgado para toda a imprensa como fruto de um acordo com a Contag. Estamos discutindo com a CNA, a Confederação Nacional da Agricultura, também um aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação e de concessão de benefícios, de forma que possamos aperfeiçoar sistema tão importante para o País.

Esse sistema é o maior programa de renda mínima, porque, embora seja previdenciário, a sua configuração não requer uma comprovação de contribuição similar ao do sistema urbano. Portanto, é um sistema que pode ser muito aperfeiçoado, independentemente de emenda constitucional, por intermédio de leis, de decretos e de instruções normativas do próprio Ministério da Previdência. Portanto, algo que pode merecer aperfeiçoamento constante por parte do Poder Público.

Temos, de outro lado, os beneficiários urbanos, que são hoje todos os trabalhadores das empresas privadas; todos os trabalhadores das empresas públicas estatais, ou seja, empresas que têm seu regime pela CLT, portanto, vínculo com o INSS, como no caso do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras e outras; e também de todos aqueles autônomos, empregados domésticos, enfim, pessoas que, conscientes da necessidade de previdência social, de proteção previdenciária, buscam a sua filiação por meio também da iniciativa pessoal.

Esse é um sistema que tem hoje 28 milhões de contribuintes. São 28 milhões de brasileiros que estão hoje na situação de contribuintes, portanto, uma relação de 28 milhões de contribuintes para 19 milhões de beneficiários de previdências urbana e rural, e mais dois milhões de beneficiários que não são previdenciários, são assistenciais, mas cuja política, cujo gerenciamento e operacionalização da concessão, do reconhecimento de direitos e do pagamento é feito pela estrutura da Previdência, por meio do INSS, são os benefícios da LOAS, que são pagos por meio do INSS.

Ou seja, a Previdência do INSS é o grande sistema de previdência que protege a sociedade brasileira. Ele tem uma movimentação anual prevista para este ano de R\$107 bilhões. Pagaremos, possivelmente até dezembro, R\$107 bilhões e vamos arrecadar – também possivelmente até dezembro – R\$82 bilhões. Portanto, um desequilíbrio de R\$25 bilhões entre os pagamentos efetuados e a arrecadação direta, porque todos sabem aqui que a previsão constitucional, no financiamento da seguridade social, com o desequilíbrio do regime contributivo do Sistema Geral de Previdência Social pode ser coberto por contribuições sociais, como a CPMF, a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Portanto, não há nenhuma incongruência no Sistema Geral de Previdência Social apresentar um desequilíbrio, desde que esse desequilíbrio seja objeto de um controle permanente e que o subsídio presente nesse sistema se dirija prioritariamente àquela faixa da população que depende do subsídio. Tenho dito, sistematicamente, que o nosso Governo não é contra subsídio a nenhum sistema previdenciário, ou seja, o subsídio orçamentário, por meio de contribuições sociais a um sistema previdenciário é plenamente admissível e até desejável, desde que esse subsídio vá para aqueles que efetivamente precisam – por exemplo, os trabalhadores rurais, os segurados especiais rurais –, ou parcelas da população urbana que têm dificuldade de se manter no mercado de tra-

balho formal ao longo de 35 anos, no caso do homem, e 30 anos, no caso da mulher. Isso é muito comum. Cinquenta por cento das aposentadorias do INSS são concedidas por idade e não por tempo de contribuição. É bom lembrar que o texto constitucional prevê que aposentadoria por idade é aos 65 anos para o homem e aos 60 para a mulher. Portanto, é importante que todos nós registremos este fato: 50% dos aposentados do regime geral se aposentam por idade, é a camada mais frágil da população. O requisito mínimo hoje para aposentar por idade são 11 anos de contribuição. Há uma tabela que acrescenta um período a cada ano que passa, de modo que chegaremos, dentro de alguns anos, em 2011, se não me engano, a um tempo fixo de 15 anos de contribuição como tempo mínimo para ter acesso a uma aposentadoria por idade. Por tempo de contribuição, como todos sabem, 35 anos para o homem, 30 anos para a mulher, no Sistema Geral de Previdência Social.

Portanto, em síntese, podemos dizer que o INSS é um sistema de previdência que tem essa característica social clara, que tem a preocupação de proteger a base do sistema, que tem a característica de limitar por um teto, que tem a característica de observar a média das contribuições para a concessão do benefício e que atende um percentual enorme da população brasileira, sejam segurados ativos, sejam segurados aposentados ou pensionistas.

Dos 19 milhões de benefícios do INSS, 75% são aposentadorias e pensões; 25% são salário-maternidade, auxílio acidente, auxílio-doença, auxílio reclusão e outros benefícios de menor relevância.

De outro lado, há o sistema de previdência dos servidores públicos, aquele do art. 40 da Constituição, que prevê regras muito diferentes das regras do INSS. Uma das principais distorções é a chamada aposentadoria integral. Por que distorção? Porque é algo que não tem concepção previdenciária. A concepção previdenciária internacional, aperfeiçoada e aprofundada ao longo das décadas, prevê reposição de renda parcial no momento da aposentadoria ou de outro evento. Então, nos sistemas da Europa, da América Latina, da Ásia e da América do Norte, normalmente a reposição é de 60%, 70% ou 80% a renda, dependendo do tipo de mecanismo contributivo.

Em alguns países, por exemplo, para aposentadoria, o critério é 70% da média dos últimos dois anos; em outros 75% da média dos últimos cinco anos.

Em alguns países, as pensões refletem 50% da remuneração do servidor ou do trabalhador que gerou aquela pensão; em outros, 70%; alguns combi-

nam a existência da viúva com a de um ou mais órfãos; outros combinam a idade em que essa viúva percebe o benefício com a sua expectativa de vida, ou com a sua inserção ou não no mercado de trabalho, ou com a sua relação de dependência econômica. Portanto, a aposentadoria e pensão integral são elementos descompromissados com uma boa técnica previdenciária. Por quê? Porque eles só poderiam ser gerados, caso houvesse ou uma idade muito avançada de concessão do benefício ou uma contribuição muito elevada, tanto do empregado quanto do órgão empregador. Ou seja, para garantir a aposentadoria integral, ainda mais na concepção do art. 40, em que não existe nenhuma correlação dessa integralidade com a trajetória do servidor, podendo haver, inclusive, averbação de 25 ou 30 anos de tempo do INSS, que tem teto, obviamente, haveria um desequilíbrio atuarial brutal, e, para compensar esse desequilíbrio, haveria uma contribuição extremamente elevada, insuportável tanto pelo servidor quanto pela entidade estatal que o emprega, seja União, Estado ou Município, seja a administração direta, autárquica ou fundacional.

O primeiro defeito do art. 40 é esse, que estamos buscando eliminar para os novos servidores e, para os atuais servidores, condicionar a uma regra clara. Na contribuição, uma participação no sistema sete anos maior; um tempo mínimo de permanência no serviço público maior, um tempo mínimo na carreira também maior, diferenciando, nesse caso, carreira e cargo, já que o atual texto só prevê o tempo no cargo. Na nossa proposta, há o tempo na carreira, dez anos, e o tempo mínimo no cargo permanece igual ao texto constitucional atual, que é de cinco anos. Portanto, ao eliminar esse mecanismo indevido que é a integralidade para os futuros servidores, condicionando-o para os atuais a uma série de pré-requisitos, estamos dando uma maior concepção previdenciária, menos paternalista, menos onerosa ao bom equilíbrio do financiamento previdenciário e, portanto, capaz de superar um dos grandes equívocos da Previdência dos servidores públicos.

A outra grande questão que está presente no art. 40 e que nos parece bastante equivocada é a paridade. A paridade representa, no nosso entendimento, uma amarra para a Administração Pública e, de outro lado, um prejuízo justamente para aqueles segmentos menos favorecidos do próprio funcionalismo, porque todos conhecem a capacidade de pressão e mobilização de determinados segmentos para conseguir reestruturações de carreira, enquanto outros passam, muitas vezes, 10 e 20 anos, sem conseguir

qualquer tipo de modificação no seu plano de carreira. Então, a paridade acaba funcionando como um reajuste disfarçado para a proteção contra a inflação. Foi o que ocorreu durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que não houve reajuste para compensar as perdas inflacionárias; apenas em 2002, houve um reajuste de 3,5%, mas muitas carreiras, se observarmos o boletim de pessoal do Ministério do Planejamento, conseguiram 75%, 80%, 110%, porque pressionaram o Parlamento e obtiveram resultado legitimamente. São lutas legítimas, corretas; obviamente, cada corporação tem os seus interesses e busca defendê-los.

Nós, que estamos representando o povo brasileiro, evidentemente devemos pensar como combinar esses legítimos interesses corporativos com o interesse maior da Nação e da sociedade com um todo. Nesse sentido, buscamos para os futuros servidores também eliminar o princípio da paridade, mas manter condicionalmente para os atuais, com a mesma condicionalidade prevista para a integralidade – ou seja, só terá paridade quem alcançar a integralidade – e preservar para os demais servidores, atuais ou futuros – atuais, aqueles que não esperarem pela integralidade, e futuros, todos –, um princípio que, a nosso ver, é mais justo e mais eficaz, que é o mesmo princípio do regime geral da Previdência Social, que é a preservação do valor real do benefício por um índice de preços. Por exemplo, neste ano, os aposentados do INSS tiveram 19,7% de reajuste. Se fosse uma decisão discricionária do Poder Executivo ou mesmo do Poder Executivo e do Poder Legislativo, talvez não tivessem tido o reajuste de 19,7%, já que o orçamento é bastante apertado. Na verdade, a aplicação desses 19,7% reflete a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, que é o melhor índice para se aplicar a esse tipo benefício, porque mede a inflação de 1 a 8 salários mínimos e, portanto, abrange praticamente a totalidade dos aposentados pelo INSS.

Então, a nossa proposta é que o reajuste dos benefícios para aqueles servidores que não aguardarem pela integralidade e também para todos os novos servidores, empossados após a reforma constitucional, seja garantido da mesma forma que o dos aposentados pelo INSS.

Um terceiro fator importante que merece bastante debate e que tem sido objeto de bastante controvérsia é a chamada contribuição dos aposentados e dos pensionistas. No caso brasileiro, por não haver a integralidade e a paridade, a ausência dessa contribuição até hoje resultou na possibilidade, ao haver a

concessão da aposentadoria, de a renda líquida do servidor se tornar maior que a renda líquida do servidor na atividade. Ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, citei um exemplo de uma pessoa que, tendo uma remuneração de R\$5 mil, paga, se for servidor federal hoje, R\$550 por mês de contribuição previdenciária. Ao se aposentar, deixando de pagar, a sua renda líquida, que era de R\$4.450, passará imediatamente a ser – evidentemente, é um líquido ainda antes da tributação do Imposto de Renda – de R\$5 mil. Portanto, ela tem um aumento de R\$4.450 para R\$ 5 mil, o que significa uma majoração de 12,3% na sua remuneração líquida antes da tributação do Imposto de Renda. No nosso entendimento, isso é uma contradição flagrante, porque incentiva o servidor a se aposentar, ao invés de incentivá-lo a permanecer na ativa.

A existência de uma contribuição de servidores aposentados e pensionistas é, no nosso entendimento, uma medida justa, especialmente quando verificamos que, tanto por meio da proposta original que remetemos à Câmara dos Deputados quanto por meio do texto com mudanças providas da Câmara dos Deputados, existindo uma faixa de isenção que protege exatamente a renda básica de sobrevivência, ela não só isenta a maioria dos servidores – a imensa maioria dos servidores públicos ficará isenta dessa cobrança de aposentados e pensionistas – como ela somente tributa a partir da renda que excede aquela faixa de isenção, para aqueles que terão de contribuir ao terem renda superior à da faixa de isenção.

Portanto, observa-se um critério básico que dá progressividade. Por exemplo, quem ganha uma aposentadoria de R\$1,5 mil, pelo critério aprovado pela Câmara dos Deputados, se for um servidor estadual, vai pagar apenas sobre R\$300. Portanto, esse servidor não pagará 11%, pagará um percentual bem menor que isso sobre a sua renda bruta.

Outra questão importante, fruto da Emenda nº 20 que, no nosso entendimento, foi aperfeiçoada pela PEC nº 40, hoje PEC nº 67, no Senado Federal, é estabelecer uma mudança na regra de transição. A nossa proposta de emenda não muda a idade mínima, o que já está na Emenda nº 20.

De certa forma, o nosso objetivo foi tornar mais favorável ao servidor atual a opção pela permanência até a idade da Emenda nº 20, que é de 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher, ou seja, não houve mudança de idade, mas há para o atual servidor – e somente para o atual, já que para o futuro, inclusive aqueles que ingressaram após 98, já têm a idade de 60 e 55 anos como regra fundamental – mas para os

atuais servidores, que ingressaram antes de 98 e que tinham o direito – têm até hoje. Não tinham por não foi aprovada a Emenda ainda –, têm direito a uma regra de transição que prevê apenas um pedágio de 20% sobre o tempo faltante na data da promulgação da emenda, o nosso objetivo é tornar mais atrativa a permanência do que aposentadoria.

De forma que possamos, através desse mecanismo, continuar garantindo a quem quiser se aposentar precocemente o direito a se aposentar, mas onerando essa aposentadoria precoce com uma redução que será de 24,5% para aqueles que adquirirem direito até 2005, e de 35%, se reduzido em todos os sete anos, para aqueles que adquirirem direito após 2006.

O percentual de 24,5%, porque a previsão no texto aprovado na Câmara é de 3,5% ao ano, que, acumulados dão 24,5%. Seria de 35% para aqueles que adquirem direito após 2005 – portanto, a partir de 2006 –, a redução é de 5% ao ano. Portanto, trata-se de uma redução que se somadas, são sete anos, resulta em 35%; se forem 06 anos, 30%; 05 anos; 25% e assim por diante.

A grande questão que tem sido levantada – foi levantada na Câmara, assim como aqui no Senado – é se não é uma regra de transição muito dura. Eu diria que, nesse caso, temos de analisar “dura” com quem? “Dura” para quem? Se de um lado temos o servidor com a expectativa de se aposentar, do outro temos o conjunto da sociedade, que tem a expectativa de pagar. Um pagamento que pode ser justo e legítimo se houver a decisão política nesse sentido. Mas um pagamento que hoje representa, por uma série de fatores, ausência de contribuição de inativos, a integralidade, a paridade, e assim por diante, um subsídio. A sociedade brasileira subsidia o sistema de Previdência dos servidores no montante de 40 bilhões de reais por ano. Ou seja, descontada a contribuição dos servidores; descontada a contribuição real ou hipotética que deveria dar a União, os Estados e os Municípios – eu digo hipotética porque foi calculada como se fosse. Até porque todos gastam bem mais do que a contribuição que deveria ser dada. Temos um subsídio que vem das contribuições sociais, que vem dos impostos em geral de 40 bilhões de reais ao sistema. É um subsídio que, evidentemente, a sociedade pode decidir manter, reduzir, eliminar etc. O fato é que há um subsídio a um segmento da população que, no nosso entendimento, faz parte da população incluída, porque servidora pública, com uma série de direitos, inclusive com o direito que os trabalhadores da iniciativa privada não têm, que é a proteção

contra a demissão imotivada, que consideramos extremamente justa, até para a preservação do Estado. Mas deve ser um direito valorizado como um fator a mais de proteção social e que inclui ainda mais o servidor público.

Sabemos também que há servidores públicos das mais diferenciadas inserções sócio-econômicas, dos mais pobres aos menos pobres, aos mais aquinhoados. No entanto, para todos significa uma situação de inclusão social. Uma situação de emprego, salário e proteção previdenciária melhor do que a média dos trabalhadores brasileiros, inclusive dos que estão excluídos de qualquer tipo de relação de emprego e Previdência.

Essa regra de transição, que pressupõe a preservação de expectativa de aposentadoria aos 53 e aos 48 anos, porém reconhecendo politicamente, economicamente e previdenciariamente que uma aposentadoria aos 53 anos para o homem e aos 48 anos para a mulher é extremamente onerosa ao Estado e, por consequência, à sociedade. Por isso devemos desestimulá-la. Devemos estimular que o servidor permaneça até a idade de 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher para que se aposentem os atuais com a integralidade. Esse foi um processo de negociação, que não existia na proposta original, e que foi absorvida em uma negociação política que nos parece bastante adequada e que, no nosso entendimento, é uma conquista dos atuais servidores, porque garante a possibilidade de integralidade, o que seria eliminada pelo projeto original.

Outro fator importante que merece a nossa consideração é a questão dos fundos de pensão: o sistema de previdência complementar para os futuros servidores. Aqui há um debate que assumiu, em alguns momentos, um tom ideológico e bastante acirrado em razão talvez até da falta de debate prévio. A previdência complementar já existe no Brasil. São mais de 370 fundos de pensão fechados e o sistema aberto, que é praticado por empresas do ramo.

No caso dos servidores públicos não se fala em Previdência aberta, não se fala em privatização, em qualquer sistema que tenha como característica fins lucrativos. A previdência fechada, como todos conhecem, é composta por fundos de pensão fechados, sem fins lucrativos, patrocinados por empresas privadas ou públicas. Recentemente, por meio da Lei Complementar nº 109, com a regulamentação que realizamos a respeito do tema, também há possibilidade de fundo sem patrocinador, fundo instituído por entidade associativa, sindical ou cooperativa. Podem organizar a poupança previdenciária dos associados,

sem a existência de patrocinador da empresa que patrocina.

Se aprovada a PEC nº 67, com certeza, iniciará-se o processo de organização dos fundos de pensão patrocinados pela União, pelos Estados e Municípios da administração direta, autárquica ou fundacional. Os servidores atuais terão acesso à aposentadoria integral ou a uma aposentadoria, não sendo integral, que não terá um teto igual ao do regime geral. Somente aqueles que quiserem aderir voluntariamente – há uma possibilidade prevista no atual texto constitucional que também é mantida pela PEC nº 67 – terão possibilidade. Quem quiser aderir voluntariamente poderá migrar para o sistema com teto e complementação. De maneira obrigatória, somente os servidores que ingressarem apenas após a aprovação da PEC nº 67, mas também exclusivamente para aqueles que ingressarem após a fundação do fundo de pensão pela União, pelo Estado ou pelo Município.

Por que a natureza desses fundos é de fundo de pensão fechado sem fins lucrativos? Entendemos que dá maior segurança aos servidores o fato de não haver interesse de lucro em um sistema que é, basicamente, de proteção social. Por que organizar sob a forma de fundo fechado? Para garantir a participação dos servidores, de acordo com a Lei Complementar nº 108, de forma partidária na gestão dos fundos. Os servidores poderão eleger os seus representantes na administração do fundo de pensão. O ente federado poderá indicar os outros 50% para a gestão. De modo a conciliar, na gestão, os interesses do patrocinador e os interesses dos participantes. É o modelo que defendemos para os fundos de pensão patrocinados por empresas públicas e privadas. Defendemos, também, para aqueles que serão participantes como servidores públicos.

São os fundos de pensão que vão organizar os seu fundo de benefício e o seu plano de custeio de maneira equilibrada. Ao discutir qual vai ser a gama de benefícios, a idade para conceder e o cálculo de como concedê-los, terá que haver a co-relação objetiva com o plano de custeio. Parece-me que essa é a grande evolução conceitual para a Previdência dos servidores. Hoje, não há qualquer co-relação entre custeio e concessão. Particularmente, no sistema básico, que vai até o teto do regime geral, continuará a haver a possibilidade de subsídio. Pode ser que as receitas não sejam suficientes para cobrir as despesas. É possível que se aproximem. Haverá uma média e não mais integralidade. Haverá uma média das con-

tribuições ao longo de pelo menos 80% da vida laboral do servidor.

Na complementação, haverá o perfeito equilíbrio, ou seja, acima do teto do regime geral não haverá qualquer tipo de subsídio. Haverá a contribuição da União, do Estado, do Município e do servidor e a adequação do plano de benefício ao plano de custeio, como já ocorre nos fundos de pensão patrocinados por empresas públicas ou privadas.

Creio que esse seja o grande avanço, não apenas porque vai gerar poupança interna, não apenas porque é um modelo que permite a capitalização, portanto, a constituição de reservas garantidora dos benefícios, mas principalmente, porque permite ao servidor ter uma visão totalmente transparente daquilo que ele paga por aquilo que ele recebe, ou seja, a visão entre o custo da Previdência e a proteção social correspondente.

Para concluir, Sr^a Presidente, pois vejo que o meu tempo se esgotou, eu queria comentar...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Fique à vontade, Ministro. Creio que esta seja uma grande oportunidade, pois a Casa está cheia, e vários Senadores vão participar de outros debates. Creio ser uma grande oportunidade.

O SR. RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI – Eu gostaria de comentar sobre a inclusão da questão previdenciária que tem sido objeto de debate e, no meu entender, ganhou uma relevância extraordinária e muito positiva para o País, que é o debate sobre os brasileiros que participam da população economicamente ativa e estão excluídos da previdência. São 40 milhões – segundo os dados da Pnad – de brasileiros que trabalham para prover renda à sua família e não têm qualquer tipo de cobertura previdenciária.

Se fizermos uma verificação mais detalhada deste contingente vamos verificar que 22 milhões têm renda inferior a um salário mínimo.

Portanto, o nosso grande objetivo enquanto sociedade, enquanto nação deve ser propiciar as condições econômicas e sociais para que alcancem renda superior a um salário mínimo, o que é pouco provável que consigamos, por mais generosos e por mais operosos que sejamos da constituição de um modelo previdenciário garantir cobertura previdenciária para pessoas que não chegam sequer à renda de um salário. É preciso na verdade criar condições para que essa renda supere a um salário mínimo e, ao mesmo tempo, prover políticas assistenciais capazes de gerar algum tipo de proteção. Mas temos 18 milhões de pessoas com renda superior a um salário mínimo. E

se formos examinar quem são esses brasileiros vamos verificar que sete milhões são empregados sem carteira assinada, são pessoas que têm relação de emprego sem carteira assinada.

Portanto, cabe aí uma ação educativa, uma ação fiscalizatória e também uma ação normativa, no sentido de propiciar uma maior inserção desses brasileiros. Uma das ações está na reforma tributária, que é a proposta de desoneração parcial da folha de pagamento por meio da instituição de uma contribuição sobre valor agregado para a Previdência.

De modo que se equilibra melhor o fator folha de pagamento com o fator agregação de valor do processo produtivo, ou seja, temos claramente, de uma maneira bastante objetiva, o seguinte: uma empresa que agregue muito valor empregando menos também terá uma oneração previdenciária, e uma empresa que agregue menos valor empregando mais, ela terá um certo alívio na sua contribuição. Isso é positivo do ponto de vista da estratégia de financiamento da Previdência Social e facilita a inclusão, porque sabemos que muitos desses não registrados, um dos motivos do não-registro é que, de certa forma, o registro se transforma para o empresário em um custo fixo ou quase fixo, porque a única possibilidade de variá-lo é pela demissão que nem sempre é desejável, nem socialmente e nem empresarialmente.

Do ponto de vista desses sete milhões de brasileiros, a essência da inclusão passa por educação, por fiscalização e por melhoria no incentivo à formalização da mão-de-obra. Temos oito milhões de trabalhadores por conta própria. São pessoas que ou sequer ingressaram no mercado de trabalho formal ou decidiram não ingressar, ou foram excluídos, pela situação econômica e social desse mercado de trabalho formal.

Portanto, esses oito milhões de brasileiros precisam de um acesso facilitado à Previdência Social. E a PEC nº 67 já prevê como um comando constitucional que lei disporá sobre um sistema especial de inclusão previdenciária urbana com um sistema subsidiado, um sistema diferenciado de contribuição que nos permitirá garantir um nível maior de acesso à filiação.

A nossa idéia nos estudos que estamos realizando, é garantir, através de lei ordinária, uma contribuição reduzida, de 8% do salário mínimo, como critério de filiação para um sistema que teria todos os benefícios do INSS, com exceção da aposentadoria por tempo de contribuição, teria o acesso apenas à aposentadoria por idade. Portanto, uma forma de inclusão. Nós temos um milhão e 700 mil empregadas

domésticas sem registro. Essa é uma questão, essencialmente, de educação previdenciária.

Podemos falar em redução da contribuição? Podemos; mas nos perguntamos se é justo. Na verdade, a maior parte dos empregadores domésticos têm condições de contribuir com a sua parte, assim como o empregado doméstico, mesmo que de forma sacrificada, mas há condição de haver o vínculo, o registro e, portanto, a contribuição.

Então, há um milhão e 700 mil trabalhadores domésticos sem registro e temos, simultaneamente, 1 milhão de empregadores. Temos no Brasil um milhão de empregadores que acreditam, possivelmente, estou presumindo, que não precisam de proteção previdenciária porque têm o seu negócio. Esquecem que podem sofrer um acidente, uma doença, virem a falecer ou deixarem suas famílias sem renda, se não houver quem o substitua na gestão desse pequeno ou médio negócio, ou podem, simplesmente, um dia, precisar se aposentar e não terem mais essa empresa como fonte de renda para garantir a sua manutenção; portanto, é uma questão de educação previdenciária. Estamos no âmbito do Ministério, fortalecendo um programa chamado Programa de Educação Previdenciária, que são equipes do INSS que, em todo o Brasil, visitam comunidades, entidades e feiras para divulgarem a Previdência e buscarem comunicar, através de vários mecanismos, a necessidade de filiação à Previdência Social para ter a proteção previdenciária.

Aliás, também estamos realizando, de maneira ainda incipiente, uma campanha junto aos meios de comunicação, através de grandes comunicadores de rádio, que são os canais mais acessíveis ao tipo de público que queremos alcançar, para estimular as pessoas a procurarem informações sobre a Previdência e a se filiarem à Previdência.

Na inclusão previdenciária, parece-me que a grande política, Senadora, é buscarmos a combinação desse comando constitucional com a respectiva lei ordinária e uma série de ações gerenciais do INSS. Por exemplo, na semana retrasada, convidei a Associação Brasileira de Vendas Diretas para comparecer ao Ministério, com o objetivo de conversar sobre a situação das mulheres, principalmente, mas também de muitos homens, que fazem a venda porta-a-porta e que são, quase sempre, pessoas que não têm nenhum vínculo, até porque são considerados, nessa relação com esse tipo de empresa, como uma relação comercial e não de emprego, de trabalho, mas, na prática, é uma relação bastante ambígua, porque muitos acabam sentindo-se, de certa forma, emprega-

das, ainda que, formalmente, do ponto de vista da legislação trabalhista, não o sejam. Mais de um milhão e meio de pessoas vendem esses produtos, a imensa maioria sem cobertura previdenciária. Portanto, mais do que fazer uma lei, uma determinação, é fundamental que o Ministério procure o entendimento com esses segmentos e busque, essencialmente, uma proposta de comum acordo, para que seja mais eficaz. Quanto mais acordado no meu entendimento, mais eficaz. Posteriormente, pode até se transformar num decreto, num projeto de lei, numa instrução normativa, mas o fato é que, nesse caso, se obtivermos sucesso nesse contingente, dos 40 milhões, teremos um milhão e meio a menos para buscar a sua inclusão, assim também em vários segmentos há a possibilidade de alcançarmos mecanismos de inclusão previdenciária.

Para encerrar, quero dizer que a proposta de emenda constitucional remetida pelo Presidente Lula, com o apoio dos 27 Governadores e inúmeros Prefeitos, não tem como foco apenas um problema fiscal, também não tem como assunto prioritário a questão fiscal. É óbvio que a questão fiscal é importantíssima para o País, e nós não afastamos esse debate nem nos omitimos de fazê-lo, mas a principal característica é a reversão de um sistema previdenciário exclusivo de uma minoria de brasileiros, que, volto a dizer, são pessoas fundamentais para o Estado brasileiro, são pessoas que merecem todo respeito e consideração, são pessoas que, trabalhando adequadamente, contribuem para o fortalecimento de uma visão republicana e democrática de gestão do Estado. Mas é um contingente minoritário de brasileiros incluídos, pessoas que têm capacidade, junto com seu empregador, de financiar diretamente sua previdência e que, se não podemos dizer que não precisam de subsídios orçamentários, com certeza não precisam desse volume de subsídios, dois terços do fluxo total. Ou seja, dois terços do fluxo total da previdência dos servidores não vêm da contribuição dos servidores e dos seus empregadores.

Portanto, o foco principal da proposta da reforma é de justiça orçamentária alocativa e de justiça social, evidentemente com desdobramentos fiscais importantíssimos para o País, porque não é demais dizer que, entre os fatores de restrição orçamentária que temos hoje, dois se destacam. Um deles são os juros da dívida interna. Evidentemente – temos dito isso sistematicamente –, este Governo entende a gestão da dívida interna como algo que depende de várias condições para reduzir o custo do financiamento da rolagem da dívida. Por conseguinte, não há que se esperar deste

Governo medidas do tipo Plano Collor, "curralito" ou coisa do gênero. Este Governo tem uma postura de buscar alongar o perfil da dívida, reduzir o custo de rolagem da dívida e reduzir a relação dívida/PIB através de medidas de política macroeconômica consistente, e não de aventuras heterodoxas.

Ao mesmo tempo, se desejamos reduzir esse impacto, também a segunda grande restrição orçamentária que temos é a restrição da previdência dos servidores. No caso da União, R\$23 bilhões de subsídio; no caso dos Estados, R\$14,5 bilhões, sendo que seis a sete Estados concentram a imensa maioria desses R\$14,5 bilhões; no caso dos Municípios, R\$2,4 bilhões, sendo que o Município de São Paulo concentra R\$1 bilhão desses R\$2,4 bilhões, mas em muitos outros Municípios a situação é bastante constrangedora do ponto de vista orçamentário.

O nosso objetivo é concluir a tramitação da reforma da maneira transparente e democrática com que buscamos conduzi-la desde o começo do ano, mas, principalmente, com a consciência de que não é um interesse momentâneo, circunstancial, deste Governo, que tem um interesse, que assume e defende, sem qualquer tipo de constrangimento. Não é o interesse dos 27 Governadores apenas, que também têm defendido publicamente a proposta, mas é o interesse, fundamentalmente, do orçamento público federal, estadual e municipal, para que possamos ter, de fato, a reversão desse quadro de grande subsídio para, no futuro – porque demorará algum tempo para chegarmos ao ponto ideal –, termos um sistema que não dependa de subsídios em grande volume, mas dependerá, sim, talvez, em alguns momentos, em circunstâncias adversas, de um pequeno subsídio de 10% do fluxo, de 20% ou até 30% do fluxo, e não de 65% do fluxo, como temos hoje.

São essas as minhas palavras.

Agradeço a tolerância com o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Ministro, agradecemos a sua exposição. Agradeço também a presença do nosso Relator, que nos acompanha na Mesa, e agradeço especialmente a presença dos Srs. Senadores.

Como pode ver V. Ex^a, Ministro, a Casa está cheia, a expectativa ainda é grande, hoje é a última audiência pública e, de certa forma, a presença dos Senadores aqui hoje demonstra essa ansiedade para que o projeto venha, realmente, representar o conjunto dos anseios da população brasileira.

Iniciaremos a nossa lista de inscrição.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Ministro, quero saudá-lo mais uma vez e deixar também o nosso agradecimento pela sua disposição para, de pronto, vir até a Comissão de Assuntos Sociais discutir.

Entendo que esta Casa, como Casa revisora, pode aprimorar ainda mais esse projeto, que para nós tem realmente como objetivo a inclusão social.

Em se falando de inclusão social, quero aqui, sem ser corporativa, uma vez que sou servidora pública da área de educação, dizer da preocupação que tenho com um setor da sociedade que representa hoje 51% da população: as mulheres, que atuam no mercado de trabalho, principalmente no setor de educação, no ensino fundamental, e outra parcela como dona-de-casa.

Solicito a V. Ex^a que explique um pouco mais como iremos, a partir da reforma previdenciária, desse texto a ser aprovado no Senado, garantir a inclusão das donas-de-casa, que hoje sequer têm o serviço doméstico reconhecido como trabalho na questão previdenciária.

Também peço a V. Ex^a que explique o documento que nos chegou às mãos sobre a Reforma da Previdência, no ponto referente à contradição que traz em relação aos professores. No primeiro parágrafo, o documento diz que os professores continuarão tendo o direito de se aposentar cinco anos antes dos demais servidores públicos, isto é, com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, se mulher. No entanto, o último parágrafo desse mesmo texto diz que, para adquirir aposentadoria integral e paridade, os professores terão de trabalhar até os 60 anos de idade e ter 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher. Em ambos os casos, deverão ter 20 anos de serviço público.

Gostaria que V. Ex^a esclarecesse, pois há uma grande dúvida. Enfim, está garantida a aposentadoria especial para os professores do ensino fundamental ou não? Essa também é uma preocupação da Senadora Ideli Salvatti, que não pôde estar aqui.

Gostaria também de que V. Ex^a dissertasse um pouco mais sobre a questão dos fundos de pensão complementares. O que significa, de fato, o termo "natureza pública"? Tenho grande preocupação com relação à administração desses fundos. Natureza pública significa que esses fundos de pensão também participarão dos orçamentos do Estado e da União? Como se dará isso?

O SR. MINISTRO (Ricardo José Ribeiro Berzoini) – Senadora Fátima Cleide, este tema que V. Ex^a traz a debate é da maior relevância: a participação das mulheres no mercado de trabalho. É verdade que, muitas vezes, as mulheres participam do mercado de trabalho por um período da sua vida e, depois, por decisão ou por contingências, acabam dedicando-se à atividade doméstica, que não é reconhecida do ponto de vista legal como trabalho até porque, quase sempre, não é remunerada. É um trabalho que tem valor, mas não tem remuneração.

O valor do trabalho doméstico pode até ser mensurado em termos econômicos, se estudarmos sua contribuição para a formação do PIB familiar. Qual é o PIB familiar e como participa a pessoa que organiza o lar, a vida dos filhos e dá suporte à atividade daquele ou daquela que provê a renda da família.

De qualquer maneira, esse debate deve ser tratado com duas vertentes, pois trata-se de uma combinação de previdência com assistência e digo o porquê. Na área previdenciária, o pressuposto é a participação em alguma atividade econômica explícita, ainda que possamos, por alguns segmentos, relativizar esse conceito. Na área assistencial, o objetivo é a proteção de segmentos desprotegidos. Seria incorreto, numa estrutura familiar que tenha algum grau de preservação de um padrão de renda compatível com a contribuição não exigir dessa dona de casa que contribua. Seria, do ponto de vista da estrutura social do Brasil, extremamente inadequado. Seria inadequado que uma dona de casa de uma classe média alta pudesse ter acesso a um benefício sem a contribuição. No entanto, parece-me bastante razoável, do ponto de vista da lógica da tese, embora tenhamos que ver a realidade do orçamento, que haja algum tipo de reconhecimento social dessa atividade doméstica.

Ontem recebi no Ministério a manifestação das donas de casa que defendem aposentadoria para ela. Eu disse, de uma maneira muito objetiva e transparente, que não há a possibilidade de simplesmente de maneira genérica promover a aprovação dessa lei sem lembrar os custos que implicam na sua gestão. E o Ministério calculou que o custo anual seria de R\$3 bilhões. Se compararmos esse valor com os 40 bilhões do subsídio é menos de 10% do subsídio. Nisso haveria um custo adicional anual de mais 300 milhões; ou seja, pela tendência demográfica, haveria um ingresso a cada ano de mais pessoas que gerariam um custo de mais R\$300 milhões.

Portanto, entendendo a legitimidade da tese e defendendo inclusive que possamos enquanto socie-

dade avançar para um reconhecimento desse tipo, obviamente sempre com a precaução de evitar as fraudes, de evitar o estímulo, a se descaracterizar as relações de trabalho transformando-se em dona de casa sem que de fato seja. Enfim, aquilo que conhecemos da vida real e que é necessário tomar as precauções.

Creio que devemos discutir qual o modelo de custeio adequado para um benefício como esse. Não tenho nenhum tipo de dificuldade de estabelecer e abrir esse diálogo, ao contrário, estimei a constituição de um grupo de trabalho com a Ministra Emilia Fernandes para que pudéssemos, Previdência e Secretaria da Mulher, ter um trabalho conjunto de identificação de contingentes femininos excluídos da proteção previdenciária. Estou aberto a discutir. Creio que não é, nesse caso, uma questão de estabelecer esse debate para a PEC 67. Há uma PEC em tramitação já na Câmara, que podemos em seu debate estabelecer um diálogo bastante consistente e conseqüente em relação a essa questão.

Sobre a questão do ensino fundamental, o pressuposto é manter o acesso à aposentadoria para os professores em condições de redução preservada a integralidade. Se há contradição em documento, por favor, me mostrem, porque depois vamos analisar se alguém cometeu alguma impropriedade na redação do documento. Na PEC, para mim, está claro que há preservação da redução de cinco anos para professoras e professores do ensino fundamental e médio.

Sobre a questão dos fundos de pensão. Diria que a expressão “natureza pública” foi introduzida muito mais por uma necessidade política do que por uma necessidade legislativa. Acredito que, na Câmara dos Deputados, na negociação, não a acompanhei diretamente, mas bastante de perto, havia muito um debate falsamente ideologizado sobre a questão da privatização ou não da previdência dos servidores. Afirmamos, desde o início do ano, que para privatizar a previdência dos servidores, mesmo que somente na faixa superior ao teto do regime geral, seria necessário não prever nenhum sistema de complementação. Tanto há o interesse de o Governo de preservar um sistema público, um sistema coletivo, sem fins lucrativos, que mantivemos a condição da Emenda 20. Não fizemos nenhuma novidade. Mantivemos exatamente a mesma condição que havia na Emenda 20, que só pode instituir o teto de regime geral para os novos servidores quando houver o fundo. No caso da União, primeiro ela terá de mandar ao Congresso Nacional um projeto de lei ordinária criando um fundo de pensão para somente depois de aprovado esse proje-

to e constituída essa entidade passar a oferecer aos servidores essa complementação e, portanto, estabelecer para esse novo servidor o teto igual ao do Regime Geral de Previdência Social.

Portanto, não havia qualquer interesse de privatização. Mas na conversa, na negociação política, estabeleceu-se essa expressão: de natureza pública, a qual pessoalmente acho que poderia até mesmo criar algum grau de confusão. No entanto, discutindo bastante com a Consultoria Jurídica do Ministério, com alguns juristas que têm experiência na área previdenciária de previdência complementar, estou convencido de que a Lei Complementar nº 108 não tem contradição alguma com a possibilidade de a entidade fechada de previdência complementar se constituir na forma de uma fundação pública. As reservas constituídas, garantidoras da aposentadoria, pensão e demais benefícios, são, essas, sim, recursos de natureza essencialmente privada. E privada em qual sentido? No sentido do somatório das reservas técnicas de cada um dos participantes.

Então, quando se fala privado, não é privado no sentido de uma empresa privada, mas que a soma de cada um dos participantes soma um fundo, gerenciado pela direção dessa entidade fechada, de natureza pública, para garantir a rentabilidade e a liquidez necessária para pagamento dos benefícios.

Não há, no nosso entendimento, prejuízo algum, embora, do ponto de vista do Ministério da Previdência, achamos que a redação original era a mais adequada. No entanto, acreditamos que ela contemplou uma preocupação legítima, observada naquele momento pelas pessoas que participaram dessa negociação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Srª Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de sugerir, visando maior agilidade, que fizéssemos um bloco de 3 Senadores, por exemplo, para podermos ter mais tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a V. Exª e já iria dizer realmente que, para economia processual e para que o Ministro não se canse tanto, faremos a chamada de todos os Srs. Senadores inscritos, e, posteriormente, o Ministro responderá a todos.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero cumprimentar V. Exª pelo esforço e resistência física, porque o vi ontem à noite e hoje de manhã.

Reforma é complicado. Em 1.500, Maquiavel já havia dito isto, que é muito complicado. Tiram-se privilégios e quem ganha não acredita. Falarei mais para o meu companheiro Senador Tião Viana, que disse, e disse bem, que 38,5 municípios criados pela Previdência.

Deus me permitiu ser um deles. O Brasil tem moda. Era a moda dos anos noventa. As capitais e as cidades grandes criaram seu instituto. Criei um instituto. E a vida me ofereceu – foi longa e sinuosa até eu chegar aqui – que eu passasse, inclusive, no Ipase. Familiares meus tinham um montepio, e sou aposentado pela Previdência aos 37 anos. Governei o Estado do Piauí, e, por duas vezes, tomei conta do Instituto.

Quero dizer que queria uma contribuição e sei da boa vontade de V. Exª. Sei também o que é chegar ao Governo. Sei até que nos leva à vaidade, porque fui governante. Quero dizer aqui o seguinte: primeiramente, essa pressa não tem cabimento. E eu não iria buscar lá em Roma, em que houve um administrador que disse: “Se a gente se apressar em julgar, apressa-se em se arrepender do erro.” (inaudível)

O próprio nosso Presidente, que tem intuição filosófica, disse: “Quem come apressado come cru.” Portanto, vamos obedecer a isso.

Mas eu ficaria com o Piauí, e queria que o grande Senador Tião Viana, um homem de bom caráter, de boa índole, a melhor figura do PT moderno, e essa simpatia é porque eu já tinha...

(Fora do microfone)

Então, queríamos dizer o seguinte: Petrônio Portela, do Piauí, foi talvez... ninguém o excedeu na Presidência. S. Exª foi o ícone da redemocratização, sem truculência, bala ou tiro. Eu estava ao lado dele quando fecharam este Congresso Nacional. Os jornalistas o indagaram, e ele disse: “Digam que é o dia mais triste da minha vida.”

Isso foi diante da reforma do Judiciário. Essa é que é complicada mesmo, diante da qual o Governo se curvou. Petrônio Portela vivia a balbuciar a seguinte frase: “Se há prazo, não há pressa.”

Eu quero dizer ao Sr. Ricardo José Berzoini que aprendi muito. Eu fiz seis pronunciamentos no plenário, claros e transparentes, sobre o que eu penso. Eu não os repetirei, pois serei breve. Fiz esses discursos chamando para o debate qualificado. Eu defendi, nesta sala, o Projeto de Lei do Senador Paulo Octávio, que dizia que os recursos deveriam ficar na seguridade social; os ganhos e as aplicações, e prova-se matematicamente que jamais falarei Mas isso é coisa do passado.

Vamos sair da Itália e ir para a França, do lema "Liberdade, igualdade e fraternidade." Disse o filósofo René Descartes que o homem tem de entender as coisas. O meu professor de cirurgia dizia sempre que a ignorância é audaciosa. Então, isso teria acabado na França. René Descartes ficou famoso por quê? Porque foi ele quem disse "Penso, logo existo". É preciso pensar. Ele dizia que a verdade nunca deve ser aceita sem que se busque exaustivamente a prova dessa verdade.

Diante de uma complexidade, há coisas simples. Sobre essa matéria, eu penso que não seja necessário irmos de uma vez. Nós podemos dividi-la, pois o tema é muito complexo. A Previdência é uma luta. Eu sei que é muito comum se prestar homenagem ao sol que nasce, que é V. Ex^a, o Ministro. Mas, como servidor, eu quero prestar homenagem a grandes Ministros da Previdência: Jarbas Passarinho, o híbrido fértil que, na ditadura, cuidou bem; do seu Partido, Waldir Pires deu um avanço; e o extraordinário baiano – eu conversava com o Senador Tasso Jereissati e S. Ex^a também ratificava essa crença – o Waldeck Ornelas também. Ele tinha isso em mente e foi de uma seriedade extraordinária.

René Descartes ficou famoso pelo discurso do método. Assim, podemos dividir essa matéria, pois ela é complexa. Não tenhamos tanta pressa. Isso é como o meu professor de cirurgia dizia "Uma cirurgia não é medida pelo tempo que se faz. Se o apêndice será retirado em três minutos; a vesícula, em cinco; a tireóide, em vinte; e a cesariana, em quinze. Não. É pelas suas conseqüências, pelo bem que essa operação fará daqui a dez, vinte, trinta anos."

Assim é a Constituição dos Estados Unidos, que existe há 200 anos. Então, não tenhamos pressa, pois essa lei é para ficar, como as que nos inspiraram, a Lei de Deus, que existe há 2003 anos, e nós a seguimos.

Eu aconselho que V. Ex^a se inspire na intuição de Petrônio Portela.

Eram essas as minhas palavras.

A missão de V. Ex^a é muito difícil e complexa. Tenhamos o mínimo de vaidade. "O que passou não fez, mas eu fiz". É complexo e difícil. Eu tenho 60 anos, sou aposentado pelo INSS e conheço os sofrimentos.

Senador Tião Viana, como médico, aí nós nos entendemos, e está aqui de frente o Presidente da Subcomissão de Saúde desta Casa, Senador Papaléo Paes. Vamos falar como médicos, raciocinar, porque para aonde estamos levamos a nossa profissão.

O Senador Tasso Jereissati, grande administrador, empresário, economista, pensa assim. E, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitschek era médico, como nós, e deu certo.

Quando há, na medicina, vários tratamentos para uma mesma doença, é porque nenhum presta. Quando se tem uma técnica boa de cirurgia das vias biliares, todo mundo faz igual. Por que se vai fazer outra? Assim é a medicina. Penicilina é bom? Todo mundo tratou e ainda hoje trata a pneumonia com penicilina. Se existem muitos tratamentos, é porque a doença está confusa, está complicada.

Aqui, nesta Casa, já há 250. E vamos à realidade.

Senador Paulo Paim, eu já tinha grande simpatia pelo seu irmão. Ele foi Governador conosco, um homem insinuante. E a história do Acre é de grandes homens, como o nosso Jatene, o Jarbas Passarinho, aquele seringueiro que morreu. Então, V. Ex^a já me encantava. E, com a medicina, nós nos identificamos.

Quero com isso dizer que, por exemplo, o Paim é um símbolo da história do PT. Se Francisco, o Santo – é um simbolismo, porque o meu nome é Francisco –, é aquele cristão que mais se aproximou de Cristo, o Senador Paulo Paim é que mais se aproxima do Presidente Lula. O resto é conversa fiada! Metalúrgico, pobre, sofredor, Secretário-Geral da CUT. Calma! E somente tem o curso ginásial – não é com desdém não, é com louvor que eu o digo.

O Senador Tasso Jereissati e eu fomos privilegiados, porque pudemos estudar onde queríamos, mas o Senador Paulo Paim, não. Agora, S. Ex^a tem quatro anos de Deputado Federal, e isso equivale a três faculdades de medicina. Então, é um homem extraordinário.

Se o Senador Paulo Paim, que é o São Francisco do Presidente Lula, – São Francisco é o que mais se aproximou do Cristo – tem 20 emendas, é porque o negócio precisa ser modificado.

Meu caro Ricardo Berzoini, a nossa admiração. Agora, a humildade une os homens. O Presidente Franklin D. Roosevelt, que foi mais importante do que o Presidente Lula, governou quatro vezes os Estados Unidos. Depois de morto, a viúva elegeu o seu sucessor.

Então, Senador Romeu Tuma, eu quero dizer que ele falou o seguinte, Ricardo Berzoini: "Cada pessoa que vejo é superior a mim em alguma coisa, e, nesse particular, procuro aprender". Isso é humildade! Ela chegou nos encantos da Grécia: "Sei que nada sei". É humildade. Todo mundo, hoje, diz que é

história antiga o que o Senador Mão Santa está falando.

O Sr. Peter, um homem como o Senador Tasso Jereissati, administrador moderno, disse: "O líder do futuro é o indagador, o perguntador, o escutador, o meditador". Então, tenhamos calma.

Vou lhe dar um conselho: não vá na onda de pressa, não. V. Ex^a tem um futuro todo. Olhe o petróleo! Pegue todos esses remédios para essa doença complicada, que é a reforma, e leve para o Delta do Piauí. Medite no fim de semana. Tome água, tome banho daquelas águas **calientes** e olhe as brancas dunas, sinta o vento que o acaricia e o sol que vai entrando. Medite e venha com a mente livre e fresca. Acolha algumas emendas e lembre-se de que a lei é como a Lei de Deus, para ficar aí e fazer o bem.

Essas são as minhas palavras.

Felicidades, Senador Tião Viana!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Como acabei de ser convocada, além da CPI do Banestado, para outra reunião da CFC, tentarei ser breve.

Primeiro, acredito, Ministro Berzoini, que realmente V. Ex^a tem uma grande resistência. Não se iniciaram os debates aqui, no Senado, mas muitos debates aconteceram na Câmara e em outros lugares do Brasil.

Uma parte das questões que eu colocaria aqui, a Senadora Fátima Cleide já o fez por mim, que é uma preocupação principalmente com os professores, que são majoritariamente, do ensino fundamental e do ensino médio, mulheres, e que realmente, Sr. Ministro, lhe digo, com toda a clareza, que isso, inclusive, está sendo divulgado. Além de que existe a contradição. Esse é um dos pontos, digamos assim, onde se baseiam os servidores, com toda a justa razão, para dizer que não está garantido aquilo que realmente acho que deve ser garantido, que é a aposentadoria especial dos professores.

Eu moro num Estado em que 75% da população está fora da capital, em municípios distantes – são 143 Municípios no Estado do Pará – e, muitas vezes, um professor ou uma professora, principalmente do ensino fundamental, leciona em escolas com precaríssimas condições, onde tem que ensinar duas, três séries ao mesmo tempo. É lógico que isso não é, não posso dizer que o seja, responsabilidade da Previdência. Eu diria que isso é uma irresponsabilidade de muitos Prefeitos que, infelizmente, recebem recur-

sos, inclusive do Fundef, e, infelizmente, muitos – eu preferiria dizer que são poucos, que são minoria, mas não posso – desviaram esses recursos. Existem Prefeitos, no meu Estado, que fazem três folhas de pagamento da área da educação. Três folhas: uma para prestar contas para o Conselho Municipal de Educação; uma real, que é o que paga para os servidores, e outra em que presta contas para o Tribunal de Contas – também, no Pará, existe o Tribunal de Contas do Município. Isso é o dobro, mais ou menos, da folha real que é paga para os educadores.

Não podemos desconsiderar essa realidade existente no País. Essa questão já foi colocada e respondida, até, pelo Ministro, mas isso deve ser visto para que essa situação seja corrigida.

Gostaria de falar sobre outra questão, Sr. Ministro.

Eu me incluí, me vi como vendedora. Fui vendedora de produtos, de porta em porta, de duas empresas: de uma multinacional, ainda aos 17 anos, e, depois, de uma empresa nacional, durante muitos anos. Só deixei de ser vendedora de um dos produtos em 1993, quando, pela primeira vez, fui eleita.

Por que, Sr. Ministro, não podemos assumir um compromisso, já que a emenda prevê a possibilidade da criação de um sistema de previdência para inclusão desses milhares de brasileiros excluídos? Por que já não fazemos isso? Por que eles não podem vir juntos para que, inclusive, possamos mostrar à sociedade?

Considero que a reforma da Previdência, particularmente, não é a que eu gostaria de estar discutindo neste momento. Entendo a situação do País e as razões que, às vezes, levam-nos a fazer aquilo que nem sempre se quer exatamente, e, às vezes, nem no tempo que gostaríamos, mas o que o Governo pode dizer em relação a isso? Que compromissos o Governo pode assumir, por exemplo, não só conosco, Senadores e Senadoras, mas com a própria sociedade, de tempo de envio dessa lei? Trata-se de um projeto de lei, não de uma emenda constitucional. Assim, poderíamos dar essa resposta para a sociedade, dizendo-lhe: "Estamos possibilitando a inclusão de milhões e milhões de pessoas" – e me coloquei entre essas pessoas que bateram à porta dos outros e venderam tantos produtos.

Sei que já foi colocado por diversas vezes, mas gostaria de reforçar a questão do subteto, muito preocupada que fico com a situação de algumas carreiras nos estados, que ficariam extremamente prejudicadas, porque é muito simples um governador baixar os seus proventos – inclusive, isso já começou a aconte-

cer –, e criaríamos uma distorção de carreiras de Estado, e sabemos que o funcionário público que tem carreira de Estado tem uma dedicação diferenciada, ele faz uma opção de vida – acaba sendo quem é funcionário público.

Então, acredito que precisamos corrigir isso a tempo, para não criarmos uma distorção, e acredito que tem que ser assim. É mais do que justo que um governador de Estado, o Estado o mantenha em todas as suas despesas. Não é o caso dos servidores públicos do Estado, que tem carreiras importantíssimas, fundamentais, carreiras de Estado, e que a gente não pode vincular ao salário do Executivo.

Então, portanto, teríamos que fazer por uma questão de justiça do Estado. Não é uma justiça para o servidor, estamos colocando uma justiça para a carreira de Estado, para o serviço público, essa é que é a verdade, para inclusive estarmos servindo melhor a sociedade, que se corrija essa questão dos subtelos dos Estados. Não estou defendendo que seja “a”, ou “b”, que seja exatamente o mesmo subtelol, por exemplo, do Judiciário, mas que é necessário haver uma correção para que a gente não crie uma distorção. Cito como exemplo a própria segurança pública, tão fundamental hoje – sou de um Estado tão violento, infelizmente, mais uma chacina aconteceu lá no nosso Estado, oito pessoas foram assassinadas, sete trabalhadores rurais –, tão importante, e que fique vinculada apenas ao salário do Executivo estadual.

Gostaria de estar aqui na sua resposta, vou tentar – às vezes três, quatro agendas no mesmo horário – voltar.

Muito obrigado.

Para concluir, eu queria dizer ainda o seguinte: mesmo reconhecendo uma série de... Fiz emendas, uma da paridade, outra em relação à transição. Creio que a transição poderia ser amenizada, porque de qualquer jeito há pessoas que faltam dois, três anos para se aposentar, e fizemos uma emenda que não fere a reforma, uma emenda, inclusive, que foi aprovada na bancada federal do Partido dos Trabalhadores. Nós a reapresentamos, adequando-a, no caso, à nova reforma como ela veio. Ela é uma emenda que diminui, digamos, esse percentual de desconto, passando para 2%, ou o servidor poderia fazer uma opção, trabalhar mais seis meses a cada ano que falta para a aposentadoria, que, com certeza, talvez, seria a solução melhor, as pessoas teriam mais tranquilidade para optar por isso, e não iríamos, digamos, prejudicar ou mexer tanto com a vida dessas pessoas, desses servidores que estão próximos de se aposentar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho participado de todas as audiências no Senado Federal às quais tem comparecido o Ministro Berzoini, e quero louvar o seu espírito democrático, a sua disposição para o diálogo. Só que o Ministro, quando se trata de abertura para negociação, não oferece nada de promissor.

A Bancada do PMDB distribuiu um documento hoje, uma nota, aliás, a respeito de alguns pontos sobre os quais a Bancada pretende lutar de uma forma conjunta, de uma forma mais coesa. Entre elas seria, realmente, a questão do teto.

Eu perguntaria ao Ministro se a melhor solução não estaria em delegar às Assembléias Legislativas dos Estados e aos Governadores a solução do subtelol em nível estadual; a isenção dos inativos com mais de 70 anos e acometidos de doenças graves, se isso não poderia merecer da parte de V. Exª uma consideração favorável juntamente nos entendimentos com o Relator, Senador Tião Viana, enfim, tem alguns pontos mas esses os selecionei para ouvir a opinião de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy que nos honra na Mesa e é Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco PT-SP) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Ministro Ricardo Berzoini, primeiramente quero cumprimentá-lo pela disposição de estar conosco dialogando, especialmente neste momento em que nos sentimos com a responsabilidade de nos debruçar sobre a reforma da Previdência.

É objetivo do Governo Lula e de V. Exª a inclusão social. Seria importante que o acesso das pessoas, sobretudo daquelas que até hoje não tiveram direito à cidadania neste País, não sofresse uma delimitação de um conjunto muito reduzido em relação, por exemplo, à previdência rural. Na verdade, o conceito de cidadania é uno e não seria desejável que houvesse uma proteção apenas a alguns segmentos, que fossem criados cidadãos de segunda classe. Seria importante que pudéssemos de um lado reiterar a importância da previdência rural, conforme V. Exª tem expresso em algumas ocasiões, considerando que se trata de um dos programas de transferência de renda mínima nos maiores e mais diversos países do mundo. Mas é importante vermos qual é o efeito desta mo-

desta contribuição, inclusive para a melhor distribuição da renda nacional.

Ainda hoje, pela manhã, conversei com uma das responsáveis no IBGE pelo novo desenho de perguntas que haverá no senso de 2005. Pela primeira vez será incluída a transferência de renda e será importante medirmos o impacto dos diversos programas de transferência de renda, e inclusive a partir do anúncio previsto para a próxima sexta-feira de um novo programa de transferência de renda que irá reunir os diversos programas de transferência hoje vigentes.

Avalio, prezado Ministro Berzoini, que à medida que avançarmos na definição de um programa mais adequado de transferência de renda, isso estará interagindo em seus efeitos com os programas de previdência social, com os programas de inclusão.

Agradeceria se pudesse nos dar uma perspectiva desta modificação para o futuro que está por ocorrer.

Houve até notícias na imprensa de que V. Ex^a talvez viesse a assumir a responsabilidade por essa nova forma de transferência de renda que será objeto de melhor coordenação, racionalização e unificação. Então, avalio que esteja muito bem a par, participando da Câmara de Política Social do Governo Lula, de como será este novo desenho. Pois bem, que interação terá este novo desenho com a forma de Previdência resultante dessa reforma previdenciária?

Outra questão que interage com a reforma tributária refere-se à folha de salário. Não seria melhor avançarmos mais rapidamente no sentido de desonerar a folha de salários, substituindo pelo valor agregado de forma mais ativa, e possibilitando, assim, um estímulo à formalização das pessoas no mercado de trabalho?

Sobre os fundos de pensão e o seu caráter. A Previ, a Funcef, a Petrus e outros fundos de previdência fechada são tipicamente considerados fundos de natureza pública. Entretanto, conforme V. Ex^a como Parlamentar acompanhou, estando muito atento à questão, nem sempre houve administrações transparentes. Por outro lado, esses fundos têm também o objetivo de maximização de seu valor, de seus lucros para os beneficiários, mas, em inúmeras ocasiões, as suas aplicações foram movidas por forte interação e indução de interesses públicos mesclados a interesses privados. Qual é a garantia de os fundos de pensão previstos na reforma da Previdência terem de fato um caráter de defesa do interesse público?

Prezado Ministro Ricardo Berzoini, nessas últimas semanas, tive a oportunidade, conforme relatei a V. Ex^a, de estar dialogando, por exemplo, na semana passada, com mais de 56 entidades de servidores públicos, assim como o Senador Romeu Tuma e inúmeros outros Parlamentares que ali estiveram; também estive com os docentes e servidores da Universidade de São Paulo, da Unicamp, da Unesp. Inclusive esteve participando o Presidente da Adusp, Professor Américo Sangiolo Kerr, da audiência de quarta-feira, dia 10 de setembro. Ele me enviou uma série de comentários que eu gostaria de aqui assinalar, para que possa V. Ex^a responder a essas reflexões. Trata-se de observações de toda a comunidade de docentes e servidores das universidades no estágio em que se encontra o presente debate.

Vou concluir a minha fala com a leitura dessas considerações, para que possa V. Ex^a responder, mais uma vez, a essas preocupações e porque levaram em conta suas explicações na semana passada.

“Uma avaliação aritmética simples mostra que a criação dos fundos de pensão não representa economia, mas despesa extraordinária para o Governo. Sobre a parcela do salário acima de R\$2.400, o Governo deixará de receber um total de desconto que chamaremos de “y” e ainda desembolsará “y” como contrapartida. Perderá, assim, uma receita de “2y” sobre a parcela acima de R\$2400. Ao mesmo tempo, continuará pagando aposentadoria integral para os servidores com direito a se aposentarem agora e também aos servidores admitidos até a emenda entrar em vigor.

Nos próximos anos, os gastos previdenciários estarão mantidos, exceção feita às pensões e a mecanismos de corrosão salarial, que nada têm a ver com os fundos de pensão. Mas a arrecadação estará reduzida em 2 “y”. Somente daqui a trinta anos, com a aposentadoria da primeira nova servidora, o Governo começará a ter aposentados que receberão no teto limitativo, compensando, assim, as primeiras parcelas do montante “y” que deixaram de ser descontadas. Mas mesmo depois disso, o Governo continuará a desembolsar “y” para os fundos de pensão.

Essas instituições, portanto, não importarão qualquer economia. Além do mais, a serem seguidos os padrões médios de fundos de pensão latino-americanos, mais de 50% desse capital acabam investidos em títulos públicos. Por ironia, mesmo ocorrendo isso, o Governo estaria captando dos fundos parte de “y” que lhes transferiu e pagando sobre eles, ainda, os juros de seus títulos, atualmente em 22%.

Colocar fundos de pensão de contribuição definida – ou seja, sabe-se quando vai ser pago, mas não quanto se irá receber – não seria registrar o direito constitucional ao calote sobre a Previdência do trabalhador?”

Há aqui uma observação a fazer. Tenho confiança completa em V. Ex^a e em todos os Ministros do Governo Lula e no Ministro Luiz Gushiken. Como reiteradas vezes, assim como na semana passada, o Sr. Magno Melo também fez aqui uma observação a respeito, eu queria dar mais uma vez a V. Ex^a a oportunidade de responder a essas observações. Por isso, faço essa leitura.

“Diante das considerações feitas acima, perguntamos: não é profundamente questionável, para não dizer suspeito, o envolvimento dos Ministros Berzoini e Gushiken com fundos de pensão em operação e com a organização de seminários para orientar entidades civis para constituírem tais organismos?”

Formulo a pergunta para que V. Ex^a possa esclarecer.

“Tendo em vista que os fundos de pensão não representam economia para o Governo, não caberia aos Senadores viabilizar aos novos servidores a opção por continuarem no atual regime de Previdência?”

Universidades públicas federais importantes, bem como as universidades estaduais, como a USP, Unesp, e Unicamp têm criticado duramente tanto o estigma de privilegiados que o Governo vem imputando, injustamente, à absoluta maioria dos servidores quanto o enorme desestímulo que essa contra-reforma provocará às carreiras públicas, particularmente naquelas universidades.

Ao lado da crítica de conselhos universitários, de congregações, de unidades universitárias importantes, intelectuais como Asiz Ab'Saber, Fábio Konder Comparato Francisco de Oliveira, Marilena Chaui, Otaviani, Ricardo Antunes, Warnek Kerr, Wilson Cano, dentre outros, pediram a retirada da proposta. Quem, afinal, está sendo incoerente com sua história? Esses intelectuais ou essas instituições ou o Governo? Qual o respaldo constitucional para o Ministro Berzoini calcular o que chama de déficit sobre a Previdência pública? Toda folha de vencimentos pagos [estou concluindo, Sr^a Presidente] aos servidores, ativos e aposentados, sai das arrecadações tributárias. Salários dos servidores são déficits? Por que somente as aposentadorias que são parte do salário em vida do trabalhador são tratadas como tal? Por que o trabalhador quando se aposenta, tem que ganhar menos?”

Eu coloco em suas mãos essas questões, Sr^a. Presidente, feitas mais com o intuito de esclarecer. V. Ex^a já esclareceu parte delas nas exposições de ontem e de hoje, mas eu acredito que hoje é a oportunidade para procurarmos dirimir todas as dúvidas, em benefício de os Senadores poderem ter os pontos inteiramente esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Apenas para me regozijar mais uma vez com a presença do Ministro Berzoini e ressaltar que não me surpreende a ausência dos governadores, até por que convidados de última hora, eles me causariam má impressão se estivessem tão disponíveis assim. Os Estados estão cheios de problemas e os governadores estão cumprindo os seus deveres e não poderiam estar dispostos a, de uma hora para outra, alterar tudo por causa de uma matéria exaustivamente debatida neste Congresso. Além disso, o ponto de vista deles é conhecido. A meu ver, já se está na reta final da definição do relatório, que será aprovado no todo ou em parte – não sabemos -, mas o importante é que os dados estão lançados, os jogos estão feitos. Esse é o meu sentimento.

Com essas breves palavras, parablenzo V. Ex^a e a Comissão de Assuntos Sociais, mostrando a todos que tinha procedência em se fazer esta audiência. Ouvi o Senador Eduardo Suplicy, que calcava a sua análise da Previdência basicamente em cima de dados do social. O Senador mostrou precisamente a diferença entre o debate que tem uma formatação valiosa na CCJ e o debate que tem uma necessária formatação diferente, porque vai basicamente pelo viés do social, na CAS. V. Ex^a conseguiu, com o seu prestígio, com o prestígio dos companheiros da Comissão de Assuntos Sociais, atrair para esta Comissão mais de 30 Senadores – somos 81 apenas -, o que prova a um tempo a competência do seu trabalho, o espírito público dos membros desta Comissão, o interesse dos Senadores de outras comissões que aqui vieram e o acerto da decisão que, em conjunto, tomamos, por iniciativa nossa, de que se fizesse mais esse debate. Enfocamos a reforma da Previdência, muito debatida por seus aspectos fiscais, econômicos, técnicos, virados para dentro da questão do Ministério e para fora, especificamente no que se liga às pessoas atingidas positiva ou negativamente pelo fato, com o prisma social sendo a pedra de toque. Foi muito feliz,

portanto, a idéia, como foi feliz a manifestação do Senador Eduardo Suplicy, que perfeitamente, como ninguém, compreendeu que havia um discurso na CCJ e, sem nenhuma perda de coerência, caberia um discurso na CAS.

Essa situação sugere-me que se deve promover uma mudança no Regimento. Matéria como essa do Senador Suplicy talvez não pudesse ser debatida aqui. É para pensarmos em conjunto, sem essa história de oposição contra governo, eventuais modificações no Regimento para que isso não se torne apenas uma demonstração de boa vontade do Ministro em comparecer e uma concessão dos líderes em realizar a Comissão, mas sim uma obrigatoriedade. É o que estou começando a ver pelo prestígio que esta reunião demonstrou.

Parabéns a V. Ex^a, a toda a Comissão e à Casa, porque é um dia importante que vivemos, na fase final da discussão pré-lançamento do relatório da reforma, que será feito pela competência e pela seriedade do Senador Tião Viana. Obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao líder Arthur Virgílio o apoio e, principalmente, a sensibilidade em entender este momento.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, minha intervenção está muito calcada no que colocou aqui o Líder Arthur Virgílio. Estamos na Comissão de Assuntos Sociais. Essa questão da Previdência tem todas as justificativas do ponto de vista financeiro, da justiça em termos de dois tipos de trabalhadores do Brasil, da iniciativa privada e da área pública. Já pude, anteriormente, adiantar a minha posição favorável a vários pontos da Previdência, mas considero que precisamos ainda discutir alguns outros. Falando em assuntos sociais, não podemos ter uma rigidez excessiva na análise de todas as emendas ou na proposição como um todo.

Quero abordar um ponto, sobre o qual também um companheiro de V. Ex^a, o Senador Flávio Arns, sempre se bate. Refiro-me à questão dos portadores de deficiência. Apresentei uma emenda, exatamente a que veio com o aval do Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que está subordinado à Presidência da República. Nessa emenda, a proposta é que exista uma redução de cinco anos para a aposentadoria das pessoas portadoras de deficiência.

A proposta original do Conselho é de dez anos, eu que fiz a redução de dez para cinco, entendendo

ser mais adequada. Mas é fundamental que tenhamos, portanto, essa diferenciação. A Constituinte colocou bem a chamada discriminação positiva, no sentido de que essa é uma forma de manifestarmos solidariedade e de toda a sociedade a esses cidadãos brasileiros que precisam, sim, do suporte do Poder Público. Não me parece que seja uma exceção esdrúxula, é uma exceção perfeitamente plausível, socialmente justificável. Daí a minha colocação nesta Comissão, referendando que precisamos ter essa visão. Hoje pela manhã, inclusive, Ministro, assisti a uma entrevista do Gustavo Kuerten, o Guga, a melhor entrevista a que assisti dele. Ele falava sobre a carreira esportiva, a ascensão ao primeiro lugar na lista dos tenistas do mundo e dizia das dificuldades. Falava muito do apoio de seu irmão, portador de deficiência, que o acompanha em toda a vida esportiva. Foi uma entrevista carregada de muito sentimento humano, em que ele mostrava a importância de termos uma visão de que a sociedade precisa sempre estar apoiando as pessoas portadoras de deficiência. Ele chegou a dizer que não gostava da palavra deficiente, ele preferia chamar o seu irmão de excepcional, porque é uma pessoa excepcional no dia-a-dia, da alegria que traz à família como um todo.

Quero insistir, Sr. Ministro, nessa emenda, que tem o caráter de, na medida em que o Poder Público já tem instrumentos legais, dar uma prioridade para que os portadores de deficiência tenham participação nos cargos dos concursos públicos. Que também eles não sejam, neste momento, então, submetidos a essa elevação de tempo para se aposentarem. No caso deles, tratemos como tratamos as professoras de ensino básico. Que eles tenham um tempo menor do que o tempo que as pessoas comuns, digamos assim, têm que enfrentar.

De maneira que eu gostaria de colocar essa intervenção no sentido de que seria um aperfeiçoamento muito bom nesse projeto, para que possamos entrar em votação e que essa reforma previdenciária seja mais um ponto dentro da modernização do Brasil. Já tivemos uma parte da reforma ainda no Governo Fernando Henrique. Não quero entrar em polêmicas políticas, mas elas são válidas.

Agora, o PSDB, como Partido maduro, ele está dando a sua participação, a sua contribuição para que possamos ter uma aprovação da reforma previdenciária.

O Brasil vai acabar tendo nova reforma no futuro, basta ver a situação da Europa. A França recentemente fez uma nova reforma. O Brasil vai ter outras,

essa não é a última. Mas é importante que, neste momento, possamos fazer os ajustes necessários.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Ministro Ricardo Berzoini, pela tranqüilidade, paciência e compreensão em, às vezes, ter de ser competitivo, tantas vezes que compareceu a este Congresso, mas sempre amável e respeitoso com os Parlamentares.

A Senadora Lúcia Vânia, que tem presidido com toda a serenidade esta audiência pública, e os Líderes que ontem tiveram a iniciativa de transferir as discussões da pauta para que esta reunião se realizasse, a de ontem e a de hoje. E, assim, mais oportunidade a população teria para ouvir os esclarecimentos que, sem dúvida, ajudam a sociedade a compreender a importância que o Governo tem dado à aprovação dessa reforma.

O Senador Eduardo Azeredo falou sobre os deficientes. Realmente, há uma proposta incorporada pelo PFL nesse sentido. Baseio-me até no dispositivo do Imposto de Renda, que já prevê a possibilidade de não-pagamento de imposto por pessoas deficientes.

E tivemos aqui a iniciativa, com o apoio do Presidente José Sarney, de fazer as reformas necessárias, para que os deficientes tenham participação cívica dentro do Congresso. Hoje, praticamente, eles não têm acesso, pelas dificuldades que são apresentadas devido ao projeto de construção do prédio. Vamos fazer as reformas, para que passem a ter acesso e possam participar.

Ele falou do nosso Guga, e eu falaria de Lars Graef, Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer, que ficou deficiente em razão de um acidente náutico e tem mostrado uma disposição de trabalho muito grande no sentido de demonstrar que o deficiente não é, definitivamente, uma pessoa incapaz para o exercício de qualquer atividade.

Então, penso que o Estado deve olhar com carinho. E acredito, até pelas afirmações do Presidente Lula em alguns discursos, que isso está sendo feito com toda a atenção.

Assustei-me um pouco com a denúncia da Senadora Ana Júlia Carepa, que gostaria que ficasse registrada nos Anais da Comissão, de que há Prefeitos que fazem três folhas de pagamento. Isso é um crime grave, e, tendo sido levado a público por uma Senadora, esta Comissão deveria tomar alguma providência no sentido de buscar identificar e colocar na cadeia esses bandidos. Trata-se de um fato bastante grave.

Vou conversar com a Senadora Ana Júlia Carepa, para que façamos um requerimento, e a Comissão tome providências.

Peço licença ao Senador Demóstenes Torres, para referir-me ao bom trabalho que fez, comparando a lei da Previdência, que ainda está em vigor, com o que foi aprovado na Câmara e as propostas de emenda que apresenta. Gostaria que V. Ex^a, Ministro, entendesse como algo sério o que vou perguntando e não como uma dúvida sobre o comportamento dos Governadores.

O inciso XI do art. 37 faz referência às remunerações, a todas as vantagens ganhas e ao teto da União, que é o de Ministro do Supremo Tribunal. Estranhamente, vi que das Polícias estaduais foram retiradas as atividades jurídicas. Todos, praticamente, como, por exemplo, os Procuradores municipais, foram contemplados, com exceção da Polícia. Não é corporativismo, mas não me conformo, porque os pré-requisitos, as exigências para o concurso são idênticos aos de outras carreiras.

Pergunto se, para a formação do teto, se não forem aceitas as emendas que se apresentam e houver teto único – V. Ex^a ouviu, ontem, na CCJ, que há esperança de que isso seja aprovado, que se vincule a uma carreira de Estado, porque assim se evitará qualquer manobra política de Governadores –, se permanecer o de Governador, não será justo que todas as vantagens diretas e indiretas dos Governadores, no exercício do cargo – por exemplo, telefone, gasolina, alimentação – sejam incorporados como vencimento para cálculo de teto. Estou falando com seriedade, porque, em todas as outras categorias profissionais, qualquer tipo de vantagem recebida é incorporada para cálculo de teto. Não é isso, Senador Demóstenes Torres? Pelo menos, é o que diz sua emenda.

Para o teto, se vingar a proposta aprovada na Câmara – esperamos que seja alterada e que o Governo concorde com o teto único vinculado a uma carreira de Estado se esses cálculos seriam um somatório para efeito de teto para os funcionários públicos? E eu queria ver se o Senador Mão Santa nos convida também da forma que fez com o Senador Tião Viana porque o senhor também está precisando de descanso. E ele que ainda me disse que vai dar um anestésico. Eu não vou receitar anestésico porque eu seria charlatão, mas ele pode receitar o anestésico, eu não posso, porque senão eu seria um charlatão, mas os senhores podem receitar um anestésico para o Tião Viana dormir mais um pouco e, assim, nós podemos discutir com mais paciência.

Obrigado por toda atenção de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Previdência, Senador Eduardo Suplicy, Senador Maguito Vilela, Sr^{as}. e Srs. Senadores, lamento profundamente que o nosso Relator, Senador Tião Viana, tenha aceitado tão rapidamente o convite e se dirigido para o delta do Parnaíba e não tenha a oportunidade de poder ouvir o que temos a dizer.

Mas, efetivamente, eu gostaria de fazer algumas reflexões. Na minha opinião o sistema previdenciário, ele é absolutamente lucrativo. O Governo tenta tratar o funcionalismo público de uma forma, em geral, como o servidor privado, embora os sistemas previdenciários sejam absolutamente distintos. Naturalmente que o Governo não se preocupa de forma alguma com as responsabilidades que os empresários do setor privado tem: o Governo não quer dar a sua contrapartida. O Governo precisa entender que com os funcionários públicos ele é patrão. Então, não se pode falar em déficit previdenciário com o objetivo de zerar a contribuição do Governo, tanto na área da previdência, quanto na seguridade social.

Ora, quanto é que o patrão contribui para isso? O patrão além disso não tem que pagar Fundo de Garantia, que é um direito que não tem o funcionário público? Então, naturalmente que o Governo quer ter, sim, o seu superávit, poder investir. O que o Governo chama de zerar o déficit da Previdência – perdoe-me se eu estiver errado Sr. Ministro – é justamente não contribuir com nenhum centavo, tanto ara o benefício previdenciário, quanto para seguridade social. Ou seja, ele continuará bancando o que ele chama de déficit até o momento o sistema se autogerir, o funcionário público pagará pelo benefício futuro e o Governo não colocará nada no sistema.

Muito bem. Eu entendo e ouvi a explanação de V. Ex^a, ontem, a respeito da chamada inatividade dos servidores. V. Ex^a está muito seguro em relação às decisões dos Tribunais e é verdade. Os Tribunais já decidiram dessa forma. A tributação dos inativos, a contribuição dos inativos possivelmente se ela for aceita que ela não sucumbirá nos Tribunais pela razão de ferir os direitos adquiridos. Mas nós precisamos aprender no Brasil a respeitar as regras. Aliás, é bom que deixemos claro que num estudo realizado pelo Banco Mundial apedido do Itamaraty um dos grandes motivos para que não haja investimento no Brasil é a estabilidade jurídica. A cada dia se muda a regra indeterminadamente, indefinidamente. Então, além dos problemas de morosidade da Justiça, de

corrupção, de nariz empinado, de uma série de motivos que nós temos, nós temos a instabilidade política. E é óbvio que se viesse uma reforma da Previdência agora propondo que aqueles que entrassem no serviço público pudessem contribuir quando se tornassem inativos, ou ainda criando uma regra de transição respeitando-se o que a pessoa contribuiu, quando estive na inatividade não teria a contribuir. Naturalmente que isso seria muito mais saudável e respeitando-se o direito de quem está na inatividade de não contribuir. Porque é o mesmo que você comprar um apartamento e financiar, pagar esse apartamento, depois de três anos chega lá o proprietário e chama, “olha meu amigo, eu agora estou com dificuldades e preciso que você pague novamente até o final dos seus dias”.

Então, é necessário que se tenha uma garantia, uma estabilidade, uma regra definida, porque não podemos ficar oscilando até porque as pessoas necessitam ter tranquilidade.

Muito bem. Em relação ao subteto, Sr. Ministro, parece-me que a regra é absolutamente iníqua a esse respeito. Primeiro, cria uma casta de servidores privilegiados, quando, em relação ao subteto, nós deveríamos ter um referencial único, mesmo porque iremos ter uma balbúrdia jurídica neste País. Se nós tivermos uma balbúrdia jurídica – o senhor imagine a instabilidade que irá causar a uma pessoa que opta pelo serviço público, uma vez que, pela regra aprovada na Câmara dos Deputados, qualquer prefeito do interior poderá, se não optar pelo sistema geral, constituir um sistema previdenciário próprio, além do que estipular o seu próprio subteto. Isto quer dizer – vamos supor uma cidade imaginária: Riachão das Éguas – se um cidadão, lá, resolver estipular para ele o salário mínimo, e o prefeito, tendo o seu subsídio como o salário mínimo. Isto, legalmente, é possível. E mais: em tese, podemos ter cinco mil subtetos no Brasil. Cada prefeito pode estipular o seu subteto. Isto leva à seguinte indagação: um servidor que ganha, hoje, R\$2 mil e quer financiar uma casa própria – é claro que o salário é pequeno, mas ele tem uma expectativa de que ele continuará nas regras atuais a perceber isto. Imagine o senhor se chega um prefeito e reduz o salário dele para R\$800, R\$700 ou R\$600 – porque, em tese, isto é possível.

Então, a regra do subteto, da forma como está, é absolutamente iníqua. Nós temos que ter uma referência única. Não pode ser um cargo político: não pode ser prefeito, não pode ser vereador, não pode ser senador – não pode ser um subsídio de alguém que, transitoriamente e politicamente, ocupe um cargo e é muito melhor que se faça isto através do Minis-

tro do Supremo. É óbvio que nós temos que limitar os grandes salários e é óbvio, também, que os Estados têm as suas dificuldades, e a fórmula já foi encontrada em 90,25% do que percebe um Ministro do Supremo. Os governadores e os prefeitos estão usando essa argumentação de forma falaciosa e dão a impressão de que todos ganharam 90,25% a mais: o subteto já existe na caneta do prefeito ou do governador do Estado, porque ele tem o poder de veto. Ele pode vetar qualquer iniciativa que esteja arrostando o caixa do Estado.

Então, Sr. Ministro, parece-me, primeiro, que precisamos resolver esse problema do subteto de uma forma bastante respeitosa e que dê uma garantia ao servidor de que ele poderá continuar com tranquilidade no serviço público. Parece-me até que o nobre Relator, Sr. Senador Tião Viana, já se dispôs a isso.

Sr. Ministro, em relação à paridade ou, mais especificamente, ao chamado valor real, eu me preocupo muito com o que, até agora, está esculpido na proposta da Câmara dos Deputados. Por que isso? Porque, na realidade, o texto causa absoluta intranquilidade. Ele diz que todos os salários de contribuição, considerados para o cálculo de benefício previsto no § 3º, serão devidamente atualizados na forma da lei. Vou usar um exemplo impróprio, porque os militares não estão abrangidos nessa regra, mas imagine-se o seguinte: um militar começa como soldado e, depois, vai a cabo, a sargento e termina como coronel. Aposentado como coronel, todos os salários que ele percebeu, todas as contribuições que ele fez serão atualizadas e feito uma média, ou seja, como coronel, ele será aposentado com o salário de capitão. É mais ou menos o que vai acontecer na polícia civil e vai quebrar uma regra que é apreciada pelo mundo afora a respeito do Brasil, que é chamada mobilidade social, ou seja: todos aqueles que começaram, unicamente, no serviço público, embora tenham galgado, pela competência postos superiores, vão ter que se aposentar por uma média. E isso é algo que absolutamente vai fazer com que haja um declínio inclusive da posição social que essa pessoa conseguiu alcançar.

A expressão "valor real" também é algo absolutamente indefinido. Quando se criou o salário mínimo era parecido hoje com R\$1,2 mil e com a mesma regra, definindo-se esse valor, hoje ele está em R\$240. E aqui estamos cometendo, na minha opinião, um grave crime contra os funcionários públicos e contra o Congresso Nacional à medida que colocamos aqui a expressão "na forma da lei". Por quê? Porque, na realidade, estamos desconstitucionalizando essa discus-

são. Quando ela vier novamente para o Congresso Nacional, não virá de forma qualificada, mas para uma apreciação por maioria simples. Ou seja, estão retirando do Congresso Nacional – isso também na questão da paridade está lá na frente "na forma da lei" –... ou seja, o Governo, a partir de agora, se for aprovado dessa forma, ele já não tem que discutir de uma maneira tão vistosa, tão democrática como tem feito até agora, mesmo porque sabemos, e temos que reconhecer, que é regra no Brasil a cooptação dos partidos políticos e dos parlamentares e o PT não tem fugido a essa regra. Pelo contrário, tem seguido à risca essa cartilha que podemos chamar de neoliberal.

Muito bem. Acredito, Sr. Ministro, que se acabássemos com aquela idéia de que os chefes dos poderes deviam se reunir e mandar um único projeto de lei para fixar o subsídio, se alterássemos isso para ministro do Supremo ficaria melhor, mesmo porque ele iniciaria o processo legislativo, o Congresso Nacional apreciaria e o Presidente faria a sanção. Ou seja, os três poderes seriam atendidos. Tem sido uma utopia esse projeto de iniciativa conjunta dos presidentes dos três poderes.

Em síntese, eu também gostaria de fazer mais um comentário a respeito da reforma não tratar de formas distintas as condições distintas. Exemplo: a Senadora Fátima Cleide levanta a hipótese dos professores do ensino básico e fundamental. Muito bem. É óbvio que há uma diferenciação. Essa diferenciação está esculpida na lei, mas, ao mesmo tempo, para a pessoa obter a paridade, ela tem que ir para a regra geral. Ela tem oportunidade de se aposentar mais cedo, mas, para obter o benefício da paridade, tem que ir para a regra geral, o que vai fazer com que ela efetivamente se aposente na regra geral.

Isso cria uma série de distorções. É óbvio que o professor universitário, o promotor de justiça, o juiz de direito à medida que envelhecem na profissão tornam-se mais sábios. Mas professor de ensino médio, pela repetição, à medida que um professor universitário torna-se sábio, um professor de ensino fundamental se torna impaciente. De sorte que corre-se o risco de aos cinquenta anos de idade estar a professora dando beliscão no aluno na sala de aula. O que acontece também com policiais civis. Um policial civil, com cinquenta anos de idade, com vinte anos de profissão, está absolutamente estressado para exercer sua profissão e não adianta dizer que vão colocá-lo no gabinete porque ele não tem essa vocação, não tem a mentalidade do planejamento, feito por outro tipo de pessoa. Portanto, parece-me, ministro, que peca a re-

forma por tratar de forma igual todas as categorias, quando deveríamos ter um fator de distinção.

Por último, gostaria de dizer que avalio que a transição que está sendo criada agora com a redução de vencimentos de até 35% poderia ser mitigada pela prestação de um serviço maior, como existiu ou como foi proposta pelo PSDB na Câmara dos Deputados, isto é, aquela idéia de uma regra de quatorze anos a mais, ou seja, a cada ano trabalhado se agregam mais seis meses de trabalho, até inteirar sessenta anos de idade, me parece muito melhor, muito mais proveitosa do que termos uma regra com o pensamento voltado apenas para o lado econômico e financeiro.

Muito obrigado.

(Interferência feita fora do microfone.)

Muito bem. Parabéns. Estou convencido...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Só para lhe dizer que essa emenda foi aprovada pela bancada federal do PT e foi reapresentada aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pelo que disse a Senadora Ana Júlia Carepa, a Senadora Fátima Cleide e outros Senadores, acredito, sinceramente, que o PT vai conseguir mudar essa reforma junto conosco. Estou defendendo.

Parabéns à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Ministro por essa exposição tão detalhada, tão importante para nós que estamos estudando a reforma da previdência; uma reforma que, como nós ouvimos aqui do Srs. Senadores, não tem o consenso no Senado, é profundamente problemática porque penaliza as classes menos favorecidas; as grandes pensões, parece-me que esquece. Então é para estudarmos e decidirmos com muito equilíbrio, mas muito equilíbrio mesmo.

Mas há uma questão, Sr. Ministro, que gostaria de esclarecer aqui tanto para esta Casa como para o meu Estado de Sergipe que é a seguinte: essa reforma não foi apoiada pelos Governadores. Os Governadores foram convidados pelo Senhor Presidente da República para expor a reforma que iria mandar para o Congresso. O Presidente da República convidou-os para acompanhá-lo numa estratégia muito inteligente de acordo com a qual o ônus também ficaria com os Governadores. Mas é importante que se diga aqui, especialmente para o meu Estado, para o Estado de Sergipe, que o partido do Presidente faz ques-

tão de, em todas as falas sobre as reformas, dizer que são reformas exigidas pelos Governadores. Não o são; alguns Estados sim, os Estados grandes, evidentemente, que tiveram os seus privilégios, mas os Estados pobres, os Estados do Nordeste, especialmente o meu Estado, pelo qual estou falando, não foram ouvidos, nem opinaram sobre as reformas. Vamos opinar agora, quando formos discutir no plenário do Senado Federal. Portanto, esse pequeno equívoco da parte de V. Ex^a eu gostaria de retificar aqui, mas parabeno-o pela sua exposição lúcida. Evidentemente, vamos discutir com muito equilíbrio e com muita sabedoria, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, o Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT-DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, V. Ex^a relatou, na sua explanação, a questão social e a inclusão que essa reforma propicia. Acredito plenamente nessa preocupação e no conteúdo dessa reforma. Foi comentado pela Senadora Fátima Cleide o segmento da sociedade que envolve a mulher doméstica; até citaram-se números.

Mas gostaria de abordar duas situações em que se encontra hoje o mercado informal de trabalho, no Brasil. São alguns serviços temporários. O trabalho cessa porque é de curta duração, como, por exemplo, o de carpinteiro, serralheiro, pedreiro. Esses são trabalhos temporários que estavam na informalidade. Como seria contado o tempo desse tipo de trabalho e como esse mercado informal seria atendido pela Previdência?

Há outra situação de informalidade, como a dos trabalhadores que, apesar da informalidade, são os alfabetizadores, bolsistas, engraxates, vendedores de picolés, consertadores de sapatos e de geladeiras. Trata-se de um trabalho que tem permanência porque há mercado para isso, mas que está fora do processo. Como ficaria essa categoria? Qual o seu impacto do ponto de vista social?

Coloco essas questões porque envolvem todo um processo do atendimento nacional. A inclusão é uma questão de cidadania. Por isso, tenho a preocupação de incluir todos esses segmentos. Como seria feito isso? Qual seria o impacto na Previdência?

Parabenizo-o e lhe digo que comungo com essa idéia. Saio daqui satisfeito com a possibilidade colocada nesta reforma.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, que preside esta reunião, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Berzoini, temos discutido bastante o assunto.

Ministro Berzoini, em menos de uma semana, estivemos juntos em três reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais.

Muitas questões já foram colocadas aqui. Eu gostaria de retomar uma questão que ontem me foi respondida muito rapidamente, ao final da reunião, sob forte pressão de 52% da população brasileira, que é tratado sempre com discriminação. Não adianta dizerem que não é ou que é. Mas, ontem, quando consegui usar da palavra, Senador Mão Santa, um Senador protestou porque eu nem podia falar por ser mulher e estar defendendo as mulheres certamente. Vou continuar reclamando, sim, enquanto for necessário.

Já foi falado hoje, Sr. Ministro, sobre uma questão em que vou continuar insistindo: a aposentadoria das mulheres donas de casa. V. Ex^a já disse que, ontem, elas estiveram com V. Ex^a. São as domésticas que totalizam quase dois milhões fora da Previdência. V. Ex^a também já falou sobre isso. Há a questão das professoras sobre a qual as Senadoras Fátima Cleide e Ana Júlia Carepa já falaram.

Há um tempo, a revista **Veja** publicou que o responsável pelo déficit da Previdência eram as mulheres. Acho que V. Ex^a deve ter lido essa matéria, Sr. Ministro. É o fim! As mulheres são as responsáveis pelo déficit da Previdência, segundo a revista **Veja**.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB-GO) – É porque elas são as mães de todos os previdenciários. (Risos)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Temos, então, de dar um jeito de reverter esse processo. Vamos mudá-lo, então. Mudemos a natureza!

Por que elas são responsáveis? Porque elas vivem mais tempo e se aposentam um pouco antes. Quer dizer, o trabalho da reprodução não conta. É claro que não geramos sozinhas, mas gestamos sozinhas. E um grande percentual está criando sozinho. Senador Mão Santa, calma. Tenha muita calma nesta hora. Quase 30% das mulheres hoje são chefes de família sozinhas, enquanto o percentual dos homens não chega a 10%. Portanto, isso faz a diferença.

Há outro dado: um salário, na ativa – é um dado enviado pela Cefemea – de R\$7.510, garantido para

a aposentadoria, daqui para frente cairá para R\$2.400. A diferença é de R\$5.110.

Para complementar o valor, nos moldes atuais de Plano de Previdência Privada, homens e mulheres deveriam começar a contribuir com 25 anos de idade. Partindo desse pressuposto, a mulher contribuiria por 30 anos e o valor pago mensalmente seria de R\$739,15. O homem teria 35 anos de contribuição e o valor pago mensalmente seria de R\$475,41. É preciso garantir o mesmo valor de contribuição na nova previdência suplementar, porque a mulher, além de ser acusada de ser a responsável pelo déficit da previdência, nessa situação ainda paga praticamente o dobro. A questão das mulheres na previdência, sob o meu ponto de vista, está extremamente mal resolvida.

Outras questões que tenho aqui dizem respeito a algumas emendas que já formalizei. Trata-se da questão dos inativos, que aqui já foi falada, da questão da paridade, da questão da Polícia Civil e da questão do subteto. Vou me ater mais à questão do subteto, Sr. Ministro, porque considero fundamental e queria a sua posição a respeito.

Considero um absoluto disparate deixar o subteto ao bel-prazer dos Governadores. Já tem Governador que baixou o próprio salário para R\$4 mil e já sei de um que baixou para R\$2 mil. Daqui a pouco vão estar todos trabalhando de graça. Não podemos deixar os servidores públicos do nosso País à mercê da vontade dos Governadores. Isso, do meu ponto de vista, tem que ser estipulado, tem que ser amarrado, agora e já, por aqui. Para mim, é uma questão fundamental.

Com relação aos inativos, já subiu um pouquinho, de R\$1.4 mil para R\$2.400. Espero que suba mais um pouco. Aqueles que têm altos salários têm mais é que pagar, mas aqueles que têm baixos, não.

A questão do subteto, para mim, é fundamental de ponta a ponta, em nosso País. Tem que haver um único subteto e, na minha opinião, deve ser o dos Tribunais de Justiça. Queria saber qual é a sua posição, realmente, a respeito desse tema. Se há a possibilidade de amarrar isso já, por aqui, porque, se deixar solto para os Estados, será o pior desastre para os trabalhadores de todos os nossos Estados. Não tenho nenhuma dúvida disso.

Para finalizar, falo como companheira de prisca eras, como se diz, desculpe o termo. Fui Deputada por três mandatos, sou Senadora hoje, sempre tendo sido eleita pelo Partido dos Trabalhadores, o que me honra muito, porque sempre defendi as causas do nosso Partido. Estou escrevendo uma carta para V. Ex^a e vou encaminhá-la, com certeza, ainda

antes de passar pelo Plenário a reforma da Previdência. Acredito que o que está acontecendo aqui no Senado da República é extremamente importante. Os debates têm sido muito ricos e, por trazê-los para dentro da CAS, aqui parabenizo a Senadora Lúcia Vânia e a CAS, como um todo. Faço parte desta Comissão, como suplente, e considere de extrema relevância a participação dos Senadores, que foi muito grande. Acredito que estamos nos esclarecendo mais e ficando com mais convicção de que a reforma pode ser aperfeiçoada, melhorada, e ser realmente uma reforma que atenda mais os interesses dos trabalhadores, porque o déficit da Previdência é muito questionável. Quando se tem o tamanho da renúncia fiscal que temos no País, quando se tem o compromisso com a dívida do tamanho da nossa, por que acharmos saída apenas pela Previdência? Vamos buscar a saída pela redução do que se paga de dívida, pela redução das renúncias fiscais e outras coisas mais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Os dois últimos Senadores inscritos são, pela ordem, Senador César Borges e, em seguida, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr.^a Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Ministro Ricardo Berzoini, Sr.^s e Srs. Senadores, Sr. Ministro, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela sua determinação. Desde o início desse processo da reforma da Previdência, assistimos aos esclarecimentos de V. Ex.^a, que várias vezes esteve presente nesta Casa, ouvindo pacientemente todas as manifestações e demonstrando um preparo para o cargo que ocupa. Esse é um dos registros que eu gostaria de fazer.

Já ouvi o discurso que V. Ex.^a faz hoje. Fui Governador de Estado e enfrentei os interesses corporativistas. Fomos duramente atacados àquela época, inclusive pelo Partido de V. Ex.^a, o Partido dos Trabalhadores, por todas as proposições de se fazer uma Previdência no Estado da Bahia que fosse semelhante àquela que V. Ex.^a hoje deseja para o Brasil: segura, justa, do ponto de vista da Previdência, mas também justa diante da sociedade e de todos os seus reclamos. Quem governa não pode olhar apenas os interesses corporativos, mas os interesses da Nação. Entendo perfeitamente a situação e sei que não poderia ser diferente.

Lamento que a mudança do discurso de V. Ex.^a e do seu Partido tenha ocorrido apenas ao chegarem

ao Governo. V. Ex.^a foi um Deputado Federal muito atuante no Congresso Nacional e tinha posições firmes e definidas em relação à Previdência. A minha Assessoria disse que V. Ex.^a declarou em artigo: “A guerra não acabou. Durante os últimos quatro anos, a Oposição, respaldada pelo apoio crescente da população, conseguiu impor diversas derrotas às pretensões do Governo Federal de então. O adiamento da reforma da Previdência, por exemplo, só foi possível graças aos milhares de telegramas, faxes e telefonemas de protestos dos cidadãos brasileiros que chegaram a Brasília e pelo trabalho dos Parlamentares opositores”.

Registro a presença do Senador Tião Viana, Relator da matéria, que acaba de chegar à Comissão.

Sr. Ministro, veja bem a contradição: a situação agora se inverteu. Nós somos Oposição e estamos sendo inundados de faxes e de telefonemas de trabalhadores brasileiros, principalmente do setor público, que nos recebem nos aeroportos e até nos confundem, muitas vezes, com Parlamentares do Partido de V. Ex.^a, cantando músicas como: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.” Não tenho absolutamente nada a ver com essa posição, porque eu tinha um entendimento que hoje se identifica com o posicionamento de V. Ex.^a.

É preciso fazer efetivamente uma reforma que dê segurança à Previdência e proporcione desafoço à questão fiscal do Governo Federal, para que possa, num momento que esperamos ser o mais breve possível, retomar o desenvolvimento econômico do País. Hoje, infelizmente, nesse período, no mês de setembro que vivemos, assistimos a um País paralisado em toda sua economia. Essa política foi implantada deliberadamente para dar satisfações ao Fundo Monetário Internacional, ao mercado, e para reduzir o risco-Brasil diante dos credores internacionais.

As reformas – esse tema foi bem abordado pelo Senador Mão Santa – significaram quase uma satisfação imediata que precisava ser dada ao mercado internacional para que houvesse credibilidade do País. Elas foram feitas em tempo recorde, porque o Governo eleito ainda não conseguiu solucionar diversas questões da maior importância para o Brasil e rapidamente elaborou duas reformas que tocam definitivamente na vida de muitos cidadãos brasileiros. E essas reformas, a meu ver, estão sendo levadas de forma açodada e empurradas de qualquer maneira, modificando inteiramente o que o Ministério da Previdência e o Governo Federal estabeleceram inicialmente para a reforma da Previdência. O seu Ministério publicou um livreto que explicava a reforma da

Previdência que V. Ex^{as} idealizaram e que consideravam importante para o Brasil. No entanto, já não é mais essa reforma que se encontra aí. Ela foi modificada inteiramente, porque precisa ser aprovada rapidamente. Portanto, essa não é a melhor reforma para o Brasil; é a reforma possível.

Hoje, vivemos no Senado uma situação esdrúxula, um mistério que talvez seja desvendado ainda hoje pelo Senador Tião Viana. Haverá mudança ou não na reforma da Previdência? Por isso, Sr. Ministro, estamos discutindo com V. Ex^a todas essas questões. Os Senadores estão preocupados, mas nada disso pode ser frutífero, porque o Senador Tião Viana pode ter, já, uma decisão dentro da sua consciência e, também, das orientações políticas que deve receber de seu Partido e do Governo, no sentido de que a reforma que veio da Câmara dos Deputados não poderá sofrer modificações, porque teria que voltar àquela Casa, e aí estaria definitivamente aprovado o que já veio de lá, de certa forma emasculando o papel do Senado Federal.

Espero que o Senador Tião Viana possa, efetivamente, aceitar as emendas que foram encaminhadas, não todas, mas aquelas que têm méritos efetivos e questões substantivas, como a do teto único, colocada pelo Senador Demóstenes Torres, que hoje todos estão verificando ser necessária nos Estados.

A outra questão que foi motivo, inclusive, de também uma emenda nossa, foi com relação à redução dos valores que serão abatidos com relação às pensões de 30%. Não sei se o Ministério fez um estudo, de que, com a morte do detentor da aposentadoria, as despesas de uma família cairiam em 30%. Eu acho um exagero. A meu ver, isso poderia ser, efetivamente, reduzido. Fizemos uma emenda, trazendo para 10%, e não adotando os 30%.

Também com relação à contribuição dos inativos, é algo que praticamos lá na Bahia. Eu era Governador e pratiquei tal cobrança – não fui eu que a instituí, mas a pratiquei –, assumi esse compromisso durante o meu Governo. Tive o combate terrível do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa durante todo o meu período de Governo, inclusive com ações na Justiça contra a cobrança dos inativos, e agora é o próprio Partido dos Trabalhadores que propõe a cobrança dos inativos. Lá na Bahia chegamos à conclusão, em determinado momento, de que iríamos perder no Supremo Tribunal Federal, então deixamos de fazer a cobrança do inativo por uma realidade que o sistema judiciário ia impor. Então, retiramos tal cobrança.

E agora a grande surpresa é que é o Partido dos Trabalhadores, que tanto combatia esse procedimento, que vem agora e diz: “Não, nós temos que fazer a cobrança dos inativos”. E não queiram transferir essa culpa para os senhores Governadores, absolutamente, não a transfiram para os Srs. Governadores. Assumam que o Governo Federal quer fazer a cobrança dos inativos. Não é uma questão dos Governadores. Eu ouvi algo sobre essa transferência de responsabilidade, mas é claro que o Governo Federal está participando dessa cobrança dos inativos.

A nossa emenda é neste aspecto, Sr. Ministro e Senador Tião Viana – estou aqui talvez falando mais para o Senador Tião Viana, esperando que seja sensível a essas questões: para alguns casos específicos de pessoas que já possam ser beneficiadas pelo Imposto de Renda, com previsão da isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas que sofram de moléstias profissionais e doenças graves, para que possam também ser dispensadas da cobrança da taxa dos inativos aposentados, dessa nova taxa que será cobrada.

Então, essas são algumas questões que nos preocupam, Sr. Ministro e Senador Tião Viana. Acredito que hoje teremos esse mistério desvendado, acredito que o Senador Tião Viana deve, como Senador, ter um apreço muito grande por esta Casa, e o Senador Mão Santa renova o seu convite para uma meditação mais profunda, uma reflexão mais profunda do Senador Tião Viana no acatamento dessas emendas e nas possibilidades de dar um pouco de sossego àqueles que estão a cada momento nos procurando nos aeroportos, dizendo que sempre deram a mão e agora não estão tendo o merecimento necessário a essa mão que deram. Talvez não tenha sido minha mão, mas exatamente a dos correligionários de S. Ex^a, do Ministro Ricardo Bezoini, mas é um momento muito importante para a Nação brasileira. Precisamos, neste momento, ter consciência de que precisamos, efetivamente, de uma reforma da Previdência, mas ela não pode penalizar setores específicos nem trazer desassossego à família brasileira.

Eram essas as colocações que eu queria fazer, Sr^a Presidenta, parabenizando-lhe por esta reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Senador César Borges e passo a palavra agora ao último orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT-RS) – Senadora Lúcia Vânia, Ministro Ricardo Bezoini, Senador Tião Viana, Senador Papaléo Paes e Senador Eduardo Suplicy, casualmente, na última audiência, o último

inscrito e a minha primeira fala nas audiências públicas.

Tive a preocupação de ouvir muito ao longo dessas três ou quatro audiências públicas no Senado. Tive também a preocupação de deixar para falar hoje até porque entendia que estariam aqui os cinco Governadores. Infelizmente, não estão, mas sei que trabalharam muito na discussão dessa proposta.

Tenho tido a oportunidade de falar muito com o Relator e Líder Tião Viana sobre a reforma da Previdência e também a felicidade de receber, em meu gabinete, o Sr. Ministro que, em um gesto de grandeza e de humildade, foi falar comigo sobre a reforma da Previdência.

No dia de hoje, não dá para falar das vinte e uma emendas que apresentei. Na verdade, como digo para a imprensa, apresentei vinte e uma emendas que tratam de quatro ou cinco temas, assim como me parece que foi a posição da maioria dos Senadores.

Faria, todavia quatro ou cinco perguntas diretas ao Ministro. Primeiro, acredito muito que podemos construir ainda um grande entendimento no Senado e aprovar essa matéria, quem sabe, por unanimidade. Se não houver esse entendimento na Comissão ainda vou torcer, até o último segundo, para que o consigamos no Plenário do Senado sobre a lavra, a experiência e a competência do nosso Relator, conversando e dialogando com o Governo.

Uma das matérias que considero de suma importância é V. Ex^a sabe da minha posição, mas vou deixar registrada: regra de transição. E, estou preocupado exatamente com aquele servidor que ganha pouco.

Às vezes dou como exemplo do servidor do Município que começou a sua vida abrindo valas no Município para fazer a canalização. Ele começou com quinze anos de idade e, com trinta e cinco anos de contribuição, fez a sua poupança para ter a sua educação e estará com cinquenta anos de idade. Se prevalecer a regra de sessenta, terá que contribuir 45 anos. Isso me assusta um pouco e deixo para reflexão do Sr. Ministro.

Aquele outro cidadão, filho de um Governador para não falar de um Senador, mas que está em outra camada, começou a trabalhar com vinte e cinco anos. Os meus filhos estudam, confesso que até hoje estudam, mas começou a trabalhar com vinte e cinco anos, se formou, fez estágio, quem sabe, no exterior, e vai contribuir por 35 anos e se aposentará com 60 anos.

Entendo que a regra não é justa. O filho do operário, em tese, contribuirá por quarenta e cinco anos e o filho daquele que é considerado de uma camada bem acima da classe média contribuirá por trinta e cinco anos. Para não ficar só no questionamento apresentei uma proposta chamada Fórmula 95. Com a Fórmula 95 que é tempo de contribuição somado com a idade. Vamos pegar o mesmo exemplo: o cidadão tem quinze anos, com mais 35, estará com 50, mas pela atual regra ele iria se aposentar somente com 53 anos. Só estou buscando os fatos.

Esse cidadão se aposentará com 55 anos em vez de se aposentar com sessenta, aposenta-se com 55, ou seja, quanto mais eu contribuir vou diminuindo na idade. Acho que é uma proposta justa, equilibrada, que deixo para reflexão do Relator e do Sr. Ministro.

A segunda é o subteto. Ministro, ouço que a questão do subteto é uma exigência dos Governadores. Tenho um documento em mãos que diz que tem o aval, pelo menos aqui diz, o aval dos Governadores assinado por vinte e cinco Secretários de Estado. Todos dizem que são a favor do subteto único.

Assim, me pergunto e sou da base do Governo, assumo a responsabilidade de ser da base do Governo, se os 25 governadores que, aqui diz "de acordo com os respectivos governadores", querem o subteto único, por que não assegurar um subteto único nos Estados?

Quero falar mais um complemento. Qual foi a metodologia usada para o teto único em nível nacional? Foi o salário do governador? Foi o salário do prefeito? Agora que usarei a fala para mostrar aonde quero chegar: foi o salário do Presidente? Não foi. Então, por que nos Estados e Municípios vale um critério político – porque é o salário do governador e do prefeito – e, em nível nacional, é do Ministro do Supremo Tribunal Federal?

Ora, se em nível federal tem que prevalecer o princípio de carreira de Estado, que prevaleça também no Estado o princípio de carreira de Estado, tanto no Estado como no Município. Senão, eu teria que defender que em nível nacional o teto deveria ser o salário do Presidente da República. Daí, sim, teríamos desencadeado de forma muito sincronizada uma coerência: em nível nacional é o Supremo o mandatário da Nação, que é o Presidente; no Estado, o Governador, e no Município, o Prefeito. Deixo isso para reflexão.

Quanto à contribuição dos inativos, todos sabem da minha posição histórica de que não deveriam contribuir os inativos, mas, Sr. Ministro, passa-me a impressão – e o nosso Governo tem assumido toda a

responsabilidade – de que a contribuição dos inativos não seria uma decisão dos Governadores. O que eu gostaria de enfatizar neste momento? Se não é uma imposição dos Governadores, por que não fazemos uma emenda para que o Governador encaminhe para a Assembléia Legislativa, daí ele assume o ônus e o bônus. Para cada Prefeito, a mesma coisa: ele encaminha para a Assembléia Legislativa e decide se deve ou não tributar os inativos. Claro que haverá um desgaste político. Terá pressão no próprio Estado dos servidores, dos aposentados e da sociedade organizada, que, em tese, seria contra, nesse caso específico.

A emenda – que, inclusive, não é minha, eu assinei junto – do Senador Antonio Carlos Valadares diz que a contribuição dos inativos, já que seria uma vontade dos Governadores que ela fosse uma realidade, o Governador encaminha para a Assembléia. Eu ia perguntar aos Governadores se concordavam com essa tese, já que acham que não é de sua responsabilidade, mas, sim, do Presidente da República. Seria uma proposta interessante, pois a Assembléia decide. O que estaríamos fazendo de bom? Estaríamos assegurando, via Constituição, para não dar o problema que deu na Bahia.

Inúmeros Municípios, também o Rio Grande do Sul, têm contribuição de inativos, mas não de 11%. Em inúmeras cidades do Rio Grande do Sul a contribuição é de 6%, 8%, inclusive a do servidor público não chega a 11%. Então, no momento em que o Governo tabela em 11% o vencimento do servidor público e também dos inativos, está dando, sim, uma enorme força para os Municípios e para os Estados, e está assumindo todo o ônus.

Vejam o que quero dizer com isso: cada Prefeito que quiser tributar tributará, mas encaminhará para os Vereadores votarem se são a favor de tributar inativos e a favor de aumentar a tributação, inclusive do servidor na atividade. Estamos assumindo todo o ônus e a responsabilidade de que, no Município, o servidor aposentado pague 11%; servidor na ativa, que também não paga 11% lá, paga 5% ou 6%, conheço muitos casos, pagará 11%; nos Governos dos Estados, a mesma coisa.

Enfim, fica para a reflexão.

Quanto à paridade, poderíamos adotar o que veio da Câmara naquilo que está assegurado para o servidor já aposentado. Isso seria o princípio da igualdade. A mesma redação que corresponde, na Câmara do Deputados, para o servidor já aposentado poderíamos garantir também para aquele que está na atividade, que já é servidor público. As entidades sabem

que quanto àqueles que entrarão no sistema no futuro, minha posição é outra, diferenciada. Estou falando de quem já é aposentado e de quem está na atividade de serviço público.

Para concluir, Sr. Ministro – prometi a mim mesmo ser o mais breve possível –, na linha do que falou o Senador Romeu Tuma, e quero dar o crédito não a mim, mas ao Relator, Deputado Pimentel, foi assegurado que a Polícia Militar, no caso da pensão, pelo menos, terá o mesmo tratamento dado às Forças Armadas. Que princípio é esse? Participamos de um amplo acordo, estive lá e foi interessante o avanço.

A minha pergunta é: se à Polícia Militar foi assegurado, por que não podemos assegurar para a Polícia Civil? A Polícia Militar está na linha de tiro tanto quanto a Polícia Civil. No caso específico, por exemplo, um colega meu, militar no Rio Grande do Sul, acabou de ser assassinado na linha de tiro, recentemente, e a família está com uma dificuldade enorme para receber a pensão adequada. Proponho darmos o mesmo tratamento à Polícia Civil e à Polícia Militar.

Concluo, Sr. Ministro, dizendo que estou muito esperançoso de que vamos construir um grande entendimento. Estou falando com muita franqueza para todos os Senadores, para V. Ex^a e para o Relator. Esperamos votar a matéria mediante um amplo entendimento. Claro que não será o ideal que cada um de nós pensa, mas podemos construir um grande entendimento e ver a matéria votada o mais tardar no início de novembro, mediante acordos que podemos juntos construir.

Aposto muito no Ministro e, especialmente, no meu Relator. E está com S. Ex^a agora a caneta, não é, Sr. Ministro? V. Ex^a fez sua parte.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço a todos os Senadores presentes. Gostaria de dizer da satisfação de haver passado por esta Comissão. Sr. Ministro, cerca de 37 Senadores, que puderam livremente se manifestar a respeito do projeto. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI – Obrigado, Senadora. Gostaria de manifestar minha satisfação de, mais uma vez, participar do debate. Sei que a agenda de todos os parlamentares é complexa. Participei dessa experiência na Câmara dos Deputados e sei que no Senado Federal não é diferente. Muitos foram obrigados a entrar, fazer suas questões e depois se retirar. E não se trata de meritum temporis, mas simplesmente de contingências do trabalho parlamentar.

Muito rapidamente, responderei as questões, pontualmente, a cada Senador, mesmo àqueles que não estão presentes.

O Senador Mão Santa mencionou a pressa e o risco do arrependimento. Creio que, em oito meses e meio de debate, pudemos aprofundar muito a questão previdenciária no Brasil. Ouso dizer que nunca se debateu tanto, com tanta informação e com tanta transparência, a questão previdenciária no Brasil. Participei, só na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, de mais de 18 reuniões, ou de audiências públicas ou com bancadas, e de inúmeras reuniões públicas com servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Houve também em meu gabinete cerca de 400 audiências, a imensa maioria com entidades representativas dos servidores públicos, não apenas para ouvir ou cumprir agenda, mas para formar opinião, dialogar, repassar informações, que nem sempre estavam disponíveis em governos anteriores.

Dessa forma, privilegiamos, de fato, o debate. Portanto, não creio que seja pressa em oito meses e meio debater e aprofundar um tema de tamanha importância, mas que também tem uma certa urgência, embora não devamos nunca prejudicar a qualidade em função da pressa.

A Senadora Ana Júlia Carepa reafirmou a preocupação com as professoras – já manifestei – e pergunta por que não podemos, desde já, definir o conteúdo da legislação de inclusão previdenciária que vamos propor pelo comando da emenda. Na verdade, estamos bastante avançados. Queremos discutir com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal antes de enviar o projeto de lei, a fim de aperfeiçoá-lo. No entanto, continuo manifestando – à Senadora, que retorna à Comissão – que é ilusão acreditar em inclusão social previdenciária somente pela legislação. A legislação é uma parte importante. Acredito que, se pudéssemos quantificar, a legislação talvez representasse 20% a 25%. A ação gerencial do Ministério é, sem dúvida, muito mais importante para a inclusão previdenciária do que a própria lei, porque existem vários segmentos que não estão incluídos por falta de ação do Estado ou por falta de compreensão.

Nossa equipe tem visitado, por exemplo, quebradores de pedra e pescadores, e feito articulação com vários segmentos extrativistas, que poderiam estar cobertos pela previdência rural e não estão. Feita a interlocução, existe um diagnóstico em relação a pessoas que trabalham em atividades informais, seja por iniciativa própria ou por falta de incentivos à for-

malização por parte dos organizadores das atividades.

Há muito a ser feito. É trabalho para muito mais do que o período de uma reforma constitucional. É trabalho para, com certeza, nos debruçarmos nos próximos anos, no conjunto do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas o compromisso que posso assumir publicamente é o de que, no mais tardar no início do próximo ano, se possível ainda este ano, estaremos apresentado ao Congresso Nacional o projeto de lei que trata dessa parte da inclusão, que é garantir um acesso mais fácil à Previdência Social.

Vou destacar a questão do subteto, que praticamente foi mencionada por todos os Senadores, para tratar no final.

O Senador Garibaldi falou sobre a isenção de inativos, com mais de 70 anos, acometidos de doenças graves. Tenho dito sistematicamente que a parte importante da isenção da contribuição de inativos é aquela que se refere à renda básica de sobrevivência. Essa é a mais importante do que qualquer outra condição, até porque me parece que o Estado não tem estrutura – e nem deve ter – para exercer uma fiscalização rigorosa da situação individual de cada pessoa já no pleno recebimento do benefício, porque isso é praticamente impossível. Gera o espaço para a subjetividade, o espaço para a pressão burocrática localizada.

Então, creio que o ideal – e o Relator, com certeza, vai ter toda a possibilidade de analisar se é justa ou não essa ponderação – é reconhecermos que houve um grande esforço de isentar os que recebem dentro dessa faixa de renda, que vai até R\$1.440, no caso dos atuais aposentados federais; R\$ 1.200, dos atuais aposentados estaduais, e de R\$2.400 para os futuros aposentados.

Portanto, quem se aposentar após a reforma, já sob as novas regras, terá uma isenção igual a que existe para o trabalhador do setor privado, do INSS. Só vai pagar contribuição de inativos o valor que exceder o teto. Portanto, essa regra vale apenas para os atuais servidores, porque os futuros servidores, se implantado o fundo de pensão, terão teto igual do INSS, e a contribuição para o fundo de pensão é ajustada pelo plano de custeio, pelo plano de benefício, com qualquer outro fundo de pensão.

O Senador Suplicy levantou várias questões importantes. Em primeiro lugar, em relação à previdência rural, já temos essa preocupação, Senador, de mensurarmos o impacto dessa previdência em termos de distribuição de renda. Há um estudo, realizado inclusive pelo nosso Secretário de Previdência So-

cial, ainda no Ipea, que diz que se não houvesse a previdência rural, as famílias atingidas pela pobreza rural subiriam de 14,3% para 61,7%. Portanto, a Previdência Rural, conforme temos dito desde o início do Governo, deve ser objeto de aperfeiçoamento; nunca repetirmos propostas apresentadas em governos anteriores de transferir a Previdência Rural para a Assistência Social. Ela é previdenciária pela sua natureza de vínculo com o trabalho.

Estamos em entendimentos, já bastantes avançados, com a Contag, com a CNA, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Cetraf e outros para aperfeiçoar o sistema de arrecadação e de documentação dos segurados especiais. Se, de um lado, é fundamental conceder o benefício a todos que têm direito, que precisam, também é fundamental não conceder àqueles que não têm direito.

A fraude na Previdência ainda é bastante elevada. Estamos lutando para melhorar o sistema de informática. Infelizmente, o governo anterior não aplicou recursos suficientes para modernizar a Dataprev. Então, o sistema, hoje, não comporta mais nada. E o mais grave, o CNIS, o Cadastro Nacional de Informações Sociais, que é o programa mais importante para o reconhecimento de direitos, passa várias horas fora do ar.

Realizamos, recentemente, uma contratação emergencial com a Cobra, uma subsidiária do Banco do Brasil, para fazer a migração da plataforma de arquitetura proprietária para uma plataforma aberta, para que não fiquemos reféns de nenhuma multinacional e para que possamos ter um sistema de informática que sirva ao segurado e que não crie os constrangimentos terríveis, Senadores, por que passamos hoje no atendimento, fruto de uma gestão que, infelizmente, não primou pela busca de uma estrutura pública de tecnologia de informação que pudesse ser compatível com o tamanho do cadastro da Previdência Social. Como eu disse, são mais de 60 milhões de dados referentes a pessoas que são seguradas ou beneficiadas. É um dos maiores cadastros do mundo em termos sociais.

O Senador Suplicy ainda levanta a questão, fez um comentário **en passant** sobre notícias da imprensa de que este Ministro assumiria outras responsabilidades. Quero dizer que se trata apenas de especulações da imprensa. Não existe nenhum movimento **nesse sentido**. Creio que a nossa missão à frente da Previdência já é bastante pesada e necessária e os resultados fundamentais na gestão previdenciária aparecerão com o passar dos anos. Portanto, é fundamental haver uma continuidade na gestão, embo-

ra, evidentemente, esse assunto seja da competência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que tem todas as atribuições para fazer as mediações que considerar necessárias.

Sobre os fundos de pensão de natureza pública, V. Ex^a questiona sobre administração, sobre o risco de haver administração ineficiente. Esse risco existe também no Estado, na administração direta, como é prova a própria situação da Previdência no Brasil, que foi levado, em parte, parcela do que ocorre com a Previdência, consequência não apenas das regras inadequadas, mas de gestão. Isto precisa ficar claro. O fundo de pensão, quando há a participação dos trabalhadores na gestão por meio da eleição democrática dos seus representantes na gestão, com certeza pode ser não imune a qualquer tipo de má operação, mas pode ser bastante minimizado o seu risco. Talvez até em grau superior à Previdência gerida diretamente pelo Estado, dada a natureza que esse fundo terá, embora de natureza pública, como controle social explícito por intermédio desse modelo de gestão.

No caso, por exemplo, dos fundos, citados por V. Ex^a, como a Previ – da qual sou, por contingência, funcionário do Banco do Brasil, participante da Previ – quando conquistamos a gestão paritária, por meio de negociação, em 1997, tivemos praticamente a interrupção das operações aprovadas à revelia dos participantes. Por exemplo, citaram recentemente em um debate a questão do **Magic Park**, de Aparecida, foi exatamente no período anterior à gestão paritária. Com a gestão paritária, um negócio daqueles nunca teria acontecido. A participação dos gestores eleitos pelos funcionários foi fundamental para evitar esse tipo de aplicação que serviu a alguns interesses do passado.

Sobre o documento da Dusp, confesso que, ao lê-lo, me preocupei com a universidade pública, inclusive do ponto de vista ético. Lamento que V. Ex^a tenha dado reverberação a esse tipo de questionamento apresentado no Item 3, e que já foi feito anteriormente; não por V. Ex^a não ser Senador de situação, mas por V. Ex^a ter um comportamento ético sempre muito considerado, o Item 3 traz simplesmente uma afirmação leviana, típica de quem não quer fazer o verdadeiro debate e suscitar dúvidas sobre a lisura das pessoas que participam de um processo.

Ao questionar o envolvimento – estou falando de envolvimento – dos Ministros Ricardo Berzoini e Luiz Gushiken com fundos de pensão e operação – quais fundos de pensão? Que envolvimento é esse? – e com a organização de seminários para orientar entidades civis para constituírem tais organismos...

Ora, o Ministério da Previdência, um ente público, organizou sete seminários a partir da Secretaria de Previdência complementar, para disseminar o conteúdo de uma Lei, a Lei Complementar nº 109 e dos decretos regulamentadores, exatamente para que possa ser levada a informação e a educação a respeito de um instrumento que pode ser instituído por entidades, sindicatos, associações cooperativas, e que é uma política decidida pelo Congresso Nacional, por meio de lei complementar. Lamento que o signatário dessa carta pratique esse tipo de procedimento antiético. Lamento ainda mais que não conheça a estratégia previdenciária, apesar de ser debatido em vários fóruns onde essas entidades estiveram presentes.

Quando fala da questão do custo de financiamento da implementação de um fundo de pensão, é óbvio, na verdade, ele nos dá um atestado de que o objetivo da reforma não é fiscal – aquela acusação “essa é uma reforma fiscalista”. Não. A reforma não é fiscalista; se fosse, não proporia esse modelo. Se fosse o objetivo de ajustar o orçamento do Governo Lula, nós fugiríamos desse modelo, porque há um custo, sim, de implementação. Um custo compensado inclusive pelas outras mudanças paramétricas. Já declarei isso várias vezes em todas as audiências públicas, mas o Sr. Américo, no dia 15 de setembro de 2003, parece que ainda não sabe, ou não quis saber, ou tentou trazer uma dúvida indevida à Comissão de Assuntos Sociais.

Na verdade, caro Senador Eduardo Suplicy, com o propósito de implementar a previdência complementar, no sistema de capitalização, queremos dar garantias aos servidores de que haverá reservas garantidoras, sem as quais eles não terão segurança no futuro com as variações conjunturais, com as variações do ponto de vista da estrutura da máquina pública, de receber aquilo que está no texto constitucional.

Portanto, para mim, essa carta, como começou mal, vai mal quase até o final e tenta criar algum tipo de contradição onde não há. Se há um aspecto sobre o qual não se pode queixar nesse processo, é o da transparência. Por exemplo, o Senador Demóstenes Torres, que já se retirou, iniciou sua falação, dizendo que não há déficit no sistema previdenciário e que se a União participasse do financiamento haveria superávit. Ora, apresentei aqui, em três ocasiões, os dados, por meio de informações estatísticas. Não são opiniões, são informações estatísticas. Pela primeira vez, quando este Governo fala em desequilíbrio na Previdência, ele leva em consideração a contribuição patronal da União, dos Estados e Municípios, o que o Governo anterior não fazia. O Governo anterior – com

o qual o Senador, com certeza, tinha maior identidade – dizia que o déficit da Previdência era despesa total menos a contribuição dos servidores. Um erro metodológico grave. Nós corrigimos esse erro. Não fazemos questão de propagandear isso. Estamos num ambiente em que procuramos inclusive lembrar os acertos que o Governo anterior possa ter tido, sem nenhuma dificuldade para isso, porque não nos move o sentimento de verificar de quem é a melhor proposta e, sim, move-nos o sentimento de aprovar aquilo que seja melhor para o Brasil.

O Senador Eduardo Azeredo abordou o tema dos portadores de deficiência. Volto a registrar uma minha dúvida – permito-me ter dúvidas. Será que, quando tratamos da questão previdenciária em relação ao portador de deficiência, não estamos, na verdade, esquecendo que, do ponto de vista do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios, esses recursos podem ser muito melhor aproveitados para os deficientes que não têm acesso a emprego nem à Previdência? Essa é uma dúvida que tenho. Pessoalmente, inclino-me mais por não conceder nenhum tipo de condição especial para quem teve a competência e a felicidade – não a sorte – de ser incluído, mesmo tendo uma necessidade especial ou uma deficiência, como outros falam. Essa pessoa está incluída e ela pode, por essa inclusão, ter acesso à Previdência. Entretanto, temos dezenas ou talvez centenas de milhares de pessoas deficientes que não têm sequer essa oportunidade. Será que não seria melhor usar esses recursos para propiciar oportunidade aos que não têm, ao invés de usá-los para dar uma situação especial aos que tiveram a inclusão? Essa é uma dúvida bastante grande que tenho. Pessoalmente, inclino-me mais pela possibilidade de propiciarmos recursos aos que não têm. Temos de reconhecer os direitos dos que já estão incluídos, mas não penso que não devemos criar condições especiais, a não ser – aí, manifesto-me favorável à tese – quando a necessidade especial ou a chamada deficiência provoca algum tipo de restrição grave ao exercício daquela função, ou seja, quando a função provocar, de fato, um desgaste adicional à pessoa portadora de necessidade especial.

Voltando à fala do Senador Demóstenes Torres, S. Ex^a falou sobre a questão de que o objetivo do Governo é zerar sua contribuição. Isso é impossível. O Governo não só não vai conseguir zerar a sua contribuição, que é obrigatória e legítima, como continuará, por mais de trinta anos, subsidiando o sistema dos servidores. Portanto, não há esse objetivo. O que haverá e há, com certeza, é o objetivo de buscarmos um

sistema que exija menores subsídios e que possa financiar a Previdência dos servidores de maneira equilibrada e eficiente.

O Senador Romeu Tuma abordou a questão da Polícia, também tratada pelo Senador Paulo Paim. Parece-me que a questão da Polícia Civil deve ser debatida no âmbito civil. A similaridade da Polícia Militar com as Forças Armadas é porque já existe, constitucionalmente, uma conexão entre os artigos que definem as duas Polícias. No entanto, lembro que existe um compromisso do Presidente Lula de propor também uma reforma na Previdência Militar, que também tem desequilíbrios e incongruências. E, por se tratar de lei ordinária, haverá o tratamento adequado, assim que concluirmos a tramitação da PEC nº 67.

Estou concluindo.

A Senadora Maria do Carmo fez uma afirmação com a qual não concordo, mas respeito. S. Exª disse que a reforma penaliza as classes menos favorecidas. Ao contrário, quando há isenção, por exemplo, da contribuição dos inativos, ela, na verdade, está isentando da contribuição a imensa maioria dos servidores, exatamente aqueles que têm a menor remuneração – portanto, os menos favorecidos.

E faz uma afirmação que me espanta: que a reforma não foi apoiada pelos governadores. Ora, os governadores não apenas acompanharam o Presidente Lula, mas interferiram diretamente no conteúdo da reforma. Quero dizer isso de maneira elogiosa. Eles poderiam ter-se omitido. Participaram de duas reuniões muito relevantes e durante a tramitação, manifestando-se inclusive contra algumas concessões que o Governo Federal estava disposto a fazer.

Não digo isso para alegar que o Governo Federal é bonzinho. São opiniões referenciadas em situações reais que muitos Estados vivem hoje, de impossibilidade de continuar com esse sistema. Então, todos governadores – o de Sergipe, João Alves; o da Bahia; de São Paulo; de Minas Gerais; de Mato Grosso do Sul; do Piauí; do Acre; do Ceará. Todos manifestaram apoio amplo. Houve eventualmente uma diferença aqui outra ali. Vamos fazer justiça: a Governadora Rosinha manifestou-se contra a contribuição dos inativos na reunião que decidiu pela contribuição dos inativos. Foi a única.

Portanto, há um apoio grande, e eu parabeno os governadores por essa consciência suprapartidária de aceitar o convite do Presidente Lula para participar desse processo.

O Senador Eurípedes Camargo fez uma intervenção muito importante sobre o mercado informal:

como ficam aqueles pequenos prestadores de serviço? Quero informar que já existe a retenção. Todo pagamento de serviço deve ser feito mediante a retenção de 11% para a Previdência Social, identificando-se o beneficiário. Até para podermos facilitar e não deixar por conta daquele pequeno prestador a iniciativa de recolher posteriormente. Eventualmente, acaba nem se lembrando disso.

Mas as demais preocupações serão e continuarão a ser objeto da nossa preocupação enquanto gestores da questão previdenciária.

A Senadora Serys Slhessarenko fez ponderações, inicialmente, sobre as questões das mulheres. Estive ontem com a delegação das donas-de-casa e manifestei a minha concordância com a tese, mas é minha responsabilidade dizer que isso tem um custo elevado, sendo necessário buscar um entendimento sobre o custeio, sobre a forma de financiamento e que o nosso Ministério estava à disposição para avançarmos nessa questão.

Sobre as domésticas, elas já podem participar da Previdência Social. Precisamos responsabilizar os que empregam as domésticas. Creio que isso é fundamental do ponto de vista social: garantir que haja o registro e o pagamento. Agora, é óbvio: já existe hoje uma situação diferenciada de contribuição. Enquanto a contribuição do empregador normal é de 20%, mais o seguro de acidente do trabalho, perfazendo 22%, a contribuição do empregador doméstico é de 12%, portanto, menor. Poderíamos subsidiar mais? É uma decisão da sociedade. Eu não creio que seja necessário. Penso que seja necessário responsabilizar, dar responsabilidade sobre o emprego doméstico.

Sobre as professoras, parece-me que isso está bastante contemplado pela resposta anterior.

Em relação à previdência complementar, tive o ímpeto de interrompê-la quando V. Exª falava, porque já respondi ontem à representante da Cefemea. Os dados estão rigorosamente equivocados, porque baseados em uma reportagem de jornal que não consultou o Ministério da Previdência e sequer apurou o que acontece com os fundos de pensão que já existem. Na verdade, os fundos de pensão, ao constituírem os seus planos de benefícios, já levam em consideração essa diferenciação. Portanto, já fazem o cálculo atuarial com base em um subsídio que há no sistema em relação às mulheres. Há no sistema básico e passa a haver, não por determinação legal, mas por uma compreensão desse fundo de pensão, o mesmo entendimento para a previdência complementar.

Sobre o subteto vou falar no final.

O Senador César Borges falou sobre os interesses corporativistas. Sabemos que existem e são legítimos, porque são interesses de corporações que têm representações. Nosso papel é combinar a legitimidade desses interesses corporativistas com a legitimidade, ainda maior, do interesse público geral.

Não vou repetir a resposta que já dei sobre a minha posição com relação à Previdência. Uma leitura atenta do documento que V. Ex^a tem em mãos permitirá verificar que me refiro ao conteúdo da reforma da Previdência do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que era bastante diferente da atual, até porque tratava de maneira igual situações desiguais. Por exemplo, propunha a estipulação de idade mínima para o regime geral. Considerando a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, seria uma crueldade com os trabalhadores do setor privado, que não têm a garantia de emprego que existe no setor público. Se tivessem a garantia de emprego, seria favorável à adoção da idade mínima também pelo INSS. Não haveria problema algum. O problema é que não há garantia de emprego. O trabalhador chega aos 40, aos 45 anos com uma fragilidade imensa em relação ao mercado de trabalho. É justo que o sistema previdenciário absorva a preocupação com o mercado de trabalho. Se houvesse qualquer tipo de proteção contra a demissão imotivada, como há para os servidores públicos, no mercado de trabalho privado, creio que não precisaríamos que a Previdência tivesse um tratamento diferenciado dessa questão. Hoje, defendo o tratamento diferenciado, sim, e o defendia na época.

Vou repetir a história: vim ao Senado discutir com o Relator, entendendo importante separar as duas partes da reforma para não contaminar o debate das duas partes.

Sobre o livreto que publicamos – a reforma já mudou –, sempre dissemos que o Parlamento costuma mudar as propostas. Ele pode manter, aprovar sem mudanças e pode mudar. Ao publicar o livreto, tem-se por objetivo divulgar, e não apenas para os Parlamentares, mas para todos os que freqüentam esta Casa, o conteúdo da proposta original. Já atualizamos, já existe o conteúdo mudado pela Câmara. Quando terminar a tramitação, se houver modificação, também faremos a divulgação atualizada para podermos manter a informação, que é uma obrigação nossa enquanto gestores públicos, por comando constitucional, o princípio da publicidade na administração pública.

Sobre os inativos, já falei, não há necessidade de transferir aos governadores o ônus. Apenas informei que não é uma proposta exclusiva do Governo

Federal. O Governo Federal assume a parte que lhe cabe nessa proposta, mas não aceita que as pessoas tentem induzir ao entendimento de que é uma proposta exclusiva do Governo Federal. Como disse ontem – e na primeira vez que discutimos a questão na reunião com os governadores –, essa proposta não partiu da nossa parte. Isso não quer dizer que queiramos nos eximir da responsabilidade. Uma vez discutida, e aprovada pelo conjunto, será nossa proposta a contribuição dos inativos. Assumimos sua legitimidade, sua constitucionalidade e a sua justiça em relação à Previdência.

Por fim, temos as ponderações do Senador Paulo Paim sobre a questão da transição. Senador Paulo Paim, creio que temos uma divergência que, evidentemente, não precisa ser tratada como uma divergência que não possa ser alterada sob o ponto de vista do entendimento. No entanto, permaneço convicto de que a concepção previdenciária internacional pode e deve, no futuro, em outra situação, ser tratada de maneira mais ampla, para que todos tenham conhecimento. Apresentei alguns dados, e o tempo não foi suficiente na CCJ.

A concepção previdenciária internacional é a de que a aposentadoria se dá por idade. Os únicos países onde a aposentadoria é por tempo de contribuição são Brasil e Portugal. A aposentadoria por tempo de contribuição, nesse caso, significaria equiparar a Previdência pública a uma previdência vendida por banco ou seguradora. Faz-se uma contribuição por determinado tempo, uma poupança, recebendo depois. Não há poupança no sistema de repartição. Por isso, pode alcançar um grau de solidariedade maior. Cito como exemplo o meu caso. Tenho vinte e cinco anos de contribuição. Possivelmente, até minha aposentadoria, contribuirei muito mais do que os 35 anos mínimos. Posso ajudar a subsidiar a Previdência daquele cidadão que não consegue juntar mais do que quinze anos de contribuição para aposentar-se por idade. Aliás, 50% das aposentadorias no regime geral são concedidas por idade: aos 65 anos para o homem e aos 60 para a mulher. É a realidade do Brasil. A minoria consegue atingir o tempo de contribuição plena.

Portanto, no meu entendimento, não estamos tratando, sequer, de uma concepção de transição. Estamos apenas mantendo a possibilidade de a aposentadoria antecipada, precoce, para aqueles que assim o desejarem. Eu imagino que a imensa maioria dos servidores vai optar por esperar a integralidade. Aguardando a integralidade, Senador, estarão todos contemplados pela proteção social adequada. Nesse caso, a preservação de algo que não havia no início

da tramitação da PEC nº 40, mas que foi introduzido em uma negociação política da qual V. Ex^a participou com todo o seu brilhantismo e que permitiu a manutenção da integralidade desde que tenha 35 anos de serviço, 30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo.

Parece-me que o nosso problema em relação à transição tem uma certa dificuldade de avançar. Evidentemente, o Relator terá a sua opinião e o seu posicionamento. A concepção é diferenciada, a minha concepção de contribuir anos a mais é participação no mercado de trabalho. Não significa que se eu me aposentar aos 65 anos, tendo começado a trabalhar com 18 anos – estarei contribuindo por 42 anos -, haja alguma incongruência com o benefício que eu preciso, porque eu só devo pedir para me aposentar quando não tiver mais condições de trabalhar. Esta deveria ser a filosofia básica de todo o participante da previdência: para que ela possa contemplar mais gente com benefícios melhores, aqueles que têm força e oportunidade de trabalhar até a idade máxima possível devem trabalhar. É muito comum no Brasil muita gente dizer: “eu estou aposentado, mas eu estou trabalhando.” É uma incongruência terrível. Deve pedir a aposentadoria quem não tem mais condições ou não quer mais em função de uma idade determinada trabalhar. Agora, obviamente hoje isso a legislação assim o permite. Essa é uma opinião pessoal minha e que é uma filosofia. Cobrem de mim esse comportamento no futuro.

Sobre a contribuição de inativos, se houver um acordo, assumimos toda a responsabilidade em relação à emenda e ao seu conteúdo. Se os Srs. governadores manifestarem ao Relator que aceitam a proposta de V. Ex^a, pessoalmente, não tenho nada contra, porque imagino que todos estão assumindo publicamente o compromisso. Se houver a manifestação dos governadores que concordam com essa proposta, se o Sr. Relator tem condições de consultá-los, não vejo por que não tratar o assunto dessa maneira. O objetivo nesse caso foi dar um procedimento padrão.

Quero lembrar que alguns Estados já cobram mais do que 11%. É o caso de Amazonas e o Paraná, que cobram 14%, porque fizeram cálculos atuários que os levaram a entender ser essa a contribuição adequada.

Sobre paridade, já manifestei a minha opinião. Há vários aspectos. É contra o servidor, não é a favor, mas é uma reivindicação. Ela foi assegurada em determinadas condições.

Sobre a polícia civil, já dei minha opinião.

Agora, vou falar sobre subteto. Quero dizer ao Exm^o Sr. Relator e a todos os Senadores presentes que a minha preocupação é grande com a efetivação, não apenas com a aprovação, e com a eficácia da proposta. Portanto, até mais do que na contribuição dos inativos, que é uma questão mais polêmica junto aos Srs. Governadores, do ponto de vista de estar ou não no comando geral, nesse caso caberia uma sugestão ao Sr. Relator de que consulte os governadores. Se há esse documento, que pessoalmente tomei conhecimento ontem, se esse documento tem um aval dos governadores não há porque não aceitarmos essa tese, pois esses subtetos vão atingir os Estados e os Municípios, não a União.

Portanto, se houver esse entendimento, Sr. Relator, para não ter pressa, poderíamos tratar dessa questão no plenário e não na CCJ. O plenário pode ser o local mais adequado para consolidar o acordo, de modo que possamos ter um subteto que seja bom para o Brasil. Quero chamar a atenção de que o Presidente Lula assumiu uma postura transparente em relação a este assunto, que exigia uma atitude firme há muitos anos. Não podemos deixar de ter em mente o avanço fundamental, não apenas do ponto de vista fiscal, talvez nem prioritariamente, mas do ponto de vista ético, o significado do subteto e do teto do ponto de vista ético é determinante.

Ouvimos aqui, ontem, o representante de Goiás, não nessa condição, mas como representante do Conaprev, que manifestou, claramente, o apoio irrisório do Conaprev à tese do subteto. Se é esse subteto que está no texto ou se é outro, creio que podemos avaliar. Com certeza, o Relator terá sensibilidade em relação a esse tema.

Agradeço, mais uma vez, a possibilidade de participar deste debate. Apesar de ser a última audiência pública, em tese, estou à disposição, se for preciso conversar com as Bancadas ou com os Senadores. Permaneço à disposição. Tenho consciência da minha responsabilidade em relação a esse tema e, mais do que isso, do momento histórico que estamos vivendo quando o Brasil decide, de maneira consciente, enfrentar um tema que, com certeza, é muito mal discutido e mal compreendido. Tenho certeza de que, a cada audiência pública, aumenta o apoio do povo brasileiro à Reforma da Previdência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Gostaria de fazer uma breve consideração, Sr. Presidente, prezado Ministro, Ricardo Berzoini. Primeiro, quero assinalar que, quando fiz a leitura da carta, assinaliei a minha confiança nos procedimentos e no comportamento de V. Ex^a, dos Ministros do Governo Lula e, no caso aqui das duas citações, do Ministro Ricardo Berzoini e do Ministro Luiz Gushiken. Quero reiterar, mais uma vez, a minha confiança em V. Ex^a e em seu procedimento ético, ao longo da sua vida.

Quero transmitir ao Professor Dr. Américo Sangiolo que fiz a leitura da carta por uma questão até de respeito à Adusp. Inclusive, quando estive na reunião da Unicamp, também foram feitas críticas ao Governo, em geral, aproximadamente no tom da carta aqui contida. Também o representante do Sindilegis, Sr. Magno Melo, autor do livro exposto aqui na semana passada, havia feito referências dessa natureza durante a sua exposição. Mas considero que não são devidas as considerações que possam colocar, seja o seu procedimento, seja o do Ministro Luiz Gushiken, de uma maneira que não seja de defesa do interesse público.

No que diz respeito à administração dos fundos de pensão, quero assinalar um exemplo de transparência, que conheci pessoalmente, um dos maiores fundos de pensão que existe, inclusive nos Estados Unidos, que é o Fundo Permanente do Alasca. É um fundo de interesse dos seus 626 mil habitantes e que é administrado de uma maneira tal que, quando da reunião do Conselho de Administração, isso é feito num auditório oval, onde podem se sentar representantes da população, do Poder Legislativo e de quaisquer entidades. Ademais, essa reunião é transmitida por TV a Canal, ao vivo, para toda e qualquer pessoa que deseja assistir ali no Alasca. E não é à toa que se trata de um sistema extremamente bem sucedido que acaba provendo um dividendo igual para todos os seus habitantes, o que já ocorre, há mais de duas décadas, fazendo com que o Alasca tenha se tornado o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos.

Finalmente, Ministro Ricardo Berzoini, considero que vamos avançar muito com a decisão do Presidente Lula de unificar e racionalizar esses diversos programas de transferência de renda, que passarão a ter no futuro uma enorme interação também com o sistema de Previdência, que agora será objeto de votação pelo Senado Federal, mas reitero a minha confiança no seu procedimento pessoal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, tive que me ausentar, mas acredito que as minhas perguntas tenham sido respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Foram respondidas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Até porque foram repetidas por outros Senadores.

Pergunto: quando será a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Hoje, às 16 horas e 30 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Exatamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Registro que a Comissão de Assuntos Sociais é composta por 29 membros titulares. Compareceram a esta reunião de hoje 37 Senadores, o que realmente veio demonstrar o interesse que todos temos por essa reforma, que é tão importante para a vida dos brasileiros.

Esta Comissão é presidida pela Senadora Lúcia Vânia, que, de forma bastante competente, proporcionou-nos este evento no dia de hoje, que é, antes da apresentação do texto pelo Relator, a última audiência pública sobre o assunto.

Registro, também, a paciência, a competência e a determinação do Ministro Ricardo Berzoini, que, logicamente, sendo conhecedor profundo do assunto, respondeu a todas as questões. Se algum Senador ainda tem alguma dúvida, isso não se deve às respostas do Sr. Ministro.

Agradeço e registro a presença do Relator e do Senador Eduardo Suplicy, que compôs a Mesa, deixando bem claro que sabemos das nossas responsabilidades com uma reforma tão importante.

Particularmente, agradeço à Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, pela oportunidade que me deu de encerrar esta importante reunião para o Senado Federal e para o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção de V. Ex^{as} para a seguinte comunicação: amanhã faremos a interpelação dos diretores da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

(Levanta-se a reunião às 14h19min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÃO

Comissão de Assuntos Sociais

Ata da Vigésima Sexta Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 18 de setembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia dezoito de setembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência dos Senhores Senadores LÚCIA VÂNIA e PAPÁLEO PAES reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) EURÍPEDES CAMARGO, FÁTIMA CLEIDE, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, EDISON LOBÃO, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPIÑO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, ANTERO PAES DE BARROS, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, PATRÍCIA SABOYA GOMES, DELCÍDIO AMARAL, FERNANDO BEZERRA, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA E ARTHUR VIRGÍLIO. Os Senadores Teotônio Vilela Filho e Ana Júlia Carepa justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. Item 1 – Mensagem nº 175, de 2003 – Votação Secreta, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FRANKLIN RUBINSTEIN para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Relator “Ad Hoc”: Senador Sérgio Guerra. Relatório: que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: confirmada a indicação por 17 votos “sim”, um “não” e 3 abstenções. Item 2 – Mensagem nº 176, de 2003 – Votação Secreta, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Victor Hugo Costa Travassos para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório: que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: confirmada a indicação por 18 votos “sim” e 3

abstenções. Serviram como escrutinadores os Senadores Ney Suassuna e Mão Santa. Foi aprovado requerimento de urgência para apreciação das Mensagens em Plenário. A Senadora Roseana Sarney requer a inclusão de item em pauta extra: Item único: Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003, que “Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998 e dá outras providências”. Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora Roseana Sarney. Parecer: pela rejeição das emendas apresentadas e pela aprovação do Projeto. Observação: durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas, 12 (doze) emendas, de autoria dos senadores: Arthur Virgílio (nºs. 1 e 6); Reginaldo Duarte (nº 2); Lúcia Vânia (nºs. 3, 7, 8 e 12); César Borges (nºs. 4, 5 e 10); Eduardo Azeredo e Flávio Arns (nº. 9) e Jonas Pinheiro (nº 11). Resultado: aprovado o parecer favorável ao projeto e rejeitando as doze emendas apresentadas. Foram adiados os demais itens constantes na Pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão. **Notas Taquigráficas da Reunião da CAS do dia 18-9-03**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Mensagens nºs 175 e 176, de 2003; Projetos de Lei nºs 313, de 1999; 134, de 2000; 32, 57; 75; 85; 111; 126; 145 e 177, de 2002; 19 e 297, de 2003; e Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001; Emendas nºs 22, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 170, de 2002;

Convido o Dr. Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Presidente da Anvisa, para compor a mesa.

Passemos ao primeiro item da pauta.

Mensagem nº 175, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Franklin Rubinstein, para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

Convidamos o Dr. Franklin para compor a mesa. Aproveito para também convidar o Sr. Victor Hugo Costa Travassos da Rosa para compor a mesa.

A Mensagem nº 175 submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Franklin Rubinstein para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Teotônio Vilela, que será substituído pelo Senador Sérgio Guerra, Relator **ad hoc**.

A Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra, para relatar.

O SR. RELATOR AD HOC (Sérgio Guerra) – Sr. Presidente, o Sr. Franklin Rubinstein é bacharel em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez especialização em psiquiatria pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro; tem formação em psicanálise, pelo Instituto da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e tem especialização em Bioética pela Universidade Federal de Brasília.

Quanto às atividades profissionais, foi ouvidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, desde fevereiro de 2000, no seu segundo mandato; Gerente de Fitoterápicos e Imunobiológicos e Hemoderivados, da Diretoria de Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de agosto de 1999 a fevereiro de 2000; assistente de direção do Diretor substituto do Hospital-Geral de Jacarepaguá, do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro, desde setembro de 1998 até agosto de 1999; desenvolve atividade clínica privada de psiquiatria clínica, de psicoterapia e de psicanálise, desde agosto de 1971; é psiquiatra do Ministério da Saúde, admitido pela Campanha Nacional da Saúde Mental, sempre lotado no Instituto Philippe Pinel, de outubro de 1986 a setembro de 1998; Diretor-Geral do Hospital Pinel, de março de 1988 a julho de 1988; Coordenador Assistencial do Hospital Pinel, do Ministério da Saúde, de maio de 1985 a março de 1988; Psiquiatra do Hospital-Geral de Bom Sucesso, Chefe da Clínica Psiquiátrica, de maio de 1978 a maio de 1985; Psiquiatra do PAM, Centro de Emergência Psiquiátrica, de maio de 1971

a maio de 1978; Psiquiatra do ambulatório da Penha, no Rio de Janeiro, do INPS, de maio de 1969 a maio de 1971; Psiquiatra do INPS desde maio de 1969, redistribuído para o Ministério da Saúde e aposentado em outubro de 1996.

Além disso, foi membro do grupo de trabalho para implementar o programa Aperfeiçoamento da Assistência Psiquiátrica; Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; Diretor do Cremerg, de setembro de 1988 a setembro de 1993; presidente do Codpep – Comissão Disciplinadora dos Processos Éticos e Profissionais e do Cremerg, de setembro de 1988 a setembro de 1993; Membro da Comissão de Saúde Mental do Conselho Federal de Medicina, de 1993 a 1994, e Representante dos Conselhos Federais de Profissionais de Saúde do GT321/92, do Ministério da Saúde, de 1993 a 1994.

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à apreciação dos Membros do Senado Federal o nome do Sr. Franklin Rubinstein para ocupar o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, encaminhando para tanto a Mensagem de nº 175, de 2003; Mensagem nº 419, de 29/08/2003 na origem, na qual está incluído o **currículum vitae** do indicado.

O Sr. Franklin Rubinstein tem 60 anos, é médico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967. Especialista em Psiquiatria pelo Instituto de Psiquiatria da mesma universidade, com formação em Psicanálise pelo Instituto de Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e ainda especialista em bioética pela Universidade de Brasília.

Do referido **currículum vitae** consta a sua última atividade como Ouvidor da Anvisa desde fevereiro de 2000. Atuou profissionalmente como Psiquiatra do Instituto Nacional de Previdência Social do Ministério da Saúde em várias instituições de saúde, entre 1969 e 1988, período em que ocupou o cargo de Chefe de Clínica de Psiquiatria do Hospital Geral de Bom Sucesso, do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, de maio de 1978 a maio de 1985, e Coordenador Assistencial, de maio de 1985 a março de 1988; e de Diretor-Geral do Hospital Pinel, do Ministério da Saúde, de março a junho de 1988, ambos no Rio de Janeiro.

Entre setembro de 1988 e agosto de 1999, foi Assistente de Direção e Diretor Substituto do Hospital de Jacarepaguá, do Ministério da Saúde, no Rio de

Janeiro; e entre agosto de 1999 e fevereiro de 2000, Gerente de Fitoterápicos Imunobiológicos Hemoderivados, da Diretoria de Medicamentos e Produtos da Anvisa.

O Dr. Rubinstein teve, ainda, atuação na área de Fiscalização do Exercício Profissional como Conselheiro, de 1983 a 1993; Diretor, de 1988 a 1993; Presidente da Comissão Disciplinadora de Processos Ético-Profissionais, de 1988 a 1993, e Membro da Comissão de Saúde Mental, de 1993 a 1994, do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Consta também o relato de atividade clínica privada como médico psiquiatra, psicoterapeuta e psicanalista desde agosto de 1971.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado aqui de forma resumida, entendemos que fica evidente para o Senado Federal e para esta Comissão a qualificação do indicado para ocupar cargo relevante, de extrema responsabilidade, que somente alguém com a competência e especialização que ele tem e demonstra na sua vida profissional seria capaz de exercer. Pelo tal, dessa forma o nosso voto é a favor de sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Vamos fazer logo a leitura do Item nº 2, passando a este item logicamente para que no momento da votação os Srs. Senadores possam votar, dando seus dois votos correspondentes à nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Mensagem nº 176, de 2003, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senador Victor Hugo Costa Travassos da Rosa para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. Relatório: que a Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho para proferir seu relatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 176, de 2003, com base no art. 52, Inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Victor Hugo Costa Travassos da Rosa, para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

O **curriculum vitae** anexado à referida mensagem demonstra que o indicado é graduado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal do Pará; em 1972, realizou, em nível de extensão e pós-graduação, curso de especialização em Farmácia Industrial de Controle de Qualidade de Medicamentos; de Inspectores de Qualidade de Medicamentos da Organização Pan-americana de Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz; de Administração Hospitalar, na Associação de Ensinos Intensivos em Organização Hospitalar, e possui títulos de Especialista em Nutrição Parenteral, pela Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral.

Consta ainda do **curriculum vitae**, entre outras, as seguintes atividades: professor responsável pela cadeira de Farmácia Hospitalar do Curso de Ciência Farmacêutica da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; professor responsável pela cadeira de Farmácia Hospitalar do Curso de Ciência Farmacêutica e Bioquímica da Oswaldo Cruz; professor responsável pela coordenação-geral do Programa de Aperfeiçoamento e Especialização em Farmácia Hospitalar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Dentre as funções desempenhadas pelo indicado, ressalta-se a de integrante da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; de membro efetivo da Comissão de Farmacologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; e de consultor da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação na área de Farmácia Hospitalar.

Foi convidado pelo **Centro Del Estudio e Del Documentación en Economía de La Santé** para realizar estudo do sistema de produção de farmácia hospitalar, do sistema hospitalar e do atendimento farmacêutico na França. Na área da vigilância sanitária, foi indicado para elaborar regulamentos técnicos para terapia de nutrição enteral e do regulamento técnico sobre as boas práticas de manipulação de medicamentos em farmácias e seus anexos.

Membro da Subcomissão de Avaliação e de Publicação e da Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira; membro da comissão responsável pela elaboração da resolução da diretoria colegiada da Anvisa referente às boas práticas de utilização de soluções parenterais de serviços de saúde.

O indicado possui inúmeros trabalhos publicados em sua área de especialização.

Finalmente, foi Presidente do Comitê de Farmácia da Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral, foi Vice-Presidente e atualmente é Presidente da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Victor Hugo Costa Travassos da Rosa para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em seguida, iremos ouvir o Dr. Franklin Rubinstein por quinze minutos, para fazer sua exposição.

O SR. FRANKLIN RUBINSTEIN – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Sr. Senador Papaléo Paes, Vice-Presidente da Comissão; Senador Sérgio Guerra, Relator desta matéria, que já proferiu seu voto e a quem agradeço; colega Diretor-Presidente da Anvisa, Sr. Cláudio Maierovitch, a quem agradeço pela presença, Sr^{as} e Srs. Senadores desta Comissão, eu me dou conta, no momento, de que me excedi na redação da minha apresentação, certamente motivado pela generosidade dos meus colegas de Anvisa, que me forneceram dados, informações, elementos, textos, para que eu pudesse organizar minha apresentação. Vejo que, no momento, não é apropriado que eu leia essa apresentação na sua íntegra, mas vou destacar alguns pontos para que eu possa falar um pouco da Anvisa e da minha atividade na Agência nos últimos quatro anos.

Após mais de 34 anos de efetivo exercício no serviço público federal, encontro-me na honrosa posição de me submeter à decisão do Senado Federal do meu País como indicado para ocupar uma das diretorias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Agradeço pelo confiança em mim depositada ao Exm^o Sr. Ministro da Saúde Humberto Costa e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Espero poder contar com a mesma confiança por parte desta Casa Legislativa.

Ao longo de minha carreira no serviço público, pude exercer várias funções na área assistencial e gerencial, sempre militando na saúde. Nos últimos quatro anos tive o privilégio de atuar na Anvisa, inicialmente como gerente na Diretoria de Medicamentos e posteriormente, desde fevereiro de 2000, como ouvidor, atualmente no segundo mandato de dois anos.

Na função de ouvidor, gozei da possibilidade de conviver e observar atividade dos dirigentes técnicos

da nova e importante instituição, que atua em diversas áreas como instância regulatória e fiscalizadora da cadeia produtiva de produtos e da prestação de serviços com interesse para a saúde.

É, portanto, deste ponto de vista panorâmico que me permito dirigir aos senhores e senhoras nesta breve exposição.

Esse primeiro quadro é fruto da discussão durante o planejamento estratégico da Anvisa e espelha muito bem a missão que acredito hoje, após mais de quatro anos da existência da Agência, já estar interiorizada em cada um de seus servidores, sejam eles dirigentes, técnicos, gerentes, enfim, da área administrativa. Acho que essa mensagem, de proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso, já foi assimilada por todos.

A novidade nessa missão, certamente, é a parte final, que faz com que a Anvisa também participe da construção do seu acesso. Não basta que nós nos empenhemos em garantir a segurança sanitária de produtos e serviços, mas é importante que todos os cidadãos deste País tenham acesso a esses produtos e a esses serviços.

O segundo quadro diz respeito aos valores que presidem a atividade dos técnicos da Anvisa, que são o conhecimento como fonte da ação, a transparência, a cooperação e a responsabilização. São valores que não podem estar ausentes na atividade, por mais técnica que ela seja, por mais baseada em conhecimentos científicos que ela seja.

No terceiro quadro, V. Ex^{as} têm a visão, que também está presente na nossa atividade, sobre o que é ser agente da transformação do sistema descentralizado de vigilância sanitária em uma rede, ocupando um espaço diferenciado e legitimado pela população como reguladora e promotora do bem-estar social.

Essa visão de futuro aponta para a necessidade da construção do sistema nacional de vigilância sanitária em forma de rede hierarquizada, tendo a Anvisa como coordenadora desse processo, como coordenadora desse sistema, como coordenadora dessa rede, mas não de forma hierarquizada. É importante que Estados e Municípios participem em igualdade para que esteja presente em cada um dos Municípios brasileiros todo o trabalho de vigilância sanitária.

O próximo quadro mostra a estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária com toda a sua complexidade e diversidade. Essa estrutura, como os senhores podem verificar, mostra claramente a diver-

sidade de tarefas da instituição e, ao mesmo tempo, revela a complexidade técnica e legal que envolve cada uma delas isoladamente e nos seu emaranhado de relações intra e extra-institucionais, de âmbito nacional e internacional.

Certamente ultrapassaria em muito as possibilidades desta reunião falar sobre cada uma das áreas técnicas da Anvisa. Vou expor alguns dos problemas pinçados, de acordo com o critério de atualidade e urgência.

Neste quadro nós vemos um pouco do que é o mercado farmacêutico brasileiro. Situa-se entre os dez maiores do mundo, com faturamento anual de cerca de US\$10 bilhões. Caracteriza-se por oligopólios, com elevada concentração de empresas transnacionais, com relativa estabilidade no número de unidades vendidas, embora com aumento nos níveis de faturamento.

Empresas que operam em mercados concentrados resistem a promover a redução de seus preços, deslocando os mecanismos de competição para publicidade e a diferenciação de produtos, elevando os gastos com publicidade.

A dependência de importação de princípios ativos está em torno de 80% da demanda. Como os senhores podem verificar, esse quadro mostra uma série histórica que inclui faturamento, unidades vendidas e o preço médio, a única coisa que aumenta é o faturamento das indústrias e o preço médio dos medicamentos. O consumo mantém-se praticamente estável, desde 1990, havendo um acréscimo no faturamento e no preço médio dos medicamentos, acompanhando certamente e superando os níveis de inflação.

Nesse quadro revela-se a realidade já amplamente conhecida da concentração de renda e possibilidade de acesso aos bens por parte da população brasileira. Impõe-se, pela sua obviedade, a intervenção estatal pela regulação econômica e outras políticas que garantam acesso à assistência farmacêutica.

Os senhores podem verificar que faixa salarial da população que varia de 0 a 4 salários mínimos é de 51% e que consome 16% dos medicamentos. A faixa de 4 a 10 salários mínimos engloba 34% da população e consome 36% dos medicamentos. E a faixa com maior poder aquisitivo, de 15% da população, com mais de 10 salários mínimos consome 48%. Vemos aí como se justifica mais que claramente a missão de também participar na construção do acesso aos bens de consumo para saúde e serviços também.

Este sétimo quadro fala um pouco dos genéricos, que é uma política vitoriosa, mostrando que hoje já existem 872 genéricos registrados, propriedade de 45 indústrias, fabricados à base de 241 diferentes substâncias ativas, distribuídas em 52 classes terapêuticas com 3.170 apresentações comerciais, o que, seguramente, atende a maioria das necessidades da população brasileira. Dos 872 genéricos registrados, 741 estão em comercialização.

Dados da ouvidoria da Anvisa permitem afirmar que os problemas de distribuição inicialmente observados já foram superados. Pode-se afirmar que os preços dos medicamentos genéricos são, em média, 44% mais baratos que os medicamentos de referência.

De acordo ainda com a gerência de medicamentos genéricos, a continuidade de divulgação dos genéricos é seguramente um item importante. Não se trata necessariamente de campanhas informativas, patrocinadas pelo Governo, mas de participação da Anvisa e do Ministério da Saúde em eventos importantes para a sociedade e os profissionais de saúde, como congressos, seminários e encontros, entre outros.

A garantia da qualidade de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, principal missão da Anvisa, depende diretamente da sua capacidade de inspeção, e esta da quantidade e qualidade técnica e ética dos seus técnicos, alguns dados que demonstram o esforço da Anvisa na capacitação dos técnicos do sistema.

Na área de alimentos, foram capacitados, no ano de 2002, 531 profissionais e, no de 2003, está prevista a capacitação de 210 profissionais dos Estados na área de alimentos. Esses 531 profissionais também são dos quadros estaduais e mostram claramente também o que tem sido feito na descentralização, especialmente na área de alimentos por parte da Anvisa.

O quadro 09 mostra também o esforço empreendido pela Anvisa nesses anos de capacitação de profissionais, e ele fala por si mesmo. A Anvisa, as Visas estaduais e os laboratórios oficiais receberam a capacitação de 235 profissionais, curso de capacitação e atualização; as Visas estaduais receberam 26 cursos de especialização em vigilância sanitária com o apoio da Anvisa, atingindo 650 profissionais; a Anvisa e a vigilância do Governo do Distrito Federal passaram por sete cursos de especialização em saúde pública, com ênfase em vigilância sanitária, realizados no ano passado, na UnB, no horário noturno, ou seja, 236 servidores da Anvisa compareciam à UnB

diariamente para se especializarem. Tive a satisfação de participar desses cursos. Fiz o curso de Bioética da UnB e acredito que tenha sido um aporte muito grande de conhecimento aos quadros da Anvisa; o mestrado profissional e farmacologia clínica na Universidade Federal do Ceará, com 15 profissionais da vigilância sanitária, e o mestrado profissional em desenvolvimento tecnológico e controle da qualidade de produtos farmacêuticos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com cinco profissionais.

Esses são alguns dados que confirmam, enfim, os dados apresentados anteriormente.

Finalmente, o quadro seguinte, com o resultado desse trabalho, que, creio, é um dos resultados desse trabalho.

O seguinte é um quadro das inspeções realizadas em medicamentos pela gerência geral de inspeção.

Os senhores podem verificar que foram realizados – nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 – uma quantidade crescente de inspeções na área de medicamentos. No País, foram 460 inspeções, apenas em 2003; em 2002, 774; inspeções na área do Mercosul, com 4, 15 e 13, nos anos, respectivamente, de 2001, 2002 e 2003. Na América Central, 10, em 2002; 09, em 2003. Na América do Norte, 08, em 2000; 18, em 2002; 25, em 2003. Na África, 01 em cada um dos anos de 2002 e 2003. Na Ásia, respectivamente, 02, 04, 34 e 19; na Europa, 11, 61 e 45; e, na Oceania, 1, 2 e 2.

Esse é o quadro que deve nos orgulhar, temos inspetores de nível internacional realizando seu trabalho nos diversos continentes e, finalmente, não poderia deixar de me referir ao pessoal técnico da Anvisa, que, como é fácil verificar, constitui o principal patrimônio da instituição e dele depende fundamentalmente o cumprimento dos planos de metas anuais. O quadro funcional é ainda heterogêneo composto por profissionais oriundos da antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, cedidos por outros órgãos federais, contratados temporariamente por intermédio de organismos internacionais ou terceirizados. Assegurar carreira típica de Estado para os trabalhadores de vigilância sanitária nos três níveis de Governo constitui um dos propósitos ora em discussão, bem como o acesso por concurso público assegurando a estabilidade por meio de mecanismos legais que evitem a excessiva rotatividade. Tal fato se reveste de extrema urgência com a formulação de uma política de recursos humanos que suscite um conjunto amplo e diversificado de propostas que devem caminhar em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional

de Vigilância Sanitária, garantindo uma equipe mínima e multidisciplinar que atenda à diversidade de ações e todo seu grau de complexidade. Entende-se que a política de recursos humanos deve garantir isonomia salarial com mecanismos semelhantes aos instituídos em outras carreiras de fiscais, levando em conta a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos trabalhadores.

A avaliação de desempenho deve ser um dos critérios para progressão na carreira de modo a evitar aquela exclusivamente por tempo de serviço. A política deverá estabelecer a qualificação e capacitação do servidor de forma continuada, com a elaboração de planos de acordo com a identificação das necessidades, avanços técnicos e científicos visando à eficiência e eficácia nas ações de vigilância sanitária.

Muito obrigado.

Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Após ouvirmos a palavra do Dr. Franklin Rubinstein, ouviremos agora o Sr. Victor Hugo Costa Travassos, já estava lhe promovendo, da Rosa, que terá quinze minutos para a sua exposição.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que farão perguntas, logicamente, deverão começar a fazê-las após ouvirmos o Dr. Victor Hugo.

Então, concedo a palavra ao Dr. Victor Hugo.

O SR. VICTOR HUGO – Ilm^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Ilm^o Sr. Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, Ilm^o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, pela Relatoria e pelo voto favorável à minha indicação, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Presidentes de entidades de classe, de sociedades organizadas, meus parentes, meus amigos, senhoras e senhores, não tive a facilidade de preparar um discurso discurso parabenizando o meu colega Franklin pelo brilhantismo da palestra e dos números que nos apresenta da Anvisa.

Vou ser mais modesto, vou falar um pouco da minha vida profissional, um pouco daquilo que penso de vigilância sanitária ou de atenção à saúde neste País. É uma honra participar desta reunião após a indicação do meu nome pelo Ilm^o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Tenho uma vida profissional dedicada, ao longo dos últimos 30 anos, às causas da saúde. Minha formação acadêmica foi sempre coerente com as atividades ligadas ao medicamento e aos serviços hospitalares. Tive a felicidade de conviver, por longos anos, com o Professor José Sílvia Cimino, tendo a

honra e a herança da posição de Diretor da Divisão Farmacêutica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde cumulei, ao longo de 30 anos, uma experiência, sendo de grande expressividade a construção do maior complexo ligado à assistência e a atenção farmacêutica neste País, fato esse de reconhecimento internacional.

Fui responsável, entre as décadas de 70 e de 90, juntamente com os profissionais que compunham a nossa equipe, pelo desenvolvimento de formulações que ora viabilizavam pesquisas no âmbito de teses médicas, ora permitiam o ingresso do Brasil no rol dos países de ponta, principalmente no que tange aos transplantes de órgãos. Isso porque permitíamos a viabilização de medicamentos inexistentes em nosso mercado, tais como isoproterenol, as soluções de conservação de órgãos; enfim, tantas soluções que permitiram, na época, ao Prof. Zerbini avançar em suas experiências, tendo culminado com o primeiro transplante de coração realizado em território brasileiro.

Da mesma maneira, por ocasião do advento da terapia nutricional parenteral, mais uma vez estávamos lá, não somente elaborando, mas fundamentalmente promovendo o ensino aos serviços hospitalares nacionais, deixando, assim, mais uma vez o Brasil numa situação de igualdade com os grandes serviços internacionais.

Fato semelhante se repetiu com o tratamento dos grandes queimados, quando tivemos oportunidade de desenvolver, a partir da elaboração de matéria-prima, os cremes anti-infecciosos à base de prata.

Por fim, senhoras e senhores, minha vida profissional tem-se pautado em três pilares: a tecnologia farmacêutica, a assistência farmacêutica e a educação no âmbito da farmácia, onde tive oportunidade, juntamente com o colega Aron de Oliveira Barbosa, de implantar as duas primeiras disciplinas de Farmácia Hospitalar do Estado de São Paulo, funcionando na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e nas Faculdades Oswaldo Cruz, onde milito até hoje. Além de ter criado o Cursos de Especialistas em Farmácia Hospitalar do HC de São Paulo, reconhecido pelo Ministério da Educação, em 1994, por meio do Parecer nº 762, do Conselho Federal de Educação, o que nos permitiu não apenas transmitir nossos conhecimentos, mas também estarmos constantemente acompanhando o processo de formação neste País.

Falar da Agência Nacional, a Anvisa, criada há aproximadamente cinco anos, sob a responsabili-

dade do seu ex-diretor presidente, Dr. Gonzalo Vecina Neto, pode o Brasil contar hoje com uma agência regulatória alinhada aos padrões internacionais.

Tive, ao longo desse período, a satisfação de, em mais de uma oportunidade, e a pedido do próprio Presidente, participar da elaboração de vários regulamentos hoje em vigor neste País.

A relevância da Anvisa, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é notada nos meios científicos brasileiros de maneira incontestável. Basta olharmos para trás e verificarmos que há cinco anos não falávamos de bioequivalência, biodisponibilidade, farmacovigilância e tantos outros termos que eram conceitos raros no linguajar técnico no nosso meio, e que hoje são de domínio inclusive público. A população conhece e já fala desses termos. Do ponto de vista científico, hoje é de absoluto domínio da comunidade científica brasileira. O que, sem a menor sombra de dúvida, é uma contribuição inestimável da Agência Nacional.

Tive oportunidade de acompanhar muitos desses passos, em função das minhas participações na criação de alguns regulamentos.

Ficam aqui, portanto, meu reconhecimento, meus cumprimentos aos profissionais que se desdobraram na concretização dessa tarefa.

Acredito que o nível de produção da Agência na criação de regulamentos e resoluções suplantou em muito as expectativas. Até porque era premente criar modelos que permitisse disciplinar os diversos segmentos no âmbito da vigilância sanitária, o que exige hoje um esforço e uma dedicação, no sentido da implementação definitiva dos seus conceitos, devendo ser realizado por intermédio de processos de divulgação, de treinamento e de fiscalização.

Precisamos, senhoras e senhores, entender a Agência Nacional como um instrumento de progresso que possa efetivamente conduzir os processos de produção de bens e serviços em saúde, com a resolução que o segmento exige, e que é fundamental como elementos diferenciador na competitividade entre nações.

É importante fomentarmos a indústria nacional de medicamentos e insumos na busca de novos mercados, deixando, assim, de participar apenas do time dos importadores.

Certamente os senhores estarão se perguntando como avançarmos nas questões da vigilância sanitária para que possamos nos imunizar contra problemas do cotidiano, que tanto nos constroem e nos afetam.

É importante termos em mente que a vigilância sanitária responde desde ao mais inofensivo comprimido até as questões mais relevantes das atividades nosocomiais, como é o caso das infecções hospitalares, que hoje nos assustam não apenas pela sua gravidade intrínseca, mas também pela vulgaridade com que se enfrenta o problema. Os índices de infecção em nossos hospitais estão estimados em 12%, representando 140 mil óbitos/ano, com um custo aproximado de 1 bilhão de dólares.

Sabemos também que as universidades não formam técnicos em vigilância sanitária, ficando, portanto, sob a responsabilidade da autoridade sanitária a incumbência da realização do processo de educação continuada na busca incessante da qualificação e da atualização dos seus quadros profissionais. Tudo isso dentro de conceitos técnicos e com uma visão de agentes formadores de opinião e principalmente fomentadores da melhoria da qualidade em nosso País. A saúde passa obrigatoriamente pelas mãos dos profissionais da vigilância sanitária. É imperioso, portanto, que se municiem esses profissionais do melhor em termos de treinamento, tanto do ponto de vista técnico quanto da relevância do seu papel na defesa da saúde e na defesa da sociedade como um todo.

De minha parte, buscarei na sociedade organizada, em todos os seus níveis, respostas às demandas pertinentes às minhas funções, àquilo que me couber, e que, sem dúvida, resultará em entendimento pleno em prol da saúde deste País. Era o que eu tinha a dizer neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Passaremos à lista das Sras e dos Srs. Senadores inscritos. Porém, tem preferência sobre a lista o Senador Garibaldi Alves Filho por ter sido relator de matéria.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma indagação a fazer diante do parecer que já apresentei. Quero apenas me congratular com o indicado pela sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, as nossas agências têm tido uma série de crises. Para isso foram criadas inclusive subcomissões, principalmente na Comissão de Fiscalização e Controle, para tentar evitar que uma legislação que está sendo iniciada no Brasil não seja modificada por simples ímpeto ou confrontos entre o Poder Executivo e a legislação que criou as agências. Por isso, foram criadas, como eu disse, subcomissões, mas não é o caso da Anvisa, não é o caso da

área da saúde, onde estamos tendo um trabalho muito bem feito e, por essa razão, acho que, pelo fator social, pela necessidade de que medicamentos sejam implementados mais rapidamente, para que maior quantidade da nossa população tenha acesso a esses medicamentos, por todas essas razões, acho importantíssimo que completemos com urgência esse quadro da fundação, da Agência Nacional de Medicamentos.

Por essa razão, hoje estamos aqui com dois componentes sendo entrevistados. O Dr. Franklin Rubinstein, que conheço mais proximamente do que o Dr. Hugo e sei do seu brilhantismo, seja na profissão médica, seja na atuação na sua especialização como psiquiatra, seja como ouvidor. E, como ouvidor, ele passou, pela inteligência que tem, rapidamente a deter muitas informações e facilitar pela paciência que tem de ouvir e de procurar soluções, isso é bem próprio do psiquiatra mesmo. Ele fez uma carreira muito rápida e bonita na Agência. Por isso, peço para ele o voto de todos os meus companheiros. Do Dr. Hugo, já que estamos fazendo hoje em bloco, acabei de ouvir o currículo e sei que é uma pessoa de alta categoria. Hoje, estamos fazendo duas boas escolhas. Por isso, louvo o Governo por essas escolhas.

Voltando ainda ao caso do Dr. Franklin, que havia sido indicado pelo Governo anterior, ressalto que fez um trabalho tão bem feito que continuou, pelo seu brilhantismo, sendo indicado pelo Governo atual.

Acho que o Governo está de parabéns pelas duas indicações. Fico muito feliz de poder votar nos dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, com muita satisfação passei a Presidência a V. Ex^a, que, sendo médico, tem prestado a esta Comissão – preside a Comissão da Saúde – um trabalho inestimável. Portanto, é uma homenagem que a Comissão, por seus membros, faz a V. Ex^a.

Contamos com a honrosa presença do Presidente da Anvisa, Dr. Cláudio Maierovitch, que nos honra com a deferência a esta Comissão. Cumprimento o Dr. Franklin, pela sua exposição, e o Dr. Victor, desejando a ambos muito sucesso à frente da direção desses órgãos. Tenho certeza de que, pela sensibilidade de V. S^{as}, e pelas suas trajetórias, os

Senadores desta Comissão haverão de homologar o nome de ambos.

Deixo aqui, como Presidente da Comissão, meus cumprimentos e a satisfação desta Comissão em tê-los aqui no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senadora. Comunicamos aqui a presença do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Algum Senador deseja manifestar-se? (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, de acordo com o art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, passamos à votação secreta.

Registro que a Senadora Maria do Carmo é a mais nova componente da Comissão de Assuntos Sociais e também faz parte da Subcomissão de Saúde da CAS.

(Procede-se à votação secreta.)

Designo os Senadores Ney Suassuna e Mão Santa para fazerem o escrutínio dos votos.

Vamos fazer o anúncio da votação referente à indicação do Sr. Franklin Rubistein.

Votaram SIM 17 Srs. Senadores, 01 NÃO. Houve 03 abstenções.

O nome do Sr. Franklin Rubistein está aprovado nesta Comissão.

(Pausa.)

Anuncio a votação da indicação Sr. Vítor Hugo Costa Travassos da Rosa: votaram SIM 18 Srs. Senadores. Houve 03 abstenções.

As matérias às quais nos referimos vão para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Desejo muito sucesso ao Dr. Franklin e ao Dr. Vítor Hugo pelas futuras direções. Parabenizo a Anvisa pelo grande trabalho que faz pela saúde pública brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência na indicação dos dois nomes para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Os Srs. Senadores que aprovam o pedido de urgência para a indicação dos nomes permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovada a indicação do Senador Ney Suassuna, de urgência, para as duas matérias.

Dando continuidade à reunião, vamos à leitura do Ofício nº 372, de 16 de setembro de 2003.

Sr^a Presidente, sirvo-me do presente expediente para manifestar o meu apreço, bem como solicitar

a V. Ex^a a gentileza de considerar como licença autorizada a minha ausência dos trabalhos dessa ilustre Comissão de Assuntos Sociais, nos dias 18 e 19 de setembro do corrente, na forma do art. 55, §3º, da Constituição Federal, em conjunto com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista que estarei integrando a Subcomissão de Extração Mineral, em diligência nas cidades de Araxá, Itabira e Belo Horizonte, todas no Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a expressões da mais elevada estima e distinta consideração.

Assina a Senadora Ana Júlia.

É um requerimento que, logicamente, será aprovado pelo Plenário.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A reunião será suspensa por 15 minutos. Em seguida, retornaremos aos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Retomamos os nossos trabalhos e vamos colocar em votação, por motivo de urgência, um projeto de mais alta importância, para que o Governo possa implementar o mais rápido possível um projeto voltado para a juventude, que é o projeto Primeiro Emprego.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003, cuja autoria é da Presidência da República, que cria o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego para os jovens – PNEPE; acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

Esse projeto, como eu disse aqui, é de iniciativa do Presidente da República e tem como Relatora a Senadora Roseana Sarney, que é uma especialista na área, uma vez que, como Governadora do Estado do Maranhão, tendo sido a pioneira na implementação desse programa em seu Estado. Acredito que o seu relatório represente aqui essa visão de quem já executou um programa dessa envergadura.

Com a palavra a Senadora Roseana Sarney.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PFL-MA) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003, que *cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens, PNEPE*, e tem por objetivo estimular a geração de emprego para jovens de baixa renda, assim como sua escolarização,

e prepará-los para o emprego e incrementar o serviço voluntário.

Em sua parte substancial, o projeto prevê:

1. A criação de postos de trabalho para jovens, qualificando-os para o mercado de trabalho e ocupações alternativas;

2. A participação de jovens com idade entre 16 e 24 anos em situação de desemprego involuntário, sem vínculo empregatício anterior, membros de família com renda mensal **per capita** inferior a meio salário mínimo, matriculados e freqüentando estabelecimento de ensino fundamental ou médio ou curso de educação de jovens e adultos e que não sejam beneficiários de programas similares;

3. Subvenção econômica aos empregadores inscritos no Programa Nacional do Primeiro Emprego de até seis parcelas de duzentos reais ou de cem reais por emprego gerado, conforme sua renda ou faturamento no ano calendário anterior;

4. Comprovação pelo empregador de regularidade do recolhimento de tributos e de contribuições devidas ao FGTS, ao INSS, à Secretaria de Receita Federal e à dívida ativa;

5. A obrigatoriedade de o empregador manter, durante o período do vínculo empregatício com jovens inscritos no programa, número médio de empregados igual ou superior ao estoque de empregos existentes no estabelecimento no mês anterior ao da assinatura do termo de adesão, excluídos desse cálculo os participantes do Programa Nacional do Primeiro Emprego e de programas congêneres;

6. No caso de haver rescisão de contrato de jovem participante do programa antes de um ano de sua vigência, o empregador poderá manter o posto criado, desde que substitua, em até trinta dias, o empregado dispensado por outro na mesma condição, sendo-lhe asseguradas as eventuais parcelas restantes da subvenção econômica. Se o empregador optar pela extinção da vaga, ele restituirá as parcelas de subvenção econômica devidamente atualizadas;

7. A vedação de contratação, no âmbito do programa, de parentes e afins dos empregadores, sócios das empresas ou dirigentes da entidade contratante;

8. A possibilidade de o Ministério do Trabalho e Emprego para a execução do programa firmar convênio ou cooperações técnicas com os Estados e Municípios, com organizações sem fins lucrativos e com organismos internacionais.

9. A articulação e a integração pelo Ministério de programas similares nos Estados e Municípios;

10. A obrigatoriedade do Ministério de enviar às Comissões do Congresso Nacional relatório, nos meses de maio e novembro de cada ano, com detalhes do conjunto de empregos criados no âmbito do Programa Nacional do Primeiro Emprego e o total de subsídio econômico concedido, bem como a discriminação dos jovens atendidos e a projeção de atendimento para os seis meses seguintes.

A proposição, ao alterar a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o trabalho voluntário, determina também concessão de auxílio financeiro equivalente a R\$150 ao prestador de serviço voluntário entre 16 e 24 anos e idade, integrante de família com renda **per capita** de meio salário-mínimo, preferencialmente se jovem egresso de unidades prisionais ou que esteja cumprindo medidas sócio-educativas e a grupos de jovens pertencentes às faixas de maior índice de desemprego.

Ao Projeto foram apresentadas 12 emendas.

Análise do Projeto.

As mudanças na economia nos últimos dez anos influenciaram significativamente a dinâmica do mercado de trabalho.

Segundo estudo do Sr. Remígio, assessor do Ministério do Trabalho e Emprego, verificou-se um aumento considerável na taxa de desemprego e o crescimento assustador do trabalho informal e do precário. A oferta de emprego, principalmente de postos de trabalho decentes, não foi suficiente para acompanhar o crescimento da população economicamente ativa.

Por outro lado, hoje, as exigências para contratação são maiores, dificultando desse modo a inserção daqueles que não possuem escolaridade média e, mais ainda, daqueles que não completaram o ensino fundamental.

Muitos jovens estão trabalhando, infelizmente de forma precária, mal remunerados, não raras vezes sem remuneração e no mercado informal. Em consequência, nesses casos, é bastante pequena a possibilidade de ascensão profissional e de qualificação, inexistindo nenhum ou quase nenhum incentivo ao trabalhador para prolongar a relação de trabalho.

Em grande parte, os jovens têm problemas de inserção no mercado de trabalho por causa da exigência da experiência prévia. Aliás, foi por causa de uma pesquisa que fiz no Maranhão que demonstrou que o jovem precisava ter a experiência do primeiro emprego para entrar no mercado de trabalho que instituímos no Maranhão o primeiro emprego.

Os empregadores sabem que na seleção dos empregados podem ter custos altos, principalmente na contratação formal. Assim, os empregadores tendem a adotar critérios objetivos na contratação dos seus empregados, como, por exemplo, a comprovação de experiência profissional anterior.

Não é demais enfatizar que o desemprego e a inserção precoce ou precária no mercado de trabalho têm efeitos perversos na capacidade produtiva dos jovens. A vulnerabilidade social que advém desses fatores, entre outros, servem para contribuir para a elevação da criminalidade, da prostituição e da dependência de drogas entre os jovens. Quanto mais esse quadro se agravar, maior poderá ser o comprometimento da estabilidade social e do progresso econômico do Brasil.

Nesse contexto, o Projeto do Governo pretende implementar estratégias que garantam aos jovens de 16 a 24 anos a geração de emprego, bem como sua escolarização, para prepará-los para ocupação das vagas ofertadas e incrementar o serviço voluntário.

José Pastore, fazendo uma análise da iniciativa governamental, destaca que existem duas modalidades de programa de estímulo ao emprego. O primeiro baseia-se na oferta, e o segundo estimula a demanda.

O Programa de Estímulo ao Emprego que o Governo está propondo, felizmente, preocupa-se com essas duas dimensões: do lado da demanda, concede um subsídio para a empresa que contratar jovens entre 16 e 24 anos; do lado da oferta, determina a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Ressalta-se que os resultados desses programas são sempre mais promissores quando eles têm foco local. Essa percepção encontra-se presente no projeto já que é preciso uma articulação constante e harmoniosa entre a União, os Estados e os Municípios.

O envolvimento do Governo em tais programas é grande. Do ponto de vista administrativo, eles são bem mais complexos do que, por exemplo, criar empregos públicos de forma direta em frentes de trabalho.

Um outro aspecto que não poderia ser deixado de mencionar é o respeito à total informalidade do emprego no País, que já atinge 60% dos brasileiros que trabalham. Embora o objetivo do Programa seja a criação de novas vagas, um dos seus efeitos será o de formalizar uma parte dos empregos informais exis-

tentes. Isso é bom, mas certamente pouco contribui para o aumento do emprego geral.

De qualquer forma, acredito que o Programa Primeiro Emprego parece-nos bem formalizado, e, se for bem monitorado, seguramente gerará bons resultados, especialmente quando complementados por programas de oferta que melhorem a empregabilidade.

Como vimos, ao projeto foram apresentadas 12 emendas: a emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia, minha diletta companheira de Congresso – muito boa a emenda de V. Ex^a, e falarei a respeito dela; há também as emendas dos Senadores Arthur Virgílio, Reginaldo Duarte, César Borges, Eduardo Azeredo, Flávio Arns e Jonas Pinheiro.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que está em curso neste Governo um programa visando incentivar os jovens a concluírem o ensino médio. Nesse sentido, evidentemente, nobre Senadora, será necessário, no futuro, alteração no Programa Nacional do Primeiro Emprego, a fim de propiciar, também a esses jovens, a garantia do seu acesso, como V. Ex^a quer na sua emenda. Então, há um comprometimento de uma reavaliação do programa no andamento do próximo ano.

Em relação a outras emendas, como, por exemplo, a inclusão dos negros, mulheres e portadores de deficiência física, não é demais enfatizar que esse aspecto estaria contemplado em regulamento, segundo entendimentos que mantive com o Ministério do Trabalho.

Apesar do mérito da maioria das emendas, que têm a justa preocupação em alargar o alcance do Programa Primeiro Emprego, é de se enfatizar que o programa do Governo procura beneficiar, nesta fase, as classes mais desprotegidas. A limitação nessa faixa de rendimentos definidos pela proposição objetiva conciliar o apoio a setores menos favorecidos, com a inquestionável restrição orçamentária existente. Qualquer incorporação, ainda que justa, de novos contingentes aos benefícios do programa implicará, necessariamente, aumento na renúncia fiscal e suas repercussões negativas ao equilíbrio das contas públicas.

É bem verdade que o Programa Nacional do Primeiro Emprego para os jovens não é suficiente para resolver plenamente a crise do desemprego e a vulnerabilidade social juvenil. Eis que maiores e melhores oportunidades de trabalho, tanto para jovens quanto para adultos, estão condicionadas, em boa parte também, ao crescimento econômico do País. Todavia, ações como esta, que visam a minorar es-

ses problemas, são bem-vindas, mas só terão sucesso com o esforço conjunto dos agentes governamentais e não-governamentais e com a mobilização de toda a sociedade, fiscalizando o andamento do programa.

A experiência que vivi no Maranhão com a implantação do Programa do Primeiro Emprego, durante a minha gestão, dá-me segurança em atribuir uma avaliação bastante positiva em relação ao programa sob exame. Evidentemente, no decorrer da implantação dele, seguramente haverá as adequações necessárias à sua consolidação.

O meu voto é o seguinte: à vista do exposto, opinamos pela rejeição das emendas e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2003.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Obrigada, nobre Senadora Roseana Sarney.

Em discussão o projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Trata-se de um projeto realmente importante, em uma hora em que há poucos empregos. E é mais importante ainda porque marca a vida de cada cidadão brasileiro que tem o seu primeiro emprego conseguido em um momento em que, além da crise, é preciso treinar as pessoas. Com toda a certeza, podemos ter ajuda de algumas instituições, principalmente as instituições militares. Hoje há quartéis e mais quartéis com menos quantitativo do que deveriam, e lá as pessoas aprendem não só as profissões, mas também a servir e a amar a Pátria.

Então, estou de acordo em gênero, número e grau com o relatório da nobre Senadora, mas, com toda a certeza, na implantação, poderíamos ter muito sucesso se fizéssemos a maior aproximação possível com as instituições militares. Penso que também podem ser incluídos Senai e Senac, por exemplo, que já existem e não estão funcionando a todo vapor por falta de recursos e falta de espaço. Os espaços já existem, assim como os tornos para ensinar mecânica e as salas de aula. Então, com toda certeza, poderão vir a ser de importante ajuda nesse projeto.

Parabéns, nobre Relatora.

Voto favoravelmente ao projeto e creio que estamos dando um passo importante na solução do problema desemprego.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão, o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o relatório da Senadora Roseana Sarney queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2003, vai a plenário com a Emenda nº 2, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002.

Retifico: Vai a plenário o Projeto nº 58, de 2003 (PL 01 394, de 2003, na origem.)

Os demais assuntos da pauta exigem **quorum** qualificado. Não havendo **quorum** qualificado, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais

Ata da Vigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada dia 18 de setembro de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos, do dia dois de outubro de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência do Senhor Senador **PAPÁLEO PAES** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, MÃO SANTA, ANA JÚLIA CAREPA, JUVÊNCIO DA FONSECA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, SERYS SLHESSARENKO, HÉLIO COSTA, PEDRO SIMON, CÉSAR BORGES, EFRAIM MORAES, LEONEL PAVAN E MOZARILDO CAVALCANTI**. Os Senadores **GERALDO MESQUITA JÚNIOR, PATRÍCIA SABOYA GOMES E ROSEANA SARNEY** justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Item 12 – Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002**, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de Unidades Integrantes do Sistema Único

de Saúde – SUS”. **Autor:** Deputado Ricardo Ferraço. **Relator:** Senador Edison Lobão. **Parecer:** favorável, nos termos de um substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 13 – Emenda nº 2, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002,** que “Dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico. **Autor do Projeto:** Senador Tião Viana. **Autor da Emenda:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Relator “Ad Hoc”:** Senador Juvêncio da Fonseca. **Parecer:** pela aprovação da emenda, na forma de uma subemenda. **Resultado:** Aprovado. **Item 14 – Petição (SF) nº 4, 2003,** que “Descumpra de convênio celebrado entre a FUNAI e FURNAS, que visa repor à comunidade indígena AVÁ-CANOEIRO seus recursos ambientais necessários à sua preservação física e cultural, conforme disposto no Decreto Legislativo nº 103/96, de 24 de outubro de 1996, que autoriza a realização do aproveitamento hidroelétrico da Serra da Mesa, em trecho do Rio Tocantins e seus afluentes no Estado de Goiás. **Autor:** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Relator:** Senador Renildo Santana. **Parecer:** pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com base no artigo 101, inciso V, do RISF. **Resultado:** Retirado de pauta. Foi aprovado o **Requerimento nº 47 de 2003,** de autoria do Senador Siba Machado, para a realização de audiência pública sobre o Plano Safra 2003, com a presença dos senhores Cássio Casseb Lima, Presidente do Banco do Brasil e Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Foram sobrestados os demais itens da Pauta (Constituição Federal, art. 62, § 6º). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Papaléo Paes**, Vice-Presidente no exercício da Presidência. **Notas Taquigráficas da Reunião da Cas do dia 02/10/2003**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens 12, 13 e 14, tendo em vista estar sobrestada a pauta do plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa. Por solicitação do Senador Edison Lobão, o Item 13 da pauta de hoje passará a fazer parte da pauta da próxima reunião.

Gostaria de fazer uma correção. O item a ser relatado pelo Senador Edison Lobão não é o Item 13, e sim o Item 12. O **Item 13** fará parte da pauta de hoje. Trata-se da Emenda nº 2, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, que dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico. **Autor do projeto:** Senador Tião Viana. **Autor da emenda:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer** pela aprovação da emenda, na forma de subemenda.

Como **Relator ad hoc**, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, para proferir o relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ilustre Senador Augusto Botelho ofereceu o seguinte relatório ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, com referência à Emenda nº 2, de Plenário, que dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico:

Chega à Comissão de Assuntos Sociais a Emenda nº 2, de Plenário, que altera a redação do **caput** e do Parágrafo Único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002. Ambas as proposições são de autoria do Senador Tião Viana.

A Emenda nº 2, de Plenário, tem o objetivo de atender às recomendações coligidas durante o 39º Congresso Brasileiro de Medicina Tropical, realizado em Belém – PA. Nessa oportunidade, vários especialistas em acidentes ofídicos expressaram descontentamento com algumas disposições do PLS nº 170, de 2002, em particular à que obriga a comercialização de soro antiofídico em conjunto com um anti-histamínico e à que faz referência à importação do mesmo.

Após várias considerações, o parecer diz que, com efeito, a emenda sob exame refere-se apenas ao soro antiofídico produzido por laboratórios e empresas nacionais, sem mencionar o local da produção ou da comercialização. Dessa forma, as empresas brasileiras, mesmo fabricando soro em outros países, devem obedecer às disposições da lei, enquanto as empresas estrangeiras que eventualmente se interessem em produzir no Brasil estariam livres de regulamentação. Isso nos parece razoável.

Por fim, a Emenda nº 2, de Plenário, ao PLS nº 170 atende aos requisitos de constitucionalidade e técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, e considerando que a Emenda nº 2, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, atende aos requisitos de constitucionalidade e técnica legislativa, o voto é por sua aprovação, com a seguinte subemenda:

Subemenda à Emenda nº 2, de plenário.

Dê-se o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2002, a seguinte redação:

Art. 1º. Pelo menos 50% das doses do soro anti-
ofídico para uso humano, comercializadas ou distribuídas em território nacional, deverão estar sob a forma liofilizada.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A matéria está em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

A matéria foi aprovada e vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O próximo item da pauta seria o **Item 14**, cujo autor é o Presidente da Fundação Nacional do Índio – Funai, e Relator, Senador Renildo Santana, que já havia dado o parecer. Mas, a matéria será redistribuída, visto que o Senador Renildo Santana era substituído da Senadora Maria do Carmo. Como S. Ex^a retornou a esta Casa, o Senador não mais faz parte, no momento, do nosso Senado Federal. Por isso, será redistribuída a matéria.

Façamos a leitura de expedientes que se encontram sobre a mesa, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior:

“Brasília, 2 de outubro, de 2003. Ofício.

Sr. Presidente, por determinação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, comunico a impossibilidade de seu comparecimento aos trabalhos da 27ª reunião dessa Comissão, a realizar-se na data de hoje, em virtude de S. Ex^a estar em missão política de interesse parlamentar no Estado do Acre.

Respeitosamente, Sr. Chefe de Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.”

Está feito o registro.

As devidas providências serão tomadas, para justificar a ausência do Senador.

Requerimento:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada missão política de interesse parlamentar minha ausência ao plenário no próximo dia 2, hoje, quando estarei na cidade Campo Grande, Mato Grosso do Sul, juntamente com outros membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura a situação de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, da qual sou Presidente, para audiência pública sobre casos registrados naquele Estado.

Sala das sessões, 1º de outubro de 2003.

Senadora Patrícia Gomes.”

As providências cabíveis regimentais serão adotadas.

Ofício nº 143, de 1º de outubro de 2003:

“Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que foi designado para compor, como titular na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Juvêncio da Fonseca em substituição ao Senador Osmar Dias, que passa a ocupar uma das suplências da referida Comissão.

Ao ensejo, renovamos a V. Ex^a protestos de renovada estima e consideração.

Senador Jefferson Péres, Líder do PDT.”

É com muita honra que temos o Senador Juvêncio da Fonseca compondo nossa Comissão.

“Sr. Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, com os cordiais cumprimentos e de ordem da Excelentíssima Senhora Senadora Roseana Sarney, informo a V. S^a que a Parlamentar, por razões médicas, não participou das atividades legislativas acontecidas nos dias 23, 24 e 25 de setembro e também não poderá comparecer na reunião do dia 2 de outubro próximo, de acordo com a cópia da licença anexa.

Atenciosamente, Dóris Marise **Romariz Peixoto**, Chefe de Gabinete.”

Também será atendida de acordo com o Regimento da Casa.

Requerimento:

“Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para prestarem informações, em audiência pública na CAS, sobre o Plano Safra 2003 o Sr. Cássio Casseb Lima, Presidente do Banco do Brasil, e o Sr. Manoel José dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

Sala das sessões, 1º de outubro de 2003. – Senador **Sibá Machado**.”

Este requerimento vai para votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam os termos do requerimento do Senador Sibá Machado permaneçam sentados. (Pausa)

Está aprovada a solicitação do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Requerimento:

“Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da pauta da Comissão de Assuntos Sociais do dia 25/09, a fim de que matéria constante do Item 11 seja submetida à Comissão em lugar do Item 1º.”

Este é um requerimento já vencido, mas que será adaptado a nossa futura reunião. Assinam os Senadores Paulo Paim e Eurípedes Camargo.

Deixo a palavra à disposição dos Srs. Senadores.

Não havendo mais matéria a ser tratada...

Pois não, Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, proponho à Mesa que entre em contato com as lideranças e que esta Comissão passe a funcionar às quartas-feiras, no horário das 14 horas, o que nos traria, naturalmente, uma possibilidade de maior assistência por parte dos membros desta Comissão, já que muitos estão envolvidos em outras comissões que também se reúnem nos mesmos horários.

A proposta é de que esta Comissão passe a funcionar às quartas-feiras, dando-nos tempo suficiente para darmos andamento aos trabalhos, porque a Ordem do Dia da sessão do Senado Federal começa às 16 horas. Isso facilitaria muito os trabalhos da Comissão e nossa vida também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Como Presidente, e com a devida permissão da nossa Presidente, já que sou Vice-Presidente, presidindo no momento a Mesa, quero deixar a proposta para ser avaliada por todos: que seja feita na quarta-feira próxima, às 14 horas, diante de um **quorum**, perante a presença física dos Senadores, em sua maioria, para que possa ser decidido um novo horário para o funcionamento da Comissão, porque na quinta-feira realmente estamos tendo muitas dificuldades para reunir um número suficiente de membros de uma comissão que tem 29 membros. Precisamos, no mínimo, de 15 assinaturas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Penso que realmente esse horário seria, vamos dizer, o normal para reunião das comissões, entretanto, como a intensificação dos trabalhos acontece às terças e às quartas-feiras e justamente das 14 horas às 16 há probabilidade de **quorum** em qualquer comissão, basta que os Senadores sejam avisados. Vejo como totalmente viável a proposta. Para mim tanto faz na quarta-feira, às duas horas da tarde, apesar de ser suplente desta Comissão, como na quinta-feira. Entretanto, o nosso Senador tenta, com essa sugestão, uma alternativa para experiência. Creio que não custa nada fazermos a experiência.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, quarta-feira é o dia de mais intenso trabalho nas comissões e em plenário, então penso que nosso trabalho não seria produtivo, começando às duas horas para encerrar às três e meia, quatro horas; não chega nem a duas horas de atividade.

Sugiro que terças-feiras, quando a Ordem do Dia geralmente é um pouco mais fraca, poderiam ser utilizadas para marcarmos para às 17 horas ou às 18 horas; havendo Ordem do Dia, viríamos depois do seu encerramento, então poderíamos seguir até às dezoito, dezenove, vinte horas trabalhando. Penso que não custa nada estendermos um pouco nosso horário na terça-feira à noite, e não perdermos tempo, sem atingir um bom resultado de trabalho.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Sugiro que aguardemos até quarta-feira, porque, na verdade, essa semana é atípica. Deveremos terminar a reforma da Previdência na terça-feira e a reforma tributária demora ainda mais uma semana para tomar corpo e vir à Comissão. Tenho a impressão de que por cerca de 30 dias teremos um trabalho mais intenso. O que estamos ressentindo na Comissão de Assuntos Sociais é o mesmo que se ressentem na educação, na saúde e nas subcomissões.

Tenho freqüentado a Subcomissão do Endividamento. Foram convidados, na semana passada, alguns secretários de estado para essa Comissão, e

não conseguimos atingir o quorum; ficamos numa posição de apreensão. Já fizemos uma equiparação com os Senadores que estão nas outras reuniões e chegamos à conclusão que esse horário seria bom, porque poucos Senadores desta Comissão estão na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, seria mais prudente aguardarmos até quarta-feira, quando faremos a reunião da próxima semana. Submeteremos à votação quando houver um quórum maior, porque, de repente, fazemos isso e a maioria não pode estar presente. Peço a atenção e a paciência de V. Ex^{as} para aguardarmos a próxima semana para tomarmos uma decisão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem razão, na próxima terça-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reunirá novamente. Após a aprovação dessas reformas, a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca poderá ser testada, sem dúvida, na terça-feira, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – V. Ex^{as} já devem ter percebido que as nossas reuniões são definidas como extraordinárias. Apesar de nos reunirmos todas as quintas, são extraordinárias. Por quê? Porque o Regimento Interno diz que as reuniões ordinárias da Comissão de Assuntos Sociais deverão ser realizadas às quartas-feiras, às 14h; isso é regimental. Logicamente, não tenho experiência dos anos anteriores, mas houve algum motivo para modificar. Foram transferidas para quinta-feira, mas nossas reuniões das quintas sempre são extraordinárias.

Já que estamos conversando, vamos determinar que pelo menos na próxima reunião alcançaremos um quórum qualificado para decidirmos, porque precisaremos de uma decisão da maioria para definir o novo dia das nossas reuniões, que seriam ordinárias se fossem estabelecidas nas quartas às 14 horas, e outro dia para definir como extraordinárias, mas seriam dias fixos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu queria lembrar que terça-feira é dia da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, terça-feira é o dia em que a reforma tributária estará realmente, neste mês, se intensificando. Penso que terça-feira é um dia complicado. Seguindo essa orientação regimental, talvez seja o melhor caminho nesse período, que é um período atípico.

Peço, mais uma vez, paciência para colocarmos isso em votação na quarta-feira, quando testaremos a reunião na quarta-feira às 14h.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, estamos num momento conturbado com as reformas. Será que quarta-feira é um bom dia para decidir? Talvez fosse interessante quando estivermos reunidos, na quarta-feira às 14h, sem dúvida, avaliar o período de reforma e deixar essa decisão para depois, para ser adequada ao período em que se está trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Sua proposta seria manter a quinta ou fazer quarta de manhã?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não. Quarta-feira, às 14h, haverá a reunião, coloca-se o problema, mas tenho a impressão de que se definirá o dia somente depois da reforma. Até para não confundirmos uma coisa com a outra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Então seria manter as quartas até passar a reforma.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Para se definir definitivamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acredito também que nesse período se definirá.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Também nesse período, temos a Comissão de Orçamento. Fico dividida entre a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, porque também de nada adianta estarmos aqui aprovando projetos se os recursos para o Orçamento não forem garantidos.

Ontem tivemos uma audiência pública com as pessoas portadoras de deficiência e constatamos que foram cortados do Orçamento todos os programas e projetos relativos a elas. Precisamos estar atentos e até pediria desculpas aos Senadores por não estar aqui. O Senador Papaléo Paes está cumprindo bem essa função de abrir a reunião para que eu possa atuar na Comissão de Orçamento quando coincidir com a reunião da CAS. Havia reunião hoje pela manhã e eu tinha de estar presente, uma vez que estamos trabalhando para que os Senadores tenham uma posição mais efetiva na Comissão de Orçamento, a fim de que possamos realmente ter mais emendas de bancada, principalmente as emendas de Comissão, que precisamos refazer, como a questão do Sarah Kubitschek, que está muito prejudicada, e a questão da saúde de maneira geral. Os Parlamentares da saúde sabem da importância de fazermos uma emenda da Comissão, assim como para a questão da assistência social como um todo – trabalho, assistência, meio ambiente. Todos esses orça-

mentos estão extremamente prejudicados no Orçamento que chegou ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pelo bom entendimento, vamos decidir neste momento – não precisa votação porque a data e o horário já constam do Regimento. Seria aceitarmos as reuniões quarta-feira às 14 horas e, no período adequado, decidirmos se manteremos esse dia, com esse horário, ou se seria alterado por maioria absoluta.

Fica decidido? (Pausa) Decidido.

Então a próxima reunião, que será ordinária, cumprindo o que diz o Regimento, será na quarta-feira às 14 horas.

Esgotada a pauta do dia, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h21min)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Vigésima Oitava Reunião (Ordinária) Da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura realizada dia 08 de outubro de 2003, quarta-feira, às 14:00 horas.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos, do dia oito de outubro de dois mil e três, na Sala de Reuniões nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença das Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA** e **PATRICIA SABOYA GOMES** e dos Senadores **FLÁVIO ARNS**, **SIBÁ MACHADO**, **AELTON FREITAS**, **MAGUITO VILELA**, **SÉRGIO CABRAL**, **PAPALÉO PAES**, **LEOMAR QUINTANILHA**, **EDUARDO AZEREDO**, **TEOTÔNIO VILELA FILHO**, **REGINALDO DUARTE**, **DELCÍDIO AMARAL**, **HÉLIO COSTA**, **OSMAR DIAS** e **MOZARILDO CAVALCANTI**. O Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta. **Item 01 – Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003 – Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos** que “Altera o artigo 6º da Lei nº 7990, de 1989 e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo” e “Altera o artigo 6º da Lei nº 7990, de 1989, que institui “compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de

recursos minerais”, e o artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, que “define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7990, de 1989 e dá outras providências” com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra”. **Autores: Senador Luiz Otávio e Senadora Ana Júlia Carepa. Relator: Senador Sibá Machado. Parecer: favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 105/2003 e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003. Discutiram a matéria os Senadores Hélio Costa e Aelton Freitas. Resultado: retirado de pauta para reexame do relator. Item 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2002, que “Torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde e o envio desses dados ao Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e municipais de Saúde, pra fins estatísticos e de adoção de políticas de saúde”. Autor: Deputado Bispo Rodrigues. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Aprovado o parecer. Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2003 – Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que “Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal”. Autor: Senador Valdir Rapp. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: favorável, com uma emenda de redação. Discutiram a matéria os Senadores Sibá Machado, Osmar Dias, Teotônio Vilela Filho, Eduardo Azeredo, Hélio Costa e Aelton Freitas. Resultado: concedida vista ao Senador Sibá Machado (art. 132, § 1º – RISF). Foram sobrestados, de acordo com o artigo 62, § 6º, da Constituição Federal, os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 e adiado o item 14. Foi aprovado requerimento oral da Senadora Patrícia Saboya Gomes para realização de audiência pública com a finalidade de debater o orçamento da União destinado às crianças e adolescentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta. **Notas Taquigráficas da reunião do dia 08/10/2003 – CAS****

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado Federal nº 303, de 1999; nº 134, de 2000; nº 32, 57, 75, 85, 111, 126, 145, de 2002; 19, 137, 191, 297, de 2003; 104 e 105, de 2003, que estão tramitando conjuntamente; Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 16, de 2002.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar os Itens nºs 1, 2 e 15, tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário. Por isso, não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, faço alguns comunicados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 17 de setembro, em discurso no plenário desta Casa, cobrei do Governo Federal ações efetivas e rápidas no combate à exploração e à violência contra crianças e adolescentes. Referi-me às promessas feitas pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, reunido no dia 11 de fevereiro com mais de cinco ministros, lançou um projeto articulado para que a violência e a exploração sexual contra menores fossem banidas do País no máximo em um ou dois anos.

No entanto, passados mais de sete meses, somente duas iniciativas foram implementadas: uma, no Ministério da Educação, e outra pela Petrobras. Por esse motivo, venho hoje, por meio da Comissão de Assuntos Sociais, informar que já encaminhei requerimentos aos Ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; Cristovam Buarque, da Educação; Jaques Wagner, do Trabalho e Emprego; Benedita da Silva, da Assistência e Promoção Social; Gilberto Gil, da Cultura; e Walfrido dos Mares Guia, do Turismo, solicitando:

1º – Informações sobre as propostas apresentadas na reunião do dia 11 de fevereiro, em cada um dos ministérios;

2º – O montante de recursos destinados à execução das propostas;

3º – O prazo em que as referidas propostas começarão a ser executadas.

É preciso que as iniciativas listadas em fevereiro saiam do papel o quanto antes e, se o Ministro da Justiça quiser mesmo erradicar a violência contra menores no País, em, no máximo, doze anos.

Esta foi a razão por que encaminhamos esse pedido de informações.

Gostaria de ler também um ofício em que a Presidente da Finlândia, A SRA. Tarja Halonen, realizará visita oficial ao Brasil no período de 30 de outubro a 4 de novembro, sendo o dia 31 de outubro reservado à programação em Brasília. A SRA. Halonen estará acompanhada de seu marido, Dr. Pertti Arajärvi, que exerceu, durante vários anos, o cargo de Secretário da Comissão de Assuntos Sociais do parlamento finlandês. Manifestou S. Ex^a o desejo de se reunir com os membros desta Comissão.

Nesse sentido, submeto à consideração dos Srs. Parlamentares esse pedido. S. Ex^a pede seja marcado o dia 31 de outubro às dez horas. Devo dizer que esse dia é uma sexta-feira. Sei que é um dia difícil para os Parlamentares, mas eu gostaria de contar com a compreensão dos membros que puderem estar aqui nesse dia, para que possamos receber a Presidente da Finlândia, Sr^a Tarja Halonen, acompanhada de seu marido, que foi Presidente do Parlamento na área de assuntos sociais.

Peço aos que vierem aqui nesse dia que encaminhem o nome para a Secretaria, a fim de que façamos uma avaliação do número de Parlamentares com que poderemos contar.

Ofício nº 222, de 2003.

Brasília, 07 de outubro de 2003.

“Sr^a Presidente, comunico a impossibilidade do meu comparecimento aos trabalhos da 28ª Reunião dessa Comissão, a realizar-se no dia 08/10, em virtude de estar ausente do País, em missão oficial do Senado Federal.

Cordialmente, **Geraldo Mesquita**”.

O outro objetivo desta reunião, além das matérias aqui citadas, é estabelecer com os senhores o procedimento de encaminhamento das emendas desta Comissão, que poderá, de acordo com o art. 25 do Regimento, apresentar, aos projetos de lei do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, emendas coletivas, cuja iniciativa caberá à Comissão de Assuntos Sociais nas matérias que lhes são afetas regimentalmente e de caráter institucional e nacional.

Essas emendas, portanto, terão que ser de caráter nacional e deverão vir acompanhadas de ata da reunião deliberativa, no momento em que fizermos a simplificação ou a codificação dessas emendas. Todos os Parlamentares terão o direito de apresentar as emendas que entenderem necessárias.

Podemos oferecer emendas na área de meio ambiente, assuntos sociais, assistência social que poderá ser para crianças, adolescentes e pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos; na área do trabalho, na área da saúde e na do meio ambiente.

Essas emendas poderão ser entregues à Comissão até a segunda-feira. O prazo para apresentação de emendas ao Orçamento, até segunda ordem, será 15 de outubro, quarta-feira próxima. Daí porque a minha preocupação de elaborar as emendas com antecedência para que não percamos o prazo. Embora tenhamos notícia de que o prazo será estendido por mais alguns dias.

Penso, todavia, que seria interessante se a Comissão já definisse as emendas e o Relator da matéria e, posteriormente, fizessemos a apresentação.

Segundo o parecer anterior do projeto de lei orçamentária, as Comissões poderiam oferecer cinco emendas. Parece-me que está em conversação uma redução desse número de emendas: em vez de cinco, seriam três. Mas não está definido ainda. Trabalharemos inicialmente com cinco mas sempre dando prioridade a três, para que não percamos tempo. Se forem as cinco, valerão as cinco; se não for, priorizaremos três e com elas trabalharíamos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, não sei se foi por lapso de minha parte mas nessa relação de prioridades dos temas e do público a ser atendido, gostaria de saber se também consta a questão indígena e se é possível remeter...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado, levi toda a relação porque V. Ex^a tem razão: relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego, condições para o exercício da profissão, seguridade social, previdência social, população indígena, assistência social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos. Dentro desse universo, poderemos apresentar as nossas emendas.

Pergunto se algum Senador gostaria de fazer alguma intervenção em relação a essa questão do Orçamento. (Pausa.)

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, quanto tempo temos para apresentar essas emendas?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Imagino, Senador Teotônio, que se prevalecer o prazo do dia 15 de novembro – e acho que é praticamente impossível prevalecer esse prazo, em função da não vota-

ção do parecer preliminar na Comissão Mista de Orçamento –, seria dia 15, quarta-feira. Acredito que essa data será adiada. Solicitei esta reunião hoje para tratar dessa questão porque teríamos mais tempo para fazer a simplificação dessas emendas; naturalmente vários Senadores vão apresentar as suas emendas, e teremos que compatibilizar as emendas com um número que vai ser estabelecido no relatório preliminar. Para fazer a compatibilização, teríamos que ter tempo. Gostaria de saber se até segunda-feira o prazo seria suficiente, para que todos pudessem participar.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, poderia na terça-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pode ser na terça-feira. Segunda-feira é um dia em que não temos muito...

alguém tiver mais alguma dúvida a respeito desse assunto, podemos tratar dessa questão no final da votação porque temos apenas dois projetos que não são terminativos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Podia só fazer uma pergunta, Sr. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Há um número estipulado para cada Senador apresentar emendas que depois serão selecionadas?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não, não há um número estipulado, mas eu pediria a compreensão dos Srs. Senadores para não produzirmos um volume muito alto de emendas de forma que depois precisemos de vários dias para compatibilizá-las. Temos direito, até agora, a cinco emendas de Comissão. E essas emendas têm que ter caráter nacional. Essas cinco emendas poderão se transformar em três. Esse procedimento ainda está sendo discutido no relatório preliminar. Teríamos que trabalhar com três que são prioridades. E se houver a possibilidade, teríamos mais duas.

Gostaria de informar que cinco emendas são para o PPA e cinco emendas para o Orçamento.

Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003. Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais. Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, e o § 1º do art. 12º da Lei nº 8.001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo.

Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, que institui compensação financeira pelo resultado da exploração do petróleo ou gás natural de recursos hídricos para os fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 1988, e dá outras providências com vista a modificar o percentual de alíquotas pela exploração de recursos minerais e transfere para os municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus o município onde se situa a lavra.

Autores, Senador Luiz Otávio e Senadora Ana Júlia Carepa, e Relator, Senador Sibá Machado.

O parecer é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2003, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, para proferir seu Relatório.

O SR. RELATOR (Sibá Machado) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lemos atentamente o projeto do Senador Luiz Otávio e da Senadora Ana Júlia e já estávamos com o nosso parecer prontamente redigido para ser apresentado, lido e votado hoje. Mas, nesse ínterim, surgiram algumas novidades: a própria apresentação do Senador Aelton Freitas, a da própria Ministra Dilma, quando fez também algumas considerações, assim como as considerações do Senador Aloizio Mercadante.

Por esse motivo, peço para fazer um reexame dessa matéria e apresentá-lo em tempo oportuno.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Quero fazer um apelo ao ilustre Relator, Senador Sibá Machado, para que, na rediscussão do assunto que dará condições a V. Exª de rever seu Relatório, pudéssemos encontrar um momento em que os Senadores de Minas Gerais pudessem participar com V. Exª de algumas sugestões. Porque, na verdade, essa lei diz respeito quase que exclusivamente à Minas Gerais e ao Pará. Em princípio, Minas Gerais, como o maior produtor de minerais do País e também o maior produtor de zinco do País, especificamente o PLS nº 105, da Senadora Ana Júlia Carepa, traz um problema específico para dois municípios mineiros, que são os maiores produtores de zinco do País, 60%, que é Vazante e Paracatu.

Por essa razão, peço para participar ativamente da idéia que irá formar seu novo Relatório, porque, na proposta que foi apresentada no Projeto de Lei do Senado nº 105, faz-se uma alteração na compensação financeira que é produzida, por exemplo: pelo manganês, que vai de 3% para 4%; do ferro, que vai de 2% para 0,4%; o ouro, que vai de 0,1% para 0,2%. Mas o zinco, Senador Sibá Machado, foi esquecido. Então, de repente, não há uma alteração da alíquota do percentual, no caso do zinco. Mas, em compensação, o art. 2º da Lei nº 7.790, que está sendo alterada neste procedimento, está dizendo aqui que 40% do que for arrecadado serão destinados aos municípios limítrofes ao município onde se situa a lavra na proporção das respectivas populações, com base em dados do IBGE.

Acho que tem até uma justiça a se fazer nesse sentido e no contexto da proposição. Creio que o número 40% é aleatório. Temos que encontrar o número certo. Já discuti isso com a Senadora Ana Júlia Carepa. Não sei de onde veio esse 40%. Porque há municípios que são diretamente afetados pela lavra. Mas há outros que são apenas limítrofes. Em Minas Gerais, há casos em que você está num município, como recentemente estive com a Senadora Ana Júlia participando de uma audiência pública na cidade de Itabira, em Minas Gerais, onde existe mais ou menos a mesma situação com relação ao ferro. Mas há alguns municípios em que a divisa dos dois municípios fica a 120 quilômetros de distância, que na verdade pouco tem a ver com a situação da extração do minério. E existem outros que estão abaixo, que o rio já ficou com a água suja, já diminuiu a água que está passando pelo mesmo rio. Tudo bem! Agora, aqueles que não têm absolutamente nada a ver com a extração, temos que reconsiderar esse percentual.

Por essa razão, eu ia pedir vista do processo. Mas vejo que V. Exª, inteligentemente, já está providenciando exatamente a proposta que eu ia fazer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Relator, Senador Sibá Machado, a quem desde já agradeço a sensibilidade de atender nosso pedido.

Faço minhas as palavras do Senador Hélio Costa.

Peço a V. Exª, Srª Presidente, que convide o Relator, o Senador Sibá Machado, para acompanhar a Subcomissão de Mineração em visita ao Amapá

nos dias 17 a 19. Inclusive, essa data está coincidindo com a da visita da Presidente aqui à Comissão e deveríamos mudá-la para que não haja um esvaziamento da reunião.

No Pará, a Subcomissão ouviu o Poder Público, a empresa e a comunidade. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, nas cidades de Araxá e Itabira. Os dois Estados mais afetados pelo problema são Minas Gerais e o Pará. Felizmente, os três Senadores de Minas Gerais estão na Subcomissão. O Senador Eduardo Azeredo me ligou há pouco, preocupado. Disse-lhe que o Senador Sibá Machado iria rever o relatório e mostrara boa vontade para discutirmos a matéria, juntamente com a autora, a Senadora Ana Júlia, e com o Senador Luiz Otávio. Deveríamos esperar a última visita nas minas que estão funcionando bem e que tiveram problemas, para tomarmos uma decisão bem sensata, bem razoável, com todos os segmentos. Depois disso, o Senador Siba Machado poderá produzir o melhor relatório possível, que agradará a todos e beneficiará o País e a população.

Portanto, desde já peço a V. Ex^a que verifique a possibilidade de mudança da data, porque senão esvaziaremos, no dia 18, a nossa reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Agradeço ao Senador Sibá Machado por atender nosso pedido. Nós, os três Senadores de Minas, estamos muito preocupados, porque Minas Gerais, além de ter o zinco, que é único, tem o nióbio e é grande produtor e exportador de ferro, além do Pará, que tem uma das maiores reservas do País.

Então, se trabalharmos da maneira como está indo, tenho certeza de que não será necessária tanta pressa e deixaremos todos os segmentos beneficiados em todas as áreas.

Muito obrigado, Senadora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, gostaria de agradecer e dizer da minha vontade de acompanhar a Subcomissão ao Amapá. Recebi um convite para visitar a Serra dos Carajás e, embora tenha morado no Pará durante dez anos, não a conheço e gostaria de conhecê-la. Tudo isso enriquecerá meu relatório.

Aproveito o ensejo para solicitar aos demais Senadores que, se possível, complementem e entreguem em dez dias todas as sugestões. Posteriormente, quero ter uma conversa franca e direta com todos. Quero voltar a conversar com os Senadores Luiz Otávio e Ana Júlia para falar das sugestões que surgirem, para, então, concluir o relatório, se V. Ex^a assim entender.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado, o projeto de lei será retirado de pauta, a pedido do Relator, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

Está prevista a visita ao Amapá no dia 17, portanto, sugiro ao Relator, Senador Sibá Machado, que, se possível, no prazo de dez dias após essa visita, altere a data para não esvaziarmos a Comissão de Assuntos Sociais devido àquele outro convite que já chegou.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – **Item 2:**

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2002. Torna-se obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde e o envio desses dados ao Ministério da Saúde e às secretarias estaduais e municipais de saúde, para fins estatísticos e de adoção de políticas públicas de saúde.

Autor: Deputado Bispo Rodrigues. Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer favorável ao projeto com Emendas nºs 1 e 2 da CCJ.

Nomeio Relator **ad hoc** o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Passo a ler a análise do projeto de lei.

É inegável o valor do projeto de lei em análise, pois não se pode mais permitir que uma parcela significativa da população brasileira continue a conviver com a fome e a desnutrição. A luta contra essas mazelas só se tornará possível e eficaz, se for travada tendo por base o seu real dimensionamento no País, de forma a otimizar as políticas públicas a serem adotadas nesse sentido e a subsidiar as iniciativas das organizações não-governamentais que se ocupam desse urgente e inadiável combate.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinou sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto em análise e considerou que a matéria por ele tratada se enquadra na competência legislativa da União, conforme se verifica no inciso II do art. 23, no inciso XII do art. 24 e no art. 196 e seguintes da Constituição Federal. Da mesma forma, considerou que o projeto em tela coaduna-se com a legislação sanitária federal e com as normas regimentais que orientam o funcionamento desta Casa.

Contudo, foi ressaltado o fato de o projeto dar enfoque excessivamente pormenorizado à matéria, tendo sido considerado indevido que uma lei faça determinações sobre periodicidade, destinatários do envio de dados, sobretudo quando essa lei for originária

do Poder Legislativo federal e queira obrigar à remessa desses dados a órgãos dos Poderes Executivos nos três entes federativos.

Propugnou-se como mais adequado, no caso em tela, que se trata de legislação concorrente, que a lei federal se limite a estabelecer normas gerais, de acordo com o § 1º do art. 24 da Carta Magna. Esta proposta de alteração no texto do projeto para conformá-lo ao ditame constitucional se fez acompanhar de outra, que propugnou uma mudança que diz respeito ao mérito da proposição, porque a desnutrição constitui, inegavelmente, um grave problema de saúde pública no Brasil.

Segundo as estatísticas mais recentes disponíveis em âmbito nacional, com dados de 1996, já naquele ano o problema atingia 10,5% das crianças menores de 5 anos, crianças com déficits de altura para a idade, o que constitui ainda um percentual bastante elevado, embora tenha sido registrada uma queda de 33% nesse valor em relação ao índice obtido em 1989, que era de 15,7%.

Por tudo isso, o problema é alvo de intervenções do Poder Público e constitui objeto, por exemplo, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, coordenada pelo Ministério da Saúde, com o propósito de garantir a qualidade dos alimentos colocados para o consumo no País, promover práticas alimentares saudáveis e prevenir e controlar os distúrbios nutricionais considerados como problemas de saúde pública. Esses distúrbios, cuja definição tem por base a epidemiologia dos problemas nutricionais brasileiros, abrangem a desnutrição energético-proteica, anemia ferropriva, a deficiência de vitamina A, os distúrbios por deficiência de iodo, o sobrepeso e a obesidade.

Fica nítido, portanto, que a questão nutricional no Brasil vai muito além da alta incidência de desnutrição. Segundo dados do Ministério da Saúde, anemia ferropriva é o problema de maior magnitude no País, atingindo 50% das crianças menores de 5 anos e de 15% a 30% das gestantes. Essas estatísticas indicam também que a deficiência de vitamina A é problema endêmico em grandes áreas das regiões Nordeste e Norte, em bolsões de pobreza da região Sudeste e que a carência de iodo ainda é prevalente em áreas do centro-oeste da Amazônia Legal não abastecidas por sal iodado.

Fica ressaltado ainda que, em concomitância com esse quadro de carência, registra-se uma evolução epidêmica da obesidade e das dislipidemias, devido ao incremento de hábitos e práticas alimentares inadequadas em todo o País. Também, segundo o

Ministério da Saúde, estudos de consumo familiar em sete capitais mostraram adequação média de alimentação em termos de energia, proteínas e vitamina A, mas revelaram deficiência alimentar de ferro e cálcio, padrão que se repete em crianças menores de 2 anos de idade.

Diante desse quadro, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, para atingir seus objetivos, apresenta como diretriz, entre outras, a monitoração da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Esse sistema "tem como base pesquisas nacionais periódicas, realizadas a cada cinco anos, sobre o estado nutricional da população", que geram estimativas sobre o número de crianças desnutridas em cada Município brasileiro, com base em implementação de ações como incentivo de combate às carências nutricionais integrantes do Programa de Combate às Carências Nutricionais.

Como se pode depreender, o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2002, se coaduna com a política nacional de alimentação e nutrição ao determinar a notificação dos casos de desnutrição. Há que se observar, contudo, que a abrangência da proposta no que concerne às reais necessidades do País é por demais limitada porque a desnutrição é apenas um dos distúrbios nutricionais e não o único ou o de maior incidência.

Nesse sentido, as alterações necessárias ao aprimoramento do projeto estão contidas nas duas emendas já aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Emenda nº 1 da CCJ dá seguinte redação e emenda ao projeto: "Torna obrigatória a vigilância epidemiológica dos distúrbios nutricionais identificadas com problema de saúde pública no Brasil".

Já a Emenda nº 2 da CCJ dá a seguinte redação ao art. 1º do projeto: "Art. 1º Para fins estatísticos e de adoção de políticas públicas constituem agravos objeto de vigilância epidemiológica os distúrbios nutricionais identificados como problemas de saúde pública no Brasil".

E o parágrafo único: "Os distúrbios nutricionais a serem notificados e a forma como se dará essa notificação serão definidos em regulamento".

Em vista do exposto e considerando a relevância do projeto de lei da Câmara nº 16, de 2002, no nosso voto é por sua aprovação com as emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

O Relator é o Senador Geraldo Mesquita. Nesta ocasião, sou o Relator **ad hoc**.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1 e 2 da CCJ, lidas pelo Senador Flávio Arns.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para providências.

Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2003, decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal. Autor Senador Valdir Raupp, Relator Senador Osmar Dias. Parecer favorável com emenda de redação.

Eu gostaria de dizer ao Relator que foi feito um requerimento assinado pelo Líder do Governo Aloizio Mercadante no sentido de sobrestar esta matéria, dizendo que ela se encontra em exame na CCJ. Não é a primeira vez que isso acontece aqui. Temos uma pauta pronta e, de repente, o Líder do Governo manda sobrestar a matéria. Já levei ao conhecimento do Líder, por meio do Líder do meu partido, porque isso é estranho, uma vez que essa matéria terá que passar pela Comissão de Assuntos Sociais e ela ganharia tempo se pudéssemos trabalhá-la hoje.

Mas eu deixaria palavra com o Senador Osmar Dias para que S. Ex^a possa opinar sobre o assunto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de saber amparado em qual artigo do Regimento o Líder pede o sobrestamento desta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vou ler o requerimento na íntegra.

Requeiro, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do estudo do PLS 191 de 2003, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal até que se ultime a apreciação da PEC 74/2003, que trata da reforma tributária e que se encontra em exame na CCJ.

Sala das sessões, 7 de outubro de 2003. Senador Aloizio Mercadante.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Bem, todas as matérias que dizem respeito à tributação estão com o mesmo encaminhamento dado pelo Líder do Governo, eu mesmo sou autor de dois projetos de lei que tiveram o mesmo destino, ou seja, vão para a gaveta até que se finalize a discussão da reforma tributária. Porém, a reforma tributária terá uma discussão muito longa, não é como se pensa, que vamos votar um relatório correndo, na semana que vê ou daqui a quinze dias.

Todos sabem que está havendo um acordo para se votar parte da reforma tributária. E as outras partes? Vamos ficar aqui debatendo um ano, dois, não sei quanto tempo. A realidade é que não vamos votar a reforma tributária inteira nos próximos dois meses, a parte mais premente. Como vamos continuar debatendo a Reforma Tributária ou a emenda toda por muito mais tempo, todas essas matérias acabam sendo prejudicadas, assim como o trabalho parlamentar fica obstruído. É uma desconsideração, porque esse assunto não é terminativo aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, mas o é na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, há outras instâncias.

A Comissão pautou a matéria e estou pronto para relatá-la. Se a Presidenta entender que eu devo relatar, posso apresentar o meu relatório à Comissão e votar.

Penso que esse sobrestamento está realmente trazendo transtornos aos nossos trabalhos nas comissões. Os projetos não estão sendo votados sob o mesmo argumento sempre. Até alguns projetos que não têm muita relação com a Reforma Tributária nem com a Reforma Previdenciária estão sendo sobrestados. Com isso, as comissões ficam muito prejudicadas.

A minha opinião é que deveríamos votar o mérito desse projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, Senador Osmar Dias, demais colegas Senadores, sou uma das pessoas que têm uma atenção especial a questões que dizem respeito à dinâmica da economia florestal brasileira, especialmente no que se trata da Amazônia.

Como essa matéria envolve renúncia fiscal e também uma modificação na Lei 2.166, tenho me interessado bastante para que todas as pessoas que, de certa forma, têm responsabilidade sobre o anda-

mento de qualquer política que envolva o setor florestal nativo possam se reunir, a fim de que aprimoremos esses entendimentos. Talvez possamos firmar um acordo para que, em todo tipo de projeto que venha a tramitar, seja colocado o interesse comum.

Eu teria feito isso se o Senador Aloizio Mercadante não o fizesse. Não há somente o aspecto financeiro, pois ele não está vinculado apenas a uma questão tributária, embora isso também aconteça e seja muito forte. Talvez a preocupação dele seja bem maior. Vamos debater este assunto: a reforma vai ser posta. Quais são os pontos desta matéria sobre os quais todos nós poderemos nos interessar?

Respeito bastante o trabalho do Senador Valdir Raupp. Sei que S. Ex^a tem se pronunciado bastante nesta Casa sobre este assunto, tendo apresentado diversas sugestões, mas nós também temos feito isso. Então, parto do pressuposto de que deveríamos ouvir setores do empresariado do campo na Amazônia, da indústria madeireira brasileira, setores vinculados ao movimento ambientalista – até já iniciei uma conversa com os organismos como Greenpeace e WWF e outros –, para passarmos a discutir a Amazônia ou o desenvolvimento brasileiro de forma com que o setor ambiental não seja visto como o bicho-papão, o atraso, o empecilho, o grande problema do desenvolvimento. Mais que isso, que tenhamos um entendimento entre todos nós para que, quando uma obra seja construída, quando um empreendimento seja levado a cabo, toda a sociedade seja beneficiada.

O caso das hidrelétricas é um exemplo. Durante vinte anos da minha vida, aprendi a falar mal da construção das grandes hidrelétricas na Amazônia. Na medida em que começamos a discutir isso técnica, matemática, financeira e socialmente, sem esquecer os aspectos ambientais, passamos a encontrar caminhos. Tivemos um último entendimento com a Ministra Dilma Rousseff, que a muitos deixou felizes.

Então, há uma possibilidade da construção das obras, baseada nesses aspectos que todos entendem devem ser preservados.

No que diz respeito a essa matéria propriamente dita, eu gostaria de participar das conversas, pois eu me interesso muito por isso. Coloco-me à disposição dos Senadores Osmar Dias e Valdir Raupp.

A retirada do projeto hoje não tem nada a ver com uma intenção de prejudicar, de atrasar ou de criar qualquer problema. Mais que isso, é uma matéria tão sublime que mais pessoas, inclusive eu, gostariam de participar e dar uma opinião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – São duas questões. Primeiramente, não estamos falando de um projeto restrito à Amazônia. Estamos falando de um projeto que abrange todo o País, os vinte e sete Estados. O que o Senador Valdir Raupp apresenta deveria ser apoiado por todos os ecologistas e ambientalistas do País. S. Ex^a está propondo uma forma prática de incentivar a recuperação da reserva legal e da preservação permanente das propriedades. Quem vive no meio agrícola sabe que o Código Florestal, que veio bem depois da lei editada em 1965, tornando crime a devastação ambiental, exige a recuperação da área que foi destruída. No caso do Sul, por exemplo, temos que recuperar 20% das propriedades. No caso da Amazônia, 80% das matas e, se não me engano, 50% do cerrado. É a exigência.

No entanto, quando o produtor rural vai fazer essa recuperação não dispõe de financiamentos nem de mudas de essências nativas. Não se pode plantar uma árvore frutífera para recuperar a reserva legal, é preciso plantar essências nativas. Para plantar essência nativa é preciso que haja mudas. O produtor rural não tem mudas e não tem quem as produza. O Governo contrata um fiscal, que exige que o produtor faça o replantio da mata ciliar – de até 500 metros dependendo da largura do rio –, mas o produtor não tem financiamento e nem mudas. Ele vai receber multa em cima de multa.

O que o Senador Valdir Raupp está propondo é o que deveria ser o sonho de todo ambientalista: uma forma de o produtor sentir-se incentivado, estimulado, tanto a repor a mata ciliar quanto a fazer a preservação permanente. Dependendo da região, mudará o índice. S. Ex^a está propondo que se deduzam em até 20% do Imposto de Renda as despesas que o produtor, pessoa física ou jurídica, teve ao cumprir a exigência do Código Florestal, o que a lei o obriga a fazer. Significaria um avanço muito importante na questão ambiental no País. Trata-se de um projeto admirável o do Senador Valdir Raupp. Não vejo por que adiarmos a votação. Creio que os Senadores da Comissão têm o direito de: 1º) de pedirem vista; 2º) de apresentarem votos em separado; 3º) ao pedirem vista, solicitarem audiência pública. No entanto, sobrestar a matéria, Sr. Presidente, creio que é demais.

Como Relator, tenho o direito de apresentar o relatório. Os Senadores que o desejarem que peçam vista.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpem-me pela referência à Amazônia. É o exemplo dobrado que temos hoje. É a número um, a que está na frente. É claro que se trata de uma política nacional. A questão não se refere apenas à renúncia fiscal. É para isso que chamo a atenção. Estamos tentando encontrar um arranjo completo para o setor florestal brasileiro. O que estamos fazendo? Há todo um pessoal envolvido tentando encontrar. Os números que chegam agora são muito importantes, são ricos demais. Iniciei, inclusive, uma conversa com o próprio Senador Osmar Dias. O relatório que me chegou dá conta de que o PIB brasileiro tem influência de 4%, hoje, sobre o setor florestal, e muito mais sobre o de cultivo do que sobre o nativo. Com um pequeno arranjo nesse setor, poderemos, no mínimo, dobrar. Poderemos chegar a quase 10%.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado, vamos ouvir o relatório primeiro? Depois, V. Ex^a entrará no mérito da questão. Do contrário, será difícil. A maior parte dos Senadores não conhece o projeto.

Quero dizer que concordo inteiramente com o Senador Osmar Dias quando mencionou a questão dos procedimentos. Há procedimentos e existe o Regimento, ambos devem ser utilizados. Creio que retirar um projeto de pauta, sobrestar seu andamento e impedir a sua discussão é atrasar os trabalhos desta Comissão. Mais do que isso, é um desrespeito a esta Presidência que, toda sexta-feira, assenta-se com a equipe, com a assessoria, para estabelecer uma pauta. E uma vez divulgada a pauta, são sobrestados dois ou três projetos, e nós ficamos aqui inteiramente inertes diante de um número de projetos que precisamos analisar.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só quero tirar uma dúvida aqui, não se trata de ler, ou não, o relatório do Senador, trata-se do encaminhamento prático que nós podemos tirar aqui. Porque pedir vistas eu posso pedir. Quando eu peço vistas, terei um prazo “x” para fazê-lo. Esse prazo pode ser muito

curto, porque eu estou falando de uma metodologia com a qual estamos trabalhando.

Eu estou me colocando aqui como uma das pessoas que está acompanhando diretamente esse assunto. Estava, inclusive, querendo trazer para esta Casa, também, todo um conjunto de coisas, mas não queria arriscar fazer uma coisa dessas. Eu só estou pedindo...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – V. Ex^a me dá um aparte, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu não devia fazê-lo, mas darei uma sugestão a V. Ex^a. Se V. Ex^a pede vistas, é claro que o período regimental é curto. Mas V. Ex^a pode pedir vistas e colocar um requerimento para ser votado aqui a fim de convocar audiências públicas. E isso daria o tempo de que V. Ex^a necessita para debater o assunto e analisá-lo. E eu voto a favor do requerimento de V. Ex^a convocando as audiências públicas.

O que não pode é simplesmente um Líder, porque é Líder do Governo, chegar e desconsiderar o trabalho de todos os outros Senadores. Quer dizer que o Senador faz um projeto, o outro faz o relatório, estuda a matéria, aí outro faz um ofício dizendo que está sobrestada a matéria. Não vale o nosso trabalho. Então, vamos respeitar o trabalho dos Senadores.

O Líder é Líder, tem as suas atribuições regimentais, as suas competências e nós vamos respeitar. Agora o Líder também tem que respeitar o trabalho dos Senadores. E V. Ex^a tem todos os artifícios regimentais para fazer com que esse projeto seja debatido até o final da reforma tributária, se quiser. Agora, vamos usar o regimento e também respeitar os outros Senadores, porque senão nenhum projeto aqui vai passar. Eu vou começar a usar da Liderança do Partido, vou pedir para o meu Líder me delegar competência para que eu, em todo projeto que entrar, faça um requerimento de sobrestamento. Se é assim... Porque eu tenho já cinco projetos sobrestados. Vamos sobrestar tudo, então. Só vale, aqui, discutir reforma tributária e da previdência. Os outros projetos fecham o Senado. Não precisa debater. É a isso que eu estou me referindo.

Eu gostaria que V. Ex^a tivesse realmente a compreensão de que nós estamos, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, com todos os partidos representados. O Governo é maioria. Não há necessidade de fazer esse tipo de procedimento. Vamos proceder de acordo com o Regimento e com o respeito que se deve ter com os outros Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, para ler o relatório.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Bom, eu não vou nem ler o relatório, eu vou apresentá-lo de forma bastante objetiva, porque nós teremos, pelo jeito, tanto tempo para debater esse projeto que não vale a pena eu ler o relatório.

É um projeto do Senador Valdir Raupp que é auto-explicativo. Ele diz o seguinte: Os proprietários rurais, pessoas físicas ou jurídicas, poderão deduzir do imposto de renda devido às importâncias aplicadas no ano-base na implantação e manutenção do reflorestamento que se destine à reconstituição das áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal, definidas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Aí S. Ex^a coloca mais quatro artigos aqui, onde diz que quem vai definir é o órgão ambiental federal os valores unitários correspondentes aos custos referidos. E coloca que o valor anual das deduções previstas nesta lei não poderá ser superior a 20% do imposto de renda devido.

Como eu disse, nós temos hoje, pelo Código Florestal e pela Lei 4.771, de 1965, que evidentemente foi modificada pelo Código Florestal, algumas exigências no que se refere à preservação permanente. Então, rios ou córregos que tenham dez metros de largura de água, o proprietário é obrigado a preservar a mata ciliar em trinta metros. Quando o curso d'água tem de dez a cinquenta metros, cinquenta metros é a faixa de preservação. De cinquenta a duzentos metros, cem metros é a faixa de preservação. E uma faixa de preservação de quinhentos metros de largura quando os cursos d'água tenham largura superior a seiscentos metros. Então, de acordo com a largura do rio é a faixa que vai ser preservada com mata ciliar.

Acontece que antes da edição da Lei nº 4.771, de 1965, em muitos Estados brasileiros houve a ocupação para a exploração agropecuária. Não havia na Legislação brasileira nada que dissesse ao produtor que não podia ocupar aquela área, e ele ocupou.

Posteriormente, em 1999, aprovamos uma medida provisória – não temos ainda o Código Florestal aprovado em lei – que tornou ainda mais severas as punições para quem cometesse crime ambiental, ou seja, o extermínio da mata ciliar, o avanço dentro da reserva legal, que no Sul e no Sudeste é 20%, no Norte, 80%, no Centro-Oeste e no Norte, 35% da propriedade. Então, a partir da edição da medida provisória, começou o trabalho de fiscalização dos órgãos ambientais, tanto do Estado quanto da União, fazendo com que os proprietários rurais fossem obrigados a

restituir tanto a mata ciliar quanto a área de preservação permanente.

Como eu já expus, para o produtor que já comprou a sua propriedade naquela situação ou que cometeu esse “crime ambiental” antes da edição da lei de 1965 e depois do Código Florestal, é muito difícil recuperar essas áreas, tanto da mata ciliar quanto da preservação permanente.

Eu mesmo sou autor de uma emenda no Código Florestal propondo que essas áreas sejam somadas, ou seja, que a mata ciliar some-se à área de preservação permanente para compor 20%, que é a exigência do Sul e Sudeste, 80% do Norte, 35% do Centro-Oeste e uma parte do Norte. Entretanto, a minha emenda foi muito discutida, combatida por alguns setores, apoiada por outros, mas não prosperou ainda. É claro que continuaremos a debater esta emenda, porque eu considero que o importante é preservar a área ideal.

Todos nós falamos sempre que a água é o grande insumo do século XXI ou até que as guerras ocorrerão em decorrência da carência de água que o mundo vai viver. Como é importante preservar a área das margens do rio para preservar as fontes de água, se nós somássemos a área de mata ciliar à área de mata permanente, não tenho dúvida de que o agricultor faria a preservação e até a recuperação. Contudo, o problema é fazê-lo em uma área onde se está planejando, que muitas vezes é o sustento da família.

Foi feito um estudo no meu Estado, no Paraná, onde 95% das propriedades têm menos do que 50 hectares, e chegou-se à conclusão de que se fôssemos recuperar a mata ciliar e replantar a área de preservação permanente, ou seja, mata ciliar mais 20%, nós chegaríamos, na média das pequenas propriedades, a tirar do processo produtivo 54% da área das propriedades, o que seria inviável. Milhares de pequenos proprietários deixariam o campo para entrar na fila da reforma agrária.

Precisamos rever os conceitos de mata ciliar, de preservação permanente e de reserva legal. Eu propus essa revisão no Código Florestal, mas não fui feliz. Acredito até que o momento de debater é exatamente quando V. Ex^a convocar as audiências públicas. Quem sabe avançamos e entramos em acordo, porque há muitos proprietários hoje sendo vistoriados, inclusive com ameaça de desapropriação de propriedades. Eu conheço o caso inusitado de um proprietário de três alqueires que teve uma vistoria em sua propriedade. Ou ele recupera os 20% e replanta a mata ciliar ou terá a sua propriedade desapropriada, como prevê o Código Florestal.

Imaginem uma pequena propriedade onde dois rios se cruzam. A área de 50 metros das margens dos dois rios significa praticamente a totalidade da propriedade. E ainda 20% da área total terá que ser recuperado.

Então, é irracional e inaplicável esta regra que obriga, além da mata ciliar, mais o percentual de preservação. Posso dizer isso com absoluta tranquilidade, porque fui Secretário da Agricultura no Paraná por oito anos e lancei um programa de preservação do solo, de microbacias, que foi considerado modelo pelo Banco Mundial. Todas as matas ciliares recuperadas por aquele programa que coordenei autorizam-me a defender esta tese aqui. Tenho certeza de que estamos impedindo que os produtores cumpram uma lei ao torná-la inaplicável, como ela está no Código Florestal.

O que está propondo o Senador Valdir Raupp é que o produtor tenha um estímulo para cumprir uma lei que é muito difícil de ser aplicada em muitos casos. Não digo em 100% das propriedades, mas, em alguns Estados, essa lei é inaplicável, pelas características das propriedades e pelos recursos hídricos. São córregos, rios que cruzam praticamente todas as propriedades e tornam inaplicável a lei.

A proposta do Senador Valdir Raupp deveria ser apoiada por todos os Senadores que defendem a preservação dos recursos naturais e a conservação do nosso meio ambiente. Tenho, por isso, o dever de dar o parecer favorável, mesmo sabendo que esse assunto vai se arrastar por muitos meses.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, peço desculpas, porque talvez o remédio encontrado pelo Senador Aloizio Mercadante tenha desagradado. Talvez o que tenha pairado na cabeça de S. Exª tenha sido uma preocupação com a chamada renúncia fiscal, que interfere nas negociações da reforma tributária. Talvez tenha sido isso.

Mas o que quero trazer para V. Exªs não é apenas isso. Há uma série de outras coisas, muitas delas já enumeradas aqui, tanto pelo relatório quanto por V. Exª. E, mais do que isso, estamos tentando encontrar uma política que possa realmente eliminar uma dicotomia e até fazer o que diz a matéria: se fizermos uma renúncia de certo percentual do imposto de renda

para determinados tipos de proprietários, é essas pessoas são as que pagam imposto de renda. As que não estão dentro do limite do imposto de renda não estarão contempladas por esse processo.

Então, o que eu queria – e aí me perdoem a forma, acatarei inteiramente a sugestão de V. Exª – era que pudéssemos trazer aqui um conjunto de políticas para nos ajudar a resolver tanto as ambigüidades vistas no Código Florestal quanto na questão da tributação, da tecnologia e outros tipos de incentivos.

Vi uma experiência do Governo do Amazonas que está sendo chamada de Zona Franca Verde. São políticas que podem incentivar o setor produtivo florestal do seu Estado, com todo um arcabouço de condições voltado para esse setor.

Se há uma Zona Franca de Manaus, como todos conhecem aqui, cuja função é produzir um produto cuja matéria prima não é de lá, com uma tecnologia que não é de lá, com todas as condições para fortalecer a cidade de Manaus com um produto que não é de lá, vendido para consumidores que não são de lá, estamos fazendo um tipo de investimento que não vai açambarcar o conjunto da sociedade. Mas, na proposta de Zona Franca Verde implantada pelo Governador Eduardo Braga, podemos chegar ao entendimento de que esse setor, esse produto atinge o País inteiro.

Então, Srª Presidente, peço vistas. Considero importante a idéia de convocarmos uma ou duas audiências para isso. A riqueza do debate ensinará uma negociação que talvez até antecipe a tramitação deste projeto, que também julgo de alta procedência.

Portanto, quero parabenizar V. Exª e o Senador Valdir Raupp e dizer que estou irmanado com os dois colegas Senadores. Acho que esse projeto nos dará uma grande saída para a crise de um setor que está estipulado hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A vista será concedida, Senador, mas antes ouviremos também os Senadores Aelton Freitas, Teotônio Vilela Filho e Eduardo Azeredo.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, como estudante de agronomia, eu já acompanhava o trabalho do ex-Secretário de Agricultura do Paraná, hoje Senador Osmar Dias, e muitas vezes, quando passava pelo Paraná, eu me perguntava: por que os nossos Estados não acompanhavam o exemplo do Paraná na conservação das estradas, das microbacias, fazendo curva de nível para todos os produtores rurais, na base da parceria?

Naquela época, o nosso Estado de Minas Gerais e o de Goiás eram estritamente pecuários, enquanto o Paraná já era um grande produtor agrícola. Se o Secretário de Agricultura daquela época não adotasse aquele critério, penso que, hoje, muitas regiões do Paraná já estariam desertas.

O que ocorreu no Paraná, há vinte anos, como produtor de grãos, hoje está ocorrendo no meu Estado – que é também dos Senadores Hélio Costa e Eduardo Azeredo – e no Estado do Senador Maguito Vilela, Goiás, que atualmente é um grande celeiro produtor de grãos. Quando sobrevoamos os rios Araguaia e Tocantins, vemos o quanto estão assoreados. Culpa da falta de consciência de dez a vinte anos atrás. Se não houver alguma forma de incentivo hoje, daqui a 30 anos seremos muito criticados, porque não haverá água nem nesses dois grandes rios, quanto mais nas nascentes.

Sou de uma região de Minas Gerais que é considerada a “caixa d’água” do Estado e, creio, do País. E tenho testemunhado, nos últimos cinco anos, nascentes secarem e ribeirões da região virarem fios d’água.

Estou de pleno acordo com esse projeto e penso que, o quanto antes o aprovarmos e o colocarmos em prática, menos problemas teremos no futuro.

De que forma o produtor pode ser conscientizado para investir? Se tiver incentivo. Portanto, creio que não adianta o Governo arrecadar para, depois, doar. Essa é uma forma interessante de se amenizar apenas 20%, um quinto do que poderia pagar de imposto, reflorestando, gerando emprego e amenizando um problema que, futuramente, será muito grave para todos nós, que é a falta de água, cujo risco estamos correndo a partir de 2030.

Portanto, estou de pleno acordo – compreendo o pedido de vista do nobre colega Senador Sibá Machado – com esse projeto e defendo inteiramente essa tese, juntamente com o Relator Senador Osmar Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Srªs e Srs. Senadores, considero o projeto do Senador Valdir Raupp muito bom e oportuno, pois o Brasil toma consciência de uma série de correntes e ações e procura, em alguns casos tardiamente, recompor suas matas ciliares e a vegetação permanente.

O Relator, Senador Osmar Dias, é craque na questão da agricultura. S. Exª é, sem nenhum favor,

uma das maiores autoridades nesse assunto neste Congresso Nacional. Foi Secretário de Agricultura, por isso tem intimidade com a questão, muita autoridade e foi competéntíssimo.

As explicações do Senador Osmar Dias não deixaram dúvida, pelo menos para mim. Aliás, tenho apenas uma pequena dúvida, talvez por não conhecer intimamente a matéria. Eu gostaria de que o nobre Senador Osmar Dias esclarecesse apenas uma questão: existe alguma blindagem legal institucional para não permitir, com a melhor das intenções a que o projeto visa, que um proprietário de terra fique estimulado a desmatar para se beneficiar do projeto que estamos aprovando?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Primeiramente, agradeço as palavras de V. Exª. Não é para retribuir, mas devo dizer que V. Exª foi o melhor Presidente que o PSDB teve, principalmente nos dois últimos mandatos. Tive uma boa convivência com o PSDB enquanto V. Exª era Presidente. Depois, tive de sair do Partido. Não digo isso como retribuição, mas por uma questão de justiça.

A pergunta de V. Exª é importante e pertinente. O projeto prevê, sim, a blindagem, porque diz que quem deve emitir o certificado para dar ao produtor esse direito é o órgão ambiental estadual, que estará fiscalizando. Se o órgão ambiental identificar que houve uma ação predatória para se valer do benefício, é claro que esse órgão, ao invés de dar o certificado para que ele se valha do benefício, vai punir e multar esse produtor. Isso está num dos cinco artigos do projeto de lei e responde exatamente a sua pergunta, que é muito importante, pois também tive essa preocupação quando peguei o projeto para relatar, mas está protegido sim.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Obrigado, Senador Osmar Dias. Então, gostaria, Srª Presidente, de sugerir, uma vez que aqui ficou definido que haverá audiências públicas, se possível, penso que seja uma opinião importante para consolidar o conceito da Comissão a respeito desse projeto, que o Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco fosse ouvido juntamente com os demais, porque tenho certeza de que esse projeto interessa muito à questão da revitalização do rio São Francisco, cuja importância dispensa observações pela sua grandiosidade, o rio da unidade nacional, que está degradado. Hoje estamos fazendo um esforço imenso para sua revitalização. E uma das componentes fundamentais para essa revitalização é a recomposição das matas ciliares, no qual esse projeto se incor-

pora como vetor interessantíssimo para viabilizar a revitalização do rio São Francisco.

Obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Dou a palavra pela ordem. Porém, V. Exª me permite responder ao Senador Teotônio Vilela? Gostaria de dizer, Senador, que V. Exª poderia formular o requerimento.

Pela ordem, Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, como vice-líder do Governo gostaria de dizer que o Líder Aloizio Mercadante, nestes últimos dias, posso dizer, nas últimas duas semanas, tem estado permanentemente, quase quinze horas por dia, nas comissões que estão discutindo tanto a reforma da Previdência quanto a tributária, e talvez pensando que ele não pudesse estar presente nesta Comissão para acompanhar a apresentação do relatório feito com todo o cuidado, com todo o entendimento e com toda a capacidade do Senador Osmar Dias, ele tenha evidentemente usado este artifício de sobrestar a matéria, até porque não poderia imaginar também que estaria presente um Senador do seu Partido, o PT, Senador Sibá Machado, ou que o vice-líder do Governo, que sou eu, estivesse aqui. Talvez tenha sido essa única razão pela qual, não querendo deixar que o problema não tivesse o desdobramento que o Senador Sibá Machado propõe, e aproveitando evidentemente todo o conhecimento demonstrado pelo Senador Osmar Dias, fosse aproveitado de uma forma que ainda pudesse acrescentar a esse projeto.

Então, em nome do Senador Aloizio Mercadante, desculpo-me com o Senador Osmar Dias. O encaminhamento correto é o pedido de vista feito pelo Senador Sibá Machado, evidentemente com a minha palavra final de que tenho certeza de que o Senador Aloizio Mercadante procederá da mesma forma, Senador Osmar Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço, Senador Hélio Costa, a elegância de sua justificativa, mas quero afirmar a V. Exª que isso não é a primeira vez que acontece nesta Comissão, e o Líder foi cientificado desse meu constrangimento duas vezes. Na primeira vez, o Líder do PT recebeu da minha parte essa indelicadeza de colocar uma pauta e ela não prevalecer, mas acredito que seja esse um assunto superado e que, com o tempo, vamos encontrar uma forma, já foi encontrada por meio do Senador Osmar Dias, uma forma regimental, e que coloca os Senado-

res em uma posição, na qual deverão ter dentro desta Comissão: serem respeitados nas suas atribuições, respeitados nas suas relatorias e, principalmente, verem assuntos de seus interesses debatidos e discutidos aqui.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Srª Presidente, apenas para dizer a V. Exª que vou encaminhar ao Líder Aloizio Mercadante a sua preocupação. Tenho certeza de que S. Exª vai reportar a V. Exª sobre suas preocupações.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Srª Presidente, apenas quero cumprimentar V. Exª pela firmeza da decisão tomada e por conduzir, dessa forma, a Comissão de Assuntos Sociais, que é muito importante e precisa apreciar as matérias. Esta Comissão conta com a firmeza da Presidente, neste e em todos os momentos.

Estou apenas cumprimentando e agradecendo o apoio de V. Exª aos Senadores da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Senador Osmar Dias.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, da mesma forma, cumprimento V. Exª pela posição e adianto a minha aprovação a esse projeto, dentro de sua abrangência e dos dados que temos.

Com efeito, essa questão do desmatamento é grave e vem piorando nos últimos anos. É verdade que, no passado, tivemos fundos específicos para reflorestamento e parte deles não foi bem utilizada, mas não é porque houve, no passado, uma parte que não funcionou bem que se deve abandonar um projeto importante como esse, de incentivo ao reflorestamento.

Entendo esse projeto como um incentivo. Nesse projeto do Senador Valdir Raupp, muito bem relatado pelo Senador Osmar Dias, haverá um tipo de incentivo, fiscal, sim, para que o proprietário, seja pessoa física ou jurídica, possa investir no reflorestamento. Com isso, estaremos não apenas preservando as próprias propriedades, mas garantindo uma fonte renovável para as áreas que utilizam a madeira no País.

Hoje, a madeira utilizada em meu Estado, Minas Gerais, que sempre foi um Estado com grande extensão territorial de florestas, vem do Pará, Tocantins,

Goiás – pouco ainda – e Maranhão. A maioria é do Pará. Por quê? Porque as florestas de Minas Gerais se acabaram. Então, está-se buscando em outros Estados ainda menos habitados. Com isso, temos uma questão cada vez pior. Os números de Minas Gerais são claríssimos da redução que temos na área plantada.

Queria apenas adiantar minha posição favorável, como uma pessoa que tem sempre uma visão muito clara da importância da questão ambiental no País.

Entendo o pedido de vistas como válido para que busquemos aprimorá-lo no que for necessário. Ao mesmo tempo, quero me somar ao Senador Teotônio Vilela Filho no sentido de que possamos convidar o Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, que vem a ser o atual Secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais e ex-Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, um técnico especializado e muito conhecedor de toda essa área, para que possa dar sua opinião sobre o projeto. Acho que seria muito importante pelo conhecimento que ele tem.

Por falar em Rio São Francisco, nós, mineiros, não temos nada contra a transposição. Acredito que essa também seja a posição dos Senadores Hélio Costa e Aelton Freitas. Apenas queremos que se revitalize o São Francisco. Não queremos que se faça a transposição, esquecendo-se das nascentes do Rio São Francisco.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Dizem que é difícil concordarmos, mas, está aí, concordamos. Certamente, neste momento, a revitalização do rio é mais importante que a transposição.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Antes de encerrar a reunião, comunico que nossas reuniões passarão a ser, se houver a concordância das Sr^{as} e Srs. Senadores, na quarta-feira, uma hora após a CCJ. Acho que assim vamos acertar o horário, porque acho que, na quarta-feira, conseguiríamos nos reunir melhor pela manhã.

O outro comunicado é que parece que não ficou muito clara a data que a Presidente vai visitar esta Comissão: é 31 de outubro. Vou encaminhar aos gabinetes a data certa. Os que puderem estar presentes, por favor, comuniquem à Secretaria da Mesa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Apenas para me informar, qual tipo de visita, porque cheguei mais tarde?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Trata-se da Presidenta da Finlândia, Sr^a Tarja Halonen. S. Ex^a virá acompanhada do seu marido, que foi Secretário

da Comissão de Assuntos Sociais da Finlândia, e gostaria de ter um contato com as Sr^{as} e Srs. Parlamentares desta Comissão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito. Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Comunico ainda que haverá uma reunião ordinária da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura, a realizar-se hoje, dia 08 de outubro de 2003, quarta-feira, às 18 horas.

Haverá hoje, então, uma audiência pública na Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pergunto apenas se, em relação aos nomes sugeridos pelos Senadores Eduardo Azeredo e Teotônio Vilela Filho, os Senadores mandaram requerimento ou se eu poderia recolher sugestões. Como se procede neste momento?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Faremos requerimento por escrito, com a assinatura minha e do Senador Teotônio Vilela Filho. Se quiserem de outra maneira, também não há problema, mas a nossa idéia é fazer um requerimento assinado pelos dois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só queria entender se haverá o requerimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, vamos fazê-lo. Faremos o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem problema, então.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Está certo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Fico aguardando o requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Peço um segundo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Estamos, Sr^a Presidente, aqui ao lado, como V. Ex^a sabe, fazendo uma reunião com a Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente e com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança, Conanda. Viemos hoje discutir a questão do Orçamento Criança, os recursos disponíveis no orçamento e o PPA.

Chegamos à conclusão, agora nessa reunião de que saí para vir até aqui, de que era importante que pudéssemos discutir com o Governo o Orçamento Criança. Surgiu a proposta – por isso, vim rápido a esta Comissão – de solicitarmos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para discutir o Orçamento Criança o mais urgentemente possível. Há diversas opiniões em relação ao prazo de apresentação de emendas. Como, depois de uma análise, vimos que o Orçamento está muito ruim, muito aquém do que imaginávamos e desejávamos, seria muito importante que tivéssemos a presença de algumas pessoas do Governo para discutir o assunto conosco.

Trago essa proposta de uma audiência pública. Infelizmente, não deu tempo de preparar nenhum requerimento, mas desejo ouvir V. Ex^a em relação a tal possibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria que V. Ex^a mencionasse o nome das pessoas que V. Ex^a gostaria fossem convidadas.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Posso fazer isso por escrito?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pode fazer isso oralmente. Posteriormente, pode fazer por escrito.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Não tenho ainda o nome das pessoas. Saí da reunião que ainda está ocorrendo porque esta já seria encerrada só para saber se poderíamos fazer a audiência pública. Comprometo-me com V. Ex^a, depois de concluída a reunião, em trazer por escrito os nomes das pessoas e dos representantes do Governo que poderão participar dessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento oral da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

As Sr^{as} e os Srs Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficamos aguardando apenas o encaminhamento dos nomes pela Senadora Patrícia Saboya Gomes.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, quero saudar que estamos sendo dirigidos apenas pelas mulheres mesmo, nas duas Comissões.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Obrigada, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h05min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais

Ata Da Vigésima Nona Reunião (Extraordinária) Da Comissão De Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura Realizada dia 15 de outubro de 2003, quarta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia quinze de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência dos Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **PAPALÉO PAES**, para a realização de Audiência Pública, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **FATIMA CLÉIDE**, **FLÁVIO ARNS**, **SIBÁ MACHADO**, **AELTON FREITAS**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **AMIR LANDO**, **MARIA DO CARMO ALVES**, **EDUARDO AZEREDO**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **JUVÊNCIO DA FONSECA**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **DELCLÍDIO AMARAL**, **TIÃO VIANA**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **SERYS SLHESARENKO**, **EFRAIM MORAIS**, **LEONEL PAVAN**, **OSMAR DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI**. Registram-se as presenças dos Deputados **HENRIQUE FONTANA**, **JANDIRA FEGHALI**, **ROBERTO GOUVEIA**, **ALMERINDA DE CARVALHO**, **JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI**, **MARIA LÚCIA NETTO DOS SANTOS**, **DARCÍSIO PAULO PERONDI** e **RONALDO CAIADO**. A Senadora **ROSEANA SARNEY** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Saúde **RAFAEL GUERRA**. Participam das interpelações ao convidado, os Senhores Senadores **ANTERO PAES DE BARROS**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **EDUARDO AZEREDO**, **MARIA DO CARMO ALVES**, **TIÃO VIANA**, **MÃO SANTA**, **AMIR LANDO** e os deputados **DARCÍSIO PERONDI**, **HENRIQUE FONTANA**, **ALMERINDA DE CARVALHO**, **JANDIRA FEGHALI** e **ROBERTO GOUVEIA**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com

a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, Senador **Papáleo Paes**, Vice-Presidente da Comissão. **Notas Taquigráficas da Reunião do dia 15 10 2003**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, na qual ouviremos o Deputado Federal, Sr. Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, que abordará os seguintes temas: a Desvinculação de Receitas Orçamentárias – DRE, em discussão na Reforma Tributária; a Inclusão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Orçamento da Saúde para 2004; e o veto presidencial ao § 2º do art. 59 da Lei nº 10.707, de 30/07/2003, Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Antes de passar a palavra para o nosso expositor, passo a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Papaléo Paes, que é médico, e faço questão que S. Ex^a presida esta reunião.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE) – Gostaria apenas, Sr^a Presidente, de registrar que hoje é um momento de muita alegria para todos nós, pois é aniversário de V. Ex^a. Meus parabéns e desejo-lhe muita sorte, muita paz, muita saúde. Que V. Ex^a continue brilhando aqui, conduzindo os trabalhos desta Comissão.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Patrícia. Quero dizer da minha satisfação de poder comemorar o meu aniversário junto com os Colegas e discutindo um tema de tão grande relevância para o País.

Com a palavra o Deputado Rafael Guerra. E passo a presidência ao Senador Papaléo Paes.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Muito bem. Bom dia para todos! Início cumprimentando a

Presidente da Comissão pelo seu aniversário. Sr. Presidente, Senador Papaléo; Sr^{as} e Srs. Senadores; Deputados da Frente Parlamentar da Saúde, que aqui estão, senhoras e senhores, em primeiro lugar, queria agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, trazendo as ansiedades e as preocupações que temos tido nos últimos meses em relação à saúde do nosso País. Vários dos senadores que aqui estão são, inclusive, membros da Frente Parlamentar. Temos hoje 19 senadores que fazem parte da Frente Parlamentar da Saúde. E os senhores sabem que tivemos uma eleição na Frente Parlamentar, no início de maio deste ano, em que tive a honra de ser escolhido pelos meus Pares como Presidente. Tenho, portanto, hoje, uma responsabilidade suprapartidária, uma responsabilidade acima da questão dos partidos políticos, de defender e lutar pela causa da saúde no nosso País. Tenho procurado cumprir esse compromisso com a maior isenção possível, procurando separar as questões partidárias. Acredito que os próprios companheiros da Frente Parlamentar, quando me designaram, pensaram que, pelo fato de eu ser membro de um Partido de oposição hoje, teria até mais liberdade de expor as idéias, de falar por elas, de dar entrevistas, de falar publicamente, e certamente tenho essa liberdade, porque não tenho compromisso de ser vinculado à base do Governo. Mas tenho procurado tratar a todos com a maior isenção e com o maior respeito. A prova disso é que estão aqui comigo hoje alguns deputados: o Deputado Henrique Fontana, do PT, Vice-Líder do PT na Câmara dos Deputados; o Deputado Roberto Gouveia, do PT; a Deputada Jandira Feghali, do PC do B; e a Deputada Almerinda de Carvalho, do PSB, todos da Base do Governo. Mas estamos juntos. Na verdade, outros companheiros da Câmara dos Deputados devem ainda se juntar a nós. Há também a reunião da Comissão de Seguridade no mesmo horário. Mas outros ainda devem vir.

Vim aqui expor essa ansiedade e pedir a atenção e o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Parece que os governantes do nosso País pensam que a saúde vai bem, porque sempre há alguma manobra para tirar dinheiro da saúde em todos os níveis. O nível municipal é o que menos tem forçado nesse sentido, certamente porque, para os prefeitos e vereadores, a pressão é maior, e local. Contudo, sempre há alguma tentativa. Este ano, já houve tentativas e agora estão acontecendo ainda duas.

Quando começamos a discussão da Reforma Tributária na Câmara, a primeira tentativa foi a Des-

vinculação das receitas de todos os Municípios com uma proposta de desvinculação de 20%, o que retiraria, segundo os cálculos dos orçamentos estaduais e municipais, quase R\$12 bilhões da saúde, somando-se Estados, Municípios e União.

Começamos a trabalhar nesse sentido. A Frente Parlamentar teve uma atuação até importante nessa mobilização e conseguimos retirar a desvinculação na proposta de Reforma Tributária, votada na Câmara. Entretanto, logo em seguida, fomos surpreendidos com a tentativa do Relator da Reforma Tributária na Câmara de desvincular a CPMF da saúde.

Hoje, do ponto de vista orçamentário, mais do que do financeiro, não é tão importante a vinculação da CPMF, porque a EC nº 29 determina o mínimo que a União tem que gastar com a saúde, que é o gasto no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB. Se o dinheiro vem da CPMF ou de outra fonte não importa. A Constituição deverá ser cumprida. Ela está aí para isso.

No entanto, quanto à retirada da vinculação da CPMF, havia duas questões que teríamos que lutar para manter. Primeira, a questão simbólica, a imagem, porque a CPMF foi vendida para a população brasileira e foi aprovada pelo Congresso Nacional com a justificativa de que se destinaria à saúde. Agora, depois de aprovada, vamos destiná-la para pagar dívida?! Então, simbolicamente isso não seria conveniente.

Em segundo lugar, não seria bom porque a CPMF garante fluxo mensal. R\$24 bilhões por ano significam mais ou menos R\$2 bilhões todo o mês. Pode haver uma pequena variação de um mês para outro, mas garante esse fluxo para o Ministério da Saúde. Então, não podíamos concordar com isso e, felizmente, também conseguimos mantê-lo.

Fomos surpreendidos no final de julho e princípio de agosto com mais duas tentativas de retirar recursos da saúde e é sobre estas que venho hoje especificamente solicitar o apoio dos Senadores, de todos os integrantes da Frente Parlamentar, no sentido de que continuemos a mobilização em defesa da saúde do cidadão brasileira.

A primeira surpresa se refere ao veto presidencial ao § 2º do art. 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2004. Este parágrafo está na LDO desde a aprovação da EC nº 29, que vinculou recursos para a saúde. Todo ano, ele é inserido na LDO e todo ano é aprovado pelo Congresso e referendado, assinado e aprovado pelo Presidente da República. Este ano, ele constou da LDO, foi aprovado pelo Congresso Nacio-

nal e surpreendentemente vetado pelo Presidente da República.

Tivemos muitas negociações em torno disso, e a interpretação dada ao veto é de que esse parágrafo iria permitir que se colocasse, dentro dos recursos da vinculação da saúde, o serviço da dívida do Ministério, o pagamento de inativos e as ações do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Houve uma reunião do Ministro do Planejamento com membros da Frente Parlamentar da Saúde, de todos os partidos, e fizemos ver a ele o erro e o prejuízo que se estaria trazendo para a saúde no Brasil. Ele se comprometeu a retificar o erro e mandou um projeto para a Congresso Nacional, para a Comissão Mista de Orçamento, retirando o serviço da dívida e o pagamento de inativos, mas deixando o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. E, junto com esse projeto, veio a proposta orçamentária.

Então, entendemos exatamente o que o Governo pretende. Na reforma orçamentária do Ministério da Saúde, estão incluídos R\$3,571 bilhões do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para ações de transferência de renda, para ações de suplementação alimentar e para ações de saneamento.

Não estamos discutindo se saneamento é saúde, ou não. Estamos discutindo que a base de cálculo do Orçamento da saúde é o Orçamento anterior para os programas executados no ano anterior. As ações de saneamento que estavam no Ministério das Cidades – antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano – ou no Ministério da Integração Nacional não podem ser utilizadas para o cômputo da correção, pela variação nominal do PIB, no Orçamento do Ministério da Saúde. Essa é a questão.

Não queremos fazer um confronto entre pobreza e doença. Não queremos esse confronto e não podemos aceitar que o Governo tente nos colocar diante desse dilema – atende a pobreza ou atende a doença –, porque as fontes são diferentes. A fonte da saúde é a Emenda nº 29; a fonte da pobreza é a Emenda nº 31. E não é possível que se queira usar a mesma nota fiscal para prestar conta para duas vinculações orçamentárias. Então, vêm ocorrendo dobramentos, depois disso.

Estivemos na Casa Civil – estavam presentes, inclusive, os Senadores Eduardo Azeredo e Augusto Botelho e deputados da Frente Parlamentar – e dissemos isso ao Ministro. S. Ex^a convidou para a reunião o Ministro do Planejamento; o Ministro da Saúde, Humberto Costa, e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda – creio que o Ministro da Fazenda,

médico, não quis assumir que estaria cortando dinheiro da saúde e mandou o secretário-executivo.

Nessa reunião, fizemos exatamente essas ponderações ao Ministro-Chefe da Casa Civil: que não poderíamos aceitar essas mudanças, porque a interpretação que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda queriam dar à Emenda nº 29, daqui a pouco, permitiria que disséssemos que lazer é saúde – realmente, lazer é saúde –, habitação é saúde, esporte é saúde. Daí, por absurdo – porque já que são tantos absurdos –, poderíamos falar que estrada é saúde, porque a ambulância passa na estrada, e, se a estrada estiver esburacada, o doente pode... E assim por diante.

Então, não podemos aceitar esse tipo de interpretação.

Além disso, fizemos ver à equipe econômica e ao Ministro José Dirceu que esse mau exemplo do Governo Federal iria se desdobrar em Estados e Municípios, especialmente nos Estados, que têm tido enorme dificuldade em cumprir a Emenda nº 29, ao que parece, ou não têm dado a devida prioridade política. E já há exemplos práticos. Como eu disse, minha ação é sempre suprapartidária, mas o que está público e notório não há por que omitir. A Governadora do Rio de Janeiro já aprovou na Assembléia Legislativa um projeto, destinando, do Fundo Estadual de Saúde, recursos para restaurante popular, merenda escolar, sopão da cidadania, cheque cidadão. São R\$489 milhões só no Rio de Janeiro, seguindo o mau exemplo do Governo Federal.

O Fundo Estadual de Saúde deveria ter, no Rio, um pouco mais de R\$1.800 bilhão, e estão sendo retirados R\$489 milhões do Fundo Estadual de Saúde para ações correlatas.

E assim acontece em outros Estados. Temos até notícias de secretários de planejamento dos Estados que já conversaram entre si. Já existe um manifesto? (Intervenção fora do microfone) O manifesto, então, não vi. E temos Estados que pretendem que a saúde animal seja parte do orçamento da saúde, porque leite é saúde. Então, o gado sadio é saúde, e a vacina contra a brucelose, vacina contra febre aftosa... Assim, a saúde animal vai para a Secretaria Estadual da Saúde.

Ações de saneamento. À medida que vamos discutindo, vamos clareando mais. Creio que ações de saneamento para o combate à dengue, à malária, à cólera, ações de saneamento da Fundação Nacional de Saúde, essas ações são corretamente colocadas dentro do orçamento da saúde.

Agora, ações de empresas públicas de saneamento, por exemplo, que fazem investimentos e cobram retorno do cidadão, cobram pelo serviço prestado, essas ações não podem ser do orçamento da saúde.

Creio que é uma distinção muito simples desde que se queira tratar honestamente a questão das necessidades de saúde do País.

Essa é a questão relativa à Emenda nº 29. Basicamente, tenho os companheiros da frente, os Deputados que estão aqui presentes, temos participado muito juntos. Não sei, depois, se o nosso Presidente poderá permitir que até os Deputados que estão aí, da base do Governo, possam se manifestar, mas, basicamente, então, em relação à Emenda nº 29, essa é a questão.

Para concluir esse assunto, eu disse ao Ministro José Dirceu, na presença de todos lá, que, como membro da Frente Parlamentar, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, não estava ali como representante de Oposição, estava lutando pela saúde, mas que eu tinha a obrigação de fazer tudo que fosse possível para evitar esse rombo no orçamento da saúde.

Era minha obrigação, sob pena de ser acusado de ser relapso e omisso se ficasse aliviando para essa proposta orçamentária do Governo.

Devíamos fazer toda a mobilização política, regimental, jurídica e da sociedade civil. Estamos fazendo. Estivemos, depois desse contato na Casa Civil, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal ontem. A Frente Parlamentar não tem legitimidade para entrar com uma ação de inconstitucionalidade, então, certamente tem que ser um partido de Oposição. O meu Partido é da Base, também é complicado. E será apresentada hoje uma ação direta de inconstitucionalidade tanto de um partido quanto da Confederação Brasileira de Saúde. Serão duas ações. Isso por enquanto. Não sei se alguma outra entidade vai querer apresentar.

Estamos programando pronunciamentos na tribuna, pronunciamentos na imprensa. Estamos programando um ato público em Brasília para o dia 05 de novembro, em que vamos mobilizar secretários municipais de saúde, secretários estaduais, conselheiros municipais, estaduais, porque essa mobilização é conjunta com o Conselho Nacional de Saúde, entidades da área da saúde, hospitais, entidades de profissionais.

Então, estamos programando para o dia 5. São ações legais, junto à sociedade civil e à mobilização política.

Em termos regimentais, a decisão, neste momento, na Comissão de Orçamento, é a de que vamos passar a pedir verificação de **quorum**, para construção das votações, até que o Governo abra negociação em relação ao § 2º do art. 59 da LDO. Trabalharemos com o objetivo de abrir a negociação, de exigir que, pelo menos, se negocie na Comissão de Orçamento.

Outro ponto que gostaria de abordar diz respeito à desvinculação das receitas dos Estados. No início, já falei de passagem sobre o tema. Essa proposta foi levada à Câmara. Iniciamos uma mobilização e conseguimos assegurar a desvinculação. Ela não é uma reivindicação importante, pelo menos, dos Municípios. Ao contrário, a maioria dos Municípios prefere que não haja a desvinculação. Nesse particular, o Governo Federal também não defende a desvinculação dos Estados. Mas, surpreendentemente, alguns Governadores voltaram a esse assunto no Senado.

Depois, poderemos talvez debater um pouco mais o assunto, mas gostaria de pedir aos Srs. Senadores que reflitam muito neste momento. A retirada, a desvinculação, como o veto do art. 59, desmonta a proposta da Saúde: a vinculação. Desmonta porque premiaremos Governadores que não cumpriam a lei, passaremos a aceitar que a Emenda nº 29 encontre artimanhas, durante a preparação do Orçamento, para não seja cumprida. Com isso, o setor penalizado será a Saúde.

Quanto à Frente, temos que fazer novos pronunciamentos, mas, para encerrar, digo a V. Ex^{as} que, no meu Estado, Minas Gerais, o maior pronto-atendimento da Capital, Belo Horizonte, está fechado – a Santa Casa – há dois ou três meses. Há 15 ou 20 dias, o Hospital da Baleia fechou seu serviço de pronto-atendimento. Hoje, o Hospital Universitário está fechando seu pronto-atendimento. Alguém acredita que a saúde ainda vai bem?

Essa é a realidade. Fiz uma pergunta hoje, porque teremos que começar a radicalizar um pouco. Eu gostaria de saber qual autoridade pública, qual autoridade do Governo popular fará **check-up** em hospital público. Não vai! Porque sabe que os equipamentos são velhos, estragados, superados. Essa é a verdade. Temos de saber isso dos hospitais, da Saúde.

A Saúde não vai bem no País não é de hoje. Não temos condições de atualizar, de fazer investimentos, oferecer atendimento digno. Fui Secretário de Saúde

do Governador Eduardo Azeredo. Todos nós da Saúde sabemos qual é a luta, quais são as dificuldades.

A principal dificuldade, na porta de entrada, para o cidadão é o atendimento de urgência. O programa Saúde da Família resolve e está resolvendo bem a porta de entrada do atendimento eletivo e preventivo. Mas, no atendimento de urgência, quantas pessoas morrem neste País por falta de atendimento, por falta de leito em CTI? O País está convivendo com uma mortalidade infantil de 19 mortes por mil nascidos vivos. De acordo com a economia do País, com a pujança do Brasil, apesar de todas as nossas dificuldades, podíamos estar com dez mortes por mil nascimentos. Ainda não é a melhor do mundo ainda não; há muitas melhores. Portanto, estamos deixando morrer 19 crianças por mil, sem fazer nada, cortando o dinheiro da saúde. Essa é a realidade.

É esse o último apelo que faço. Tenho conversado com alguns Senadores e sei que as resistências à desvinculação das receitas dos Estados são grandes aqui no Senado Federal, graças a Deus, mas vim trazer o apoio e o apelo da Frente Parlamentar da Saúde para que não permitamos esse golpe.

Em relação à Emenda nº 29, conclamo a todos para que possamos, numa mobilização realmente suprapartidária, lutar por melhores condições de oferta de saúde digna para o cidadão brasileiro.

Penso que, na abertura da reunião, era mais do que suficiente – talvez tenha falado até mais do que devia –, mas agradeço mais uma vez ao Senador Papaléo Paes, à Senadora Lúcia Vânia e a todos os Srs. Senadores a oportunidade de estar aqui e coloco-me à disposição para debater. Como já tinha feito um pedido ao Senador, gostaria que fosse possível ouvir algum outro Deputado da base do Governo – alguns já chegaram aqui e estão-nos prestigiando e nos apoiando neste momento –, para que também possam manifestar-se.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Gostaria de me inscrever.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Também gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não. O primeiro inscrito é o Senador Antero Paes de Barros.

Primeiramente, agradeço à Presidente que abriu a reunião da Comissão, Senadora Lúcia Vânia, que, num ato puramente direcionado à valorização da saúde, transmitiu-me o cargo de Presidente, momentaneamente, exatamente pelo fato de eu ser o Presidente da Subcomissão de Saúde, ser médico e, logicamente, estar envolvido com esta questão de saúde. Faço esse agradecimento em nome da saúde do nosso País, porque o assunto trazido aqui pelo Deputado Rafael Guerra é extremamente importante, muito preocupante. Acredito que sua exposição, bastante clara, vai fazer atentar os demais Parlamentares que ainda não conhecem este assunto na sua profundidade. Temos de perceber que se trata de um assunto extremamente importante. Fica aqui o pedido de atenção ao Ministro da Saúde para o assunto e para a preocupação que todos nós, Parlamentares, sendo ou não militantes da área da saúde, temos com relação a essa questão muito bem exposta pelo Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde.

Antes, por requerimento da Presidente, Senadora Lúcia Vânia, subscrito por mim, a Mesa propõe aos membros da Comissão de Assuntos Sociais a permissão para que os membros da Frente Parlamentar de Saúde – claro que por uma questão regimental – possam fazer parte da lista de inscrição para perguntas ao Exmo. Deputado Federal Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o requerimento.

Todos os Parlamentares podem inscrever-se, informando que já estão inscritos os Senadores Antero Paes de Barros e Antonio Carlos Valadares. Está aberta a lista de inscrição para quem o desejar.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Senadora Lúcia Vânia, Presidente também desta Comissão, inicialmente, cumprimento o Deputado Rafael Guerra pela exposição lúcida, tranqüila e absolutamente verdadeira sobre a situação da saúde. Gostaria também de dizer que uma política de saúde não pode ser entendida como um política de Governo. Ela tem que ser necessariamente uma política de Estado. As políticas de saúde precisam ter continuidade.

Ontem saiu uma matéria nos jornais – não sei se o Presidente da Frente Parlamentar teve a oportunidade de ler a declaração do Frei Betto, mostrando

que tinha que tirar o dinheiro da Aids para destinar ao Fundo de Combate à Pobreza. Quer dizer, foi uma declaração infeliz de um dos principais ideólogos do Governo, que ficou publicizada. Ele disse claramente que é preciso tirar o dinheiro da Aids porque é um absurdo gastar o que se gasta com o Programa de Combate à Aids, pois o mundo reverencia o Programa brasileiro, o Ministro Humberto Costa e os técnicos da área da saúde também o apóiam.

Ora, é preciso defender a vida sempre. Quanto a essa questão da saúde, não há Governo, nem Oposição.

Assina a lista agora aqui o Senador Tião Viana, que – lembro – mais parecia um Líder do Ministro José Serra aqui dentro, porque, como médico, defendia a saúde. Creio que, neste momento, é importante defender o Ministro Humberto Costa. Ou melhor, é importante defender, se não de forma personalizada, o apoio à área da saúde.

Na votação da Emenda Constitucional nº 29, proposta por um Deputado Eduardo Jorge, do PT, muitos governadores ligaram pedindo o não apoio aos Senadores. Então, esta Casa, que representa o Estado, votou a favor da Emenda Constitucional nº 29, exatamente contrariando posturas e posições de alguns Governadores brasileiros que não queriam a vinculação. Da mesma forma, entendo que esta Casa terá a enorme responsabilidade de dizer “não” à DRE, para tirar recursos da área social, para tirar recursos da saúde e da educação. E não cabe ao Senado referendar isso por mais que tenha abaixo-assinados de Secretários de Planejamento do Brasil inteiro. Os Governadores não acertam sempre. Eles erram também e, nesse particular, eles estão absolutamente errados.

Cumprimento o Deputado Rafael pela proposta – parece-me que a Frente Parlamentar da Saúde ou partido político está fazendo a Adin.

O SR. (Orador não identificado) – Parece-me que o PSDB vai entrar com Adin hoje.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT) – Então, creio ser necessária tal atitude para assegurar os recursos para a saúde pública. A própria exposição deixa muito claro o que é a Emenda Constitucional nº 29, o que é a Emenda Constitucional nº 31. Espero apenas que o Supremo Tribunal Federal acolha essa proposta.

Digo tanto à Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, como ao Presidente da Frente Parlamentar da Saúde que não é apenas isso que fazem contra a saúde no Brasil. Estão fazendo truque arit-

mético contra a saúde. Falo com conhecimento de causa. Existem Estados brasileiros que estão fazendo o seguinte truque: a Receita do Estado é 100. Há 25%, constitucionalmente, vinculado à educação. Então, os 12% da saúde são sobre 75%. É um truque.

Proporia que o Senado Federal, por intermédio da Comissão de Assuntos Sociais ou da Subcomissão da Saúde ou juntamente com a Comissão de Fiscalização e Controle ou com a Frente Parlamentar da Saúde, fizesse uma investigação nos Estados brasileiros para verificar o cumprimento dessa Emenda Constitucional 29 porque estão fazendo um truque aritmético contra a saúde. O Frei Betto que nos perdoe, mas ele está orientando ideologicamente de forma incorreta o Governo. É verdade que povo de barriagem tem mais saúde, isso é absolutamente verdadeiro, mas não é esse o espírito da Emenda Constitucional 29, não é esse o espírito da Emenda Constitucional 31. Poeira traz também problemas respiratórios, sendo assim o asfalto tem uma afinidade profunda com a saúde, como o próprio Presidente disse.

Eu não faria nenhuma indagação, até porque nós é que temos que exercitar a autonomia e a soberania do Congresso Nacional, que, por sinal, anda com uma baixíssima auto-estima. Aqui, para os assuntos entrarem na pauta, temos que saber se o Governo concorda, se não concorda, se o Executivo acha certo ou não acha certo. Creio que é importante, realmente, termos uma posição de defesa de boas condições para funcionar a saúde. Em condições normais, a saúde já tem dificuldade. A saúde precisa de mais apoio. Nessas condições propostas, estabeleceremos um caos no País se passar essa proposta do Governo brasileiro.

Quero, por uma questão de justiça, dizer que esse não é um problema desta equipe econômica. Esta equipe econômica é uma equipe "seguidista" de Malan – mais à direita do ex-Ministro da Fazenda, mas "seguidista" de S. Ex^a. Mas é importante dizer também que José Serra, quando era Ministro, tinha problemas para atender o Fundo Monetário Internacional. Aqui está se querendo atender mais porque não foi o Fundo que pediu, foi o Brasil que se auto-estabeleceu 4,25% do PIB.

O assunto é importantíssimo e não poderia ficar restrito aos Parlamentares da Frente Parlamentar. Eu faria esta proposição de que se fizesse uma investigação nos Estados, ao mesmo tempo em que se luta aqui para derrubar esse veto da LDO. E que se restabeleça aquilo a que a saúde constitucionalmente tem direito para que o Poder Executivo não continue misturando os assuntos, como pretende o Ministro Guido

Mantega, evidentemente como uma decisão do Governo brasileiro. Mas, quanto ao PT, que lutou tanto quando na Oposição, inclusive tendo recebido apoio do próprio Ministro José Serra para que a Emenda Constitucional de um Deputado do Partido dos Trabalhadores fosse vitoriosa, é lamentável – e tomara que isso não seja porque o Deputado Eduardo Jorge não é mais do PT – que agora tenha essa ação profunda contra a política de saúde neste País.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Quero, se assim for importante, para que nossa audiência tenha melhor aproveitamento, propor que façamos perguntas ao nosso nobre Deputado e que S. Ex^a responda a partir de três inscitos.

Vamos passar ao segundo inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão; meu amigo Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Senadores, Deputados Federais, Deputadas Federais aqui presentes, em primeiro lugar eu gostaria de felicitar a Comissão de Assuntos Sociais pela iniciativa louvável de convidar a Frente Parlamentar da Saúde, através de seu Presidente e de seus integrantes, para participar deste debate fundamental para os esclarecimentos que o público deve ter, já que se trata de uma área muito sensível, a área da saúde, que tem sido penalizada ao longo anos por falta de compromisso de governantes que colocaram em um segundo plano um setor que atende a milhões de pessoas pobres, pessoas que não podem pagar um seguro de saúde e que não têm a mínima condição de um atendimento hospitalar ou assistencial de saúde sem a participação do poder público.

É, portanto, inteiramente legítima a luta desencadeada pela Frente Parlamentar no sentido de evitar, a todo custo, que recursos da saúde que foram proclamados perante a nossa Constituição sejam desviados para outras finalidades. Aliás, não é de agora e, sim, de muito tempo a luta que o Congresso Nacional desenvolveu para garantir o financiamento correto para o setor.

Basta dizer que as propostas que tramitaram no Congresso Nacional a partir da Câmara dos Deputados passaram nada menos de sete anos para a obtenção do consenso, e me recorde que vários Parlamentares da **Câmara dos Deputados, a começar pelo** nosso Presidente, e, poderíamos citar, fazendo justiça, figuras como a de Eduardo Jorge, Darcísio Perondi, Dr. Pinotti, Jandira Feghali, Henrique Fontana,

Ursicino Queiroz, Deputado Mosconi, além de outros de que não recordo agora participaram ativamente dessa luta sem tréguas para a consecução desse objetivo maior em defesa da pobreza.

Aprovada a PEC na Câmara dos Deputados, em redação final, por meio de um consenso, pois apenas dois Deputados votaram contra de um total de 513 Parlamentares. A mesma coisa aconteceu no Senado Federal. Também houve dificuldades para a tramitação dessa PEC no Senado Federal, que já havia derrubado uma outra PEC de mesma natureza e de minha iniciativa, semelhante à que a Câmara dos Deputados aprovou, por dois votos.

E, talvez em consequência da luta que desenvolvemos no Senado Federal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania me escolheu como Relator da matéria quando a PEC nº 29 chegou aqui, mas ela passou sete meses e, infelizmente, a Mesa não distribuía depois de aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a votação em plenário.

Foi preciso a atuação de um grande religioso da igreja católica, o Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, que veio aqui com uma ONG ligada também ao setor social e, finalmente, a Frente Parlamentar, após várias lutas, conseguiu colocar em votação no plenário. Somente dois votos foram contra a PEC nº 29, e esses votos vieram de Senadores da Bahia. Mas ela foi aprovada e, depois disso, o Governo de Fernando Henrique Cardoso entrou com uma interpretação totalmente desconforme em relação à Constituição, subtraindo cerca de um R\$1,2 bilhão por ano da nossa PEC nº 29.

Agora, o Governo Lula, que apóio, lamentavelmente está prevendo mais uma queda drástica contra a saúde. Hoje, a base do Governo terá um encontro com Lula. Fui convidado para um almoço e, ali, o único assunto do qual vou falar é a respeito do corte na área da saúde.

O Programa Fome Zero é importante e precisa do apoio do Governo, mas não se deve retirar recursos de uma área como a da saúde. Como disse V. Exª, o Fome Zero resultou da PEC nº 31 e a saúde da PEC nº 29, ou seja, duas coisas que não se podem confundir. Podem se interagir, mas não retirar recursos de uma para colocar na outra. Por exemplo, seria errado retirar recursos do Fome Zero para a saúde. Da mesma forma, não podemos retirar recursos da saúde para o Fome Zero. Devemos encontrar fórmulas por meio das quais o Fome Zero obtenha maior apoio financeiro, tenha um financiamento maior, para

atender a grande demanda que existe no Brasil, principalmente na classe mais pobre.

Por essa razão, Sr. Presidente e Sr. Deputado Rafael Guerra, acredito que o setor da saúde, lamentavelmente, ao longo de todos esses anos, tenha sido desassistido, ao contrário de outros setores mais fortes e mais visíveis, com condições de pagar publicidade, como o setor bancário. Foi criado um programa para salvar os bancos falidos, o Proer, e quase R\$30 bilhões foram detonados em favor dos bancos, do sistema financeiro nacional. Ao passo que em relação à saúde é sempre assim: quando a saúde precisa melhorar, surge um obstáculo limitando a ação do Poder Público, dos hospitais, das casas de saúde.

Portanto, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomar conhecimento da nossa contrariedade e dos compromissos que assumimos no Senado Federal perante a Nação, deverá rever a situação, inclusive perante o Orçamento da União. Está aqui o Dr. Darcísio, que me forneceu o seguinte dado relativo ao Orçamento de 2004: a previsão é de que teríamos, pela PEC nº 29, para o SUS, em torno de R\$29 bilhões, sendo que R\$3,5 bilhões seriam subtraídos em favor do Fome Zero.

É sobre isso que vou me posicionar na reunião de hoje com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a fim de transmitir o pensamento da Frente Parlamentar, se V. Exª me permite, Deputado Rafael Guerra, e também a preocupação do Senado Federal, que aprovou a PEC nº 29 praticamente por unanimidade, e dizer do nosso inconformismo. Que isso seja corrigido, mesmo porque acredito que o Presidente, sabendo, como sabe, que o setor da saúde necessita de apoio, desconhece a gravidade do problema que está sendo trazido pela Frente Parlamentar e as consequências e os efeitos sociais de uma atitude como essa.

Confio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai rever a situação.

Obrigado a V. Exª pela paciência com que me ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados presentes, não é necessário repetir a situação difícil em que vivem os hospitais brasileiros. O Deputado Rafael Guerra lembrou bem de nossa capital, Belo Horizonte, onde, há poucos dias, a Santa Casa de Misericórdia teve seus equipamentos retirados por falta de pagamento, equipamentos que já estavam no momento de

serem trocados por novos. A realidade é que, mesmo antigos, os equipamentos ainda correm risco de retirada, como ocorreu.

Gostaria, Deputado Rafael Guerra, de obter uma informação: após a reunião realizada no Palácio do Planalto, que terminou com o Ministro José Dirceu dizendo que o encontro continuaria com o Ministro da Saúde e com o Ministro do Planejamento, houve uma segunda reunião? Isso, se não me engano, foi há cerca de 15 dias.

A outra questão é se a Frente Parlamentar possui alguma informação a respeito do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 pelos Estados e Municípios, se a situação continua aquela de informações oficiosas. Meu requerimento não foi ainda respondido pelo Ministério sobre essa questão, que sei que é da ordem dos Tribunais de Contas dos Estados, mas o Ministério pode evidentemente fazer uma coletânea para nós da situação em cada um dos Estados.

Finalmente, não estou tão otimista como V. Ex^a em relação a DRE. Ontem, pude fazer aqui um apanhado de pé-de-ouvido e me preocupou muito. Preocupou-me ver a possibilidade de que essa desvinculação para os Estados possa ser aprovada. Parece-me que esse é um assunto que temos que levantar aqui. Eu comentava com a Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente, essa preocupação. Senti que existe um clima de indefinição e evidentemente, se estamos falando que a situação da saúde precisa de mais recursos, não podemos caminhar no sentido oposto. Não tenho dúvidas de que a educação no Brasil melhorou e que um dos principais motivos foi a vinculação da chamada Lei Calmon. É evidente que a área econômica de qualquer Governo, de qualquer partido, sempre é contra vinculações, porque quer deixar o Governo mais livre. O próprio governante gostaria de ter recursos mais livres. Mas, quando você tem prioridades claras, como é o caso de educação e de saúde, que são as duas principais responsabilidades do Poder Público, para poder beneficiar a população mais carente, não tenho dúvida de que nesse caso é válido ter as vinculações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Guerra.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Quero agradecer as palavras do Senador Antero Paes de Barros, do Senador Antonio Carlos Valadares, que, na verdade, não me fizeram propriamente perguntas. Endossaram o que a gente vem dizendo e reforçaram o que eu vinha dizendo.

Senador, apenas um comentário, como V. Ex^a tem um almoço com o Presidente da República, que-

ro dizer que, num contato recente com a Deputada Jandira Feghali, o Presidente não se mostrou suficientemente informado. Então, penso que realmente seria bom que fosse levado o assunto ao conhecimento do Presidente, porque, às vezes, Sua Excelência pode pagar um preço por alguma coisa do médico Palocci, o que não tem nada a ver. E o Presidente, às vezes, não está... Sua Excelência teria dito isso. Portanto, creio que é realmente importante.

Temos um pedido de audiência com o Presidente da República feito antes da viagem a Cuba, à ONU e a Cuba. De modo que a audiência com a Frente Parlamentar seria importante, porque teríamos um diálogo de cooperação, não é um diálogo de oposição, mas um diálogo frente a frente.

Em relação à pergunta do Senador Eduardo Azeredo, as informações que tenho são de que a Casa Civil fez uma reunião com as Lideranças da base do Governo e não sinalizou com nenhuma abertura. Essa é a informação, vamos dizer, mais formal.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Não, não houve outra reunião. Foi uma reunião na qual estavam presentes os Líderes da base do Governo, e não houve nenhuma abertura.

Temos sentido a boa vontade do Relator do Orçamento, Deputado Jorge Bittar, que está procurando encontrar uma solução. Outro dia eu estava numa reunião dos Líderes na Comissão de Orçamento, o Relator chegou atrasado, havia outros assuntos na pauta, e espontaneamente o Relator disse que são muitas as demandas no Orçamento, que não tem como atender a todos, que já tem o problema da saúde que ele precisa resolver. Quer dizer, o entendimento é de que ele está com toda boa vontade, mas não tem nenhum sinal verde do Executivo.

Em relação a Estados e Municípios, houve matéria publicada ontem na **Folha de S.Paulo** com informações do Ministério. Essa matéria confirma as informações que V. Ex^a tinha: são 17 Estados que não vêm cumprindo a emenda, apenas 10 cumprem, e em torno de 60% a 70% dos Municípios que vêm cumprindo a Emenda nº 29.

Em relação à desvinculação, acredito que, além da preocupação toda com essa matéria, os Senadores deviam, sabendo que a Câmara já rejeitou, pensar em não se expor a esse desgaste, porque, voltando para a Câmara a reforma tributária, aquela Casa pode apenas fazer emendas supressivas e se houver uma proposta de desvinculação de 10% vamos suprimi-la novamente, ou, pelo menos, trabalharemos

para que isso aconteça. Então essa inclusão servirá apenas para um desgaste, porque pelo menos se a Câmara for coerente com a decisão anterior teremos que suprimi-la novamente.

Então acredito que era isso. Obrigado Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Deputado Rafael Guerra, Srs. Senadores, Srs. representantes da Frente Parlamentar da Saúde, eu gostaria de demonstrar a minha preocupação com o assunto.

É extremamente grave o que estamos ouvindo aqui, e acredito que a Frente Parlamentar da Saúde só conseguirá alguma coisa se houver uma mobilização popular, do contrário, a forma que o Governo está agindo em relação a outras matérias, graves também, e importantes, não teremos outro recurso a não ser promover essa mobilização lembrada pelo nobre Deputado. Conclamar os secretários de saúde dos Estados, a sociedade civil, para que, realmente, dêem apoio a essa questão gravíssima, que é a retirada de dinheiro da saúde, já tão sofrida, tão cambaleante como está no nosso Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) – Quero cumprimentar o Senador Papaléo, a Senadora Lúcia Vânia pela idéia desta discussão, nesta Comissão de Assuntos Sociais, e convidar deputados da Seguridade Social e da Frente Parlamentar e todos os Senadores.

A situação é grave, mas é muito mais grave do que pensamos. Não podemos avaliar o que pode acontecer com o orçamento, com o Sistema Único de Saúde, que foi uma conquista da sociedade brasileira nos últimos 20 anos, se não revertermos a proposta orçamentária do Ministério do Planejamento para o ano que vem. É grave! É muito mais grave! Eu diria: é um horror!

A saúde evoluiu nos últimos anos, não foram resolvidos todos os problemas da saúde. Há muitos problemas, muitos problemas. Os indicadores melhoraram, por quê? As internações diminuíram, por quê? O SUS avançou porque houve nos últimos quatro anos um financiamento estável, que agora está sendo ameaçado. Hospitais serão fechados, ambulatórios de prefeituras serão fechados, leitos de UTIs faltarão, remédios faltarão para ser dados para os idosos,

o que o Estatuto do Idoso manda. É grave, é muito mais grave! Estou repetindo essas palavras para que sejam fixadas. É um compromisso que todos temos, independente de partido.

Evidente que as contas do Governo não são fáceis, o Governo anterior também sofreu dessa forma, precisa pagar o serviço da dívida, o buraco da Previdência Pública? É óbvio que precisa, mas saúde é um bem comum, nem se discute. E o legislador, tanto do Senado como da Câmara, fez a Emenda 29 para estabelecer um financiamento seguro e fez também a Emenda nº 31 do Fundo de Combate à Pobreza. O Governo anterior ficou devendo, em quatro anos, pouco mais de 1 bilhão para nós, em quatro anos, para a Emenda nº 29, para a saúde, em torno de R\$ 1,3 bilhão, segundo os números da Comissão de Orçamento, em quatro anos. A proposta do Ministro Guido Mantega tira da saúde R\$5,5 bilhões em um ano. O que disse o Ministro Antônio Palocci à imprensa na semana passada? Que o Governo está cumprindo a Emenda nº 29. Sim! De R\$23 bilhões para ações de serviços de saúde do SUS passou para R\$29 bilhões, aumentando R\$6 bilhões. Cumpriu, faltou mais R\$1 bilhão. Digamos que aumentou para R\$29 bilhões, que cumpriu os R\$6 bilhões. Aí o Ministério da Fazenda e do Planejamento fez um buraco nos R\$29 bilhões, sugou R\$3,571 bilhões da Emenda nº 29. Desapareceu esse dinheiro. Então, o Ministro Guido Mantega, de forma inteligente – eu disse, numa reunião no Palácio, a S. Exª que ele causaria inveja a Maquiavel, que S. Exª fez um estágio em Firenze com Maquiavel na Idade Média, e S. Exª sorriu –, tapou esse buraco da saúde com a Emenda nº 31. Mais esses R\$3,571 bilhões, já são R\$4,5 bilhões.

Outro problema da emenda: o Governo pegou R\$1 bilhão da Emenda 29 e colocou para transferência de renda. Mas vamos ficar nos R\$3,571 bilhões, com os quais o Governo tapou o buraco da saúde. A Emenda 31 deixa muito claro, Srs. Senadores, que o dinheiro do Fundo de Combate à Pobreza é uma ação suplementar. Está no art. 79. Isso significa a mais, adicionar. O Senador Botelho, que é um grande batalhador, me perguntará: mas como o Governo anterior fez, para fazermos o comparativo? Como foi o comportamento do Pedro Malan e do Guilherme Dias com a saúde na vigência Emenda nº 29? Tomou-nos pouco mais de R\$1 bilhão em quatro anos – isso eu já disse. Mas em relação à Emenda 31, como o Governo anterior se comportou? Ele se comportou conforme a Constituição: adicionou, pegou o dinheiro da Emenda 29 e colocou num ano R\$1 bilhão, no outro ano R\$800 milhões a mais dentro da saúde. Ele adicio-

nou, não suplementou. Então, também, com certeza, é inconstitucional.

Depois, a Frente Parlamentar passará documentos que temos nessa luta, que são dois pareceres, um do Planejamento e um da Fazenda, que basearam a turgada que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda estão fazendo com a saúde. É uma preciosidade jurídica. Penso que foi estagiário que fez isso.

Para encerrar, o Governo pegou dinheiro para transferência de renda. Claro que temos que aplaudir o Fome Zero. É um programa maravilhoso que só a ONU – como diz o Frei Betto – e o Brasil possuem. Temos que aplaudir. Mas tirar dinheiro da saúde, misturar com o da pobreza, misturando o pobre e o doente, que são mais ou menos a mesma coisa. O Palocci pode dizer também que comida, habitação e água são saúde. A Funasa tem programas de água e de saneamento, é claro, mas até 30 mil habitantes. Obras de saneamento, de esgoto, devem ser feitas com recursos do Ministério das Cidades. Enxugaram o dinheiro do Ministério das Cidades e colocaram aqui também, para dizer que são ações de saúde. São ações suplementares, a Constituição diz. O próprio Ministério da Saúde, na Resolução nº 322, assinada pelo Ministro da Saúde, há sessenta dias, define bem ações em serviços de saúde.

Nós, Senadores e Deputados, não podemos ser responsabilizados pelo corte, no próximo ano, desse valor de R\$4,5 bilhões mais R\$1 bilhão, porque se colocou dinheiro da saúde para transferência de renda também, que nos próximos quatro anos somará R\$22 bilhões. E se os Estados e os Municípios seguirem, em quatro anos, será R\$40 bilhões.

É um retrocesso. O SUS é baleado, muitas pessoas morrerão porque os serviços vão piorar. Tenho confiança. Está aqui o Líder do Governo, que é médico, vai nos ajudar. Estamos constrangidos; todos estamos constrangidos mas não podemos ser responsabilizados por isso. O Senado precisa e está entrando hoje com força nessa luta. Estamos muito felizes, nosso Líder Deputado Rafael Guerra, com essa movimentação do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Registro a presença do Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS) – Cumprimento o Senador Papaléo Paes; o Presidente da

Frente Parlamentar da Saúde, Rafael Guerra; os demais Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas e todas as pessoas que acompanham esta reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Tenho dito, de maneira muito franca e respeitosa, que, como outros colegas Deputados e Senadores da base de sustentação do Governo, tenho uma tarefa dupla. Sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Saúde com o Deputado Rafael Guerra e precisamos, evidentemente, encontrar uma saída para este que, do meu ponto de vista, é um erro evidente na constituição do Orçamento que foi enviado à Casa e, ao mesmo tempo, encontrar um caminho pelo qual corrigir esse erro e evitar que problemas decorrentes dele ocorram no futuro.

Quando votamos a emenda constitucional, por amplíssima maioria, quase unanimidade, dos Deputados e Senadores, todos os legisladores que votaram, inclusive eu, demos uma espécie de voto de confiança a uma interpretação daquela emenda constitucional, qual seja, de que passaríamos a comparar os gastos futuros em saúde, que deveriam evoluir pelo crescimento do PIB nominal, com o mesmo tipo de gasto em saúde que era executado no período imediatamente anterior à votação da emenda.

É evidente que o debate que estamos fazendo não é se saneamento é saúde ou não, porque todos concordamos que é. O debate que estamos fazendo não é se um programa de combate à pobreza é importante ou não para diminuir os problemas de saúde. Evidente que é. O debate que estamos fazendo, na verdade, é que precisamos garantir que o crescimento determinado pela emenda constitucional se dê dentro das contas de saúde que estavam incluídas no momento em que votamos a emenda constitucional como gasto de saúde. Senão, podemos ter um crescimento determinado pela emenda de 19% dos gastos em saúde, aplicam-se R\$3,5 bilhões desse crescimento como um gasto relacionado a um programa de combate à pobreza e o aumento do gasto do Programa Saúde da Família, por exemplo, fica em 5% e não em 19% como seria de se esperar.

Percebo e quero tornar público neste debate no Senado que existe um canal e um debate rico entre a Frente Parlamentar, Senadores e Deputados, e o nosso Governo. O Governo não tem uma posição fechada e unânime em relação a esse assunto. Temos um desafio que está na nossa mesa: como podemos encontrar alternativa para garantir que esses recursos, que, do meu ponto de vista estão faltando no orçamento da saúde, retornem ao orçamento da saúde.

Eu diria que essa é a primeira correção, a principal, que deve ser feita por todos nós Deputados e Senadores nas próximas semanas dentro do Congresso. Precisamos, ou encontrar mediante um responsável cálculo de receitas futuras, pois tenho tudo para acreditar que os índices tendem a melhorar em relação ao próximo ano. Estamos com diversos índices indicando que a economia pode – é o desejo de todos nós – retomar um crescimento até maior do que aquele que estava previsto quando o orçamento veio para o Congresso Nacional. Portanto, dali, podemos encontrar uma parcela dos recursos necessários para fazer cumprir a emenda constitucional.

Sobre o tema das dificuldades que o Sistema Único de Saúde enfrenta, elas são evidentes e, portanto, exigem, de fato, de todos nós que se encontrem alternativas. Não há de onde cortar recursos para a área da saúde. Não existe sobra de recursos. Ao contrário, existirá, durante muitos anos, falta de recursos, que queremos perseguir progressivamente, para que o sistema possa ser cada vez mais integral e melhor.

Quero aqui, como todos nós fazemos sempre, fazer um grande elogio ao sistema público de saúde do nosso País. Se ele enfrenta muitos problemas, sempre é bom que se diga que, graças a ele, 11 milhões e 500 mil brasileiros se internaram em hospitais no ano passado e aproximadamente 300 milhões de consultas foram feitas. Todos nós e muitos outros, ao longo desses anos, lutamos para consolidar esse direito que é o direito à saúde pública.

Continuarei atuando publicamente em todos os espaços que puder, a fim de sensibilizar o meu próprio Governo para encontrar um mecanismo de correção deste erro. Penso que seremos vitoriosos nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Guerra.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Eu queria apenas agradecer à Senadora Maria do Carmo Alves, que fez a intervenção. Aos Deputados, penso que não há o que responder agora. É preferível continuarmos ouvindo. Estou muito ansioso para ouvir o Líder do PT na Casa, o companheiro Senador Tião Viana, que é membro da Frente Parlamentar. S. Ex^a não tem tido tempo de ir às nossas reuniões.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – ... do Congresso Nacional também, Senador Amir Lando.

Na verdade, penso que não teria nenhuma resposta agora. Eu me reservo para o final.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PSB-RJ) – Bom dia a todos.

Saúdo a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, nossa colega na Câmara dos Deputados, parabenizando-a também pelo aniversário; o Presidente em exercício, Senador Papaléo Paes; o nosso colega, Deputado Rafael Guerra, pelo trabalho que vem desenvolvendo na Frente Parlamentar de Saúde.

A nossa função aqui hoje é mais fazer um apelo aos nossos Senadores, para que se juntem a nós na luta que temos travado na questão do Orçamento da União.

O Deputado Rafael Guerra falou da situação da sua região e o Deputado Darcísio Perondi disse que a situação vai ficar um horror. Não, hoje a situação já está um horror. É só ir a um hospital público. Sou da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, onde a saúde já está um caos. A Baixada Fluminense, com quatro milhões de habitantes, composta por 14 Municípios, tem o Hospital da Posse, antes um hospital federal e hoje um hospital municipalizado. Está a ponto de fechar, porque não consegue nem pagar a folha dos funcionários – que somente possui, para atender os 4 milhões de habitantes, onze leitos de UTI. Então, por aí pode-se imaginar o caos hoje. Com o corte no orçamento, imaginem como vamos ficar nos próximos anos.

A Senadora Maria do Carmo Alves falou também de mobilizarmos a população. Isso já será feito por nós, por meio das Assembléias Legislativas dos nossos Estados. Propus também que fizéssemos isso também com as Câmaras de Vereadores. Temos de ir realmente à população que sofre nas filas dos hospitais, nos corredores e que está morrendo nos hospitais – sabemos disso.

Então, mais uma vez, faço um apelo. Está aqui o Líder do PT, que vai falar. O nosso Presidente disse que está ansioso para ouvi-lo. Temos também o Deputado Henrique Fontana, que é também do Partido do Governo. Também somos da base do Governo, mas S. Ex^a é do PT. Então, temos contado também com esse apoio, mas precisamos de uma mobilização maior, enquanto é tempo. O orçamento vai ser votado daqui a pouco, em dezembro. Precisamos desse apoio do Senado Federal. Seria esse o meu apelo. Vamos à luta. Com certeza, vamos conseguir. A saúde é prioridade de todos. Não há aqui um que possa dizer que não se sensibiliza com a questão.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Deputada Federal Jandira Feghali.

A SR. JANDIRA FEGHALI (PC do B-RJ) – Gostaria de cumprimentar a Senadora Presidente da Comissão, que aniversaria no dia do mestre. Não é Senadora? Dia 15 de outubro. Cumprimento o Senador Papaléo Paes, Presidente da Comissão, Senadores, Deputados e Deputadas.

Na verdade, creio que nossa palavra já nem era necessária. Creio que a questão já está muito clara. Gostaria, apenas, de realçar alguns aspectos, direcionando-os, inclusive, ao Senador Amir Lando.

Existe a decisão política e seus caminhos. Estamos tratando, aqui, de duas questões. Uma é um veto na LDO que tem como decorrência o orçamento. É pauta da Congresso Nacional; a outra questão é o problema da desvinculação dos recursos do Estado, que é pauta de votação do Senado Federal. As duas questões são igualmente graves no sentido da retirada de recursos. A questão da LDO, esse veto, não pode permanecer porque se abre um precedente gravíssimo para a União, os Estados e Municípios. É exatamente o veto que autoriza o descumprimento orçamentário da saúde. Precisamos trabalhar quais são os caminhos. Temos, hoje, condições de construir uma sessão de veto para derrubá-lo? Caso contrário, vai cair na Justiça, o que é muito desgastante para o Congresso e para o próprio Executivo.

À medida que temos a clareza de que é gravíssimo o que está ocorrendo temos que buscar os caminhos objetivos para solucionar. O orçamento estará sendo votado daqui a pouco. Se não corrigirmos a LDO teremos dificuldades. Na é apenas o problema de repor os R\$5 bilhões, mas o precedente que fica de descumprimento da Constituição. Estou na Casa da Federação, no Senado da República, discutindo algo óbvio: como cumprir a Constituição. É o que está em debate aqui. É um absurdo que tenhamos que voltar a um tipo de debate que fizemos durante alguns anos aqui. Se pensarmos direito, a emenda constitucional original dava mais do que o dobro de recursos para a saúde na vinculação. Por acordos, por possibilidade de aprovação, chegamos a esse emenda, que é muito menor do que o necessário.

Nem é preciso falar da crise da saúde nos Estados. V. Ex^{as}, como Senadores, conhecem muito melhor do que nós a realidade dos seus Estados. É a realidade do País. É crise atrás de crise em todos os hospitais, em atendimento básico. A demanda não

cessa. Saúde não é para dar lucro. Saúde é para gastar. É a defesa da vida das pessoas.

Hoje, não devemos olhar apenas o índice de mortalidade infantil. Se observarmos o índice de mortalidade materna, veremos uma vergonha para este País. As mulheres morrem por falta de pré-natal. Há doenças endêmicas, da Hanseníase à Tuberculose, de alta e média complexidade. Os hospitais universitários estão em crise. Se não tivéssemos o SUS estaríamos muito pior. Sou uma defensora intransigente do SUS, da saúde pública. Precisamos fazer valer a possibilidade de este funcionar. Esse dinheiro já não resolve. Tirando, então, será o chamado crime quase perfeito. As pessoas morrem e não há um culpado. Serão responsáveis a Câmara, o Senador e o Poder Executivo. Quem paga por isso? Falo das filas intermináveis e das mortes por falta de recursos?

É gravíssimo se quisermos mexer em assistência farmacêutica, em saúde de proteção à maternidade, em transplantes. Ontem, o Deputado Roberto Gouveia lembrava que, no mundo, o setor público que mais faz transplantes é o do Brasil. Não é para rico. A integralidade faz com que qualquer um possa ter acesso a um transplante e não só quem tem dinheiro no bolso.

Creio que precisamos ter a responsabilidade política de dar uma saída para a situação. Não podemos permitir o descumprimento da Constituição e abrir uma avenida de problema em tudo o que é Estado que terá. O desfinanciamento do SUS é objetivo, vai acontecer, e essa responsabilidade é nossa, seja para atenção primária, seja para atenção secundária, seja para alta complexidade, seja para os programas fundamentais deste País.

Esta Comissão é absolutamente sensível, porque já tem dentro de si essa preocupação pelos assuntos sociais, mas temos que ganhar o conjunto. E, particularmente, temos que mobilizar os Presidentes do Senado e da Câmara e, obviamente, temos que mobilizar dentro do Governo, para termos a sessão de derrubada de veto, porque, se esse veto ficar, mesmo que eu recomponha o número, o precedente da quebra constitucional está colocado. Precisamos derrubar o veto, para tirar o precedente para o conjunto dos Estados e municípios no descumprimento da Constituição.

Precisávamos balizar aqui não só essa mobilização, pois já está marcado com o Procurador-Geral da República, já fomos ao Supremo Tribunal Federal, já está marcada a reunião com as assembleias legislativas, já há um ato programado para o dia 5 de novembro. E quero lembrar que este é o ano da Confe-

rência Nacional de Saúde. Não há movimento mais organizado neste País e mais capilar do que a saúde. É uma conferência de 5,5 mil municípios, 27 Estados e 5 mil pessoas, no período de votação do Orçamento. E as conferências, em vez de tratarem de um plano nacional de saúde, das propostas e tal, estão-se deslocando para o debate do Orçamento. Quer dizer, todas as conferências vão estar centradas na luta pela recomposição dos recursos, o que é um desgaste para todo o mundo. Então, precisamos compreender, e não subestimar, qual é o peso de uma Conferência Nacional de Saúde no Brasil. Participo desde a oitava, em 1986, que apontou o Texto Constitucional da Seguridade, que foi uma grande conquista, referência no mundo. E é exatamente isso que estaremos golpeando de morte, se permitirmos um precedente desse.

Objetivamente, essa mobilização da Conferência Nacional é capilar, é usuário, é profissional, é gestor. O Conselho Nacional de Saúde está na mobilização conosco. Está todo o mundo: é Santa Casa, é setor privado, é filantrópico, é público, é Conas, é Conasems. Não há ninguém que possa ser contra essa luta, ninguém!

Temos que tentar resolver, porque, senão, vamos transformar a Conferência Nacional de Saúde numa conferência contra o Congresso e contra o Governo. É o que vai acontecer, porque não há jeito, no período de votação do Orçamento, inclusive, porque a conferência aqui é de 5 a 7 de dezembro.

Não podemos subestimar a capacidade de mobilização, a posição do Conselho Nacional de Saúde. Os textos das emendas das resoluções do Conselho são claríssimos. O Fundo de Combate à Pobreza pode estar acoplado ao Ministério da Educação, ao Ministério da Assistência Social. É uma verba suplementar de transferência de renda e pode estar acoplado, inclusive, ao Ministério da Saúde, mas não compoendo a base desse Orçamento que precisamos fazer. As rubricas são diferenciadas. Ministério do Meio Ambiente também é saúde, ou não é? Sinceramente, sinto-me tratada como uma pessoa de pouca inteligência, quando ouço os argumentos conceituais desse jeito. Não precisa dizer para nós, que somos médicos, qual o conceito de saúde, qual é a abrangência que tem a sua transversalidade e a sua intersetorialidade. Não precisa dizer para nós! Agora, estamos discutindo rubrica de um determinado programa de um determinado governo. Não vou ficar aqui discutindo que comer é saúde! Ora, isso é básico! Então, não dá para ficarmos brincando e jogando

com isso para ganhar a opinião pública contra a saúde. Não queremos viver essa contradição.

É muito importante a tomada de posição política, mas, ao mesmo tempo, temos que construir os caminhos de solução. A derrubada do veto é importante. A recuperação do Orçamento é importante. Para isso, temos que construir uma co-relação de forças e uma articulação política que nos permitam, com sucesso, a execução. Do ponto de vista da sociedade, ela já está começando a andar. Agora, aqui dentro, temos que construir os caminhos institucionais para dar resultado nesse processo. E aí o Senador Amir Lando, todos, mas particularmente S. Ex^a, que é o Líder no Congresso, tem que nos ajudar a construir também esse caminho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida, fará uso da palavra o Deputado Federal Roberto Gouveia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Cumprimento Rafael Guerra, que nos honra com sua presença aqui, hoje, nosso Presidente, Papaléo Paes, os Senadores e Deputados. Quero externar aqui a alegria da Comissão de Assuntos Sociais em receber os Parlamentares da Frente Parlamentar da Saúde. Essa discussão, trazida para o Senado da República, é muito importante, porque, enquanto estamos discutindo aqui a interpretação da composição da Emenda nº 20, no Senado, toma corpo, a cada dia, a desvinculação de recursos dos Estados. Como foi dito aqui pelo Senador Eduardo Azeredo nós estamos assustados. Porque anteontem tivemos aqui uma audiência pública com todos os Governadores e ouvimos de quase todos eles a solicitação para que o Senado desvinculasse as receitas dos Estados.

O que estamos fazendo aqui hoje é importante porque vamos somar forças. Eu coloco aqui a Comissão de Assuntos Sociais junto com a Frente Parlamentar para que possamos implementar as ações aqui abordadas pela Jandira, pelo Rafael. Estaremos juntos nessa empreitada.

Ao mesmo tempo eu gostaria de comunicar aqui, aproveitar a oportunidade, e comunicar uma nota que saiu na revista **Época** que nos deixa realmente assustados. Além do susto todo nós nos deparamos com essa notícia que significa realmente um retrocesso total na área de saúde. Eu sou suspeita para dizer, mas o ex-Ministro José Serra foi um grande Parlamentar, um grande batalhador, teve as mesmas dificuldades que nós estamos tendo hoje com

este Governo com a área econômica, mas foi um guerreiro. Por ter sido um guerreiro, eu acho difícil deparar com uma nota como esta que a revista **Época** traz. A nota diz o seguinte: “Parou por quê? Bem na moita, o Ministério da Saúde está desativando três programas da gestão de Fernando Henrique: “A Mãe Canguru”, que possibilita ao prematuro recém-nascido ficar junto de sua mãe, com recuperação de peso mais acelerado; “O Prêmio Galbo Araújo”, de redução da mortalidade materna”, e o “Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde”, que possibilita o deslocamento dos Médicos a Municípios sem infra-estrutura.” São três programas da mais alta importância. Esta Frente Parlamentar precisa tomar conhecimento disso e agir na direção de que esses programas que já causaram tanto benefício à população mais pobres não venham a ser interrompidos. Eu agradeço a todos e coloco mais uma vez a Comissão para um trabalho conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Federal Roberto Gouveia.

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP) – Eu gostaria de também cumprimentar a nossa Presidente, a Senadora Lúcia Vânia, inclusive pelo seu aniversário, Senador Papaléo Paes; o nosso Presidente da Frente, Deputado Rafael Guerra; demais Senadores, Deputados e Deputadas aqui presentes.

Gostaria de ressaltar poucos aspectos. Em primeiro lugar, essas dificuldades com as equipes econômicas atravessam governos e gestões, e evidentemente nós vamos ter que debater e reafirmar duas questões que nós vimos tendo sucesso até aqui. Temos conseguido, pelo menos até o momento – e eu espero que continue assim –, convencer a equipe econômica de que, no nosso caso, nesse momento, é importante a vinculação de recursos em primeiro lugar; e essa emenda, além de vincular, ela também indexa porque trata do PIB nominal. Portanto, além de fazer uma vinculação, é uma indexação.

Aliás, saúde é de relevância pública? Ora, se é um bem de relevância pública não é admissível que se tenha redução de recursos na área da saúde. E é aqui exatamente que quero dialogar no sentido de que façamos novamente esse debate e reafirmemos a necessidade de manter a vinculação e a indexação. A Emenda nº 29 não é tudo que nós queríamos, mas ela vem funcionando e vem dando conta de pelo menos uma elevação, mesmo que pequena do orçamento na área da saúde. Ela nos ajudou muito a impedir a gangorra orçamentária, justamente aquela história de que a União aportava recursos, e os Estados retira-

vam, ou os Estados e os Municípios. O que fazia inclusive alguns administradores públicos a comprarem a ambulância para despejar o doente no Município vizinho, fazendo “reboqueterapia”. Ora, a emenda veio no sentido de garantir um fluxo de recursos, de nos dar segurança para implantar o Sistema Único de Saúde de forma descentralizada, municipalizando. Não podemos permitir a volta da gangorra orçamentária. A DRE (Desvinculação das Receitas dos Estados), se aprovada, propiciará o retorno da gangorra orçamentária, que superamos historicamente com a aprovação da emenda.

No ano de 2001, dezessete Estados cumpriram a emenda. No ano de 2002, esse número baixou para dez. Portanto, a cada dia que passa, menos Estados cumprem a emenda. Temos que fazer com que haja uma elevação de taxa, de percentagem do ponto de vista do cumprimento da emenda. Então, a DRE é muito perigosa para nós, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o Deputado Henrique Fontana já falou, os outros Deputados também, a Deputada Jandira Feghali acaba de falar. Como Deputado do PT e da base do Governo, venho me esforçando para demonstrar aos nossos interlocutores que é insustentável essa posição. O Orçamento da saúde, como chegou no Congresso Nacional, é insustentável.

Primeiro porque vetamos um dispositivo que saiu do próprio Palácio. Ora, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) foi encaminhada pelo Palácio. Veio ao Congresso Nacional, que aprovou a LDO encaminhada. Ora, o Governo vetou um dispositivo que foi de iniciativa própria e que consolida uma interpretação do Tribunal de Contas da União e da utilização da Emenda 29.

Portanto, o que se apresenta não é a discussão de se fome, habitação ou saneamento é saúde ou não. Todos sabemos que são condicionantes ou determinantes, mas sabemos também que a legislação tratou de separar uma coisa da outra para que pudéssemos ter um processo de acréscimo e de evolução orçamentária. Portanto, o que está em discussão não é se o Fome Zero, se alimentação ou se saneamento é saúde ou não. Não é essa a discussão.

Para concluir, o próprio Governo, por intermédio do seu Ministro, publicou uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, que consolida mais uma vez a interpretação do Tribunal de Contas, e que determina o que são ações e serviços de saúde e o que não são. Essa portaria foi publicada no dia 08 de maio deste ano. Então, o Governo não pode dar esse péssimo exemplo, ferindo a própria resolução do Conselho Nacional de Saúde, publicada pelo Ministro.

Aliás, é importante que se diga que temos dois projetos tramitando que regulamentam a emenda, um de minha autoria, na Câmara dos Deputados e outro de autoria do nobre Senador Tião Viana, que é o Líder do Governo. E nos nossos projetos de regulamentação da emenda estão lá consolidados os princípios do que são ações e serviços de saúde – no projeto do Senador Tião Viana, inclusive, com muito mais detalhe. Essa resolução que o Conselho Nacional de Saúde aprovou e que o Ministro mandou publicar repete na íntegra dispositivos que estão no projeto de lei do Senador Tião Viana, que é o nosso Líder do Governo no Senado Federal. Portanto, nessa altura do campeonato, não podemos permitir um recuo dessa natureza que nos deixará a descoberto – e aí não repetirei os argumentos dos nobres Parlamentares que aqui já fizeram uso da palavra.

Para concluir, eu só queria dizer que, de certa forma, arredondando os dados, no Brasil, temos um gasto de US\$100 por pessoa, por ano, na área pública, e de US\$100 por pessoa, por ano, na área privada. Na realidade, é 45% e 55%, público e privado. Podemos inclusive detalhar, mas não vem ao caso, só quero aqui raciocinar. Isso resulta uns US\$200. O Uruguai gasta US\$600, a Argentina gasta US\$450. Se fizermos as contas, pegando todo o dinheiro que a União, os Estados e os Municípios gastam no Brasil, teremos US\$260 por pessoa, por ano. Dividindo pelo número de habitantes e por 365 dias, dá setenta centavos por pessoa por dia para fazer tudo: universalidade e integralidade, ou seja, dengue, malária, ranse-níase, combate a epidemias, vacinação, distribuição de coquetel Aids, programa da Aids, praticamente 100% dos partos, hemodiálise, emergência, transplante etc.

Portanto, são setenta centavos por pessoa por dia para fazer tudo no Brasil. Se descontarmos esse recurso a mais que entrou como parte da conta para artificialmente cumprir a Emenda nº 29, não vai dar a correção inflacionária.

Dessa forma, no ano que vem, não teremos setenta centavos por pessoa por dia para fazer ações em serviço de saúde, ações típicas de saúde; teremos menos, talvez cinquenta centavos por pessoa em termos reais. Ora, não temos condições.

E concluindo, portanto, creio que é da maior importância que a Comissão de Assuntos Sociais discuta essa questão e nos ajude e se manifeste para que a gente possa, ao mesmo tempo, participar das conferências municipais, estaduais e nacional nesse campo de luta social e também em nível do Parlamento e do Executivo para que possamos envidar es-

forços no sentido de recuperar o nosso orçamento e não permitir que ele seja sangrado e sofra uma hemorragia que poderá nos levar todos para um destino muito cruel.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, médico, Líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, Senador Papaléo; Sr^a Presidente, Lúcia Vânia; meu caro Deputado Rafael Guerra; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero dizer que é uma satisfação muito grande participar de um encontro entre as Comissões de Seguridade Social e de Assuntos Sociais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com a Frente Parlamentar da Saúde, de que sou membro integrante, com muita honra. Acredito que, historicamente, estamos consolidando uma imagem de representação legítima da sociedade ao longo dos anos, que talvez somente seja superada em termos de unidade e de força de ação pela Frente Ruralista, talvez, em termos de organização e ação de unidade, temos a comemorar por esta conquista progressiva que a Frente Parlamentar tem, destacadamente, construído.

Quero dizer também que é uma satisfação estar ao lado de Deputados que têm transformado a atividade parlamentar como uma ação missionária a favor da saúde pública, como o Deputado Dr. Pinotti, Darcísio Perondi, Henrique Fontana, Roberto Gouveia, Jandira Feghali, e todos que estão aqui. E quero dizer ainda que é uma honra estar ao lado de Senadores médicos, como o Senador Mão Santa, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, que saiu há pouco.

É um assunto difícil o de que estamos tratando, porque reflete o momento político e econômico, ou seja, estamos vivendo uma crise econômica grave, intensa, e que aflige a todos nós, apesar das características sócio-econômicas do Brasil como um todo, pois não se trata de uma coisa isolada do nosso País. Saímos de um processo eleitoral difícil, em que o terrorismo político apontava que o Brasil estava inviabilizado. Chegamos ao Risco-Brasil de 2.400 pontos. Hoje, estamos comemorando o menor Risco-Brasil dos últimos 5 anos, sinal claro de que o Governo está sabendo reverter a imagem de terrorismo que foi plantada nos últimos meses contra o que seria o “novo” do Presidente Lula no exercício da atividade de gestão do País. Estamos rompendo com a ameaça da instabilidade da moeda, assegurando um dólar estável, rompendo com a ameaça de parcelamento

de pagamento da dívida, parcelas essas que eram asfixiantes e agora se começa a assegurar um fôlego à macroeconomia nacional, apesar de termos um orçamento ainda exíguo e difícil de tratarmos. É muito triste imaginarmos como o Governo anterior, quanto havia um excesso de arrecadação da ordem de R\$18.520 bilhões, subtraía mais de R\$1 bilhão do Orçamento Geral da União para o setor de saúde. É muito triste imaginar isso. Ah, se tivéssemos tido R\$18.520 bilhões a mais de receita orçamentária extraordinária para investir no nosso País! É muito triste imaginar que o Governo anterior tenha deixado nove bilhões e quatrocentos milhões de restos a pagar para o próximo Governo, rompendo, inclusive, cláusulas contratuais com um organismo multilateral, como o Fundo Monetário Internacional.

Entretanto, o assunto é restrição orçamentária para o setor da saúde, já que estamos vivendo um momento difícil de subtração do recurso direto do Sistema Único de Saúde para o saneamento básico. E aqui isso foi muito bem dito por todos dos Partidos. Não dá para dizer que saneamento não é saúde. Seria uma discussão muito simplista.

O SUS acolhe 800 mil internações por ano em decorrência da crise do saneamento básico em nosso País. Isso é grave. Lamento olhar para o Brasil, que tinha uma participação de recursos federais da ordem de 65 a 70% na área de saúde é subtraído para 56% na última década. Isso é grave. Os Estados e os Municípios tiveram que aumentar, porque as prioridades foram outras. Tivemos a conquista da Emenda nº 29, do Deputado Eduardo Jorge, legitimamente apoiada pelo Ministro Serra, que fez o máximo que podia para consolidar um modelo de saúde melhor e mais recuperado em termos de indicadores no Brasil. É justo que se reconheça isso, mas ainda de maneira bem insuficiente.

Temos, eu e o Deputado Roberto Gouveia, os projetos de lei complementar que consolidam as responsabilidades da União, Estados e Municípios no financiamento do Sistema Único de Saúde, das ações de saúde, mas infelizmente não temos aprovadas essas matérias. Penso que têm que se tornar prioridade máxima da Frente Parlamentar de Saúde, como já são hoje do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde.

Tenho tratado com o Ministro Humberto Costa. Ontem estava com S. Ex^a. Fomos a uma conferência estadual, e há a franca sensibilidade do Sr. Ministro em podermos consolidar isso como um propósito, que terá a Fren^{te} Parlamentar do Brasil porque já estarão definidas as regras do financiamento,

baseadas no que o Congresso Nacional, como autoridade legítima que é, venha a dizer.

Então, penso que vamos encontrar o caminho do entendimento, vamos construir isso com o diálogo interno com o Governo, vamos procurar soluções. Agora, é preciso que possamos refletir com muito cuidado. Quando vejo as peregrinações de muitos parlamentares ainda com faca na jugular do Ministro da Saúde pedindo recursos para seus Estados na área do Sistema Único de Saúde, em consequência do custo saúde que herdamos e que temos de cumprir, fico muito preocupado. Quando olho, Sr. Presidente, o Hospital Sarah Kubitschek, que gasta R\$2,80 por paciente/dia em termos de refeição, alimentação de excelente qualidade, olho ao lado, a menos de 60 metros, para o Hospital de Base do Distrito Federal, que gasta R\$12 por alimentação paciente/dia, a 60 metros de distância, e quem paga isso é o Sistema Único de Saúde. O custo SUS não está sendo efetivamente avaliado. As políticas verticais adotadas em anos recentes, os carimbos de liberação de programas federais, inviabilizaram um modelo que pudesse ser construído a partir da descentralização, que foi mais sinônimo de desresponsabilização.

A Senadora Lúcia Vânia traz uma matéria da revista *Época*. O programa de interiorização do trabalho em saúde é merecedor de crítica. Ele gastou 70% de seus recursos com treinamento de pessoal. Vi, Senadora, nas unidades federadas, falei isso ao Ministro, à equipe anterior, quando vi nutricionistas treinando sobre a dieta ideal para um paciente, como se isso fosse um componente fundamental. Não que não tenha que ser tratado. Tem que ser tratado, sim, mas qualquer profissional médico tem noção básica do que é alimentação regular, 70% do custo do PITS foi com passagem aérea e aulas teóricas. E a aplicação foi insignificante desse processo.

Então, temos caminhos mais racionais e podemos alcançar grandes resultados. Se pararmos para refletir o custo SUS, vamos mudar a história da saúde pública brasileira. O dinheiro é pouco, é muito pouco. O Brasil gasta US\$ 190 **per capita** em saúde, com 45% de participação pública, o restante privado. Em média, os países desenvolvidos gastam de US\$ 1.300 a US\$ 2.500. Então, essa dívida não é de hoje, não é do Governo Lula. Temos de fazer Justiça. O Governo vive uma dificuldade, terá de encontrar uma solução. Acredito que a encontrará. Agora, temos de lembrar, é norma constitucional, obrigação do Governo Federal aplicar 30% do recurso do orçamento da seguridade social em saúde. Nunca foi cumprido em governos anteriores. Longe de ser cumprido por go-

vernos anteriores. Herdamos as conseqüências e os equívocos políticos na administração financeira nacional. E vamos ter de saber dar resposta.

Acredito que o propósito da Frente Parlamentar, que é meu também, e sei que é do Governo, seja alcançar nos próximos anos – não digo em quatro anos, mas durante a caminhada –, ou seja, recuperar investimentos de US\$ 600 **per capita** como investimento mínimo necessário para um modelo conseqüente de saúde neste País. Mas é uma caminhada, são momentos de sacrifício que estamos vivendo, e sabemos superá-los.

Estou inteiramente solidário ao grito de alerta que faz a Frente Parlamentar de Saúde. Como Líder do PT e do Bloco de apoio ao Governo no Senado, estou tentando construir o caminho do entendimento. Ontem estive com o Ministro Antônio Palocci e com o Ministro da Saúde; hoje estaremos com o Presidente da República. E acredito que sensibilidade e o aspecto humano da relação política não faltarão ao Presidente. Sua Excelência foi vítima de um sistema único de saúde que não queremos mais para este País, em que houve até perdas de familiares.

O SUS tem muito a melhorar, pois ainda não é elo entre o doente e o serviço à dignidade humana. É um sistema que trata mal ao pobre. A integralidade e a equidade estão longe do que queremos. Relembro Gramsci: “O novo ainda não nasceu, e o velho ainda não morreu”. Ele se refere ao velho ultrapassado, não ao velho por idade. Devemos construir o novo SUS. A linha do controle social deve se sobrepôr, e a responsabilidade política, seguramente, estará presente na condução do Governo Federal, mesmo nessa medida orçamentária que temos como desafio corrigir até o mês de dezembro. E espero que, até a 12ª Conferência Nacional de Saúde, tenhamos encontrado a solução por meio do diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, quero apenas contraditar o Líder, porque, na verdade, o que disse aqui não teve nenhum objetivo político. Penso que o programa não pertence a um Partido, mas ao País. Portanto, é muito importante que a Frente Parlamentar, que é esta Comissão, tome posição diante desses fatos. Sei que erros existem muitos...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Senadora Lúcia Vânia, permita-me dizer que, quanto aos dois outros itens abordados por V. Exª, estou totalmente de acordo. Inclusive, o meu Estado ganhou o belíssimo Prêmio Galba de Araújo, por causa da redução da

mortalidade materna. Só divirjo quanto ao Pits, pois penso que não conseguiu o êxito previsto. Quanto aos demais, V. Exª está coberta de razão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Acredito que, na administração pública, cometemos erros. Naturalmente, no passado, houve erros, que precisam ser corrigidos. Espero que o Governo de V. Exª tenha sensibilidade para entender que saúde não é propriedade deste ou daquele Partido, mas uma necessidade do País.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Peço permissão para não cumprimentar a todos, para ser breve, não como desatenção à pessoa do nosso Presidente Rafael Guerra, da Frente Parlamentar de Saúde.

Ouvindo atentamente S. Exª, cheguei à conclusão de que aqui temos grandes experiências em saúde. Além do compromisso público e político para com o povo, temos paixão pela saúde, porque consideramos a mais humana das ciências a ciência médica. O médico é um benfeitor.

Aqui está o consagrado Dr. Pinotti, formado em 1958 – foram muitas noites indormidas –, o Presidente Guerra, e eu sou o terceiro médico do grupo. Estou melhor do que no Senado, pois aqui o único é o Senador Antonio Carlos Magalhães; eu sou o segundo. Sinto-me mais jovem.

Diante dessa experiência, queria dizer o seguinte: Shakespeare disse que o sucesso seria unir a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos. O Senador Tião Viana é o mais novo formado; uma figura extraordinária, homem de grande sensibilidade política e responsabilidade administrativa.

Quero citar um fato, pois um quadro vale mais do que dez mil palavras. Não temos condições de tirar dinheiro de outros programas. A respeito da fome, antes do Presidente Lula, eu li no Livro de Deus: “Dai de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede”. Eu mesmo fiz restaurantes populares. Aliás, fui o primeiro governante a fazê-los. Tive o prazer de receber a Senadora Lúcia Vânia, uma das mais eficientes colaboradoras do Governo passado, para almoçar no nosso restaurante popular. Não sou contra o restaurante popular. Fiz centenas. Agradeço a gratidão por Guaribas.

É aniversário da Senadora Lúcia Vânia? Que bom comemorar os 15 anos desta encantadora Senadora, porque só comemoramos quando entramos na política, que é a sua vida; antes não era. Parabéns! Há algum baiano aqui? Quero lembrar Martha Ro-

cha, da Bahia, no Senado. Aqui, a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos... Mas um quadro vale por dez mil palavras.

O Brasil não pode parar. Ele avança mesmo com as dificuldades dos médicos, que são uns estoicistas, porque não param. Não aprendemos a gravar. A CUT não entrou. Não fazemos greve. Sempre com o trabalho de sacerdote, de estoicismo. O Senador Tião Viana não pára. Não aprendemos com o Presidente Lula. Não há greve aqui. Todos trabalhando. A medicina não pára, ela evolui, e o mundo está respeitando. Bastaria dar o exemplo da Aids.

Deputado Dr. Pinotti, no Piauí, há um hospital universitário que começou em 1987, mas somente a lei; em 1989, começou dinheiro: US\$22 milhões encravados, 20 mil metros de área construída. Eu e o Senador Tião Viana andamos pedindo, para custeio, tudo pronto, classe médica, profissionais. Interessa a dois ministérios, porque é universitário, aos formados de Medicina, Enfermagem, Psicologia e Nutrição. Para isso funcionar, precisava de um custeio. Desde o começo do ano não há esse custeio de 60 mil. Negociando com o reitor, até podia diminuir para 50 ou 40, mas precisa do custeio. O reitor é médico de doenças e infecções, altamente responsável. Então, deveria ter um dinheiro só para o custeio. Nesse ano, conseguimos, apesar da boa vontade do Senador Tião Viana e de todas as Lideranças, de dois Ministérios.

Para calamidade, recentemente, o Ministro foi lá. S. Ex^a pisou na bola: fecha um hospital, a Maternidade Evangelina Rosa, construída no Governo da Revolução, pelo Senador Alberto Silva, com pré-moldados importados de um hospital da Inglaterra. Não sei como. Hoje essa maternidade – conheço bem o Ceará, onde me formei, e o Maranhão, onde meu pai nasceu – goza de conceito melhor do que a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, de Galba Araújo. Aliás, formei-me lá. Sou aluno do professor Galba Araújo, mas houve, Deputado Dr. Pinotti, umas infecções neonatal. A nossa está virgem de um conceito extraordinário do Nordeste porque o que faz uma estrutura médica é a história, os conceitos, a rotina. Por que sou cirurgião? Porque fui aprender com o professor Mariano de Andrade. Embora tenho operado poucas tireóides, cheguei ao Piauí com a certeza de que ia vencer porque tenho uma experiência de 20 mil de uma escola de professores. Trata-se de um hospital que é escola, que é tradição, que é a melhor referência do Ceará, Piauí e Maranhão em maternidade. Eu mesmo inaugurei algumas maternidades no interior, Senador e ex- Prefeito Papaléo Paes, e dava ordem

para o médico interiorano estagiar lá para ter um padrão. Quer dizer, o prêmio “Amigo da Criança” do Piauí foi o primeiro que recebi. Hoje tenho outro. Então, por deficiência de dinheiro, planeja-se tirar a maternidade e pôr em outro, porque é um prédio mais novo, com localização popular, ao lado do metrô.

Isso traduz a insatisfação do povo do Piauí quanto ao Governo do PT. Está havendo uma reação. O próprio Senador Alberto Silva está transtornado porque é uma realização que eu, como médico, só tive prazer em dirigir essa maternidade. E há a escola. Vi médico de 80 anos, que não pode mais estar na ativa, fazendo ambulatorio, pré-natal, porque há aquela tradição de médico. A solução simplista foi fechar um que anda bem, que tem história, porque é difícil um hospital ter essa tradição: “Sou orgulhoso porque fiz pós-graduação num hospital de tradição”. Essa maternidade é para um outro novo. O Governo está fazendo seleções semelhantes porque não tem dinheiro.

Eu queria dizer isso para corroborar aqui a nossa união, o nosso esforço e a nossa responsabilidade de não deixar tirar dinheiro. O dinheiro é simples. O Senador Tião Viana foi mesmo embora – o PT é assim: debate qualificado só é na boca do Senador Aloizio Mercadante, porque eles desaparecem.

Acho que o debate qualificado é darmos o livro, para cada um do PT – votei no PT, ajudei a elegê-los –, **Reinventando o Governo**, de Ted Gaebler e David Osborne. Os autores dizem que o governo não pode ser grande como um transatlântico, porque afunda como o Titanic. O Governo deve ser pequeno e leve. É cancelar o Natal, enfrentar a verdade, enfrentar o povo, cancelar 20 Ministérios inúteis e concentrar o dinheiro no que é fundamental: educação, saúde e segurança.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Presidindo esta reunião, claro que ficamos atentos a todos os que se pronunciam, e fico fazendo uma análise de consciência e de conduta dos direitos e deveres dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nesta Casa Legislativa – que, portanto, aprova leis –, hoje nos estamos deparando com a possibilidade de aprovarmos o ilegal. Para mim, isso não tem explicação. Esta Casa formula leis para que sejam rigorosamente cumpridas, mas estamos passando pela possibilidade de aprovarmos o ilegal.

Eu queria fazer esse comentário e passar a palavra ao nobre Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, e, em seguida, ao Senador Amir Lando.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Creio que alguns registros precisam ser feitos. Houve os comentários da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Tião Viana e dos Deputados, que foram apenas um reforço, mas na verdade acredito que fica aí alguma preocupação.

Não tenho intenção de politizar a discussão da saúde. Não tenho intenção de comparar ações de agora com ações passadas, porque, se levarmos o assunto para esse caminho, partidariaremos a discussão, e quem perderá é a saúde. Isso eu queria deixar registrado. É uma pena, porque o Senador foi convidado, mas me preocupou muito a observação. Senti a dificuldade do Senador Tião Viana, porque S. Ex^a é médico, votou a Emenda nº 29, gostaria de vê-la sendo aplicada na sua plenitude, mas tem hoje a contradição de estar na Liderança do Governo no Senado.

Eu não gostaria de partidarizar o tema, mas não posso evitar a correção de alguns registros. O primeiro é que o levantamento feito pela própria assessoria da Comissão de Orçamento, pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Tribunal de Contas registra que, após a aprovação da Emenda nº 29, o Governo passado, do qual eu era Vice-Líder, deixou de aplicar R\$609 milhões em 2001, R\$350 milhões em 2002 e aplicou corretamente no orçamento em 2003. Nos quatro anos de vigência da emenda, que estão sendo completados, foram aplicados R\$1 bilhão. Isso tem de ficar bem registrado. Foram 959 milhões.

Estou dizendo isso e também que, durante todo o tempo em que eu era Vice-Líder do Governo, cobrei isso do Governo. Estivemos sempre juntos com a Frente Parlamentar, reivindicando.

Esse era o primeiro registro.

A dívida que temos com a saúde é antiga e muito grande. Realmente, essa comparação de US\$200 com o Uruguai, com o Chile e com a Argentina em crise é muito ruim para o nosso País.

Ao mesmo tempo, faz-se um discurso de má-gestão. Pode haver má-gestão, mas, na verdade, creio que há mais milagre no fato de os hospitais ainda não terem completamente falido e fechado o serviço de hemodiálise. Creio que é mais um milagre eles estarem ainda funcionando. É mágica de gestão.

Os gestores estaduais e municipais deste nosso País, sobrevivendo com 70 centavos por dia, **per capita**, como disse o Deputado Roberto Gouveia, é milagre, isso não é má-gestão.

Há denúncias, neste momento, de que um hospital gasta R\$10 com comida e o outro gasta R\$3.

Pelo amor de Deus, isso não é hora de se discutir a emenda! É hora de discutirmos o Serviço Nacional de Auditoria do SUS, de modo que o Ministério audite os Estados; que os Estados façam a auditoria dos Municípios, e os Municípios, dos hospitais. E não se faz isso. Porém, trazer essa discussão, neste momento, como se estivesse sobrando dinheiro para a saúde, não é possível, pelo amor de Deus!

Podemos contrapor. Por exemplo, hoje, temos maior superávit na balança comercial do País. A arrecadação é recorde. A Deputada Ângela Guadagnin, do PT, apresentou um projeto para baixarmos a meta de superávit fiscal em 0,25%, porque, na verdade, estamos propondo uma meta maior do que a que o FMI pediu, e ainda estamos fazendo um superávit fiscal maior do que a meta. Então, 0,25% do superávit resolve o problema do fundo da pobreza na saúde. Eu diria que 1% na taxa de juros, que está em 20%, também resolve o problema da saúde.

É uma questão de decisão, de vontade política. São pontos que não poderíamos deixar de registrar.

Em relação aos programas do Ministério, somente para esclarecer acerca do problema da interiorização do trabalho em saúde, sobre o qual a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Tião Viana teceram comentários, trata-se de um programa que traz para o Programa de Saúde da Família, para a interiorização, médicos e enfermeiros recém-formados. Isso é fundamental para que o Programa de Saúde da Família possa crescer no País.

Temos, hoje, 18 mil equipes – se esse número não mudou, é aproximadamente isso. O Ministro da Saúde quer implantar mais 20 mil equipes. Não existe esse médico no mercado; não existe esse médico de família que quer ir para o Acre sem treinamento e sem adequação para a atividade.

Então, o programa de interiorização é principalmente para médicos recém-formados que aceitam essa convocação e que têm de fazer treinamento.

Sem esse programa e sem esse incentivo aos recém-formados, não chegaremos a 40 mil equipes de saúde da família, que é o que o País necessita, porque não há o profissional; não há o médico, a enfermeira, o dentista, e assim por diante.

Se há erro, se se gastou mais do que devia em treinamento, é para se corrigir o erro, mas não para suspender o programa – é a minha opinião.

Muitas entidades da área da saúde também criticam ou são contrárias ao Programa Saúde da Família, principalmente nas capitais e nas grandes cidades, o que considero um equívoco. Defendo o Pro-

grama Saúde da Família, que não é do Sr. José Serra ou do Sr. Humberto Costa; começou com o Sr. Henrique Santillo e passou por Jamil Haddad. Então, não se trata de questão partidária, mas de um programa que é bom para o País – faço esse esclarecimento porque quem não está diretamente ligado à área da saúde talvez não saiba exatamente o que é o programa de interiorização.

Em relação ao projeto de lei complementar e à DRE – o Senador não se manifestou a respeito da DRE, mas vários outros se mostraram muito preocupados com a questão –, há um projeto de lei complementar do Deputado Roberto Gouveia, soube que há um também do Senador Tião Viana no Senado, visando regulamentar a Emenda nº 29, para torná-la clara. Na verdade, essa emenda é quase auto-regulável. Ela determina que o Estado deve gastar 12, no ano de 2004, em ações e serviços de saúde – essa matéria não precisa de regulamentação –, o Município deve gastar 15 e a União deve fazer a correção pelo PIB nominal. Trata-se apenas de uma conta matemática.

O art. 198 da Constituição determina o que são ações e serviços de saúde. A Lei Orgânica do SUS também explicita o que são ações e serviços de saúde. O Projeto de Lei Complementar será um documento a mais para dirimir dúvidas, porque hoje, realmente, a interpretação está complicada.

Anotei algumas questões como, por exemplo, esta: segurança é saúde? Alguns dizem que não, mas uma das maiores causas de despesa do SUS atualmente são a violência urbana e a segurança no trânsito. Incluiremos o debate dessas questões no Ministério da Saúde?

A explicitação do projeto de lei é importante. Talvez, negociando com os Governadores, os Senadores poderiam discutir sobre retirar a DRE, fazendo a regulamentação de uma forma que se possa, talvez, amenizar, em alguns casos, a aplicação dos recursos da Emenda nº 29.

Cito um exemplo do meu Estado. O Hospital Militar, que é da Polícia Militar, pode ou não receber recursos do SUS? Se interpretarmos a lei ao pé da letra, veremos que não pode, porque ele não está aberto para a clientela do SUS, mas apenas para o pessoal da Polícia Militar. Ou incluímos essa despesa no SUS ou acertamos com a Polícia Militar, que é do Governo, a abertura de um serviço de pronto-atendimento para o SUS. Assim, estará resolvido o problema. Quer dizer, ou permitimos que o hospital seja incluído ou determinamos como poderá ser incluído se quiser.

Quanto ao Hospital dos Servidores do Estado, o mesmo deve ocorrer. Ele não é aberto para o SUS, apenas para os servidores do Estado, mas essa questão pode ser discutida. A despesa com os servidores dos Estados, com os servidores ativos e inativos da saúde pode ou não ser incluída? Poderíamos fazer essa discussão com os Governadores futuramente. Sou contra tirar, com a DRE, R\$5 bilhões da saúde.

Ainda devo registrar, apesar de já haver feito as observações que pretendia, que iremos fazer uma visita ao Ministro da Saúde. E, nessa visita – já anuncio aqui –, vou dizer a S. Exª que precisamos de um Ministro da Saúde fortalecido, não enfraquecido. O Ministro tem de estar na frente dessa luta pela saúde, não o Presidente da Frente Parlamentar. Só tenho a facilidade por ser de um Partido de Oposição. Mas ficamos desautorizados se o Ministério da Saúde fica calado. Creio que chega o momento em que o Ministério precisa se manifestar. O Senador, Líder do PT, por exemplo, precisa fortalecer S. Exª, e isso é um trabalho de todos, pois o Ministério precisa vir à luta. Já me perguntaram: “O que vai ser feito com este dinheiro?” E o Ministro estava na reunião... Eu disse: “O Ministro tem de responder, pois S. Exª é do Executivo.” Se nos pergunta, o que responderemos? Na verdade, a gente vê os problemas... O Ministro quer aumentar em 20 mil as equipes para a Saúde da Família... Com esse orçamento não há dinheiro para isso. O Ministro quer abrir 2 mil leitos para CTI no Brasil. Pode ter dinheiro para montar, mas não existe dinheiro para pagar. Então, eis aí a verdade. O Estatuto do Idoso que votamos – Câmara e Senado – foi assinado pelo Presidente, e o Ministro queria que vetasse a distribuição de remédios gratuitos para o idoso. Por quê? Porque não há dinheiro para este fim. A verdade é esta! S. Exª não é contra. Não é possível que S. Exª seja contrário a isso. Mas S. Exª não tem dinheiro! Esta é a realidade. Precisamos trazer o Ministério... Fazer o que já ocorre com os Deputados e Senadores do PT, do Pcdob, do PSB, do PPS. Todos os Parlamentares da Frente Parlamentar, da base do Governo, estão na luta? Assim, precisamos trazer, também, o Ministério da Saúde, sob pena de depois dizerem que a Saúde perdeu recurso, porque o Ministro acreditava não precisar de mais dinheiro ou, então, que o dinheiro esteja mal administrado e até sobrando, talvez. Eram estes os registros que desejava fazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares. O debate enriquece

ce; o diálogo é construtivo. Eu entendo que estamos diante de posições, que eu não diria contrárias, mas sabemos todos que estamos imbuídos da maior boa-vontade de como solucionar este problema gravíssimo que é a saúde brasileira. E, em termos de saúde, sempre pensamos na doença e não propriamente na saúde, pois ela tem esse caráter mais preventivo. Contudo, diante, às vezes, de necessidades fundamentais e inadiáveis a doença acaba por consumir grande parte da preocupação da área da saúde. É difícil, disse o poeta, defender a vida só com palavras, sobretudo quando é essa a vida que se vê. Entendo que Thiago de Mello Neto tem razão. Realmente estamos diante de uma situação dramática. Temos recursos reduzidíssimos. Estamos em uma situação muito complicada quanto ao orçamento da União. A montagem do orçamento foi feita para que pudéssemos (expressão em latim). Claro que, dentro daquilo que é a inteligência da exegese dada pelo Poder Executivo nas Emendas Constitucional nºs 29 e 31. Não há dúvidas de que o Fundo da Pobreza – vamos olhar por este outro ângulo – é mais uma fonte de recursos que se aplica em diversas ações de políticas públicas, inclusive na área da saúde. Então, o que vem do Fundo da Pobreza para a área de saúde não está contaminado de qualquer inconstitucionalidade, pois ele tem essa função. Eu poderia citar pareceres, até o próprio texto da Lei Complementar nº 111, onde fica explícita essa determinação legal. Do ponto de vista de ações de saúde, evidente que o Fundo da Pobreza pode perfeitamente financiar. Não há uma proibição; pelo contrário, há vasos comunicantes que devem ser respeitados. Se tivermos como base a leitura da lei, não se precisa de uma exegese sistemática, tampouco uma interpretação rebuscada, apenas a interpretação literal nos dá essa certeza.

Esse me parece um ponto de partida. Temos que colocar esse discurso epidítico, como dizia Borjas Negri, que é o discurso sobre o presente, que é o discurso que teatraliza o presente – estamos diante de uma situação dramática. Talvez não seja aqui uma comédia da vida, mas uma peça dramática propriamente dessa realidade atroz que nos cria preocupação e que desafia a todos nós. O Governo está preocupado. Entendo que esse é um diálogo que precisa ir a fundo. E vamos encontrar... entre os homens de bem sempre é possível encontrar um terreno comum do entendimento e da concórdia, porque não podemos raciocinar e pensar e emitir juízo somente com o desejo, a fantasia e a imaginação. É preciso um assento no real; é preciso realmente um pé nessa reali-

dade com todas suas condicionantes, com todas as condicionantes de recursos que temos.

Realmente, se fosse assim dito: bom, existe um superávit primário além daquilo que foi estipulado e comprometido; isso é um fato. Esse aspecto é um discurso que realmente intriga muita gente, mas sabemos também que o País estava num momento de absoluta desconfiança internacional. Todos os índices macroeconômicos estavam evoluindo para uma situação muito mais dramática do que é a da saúde. Seria a sobrevivência mesmo de uma Nação independente que estava em jogo, com a inflação apontando para 40%, o dólar na barreira superior a R\$4. Quer dizer, tínhamos mais do que isso; o risco-país estava sendo elevado para um patamar inviável.

Então, quanto a esse custo, se não entendermos que foi um momento de sacrifício geral, se não entendermos que esse foi um momento de esforço geral do País para sobreviver, para readquirir confiabilidade, respeitabilidade... Quer dizer, é evidente que, se não levarmos em conta essas contingências do real, do concreto, estaremos raciocinando até... Sempre fui um político idealista; para mim, o discurso político dirige-se para o futuro; não é como no Judiciário que se analisa o passado, o feito, para que seja submetido à apreciação e ao julgamento. Não! Nós temos que construir o futuro. E eu tenho dito isto: nós temos que realmente raciocinar para o futuro. É evidente que isso me anima. Mas como sair, como construir um futuro quando a realidade é essa que se vê? Quando há todas essas contingências? Como vamos sair de toda... E não quero aqui evocar a responsabilidade de ninguém ou discutir se é herança do passado. Entendo que essa herança se construiu ao longo de várias décadas. Enfim, chegou a Emenda nº 29 como uma maneira de pensar a saúde de forma mais autônoma, de forma mais efetiva, de dar o mínimo indispensável, que pode ser R\$0,70 por cidadão, por pessoa. Mas isso evidentemente é algo que parece raciocínio absoluto: não vamos dividir pelo todo; vamos dividir pelos necessitados, entre aqueles que realmente querem a saúde pública; sobretudo, entre aqueles que precisam desse serviço essencial à sociedade.

Nesta hora, parece-me que temos que buscar engenho aqui uma saída. A Comissão de Orçamento já se propôs a uma solução das emendas parlamentares: desse fundo de emergência, disporemos de R\$1 bilhão para atender à área da saúde, com ações típicas de saúde. E aí vamos substituir algumas fontes.

Por outro lado, a exegese das ações típicas de saúde... porque o Deputado Peroni – vou citá-lo nominalmente, mas sem nenhuma ofensa – se referiu à Resolução nº 322, de maio de 2003, exatamente essa do Conselho Nacional de Saúde. Essa Resolução, que é do Conselho – o Governo é minoritário; de 40 membros, o Governo tem 8; e o Presidente é o Ministro da Saúde, e o que é decidido tem que ser assinado como Presidente. Isso é importante dizer – também estabelece, entre outras ações típicas de saúde, um saneamento básico, incluindo-se o meio ambiente. Nesse ponto, não há dúvidas de que podemos entender que, desses 3,5 bilhões que vêm do Fundo de Saúde, algo é aproveitável.

Essa concepção, esse querer não pensar que o saneamento básico, sobretudo, a água potável é a porta de entrada da saúde... A água não tratada, a poluída é a porta da doença, mas a água potável é o começo, é o ponto inicial da saúde.

Acrescento, ainda, que conheço o assunto, não vou ensinar saúde para os médicos, mas estou analisando sob o ponto de vista jurídico, constitucional e legal. Quando se fala em lei, parece-me que temos de distinguir, fazer uma exegese correta. Quais os pontos comuns? No entendimento do Governo, a exegese é correta, mas entendo que estamos discutindo e, quando se discute, temos de nos submeter às normas do diálogo, porque não pode uma das partes impor. Devo dizer que, pela primeira vez, e isso é um fato, o Governo procurou cumprir literalmente a interpretação dada, inclusive às normas do TCU, com relação à emenda Constitucional nº 29. O Governo fez um esforço brutal de consignar os recursos estabelecidos naquilo que é o entendimento, inclusive do TCU. Quer dizer, pela primeira vez... Não quero aqui fazer disputa, o Presidente já esclareceu que não se trata de disputar. Disputar na miséria é desgraça, disputar nas dificuldades, nas carências é no mínimo, e me parece, é uma relação que se estabelece entre o pior e o pior. Entre o pior e o melhor, essa é que me parece ser uma disputa, com a qual temos de ir agora para frente, para o futuro. Esse é o discurso do Legislativo, temos de construir nações, temos de construir legislações, temos de construir sociedades: “Quando o vosso braço ousado, legislações construir, erguei um templo novo, porém, que não esmague o povo”, disse Castro Alves.

É exatamente essa a nossa função, temos de construir algo novo. É claro que estamos presos ao antigo, ao velho. A ruptura é difícil. Por outro lado, a um ponto da administração é importante, nobre Presidente, temos de dar maior eficiência, não é questão

de dizer que vamos justificar uma interpretação diferente. Não é isso. Temos que realmente maximizar, acabar com o desperdício, o grande problema. E isso, na execução das políticas públicas, quando envolve dinheiro público, há um conceito de que esse dinheiro não é de ninguém, que esse dinheiro se rouba da merenda escolar. Estão, aí as denúncias. Se rouba da saúde, parece-me que é um crime hediondo. Concorro com V. Ex^a, somos parceiros nisso. Não quero aqui estabelecer o caso “a”, “b” ou “c”, mas é que todos temos de fazer um esforço de gestão. Esse esforço de gestão é importante, não é uma causa excluyente, mas é, sobretudo, uma causa ou um ponto que se adiciona. Parece-me que, aqui, é uma questão de soma da eficiência. É nesse particular que temos de investir. Nisto, o Governo Lula aposta. O Governo Lula tem esse compromisso, quer dizer, é um discurso antigo, um discurso que vem da moralização deste País, que ajudei a construir um capítulo importante na CPI do PC, quando colocamos um ponto final naquilo que era um desvio escancarado do dinheiro público. É esse o compromisso, inclusive, que me anima e me faz engajar neste Governo, exatamente o momento de realização de algo com que sonhei, em que pensei. E é mais do que sonho, é a convicção plena de que se possa construir um Brasil melhor, apesar de todas as dificuldades, com o mínimo disponível uma vez que se maximize em termos de resultado e de eficiência, de correção na aplicação. Quer dizer, a gestão é importante. Vejo, na Previdência, que um dos grandes ralos estão aí, as denúncias cotidianas, exatamente a má gestão, a falta de transparência, a monstruosidade da Previdência. Este ano próximo, ela vai gerir 124 bilhões, e há apenas 340 disponíveis. Em termos de orçamento, temos 340 disponíveis. Em termos de orçamento, temos 400 bilhões – números redondos, exatamente as transferências obrigatórias para os Estados e Municípios: temos 340; 117 com juros e superávit e nada mais é do que dinheiro com compromisso com a dívida. Aí vem uma questão: será que poderíamos reduzir alguma coisa dessa monstruosidade que devora todas as energias, a nossa capacidade criativa de progredir? Como seus pactos não podem ser rompidos unilateralmente? Como, se há esses compromissos, sobretudo, na credibilidade internacional do Brasil? E o Governo Lula tem que fazer esse esforço exagerado, ou até além, não do necessário, mas esse foi o necessário para adquirir a credibilidade, além do previsto. Quer dizer, é esse esforço que se exigiu do Governo Lula, um Governo que vinha sobre alguma desconfiança, embora a aclamação popular sem precedentes.

Então, é difícil gerir, sobretudo, quando temos compromissos que nos devoram. São compromissos demasiados, as dificuldades, aí a pobreza nacional, é realmente difícil construir a vida só com palavras, quando é essa que se vê. Mas temos que buscar um nível do entendimento, num terreno comum dos homens de boa vontade, que sempre vão encontrar um terreno para consensuar. Creio que chegou a hora de verificarmos, em que pese uma convicção jurídica de que o Governo fez aquilo que a lei, sobretudo a Lei Maior, estabeleceu. Claro que há uma lei complementar que é necessária. O nobre Presidente salientou a dificuldade da interpretação da Emenda Constitucional nº 29, embora ela seja auto-aplicável e esteja sendo auto-aplicável; com alguns entendimentos feitos em nível do Conselho e em nível da administração do próprio Executivo, ela está sendo aplicada. E há um esforço do TCU e um esforço do Governo, que fez todo esse esforço. Se alguma divergência há, não queremos prejudicar a Saúde. O Governo tem esse compromisso com a Saúde e não tenham dúvida de que haveremos de construir aquilo com boa vontade. Não é cedendo, mas é exatamente opinando em cima de conceitos claros, definidos de uma exegese que seja razoável, que não seja talvez a ideal, que não seja aquela em cima dos nossos desejos, mas em cima do realismo legal, do realismo do cotidiano – que esse é brutal e implacável. Esse faz vítimas. E cada uma vítima pesará sobre nós, sobre o Governo, e o Governo não está de maneira nenhuma querendo ou sendo insensível a essa realidade. Vamos, sim, construir o possível dentro de todas as contingências. E é isso que quero deixar para o raciocínio e desafio de todos nós.

Quero dizer que, talvez, cada parte tenha ido além, não do possível, mas daquilo que seja o razoável. Podemos estabelecer um ponto de encontro, um ponto de interseção dos nossos compromissos, um compromisso com um setor tão importante, sensível que é a área da Saúde. Vamos encontrar esse ponto de interseção, que seja satisfatório.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PFL-TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Darcísio.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PFL-TO) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido. Fiquei encantado com as palavras do Senador Amir Lando, com as citações que S. Ex^a fez, de forma nenhuma vou imitá-lo, mas Saint-Exupéry diz que “o essencial está no invisível”. E vou tentar aqui mostrar o invisível que o Gover-

no não quis ver – o meu Partido agora está na base do Governo.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Amir Lando, porque S. Ex^a reconheceu que a situação é gravíssima e dramática na Saúde, apesar dos nossos avanços; e V. Ex^a ajudou a construir a Emenda nº 29 há quatro anos atrás, foi o nosso parceiro. Conseguimos avançar.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, quem sou eu para fazer frente ao constitucionalista e advogado, Senador Amir Lando, mas pelo amor de Deus, vamos voltar a discutir, V. Ex^a vai ler com atenção e vamos trabalhar na convergência, com absoluta certeza e na concórdia, mas aqui há formadores de opinião e precisamos colocar: a Emenda nº 31 é absolutamente clara: ações de combate à pobreza são suplementares, são adicionais, e o governo anterior cumpriu – chequei agora com a Comissão de Orçamento e tenho aqui uma cópia para os jornalistas – e adicionou, não fez buraco e não tapou. V. Ex^a verá os pareceres do Ministério da Fazenda e do Planejamento, que o deixarão surpreso. Queira Deus que não tenha sido estagiário, porque o Malan também contratou advogados bons para tentar explodir a Emenda nº 29, nesta Casa, quando veio para cá, e conseguimos derrubar.

Superávit primário? É claro, Senador Amir Lando, ao longo dos 30 anos, a gastança pública no Brasil foi como nunca, sem responsabilidade, prefeitos, governadores, presidentes...

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Também vou precisar do contraditório.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PFL-TO) – Vou chegar lá. O superávit primário, o Presidente Lula enfrentou com coragem 2003, mas estamos falando de 2004, do futuro. Aplaudo, foi duro, mas havia todo o terrorismo político do ano passado que o Lula enfrentou com coragem. Estamos falando de 2004, e os indicadores aumentam cada vez mais.

Da resolução do Ministério da Saúde que V. Ex^a quis desqualificar, nós podemos discuti-la. O Governo Federal domina.

Em relação a saneamento, é óbvio que a Funasa fez saneamento, mas não colocar dinheiro do Ministério das Cidades dentro do Orçamento de 2004 como se fosse da saúde.

Para encerrar, gestão da saúde, foram reduzidas nos últimos 6 anos, 500 mil internações por mês. A descentralização – que foi acusada aqui – permitiu maior racionalização, diminuiu o desvio. Claro que há problemas ainda. Houve melhora substancial, mas

precisa mais. A questão toda é que os pactos não podem ser rompidos, nem os internacionais e os internos. E um pacto está sendo rompido, o que é inconstitucional.

É difícil continuar a vida só com palavras, eu citaria, assim: "Quem sonha acorda no futuro", de Mário Quintana, para encerrar. E a coragem traz o futuro para o presente. Convido V. Ex^a para nos ajudar, a conversar mais, a ter um futuro melhor, não rompendo o pacto da Emenda nº 29, não misturando o pior com o pior, o doente com o doente, confundindo.

E, para encerrar, vou pegar uma pincelada do Deputado Gouvêia, que não sei se os formadores de opinião presentes e os Srs. Senadores pegaram: a proposta de LDO veio assinada pelo Presidente Lula, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Ela veio para cá. Aquele veto da LDO não foi feito por nenhum deputado da saúde ou senador, foi o Lula que mandou em junho a LDO e, surpreendentemente, S. Ex^a colocou o veto.

Acredito que o Presidente não foi orientado quando vetou e tenho certeza, Senador Amir Lando – e creio que V. Ex^a está perdendo o almoço no Palácio da Alvorada –, que V. EX^a irá com o seu coração generoso, com a esperança que é maior do que o Brasil essa esperança trazida do Rio Grande do Sul, pois a força do homem do norte enriqueceu o seu coração, que V. Ex^a coloque essa esperança, essa sua inteligência à disposição para não cometermos essa monstruosidade que o Pedro Malan tentou, mas não conseguiu. Sei que vamos trabalhar na concórdia, na convergência. V. Ex^a e o Senador Tião Viana, do PT, serão os grandes pilotos dessa concórdia para não cometermos essa monstruosidade. Encerrando com as suas últimas palavras: haverá, sim, vítimas, vítimas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Tem a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Sr. Presidente, evidentemente tive uma réplica à minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – É importante essa réplica, basicamente porque são dois companheiros do PMDB. Isso engrandece nossa discussão.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Serei muito breve.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Essa discussão deixo para o PMDB. Essa é dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pela saúde do Brasil.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Quero apenas dizer que a questão da LDO nem acrescenta nem retira o que está na Constituição até porque ela é uma lei, uma disposição infraconstitucional. Quer dizer, o que está na Constituição vale e plenamente. Volto a dizer: parece-me que esse ponto não traz, nem diminui, nem acrescenta. Havia uma certa orientação interpretativa, que, evidentemente, caiu, mas fica o texto constitucional auto-aplicável. Nesse particular, não há ganho nem perda. Não vejo como uma questão imperativa de se recuperar a disposição da LDO. Não entro na discussão. Realmente, as razões do veto publicado foram explícitas. Tenho aqui todas as razões, mas não vou lê-las para não tomar tempo e porque V. Ex^as as conhecem.

Volto a dizer: realmente, a Lei Complementar nº 111 explicita bem quais as ações do fundo de pobreza que devem atender na área de saúde. Esse ponto é convergente. Temos que estabelecer esses pontos de identidade para ver, realmente, o que nos separa. Nem tudo nos separa e nos une, mas já temos pontos em comum em cima dos quais podemos buscar aquilo que é a deficiência, que falta. Parece-me que esse é o raciocínio. Se partirmos de uma separação absoluta, volto a dizer a Emenda Constitucional nº 31 cria um fundo, fontes de receita que criam recursos e que podem ser empregadas em várias políticas públicas. Evidentemente, o combate à fome é uma delas, mas não é só. O contexto da pobreza é da deficiência, da carência, da falta. É aquela história. Estamos numa situação, mais ou menos, como aquela família que não tem pão. Todo mundo briga e ninguém tem razão. Realmente, estamos na carência de pão. Parece-me que esse é o ponto maior.

Haveremos de encontrar uma saída, que é uma saída do possível. O Governo apresentou essa solução dentro daquilo que entende uma exegese clara das normas tanto estabelecidas na Emenda nº 29 quanto na Emenda nº 31, sobretudo, inclusive, com a legislação complementar.

Agora, se há um terreno de diferença de desconto, vamos ver, vamos estabelecer uma ponte, porque queremos construir um futuro melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar da Saúde.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Sr. Presidente, tenho que sair e peço que V. Ex^a e os demais Srs. Senadores me perdoem. Não fujo à luta. É porque, realmente, há um compromisso. Talvez até se

possa resolver essa questão, em parte, que está faltando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Leve a nossa mensagem pela a saúde o Brasil.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB-MG) – Líder Amir Lando, V. Ex^a me dê apenas um minuto, porque a resposta será rápida. Em primeiro lugar, estava brincando, mas essa questão se resolve em casa. Fico mais preocupado com V. Ex^a do que com o Senador Tião Viana, porque S. Ex^a é mais radical, mas V. Ex^a é mais habilidoso. Temos que ter ser mais mineiro com V. Ex^a, senão vamos... Queria dizer o seguinte: primeiro, em relação à questão das emendas parlamentares, não sei se isso será uma solução lá na Comissão de Orçamento. Discutiremos isso lá, estou pronto a discutir isso, mas creio que teremos problema. Independentemente dessa questão das emendas, o veto da LDO está abrindo a possibilidade de os Estados fazerem todo tipo de artifício, para dizer melhor. Esse veto precisava ser corrigido.

E outra coisa que eu queria dizer, só como comentário final, é que, quando se falou aqui da questão da gestão e o senhor voltou ao assunto, com que concordo, temos de caprichar na gestão, mas foi citado aqui o exemplo da Rede Sarah, um exemplo de gestão, ninguém negará. A Rede Sarah é um exemplo de gestão. Mas ficamos muito tristes quando – por exemplo, a Rainha da Noruega foi lá, visitar a Rede Sarah – se faz o cálculo do número de procedimentos de consultas, de atendimentos, de exames, não dá R\$0,70 **per capita** por dia, mas 10 vezes mais. Isto é o que queríamos para o País: que o povo brasileiro tivesse acesso a uma Rede Sarah universal. Repito: o número de procedimentos de consultas, de atendimentos, de exames não dá R\$0,70 **per capita** por dia, mas 10 vezes mais. Isto é o que queríamos para o País: que o povo brasileiro pudesse ter acesso a uma Rede Sarah universal.

Quando se cita a questão da gestão, a Rede Sarah é um exemplo de gestão, mas trabalha com recursos adequados. E o que ficamos sentindo é que não há, em relação a esse caso, o respeito ao princípio da universalidade. Quer dizer, há realmente, como há em hospitais de servidores, em alguns hospitais do próprio Ministério da Saúde do Rio Grande do Sul, outra realidade em relação aos hospitais do Rio de Janeiro, do próprio Ministério.

Com relação a isso é que queríamos melhorar não só a gestão, mas também o financiamento. Contamos com o senhor, porque tenho certeza de que a sua sensibilidade nos ajudará. O Sr. Presidente pediu para eu encerrar, e depois o senhor pode até...

Quero, mais uma vez, agradecer a presença dos Srs. Senadores, agradecer à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Papaléo Paes pelo convite, porque fi-

camos aqui 3 horas – por 1 hora e 30 minutos estamos contribuindo para o Fome Zero, não é, Senador? –, discutindo saúde e financiamento da saúde. É isto que precisamos fazer: chamar a atenção da cidadania brasileira sobre a importância da saúde e o compromisso nosso e do Governo com a saúde.

Agradeço muito a oportunidade e conto realmente com os Senadores nessa mobilização, para garantir que a saúde não piore, sofrendo um golpe mortal com a Emenda nº 29, que lutamos 12 anos para conseguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu gostaria de cumprimentar e agradecer ao Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, bem como aos Deputados que nos visitam e que vieram enriquecer este debate, aos Srs. Senadores, e dizer ao Deputado Rafael Guerra que a Comissão se encontra à disposição a fim de convocar o Ministro para o debate ou para acompanhar a Frente Parlamentar da Saúde numa audiência com o Ministro. O que a Frente Parlamentar da Saúde entende, sei mais objetivo e correto, estaremos dispostos a colaborar.

Quero, por fim, cumprimentar o Senador Papaléo Paes e dizer da nossa alegria de tê-lo, mais uma vez, presidindo esta Comissão, um tributo que fazemos à pessoa de S. Ex^a pela lealdade, pela presença constante na Comissão e pela importância que a Saúde tem dentro da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Temos dois requerimentos, dando seqüência à pauta da nossa reunião de hoje:

“Sr. Presidente, nos termos do art. 13, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam considerados como missão os dias 14, 15 e 16 de outubro corrente, tendo em vista que estarei participando de compromisso político inadiável no Estado do Maranhão.

Sala das Sessões, outubro de 2003. – Senadora **Roseana Sarney.**”

Do Gabinete do Senador Augusto Botelho:
Requerimento à CAS, de 2003.

“Requeiro, nos termos do art. 93, §1º, do Regimento Interno, sejam acrescentados aos itens já listados do Requerimento nº 06, de 2003, e 36, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, ambos de autoria do Senador Tião Viana, aprovados em 13/03/2003 e

28/08/2003, respectivamente, os seguintes: Centro de Educação Tecnológica Paulo A. Sousa, Professor Alfredo Colense Júnior, Vice-Presidente, Praça Coronel Fernando Prestes, nº 74, São Paulo, Capital, CEP citado aqui; Sindicato dos Tecnólogos do Estado do Acre – Sintac, com as devidas especificações abaixo; Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, também com as devidas especificações.”

Sala das Sessões, – Senador **Augusto Botelho.**”

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Queremos agradecer à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, que, juntamente com os Membros desta Comissão, proporcionou este evento extremamente importante para o Senado Federal, que é a discussão de um tema extremamente importante também para a Saúde brasileira, por intermédio do Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, Deputado Rafael Guerra.

Quero agradecer a presença dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, que colaboraram muito para que possamos reforçar essa luta pela Saúde brasileira; aos Srs. Assessores e Parlamentares que estão aqui presentes; aos Srs. Membros e Profissionais da Imprensa aqui presentes e a todos aqueles que prestaram apoio eficiente para que pudéssemos ter essa brilhante audiência pública.

Muito obrigado e uma boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 13h33min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES Comissão de Assuntos Sociais

Ata Da Trigésima Reunião (Extraordinária) Da Comissão De Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura realizada dia 22 de outubro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e quinze minutos, do dia quinze de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FATIMA CLÉIDE, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, JONAS PINHEIRO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO,**

TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, CÉSAR BORGES, LEONEL PAVAN E OSMAR DIAS. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item 1) OFÍCIO “S” Nº 14, DE 2003, que “Encaminha ao Senado Federal documento contendo o conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da Previdência Social”. Autor: Ministério da Previdência Social. Relator: senador Antônio Carlos Valadares. Relator “Ad Hoc”: Senador Flávio Arns. Parecer: que seja dado conhecimento à Comissão e posterior arquivamento. Resultado: aprovado. Item 15) REQUERIMENTOS NºS 50, DE 2003 e 51, de 2003 – CAS que “Solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS 191, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Carlos Antônio da Rocha Vicente, Secretário de Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Beto Veríssimo, do Instituto Homem e Meio Ambiente na Amazônia; Sr. Ronald Polanco, Deputado Estadual do Acre; Sr. Marcus Barros, Presidente do IBAMA; Srª Marta Becker, pesquisadora e Dr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Autores: senadores Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Teotônio Vilela Filho. Resultado: aprovados. o nº 50, com adendo do senador geraldo mesquita, acrescentando o nome do representante do mst, senhor joão paulo rodrigues chaves e o nº 51, com adendo do senador flávio arns, acrescentando representante do ministério da agricultura. Discutiu a matéria os Senadores Flávio Arns, Teotônio Vilela Filho, Sibá Machado e Geraldo Mesquita. Foram adiados os demais itens da Pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **José Roberto Assumpção Cruz**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão,. **Notas Taquigráficas da Reunião do dia 22 10 2003****

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação da seguinte pauta: Ofício nº 14, de 2003; Requerimento nº 50 e 51, de 2003; Projetos de Lei do Senado nºs 313, de 1999; nº 134, de 2000; nºs 32, 57, 75, 85, 111, 126, 145, 166, 179, de 2002; e nºs 19 e 297, de 2003.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de comunicar à Comissão que, na página da Comissão de Assuntos Sociais, na **internet**, vai haver um **link** com a Biblioteca. Esse trabalho da Biblioteca do Senado Federal é um trabalho que veio enriquecer a nossa Comissão e trazer aos Srs. Senadores uma bibliografia que vai ser apresentada agora, neste momento, pelos funcionários da Biblioteca.

Eu gostaria de merecer a atenção dos Srs. Senadores para essa inovação que estamos inaugurando hoje na Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra a Dr^a Simone Bastos Vieira, Diretora da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal.

A SRA. SIMONE BASTOS VIEIRA – Bom dia a todos os Exm^{os}. Srs. Senadores. Para a Biblioteca do Senado Federal, é uma grande honra poder mostrar um pouco do nosso trabalho, principalmente sabendo como a Senadora tem valorizado essa parte intelectual, a parte de produção sobre assuntos sociais em nosso País.

(Exibição da página da Biblioteca do Senado Federal na **internet**)

Neste momento, então, vamos mostrar as novas aquisições da Biblioteca do Senado Federal de interesse da Comissão de Assuntos Sociais.

Clicando, então, nessa parte, vamos ter acesso aos livros específicos. Então, aí, temos a capa, o mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil. Clicando, tem-se, então, acesso ao sumário completo do livro: prefácio, introdução, dados, metodologia, caracterização do mercado.

Clicando no número de classificação, podemos já verificar se esse livro está disponível para empréstimo e também se pode ser feita pela internet a solicitação de reserva do livro. Esse livro, então, é encaminhado aos Exm^{os}. Senadores no momento em que desejarem.

Vamos passar uma vista geral em todos os livros. É uma lista em que constam os temas que estão sendo debatidos, não é? A insegurança pública; mulher no espaço privado; sem limite, inclusão de portadores de deficiência física e visual; direito de igualdade racial; combate à fome e pobreza rural. Bom, esses são alguns dos livros selecionados.

Retornando a nossa página, podemos, clicando na palavra 'periódicos', ter acesso às capas das revistas especializadas. Então, temos o Banco de Idéias; clica-se na capa e se tem acesso ao sumário da revista. Nós temos aí os temas 'sociedade', 'matéria de carga', 'liberalismo', os destaques dos livros.

No caso de 'democracia viva', por exemplo, clicando na palavra mais uma vez, está o acesso ao sumário do periódico, com todos os números. Vejam, V. Ex^{as}, do número cinco ao número primeiro.

E, acessando o número da revista, especificamente, temos os 'artigos'. As cópias desses artigos também podem ser solicitadas pelos Exm^{os}. Senadores pela **internet** ou encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para distribuição.

Este trabalho foi solicitado pela nossa Senadora, a pedido justamente da Comissão de Assuntos Sociais, de tal forma que teremos, a partir dessa solicitação, uma atualização mensal de todo o acervo da Biblioteca pertinente a assuntos sociais ou, também, aos temas que estão sendo debatidos, emergenciais e pontuais, da Comissão de Assuntos Sociais.

Exm^{os}. Srs. Senadores, gostaríamos de agradecer esta oportunidade e parabenizar a Exm^a Sr^a Senadora pela iniciativa e pelo pedido.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Nós agradecemos a equipe da Biblioteca do Senado por este trabalho, que, sem dúvida nenhuma, enriquecerá os trabalhos desta Comissão.

Comunico também aos Srs. Senadores que todos os itens da pauta contêm documentação e bibliografia correspondente ao assunto que está sendo discutido. Esse material é fornecido também pela Biblioteca e se encontra na mesa. Se algum dos Srs. Senadores desejar se aprofundar no assunto aqui discutido, temos todo esse material à disposição.

Agradeço a todos.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, gostaria de comunicar que hoje vamos fazer um protesto contra o corte no Orçamento da Saúde. Convido os Srs. Senadores para estarem às duas horas na Câmara dos Deputados, a fim de que possamos fazer

um trabalho conjunto para a recuperação do Orçamento da área da Saúde, no Orçamento da União.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr^a Presidente, quero parabenizar V. Ex^a e, também, os profissionais da Biblioteca, que têm sido sempre extremamente atenciosos, solícitos e profissionais. Tenho certeza de que a nobre iniciativa vai contribuir bastante para que tenhamos todas as informações nesta Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com os outros itens – orçamento, programas e execução orçamentárias. São Comissões fundamentais em termos de desafio da inclusão social.

Parabéns pela iniciativa.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Comunico aos Srs. Senadores que, no final do mês, estará aqui conosco o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Finlândia. Nesta oportunidade, passarei o ofício para cada um de V. Ex^{as}, informando a data. Aqueles Srs. Senadores que puderem estar presentes muito honrarão este evento que iremos promover aqui, nesta Comissão.

Passemos ao itens da pauta.

A maioria dos itens da nossa pauta de hoje são terminativos. Como nós estamos com a leitura do Projeto da Reforma Tributária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, colocaremos em votação apenas um item não-terminativo e, posteriormente, marcaremos nova reunião para que possamos, ainda nesta semana, votar alguns projetos que já estão há duas semanas aguardando votação nesta Comissão.

Ofício S-14, de 2003, encaminha ao Senado Federal documento contendo conjunto de ações a serem implementadas no decorrer do ano de 2003, no âmbito da Previdência Social, de autoria do Ministério da Previdência Social. O Relator é o nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: que seja dado conhecimento à Comissão e posterior arquivamento.

Solicito ao nobre Senador Flávio Arns que seja o Relator **ad hoc** deste Ofício.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Nobre Sr^a Presidente, quero apenas indagar de V. Ex^a se a leitura do relatório do nobre Senador Antonio Carlos Valadares não foi feita na outra reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não.

O SR. RELATOR AD HOC (Flávio Arns) – Inclusive, foi alterado porque tivemos um debate aqui sobre este assunto e, pelo que a Assessoria informa, houve alteração do parecer.

Então, passo a ler o relatório do Senador Carlos Valadares.

O Ministério da Previdência Social encaminhou ao Senado Federal, em 8 de maio de 2003, documento elaborado pela Secretaria Executiva do Ministério, que contém conjunto de ações a serem implementadas no decorrer de 2003, no âmbito da Previdência Social. E, de acordo com o art. 90, IX, arts. 97 e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão estudar e emitir parecer sobre o documento.

O processado foi devolvido a esta Comissão, com relatório de fls. 4 a 10, com o item III denominado voto, alinhavado nos seguintes termos:

Em vista das considerações apresentadas, o voto é pela aprovação total do documento que especifica as ações a serem implementadas, em 2003, no âmbito da Previdência Social.

Durante a reunião desta Comissão, foi substituído o relatório acima noticiado somente no tópico 3º, com o fito de denominá-lo de conclusão em vez de voto e finalizá-lo nos seguintes termos:

As considerações apresentadas evidenciam que a iniciativa do Ministério da Previdência Social de encaminhar para ciência e análise o documento MS 2003 é digna de louvor.

Nesses termos, a conclusão é pela ciência e arquivamento do documento.

Na oportunidade, é bom lembrar que as substituições acima aduzidas se fundamentam no fato significativo de atender à correta técnica legislativa, pois tal documento não é uma preposição a fim de receber voto ou aprovação. Em outros termos, não se pode fazer um juízo de valor sobre o referido documento para fins de aprová-lo ou rejeitá-lo à semelhança de uma proposição. O juízo axiológico deve ser no âmbito de competência do Parlamento em fiscalizar o Poder Executivo.

Nesse sentido, o processado retornou para reexame em vista das considerações feitas pelos ilustres Senadores Sérgio Cabral e Flávio Arns. Todavia, no tópico seguinte, serão apresentadas as considerações feitas por esses eméritos Senadores. Neste momento, é mister apenas expor o conteúdo do Ofício S/14, se não vejamos:

Trate-se da apresentação do conjunto de ações a serem implementadas no decorrer de 2003 nas diversas áreas de atuação da Previdência Social, aprovadas pelo Ministro de Estado da Previdência Social, em reunião com seus dirigentes, em 27 de fevereiro de 2003. As ações estão segmentadas pelas áreas

diretamente responsáveis. No âmbito do INSS, são discriminadas as pertinentes à Diretoria de Benefícios, à Diretoria de Receitas Previdenciárias, à Procuradoria-Geral e ao Setor de Recuperação de Créditos.

Complementam a apresentação as ações do Conselho de Recursos da Previdência Social e do próprio Ministério da Previdência Social, mediante atuação da Secretaria da Previdência Social.

Em linhas gerais, são as seguintes as principais ações das áreas mencionadas:

I. Do INSS, Diretoria de Benefícios, prioridades ou reconhecimento de direitos, monitoramento dos pagamentos emitidos, a transferência de manutenção de pagamento de benefícios para outros órgãos e a revisão de benefícios.

Passo a ler somente os títulos.

II. Trata da Diretoria de Receitas Previdenciárias, cujas prioridades constam na recuperação de créditos, controle de evasão e combate à sonegação, integração físico-contribuinte.

III. Aperfeiçoamento de rotinas e controles internos e também propostas diversas de alterações legais. Como meta, objetivo de atuação: INSS e Procuradoria-Geral, que também têm a meta definida: o controle de evasão, agilização dos processos de cobrança e incremento da arrecadação, pacificação de teses nos Tribunais Superiores – que, aliás, é um grande debate que acontece no Brasil –, preparação para ampliação de competência dos Juizados Especiais federais e melhorias dos sistemas de controle de ações judiciais.

IV. Ministério da Previdência Social, Secretaria de Previdência Social. Meta: reduzir a inadimplência, a sonegação e a fraude, medidas administrativas diversas, medidas legais, sugestão de vários projetos de lei em que estão como sugestões, também, inclusive a alteração da Loas, que sempre considero uma aberração. Insisto em dizer que o Ministério da Previdência deveria sugerir para o Ministério da Assistência a questão de alteração da Lei Orgânica da Assistência Social, mas o Ministério da Previdência insiste em açambarcar atribuições, ao arrepio do Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social decide as coisas, e o fiscal do INSS, que é representante do Ministério da Previdência no Conselho Nacional de Assistência Social, pode apelar para o seu próprio Ministro, para mudar da decisão de todo um colegiado. Ou seja, há uma inversão absoluta de valores, e o Ministério da Previdência não se dá conta de que está atuando, nesse aspecto, na

contramão daquilo que toda a sociedade brasileira julga correto. Quer dizer, o Conselho Nacional de Assistência Social, órgão paritário do Governo e da sociedade civil, também deve ter a palavra final nesses assuntos. Mas esperamos que essa aberração do Ministério da Previdência contra o movimento da assistência social possa, ainda, ser corrigido.

Passa-se à análise, na sequência.

Cabe elogiar a iniciativa do Sr. Ministro de Estado da Previdência de encaminhar a esta Casa o documento objeto do presente parecer. Tal iniciativa deixa clara a sua preocupação com a transparência da ação pública perante a sociedade civil, que este Parlamento representa.

O presente documento trata de diversas questões afetas à gestão da Previdência Social, como mencionamos há pouco. Embora entendamos que as análises específicas e aprofundadas de tais proposições legislativas serão aqui posteriormente empreendidas, o início da reflexão sobre essas matérias é oportuno e útil. Nesse sentido, analisam-se superficialmente os contextos primordiais que norteiam as propostas mais relevantes.

Com relação às principais propostas do INSS, cabe analisar as justificativas básicas relacionadas à intenção de revogar a contribuição substitutiva, tanto da associação desportiva que mantém a equipe de futebol profissional, quanto da agroindústria e do produtor rural.

No primeiro caso, a fundamentação básica é que, diante da profissionalização do setor, a contribuição empresarial, que equivale a 5% da receita bruta decorrente de espetáculos desportivos e de outras rendas vinculadas, passou a representar verdadeira renúncia fiscal. Assim, caberia igualar a associação desportiva de futebol às demais empresas que recolhem sobre a folha de pagamento.

No segundo, a intenção é reduzir a perda de receita proveniente da contribuição da agroindústria e do produtor rural, que recolhem sobre a receita bruta da comercialização da produção rural. A idéia é também igualá-los às demais empresas, ou seja, recolhimento sobre folha de pagamento.

No que respeita às principais propostas do Ministério da Previdência Social, as justificativas básicas são as seguintes:

a) com relação às entidades beneficentes da assistência social, a intenção é transferir atribuições do Conselho Nacional de Assistência Social para outros órgãos, de forma que os quesitos, para efeito de imunidade, passem a ser comprovados pelos órgãos ar-

recadadores das contribuições isentáveis, e a análise da contabilidade fica a cargo de auditores fiscais e do TCU;

b) no que diz respeito às Comissões de Conciliação Prévia, o que se busca é coibir a prática usual de considerar a quase totalidade dos valores acordados, como parcela indenizatória, e, com isso, fugir da contribuição devida;

c) quanto ao reconhecimento administrativo-judicial de vínculo empregatício apenas mediante recolhimento, o que se quer é impedir a seguinte situação muito usual: segurado o trabalho sem registro, aguarda o INSS perder, por decadência, o direito de cobrar de empresas as contribuições devidas, e, depois, comprova o vínculo, mediante justificação, com documentos da própria empresa, fruto de conluio empregado/empresa;

d) a mudança do salário de contribuição do contribuinte, pessoa jurídica, que presta serviço profissional à empresa, visa coibir os efeitos negativos da seguinte prática, cada vez mais comum: empresa substitui a contratação de empregado pela contratação dessa mesma pessoa, mas como pessoa jurídica especialmente constituída para essa finalidade, conseguindo, assim, livrar-se da contribuição patronal para a Previdência;

e) a extinção da sub-rogação na letra “e” objetiva anular a ação dos intermediários, “laranjas”, que descontam e não recolhem as contribuições dos produtores rurais e a sonegação decorrente de informalidade nas operações de venda, passando os produtores a recolher suas contribuições juntamente com as descontadas dos seus empregados e, ao mesmo tempo, para incentivar a formalização dos empregos no campo, busca-se instituir mecanismo de crédito de parte das contribuições descontadas e recolhidas dos trabalhadores para compensar as devidas por empregador;

f) com relação à contribuição patronal substituíva para toda a cadeia de execução de obras públicas, o que se espera é reduzir a alta sonegação existente, substituindo a contribuição patronal sobre folhas de salários por uma contribuição específica sobre o valor do contrato de empreitada global;

g) o estabelecimento de carência mínima para pensão, auxílio-reclusão e salário-maternidade de domésticas busca coibir os abusos que têm sido verificados, como, por exemplo, inscrição de segurado em estado terminal ou já condenado à prisão e de empregada doméstica no final da gravidez;

h) a exigência de comprovação de regularidade perante a Previdência Social para fins de dedução dos gastos com Previdência Complementar para efeito de Imposto de Renda cumpre o objetivo de aumentar a cobertura previdenciária junto a profissionais de classe média alta;

i) a modificação da Lei de Execuções Fiscais visa tornar a penhora de renda do devedor um procedimento normal nas execuções fiscais. Aliás, o presente ofício serve de início para os debates legislativos, de modo que, quando tais medidas foram ofertadas ao Congresso Nacional, este, vigilante sobre algo concreto, pode questionar eficácia, conveniência e oportunidade de uma ação desse jaez.

Nesses termos, a conclusão é pela ciência e arquivamento do documento com as ressalvas acima identificadas.

Senador Antonio Carlos Valadares, Relator, e eu próprio, como Relator *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação do parecer, que conclui pelo conhecimento da Comissão e posterior arquivamento do documento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 50, de 2003:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal sejam convidados para prestarem informações, em audiências públicas, na CAS, sobre políticas públicas de incentivo ao reflorestamento de áreas degradadas, objeto do PLS nº 191, de 2003, em análise por esta Comissão, o Sr. Carlos Antônio da Rocha Vicente, Secretário de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Beto Veríssimo, do Instituto Homem e Meio Ambiente na Amazônia, o Deputado Estadual do Acre Ronald Polanco, o Presidente do Ibama, Sr. Marcus Barros, e a pesquisadora Marta Becker. Sala das sessões Florestan Fernandes, em 15 de outubro de 2003.

Senador Sibá Machado.

Em discussão o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr^a Presidente, para efeito de correção, onde se diz Marta Becker, leia-se Berta Becker. Há um erro de digitação: Berta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito bem.

Em discussão o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Creio que, diante da última reunião que fizemos sobre o assunto, essas são as pessoas que consideramos que poderiam contribuir para o projeto. Queremos aproveitar o máximo da essência da idéia do Senador Valdir Raupp, para que possamos incrementar o maior número de sugestões circulantes hoje nos debates do PAS, do PPA e de tantas outras alternativas dos grupos interministeriais criados pelo Governo. Estão todos trabalhando as sugestões para a Amazônia, como redução de desmatamento, recomposição de áreas alteradas, assim por diante.

Portanto, essa é uma das idéias que se poderão somar às outras. Então, neste caso, quero pedir a aprovação do requerimento, para que possamos enriquecer essas sugestões, a fim de que o parecer final do projeto também seja enriquecido ao máximo.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, gostaria de indagar se há entre, as pessoas que estão convidadas – faço a indagação ao Colega Sibá Machado –, alguém que esteja ligado à questão de reflorestamento também.

Faço esse questionamento, porque, ontem, por exemplo, conversei com pessoas que têm reflorestamento no Estado do Pará e que me mostraram as iniciativas possíveis para que, em 30 anos, toda uma área que porventura seja explorada é inteiramente recuperada. Existe um grande debate nesse sentido no Brasil. Não sei se existe alguém dessa área que estaria participando desse debate. Se não houver, é possível incluir? Qual é a idéia de V. Exª?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O Sr. Carlos Antônio da Rocha Vicente é o Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que trata tanto das nativas, quanto das de cultivo. Mas há uma pessoa da área empresarial cuja contribuição seria muito rica. Se V. Exª tiver alguma sugestão de nome, seria muito importante acrescentá-la.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Não tenho, mas creio que seria interessante para termos o contraponto. Se isso, por exemplo, continuaria sendo uma questão do Ministério do Meio Ambiente ou se, por ser uma atividade econômica, passaria para o Ministério da Agricultura. Poderíamos pensar em um nome para contribuir e para termos os dois pontos de vista.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, é possível, daqui para a próxima semana,

pensarmos nessa segunda alternativa e apresentarmos em seguida, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Cara Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão, sugiro também ao companheiro Senador Sibá Machado, se possível, a inclusão de representantes, na relação para o debate, dos movimentos sociais. Sugiro, por exemplo, o nome do companheiro João Paulo, Líder do MST, que poderia, como os demais, dar a visão do movimento social acerca da questão, talvez contribuindo de forma decisiva para o enriquecimento do debate que aqui está sendo travado em torno dessa questão. Ofereço a sugestão do nome do João Paulo, Líder do MST, dirigente do movimento, para que aqui, como os demais, possa conosco debater a questão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Sibá Machado, V. Exª concorda que seja acrescido, na sua relação, o nome do representante do MST?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Plenamente, Srª. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação o requerimento do Senador Sibá Machado, acrescido do nome do representante do MST – João Paulo Rodrigues ou João Pedro Stédile.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 51, de 2003, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Teotônio Vilela Filho.

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exª que seja convidado o Dr. José Carlos Carvalho, Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, ex-Ministro do Meio Ambiente, para, em audiência pública, debater com os Srs. Senadores o Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL) – Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, a motivação que nos levou, a mim e ao Senador Eduardo Azeredo, a propor o nome do Dr. José Carlos para participar dessa audiência pública, por mais méritos que traga a sua função de ex-Ministro do Meio Ambi-

ente e de atual Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, é o fato de ele ser hoje o Presidente do Comitê da Bacia do rio São Francisco.

As discussões em torno da revitalização do rio São Francisco, todas elas têm um componente fundamental nesse processo da revitalização, que é justamente a reconstrução, a reposição das matas ciliares. Elas foram dizimadas, e, com isso, a erosão e o conseqüente assoreamento têm prejudicado muito a vida dos que se utilizam do rio São Francisco, seja para a navegação, seja para a pesca, seja para múltiplos usos das águas. Por isso, o rio São Francisco precisa ser revitalizado. E o Governo Federal, mais uma vez, diante da retomada da discussão sobre a transposição das águas do São Francisco, evidentemente reconhece que a questão da revitalização precede qualquer obra de transposição.

Pois bem, quero deixar claro meu apoio a esse projeto que estimula a reposição das matas. É muito importante o depoimento do Dr. José Carlos, Presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, que tem participado de todos os debates em torno do assunto. Tenho certeza de que ele dará uma contribuição bastante significativa acerca da importância que o reflorestamento e a recomposição das matas ciliares têm na revitalização daquele rio, o chamado rio da unidade nacional, o Velho Chico, como os nordestinos carinhosamente o chamam.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos providenciar a audiência pública, acrescida do nome sugerido pelo Senador Flávio Arns. Ficamos aguardando mais esse nome do representante do Ministério.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais deverá ser realizada hoje, às 18 horas, aqui neste plenário.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero lembrar a todos da Comissão que, hoje, os portadores de deficiência apresentarão os resultados de um belo trabalho que desenvolveram com bastante profundidade, bem prático, em termos de barreiras existentes no Senado Federal. É preciso tornar o ambiente do Senado acessível a todos os portadores de deficiência, sejam deficientes físicos, sejam auditivos, sejam visuais.

Eles percorreram todos os ambientes do Senado, todos os cantos, as galerias, as comissões, a biblioteca, os banheiros, tudo. E a **TV Senado** fez um trabalho extraordinário, filmando e fotografando o grupo em sua visita a esta Casa. O 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, também participou desse vídeo. Hoje à tarde, serão apresentados os resultados a esta Subcomissão, que, por sua vez, vai apresentá-los depois à Comissão de Assuntos Sociais. Afinal, a Subcomissão pertence àquela Comissão. Finalmente, levaremos os estudos ao Presidente Sarney, a fim de adaptarmos todo o contexto do Senado Federal. Acredito que essa iniciativa de tornar os ambientes acessíveis será uma referência para assembleias legislativas e câmaras municipais de todo o Brasil.

Portanto, resalto a importância de as pessoas estarem presentes às 18 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em face da importância do relatório da reforma tributária, que está sendo lido agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e não havendo **quorum** qualificado para votação de matérias terminativas, encerramos a presente reunião.

Esta Presidência convoca V. Ex^{as} para que amanhã, no mesmo horário, estejamos aqui para votar as matérias pendentes de votação.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata Da Trigesima Primeira Reunião (Extraordinária) Da Comissão De Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura realizada dia 23 de outubro de 2003, quinta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e cinco minutos, do dia vinte e três de outubro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, NEY SUASSUNA, EDISON LOBÃO, JOSÉ AGRIPINO, MARIA DO CARMO ALVES, ROSEANA SARNEY, EDUARDO AZEREDO, TEOTÔNIO VILELA FILHO, REGINALDO DUARTE, AUGUSTO BOTELHO, JUVÊNCIO DA FONSECA, PATRÍCIA SABOYA GOMES, TIÃO VIANA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, JOÃO RIBEIRO,**

LEONEL PAVAN E OSMAR DIAS. A Senadora **ANA JÚLIA CAREPA** justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise da seguinte pauta: **Item um: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vôos comerciais interestaduais”. Autor: senador Lauro Campos. Relator “Ad Hoc”: senador Eurípedes Camargo. Parecer: pela aprovação do Projeto. Discutiram a matéria os Senadores Ney Suassuna, Geraldo Mesquita Júnior, José Agripino e Tião Viana. Resultado: rejeitado o projeto, com voto contrário do Senador Tião Vianna. **Item dois: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Dispõe sobre a profissão de artesão”. Autor: senador Francelino Pereira. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: apreciação adiada. **Item três: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Altera o artigo 12 da lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluïrem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante”. Autor: senador Carlos Bezerra. Relator: senador Demóstenes Torres. Parecer: pela aprovação do Projeto com uma emenda. Resultado: apreciação adiada. **Item quatro: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Altera a lei nº 9313, de 13 de novembro de 1996, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS”, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites e os doentes com hepatites crônicas”. Autor: senador Tião Viana. Relator: senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: pela aprovação do Projeto e da emenda de autoria do senador Antônio Carlos Júnior, e pela apresentação de uma emenda. Discutiram a matéria os Senadores Ney Suassuna, Tião Viana, Geraldo Mesquita Júnior, Osmar Dias, Flávio Arns, César Borges, Mão Santa, E Antônio Carlos Valadares. Resultado: aprovado o Projeto com as Emendas nº 1 e 2 – CAS. **Item cinco: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Autoriza o saque do saldo total das contas individuais, pertencentes aos trabalhadores inscritos nos programas PIS e PASEP,

se o titular da conta encontrar-se desempregado. Autor: senador Carlos Wilson. Relator: senador José Agripino Maia. Parecer: pela rejeição do Projeto. Resultado: rejeitado o Projeto. **Item seis: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Inclui parágrafos no artigo 2º, da lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”. Autor: senador Ademir Andrade. Relator: senador Tião Viana. Parecer: pela aprovação do Projeto na forma de um substitutivo. Resultado: apreciação adiada. **Item sete: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências”. Autor: senador Teotônio Vilela Filho. Relator “Ad Hoc”: senador Juvêncio da Fonseca. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: retirado de pauta a pedido do Relator. **Item oito: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Altera o artigo 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1946 (fixa o peso máximo de vinte quilograma que um empregado pode remover, individualmente). Autor: senador Marcelo Crivella. Relator: senador Ney Suassuna. Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos de um substitutivo. Discutiram a matéria os Senadores Juvêncio da Fonseca, César Borges, Ney Suassuna, Mão Santa e Marcelo Crivella. Resultado: aprovado Requerimento do Senador Mão Santa para realização de audiência pública. **Item nove: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 2003 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Altera a redação dos artigos 60 e 64 da lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autor: senador Paulo Paim. Relator: senador Garibaldi Alves Filho. Parecer: pela aprovação do Projeto. Resultado: encerrada a discussão a votação foi adiada por falta de quorum qualificado (art. 109 – RISF). **Item dez: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 1999 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Autoriza o poder executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais”. Autor: senador Geraldo Cândido. Relator: senador Leomar Quintanilha. Parecer: pelo arquivamento do Projeto. Resultado: apreciação adiada. **Item doze: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA**, que “Regula o exercício da profissão

de "sommelier" e dá outras providências." Autor: senador Edison Lobão. Relator: senador José Agripino Maia. Parecer: pela aprovação do Projeto nos termos de um substitutivo. Observação: sendo aprovado o substitutivo, a matéria irá a turno suplementar na próxima reunião (arts. 92 e 282 – RISF). Discutiram a matéria os Senadores Edison Lobão, Ney Suassuna e Flávio Arns. Resultado: aprovado, nos termos da Emenda nº 1 – CAS (Substitutiva). A matéria irá a turno suplementar na próxima reunião (art. 282 – RISF).

Item treze: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2002 – DECISÃO TERMINATIVA, que "Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, para estender aos beneficiários do Seguro-Desemprego a concessão de Vale-Transporte". Autor: senador Maguito Vilela. Relator: senador Flávio Arns. Parecer: pela rejeição do Projeto. Observação: em 24/04 foi concedida vista à Senadora Íris de Araújo. Devolvido com voto em separado concluindo pela aprovação do Projeto. Resultado: apreciação adiada. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta da Comissão. **Notas Taquigráficas da Reunião do dia 23/10/2003**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação da seguinte pauta:

Projetos de Lei do Senado nº 313/1999; Projeto de Lei nº 134/2000; Projetos de Lei nºs 32, 57, 75, 85, 111, 126, 145, 166 e 179, de 2002; Projetos nºs 19 e 297, de 2003.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 32/2002, decisão terminativa. Concede passo livre à pessoa portadora de deficiência comprovadamente carente nos vãos comerciais e interestaduais.

Autor: Senador **Lauro Campos**.

Relatora: Senadora **Íris de Araújo**.

Relator ad-hoc: Eurípedes Camargo.

O parecer é pela aprovação do projeto.

Esclareço que na reunião do dia 24 de agosto, encerrada a discussão a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado, de acordo com o art. 109 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, passa-se à votação do Projeto de Lei nº 32/2002.

Enquanto aguardamos a chegada de dois Senadores, passamos ao Item 3 da pauta.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr^a Presidente, desejo pedir a V. Ex^a preferência para a votação do Item 13, o que poderia ocorrer após o Item 3, se V. Ex^a estiver de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Vamos colocar em discussão o Item 3:

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Nobre Senadora, eu pediria a inversão também, se possível, após o Item 13, para o Item 6 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Vamos colocar em votação, porque o Relator do Item 3, o Senador Demóstenes, solicitou que fosse adiada em razão da ausência de S. Ex^a aqui hoje.

Vamos colocar em votação o Item 13.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13:

Projeto de Lei do Senado nº 179/2002 – decisão terminativa, que regula a profissão de **sommelier**, e dá outras providências.

Autor: Senador Edison Lobão.

Relator: Senador José Agripino Maia.

O parecer é pela aprovação do projeto, nos termos de um substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para proferir seu parecer.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em análise é da autoria do Senador Edison Lobão. Reputo um projeto de muito boa iniciativa, porque ele pretende, fundamentalmente, estimular a atividade turística, que é uma atividade altamente geradora de emprego. Este projeto regulamenta a profissão do **sommelier**.

A presença do **sommelier** em hotéis e restaurantes constitui um atrativo para turistas que procuram serviço mais sofisticado e diferenciado nesses estabelecimentos. A regulamentação sob exame não pretende criar uma reserva de mercado para a categoria do **sommelier**, mas contribuir para o incremento da melhoria da qualidade de nossos vinhos e tornar o turismo nacional mais atraente. Ou seja, o projeto apresentado pelo Senador Edison Lobão – que vou apreciar, analisar, sobre o qual vou me manifestar em seguida –, criando a atividade ou regulamentando a profissão de **sommelier**, tem o objetivo de prestigiar a atividade turística e estabelecer, com a existência desse profissional em bares e restaurantes de boa categoria, uma âncora capaz de atrair turistas sofisticados com capacidade de gastar.

O turismo que emprega é o operado para pessoas com poder aquisitivo. O turista com poder aquisitivo exige uma boa carta de vinhos, que deve ser sugerida pelo **sommelier**.

Gostaria apenas de fazer alguns reparos, algumas sugestões para aperfeiçoar o texto, porque entendendo que a iniciativa e o projeto do Senador Edison Lobão são bons, mas contribuir com acréscimos que, na minha visão, possam melhorá-los é minha obrigação e é o que estou sugerindo.

O projeto é meritório, Sr^a Presidente, entretanto, julgo necessário proceder a algumas modificações para aperfeiçoá-lo. Em primeiro lugar, em que pese o mérito da ABS de vir formando, ao longo dos anos, profissionais de alto nível, entendemos que a lei não poderia privilegiá-la em detrimento de outras entidades existentes ou que venham a existir. Assim, suprimimos a expressão presente no art. 2º: “**In fine** submetam-se ainda a exame prestado nas sedes regionais da ABS – Associação Brasileira de Sommeliers”.

Em segundo lugar, com a modernização das relações de trabalho que se persegue atualmente no Brasil, não se justifica estabelecer o piso salarial da categoria, até porque a quantia prescrita pela proposição poderia ser irrisória em alguns estabelecimentos e onerosa em outros. Julgamos que a livre negociação entre profissional tão especializado e o empregador deva ser a regra.

Em terceiro lugar, não há necessidade de explicitar no corpo do projeto que a jornada semanal de trabalho do **sommelier** será de 44 horas e que a remuneração do serviço extraordinário será 30% superior à hora normal. Quanto à jornada semanal, a Constituição Federal e a CLT já estabelecem esse limite. No que se refere ao serviço extraordinário, o acréscimo jamais poderia ser só de 30%, uma vez

que a Constituição Federal determina que seja de 50%.

Por último, baseando-nos na regulamentação do exercício da profissão de **sommelier** em Portugal, estamos apresentando o substitutivo no sentido de delinear com mais detalhes todos os aspectos e especificidades dessa profissão.

Apresento, em seguida, o voto favorável, na forma do substitutivo que apresento e que peço aos Srs. Membros que acompanhem, instituindo, desta forma, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a profissão de **sommelier**.

O voto é favorável, na forma do substitutivo que apresento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presente proposição é uma reapresentação do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 1997, de autoria do então Senador Gilberto Miranda, arquivado na última legislatura por não ter podido sequer avançar numa das comissões. Reapresentei o projeto na esperança de que ele pudesse obter aprovação não apenas na Câmara, quando lá chegar, mas, sobretudo, no Senado, a Casa de origem.

O Relator da matéria, Senador José Agripino, aperfeiçoa o projeto com as modificações que propõe. Em verdade, estamos à busca incessante do turismo em nosso País. O Brasil, país de grande extensão territorial e grande população, não consegue atrair senão 5 milhões de turistas por ano e este já foi um avanço.

Apenas Las Vegas, Sr^a Presidente, recebe por ano cerca de 35 milhões de turistas, enquanto que o Brasil patina em torno de 5 milhões de turistas. A profissão de **sommelier** é fundamental para o estímulo ao turismo no Brasil.

E a cultura do vinho vem se acentuando cada vez mais em nosso País. Hoje, há uma reclamação permanente, um desejo transparente de que se tenha em todos os bons restaurantes do País a figura do **sommelier**.

Daí por que apresentei esse projeto. Na verdade, reapresentei-o, porque, como disse no início, a iniciativa foi do Senador Gilberto Miranda, na esperança de que ele possa, afinal, ser aprovado e se constituir numa catapulta para o turismo em nosso País.

Peço, portanto, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que, raciocinando por esse lado, aprovelem o presente projeto.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Autor do projeto e Sr. Relator, sou favorável ao projeto. Porém, fico triste pelo fato de que não tenhamos uma palavra em português para denominar essa profissão.

Aqui no Senado, quando fui relatar a Lei de Patentes, o texto veio em língua estrangeira e não pôde passar, tinha que ter tradução sempre.

A minha pergunta é: será que não conseguiríamos escolher uma palavra equivalente? Já pensei em um outro, mas, lamentavelmente, estamos sempre dependentes de palavras estrangeiras. É uma pena que, numa língua como a nossa, não se encontre aqui um equivalente a essa profissão.

Embora seja favorável, levantaria também o seguinte: sobre a criação da profissão, o Supremo não se manifestou contra a que o Congresso a criasse? Essas são as duas indagações, mas sou favorável ao projeto. Apenas peço que o Relator ou o Autor, por gentileza, respondam às minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Sr^a Presidente, Sr. Senador Ney Suassuna, existe uma coisa chamada galicismo. É o caso típico. **Sommelier** é um galicismo. A tradução seria provador de vinho.

A profissão, nos Estados Unidos, em qualquer lugar do mundo, é **sommelier**. Como existe uma figura chamada galicismo, aceita pela língua portuguesa, penso que não há nenhuma agressão ao vernáculo ou às leis vigentes no País em aprovarmos, baseado no galicismo, um projeto instituindo uma profissão que, a rigor, é denominada com um nome em francês. Mas existe a palavra revólver também, e, agora, estamos aprovando uma Lei do Desarmamento. Shopping também. Se formos pegar ao pé da letra, vamos terminar complicando o objetivo final, que é instituir, na verdade, a profissão de **sommelier**, como é conhecida no mundo inteiro, atraindo turista para o Brasil, dizendo que o restaurante tal e tal conta com a operação ou o trabalho de um **sommelier** para prestar o melhor serviço ao turista que vem, traz dinheiro, gasta e emprega gente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – O Senador José Agripino, com a sua profunda erudição já aplacou as dúvidas do Senador Ney Suassuna.

Porém, eu gostaria de acrescentar que, há três anos, recebi um convite do Senador Ney Suassuna e estou aqui a reclamar um novo convite, porque, desde então, não recebi mais nenhum. S. Ex^a me convidava para uma festa a **black tie**. Estava escrito no convite, por ele mesmo assinado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não era documento do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Senador Ney Suassuna, penso que com a explicação do galicismo, o Supremo não derrubaria uma matéria como essa, se bem entendi a indagação de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Refere-me à regulamentação de profissões pelo Congresso. Estou apenas perguntando se V. Ex^{as} pensam que abrange esse caso.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Não há impeditivo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Tenho algumas dúvidas também com relação ao projeto. Concordo com o mérito do projeto, considero-o importante, como já foi enfatizado pelos Senadores Edison Lobão e José Agripino.

As minhas dúvidas se referem a duas áreas. A primeira, a mesma situação levantada pelo Senador Ney Suassuna, que nós, há algum tempo, aprovamos aqui no Congresso Nacional uma lei – não me lembro exatamente do teor de vários de seus artigos – em que se impede a utilização de palavras estrangeiras no conjunto de atividades desenvolvidas no Brasil. E concordo com o Senador José Agripino: deveríamos verificar de que maneira isso está previsto naquela legislação, não só em relação à regulamentação do exercício da profissão de **sommelier**. Por exemplo, na legislação sobre companhias aéreas, aparece a palavra **catering**, quer dizer, é outra palavra estrangeira constante no texto da lei.

A segunda observação é que há um conjunto de atividades econômicas – na área de hotelaria, de supermercados, de empresas de eventos gastronômicos – com um grau de requinte maior ou menor. Se exigirmos que a rede hoteleira de uma estrela, duas

estrelas e três estrelas tenham a figura do **sommelier**, penso que dificultaríamos o exercício da atividade econômica. Se exigíssemos a contratação do **sommelier** pelos supermercados, **buffets** ou restaurantes em que haja aquele carrinho de bebidas que passa pelas mesas, penso no desdobramento gerado por tal exigência. Se aprovarmos a lei, é para ser cumprida. Não podemos aprovar uma legislação que não vá ser cumprida na sequência.

Então, tenho muita dificuldade em perceber como estabelecimentos de menor poder econômico poderão se adequar a esta legislação, sendo obrigados a contratar esse profissional que ou esteja no exercício há três anos, ou tenha um curso específico. Isso encareceria extraordinariamente a atividade econômica.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Pois não, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Em relação à primeira questão, eu me dou por vencido, porque infelizmente, no nosso mercado, há inúmeros termos estrangeiros, vários galicismos. Lembrava-me aqui de técnico em **marketing**. E o Senador José Agripino encontrou uma explicação que me convenceu.

Em relação à segunda questão, não posso entrar no mérito, mas, quanto à primeira, estou convencido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Até não me preocupo tanto com a palavra **sommelier**, mas, por exemplo, com a palavra **catering**, referente às refeições servidas pelas companhias aéreas. Quanto à palavra **sommelier**, eu já teria minhas dúvidas, pois é uma expressão mundialmente aceita. Mas, em termos de desenvolvimento da atividade econômica, preocupo-me com as empresas, Senador José Agripino. Gostaria de ouvir a ponderação de V. Ex^a sobre esse aspecto.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Sr. Presidente, nada como a discussão, porque ela vai aperfeiçoando o entendimento sobre o tema.

A dúvida do Senador Flávio Arns é procedente, e eu, de comum acordo com o autor, estou me dispondo a substituir no relatório, no corpo da lei – afora o termo **sommelier**, que é mundialmente a marca do provador de vinhos –, todos os termos estrangeiros. **Catering**, por exemplo, seria uma palavra substituída sem nenhum prejuízo ao projeto.

Com relação à obrigatoriedade de contratação do **sommelier**, o projeto de lei não prevê isso. O restaurante que o desejar poderá contratá-lo, mas não está obrigado a fazê-lo. Será, evidentemente, uma marca de excelência do restaurante. Se o restaurante tiver um **sommelier**, contará pontos no sentido de ser um restaurante diferenciado, capaz de atrair clientes diferenciados. Contudo, o projeto de lei não obriga tal contratação. Eu até consultei o autor sobre se ele teve a intenção de obrigar a contratação do **sommelier**, e ele me disse que não. Não existe a intenção de obrigar bares e restaurantes do Brasil a contratarem **sommeliers**. Fica ao livre arbítrio do proprietário ter ou não esse elemento de referência e de excelência.

Com relação a ferir a Constituição, essa matéria já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e obteve sua aprovação com relação à legalidade e constitucionalidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr^a Presidente, não sei se a senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Em função da observação que o Senador José Agripino fez, se compararmos o texto original com o substitutivo, no texto original, proposto pelo Senador Edison Lobão, está só atividades privativas, aconselhamento do serviço de vinhos e destilados, o que creio que estaria bem de acordo. Como V. Ex^a mostrou, isso significaria qualidade, quer dizer, um atrativo a mais, uma deferência maior para o cliente. E muitas pessoas procuram serviços de qualidade, sem dúvida alguma. Então, aconselhamento.

Porém, no substitutivo, temos, no art. 3º – e, talvez, pudesse só sugerir, não sou contra: “São atividades específicas do **sommelier**”. Quer dizer, essa palavra específica significa, na minha opinião, que ele é quem vai desenvolver essas atividades. E alguém poderia, eventualmente, na esfera jurídica...

Então, não sei, não. Parece-me muito claro, nesse sentido, que ele está em contraposição ao projeto original, onde está bem claro que é o aconselhamento; e, aqui, atividade específica. Quer dizer, na minha compreensão, atividade específica é aquela que só ele vai desenvolver. Não haverá outros profissionais.

Portanto, talvez uma mudança de palavra para colocar uma espécie de selo de qualidade do estabelecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Mais uma vez, a discussão pode levar ao aperfeiçoamento do texto.

No mérito, estamos de acordo porque não há a obrigatoriedade da contratação, mas se V. Ex^a teve essa interpretação, pode ser que outras pessoas também a tenham. O seguro morreu de velho. Nada mais lógico, mais racional do que pactuarmos, substituímos. São atividades específicas do sommelier, que não designa a obrigação; colocar “próprias”. São atividades próprias do sommelier. Dá no mesmo, e creio que podemos entrar num acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador José Agripino?

O SR. RELATOR (José Agripino) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – V. Ex^a poderia colocar aí um dispositivo, um parágrafo, dizendo que essas seriam atividades a serem desenvolvidas de forma alternativa pelos estabelecimentos que o quisessem, ou seja, uma alternativa para melhorar a qualidade da prestação de serviço, voluntária. Não seria obrigado a um estabelecimento... Uma alternativa, uma opção.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Pode ser. Estamos de acordo com o mérito. É uma questão puramente redacional. Não temos nenhum conflito de mérito. Se desejarem fazer ajustes ao texto, de forma que ele fique melhor compreendido, o Relator está inteiramente de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB-MS) – Sr^a Presidente, sou favorável a toda e qualquer regulamentação de profissão. Isso é de fundamental importância para que possam ser preservados os direitos de todos.

No entanto, nessa matéria de exercício de profissão, de regulamentação, a Constituição é clara. Ela diz que é competência originária, privativa do Executivo, e não do Legislativo. Mesmo assim, houve uma legislação ordinária deslocando essa competência para o Legislativo, ordinariamente. Se não me engano, a legislação, não sei o número da lei, mas o artigo me parece que é o 58. E houve uma ação declaratória de constitucionalidade pelo Executivo. Essa ação foi julgada pelo Supremo no início deste ano, que declarou ineficaz aquele artigo que transferia, que deslocava a competência para o Legislativo, em legislação ordinária, permanecendo no Executivo a iniciativa do regulamento de profissões.

Mantivemos vários contatos com a Liderança do Executivo, do Governo Federal quando estávamos relatando o projeto do ioga; a regulamentação da atividade ioga. E tivemos que recuar, porque, na verdade, hoje, constitucionalmente, a iniciativa para se regularizar a profissão é de competência exclusiva do Executivo, em razão dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Volto ao argumento que já usei: essa matéria tramitou pela CCJ e obteve o “de acordo”. A mim, coube relator o mérito da matéria e, com relação ao mérito, eu estou acolhendo aqui as manifestações dos colegas no sentido de aperfeiçoar o texto. Eu suponho que o meu colega que deve ter relatado a matéria na CCJC tenha se atido às questões constitucionais. Eu aqui na Comissão de Assuntos Sociais me ative às questões de mérito.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Realmente, isso ocorreu, mas, de qualquer modo, este Projeto, uma vez aprovado aqui, se isso ocorrer, ainda irá à Câmara – terá uma nova oportunidade de exame na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação na Câmara. Mas, como acentuou o nobre Senador José Agripino, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado examinou essa questão e abordou também esse aspecto, conseguindo explicar e aprovar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino, para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr^a Presidente, eu acolho, no sentido de promover um entendimento com o Sr. Senador Flávio Arns, a sugestão do Sr. Senador Antonio Carlos Valadares. Eu gostaria de receber a sugestão por escrito, para que eu possa incorporá-la ao meu Relatório. E, com isso, encerro as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Enquanto é feita a redação, iremos fazer a inversão de pauta – a pedido do nobre Senador José Agripino.

Nobre Senador José Agripino, qual foi o item?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – É o Item 6 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Passamos ao item seguinte: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2002 – decisão terminativa: autori-

za o saque do saldo total das contas individuais pertencentes aos trabalhadores inscritos nos Programas PIS/PASEP, se o titular da conta encontrar-se desempregado. Autor: Sr. Senador Carlos Wilson. Relator: José Agripino.

O Parecer é pela rejeição do Projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino para proferir o seu Relatório.

O SR. RELATOR (José Agripino) – Srª Presidente, com certeza, essa matéria – essa sim – não deve ter tramitado pela CCJ e me cabe, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, manifestar com relação ao mérito, que é bom, mas também com relação à constitucionalidade, que não é bom.

Ainda que consideremos justa a liberação para os trabalhadores desempregados dos depósitos vinculados ao PIS e PASEP, detectamos a existência de impedimento constitucional à aprovação da matéria fundamentado no §2º do art. 239 da Constituição Federal, que afirma:

“Art. 239

§2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o **caput** deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.”

Ao determinar a manutenção dos critérios de saques nas situações previstas nas leis específicas, o Parágrafo citado inviabilizou, em nosso entendimento, a alteração, mediante lei ordinária ou complementar, das modalidades de saque. O texto constitucional tornou inflexível e rígida a disciplina do tema. Essa rigidez objetiva garantir a disponibilidade de recursos destinados ao Programa do Seguro-Desemprego. Acreditamos que o legislador agiu com algum excesso de zelo diante da inevitável redução no número de contas individualizadas e, em breve, os valores depositados perderão a relevância que ainda possam ter.

Assim, apesar do mérito da justiça que orienta a iniciativa, reconhecemos a existência de impedimento constitucional que obsta a aprovação da matéria. A liberação para depósitos nas contas individualizadas do PIS/PASEP somente poderá ser efetivada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição.

Dessa forma, o nosso voto, Srª Presidente, é contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria será pelo processo nominal.

Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que permaneçam aqui, porque iremos votar a matéria e também a matéria anterior, já relatada pelo nobre Senador José Agripino.

Neste momento, passamos à votação da matéria, já relada pelo nobre Senador José Agripino, sobre o saldo total das contas individuais pertencentes aos trabalhadores inscritos nos Programas PIS/Pasep.

(Procede-se à votação nominal)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto foi rejeitado, com 15 votos contrários.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passa-se à votação do relatório anterior, Projeto de Lei do Senado nº 32, que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais.

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2002, decisão terminativa. Regula a profissão de **sommelier**, e dá outras providências.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – A Assessoria nos esclareceu que, como se trata de um substitutivo, haverá uma outra votação na semana que vem. Como o Relator, Senador José Agripino, já acolheu as sugestões que vão ser feitas, sem dúvida, fico junto com o seu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em votação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Vota com o modesto autor e com o exuberante Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em votação.

O Senador Leonel Pavan deixou consignado o seu voto, que é com o Relator.

A matéria foi aprovada por 15 votos.

A matéria vai a turno suplementar, na próxima reunião, de acordo com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2003. Decisão terminativa. Concede passe livre à pessoa porta-

dora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais. Autor: Senador Lauro Campos. Relatora: Senadora Iris de Araújo. Relator **ad hoc**: Senador Eurípedes Camargo. Parecer pela aprovação do projeto.

Esclareço que, na reunião do dia 14 de agosto, encerrada a discussão, a votação foi adiada por falta de **quorum** qualificado.

Portanto, a matéria vai à votação, hoje, nesta reunião.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Peço a palavra para orientação de Bancada, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Para orientação de Bancada, tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossas empresas aéreas passam por uma dificuldade muito séria. Estamos fazendo benesse com o chapéu alheio. Por essa razão, peço ao PMDB que vote contrariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Alguém mais quer encaminhar a votação? (Pausa.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB-AC) – Sr^a Presidente, minha preocupação não é com as empresas aéreas – seria justificável se fosse. Mas, com todo o respeito e homenagens ao saudoso Senador Lauro Campos, a minha preocupação vai em outro sentido. Trago à consideração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, e de V. Ex^a, uma situação muito parecida, que ocorre com pessoas carentes, no que diz respeito a uma determinação constitucional inclusive, qual seja, de que os cartórios emitam certidões de nascimento, de casamento e de óbito gratuitamente. Para esses casos, gerou, no País, uma situação de constrangimento extremo, e, no entanto, até hoje tal determinação constitucional não cumprida em sua inteireza. As pessoas são obrigadas a irem ao juiz, ao delegado, ao bispo, requererem, com extremo sacrifício, a certidão de que são, de fato, carentes. Isso gera, inclusive, mais despesas, constrangimentos e traduz o que tem de forte essa atividade, que precisamos discutir com profundidade neste Congresso, que é a atividade dos cartórios.

Sr^a Presidente, – repito –: a minha preocupação não é tanto com as companhias aéreas, que, de fato, estão aí, com as pernas quebradas. O que me preocupa é o fato de estarmos criando uma nova situação de constrangimento, de humilhação, inclusive para pessoas que, em regra, já são objeto de preconceito por portarem uma deficiência e por serem carentes, já são objeto de preconceito e de má vontade.

Temo que, aprovando esse projeto, estejamos submetendo essas pessoas, mais uma vez, a uma situação de constrangimento e de humilhação. Fico imaginando uma pessoa tentando habilitar-se a um voo desse. O que será exigido dela? Que ela vá ao bispo, ao juiz, ao delegado, ao raio que a parta, para comprovar sua situação de carência.

Se o Congresso entende que o Poder Público deva, de alguma forma, responsabilizar-se pelo deslocamento dessas pessoas, não sei se esse é o caminho, Sr. Presidente. Não sei se essa seria a forma que agasalharia a situação.

Repito: temo que, aprovando esse projeto, estejamos submetendo essas pessoas a uma situação de dificuldade ainda maior, agregando uma situação de humilhação, de preconceito e de vexame ao pleitear uma vaga numa aeronave e ao ter de ir aqui e acolá para buscar comprovantes da sua situação de carência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr^a Presidente, peço a palavra para encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Sr^a Presidente, associo-me à opinião do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Na companhia dos Senadores Teotônio Vilela Filho e Renan Calheiros, estou indo agora ao Ministério da Fazenda para tratar da eficácia de uma lei discutida à exaustão no Senado: a renegociação das dívidas do crédito rural dos agricultores.

Fiquem V. Ex^{as} sabendo que, na prática, a lei que foi discutida durante sessões e sessões – acordo e acordos foram feitos – está ineficaz. Então, votarmos uma lei como essa é votarmos algo que, mais do que constrangedor – porque, na prática, tornar eficaz uma lei como essa é complicadíssimo –, pode levar à humilhação as pessoas, pessoas que já são atendidas por prefeituras, governos de Estado, entidades públicas.

Quando as pessoas são portadoras de deficiências ou doentes e são carentes, sempre existe uma prefeitura, um governo, uma entidade ou uma ONG que acolhe a precisão dela e promove o seu deslocamento para tratamento de saúde ou para atender à sua necessidade.

Manifesto-me, desde já, contrário à iniciativa, que pode ter a melhor das intenções, mas, em matéria de eficácia, é absolutamente nula.

Reafirmo que estou indo ao Ministério da Fazenda para brigar pela eficácia de uma lei que foi dis-

cutida à exaustão. O que se dirá de uma lei como essa?

Manifesto-me, desde já, contrário porque entendo que ela não será eficaz.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, peço a palavra para encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, quando discutimos nesta Comissão, em outro dia, o mesmo procedimento para os idosos – não sei se V. Exª está lembrada –, foi sugerido que se fizesse primeiro uma discussão com as próprias empresas aéreas para se analisar tal lei do ponto de vista econômico. As empresas têm as suas dificuldades. Se, por meio da legislação, começarmos a abrir possibilidades de transporte sem a discussão com as empresas, causaríamos problemas bastante sérios também para as empresas.

Quando uma pessoa portadora de algum tipo de deficiência necessita de tratamento, de atendimento fora do seu domicílio e se for no próprio Estado, já existe a legislação que estabelece que o próprio Município deve conceder o deslocamento no Estado. Se a pessoa necessitar de um atendimento fora do Estado, que não se possa beneficiar do que está disponível no seu próprio Estado, o Estado deve providenciar o deslocamento. Se alguém precisa vir, por exemplo, ao Sarah Kubitschek para receber atendimento específico, as secretarias estaduais de saúde, de acordo com a legislação existente, devem providenciar esse deslocamento. Então, vamos dizer, essa necessidade mais acentuada de deslocamento para atendimento de uma situação de saúde já está prevista na legislação. Tudo deve ser debatido dentro dessa ótica também do ponto de vista econômico com as empresas.

Então, nesse sentido, dentro das grandes necessidades que a área do portador de deficiência tem em termos de educação, de saúde, de assistência, de acesso ao trabalho, de participação no Fundef, eu diria que esta não é uma necessidade prioritária desta área. Razão pela qual voto contrariamente ao Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em votação.

(Procede-se à votação nominal)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Srª Presidente, respeito profundamente o mérito da discussão apresentada pelos Senadores Geraldo Mesquita, José Agripino e Flávio Arns, mas jamais poderia dei-

xar de votar um projeto de autoria do Senador Lauro Campos, de cunho humanista como um projeto desta natureza.

Em homenagem ao Autor, voto com o mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em votação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Srª Presidente, também, ouvindo as ponderações do Senador Geraldo Mesquita, sigo essa mesma linha de raciocínio, que, apesar do mérito do projeto, penso que seria temerário aprovarmos. Portanto, sou contra o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Continua em votação.

(Procede-se à apuração)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – O projeto foi rejeitado por 14 votos “Não”; e um, “Sim”, do Senador Tião Viana.

Projeto do Senado nº 85, de 2002. Decisão terminativa. Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de Aids. Para incluir nesse benefício os portadores de vírus da hepatite e os doentes com hepatite crônica. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer pela aprovação do projeto e da emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior e pela apresentação de uma emenda.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Teotônio Vilela Filho) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2002, de autoria do eminente Senador Tião Viana, objetiva estender a distribuição gratuita de medicamentos por parte do Sistema Único de Saúde aos portadores de hepatites, adicionando tal dispositivo à Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que a prevê aos portadores do vírus HIV e aos doentes de Aids.

No prazo regimental, foi apresentada uma emenda de autoria do Deputado Antonio Carlos Júnior, ampliando a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de patologia de fibrose cística.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde deverá ser examinada quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito, submetendo-se ao procedimento legislativo abreviado, previsto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto sob análise compõe-se de dois artigos, constituindo o último a cláusula de vigência que a determina quando da publicação da lei.

O art. 1º inclui os doentes de hepatites crônicas como beneficiários do recebimento gratuito de toda a medicação necessária a seu tratamento, amplificando o espectro do atual sistema de assistência farmacêutica dispensada de ônus para o paciente.

Os §§ 1º e 2º tratam da padronização dos medicamentos a serem utilizados e da revisão anual das terapias, respectivamente.

A emenda apresentada pelo eminente Deputado Antonio Carlos Júnior adiciona ao rol de patologias a fibrose cística, que também deverá ter o seu tratamento custeado integralmente pelo Sistema Único de Saúde.

Constitucionalmente, a matéria enquadra-se como de competência da União e, portanto, passível de iniciativa do Congresso Nacional, preservada a iniciativa privada do Poder Executivo.

Jurídica e regimentalmente, o projeto em nada lesiona o ordenamento jurídico nacional e a lei interna do Parlamento. Ademais, encontra-se vazado em boa técnica legislativa. A emenda apresentada pelo Deputado Antonio Carlos Júnior, igualmente, atende aos preceitos anteriormente referidos.

Relativamente ao mérito, o projeto e sua emenda assomam-se relevantes por sua nobre finalidade de, por meio do sistema público de saúde, propiciar o adequado tratamento ao numeroso contingente de pacientes portadores de graves patologias indigitadas e que, em sua grande parcela, não dispõem dos recursos necessários ao seu efetivo tratamento.

Em vista das razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2002 e da respectiva emenda.

Com o fito de conformar a emenda ao conteúdo da emenda apresentada, oferecemos o seguinte:

“Dá-se à Emenda do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2002, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de Aids, para incluir, neste benefício, os portadores dos vírus das hepatites e doentes com hepatites crônicas e com fibrose cística.”

É este o meu parecer, pela aprovação, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, confessando a minha ignorância no assunto, peço ajuda aos médi-

cos. E pergunto se as hepatites normais podem ser crônicas, porque já sei que a “C” o é e também sei que, nesse caso, dão-se os medicamentos.

A outra pergunta é quanto à regulamentação desse tipo de medicamento. Se tal ocorresse agora, vetaria, impediria a entrada, nessa relação, de um medicamento novo mais eficiente e eficaz? Essas são as indagações que faço aos senhores médicos aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Passo a palavra ao Senador Tião Viana para responder a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Eu agradeço a oportunidade...

O Sr. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Pela ordem, eu só queria acrescentar que S. Exª foi laureado agora pela Universidade Federal como professor, não é?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Doutorado em hepatite, inclusive.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Doutorado em doenças infectuosas, parasitárias e hepatite. Então, é a estrela do PT que brilha na ciência e nesta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Agradeço ao nosso Colega e amigo, Senador Mão Santa, e ao Senador Ney Suassuna, que fez uma pergunta justa e necessária para quem não é da área médica. Informo que temos as hepatites crônicas, que são mais especialmente a hepatite B, a hepatite C e a hepatite delta. Há 400 milhões de portadores crônicos da hepatite B no mundo, com dois milhões de mortes todos os anos pelo vírus B; há 250 milhões de portadores crônicos de hepatite C no mundo, com centenas de milhares de mortes todos os anos; e 18 milhões de portadores crônicos de hepatite delta no mundo. Então, são doenças que matam seis a nove vezes mais do que a Aids, e o Brasil não deu o mesmo tratamento que deu à Aids.

Há uma rígida busca de rotina no Ministério da Saúde sobre um consenso que diga quem deva ser tratado, para que não se atenda a interesse comercial, mas apenas ao interesse clínico-científico, e só deve ser tratado o doente que tenha sintomatologia expressiva, ou seja, aos olhos do observador clínico, do médico. Então, existe uma norma rígida de proteção, que assegura o tratamento de acordo com a necessidade dos medicamentos para a terapêutica. Todo medicamento que surgir estará acolhido no caráter da emenda, encontrando plena sensibilidade do Ministério da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior e, depois, ao Senador Osmar Dias.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB-AC) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é um voto já declarado aqui, de apoio integral a esse projeto, de autoria de meu companheiro, Senador Tião Viana, enriquecido pelo relatório do ilustre Senador Teotônio Vilela Filho.

Presto aqui um testemunho que ilustra essa necessidade. A atuação obstinada do Senador Tião Viana no Estado é no sentido de amparar e criar as condições objetivas para que os portadores dessa verdadeira chaga sejam atendidos em nosso Estado, que encontrou guarida e apoio também na sensibilidade do Governador Jorge Viana. Desse modo, hoje, temos no Estado, praticamente sendo custeado por recurso próprio – o apoio, o amparo, o fornecimento dessa medicação – um grande número de portadores dessa doença.

Eu me solidarizo e me sensibilizo com a preocupação do Senador Tião Viana em universalizar isso por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o que seria, como S. Ex^a mesmo diz, o reconhecimento de que, como doença, é algo que vitima muito mais do que a Aids, que já encontrou, nesse particular, o tratamento adequado e devido, como é justo. No entanto, dadas as circunstâncias descritas pelo Senador Tião Viana e também pelo eminente Relator, creio que seria de extrema necessidade e justiça que adotássemos o mesmo procedimento no âmbito do SUS para os portadores dessa doença.

Aqui, além do voto sincero de apoio, as nossas homenagens ao Senador Tião Viana, pela sua luta brava por mais essa conquista, no âmbito da saúde pública brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Trinta segundos para acrescentar o esclarecimento ao Senador Ney Suassuna. Agradeço a generosidade do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Informo que o desfecho da hepatite crônica ou é a cirrose hepática, muitas vezes, ou é o câncer de fígado. O câncer de fígado só mata menos do que o câncer de pulmão causado pelo cigarro no mundo, e o principal causador do câncer de fígado é o vírus da hepatite B. Então, são fatos: um doente crônico com cirrose entra num hospital numa média de oito vezes ao ano, e o gasto é altíssimo. Se nós tratarmos, talvez

tenhamos a mesma economia hospitalar que tivemos com a Aids.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, vou declarar o meu voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias e, em seguida, o Senador Augusto Botelho.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, em primeiro lugar, cumprimento o Senador Tião Viana pelo projeto; em segundo, desejo a S. Ex^a mais sorte do que tive com um projeto parecido, que foi aprovado por unanimidade e com a mesma exaltação pela Comissão de Assuntos Sociais há mais ou menos seis anos, mas que continua na Câmara dos Deputados, aguardando que um daqueles Deputados que ontem vestiu o jaleco branco sensibilize-se com o projeto, adote-o e coloque-o, pelo menos, em condições de receber o relatório nas comissões técnicas. Nem o relatório foi feito ainda para que pudesse seguir tramitando.

E o projeto é muito parecido com esse de V. Ex^a, Senador Tião Viana, porque tenta resolver um problema que os médicos me trouxeram – não sou médico, mas fui procurado pela sociedade médica do Paraná –, alertando-me para o fato de que os médicos sentem muita dificuldade em administrar aos pacientes de neoplasia, ou seja, aos portadores de câncer, substâncias entorpecentes para controlar a dor, para combater a dor.

Assim, o paciente fica sofrendo, e o médico, com medo de administrar uma substância entorpecente porque seria quase enquadrado como drogado ou contrabandista, um traficante de droga. Dessa forma, os médicos pediram-me para apresentar um projeto e também considerar que os medicamentos necessários ao controle da dor dos portadores de neoplasia fossem incluídos no SUS quando a família daquele doente não tiver condições de comprar o medicamento.

É um projeto que tem um mérito muito parecido com esse do Senador Tião Viana. A sociedade médica do Paraná aguardava que a Câmara dos Deputados pudesse realmente votá-lo, ou até mesmo rejeitá-lo. Assim, acabaria essa história de, toda semana, alguém me procurar e perguntar sobre o meu projeto. Espero que o projeto do Senador Tião Viana encontre um pouco mais de boa vontade dos Deputados, inclusive daqueles que ontem apareceram na televisão, vestindo jaleco branco. Espero que eles assumam a responsabilidade de votar o meu projeto.

Peço que votem o meu projeto, aprovelem-no ou desistam dele de uma vez por todas. Ele não pode ficar engavetado. É muito feio a Câmara dos Deputados deixar um projeto tão meritório aguardando decisão por seis anos, uma vez que há tanta gente sofrendo no País. E é muito grave essa atitude se considerarmos que todos os países da Europa já abriram praticamente a sua legislação para o uso de substâncias entorpecentes. Uma legislação que nasceu após a Segunda Guerra Mundial, para controlar um exagero determinado pela própria guerra, em que as pessoas usavam os entorpecentes de forma indiscriminada.

A Europa e os Estados Unidos assim procederam, bem como os países desenvolvidos. O Brasil não consegue abrir a sua legislação, e não contei com nenhum Deputado de jaleco branco para dar andamento ao meu projeto.

Desejo ao Senador Tião Viana melhor sorte que a que tive.

A SR.ª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Parabenizo o Senador Tião Viana, cuja tese de doutorado versou sobre hepatite. Como houve um alerta sobre o grande número de hepatites existentes no mundo e o grande número de mortes, gostaria também de fazer um alerta em relação à prevenção da hepatite.

A prevenção da hepatite, que tem um vírus altamente transmissor, é igual àquela feita para o vírus do HIV, o da Aids. Tudo o que vale para o vírus do HIV, vale para o vírus da hepatite. Quando o Governo investe na campanha de combate à Aids, está também combatendo a propagação da hepatite.

Era apenas para alertar que a transmissão das hepatites se faz da mesma forma que o vírus da HIV.

A SR.ª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr.ª Presidente, Srs. Senadores, quero também, neste momento, me associar a S. Ex.ªs para parabenizar o nobre Senador Tião Viana por esse não menos nobre projeto que encaminha. Agradeço ao Sr. Relator, Senador Teotônio Vilela Filho, que incorporou a emenda do nobre ex-Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, e que incluiu no projeto o atendimento aos portadores de fibrose cística, doença que – não sou médico, sou engenheiro civil –, pelo que está relatado, é extremamente grave, assim com a hepatite C, visto que não há vacina disponível, e é uma doença extremamente onerosa para os pacientes e agora será contemplada. Elaborei projeto no sentido de que as famílias com

pacientes que sofrem de fibrose cística possam abater do Imposto de Renda todos os custos, a fim de fazer frente à enfermidade, que é grave e que ataca desde a juventude até a idade adulta. É interessante que a doença ataque principalmente pessoas de descendência européia, com maior incidência no Sudeste, e também no Nordeste brasileiro. Portanto, serão agora atendidos pelo projeto do Senador Tião Viana e pela compreensão do Relator Senador Teotônio Vilela Filho.

Sr.ª Presidente, desejo, em nome de todos aqueles que serão beneficiados e em meu nome, agradecer aos Senadores Tião Viana e Teotônio Vilela Filho pelo trabalho excepcional que realizaram em relação ao projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senadora Lúcia Vânia, gostaria de reafirmar minha admiração, como médico e como Líder político, ao Professor Tião Viana. Existem aqui grandes juristas e constitucionalistas. A Constituição Federal prevê, em seu art. 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Quis Deus que, quando o Senador Antonio Carlos Valadares ali se sentasse, conseguisse conscientizar o Congresso Nacional a aceitar a Medida Provisória nº 29. Mas o próprio Direito – e aqui está o Senador Juvêncio da Fonseca, nosso grande jurista – diz que só se é obrigado a fazer as coisas quando há condições. O fato é que o Ministério da Saúde está sem recursos. Não falta sensibilidade e decisão aos médicos quando querem atender e solucionar os problemas das enfermidades. No entanto, esbarram no Orçamento, esbarram nas dificuldades que a Saúde enfrenta.

Vivemos a Medicina, fomos médicos da Santa Casa de Misericórdia. E tenho visto no Brasil que, muitas vezes, o médico tem que escolher entre o doente com maiores e menores chances de sobrevivência por falta de condições na estrutura hospitalar. Assim sendo, façamos uma reflexão, aliada ao louvor que todos devemos ao grande especialista Tião Viana, que se iguala hoje a Ricardo Veronesi, que S. Ex.ª lute por maiores recursos da saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr.ª Presidente, eu gostaria de me congratular com o Senador Tião Viana pela oportunidade

da apresentação do projeto. Trata-se de uma grande iniciativa, de vez que se volta para estender aos portadores do HIV e da Aids a distribuição gratuita de medicamentos, e assegura ainda que esses pacientes receberão gratuitamente do SUS toda a medicação necessária ao tratamento. Pela qualidade do projeto podemos conhecer a qualidade do Senador. Temos um Senador especialista em saúde. E, além de ser especialista em saúde, é especialista em solidariedade humana, é especialista em cordialidade, em amizade. Só uma pessoa que tem o coração como o de Tião Viana é capaz de produzir matéria tão importante que se volta principalmente para as camadas mais pobres da população. Portanto, meu apoio integral à iniciativa do nobre Líder do Bloco do Governo, Senador Tião Viana.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Quero também me congratular com o Senador Tião Viana pela apresentação do projeto e pelo relatório do Senador Teotônio Vilela Filho. Considero muito importante a inclusão da questão da fibrose cística, a aceitação da emenda apresentada. Isso dá uma nova perspectiva para essa população brasileira.

Mas também penso que seria importante que esta Comissão, após uma discussão com V. Ex^a, chamasse o Ministério da Saúde a fim de ver quais são os procedimentos que vem adotando em relação a essas doenças que atingem tantas pessoas no Brasil. E seguindo a linha de pensamento do Senador Mão Santa, não sei se haveria a necessidade de termos uma legislação que diga que esse atendimento deveria ser prestado pelo Ministério da Saúde, pois se assim fosse, também teríamos que ter uma lei que diga o que é necessário para cada doença.

Gostaria, portanto, deste debate com o Ministério da Saúde para ver os procedimentos que vêm sendo adotados pelo Ministério em relação às doenças de uma maneira geral. Por exemplo, as doenças detectadas pelo teste do pezinho: fenilcetonúria, hipotireoidismo. Uma discussão que as famílias do Brasil, sem dúvida alguma, querem fazer. Penso que poderíamos, na próxima reunião, apresentar requerimento nesse sentido para esse debate acontecer aqui na Comissão.

De qualquer forma, independente do debate, considero fundamental a aprovação do relatório e a aceitação da emenda oferecida pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A Presidência se associa aos Senadores que aqui se pronunciaram em relação a este projeto. A votação desse projeto é muito importante e engrandece esta Comissão e, principalmente, o trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Gostaria ainda de comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esta votação se compõe de três etapas seguidas: uma para o projeto e duas votações para as duas emendas correspondentes.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Aprovado com 16 votos favoráveis. Unanimidade.

Votaremos as emendas em seguida.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, podemos votar o Item 9? Vários Senadores deixaram o voto consignado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de saber se V. Ex^{as} repetiriam o voto nas emendas. Se assim concordarem, não precisamos fazer votação. (Pausa.)

Aprovadas as duas emendas correspondentes ao projeto.

Item 9:

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MT) – Sr^a Presidente, gostaria apenas de adiantar nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MT) – O Item 8 é de autoria do Senador Teotônio Vilela e do qual sou o Relator *ad hoc*. S. Ex^a pediu que nos entendêssemos sobre o texto e fosse pedido o adiamento do projeto para a próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – **Item 8:**

Coloco em votação a retirada do projeto da pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

A apreciação desse projeto ficará para a próxima reunião.

Item 9:

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2003, decisão terminativa. Altera o art. 198 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1946, e fixa o peso máximo de 20 quilogramas que um empregado pode remover

individualmente. O autor é o Senador Marcelo Crivella. O Relator é o Senador Ney Suassuna. O parecer é pela aprovação do projeto nos termos de um substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para preferir o relatório.

O SR. RELATOR (Ney Suassuna) – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Consolidação das Leis do Trabalho determinava no art. 198 que é de 60 quilos o transporte individual máximo para um empregado remover. Para as mulheres o peso é diferente, elas têm um máximo – art. 390 – de 20 quilos para o trabalho contínuo e de 25 quilos para o trabalho ocasional, mas estamos nos referindo apenas à modificação do art. 198.

Da classe mais pobre, a que executa o trabalho braçal, exige-se que seja atleta. Até hoje ninguém parou para pensar sobre os problemas de coluna vertebral e de resistência provocados pelo transporte de peso, que tem ocasionado doenças, principalmente musculares e ósseas, em milhares de pessoas.

Nos Estados Unidos – e imaginem que lá as pessoas são mais fortes, mais fornidas –, o máximo é de 20 quilos. Óbvio que se alguma empresa quer embalar seus produtos com mais peso pode fazê-lo, desde que tenha recursos mecânicos para transportá-los. Isso não se refere, de maneira nenhuma, ao transporte mecânico. Por exemplo, caminhões que já descarregam automaticamente poderão continuar a fazer isso. O projeto trata do trabalho físico de uma pessoa quase sempre subalimentada, quase sempre de estatura menor e que lamentavelmente até hoje em nosso País está condenada a transportar sacos de cimento, cereais, e tudo mais com peso de até 60 quilos.

Tendo em vista tanta dificuldade que isso ocasiona, tanta distorção, o nobre Senador Marcelo Crivella apresenta uma modificação que está de acordo com a OIT e com todas as normas de segurança do trabalho. Os Ministros Segada Viana e Arnaldo Sussekind ensinam que não basta, evidentemente, assegurar uma indenização ou provento mensal ao trabalhador vitimado por acidente de trabalho ou doença profissional. Nesse sentido não podem ser esquecidas as palavras do saudoso Ministro Alexandre Marcondes Ferraz, ressaltando o lado profundamente humano da segurança e da medicina do trabalho: “A vida humana tem certamente um valor ecnômico, é um capital que produz”. Os atuários e os matemáticos podem avaliá-lo, mas a vida do homem possui também imenso valor afetivo e valor espiritual inestimáveis que nenhum dinheiro do mundo paga. Nisso con-

siste, sobretudo, o valor da prevenção, em que se evita a perda irreparável de um pai, de um marido, de um filho, enfim, daquele que sustenta o lar, proletário, e preside os destinos da sua família. A prevenção é como a saúde, um bem do qual só reparamos quando o acidente e a moléstia chegam.

Estamos dando um ano para a adaptação. Repito: as empresas que usam meios mecânicos não estão colocadas sob essa ótica; estamos falando do deslocamento individual. Hoje, no Brasil – e praticamente só no Brasil –, é um crime o que se faz com o operário.

Diante de todas essas colocações mais do que reais e da injustiça que estamos presenciando, o nosso parecer é que esse peso máximo para os homens seja reduzido em 50%, ficando o máximo de 30 quilos. Há um ano para adaptação e, com toda certeza, esse será um ato de justiça. O Senador Marcelo Crivella está brigando neste Senado da República, pois sabe que não há dinheiro que pague os defeitos e os problemas que se ocasiona aos operários, aos trabalhadores, quando lhes são impostas carga de 60 quilos para transporte por uma só pessoa.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria está em discussão.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, a partir de agora, não vamos colocar em votação nenhuma matéria. Vamos apenas discuti-las, uma vez que não temos o **quorum** qualificado para a votação.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr^a Presidente, o projeto é atual, muito interessante e tem uma finalidade social bastante forte. Apenas recomendo ao Relator que não coloque a palavra “empregado”, mas “pessoa”, quando especificar o peso máximo a ser removido. Porque aquele que trabalha na beira de estrada – o chapa – é autônomo. Ele trabalha só para descarregar um caminhão; ele não é empregado. Então, se queremos alcançar um grande número de pessoas, aqueles que trabalham com esse peso todo, seria melhor especificamos “pessoa” e não “empregado”. Se for possível, será mais objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não vejo por que não acatar a proposta de V. Ex^a, mas lembro que estamos tratando das Consolidações das Leis do Trabalho, que se refere ao empregado, por isso foi colocada a palavra empregado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A matéria continua em discussão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer mais uma colocação. A lei refere-se a empregado, mas a pessoa é empregada. A pessoa é o gênero.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Está acatado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Não quebra a disciplina e a técnica legislativa do empregado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Uma vez que o Relator acatou...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas o autor está presente e ouvirei S. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr^a. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, por vários anos fui responsável de obras em canteiros e assistia, penalizado, ao operário carregar um saco de cimento, principal insumo da construção civil. Ninguém agüenta colocar aquilo na cabeça sozinho. O sujeito pára, com uma camiseta enrolada na cabeça, ao lado de um caminhão e dois operários, que estão em cima do caminhão, colocam o saco na cabeça dele. Ele vai até o depósito, o almoxarifado, onde descarrega a carga. São pessoas, na maioria, que vêm de uma vida muito dura, que tiveram uma infância difícil. Lembro a V. Ex^{as} que um operário, um servente da construção civil ganha R\$2,13 por hora! Dorme mal, come mal e, no final do dia, quando senta no banco escolar está com as costas doendo.

Portanto, peço aos meus companheiros que se sensibilizem com esse caso, para que evitemos que esses operários sejam submetidos a uma carga tão grande e recebendo um salário tão pequeno.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr^a Presidente, apenas por uma questão prévia. Tivemos uma assessoria do Ministério do Trabalho, dizendo que, em vez de empregado ou pessoa, coloquemos trabalhador. Acredito que o Relator já acatou a proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, entendo toda a preocupação do nobre Senador Marcelo Crivella com a questão de

diminuir um peso que S. Ex^a acredita ser excessivo para uma pessoa transportar sozinha e também as melhores intenções do Senador Ney Suassuna. No entanto, uma coisa é fazer uma lei, outra coisa é fazer com que essa lei tenha funcionalidade e seja aplicada efetivamente e outra coisa ainda são as consequências dessa lei.

Temos milhares de propriedades rurais por todo este País. Nessas propriedades rurais, armazenam-se os produtos agrícolas normalmente em sacas. Essas sacas têm de 50 a 60 quilos e têm de ser levadas para o caminhão que fará o transporte. Dou o exemplo do cacau da minha Bahia. Fui criado numa fazenda de cacau. Nessas fazendas não há um meio mecânico de transportar uma saca para o caminhão. Não há como dois transportarem, porque a saca é de difícil manuseio por duas pessoas. Pode-se usar um carrinho de mão para o transporte por distância mais longa. Entretanto, chega um momento em que essa saca tem que ser elevada ou colocada ou manuseada de tal forma que ela seja arrumada. Se se restringe, cria-se, a meu ver, uma série de dificuldades que, para serem superadas na prática, vão exigir uma mecanização. Difícilmente, teriam essas propriedades capacidade de investimento nessa mecanização.

Em segundo lugar, o que poderá acontecer é aumentarmos o desemprego no País. As pessoas acostumadas a esse trabalho – e não são desnutridas, porque, normalmente, desenvolvem, desde cedo, um físico para agüentar esse tipo de labuta, que têm uma disputa mais difícil no mercado de trabalho – são, normalmente, pessoas desqualificadas, do ponto de vista educacional e do ponto de vista de treinamento, para disputar uma vaga no mercado de trabalho com sucesso. Elas serão, agora, incapacitadas por uma legislação que diz que elas não poderão transportar efetivamente acima de 30 quilos. Quem descumprir estará sujeito às penalidades da Consolidação das Leis do Trabalho. Então, essa medida, com certeza, vai acarretar mais desemprego, em muitos setores, para uma camada da população que somente tem a sua força física como elemento para vender o seu trabalho.

Infelizmente, o País já tem alto índice de desemprego. Ontem, os índices denunciavam o crescimento do desemprego por falta do crescimento da economia brasileira, por falta de incentivos do Governo e de investimentos do Governo nas diversas áreas. A economia está efetivamente em recessão. A massa salarial diminuiu em 16%. É um índice que foi divulgado ontem pelo IBGE.

Então, apesar de todo o mérito e da vontade de se limitar o peso, de certa forma, a proposição trará dificuldades para o mercado de trabalho, muitas dificuldades para muitos que precisam da sua força física para sobreviver e também trará uma dificuldade adicional para essas propriedades rurais, em relação a certos transportes que se dão com naturalidade. Sou engenheiro civil, trabalhei em construção civil, onde se usa o carrinho de mão e toda possibilidade de mecanização sempre se faz. Por exemplo, o transporte, às vezes, de um saco de cimento para uma curta distância se dá com muita naturalidade. Não é como se estivesse submetendo o trabalhador a um esforço impossível de ser aceito ou impossível de ser enfrentado por um trabalhador. Normalmente, são pessoas afeitas a esse tipo de trabalho.

Portanto, eu queria ponderar dessa forma, para que os Srs. Senadores pudessem exatamente avaliar as consequências da aprovação de uma modificação dessa, uma redução de 50%, quando há uma padronização, hoje, em 50 a 60 quilos para as sacas de diversos produtos agrícolas e do próprio cimento, que são de 50k.

São as ponderações que gostaria de fazer, nobre Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda grande caminhada começa com um passo. Entendo as razões econômicas, a preocupação do Senador. Mas é incrível que 600 milhões de pessoas da Europa só encontrem sacos de cimento de 20k exatamente para preservar e diminuir o gasto do Estado, bem como para preservar as pessoas. Entendo que nos Estados Unidos também são de 20 quilos. Até as pessoas cujas malas, nos aeroportos, passarem de 32 libras pagarão multas. As pessoas são todas protegidas por cintos. Tudo para proteger a coluna vertebral. Quando queremos ser insensíveis – não somos nós que teremos problemas na coluna, que podemos ficar inválidos no futuro, que teremos deslocamento –, podemos fechar os olhos. Há um prazo de um ano para a adaptação. Vamos começar, com toda a certeza, pelas cidades. Não podemos deixar... Fica. Não podemos pensar “que fique”, pois o nosso povo humilde pode sofrer.

Entendo as preocupações econômicas, mas tudo tem um outro lado também. Por exemplo, se houver mecanização, haverá indústrias para fabricar essas máquinas e novos empregos e, com certeza, não haverá o desemprego. A fiscalização em uma fazenda será muito mais difícil, porque é mais longe,

mas um dia acontecerá. Agora, não será para já. Tanto é que tivemos a precaução de dar um ano para a adaptação. Não quer dizer que não haverá sacas de 60k. Vai haver para quem tiver meios mecânicos. Não quer dizer que mais quilos não poderão ser transportados. É uma barbaridade olhar um semelhante e pensar que, para ele não perder o emprego, deve-se continuar colocando 60k, mesmo que isso cause todos esses incômodos e pese para o Governo, pois terminam nos hospitais gerando problemas muito mais sérios.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com todo o respeito que tenho pelo Senador Ney Suassuna, quero contraditá-lo. S. Ex^a fala como se nós estivéssemos sendo desumanos, querendo submeter um semelhante a esse tipo de esforço. Não aceito essa situação. Efetivamente, não me anima esse tipo de ação. O que estamos fazendo é procurando preservar postos de trabalho. Os problemas de coluna, hoje, existem mais por falta de atividade física, por questões de postura. Muitos de nós temos problemas de coluna e, necessariamente, não carregamos sacos de 60k. Não vejo no relato uma demonstração dos problemas de coluna em função desse tipo repetitivo de trabalho. Se for demonstrado por relatórios técnicos, médicos e de especialistas poderia até convencer-me. Não vi no relato nem no projeto esse tipo de demonstração. Por isso, nossa preocupação é econômica, é com o emprego do trabalhador brasileiro que não tem qualificação intelectual para disputar outro cargo de trabalho. Muitos procuram ser serventes de obra porque não têm outro tipo de qualificação para outro tipo de trabalho, de labor, que não o de transportar sacos de cimento, carrinhos-de-mão. Isso poderá trazer sérios problemas para esses trabalhadores que estão usando sua força física como sendo o único recurso para conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Portanto, Senador Ney Suassuna, não sou perverso e não quero, de forma alguma, submeter o meu semelhante a uma carga de trabalho impossível. Gostaria que V. Ex^a, que certamente deve conhecer fazendas, ambientes de trabalho como obras, consulte as pessoas que exercem esse labor sobre se é um esforço desumano e se realmente têm condições de não serem submetidos a esse tipo de trabalho.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL-RJ) – Sr^a Presidente, por gentileza.

O Senador César Borges visitou-me na Fazenda Nova Canaã em Irecê. Lá plantamos feijão. Tive

oportunidade de colher feijão com a turma. É uma reclamação geral.

Colhemos as vagens de feijão, juntamos em montes, depois, passa a bateadeira de feijão. A bateadeira de feijão, num sem-fim, separa a vagem, e o grão é jogado num saco de 60 quilos, que é amarrado, empurrado para fora da bateadeira e vai ficando, à medida que ela caminha no meio da plantação. Depois, vem um tratorzinho, pára do lado desses sacos, e dois baianos infelizes pegam um saco de 60 quilos e o jogam para dentro.

Não há como gerar desemprego! Um saco de cimento, de 50 quilos, pode gerar mais emprego, quem quiser fazer correr mais a obra vai precisar de mais gente, porque o saco vai ser de 30 quilos. Enquanto um está carregando um de 50, dois vão carregar dois de 30 quilos. A medida é para aumentar o emprego, é como diminuir a hora de trabalho. E na plantação, a mesma coisa! O senhor sabe que, no sertão, a única época em que se há emprego farto é na colheita. Agora, quando se força o sujeito a trabalhar muito, numa quantidade de 60 quilos, porque é pesado, Senador, é muito pesado! O saco de cimento de 50 quilos já é pesado; agora, um saco de feijão de 60 quilos, só dois! Morei dois anos ali e não vi um pegar um saco de 60 quilos sozinho. Eram sempre dois. E vou dizer a V. Ex: vai gerar mais emprego! Garanto a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a viveu pouco, porque a minha vida inteira vivi em zona rural, e havia competição entre trabalhadores para levantar um saco de cacau de 60 quilos, inclusive sem usar as mãos, usando as costas para levantar, só para mostrar a capacidade que cada um tinha. É porque V. Ex^a, provavelmente, não viveu no campo todo esse período. Realmente, não há dificuldade alguma, quando aquela pessoa está fazendo esse tipo de trabalho e preparada para isso. É claro que não vai se pegar uma pessoa que nunca levantou um peso de 60 quilos e colocar para carregar um peso de 60 quilos.

Outra coisa, V. Ex^a falou em dois baianos infelizes? O baiano é um povo feliz. Mesmo nas dificuldades, mesmo carregando isso ou aquilo, ele não é infeliz. Se estava trabalhando, estava satisfeito! Se estava lá na Fazenda Nova Canaã, estava satisfeito! Se estava ao seu lado, estava satisfeito! Não coloque esses dois baianos como infelizes!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Blocc/PL-RJ) – Ele é feliz lá na Bahia, em Salvador, na hora do Carnaval, na hora do lazer, na praia. Agora, carregando saco de feijão de 60 quilos, desculpe-me, mas não pode ser feliz!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – O trabalho dignifica e faz o homem feliz, Senador!

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a pimenta nos olhos dos outros arde pouco! Lembro-me de que, quando estávamos no Iraque, a empresa brasileira que estava construindo as estradas resolveu contratar chineses para agilizar a obra. E vieram milhares de chineses. A tradução ao diálogo entre quem contratou e quem foi contratado não foi das melhores, e, de repente, vieram pessoas franzinas para pegarem na marreta. E lembro-me bem de como falou o gerente chinês: os rapazes eram garçons e tinham vindo para trabalhar na marreta, quebrando pedra. E não agüentaram! As mãos se foram, cuspiam sangue, não conseguiam, estavam morrendo! E nós, brasileiros, reclamamos: “Olha, vocês trouxeram pessoas ineptas!” E a resposta do gerente foi: “Não podemos perder os empregos.” Várias dessas pessoas tiveram problemas sérios de saúde, saíram e tiveram que baixar hospital.

Então, é óbvio que todo o mundo sabe, e não sou engenheiro, mas tenho construtora e vejo lá quando os meus conterrâneos paraibanos, coitados, infelizes, saem da Paraíba e vão bater no Rio de Janeiro atrás de um emprego para ganhar um míngua salário e mandar de volta para a Paraíba para sustentar a família, gerando não só um problema social, mas um problema também de toda ordem, muitos até degingolando para o crime, diante da aflição. Vejo o quanto eles sofrem para pegar um saco de 60 quilos. Não estamos querendo que todos os sacos sejam de 60 quilos! Não estamos querendo que seja de imediato! Queremos que tratemos como tratam os europeus os seus semelhantes, de modo mais humano! Não queremos para já! Entretanto, em nome do econômico, jamais poderemos deixar de tratar a parte afetiva e humana.

A minha fala é para pedir aos meus pares que pensem, porque o Brasil tem de mudar um dia e o primeiro passo pode ser uma dessas questões. Por isso, defendo o projeto do Senador Marcelo Crivella.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PB) – O Senador Marcelo Crivella é Senador e santo – SS. Então, para onde vamos, levamos a nossa formação. Talvez o Senador esteja pensando assim: 20 quilos de pecado. É muito peso.

Eu queria dar uma sugestão. Cada um tem a sua cultura. Cultura é o que o homem faz, não é o que está na natureza. Por exemplo, a floresta é natureza, não é cultura, mas, se o homem faz um banco daquela madeira, é cultura. Então, tem a cultura física. Eu sou oficial da reserva e eu me lembro – não sei como é hoje – de que, na instrução física, mandavam carregar um do mesmo peso. O Senador Ney Suassuna iria carregar um Ney Suassuna. Isso era na educação física, isso é de cultura.

Então, aqui, se há prazo, não há pressa. Vamos convidar os sindicatos dos antigos estivadores, que hoje são arrumadores. Eu os vejo felizes quando têm trabalho e quando trabalham, no Nordeste. Vamos ouvi-los, porque aí tem a cultura física que eles fizeram, como tem a nossa cultura política. Vamos ouvir os sindicatos desse setor – antigamente se chamava estiva e hoje eles são arrumadores –, para saber a opinião deles. E da construção civil.

Essa era a minha sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Peço ao Senador Mão Santa que formule o requerimento formalmente. Vamos colocá-lo em votação e, posteriormente, V. Ex^a formule o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Haverá uma audiência pública a respeito.

Sei que está tarde, mas, aproveitando a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, poderíamos fazer a leitura de um projeto cuja relatoria é de S. Ex^a, colocando-o em discussão. Não vamos votá-lo.

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2003, de decisão terminativa, que altera a redação dos arts. 60 e 64 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. O parecer é pela aprovação do projeto.

Antes de conceder a palavra ao relator, comunico que, no dia 7 de outubro, a Senadora Patrícia Saboya Gomes apresentou uma emenda. Consulto o relator, Senador Garibaldi Alves Filho, sobre a possibilidade de relatar a emenda agora.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Pois não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Então, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RELATOR (Garibaldi Alves Filho) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a atenção que V. Ex^a dá a este suplente, no sentido de que este possa se desincumbir de sua missão.

Trata-se de um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que tem por objetivo alterar a redação dos arts. 60 e 64 da Lei 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. As alterações têm por objetivo adequar esse dispositivo à redação dada ao inciso XXIII da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

A iniciativa, segundo a nossa análise, está em harmonia com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais e foi elaborada com observância a todos os pressupostos relativos à iniciativa e competência para legislar, promove a necessária harmonização legislativa entre o texto da emenda constitucional e o texto da Lei de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei, ao mesmo tempo em que damos parecer favorável à emenda da Senadora Patrícia Saboya Gomes. Trata-se do problema do trabalho do menor aprendiz, a quem é assegurada agora bolsa de aprendizagem, e é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Este é o texto do projeto:

“Ao adolescente até 16 anos de idade, a partir de 14 anos, é assegurada bolsa de aprendizagem”. E a redação anterior – os Senadores, certamente, já a estão lendo, mas só para lembrar: “É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Ao adolescente até 14 anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem”. Esse é o texto anterior.

O parecer é favorável ao projeto e à emenda da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Colocaremos em votação na próxima reunião.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Apenas quero destacar para a Comissão que, ontem, a Subcomissão da Pessoa com Deficiência entregou um relatório da mais alta qualidade em termos das adequações físicas, atitudinais e de comunicação aqui dentro do Senado Federal. Passarei para V. Ex^a o relatório e, na próxima semana, talvez no início da nossa reunião, se for possível – até há um filme de 12 minutos que a **TV Senado** produziu e que poderemos mostrar, na semana que vem –, dentro da dinâmica, **mostraremos** que foi um trabalho excelente, muito bom, e que será encaminhado agora mais formalmente ainda para a Comissão, de uma maneira geral, para apreciação e, depois, para o Presidente José Sarney, para

uma discussão no Senado Federal. Também quero destacar que a participação e o apoio de V. Ex^a foi muito ressaltado no dia de ontem. Passarei às mãos de V. Ex^a o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – A Presidência agradece ao Senador Flávio Arns. A Subcomissão das Pessoas Portadoras de Deficiência tem feito um trabalho que engrandece esta Comissão. Portanto, agradeço a V. Ex^a, bem como aos Membros que compõem essa Subcomissão.

Na próxima reunião, leremos o relatório do Senador Flávio Arns e passaremos o filme produzido pela **TV Senado**.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h11min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Trigesima Sexta Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Assuntos Sociais, Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura Realizada no dia dezanove de novembro de 2003, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e dezesseis minutos, do dia dezanove de novembro de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **ANA JÚLIA CAREPA, EURÍPEDES CAMARGO, FLÁVIO ARNS, SIBÁ MACHADO, AELTON FREITAS, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MÃO SANTA, MAGUITO VILELA, SÉRGIO CABRAL, NEY SUASSUNA, PAPALÉO PAES, EDSON LOBÃO, JOSÉ AGRIPINO, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, REGINALDO DUARTE, JUVÊNCIO DA FONSECA, DELCÍDIO AMARAL, TIÃO VIANA, PEDRO SIMON, GERSON CAMATA, DESMÓSTENES TORRES, EFRAIM MORAIS, LEONEL PAVAN E OSMAR DIAS**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a análise do seguinte item: **Item nove: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2000**, que “Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências”. Autor: Presidência da República. Relator: senador Pedro Simon. Relator “Ad Hoc” Geraldo Mesquita

Júnior”. Parecer: favorável, com uma emenda de redação. Resultado: **APROVADO**. Foram adiados os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, José Roberto Assumpção Cruz, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta da Comissão. **Notas Taquigráficas da Reunião do dia 19/11/2003**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação da seguinte pauta: Projetos de Lei do Senado nºs 313, de 1999; 57, 75, 126, 145, 166, de 2002; e 195 e 297, de 2003; Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2002.

Comunico aos Srs. Senadores que só poderemos apreciar o Item nº 9 tendo em vista estar sobrestada a pauta do Plenário, razão pela qual não poderemos analisar os projetos de decisão terminativa.

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2002, que altera o dispositivo da Lei nº 7.678, de 8.11.1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização de derivados de uva e do vinho, e dá outras providências.

Gostaria que o Senador Geraldo Mesquita pudesse ser o relator **ad hoc** desse projeto.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. RELATOR AD HOC (Geraldo Mesquita) – Srª Presidente, Srs. Senadores, passo à leitura do relatório de autoria do Senador Pedro Simon.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de autoria do Poder Executivo, propondo alterações na Lei nº 7.678, de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção circulação e a comercialização dos derivados da uva e do vinho e dá outras providências.

A matéria se encontra na esfera das competências legislativas da união, sendo constitucional e, nesse aspecto, já foi confirmada. Ademais, por ser compatível com a ordem jurídica infraconstitucional e ter tramitado de acordo com as normas regimentais

desta Casa, o projeto está em condições de ser aprovado porque satisfaz os critérios de juridicidade e regimentalidade.

Há alguns aspectos merecem destaque: a qualidade dos vinhos espumantes nacionais, inclusive com reconhecimento internacional, abre a perspectiva de incremento das exportações agroindustriais brasileiras.

A aprovação do projeto, portanto, será uma forma de reconhecer a evolução e a modernização por que tem passado a vitivinicultura nacional adequado a legislação brasileira aos conceitos e padrões da vitivinicultura internacional.

O voto do eminente Senador Pedro Simon é no sentido de que considerando a constitucionalidade e a juridicidade, a regimentalidade e o mérito do projeto de lei, o voto é pela aprovação com a seguinte emenda e redação:

“Dê-se ao art. 1º do projeto de lei a seguinte redação:

Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 7.678, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º (...)

§ 1º Os produtos nacionais de que trata esse artigo deverão estar acompanhados da respectiva guia de trânsito, expedida pelo órgão fiscalizador ou por entidade pública ou privada, mediante delegação.

O art. 8º tem o seguinte teor:

Os vinhos serão classificados:

1 – quanto à classe: de mesa, leve, fino, espumante, frizante, gaseificado, licoroso e composto:

2 – quanto à cor: tinto, rosado e branco.

A emenda se compõe de outros artigos que dão a classificação mais detalhada ao produto e o que faz com que, desde já, declaremos o nosso voto favorável ao projeto, porque ele trata de forma exaustiva da classificação deste tão importante produto nacional, mais propriamente daquela região do Sul, representada pelo eminente Senador Pedro Simon.

Nosso voto, portanto, é favorável, Presidente, à aprovação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Antes de encerrar a presente...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) –

Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pela ordem, Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) –

Srª Presidente, na Comissão de Educação, já que fizemos requerimento daquela audiência pública em conjunto, Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais, prefixou-se, dependendo também da aceitação desta Comissão, os dias 3 e 4 de dezembro, quarta e quinta-feira, às 10h da manhã, para que se realize audiência pública para ouvir os cientistas, os pesquisadores na questão de biotecnologia.

Eu solicitaria de V. Exª a concordância ou não e sugestão de nova data, mas parece-me que 3 e 4 de dezembro são datas bastante intermediárias, antes do fim do ano, dando tempo para que possamos fazer as comunicações necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pode ter certeza, V. Exª, de que vamos adequar a data pela Comissão e vamos entrar em contato com a Comissão de Educação para que possamos acertar o horário, a data e não há nenhum empecilho nesta Comissão para que façamos nessas datas. Mas vamos formalizar esse ato.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Srª Presidente, eu queria abordar rapidamente dois assuntos: o primeiro é que, na semana passada, esta Comissão se dedicou à questão das emendas de Comissão e ficou assim uma pendência em relação àquela emenda da pessoa portadora de deficiência em razão do caso do Fundef, e uma sexta emenda para a área da criança e do adolescente como uma espécie de emenda reserva, caso a medida provisória fosse editada no meio tempo.

Já recebemos o texto da medida provisória, há dúvidas em relação ao teor do texto que poderia ser redigido de uma maneira diferente, mas penso que isso já é uma sinalização bastante clara de que a medida provisória vai ser editada.

Então, na minha ótica, pelo menos, como subsídio para decisão da Mesa, é de que vai haver essa edição e que também poderá, pelo menos ser aproveitada a sexta emenda da área da criança e do adolescente, retirando aquela emenda que só seria aproveitada em caso de não edição da medida provisória. Então, esta é a primeira observação. Pelo menos na minha ótica, penso que isso seria adequado.

O segundo aspecto, como mencionei, é que o texto da medida provisória pode ser melhorado. Eu,

inclusive, discuti isso com outros Senadores, Eduardo Azeredo, vários Senadores da Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, que trata dos assuntos da pessoa com deficiência, para nós, na medida do possível, chegarmos a um texto que realmente tranquiliza o Brasil, que atenda às necessidades, que seja bem claro. Existe, sem dúvida, a boa vontade muito grande da parte do MEC, mas penso que o texto ainda pode ser aprimorado. E discutindo com vários setores, baseando-nos, inclusive, no texto do Governo Federal, redigimos – isto é, as pessoas todas envolvidas neste processo – uma proposta de um texto que, de fato, é fruto já deste debate que vem acontecendo com a área da deficiência mental, visual etc.

Então, o que eu gostaria de propor a V. Ex^a, por que esta Comissão tem uma Subcomissão que trata das pessoas com deficiência, o que é uma coisa muito boa e que vem dando resultados muito bons, é que esta Comissão de Assuntos Sociais pudesse enviar ao MEC, ao Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil essa proposta de redação da medida provisória que aprimora o texto enviado. Com isso, após a análise desta Comissão, haverá um clima de segurança, de tranquilidade.

Assim, gostaria que V. Ex^a pudesse fazer isso para que fosse aprovado aqui. Creio que isso reforçaria o argumento que vem sendo usado. O Senador Eduardo Azeredo, que é Relator desta Subcomissão, e eu, que sou o Presidente, conversamos com o Senador Aloizio Mercadante ontem à noite a esse respeito.

Acredito que essa seria uma iniciativa importante da Comissão, que já tem a Subcomissão e reforça o argumento. O procedimento seria encaminhar o texto de uma proposta de medida provisória para o Ministro da Educação, para o Ministro Chefe da Casa Civil e para o próprio Presidente da República, ressaltando esse trabalho que a Subcomissão vem fazendo.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Senador Flávio Arns pelas suas palavras.

Vamos tratar a questão em dois aspectos. A primeira colocação foi extremamente oportuna, porque hoje é o último dia para que a Comissão possa apresentar as emendas. Acredito que V. Ex^a fale em nome de todas as pessoas que estão envolvidas no projeto. O desejo das entidades era de que o projeto fosse realmente vinculado à educação, pois isso é de direito. De certa forma, temos que parabenizar o Governo e principalmente V. Ex^a, como Presidente da Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência, que abriu realmente essa discussão e a levou em frente.

O segundo aspecto acredito ser muito importante, ou seja, que a Subcomissão do Idoso possa, por

meio da Comissão de Assuntos Sociais, fazer essas sugestões, uma vez que V. Ex^a e o Senador Eduardo Azeredo trabalharam intensamente para que esse fato se realizasse.

Portanto, acredito que vamos ter a aquiescência de toda a Comissão. Vamos colocar essa sugestão do Senador Flávio Arns em votação. Acredito que essa seja uma sugestão positiva e que vem fortalecer ainda mais a Subcomissão da Pessoa Portadora de Deficiência e, conseqüentemente, a Comissão de Assuntos Sociais.

Em votação. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

A sugestão do Senador Flávio Arns será encaminhada ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, para que a Subcomissão da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais se faça presente nesta discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Certo e inclusive ao Ministro Chefe da Casa Civil.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Ao Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Assim, até a Subcomissão já manda. Eu posso passar às mãos de V. Ex^a o texto da medida provisória aprimorado pela Subcomissão. O próprio texto já pode ser enviado e naturalmente todos estamos à disposição para qualquer debate a respeito desse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria, Senador Flávio Arns, após esse período de discussão das reformas nas Comissões, que V. Ex^a apresentasse a sugestão, a exemplo do que foi feito com a Comissão do Idoso, para que essa Comissão voltada para as Pessoas com Necessidades Especiais também se tornasse permanente. Eu gostaria que V. Ex^a pensasse sobre esse assunto e, se entender sugestão conveniente, fizesse um requerimento para que numa próxima reunião, quando tivermos um **quorum** maior, pudéssemos colocar esse assunto em votação. Acredito que diante de tantas dificuldades na área social, seja extremamente importante que esta Comissão, através das suas subcomissões, possa acompanhar, fiscalizar, sugerir ações nessas áreas específicas. Acredito que sejam as duas áreas mais sensíveis, em que tivemos grandes problemas nesse curto período de Governo, um ano, e acredito que precisamos estar atentos e inclusive colaborar e fazer uma parceria mais direta com o Governo no sentido de evitar que fatos como esse venham trazer tantos

transtornos para a sociedade brasileira, principalmente para os segmentos mais vulneráveis.

Acredito ser pensamento nosso procurar estreitar esta Comissão com o Governo, naturalmente mantendo a nossa posição crítica, mas de parceria, porque os Parlamentares estão constantemente na base, estão em constante contato com a sociedade, e acredito que temos, pela nossa experiência na área, grande colaboração a dar nesses projetos e programas que estão em andamento e que estão sendo implementados.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de comunicar que o Ministério da Saúde lançou ontem uma campanha para conscientizar os profissionais da saúde e a sociedade sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. A idéia é reduzir a menos da metade nos próximos quatro anos a fila de espera por transplantes, que hoje chega a 56 mil pessoas. Essa decisão atende a uma reivindicação manifestada nesta Comissão quando aqui aprovamos em agosto o Projeto de Lei nº 34, de 2002, que proíbe a alteração da ordem dos nomes na lista única e de espera de transplante.

Lembro que, na ocasião, o relator, Senador Mão Santa, considerou que o projeto acabava com a figura do fura-fila. O projeto é muito importante. O projeto, com emendas do Senador Tião Viana, foi aprovado pelo Plenário do Senado e abre exceção apenas no caso de riscos eminentes de óbito. Na época, o Senador Leomar Quintanilha fez apelo para que o governo iniciasse uma campanha sobre transplante.

Lembro esse fato para evidenciar a importância desta Comissão na avaliação, discussão e divulgação de ações importantes não para determinado partido, mas para todos os brasileiros. Foi assim, por exemplo, em relação ao cadastramento dos idosos.

A Comissão de Assuntos Sociais conta com a experiência de vários médicos, que têm também na Subcomissão da Saúde demonstrado o seu esforço, o seu trabalho, e este projeto passou pela Subcomissão, foi avaliado, foi relatado pelos médicos componentes desta Comissão, e hoje temos um resultado positivo, que é essa campanha.

Estamos solidando ao Ministério da Saúde que encaminhe a esta Casa o material para que todos os Senadores componentes desta Comissão possam estampar esses cartazes em seus gabinetes, não só aqui em Brasília, mas também em suas bases.

E também deixo aqui uma sugestão para que os médicos componentes desta Comissão possam ocupar a televisão, o jornal, a TV Senado, a Agência Senado, para ajudar nessa divulgação, que acreditamos ser muito importante, uma vez que a sociedade ainda tem um preconceito muito grande em relação à doação de órgãos.

Portanto, creio que é uma grande oportunidade desta Comissão participar ativamente e estabelecer com o Governo uma parceria no sentido de sensibilizar a sociedade para aqueles que há tantos anos esperam numa fila tenham oportunidade para viver.

Não tendo mais nada a tratar, considero encerrada esta presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES **Comissão de Assuntos Sociais**

Ata da Primeira Reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 03 de abril de 2003, quinta-feira às 11:00 horas.

Às onze horas e quatro minutos do dia três de abril de dois mil e três, na Sala 03, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **ANA JÚLIA CAREPA**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença dos Senadores **FÁTIMA CLEIDE, RENAN CALHEIROS, ROSEANA SARNEY, LÚCIA VÂNIA e PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Registra-se também a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador **ROMERO JUCÁ**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. A Senadora Ana Júlia Carepa esclarece que a chapa formada para presidi-la é composta pela Senadora Lúcia Vânia, para Presidenta e a Senadora Roseana Sarney, para Vice. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, a Senhora Presidenta convida as Senhoras Senadoras Fátima Cleide e Patrícia Saboya Gomes para servirem como escrutinadoras, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente – Senadora Lúcia Vânia, por 4 votos favoráveis; para Vice-Presidente – Senadora Roseana Sarney, por 4 votos favoráveis. São declaradas eleitas a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Roseana Sarney, Presidenta e Vice-Presidenta, respectivamente. A Senadora Ana Júlia Carepa convida a Presidenta eleita para assumir a presi-

dência da Subcomissão. A Senadora Lúcia Vânia agradece a honra com que foi distinguida pelos seus pares para presidir tão importante Subcomissão, e expõe sobre a importância dos trabalhos desta. A Presidenta Lúcia Vânia designa a Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes, para relatoria geral e passa a palavra para a mesma proferir seu primeiro pronunciamento à frente da relatoria geral da Subcomissão. A Senhora Relatora agradece a indicação e expõe a importância da Subcomissão e da função de relatora da mesma. Fazem o uso da palavra os senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Fátima Cleide, Renan Calheiros e Romero Jucá, todos eles expõem sobre a importância dos trabalhos dessa subcomissão e a necessidade de atenção para a situação da criança e da juventude no país. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senadora **Ana Júlia Carepa**, Presidente em exercício.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão criada por meio do Requerimento nº 9, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, aprovado em 13 de março de 2003.

Até o presente momento foi registrada a seguinte chapa: para Presidente, Senadora Lúcia Vânia; para Vice-Presidente, Senadora Roseana Sarney.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidente, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

A chamada nominal far-se-á segundo as composições partidárias.

(Procede-se à chamada nominal para votação.)

Encerrada a votação, convido as Senadoras Fátima Cleide e Patrícia Saboya Gomes para conferir os votos. (Pausa)

Concluída a apuração dos votos, foi verificado, por unanimidade, o seguinte resultado: para Presi-

dente, Senadora Lúcia Vânia; para Vice-Presidente, Senadora Roseana Sarney.

Convido a Senadora Lúcia Vânia para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Primeiramente, gostaria de agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a minha escolha para Presidente desta Subcomissão, bem como a escolha da Senadora Roseana Sarney para Vice-Presidente.

Eu gostaria de dizer da importância desta Subcomissão, uma vez que ela poderá acompanhar todos os trabalhos desenvolvidos pelo atual Governo e acompanhar com bastante determinação o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como Presidente eleita da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, nos termos do art. 89, combinado com o art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, indico A SRA. Senadora Patrícia Saboya Gomes para Relatora-Geral.

A Relatoria-Geral tem como um dos objetivos fazer o acompanhamento dos trabalhos que serão analisados por esta Subcomissão, que terá um prazo determinado de funcionamento. Findo este prazo, caberá à Relatora-Geral apresentar um relatório dos nossos trabalhos. As matérias a serem apreciadas por esta Subcomissão poderão ter outros Senadores como relatores.

Nesta oportunidade, agradeço à Senadora Ana Júlia por ter presidido a Subcomissão.

Passo a palavra à Relatora-Geral, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia, agradeço a minha indicação como Relatora-Geral desta Subcomissão.

Tenho procurado, ao longo da minha vida, como já tive oportunidade de dizer em diversas ocasiões, dedicar-me à questão dos direitos da criança e do adolescente. Primeiramente no meu Estado, que tem muitas dificuldades, onde muitas crianças precisam do nosso apoio, dedicação, trabalho e, mais do que isso, da nossa vontade e paixão por esta causa. Eu sei que V. Ex^a tem lutado também, ao longo da sua vida, para defender os direitos da criança e do adolescente; portanto, é uma honra e um privilégio ser Relatora desta Subcomissão Temporária, que tratará de assuntos relevantes na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Temos uma pauta certamente repleta de temas a serem debatidos. Eu gostaria de mais uma vez frisar a necessidade e a importância da participação,

em todos os momentos, da sociedade civil organizada, que tem buscado, ao longo de muitos anos, a defesa desses direitos. Tem sido de grande importância essa parceria pela contribuição e colaboração em todas as ocasiões em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Quero reafirmar meu compromisso de que esta Subcomissão dará uma grande contribuição ao nosso País e à defesa dos direitos da criança e do adolescente. Trazer essa pauta para o Senado é uma responsabilidade muito grande, mas, com certeza, haveremos de acertar e resgatar tantos anos de injustiça, de perversidade e de crueldade que têm atingido as crianças, os adolescentes e os jovens do nosso País.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Parabenizo as Senadoras Lúcia Vânia, Roseana Sarney e Patrícia Gomes, assim como todos nós por estarmos nesta Subcomissão.

Senador Renan Calheiros e Senador Romero Jucá, dos sete membros desta Subcomissão, cinco são mulheres. Isso não é uma questão apenas coincidente. Temos, nesta Casa, apenas nove Senadoras atualmente. Cinco, das nove Senadoras, estão aqui, com interesse nesta Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com certeza, todas – as Senadoras Lúcia Vânia, Patrícia, Roseana, Fátima e eu – com trabalhos e com atenção a essa causa.

Sem dúvida alguma, como mãe, com essa preocupação não só com os nossos filhos, mas com os filhos e filhas do Brasil, fico orgulhosa em ver a Subcomissão presidida por duas mulheres e também com uma Relatora.

Ainda há pouco, fui eleita Presidente de uma outra Subcomissão que aborda um assunto mais duro, eu diria, que é a extração mineral. Digo que essa verdadeira dívida social com as nossas crianças e nossos jovens não é só de hoje, mas de décadas, não tenho a menor dúvida. Demos um passo muito grande com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas a sua implementação e compreensão ainda requerem um trabalho imenso, porque ainda existe uma visão muito preconceituosa da própria sociedade em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Também sempre trabalhei por essa causa e quero dizer que vou participar.

Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento, a primeira a entrar com um requerimento – a Senado-

ra Patrícia também entrou com um –, conte com meu apoio, uma vez que procurarei participar desta Subcomissão, tenho todo interesse. Sou de um Estado também muito rico, mas, infelizmente, com um povo de pouco acesso a essas riquezas. Acredito que podemos fazer um trabalho bom, profícuo e de resultados positivos para o Brasil, até porque um país precisa cuidar do seu futuro, digamos assim, mas não no futuro. O futuro fazemos agora, hoje, no presente.

Parabéns às eleitas e que possamos fazer um bom trabalho.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também registro minha satisfação de compor esta Subcomissão, e parabenizo as Senadoras Lúcia Vânia, Roseana e Patrícia.

Creio que os trabalhos desta Subcomissão estarão em boas mãos, porque a vida parlamentar das três Senadoras já demonstra o compromisso com a criança e com o adolescente deste País.

Quero falar também, como a Senadora Ana Júlia Carepa registrou, da satisfação dupla de ter maioria de mulheres nesta Subcomissão, trazendo o sentimento da maternidade, a sensibilidade social e, agora também, o sentimento de avó, que se preocupa mais ainda com a criança.

Penso que, com o andar dos nossos trabalhos, Senadora Lúcia Vânia, é bem provável que tenhamos que reivindicar que esta Subcomissão não seja temporária, porque acredito que os problemas das crianças e dos adolescentes, da nossa juventude, não serão resolvidos num prazo tão limitado como o que temos para esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, da mesma forma, em pouquíssimas palavras, falar da minha satisfação em estar aqui como membro desta Subcomissão e, efetivamente, tentar dar uma contribuição, ainda que modesta. Como ex-Ministro da Justiça, em função do cargo que ocupava, tive que me envolver com essa discussão e, modestamente, gostaria de colaborar.

A questão da juventude tem que ser tratada como prioritária, sim. Temos que contribuir no rumo da definição de uma agenda mínima. Temos que en-

frentar problemas com os quais convive hoje a sociedade, por exemplo, as drogas e a violência familiar. O Brasil está vivendo atualmente sérios problemas de criminalidade e de impunidade. No Sul e no Sudeste, a criminalidade é a principal causa da morte de jovens, sobretudo de 15 a 24 anos. O Brasil tem 2,9% da população mundial e registra anualmente 13% dos crimes do planeta, que vitimam, sobretudo, jovens. Essa Subcomissão também com relação a isso tem uma grande contribuição a dar e, modestamente, no dia a dia, quero fundamentalmente participar desse trabalho.

Parabenizo todos os integrantes desta Subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Senadora Lúcia Vânia, que preside esta reunião, Senadora Ana Júlia e demais integrantes, quero, inclusive como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, registrar a satisfação de ver implantada esta Subcomissão.

Aqui já se pronunciaram diversos Srs. Senadores que abordaram efetivamente a importância de buscarmos novos modelos, já que o Brasil é muito grande, para a inserção do jovem e da criança na sociedade. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que ainda não está implantado no País, e vejo o esforço setorial de alguns Municípios e Estados, mas, na verdade, é preciso realizar um trabalho de conscientização e de implementação de ações muito mais forte.

Nessa Subcomissão, há a possibilidade de discutirmos modelos e experiências, de visitarmos locais nos quais os programas estão tendo êxito e de divulgarmos os projetos de sucesso. O Brasil é muito vasto e conta com experiência incríveis em todas essas áreas.

Quero dizer que esta Subcomissão terá todo apoio da Comissão de Assuntos Sociais e será concedido o prazo necessário para a realização de seu trabalho. A idéia, na verdade, não é que a Subcomissão resolva problemas *in loco*, mas sim que levante e discuta temas, apresente proposições e, talvez, posteriormente, alguns projetos que possam reforçar a intervenção na legislação brasileira. Posteriormente, a Comissão de Assuntos Sociais acompanhará efetivamente as ações sociais.

Quero registrar a minha satisfação e dizer que a Subcomissão é formada por cinco grandes Senadoras. O Senador Renan Calheiros, apesar de homem, tem sensibilidade e vai também ajudar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queremos aumentar a porção feminina em todos os homens.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Acredito que temos que aumentar a porção feminina no mundo. Sem dúvida alguma, se o mundo tivesse mais a visão feminina, não seria o que é hoje.

Saúdo a todas as Senadoras e, apesar de não ser membro da Subcomissão, vou participar das reuniões, das viagens e das discussões, quando possível, porque entendo que, dos temas propostos, esse é um dos mais importantes. A questão da juventude está vinculada diretamente à insegurança, à violência e à estruturação da própria família.

Quero parabenizar, então, a Presidenta Lúcia Vânia e a Relatora Patrícia Saboya Gomes e dizer que contem conosco, pois vamos realizar um grande trabalho em prol do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço às Sras e aos Srs. Senadores e quero dizer da satisfação de presidir essa Subcomissão, tendo na Presidência da CAS o nosso querido Senador Romero Jucá, que, sem dúvida alguma, apoiar-nos-á para que levemos esta Subcomissão, que discutirá a questão da criança e do adolescente, a todos os Estados da Federação.

Quero agradecer ao Senador Renan Calheiros por sua importante presença nesta Subcomissão. S. Ex^a foi Ministro da Justiça e sabe o quanto a juventude brasileira precisa de políticas voltadas para esse segmento.

Ao se elaborar qualquer plano nacional de segurança, não se pode deixar de levar em conta a juventude brasileira, extremamente sofrida e penalizada por falta de políticas públicas nacionais, por falta de apoio do Poder Público e da própria sociedade, que vê de forma distorcida a juventude envolvida em crimes, na marginalidade. Trata-se de um tema polêmico e difícil de ser abordado, porque o jovem é usado pelo crime organizado como massa de manobra para cometer crimes e se livrar das penalidades. A questão precisa realmente ser encarada com muita seriedade, bem como a questão da criança e do adolescente, vítimas de abuso

sexual, com a sociedade até certo ponto omissa em relação à agressividade, à violência que choca a família brasileira, porque isso acontece todos os dias, em todos os cantos do nosso País.

Portanto, esta Subcomissão terá um papel importantíssimo para levantar essas questões nacionalmente e, ao mesmo tempo, colaborar com o Plano Nacional de Segurança e com as políticas públicas do Governo, alertando a sociedade para a importância de uma mobilização nacional em torno da questão. Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar e não havendo quem queira usar da palavra, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Ata Da Segunda Reunião Da Subcomissão Temporária Da Criança, Do Adolescente E Da Juventude Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura, realizada em 22 de abril de 2003, terça-feira – após a ordem do dia.

Às dezessete horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e três, na Sala 07, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **FÁTIMA CLEIDE**, **ROSEANA SARNEY**, e **PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidente inicia os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à elaboração de cronograma de trabalho da Subcomissão. A Senadora **Lúcia Vânia** expôs uma agenda com sugestões de nomes de autoridades que seriam ouvidas pela Subcomissão. Foi aprovado o Requerimento nº 001/03-SUBCAJ de realização de Audiências Públicas. Fizeram o uso da palavra as Senhoras Senadoras **Patrícia Saboya Gomes**, **Fátima Cleide** e a **Ana Júlia Carepa**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos

acompanhamentos taquigráficos. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente. **Notas Taquigráficas**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Gostaria de falar sobre um trabalho que nossa equipe técnica elaborou: uma proposta de pauta para a próxima reunião. Quero ler a proposta e deixá-la para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores se pronunciem a respeito.

Em primeiro lugar, entendemos a necessidade de definir bem o papel desta Subcomissão. Quais são os objetivos e aonde queremos chegar com a Subcomissão, que terá uma duração de seis meses? Sugerimos que o Presidente da Comissão a torne permanente. Posteriormente, listaremos todas as políticas públicas para crianças, adolescentes e jovens.

Elaboramos uma agenda mínima envolvendo a questão do trabalho, do emprego e da renda. Inicialmente, propomos que o trabalho se desenvolva em torno da questão juvenil, em razão da discussão, na Ordem do Dia – ao menos da Câmara dos Deputados –, do tema relativo ao primeiro emprego. Seria importante que antecipássemos essa discussão para avaliar os projetos que estão em andamento. Nessa proposta do emprego, tratamos do primeiro emprego, de programas de estágio e do acesso ao mercado de trabalho.

Fizemos, também, um levantamento da questão da educação. Um problema que aflige a maioria dos Municípios brasileiros é a educação infantil, que não tem uma fonte de recursos para que seja, realmente, encampada pela maioria dos Municípios.

Tratamos, também, do aumento da escolaridade e da reforma do ensino médio, proposta no Governo passado. No entanto, a maioria dos Parlamentares tem pouco conhecimento a respeito do assunto, bem como a maioria dos Municípios. Há, também, a questão da educação profissional.

Outros itens para discussão são segurança e violência. Inicialmente, trataríamos do homicídio entre jovens e da maioridade penal, assuntos sobre os quais há vários projetos tramitando nesta Casa. Abordaremos a questão das drogas, da violência doméstica e do abuso sexual.

Na área de saúde, relacionamos alguns dos problemas mais graves: a gravidez precoce e os métodos contraceptivos.

Na área de cultura, esporte e lazer, como facilitar o acesso aos bens culturais e aos espaços de lazer nos grandes centros urbanos.

Essa é a proposta de pauta que fizemos. Julgamos que alguns temas são da maior importância. Há vários projetos sobre tais questões em tramitação nesta Casa. Nossa proposta é a de que a equipe técnica faça um levantamento de todos os projetos relacionados a crianças, adolescentes e jovens que estão em tramitação. Assim, poderemos fazer uma avaliação desses projetos e possibilitar a tramitação mais rápida daqueles que são do interesse desta Comissão.

Discutindo com nossa assessoria e com a assessoria de outros Parlamentares, compreendemos a importância de realizarmos uma reunião para a qual convidaríamos alguns especialistas da área para tratar do assunto. Fizemos sugestão de nomes que se encontram no documento que foi distribuído.

Peço que as Sras Parlamentares façam seus comentários a respeito da proposta.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, V. Exª colocou temas que são muito importantes e que estão na agenda de discussão da Infância e da Juventude. Gostaria apenas de concordar com V. Exª e sugerir que, na questão da saúde, fosse realizada uma audiência pública para que pudéssemos discutir o sistema de notificação de maus tratos contra crianças e adolescentes no Brasil. A idéia seria convidarmos o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais para participarem, inclusive porque alguns Estados já têm agido dessa forma e têm conseguido resultados muito importantes. O meu Estado, o Ceará, é exemplo disso, tendo já conseguido avançar muito.

É muito importante que sensibilizemos todos os profissionais da área de saúde e chamemos a atenção para esse tema. No nosso mandato, já iniciamos uma conversa nesse sentido e acredito que seria muito importante a Subcomissão tomar para si essa idéia de mobilizar os profissionais de saúde.

Também tinha uma preocupação grande em poder discutir um pouco melhor e mais profundamente a situação da primeira infância, por meio de uma audiência pública ou talvez de uma outra idéia, já que, em alguns momentos, acabamos discutindo outros temas, e a primeira infância fica sempre para segundo plano. Seria conveniente que a Subcomissão pudesse tratar especificamente da questão da primeira infância. V. Exª já colocou a possibilidade de uma proposta nesse sentido, então gostaria apenas de complementar.

Temos na pauta o que está sendo discutido na agenda do nosso País, tal como a questão da erradicação do trabalho infantil e da violência sexual contra

crianças e adolescentes no Brasil, para a qual já temos um pedido de instalação de CPI. Incluir nessa pauta a primeira infância é, sem dúvida alguma, algo muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pediria a V. Exª que fizesse a sugestão por escrito, para que pudéssemos anexá-la à proposta.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, gostaria também de concordar com a sugestão de pauta apresentada e acrescentar, aqui nesta abertura oficial das apresentações, a ONG Menção Criança.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já está sendo providenciado o acréscimo da ONG.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de concordar com a proposta feita pela Senadora Patrícia Saboya Gomes. Também temos outras práticas interessantes de governo: proporia o trabalho – trabalho que já foi premiado pela Unicef – do Programa Semente do Amanhã da Prefeitura Municipal de Belém, que retirou as crianças do lixão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já foi providenciada a inclusão da sugestão da Senadora Ana Júlia.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, gostaria de acrescentar que estamos participando, neste mandato, de uma comissão que está estabelecendo algumas idéias para o Dia Nacional da Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dia 18 de maio. Então, a título de sugestão, a exemplo do que fez a Frente Parlamentar, a Frente Nacional e o nosso gabinete que também abraçou essa idéia, a Subcomissão poderia também ajudar nessa mobilização. E propomos que no dia 15 e não no dia 18 – com a possibilidade de se alterar essa data – seja realizada uma reunião especial no Senado para discutirmos essa questão. Propomos, também, que a Subcomissão possa fazer parte dessa mobilização.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, será providenciada a inclusão da Subcomissão na reunião solene.

Antes de colocar em votação essa proposta, sugiro aos nobres Parlamentares marcarmos uma audiência com o Presidente do Senado – e eu gostaria que todos estivessem presentes – para conversarmos sobre a possibilidade de a TV Senado nos oferecer um espaço para enfocarmos as experiências exitosas relativas às crianças, aos adolescentes, à juventude em todos os Estados. Será de grande impor-

tância que um canal de televisão leve a todos os cantos do País experiências que podem motivar outros Municípios, outros Estados a trabalharem da mesma forma.

Portanto, nos termos do inciso II, § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 90 do Regimento Interno, do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude para, com a participação das autoridades abaixo-relacionadas, subsidiar o debate sobre a situação desses segmentos da sociedade brasileira, sem prejuízo de que outras autoridades venham a ser igualmente chamadas a debater o assunto neste plenário.

As autoridades das quais se pede a participação são: Secretário de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação, Sr. Antônio Ibañez; representante da Unicef, no Brasil, Srª. Reiko Niimi; representante da Unesco no Brasil, Sr. Jorge Werthein; Desembargador do Estado de Santa Catarina, Sr. Antônio Fernando do Amaral e Silva; Juiz da Infância e da Juventude do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. João Batista Costa Saraiva; Sr. Gilberto Dimenstein, Organização Não-Governamental Missão Criança; Organização Semente do Amanhã, do Estado do Pará.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentadas. (Pausa)

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h e 50min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

Ata da Terceira Reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 07 de maio de 2003, quarta-feira – após a ordem do dia.

Às dezoito horas e dezesseis minutos do dia sete de maio de dois mil e três, na Sala 19, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presen-

ça dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **CLEIDE** e **PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidente inicia os trabalhos propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à discussão e votação de requerimentos e estabelecimento de um cronograma de trabalho da Subcomissão. Foram aprovados os Requerimentos nºs 002 e 003/03-SUBCAJ, de autorias das Senhoras Senadoras Patrícia Saboya Gomes e Lúcia Vânia, sendo o primeiro para que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias para a realização do evento de lançamento do livro “Esmeralda: por que não dancei”, de coordenação do jornalista Gilberto Dimenstein, marcada para o dia 29 de maio do ano em curso, às 18:30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho e o segundo para a realização de Audiência Pública com a presença do Senhor Agop Kayayan, consultor da área da criança e adolescência e ex-representante UNICEF no Brasil, para discussão sobre temas de trabalho e segurança na juventude. A Senadora Lúcia Vânia disponibilizou aos membros da Subcomissão uma agenda de trabalho para as próximas reuniões. Fizeram o uso da palavra as Senhoras Senadoras, Fátima Cleide e a Ana Júlia Carepa. Não havendo mais quem quisesse usar da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente. **Notas Taquigráficas**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação de requerimentos e o estabelecimento de um cronograma de trabalho para esta Subcomissão.

Quero comunicar também às Srªs e aos Srs. Senadores que a Senadora Roseana Sarney não poderá participar de nossa reunião em virtude de licença médica.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Srª Presidente, eu gostaria de ler dois requerimentos para que a Subcomissão pudesse tomar uma decisão em relação a eles.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Tem a palavra a Senadora Patrícia Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – É o seguinte o requerimento:

“Requeremos, nos termos regimentais, que sejam tomadas as medidas administrativas necessárias para a realização do evento de lançamento do livro **Esmeralda – Por que não dancei**, de coordenação do jornalista Gilberto Dimenstein, no âmbito da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, marcado para o dia 29 de maio do ano em curso, às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.”

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – O segundo requerimento:

“Requeiro, nos termos regimentais, convidar o Sr. Agop Kayayan, consultor da área da criança e adolescência e ex-representante da Unicef no Brasil, para a discussão sobre temas de trabalho e segurança na juventude, no âmbito da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude.”

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Em discussão o requerimento da Senadora Patrícia Saboya Gomes. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria, neste momento, de colocar em discussão a agenda da próxima reunião. Essa agenda de trabalho se encontra anexada à agenda principal, que se encontra na mesa dos Srs. Senadores.

Propusemos a aprovação de um convite à Srª Esmeralda do Carmo Ortiz, que é autora do livro **Esmeralda – Por que não dancei**. Esse livro é coordenado pelo jornalista Gilberto Dimenstein e a nossa

pretensão é relançá-lo aqui, na Biblioteca do Senado, no dia 29/05/2003, quando estaremos promovendo uma audiência pública, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, que contará com a presença dos Srs. Ministros do Trabalho e da Justiça e do jornalista Gilberto Dimenstein. Após essa audiência pública, pretendemos, se aprovado por esta Comissão, fazer o relançamento do livro da SRA. Esmeralda do Carmo Ortiz.

Coloco em discussão essa proposição. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir a palavra para fazer uma correção sobre o cronograma de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O programa Semente do Amanhã não é um programa de prática de ONG, é um programa de práticas de governo. É preciso corrigir.

Também eu queria perguntar o seguinte. Em tese, não temos certeza se seremos convocados em julho, ou se haverá uma autoconvocação – já li sobre o assunto na imprensa. Então, já estarmos marcando reuniões para julho penso que não seria interessante. Poderíamos indicar uma data e, se trabalharmos nesse período, se houver autoconvocação, realizaremos as reuniões tranquilamente. Do contrário, se houver recesso, ficará difícil a nossa presença nas reuniões da Subcomissão.

Apresento o “Semente do Amanhã” como programa de Governo da Prefeitura Municipal de Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Será feita a retificação.

Informo à Senadora Ana Júlia Carepa que faremos a observação em relação às datas e reformularemos o cronograma. O mês de julho não será colocado no cronograma de trabalho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Srª Presidente, a minha preocupação é semelhante à da Senadora Ana Júlia Carepa.

Pergunto a V. Ex^a se já foi estabelecido o horário para a audiência pública que será realizada no dia 29 de maio?

Sempre ficamos na dúvida se haverá ou não reunião no horário preestabelecido, o qual coincide com a Ordem do Dia. Por isso, às vezes, é complicado convidarmos pessoas para virem à Subcomissão sem que possamos participar da reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Senadora Fátima Cleide, preocupamo-nos em estabelecer que a audiência do dia 29 de maio da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude seja realizada em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é de interesse não apenas da Subcomissão, mas também da CAS. Portanto, acredito que não haverá problemas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h23min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE.

Ata da Quarta Reunião da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de maio de 2003, terça-feira – às 18:30hs.

Às dezoito horas e cinquenta minutos do dia treze de maio de dois mil e três, na Sala 02, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA**, reúne-se a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE e PATRÍCIA SABOYA GOMES**. A Senadora Roseana Sarney justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Agop Kayayan, consultor da área da criança e adolescência e ex-representante UNICEF no Brasil, para discorrer sobre temas de trabalho e segurança na juventude. O Senhor Agop Kayayan faz o uso da palavra para a sua exposição inicial. Antes de iniciar as interpelações, foi aprovado o requerimento oral abrindo a oportunidade para outros participantes possam fazer o uso da palavra e que sejam feito um bloco de 3 perguntas, para após o palestrante respondê-las, de autoria Senhora Senadora Lúcia Vânia. Participaram

das interpelações ao Senhor Agop Kayayan, as Senhoras Senadoras **ANA JÚLIA CAREPA, FÁTIMA CLEIDE e PATRÍCIA SABOYA GOMES**. Também fizeram o uso da palavra a Senhora Deputada Federal **TELMA DE OLIVEIRA**, as senhoras **MARIA DA GLÓRIA**, da ONG Jóia; e **ANA PAULA MARIANO**, assistente da promotora de justiça da cidade Novo Gama – GO; Dr^a. **LÍDIA CAVALCANTI**, promotora de Justiça de Caxias – MA; e a Senhora **TÂNIA SARMENTO**, 1ª Dama do Município de Valparaíso do Goiás. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farias Nery** a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta. **Notas Taquigráficas**

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 3/2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, subscrito pela Senadora Lúcia Vânia, destinada a subsidiar os trabalhos desta Subcomissão no que concerne aos temas trabalho e segurança na juventude, com a presença do Sr. Agope Kayayan, consultor da área da criança e do adolescente e ex-representante do Unicef no Brasil.

Antes de chamar o nosso convidado, eu gostaria de submeter a esta Subcomissão um requerimento oral para que, após os Senadores presentes se manifestarem, outros participantes possam fazer uso da palavra também.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convido o Sr. Agope Kayayan para tomar assento à Mesa. (Pausa.)

Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria de agradecer a presença, nesta nossa primeira audiência pública, do Sr. Agope Kayayan, especialista na área referente à criança, ao adolescente e à juventude.

O Sr. Agope Kayayan é ex-representante do Unicef no Brasil, tendo exercido essa função por longo período. Está participando hoje desta audiência pública, trazendo-nos idéias, reflexões e sua experiência durante esse período em que ele pôde andar pelo Brasil inteiro e conhecer experiências exitosas. Enfim, ele tem um cabedal de conhecimento e de experiências para oferecer subsídios para que esta Subcomissão possa cumprir seu papel de elaborar políticas públicas voltadas para a criança, o adolescente e a juventude.

O objetivo desta Subcomissão é trazer à tona uma discussão que hoje aflige toda a sociedade brasileira e que coloca o jovem no centro da agenda política do nosso País. É comum ver no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, calorosos debates acerca da segurança pública, principalmente no que diz respeito à repressão. Entretanto, o objetivo desta Subcomissão é chamar a atenção para a questão da segurança, em que tantos jovens estão envolvidos na criminalidade, a importância da prevenção em qualquer programa nacional de segurança pública. Nosso objetivo é trazer para cá essa discussão preventiva, mostrando que uma política pública correta poderá evitar futuramente o descompasso existente hoje entre a própria sociedade e a juventude, que, cada vez mais, está sendo levada para a criminalidade.

Concedo a palavra ao Sr. Agope Kayayan.

O SR. AGOPE KAYAYAN – Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, considero-me muito honrado de ter sido convidado para esta reunião e gostaria de abordar diretamente o assunto de políticas públicas para a adolescência sem uma análise muito detalhada da situação atual.

Hoje, os jovens, os adolescentes talvez formem um dos grupos etários que têm recebido menos atenção da sociedade brasileira. Algumas ações do setor público, nas áreas especialmente de educação e capacitação profissional, têm conseguido resultados nos últimos anos notáveis, mas não só para atender as necessidades desses jovens, mas também para fortalecer a posição do País, no sentido de permitir uma participação séria dos jovens nos assuntos do

País, para fortalecer o sistema democrático de governo e também para fortalecer a capacidade econômica do País. Eu acredito que é necessário focar a atenção das políticas públicas em duas grandes áreas. Quando digo isso, estou consciente de que existem outras áreas além das que vou mencionar, mas penso que para responder às necessidades dos jovens e para as necessidades econômicas e sociais, de paz social e de governo democrático no País, essas duas áreas que vou mencionar são as mais importantes.

Se analisarmos os dados da educação no País – essa é uma fase em participar é vital para o desenvolvimento dos jovens – vemos que o País conseguiu resultados significativos nos últimos anos. Mas trata-se de uma área que precisa de reforço.

(Pausa.)

Eu tenho de tomar água, porque, para mim, ela é medicamento. Vou aproveitar a oportunidade para fazer o meu “comercial” aqui no Senado. A minha voz é assim “bonita” e “atrativa”, porque fumei durante 40 anos e agora não tenho cordas vocais. Tive uma excelente fonaudióloga aqui que me fez falar. Até em público posso falar. A minha aposta com ela é de que um dia vou cantar ópera.

Continuo:

Se verificarmos os dados da educação, vamos ver – e quero dar pinceladas grandes sobre o assunto – que a cobertura do serviço de educação da América Latina, em termos mundiais, é relativamente boa. Há acesso aos serviços de educação básica. O que ocorre é que esse acesso é desigual. Basicamente, existe uma diferença entre a população pobre e a de classe média, média alta. A da população pobre não tem acesso à educação privada, por exemplo. Algumas organizações não-governamentais executam programas educacionais, mas são poucas.

O acesso à educação melhorou significativamente. Sempre insisto nesses três fatores que demonstram por que é importante melhorar a qualidade da educação: 1) para desenvolver a plena capacidade desses jovens como pessoas, como indivíduos; 2) para continuarmos a ter uma democracia plena, pois, se alguns têm acesso a uma educação de menor qualidade do que outros, alguns vão exercer e exigir direitos que outros não vão; 3) para contribuir de maneira significativa com o desenvolvimento econômico do País.

O Brasil é um País com riquezas naturais extraordinárias. Falo de minérios, de terras, de água, de clima. Em todos esses aspectos, o País tem uma riqueza extraordinária. Sempre coloco em forma de

pergunta o que quero expressar. O que é que a Alemanha tem que o Brasil não tem? Não tem muita coisa. O que é que toda a Europa Ocidental tem que o Brasil não tem? O Brasil tem mais. Qual país extraordinariamente rico tem mais que o Brasil? O Japão, um grupo de ilhas. Sua maior riqueza vem da pesca. Tem pouca terra.

Falta ao Brasil a capacidade de transformação. Precisamos, de maneira urgente, como prioridade nacional, desenvolver recursos humanos que possam transformar os produtos. Importamos do Japão um computador de dois quilos no máximo – quanto menor o peso mais caro é – por US\$1,5 mil ou US\$2 mil. São dois quilos de plástico e metal. O que há dentro é a inteligência humana, a educação. O Brasil precisa, urgentemente, melhorar a qualidade da educação, que varia muito de lugar para lugar.

Tenho alguns dados. A taxa de repetência no Ensino Fundamental, da primeira à quarta série, em Alagoas, é de 36%; em São Paulo, de 7%. Mesmo assim, essa margem é muito grande. São níveis de repetência inadmissíveis. Não se pode continuar dessa maneira.

Creio, mas não sei se consigo expressar suficientemente o conceito, que o Brasil está numa situação de calamidade. E só sairá desta situação se toda a sociedade estiver consciente do tamanho do problema e mobilizar-se para corrigir a situação. Nem nos países mais desenvolvidos, o governo sozinho é capaz de melhorar a qualidade da educação. Sempre há entidades religiosas, organizações sindicais, organizações de empresários, organizações não-governamentais financiadas por diferentes formas, que apóiam, cada vez mais, a melhoria da qualidade da educação. O Brasil precisa passar por isso!

Esses indicadores são corroborados por várias fontes. Consultem jornalistas que visitam escolas. Consultem ONGs que trabalham na área de educação, especialistas na área de educação. Há uma concordância, uma posição quase unânime de que a qualidade da educação tem que melhorar drasticamente. Sem isso, o País não poderá competir com outros países. Partes da população não poderão desenvolver suas capacidades, e o sistema democrático se tornará muito frágil. Jovens, especialmente jovens, com tanta energia, com uma qualidade educacional que deixa a desejar, sem possibilidade de emprego, são como uma bomba-relógio, falta apenas o manipulador!

É extremamente importante que a sociedade brasileira participe como um conjunto. Os partidos políticos todos, juntos, podem contribuir para melhorar a

qualidade da educação. É como se o País estivesse em guerra. Todos, neste momento, têm que deixar de lado as diferenças e encontrar pontos comuns para trabalhar de maneira conjunta.

Desculpe-me, Senadora, mas farei esta proposta que me ocorre. O Congresso é muito visível. Imaginem que impacto teria sobre a população, sobre o Executivo, sobre as organizações da sociedade civil, se os dez líderes dos dez partidos, juntos, fizessem alguma coisa pela melhoria da qualidade da educação. Juntos, todos juntos! Poderia até ser algo pequeno, simbólico, mas o impacto no País seria enorme! Porque o Brasil tem que acordar para o fato de que estamos frente a uma calamidade pública. Com o desenvolvimento da informática, da maneira como está indo, estamos cada vez mais distantes dos países industrializados. A esperança era de que a informática pudesse ser socializada para as camadas mais pobres e para os países menos desenvolvidos, mas, por uma série de fatores comerciais, isso não está acontecendo. Pelo contrário, criança de oito anos, na Alemanha, tem acesso ao computador; o meu filho tem acesso ao computador. Mas a criança pobre não tem acesso a ele. Isso está aumentando, multiplicando o tamanho do abismo entre as populações mais e menos favorecidas.

A segunda área para a qual estou propondo uma ação concentrada de política pública – e sempre falo em termos da sociedade brasileira, não sou governo – é a de capacitação profissional dos jovens, sua racionalização.

Essa é uma área onde tem havido um processo de racionalização, mas ainda deixa muito a desejar no aspecto organizacional da capacitação profissional. Existem recursos na sociedade, mas muito dispersos. Não sei por que são tão dispersos. O Governo Federal tem várias fontes de financiamento para capacitação profissional de jovens. Na sociedade civil é a mesma coisa. Com as empresas do setor empresarial acontece a mesma coisa, só que as empresas se organizaram um pouco melhor. O Sistema S conseguiu montar um sistema de capacitação porque eram necessidades do setor da indústria ou do comércio.

Precisamos nos organizar melhor na capacitação profissional. Existem muitos bons exemplos. Na sociedade civil organizada, nas ONGs existem experiências maravilhosas. Existe uma experiência em Recife, um programa chamado Coletivo Mulher Vida, extraordinário, que trabalha com mulheres em situação de alto risco. Elas só saem do programa quando estão empregadas. Há um outro programa parecido

em Fortaleza, o Edisca. Uma bailarina famosa decidiu se dedicar a crianças carentes e, em um programa de complementação escolar com atividades extracurriculares, ensina balé clássico a meninos e meninas pobres. Aqui em Brasília houve duas apresentações no Teatro Nacional. É um grupo tão bem organizado que foi convidado para se apresentar na Alemanha, Itália, Suíça.

Na área de capacitação profissional, houve um pouco de desorganização, onde diferentes grupos fizeram diferentes coisas. Ganham boas experiências, não estou tentando diminuir a importância disso, mas agora precisamos nos reagrupar e reorganizar para racionalizar o processo de capacitação profissional. É hora, por exemplo, de ver qual é a demanda por emprego no mercado e como pode ser capacitada a mão-de-obra para aquele mercado, continuando os jovens nas escolas; uma capacitação profissional séria, uma capacitação profissional que envolva a indústria, o comércio, o governo, a sociedade civil organizada, todos juntos. Precisamos dessa capacidade, desse conhecimento acumulado por vários anos de governos, de empresas privadas e de organizações da sociedade civil. Temos que juntar essas experiências. Sem isso não vamos ter sucesso.

Gostaria de fazer uma última proposta. O Brasil foi um dos países cujas áreas de governo melhor se relacionaram com a sociedade civil organizada.

Durante a década de 90, houve uma aproximação muito favorável entre sociedade civil e governo, a ponto de o Ministério das Relações Exteriores, ao participar de reuniões internacionais, consultar organizações da sociedade civil. Algo muito raro, mas muito inteligente por parte do Ministério das Relações Exteriores. Em vez de ter essas ONGs com **pancartas**, em Beijing ou no Cairo, consultava-as antes de ir a essas localidades.

Mas ainda falta uma cooperação mais estreita, especialmente entre governo e organizações da sociedade civil.

Antes de vir para esta Comissão, ouvi, em um escritório do Executivo, sobre a mesma proposta, a seguinte reação: "Mas eles são tão fracos!" O fato de a sociedade civil organizada ser fraca não significa que não devam trabalhar com suas organizações, que têm experiência de metodologia de trabalho desenvolvida por décadas, especialmente com populações tradicionalmente relegadas. Esse conhecimento é extremamente importante.

Entidades governamentais geralmente executam programas sem muita preocupação quanto à ori-

gem dos beneficiários, porque, não tendo tempo, executam-nos em massa.

O que poderemos conseguir com a aproximação entre sociedade civil e governo? O fortalecimento dos programas e concessão de um maior número de benefícios para os jovens, fazendo com que eles recebam dos dois lados, uma complementação de coisas que alguns podem fazer e outros não. Por exemplo, o governo não pode trabalhar com meninos de rua, porque eles saem para a rua à noite, e funcionário público pára de trabalhar às dezoito horas. Por que não juntar governo e ONG para trabalhar com esses meninos? Isso tem sido feito, mas não sistemática e intensamente, com um pouco mais de confiança. É preciso que haja confiança no que o outro pode fazer, apoiar-se mutuamente, ao invés de criticar, como frequentemente acontece.

Para resumir, não podemos deixar de dar enfoque à melhoria da qualidade da educação e ao fortalecimento da capacitação profissional. Como metodologia, proponho reunir a sociedade brasileira ao redor desses dois temas. Acredito firmemente – posso estar errado – que a educação e a capacitação profissional de jovens são os fatores mais importantes para a sobrevivência nacional e prevenção de violência. Existem outras áreas que devem e podem ser incluídas. Por exemplo, em um programa de melhoria de qualidade de educação e capacitação profissional, pode-se incluir informação sobre prevenção de doenças. É importante.

Não estou tentando diminuir a importância de outros assuntos. Lazer é muito importante, mas estou, intencionalmente, enfocando essas duas áreas, que considero essenciais. As outras podem ser somadas.

Terminarei aqui porque estou ficando sem voz e vou me poupar para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Sr. Agop Kayayan.

Eu gostaria de comunicar àqueles que desejam fazer questionamentos ao Sr. Agop Kayayan que a lista para inscrição encontra-se sobre a mesa.

Passo a palavra à Senadora Fátima Cleide para os seus questionamentos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr^a Presidente, Sr. Agop Kayayan, quero parabenizá-lo pela disponibilidade de vir até esta Subcomissão discutir questões tão importantes com relação à nossa juventude.

Faço coro com V. S^a na sua afirmação de que o Brasil só sairá da calamidade se houver grande mobi-

ização social. Tenho muita fé no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministro Cristovam Buarque tem sido um incentivador incansável, em batalha constante, ao chamar a sociedade para estar junto com o Governo não só para zerar o analfabetismo no nosso País, mas também para evitar a construção de mais prisões, construindo hoje escolas de verdade.

No último sábado, participei da inauguração de uma escola na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, por ocasião da visita do Presidente da República e da reunião com os Governadores da região Norte. Não só na hora da inauguração daquela escola, mas também na noite anterior, na inauguração do hospital, senti renovada essa esperança e a confiança de que o Poder Público, quando quer, faz escolas com recursos públicos. E aquela escola não era uma ilha da fantasia; existem doze daquelas no Estado do Acre. São escolas espaçosas, ocupando espaços antes ociosos. Essa que foi inaugurada no sábado era uma fábrica de laticínios que estava em desuso e é agora uma escola bonita e alegre.

Se agirmos dessa forma no Poder Público e se tivermos a mobilização social para que essas coisas se realizem, podemos caminhar no sentido inverso do que tem ocorrido até hoje. Digo isso porque venho de um Estado cuja capital é a cidade mais violenta do País, em termos proporcionais à população. A cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, é hoje a que detém os mais altos índices de mortalidade de jovens. Nossos jovens estão morrendo não só na periferia, mas no centro da cidade também. E é a única capital do Brasil que não tem um leito hospitalar de responsabilidade do município. É a única capital do Brasil que não tem um teatro, nem estadual, nem municipal, nem de responsabilidade federal, de ninguém. Nossas crianças estão à mercê da sorte, nas mãos de narcotraficantes, servindo de "aviõezinhos". E aqueles que conseguem ter acesso ao segundo grau – já fora da faixa etária, na sua maioria – são empurrados para verdadeiras fábricas de diplomas, que são os cursos noturnos supletivos.

Dessa forma não haverá como resgatar nossa juventude das mãos do crime organizado – refiro-me aos jovens de Porto Velho, cidade de porte médio, com 450 mil habitantes.

Pergunto: de que instrumentos o Poder Público e a sociedade civil dispõem para compatibilizar os cursos profissionalizantes com o mercado de trabalho? E o que fazer para que esses cursos estejam adequados à vocação econômica de cada região?

O SR. AGOP KAYAYAN – Obrigado, Senadora, por trazer esse exemplo de Porto Velho.

Há uns sete ou oito anos, fizemos um mapa colorido do analfabetismo entre jovens no Brasil. Fiquei estarrecido ao ver quanto vermelho havia no mapa – vermelho referia-se a taxas altas de analfabetismo –, principalmente em toda a fronteira norte do País. Para mim foi tão chocante que solicitei uma audiência com o Secretário de Segurança Nacional. Mostrei-lhe o mapa e disse que, se fizesse parte do Governo brasileiro, estaria extremamente preocupado com o exército de jovens analfabetos na fronteira; dá medo porque podem ser manipulados. O Brasil não está em situação de conflito, mas, se algo ocorrer, teremos esse sério problema.

Que instrumentos podemos usar na área de formação profissional?

Os governos é que têm maior capacidade analítica da situação do mercado de trabalho. Por isso deveriam identificar as áreas de demanda de trabalhadores por localidade, ou seja, definir que tipo de trabalhadores precisamos no Ceará, na costa e no interior, na agricultura, na indústria, no turismo, no comércio, envolvendo não só a sociedade civil, mas também, por exemplo, os SESIs e SESC's, porque sabem do que a população precisa. E, na montagem dos cursos, fazer um esforço canalizado, criticamente montado. Porque, vejam vem, formação nisso, formação naquilo... Vi jovens sendo formados com recurso público, e eu acredito na organização que ofereceu o curso, que o tenha feito muito seriamente, mas seriamente no sentido de não usar mal os recursos. Mas eu me perguntava: o que esses jovens vão ter no final do curso, que não tinham antes? Um curso sobre ética, um curso sobre cidadania, uma aula sobre isso, uma aula sobre aquilo. Não é assim. Temos que formar. Eu dizia à Senadora Lúcia Vânia que, na Alemanha, para ser padeiro, é preciso estudar quatro anos. E faz um bom pão.

Então, devemos juntar os esforços da sociedade brasileira, a fim de desenvolver não só as áreas em que há demanda, mas também as de potencial.

O Presidente Lula quer que o País exporte mais.

Temos que ver que produtos podem ser exportados e treinar jovens para esses postos de trabalho.

Sobre o Ministério da Educação, o Ministro é um bom amigo, conheço-o intimamente, sei o que pensa e o que está querendo fazer. Acredito que seja um momento histórico para o Ministério da Educação: aproveitar essa vontade política, especialmente para fazer com que a população mais pobre, que não tem participado plenamente dos serviços educacionais, tenha um maior aproveitamento. Isso é possível com a participação de organizações não-governamentais,

porque as ONGs trabalharam com essa população, fracassaram, desenvolveram metodologias, algumas deram certo, outras não, algumas foram avaliadas, foram capacitadas, mas formaram um quadro conceitual que podem compartilhar com os Governos Federal, Estadual e Municipal.

O assunto de que tratávamos antes de vir para cá era exatamente este de como fazer a participação sociedade civil – Ministério da Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Consulto a Senadora Fátima Cleide se está satisfeita ou se gostaria de fazer mais alguma observação. (Pausa.)

Se o Plenário concordar, para agilizarmos os nossos trabalhos, os inscritos poderão fazer três perguntas, e posteriormente o Dr. Agop as responderá.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dr. Agop, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que desenvolve, especialmente no Brasil.

Nos últimos anos, os indicadores em relação ao ensino médio brasileiro melhoraram. Segundo pesquisa da Unesco, houve uma evolução na taxa de aprovação dos alunos do ensino médio de 71% para 75%, entre 1996 e 2000. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição no número de reprovações, de 9,5% para 7,5%, no mesmo período. Apesar de tanto o aumento da aprovação quanto a diminuição da reprovação significarem uma melhora dos indicadores, e essa melhora chegar ao ensino médio, continua sendo um desafio para a maior parte dos jovens brasileiros concluir o ensino médio. De cada 100 alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 59 conseguem concluir essa etapa. E somente 40 conseguem concluir e pegar o diploma de ensino médio.

Que mecanismos estão sendo pensados para garantir um acesso maior ao ensino médio?

Também gostaria de fazer um comentário sobre um dado exposto em relação à violência. A quantidade de jovens do sexo masculino vítimas da violência é muito maior que a do sexo feminino, e temos que tomar, sem dúvida nenhuma, medidas urgentes para que a vida da nossa juventude não seja ceifada de forma tão rápida e, ao mesmo tempo, tão vil, porque tantos jovens morrem por conta da violência. Então, eu queria tocar nessas duas situações.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, a Deputada Telma de Oliveira.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB – MT) – Srª Presidente Lúcia Vânia, companheira e amiga de longas batalhas na área social, é um prazer estar aqui e também com o senhor, que provavelmente já deve ter ido a nosso Estado, Mato Grosso, quando estávamos lá desenvolvendo os nossos programas sociais. Então, é um prazer encontrá-lo aqui novamente.

Esse é um tema que tem causado muita preocupação. Lá, em Mato Grosso, Estado que tenho a honra de representar, temos uma preocupação muito grande, porque o nosso Estado é de fronteira – como o senhor acabou de dizer –, é um Estado por onde se faz tráfico de drogas, de armas, e agora temos também o tráfico das nossas adolescentes que vão para os outros Estados para se prostituir. Então, é uma situação que tem nos afligido bastante.

Durante os oito anos em que Governador Dante de Oliveira esteve lá, houve melhora nos índices da área de educação e de desenvolvimento humano. Mato Grosso ocupava o décimo segundo lugar e agora ocupa o nono lugar no **ranking**, o que demonstrou o investimento, o esforço conjunto do Governo Estadual e Federal e da sociedade como um todo na busca dessa melhoria.

O senhor diz que o jovem sem educação, sem perspectiva de emprego é como uma bomba pronta a explodir. O que temos sentido é que, embora com tudo isso, continuamos ainda com um índice muito alto de jovens infratores – e a idade deles vem diminuindo cada vez mais –, embora tenhamos melhorado nosso índice na educação.

O meu questionamento é se as políticas não teriam que ser um pouco mais integradas, envolvendo a família, envolvendo a segurança porque o nosso trabalho acaba sendo em vão. Investe-se em educação, mas enquanto não houver uma ação forte do Governo nas áreas de fronteiras esses jovens continuarão a ser aliciados e as armas continuarão a entrar no Rio de Janeiro, em São Paulo, a provocar toda essa violência.

Vemos em outras sociedades essa mesma violência dentro das escolas, com jovens que têm uma situação muito melhor do que a dos jovens brasileiros. Eu gostaria de fazer esse questionamento sobre essa violência que permeia a nossa juventude.

Acho fundamental quando o senhor coloca que é importante que o jovem possa ter essa orientação não somente para as doenças sexualmente transmissíveis, mas também para a gravidez precoce. Até apresentamos um projeto, aqui na Câmara, para haver um atendimento à adolescente grávida jovem, que não tem nenhum tipo de assistência. E conside-

ramos fundamental que não seja a escola o ponto de discriminação, mas, sim, um ponto de apoio a essas jovens. Muito obrigada.

Peço desculpas, se daqui a pouco tiver que me retirar, porque ainda estamos em sessão na Câmara, mas eu não poderia deixar de vir aqui e de cumprimentá-los. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, A SRA. Maria Célia Leão, Presidente da ONG Jóia.

A SRA. MARIA CÉLIA LEÃO – (Intervenção fora do microfone) ... estamos colocando toda a nossa disposição de trabalho e a nossa longa trajetória à disposição daquilo que consideramos importante, que é a juventude, neste momento a grande esperança do Brasil.

Queremos cumprimentar o senhor, Dr. Agop Kayayan, e a nossa nobre amiga Lúcia Vânia, que representa dignamente a mulher brasileira, Senadora batalhadora que veio lá da minha terra, com muito orgulho e que está aqui fazendo aquilo que ela acreditava há 20 anos, quando, juntas, começávamos a discutir o papel político da mulher. Acreditávamos que a mulher traria exatamente essas discussões de melhoria da qualidade de vida, das questões sociais, educacionais, de emprego e de renda.

Cumprimento as nobres Senadoras, porque notei aqui, Senadora Lúcia Vânia, que as nossas Senadoras é que estão fortalecendo, discutindo o papel tão importante da juventude.

Dr. Agop, quando o senhor fala em educação para o jovem, nos vem um outro questionamento. Esse jovem passou por um ensino primário deficitário, que o fez não ter vontade de participar mais da escola, na qual ele foi massa de manobra, na maior parte das vezes por questões políticas dos professores, os quais, por questões muitas vezes diversas e até mesmo por momentos políticos especiais, fizeram greves e levaram outro questionamento que não o da educação para dentro da sala de aula. Essa criança cresceu sem vontade de participar de uma escola. Quando jovem, torna-se uma bomba, cheia de força, de energia. Com o ensino deficitário, sem professores qualificados, motivados, até mesmo por falta de um pagamento digno, esse jovem não tem vontade de se dedicar ao estudo. Essa bomba que ali está não tem sequer outra válvula de escape. Por quê? Não existem, nas periferias das cidades, programas de lazer, de esporte, que levem essa juventude a canalizar toda essa energia para alguma coisa saudável.

Eu pergunto ao senhor se agora, quando estamos discutindo isso de forma tão profunda, não seria o momento de começarmos a solicitar que os nobres Senadores comessem a pensar numa reformulação da educação, mas lá de baixo, da base.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Srª Maria Célia Leão.

Com a palavra, o Dr. Agop Kayayan.

O SR. AGOP KAYAYAN – Primeiramente, um comentário sobre a violência com os jovens. Os dados indicam que os jovens que morrem por mortes violentas são do sexo masculino e negros, uma discriminação contra jovens negros pobres. A violência contra a menina está aumentando e naturalmente toma outras formas, como, por exemplo, a exploração sexual, uma agressão extremamente violenta.

E como chegar ao ensino médio? Houve um momento em que podíamos prever esse engarrafamento no ensino médio, porque, quando aumentou o acesso à educação básica, esses alunos tinham de ir para algum lugar. Esse algum lugar era o Ensino Médio, que não estava pronto para absorver essa população.

Apesar disso, acredito que houve um avanço significativo. Continuo insistindo no fato de que, em razão da baixa qualidade da educação básica, é preciso haver uma ação conjugada entre o Governo e a sociedade civil.

Na realidade, temos de retroceder um pouco e falar também da educação inicial, porque as crianças pobres, principalmente, estão chegando ao Ensino Fundamental sem saber segurar um lápis.

Uma vez, em Honduras, eu tive as minhas dúvidas se o Unicef deveria apoiar programas de educação inicial. Perguntei à professora do primeiro ano: "Qual é a diferença entre uma criança que vem de um curso de educação inicial e outra que não vem?" Ela respondeu: "A criança que vem da educação inicial sabe segurar um lápis".

Para nós, isso parece algo simples, mas, para uma criança, aprender a segurar um lápis, requer um esforço enorme. Tem de juntar três dedos e mover a mão de uma certa maneira. Coitado do meu filho maior, que sofre muito com isso! Ele escreve, e ninguém consegue ler o que ele escreve.

Temos de pensar também na educação inicial. Acredito que este é o momento de o Brasil fazer um esforço maior para melhorar a educação inicial.

No caso do Ensino Médio, temos de melhorar dentro do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação, a qualidade profissional dos professores.

Tem-se de pensar, de uma maneira ou de outra, em melhorar o nível salarial dos professores. Isso não pode continuar da mesma maneira. Professor com fome não pode ensinar. Algo tem de ser feito para valorizar os professores. Há várias coisas que podemos fazer, mas insisto em complementar o que a escola não pode oferecer fora dela com a sociedade civil organizada.

Espero – seria algo maravilhoso – que o Congresso Nacional aprove alguns estímulos para que essas organizações sobrevivam melhor.

Realmente, conhecendo o que conheci, centenas e centenas de organizações não-governamentais... Algumas, literalmente, vivem de um dia para outro. Se o cheque não for depositado no fim do mês, não tem salário.

Os senhores devem conhecer o Cesare La Rocca, do Projeto Axé, da Bahia. Um dia – ele é meu amigo, era do Unicef –, eu lhe falei: “Cesare, você tem seguro saúde?” Ele me disse: “Não”. Mas você já tem a minha idade, nós precisamos! Ele me respondeu: “Se eu precisar, há um grupo de padres, na Itália, que cuidará de mim”. Algo tão importante como um seguro de saúde, ele não tinha.

Temos de apoiar essas organizações, as organizações sérias, porque elas realmente estão fazendo um trabalho heróico. Não posso qualificá-las diferentemente. É verdadeiramente um trabalho heróico.

Hoje, falei com a dirigente do Edisca – uma organização do Ceará, que a Senadora Patrícia Gomes conhece –, a Dora Andrade. Realmente, vive assim. Um dia aprovam um projeto, ela respira! Dura um ano e depois, de novo, tem que fazer aquela batalha.

Nós – Governo, Congresso – devemos pensar em maneiras de apoiar essas pessoas, porque podem dar uma contribuição muito maior do que estão dando atualmente. É uma pena não aproveitá-las. É uma pena, na Bahia, não se aproveitar o exemplo do Projeto Axé. É uma pena, em Pernambuco, não se aproveitar o exemplo do Coletivo Mulher Vida. É uma pena, no Ceará, não aproveitar a experiência do Edisca. É algo tão complementar e completo, que nós temos uma responsabilidade de reforçar essas boas organizações e deixar as outras irem para onde devem ir. Mas tomemos nas mãos essas organizações sérias e preservemos a sua capacidade desenvolvida durante tantos anos. Trata-se de sabedoria não usada, que precisamos usar.

Sobre a questão da violência, a bomba não vai explodir. Ela já está explodindo em pequenos pedaços: por exemplo, o movimento dos **skin heads**, em

São Paulo. O problema de São Paulo é de judeus gros e nordestinos. Então, saem à rua e cometem atos de violência contra esses grupos. Em Brasília, queimam um índio e depois têm a sinceridade e a simplicidade de dizer: “Pensamos que era um pobre, não sabíamos que era índio.” Ou seja, se fosse pobre, não tinha problema.

Os problemas estão aparecendo. O aumento do uso de jovens pelo narcotráfico é muito grave, mas o impacto da melhoria da qualidade de educação vem junto com os aumentos de empregabilidade desses jovens. É preciso conseguir as duas coisas.

Digo que estamos em uma situação de calamidade pública nacional e precisamos dizer: deixemos todas essas diferenças de lado – as nossas outras diferenças – e, na área de educação, vamos todos juntos, todo o País unido.

Não tenho filiação partidária, não sou de nenhum partido. Eu dizia que era do Partido das Crianças, agora sou do Partido dos Jovens.

É preciso fazer um esforço nacional, e o exemplo precisa chegar de algum lugar. Eu estou propondo que esse exemplo venha do Congresso.

Eu faria uma grande festa se os dez líderes dos dez partidos dessem as mãos e dissessem que, todos juntos, vão apoiar a qualidade da educação no País. Porque é para todos nós, estamos todos no mesmo barco e isso vai afetar igualmente a todos. Talvez afete alguns um pouco mais, mas vai nos afetar.

Sobre a questão de envolver outros temas, como, por exemplo, a área de saúde, isso é relativamente mais fácil. As metodologias já foram desenvolvidas, o Departamento de DST/Aids, do Ministério da Educação, é um modelo mundial de trabalho.

Ouçam bem, é impressionante: o Diretor Executivo da Unids, a organização mundial de combate à Aids, declarou oficialmente que o Brasil serviria de exemplo na área de (inaudível) Aids. E esse departamento trabalha muito intimamente com organizações não governamentais. O que isso faz? Eles chegam a saber melhor qual é a situação da população afetada, eles chegam a saber o que funciona e o que não funciona, lá na ponta. Eles sabem avaliar avaliações da própria sociedade, dizendo que isso não está funcionando, vamos num outro, e participam juntos para fazer isso.

Acho que, minha esposa trabalha lá, mas, realmente, esse é um dos exemplos de que isso passou por vários governos de diferentes partidos. Então, podemos dizer que não é uma questão partidária e os líderes do departamento foram três, durante todo esse

período, e extraordinárias pessoas, que devem ser condecoradas. Uma era A SRA. Macedo, que era irmã do Diretor Executivo da Organização Pan-americana de Saúde. São três extraordinárias pessoas, mas não são as pessoas, é uma metodologia de trabalho, dizendo que temos uma calamidade, porque o Brasil era um dos países que mais podia ser afetado pela crise da Aids, e o Brasil foi um dos países que, com o maior sucesso, combateu a Aids. E não foi só porque o governo pagou pelos preservativos, não foi só isso. Foi porque se desenvolveu todo um trabalho, ao nível da comunidade, junto com o governo. E esse é um exemplo de sucesso.

A outra recomendação que tenho à Comissão é de usar os exemplos bem sucedidos, temos muitos exemplos bem sucedidos no Brasil, ao nível do governo, dos municípios, dos estados, do governo federal, das organizações não governamentais. Vamos documentá-los e divulgá-los, para que não repitamos os erros que os outros cometeram, para que consultemos aqueles que tiveram sucesso.

Acho que respondi às perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de saber se alguém quer fazer uma réplica das colocações do Dr. Agop ou, então, prosseguiremos com a Senadora Patrícia Saboya para suas indagações.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PPS – CE) – Basicamente, gostaria de saber do Dr. Agop, acho que ele já levantou esse fato que é justamente uma questão sobre educação sexual nas escolas. Há um desconhecimento muito grande em relação a isso e há um certo preconceito, por parte dos professores, em abordar essa questão. E, na verdade, o que gostaria de saber é se existe alguma possibilidade ou alguma idéia de que pudéssemos, tanto o Congresso como o Poder Executivo, fazer efetivamente alguma coisa para ajudar a mudar essa situação. Mas, vi que o Dr. Agop acabou de falar de algo que é muito importante, que é tentar buscar transformar uma cultura de preconceitos, de atitudes, no dia a dia. Mas, se pudesse somente falar um pouquinho sobre essa questão da educação sexual.

O DR. AGOP KAYAYAN – A educação sexual na escola, acredito que tenha que ser tratada como qualquer outro assunto de educação para a vida. A escola é o lugar perfeito para que as crianças aprendam a lavar as mãos antes da comida, é uma medida de saúde pública. Parece muito estranho, mas uma das medidas mais eficientes de saúde pública é lavar as mãos antes das refeições.

Do mesmo modo, com o maior cuidado, por ser um assunto em que há preconceitos, algumas posi-

ções muito rígidas e algumas implicações religiosas, penso que a escola tem de enfrentar, de maneira concertada, a questão da educação sexual – diferentes maneiras e conteúdos a diferentes idades. Pode-se chegar a esse consenso, mas é essencial, para que não seja um fracasso, que a educação sexual seja consultada antes de ser implementada, pois não se trata de um assunto qualquer, mas de um assunto carregado. Então, antes de implementar e para não ter reações adversas mais tarde, é melhor, no início, consultar as diferentes partes interessadas: associação dos professores, organizações religiosas, empresas, sindicatos, ONGs que têm trabalhado com isso, para poder desenvolver um programa adequado às diferentes idades. Do contrário, podem aparecer algumas aberrações – e acontece isso –, como ensinar algumas coisas em idade muito precoce, falar a crianças de oito anos algo que era para crianças de catorze. Creio que essa consulta nacional é muito importante, assim como a análise dos resultados de programas semelhantes executados em outros países – países que estão na mesma situação que o Brasil e países em diferentes condições –, para ver que tipo de problemas houve. É uma área delicada, mas que tem de ser enfrentada. Não se pode dizer: “Não toco”. É necessário tocar, mas com cuidado, com respeito a todos, para não ferir sensibilidades de grupos. Uma vez aplicado, o programa será massivo, arcando com os defeitos dessa condição. Quando um programa é desenvolvido em pequena escala, ele pode ser muito bom, mas quando milhares e milhares de professores começam a ensinar educação sexual na escola, vai haver distorções e problemas. Devemos estar prontos para resolver esses problemas quando eles aparecerem, porque vão aparecer.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra, A SRA. Lítia Cavalcanti.

A SRA. LÍTIA CAVALCANTI – Boa-noite. Sou Promotora de Justiça da Comarca de Caxias, no Maranhão, e hoje estou aqui representando a ABMP, que também represento no Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.

Apesar de a minha colocação não se referir diretamente à educação, pois ela engloba a educação também, já que se trata da questão sexual, eu não poderia deixar de manifestar-me nesta Subcomissão, já que se trata de assunto extremamente grave.

A comarca onde trabalho abrange, em média, 150 mil habitantes, e, em 1999, houve um escândalo sexual, que foi amplamente divulgado, envolvendo pessoas formadoras de opinião da comarca, quais sejam: dois juízes de Direito, o comandante da Polícia

Militar, o presidente da subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil, vereadores, médicos e empresários.

Nessa época – vou fazer uma breve síntese para não me alongar, porque sei que já são oito horas e que todos estão cansados –, houve um sofrimento muito grande das pessoas que investigavam e das pessoas que estavam sendo investigadas. Por quê? Porque a questão da exploração sexual, em Caxias, era uma questão cultural. Penso que hoje voltou a ser como era antes, e é essa a minha indignação nesse momento.

À época, existiam **books**, que se levavam às repartições públicas, às prefeituras, aos bancos. Então, explorar sexualmente adolescente era uma coisa absolutamente normal, em Caxias.

Então, de lá para cá, de 1999 para cá, estive, inclusive, na Comissão de Direitos Humanos. À época fazia uma proposta de alteração do Estatuto da Criança, onde poderia se prever um tipo específico para o caso da exploração sexual. Hoje, temos – é um trabalho de todo o Brasil – o art. 244-A, do Estatuto, mas sabemos que ainda existem diversas falhas na legislação, que devem ser tratadas com a maior urgência.

Ocorre que, de lá para cá, se mudou toda uma concepção de cultura dentro de Caxias, uma cidade do Nordeste, onde existe um machismo arraigado, e onde é normal explorar não criança e adolescente, mas a miséria, a diferença social. O que houve agora? Nenhuma das ações adentradas pelo Ministério Público, investigadas pelo Ministério Público – porque a Polícia foi omissa, durante todos esses anos – sequer uma chegou a tramitar e nenhuma obteve condenação.

No caso do advogado, ele conseguiu suspender a ação penal. No caso do comandante da Polícia Militar, ainda está lá em trâmite, em passos de tartaruga. No caso do juiz, o que é mais escandaloso e absurdo, e é esse o motivo, inclusive, da minha vinda a Brasília, é que esse juiz, além de ter sido acusado de estupro, o que consta em vários depoimentos de adolescentes, prestados perante a Promotoria da Infância – no caso, era eu quem estava investigando –, ratificado na Promotoria da Infância de São Luís e ratificado, novamente, na Corregedoria do Tribunal, todos os processos foram suspensos, trancados. O que houve? O juiz estupra uma menina, amarra essa menina, estupra, violenta, faz sexo anal, faz sexo de todas as formas, joga o dinheiro em cima do corpo da menina dentro de um motel e sai, e diz: “Eu sou um juiz, tu não pode comigo”.

Realmente, hoje tenho mais ou menos essa concepção e isso me indigna. Esse juiz foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão, perante o Tribunal de Justiça do Maranhão, por estupro. E a ação penal não foi sequer recebida, porque sabemos que em nosso Código de Processo Penal existem diversas portas para que os criminosos possam se acolher.

No caso da ação penal por corrupção de menores, porque, à época, não existia o 244-A do Estatuto, que, no caso, seria a corrupção de menores, o STJ, aqui, trancou a ação penal, afirmando que não tinha elementos suficientes que ratificassem que realmente pudessem tramitar um processo. Ou seja, dois processos penais, duas ações penais, não chegaram sequer a ser tramitadas. E o pior de tudo agora é que no dia 07, que foi na semana passada, esse dito juiz, que fez o que fez, abusava, explorava, propagava e dizia que transou, em outros termos, com a menina, que é uma boa, ou seja, estimulava, fazia uma apologia ao crime de exploração sexual, foi absolvido, no único processo que ainda existia, no único processo que ainda tramitava no Maranhão, no procedimento administrativo, por dez a quatro. Voltou, ontem, para a Comarca, onde ele cometeu todos os crimes e hoje está na porta do Fórum afrontando a toda a sociedade, dizendo que isso é uma coisa absolutamente normal.

Penso que se existe uma meta do Governo Federal nesse sentido, o que houve em Caxias é uma afronta a tudo isso, a todo esse trabalho, porque todo um trabalho de quatro anos foi simplesmente derrubado e o Tribunal de Justiça do Maranhão – isso foi colocado lá, não estou falando nenhuma novidade – avalizou, com essa decisão, a conduta do magistrado. Fizemos lá inúmeras diligências no sentido de buscar as meninas, de trabalhar essas meninas e tal, e hoje não temos sequer moral de prender ninguém, porque o carroceiro não é pior do que o juiz.

Um outro aspecto que coloco é a questão de Porto Velho. A Senadora já se retirou, mas tenho informações muito graves. Lá existe uma rede de pedófilos. Cheguei a ir a Porto Velho para fazer uma investigação a convite do Ministério da Justiça, onde existe uma rede de pedofilia com crianças de três a nove anos, inclusive uma das crianças é de Caxias. Lá, eles faziam orgias sexuais, e dentro desse depoimento, inclusive, tem a constatação de um estupro cometido contra essa minha adolescente, minha criança, aliás, que tem dez anos, fez onze agora, à época tinha sete anos, enquanto ela estava sendo estuprada e sangrando, desesperada e chorando, o cinegrafista filmava e mandava o estuprador fazer poses. Essa

denúncia chegou ao Ministério da Justiça e a Porto Velho – fiz pessoalmente a prisão do principal acusado, conhecido como “Gambá”; encontrei as fotos no fundo falso de uma mala que estava no quarto onde ele estava. E, no mesmo dia, esse cidadão foi à Polícia Federal, prestou depoimento e foi embora.

Creio que o Governo Federal tem de começar a observar esses casos graves e gravíssimos cometidos contra nossas crianças. Em Porto Velho, não se vê nenhuma criança na rua, porque as crianças estão nos motéis e hotéis, fazendo programas com adultos e usando drogas.

Aproveito esta oportunidade para usar um pouco da minha voz, mostrando o que vivo, e tirar um pouco isso de dentro de mim, para compartilhar e até pedir socorro pelo que vejo por aí – no Maranhão, em Porto Velho e Alagoas. Encaminhei projeto a esse respeito à Senadora Patrícia Gomes, relatando as falhas legais. Vou fechar o assunto com isso, porque sei que o tempo é curto, curtíssimo.

Percebemos que somente agora o Brasil está olhando para a criança. Fico lisonjeada e orgulhosa de saber que esta Subcomissão é comandada pelas mulheres, pois, na verdade, nós comandamos, porque os homens... Fazemos as coisas de modo correto, eles vão nos ouvindo e caminhando de acordo com o que queremos. Então, está provado aqui que as mulheres são mais sensíveis quanto às questões das crianças, porque são mães. Acho que esta Subcomissão é de extrema importância, tem um papel muito importante para mudar toda essa mentalidade que existe ainda no Brasil, principalmente no Nordeste.

Mas, quanto aos aspectos sociais, essas crianças são discriminadas pela legislação e pelos Tribunais. Não só o Tribunal de Justiça do Maranhão, do Nordeste ou do Sul, mas pelos próprios Tribunais de Brasília.

O que ocorre?

No caso das propostas encaminhadas à Senadora Patrícia Gomes, ao Deputado Enio Bacci, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Edison Lobão e também ao Comitê Nacional de Enfretamento da Violência Sexual, trata-se exatamente de transformar em crimes hediondos os crimes de exploração sexual cometidos contra menores de quatorze anos. Por quê? Hoje, é crime hediondo quando uma criança é abusada com oito anos, porque a criança tem menos de quatorze anos. No entanto, se essa mesma criança for colocada dentro de um cabaré e for usada sexualmente para fins de lucro, isso não é crime hediondo. Então, ou seja, ela é

abusada e paga. É um abuso como um latrocínio: um roubo em que a violência é praticada por uma questão de lucro.

Outro tópico que acho de extrema importância e que deve ser, imediatamente, modificado no Código Penal é o art. 225, em que se deve transformar em ação pública incondicionada todos os crimes sexuais cometidos contra a criança e o adolescente. Hoje, 40% dos crimes ficam impunes, porque dependem de representação dos pais ou responsáveis. E por quê? Porque se referem à família – avô, tio, irmão –, e isso não pode ficar a critério de uma convicção de pessoal.

Faço apenas essa colocação para partilhar um pouco da minha indignação. Também quero dizer que não vou abaixar a minha cabeça e acho que todos que estão aqui também têm esse mesmo ideal.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de agradecer à Dr^a Lídia pela sua colaboração. Acredito que seu depoimento enriqueceu enormemente esses trabalhos.

Antes de passar a palavra ao Dr. Agop, concedo a palavra à Senadora Patrícia Gomes.

Informo a esta Subcomissão que a Relatora da Comissão Criança, Adolescente e Juventude, aqui no Senado da República, é a Senadora Patrícia Saboya Gomes, e a Vice-Presidente, a Senadora Roseana Sarney.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Dr^a Lídia, eu queria informar que recebemos as propostas e as estamos estudando junto com outras, até para que possamos apresentá-las aqui por meio da Frente Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, para a qual fui eleita recentemente coordenadora. Estamos agora num trabalho de rearticulação da Frente Parlamentar, mas certamente essas idéias e a sua indignação é algo que toca no coração de cada um de nós, independentemente da função de cada um, daquilo que fazamos ou do lugar que estejamos ocupando. Esses episódios terríveis, que nos revoltam, são decorrentes da impunidade no País; eles acontecem em diversos lugares, e todos os dias temos notícias da crueldade e do requinte cada vez maior associados à violência, justamente por causa da impunidade.

Conseguimos as assinaturas necessárias para a instalação de uma CPI Mista, que irá tratar justamente das redes de exploração sexual de crianças e

adolescentes, no Brasil. Essa CPI vem num momento importante, no momento em que o Presidente da República coloca a sua preocupação com a questão da exploração sexual, o que nos dá, nós que trabalhamos nesse movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, fôlego para que possamos trabalhar unidos com as diversas informações que temos.

A instalação dessa CPI já foi prometida pelos Presidentes José Sarney e João Paulo, da Câmara: assim que o Congresso se reunir poderemos instalá-la – espero que em uma ou duas semanas isso possa acontecer.

Em razão de sua experiência, de seu trabalho e até mesmo da paixão com que fala do assunto, eu gostaria de convidá-la para participar e ajudar esta CPI mista. Precisamos de pessoas que se dediquem e que se apaixonem pelo tema – é muito difícil, às vezes somos apenas três ou quatro, falando uns para os outros. Pela gravidade do assunto que a senhora coloca, é preciso que comecemos rapidamente a trabalhar e que os Poderes Executivo e Judiciário tomem as medidas cabíveis nesse caso.

Uma reformulação na legislação é urgente e essa tem sido a minha proposta para a Frente Parlamentar – o nosso gabinete já reuniu toda a legislação referente à exploração sexual. Certamente as suas idéias, muito bem-vindas, serão aproveitadas para que possamos transformar essa realidade tão injusta, tão perversa e tão cruel.

ASRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de dizer à Dr^a Lídia que esta audiência pública está sendo transmitida para o País inteiro pela **TV Senado**.

Concedo a palavra à Sr^a Tânia Sarmento.

ASRA. TÂNIA SARMENTO – Boa noite, Senadora Lúcia Vânia, boa noite, Dr. Agop, boa noite a todos. Represento o Município de Valparaíso de Goiás, que hoje é Entorno de Brasília e faz parte da Ride, e que deve ser transformado para que, de fato, faça parte de Brasília também.

O meu questionamento é a respeito dos níveis de ensino – o que inclusive já foi falado. Realmente, considero, até por estar no quarto ano de pedagogia, que o Ensino Fundamental, Médio e Superior são importantes, mas a pré-escola deve ser valorizada, porque a formação de caráter da criança, normalmente, se dá nessa fase, juntamente com a capacitação de nossos professores.

Estou no nível superior e, graças a Deus, considero a LDB nova um grande avanço, conseguida

após dez anos de luta, o que a deixou em sistema atrasado, apesar da revolução e do avanço. E eu gostaria de agradecer a todos os legisladores que aprovaram o Ensino Superior para o professor, o que contribuiu muito para aumentarmos a qualidade ensino, no ano de 2006, quando nossos professores terão nível superior. Portanto, vai melhorar a qualidade do ensino a partir daí.

Quero falar também sobre a capacitação. Devíamos fazer uma campanha nacional relacionada aos meninos de rua. A Senadora Lúcia Vânia foi uma das iniciadoras do Programa Especial de Treinamento – Pet, que combate o trabalho de rua. A maior fonte de renda da criança vem da rua. Por quê? Porque nós, cidadãos brasileiros, contribuímos financeiramente para isso, quando damos esmola para a criança ou quando damos algum trocado para que ela vigie o carro.

Por isso, eu gostaria que fosse instalada uma campanha nacional para que o cidadão brasileiro não doasse mais esse tipo de incentivo ao trabalho de rua do menor. Hoje, não compensa para ele sair da rua para ir para um programa tão bonito como é o Pet, devido ao reforço financeiro que traz para casa.

Outro ponto importante é que o ensino público no País, infelizmente, está muito aquém do ensino particular. Sabemos que a iniciativa privada, hoje, tem um grande poder, obtido devido à falta de investimento na área pública. O ensino privado conseguiu sobrepujar o ensino público. Apesar de ter feito todo o meu Ensino Fundamental numa escola pública e ter conseguido com isso grandes avanços, hoje já não considero a mesma coisa, devido à falta de capacitação profissional dos nossos professores. Hoje, o professor que dá uma aula numa escola pública é diferente do que dá a mesma aula numa escola particular.

Se fosse possível, eu gostaria que houvesse iniciativas para que o professor tivesse o mesmo ingresso que tem numa escola particular. Hoje, o concurso público dá muita tranquilidade ao profissional da área de educação que não faz por merecer, não se compromete com a educação, porque tem uma segurança no seu emprego que não tem numa escola particular. Isso também poderia ser combatido com uma diferenciação do professor, que, ao invés de ingressar por meio de concurso, poderia ser contratado. Isso até aliviaria o Orçamento público na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era só isso o que eu gostaria de propor.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra A SRA. Ana Paula Mariano, última oradora inscrita.

A SRA. ANA PAULA MARIANO – Meus cumprimentos a todos, sou assistente da Promotoria de Justiça do Novo Gama, Goiás. Fiquei muito sensibilizada com a Promotora de Justiça do Maranhão, que falou sobre situações muito parecidas com as que temos sofrido na nossa comarca. Graças a Deus não foi com o juiz, mas temos pessoas com certo poder aquisitivo que têm praticado pedofilia – parece que virou moda.

Sabemos que, infelizmente, principalmente nos Municípios mais pobres, como o Novo Gama, a população tem medo de divulgar esse crime. Há uma certa restrição e até mesmo conivência de policiais militares e civis. Já tivemos uma denúncia que não conseguimos fazer o flagrante, devido a essa conivência, ao vazamento da denúncia.

Vim aqui não só para ouvir – e acho muito gratificante estar aqui –, mas também para pedir socorro à nossa Senadora Lúcia Vânia, que é muito querida no nosso Município, pela nossa Prefeita, de cujo trabalho temos boas notícias.

De qualquer forma, não só como cidadã, mas como profissional, eu gostaria de fazer um questionamento. No nosso Município, temos uma juíza para a área criminal e, graças a Deus, conseguimos mais duas juízas para os cartórios, para as outras áreas. No entanto, continuamos apenas com uma Promotora para mais de 8.500 processos, fora aqueles relacionados a menores infratores e menores vítimas de abusos sexuais. Estão aumentando assustadoramente os crimes contra menores e com o menor. Ou seja, o nosso Município também precisa de estrutura social e de estrutura em todos os aspectos para poder trabalhar com esses menores. Temos o Programa Sentinela, que tem trabalhado de forma excelente. Não sei se a Senadora tem conhecimento de como tem sido esse trabalho, mas tem sido um trabalho maravilhoso, porque, se não fosse esse Programa Sentinela ou o Conselho Tutelar, talvez não conseguíssemos ter feito o pouco que já fizemos, embora precise de mais.

Enfim, o nosso Município é muito carente. E, como assistente da Promotora de Justiça e como cidadã novo gamense, vim pedir socorro. Presto serviço ao Ministério Público, mas sou funcionária da Prefeita Sônia Chaves e, repito, em todos os aspectos precisamos de ajuda, mas como o assunto é menor, aqui, hoje, especificamente eu queria pedir muito a atenção de vocês todos, de todos que estão aqui,

principalmente da Senadora, em relação aos problemas que têm crescido muito no nosso Município com menores, sendo eles causadores ou vítimas.

Enfim, agradeço por estar aqui, agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, Senadora, peço socorro. Precisamos de vocês! Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada. Com a palavra, o Dr. Agop.

O SR. AGOP KAYAYAN – Bom, quero fazer alguns comentários sobre diferentes assuntos que foram mencionados; um deles sobre a exploração sexual de crianças. Talvez seja surpreendente para vocês, mas, quando cheguei, em janeiro de 1991, ao escritório do Unicef em Brasília, as pessoas me fizeram um resumo do tipo de trabalho que o Unicef fazia no País. E isso durou uns três dias, mas ninguém mencionou a exploração sexual de crianças. Aí, na tarde do terceiro dia, perguntei o que estava sendo feito. E olharam-me como que dizendo: você está louco, que assunto é esse? Finalmente, alguém falou: “Mas o que podemos fazer? Sempre foi assim”.

Infelizmente, um dos problemas do Brasil, na questão da exploração sexual, é que existe essa atitude de “sempre foi assim”. Então, explorar sexualmente uma criança é normal.

A senhora que falou sobre a sua indignação é do Maranhão, não é? Essa indignação tem que ser criada em nível nacional, para mostrar que tipo de violência se está fazendo contra crianças, nesse caso, especialmente meninas, mas também meninos. O tipo de violência que se está relatando em diferentes partes do País é extremamente grave. Então, é importante uma revisão na legislação para ver o que se faz com os criminosos, mas também é muito importante que o País tenha muito mais investimento na prevenção.

Pode ser por causa da minha idade, mas sou um pouco repetitivo. Uma das organizações que mencionei aqui – Coletivo Mulher Vida – é uma organização que faz essa prevenção com jovens em situação de alto risco. O projeto Edisca, no Ceará, trabalha em comunidades de onde saem essas meninas que são exploradas. E são meninas agora que têm uma vida digna, que vão à escola, que recebem reforço escolar, que têm uma auto-imagem positiva.

Agora, quero confessar uma das coisas que fiz na América Central. Pensei que tinha pego um funcionário, junto com uma ONG, num mal uso de recursos do Unicef, havia recibos de batom e pintura coisas desse tipo. Aí, ele me disse: “Por que esse negócio de a Unicef gastar dinheiro com batom etc? Essa organi-

zação, além de nos roubar, são estúpidos, porque mandam recibos para isso". Então, a funcionária disse: "Agop, calma, esse dinheiro é usado com meninas muito pobres que têm que melhorar a sua auto-imagem". Então, eles usam, também, batom e coisas para que as meninas tenham uma melhor imagem de si mesmas.

Mas é realmente muito importante investir na prevenção. E a prevenção, nessa área, tem que ser uma conjugação de substituir essa renda que essas meninas têm. E não tem que ser inocente sobre isso. Tem que saber exatamente quanto elas ganham e ter algum sistema. Não é de hoje chegar e oferecer um dinheiro. Mas desenvolver um sistema de trabalho, pelo qual as jovens que estão em situação de risco tenham alguma forma de renda para a sua família. Porque muitas delas estão fazendo isso. A grande maioria, as que estão em situação de prostituição, está fazendo isso para apoiar as suas famílias. Muitas são as ganhadoras dos salários da família.

E, ao mesmo tempo, um programa de capacitação profissional para que tenham a segurança de poder ganhar a sua vida decentemente. E educação. E temos exemplos bem sucedidos. Penso que o País tem de investir muito na prevenção, mas também tem que haver uma revisão da legislação para dizer aos que cometem esses crimes a punição que devem receber. São coisas extremamente violentas as que estão acontecendo. O Brasil está na lista de três, quatro países, onde a prostituição infantil é altíssima. Não chega a ser mesma coisa que a Tailândia, mas é quase.

Um outro assunto, na área de exploração sexual, é de não se deixar levar pela questão do turismo sexual estrangeiro. Porque, geralmente, existe essa tendência de dizer que é problema dos estrangeiros que vêm explorar as nossas meninas. Existe e é grande o problema. Mas o maior problema é a exploração dentro do País, dentro das casas, e é esse que tem que ser especialmente enfrentado.

Com a questão da educação inicial, existe um esforço enorme de investimento a fazer pelo País nesta área.

Faço algo que aqui não posso fazer porque tem televisão. Peço para um voluntário ou uma voluntária do público se deitar no chão, olhando para cima. E pergunto: "O que está vendo?" Porque muitas crianças ficam numa cama, olhando para o teto branco. Esse é todo o estímulo que recebem durante boa parte do dia. E são milhões de crianças que ficam o dia inteiro olhando para o teto, porque a mãe tem que trabalhar e não há outra pessoa para ajudar. Têm mães

que amarram os seus filhos, e não o fazem porque odeiam esses filhos, mas porque não querem que aconteçam coisas piores com as crianças.

Então, a educação inicial também tem uma importância alta na formação da economia. É um bom investimento; é um excelente investimento. O retorno é enorme para o País. Cria muitos empregos, é de um apoio extraordinário para a mulher trabalhadora. Porque uma das piores coisas para uma mulher que tem de trabalhar para ganhar o salário da família é não saber o que fazer com o filho.

Vi, uma vez, em São Paulo, um exemplo realmente muito bem pensado. O lugar onde as mulheres deixavam seus filhos era a própria estação de metrô. A mulher que estava indo ao trabalho deixava a criança lá, numa pré-escola, e na volta a buscava.

A mulher pobre tem que viajar uma distância muito grande para o trabalho e voltar. Se, além disso, tem que deixar e recolher a criança, ela já nem dorme mais.

Penso que a qualidade da educação básica aumenta drasticamente por esse investimento. Todos os fatores levam à conclusão de que o País tem que fazer esse investimento. É um dos investimentos mais importantes que pode fazer. Os resultados serão imediatos. Um, por exemplo, será na produtividade das mulheres trabalhadoras, porque a mulher — aqui, a grande maioria — que sabe que seu filho está bem cuidado, em lugar seguro, vai trabalhar muito melhor do que aquela que o deixa em casa e não sabe o que está acontecendo. Isso vai melhorar drasticamente o retorno no Ensino Fundamental.

Eu estava exagerando, fazendo um pouco de **show**, falando de segurar o lápis, mas são muitas as habilidades desenvolvidas nessa fase: distinção de cores, habilidades motoras, psicomotoras, todas as coisas essenciais para o sucesso no Ensino Fundamental.

Então, tem que ser feito esse investimento.

Existem leis sobre a obrigatoriedade de empresas que empregam certo número de funcionários ou mulheres, mas acho que até o Governo não as implementa. Todos os Ministérios deveriam ter uma pré-escola. Mas isso deve ser parte dessa revolução educacional.

Aqui, termino. Volto ao ponto de que realmente vivemos um momento histórico no País. E isso não é por causa do Governo que hoje está no poder, não; é porque a evolução que houve no País, nos últimos tempos, especialmente, este é o momento em que o País deve fazer aquela longa marcha da China para

uma melhor educação ou ficará na condição de país em desenvolvimento por muito tempo.

Acredito – não é um desejo, porque é baseado em fatos – que o País é capaz de fazer isso. O problema não é tanto se vai ou não fazer. Acho que vai fazer, mas a questão é comprimir, reduzir o tempo para chegar lá. E temos uma grande distância a percorrer em pouco tempo.

Por favor, que os dez Líderes do Senado e do Congresso façam isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Dr. Agop Kayayan.

Passamos a palavra à Relatora, para fazer as considerações que achar oportunas.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Agradeço a presença de todos, especialmente a do Dr. Agop, que nos brindou com sua experiência e que tem se colocado à disposição do nosso País, com sua vontade de transformar certas situações ainda tão injustas na área da infância e da adolescência.

Certamente, esta Subcomissão, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, vai procurar dar uma grande contribuição a esse segmento da sociedade que tem se organizado cada vez mais, que tem se mobilizado cada vez mais. Precisamos buscar o que o Sr. Agop acabou de dizer e ampliar o que ouvimos hoje em tantos depoimentos, principalmente no da Dr^a Lídia: que este seja um sentimento de todos nós, brasileiros, que acreditamos num País mais justo e mais desenvolvido. Que o Brasil seja capaz de crescer, mas, antes de qualquer coisa, dando atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Particularmente, tenho o convencimento de que a educação é uma porta muito importante para começarmos a diminuir essas desigualdades. Não basta mais que as crianças estejam dentro da escola, que estejam matriculadas. É importante que lutemos por uma educação de qualidade. É importante que se combata o trabalho infantil. É preciso combater a exploração sexual. É preciso que o Governo compreenda a necessidade de investir nessa área para que possamos construir um País muito melhor.

Tenho essa convicção e falo disso não só pela paixão pela causa, à qual me venho dedicando ao longo da minha vida, mas também porque realmente acredito que, lutando por essas crianças hoje, poderemos construir um País cada vez melhor, um Brasil com mais justiça social.

Portanto, antes de qualquer coisa, quero parabenizar, mais uma vez, a Presidente desta Comissão,

que tem procurado levantar esse debate no Congresso e tem convidado a todos para que nos ajudem também na instalação da CPI, cujo objetivo será abordar todos esses problemas relacionados, por exemplo, à exploração sexual, questão cultural muito difícil de ser trabalhada.

O Dr. Agop acabou de citar diversos exemplos que fazem parte da nossa cultura, da nossa história. O trabalho infantil doméstico, por exemplo, é um deles. Quantas famílias pensam que, colocando uma criança para trabalhar em sua casa, estão salvando essa criança? Na verdade, se procurarmos aprofundar essa questão, veremos que estamos tirando o direito dessas crianças de serem crianças. Estaremos arrancando sua possibilidade de crescer, de se desenvolver e se tornar adultos saudáveis, capazes de também colaborar e ajudar na transformação desta sociedade.

Esse é só um exemplo de tantos outros que existem por todo este País, fruto e reflexo de um modelo ainda muito perverso, muito injusto. Certamente, mudar essa situação cabe a cada um de nós, não só ao Congresso, mas também à sociedade, que tem dado uma grande contribuição nessa área.

Fica aqui a nossa manifestação e o nosso apelo para que toda a sociedade entre nessa luta conosco.

Quero agradecer a todos pela presença. Agradeço também, mais uma vez, ao Dr. Agop pela sua presença, na certeza de que estaremos juntos não só nesta Comissão, mas em tantas outras lutas que haveremos de travar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Senadora Patrícia.

Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Agop.

O SR. AGOP KAYAYAN – Eu queria aproveitar a ocasião para contar duas pequenas anedotas. São experiências que tive, uma com a Senadora Lúcia Vânia, quando era Secretária de Assistência Social. Fiquei encantado de vê-la no interior da Bahia, na região produtora de sisal, quando levava o Programa do Pet para lá. O sisal é uma planta extremamente perigosa, porque tem uma ponta que parece uma arma, uma coisa para matar realmente. E a máquina que processa o sisal é mortal também: arranca dedos e mãos de crianças. Fiquei encantado em ver uma secretária de Estado, lá no interior, promovendo o Programa de Combate ao Trabalho Infantil.

A outra anedota que quero contar é sobre a Senadora Patrícia. Tenho anedotas sobre todo mundo.

Quando eu soube que a Senadora Patrícia tinha sido eleita Senadora pelo Ceará e tendo conhecido ela antes, no Governo do Ceará, me senti com razão em dizer que o Brasil pode. Naquela época, o Ceará reduziu a mortalidade infantil em 34% em quatro anos. Então, quando falo esta famosa frase "O Brasil pode" é porque, quando o Brasil quer, o Brasil faz. O Brasil tinha níveis baixíssimos, no final dos anos 80, de vacinação. O Brasil decidiu aumentar a taxa de vacinação e chegou facilmente a até mais de 80%. Mas, com relação à Senadora Patrícia Gomes, eu a convidei para almoçar, para convencê-la – é uma confissão, Senadora – sobre a educação inicial. Era esse o meu objetivo. Comecei a falar, sem lembrar que ela, no Ceará, tinha sido campeã na área de educação inicial. Organizou, financiou, apoiou creches, deu atenção à criança de 0 a 6 anos. Mas não é só isso. Como representante do Unicef, tenho que ser eclético e tenho que entender de muita coisa sem ser grande entendedor de nenhuma coisa específica. Ela me deu uma aula sobre educação inicial e fiquei de boca aberta. Falei: estou bem, o meu argumento já está em boas mãos. Não quero falar mais, mas acho que existem razões para sermos otimistas.

Tinha um amigo que dizia que eu era um otimista incurável, mas os fatos demonstram que podemos em algumas áreas. E a exploração sexual é uma das áreas mais resistentes, mais néscias, mais difíceis, onde os criminosos são mais arrogantes. Mas acredito que o Brasil vai poder acelerar essas mudanças, para que tenhamos uma situação melhor em menos tempo. Não é questão de saber se vamos ou não chegar lá. Vamos chegar lá! Mas temos que chegar mais rapidamente.

Só queria mencionar uma última coisa, um fato simbólico que me deixou verdadeiramente emocionado. Quando o Presidente Lula convocou a primeira reunião de Ministros, um dos temas discutido foi a exploração sexual de crianças. E eu pensei: estamos bem. Se na primeira reunião discutem esse assunto... Quem teve de pagar fui eu em parte, porque tive um fim de semana para redigir coisas. Mas acho que estamos no caminho certo. E o que temos que fazer, e o essencial é realmente trabalharmos juntos em todo lugar que possamos, porque temos que colocar o interesse da criança, do adolescente em primeiro lugar. Organizamos, na Unicef, o pacto pela criança. Quando todas essas personalidades chegaram dissemos: a nossa responsabilidade é de dois modos: uma, apresentando os dados; a outra, pedindo aos senhores que deixem suas armas na porta. O que queria dizer com isso? Havia gente lá de governo, de organi-

zações não-governamentais, de diferentes Partidos, de diferentes Igrejas. Realmente temos de deixar as armas na porta, para sempre colocar a pergunta: estou servindo ao interesse das crianças, em primeiro lugar? Ou estou servindo a outra coisa, em primeiro lugar?

Acho que, se temos isso, vamos trabalhar juntos, vamos trabalhar melhor e conseguir resultados mais rapidamente.

Muito obrigado. Se me deixarem falar, ficarei até meia-noite.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço ao Dr. Agop. É um prazer muito grande recebê-lo, na Comissão, nesta tarde, para essa exposição que, acredito, tenha sido extremamente proveitosa para todos os que aqui estão. Foi uma fala importante, não teórica, não acadêmica, mas foi uma fala de quem já viveu todos os problemas da criança brasileira. Portanto, agradeço ao Dr. Agop e a toda a sua equipe por essa tarde magnífica que pudemos viver hoje, debatendo com o senhor essa questão da criança.

Agradeço à Senadora Patrícia pelo seu trabalho como Relatora e agradeço às Senadoras que nos possibilitaram, com seu aval, fazer com que o Plenário pudesse participar ativamente desse debate. Afinal de contas, esta Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude tem por objetivo fazer desta Casa, desta sala o fórum de debate para a sociedade brasileira tratar e participar ativamente das questões das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens.

Acredito que todo o nosso esforço é nesse sentido de trazermos as pessoas para perto de todos nós, de Parlamentares, de autoridades, de especialistas no assunto, para que possamos – como disse o Dr. Agop – fazer uma união em torno da questão da criança. Essa questão não tem partido, essa questão é de todos os brasileiros.

Agradeço a todo o Plenário que participou ativamente com suas considerações para que o nosso trabalho pudesse ter uma riqueza maior nesta tarde. Agradeço a todos os que largaram suas casas; aos que são do Entorno e que vieram aqui nos prestigiar, o meu muito obrigada. Podem ter certeza de que estaremos sempre à disposição e abertos ao debate.

Comunico ao Plenário que, no dia 29 deste mês, teremos uma audiência pública, junto com a Comissão de Assuntos Sociais, quando vamos contar com a presença do Ministro do Trabalho e do Ministro da Justiça, em que vamos tratar do tema "juventude, segurança e trabalho". Estará presente também como

debatedor, nessa manhã, dia 29, às 10 horas, o jornalista o Gilberto Dimenstein, especialista na área da criança, adolescente e juventude.

À tarde desse mesmo dia, estaremos lançando um livro feito por uma menina de rua que se recuperou, que se chama "Esmeralda, por que não dancei?". Essa obra teve a colaboração do jornalista Gilberto Dimenstein. Trata-se de um depoimento extremamente importante para que aqueles dedicados à causa da criança possam ver um exemplo de que a recuperação está nas nossas mãos, no nosso esforço e principalmente na nossa união.

A todos, o meu muito obrigada. Mais uma vez, falo ao Dr. Agop da nossa alegria de tê-lo presente, nesta tarde.

Muito obrigada e boa-noite.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h54min.)

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**

Ata da Quinta Reunião Extraordinária da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude e Décima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais e, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 52ª Legislatura Realizada dia 29 de maio de 2003, quinta-feira, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos, do dia vinte e nove de maio de dois mil e três, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência da Senhora Senadora **LÚCIA VÂNIA**, em sessão conjunta, para a realização de Audiência Pública, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a presença dos Senadores **ANA JÚLIA CAREPA**, **EURÍPEDES CAMARGO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **FLÁVIO ARNS**, **SIBÁ MACHADO**, **JOÃO CAPIBERIBE**, **AELTON FREITAS**, **MÃO SANTA**, **SÉRGIO CABRAL**, **NEY SUASSUNA**, **PAPALÉO PAES**, **EDISON LOBÃO**, **JONAS PINHEIRO**, **JOSÉ AGRIPINO**, **RENILDO SANTANA**, **EDUARDO AZEREDO**, **ANTERO PAES DE BARROS**, **REGINALDO DUARTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **SERYS SLHESSARENKO**, **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**, **CÉSAR BORGES**, **DEMÓSTENES TORRES**, **EFRAIM MORAES**, **TASSO JEREISSATI**, **LEONAL PAVAN** e **OSMAR DIAS**. A Senadora

ROSEANA SARNEY justifica ausência. Registram-se as presenças dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLYCY**, **ALOÍSIO MERCADANTE** e **RODOLPHO TOURINHO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão e da Subcomissão. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. É dado início à Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, **MINISTRO JAQUES WAGNER**, para discorrer sobre as propostas concernentes à área de atuação do Ministério; e do jornalista, Senhor **GILBERTO DIMENSTAIN**, para discorrer sobre a situação da criança, do adolescente e da juventude no país e no mercado de trabalho. O Senhor Ministro faz uso da palavra para a sua exposição inicial. O senhor jornalista faz uso da palavra para a sua exposição inicial. Participam das interações ao Senhor Ministro e ao jornalista, os Senhores Senadores **ROMERO JUCÁ**, **PATRÍCIA SABOYA GOMES**, **ANA JÚLIA CAREPA**, **DEMÓSTENES TORRES**, **JOÃO CAPIBERIBE**, **TASSO JEREISSATI**, **OSMAR DIAS**, **MÃO SANTA**, **EDUARDO SUPLYCY**, **CÉSAR BORGES** e **EURÍPEDES CAMARGO**. Registram-se as presenças dos senhores, Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego; Alceu José Hauy, Representante da União da Juventude Brasileira; Denise Paiva, Subsecretária da Criança e Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Celina Leão Hizim, Representante da Juventude Organizada para Integração e Ação; Marilda Marfan, Representante do Ministério da Educação; Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal; Raymundo Rabelo de Mesquita, Secretário Executivo do Salesianos do Brasil; Miguel Pereira Neto, Presidente da Cidade Escola Aprendiz; Laura Brasileiro de Melo, Fundação Bank-Boston; Narciso pereira de Carvalho, Presidente do Conselho Tutelar do Município do Novo Gama – GO; Miguel Saláberry, Secretário Geral da Social Democracia Brasileira; Maria de Fátima Carneiro de Mendonça; Nelma Azevedo, Secretária Nacional de Políticas de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social; e Wilma Virgínia Ribeiro Assunção, Representante da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Cleudes Boaventura Farlas Nery**, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, jun-

tamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Subcomissão.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está aberta a 12ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, extraordinária, e a 5ª reunião da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, a realizar-se em 29 de maio de 2003, às 10 horas, no plenário nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria de passar a V. Ex^{as} a pauta desta audiência pública. Audiência do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Jacques Wagner, com a finalidade de atender ao Requerimento nº 19, da Comissão de Assuntos Sociais, de 2003, aprovado em 24 de abril de 2003, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Luca Vânia, para discutir sobre temas relacionados ao trabalho, com enfoque especial na questão da criança, da adolescência e da juventude, e exposição do Jornalista Gilberto Dimenstein, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude.

O Ministro Jacques Wagner já se encontra na Secretaria da Comissão.

Solicito aos Srs. Senadores Leonel Pavan e Demóstenes Torres que façam introduzir S. Ex^a no plenário desta Comissão. (Pausa.)

Comunico aos presentes a presença da SRA. Marilda Mafan, representante do Ministério da Educação, e também da SRA. Nelma Azeredo, da Secretaria de Política e Assistência Social do Ministério de Assistência e Promoção Social, a quem agradecemos a presença. (Pausa.)

Solicito às Senadoras Patrícia Gomes e Ana Júlia Carepa que façam introduzir no plenário o Jornalista Gilberto Dimenstein. (Pausa.)

Convido a Senadora Patrícia Saboya Gomes para tomar assento à Mesa como Relatora da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar a presença do Exm^o Sr. Ministro do Trabalho, que acolheu o nosso convite e está aqui hoje fazendo um enorme esforço, abrindo um espaço na sua agenda. Agradeço ao Ministro, sei dos compromissos de V. Ex^a, mas sei também que V. Ex^a, como foi um membro desta

Casa, sabe a importância deste debate. Portanto, muito obrigada pela sua presença.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Jornalista Gilberto Dimenstein, que nos dá o prazer de sua visita aqui hoje, para dizer das suas experiências em relação aos trabalhos com a infância e a juventude. Agradeço ao Jornalista Gilberto Dimenstein, por ter acolhido o convite desta Comissão.

De acordo com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Ministro, terá até trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido ou bloco com preferência para os autores dos requerimentos. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica. Adotaremos os mesmos critérios para a exposição do Jornalista Gilberto Dimenstein.

Antes de passar a palavra ao Ministro, solicito aos Srs. Parlamentares que sejam breves nos seus questionamentos, para que possamos agilizar os nossos trabalhos e o Ministro possa, ainda hoje, cumprir uma agenda em São Paulo. Portanto, pediria a compreensão de todos, para que possamos aproveitar ao máximo o debate, mas reduzindo o tempo, atendendo as dificuldades do Ministro nesta oportunidade.

Quero aqui justificar a ausência do Ministro da Justiça, que não pôde estar presente, em função da dificuldade de conciliar a agenda dos dois Ministros. S. Ex^a se coloca à disposição para nova audiência pública, a ser marcada por esta Comissão.

Com a palavra o Sr. Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar as Senadoras Lúcia Vânia e Patrícia Saboya Gomes, o jornalista Gilberto Dimenstein, todos os Senadores e Senadoras, a juventude que está aqui acompanhando esta reunião. Para nós é um prazer estar aqui debatendo um tema que, no Ministério do Trabalho e na Presidência da República, é tratado com um carinho muito especial, que é a questão da nossa juventude, particularmente, a questão do programa do primeiro emprego para a juventude.

Para quem foi Parlamentar durante doze anos, é sempre bom voltar ao Congresso Nacional, não só para matar um pouquinho da saudade da convivên-

cia, como também porque o Presidente da República e sua equipe entendem que só conseguiremos concretizar a travessia proposta, se tivermos a cumplicidade e o envolvimento do conjunto da sociedade. Portanto, a parcela significativa e importante da sociedade é a sua representação na Câmara e no Senado. Então, se a agenda, às vezes, é complicada, é com muito prazer e com muito carinho que estou na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República para debatermos este tema.

Eu preferiria não gastar parte da exposição no diagnóstico. É óbvio que a questão do desemprego no Brasil é a nossa maior preocupação e é o compromisso prioritário do Presidente da República é a superação do desemprego. Na minha opinião, a política de emprego é a melhor política social de qualquer governo: fazer com que cada cidadão ou cidadã jovem, adulto ou idoso possa sobreviver a partir da remuneração do seu trabalho. Todas as outras políticas compensatórias são bem-vindas, mas elas são compensatórias. Eu entendo que o compromisso e o dever do nosso Governo é fazer uma política de trabalho, de emprego e renda, para que cada brasileiro ou brasileira possa ter orgulho ao sustentar sua família a partir do seu próprio trabalho.

Nós, como compromisso de campanha do Presidente da República, desde janeiro, estamos debruçados, trabalhando e preparando o lançamento do Programa Primeiro Emprego para a juventude. Sempre nos perguntam o que faremos com os que têm mais de 40 anos de idade e que também estão desempregados. É óbvio que o problema central é o desemprego. O foco na questão da juventude é exatamente porque os números são claros: temos um índice de desemprego na juventude que chega a ser o dobro da média nacional. E nós sabemos que uma parcela dessa juventude, que não encontra uma expectativa de se realizar no mundo do trabalho, muitas vezes, serve de exército de reserva para o crime organizado. Portanto, a preocupação primeira é não descuidar da questão do emprego como um todo por causa desses indicadores.

A idéia do primeiro emprego para a juventude não é uma criação do Governo Federal. Ela já foi aplicada dentro e fora do País, e em alguns Estados. E nesse período de trabalho no Ministério, temos procurado beber na fonte daqueles que já fizeram programas semelhantes, tentando não reincidir em erros e buscando dar início a esse programa da forma mais eficiente possível.

A concepção do programa, apesar de quase todos perguntarem se o primeiro emprego para a juven-

tude está focado na parceria entre Governo e empresa, no sentido da contrapartida do Governo, não se restringe só a isso. Na área da geração do primeiro emprego para a juventude, a idéia é: ou uma transferência de renda ou renúncia fiscal para as empresas que aderirem ao programa e que abrirem a possibilidade de um novo posto de emprego para o jovem entre 18 e 24 anos. Eu digo que são duas formas, porque para as empresas que hoje estão cadastradas no Simples seria difícil trabalhar com renúncia fiscal. Então, nesse caso, nós pretendemos trabalhar com transferência de renda para aquelas empresas que empregarem um jovem a partir de um cadastro.

A porta de entrada do Programa serão os nossos postos do Sine. Os postos que hoje são mais de mil em parceria com os governos estaduais, com centrais sindicais e entidades da sociedade civil, são postos que fazem o trabalho da chamada intermediação de mão-de-obra. São aqueles que cadastram desempregados, buscam requalificá-los e reorientá-los para a busca de um novo posto de emprego. O posto do Sine vai ser usado exatamente pela nossa capilaridade e porque ele já tem hoje um volume de informações, ao longo dos anos, que nos ajudará nesse processo. O próprio posto do Sine, hoje, já capta empresas que ofertam postos de trabalho e já tem o registro daqueles que estão em busca de emprego.

Temos, por exemplo, o registro de jovens que, nos últimos seis meses, procuraram os postos do Sine e não obtiveram sucesso como uma base de dados para que possamos começar a trabalhar.

É óbvio que esse primeiro emprego tem que estar vinculado à qualificação e à preocupação da escolaridade. O foco inicial do programa estará voltado para os jovens de maior fragilidade social, aqueles que estão em famílias de renda **per capita** de até meio salário mínimo e aqueles que têm um grau de escolaridade baixo e não têm nenhuma experiência profissional.

Estamos discutindo no Governo Federal, eu diria que o programa está pronto. Será lançado ainda neste mês de junho, com data ainda não marcada. A idéia e a demora também desse processo é que, evidentemente, no lançamento, é nossa pretensão já termos uma listagem de empresas comprometidas com a adesão ao programa. O programa é lançado pelo Governo Federal e, se não houver a parceria da iniciativa privada e do empresariado na criação desses postos, evidentemente que não haverá eficiência do programa.

Temos feito um trabalho de sensibilização com as confederações e os empresários. Quero, inclusive,

relatar que a resposta é extremamente positiva. O número de empresários, de segmentos que nos têm procurado, colocando-se à disposição para, já no lançamento do emprego, assinarem termos de adesão ao programa, considero bastante positivo.

Esta é uma parte do programa: a idéia é se dar uma contrapartida às empresas por um período de seis meses e o compromisso delas para que o posto seja mantido por um ano. Não há previsão de um contrato especial; seria um contrato normal, até porque o que nos interessa é que o jovem ingresse no mundo do trabalho e acumule experiência. Portanto, não há uma carteira especial ou um contrato específico. O contrato será da empresa com o Governo no sentido, não da estabilidade daquele jovem, o que seria um elemento dificultador, mas da manutenção do posto de trabalho.

O contrato de trabalho assinado será um contrato normal por tempo indeterminado, como são os outros contratos de trabalho. O compromisso da empresa, repito, é a manutenção daquele posto em função da contrapartida que recebeu.

Ainda não está decidido pelo Governo o volume de dinheiro que teremos para a aplicação no primeiro ano do programa. Essa é uma decisão que será tomada antes, evidentemente, do lançamento, que dará a dimensão do volume de novos postos que poderemos atingir no primeiro ano do programa.

Além dessa parte do programa Primeiro Emprego, também estamos trabalhando com uma resposta extremamente positiva no estímulo às empresas ao cumprimento da Lei do Aprendiz. Pode parecer contraditório falar em estímulo ao cumprimento da lei, mas sabemos que ou há uma sensibilização ou a fiscalização por si só não é suficiente para cumprir essa tarefa.

Também nessa área – eu que visitei a Febraban, a CNI e outros segmentos empresariais – eu diria que a resposta é extremamente positiva de segmentos empresariais que estão comprometendo-se a aplicar nos seus estabelecimentos a Lei do Aprendiz, que atinge jovens a partir de 14 anos. É uma modelagem particular, mas que também estamos incluindo no sistema do Primeiro Emprego.

A outra formatação do programa são jovens que serão contratados na forma de Bolsa-Trabalho para um trabalho comunitário e não para o emprego tradicional.

Chamo a atenção, inclusive, para o fato de que não é só a questão salarial que motivará essa parcela da juventude a ter um sentimento de reintegração na

comunidade. Tenho a convicção de que é preciso trabalhar com a questão da auto-estima. Por isso, estamos em discussão com o Ministério dos Esportes para verificar a possibilidade de os agentes comunitários desenvolverem esse trabalho de organização de esportes em bolsões das grandes cidades, onde é identificada a fragilidade da juventude. Pessoalmente, acredito muito nessa parte do programa, porque entendo que, além de o jovem ser contemplado com a renda, ele passa a ter um papel de destaque perante a sua comunidade, o que, na minha opinião, é fundamental para que esse jovem se sinta integrado.

Estamos também em um processo de discussão com o Ministério da Defesa sobre a possibilidade de lançarmos um programa de qualificação para aqueles que estão no serviço militar. Esse programa atingiria aproximadamente 11 mil jovens, com duração prolongada, e não limitada. A idéia seria exatamente que essa juventude que está no serviço militar obrigatório pudesse sair com algum grau de qualificação profissional para enfrentar o mundo do trabalho.

Finalmente, o Presidente da República tem insistido – por isso é que considero importante estarmos aqui neste momento – no fato de que a questão do emprego para a juventude brasileira, além de todas as questões relativas à escolaridade e à qualificação profissional, é uma tarefa de parceria do Governo Federal com os governos estaduais. Não iremos concorrer com os programas que já existem em nível estadual. A idéia é um processo de parceria para que não haja superposição de programas. Nesse sentido, todos os Governadores de Estado já receberam uma minuta de convênio de adesão ao programa do Primeiro Emprego do Governo Federal.

Insisto na idéia de que não se trata de o Governo Federal ser isoladamente o pai do programa. O que queremos é, a partir do Governo Federal, motivar empresários, governos estaduais e governos municipais no sentido de que possamos dar uma resposta à questão do desemprego da juventude, com o objetivo, é claro, de diminuir a taxa de exposição da nossa juventude ao mundo do crime organizado.

Temos a expectativa – a depender do volume de orçamento que for oferecido para o início do programa – de atingir a meta de 200 mil novos postos. Quero insistir no fato de que essa meta só se realizará se houver a parceria da iniciativa privada. Não é um programa em que o Governo Federal trabalhará sozinho. Vamos ofertar um barateamento da contratação desse jovem, mas a decisão de contratar, evidentemente, será da empresa.

É claro que existem preocupações do tipo: "Será que a empresa demitirá o pai para contratar o filho"? Eu disse – e tenho dito – na Federação das Indústrias do Estado da Bahia, esta semana, que o Governo Federal está fazendo um programa para empresários. Perdoem-me a expressão, mas, com os malandros, é impossível dialogar. Queremos fazer um programa que contribua com os empresários que entendem da sua responsabilidade social, que têm dificuldade e que, portanto, entendem o gesto do Governo Federal no barateamento da contratação desse jovem, que façam isso com o objetivo de vencer essa questão social.

Para aqueles que quiserem usar o programa como forma de aumento de algum tipo de ganho, evidentemente, teremos a fiscalização, mas prefiro partir, para quem está com essa expectativa, para esse programa entendendo que, hoje, há uma sensibilidade, em nível nacional, à importância de um programa dessa natureza, e acreditar que a ampla maioria do empresariado brasileiro está disposta a construir essa parceria, e não disposta a usar um programa desse para um eventual ganho indevido.

Basicamente, o que estamos montando é esse programa.

As pessoas, às vezes, me perguntam se houve adiamento. Na verdade, não houve adiamento. O meu compromisso com o Presidente da República era o lançamento desse programa no primeiro semestre deste primeiro ano de Governo, mas a cautela no lançamento do programa é porque estamos trabalhando, inclusive com o apoio do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho, e aprendendo com as experiências fora do País.

É claro que não queremos vender nenhum tipo de ilusão, pois quem vai gerar emprego com solidez será o crescimento econômico. Estamos atacando um foco do problema, repito, que é mais fragilizado, que é a juventude brasileira, e temos a preocupação, no lançamento do programa, de estabelecer metas concretas para que não haja a geração de uma expectativa com a qual não podemos brincar, que é a da juventude.

Portanto, quero deixar perante as Sras e os Srs. Senadores muito clara a posição do Governo Federal. Não vamos vender a ilusão de que um programa desse será a solução do problema do desemprego da juventude. O que estamos fazendo é dar um passo para estender a mão a essa parcela da população, ao empresariado, que tem se mostrado sensível à adesão desse programa.

Quero deixar muito claro que essa preocupação nós temos, de no ato do lançamento do programa, que será feito pelo presidente da República, deixar muito claras quais são as suas dimensões. Esse é um processo, acredito muito também na parte do programa dos aprendizes, porque estamos sendo visitados por vários empresários se dispondo a participar, na verdade no cumprimento da lei, desse programa e também de empresas que já têm se colocado à disposição para fazer a contratação de jovens para o trabalho comunitário, não necessariamente para o trabalho em suas empresas.

Acredito que a parcela das empresas que mais participará do programa na forma da geração do primeiro emprego será a das pequenas e médias empresas, principalmente porque para essas empresas o contratar mais um ou mais dois funcionários muitas vezes representa 10 ou 20% da sua mão-de-obra atual e, na minha opinião, essas empresas terão uma atração maior para a participação no programa. As empresas maiores têm se mostrado mais dispostas a participar, como responsabilidade social, na contratação dos jovens para o trabalho comunitário.

Preferi fazer uma coisa mais sucinta nesta abertura para que, a partir do debate, possamos fazer um processo de esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradecemos ao Ministro Jaques Wagner pela sua exposição, cumprimentando-o. Quero, antes de passar a palavra ao jornalista Gilberto Dimenstein, dar o aviso de que está montado um telão na sala 3 para aqueles que não tiverem a oportunidade de ouvir e que estão no fundo do plenário.

Gostaria de cumprimentar Denise Paiva, Subsecretária da Criança e Adolescente, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Maria Célia Leão, Juventude Organizada para Integração e Ação; Alceu José, Representante da União da Juventude Brasileira, autor da criação da Secretaria da Juventude do Estado de São Paulo; Marilda Marfan, representante MEC/SEF, MEC/Conanda, MEC/Conad; Vilma Virgínia Ribeiro Assunção, representante da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins.

Passo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, que disporá de trinta minutos para a sua exposição.

O SR. GILBERTO DIMENSTAIN – Bom-dia.

Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

Gostaria de pegar um trecho da preocupação do Ministro Jacques Wagner, que é a preocupação mai-

or dos brasileiros. Refiro-me à questão da criminalidade e da violência.

Será que, de fato, um programa de primeiro emprego conseguiria combater esse grau de violência? E esse dado está hoje nos jornais, está estampado no relatório da anistia, mostrando que áreas conflagradas no mundo não têm tanta violência como no Rio e São Paulo.

Infelizmente, tenho uma resposta negativa a dar. Por mais que eu gostasse de acreditar numa relação direta entre melhoria de emprego e queda da violência, essa relação infelizmente, não é automática – e posso dizê-lo tendo em vista as minhas observações em várias partes do mundo, em vários projetos, em várias circunstâncias –, que, na verdade, é um mito, eu diria até um desconhecimento da situação da violência achar que há uma relação direta entre violência e pobreza. Este mito perdura, e as pessoas continuam a repeti-lo, inclusive acabam orientando políticas públicas e nações muitas mais pobres do que o Brasil, como a Índia, Bangladesh, Sirilanka, onde os níveis de pobreza são inferiores aos das nações muito ricas como a Alemanha, a França e os Estados Unidos. Para se ter uma idéia, o índice de homicídio na Índia é inferior ao índice de homicídio em Florianópolis, a capital de menor índice de criminalidade no Brasil. Quer dizer que o emprego não tem uma relação com a violência? É evidente que tem uma relação. Mas, infelizmente, a relação é mais complexa. Há estudos realizados por faculdades de economia nos Estados Unidos que tentaram justamente trabalhar essa questão. Eles colocaram em um programa de computador várias cidades americanas e os seus respectivos índices de criminalidade, um ao lado do outro, e depois estabeleceram todas as variáveis possíveis daquela cidade: emprego, renda, casas separados, enfim, todas as possibilidades iguais. E eles perceberam que não dava para estabelecer uma relação de renda e de desemprego com a relação de violência. Cidades em que a renda era maior, a violência era maior; cidades em que a renda era menor, a violência era menor. Então, por conta desses estudos mais complexos desmontou-se essa visão de que a pobreza produz necessariamente a violência. Eles descobriram uma coisa que já vemos aqui no Brasil: o que explica a delinquência e a violência é um único conceito: chama-se capital social. E aí, sim, os testes matemáticos deram certo. O que é o capital social? É a rede de relações que uma sociedade permite ao indivíduo ter. É a família, o clube, a escola, a igreja, ou seja, a sensação de pertencimento. Isso

que o Ministro Wagner colocou, que muito que se tem por trás do desemprego é a questão da auto-estima.

É interessante notar, e aqui não vai nenhum juízo de valor, como as igrejas evangélicas conseguem, na região em que se instalam, gerar uma situação de ordem? Eu já tinha visto essa mesma experiência nos Estados Unidos. Por que eles geram ordem? Porque, de alguma forma, eles dão àquele indivíduo, naquela pequena cidade, alguma sensação de pertencimento.

Queria traduzir no seguinte: o que provoca violência, o que provoca delinquência é uma sensação de não pertencer a nada. Não pertencer a uma família, a uma escola, a um clube ou a uma igreja. É isso que dinamita esse conceito fundamental, que é da auto-estima.

Então, se você dá o emprego, mas ele já foi contaminado, anos e anos, por uma sensação de não pertencimento, é o mesmo que administrar aspirina para quem está com câncer. Já foi contaminado desde a pré-escola.

Tive a possibilidade de ler uma série de estudos sobre o que acontece com uma criança que não é estimulada durante o período do zero aos três anos e depois do zero aos seis anos. O germe da violência começa ali. Quando a criança não é estimulada ela sequer faz conexões cerebrais – isso é provado em documentos e fotos – que vão habilitá-la a ter um processo de aprendizado durante a vida.

Note-se que no Brasil a grande deficiência – a Senadora Lúcia Vânia acompanhou isso – é a questão da pré-escola. É nessa fase que se vai determinar até que ponto o indivíduo ficará comprometido.

Existem vários estudos sobre isso. Se pegarmos o olho de uma criança e tampar na fase do zero a um ano, por seis meses, a criança não vai enxergar, porque não gerou as conexões necessárias.

Onde estou querendo chegar, na verdade? Quando pensamos em política de emprego, política da violência, a matriz não é a renda. A matriz é o capital social que, por sinal, é a matriz da sensação de pertencimento ou não.

Estou vendo aqui vários parlamentares que são do Nordeste. Para não ir para uma abstração, vai-se numa ilha de pescador – a minha família é da Amazônia, então acompanho isso desde pequeno, e passei as minhas férias em Mosqueiro – onde se vê que o nível de pobreza é muito maior do que se tem na periferia de São Paulo, do Rio de Janeiro ou daqui de Brasília, mas o nível de violência é inexistente. Alguém já se perguntou por quê? Numa ilha de pescador no Ceará, onde na minha juventude passávamos de mochi-

la, não há violência – tem pobreza, aliás, o nível de pobreza registrado é muito maior – porque há uma sensação de pertencimento.

É daí, Srs. Senadores, que só existe uma solução para essa questão. Evidentemente, ela não é simples. A única solução, em poucas palavras, é um Plano Marshall para as regiões de gueto do Brasil. O que é um Plano Marshall? Tem que se escolher as áreas que estão conflagradas. E assim como nasceu na guerra mundial, os americanos fizeram um plano para evitar que a Europa caísse nas mãos do comunismo, esses lugares têm que ser trabalhados de forma transversal, unificados – Estados, Governo, Municípios, ONGs, empresas. Do contrário, lamento informar que não vai funcionar, como não tem funcionado.

O mal das políticas públicas no Brasil, como todo mundo sabe e repete, é a fragmentação dessas políticas. Ou bem se consegue fazer uma política articulada: educação, saúde, esporte, que se entre nesses lugares e se acoplem programas como esse, o índice de fracasso vai ser muito grande. O que quero dizer com isso é que essas experiências já existem e mostram como funcionam. No Ceará a Edisca, uma escola que trabalha com dança, vai ensinar isso. A experiência que se faz com o Projeto Axé e com o Olodum, na Bahia do Ministro Jacques Wagner, também é semelhante. É interessante procurarmos soluções externas quando, no Brasil, essas soluções já existem. A Senadora Patrícia Gomes deve conhecer o que uma menina cearense, abandonada, consegue fazer com o balé erudito. É algo fantástico! Então, não é preciso buscar novos padrões. No Candeal, na Bahia, trabalhou-se o bairro, a comunidade. Em São Paulo, há exemplo concreto disso. Em alguns lugares, alguns bairros contaminados pela violência, em que se trabalhou de forma mais ou menos coordenada, pois o ambiente era improvisado, a violência caiu – 25% a taxa de homicídio no Jardim Ângela. Por quê? Porque a Prefeitura, o Governo Estadual e o Governo Federal fizeram um ajunte de bolsas junto com a ação comunitária. Ou bem se pega esse tipo de modelo e se reproduz naturalmente em cima dos guetos, para tentar prevenir, ou vamos trabalhar permanentemente atrás do prejuízo.

Na questão do emprego, por exemplo, o que já notamos? – e até tive a oportunidade de falar diretamente para o Ministro. Quando conseguimos o primeiro emprego para alguém, se não houver uma base anterior, vai ser o primeiro e último emprego dele. No primeiro, o indivíduo vai levar os R\$200,00; se não tiver uma base educacional que permita uma capacidade de abstração, de linguagem, de poder entender

e negociar, ele não vai conseguir manter-se empregado. Perguntem às pessoas aqui que trabalhem com jovens em estado de carência sobre a dificuldade de se trabalhar anos e anos com esses jovens. Quando empregados, eles não conseguem manter-se nos empregos por falta de conhecimentos de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia e por doenças que trazem da infância e que os obrigam a ir permanentemente ao médico.

Então, é importante a lei do primeiro emprego, a lei dos aprendizes. É importante. No entanto, se não partirmos desse tipo de iniciativa para tentar montar políticas públicas organizadas e chegar no cerne da questão – que a rede social é que faz o capital de uma comunidade –, infelizmente, vamos repetir, ano após ano, políticas fracassadas e desconectadas.

O meu tempo está se esgotando e não queria evidentemente ser pessimista – muito pelo contrário. Não quero desanimar essa proposta que entendo favorável. Particularmente, acho que melhor do que o primeiro emprego é colocar em prática a lei dos aprendizes, que pode implicar neste País dois milhões de empregos – alguns dizem um milhão e meio de empregos. Basta que as pessoas obedeçam à lei, porque também nos cansa criarmos leis que depois não são fiscalizadas. Se criamos um programa de primeiro emprego que não conseguimos fiscalizar, imagine uma lei de aprendizes que não conseguimos fiscalizar...

Se eu tivesse de falar uma única questão seria: a juventude não pode ser uma política do Ministério do Trabalho, nem uma política do Ministério da Justiça, ou do Ministério da Educação. Ou bem é um eixo transversal que passa a ser uma prioridade ou sempre será uma política frágil. Não estamos acostumados no Brasil a trabalhar com eixos transversais e políticas públicas.

Para encerrar, como levo hoje uma vida de educador e ao mesmo tempo de jornalista – já não sei mais o que faço exatamente –, estamos tentando reproduzir esse conceito em São Paulo, numa experiência chamada Cidade Escola Aprendiz, onde estamos criando um conceito, justamente nesse princípio do capital social de bairro e escola, em que o bairro inteiro vira uma escola. Trata-se da experiência na Vila Madalena, em que se transforma um beco em atelier. Esse beco era um ponto ocupado por traficantes de drogas e passou a ser um atelier a céu aberto, em que grafiteiros se tornam agentes comunitários da cidade, ou seja, ganham dinheiro para poder intervir nas comunidades. O Ministro Jacques sugeriu a criação de uma bolsa de trabalho para a ação comunitária.

Aqui se vê como era esse beco antes e, agora, os adolescentes trabalhando. Cada pontinho do bairro vai se transformando numa grande escola acoplada às escolas públicas. Aqui estão crianças que podiam estar na rua ou em casa, mas estão fazendo atividades artísticas.

Para ser sincero é preciso dizer que essa idéia parte do maior educador brasileiro, que é Anísio Teixeira, que criou o conceito de escola-parque que todos conhecem. Criamos, na verdade, o conceito de escola-parque estendido a toda a Cidade de São Paulo, no caso mais específico, a todo o bairro da Vila Madalena. Incorporamos as bibliotecas num processo de aprendizado; a praça, que era um ponto abandonado, passa a ser uma praça-escola, onde se trabalha com arte, com dança, com música, com esportes. Há um bufê na rua, um ateliê de velas no bairro que passa a dar aula para crianças ensinando princípios da vela, tem um circo no bairro que também passa a incorporar os meninos – estou tirando só um pedaço aqui: esse bufê faz com que as crianças participem do aprendizado da alimentação, até para melhorar a alimentação em casa. Havia uma outra praça abandonada que virou uma praça para as crianças usarem.

O que notamos nessa experiência, primeiro, foi o aumento da produtividade escolar de forma bem acentuada e, ao mesmo tempo, uma redução enorme da violência no bairro. Essa rua, que era a mais violenta, passou a ser uma rua calma.

Antes de encerrar a minha participação, gostaria, primeiro, de agradecer-lhe, Senadora, e também parabenizá-la pela criação da Subcomissão de Adolescentes. É bom saber que a Patrícia está lá no meio, brigando – vocês já brigam no Ceará há um tempo!

De qualquer forma, quero deixar esta única colocação: infelizmente, a situação do emprego e da violência é complexa demais para ficar na mão de um único ministério, de um único governo, de um único estado e um único município. Ou bem se faz disso um grande pilar que concentra esses esforços todos ou estaremos condenados a ver manchetes como a de hoje da **Folha de SPaulo**, que fala do aumento do desemprego combinado com o aumento da violência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço o Jornalista Gilberto Dimenstein por sua exposição, que nos deu realmente uma visão bem ampla a respeito dos problemas da juventude.

Comunico a presença de Celina Leão, Ildete da Joia – Juventude Organizada para Intrusão e Ação. Comunico também a presença de Esmeralda do Carmo Ortiz, que é autora, juntamente com Gilberto Dimenstein, do livro **Esmeralda. Por que não dancel**, cujo lançamento será feito hoje na Biblioteca do Senado às 18 horas. Comunico também a presença de Elvanita Batista de Mesquita, coordenadora do programa Sentinela do Município do Novo Gama.

Gostaria, neste momento, de agradecer as palavras do Ministro Jacques Wagner e do Jornalista Gilberto Dimenstein e dizer que esta audiência pública foi fruto de um requerimento proposto pelo Senador Romero Jucá e por esta Presidência, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão da Juventude.

O objetivo desta audiência pública é abrir, nesta Casa, um debate propositivo a respeito das políticas públicas preventivas e integradas, tanto no âmbito do Poder Público quanto no do Terceiro Setor, uma política pública que pudesse integrar as diversas ações nos diversos ministérios, seja educação, saúde, trabalho, previdência, cultura ou participação.

Acredito que o Ministro colocou bem uma proposta setorial do Governo. E pelo que tenho conversado com toda a área social do Governo do Presidente Lula, tenho certeza que está existindo um esforço enorme de integração entre as diversas áreas para que possamos atingir os objetivos aqui propostos pelo jornalista Gilberto Dimenstein, mostrando que a juventude não é apenas educação e trabalho, mas, acima de tudo, é se sentir protagonista do seu próprio destino. Para isso, é preciso que respeitemos essa especificidade da idade, oferecendo a eles a oportunidade integral em todas as áreas que possam possibilitar uma vida melhor para cada um.

Quero passar a palavra agora para o autor do requerimento, o Senador Romero Jucá, que terá dois minutos para fazer os seus questionamentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Terei que ser mais rápido do que o Enéas. Mas vou tentar, Srª Presidente.

Quero saudar o Ministro Jacques Wagner, o Jornalista Gilberto Dimenstein e ser rápido. Portanto, vou fazer apenas uma pergunta ao Ministro. Antes, porém, vou fazer uma constatação.

Considero o Programa Primeiro Emprego muito importante, mas sou obrigado a concordar com as colocações do jornalista Gilberto Dimenstein. Penso que é um programa formal e vai suprir determinadas

carências. No entanto, não ataca o foco principal em relação à juventude: a questão da violência. Os jovens, na verdade, já estão marginalizados. E vou dar um exemplo concreto. Sou de Roraima, a Capital é Boa Vista, e quando Teresa assumiu a Prefeitura há dois anos, ela encontrou uma cidade conflagrada. Existia uma população de 230 mil habitantes e mais de 50 galeras, 50 gangues. Cada uma tomava conta de um bairro e se matavam semanalmente. Havia três, quatro, cinco mortes de jovens e, eventualmente, de trabalhadores ou de pessoas que ousassem sair à noite para circular nas ruas. E isso foi mapeado. Criou-se, então, um programa que está crescendo e ampliando.

Mapearam-se os jovens mais problemáticos, enfim, mapearam-se as lideranças, começando-se a fazer um trabalho de chegar junto e agir, puxar, treinar, remunerar, enfim, dar uma atenção, suprir um pouco essa questão do capital social que o jornalista Gilberto Dimenstein falou. Por quê? Porque, na verdade, como a sociedade agredia esses jovens e eles estavam marginalizados, a resposta deles era agredir de volta essa sociedade. Isto é, estava havendo um campeonato de agressão: quando a polícia via os meninos, já partia para bater, isso porque já havia uma relação de conflito. E ao bater nesses meninos e prendê-los, isso causava uma revolta maior e, assim, quando saíam, esses menores faziam mais ainda. A situação que a sociedade estava vivendo era de extrema dificuldade.

Pelos dados da Polícia Militar a violência caiu 75%. Setenta e cinco por cento! Ainda há violência? Sim. Ainda há galeras? Sim. Havia 50; hoje, só existem cinco na cidade.

Esse programa, no entanto, não é um programa formal. Há apenas uma atenção toda especial. Se fosse implantado o Programa de Primeiro Emprego e fosse dito àqueles jovens que procurassem os empresários que lhes seriam dados empregos, talvez uma pequena parte desses jovens pudesse ser atendida, mas, com certeza, a grande maioria estaria fora. E por quê? Porque a rede institucional formal do serviço público atende de uma determinada faixa da população para cima, não para baixo. Na verdade, a base da pirâmide não é atendida nem nos programas sociais, porque não demanda, nem em um programa de saúde, com exceção do médico da família que vai a casa.

Também tenho minhas dúvidas em relação à formalização do emprego. Por esse motivo, concordo com as colocações do jornalista Gilberto Dimenstein e digo que realmente o Plano Marshal, quer dizer,

atenção focada, uma prioridade total do Governo é fundamental para isso. E a violência entre os jovens é o mais grave. O emprego formal para o jovem que está estudando é importante? É. Mas se não resolvermos essa questão, não vai haver trabalhador na rua porque não vai haver segurança, ou seja, as mães e pais de família não terão tranquilidade para viver. Temos acompanhado o sofrimento da família desses jovens, a forma como se desagrega e a situação que fica.

Pergunto ao Sr. Ministro se há algum programa específico nessa questão da violência, se há alguma integração com o Ministério da SRA. Benedita da Silva e com o Ministério da Justiça. Quando analisamos o Orçamento do Ministério da Justiça para tratar a violência juvenil, constatamos que ele é ridículo. Hoje, tem R\$3 milhões ou R\$4 milhões, menos do que a Prefeitura de Boa Vista gasta, e isso é para cuidar de todo o País.

Entendo que o Ministério do Trabalho tem uma parcela fundamental nessa solução, porque ele administra os recursos do FAT, que, na minha visão de Orçamento, são os recursos disponíveis, hoje, para um programa maciço dessa dimensão, com treinamento, com capacitação e até com segurança para o trabalhador. Creio que esse é o canal, se for feita uma análise da viabilidade operacional do programa. Não adianta termos muitas idéias e não termos recursos no Orçamento para implementá-las. A questão é macro.

Então, gostaria de saber se existe algum tipo de programa sendo discutido, especificamente, para o problema da violência e qual é a visão do Ministro sobre a atuação conjunta dos Ministérios e o Plano Marshal, colocado pelo Jornalista Gilberto Dimenstein?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Sr. Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Agradeço a intervenção e o questionamento do Senador Romero Jucá e aproveito para fazer um comentário sobre a fala do Sr. Gilberto Dimenstein.

Eu diria que a palavra mais usada, hoje, dentro da equipe ministerial é transversalidade. Temos absoluta consciência de que o partilhamento e a tentativa de cada Ministro patrimonializar programas sociais é um absurdo – esse erro já foi cometido no passado. O Presidente da República constituiu uma **Câmara Social** e deverá indicar um dos Ministros, provavelmente A SRA. Benedita da Silva, para coordená-la. Foi feito um diagnóstico do erro estrutural do Governo passado, que fez uma superposição de programas

sobre a mesma área, trazidos por Ministérios diferentes.

Quero deixar claro tanto ao Sr. Gilberto Dimenstein quanto ao nobre Senador que temos essa consciência e, na verdade, estamos em marcha. E dou um exemplo: já fiz duas reuniões sobre o Primeiro Emprego e a equipe com, praticamente, todos os Ministérios. O Presidente da República, antes do lançamento do programa, fará uma reunião, convocando todos os Governadores e Prefeitos de capitais para o lançamento.

Temos consciência de que o drama da juventude não pode se transformar em palanque eleitoral. Quero tranquilizá-los quanto a isso.

Creio também que absolutizar qualquer um dos programas não é a melhor medida. As coisas são um somatório. Evidentemente, que não serão R\$240 que o jovem ganhará que garantirá que ele não entre para o mundo do crime ou da violência. Essa é uma parte que contribui para melhorar o padrão de vida da família do jovem.

Eu disse que o programa dos aprendizes está dentro desse sistema do Primeiro Emprego e que estamos fazendo um esforço muito grande de sensibilização, porque, se não houver – repito – parceria e responsabilidade social, não irá resolver a questão.

Na área do trabalho comunitário, os jovens serão contratados para o trabalho comunitário. É um posicionamento diferente, pois o menino não vai trabalhar numa empresa, mas na comunidade dele, onde ele passará a ser uma referência. A aposta é muito grande nessa parte do programa. O foco, inclusive, será os meninos egressos ou que já tiveram ocorrências anteriores.

Na combinação com o Ministério dos Esportes, estamos trabalhando o programa Segundo Tempo: o primeiro tempo na escola e o segundo tempo no treinamento de esportes. Fizemos, inclusive, parcerias com áreas da Marinha e do Exército.

Ainda relacionado a essa preocupação, o Ministério do Trabalho, com verbas do seu próprio Orçamento, está contratando com o Ministério dos Esportes mais cinco fábricas de equipamentos esportivos para serem produzidos dentro de penitenciárias ou ao lado destas, gerando emprego com material que, depois, não será vendido, mas transferido exatamente para programas na área de esportes.

Tenho claro, e por isso desde o começo disse, não tenho a pretensão como ministro e tampouco o Governo a tem, de dizer que encontramos a solução. Estamos, como disse, bebendo em todas as expe-

riências e em experiências como a feita pela Governadora Roseana Sarney, no Maranhão, pelo Governador Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, experiências que estão sendo iniciadas em Salvador, Bahia. Vamos convidar, antes do lançamento, os vinte e sete governadores e os prefeitos e prefeitas das vinte e sete capitais para estabelecermos um processo de parceria e entrarmos com esse programa. É claro que os números, repito, nos assustam: dois terços da população carcerária do Brasil, hoje, são de jovens entre dezoito e vinte e quatro anos.

Diante dessa realidade, insisto que temos essa preocupação e ratifico o conceito que Gilberto menciona, e com o qual concordo plenamente: a sensação de pertencimento. Nessa direção, estamos discutindo, por exemplo, com o Ministério da Defesa a possibilidade de, no âmbito do programa, ampliar a possibilidade de um número maior de jovens dentro do serviço militar. Hoje, dos jovens que querem prestar serviço militar são aproveitados apenas 8% por questões orçamentárias e penso que as Forças Armadas, pela sua própria estruturação, também dão essa dimensão de pertencimento ao jovem. Concorro que o emprego por si só, no sentido da relação trabalhar e ter uma remuneração, não vai solucionar o problema. Penso até – e não quero fazer muita digressão e filosofia – que teremos que repensar a própria estrutura de modelo. Tenho convicção de que parte da violência é a banalização da vida adotada no modelo atual. Vou citar, por exemplo, os programas de televisão do tipo **Big Brother** e outros que não sei se ajudam ou atrapalham porque, na verdade, o que apostam é que é preciso eliminar o vizinho para poder chegar a algum lugar. Penso, pois, que se trata de concepções que transmitimos à juventude e que ajudam no processo de violência.

Sobre o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, é verdade que poderá ser um dos financiadores do Programa Primeiro Emprego. Essa é uma decisão que o Presidente da República terá que tomar. E, de fato, hoje, dos ingressos do dinheiro do FAT 40%, constitucionalmente, vão ao BNDES para financiar empreendimentos e daquilo que entra sob a administração do Ministério do Trabalho aproximadamente de 7 a 8 bilhões são gastos com seguro-desemprego e o restante com programas de qualificação e intermediação e programas outros, por exemplo, o empreendedorismo na juventude está dentro do próprio sistema do Primeiro Emprego. Só quero concordar...

Estamos trabalhando na transversalidade. Com esse fim, a equipe visitou todos os ministérios e, por exemplo, com o Ministro da Educação determinou-se

que parte dos contratados trabalharão num programa de alfabetização. Acredito que ou fazemos um trabalho integrado ou não concordo que encontremos solução para essa problemática.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Ministro.

Com a palavra o Sr. Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Só queria contar algo que vi, e não que li, em várias partes do mundo: na Europa, na Índia, no Brasil. Esta possibilidade de habilitar jovens a interferir na sua comunidade de forma produtiva é, disparado, a melhor solução individual contra a violência.

O Senador Romero Jucá falou da experiência de Boa Vista, que, posso lhes assegurar tratar-se da experiência mais completa que vi numa cidade, não obstante tratar-se de uma cidade limitada. Só lamento que Boa Vista esteja tão longe dos formadores de opinião, pois seria ótimo que pudéssemos reproduzir a experiência daquela cidade para o Brasil, uma vez lá se chega a ponto de saber quem está em cada casa. Se fosse possível colocar jovens da periferia recebendo um valor para poder ter uma experiência comunitária, alfabetizando, grafitando, paisagismo, narração de histórias, meio ambiente e esporte. Essa, sim, acredito que seja a grande solução para a questão da violência, porque, além de o jovem complementar o estudo e ter uma renda, passa a ser uma referência comunitária. Em todos os lugares do mundo, dos que visitei, em que se conseguiu colocar o jovem – como comentou a Senadora Lúcia Vânia – em uma situação de protagonista, ele conseguiu dar saltos gigantes. Se conseguirmos pensar em um plano Marshal, em que se gastem recursos com NGs e jovens, para que eles sejam habilitados a trabalhar o bairro, a comunidade, a cidade, isso, sim, pode ser uma idéia poderosa. É uma pena que eu não tenha mais filmes para mostrar para os senhores: o que acontece com um grafiteiro, quando ele passa a ser um agente comunitário; o que acontece com um menino que passa a trabalhar como contador de histórias na periferia; o que acontece, no Rio de Janeiro, quando se pega um garoto para trabalhar em uma escola de samba, como monitor, para ensinar fantasias.

Se conseguirmos, em um plano como esse, de primeiro emprego, ter essa vertente forte de aprendizado, certamente teremos criado um grande início de tecnologia social para combater a questão da violência.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, jornalista Gilberto Dimenstein. Indago ao Senador Romero Jucá se deseja usar da palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço as colocações do Ministro. Realmente, concordo com o que disse, também, o jornalista Gilberto Dimenstein sobre a participação dos jovens. Em Boa Vista, por exemplo, os carros param na faixa para os pedestres passarem – como em Brasília –, e isso foi trabalhado, ensinado por esses meninos, egressos, na verdade, até do sistema penal. Nas festas de carnaval, por exemplo, ou de São João – que é muito importante lá –, toda a decoração da cidade é feita por esses meninos. Então, cada ação dessas vai mudando a cabeça deles e a relação deles com a sociedade. Creio que esse seja um caminho fundamental.

Sei que Boa Vista é longe, mas eu gostaria de convidar tanto o jornalista Gilberto Dimenstein quanto o Ministro Jacques Wagner para que pudessem conhecer aquela cidade. Realmente vale a pena ver a experiência que está sendo realizada lá.

O SR. JACQUES WAGNER – Irei com prazer. Não prometo ir para a festa de São João, porque sair do São João, na Bahia, é pecado original quase.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Eu gostaria de comunicar as presenças de Laura Brasileiro de Melo, da Fundação Bank Boston, de Narcísio Pereira de Carvalho, Presidente do Conselho Tutelar do Município do Novo Gama.

Antes de passar a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, consulto o Plenário sobre fazermos um bloco de três Senadores, por vez, para depois passar a palavra ao Ministro e ao jornalista, para que possamos agilizar os trabalhos.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra a Relatora da Subcomissão da Juventude, Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Antes de tudo, parabênizo a Senadora Lúcia Vânia, por mais essa iniciativa, e o Senador Romero Jucá, por convidarem duas pessoas ilustres que, certamente, já estão dando uma grande contribuição a esta Casa.

Cumprimento o Ministro Jacques Wagner e o Jornalista Gilberto Dimenstein. Na verdade, pensei muito em formular algumas perguntas diretamente relacionadas à questão do primeiro emprego, mas V. Exª já expôs muito bem o programa.

Quanto ao Jornalista Gilberto Dimenstein, tenho tido o privilégio de acompanhar suas teses, a busca que tem feito à procura de soluções para um problema que, certamente, afeta não só toda a juventude,

mas as nossas famílias. E, se me permitem as Sr^{as} e Srs. Senadores, prefiro repartir uma angústia, na verdade, fazer um desabafo.

Falava, agora há pouco, com o jornalista Gilberto Dimenstein, que hoje acordei com o coração muito apertado e um nó na garganta. Abri o jornal e vi, em **O Globo**, em letras bem grandes, a notícia de uma família que foi assassinada pelo próprio pai. O pai, um empresário rico, matou sua mulher e duas filhas, uma de 19 anos e outra de 16, e, logo em seguida, matou-se. Era um homem que tinha uma história. Em 1995, foi seqüestrado por ser um grande empresário. Para pagar seu resgate, utilizou o dinheiro de sua empresa, o que o colocou em graves dificuldades financeiras. De lá para cá, sua vida desmantelou-se, na busca de garantir às suas filhas, à sua mulher, à sua família o padrão de vida que tinham.

Esse crime me tocou profundamente, não como Parlamentar. De manhã cedo, a primeira coisa que fiz foi ligar para os meus filhos, devido à sensação de insegurança que surgiu pela impossibilidade de resolver o problema. Afinal de contas, era uma família com uma boa condição de vida, os filhos estavam na escola, tinham oportunidade de acesso a tantas coisas, e, de repente, um ato de desespero, de loucura. Ninguém sabe e nunca saberá o que aconteceu, porque já morreram todos.

Queria tomar a liberdade, neste desabafo, de ler uma carta, publicada no jornal **O Globo** de hoje, de uma mãe que convivia com adolescentes. Chama-se **A Carta de uma Mãe** e diz o seguinte:

"Estamos, ainda, todos perplexos com o trágico acontecimento de ontem, em que uma família inteira foi assassinada pelo próprio pai, que, por sua vez, deu cabo da própria vida logo depois. Tudo aconteceu de uma forma brutal e inexplicável, dentro da própria casa, dentro dos próprios quartos, sobre as próprias camas."

Desde a manhã de ontem, quando tomei conhecimento do fato e me vi envolvida na tragédia por tratar-se de uma família conhecida minha, meninas que freqüentavam a minha casa há vários anos, companheiras de colégio de minhas filhas, não páro de me perguntar: Por quê? Por quê? Por quê?

As verdadeiras razões, nunca as saberemos, partiram com eles. Mas ficaram especulações e, sobretudo, muitas razões para uma reflexão.

Exponho aqui, em parte, as palavras que Padre Jorjão, na missa de ontem, celebrada pela família, dirigiu a uma multidão de jovens inconsolados, que estariam, talvez, vivendo a sua primeira perda trágica:

preocupem-se menos com o ter e mais com o ser. Vão para casa e abracem as suas famílias. Abracem seus pais, suas mães e entendam que o grande valor da vida está na família. Cerquem-se de amor e não de valores materiais.

Estamos assistindo a uma juventude que não consegue, muitas vezes, resistir aos apelos do consumo, que não sabe dizer "não" ao dinheiro. O que é seu precisa ser melhor que o do vizinho. Não sobrevivem sem grifes, sem viagens, sem compras em restaurantes caros. Não são capazes, muitas vezes, de estar sozinhos, com um bom livro, com a sua consciência, com a sua família. Vivem em bando. Não convivem com o silêncio, com a solidão, e cobram, e cobram sempre, e querem mais dos pais.

Filhos nossos, adolescentes, jovens, por favor, reflitam enquanto é tempo. Dividam com seus pais as dificuldades.

Pais, partilhem com seus filhos seus momentos bons e maus. Unam-se, somem em vez de dividir. Encurtem as distâncias. O dinheiro ou a falta dele não pode mais, de jeito algum, tirar as vidas, e pais desesperados devem saber que, junto com suas famílias, sempre encontrarão uma luz no fim do túnel".

Essas são as palavras de um padre que, tocado pela tragédia, nos chama a uma reflexão. Evidentemente, essa situação ocorre praticamente todos os dias em diversas famílias, e nenhum de nós pode estar livre de um momento trágico como esse. Por isso, há a necessidade de estarmos juntos, de refletir, de debater e de tratar essa questão dos jovens e das nossas crianças não só como estatísticas, que são tão perversas, tão cruéis, num mundo tão desmantelado, num mundo em que, às vezes, não sabemos por onde começar e em que vai dar. O resultado pode ser até mesmo uma insegurança no modo de criar os nossos filhos, nesse mundo de consumismo, em que o ter é muito mais do que o ser.

Então, hoje, Ministro, faço esse desabafo não uma pergunta, concordando com tudo o que foi dito: que toda a iniciativa, todo o passo que dermos na direção de resgatar as nossas crianças e os nossos jovens será muito importante. Mas, antes de qualquer coisa, é preciso dar condição de se viver numa sociedade com mais justiça, com oportunidade de trabalho, com geração de emprego, para que este País cresça, desenvolva suas potencialidades e seja capaz de dar, dessa vez, uma demonstração muito segura e muito firme para os nossos jovens de que podem continuar tendo esperança.

Falo isso porque essa matéria de hoje mexe um pouco com o problema da insegurança, da violência e

do desemprego, mostrando a proximidade desses três fatores. Talvez, como disse o Jornalista Gilberto Dimenstein, um não justifica o outro, mas é preciso dar condição às famílias brasileiras, porque eu, por exemplo, que venho do Nordeste, e o Senador Tasso Jereissati, que governou o Ceará durante três mandatos, sabemos de perto o que é o sofrimento, a miséria, a pobreza e, mais do que isso, a humilhação de um pai de família e de uma dona de casa por não terem condição de sustentar sua família. Isso acaba desmantelando a família, as crianças envolvem-se com a droga e com o mundo do crime organizado, muitas vezes não tendo mais como escapar. Começam com pequeno furto, numa brincadeira, numa maneira de querer experimentar o que é novidade, o que é bom, cheios de adrenalina, de energia. Daqui a pouco, estão furtando, roubando, matando e morrendo.

Para concluir as minhas palavras, lembro um trecho de uma música do Gonzaguinha que me toca muito o coração: "Um homem se humilha se castram seus sonhos; seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho; e sem o seu trabalho, um homem não tem honra; e sem a sua honra, se morre, se mata; não dá para ser feliz".

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Muito obrigada, Senadora Patrícia.

Antes de conceder a palavra ao Ministro Jacques Wagner, registro a presença do Sr. Miguel Pereira Neto, Presidente da Cidade Escola Aprendiz, e do Sr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Concedo a palavra ao Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Além do trabalho comunitário, também faz parte do programa a instalação de espaços de convivência da juventude, que é exatamente o ambiente onde se poderia ter uma interface direta com esses jovens, por essa compreensão que temos de que a questão não se resume, evidentemente, ao trabalho, apesar de que não podemos desprezar a renda familiar no Brasil, que é um problema grave e que, muitas vezes, empurra o jovem para a delinquência. Repito também que estamos trabalhando fortemente com essa área do trabalho comunitário, porque acreditamos, efetivamente, que isso dá ao jovem uma posição perante a sua comunidade e a sua família que merece destaque.

Comentando as palavras da Senadora Patrícia, claro que penso que as palavras do padre estão corretíssimas, e é uma reflexão, para todos nós, o tipo de modelo patrimonial que estamos construindo. Na ver-

dade, sou crítico e creio que estamos numa sociedade de banalização da vida. O exemplo ocorrido é bem claro. Reforçando as palavras do Gilberto, ali não se tratava de uma família de pessoas com dificuldades no sentido tradicional do termo, que estavam passando fome, etc. No fundo, o não poder ter impede a pessoa de ser, e ela se mata. Sei que não é o tema aqui e nem caberia ao Ministro do Trabalho, mas o Ministério do Trabalho está fazendo essa coordenação do primeiro emprego com a visão de ser um trabalho integrado, e, insisto, a abertura de postos de trabalho, a partir da contrapartida do Governo federal, não está reduzida ao primeiro emprego, como quase todo mundo conhece.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Queria falar da complexidade da questão da violência. O Ministro falou do esporte. Vi uma experiência que me marcou muito, num dos bairros mais deteriorados de Nova York. Mediram em que horário as pessoas se matavam ou brigavam. Fizeram uma escala com várias questões: o horário em que as pessoas se matavam, a idade delas, onde elas se encontravam. Fizeram uma experiência e viram que se matavam mais no final de semana, a partir de quinta-feira, e o horário era das 11 horas às 4 horas da manhã. Aí tiveram a idéia de fazer campeonatos de basquete naquele horário em que as pessoas se matavam, para ver o que acontecia. Só isso. A criminalidade caiu 70% nesses locais. Isso mostra a influência do esporte, como disse o Ministro Jacques.

Vi programas em que professores de caratê – vejam a força disso – davam aulas para gangues armadas de delinquentes. Todos consideraram um absurdo dar aulas de caratê para gangues. Ocorre que os professores começaram a ensinar o que significava a força, o que era ser forte. Depois de dois anos desse programa, o resultado foi que esses mesmos jovens de quadrilhas foram convidados a ser **peace-makers** (fazedores de paz). Eles eram pagos pela prefeitura para separarem briga na periferia.

Conto outra experiência. Em alguns bairros deteriorados, contrataram jovens para recuperar prédios abandonados. Novamente, eram gangues envolvidas em tráfico e guerras de rua. Foi aí que vi – e é isso que o Ministro está mencionando – a importância que é para o jovem de uma região periférica ter a chance de olhar o resultado do seu trabalho. Isso é fundamental. A verdade é que a escola pública, como é co-

locada, é quase um estímulo à violência, não querendo ofender ninguém aqui. Na escola pública, o jovem é chamado de burro, repete o ano, está numa sala com 50 alunos, o professor é mal remunerado, é mal treinado. O que a escola diz para ele? "Você não tem valor". O que acontece é que a escola começa a ser pichada, a ser um espaço de violência, e o aluno sai. É por isso que se começou a pensar, em determinado ano, que não poderia haver repetição. Por mais que isso não seja uma boa solução, é melhor que algum garoto não repita e fique na escola do que saia da escola e vá para a rua. Vejam a importância de se transformar a comunidade num sol e num elemento que leve o indivíduo ao sentimento de pertencer.

Há um estudo magnífico, feito pela Unesco, mostrando que as escolas abertas no final de semana, em que a família entra no processo – porque também se sabe, e a Senadora Lúcia acompanhou isso. Quando a família não incorpora o processo comunitário, ela não gera capital social. A escola aberta no fim de semana tem índices de quedas expressivas de violência.

Uma experiência também notável que se iniciou em Goiás permite que o jovem de faculdade privada não pague mensalidade em troca de trabalhos escolares. A mesma experiência ocorre aqui e começa a reproduzir-se na cidade de São Paulo e em todo o Estado.

Qual é o papel da cultura nesse processo? Novamente cito que, para mim, o melhor exemplo brasileiro de uso da cultura para resgatar o jovem é o Projeto Axé, na Bahia, que tem o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado há muitos anos. Em nenhum lugar do Brasil, houve um projeto que mostrasse ao jovem a possibilidade de trabalhar com capoeira, com dança, com arte e ver o fruto do seu trabalho. Por isso, insisto nessa matriz. Ou bem se usam os mecanismos possíveis de pertencimento, como faz a Escola da Mangueira que incentiva o esporte, ou ficaremos repetindo essa matriz errada da falta de capital social.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Obrigada, Jornalista.

Concederei a palavra aos Senadores, revezando por Partidos.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, percebi que a lista dos inscritos é grande, e já são 12 horas. Seria possível ouvirmos três Senadores?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Já houve essa votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou atrasado. Desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Srª Presidente, cumprimento o amigo Ministro Jacques Wagner e o Jornalista Gilberto Dimenstein. Fiquei orgulhosa ao saber que a família do Jornalista é da minha terra. V. Sª também precisa conhecer Salinas, para ver como a cidade é bonita.

Parabenizo os Srs. Senadores que subscreveram o requerimento propondo a discussão de tema tão importante. O assunto não é novo; não é a primeira e nem será a última vez em que se discute o tema, extremamente atual e importante. A cada momento estamos aprendendo com as experiências e, com isso, podendo ter políticas públicas e atuações em parceria, porque, na minha concepção, não é possível combater a violência na juventude, por exemplo, sem o envolvimento de toda a sociedade. Não é suficiente uma ação do Poder Público, que tem um papel determinante e fundamental. É necessário o envolvimento da sociedade.

O Ministro Jacques Wagner falou que ainda definirão o montante dos recursos para o programa. Pergunto se a idéia é de que o montante seja maior do que os valores dos governos anteriores.

Também gostaria de falar sobre a importância do primeiro emprego. Quando fui Vereadora, apresentei um projeto de primeiro emprego para a juventude. E compartilhava da importante preocupação que têm os jovens que enfrentam o mercado de trabalho: a falta de experiência. A falta de experiência não os deixa conseguir trabalho. Então, forma-se um círculo: como eles não têm experiência, não conseguem trabalho, e ninguém dá oportunidade para que tenham a primeira experiência.

Pergunto ao Ministro se há algum projeto voltado para atender à necessidade daquele jovem que se forma ou que está fazendo um curso superior e que precisa de experiência profissional.

Também quero confirmar o que o Ministro Jacques Wagner disse em relação à transversalidade. Sei que isso tem sido uma marca: o meio ambiente é transversalidade, a questão da juventude é transver-

salidade neste Governo, em todos os níveis, em todos os Ministérios. Somos testemunhas disso.

Gostaria de abordar algumas experiências interessantes de grafiteiros. Fui Vice-Prefeita de Belém e fizemos uma série de programas que hoje continuam, porque o Prefeito foi reeleito, com outro vice obviamente. Por exemplo, quanto à Escola Circum, a nossa bolsa-escola é separada. Há a bolsa-escola com uma bolsa-renda destinada às famílias, mas há também uma bolsa-escola que é, às vezes, não só para as famílias, mas para as instituições envolvidas com aquelas crianças que precisam do retorno à família.

Concluindo meu raciocínio, ressalto que isso vai ao encontro da nossa expectativa do retorno à família como um combate importante à violência. Não é possível combater a violência se não houver experiências como essa junto à comunidade e a grafiteiros. Temos essa experiência e tenho o orgulho de dizer que utilizei isto na minha campanha: contratei grafiteiros para pintar vários locais. Pergunto ao jornalista uma questão de que sempre tratou, que é a violência doméstica, que afeta principalmente os jovens. Como poderíamos resolver isso, porque esbarramos num problema sério, que é o silêncio das próprias famílias, pois o abuso sexual geralmente é doméstico, ocorre mesmo no âmbito familiar, próximo da família. Como poderíamos, inclusive com o envolvimento da sociedade e dos meios de comunicação, ajudar a combater isso?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaria de solicitar mais uma vez aos Srs. Senadores que fossem bem objetivos nas perguntas, uma vez que o Ministro e o Jornalista têm agenda firmada para logo após esta reunião, que pretendemos encerrar por volta das 13 horas.

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senadora, terei que contrariá-la. Primeiro, gostaria de saudar V. Ex^a, o nosso Ministro, o jornalista Gilberto Dimenstein e a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e dizer que concordo com o jornalista Gilberto Dimenstein. Venho dizendo isso há muito tempo. Fui e sou do Ministério Público. Fui Secretário de Segurança Pública em Goiás. É um preconceito muito grande e extraordinário querer vincular delinquência à pobreza e à miséria. Os exemplos que o senhor deu são os que costumeiramente cito aqui. São os exemplos da Índia, do Paquistão, de Bangladesh. São países paupérrimos e com criminalidade inexpressiva, digamos assim, enquanto outros, extrema-

mente ricos, como os Estados Unidos, têm Estados e localidades em que a criminalidade se afirma e muito.

Há um estudo de um promotor de justiça, chamado Paulo Sérgio Prata Resende, que demonstra que a época em que o Brasil, modernamente, da década de oitenta para cá, teve menos criminalidade foi no chamado Plano Cruzado. Neste Plano, houve o aumento do nível de emprego, mas houve também o de confiança da população.

Então, lembro que, quando eu era promotor de justiça, havia entrado naquele dia, em uma cidade do interior de Goiás, hoje, Estado de Tocantins, e era entusiasmado, porque todos estavam entusiasmados: “O Governo está fazendo isto. Vamos crescer! É um plano que vai resgatar as dívidas sociais.” Pena que durou pouco. Foi mais uma chicana do que propriamente um plano.

Mas, efetivamente, acredito que temos de resgatar esse capital social. Fico imaginando esses inúmeros projetos e planos que temos na área social. Por exemplo: o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, que a Senadora Lúcia Vânia teve, como Secretária Nacional de Assistência Social, a oportunidade de implantar. É um projeto importante, mas apanha apenas parcela da sociedade. A Bolsa Escola, por sua vez, apanha apenas outra parcela, e uma parcela diminuta. Verifico que, em alguns casos, o ensino tem sido feito, mas tem sido desperdiçado. Em minha cidade, por exemplo, Goiânia, paramos hoje nos sinais e imediatamente descem aqueles meninos com tochas de fogo, bolas etc. Quer dizer, eles aprenderam aquilo. Certamente foi o Governo que ofereceu. É importante, é um espetáculo. Só que eles estão utilizando aquilo para quê? Para pedir esmola. Então, é importante que tenhamos projetos consistentes, que tentem aqambarcar todos.

O Ministro da Educação esteve na Comissão falando a respeito do projeto de implantação da escola em tempo integral. S. Ex^a considera tal projeto – e eu também – uma redenção para o País, porque o menor vai entrar às sete horas da manhã na escola e vai sair às cinco horas da tarde. A escola será um espaço importante, o menor pára de estudar ao meio-dia, alimenta-se e dorme na escola, faz as tarefas, pratica esportes e desenvolve um senso cultural na escola. Seria muito importante que fosse adotada a escola em tempo integral, e o Ministro quer fazê-lo até o ano de 2011 em todas as escolas do Brasil, mas falta-lhe R\$1 bilhão por ano para que possa antecipar esse projeto até o ano de 2007. E é um projeto que naturalmente apanhará todas as crianças. Creio que, sim, temos de fazer isso.

Quanto ao projeto citado por V. Ex^a e existente no Estado de Goiás, tive o prazer de pioneiramente implantá-lo no Disque-Denúncia, pegando os universitários que recebem a bolsa universitária e colocando-os para trabalhar nas delegacias de polícia, porque o atendimento ali feito é terrível. Quando a pessoa vai à delegacia, vítima de uma violência, quem vai atendê-la? O universitário. É assim. Precisamos dar crédito às instituições no Brasil. Por que a polícia não é acreditada? Porque temos uma massa de corrupção e violência muito grande nas polícias. Por que o Poder Judiciário não é acreditado? Porque demora demais a julgar, e o seu julgamento é submetido a recursos intermináveis. A Justiça não tem crédito. Ninguém sabe se o que o juiz decidiu é o que o Supremo Tribunal Federal vai confirmar. E há necessidade da prisão apenas para os crimes mais graves, com penas alternativas, com suspensão etc, devendo haver a recuperação do delinquente, efetivamente, pelo trabalho.

Então, quero concordar com V. Ex^a. Temos de investir principalmente na prevenção da delinquência. E a prevenção não é aquilo que nossos filósofos imaginam, que é o Brasil crescer, desenvolver, enriquecer, e, daqui a 200 anos, não termos violência. Não. Temos de atacar guetos, atacar desigualdades e fazer projetos que açambarquem todos. Não podem ser, efetivamente, projetos parcimoniosos.

Ministro, sobre o que V. Ex^a disse, ontem o **Jornal da Globo** trazia uma pesquisa em que o Estado de São Paulo alcançou um recorde de desemprego e o Brasil também. São, só no Estado de São Paulo, 1.980.000 desempregados, segundo os dados que verifiquei nessa madrugada. Sei que temos um grave problema em relação aos jovens. Em primeiro lugar, não vamos conseguir empregar todo mundo; em segundo, temos outro grande problema, que é principalmente em relação às pessoas de 25 a 39 anos de idade, que são, geralmente, pais de família. O desemprego não significa apenas perder um posto, mas significa criar um certo – e grave – trauma até para a família: não dar conta de pagar as contas e transformar-se num pária em vez de ser, efetivamente, o chefe da família.

Indagaria a V. Ex^a, então: como V. Ex^a diz que esse problema vai-se resolver com a consolidação econômica efetiva do Brasil, V. Ex^a não entende que estejamos vivendo um momento de contramão, com a elevação das taxas de juros, para fazer essa consolidação e abrir novos postos de emprego? Pergunto-lhe também: V. Ex^a chegou a defender, logo que entrou, a chamada flexibilização das leis trabalhistas,

para que pudéssemos abrir novos postos de emprego, como a retirada dos 40%, quando houvesse demissão imotivada. V. Ex^a considera importante o mecanismo de flexibilização das leis trabalhistas para que possamos abrir novos postos de serviço no Brasil? Concordando, quais pontos V. Ex^a apontaria como necessários para que possamos começar a discussão no Congresso Nacional. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Srs. Senadores, peço, mais uma vez, a compreensão de todos.

O tema é empolgante, mas lembro que ainda há nove inscritos. Para que isso aconteça, é necessário que haja objetividade nas perguntas.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr.^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Ministro, caro jornalista Gilberto Dimenstein, minha primeira pergunta diz respeito a quantos programas o Governo Federal tem destinados à juventude; qual a interface desses programas com essa imensa máquina pública federal e, se for possível, com Estados e Municípios.

É evidente que a baixa estima desvaloriza a vida e a baixa estima da imensa sociedade brasileira se dá exatamente por esse sentimento de não pertencer a nada. A exclusão é social e, sobretudo, política – que vem da palavra relação.

Nas periferias urbanas, a relação política é de clientelismo. Não há uma relação de cidadania na questão política, e a participação do cidadão, no máximo, é como contribuinte, pagando sem receber.

Temos um cipoal, um emaranhado de políticas públicas que não se comunicam. Confesso que passei a minha vida como animador social. Minha primeira experiência, aos quatorze anos, foi de organização do meu bairro. Se fosse no Rio de Janeiro, diria que venho da favela, mas, como sou da Amazônia, venho da baixada, área insalubre que cerca as grandes, médias e pequenas cidades da Amazônia, sem urbanização – acredito que o dinheiro para urbanização deve estar nos bancos das Ilhas Cayman, porque ele sempre existiu.

Estamos desenvolvendo essa última experiência exatamente com a visão de aproveitamento do capital social. Estou colocando o meu dinheiro e o de uma Deputada Federal a serviço do aproveitamento do capital social dos bairros periféricos que não têm conexão política, não têm comunicação, não têm idéia da organização do Poder Público nem do municipal, pois muitas das vezes nessas localidades não

há coleta de lixo, e quando ocorre é muito precária. Lá, o que existe, entre os serviços públicos brasileiros, é o mais universalizado, a escola.

E a escola poderia ser uma base fundamental. Minha experiência de oito anos como Governo do Amapá, permitiu transformar um Estado isolado, na margem esquerda do Amazonas – quase sem repercussão no Brasil, mas com muita repercussão na Europa, fora do País –, em um laboratório de políticas públicas.

Desenvolvemos inúmeras políticas e pudemos observar que uma questão pareceu muito clara, que hoje, com a alternância de poder, podemos comparar. Quando programas, voltados para as gangues de ruas, de capacitação, política de primeiro emprego, arte, foram seccionados, paralisados, o que havia desaparecido, a pichação voltou, e já havia desaparecido, que é a pichação de prédios. E voltou com grande intensidade. Prédios públicos e privados voltaram a ser pichados porque paralisaram os programas.

Outra questão que considero fundamental diz respeito à contribuição política do Senado no sentido de integrar todas essas políticas. Não basta um programa de primeiro emprego sem o Ministério das Cidades, sem o Ministério da Educação, sem o Ministério de Assistência Social, ou seja, sem o crédito, sem o microcrédito. O programa deve estar integrado. Talvez possamos criar uma comissão de integração e de acompanhamento de políticas públicas a fim de, em primeiro lugar, entender as políticas públicas federais, e, em seguida, como interação com as estaduais e municipais. Imagino que há recursos. O Brasil é a décima economia do mundo e possui uma carga tributária próxima a 36% do PIB. Onde está o dinheiro? Será que não está extremamente pulverizado? Portanto, deveríamos criar uma comissão de acompanhamento no Senado Federal, uma comissão que se preocupasse apenas com a integração das políticas públicas. E gostaria, exatamente para poupar tempo, de ouvi-los a esse respeito.

Por último, temos uma experiência com a Febem. Estabelecemos que cumpriríamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que recuperaríamos o adolescente para a vida social. O resultado é que obtivemos um baixíssimo índice de reincidência. Principalmente quando passamos a utilizar mais, após convencer o Poder Judiciário, o que não é fácil, a semi-liberdade. A semi-liberdade realmente recupera. Com meninos reclusos, trabalhamos com cultura, lazer, esporte. E houve uma incompreensão muito forte por parte da sociedade. A sociedade rejeita a tolerância. Mas é uma rejeição velada. Tive a oportunidade, in-

clusive, de ser retaliado em função de construir a possibilidade para que o jovem volte ao convívio social. Fui retaliado por pelo menos duas vezes, quando colheram depoimentos de adolescentes me acusando de ser o comandante do tráfico organizado no Amapá. Por duas vezes. Dois jovens prestaram depoimentos. E ainda tomaram os depoimentos como se fossem sigilo de Justiça, mas no outro dia todos sabiam. Estavam com o carimbo: "Sigilo de Justiça", mas no outro dia os jornais noticiavam. E ainda se exige de nós, senadores e deputados, uma ação integrada com as políticas públicas federais, estaduais e municipais.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras da Senadora Ana Júlia Carepa. Em seu questionamento, seguramente o montante será superior. Não tenho a definição, é um debate que estamos realizando com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e com a Presidência da República. Se depender da vontade do Ministro, que o volume seja o maior possível a fim de que possamos ampliar o alcance do programa. Mas ainda não está definido. Estamos discutindo e procurando a fonte de financiamento. Eventualmente, parte orçamentária e parte do FAT. E será apresentado oportunamente.

Senador Demóstenes Torres, como já disse, temos a clareza de que nenhum programa por si só solucionará a questão. São problemas de várias naturezas, de muitas magnitudes. Por essa razão, o trabalho do Ministério tem sido o de buscar outros ministérios. Essa é uma determinação do Presidente da República no aspecto da transversalidade. Por exemplo, experiências como a que o Ministro da Educação tenta introduzir, do tempo integral, diria que, se não for tempo da escola, é tempo integral do aluno em programas como esse do segundo tempo no esporte, ou seja, dar ocupação no segundo turno, não necessariamente dentro do próprio ambiente escolar. São programas que nós vamos somar.

Sobre o desemprego em São Paulo, evidentemente o número preocupa. De qualquer forma, eu gostaria de trazer um dado – embora a pesquisa Dieese esteja focada em São Paulo – para reflexão das Srs e dos Srs. Senadores. No controle que nós temos do Ministério do Trabalho, por meio do Caged, que analisa demissões e contratações, portanto emprego formal, nós tivemos um saldo líquido, nos primeiros quatro meses do ano, de 295 mil postos, ou seja, assinaram-se 295 mil carteiras de trabalho a

mais, abatendo aqueles que foram demitidos. Poderia parecer incongruente. E como é que o desemprego aumenta? É porque, na verdade, nós estamos com um volume maior de pessoas demandando emprego pela queda da massa salarial, que foi da ordem de 6% nos primeiros quatro meses. A situação é de ampliação do emprego formal e, ao mesmo tempo, de ampliação do desemprego. Eu falo em âmbito nacional. Evidentemente, em Municípios ou Estados específicos, dependendo do grau de investimento ou de algum programa, ele pode reduzir. Mas é claro que a situação nos preocupa. Evidente que entendemos que é fundamental o rebaixamento do custo de capital para o investimento produtivo. Eu só insisto em dizer que, do Presidente da República ao Ministro da Fazenda, todos estão perseguindo esse objetivo.

Sobre a taxa de juros, onde eu vou, gosto de dizer que, se nós estamos usando uma imagem da economia na UTI, a boa notícia seria de que saímos da UTI para o quarto; a má notícia seria que nós tivemos uma recaída e voltamos para a UTI. Então, é evidente que as variáveis que incluem a taxa de juros são outras. A equipe está monitorando isso no dia-a-dia.

É claro que a subida da taxa do desemprego no mês de abril preocupa. Portanto, o que nós queremos é saber o momento exato de dar esse passo para podermos fazer um processo de crescimento da economia que, ao fim e ao cabo, é o que trará um volume com mais densidade de empregos. Eu insisto que não passa pela cabeça do Ministro que o Programa do Primeiro Emprego possa vir a ser a solução para o desemprego da juventude; sabemos que numa economia de mercado há crescimento econômico ou não há musculatura de criação de emprego.

Sobre a flexibilização para geração de emprego, confesso que fui eu que fiz a exposição de motivos pedindo ao Presidente da República o arquivamento do antigo projeto de flexibilização. Eu não conheço, sinceramente, nenhum texto de estudo que comprove essa lógica de que flexibilização é igual à geração de emprego. Na verdade, como eu tenho falado muito, nós estamos preparando o Fórum Nacional do Trabalho, que vai exatamente ser uma grande mesa de negociação nacional entre empresários e trabalhadores, mediada pelo Governo, para fazer um processo de atualização da legislação trabalhista, que evidentemente precisa ser reciclada, atualizada. Nós estamos fazendo um trabalho no Ministério, que apresentaremos ao fórum, de aproximadamente 11% do texto legal da CLT que hoje não tem mais nenhum significado, nenhuma eficiência ou eficácia para que venha ao Congresso Nacional para a sua revogação.

Estamos debatendo, evidentemente, situações como a informalidade. E aí eu entendo que é preciso pensar qual é o estágio intermediário entre a informalidade que temos e a formalidade que conhecemos, criá-la no Brasil, debatendo o assunto e atraindo parte da informalidade. Mas eu confesso que a lógica só do barateamento da mão-de-obra – e eu acabei de dizer que a massa salarial caiu em 6% – não me parece que seja solução para o desenvolvimento. Eu entendo que as pessoas até confundem. Fala-se muito de encargos sobre a folha da ordem de 104%. Nós temos 31% de encargos no sentido de imposto que é apropriado pelo Governo. O restante, na verdade, pode-se chamar de custo do trabalho, mas é salário indireto. Portanto, se a forma de pagamento será modificada para uma transparência maior na relação empregador X empregado, o que considero positivo. Não sou defensor desse barateamento. Insisto em que baratear mão-de-obra significa, muitas vezes, diminuir massa salarial. Se diminuirmos a massa salarial, estaremos fazendo a conta da recessão e não a do crescimento. Penso que transparência e modernização, sim, mas eu não falaria em barateamento do custo da mão-de-obra.

Nobre Senador João Capiberibe, confesso que não tenho esse dado – quantos programas do Governo Federal são focados no segmento juventude. É óbvio que existe o PET, que paga parte da infância. Há grupos de trabalho em todas as delegacias regionais de trabalho do País dedicados, especificamente, à fiscalização dos direitos do trabalho do adolescente. Há também o Programa Bolsa-Escola que, de certa forma, atinge a família e, por consequência, atinge a juventude. Quero insistir em um tema que introduzi. O Presidente da República criou a Câmara Social, que tem, exatamente, a tarefa, que já está sendo executada, de fazer a convergência dos diversos programas. Temos a convicção de que ou nós trabalhamos somando os Ministérios numa política de Governo, ou se nós formos aplicar políticas de Ministro e de Ministérios, nós, evidentemente, não teremos êxito em nossa tarefa. Eu diria, então, que o objetivo é concentrar programas para que a sua eficiência seja otimizada.

Fico devendo a V. Ex.^a a resposta – posso enviá-la depois – à pergunta: quais são os programas e qual o volume de dinheiro investido nesses programas. Nós estamos ~~debruçados~~ sobre a tarefa de combater a pulverização a que V. Ex.^a se referiu. É óbvio. Eu estava – fora do microfone – conversando com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre e possibilidade de, no primeiro emprego da juventude, no

trabalho comunitário, incentivarmos o jovem a aprender fabricar instrumentos musicais, trabalhar na área de sonografia, na montagem de iluminação. Esse trabalho é importante porque o jovem, além de ganhar dinheiro para agregá-lo à renda familiar, irá posicionar-se perante a comunidade como elemento de impacto sobre essa comunidade – o elemento orientador dessa comunidade. E, insisto, esse trabalho é diferente daquele executado no num supermercado, ensacando produtos, e também daquele realizado num processo desses de grafiteiros ou de trabalho cultural. Nós, então, temos de associar essas duas coisas. Foi essa a tarefa que o Presidente nos deu e sobre a qual nós nos debruçamos para cumpri-la.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, quero dar uma sugestão ao Plenário: fazermos o trabalho de quatro em quatro porque teremos dois grupos e terminaremos a audiência. Dessa forma, nós iremos acelerar os trabalhos.

Os Srs. Senadores que aprovam a sugestão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o Jornalista Gilberto Dimenstein.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Falando de violência doméstica, gostaria de dizer que há uma tarefa básica, que não é realizada. Refiro-me à educação de valores a partir da escola. Educação de valores significa também trabalhar a auto-estima. As experiências que têm enfrentado essa questão, têm trabalhado, desde o início, no sistema escolar a questão da auto-estima para poder, inclusive, denunciar.

Há outra questão que é complexa. Eu estava conversando com a Patrícia, ali, ao lado, sobre a violência contra a menina na rua. Nesse caso também há um gigantesco grau de impunidade. Felizmente, a importância do debate do tema da prostituição infantil está crescendo no Brasil. Os vários níveis do Poder já começam a se preocupar com isso, apesar de as medidas serem paliativas.

Quero registrar esta preocupação: como tirar a menina prostituída da situação de violência, que também é doméstica. Eu fui aprendendo, entrevistando essas meninas que entraram na prostituição infantil, que elas não estavam nas ruas por causa de miséria. Na maioria dos casos, estavam nas ruas por causa da violência doméstica. Assim como eu fui aprendendo, entrevistando meninos de rua, que eles não estavam nas ruas por uma questão de miséria, mas, às vezes, por não conseguirem suportar a violência doméstica. Esse ponto, que me pareceu, Sra. Senadora Ana Cláudia, a

princípio, uma simples impressão, depois vi isso em números bem científicos, que a principal causa de saída de uma criança para a rua não era nem o desemprego nem a miséria, mas a insuportabilidade da violência doméstica. Isso é complexo, porque é necessário trabalhar a família por inteiro. Não adianta apenas punir a pessoa, porque se pune o pai, que fica preso, pune-se também a criança, que fica sem o pai.

Sobre a prostituição infantil, quero fazer uma sugestão que não vai agradar às pessoas. É necessário criar-se uma bolsa-prostituição. Ou se cria uma bolsa para a menina prostituída deixar de vender o corpo e ter uma renda, ou não se vai conseguir tirar uma criança da rua.

Tenho informações de que, em São Paulo, uma universitária – e já não falamos mais em prostituição infantil, mas apenas para termos um padrão – chega a ganhar, por mês, R\$ 20 mil a R\$ 25 mil sendo prostituta de luxo e que há meninas que chegam a ganhar por mês, de forma mais clandestina, até R\$ 5 mil ou R\$ 6 mil, porque elas passaram a ser objeto de desejo nesse mercado de trabalho da prostituição.

Ou bem se cria algum tipo de bolsa para evitar que a pessoa entre nesse mercado, ou não vai funcionar. É a mesma preocupação que houve quando se falou em bolsa-tráfico, em dar para o menino uma renda para ele não trabalhar com o tráfico de drogas. Um garoto no começo desse tipo de trabalho ganha R\$ 1.200,00, R\$ 1.500,00. Será que o Governo Federal tem condição de pagar esse valor? Então, é muito melhor trabalhar no momento em que ele está na fase de entrar nesse processo do que quando já está ganhando esse dinheiro, porque R\$ 1.200,00 é o salário de uma professora de ensino fundamental bem remunerada no Estado de São Paulo. Daí pode-se ver o que significa esse valor para o Poder Público.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente Lúcia Vânia, Ministro Jacques Wagner, Jornalista Gilberto Dimenstein, serei breve e farei apenas duas colocações ao Ministro.

Os jornais noticiam, hoje, que estamos vivendo a maior taxa de desemprego da história de registro do Dieese, de 20,9%, se não me engano, que está na **Folha de SP**, e, desde que esse estudo começou a ser feito por essa instituição, nunca se alcançou nível tão alto. **Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre o assunto.** Não gostaria de ouvir a resposta que tenho ouvido na televisão: que é culpa do Governo anterior. O Governo anterior durou oito anos e nunca apresentou essa taxa. Quando estamos no Governo não é

possível mais fazer oposição aos governos que passaram ou que virão. Tenho certeza de que essa é a prioridade número um do Governo Lula. Sinceramente, acredito que o Governo quer isso, mas, na verdade, está acontecendo o contrário.

Ao jornalista Gilberto Dimenstein, uma pergunta sobre um assunto que também me preocupa, a questão regional. O jornalista fez uma exposição brilhante, como sempre, e disse que a violência não está diretamente relacionada com a renda. Concordo com 99,99% do que ouvi de S. S^a, mas sobre o que disse a respeito da renda concordo em parte, porque se a pobreza não está diretamente relacionada com a violência, parece-me que as grandes cidades sim. Por exemplo, no meu Estado, Ceará, a cidade com maior renda **per capita** é Fortaleza, onde estão os maiores índices de violência. Alguns Municípios mais pobres talvez tenham os menores índices de violência. Em Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro estão os maiores contrastes de renda. Talvez a realidade explique melhor a questão da violência – indiretamente à renda –, porque lá convivem o extremo luxo, o extremo apelo de consumo, com a extrema necessidade de consumo. É nas grandes cidades que se mata por um ténis que está na moda.

Queria chegar a uma discussão que defendo minha vida toda. A concentração e o contraste de renda começam pela concentração de renda regional. Enquanto não resolvermos a questão de concentração de renda entre as regiões, não resolveremos a questão dos contrastes de renda entre as pessoas.

Eram essas duas questões que eu queria assinalar.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr^a Presidente, Sr. Ministro Jacques Wagner e Jornalista Gilberto Dimenstein, ao meu lado está o Senador Eduardo Suplicy, que foi Relator de um projeto de minha autoria, que apresentei no Senado em 1995, aprovado aqui em 1998 exatamente com o nome Primeiro Emprego. Minha proposta era que se transformasse em lei o programa que o Governo Lula está propondo agora. Tramitou por três anos aqui e ficou numa daquelas gavetas da Câmara que guardam costumeiramente os projetos aprovados no Senado e que de lá não saem nunca mais. Então, desde 1998 está numa dessas gavetas meu projeto de lei.

O Senador Eduardo Suplicy, que foi o Relator do meu projeto, nesses dias deu uma entrevista à **Folha de S.Paulo**, que li com atenção, fazendo algumas críticas ao projeto do Governo. Pena que S. Ex^a não

lembrou que o meu projeto que S. Ex^a relatou corrige algumas falhas do projeto do Governo.

Primeiramente, estabelecemos, em conjunto com o Senador Eduardo Suplicy, que apenas 10% das vagas de determinada empresa fossem contempladas dentro do Programa Primeiro Emprego. Por quê? Para não desempregar trabalhadores de outra faixa etária. Então, o limite é de 10%. A empresa teria que ser cadastrada no Ministério do Trabalho, para que não houvesse exatamente aquilo que o Senador Eduardo Suplicy disse, de uma empresa começar a contratar parentes, registrar, ganhar o subsídio do Governo. Dessa forma, um programa para gerar empregos, combater a violência juvenil e resolver problemas inclusive de educação nessa faixa de idade, poderia acabar sendo objeto de desonestidade, que é um dos problemas que o Senador Eduardo Suplicy levanta.

Outro ponto do meu projeto aprovado no Senado – que nunca será votado na Câmara, tenho certeza disso, porque a Câmara não vota projeto aprovado no Senado – diz o seguinte: como a empresa recebe como subsídio a isenção no Imposto de Renda e no Finsocial até o valor correspondente aos encargos sociais daquele contrato de trabalho, ou seja, este é o incentivo que estou propondo, que os encargos sociais sejam descontados por ocasião do pagamento do Imposto de Renda e do Finsocial, então, que ele tenha esse benefício para ser estimulado a contratar, mas que tenha duas obrigações – nesse ponto, o projeto do Governo me parece falhar –: primeiramente, ele seja obrigado a matricular esse trabalhador num curso profissionalizante, à escolha do trabalhador, oferecido pelo Sistema S, que tem disponibilidade de curso para o Brasil inteiro, desde que mais recursos sejam disponibilizados também. Como há necessidade de ele fazer o curso profissionalizante, o meu projeto prevê que ele tenha uma jornada de trabalho reduzida para quatro ou seis horas, dependendo da dimensão do curso que ele vai fazer. Esse é o outro ponto. Seria obrigatório por parte do empresário matricular o trabalhador num curso profissionalizando.

A terceira exigência – falei dos 10%, do curso profissionalizante –, o ponto fundamental do projeto que o diferencia do projeto do Governo, é para que seja obrigado que aquele trabalhador esteja cursando o ensino regular – ou fundamental ou o ensino médio. Com isso estaríamos cumprindo três objetivos. Primeiro, dar emprego; segundo, profissionalizar e o terceiro, educar, combater o analfabetismo, que é uma das metas do atual Governo.

O meu projeto está à disposição de V. Ex^a. Terei de sair, porque tenho um compromisso, mas estarei assistindo V. Ex^a pela televisão, do meu gabinete. Eu gostaria que V. Ex^a comentasse esses três pontos que coloquei como fundamentais, para o Projeto Primeiro Emprego que o Governo lançou.

O meu projeto está à disposição de V. Ex^a como esteve à disposição da Câmara dos Deputados nos últimos cinco anos e vai continuar pelo resto da vida, porque ele não será votado mesmo. Como já perdi a esperança de ver esse projeto sendo votado, Senadora Serys Slhessarenko, espero que V. Ex^a possa tirar proveito de algumas idéias que estão contidas nele.

Na França, existe esse projeto do primeiro emprego, que foi implantado logo após a Segunda Guerra Mundial, pois se constatou, contrariando um pouco o que o jornalista Gilberto Dimenstein disse, que aqueles que tinham saído da guerra estavam tão desanimados da vida, estavam tão desestimulados, desesperançados, que caíram na droga e na criminalidade. Esse projeto foi implantado exatamente para combater a violência e o desemprego. O Estado francês ainda hoje não dá como subsídio o desconto dos impostos; ele subsidia diretamente, ele dá dinheiro. Tanto é que, no último ano que eu tinha visto, por volta de 1988, a França tinha colocado no Orçamento US\$1,6 bilhão de subsídio direto aos empresários para que eles contratassem jovens.

Ministro, deixo essas informações a V. Ex^a e quero dizer que apresentei o projeto que reduz a multa de 8% a.a. em cinco anos o FGTS. V. Ex^a fez um comentário, que, posteriormente, não foi bem interpretado, como não o foi o projeto que apresentei, e o meu Partido hoje é o PDT, que é do tempo do Getúlio Vargas. Lá, é meio que proibido falar em reforma da legislação trabalhista. Então, eu fui admoestado pelo meu Partido quando apresentei o projeto, e retirei. Mas acredito que temos de remover alguns entraves que existem entre o empregador e o trabalhador, porque a legislação trabalhista deve ser estimuladora do emprego e não do desemprego.

É isso que eu gostaria que V. Ex^a considerasse, porque não estarei aqui presente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia e nosso ilustre convidado Ministro Jacques Wagner e o grande Jornalista Gilberto Dimenstein. Primeiramente, em homenagem ao baiano César Borges, eu queria dizer que aprendi e revivi nos conceitos do jornalista Gilberto Dimenstein, Rui

Barbosa, que sintetizou tudo isso. A família é a pátria amplificada. Então, a família que vai buscar os valores que o senhor sabiamente está buscando – e não vai sem a família. Deus quando colocou o Filho dele no mundo não o colocou desgarrado mas numa família. Temos que buscar isso.

Ministro, emprego e trabalho. Também com Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto.” Essa é uma mensagem também para os governadores fomentarem a busca do trabalho. Mais adiante, o Apóstolo Paulo diz que “quem não trabalha não merece ganhar para comer”.

Tenho uma preocupação. Sou médico-cirurgião e, como tal, busco o diagnóstico. O diagnóstico está feito e está claro. Não tem confusão. Foram feitos os exames, as pesquisas. Qualquer político aqui sabe que é o desemprego a mais grave doença deste País. Fui Prefeito e Governador e sei que o primeiro mal é o desemprego.

Então, para mim, V. Ex^a é o Ministro mais importante. Dos 37, V. Ex^a é quem tem a missão de fomentar o emprego.

Vou apresentar-lhe um quadro que vale por dez mil palavras. Falou-se muito em Estado e eu sou do Piauí, onde há uma praia a 66km da capital, entre o Ceará, dos Senadores Tasso Jereissati e Patrícia Saboya Gomes, e o Maranhão, do Senador José Sarney. A virtude está no meio. Nessa campanha agora – em que até eu estava desempregado, pois me tiraram do Governo do Estado -, cheguei ao litoral. Fui atrás de um Vereador, querendo arrumar uns votos, e disse: “Amigo, candidate-se a Deputado”. Ele disse: “Mas não dá, Mão Santa. Quero ser Deputado Estadual”. Ele era meu amigo e eu o convenci a mudar de idéia. Eu disse: “Vamos ganhar. O Lula vai ganhar”. Ele disse: “Vai, nada”. E “O PT também vai ganhar no Piauí”. Ele disse: “Você é doido? Como o PT vai ganhar no Piauí? Não tem nenhum Vereador, nenhum Prefeito”. Eu disse: “Vai ganhar”. Então, ficamos conversando por ali. Chegaram uns rapazes de um time de futebol. Comecei a convencer o líder do povoado, mas era difícil convencer que o candidato do PT, que não tinha uma Prefeitura, iria ganhar.

Em política, tudo é momento. Foi a queda da inflação que deu a vitória a Fernando Henrique Cardoso. Agora, a questão é o desemprego. Fui à mesa dos acompanhantes do Vereador, os rapazes do time de futebol. Havia uns doze ou quatorze rapazes. Falei: “Você quer ver quantos estão desempregados”. Ministro, eu me espantei. Parecia que tinham ensaiado um coro. Levantaram e, como se conheciam, disseram: “Todos”. Fiquei a imaginar como vivem pescado-

res e as mulheres fazem artesanato, que são puros. O Tasso tem 366km de praia ou mais.

Saí dali e fiquei pensando naqueles rapazes do time de futebol, que são fortes, bons, idealistas. Fiquei imaginando que todos eles vão encontrar uma mulher, vão casar e vão ter filhos. E aí? Estão desempregados, formados naquele ambiente puro. Então, a circunstância muda. O homem é o homem e sua circunstância. A circunstância está levando para isso.

Então queria falar da minha vivência. No Rio de Janeiro, nos anos 60, vivi lá como estudante de cirurgia no Hospital do Servidor do Estado, na Praça Mauá. Conheci o Rio de Janeiro, a Praça Mauá, Rio Branco, Aterro do Flamengo. Assisti carnaval na Rio Branco. Vivi ali nos anos 60. Que felicidade!

Quero lhe dizer o seguinte: nós, do Hospital do Servidor do Estado, saíamos para jogar futebol aos sábados na Casa do Pequeno Jornaleiro. Assim, existiam homens como Getúlio Vargas, que elaborou as leis trabalhistas, e como Alberto Pasqualine.

Eu quero dizer, então, a V. S^a, que dirige o maior jornal do País, que a mulher de Getúlio pegava todos os meninos de rua e os colocava como pequenos jornaleiros. Eram gente boa! Jogávamos futebol com eles; convivíamos com eles; fomos amigos, e eles se sentiam, como o senhor disse, úteis. Tinham uma função pela qual recebiam.

Quero crer que isso tudo passa pela implementação de serviço social, que não dá o peixe, e, sim, ensina a pescar. Essa é a transformação que quero ver no Brasil.

Quanto a minha experiência – e quero ajudar V. S^a, porque foi longo e sinuoso o caminho para chegar até aqui. No Piauí, conseguimos fazer o Banco do Povo – aquele que foi citado aqui, em Bangladesh, o Professor Iunos. Exemplificando, para facilitar: um carro de pipoca custa R\$300 – eu me lembro que financiávamos esse serviço. Então, a pessoa ganhava dois salários no fim do mês; ela podia pagar 10 ao mês. Era assim que se dava. Quero dizer que essa é a contribuição.

Mas o senhor irá colher no deserto. Como é que V. Ex^a vai dar o primeiro emprego se não há emprego algum?

É preciso atentar bem para a questão do trabalho infantil. Eu me lembro que a minha esposa dirigia o serviço social, e recrutavam-se esses meninos de rua com êxito. Não havia nenhum em Parnaíba, onde fui Prefeito e, depois, em Teresina. A dificuldade era o Ministério do Trabalho, porque as leis trabalhistas não o permitem.

Quanto a essas bolsas, a Ministra acompanhou o nosso trabalho e o está apoiando.

Quero dizer que quanto ao trabalho infantil temos de ter, como disse Montesquieu, o espírito da lei, porque vi o maior brasileiro começar a trabalhar com 09 anos de idade, o Barão de Mauá – nem Tasso produziu em suas indústrias tanto quanto Mauá! E no Brasil também: o maior dos brasileiros foi o Ministro piauiense João Paulo dos Reis Veloso. Com 09 anos, ele abriu a fábrica do meu avô.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Senadora Patrícia Gomes; Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Matoso, que está nos visitando; prezado Ministro Jacques Wagner, Jornalista Gilberto Dimenstein, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é tal o sentimento que tenho para V. Ex^a acertar, Ministro Jacques Wagner, que qualquer que for a decisão que V. Ex^a, juntamente com o Presidente Lula, vier a tomar, ela terá o meu apoio nesta Casa, do ponto de vista da legislação.

Eu, que tive a oportunidade de visitá-lo e de encaminhar ao Presidente Lula um ofício sobre a questão do primeiro emprego, gostaria de trazer aqui uma reflexão. Praticamente, em toda a semana, nesta sala, que é da Comissão de Assuntos Econômicos, examinamos projetos de lei de parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, para incentivos fiscais e/ou creditícios ao capital, a empresas para produzir tal ou qual tipo de produto, para investir aqui ou acolá.

Há ocasiões em que, como nesta semana, examinamos dois a três projetos por reunião. Os Senadores aqui presentes sabem que isso é da natureza do sistema político brasileiro, porque Deputados e Senadores são instados, pelos mais diversos setores da economia: “Ah, vamos propor isenção de IPI para tal ou qual setor; isenção de ICMS para tal e qual setor; isenção dos encargos sociais para tal ou qual setor, ou para tal ou qual região.” Não passa semana sem aqui votarmos isso.

V. Ex^a sabe que procurei pedir-lhe, bem como às pessoas com quem tem trabalhado – inclusive ao próprio Remígio Todeschini, que se encontra presente –, para refletir se seria melhor estimular o primeiro emprego, abrindo mão da obrigação de serem pagos os encargos trabalhistas, ou transferir à empresa – e, portanto, ao proprietário do capital – cerca de um salário mínimo – R\$240 -, desde que essa empresa esteja contratando um trabalhador na faixa de 16 a 24 anos, que receba até dois salários mínimos e tenha

algumas obrigações. Além disso, a empresa teria que garantir que, no período, não demitiria pessoas.

Procurei assinalar que esse é um procedimento, primeiro, que encontra respaldo na literatura. Inclusive, quero encaminhar a V. Exª o livro **Remunerando o Trabalho**, de autoria do eminente e brilhante economista Edmond Phelps, da Universidade de Harvard, que defende a instituição de subsídios fiscais às empresas como forma de contratar mais trabalhadores. Ele argumenta que isso pode ter sentido porque o custo, para a empresa, de contratar trabalhadores é um, mas o benefício para a sociedade é até maior, tendo em vista que, contratando mais pessoas, haveria, por exemplo, menos pessoas envolvidas com a criminalidade e assim por diante. Então, até justifica que caberia, sim, à sociedade pagar a mais. Portanto, há fundamento no argumento.

Também quero encaminhar a V. Exª o livro de Guy Stening, Diretor de Seguridade sócio-econômica da Organização Internacional do Trabalho, que tem recomendado, como muitos outros, que, ao invés de termos o subsídio fiscal transferido à empresa, o benefício seja concedido diretamente ao ser humano, ao trabalhador, àquele que está sendo empregado, sendo que a melhor forma de fazer essa transferência seria, inclusive, da maneira incondicional, por meio da renda básica de cidadania.

Não vou estender-me, apenas quero trazer, mais uma vez, essa preocupação.

Estou certo de que à medida que cada família – como aquelas famílias que tanto preocupam o jornalista Gilberto Dimenstein, retratadas no **Cidade de Deus**, da Cidade Alta, onde as crianças e os jovens já não têm outra alternativa senão a criminalidade e a marginalidade – tiver direito a uma renda, como um direito à cidadania, sem qualquer condição; se todo pai e mãe, digamos que de uma família de seis pessoas, souberem que sua família terá direito de receber, começando, modestamente, com R\$40,00 por mês, R\$240,00 por família, esta família já teria um outro grau de liberdade de escolha tal que, provavelmente, não estariam as suas crianças e jovens sendo instadas à prostituição, ao narcotráfico, ou como aviões-zeinhos.

Como já tive a oportunidade até de me estender mais sobre esse tema junto a V. Exª, quero, aqui, dizer que continuo me colocando inteiramente à disposição junto a V. Exª e ao Presidente Lúcia, para aprofundar o nosso diálogo a respeito.

Cumprimento-o confiante nos acertos que fará V. Exª.

Concluo, e lhe dou uma sugestão: no Copom, que V. Exª possa ter o direito à voz. Aqui, examinando a Ata do Copom, tudo o que é considerado nela: Evolução Recente da Inflação – há, depois, outro capítulo: a Variação Prospectiva de Tendência da Inflação, a Implementação da Política Monetária; daí, já na quarta página, começa o Sumário dos Dados Analisados pelo Copom da Conjuntura, Mercado de Trabalho –, ora, estão lá dois itens em 55. Gostaria de assinalar que seria importante V. Exª dizer ao Ministro Antonio Palocci e ao Presidente Henrique Meirelles que, dos 55 itens analisados na última reunião do Copom, há dois pequenos itens sobre a questão do desemprego. Então, a voz de quem esteja mais preocupado com a questão do emprego precisa ter maior peso na reunião do Copom. É a sugestão que deixo, além de encaminhar a V. Exª os dois livros, que lhe deixo emprestados, pelo tempo que precisar, porque só tenho essas duas cópias. Mas a Ata do Copom fica para a reflexão de V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Gostaríamos de ressaltar a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr. Jorge Mattoso.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Patrícia Gomes, quero parabenizá-las por essa iniciativa, além de saudar a presença do Ministro Jacques Wagner, com quem tenho a satisfação de, aqui, debater, saúdo também a presença do jornalista Gilberto Dimenstein.

Sr. Ministro, tenho algumas preocupações, porque, efetivamente, o problema do emprego, hoje, no País, é o que mais preocupa os brasileiros.

Em recente pesquisa, mais de 60% dos brasileiros estão preocupados com o problema do desemprego.

Durante o período eleitoral houve um compromisso de criação de dez milhões de empregos. Isso passa por uma série de medidas que deverão ser tomadas pelo Governo Federal. Entretanto, até o momento, efetivamente, não temos conseguido vislumbrar essas políticas de geração de emprego. Se, por um lado, a economia tem dificuldades – e há um caminho que está sendo seguido, como V. Exª acha que a economia saiu da UTI e foi para o quarto, mas ainda está bastante enferma, numa situação instável –, por outro, a população continua na UTI. A população pobre, desempregada, se estava na UTI, permanece lá, porque não vemos perspectivas.

No entanto, existiam programas que estavam, de alguma maneira, aliviando o problema social brasileiro e cujas dotações, infelizmente, neste período de Governo, pelo que sei, foram reduzidas de forma drástica. Uma delas é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. V. Exª poderia me confirmar isso? Porque a informação que tenho é a de que foi reduzido, e que, na verdade, foram aplicados apenas 4,7% do que estava autorizado no Orçamento, até o mês de março, apenas 4,7% do que estava permitido. E esse é um programa de grande sucesso na Bahia. V. Exª sabe que conseguimos retirar mais de 117 mil crianças na região do sisal e hoje já abrange outras regiões e que se destina prioritariamente às famílias atingidas por pobreza, pela exclusão social, com renda **per capita** de até meio salário mínimo, sendo que na Bahia implantamos, com a ajuda da Universidade Federal da Bahia, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; criamos as unidades de jornada ampliada. Tive a satisfação de, como Governador, participar dessa parceria que fazíamos com o Governo, parceria muito importante. Essa unidade de jornada ampliada permitia que a criança que estudava pela manhã e que a família deixava na escola para receber uma bolsa, não a mandasse para o trabalho no período da tarde. No entanto, pelo que sei, Sr. Ministro, este programa está sem recursos. Aqui recentemente houve um discurso no Senado, do Senador Leonel Pavan, de Santa Catarina, trazendo um pleito dramático do Governador de Santa Catarina, inclusive da base aliada do Governo, o Governador Luiz Henrique, com relação àqueles trabalhos que realizamos com tanto sucesso, de qualificação e de treinamento dos nossos trabalhadores e de intermediação de mão-de-obra. Todos eles geradores de emprego e de qualificação do nosso trabalhador. As reduções foram drásticas. De 184 milhões que estavam previstos para 2003, o Governo reduziu para este ano para 52 milhões; de 119 milhões que seriam utilizados por intermediação, foram reduzidos para 69 milhões.

Então gostaria que V. Exª pudesse me confirmar se realmente isso está acontecendo, porque tudo isso está no bojo de trabalhar para combater o desemprego que traz tantas seqüelas sociais ao nosso País.

Acredito que o seu desafio é imenso, porque se eram 10 milhões, a essa altura nós andamos para trás, não andamos para frente, não diminuímos o passivo, aumentamos esse passivo, com o dado do Dieese que nos foi fornecido ontem de que a população economicamente ativa alcançou em São Paulo 20,6%. Nós, na verdade, ampliamos um pouco esse

desafio seu e do Partido dos Trabalhadores para resolver esse problema.

Sei, pelas suas palavras, inclusive ouvi V. Exª ontem pela televisão, que V. Exª deve estar muito mais com o Vice-Presidente José Alencar do que com o Ministro Antonio Palocci com relação à questão dos juros, porque se realmente não for resolvida essa questão rapidamente a economia vai parar. Estamos entrando em um período de recessão. Isso está existindo no comércio, na indústria, e tudo isso gerando mais desemprego e mais desafio para V. Exª.

Mas uma das questões que V. Exª tocou desde que assumiu o cargo de Ministro do Trabalho e do emprego, foi com relação a modernizar a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. E V. Exª colocou com muita coragem, a meu ver, — eu não teria coragem de forma nenhuma de ter feito isso — uma proposta de extinguir a multa de 40% para demissão sem justa causa do trabalhador brasileiro. Depois houve uma discussão, muita polêmica sobre o assunto e, na verdade, V. Exª mudou um pouco a posição, ou não. Eu gostaria de saber com relação a esse problema.

Ainda com relação à flexibilização da CLT, que o partido de V. Exª foi contra nesta Casa, contra o Projeto 5.483 — greves, protestos naquele período. Também recentemente V. Exª trouxe como assunto fatiar o 13%, fazer com que fosse distribuído ao longo dos meses do ano, proposta se não me engano lançada por V. Exª. Não entendi direito, porque logo em seguida não era bem assim, o comércio protestou, os trabalhadores não aceitaram, isso é uma conquista do trabalhador.

Pergunto a V. Exª, Sr. Ministro: tendo V. Exª, como Deputado aqui no Congresso Nacional, defendido o direito dos trabalhadores, V. Exª veio do meio sindicalista, é um sindicalista, pelo menos de forma originária, não teria V. Exª outra alternativa para resolver a questão dos encargos trabalhistas sem retirar as conquistas que já foram asseguradas aos trabalhadores brasileiros, conquistas estas que são, a meu ver, impossível de serem retiradas? Por exemplo, com relação à multa dos 40%, imagine uma família desempregada e sequer recebe essa multa dos 40% para manter seus filhos, para manter a sua família, como disse aqui a Senadora Patrícia Gomes, o drama de um pai de família, de uma mãe de família em não poder trazer comida nem pagar a escola de seus filhos, porque o desemprego e a demissão imotivada existem — as empresas a praticam — V. Exª sabe disso.

Essas são as questões que trago, mais uma vez, a V. Exª, Sr. Ministro, pautando esta posição: se

a política econômica – ou seja, a fase 2 deste Governo – não for implantada imediatamente, vamos ter uma grave crise social neste País, além da que já temos.

Recentemente, o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, que V. Ex^a deve conhecer, disse que este é o terceiro ano seguido de baixo crescimento. É como se um time que estivesse perdendo de quatro a zero levasse o quinto gol. Então, se o Governo do Partido dos Trabalhadores não tem responsabilidade por quatro gols, pelo menos por um gol contra ele já tem.

Esses são os esclarecimentos que peço a V. Ex^a.

Muito obrigado, Sr. Ministro, desejando-lhe todo o axé possível à frente do seu trabalho e lembrando, como disse aqui o nosso jornalista Gilberto Dimenstein, o sucesso do Projeto Axé, da Bahia. Esse projeto, Sr. Ministro, estava sendo sustentado pelo Governo do Estado. Sustentei esse projeto como Governador, durante o meu período de governo, porque nenhuma entidade, nem o Governo Federal estavam ajudando no projeto.

Creio que V. Ex^a deve empenhar-se em manter essas organizações não-governamentais, que fazem um excelente trabalho em todo o País. A Bahia tem o exemplo do Axé, mas também tem o exemplo da Organização de Auxílio Fraternal – OAF, do Padre Píazza, em que o Estado sempre foi parceiro, e o Governo Federal não foi. Espero que V. Ex^a possa fazer parcerias com essas organizações sociais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Ministro Jacques Wagner, nosso convidado Gilberto Dimenstein, Senadora Patrícia Gomes, autora do requerimento e Relatora, tenho apenas duas questões a fazer, diante de todas as que foram levantadas, para não repetir. Concorro com várias indagações e com algumas respostas dadas pelos componentes da Mesa.

Indago ao Ministro Jacques Wagner sobre as questões da auto-estima, da qualificação e da auto-estima dos filhos. No meu ponto de vista, a principal questão em relação aos filhos diz respeito à alfabetização de seus pais, e aqui entra a questão da educação de jovens e adultos. Que possível parceria se está estabelecendo entre o Ministério da Educa-

ção e o Ministério do Trabalho no que diz respeito à alfabetização de jovens e adultos, para colocar esse contingente de jovens a serviço da alfabetização?

A transversalização, questão já levantada, é uma proposta que está em voga e que não pode acontecer apenas nos Ministérios. O que se pensa para fazer esse trabalho chegar à ponta, por exemplo, sem a gestão democrática nas escolas? Um dos problemas é que a escola não pertence à comunidade e, sim, aos professores. A relação da escola com a comunidade não chega aos espaços físicos. Não me refiro a essa discussão do ponto de vista didático, que é uma questão mais técnica, mas do uso do espaço da escola. Creio que isso gera a depredação da escola, a violência contra a escola, que nem sempre pertence à comunidade. Essa dificuldade existe e só pode ser resolvida, a meu ver, com a gestão democrática nas escolas. E as escolas têm capilaridade. Em todos os bairros, há uma escola. É a instituição governamental que tem a maior penetração física nas cidades. Como usar esse espaço, o que, a meu ver, passaria pela gestão democrática? Do contrário, fica a intenção, sem que a proposta chegue até à participação da transversalização feita na ponta, aonde devem chegar as ações do dia-a-dia, da participação.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao Ministro Jacques Wagner.

O SR. JACQUES WAGNER – Início a minha fala respondendo a pergunta feita pelo Senador Tasso Jereissati, apesar de S. Ex^a não estar presente. Refiro-me à taxa de desemprego. Vou precisar os números: a taxa de desemprego em São Paulo medida pelo Dieese em abril deste ano foi de 20,6%; a de abril de 2002 foi de 20,4%.

Ainda que não ache correto justificar a atual situação do desemprego apenas com as políticas do governo anterior, é preciso lembrar que o andamento de uma economia não se interrompe porque se inaugurou um novo governo: é um processo. O trabalho realizado por este governo, nesses primeiros quatro meses, de rearranjar os indicadores macroeconômicos foi hercúleo. Evidentemente, há um preço político, porque medidas duras foram tomadas, inclusive de contingenciamento. Insisto em dizer, porém – dizia isso no dia 1^º de maio –, que, além de comemorar o dia 1^º de maio pela primeira vez como membro da equipe de governo do presidente Lula, comemorava o fato de termos conseguido recolocar a economia em condições de crescimento. **Precisamos agora fazê-la crescer.**

Voltando ao assunto: a taxa de desemprego foi de 20,6% contra 20,4% em abril de 2002. Evidente-

mente, isso nos preocupa. O desafio maior deste governo, como já disse, é criar uma política eficaz de geração de emprego, que é a melhor política social que existe.

No entanto, insisto em um dado que posso colocar à disposição de todos os Senadores: o saldo líquido de carteiras assinadas, nos quatro primeiros meses do ano, foi de 295 mil. Não vamos misturar duas coisas: pode-se, efetivamente, estar criando postos, mas se o volume de pessoas buscando o mercado de trabalho for maior do que o número de postos criados, a taxa de desemprego será crescente.

O caso de São Paulo é real. Apesar do esforço feito pelo governo estadual e pela prefeita Marta Suplicy no sentido de estabelecer programas compensatórios – a prefeitura fez um investimento da ordem de 400 milhões –, temos essa alta taxa de desemprego.

Insisto em dizer que não conheço, dentro do governo federal, ninguém que defenda taxa de juros alta. Não reconheço a existência de dois grupos em nenhuma reunião ministerial. O fato que justifica a manutenção dessa taxa de juros, insisto, é o diagnóstico feito – errar e acertar em economia é possível – de que, dentro da composição de algumas variáveis, a diminuição não seria a medida mais correta.

O nosso compromisso maior é a geração de emprego, mas sabemos que, se o custo do capital não cair, haverá dificuldade de investimento, principalmente para o setor produtivo. A decisão de buscar a solução desse problema é de todos. O momento de resolvê-lo, é preciso analisar. Evidentemente, assim como na medicina, que não é uma ciência exata, na economia, cada junta econômica tem uma opinião. E as opiniões são controversas, até mesmo no próprio partido, sobre se a análise da junta econômica está ou não precisa. Insisto em dizer que essa busca é de todos.

Sobre o que disse o Senador Osmar Dias, que também não está mais conosco – S. Ex^a nos informou que nos assistiria pela televisão –, informo que o projeto de lei do Senador foi uma das fontes de consulta para a elaboração do nosso projeto. Também consultamos as propostas de outros parlamentares, como a do Senador Renan Calheiros. Reafirmo que não temos nenhuma pretensão de reinventar a roda.

O Senador Osmar Dias falou do limite de 10%. O projeto do governo estabelece um limite de 20%, mas a matéria será discutida nesta Casa. Se depender da opinião do ministro, prefiro enviar a proposta à Casa sob a forma de projeto de lei, mas, evidentemente, pedindo a celeridade necessária, que, nesse

caso, penso que até caberia, porque considero urgente e relevante um projeto como esse que vem atender à juventude, mas, como tive 12 anos de Casa, prefiro que ele seja remetido para cá como projeto de lei, sendo apensado ao do Senador Osmar Dias para ser debatido. Essa é a minha vontade. A decisão será da Casa Civil e do Governo. Se depender da vontade do Ministro, prefiro que ele seja remetido na forma de projeto de lei, respeitando também toda a reflexão que as duas Casas já fizeram sobre o tema. Temos aqui Governadores e ex-Governadores que aplicaram programas semelhantes, que, com certeza, contribuirão para o aperfeiçoamento.

O cadastramento que está no projeto de lei do Senador Osmar Dias, que cita Ministério do Trabalho, eu já havia citado aqui. O cadastramento dos jovens e das empresas que vão aderir será feito no Sine. Este é uma parceria do Governo Federal com os Governos Estaduais por meio de nossos postos de intermediação de mão-de-obra. Lá será feito esse cadastro, até porque temos um banco de dados excepcionais, que mostra todos os jovens que procuraram emprego nos últimos seis meses ou no último ano e todas as empresas que estão fazendo oferta de emprego. Nesse aspecto, diria que está atendido.

Também há a obrigatoriedade da elevação da escolaridade. É claro que no programa está introduzida a questão da qualificação profissional. Esses aspectos da aprendizagem, do aumento da escolaridade estão garantidos dentro do projeto de lei. Porém insisto que se for vencedora, vencedora não, porque não há disputa, mas se for decisão do Governo enviar na forma de projeto de lei, evidentemente que os Senadores e Deputados terão oportunidade de aprimorar o projeto, inclusive introduzindo o debate do Senador Eduardo Suplicy sobre a questão da forma mais eficiente de se buscar o desenvolvimento econômico e a cobertura daqueles que não têm renda.

Senador Mão Santa, sobre a questão do espírito empreendedor, dentro do Projeto do Primeiro Emprego, que prefiro chamar de Sistema do Primeiro Emprego, porque há o estímulo ao chamado espírito empreendedor da juventude. Sou daqueles, vou repetir, não vou vender a mentira de que o Programa do Primeiro Emprego será a nossa redenção. Isso não é verdade. É um programa que vai contribuir para que possamos enfrentar melhor o drama que estamos vivendo.

Sou, por exemplo, altamente favorável – vim do trabalho na indústria, trabalhei com 20 mil, e, hoje, só trabalham cinco mil, isso do ponto de vista do desemprego estrutural – à busca de formas alternativas. Fi-

nalmente, ontem, foi sancionada a nova lei no sentido da organização da estrutura do Ministério. Vamos poder inaugurar a Secretaria de Economia Solidária. O Professor e Economista Paul Singer será o Secretário. Nessa área, estaremos estudando exatamente alternativas buscadas pela própria população e estaremos contribuindo com suporte tecnológico para novas cooperativas, para esse espírito empreendedor, para organização de aldeias de pescadores, abrindo suporte tanto do ponto de vista de apoio técnico quanto do microcrédito que será dado.

Por decisão do Presidente da República, instituiu-se uma câmara entre o Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e BNB, que estão trabalhando em uma linha, não diria nem na questão dos juros, que evidentemente é importante, mas na linha da desburocratização do acesso. O BNDES já lançou o cartão para médios empresários, para que tenham créditos mais facilitados. Estamos trabalhando na desburocratização do primeiro crédito ao primeiro negócio, em que a pessoa praticamente, a depender do valor, não teria que dar garantia nenhuma. E, ao se transformar em um bom pagador, iria realimentando esse crédito. São medidas que estamos tomando.

Concordo, pois, com V. Ex^a: é muito mais importante organizar quem queira produzir para que possa ter a sua renda e melhorar a sua qualificação.

Na Bahia, o Senador César Borges citou, estive em um debate na Assembléia Legislativa, em que o Secretário do Combate à Pobreza, Padre Piazza, tem um trabalho meritório por intermédio da sua organização. Às vezes, aportam-se R\$500 para um pescador organizar melhor a sua produção e ele, rapidamente, eleva sua renda em R\$100 ou R\$200. É óbvio que não vamos trabalhar apenas no foco do emprego formal. Temos que buscar outras formas, e o projeto brinda essas outras formas para que possamos alcançar o nosso objetivo.

Sobre o trabalho infantil – o Senador colocou as questões para o Ministério do Trabalho –, evidentemente, o Ministério, na área que lhe compete, fiscaliza o cumprimento da lei.

Também trabalhei aos 13 anos, mas, evidentemente, lugar de criança é na escola. Esse é nosso desejo, tanto que é o que fazemos com nossos filhos: nós os mantemos na escola para que possam ter uma formação mais completa. É óbvio que o que estou formulando se choca com uma realidade social muito mais dramática. Para isso, temos o Programa do Aprendiz, que possibilita o adolescente, a partir dos 14 anos, estar num processo de aprendizagem e, ao

mesmo tempo, garantir o aumento da sua escolaridade.

Sou daqueles que acha que não devemos legalizar a crueldade da realidade social brasileira. Apesar de haver crianças que vão trabalhar com nove, dez anos, não porque o pai quer ensinar seu ofício, mas pela absoluta necessidade de complementação de renda familiar, não seria uma boa medida se regulamentar ou se admitir isso como algo com que iríamos conviver.

Portanto, sou favorável à nossa lei. Na verdade, os auditores do Ministério estão orientados muito mais para um trabalho educativo do que punitivo. Foi o que eu disse em relação ao trabalho do aprendiz. Na verdade, é uma lei, mas, se não houver sensibilização dos empresários, não terei capacidade de fiscalizar todos para saber se estão cumprindo a lei.

Senador Eduardo Suplicy, quero ser recíproco no carinho e no afeto em relação às suas formulações. Afinal, quando V. Ex^a começava como Senador, eu começava como Deputado Federal. Portanto, acompanhei toda sua convicção e obstinação na defesa de programas de renda mínima para nossa população. Dentro do Programa do Sistema do Primeiro Emprego, o chamado trabalho comunitário está muito mais próximo da sua formulação, na medida em que o jovem receberá uma renda ou uma bolsa – o nome pode ser bolsa-trabalho – para desenvolver trabalho comunitário na comunidade. Portanto, não estaria no foco do chamado emprego formal. É claro que, neste debate, as opiniões de V. Ex^a foram levadas em consideração. Acabei de dizer que a economia não é ciência exata. V. Ex^a me mostrou a bibliografia contrária, que é a sua característica de respeitar o pensamento diferente. Estamos discutindo o projeto. Insisto que, quando ele vier à Casa, terá mais um momento de aprimoramento. Acho até que se pode, por exemplo, estabelecer que, daquele estoque de dinheiro para investir no projeto, quanto vai pra trabalho comunitário e quanto vai para subsídio da empresa.

Inclusive, quero dizer minha posição: pessoalmente, creio muito mais no trabalho comunitário do que no primeiro emprego formal. Quer dizer, acho que nos dará mais retorno do que o emprego formal, mas, na verdade, estamos trabalhando com *mix* e estamos nos esforçando. Até quero registrar que minha esposa Maria de Fátima está assistindo à reunião. Ela mora na Bahia, veio me acompanhar e está aqui para uma reunião que vamos fazer amanhã sobre o programa do primeiro emprego no estímulo ao voluntariado. Não estamos abordando apenas um assunto. As pessoas me perguntam por que está demorando tan-

to. Porque estamos tentando cercar erros, aprimorar e dar mais solidez ao projeto. Não prometo que vou ler os livros, mas vou pedir para alguém da assessoria lê-los e depois me fazer um **brief**.

Senador César Borges...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT- SP) –

Permita-me apenas registrar que, em 1991, após ter feito inúmeras apresentações à direção nacional e à Bancada do Partido dos Trabalhadores, no Congresso Nacional, houve um dia em que nós dois tivemos um diálogo, e V. Ex^a me disse: “Eduardo, não precisa mais fazer apresentações. Entre com o projeto de lei que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima”, e entrei, em abril de 1991, porque V. Ex^a acreditava que era melhor eu entrar, porque, já que fora tão divulgado, outra pessoa acabaria entrando. Mas que eu deveria fazê-lo, já que acreditava tanto e já havia feito as apresentações necessárias para o Partido. Eu, inclusive, registro, no meu livro **Renda de Cidadania: a Saída é pela Porta**, essa passagem. De fato, V. Ex^a foi um dos que me estimularam muito na batalha pela renda mínima, até mesmo no formato da renda básica de cidadania.

Aproveitarei a oportunidade para passar-lhe às mãos o ofício que encaminhei a Sérgio Vieira de Mello, que está indo para o Iraque, propondo que ele lá institua, como no Alasca, o sistema do Fundo Permanente do Alasca, com os respectivos dividendos, mas para que V. Ex^a, mais uma vez, testemunhe que a luta continua.

Obrigado.

O SR. JACQUES WAGNER – Esqueci de comentar sua sugestão sobre a questão do Copom. Quero deixar a posição muito clara do Ministério. O Ministério do Trabalho, nesta nossa gestão, pretende participar das decisões sobre as escolhas dos caminhos de desenvolvimento econômico. Temos o problema da má distribuição de renda permanente há 30 anos e é evidente que, nas destinações das verbas do FAT para alavancar novos investimentos, estamos introduzindo a presença do Ministério na discussão de qual é a taxa de retorno que cada investimento dará do ponto de vista da geração de emprego, o foco do Ministério.

Portanto, se o Presidente entender que o Ministério do Trabalho deve ter assento no Copom, eu o farei com muita garra, na defesa duma política de desenvolvimento centrada na geração de emprego e de renda. Esse é o compromisso do Presidente da República, esse é o nosso compromisso e, se não o cumprirmos, teremos falhado na missão principal.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) –

No mínimo, que V. Ex^a apresente ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na véspera de cada reunião do Copom, como se encontra o estado de desemprego na visão do Ministério do Trabalho. Essa é a sugestão que formulo.

O SR. JACQUES WAGNER – Senador César Borges, o compromisso dos 10 milhões de empregos é evidente que está mantido. Eu não diria que estamos devendo mais porque, insisto, a taxa de desemprego cresceu, mas não houve um saldo negativo de postos. O que está havendo é uma busca maior, porque aqueles que estão trabalhando estão com uma remuneração mais baixa, com uma queda de 6% na média da massa salarial brasileira.

O compromisso está mantido. É claro, vou repetir que, se não tivermos uma redução de custo de capital, estaremos dificultando o investimento produtivo e, portanto, a geração de emprego. Estamos trabalhando com outras políticas, como algumas que citei, no sentido de tentar fazer frente a essa questão.

O PET, na verdade, estava localizado no Ministério da Previdência, quando era Previdência e Ação Social, e hoje está localizado no Ministério da Ministra Benedita da Silva, da Promoção Social. Temos uma interface com o PET no sentido de que, quando fiscalizam e detectam crianças trabalhando irregularmente, os auditores formam um banco de dados, remetido ao Ministério da Promoção Social exatamente para cumprir a aplicação do programa em termos do suporte àquela família para que aquela criança não volte ao mundo do trabalho. Sinceramente, não tenho informação aqui se houve corte no volume de verba do PET.

Quanto à utilização, efetivamente está havendo um processo de reformatação e, como eu disse, o Presidente da República está preocupado com a não-pulverização do programa, o que não justificaria paralisar nenhum programa antes que se colocasse algo no lugar. Mas eu não teria um diagnóstico mais preciso do porquê de a aplicação estar restrita aos 4,7% que V. Ex^a mencionou.

Sobre a questão da qualificação e intermediação, realmente houve um corte muito severo no primeiro contingenciamento. Temos um organismo que reúne todos os Secretários Estaduais do Trabalho. Já promovi três reuniões com esse fórum – duas aqui no Ministério do Trabalho e uma reunião que eles fizeram em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Fizemos uma ação de parceria, evidentemente com pressão. É o jogo normal dentro da democracia. E, do porte inicial, nós conseguimos recolocar as verbas da

ordem de noventa milhões, o que não chegou aos padrões anteriores, mas de qualquer forma os números são, mais ou menos, o que V. Ex^a deu. Ele tinha caído para sessenta e dois, e nós conseguimos retorná-lo a noventa milhões. Cento e dezenove era o original.

De qualquer forma, insisto. Obviamente, está havendo um esforço de otimização do uso do dinheiro público. Estou construindo esse diálogo com todos os Secretários do Trabalho. Com o Secretário do Trabalho e Ação Social do Governo da Bahia, Eduardo Oliveira Santos, tivemos dois encontros. E considero possível otimizar esse procedimento de tal forma que o gasto seja menor.

O Governo anterior fazia uma espécie de convênio em que não havia um acompanhamento. Nós estamos negociando com os vinte e sete Governadores e também com as centrais sindicais a otimização. O Codefat, no mês passado, tomou uma decisão que até beneficia os Governos Estaduais na proporção do dinheiro que eles recebem na intermediação de mão-de-obra, reduzindo um pouco o de outros parceiros privados, porque a minha crença é a de que esse trabalho precisa ser o mais público possível, o mais controlado socialmente, e havia uma eficiência maior dos Governos Estaduais do que dos parceiros privados. O Codefat, acatando a avaliação realizada por nós, fez uma modelagem diferente. Acredito que, mesmo com um pouco menos de dinheiro, conseguiremos fazer frente a essa questão.

Na qualificação, houve um corte duro. Nessa área, ainda não conseguimos repor. Na discussão com o Presidente da República sobre o programa do primeiro emprego, que inevitavelmente passa tanto pela intermediação quanto pela qualificação, acredito que vamos conseguir – eu não diria retornar ao original – ganhar em termos de volume, no programa de qualificação.

A afirmação é correta: quem deseja enfrentar o desemprego obviamente precisa trabalhar na área de qualificação. Apesar de – coloco uma posição pessoal – a qualificação dar maior empregabilidade àquele cidadão que a recebe. Mas não vamos também fazer colocações que são uma forma de desqualificar a mão-de-obra brasileira, reconhecida no mundo inteiro como de excelente capacidade criativa.

Terei orgulho, como Ministro do Trabalho, amanhã, ao acompanhar o Presidente da República na ida que Sua Excelência fará à Organização Internacional do Trabalho para abrir a sessão deste ano, de visitar, no norte da França, uma siderúrgica que estava fechada e foi reaberta quando a Companhia Vale do Rio Doce a adquiriu.

Acabamos de adquirir a Companhia Vale do Rio Doce novamente. Eu digo “acabamos”, apesar de ela ser privada, porque nós brasileiros acabamos de adquirir uma na Noruega. E há duas empresas, uma já em funcionamento. A da França é colocada como excelência em produção de ferro com a combinação de liga de manganês.

Então, aumenta-se a empregabilidade. Mas não vamos dizer que quem está desempregado é só porque não tem qualificação. Há muitos jovens formados nas universidades, com boa qualificação, e o problema do desemprego é o problema do crescimento da economia. É claro que a qualificação é importante, mas não vamos supervalorizá-la. De repente se tenta colocar que há o desemprego porque não temos uma mão-de-obra qualificada. Isso não é verdade. Desconheço qual a empresa que tem na porta a placa: procura-se e não se encontra, porque não há pessoas qualificadas.

Evidentemente, estamos absorvendo alguns segmentos de nova tecnologia. Mas tenho esse depoimento de todos os empresários, inclusive de empresas multinacionais que aqui operam, de que a excelência e a competitividade do trabalhador brasileiro supera, e muito, as dos países ditos de Primeiro Mundo.

Como o Presidente da República insiste em que nós somente faremos a travessia se a nossa auto-estima também for abolida, quero dizer que 100% diz respeito à qualificação profissional. Mas não vamos ficar absorvendo que há desemprego porque não existe trabalhador qualificado. Isso não é verdade.

Sobre as duas polêmicas – uma, inclusive, foi a partir de uma conversa com o Jornalista Gilberto Dimenstein, que está aqui do meu lado. Só quero deixar clara minha posição: sou favorável à modernização da legislação trabalhista, não trabalho com nenhum preconceito ou dogma na minha cabeça, não mudei minhas convicções e tenho insistido – e digo isso aqui, na Febraban, na CNI ou para os trabalhadores – em que precarização de mão-de-obra não é sinal de país desenvolvido, nem aponta para crescimento econômico.

Então, vou ao Fórum Nacional do Trabalho para mediar o diálogo entre os principais protagonistas desta relação, que são os empresários e trabalhadores, com o objetivo de ter uma legislação mais transparente, simples, que demande menos ao Judiciário, porque hoje há 2,5 milhões de ações na Justiça do Trabalho, que não ajudam trabalhadores, que, às vezes, levam 8 a 10 anos para verem seus direitos respeitados, nem as empresas, que fazem estoque de

passivo trabalhista e não têm, portanto, uma boa administração. Agora, o foco não é precarizar ou baratear a mão-de-obra brasileira, que já é muito barata. Temos que escolher que país queremos construir. Olhando para frente, quero construir um país moderno, forte economicamente, justo socialmente, democraticamente consolidado, que aponte para empresas modernas, com trabalhadores em boas condições. Como se apregoa no Primeiro Mundo, trabalho decente, emprego decente.

Não adianta a discussão de que a fábrica vai para as Filipinas, porque lá se oferece mão-de-obra praticamente de graça e sem nenhuma proteção. Se esse é o projeto de país, não será assinada com a minha caneta essa modernização da legislação trabalhista, porque não acredito nisso. Essa é a conta do "andar para trás". Vai-se cortando e, no final, mingua. Queremos um mercado interno forte, para isso, precisamos aumentar a massa salarial.

Agora, insisto: o Brasil paga salários como se fossem uma árvore de Natal. Há um caule, que é a remuneração, e uma série de adereços, que são os chamados custos e salários indiretos. Se empresários e trabalhadores quiserem discutir e pactuar, em uma mesa de negociação, mediada pelo Governo Federal, para ser remetida ao Congresso Nacional, a mudança da legislação, terão o total apoio do Governo Federal.

Vou repetir, porque as pessoas se angustiam, perguntando qual é a posição do Governo. Sua posição é a de que a melhor legislação trabalhista será fruto da negociação entre capital e trabalho. Essa é a boa lei, e não a que sair da cabeça do Ministro.

Com relação aos 40%, relato como a coisa aconteceu. A jornalista me perguntou se eu sabia que estava havendo corrupção em relação aos 40%, combinação entre empregadores e empregados, para demitir, devolver os 40%, etc. Eu disse: se há, é preciso fiscalizar. E se não se superar o problema até mesmo com a fiscalização? Eu respondi: se o instrumento não se mostra eficiente, vamos repensá-lo. A notícia foi a de que eu queria terminá-lo. Quero somente trazer à memória os 40%.

O Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva tentou introduzir um conceito mais moderno, existente em países mais desenvolvidos, que são as regras contra a demissão imotivada, porque, quando se fala em flexibilização no País, esquece-se de que a grande flexibilização, que é o direito sobre o emprego, é total no Brasil. O empregador dispõe do emprego como quer; basta pagar uma multa e pode mandar embora. Essa é a grande flexibilização da legislação trabalhista,

porque tudo que se quer do ponto de vista de proteção ao trabalho são regras que reconheçam o emprego com a sua função social e, portanto, digam que não se pode dispor disso, por causar impacto na sociedade como um todo. Não estou falando de estabilidade, mas de regras preconizadas pela Organização Internacional do Trabalho. Naquela época, os chamados segmentos mais conservadores foram contra a proposta, repito, do então Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, a qual ficou no Texto Constitucional, dependendo de regulamentação por projeto de lei complementar. E a contrapartida que os segmentos conservadores ofereceram foi colocar, nas Disposições Transitórias, a quadruplicação da multa, que, à época, era de 10% no ato da demissão. E isso está mantido até hoje.

Para mim, a possibilidade de rediscutir o tema é total, até porque, insisto, ela faz parte das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Se, na mesa de negociação, houver um pacto, entre empresários e trabalhadores, sobre regras de proteção — que é o que mais interessa a todos — do estoque de empregos existente, discutindo-se os 40%, se se puserem de acordo, terão o aplauso do Governo Federal. Contudo, não se pode querer tirar a regra, mas não regulamentar. Aí digo que lei boa, na área de relação trabalhista, é a lei pactuada. Se quiserem, então a minha posição é clara: é essa.

Sobre o décimo terceiro — estou aqui do lado do Gilberto, e ele sabe —, eu já disse a minha posição claramente e não tenho medo de introduzir o debate, apesar de que ele será feito no fórum nacional. Discutimos a dificuldade de algumas pequenas e microempresas ou, eventualmente, até organizações não-governamentais com o pagamento do décimo terceiro. Eu digo que, se julgam mais fácil pagar parcelado, vamos debater isso. O que estou insistindo em dizer é o seguinte: quando os empresários dizem que o custo do emprego no Brasil é 104%, essa frase não é transparente. Imposto sobre folha de pagamento, que estamos propondo reduzir para baratear o custo da contratação, é da ordem de 31%; 60 a 63% são custos indiretos: décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado e outros. Se as pessoas querem pegar esse bolo, que é o que entra como remuneração, e organizá-lo de outra forma, a discussão não está aberta, vamos fazê-la com o respeito ao trabalho — não vejo problema —, mas não defendi o fim do décimo terceiro.

Sobre a questão mencionada por V. Ex^a, relativa a alguns programas, quero-lhe dizer, até porque é orientação do Presidente da República, que as boas

bandeiras e as boas causas não passarão pelo crivo da questão político-partidária. Recebi o Secretário Municipal de Trabalho, e um dos programas apresentados por ele, a criação de ostras em cativeiro na Baía de Todos os Santos, já está na mão da direção da Petrobras para se tentar efetivá-lo, assim como estamos tentando dar o apoio federal a outros programas. É óbvio que há restrição de verbas, mas ajudaremos naquilo que pudermos. Como existe o drama do desemprego forte na nossa capital, Salvador, teremos que levar também para lá programas como esse. Isso, evidentemente, não é porque o Ministro é baiano, mas pelos indicadores.

Senador Eurípedes Camargo, essa parceria com o Ministério da Educação já está sendo construída nessa área que, conforme eu disse, brinda o conceito do Senador Eduardo Suplicy, a do trabalho comunitário, por meio de bolsas de trabalho em vez do emprego formal. Essa medida ocorre até porque, vou repetir, volume grande de emprego vai-se criar com crescimento econômico. Estamos fazendo uma oferta de baratear um tipo de emprego, o destinado à juventude, para tentar atender a essa população. Nós já estamos discutindo o tema. Como o Ministro da Educação é um apaixonado, eu diria quase obsessivo, pela questão da alfabetização, pelo menos uma vez por semana, conversamos para que ele saiba o número de pessoas do primeiro emprego que também serão alfabetizados. Estamos fazendo essa construção.

Repito ainda que a transversalidade é determinação do Presidente da República. Em toda a reunião, Sua Excelência diz que não temos política de Ministros ou de Ministérios; temos política de Governo, e os Ministérios, na sua especificidade, participam. Mas a política é total. Por isso, costume dizer que não há Ministro “bonzinho” ou “mauzinho”. Portanto, a decisão assumida pelo Governo, inclusive na área de política econômica, é discutida no Ministério e é assumida inclusive por mim, quando é mantida. E sempre teremos de reavaliar as discussões para acertar no momento da mudança.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao jornalista Gilberto Dimenstein, gostaria de agradecer a presença dos jovens universitários de Goiás e dos jovens da Universidade de Brasília. Agradeço, com muito carinho, a presença de Maria de Fátima Carneiro de Mendonça, esposa do nosso Ministro, que nos deu a honra de estar conosco nesta manhã. Quero cumprimentar Miguel Salaberry, Secretário-Geral da Social Democracia Sindical.

Concedo a palavra ao Jornalista Gilberto Dimenstein, para encerrarmos esta reunião.

O SR. GILBERTO DIMENSTEIN – Senadora, queria agradecer a chance de expor experiências de uma juventude mais protagonista, mais articulada e de tentar ao mesmo tempo tornar a discussão mais complexa – infelizmente ela é mais complexa. Faço votos de que V. Ex^a, que ajudou a criar o PET, mas antes moldou a forma como deveria ser tratada a política social para a infância e a juventude a partir da assistência social, também faça desta Comissão quase que um espaço de passagem para que quem produza tecnologia social possa compartilhar com quem possa replicar.

O Sr. Jacques Wagner mencionava o anseio dele em ouvir as pessoas que estão articulando, que estão fazendo. O Senador César Borges contou a experiência maravilhosa do Axé, do nosso amigo padre no Afro e há tantas outras que poderíamos citar da Bahia. São pessoas que estão repensando o Brasil, seja em Boa Vista, seja em Porto Alegre, e que às vezes não tem capacidade de transmitir tecnologia e, por causa disso, o Poder Público fica carente de soluções que já foram criadas. Portanto, não seria necessário ficar reinventando.

Parabenizo V. Ex^a por este gesto. Espero estar sempre aqui aprendendo o que é preciso fazer por um Brasil em que o jovem seja um ser central e protagonista.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Agradeço à Senadora Patrícia Gomes, Relatora da Subcomissão da Juventude; agradeço ao Ministro Jacques Wagner; agradeço ao Gilberto Dimenstein e quero dizer da nossa satisfação em poder recebê-los aqui nesta manhã; agradeço aos Senadores. A Comissão continua aberta para o debate.

Mais uma vez pedindo desculpas à Senadora Patrícia, quero dizer que ela é uma Relatora competente e vai demonstrar à frente da Subcomissão da Infância e da Juventude o seu trabalho, o seu carinho, a sua determinação e aquilo que ela já fez no Ceará com tanta propriedade.

Ao Ministro peço desculpas pelo horário. Abusamos um pouquinho de V. Ex^a, mas foi uma manhã produtiva, assim como o foi a exposição do jornalista Gilberto Dimenstein que trouxe muita alegria e muito alento para todos nós.

Um bom dia e muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 14h06min)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988
Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



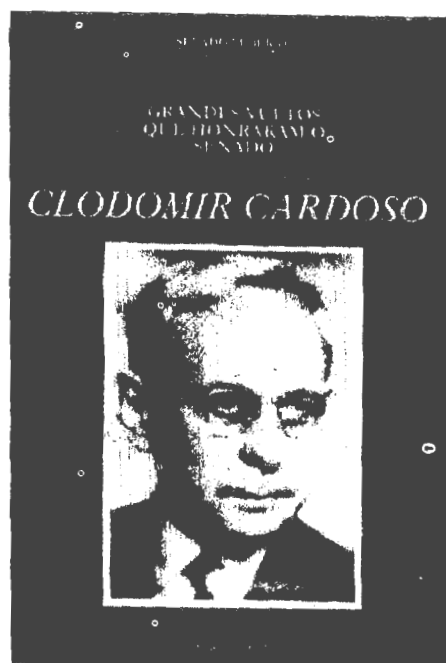
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias,
com 580 páginas. Traz a biografia do Senador
da República Clodomir Cardoso, seu perfil
parlamentar, resumo de suas atividades
públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



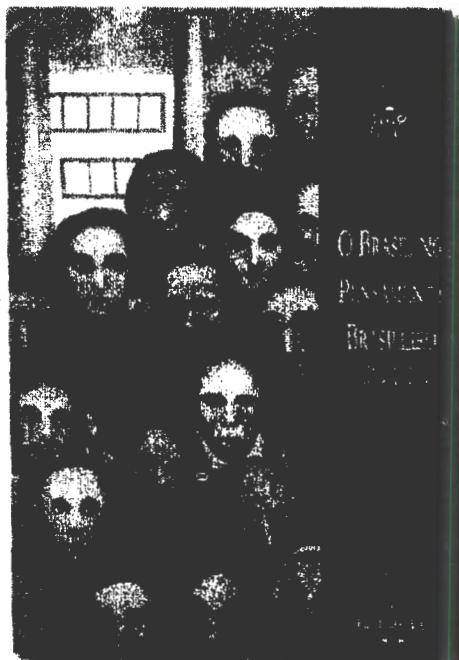
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apolo III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 - Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 - Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 - Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 - Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 - Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 - Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 784 PÁGINAS